WILHELM STORCK

VIDA E OBRAS

DE

LUIS DE CAMÕES

PRIMEIRA PARTE

VERSÃO DO ORIGINAL ALLEMÃO

ANNOTADA

POR

Carolina Michaëlis de Vasconcellos

LISBOA

Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias

MDCCCXCVIII

VIDA E OBRAS

DE

LUIS DE CAMÕES

WILHELM STORCK

VIDA E OBRAS
DE
LUIS DE CAMÕES

PRIMEIRA PARTE

VERSÃO DO ORIGINAL ALLEMÃO

ANNOTADA

POR

Carolina Michaëlis de Vasconcellos

LISBOA
Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias
MDCCCXCVII

Á

CIDADE DE COIMBRA

(ONDE O POETA NASCEU E SE CRIOU)

NO

SEXTO CENTENARIO

DA

UNIVERSIDADE

(1290-1890)

PROLOGO DO AUCTOR

Wer hât mich guoter ûf getân?
Sî ez iemen der mich kan
beidiu lesen unde verstên,
der sol genâde an mir begên.

Quem entre os bons me abriu?
Se fôr alguem que saiba não só
lêr-me mas comprehender-me,...
que me julgue com benevolencia.

WIRNT VON GRAVENBERG.
(*Wigalois, 1-4*)

Passou um decennio desde que resolvi escrever a *Vida de Luis de Camões* mais desenvolvidamente do que se fizera até hoje na minha patria.

Foram as investigações a que tive de proceder e as interpretações que me vi forçado a dar, como traductor e commentador das *Obras Completas de Camões,* que me decidiram a examinar mais uma vez todas as questões pendentes, para em seguida offerecer aos entendidos o conjuncto dos meus resultados.

Na vida de Camões ha poucos factos documentados. Foi com tradições e conjecturas que os estudiosos tentaram preencher as lacunas,

e ainda hoje procedem do mesmo modo. Mas em quasi todos os casos é sómente o maior ou menor grau de probabilidade que levou e leva a aceitar ou declinar affirmações e supposições.

Ao concluir os meus trabalhos camonianos agradeço novamente aos amigos do Poeta (que são tambem os meus) em Portugal e na Allemanha, o auxilio que obsequiosamente me prestaram, por todos os modos, apreciando a minha obra ou contribuindo para ella.

Espero e desejo que nem um só entre os vivos note a falta do seu nome nas paginas seguintes, ou procure debalde o dos fallecidos.[1]

Como Plinio, o Velho, penso que: «*Ingenui est enim animi fateri per quos profeceris*».

Münster, na Westphalia, a 20 de Fevereiro de 1890.

WILHELM STORCK

[1] Penso especialmente em meus estremecidos mestres: *Christoph Schlüter* (nascido a 27 de Março de 1801 em Warendorf, e fallecido a 4 de Fevereiro de 1884 em Münster) e *Nikolaus Delius* (nascido a 19 de Setembro de 1813 em Bremen, e fallecido em Bonn a 18 de Novembro de 1888).

I

EXAME CRITICO

DAS

FONTES PARA A VIDA DE CAMÕES

§ **1.**—Só tarde foi que os conterraneos de *Luis de Camões* se lembraram de indagar sobre as datas e os acontecimentos da vida do poeta, quando a bocca dos poucos que podiam ter dado respostas fidedignas ás respectivas perguntas já emmudecera. O proprio Cantor dos *Lusiadas* jazia em campa quasi esquecida. Simão Vaz, seu pae, precedera o filho na morte, de muitos annos, se não lavrarmos em erro. A mãe, D. Anna de Macedo, fallecera no acto de dar a vida ao seu primeiro e unico descendente (—como provaremos—); e não consta que alguem—a não ser o Usurpador de Portugal D. Felipe II—se importasse com a muito velha e pobre D. Anna de Sá, a *madrasta* do poeta (segundo nos parece), sua unica herdeira, que lhe sobreviveu perto de um lustro![1] A historia não regista o nome de outro qualquer descendente do robusto tronco de Camões,[2] que estivesse em contacto intimo com o seu celeberrimo parente. Parece tambem que nenhum escriptor se relacionou com os amigos e protectores d'elle,[3] ou, pelo menos, que nenhum quis incommodá-los com inquirições. Os camaradas da infancia e os condiscipulos

---

[1] No § 22 da *Vida*, explicarei porque é que considero D. Anna de Sá como **madrasta** do poeta, apesar de tres documentos officiaes (Juromenha, I, p. 171 e seg., Documentos *J. K. L.*) a appellidarem «mãi de Luis de Camões». Em 5 de Fevereiro de 1585 ainda estava viva.

[2] Veja-se: Severim, fl. 1^b, e *Vida*, § 42. Nota 1.ª

[3] Uma amiga do poeta, D. Francisca de Aragão, vivia ainda em 1615, como se infere de Couto, VII, 1, 23; e um seu protector, o illustre D. Manuel de Portugal, só morrue a 26 de fevereiro de 1616.—Cfr. **Stork**, *Sämmtliche Gedichte*, II, p. 385, e III, p. 344.

da juventude já não existiam, ou viviam ignorados. Sorte egual coubera aos companheiros da Africa e da India. E mesmo se alguns dos camaradas menos idosos das ultimas campanhas do poeta estivessem vivos—que novidades podiam elles ter contado? Poucas e vagas generalidades, que resultam da pobreza de Camões, sua posição inferior como soldado na India, e seu caracter independente e varonil. O que a tardia inscripção tumular, [1] ou antes a taboa commemorativa, collocada na egreja onde repousa, e uma ou outra poesia encomiastica encerra, [2] é insignificante, ou erroneo.

§ 2.—Não ha, portanto, fontes puras e caudalosas em que haurir datas para a vida de Camões: só as ha parcas e turvas.

Esta culpa, irremissivel e lastimavel, recae sobre os *contemporaneos* do poeta.

E antes de accusarmos injustamente de mesquinharia a El-Rey D. Sebastião, deveriamos marcar a ferro quente aquelles «amigos» [3] que, aptos a manejarem a penna, deixaram, por culpavel desleixo, de escrever a biographia do grande homem, que era ao mesmo tempo, pelo menos a datar de 1572, um personagem *celebre*. Callaram-se systematicamente aquelles que deviam conhecer, da bocca do proprio Camões, os factos mais essenciaes da evolução do seu espirito.

Mas todas as recriminações são inuteis.

Encaremos o nosso fim, e examinemos o valor e a relativa pureza das fontes.

§ 3.—Compete o primeiro e principal logar entre as *Fontes* ás obras completas do Poeta. Infelizmente, houve quem lhe roubasse o manuscripto das suas poesias, o seu *Parnaso*, pelos annos de 1569 a 1570. Ao que parece, nenhum vestigio do volume original tornou a reapparecer. [4] Em vida de Camões só se imprimiram os *Lusiadas* (Lisboa, 1572) e, além d'isso, occasionalmente, quatro ou cinco poesias. [5] Todo o resto—os tres Autos, algumas

---

[1] Foi insculpida em 1595 ou 1594 (?)—Cfr. Faria e Sousa, *Vida*, II, § 38.

[2] Juromenha, I, p. 177.

[3] Os principaes culpados são: Luis Franco Correa, Manoel Correa e Diogo do Couto. Veja-se § 6 das *Fontes*.

[4] Cfr. *Vida*, § 349, e, em especial, a nota 3.ª

[5] Imprimiram-se: 1) em Goa, no anno de 1563, a *Ode* VII e o *Soneto* «Seguro, livro meu, d'aqui te parte», que eu considero como obra de Camões (Cfr. Juromenha, II, p. 542; Braga, *Historia de Camões*, I, p. 291, e Storck, III, p. 351); 2) em Lisboa, em 1572, o Soneto «Ditosa penna como a mão que a guia»; 3) e no anno de 1576, tambem na capital, a Elegia 4.ª, assim como o Soneto «Vós, nymphas da Gangetica espessura».

Cartas e mais de seiscentas poesias lyricas,—havendo entre ellas algumas bem extensas—foi publicado depois da sua morte, em collecções que durante tres seculos foram avolumando-se pouco a pouco.

Na accumulação dos thesouros perdidos os collectores e editores não procederam sempre com a necessaria cautela e circumspecção. Obras alheias foram interpoladas entre as legitimas, ora por espirito de especulação, ora por ignorancia, ora com má fé, no intuito de accusar de roubos e plagiatos a outros poetas. Esta censura não recahe sobre Estevam Lopez, o editor da segunda edição das *Rimas* (Lisboa, 1598), [1] nem sobre os publicadores das obras dramaticas: Affonso Lopez, que fez imprimir em 1587, em Lisboa, *Os Amphitriões* e o *Filodemo*, e Paulo Craesbeck, a quem se deve a primeira edição de *El-Rei Seleuco* (Lisboa, 1643). Todos os tres dramas são obras genuinamente camonianas; mas não o são, a meu vêr, as *Estrophes Omittidas* [2] dos *Lusiadas;* nem tampouco as tres variantes e substituições das estrophes 77.ª e 78.ª do Canto I, que se acham no *Album* de Luis Franco. [3] A parte das obras de Camões, que foi mais mal tratada, é, comtudo, a lyrica. No meio das seiscentas poesias, attribuidas a Camões, ha cento e trinta (entre cantigas, sonetos, elegias, sextinas, oitavas, canções e eglogas) que não são camonianas, mas pertencem a trinta poetas diversos, em cujo nome existem, parte em impressos, parte em manuscriptos.

O erro dos collectores e dos editores é duplamente lamentavel, porque as respectivas poesias pseudo-camonianas foram amplissimamente aproveitadas como materiaes para a biographia do Poeta, ora por aquelles mesmos que as interpolaram, ora, posteriormente, por outros criticos e biographos. É ardua e melindrosa tarefa expurgar hoje as obras de Camões do que é propriedade alheia. [4] Houve, apesar d'isso, modernamente, quem tentasse resolver o espinhoso problema: [5] os resultados foram applaudidos e aceites

---

[1] Estevão Lopez conservou na segunda edição das *Rimas* tudo quanto a primeira de Fernão Rodrigues Lobo Soropita continha de espurio; mas o que introduziu de inedito é legitima propriedade camoniana (ou, pelo menos, parece sê-lo até hoje).

[2] Cfr. Storck, v, p. 383, e § 374 da *Vida*.

[3] Já pensei de outro modo, mas hoje estou persuadido da illegitimidade das variantes de Luis Franco.—Cfr. Storck, v, p. 389.

[4] Ferd. Denis no *Résumé*, p. 136, pelo contrario, considera facil a distincção entre as poesias authenticas e as pseudo-camonianas: «*Il est aisé cependant de distinguer les choses qui lui appartiennent de celles qu'on a offertes sous son nom; il y a un caractère particulier qui les fait connaître*».

[5] No commentario, que acompanha a minha traducção de todas as obras do Poeta, o camonista encontrará a lista completa do que eu julgo apocrypho. Carolina Michaëlis de

por todos os entendidos, que examinaram a questão desapaixonadamente. Ainda assim quer-me parecer que a patria de Camões não se resolverá por emquanto a cortar corajosamente de edições novas tudo quanto é reconhecidamente postiço e espurio. Pelo contrario, os enthusiastas continuam ainda a engrossar a Lyrica camoniana com novos accrescentos. No proprio anno do tri-centenario appareceram quarenta e duas,[1] e mais outras tres poesias novas, pseudo-camonianas,[2] cuja legitimidade não pode ser provada.[3]

Ao pôrmos decididamente de lado tudo quanto não é *innegavelmente* obra do Poeta, resta-nos ainda assim um peculio importantissimo de Lyricas, que antigas tradições e o cunho especial camoniano reclamaram para o Cantor dos *Lusiadas*, sem discrepancia alguma dos criticos. É quasi meio milheiro! São estas, e só estas, que o biographo do Poeta deve aproveitar e que nós explorámos.

§ 4.—Occupam o segundo logar alguns documentos, de caracter official quasi todos, que se referem ao Poeta ou a parentes d'elle, e que são *synchronos* dos acontecimentos ahi tratados. Mas mesmo com estes é preciso cautela!

Até hoje appareceram vinte e quatro especies. Entre ellas ha duas, datadas de 1550 e 1553, descobertas pelo philo-camonista Manoel de Faria e Sousa, (com quem ainda travaremos conhecimento intimo), mas que logo depois se sumiram, sem nunca mais apparecerem! Apesar de serem apresentados como

---

Vasconcellos contribuiu, pela sua parte, com uma serie de artigos criticos para o restabelecimento da verdade historica, impressos na *Zeitschrift* de Groeber, IV, p. 591-609; V, 101-138 e 393-402; VII, 131-156, 407, 494; VIII, 1-23; na *Revista da Sociedade de Instrucção*, II, 105-125; e no *Circulo Camoniano*, I, p. 30, etc.

[1] Fazem parte do *Parnaso de Luis de Camões*, que vae acompanhado de uma introducção sobre a historia da recensão do texto lyrico por Th. Braga. (Porto, 1880. Edição Ferreira de Brito, 3 vol., de que se tiraram sómente 75 exemplares).

A *Fabula de Narciso* em verso castelhano, que pertence ao numero dos 42 Ineditos, é obra do hespanhol Christoval de Mesa, que floreceu entre 1599 e 1612, como provou F. Fernandes Thomaz no *Circulo Camoniano* I, p. 104. Já no seculo passado o historiador da litteratura castelhana Don Luis José Velasquez, e o seu traductor allemão J. A. Dieze (Göttingen 1769), mencionaram a *Fabula de Narciso*, que Mesa, pelo que dizem, traduzira de Ovidio.

[2] *A Luis de Camões. Homenagem de A. F. Barata, com notas curiosas e tres ineditos do Poeta.* Evora, 1880.—No manuscripto de onde foram extrahidas, uma das tres poesias é rubricada «Soneto de Luiz de Camões», mas sem sombra de razão.

[3] A impossibilidade de authenticar todos estes Ineditos foi provada por C. M. de Vasconcellos, na *Zeitschrift*, vol. V, p. 393.—Possuo-os em copia que devo á amabilidade d'esta senhora.

fazendo parte do *Registo da India*, estes papeis não estão ao abrigo de duvidas da parte dos verdadeiros criticos; pelo contrario, os indicios que fazem suppòr que houve falsificação, consciente e acintosa, são tão numerosos e tão graves que de hoje em diante deveriam ser riscados da lista dos documentos legaes, sendo votados ao desprezo.[1]

Entre os restantes vinte e dois ha onze documentos,[2] relativos aos annos que medeiam entre 1553 e 1576, que, na verdade, não dizem respeito ao nosso Poeta, mas sim a parentes d'elle. Dez relacionam-se com um **Simão** Vaz de Camões de Coimbra, homonymo do pae do Poeta,[3] emquanto apenas um parece referir-se a um homonymo do proprio **Luis** de Camões, que residia em Evora.[4]

Outros tres, datados de 1582 a 1585, são alvarás regios de mercê,[5] e outorgam á madrasta sobrevivente do Poeta uma pensão relativamente consideravel da parte d'El-Rei D. Felipe II de Hespanha, que em 1580 cingira a coroa de Portugal.

Os oito ultimos, de que ainda não fallei, são os mais importantes, porque contêm revelações sobre factos da vida do nosso Poeta. Sete são officiaes.[6] Entre elles ha um datado de 1553, que ordena que se solte do tronco o preso Luis Vaz de Camões; dois referem-se á publicação dos *Lusiadas*, iniciada em 1571 e verificada em 1572; quatro, do periodo de 1572 a 1578, tratam da tença com que D. Sebastião agraciou o Poeta.

Resta o unico papel extra-official, que entra em questão.[7] É uma nota manuscripta, do punho de um monge carmelita, Frei José Indio, lançada á margem de um exemplar dos *Lusiadas*, que pertencera, em tempos, ao convento de Guadalajara, e de lá passou ás mãos de Lord Holland. A respectiva nota conduz-nos ao pobre leito de morte de Camões, e foi escripta, provavelmente, no anno de 1580.

---

[1] V. *Vida*, § 18.

[2] Cfr. Juromenha, I, p. 14 e 165: Documentos *A.* e *B.* e vol. V, p. 313: Documentos *M. N. O. P.* Compare-se ainda Brito Aranha, I, p. 18-21.

[3] V. *Vida*, § 42.

[4] Desconheço o teor do documento que certifica o matrimonio de um Pero Gomes, *de Evora*, contrahido a 6 de maio de 1576. Assigna-o um Luis de Camões, que, provavelmente, residiria na cidade, e seria o segundo filho de um Duarte de Camões, tambem de Evora, mencionado no testamento d'este ultimo, conforme indica Th. Braga no *Circulo Camoniano*, I, p. 116. Foi publicado por A. F. Barata, no opusculo intitulado: *Camoniana: Luis de Camões em Evora no anno de* 1576, *com algumas annotações*. Evora, 1882.—Cfr. Brito Aranha, I, 330.

[5] Cfr. Juromenha, I, p. 171: Documentos *J. K. L.*

[6] Juromenha, I, p. 166: Documentos *C. D. E. F. G. H. I.*

[7] Juromenha, I, p. 148.

§ 5.—Dou o terceiro logar a tres contemporaneos do Poeta, por causa de umas parcas noticiazinhas que elles legaram á posteridade. É singular que todos os tres documentassem, com evidente vaniloqüencia, a amizade que os ligara ao Poeta, só depois da morte d'elle, quando o nome Luis de Camões já tinha fama universal!

São elles: *Luis Franco Correa*, *Manoel Correa* e *Diogo do Couto*.

§ 6.—*Luis Franco (Correa)*.—Pouco ou nada sabemos das circumstancias e da vida d'este personagem.[1] Forçoso era nomeá-lo aqui, porque foi Luis Franco quem deu aos *Lusiadas* o titulo de *Elusiadas:* e porque foi ainda Luis Franco quem nos deixou uma pequenina didascalia Filodemica[2]. Conhecem-se algumas poesias d'elle[3] e um Album de obras alheias, ou seja um *Cancioneiro* que collecionou. Esta *Miscellanea poetica*, hoje guardada na Bibliotheca Nacional de Lisboa, tem o titulo seguinte:

CANCIONEIRO
EM QUE UÃO OBRAS DOS MILHORES POE
TAS DE MEU TEMPO, AINDA NÃO EMPRE
SAS, E TRASLADADAS DE PAPEIS DA
LETRA DOS MESMOS QUE AS COM
POSERÃO, COMESSADO NA IN
DIA A 15 DE IANEIRO DE
1557. E ACABADO EM LX.ª
EM 1589
PER LUIS FRANCO CORREA COMPA
NHEIRO EM O ESTADO DA INDIA
E MUITO AMIGO DE LUIS DE
CAMÕES.—

Parece-me estranho que um soldado raso tivesse ensejo, primeiro na India—provavelmente em Goa—, e depois em Lisboa, para copiar as poesias

[1] Presume-se que L. Franco morresse em 1590, ou depois de 1594. A primeira opinião foi emittida por C. M. de Vasconcellos no seu Opusculo sobre o *Palmeirim de Inglaterra* (p. 31); a segunda, mais exacta, resulta de um trecho da *Historia de Camões* (II, p. 142) de Th. Braga, em que Luis Franco apparece poetando ainda em 1594.

[2] Cfr. *Vida*, § 268.

[3] O padre Thomaz José d'Aquino (IV, p. XIII) e Th. Braga referem-se a poesias de Luis Franco (*Manual*, p. 300 e *Historia de Camões*, I, p. 336-37 e II, p. 140). Não fui capaz de descobrir os versos que Diogo Bernardes lhe dedicou.

ainda não impressas dos melhores poetas do seu tempo, e isso *sobre os proprios originaes dos auctores!* Como é que, sabendo os nomes a poetas, cujos *autographos* elle diz ter explorado, copiou ainda assim tanta cousa anonyma, isto é, sem indicar a sua proveniencia? Acho digno de reparo tambem o trecho final do titulo, justificavel unicamente, se a *Miscellanea* contivesse exclusivamente poesias camonianas, ou se estas, pelo menos, predominassem no *Florilegio*. Mas tal não acontece.

E ainda ha outra terceira circumstancia, que me faz hesitar e ficar perplexo. O *Album* de Luis Franco contém o primeiro Canto dos *Lusiadas* (com variantes, de resto de pouca importancia intrinseca, que se afastam um tanto do texto da Edição primordial, impressa em Lisboa (1572), em vida do Poeta e que podemos chamar «testamentaria») e no fim da copia segue uma nota que diz: *Não continuo, porque sahio a luz.*[1]

Perfeitamente bem!

Mas como se explica o titulo:

ELUSIADAS: *De Luis de* CAMOINS (sic) *a el Rey Dõ Sebastião?*

Houve quem concluisse d'este titulo, como cousa certa, que o Camões déra de facto, originariamente, á sua epopeia o titulo de *Elusiadas*. Esta fórma, comtudo, não se encontra *nunca*, em nenhuma passagem da epopeia (nem mesmo no Canto VIII, 3, 5). Nem é licito inferil-a, com visos de verdade, do proprio poema. Encontra-se, sim, uma allusão á fórma *Elusiadas* em uma das famosas estrophes omittidas que falla da *gente no Elysio campo nada.*[2] Mas esta, como já disse, sahiu da fabrica de Faria e Sousa.

A mim parece-me *impossivel* que o Camões desse á sua epopeia aquella epigraphe muito embora Luis Franco, que se diz «muito amigo do poeta», affirme ter tresladado os seus textos dos proprios papeis dos auctores, e não se peje de assentar como veridica aquella lição! As minhas duvidas na veracidade de Luis Franco só soffreriam abalo, se o codice, hoje guardado na Bibliotheca Nacional, não fosse o original, mas sim, como Juromenha presume,[3] um apographo. N'este caso a copia poderia ter sido adulterada por um escrevente ignorantão, o qual, desconhecendo até o nome *Lusiadas*, interpretasse mal a lettra inicial, ornamentada porventura com arabescos que o illudiram, e criasse assim o titulo *Elusiadas* por *Lusiadas*, introduzindo-o de contrabando. Mas quem poderá provar que o manuscripto seja realmente uma copia? E quem

[1] Storck, V, p. 382 e seg.

[2] Cfr. *Vida*, § 374 e seg., em Storck, V, p 434, v. estrophe 73^b, linha 5.

[3] Juromenha, II, p. XIII.

acreditará que no anno de 1589 pessoa alguma, fosse qual fosse, se lembrasse de copiar para seu uso, ou mesmo de encommenda, todo o primeiro canto da epopeia, dezesete annos depois da sua publicação quando o poema já corria o mundo em duas, ou talvez em tres edições?

A nomenclatura, «muito amigo» fica portanto sendo, no melhor caso, um mero ornamento, armando ao effeito: uma das muitas pennas de pavão, com que as gralhas vaidosas costumam enfeitar-se.

O que reforça, poderosamente, as minhas suspeitas de falsificação, é o facto de o texto manuscripto de Luis Franco *concordar* em alguns pontos com outro manuscripto, inventado pelo magno fabulista Faria e Sousa, como p. ex., em aquellas tres variantes que servem de substituição ás estrophes 77.ª e 78.ª, a que já alludi, e que contém um grosso erro geographico,[1] o qual, certissimamente, **não** foi commettido por Camões.

D'estas observações resulta que o *Album* Luis Franco exige novo exame minucioso, feito por peritos, não só quanto aos textos que contém, mas ainda quanto ao papel e á lettra.

§ 7.—*Manoel Correa (Montenegro)*.[2]—O frontispicio da edição dos *Lusiadas* commentados, «do grande Luis de Camões, Principe da poesia heroica» impressa em Lisboa no anno de 1613[3] e reimpressa em 1720 juntamente com as restantes obras do poeta, communica ao leitor que o seu erudito commentador, chamado ahi simplesmente Manoel Correa (sem Montenegro), era natural da cidade de Elvas, licenciado em canones, examinador synodal do Arcebispado de Lisboa e Cura da Igreja de S. Sebastião da Mouraria. É comtudo necessario estabelecermos desde já que Correa não pode ter desempenhado este ultimo cargo senão uns quinze annos depois da morte do Poeta, porque só em 1595 é que a antiga ermidinha de S. Sebastião da Mouraria foi transformada em igreja parochial.[4]

É fama commum que Correa era muito versado nas linguas hebraica, grega e latina, e os seus conhecimentos nas duas linguas classicas, pelo menos, são indubitaveis, porque deixou uma traducção (inedita) de Tacito, e carteava-se em latim com o erudito Justo Lipsio.[5] Nos *Commentarios* Correa al-

---

[1] Juromenha, VI, p. 399 e seg., e 419.

[2] Th. Braga chama *Montenegro* a Correa na *Historia de Camões*, I, pag. 251.

[3] Pela amavel intervenção da minha boa amiga, a sr.ª D. C. M. de Vasconcellos, é que obtive emprestada a rara edição dos *Lusiadas* de 1613; o exemplar pertence á selecta livraria do distincto medico e escriptor sr. dr. Carlos Lopes. Agradeço a este cavalheiro a sua franqueza e á minha gentil amiga a sua bondade.

[4] V. Gomes de Amorim, I, p. 25.

[5] Juromenha, I, p. IX e 316, e Carvalho, *Ensaio*, p. 329, Nota 75.

lude repetidas vezes e expressamente á particular amizade e trato intimo que o prendia ao Poeta, contando até que este lhe pedira frequentemente, e com insistencia, que composesse umas «annotações» aos *Lusiadas*. Sendo isso realmente assim, não é de estranhar que Correa se refira nos *Commentarios*, compostos inquestionavelmente antes de 1600[1], a Camões, como ao inspirador directo de algumas observações. Mas o que é muitissimo singular é que estas observações sejam absolutamente destituidas de valor,[2] e até erroneas.[3] Eis porque não dou fé ás affirmações de Correa. O Poeta não pode ter dito o que Correa o faz dizer, a não ser que quisesse zombar do docto ecclesiastico como de um estulto! E o que me causa maior admiração ainda é que, em trechos dos *Lusiadas* que não só admittiam, mas até exigiam impreterivelmente esclarecimentos sobre circumstancias *pessoaes* do Poeta, Correa não os désse ou os tratasse com inaudita sem-cerimonia e superficialidade, fallando do amigo como por mero accidente e de passagem, apesar de ainda não existir em aquelle tempo biographia alguma de Camões.[4] No conjuncto da obra indigesta e massadora de Correa não descubro senão duas notas biographicas que ultrapassem, por pouco que seja, as datas contidas nas obras do proprio Poeta e no seu epitaphio.

E são, em primeiro logar, a indicação (de resto problematica) de *Lisboa* ter sido a sua terra natalicia; e em segundo logar, uns dizeres sobre relações de amizade entre Camões e os religiosos do convento de S. Domingos, reatadas depois da volta da India.

O moderno escriptor F. Gomes de Amorim, censura Correa e tambem Pedro de Mariz,[5] o qual arrematou os *Commentarios* na almoeda dos bens do fallecido ecclesiastico e os publicou, precedidos do seu celebre *Prologo biogra-*

---

[1] A data *antes de* 1600 resulta claramente da maneira como Correa designa os annos do seculo XVI, indicando simplesmente as dezenas e as unidades, mas omittindo as centenas; e isto até o fim dos *Commentarios*. Lê-se, p. ex., nas annotações á estrophe 119.ª do ultimo Canto (vol. I, p. 301 I.) que «o Camões escreveo este livro no anno de 70»: isto é, 1570.— Correa hesitara e tardara demasiadamente. Quando se resolveu afinal a defender a gloria de Camões contra a ignorancia e o desprezo de alguns, a morte sobreveio. Na curta declaração do Commentador «ao Lector», que Mariz fez imprimir (a p. 6) diz: «hoje o faço só por sayr pela honra de Luis de Camões que, por esta sua obra não ser entendida de todos, he calumniada de muytos e declarada de algũs».

[2] Entram n'esta conta, p. ex., as notas á estrophe 40.ª do Canto VI e á 59.ª do IX. Correa não sabia nem adivinhara que Camões se retratou a si proprio no bravo e namorado Leonardo (cfr., *Lusiadas*, IX, 75-82).

[3] Pode servir de amostra a nota aos *Lusiadas*, canto IX, 21.

[4] *Lusiadas*, I, 1; V, 18; VIII, 81; IX, 28, 71; X, 9, 119, 128.

[5] Cfr. *Fontes*, § 12.

phico; e diz muito acertadamente: «D'estes dois homens, um nos engana, caso que não o façam ambos».[1] Em seguida tenta demonstrar que Correa não tem culpa alguma, e que Mariz é o verdadeiro culpado.[2] Procedendo com fins egoistas e interesseiros, ter-se-hia servido do Commentador Correa—que já não vivia em 1611[3]—como de um pretexto e guarda-costas.

Será assim. Ao *meu* vêr todavia, Mariz é honesto, mas imbecil e ignaro, e Correa um sabichão insipido e vaidoso. Julgo por isso indispensavel utilizarmos os dizeres de *ambos* com summa cautela e circumspecção.

Por fim direi que é a este Manoel Correa (Montenegro) que Faria e Sousa attribue um traslado dos *Lusiadas*—escripto, ao que parece, perto de 1630![4] Um trabalho disparatado, estrambotico, completamente absurdo, uma profanação da epopeia nacional, de inaudita ousadia, da qual Faria e Sousa confessa, ainda assim, ter extrahido muitas estancias desprezadas, e muitas variantes que intercalou na sua Edição de 1639!

Oh miseravel impostor! quem te poderá dar fé e credito?

§ 8.—*Diogo do* (ou de) *Couto.*—Nasceu em Lisboa, no anno de 1544 (a ser exacta a noticia de que embarcara em março de 1559 para a India, na idade de *quinze annos*, como elle mesmo affirma)[5] ou em 1542,[6] caso seja mais authentica outra nota, tambem auto-biographica, sobre a sua primeira campanha: uma expedição maritima, emprehendida em abril de 1560, na qual tomou parte, tendo (conforme diz) *dezoito annos.*[7] Depois de militar na India

---

[1] Amorim, I, p. 27.

[2] Id., I, p. 20-39 e II, p. 299-327.

[3] As datas das «licenças» são de fevereiro e abril de 1611. N. Mariz, p. 3 e cfr. *Fontes* § 12.

[4] Storck, V, p. 383 e seg.

[5] V. Couto VII, 8, 2.*

[6] Esta data foi aceite, como verdadeira, pela maioria dos historiadores portugueses, p. ex., por Manoel Severim de Faria na *Vida de Diogo do Couto*, que faz parte dos *Discursos Varios*, mas accompanha tambem (sem indicação do nome do biographo) as *Decadas da India*, na edição de Lisboa (1736, vol. I, fl. 3.**

[7] Couto, VII, 9, Cap. 12.***

---

* «Prestes esta armada, deo toda junta á vela em março deste anno de 59, em que andamos... O Capitão mór Pero Vaz de Siqueira escolheo pera si a nao Flor de la mar, em que se embarcou o Bispo D. Fr. Jorge Themudo que hia por Bispo de Cochim, *com quem eu passei tambem á India, moço de quinze annos*», etc.

** Accompanha ainda os *Ineditos* publicados por Lourenço Caminha em 1808.

*** ...«na galeota de D. Jorge de Menezes onde eu estava embarcado... e eu hia com elles, *que era então de dezoito annos* e desejoso de ganhar honra...»

durante um decennio, regressou à patria (1569–70), seguindo no anno immediato novamente para Goa (6 de setembro de 1571). Ahi é que Couto foi nomeado, por despacho d'El-Rei D. Felipe I de Portugal (1580–98) «continuador das Decadas da Asia de João de Barros» 1496–1570) e mais tarde «Chronista e Guarda-mór do Archivo do Estado da India», ou seja da «Torre do Tombo de Goa». Na metropole da India falleceu a 10 de dezembro de 1616.

É o proprio Couto quem, escrevendo, na Decada VIII da Asia, quarenta annos depois de succedidos, os acontecimentos do inverno de 1569 a 1570,[1] menciona occasionalmente e de passagem um serviço de amigo,[2] prestado por elle e pelos seus companheiros a Luis de Camões, que vivia n'aquelle tempo pobre e miseravel em Moçambique. Ahi diz que o poeta «acabou de aperfeiçoar» os *Lusiadas* e «ia escrevendo em hum livro» (de poesias lyricas) que intitulava *Parnaso*, o qual lhe furtaram pouco depois e que nunca mais lhe foi restituido; accrescentando que «em Portugal morreo este excellente Poeta em pura pobreza».

Camões communicara a Couto os seus *Lusiadas* (conforme o Chronista contou em 1611, em carta, a um amigo seu), pedindo-lhe para que os illustrasse com notas.[3] Accedendo a este rogo, Diogo do Couto começou uns commentarios, hoje desconhecidos, mas que chegaram apenas até ao Canto V.[4]

---

[1] As Decadas VIII e IX, que em 1614 estavam promptas para a impressão, foram roubadas ao auctor, que tornou a recompôr a sua obra, condensando a materia em um só volume. Furtaram-lhe mais outro manuscripto, *O Soldado pratico*, que alguem levou para Portugal, onde foi divulgado em copias. Couto escreveu de novo ainda esta obra, dando lhe outra redacção differente da primeira. *

[2] V. *Vida*, § 349.

[3] Faria Severim, *Vida do grande Luis de Camões*, fl. 4^b. **

[4] Couto, vol. I, fl. 4.ª e seg. da edição lisbonense de 1736.***

---

* Ambas existem hoje impressas.

** «Vinha tambem nesta nao Diogo do Couto que depois foy Chronista & primeyro Guarda-mór do Tombo do Estado da India o qual diz em huma carta que no anno de 1611 escreveo a hum amigo seu deste Reyno que por o ser grande de L. de C. lhe comunicou elle a obra dos seus Lusiadas & que lhe pedio os quisesse comentar, o que Diogo do Couto fez depois em parte, como em sua vida se verá».

*** «Teve particular amizade com o excellente Poeta L. de C., o qual o consultou muitas vezes e tomou seu parecer em alguns lugares das suas Lusiadas, e a seu rogo commentou Diogo do Couto este seu heroico Poema chegando com os Commentarios até o V Canto o qual não acabou de todo por outros impedimentos que lhe occorrerão; porém nem por isso deixão de ser muito estimados estes seus fragmentos, e em poder de D. Fernando de Castro, Conego de Evora, está o volume original d'elles que foi de seu tio D. Fernando de Castro Pereira, a quem Diogo do Couto o enviou por ser particular *amigo seu*».

É estranhavel que este companheiro, «intimo amigo e matalote» do Poeta, nos dê a lista de todos os capitães e sub-capitães que tomaram parte nas campanhas asiaticas, por terra e por mar, registando conscienciosamente os seus cargos, a sua prosapia e filiação, e que não nos informe abundantemente sobre as circumstancias de Camões. Será porque o auctor dos *Lusiadas* nunca governou um navio, nem capitaneou soldados, não merecendo, portanto, que um *historiador* désse conta dos seus feitos?[1] É, pelo menos, esta a unica resposta que podemos dar áquelles que perguntarem porque seria que Couto não nos fallou de Luis de Camões nem mesmo como *guerreiro*.[2]

§ **9.**—Em quarto logar nomeio umas *Lembranças*, attribuidas a Diogo de Paiva de Andrade (nascido em 1576) e aproveitadas em 1880 por Camillo Castello Branco. Não me inspiram confiança.[3] Tratam dos amores de Camões com uma dama do paço e de quattro (!) desterros que o Poeta teria padecido por causa d'ella. Tendo que avaliar estes apontamentos na *Vida*, restrinjo-me aqui á simples registração do opusculo.

§ **10.**—Devem occupar o quinto logar os primeiros biographos de Camões. A nova geração de epigonos que chegou á edade viril no ultimo quartel do seculo XVI, imprimiu e reimprimiu reiteradas vezes as suas poesias, sem que um unico entre tantos admiradores aproveitasse estas bellas occasiões convidativas para apresentar ao publico uma *Vida do Poeta*. Pondo de parte, como mais que duvidosa, a problematica edição das *Rimas*, de 1601,[4] temos no periodo que decorre de 1580 a 1613 cinco reimpressões diversas dos *Lusiadas*, datadas de 1584, 1591, 1597, 1607, 1609 e 1612. Appareceram

[1] Cfr. Couto, VII, 8, 4 e 8, 7.—Se Couto tivesse examinado cuidadosamente o Archivo da Torre do Tombo de Goa, cuja guarda estava a seu cargo desde 1595, por ordem real, e se compulsasse egualmente com desvelo a Matricula Geral da Casa da India á procura do nome de Camões, a posteridade ficava conhecendo mais minuciosamente os factos da vida do Poeta durante o periodo de 1553 a 1567.—Cfr. Juromenha, I, p. XI e XVII. *

[2] Lobo, *Memorias da Academia Real*, VII, p. 203 e Juromenha, I, p. X.

[3] C. C. Branco, *Luis de Camões*. Notas biographicas, p. 14.

[4] V. Juromenha, I, p. 453.

* Accrescento *talvez*, duvidando que assim fosse, porque sabemos pelo proprio Diogo, qual era o estado do Archivo e qual a incuria e o desleixo pernicioso dos empregados, que deixavam perder innumeras antiguidades dignas de memoria! Cfr. **Segunda Parte**, Supplemento aos §§ 20-33. Mas dou por certo que Couto não procurou «documentos» sobre a vida militar de Camões, porque o soldado lhe era indifferente, ou, mais ainda, porque o *homem* genial com as suas caprichosas irregularidades lhe era até antipathico. O que elle estimava era o ***poeta***, o ***artista***.

tambem pela primeira vez em 1587 os autos dos *Amphitriões* e de *Filodemo. (El-Rei Seleuco* só veiu á luz em 1645). As *Rimas*, em collecções cada vez mais volumosas, publicaram-se em 1595, 1598, 1607, 1608 (?) e 1611 (?). De sorte que dez ou doze vezes houve ensejo propicio para a redacção de umas notas biographicas! Mas ninguem o aproveitou!

Apenas duas das citadas edições contêm referencias ao Poeta: a mal acreditada edição dos *Piscos*,[1] publicada em Lisboa, no anno de 1584 por Manoel de Lyra, e a edição das *Rimas* que Pedro Craesbeeck fez em Lisboa, em 1607.

A primeira relata, em nota ao Canto VII, 80, concisamente, o naufragio de Camões na bocca do rio Mecon, repetindo d'este modo em prosa o que o proprio poeta contou em verso, no Canto X, 128.[2]

A outra edição merece uma menção honrosa por conter uma indicação sobre a verdadeira terra natalicia do Poeta, a mais antiga entre as que existem. Domingos Fernandez, que a fez imprimir á sua custa, era livreiro da Universidade de Coimbra, e durante muitos annos administrador da bibliotheca publica d'aquelle estabelecimento scientifico.[3] Se o calculo de elle ter principiado a sua carreira official perto de 1595 fôr exacto, a sua primeira juventude coincidiria ainda com os ultimos annos do Poeta, e n'este caso poderia, muitissimo bem, ter tido relações com verdadeiros coevos do «*Principe de humana poesia*», para empregar um dicto seu, tendo azo para recolher em Coimbra o que a tradição contava sobre elle, e para apurar aquillo que tinha visos de fidedigno. Infelizmente, as datas positivas contidas na dedicatoria á Universidade de Coimbra, restringem-se a assentar reiteradas vezes, ora em phrase chã e singela, ora em locuções figuradas,[4] que o Camões *nascera*, fôra criado e era honrado em Coimbra.

---

[1] A alcunha de *Edição dos Piscos* provém de uma nota disparatada, em que o annotador, commentando o pouco usado adjectivo *piscoso (Lusiadas,* III, 65, 2, ou antes III, 47, 2, n'aquella edição «emendada», truncada pela censura) o deriva, não do latim *piscis* como deveria, mas sim do nome de passaro portuguès *pisco,* dizendo: *Chama piscosa* (Cezimbra) *porque em certo tempo se ajunta ali grande cantidade de piscos pera se passarem a Affrica.*—Veja-se no *Diccionario Bibliographico Portuguez,* vol. XIV, (de Brito Aranha) o facsimile segundo, e o texto da p. 4.

[2] Juromenha, I, p 447 e seg.

[3] Id., I, p. 454 e seg.

[4] Cfr. *Vida,* § 13. Seja dito de passagem que ha duas edições, typographicamente diversas, com a data de 1607, e que ambas levam a indicação de serem obras sahidas dos prelos de Pedro Craesbeeck. Uma, a primeira e verdadeira, tem no rosto a esphera armillar com a divisa *In Deo;* a outra, falsificada, apresenta, pelo contrario, as armas de Portugal.— Cfr. Tito de Noronha, «Camões: Rimas de 1607» no *Annuario da Sociedade Nacional Camoniana* (vol. I, p. 22 e seg.) e *Diccionario Bibliographico,* XIV, p. 39 e seg.—

§ **11.**—O empenho muito natural de querermos explicar de qualquer fórma o phenomeno singular já apontado—refiro-me ao excessivo laconismo dos contemporaneos com respeito á biographia do Poeta—poderia levar á hypothese de que editores e livreiros quisessem poupar-se a trabalhos e despesas.

Parece, comtudo, que não é este o verdadeiro motivo do silencio geral.

Se tal fosse, como é que o poeta, licenciado e advogado Fernão Lobo Soropita (fallecido pouco depois de 1619)[1] escreveu o Prologo ao Leitor, que é extenso e erudito, apesar de pouco substancial? E como é que o mesmo Prologo foi reeditado pelo livreiro Estevão Lopez na primeira edição das *Rimas* (Lisboa, 1595)? Certamente, porque prosas rhetoricas no genero de Soropita, recheiadas de sabedoria apparatosa e banal, estavam então na moda e continuaram a ser bem vistas e bemquistas do publico portuguez, conforme resulta da repetida reimpressão da prosa de Soropita (1616, 1779, 1782, 1815).

Em segundo logar, na dedicatoria do mercador de livros Estevão Lopez a D. Gonçalo Coutinho, datada de Lisboa (27 de fevereiro de 1595),[2] falla-se no serviço que este benemerito fidalgo, da casa de Marialva, prestara ás cinzas do Poeta, melhorando a sua campa, e ornando-a com uma lousa commemorativa.[3] Mas—ouçam e pasmem!—o epitaphio, composto, o mais tardar, só quinze annos depois do fallecimento de Camões, equivoca-se na indicação do anno da morte! E mais ainda: as asserções sobre o embellezamento da campa são tão pouco claras, tão incompletas e tão contradictorias, que nem mesmo ficamos sabendo se houve trasladação, e se D. Gonçalo Coutinho, encontrando os ossos d'este admiravel varão, os fez levantar do primitivo jazigo, dando-lhes em seguida sepultura nova, no mesmo ou em outro logar, ou se não os encontrou!

Basta! e rebasta!

Convém antes chegarmos depressa aos biographos mais antigos de Camões: *Pedro de Mariz, Manoel Severim de Faria*, e *Manoel de Faria e Sousa*.

§ **12.**—*Pedro de Mariz*, natural de Coimbra, onde nasceria perto de

---

Quem, aproveitando o exemplar da 1.ª edição, legitima, pertencente á Bibliotheca Municipal do Porto, copiou e assentou para o meu uso especial, todos os pormenores necessarios, foi a minha boa amiga, C. M. de Vasconcellos, cuja obsequiosidade aqui novamente agradeço.

[1] Veja-se C. M. de Vasconcellos, *Versuch über den Palmeirim da Inglaterra*, p. 31, Nota 3.

[2] Braga, *Historia de Camões*, I, p. 387.

[3] Juromenha, I, p. 451.

1550,[1] e fallecido em Lisboa a 24 de novembro de 1615,[2] presbytero secular, bacharel em Canones, Guarda-mór da Livraria da Universidade de Coimbra,[3] e Corrector na typographia de seu pae Antonio de Mariz,[4] é digno do nosso reconhecimento por ter recolhido algumas noticias biographicas ácerca de Camões, tentando depois coordenar os materiaes que juntara, e esboçando assim o primeiro ensaio sobre a physiognomia intellectual do Poeta— tentativa que aliás falhou completamente.

Está quasi fóra de duvida que foi a arrematação dos *Commentarios* de

---

[1] A estreia de Mariz (os *Dialogos de varia historia*) fôra impressa em 1594, na officina do pae.

[2] Confira-se Antonio de Abreu, *Obras ineditas*, Lisboa, 1805. p. 174.*

[3] Uma das edições das *Rimas* de Camões impressas em 1616, intitula-o simplesmente *Licenciado*; a outra chama-o *Licenciado, Escrivão e Reformador da Torre do Tombo*.— Veja-se Brito Aranha, n.os 22 e 23. do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. XIV, p. 54 e 57.

Segundo J. Ramos Coelho (*Instituto*, XXXIII, 2, p. 128), Mariz figurava ainda em Coimbra como bedel de canones, corrector da imprensa e guarda da livraria.**

[4] V. Juromenha, I, p. 314.— Pelo que vejo, ha obras sahidas dos prelos de Antonio de Mariz desde a data de 1546 e até 1573. Compare-se Freire de Carvalho, *Ensaio*, p. 313.***

---

* O texto, a que Storck nos remette, não é de Antonio de Abreu, mas sim de *A. Coelho Gasco*. Este é o verdadeiro auctor da *Conquista, antiguidade e nobreza de Coimbra*. No cap. 32 d'esta obrinha que trata «De alguns Varões illustres da cidade de Coimbra» diz (a p. 174): «Não menos digno de louvor... é o grande Pero Maris, tão illustre nas historias e antiguidades deste Reino, que nella (isto é, nesta cidade) nasceo e que faleceo em Lisboa no anno de 1615 a 24 de Novembro», (data que, aliás, falta no *Diccionario* de In. da Silva). Uma data aproximativa já a conheciamos da edição das *Rimas* de 1616, em cujo Prologo de 19 de março do mesmo anno de 1616, Domingos Fernandez confessa: «Folgara eu que fôra vivo o mesmo P. de M.».

O pequeno lapso de Storck provém de que o meu amigo utilizou um exemplar encadernado dos *Ineditos* de A. L. Caminha, de 1805, em que a prosa de Coelho Gasco e os versos de Antonio Abreu têm apenas **um** *Frontispicio*, a saber: aquelle que diz respeito a Abreu! Na falta do *Discurso Preliminar* (IV pp.), que costuma preceder as prosas de Gasco, tanto na edição de 1805 como na de 1807, tendo em frente de si apenas o *Frontispicio* commum ás duas obras (que eu conheço na 2.ª edição de 1807) o meu bom amigo não chegou a inteirar-se do nome Coelho Gasco, e julgou que o livro sobre Coimbra era tambem obra de Abreu.

Uma observação incidental de Braga (*Historia de Camões*, I, 246) poderia ter-lhe explicado o caso.

** Joaquim Martins de Carvalho, no seu importante estudo sobre a *Imprensa em Coimbra*, diz que fôra tambem provedor do hospital da Castanheira.

*** As datas ministradas por Freire de Carvalho, não são exactas. Antonio de Mariz estabeleceu a sua typographia em Coimbra em 1556, dez annos depois da data geralmente aceite

Correa (por occasião da almoeda a que se procedeu depois da morte do endevidado ecclesiastico) que despertou no arrematador a opportuna ideia de ampliar as laconicas notas biographicas, contidas n'aquella esteril obra de exegese, e de as publicar em seguida. Mariz deu á luz os «Commentarios» em 1613, intercalando as glosas de Correa por entre as respectivas estancias, e alterando aqui e acolá o seu teor, com auctorisação do proprio auctor, pelo que diz. O seu trabalho individual—um *mare magnum* de notas indigestas, agglomeradas sem methodo nem critica,[1]—serve de introducção ao respectivo volume, e tem a epigraphe: *Ao estudioso da lição poetica P. M.*[2] No fim o auctor assigna com todo o seu nome, mas sem indicar a data nem o logar onde andava compondo o Prologo biographico, subministrando-nos d'este modo um problema incommodo a resolver, visto que ficamos sem saber ao certo o que significa a formula **esta cidade**, que se repete diversas vezes no texto. Parece-me, porém, quasi certo que **esta cidade** deve entender-se de Lisboa, onde a edição foi publicada, e não de Coimbra, onde o auctor residia.

Costuma-se contar que Pedro de Mariz já escrevera anteriormente uma biographia, publicando-a em 1601 com algumas *Rimas*. Faria e Sousa, na segunda «Vida do Poeta»[3] dá aquella presumptiva edição de 1601 como quarta. E Thomaz José de Aquino[4] faz tambem menção d'ella, de fórma a inculcar que

---

[1] F. A. Lobo, (*Historia e Memorias da Academia*, vol. VII, p. 159) accusa-o redondamente de *grosseira ignorancia*.

[2] Este Prologo biographico de Mariz foi reimpresso, juntamente com o Prologo de Soropita, na segunda parte das *Rimas* (Lisboa, 1616; a primeira parte fôra reeditada em 1614) pelo mercador de livros Domingos Fernandez que, lamentando a morte de Mariz, gaba o seu eloquente estylo (!?). Cfr Juromenha, I, p. 458 e seg., e Brito Aranha, I, p. 55.

[3] Faria e Sousa, *Rimas varios*, I, fl. 14b, § 28.

[4] Th. J. de Aquino, I, p. LXVIII.

---

como principio da sua actividade. A edição das obras de Pedro Nunes, a que Carvalho se refere, *De Arte atque ratione navigandi*, sahiu effectivamente dos prelos de um impressor da Universidade: mas este cargo privilegiado ainda não pertencia então a Antonio de Mariz; pertencia, sim, a seu sogro João Alvares, de parceria com João de Barreira. A officina de Mariz, cuja estreia foi a *Logica do Estagyrita* (1554), ficou sendo uma imprensa particular até 1590, anno da morte de João Alvares. Obras suas ha-as não só até 1573 (como Storck diz na nota 4.ª), ou até 1594 (segundo se infere da nota 1.ª), mas até 1597, porque foi n'esta data que o pae imprimiu os *Dialogos* do filho. A impressão foi concluida longe de Coimbra, em Sarnache dos Alhos, n'uns Moinhos ditos do Arcipreste, por meio de um prelo portatil de Antonio de Mariz, porque este fugira da horrivel peste, que então começava a assolar o reino. A composição do texto já estava prompta a 8 de abril de 1597. O activo e elegante impressor morreu em 1600. A particularidade que o filho, mencionando a peste no opusculo sobre Camões, accrescenta um saudoso «de que Deus nos livre!», suggere-me a ideia, que o pae Antonio, apesar de fugido, adoeceria em 1599 do temido flagello, succumbindo ás suas consequencias, logo depois.

a viu. Mas apesar d'estas duplas affirmações, continua hoje desconhecida,[1] e a unica particularidade que nos contam d'ella, a asserção de que até 1601 doze mil exemplares[2] dos *Lusiadas* tinham sido impressos ou vendidos, acha-se textualmente repetida na edição de 1613. Mas sendo impossivel considerar authenticos os mesmos algarismos em ambas as datas, porque entre 1601 e 1613 não houve menos de tres reimpressões,[3] surgem aqui duvidas e suspeitas!

Cada um dos dados biographicos que Mariz apresenta, será examinado, esmerilhado e criticado no respectivo paragrapho da *Vida*. Procederei da mesma maneira com as asseverações dos biographos posteriores.

§ 13.—*Manoel Severim de Faria* ou *Manoel de Faria Severim*[4] (nascido em 1585, morto a 25 de setembro de 1655, natural de Lisboa, Conego e Chantre na egreja cathedral ou santa Sé de Evora, pelas renuncias que n'elle fizera um seu tio em 1608 e 1609) publicou um volume de *Discursos varios politicos* (Evora, 1624) reimpressos em 1791.* N'elles se comprehende uma *Vida de Camões*, a primeira digna d'este nome.

A sua exposição, que ainda hoje attrahe e agrada, e para a qual o muito esclarecido sacerdote ajuntára materiaes com diligencia e boa critica, aproveitando as datas assentes na tradição e as passagens auto-biographicas das poesias de Camões, não alcançou grande fama entre os coevos, nem tão pouco entre os posteros, apesar de Faria e Sousa ter exalçado com justiça os seus meritos.[5] Quasi um seculo decorreu até que esta *Vida* fosse incluida n'uma edição das obras camonianas.[6]

Além d'isso é digno de nota que Severim de Faria[7] tivesse de defender o grande Epico contra as criticas injustas e malevolas de certos censores de en-

---

[1] Cfr. Juromenha, I, p. 453 (que se engana affirmando que Faria e Sousa fallara da edição problematica de 1601, como de *quinta* impressão) assim como Brito Aranha, I, p. 39 e 43 e seg.

[2] Mariz, p. 8 e seg.

[3] Tres ou mesmo quattro, porque houve contrafação com a data 1609, a qual, está visto, nada tem com a data real da reproducção clandestina. Cfr. Brito Aranha, I, p. 46.

[4] Veja-se o rosto da edição de 1720, que dá o nome na primeira fórma.

[5] F. A. Lobo reconhece a sua diligencia e boa critica! ou seu *bom juizo*, (p. 159 a 160).

[6] Na edição de 1720.

[7] V. *Fontes*, § 7. Nota 5.

* O interessante volume contém tres biographias: a *Vida de João de Barros*, (acompanhada de um Elogio latino: *In Imaginem Ioannis Barros*), a de *Camões*, (egualmente com o Elogio destinado a illustrar a effigie do Poeta), e finalmente a de *Diogo do Couto;* além d'isso quatro ***Discursos*** que versam sobre a ***assistencia d'El-Rei em Lisboa;*** o ***Exercicio da Caça;*** e a ***Origem das Vestes sacerdotaes.***

tão: e tambem que illustrasse a *Vida* com um retrato do Poeta,[1] mandado gravar depois de 1570 pelo seu sobrinho Gaspar Severim de Faria (ou Gaspar de F. S.) sobre uma pintura antiga, coeva, proveniente do espolio de Manoel Correa.[2] O gravador era um mestre flamengo, chamado A. Paulus (Antonio ou Andreas).[3] Conheço a gravura, que foi reproduzida muitissimas vezes, apenas por uma photographia do *Album da Exposição portuense*, que fez tirar Joaquim de Vasconcellos por occasião do tricentenario.[4]

§ **14.**— *Manoel de Faria e Sousa*,[5] o incansavel polygrapho, compôs duas vidas diversas do Poeta, ambas em castelhano.

A primeira *Vida del Poeta* appareceu juntamente com o diffuso *Commentario aos Lusiadas* (Madrid, 1639). Esta biographia depois não satisfez o auctor. Escreveu, por isso, outra, para a qual aproveitou uns documentos a que já nos referimos, julgados geralmente authenticos, e que dizem respeito à viagem do Poeta à India. Modificou além d'isso varias asserções, dando por factos verdadeiros e indubitaveis uma serie de hypotheses vãs e phantasticas; servindo-se de poesias apocryphas, tiradas sem escrupulo das Obras de outros poetas peninsulares, de nomeada geral, que elle explorou sem dó nem consciencia, a favor do seu Mestre idolatrado. E sobre semelhantes dados, apurados sem critica alguma, teceu parte do seu arrazoado.[6]

É um trabalho extremamente difficil e arduo o desmascarar todas as suas falsificações e expurgar erros hoje inveterados.[7]

---

[1] Cfr. Severim. fl. 12.ª e seg., e Juromenha, I. p. 130 e seg. O meu amigo Joaquim de Vasconcellos, fallando do retrato, diz: que é o primeiro e unico que se recommenda á nossa consideração por titulos authenticos: e é d'elle que, mais ou menos directamente derivou a extraordinaria collecção de retratos divergentes do Poeta, espalhados por toda a parte. Cfr. *Circulo Camoniano*, I, p. 33.

[2] Sobre Gaspar Severim de Faria releia-se Schäfer, *Historia de Portugal*, IV, p. 473.

[3] *Circulo Camoniano*, I, p. 34.

[4] J. de Vasconcellos, *Album da Exposição Camoniana*, Porto, 1880.

[5] É na *Vida* (§ 18 *B.*) que o leitor encontrará copia dos documentos mais importantes, e o meu processo-crime contra Faria e Sousa.

[6] F. A. Lobo (*Historia e Memorias*, VII, p. 160) confessa que Faria e Sousa *antes queria cortar difficuldades que desatallas, e mais vezes o governara o capricho que a razão*, referindo-se pouco depois ao seu *arrojo* e á sua **temeridade** como Commentador.

[7] Em muitos casos é *impossivel* restituir o texto primordial das Poesias Camonianas, que passaram pelas mãos de Faria e Sousa, porque as alterou *ad libitum*, e hoje faltam os originaes de que se serviu. É o que confessam com circumloquios transparentes as proprias palavras do commentador: *Otras alteraciones escuso apuntar, porque ya dixe que uso de los Manuscritos quando los hallo mejorados.* (*Rimas varias*, IV, 19ª e seg. Notas á Elegia 2.ª, verso 33).

Essa segunda *Vida* não foi publicada se não depois da morte do auctor, na impressão das *Rimas varias*, (Lisboa 1685 e 1689), iniciada debaixo dos auspicios de seu filho, o Capitão Pedro de Faria e Sousa, mas que ficou, infelizmente, incompleta.

É digno de nota que este Português, o enthusiasta mais fanatico que se occupou de Camões, se servisse do idioma castelhano tanto nas suas proprias creações poeticas, como nos seus numerosissimos[1] escriptos em prosa (em parte ineditos), que estão litteralmente atulhados de erudição. Só n'um terço dos seus Sonetos, e em uma parte das suas Eglogas é que empregou a lingua materna. Foi no idioma dos inimigos da patria que elle escreveu durante a epocha da servidão nacional a historia da mesma patria; foi na lingua dos inimigos da patria que elle, Portuguès nado e criado, commentou as obras do genio mais genuinamente nacional entre todos os Portuguèses. Não será isto menosprezar de um modo culpavel a mais sagrada e inalienavel herança dos antepassados? É, ou não, um peccado quasi mortal, commettido contra a epopeia dos *Lusiadas*, o baluarte mais poderoso e mais nobre da nacionalidade lusitana? A desculpa, allegada por Faria e Sousa, de que tudo quanto se escreve em portuguès é lettra morta, excepto para Portuguèses, por causa das difficuldades que esta lingua, cheia de grandeza e magestade, apresenta ao curioso,[2] é um palavriado vão e desprezivel.

Fico por aqui, deixando de remissa o exame critico de cada uma das datas das duas *Vidas*, mas assentando desde já que, apesar de senões tão palpaveis na obra de Faria e Sousa, os estudos camonianos lhe devem muito.[3]

§ **15.**—Depois da publicação da segunda *Vida* de Faria e Sousa, um seculo decorreu quasi, sem que apparecesse alguma nova biographia camoniana de importancia. Sobrevém então um periodo de bastante actividade, em que William Julius Mickle,[4] o Padre Thomaz José d'Aquino,[5] D. José Maria de Sousa Botelho (Morgado de Matteus),[6] John Adamson[7] e D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Vizeu[8] deram nova fórma aos antigos materiaes (que

---

[1] Além de cem volumes *in folio*. Cfr Juromenha, I, p. 336.

[2] V. *Epitome de las Historias Portuguesas*, Prologo, fl. 1.ª.

[3] Com relação á segunda *Vida* não posso annuir aos elogios que F. A. Lobo lhe tributa. (p. 161, nota *a*).

[4] A *Vida de Camões*, de Mickle, só appareceu quando a traducção foi impressa pela segunda vez. (Oxford, 1778).

[5] *Obras do grande Luis de Camões*. Lisboa, 1779-80.

[6] *Os Lusiadas*. Paris, 1817 (edição esplendida, de luxo) e 1819 (edição de uso).

[7] *Memoirs of the life and writings of Luis de Camoens*. London, 1820.

[8] *Memoria historica e critica ácerca de Luis de Camões e das suas Obras*, publicada

não souberam augmentar), esforçando-se por explicar mais a fundo as poesias de Camões, e extrahindo a essencia d'ellas.

Pouco mais tarde João Baptista da Silva Leitão, Visconde de Almeida Garrett (1799–1854), o iniciador da Escola Romantica em Portugal, deu um impulso vigoroso e efficaz ao estudo do Poeta com o poema epico-dramatico *Camões* (Paris, 1825).[1]

O energico toque de clarim, com que perguntou:

> Onde jaz, Portuguezes, o moimento
> que do immortal cantor as cinzas guarda?...

e a que deu resposta com tons plangentes de vilipendio apaixonado:

> Nem o humilde logar onde repoisam
> as cinzas de Camões, conhece o Luso!

não se esvaeceu sem ter encontrado um forte echo repercutidor, e originado uma grande faina.

Rebuscaram-se os ossos do Poeta, a meu vêr sem resultado; descobriram-se poesias e documentos; levantaram uma estatua na capital (a 9 de outubro de 1867);[2] surgiram novas biographias e novas edições de todas as obras camonianas, publicadas primeiro pelo Visconde de Juromenha (Lisboa, 1860–69), e depois por Theophilo Braga (*Historia de Camões*, Porto, 1873–75, e *Obras completas*, Porto, 1873). Finalmente, tivemos as incomparaveis festas nacionaes do tricentenario,[3] a 10 de junho de 1880, celebradas por toda a parte onde se falla a lingua portuguêsa,— festas em que collaboraram tambem as mais nações romanicas e as germanicas, contribuindo para a gloria do immortal Poeta com uma colheita abundante de escriptos festivos.

---

na obra *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. VII, p. 158 a 279. Lisboa, 1821.

[1] *Obras do V. de Almeida Garrett.* Tomo I, *Camões*, Canto X, p. 191.

[2] Foi o fallecido rei D. Luiz I, (1861-1889) quem lançou a primeira pedra do monumento, a 28 de junho de 1862.

[3] O primeiro em data que convidou os portuguêses a celebrarem o anniversario da morte do Poeta foi o distincto poeta João de Lemos (de Seixas Castello Branco), n'um artigo impresso no dia 10 de junho de 1857.— Cfr. Juromenha I, p. 413.

II

INTRODUCÇÃO HISTORICA

§ **1.**—Pedro de Mariz contou em 1613 aos seus conterraneos que, pouco depois da morte de Luis de Camões, o cantor dos *Lusiadas*[1] já tinha entre os seus admiradores um enthusiasta allemão. «Nos nossos dias—é o primeiro biographo do Poeta que tem a palavra[2]—nos nossos dias, um fidalgo allemão escreveu a um seu correspondente n'esta cidade (de Lisboa), pedindo-lhe informações sobre a sepultura de Camões. Caso que não a tivesse sumptuosa, tratasse com a cidade para obter a licença de trasladar para a Allemanha os ossos do Poeta, com a reverencia que se devia a um varão tão insigne. Ahi elle lhe faria um tumulo superbissimo, egual aos dos mais famosos da antiguidade».[3]

O plano é singular! Quem seria o tal Allemão, sem nome e sem residencia conhecida?

---

[1] *Lusiadas* quer dizer «filhos ou descendentes de Luso». Este mythico amigo, filho e companheiro, na India, do Deus Baccho, passa por se ter apoderado de Portugal, onde a lenda o faz fundar Ulyssipolis ou Ulysippo, governando-a como Rei durante uma geração. Cfr. Storck, *Sämmtl. Gedichte,* III, p. 372; IV p. 385 e V p. 487.

Camões emprega, para designar os seus conterraneos, além de *Lusiadas* e *Portuguêses* o termo *Lusitanos*, tirado do latim *Lusitani,* com que os humanistas nacionaes começaram a substituir nos seus livros, desde o fim do seculo XV, o antigo nome de **portugalenses**. Essa innovação, perpetuando-se entre os eruditos, tornou-se por fim uma crença nacional e quasi popular, no dizer de Oliveira Martins. *(Hist. de Port.,* I, 2).

[2] Pedro Mariz, *Prol. Biogr.,* p. 9.

[3] Cfr. Faria e Sousa, *Vida* (2.ª), § 36.

Nem se torna mais acreditavel pelo pequeno accrescento que o fabulista Faria e Sousa lhe applicou, transformando o correspondente ulysiponense tambem em Allemão, ou compatriota «natural» do enthusiastico admirador de Além-Rheno, apesar de o facto em si, de alguem nas terras germanicas conhecer então as obras camonianas, não ser tão estranhavel. Já no anno de 1559 havia em Colonia um impressor de livros que editava textos portuguêses;[1] e muitissimo antes existiam relações commerciaes, authenticadas por documentos, entre Allemanha e Portugal; p. ex., entre Lisboa e Strassburgo já em 1382.[2]

Forçoso é, comtudo, deixar suspensa a questão do mausoleo.

§ 2.—O nome Luis de Camões apparece citado pela primeira vez por um Allemão, em certa obra escripta em latim e impressa em principios do seculo XVIII, (1710) o *Atlas novus seu Geographia Universalis* de Heinrich Scherer. Lá encontramos o *insigne Poeta* e *Virgilio Lusitano Ludovicus Camoens*, do qual se conta laconicamente—«que, ludibriado pelos vaivens da fortuna e perseguido por todo este mundo, morreu afinal na sua patria, pobre e miseravelmente».[3]

A primeira obra, porém, redigida em lingua allemã, que menciona o Cantor dos *Lusiadas*, sahiu á luz um lustro depois. É a *Encyclopedia* do dr. Johann Burkhard Mencken (1675–1732).[4]

---

[1] Na officina de Arnold Birckmann publicou-se n'aquella cidade, e com a data marcada, a bella e melancholica egloga «*Crisfal*» de Christovam Falcão, juntamente com algumas cantigas e a novella allegorica *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, isto é, as obras de dois contemporaneos de Camões, mas que floresceram uns decennios antes d'elle.

[2] Cfr. *Litterarische Beilage zur Gemeinde-Zeitung für Elsass-Lothringen*. (Supplemento litterario á *Gazeta Provincial* da Alsacia e Lorena, de 23 de abril de 1881 n.º 17, p. 67).—O documento a que me refiro, foi publicado pelo director d'aquelle jornal, o sr. dr. W. Wiegand, depois de eu o ter lido, copiado, traduzido e accompanhado de um commentario. Fôra pela primeira vez ratificado *na dita cidade de Lixboa nass cassas da morada do dito Anryque Armeyro, dez dias d'outubro, era de mil e quatro centos e vynte annos*, isto é, no anno de 1382, da Era christã (imposta em Portugal por uma Ordenação de D. João I, de 15 de agosto de 1422—era de Cesar 1460).

[3] Cfr. Storck, III, p. 399.

[4] Cfr. J. B. Mencken, *Compendiöses Gelehrten-Lexikon*, Leipzig 1715, p. 404. Sete annos antes já publicára, juntamente com Johann Christian Biel, de Braunschweig, uma dissertação sobre os *Homens celebres por merito militar ou litterario*: *Dissertatio de viris militia aeque ac scriptis illustribus*, (que eu desconheço) 1708. No *Diccionario dos Homens de sciencia* ampliou e arredondou os seus materiaes, introduzindo, com outros artigos, pelo que parece, o que trata de *Camoens*. O filho do auctor, Friedrich Otto Mencken (1708-1754)

O merito de ter compulsado, assiduamente, antes de todos os seus compatriotas, as obras do poeta, ou, pelo menos, os *Lusiadas*, compete a Johann Nikolaus Meinhard. No anno de 1762 publicou este sabio nas «Contribuições eruditas» para o *Diario de Braunschweig*, a traducção em prosa de alguns trechos da epopeia, o celeberrimo episodio de D. Inês de Castro e o do Adamastor.[1] *(Ge'ehrte Beitraege zu den Braunschweiger Anzeigen)*.

§ **3.**—Depois de dados estes primeiros passos, muitos trilharam o mesmo caminho. Pode-se dizer que quasi não decorreu um decennio sem que escriptores allemães chamassem a attenção do seu publico para o insigne Poeta Português, ora traduzindo em prosa e em verso parcellas da sua obra, ora referindo-se ao Cantor dos *Lusiadas*, em Poesias e Historias de Litteratura, ora transfigurando em dramas, operas, romances e novellas a sua vida tão aventurosa!

Mas apesar de tanto interesse, Camões não era conhecido nem citado até ha pouco, senão como poeta epico. Foi principalmente a epopeia nacional que verteram para allemão reiteradas vezes, primeiro em fragmentos e só muito mais tarde por inteiro. Mas o resto das obras,—os dramas e as poesias lyricas, —com excepção dos Sonetos, ficou quasi completamente na sombra.[2] Só os conhecedores da lingua portuguêsa eram portanto capazes de avaliar o vulto litterario do Poeta, na sua totalidade: nenhum idioma possuia uma traducção das Obras de Camões.

Desde 1885, todavia, a nação germanica está habilitada para as lêr todas.

§ **4.**—O facto de as Obras Completas não terem encontrado mais cedo quem as vertesse para allemão, não se explica unica e exclusivamente pela innegavel difficuldade e vastidão da empresa. O poeta partilhou ainda n'este pormenor a sorte que coube aos Portuguêses como nação. A historia, a lingua e a litteratura d'este povo encontram entre nós, mesmo entre os homens

---

aproveitou os apontamentos do Diccionario, e extrahiu mais pormenores ácerca da vida e das obras de Camões, da *Bibliotheca Hispana*, de Nicolao Antonio (1762), redigindo assim uma biographia latina, que se acha impressa na *Bibliotheca Virorum militia aeque ac scriptis illustrium* (Lipsiae, apud Lankisios MDCCXXXIV, p. 116-119) por elle publicada, e collaborada por *Joannes Burchardus*.—Cfr., Jur. I, p. 221, e veja-se um artigo meu, inserido na *Zeitschrift für vergleichende Litteratur ge schichte und Renaissance-Litteratur*, I, p. 98 e seg.

[1] V. Storck, III, p. 399 e seg.

[2] V. Storck III, p. 397-434; V 385-386; VI 315 e 317, assim como *Circulo Camoniano*, I, p. 26-29. Cfr. ainda no mesmo periodico o artigo de C. von Reinhardstöttner «*A figura poetica de Camões na Allemanha*» (p. 9-18), assim como Brito Aranha, I, p. 247-257; 376-379 e II 293 e seg : 381-385, 390.

de sciencia, pouquissima attenção! Triste desleixo que da parte dos Portuguèses é immerecido e se comprehende da parte da Allemanha, não deixando de ser digno de lastima. Os Portuguèses gravaram o seu nome indelevelmente e para sempre nos Annaes da Humanidade, pelos feitos illustres por elles praticados nas quatro partes do mundo. Crearam ainda uma lingua independente, que emparelha em nobreza e individualismo com as outras irmãs romanicas, e é um magnifico instrumento para a expressão scientifica e artistica de todos os phenomenos, todas as ideias, todos os factos reaes da vida. Legaram-nos emfim uma litteratura consideravel, que, na sua marcha geral, desperta o interesse, no seu ponto culminante excita a admiração, e occupa um logar excelso, predominante sobre as restantes litteraturas do Occidente christão, no momento em que hasteia uma obra sublime nacional: *Os Lusiadas*.

§ 5.—«Wer den Dichter will verstehn, muss in Dichters Lande gehn».[1] É facil achar o que Goethe quer dizer com este dictado, que não pode ser traduzido á lettra. «Para nos compenetrarmos bem e a fundo do espirito de um poeta, principalmente se fôr um poeta nacional, e para apreciarmos com equidade o seu valor, é necessario procurarmol-o no logar onde elle tem as poderosas e profundas raizes da sua energia, no solo da patria e da nação, no seu meio e na sua época». E Camões é, no melhor e no mais amplo sentido da palavra, um poeta nacional, Portuguès em cada fibra da sua alma.[2] A sua individualidade poderosa só se comprehende, se a firmarmos na base da historia do seu paiz: a sua vida, por pedaços repartida por tres Continentes e tres Oceanos, é como que o reflexo da originalidade de seu povo; as suas obras abrangem e resumem a poesia propriamente nacional portuguèsa de tal modo, que este unico poeta pode servir-nos—a nós e á sua nação—de representante de muitos, ou antes de toda uma litteratura, conforme já disse em tempos e muito acertadamente F. von Schlegel.[3]

É portanto justificado o traçarmos um quadro geral do desenvolvimento material e intellectual da historia patria, abstrahindo dos tempos anteriores á formação da Monarchia, pre-portuguèses ou pan-hispanicos, em que a historia da Peninsula foi uma só para todos os povos ahi residentes.

---

[1] «Quem quiser comprehender um poeta, deve ir á terra do poeta».

[2] Th. Braga diz muito bem, que é preciso «vêr em Camões mais do que um poeta sentimental — uma synthese da nacionalidade portuguèsa, um dos representantes mais caracteristicos da humanidade». (*Bibl. Crit.*, p. 65) e, em outro sitio, que «tanto pela sua vida como pela sua obra, Camões é a synthese do typo e da nacionalidade portuguèsa». (*Biographia de Camões*, p. XLV).

[3] F. von Schlegel. *Sämmtliche Werke* (Wien, 1846), vol. II, p. 67.

Contemplemos por isso, a vôo de passaro, o nascer e o crescer do pequenino reino, fixando apenas, por assim dizer, os marcos milliarios postados no caminho accidentado que a nação percorreu, desde o apparecimento do Conde borgonhês D. Henrique, fundador da Monarchia portuguêsa, até á morte d'El-Rei D. Manoel, o Grande (ou, com mais propriedade, o Venturoso), caminho, que conserva o seu caracter altamente pittoresco mesmo depois de supprimidas todas as lendas e fabulas tecidas pela phantasia popular. Camões tambem glorificou esta via triumphal que nos leva quasi até ao anno presumptivo do nascimento do Poeta, cantando-a em versos immorredouros que o tornaram conhecido como

.... pregão do ninho seu paterno[1].

§ 6.—Os Portuguêses ou Lusiadas chegaram, pouco antes de Luis de Camões nascer, ao auge do seu poderio e da sua fortuna. Talvez até já o tivessem transposto. A esphera do seu dominio no continente europeu abrangia, nos tempos de então, como já tres seculos e meio antes, e como ainda hoje, apenas a sexta parte da Peninsula pyrenaica. O numero dos seus habitantes mal chegava a milhão e meio—nem metade dos que conta agora.[2] Mas apesar das suas pequenas dimensões, Portugal tinha desempenhado um papel importante e efficaz na historia do Occidente christão, combatendo e vencendo os Mouros em Portugal, debellando-os continuamente na Hespanha e no Noroeste da Africa. Depois dobrára com os seus navios de vela o Continente negro em busca do caminho maritimo das Indias; descobrira as terras do Brazil, e na sua faina de accrescentar o imperio de Christo vibrára um fundo golpe no poderio ottomano.[3] A pequena nação era já senhora do commercio universal. Dominava na Africa, Asia e America[4] n'uma extensão avaliada em

---

[1] *Lusiadas*, I, 10.*

[2] Segundo Balbi (*Della popolazione di Portogallo*, Milano, 1846, p. 41 e seg.) a população do continente cifrava-se em 1527 em 1.550:000; contava, pelos dizeres de Soares de Barros, sómente um milhão em 1580; calculava-se em 1841 em 3.460:000; e subira em 1886 a 4.306:554, se as tabellas geographico-estatisticas de Hübner-Juraschek fallam verdade.

[3] Já em 1503 o Sultão do Cairo escrevia ao Papa, queixando-se dos damnos e offensas que recebia do Rei de Portugal.—Cfr. Barros, I, 8, 2; Faria e Sousa, *Europa Portugueza*, II, p. 515 e seg.; Juromenha, I, p. 506, Nota 73; Schäfer, III, p. 200 e seg. e p. 216.

[4] Desde a foz do Amazonas até á entrada do rio da Prata.

---

* A traductora, querendo reproduzir fielmente o original allemão, teve que substituir *meu* por *seu*.

sete mil e quinhentas leguas de costa.[1] As suas esquadras traziam os productos de longiquas praias e de gentes estranhas, fazendo da regia cidade de Lisboa o emporio principal do mundo.

Este dominio dilatadissimo pouco ou nada decahiu durante a vida de Camões, de sorte que, um decennio antes da sua morte, o Cantor dos *Lusiadas* ainda podia, de direito, saudar El-Rei D. Sebastião, nas estrophes que accompanham como dedicatoria este canto de cysne de uma nação de heroes, dizendo com palavras altisonantes:

> Vós, poderoso Rei, cujo alto imperio
> o sol, logo em nascendo, vê primeiro,
> vê-o tambem no meio do hemispherio:
> e, quando desce, o deixa derradeiro.[2]

§ 7.—Desde a fundação da Monarchia portugueza (1094-95) até á data (presumptiva) do nascimento de Camões, passaram quatrocentos e trinta annos; e quando o Poeta falleceu (com cincoenta e cinco de edade), a sua tão querida, mas desditosa patria ia ser incorporada no Monarchia Universal hespanhola.

Este espaço de tempo, de 485 annos, pode dividir-se em tres periodos de proporções quasi eguaes, mostrando:

O primeiro: os Portuguêses em cruzada na propria terra: de 1094-1250.

O segundo: Os Portuguêses em relações ora pacificas, ora bellicosas com os seus vizinhos castelhanos: de 1250-1415.

O terceiro: Os Portuguêses no estrangeiro, conquistando, descobrindo e negociando: de 1415-1580.

Outros distribuiram os materiaes historicos por outra ordem, em harmonia com os *Lusiadas* de Camões. Eu escolhi esse agrupamento, porque leva mais directamente ao meu fim.

§ 8.—A missão imposta pelas circumstancias politicas de Portugal a cada um dos seus Principes, com relação ao estrangeiro, resalta melhor e com mais clareza do meu agrupamento. O que importava primeiro era dilatar as fronteiras para a banda do Sul, pela força das armas e por meio da conquista, submettendo definitivamente os inimigos mouros e o Reino do Al-Gharb sarraceno de aquem-mar; tratar depois do fortalecimento da independencia e autonomia, e da fixação das raias septentrionaes e orientaes que con-

---

[1] Juromenha, I, p. 3, onde se cita um trecho de Raphael Bluteau.

[2] *Lusiadas,* I, 8.—Confira-se as palavras tão altivas quanto justificadas do grande Pedro Nunes, citadas por Juromenha, I, p. 2 e seg.

finam com Castella, Leão e Galliza; e só em terceiro logar podia a monarchia aproveitar a esplendida situação á beira-mar, a occidental praia lusitana, desenvolvendo a marinha e o commercio maritimo pelo Atlantico fóra em direcção occidental.

I.—Portugal desde 1094-95 até 1250

§ 9.—Durante o periodo indicado, que abrange seculo e meio, a monarchia e a nacionalidade portuguêsa vão constituindo-se, apesar de o claro sentimento do facto consummado se manifestar e ganhar consistencia só com a memoravel victoria de Aljubarrota (1385), e depois d'ella. Os Portuguêses, cujo primeiro nucleo era formado pela população que ficava ao Norte do Mondego—irmãos pela descendencia,[1] religião, costumes e tradições, pouco ou nada differenciados no modo de vida e na lingua,—vão ganhando o sentimento da sua nacionalidade e a consciencia da sua cohesão, nas luctas e campanhas communs, em tantos perigos vencidos, e em tantas glorias alcançadas por trabalho collectivo. Submettidos ao mesmo regime governativo, fundidos pela convivencia, sentem-se como uma nação de physiognomia propria, como individualidade social, isto é, como um povo autonomo, que tem como laço commum a sua lingua e as suas tradições, e um caracter ethnico especial.

§ 10.—Quando, no memoravel concilio, presidido nas vastas planicies de Clermont, de França, pelo Papa Urbano III, milhares de pessoas, incitadas pela sua exhortação fogosa, e resolvidas a combaterem contra os infieis do Oriente para lhes arrancar o Santo Sepulchro, respondiam unanimes com o grito enthusiastico de *Dieu le veut!* (1095), já o Conde borgonhês D. Henrique possuia, havia uns mezes, os territorios restrictos de Entre-Douro-e-Minho, que formam o berço da monarchia portuguêsa.[2]

---

[1] Segundo Oliveira Martins (*Hist. Port.*, I, p. 6) gira nas veias portuguêsas uma dose maior de sangue celtico, de mistura com o iberico.—Do caracter nacional, em confronto com o castelhano, trata Th. Braga no *Povo Port.*, (I, p. 52 e 64), e da attracção que o mar exerce sobre o animo lusitano, Gomes de Amorim, no seu *Garrett*, I, p. 79 e seg.^{s}.

[2] Antes da existencia da Monarchia portuguêsa o Mondego repartia Portugal em duas metades: as differenças do typo-norte e do typo-sul, que mesmo hoje subsistem, eram mais accentuadas e sensiveis. Pode-se dizer que a antiga Galliza, cuja lingua se tornou

Foi em premio de serviços bellicos, prestados ao Rei de Castella D. Alfonso VI (1073–1109), que este lhe enfeudara as devastadissimas terras de Entre-Douro-e-Minho, arrancadas ainda agora aos mouros, concedendo-lhe tambem a mão de sua filha D. Tareja. O Principe portuguès e os seus servos fizeram-se cruzados, mas cruzados dentro do proprio paiz,—rivalizando assim com outros soberanos e outros povos. E os seus descendentes continuaram a batalhar em santa cruzada durante quasi toda a época em que o resto da Europa christã combatia no Oriente—porém com exito muito mais feliz (1096–1270 ou 1291).

Segue-se àquelle espaço de seculo e meio outro periodo de egual extensão, em que o enthusiasmo guerreiro dormita nos corações portuguèses; depois reaccorda com dobrado vigor e executa, durante cinco gerações, feitos de fama universal, mas esta vez com exito infeliz.

§ **11.**—O conde borgonhès D. Henrique (1094–1114) que, residindo a principio no Porto *(Portus-Cale)*

> —lá na leal cidade donde teve
> origem, como he fama, o nome eterno
> de Portugal—[1]

mudou depois para Guimarães, porque este castello, situado no centro do seu Estado, se prestava melhor á guerra contra os limitrophes, percebia perfeitamente a sua missão. Audaz na guerra contra os Infieis, que venceu em dezasette batalhas, astuto com seu real sogro, o administrador avassallado das marcas portuguezas soube alcançar dentro de pouco tempo uma posição autonoma. Reinou effectivamente como soberano absoluto logo que em Castella o suserano morreu, depois de augmentar por um pacto de herança o dominio portuguès com as terras gallegas de Tuy, Vigo e Santiago de um lado, e do outro com as possessões leonèsas Zamora, Salamanca, Toro e até Valladolid![2]

§ **12.**—Já o segundo monarcha, D. Affonso (I) Henriques, isto é, filho de Henrique, conseguiu durante o seu longo reinado[3] (1128–1185) abalar as

---

litteraria sob o nome de portuguès, chegava até ao Mondego. A separação da Galliza de Portugal, pela linha do Minho, é devida a causas puramente exteriores. A unificação da Galliza com Portugal seria muito melhor, mais conforme ás condições naturaes, do que a de Portugal com Castella.—Cfr. Oliveira Martins, *Hist. Port.*, I, p. 10 e seg.

[1] *Lusiadas*, VI, 52.

[2] Cfr. Herculano, *Hist. de Port.*, I, p. 231, e Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, I, p. 59.

[3] Morreu com perto de 77 annos, provavelmente em Astorga. Jaz em Braga na Sé

forças do Imperio mouro, com um golpe decisivo. Depois de defender o seu patrimonio com as armas na mão contra a propria mãe, a Regente D. Tareja e os sequazes e partidarios gallegos d'ella — invalidando as influencias estrangeiras e apossando-se á força do que era seu, na verde edade de dezasete annos[1] (1128), o Infante teve que desistir — provisoriamente — das acquisições gallegas e leonesas, derrotado em improficuas batalhas contra o victorioso D. Afonso VII de Castella e Leon (1130, 1132, 1137). Virando as hostes contra os Infieis, o «Principe» alcançou a brilhante victoria de Ourique (1139) — acontecimento de importancia capital, porque assignala a sangrenta festa natalicia da nacionalidade, sem a qual talvez nem o nome de Portugal existiria. Aquelle dia memoravel — 25 de julho — grangeou ao joven estado a estima e o respeito dos turbulentos vizinhos; fortaleceu o sentimento da independencia nacional e da cohesão entre as differentes camadas ethnicas e sociaes, e deu ao valente batalhador, creador da nação, o merecido titulo de *Rei*.[2] Depois de conquistar Lisboa, auxiliado por uma esquadra de Cruzados flamengos, allemães e ingleses, e de tomar de improviso a praça de Santarem, (1147) isto é, depois de se senhorear da importante linha estrategica do Tejo (Lisboa-Santarem) D. Affonso tenta reivindicar a posse dos logares gallegos e leoneses, guerreando contra o seu magnanimo genro D. Fernando II de Leon (1157–1188), mas debalde (1165–1169). Batido, investe novamente com os Mouros, com successo desigual. Ora invadindo e assaltando, ora defendendo o ganhado, occupa nas correrias de 1151 a 1171, e 1179 a 1182 alguns castellos importantes como Alcacer do Sal (1158), Beja (1162), Evora (1166), ainda que nem todos se conservassem já definitivamente nas mãos da christandade. Assiste ainda, velho, gasto e alquebrado, á primeira victoria naval do seu povo — ganha, ao dizer da lenda, no anno de 1180 por D. Fuas Roupinho, sobre os Infieis, perto do Cabo Espichel.[3]

Auxiliaram-o, a elle e a seus successores, tanto na conquista e occupação, como na administração dos terrenos inimigos, as ordens militares — primeiro a dos Templarios e Hospitaleiros, e mais tarde, juntamente com estes,

---

ou Cathedral de Santa Maria, juntamente com D. Tareja, sua esposa (fallecida no anno 1130). V. Herculano, I, p. 231 e 289.

[1] Herculano, I, p. 467 e seg.

[2] Foi coroado pelo primeiro dignatario ecclesiastico do Reino, o Arcebispo de Braga, Lourenço Viegas, na Sé de Braga, ou, segundo outros, nas Côrtes de Lamego em 1143, cingindo a grande coroa aurea dos Reis visigodos, guardada na Abbadia de Lorvão. — Cfr. Lichnowsky, *Portugal*. Mainz, 1843, p. 512.

[3] Storck, V, 512 e *Lusiadas*, VIII, 17. A fundação da marinha militar portuguêsa data do reinado de D. Sancho I. — V. Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, I, p. 172 e seg.

as Ordens do Santo Sepulcro, Santiago e Calatrava.[1] Com o plano de avançar as fronteiras austraes combatendo contra o Mouro, surgiu no espirito d'El-Rei tambem a ideia de mudar a residencia para as terras do sul—para Coimbra.[2] Foi lá que elle fez edificar os paços reaes da Alcaçova que, posteriormente, serviram de casas á Universidade, quando transferida de Lisboa (1308); foi lá que fundou uma instituição religiosa e scientifica, o Mosteiro de Santa Cruz, dotando-o com munificencia, como já fundara e dotara o de Alcobaça, em acção de graças e em memoria das suas victorias. É na egreja do convento conimbricense que jaz sepultado, juntamente com sua mulher D. Mafalda e seu successor D. Sancho I.[3] Ahi se conservou o seu montante, o seu escudo e a veste liturgica com que assistia ao côro. O povo reconhecido venera-o como Santo, sem o assentimento da egreja.[4]

§ 13.—Nem o filho de D. Affonso Henriques, El-Rei D. Sancho I (1185–1211), nem seu neto D. Affonso II (1211–1223) foram tão felizes nas suas expedições contra o Sarraceno: ambos tinham tendencias pacificas: preferiam dedicar-se aos negocios internos do paiz do que estender os seus territorios á força de conquistas bellicas. D. Sancho já dera, emquanto Principe e regente na ausencia do pae, (desde 1173) subidas provas da sua valentia,[5] combatendo nas batalhas de Sevilha[6] (1178), em Beja e Abrantes, e na tomada de Santarem; e continuou a dá-las quando Rei, tomando, em guerra contra Alfonso IX de Leon (1188–1214), Tuy e outras praças de Galliza; mas nos dominios mauritanos as suas conquistas não foram duradouras. Com o auxilio de cruzados flamengos e allemães occupa a cidade de Silves (1189) e outras fortalezas do Al-Gharb, mas sem conseguir manter um dominio estavel: o titulo antecipado

[1] As ordens militares de Portugal tinham n'aquelles tempos mestres estrangeiros. Só no anno de 1310, por motivo da extincção dos Templarios, é que D. Denis (como tambem o Rei de Castella e o de Aragão) nacionalisou estas instituições, salvando d'este modo as enormes riquezas dos Templarios com que dotou a nova *Ordem de Christo,* fundada em 1317 e reconhecida em 1320 pelo Papa João XXII.

[2] O segundo filho de D. Affonso, e seu successor, D. Sancho I, nasceu em Coimbra em 1154, onde foi coroado em 1185. O primogenito D. Henrique morrera muito novo.

[3] El-Rei D. Manoel mandou fazer na egreja de Santa Cruz um magnifico mausoleu, para o qual fez trasladar em 1520 os restos do primeiro Rei de Portugal.—Cfr. *Epitome* p. 180 e C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. 793.

[4] El-Rei D. Sebastião levou para a desgraçada jornada de Africa a espada e o escudo do glorioso antecessor, como reliquias de bom presagio. Ficaram no navio e voltaram para Coimbra.—Cfr. Faria e Sousa, *Epitome,* p. 333.

[5] V. Herculano, I, p. 419 e 511 seg.

[6] Cfr. Storck, V, p. 513.

Rex Portugalliae et Algarbii não teve razão de ser senão durante tres annos (1189-91). Mandando concertar castellos arruinados em virtude das luctas continuadas, povoando terras,[1] dando foraes, e protegendo a agricultura é que mereceu ser chamado de preferencia o *Povoador* e *Lavrador*. Foi tambem ajudado por uma armada de Cruzados, vindos do Norte (dos Paizes-Baixos e da Allemanha) que D. Affonso II conquistou, definitivamente, o castello de Alcacer do Sal (1217). Antes d'esta data, desavenças com os infantes seus irmãos (cujos importantes legados paternos pareciam prejudicar os privilegios reaes) prolongaram-se até 1216, sendo então decididas a favor da corôa. Os seus principaes cuidados foram a legislação e a administração do paiz. (Côrtes de Coimbra em 1211). Andando envolvido em uma lucta prolongada, tenaz e victoriosa com o clero prepotente, morreu no interdicto.[2]

§ **14.**—O filho primogenito de D. Affonso II, que nascera em Coimbra no anno de 1207, menor quando o pae morreu, subiu ao throno em edade mui juvenil e em situação espinhosa, cujas difficuldades não soube vencer. Mas a historia e a poesia carregaram demasiadamente as sombras nas pinturas que deixaram de D. Sancho II (1223-1248). O anathema que Camões lançou contra elle diz:

> Morto despois Afonso, lhe succede
> Sancho segundo, manso e descuidado,
> que tanto em seus descuidos se desmede
> que de outrem quem mandava era mandado:
> De governar o reino, que outro pede,
> por causa dos privados foi privado;
> porque, como por elles se regia,
> em todos os seus vicios consentia.[3]

E se o poeta nas tres estrophes seguintes assenta que não fôra tão viciado como um Nero, Heliogabalo e um Sardanapalo, estas comparações, em logar de abrandar, reforçam ainda aquelle vituperio.

D. Sancho II deve a conquista do Algarve, isto é, a tomada successiva das cidades e dos burgos de Elvas, Serpa, Juromenha, Arronches, Mertola, etc., (1229-1242) principalmente ao espirito guerreiro de D. Paio Perez Correa, Capitão e posteriormente Mestre dos Cavalleiros de Santiago, que continuaram a valer ao successor de D. Sancho com a ponta das suas espadas, capitaneados por D. Gonçalo Perez. As queixas do povo, motivadas principal-

---

[1] V. Balbi, p. 50.

[2] D. Affonso II, que nascera em Coimbra, no anno de 1185, jaz na egreja do Mosteiro de Alcobaça, ao lado de sua mulher D. Urraca.

[3] *Lusiadas*, III, 91.

mente pelo seu casamento, com a formosa viuva D. Mecia Lopes de Haro, julgado desigual, assim como os aggravos e as accusações do clero que não via satisfeitas as suas pretensões desmedidas, levaram o Papa Innocencio IV a depô-lo do throno (1245), revestindo da auctoridade real seu irmão D. Affonso,[1] que residira e ainda continuava vivendo na côrte de França, onde casara com a nora d'El-Rei, a condessa D. Mathilde, viuva e herdeira de Bolonha. D. Sancho retira-se para Toledo, onde morre, sem descendentes[2] no anno de 1248. Guardaram a lealdade jurada ao monarcha deposto, com louvavel hombridade, a cidade de Coimbra e o governador do seu castello Martim de Freitas. Cercado, não transige senão depois de ter deposto no tumulo real, entre as mãos do já fallecido D. Sancho, as chaves da fortaleza.[3]

§ **15.**—O Conde de Bolonha mal subira ao throno com o nome de D. Affonso III, (1248-1279) logo completou com a tomada de Faro e de outros castellos (1249-50) a conquista do Algarve de áquem-mar, expulsando os mouros.[4]

Este de todo fez livre e senhora
Lusitania com força e bellica arte,
e acabou de opprimir a nação forte
na terra que aos de Luso coube em sorte.[5]

§ **16.**—Assim findara a cruzada, em que durante seculo e meio (156 an-

---

[1] D. Affonso nascera em Coimbra, segundo Faria e Sousa, no anno de 1210 (*Epitome*, p. 203) e, segundo outros, em 1208.

[2] Para que não acontecesse o contrario, alguns nobres e prelados, capitaneados pelo irmão do arcebispo de Braga, Raymundo Viegas de Portocarreiro e pelos mais resolutos campeões do Conde de Bolonha, irrompem uma noite no paço real e roubam do lado d'El-Rei D. Sancho a rainha D. Mecia, levando-a ao Castello de Ourem.—Cfr. Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, I, p. 121, onde se cita textualmente a passagem do velho Livro de Linhagens, que se refere a esse episodio. Herculano, (II, p. 441) suppõe—talvez sem acertar—que a transferencia de D. Mecia, de Coimbra para Ourem, fosse mais fuga que rapto.

[3] Obidos e Celorico negaram-se tambem a prestar vassalagem ao Infante.—Cfr. Ramalho Ortigão, *Farpas*, I, 210, livro que devo á benevolencia do sr. professor Carl Goldbeck, de Berlim.

[4] «Santa Maria de Faro, uma das principaes povoações dos mouros—diz Herculano, III, p. 8—estava já submettida pelos christãos em março de 1249. Albufeira, Porches e outros logares tiveram em breve egual sorte, de modo que no anno seguinte o pensamento de subjugar os territorios ao poente de Ayamonte, Cacella e Tavira, pensamento para cuja execução Sancho II chegara a preparar-se nos ultimos tempos do seu governo, achava-se emfim realisado».

[5] *Lusiadas*, III, 95.

nos), Portugal luctara contra o islamismo, dentro dos seus proprios limites. Este periodo de grandiosos combates não passara sem deixar vestigios profundos no caracter e nos costumes do povo. Reconhece-se a impressão d'estas luctas nas tradições historicas dos mais antigos tempos que vêm entretecidas de lendas e ficções. Os instinctos poeticos acordam; os milagres da historia santa confundem-se e amalgamam-se com ideias e acontecimentos nacionaes e revestem novas fórmas litterarias: o Conde D. Henrique peregrina á Terra Santa; D. Tareja amaldiçôa o filho e a maldição surte effeito; Egas Moniz é o typo do bom e leal vassallo; na batalha de Ourique a apparição do santo lenho inspira valoroso enthusiasmo; Giraldo Sem-Pavor toma Evora por um astuto artificio; Santo Henrique, um cruzado allemão, de Bonn, toma parte activa na empresa de Lisboa; em D. Fuas Roupinho encarna-se o primeiro heroe maritimo, etc. Ha ahi germens e rebentos de poesia historica, mas estes germens não se desenvolvem em epopeias—pelo menos em cantos epicos que a tradição conservasse; transfiguraram-se apenas em simples lendas, transmittidas primeiro oralmente e depositadas depois em chronicas, mas que mesmo assim representam assumptos genuinamente nacionaes, que Camões aproveitou com arte para realçar as narrações dos *Lusiadas*.

§ **17**.—Um povo energico, intelligente e de indole cavalleirosa, vivendo n'um paiz riquissimo em bellezas naturaes, debaixo de um firmamento sereno, á beira do Oceano, nas margens ferteis de rios caudalosos, susceptivel de intensas alegrias e profundas tristezas, magnanimo e altruista em perigos e desgraças, cruel e cubiçoso em guerras e inimizades, nervoso e exaltado na lucta, em victorias e batalhas cruentas, doido por musica, canto e dança, e por natural predisposição inclinado—como poucas nações—á paixão amorosa, a saudades melancholicas e um sentimentalismo um tanto morbido, não podia deixar de manifestar muito cedo em rimas sonoras e em graciosas melodias as sensações produzidas por feitos da historia patria e aventuras individuaes.

Mas d'estes primitivos cantos nada sobreviveu. Não ha poesia alguma que se possa datar dos primeiros seculos da monarchia.

Os fragmentos recolhidos como amostras por colleccionadores patrioticos—o Cisterciense Frei Bernardo de Brito (1569-1617), Miguel Leitão de Andrada (1555-1629) e o monge bernardo Frei Fortunato de S. Boaventura—e por elles apresentados como monumentos authenticos da velha poesia portuguêsa, não resistem a um exame critico, feito com seriedade e sem preoccupações.[1] A maior parte d'elles é inquestionavelmente apocrypha, o que se conhece

[1] Estas poesias foram impressas em varias partes, p. ex., no *Cancioneiro Popular* de Th. Braga, p. 1-8, (Notas a p. 191-202).

pela linguagem e pelo metro. O resto, como p. ex. a *Canção do Figueiral*, não é anterior ao seculo XV. Os artefactos de alguns versificadores quinhentistas, que tentaram deitar o vinho velho (um cozimento de palavras archaicas) em odres novos, de feitio italiano, não merecem attenção.[1]

§ **18.**—A lingua portuguêsa (ou gallega)[2] passou, sem sombra de duvida, durante a primeira época da historia nacional, por transformações rapidas e consideraveis. Todos os idiomas soffrem alterações variadissimas, mesmo quando a nação, cujas percepções, conhecimentos e ideias ellas transmittem, continuam vivendo socegadamente, e sem violentas ingerencias estranhas nos seus primitivos territorios, desenvolvendo vagarosamente a sua vida religiosa, politica e social. Mas n'estas condições não se tornam perceptiveis as modificações senão ao cabo de um maior lapso de tempo. A marcha progressiva da evolução de uma lingua precipita-se, quando o povo, cujo instrumento é, soffre, em phases de transição, perturbações profundas, como foram aquellas por que Portugal teve de passar.

§ **19.**—O português (ou gallego) apparece pela primeira vez como lingua escripta—com as feições especiaes que a caracterisam—em dois documentos: uma noticia particular e outra publica, a ultima das quaes (que parece ser a mais nova) tem a data de março de 1192 (era MCCXXX).[3] Mas estes documentos ficaram isolados. Só pouco a pouco é que o romance vulgar vae substituindo o latim barbaro das actas juridicas. Desde 1255 os documentos em vulgar tornam-se mais numerosos, mas quasi um seculo decorre ainda, antes que (em 1334) o latim ceda completamente o logar á lingua portuguêsa, que já durante algumas gerações provara ser um instrumento perfeitamente malleavel, até para composições poeticas, cuja regularidade artistica fórma um contraste singular com a tosca incoherencia dos mais antigos documentos em prosa.[4]

§ **20.** Os acontecimentos, summariamente contados, as conquistas, as tendencias e as situações indicadas, deviam actuar poderosamente no espirito

---

[1] V. Storck, Sämmtl. Gedichte, vol. II, p. 288 e 289 (e as correspondentes Notas) assim como A. Ferreira, *Poemas Lusitanos*, I, 89 (Son. 34 e 35) e I, p. 34.

[2] O português archaico e o antigo gallego eram a mesma lingua. As divergencias são ainda hoje, como já o eram no seculo XVI, pouco importantes.—Cfr. Couto, IV, 7, 9. —V. A. F. Coelho, *A lingua portugueza*, I, p. 130.

[3] V. F. A. Coelho, I, p. 84.

[4] V. Braga, *Manual*, p. 25, e F. A. Coelho, I, p. 87.

e na alma do juvenil povo, determinando a feição particular e inicial do seu caracter ethnico. Nos primeiros reinados o homem valido, proprio para o serviço militar, tinha que abandonar não poucas vezes as occupações pacificas do campo, a pastagem do gado, o barco pescador, a ferramenta do seu mester, para acudir ao apellido e seguir o pendão do seu Senhor, ora defendendo, ora atacando o inimigo nacional. Tanto nos limites primordiaes como durante a sua progressiva expansão, o corpo do pequeno reino portuguès, cujas cordilheiras e cujas vias fluviaes são communs ás regiões orientaes da Peninsula, estava exposto e desamparado de todos os lados, sem barreiras naturaes; só a linha do Mondego, e mais tarde a do Tejo, serviam de linhas estrategicas de defesa contra os Musulmanos. Principalmente da banda do sul ameaçavam constante e instantemente invasões e algaras dos Infieis, desejosos de reconquistarem novamente o que haviam ganhado seculos antes, em combates assiduos, cultivando-o depois como herdades e bens legitimos seus. Cumpria ao Português defender, á ponta da espada, o altar e o lar domestico, a vida e a liberdade, o gado e os fructos do campo; cumpria vencer e aniquilar os perigos, as privações e a miseria á força de constancia, de frugalidade, de desvelos patrioticos. O costume tornou-se uma segunda natureza: os Portuguêses iam adquirindo aquellas qualidades peculiares, intimamente ligadas, fortemente acentuadas, e profundamente arraigadas que lhe vinculam um logar áparte entre as nações europeias d'aquelles seculos: enthusiasmo religioso, patriotismo, lealdade ao Rei e Senhor, orgulho nacional, valentia nas lides e um genio muito aventuroso.

Este patrimonio dos ascendentes foi religiosamente conservado e salvaguardado por muitas das gerações subsequentes. Não faltaram exageros e excessos. Mas só muito tarde, em meados do seculo XVI, quando as glorias, o fausto, as riquezas,— resultados bem merecidos, mas fataes e perigosos do dominio em terras de ultramar,— captivaram e enlearam os animos, é que sombras escuras afeiam a physiognomia moral da nação: a vã ostentação e a avida cubiça; o gozo facil e um arrefecimento completo do sacro fogo interno; a caça do emprego e a bajulação; a inveja e a calumnia; jactancias verbosas e façanhas estereis de valentão.

Camões bem conheceu esta degeneração e vituperou-a com palavras de amargura, [1] accrescentando, comtudo, á justa denuncia, (nas estrophes com que remata os *Lusiadas*, dirigindo-se a El-Rei D. Sebastião), phrases de lou-

---

[1] Couto censura muitissimas vezes os defeitos nacionaes, tanto nas *Decadas* (p. ex., IV, 1, 8), como no *Soldado pratico*. Algumas das passagens respectivas vêm citadas por Latino Coelho no Capitulo X do seu *Luiz de Camões*, (Lisboa, 1880) p. 187 e seg.

vor que, apesar de todos os laivos, apontados no caracter nacional ainda eram justificadas nos tempos de então:

Por isso vós, oh Rei que por divino
conselho estaes no regio solio posto,
olhai que sois (e vede as outras gentes)
senhor só de vassallos excellentes!

Olhai que ledos vão por varias vias
quaes rompentes leões e bravos touros,
dando os corpos a fomes e vigias,
a ferro, a fogo, a settas e pelouros;
a quentes regiões, a plagas frias,
a golpes de idolatras e de mouros,
a perigos incognitos do mundo,
a naufragios, a peixes, ao profundo.

Por vos servir a tudo apparelhados,
de vós tão longe sempre obedientes,
a quaesquer vossos asperos mandados,
sem dar resposta promptos e contentes.
Só com saber que são de vós olhados,
demonios infernaes, negros e ardentes
commetterão convosco, e não duvido
que vencedor vos façam, não vencido.[1]

II.—Portugal de 1250 a 1415

§ **21.**—Na segunda época a marcha do desenvolvimento de Portugal (cujas possessões continentaes já não augmentam nem diminuem) segue outro rumo durante seculo e meio. Quanto á politica externa, apparece ora auxiliando, ora guerreando o vizinho castelhano; quanto á politica interna, vae regulando a administração, fomentando a agricultura, os trabalhos mineiros e a navegação, favorecendo tambem as sciencias, as artes e a poesia. A industriosa Lisboa, com o seu magnifico porto, torna-se capital e residencia, ponto central do paiz, foco de vida, modelo das cidades e villas, cujos habitantes abandonam os estreitos limites dos campos patrios, trocando-os contra os immensos campos do vasto oceano, e substituindo o cajado e a fouce pela verga e pela espada.

[1] *Lusiadas*, x, 146-148.

§ 22.—Entre os reinos christãos do territorio hespanhol eram fronteiros de Portugal: Castella, a Galliza e Leon, que, temporariamente (p. ex., no reinado de D. Alfonso VI) formavam um só reino. As relações entre estes estados eram ora amigaveis, ora hostis. O proprio D. Affonso (I) Henriques batalhara, logo no primeiro decennio do seu reinado, contra D. Alfonso VII (Raimundes) de Castella (1127–1157), a fim de preservar a sua autonomia. De resto, os monarchas castelhanos viam-se obrigados a pôr a mira continuamente nos Sarracenos, tanto mais que o seu poder soffrera um sensivel abalo pela desmembração de Portugal, effectuada em 1109, e pela independencia adquirida e sustentada mais de uma vez pelos Principes de Leon até á data em que D. Fernando III de Castella (1217–1252) e Leon (1230–1252) reuniu indissoluvelmente, pouco antes de fallecer, por uma lei, os dois reinos —levado talvez pela crescente robustez de Portugal, que acabava de expulsar o Mouro, depois de renhidas luctas e de victorias brilhantes (1250). Apesar de freqüentes hostilidades, os perigos resultantes da situação arriscada dos reinos christãos da Peninsula, levaram-os mais de uma vez a pôr termo ás luctas fratricidas e a marcharem alliados contra o inimigo commum. Portugal tomou parte, nos tempos de D. Affonso III, na memoravel batalha das Navas de Tolosa (prov. de Jaen) ou de Ubeda (Sierra Morena), onde os exercitos confederados de Castella, Aragão, Navarra e Portugal derrotaram (1212) o imperador de Marrocos (Moahedin), gloriosa façanha de que resultou para El-Rei D. Fernando III a conquista da linha estrategica do Guadalquivir: Cordova (1243), Sevilha e Cadiz (1250).

§ 23.—A posse e o usufructo do Algarve,[1] conquistado por D. Affonso III, mas pretendido pelo rei de Castella, originou um grave desaccordo entre as duas corôas, terminado pacificamente e a favor de Portugal, depois de um termo curto, em 1253,[2] por occasião do casamento de D. Affonso III com D. Brites,[3]

---

[1] V. § 15 d'esta Introducção.

[2] V. Herculano, *Hist. Port.*, III, p 25.

[3] D. Beatriz mal tinha dez annos, emquanto D. Affonso já contava 43. A primeira esposa, a Condessa Mathilde (mencionada no § 14) ainda estava viva então. Por isso o Papa Alexandre IV escommungou os noivos (1255). O matrimonio provavelmente não chegou a ser consummado antes de 1258. Depois do fallecimento da esposa abandonada, fixado por Herculano no anno de 1258 (*Hist. Port.*, III, p. 72) e por outros historiadores no de 1260 ou 1262, a excommunhão foi revogada, a instancias dos bispos e prelados portuguêses, sendo no mesmo acto reconhecidos como legitimos os filhos dos Reis: Branca (n. em 1259) e Denis (n. em 1261).— Quer-me parecer todavia que a infeliz Mathilde viveu até 1262, visto que o Infante D. Affonso (n. em 1263), o irmão mais novo de D. Denis, justificou as suas pretensões á corôa pelo facto de ter nascido depois da morte da Condessa de Bolonha

filha natural de D. Affonso X (1252–1284),[1] muito embora as regalias do soberano,

da Serra dos Algarves que lhe fôra,
em casamento dada,[2]

não lhe fossem outorgadas e plenamente reconhecidas senão em 1264.—O filho e successor de D. Affonso III, El-Rei D. Denis (1279–1325) soube tambem resolver contendas e complicações com Castella, que surgiram pouco depois d'elle empunhar o sceptro (1279–1325), sem derramar sangue.

§ 24.—D. Affonso IV (1325–1357), filho de D. Denis, guiado de um lado pela sua natural *bravura*, e do outro pelo seu excepcional tacto e tino politico,[3] commovido tambem pelos rogos de sua filha, «a formosissima Maria»[4] de Castella, auxiliou valiosa e efficazmente seu genro D. Alfonso XI, de Castella, (1312–1350) nas planicies marginaes do rio andaluz do Salado, contra o enorme poder reunido dos exercitos musulmanos de aquem e alem-mar (Granada, Tunis e Marrocos). Na batalha decisiva de Tarifa ou Salado (1340), os Infieis foram completamente derrotados, perdurando ainda assim durante mais cento e cincoenta annos nas regiões meridionaes da Hespanha (até 1492).

Estes feitos foram contados pelo Poeta em esplendidas estrophes, das quaes a mais bella diz:

Ja se hia o Sol ardente recolhendo
para a casa de Thetis, e inclinado
para o Ponente, o vespero trazendo,
estava o claro dia memorado:
quando o poder do Mouro grande e horrendo
foi pelos fortes Reis desbaratado,
com tanta mortandade que a memoria
nunca no mundo vio tão grão victoria.[5]

---

e portanto em matrimonio legal, emquanto o irmão mais velho fôra fructo de um enlace illegal.—Questões bem pouco limpas!

[1] Desde 1256 o Monarcha hespanhol intitulara-se Imperador Allemão. Sua mãe D. Beatriz fôra da Casa dos Hohenstaufen, filha de Felipe de Suabia.

[2] *Lusiadas*, III, 95.

[3] D. Affonso IV prestava homenagem, pelos seus actos, ao principio «que se podia sempre fazer o bem por meios illicitos» (Cfr. Moraes, *Hist. de Port.*, I, p. 251 e seg.), isto é, «que o fim santifica os meios», ou, para fallarmos com Goethe, que «em um caminho que leva a um fim justo e santo, cada passo é justo e santo». *Jeder Weg zum rechten Zwecke Ist auch recht in jeder Strecke.* (V. Zahme Xenien IV).

[4] Cfr. *Lusiadas*, III, 102.—A magnanima mulher esqueceu as injurias e maguas que o esposo, e sua concubina D. Leonor Nuñez de Guzman lhe tinham infligido.

[5] *Lusiadas*, III, 115.

§ 25.—Durante o curto reinado de D. Pedro I, filho de D. Affonso IV, (1357–67) as relações pacificas e amigaveis entre os dois reinos vizinhos continuaram, estreitando-se ainda mais. O monarcha fez até com o seu homonymo, El-Rei D. Pedro I de Castella (1350–69) um pacto de alliança offensiva e defensiva, que, incluindo a clausula de «escambo» dos inimigos mutuos, expatriados e refugiados no paiz alheio, tinha um caracter e fim bastante pessoal, porque foi por elle que o Monarcha portuguès houve ás mãos os assassinos de D. Inès de Castro,[1] a esposa amada, com a qual casara clandestinamente e que lhe fôra roubada crudelissimamente por ordem do «bravo» pae. Assim poude saciar n'elles o seu odio e o desejo de vingar a morte d'aquella

misera e mesquinha
que, despois de ser morta, foi Rainha.[2]

Mas logo depois, no tempo do filho de D. Pedro, El-Rei D. Fernando I (1367–1383), casado com a astuta e intrigante D. Leonor Telles de Menezes, que abandonara o esposo legitimo João Lourenço da Cunha,[3] a paz e concordia entre Portugal e Castella cedeu o logar a graves contendas e dissensões de peso. Em loucas tentativas para se apossar do throno da poderosa Castella (cujo sceptro empunhara D. Enrique II (1369–79),[4] depois de vencer e assassinar seu cruel meio-irmão), o justiceiro D. Pedro,[5] invadindo as fronteiras hespanholas por varias vezes, de mão armada, ora com auxilio do rei christão de Aragão e do emir sarraceno de Granada, ora coadjuvado pelo duque de Lencastre,[6]—que pretendia para si a corôa de Castella como esposo de uma Infanta castelhana e pae de D. Catharina—é que D. Fernando desperdiçou as

---

[1] Cfr. Storck, IV, p. 323 e V, p. 456 e 503.

[2] *Lusiadas*, III, 118.

[3] Para caracterizar D. Leonor basta um unico dos seus feitos. O infante D. João, meio-irmão do rei, por ser filho de D. Pedro o Crú e de D. Inès, era casado com D. Maria Telles, irmã de Leonor; acenando-lhe por meio de falsas promessas e apparencias com a mão de sua filhinha D. Beatriz, creança de cinco annos (nascida em 1373), e portanto com a corôa portuguèsa, caso faltassem (como faltaram) herdeiros masculinos, é que o instigou, por meio de calumnias e mexericos, a matar sua propria mulher, nos paços em que residiam em Coimbra (1378).

[4] Filho bastardo de D. Alfonso XI e da sua concubina D. Leonor Nunez de Guzman.

[5] Filho legitimo de D. Alfonso XI e de D. Maria de Portugal.

[6] John of Gaunt, casado em segundas nupcias com a Infanta castelhana D. Constança, filha de D. Pedro de Castella.—Faria e Sousa, *Epitome*, p. 243, fez, por engano, de D. Constança a primeira, e de D. Branca de Lencastre a segunda mulher do Duque, trocando os factos.

riquezas amontoadas pelos avós desde o tempo de D. Affonso III, baldadamente, porque soffreu derrota sobre derrota, arrastando seu povo á desgraça e á miseria.

Ser ou não ser — era, de facto, a magna questão de Portugal. A crise prolongou-se durante dezaseis annos (1369–1385), acabando, favoravelmente, só depois do fallecimento de D. Fernando I, o mal aconselhado, que errou muito, mas que tem pelo menos o merito de haver dado um forte impulso á navegação e ao commercio, e de ter fomentado a agricultura por meio de uma prudente legislação.[1]

A populosa Lisboa, já então cabeça e coração de Portugal, sustentou dois cercos com brio e lealdade. Durante o primeiro, D. Fernando folgava em Santarem, esperando pelo parto de D. Leonor (1373);[2] mas ainda assim mandou melhorar as fortificações da capital (1377). Já não assistiu ao segundo (1384). Depois de dois infructiferos tratados de paz (1371 e 1873) a guerra contra o successor de D. Enrique II, El-Rei D. Juan I de Castella (1379–1390), irrompe de novo (1381), não tendo desenlace senão com o casamento (por palavras de futuro) da unica herdeira da corôa de Portugal, a pequena infanta D. Beatriz, que teria então dez annos, com o Principe Infante D. Fernando de Castella. Mas este desenlace foi illusorio (1383), porque, ainda antes de o casamento estar consummado, morre a mãe de D. Fernando, a esposa de El-Rei de Castella, e o astuto e interesseiro Monarcha enviuvado exige para si a mão da herdeira de Portugal, a noiva de seu filho. Foi em razão d'este matrimonio, que D. Juan pretendeu para si a corôa de Portugal, como herança legitima, estipulada por testamentos e tratados, no dia em que a linha direita, masculina, da dynastia de Borgonha se extinguiu na pessoa de seu sogro D. Fernando. As leis do paiz excluiam, comtudo, da successão a D. Beatriz, por ser casada com um Principe estrangeiro.

Estas circumstancias difficeis, contra as quaes luctava em vão a Rainha Regente D. Leonor, auxiliada por seu valido, o Conde de Ourem, João Fernandes Andeiro, deram ensejo ao Mestre de Avis, D. João (filho natural de D. Pedro I, nascido em 1357, e portanto meio-irmão do fallecido Rei), para declarar tambem com energia o seu direito á successão.

Bemvisto do povo de Lisboa que applaude os seus actos, ousa matar o Conde e desterrar a Rainha viuva,[3] sendo proclamado Regente e Defensor do reino (1383).

---

[1] V. Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, I, p. 128 e seg. e p. 174 e seg.

[2] *Id.*, I, p. 137.

[3] D. Leonor morreu no Convento, em Tordesillas. Cfr. Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, I, p. 155 e seg.

Dois annos mais tarde as Côrtes de Coimbra, não sem a especial coadjuvação do facundo jurisconsulto João das Regras, acclamam unanimente Rei de Portugal, o Protector-Infante D. João.

§ **26.**—El-rei D. João I (1385–1433) é o fundador da linha bastarda de Borgonha ou da dynastia de Avis, chamada em Portugal a *linha Joannina*. Mal cingira a corôa, quando o varonil heroe, secundado pelo seu leal e valente Condestavel Nuno Alvares Pereira (nascido em 1360) salvaguardou o seu throno e a independencia da nação contra os usurpadores de Castella pela victoriosa batalha de Aljubarrota, o baptismo de sangue da nova dynastia (aos 14 de agosto de 1385).

No anno seguinte o Duque João de Lencastre abordava no porto gallego de Corunha, para defender com a espada na mão as suas pretensões á corôa de Castella. Vinha acompanhado de sua mulher, a Infanta castelhana,[1] e de duas filhas. A menor, do segundo leito, D. Catharina, casou d'ahi a pouco com o Principe de Castella, o futuro Rei D. Enrique III (1390–1407), successor e filho de D. Juan I. Filippa, pelo contrario, nascida em 1359 do primeiro matrimonio com D. Branca (duqueza e herdeira de Lencastre) veio a ser desposada com D. João I de Portugal. O duque inglês e o rei português ligaram-se por um tratado de mutuo auxilio. Ao cabo de varias campanhas e negociações e algumas treguas (os Inglêses retiraram em 1387 depois do duplo casamento de D. Filippa e D. Catharina), a guerra findou effectivamente (em 1399), talvez por intervenção das duas rainhas irmãs, apesar de o tratado de paz ser assignado sómente em 1411 e ratificado em 1431.

> Destas e outras victorias longamente
> eram os Castelhanos opprimidos,
> quando a paz, desejada já da gente,
> deram os vencedores aos vencidos,
> despois que quis o Padre omnipotente
> dar os reis inimigos por maridos
> ás duas illustrissimas inglêsas,
> gentis, formosas, inclytas princezas.[2]

§ **27.**—A paz e tranquillidade, de que Portugal gozou quasi sem interrupção, desde a conquista do Algarve até ás expedições bellicas de D. Fernando I, deu ensejo aos monarchas para cuidarem com mais desvelo da organização interna do reino, abrindo-lhe novos recursos e levantando o nivel da cultura e prosperidade nacional. Já nos tempos de D. Affonso I a legisla-

---

[1] Cfr. § 25, nota 6, d'esta *Introducção historica*.

[2] *Lusiadas*, IV, 47.

ção estabelecera as normas da successão á corôa, os direitos das ordens militares e dos nobres, e regulara a administração da justiça, em conformidade com as exigencias e o modo de ser d'aquella época.

Já então a nobreza e o clero tinham vastos poderes.

Os ricos-homens, entre os quaes os monarchas distribuiam *em dom* as terras conquistadas com seu auxilio, agradecendo serviços militares e civicos, alcançaram privilegios e regalias de vulto: aparentados freqüentes vezes, por consanguinidade e por casamentos, com os grandes da poderosa rival castelhana, que em caso de crise os apoiava, e podendo levantar hostes debaixo do seu pendão, taes liberdades e prerogativas tornaram-se perigosas em tempos de revoltas e de mudanças. Comtudo, a aristocracia não deu razão para serios cuidados senão no reinado de D. Affonso V.

O clero já se mostrara extremamente exigente para com o primeiro rei, conseguindo importantes dominios e beneficios: o arcebispo D. Pelayo, de Braga, quasi que tinha direitos de suserania. Entre D. Sancho I e os bispos do Porto e Coimbra, que governavam nas suas dioceses como soberanos,[1] houve desavenças que foram conciliadas pelo papa Innocencio III, mas custaram ao Rei humilhantes concessões. Continuaram as luctas no reinado de D. Affonso II, fulminado com as penas da egreja, por promulgar leis importantes que, visando á unificação da justiça, restringiam e lesavam o direito canonico, e portanto a esphera do poder ecclesiastico. D. Sancho II que, pouco depois de subir ao throno, reunira em Coimbra os prelados e ricos-homens, para de concerto com elles, deliberar sobre os pontos litigiosos, accedeu a uma concordata, mas succumbiu, ainda assim, á excommunhão lançada pela Santa Sé, e foi por ella privado da auctoridade real. As dissidencias resurgiram novamente no reinado de D. Affonso III, quando este, ouvindo e consultando os procuradores dos concelhos em Côrtes geraes quis contrapesar a influencia do clero renitente pela voz dos representantes do Terceiro Estado. Apesar da sua tenaz resistencia, o monarcha, accedendo ás pretensões do clero, teve de annuir, proximo dos seus ultimos momentos, a fim de se livrar do interdicto. O discreto e prudente D. Denis soube acabar com as continuas contendas entre rei e clero, sem prejudicar os direitos da corôa, nem diminuir os benesses da nação, convocando synodos de prelados, em que o elemento nacional preponderava de muito sobre a intervenção estrangeira, dando em todas as dietas do seu reinado (Côrtes) voto e assento effectivo ao povo, e fazendo valer o direito romano que ganhou rapidamente terreno.[2] O bene-

[1] V. Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, I, p. 114 e seg. (onde se mostra que os bispos eram como reis no reino).

[2] Não foi sem motivo sufficiente que o povo formulou o dictado de que *El-Rei D. Denis fez tudo o que quis.*

placito regio de D. Pedro I decretava brusca e terminantemente: «Nenhumas bullas, nem lettras pontificias serão publicadas em Portugal sem consentimento meu».

Depois da morte de D. Pedro—como direi antecipadamente—ainda decorreram oito decadas até que, na menoridade de D. Affonso V, graças á actividade do Infante. Regente D. Pedro, seu tio, o primeiro codigo fosse promulgado: as «*Ordenações Affonsinas*» (1446), que d'ahi a meio seculo serviram de base e fundamento á grande compilação *Manuelina* (1512), pela qual as honras, prerogativas e immunidades da fidalguia, já alquebradas pelo procedimento friamente politico, despiedoso e calculado de D. João II, (1483) foram annulladas em parte, e em parte cerceadas o mais possivel.

§ **28.**—Os promotores e reguladores principaes de uma boa jurisdição foram, n'esta época, D. Denis e D. Pedro—apesar de ambos pensarem e praticarem de um modo muito diverso. O primeiro, amigo de meios brandos e da clemencia, procedeu de sorte a merecer a Camões os versos seguintes:

> Com este o reino prospero florece,
> —alcançada já a paz aurea divina—
> em constituições, leis e costumes,
> na terra já tranquilla claros lumes.[1]

O outro, pelo contrario, vingador formidando da sua Inês (1360), condemnava e castigava, servindo-se, não raras vezes, do latego que costumava levar na cinta, açoitando de proprio punho real, e com severidade inexoravel—merecendo de uns o sobrenome de *crú* ou *cruel*, e de outros o de *justiceiro*, e do nosso Camões o titulo de «*justo e duro Pedro*».

> Este castigador foi rigoroso
> de latrocinios, mortes e adulterios.
> Fazer nos maos cruezas, fero e iroso,
> eram os seus mais certos refrigerios.
> As cidades guardando, justiçoso,
> de todos os soberbos vituperios,
> mais ladrões castigando á morte deo
> que o vagabundo Alcides ou Theseo.[2]

§ **29.**—Posto que todos os reis da segunda época tomassem medidas proficuas ao desenvolvimento economico do paiz, um ha que se avantaja aos

[1] *Lusiadas*, III, 96.
[2] *Id.*, III. 137.

outros: D. Denis. Deram-lhe honorificamente o cognome de «lavrador» (que o primeiro Sancho já grangeara) e podiam ter accrescentado ainda o de *Povoador*, o de *Mineiro*, *Monteiro* e *Mercador*, sem esgotarem a longa lista dos seus meritos.[1] Porque D. Denis tratou de regular a exploração das minas de ouro, e prata do Algarve; plantou os pinhaes de Leiria para atalhar a dunificação da costa, ganhando pelo mesmo acto provisões de madeira para a construcção de navios; protegeu e fomentou o commercio com Inglaterra,[2] França e Flandres, o qual prosperando fez surgir a flota mercantil, que pouco a pouco tomou proporções importantes, de modo a obrigar D. Fernando I a instituir uma companhia nacional de seguros contra sinistros e avarias maritimas—a primeira na Europa—e a preparar e cimentar assim as grandes empresas do seu successor.[3]

§ **30.**—A vida modesta da côrte servia de exemplo á nação. A prosperidade ia crescendo: desde D. Affonso III os monarchas tinham accumulado, dos rendimentos sobejos da corôa, um thesouro muito consideravel. O joven D. Fernando I era o soberano mais rico que se sentára no throno português. Desgraçadamente, este feliz herdeiro revelou-se um pessimo administrador. Para cicatrizar as feridas que seu mau governo infligira ao povo e ao paiz, pelo louco esbanjamento de dinheiro nas guerras contra Castella, foi preciso que D. João I as tratasse durante annos com toda a arte e todo o amor de um sabio e bom medico, até que a ordem novamente restabelecida e os recursos ajuntados por este magnanimo Principe, lhe permittissem abrir novos horizontes a Portugal.

31.—Já nos reinados anteriores a D. Denis, Portugal possuia estabelecimentos de instrucção—em especial em Coimbra, Alcobaça e Lisboa. As noticias ácerca d'estes primeiros institutos scientificos do paiz são, comtudo, tão parcas que é impossivel formar ideia clara e sufficiente do que eram, e dos serviços que prestaram.[4] Teriam certamente, de commum, com as collegiadas conventuaes e seminarios dos outros paizes, os ramos e assumptos, assim como

---

[1] Auctorisados por D. Denis, as ordens militares, os conventos, os cabidos e a fidalguia tomaram parte na empresa de povoar o reino.—Cfr. Balbi, p. 50 e seg.

[2] O primeiro tratado de commercio assignado por D. Denis em 1308, era com a Inglaterra.

[3] Oliveira Martins, no seu *Portugal Maritimo*, trata explicitamente d'esta companhia (p. 5 e seg. e 34).

[4] Cfr. Denifle, *Die Universitäten des Mittelalters bis 1400*; Berlin 1885, vol. I, p. 520, e Braga, *Curso de Litt. Port.*, p. 116 e seg..

os methodos de ensino, mas difficilmente lhes seriam superiores emquanto aos fructos colhidos.

Mancebos ambiciosos, avidos de saber, passavam não poucas vezes as raias de Portugal e frequentavam a Universidade de Paris, que já tinha fama universal, sem olharem a trabalhos e despesas. D. Denis tentou evitar esta expatriação, fundando a Universidade nacional em 1290. Como sede dos «Estudos Geraes» ou das «Escolas Geraes» não podiam competir senão duas cidades: Coimbra e Lisboa. O rei quis honrar com esta distincção a sua capital, porque Lisboa já era a verdadeira metropole em meados do seculo XIII, muito embora a côrte de vez em quando escolhesse para residencia temporaria varios outros sitios, como Coimbra, Santarem e Almeirim, e apesar de Lisboa não receber o seu titulo, officialmente, antes do fim do seculo—entre 1389 e 1404—por mercê de D. João I e com assentimento do Papa Bonifacio IX.[1] Foi ahi que morrera D. Affonso III,[2] ahi que D. Denis nascêra. A predilecção do joven monarcha pelo logar da sua naturalidade e sua residencia, a bella cidade das sete collinas nas margens do aurifero Tejo, a qual ia medrando e prosperando, e que mais tarde lhe ia servir de metropole,[3] influenciou, sem duvida, a escolha do logar, quando se tratou de estabelecer o novo seminario, dedicado á cultura das lettras e sciencias. Reconhecendo, porém, ao cabo de poucos annos que a capital com a côrte turbulenta era pouco propicia aos estudos, não servindo para Parnaso, o proprio fundador a transferiu para Coimbra (1308–9).[4] Mas nem ahi, na velha cidadela real, nas ribeiras ridentes do Mondego, cujos serenos encantos a poesia ainda hoje não deixou de cantar, a sua estada foi permanente: nos primeiros dois seculos da sua existencia, a Universidade foi trasladada ainda reiteradas vezes de Coimbra para Lisboa e de Lisboa para Coimbra até que por fim, no anno de 1537, abandonou de vez o Tejo para não mais lá tornar.[5] Não soffre duvida alguma que o Cantor dos Lusiadas soube d'estas repetidas mudanças, muito embora, pondo de parte Lisboa, festeje como segunda Athenas, exclusivamente, a sua querida, saudosa e inolvidavel Coimbra:

[1] Cfr. Faria e Sousa, *Europa Portugueza*, II, p. 333.

[2] D. Affonso III jaz em Alcobaça, não muito longe da sua mulher D. Brites.

[3] D. Denis, que, segundo alguns historiadores, morreu em Santarem, foi enterrado no mosteiro das Bernardas de Odivellas (cujo fundador era e que encommendara ao Santo do seu nome), nas proximidades de Lisboa.

[4] V. Denifle, I, p. 519 e seg.

[5] Cfr. *Vida*, § 67.

Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
o valeroso officio de Minerva
e de Helicona as musas fez passar-se
a pisar do Mondego a fertil herva.
Quanto pode de Athenas desejar-se,
tudo o soberbo Apollo aqui reserva:
aqui capellas dá, tecidas de ouro
do bacharo e do sempre verde louro.[1]

§ **32.**—Ha documentos de como n'esta época a architectura foi cultivada e protegida pela munificencia regia. É prova exuberante, o maravilhoso convento da Batalha (entregue á ordem dos Dominicanos) que D. João I dedicou á commemoração da gloriosa e decisiva victoria de Aljubarrota, fazendo-o construir perto do campo da lucta.[2] Tambem D. Denis mereceu como edificador louvores camonianos:

Nobres villas de novo edificou,
fortalezas, castellos mui seguros,
e quasi o reino todo reformou
com edificios grandes e altos muros.[3]

§ **33.**—«As musas fogem quando a tuba resoa».

Só depois de acabadas as guerras mouras, no primeiro periodo de paz, é que a poesia se desenvolveu em Portugal. Não se conservam documentos da verdadeira poesia popular. A sua existencia é comtudo indubitavel, porque deixou profundos vestigios na poesia artistica da primeira época. Ha tambem provas da formação de lendas. Assim como o Camões aproveitou as mais antigas e predilectas figuras da historia nacional, que já mencionámos, deu tambem o devido realce ás mais recentes: á desditosa D. Inês de Castro; a D. Maria de Castella, que implora os soccorros de Portugal; aos Doze de Inglaterra; á creança propheta de Evora; os dezasete de Almada; o gigantesco heroe nacional Nun'Alvares, etc. Só este ultimo, o Cid português, que terminou a sua gloriosissima carreira no burel monastico dos Carmelitas (1431), repartindo os seus bens com os pobres e os monges do convento do Carmo de Lisboa, pa-

---

[1] *Lusiadas*, III, 97.

[2] Além de varios mosteiros (Penhalonga, a Carnota, S. Francisco de Leiria) e egrejas (como N. S. da Oliveira de Guimarães), mandou construir os paços regios de Lisboa, Santarem, Cintra e Almeirim.—Cfr. Moraes, *Hist. de Port.*, II, p. 39, e Faria e Sousa, *Europa Port.*, II, p. 333.

[3] *Lusiadas*, III, 98.

rece ter inspirado ao povo lisbonense, que o venerou como santo durante largos annos, alguns versos conservados até hoje.[1]

§ **34.**—As poesias mais antigas em lingua portuguèsa (ou seja gallega), já perfeitamente correcta, graciosa e flexivel, pertencem ao genero lyrico, e formam a colheita artistica de um seculo, pouco mais ou menos, em que floreceu a escola, chamada *provençal-portuguêsa*, ou *provençal-gallega*. São trovadores ou «Minnesinger», para empregar o termo allemão, perfeitamente correspondente, que a crearam e desenvolveram na còrte de D. Affonso III, D. Denis e D. Affonso IV.

Como a poesia medieval dos outros paizes romanicos e do «Minnesang» germanico, esta escola produziu, além de innumeras poesias de amor, cantigas de caracter differente: tenções, cantigas de mal-dizer, de louvor e de escarneo *(twing-liet; schimpfliet; lobe-liet; rüege-liet*, etc.).

Principes, barões, cavalleiros, escudeiros, compõem a phalange dos poetas; mas de mistura tambem lá apparecem juglares de profissão, artifices, burguèses e até clerigos. Camões desconheceu, de certo, estes poetas antigos e as suas obras. Se não, como explicar que não se refira ao poeta-rei D. Denis,[2] entre cujas poesias ha varias de caracter popular e que tèm mesmo alguns traços de commum com certas Redondilhas quinhentistas?

§ **35.**—Tanto pela quantidade como pela qualidade das suas poesias o admiravel rei-poeta D. Denis, cuja corôa real vem cingida de palmas e de louros, é superior aos numerosos trovadores do seu cyclo. Por entre os versos de cento e oitenta poetas que juntos produziram a somma importante de perto de duas mil composições, depositadas em tres cancioneiros manuscriptos, dois dos quaes appareceram na Italia, emquanto um se conserva em Portugal, quasi cento e meio pertencem a D. Denis. A conta exacta é de 138.[3]

---

[1] Cfr. Th. Braga, *Cancioneiro Popular*, p. 9 e 203.

[2] Friedrich Diez, no seu estudo sobre as primeiras poesias artisticas e palacianas de Portugal, apresenta ideias contrarias, opinando que o Camões, ainda quando soubesse do Cancioneiro de D. Denis, não o teria reconhecido como poeta, por ter um credo artistico opposto ao d'El-Rei.—«Camoens kennt diesen ausgezeichneten Regenten nur als Förderer der Künste und Wissenschaften, nicht als Dichter; aber freilich, hätte er ihn als solchen auch gekannt, er würde ihm bei seinen Begriffen von Poesie diesen Namen nicht zugestanden haben».—*Kunst-und Hof-poesie*, p. 11.

[3] Cfr. Ernesto Monaci, *Il Canzoniere Portoghese della Biblioteca Vaticana*. Halle, 1875: N.os 80-203 (o n.º 174 é repetição do n.º 116) e Enrico Molteni, *Il Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti*.—Halle, 1880: N.os 406-415.

§ 36.—No cancioneiro dionysio ha poesias de duas feições, diametralmente oppostas. A primeira classe, que é a predominante, abrange versos pura e exclusivamente artisticos e estrangeirados, em que a imitação da poesia *provençal-trovadoresca* se evidenceia, determinando não só as fórmas metricas, a medida do verso, a contextura das estrophes, a combinação das rimas, mas mesmo as ideias, os sentimentos, e até os modismos da lingua.

Apresentamos como exemplo typico uma cantiga de El-Rei Dom Denis (N.º 127):

Proençaes soen muy ben trobar!
E dizen eles que é con amor;
mais os que troban no tempo da fror,
e non en outro, sei eu ben que non
an tan gran coita no seu coraçon
qual m'eu por mia senhor vejo levar!

Pero que troban e saben loar
sas senhores, o mais e o melhor
que eles póden, sôo sabedor
que os que troban quand'a frol sazon
á—e non ante—¡ se deus mi perdon!
non an tal coita qual eu ei, sen-par.

Ca os que troban e que s'alegrar
van eno tempo que ten a color
a frol consigu', e tanto que se for'
aquel tempo, logu'en trobar razon
non an, non viven en qual perdiçon
oj'eu vivo, que pois m'á de matar.[1]

§ 37.—A segunda classe, que D. Denis cultivou com notavel bom gosto, tem origens genuinamente nacionaes: simples e sincera, meiga e doce, franca e popular, como é, não pode ser invenção dos aulicos que, á porfia com o Monarcha, a empregaram. Como prova e effeito do caracter verdadeiramente popular e peninsular d'este grupo de poesias, pode allegar-se o frequente uso da *assonancia* em logar da *rima;* a construcção muito singela da estrophe que

[1] F. Diez, já traduzira as tres estrophes na obra «*Ueber die erste portugiesische Kunst- und Hof-poesie*», p. 83, renunciando, comtudo, ao artificio de as ligar por meio de rimas eguaes (*abbcca*). *

* No texto allemão esta poesia (em português archaico) é substituida por uma bella e fidelissima traducção de Storck, que se cinge fielmente ao original, aperfeiçoando-o apenas por uma phraseologia um pouco mais elegante, compenetrada de um sentimento mais intimo e vivo, que levanta a cantiga de D. Denis á altura dos Minnelieder da Provença e da Allemanha.

se restringe a dois versos, ás vezes de dois hemistychios, bem marcados cada um; o *estribilho* ou *refran* que sempre remata os taes distychos; e, principalmente, o parallelismo das ideias, que se repetem, por via de lei, de modo a preencherem duas estrophes, differenciadas unicamente pela rima, ou por uma leve variação de phrase, mas nunca fundamentalmente, pelo seu conteudo. Em cantigas mais extensas, cada novo par de estrophes imita e renova o mesmo vaivem, apresentando apenas variações ou modulações do mesmo thema, alterado e accrescentado pouco sensivelmente. O segundo par está, tambem exteriormente, ligado ao primeiro por um encadeamento extremamente curioso: a segunda linha da primeira estrophe reapparece como a primeira da estrophe terceira, e os versos dos distychos 2 e 4 estão em identicas relações. Tal é, pelo menos, o processo seguido nos exemplares mais perfeitos, a par dos quaes ha outros, divergentes.

Este genero de poesia, sem modelo e sem parallelos nas litteraturas irmãs,[1] e talvez um echo longinquo e isolado de cantos celtibericos que em tempos se repercutiam nas serras pyrenaicas, conserva a sua vivacidade ainda meio millenio depois dos tempos de D. Denis. Aproveitadas como *intermezzos lyricos* nas comedias de Gil Vicente (1534)[2] que talvez recolhesse specimens soltos do repertorio nacional, e talvez imitasse a maneira popular — poesias parecidas ainda se cantam hoje em Galliza e Catalunha.[3]

Para exemplificar, dou tambem uma amostra, copiando uma pequena barcarola de *Joam Zorro*. Em dois traços, o poeta pinta, a meu vêr, a situação seguinte: uma esquadra portuguêsa vae desaferrar: dois amantes têm que separar-se. A mãe, lembrada de antigas e infructiferas admoestações, desenrola crua e friamente, talvez mesmo rejubilante, diante da pobre filha, o melancholico quadro dos seus amores contrariados:

---

[1] Ha poesias de formação identica, ou parecida, no Cancioneiro Chinez e no Malaïco, e tambem em italiano: o encadeamento dos versos parallelos é comtudo menos rigoroso e mais primitivo do que nas cantigas portuguêsas. Remetto o leitor ao Schi-King, traduzido por Rückert, ás melodias em «forma malaica» de Chamisso, e ao canto italiano «*tu sei quel dolce fuoco*», imitado por Goethe no Lied «*O gieb vom weichen Pfühle*». — Illudido pela systematica repetição de versos, o primeiro escrevente que assentou estas poesias, ou quem as copiou posteriormente, não reconhecendo o eschema original, tão peculiar, estragou-o em muitos casos. Nas edições impressas ninguem emendou por ora estes erros: a reconstrucção foi comtudo tentada pelo auctor d'este livro na versão poetica de um cento das antigas poesias portuguêsas. — Cfr. *Hundert altportugiesische Lieder, zum ersten Male deutsch: von Wilhelm Storck,* Paderborn und Münster. — 1885. (p. 117-124).

[2] As poesias, a que me refiro, são em parte castelhanas, em parte portuguêsas. V. Gil Vicente, I, p. 83; II, p. 481; III, p. 270.

[3] Cfr. Braga, *Parnaso Portuguez*, p. 279, e *Curso de Litt. Port.*, p. 83 e seg.

El-rey de Portugale
barcas mandou lavrare:
e levará nas barcas sigo,
mia filha, o voss'amigo.

El-rey portugueese,
barcas mandou fazere:
e levará nas barcas sigo,
mia filha, o voss'amigo.

Barcas mandou lavrare,
e no mar as deitare:
e levará nas barcas sigo,
mia filha, o voss'amigo.

Barcas mandou fazere
e no mar as metere:
e levará nas barcas sigo,
mia filha, o voss'amigo.*

§ 38.—A influencia que a poesia provençal exerceu sobre a lyrica portuguêsa, durante a primeira época da litteratura, foi explicada de differentes modos. As causas principaes do phenomeno estão nas relações entre Portugal e a França desde os tempos do conde borgonhês D. Henrique; na vastissima irradiação geral da poesia dos trovadores, espalhada por poetas, segreis e joglares «andantes» sobre todas as côrtes regias da Peninsula, e especialmente sobre a dynastia provençal de Aragão, que se aparentou com a familia real portuguêsa na pessoa de D. Sancho I; na longa estada de D. Affonso III em França, onde adquiriu por casamento o titulo de Conde de Bolonha; na creação e educação de D. Denis que teve aios e mestres francêses, e em particular um Aymeric d'Ébrard, de Cahors, feito mais tarde Bispo de Coimbra (1278);[1]

---

[1] Aymeric d'Ébrard era filho de um fidalgo francês, Guillaume d'Ébrard, senhor de St. Sulpice, de Quercy. Assistia ainda na côrte, como conselheiro de D. Denis, um portuguès: D. Domingos Jardo, bispo primeiramente de Evora, e depois de Lisboa, que se creara e graduara em Paris, em direito canonico.—Cfr. Moura, *Cancioneiro de D. Diniz*, p. xv e seg.

* Cfr. *Canc. Vat.* N.º 755.—A restituição é minha, e diverge um tanto da que Th. Braga deu no *Canc. restaurado*.—

Está claro que no texto allemão a poesia apparece traduzida (*Hundert Altport. Lieder*, p. 33 e 118). De passagem, não deixarei de lembrar que a lindissima versão de Stork já foi cantada em concerto publico, com musica, escripta pelo distincto compositor P. E. Wagner.

na visita que o joven principe fez á côrte de seu avô El-Rei D. Affonso X de Castella, que acolhia, agasalhava e protegia tantos e tantos trovadores, e que tambem poetava, legando á posteridade 401 cantigas espirituaes em louvor da Santissima Virgem, compostas, em grande parte, em metros provençaes; e finalmente no enlace matrimonial com D. Isabel, Princesa de Aragão (1289).

§ 39.—Pouco a pouco a maneira artistica provençalesca despiu-se dos attractivos da novidade; os rythmos gallego-populares, pelo contrario, andavam indubitavelmente falhos de toda a opulencia e variedade de assumpto. Impossivel dizer, se os poucos lyricos [1] dos seculos seguintes, cujos nomes perduraram, continuaram a poetar nos moldes acostumados. Restam umas quatro cantigas ditas «*Del rrey don Pedro*», [2] mas todas ellas se destacam tão sensivelmente da lyrica anterior, que mesmo os collectores antigos as introduziram no peculio litterario do **segundo** periodo; e a critica moderna, capitaneada por Theophilo Braga, as abjudicou ao Rei D. Pedro I de Portugal, adjudicando-as a outro D. Pedro, posterior de um seculo: o Condestavel, filho do Infante-Regente, nascido em 1429, eleito Rei de Aragão no anno de 1464 (ou 1462), e morto, de veneno, em 1466. [3] Depois d'estes poetas palacianos do tempo de D. Denis vieram—como conta o Marquez de Santillana— [4] Vasco Perez de Camões, cerca de 1370, um ascendente [5] do Cantor dos *Lusiadas*, Fernan Casquicio e «aquel gran enamorado Macias» pagem ou escudeiro do celebre Enrique de Aragão (1384–1434). Infelizmente não se acham senão mui poucas canções de Macias. [6]

---

[1] Os filhos de D. Denis herdaram o talento poetico paterno: o legitimo, primogenito e successor D. Affonso IV menos do que os filhos naturaes: D. Affonso Sanches, Conde de Albuquerque († 1329), e D. Pedro de Portugal, Conde de Barcellos († 1354), o afamado auctor ou principiador do primeiro livro de genealogias portuguêsas, ao qual attribuiram, sem razão, todas ou quasi todas as poesias do «*Cancioneiro da Ajuda*».—Cfr. F. A. de Varnhagen: ***Trovas e Cantares de um codice do*** XIV ***seculo ou antes mui provavelmente «o livro das cantigas» do Conde de Barcellos.*** Madrid, 1849.

[2] V. *Cancioneiro de Resende*, II, p. 67.

[3] V. Th. Braga, *Trovadores Galecio-Portuguezes*, p. 292 e seg., id. *Poetas Palacianos*, p. 157 e seg.^s; *Curso de Litteratura Portugueza*, p. 139; como tambem Faria e Sousa, *Epitome*, p 247 («D. Pedro Condestable de Portugal que los Catalanes eligieron por su Rey en odio de Don Juan II de Aragon, y murió con veneno»), e Bellermann, *Die alten Liederbücher der Portugiesen*. Berlin, 1840; p. 22 e 62.

[4] Sanchez, *Colleccion de poesias castellanas anteriores al siglo* XV, Madrid, 1779-90, vol. I, p. LVIII.

[5] Juromenha (I, p. 13) inclina a attribuir-lhe duas poesias pseudo-camonianas: dous *Sonetos* em linguagem gallega, que, portanto, datariam do seculo XIV! Cfr. Storck, I, Soneto 288 e 289, e as notas relativas, a p. 424.

[6] Cfr. Storck, I, p. 361 e seg.

Podem considerar-se estes poetas como epigonos tardios dos velhos trovadores gallegos, apesar de os versos de Macias se approximarem mais do gosto e da arte do periodo seguinte.

§ **40.**—Além das obras lyricas, o primeiro periodo litterario produziu numerosas traducções em prosa,[1] trechos da Sagrada escriptura, obras meio-dogmaticas, meio-legendarias,[2] livros de cavalleria do cyclo bretão[3] e do classico, etc. A historiographia começou tambem a ensaiar-se em livros de linhagem e em chronicas.[4]

III.—Os Portuguêses de 1415 a 1580

§ **41.**—Na terceira época Portugal trilha sendas novas, emprehendendo feitos inauditos. A ribamar e os portos atlanticos, da foz do Douro até Sagres,—com Lisboa no meio—[5] formam os pontos de partida das empresas heroicas. O imperio fabuloso do Rei-Preste, chamado João,[6] as ilhas bemaventuradas do mar tenebroso,[7] as riquezas incalculaveis e inexgotaveis das margens do Indo e Ganges[8] impressionam e subjugam cabeças e corações com presentimentos tentadores. O oceano torna-se o destino de Portugal; a India, a

---

[1] Já D. Denis favorecera trabalhos d'esta ordem.—V. Moura, *Cancioneiro de D. Diniz*, p. XVI e XVII; Th. Braga, *Curso*, p. 99 e seg.

[2] Entra n'esta rubrica a lenda de Barlaam e Josaphat. Já o historiador Diogo do Couto reconhecera, seculos antes dos modernos criticos, que este conto tem as suas raizes na lenda de Buddha. V. *Decada* V, 6, 2 e VII, 3, 10.

[3] Infelizmente, parece que a impressão d'estes documentos encontra graves difficuldades; nem em Portugal nem na Allemanha os compradores são numerosos. Esperemos que ainda assim Carl von Reinhardstoettner possa acabar de imprimir «*A Historia dos Cavalleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal*», cujo primeiro volume sahiu em Berlim, em 1887. (editor A. Haack).

[4] Logo depois do principio da Monarchia o cargo de chronista-mór do reino, era inherente ao de Prior-Crasteiro de Santa Cruz de Coimbra.—V. Th. Braga, *Curso*, p 251.—Cfr. *Vida*, § 54, Nota 5.

[5] A população de Lisboa attingira em 1417, segundo Soares de Barros, umas 63:750 almas.—Cfr. Balbi, p. 18.

[6] Estas lendas e fabulas começaram a espalhar-se desde meados do seculos XII.

[7] As relações dos auctores antigos foram sobrecarregadas de enfeites no decorrer da Edade Média.

[8] Fonte primordial d'estas noticias são os Poemas de «Alexandre».

sua gloria; a Africa, a sua fatalidade. Suores, lagrimas, rios de sangue são o precioso envite; o lucro perpetuo, a immortalidade nas recordações do genero humano. Na sua marcha triumphal maritima de Ceuta até Macau, Portugal, reconhecendo o globo todo, rompe as peias medievaes que enlearam o saber do homem e do mundo. Mas o pequeno reino tem o seu ponto vulneravel—o seu talão de Achilles: a patria-mãe esquece os seus estreitos limites, não mede as suas forças, e perde a sua independencia.

Mesmo na desgraça, porém, uma sorte propicia a bafeja, como a nenhuma outra nação: o que Achilles só encontrou depois de morto, Portugal ia possui-lo ainda em vida—o seu Homero. A edade aurea da poesia dá á patria portuguêsa seu filho mais excelso, Luis de Camões, que canta, antes do dia infausto de Alcacer-Quibir, o *Paian* triumphal dos *Lusiadas*.

§ **42.**—Feitas as pazes com Castella (1411), El-Rei D. João dirige os seus olhares sobre o Mar, resolvendo aggredir os Mouros dentro da Africa. Exerceu influencia benefica e determinante sobre estas empresas a nobre e magnanima esposa D. Filippa. Os filhos que ella criára

— inclyta geração, altos infantes — [1]

approvam e executam, enthusiasticos e activos, os planos com que a nação vae ganhando honra e gloria. Quem os acolheu com mais fervor foi o quarto filho, D. Henrique, a quem a historia deu o nome de *Navegador* (1394–1460). Parece que já então, com vinte annos, o joven, sedento de gloria, antevia a empresa em que o homem insistiu mais tarde com tenacidade inabalavel, longe da vida palaciana, casto e insensivel aos encantos da côrte,[2] duro e deshumano, sem sentimentos caritativos, surdo e cego mesmo ao infortunio do irmão mais novo, o Santo Infante D. Fernando,[3] e á tragica sorte do mais velho (D. Pedro)[4]—occupado até ao ultimo alento só com a sua ambição: avassalar o Mar.

Arma-se a esquadra para a expedição contra o Algarve de além-mar e para a conquista de Ceuta, o emporio commercial marroquino, para onde vinham as mercadorias do Oriente,[5] a porta por onde os mouros africanos costumavam entrar na peninsula. Porque a D. João I

[1] *Lusiadas*, IV, 50.

[2] Morreu em Sagres, no dizer de Faria e Sousa (*Epitome*, p. 248) «no solamente sin hijos, sino perpetuamente casto».

[3] Depois da batalha de Tanger, em 1437.

[4] Antes e por occasião da peleja de Alfarrobeira, em 1449.

[5] Cfr Oliveira Martins, *Portugal Maritimo*, p. 22; depois da Conquista de Ceuta as caravanas desviaram o seu rumo para Tunis.

> Não soffre o peito forte, usado a guerra,
> não ter imigo já a quem faça dano:
> e assi, não tendo a quem vencer na terra
> vai commetter as ondas do Oceano.
> Este é o primeiro rei, que se desterra
> da patria por fazer que o Africano
> conheça pelas armas, quanto excede
> a lei de Christo á lei de Mafamede [1]

§ 43.—Ninguem anciara pela cruzada do ultramar como a Rainha D. Filippa. Comtudo, já não presenceou a partida da frota fundeada no Tejo: a peste levou-a, a 20 de Julho de 1415. Mal tinham enterrado a nobre senhora no convento de Odivellas, quando a armada, levando El-Rei D. João e os Principes com o exercito, deixou apressadamente o porto de Lisboa. Depois de abordarem, acommettem Ceuta, e rendem a cidadella inimiga, após sete dias de defesa obstinada, conquistando assim a cidade mais populosa e mais florescente da Mauritania, cujos thesouros e preciosidades cahiam entre as mãos dos vencedores, avidos de rapina. El-Rei arma cavalleiros, dentro da mesquita principal já christianizada, os seus heroicos filhos, o Principe D. Duarte, assim como D. Pedro e D. Henrique, entregando-lhes as espadas cravejadas de pedraria, que levára com este fim—ultima dadiva da Rainha. Os dois mais novos, D. João e D. Fernando, ficaram em casa, por serem ainda creanças; o primogenito D. Affonso morrera de pouca idade.

Tratava-se de decidir, se valia mais deixar a fortaleza sem guarnição, ou occupá-la definitivamente. Prevaleceu a ultima opinião; [2] e esta decisão deu a directiva para o procedimento de todos os Reis seguintes. A Africa ficou sendo o campo militar onde a mocidade portuguêsa aprendia o manejo das armas, como o disse um seculo mais tarde o Vice-Rei D. Francisco de Almeida, [3] chamando-a «*escola de sua esgrima e leite de sua creação*».

§ 44.—O filho e successor de D. João I, D. Duarte, o Eloquente (1433-1438), mais propenso á actividade litteraria de gabinete [4] do que a feitos de armas, foi pouco feliz nos emprehendimentos africanos a que se deixou ar-

[1] *Lusiadas*, IV, 48.

[2] O valente Conde D. Pedro de Menezes foi nomeado Governador de Ceuta (1415-1437), e justificou a confiança d'El-Rei, resistindo por duas vezes victoriosamente aos ataques dos Infieis (1419). D. João I partiu a dois de setembro, chegando sem novidade a Tavira, onde nomeou o Infante D. Henrique, Duque de Vizeu, e o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, creando assim os primeiros ducados portuguêses.

[3] Cfr. Barros, II, 3, 3.

[4] Escreveu p. ex. o *Leal Conselheiro*.—V. Th. Braga. *Manual*, p. 113 e seg.

rastar. Não abandonou Ceuta: mas a expedição dos Infantes D. Henrique e D. Fernando contra a fortaleza de Tanger (1437), findou com a derrota do exercito, que Sala-ben-Sala, senhor de Tanger e Arzilla, deixou livremente partir, sob condição de Ceuta ser entregue. Ficou em refens D. Fernando, com alguns companheiros de captiveiro. As Côrtes regeitaram, porém, o tratado,[1] e depois de infindos tormentos, passados primeiro em Arzilla e depois (1438) em Fez, a morte libertadora[2] redimiu, ao cabo de seis annos, o santo martyr, cujo heroismo Camões levanta acima da estoicidade de guerreiros gregos e romanos:

> Codro, porque o inimigo não vencesse,
> deixou antes vencer da morte a vida.
> Regulo porque a patria não perdesse,
> quis mais a liberdade ver perdida
> Este, porque se Hespanha não temesse,
> a captiveiro eterno se convida:
> Codro nem Curcio, ouvido por espanto,
> nem os Decios leaes fizeram tanto![3]

Cinco annos antes do irmão *immolado*, El-Rei D. Duarte fallecêra, de peste, na idade de 37 annos.

§ **45.**— O unico filho e herdeiro de D. Duarte, El-Rei D. Affonso V (1438-1481), era menor, contando apenas seis annos, quando seu pae morreu. Como tutora ficou tambem com a regencia do reino, a Rainha-viuva D. Leonor de Aragão, mas por pouco tempo. Tumultos e dissensões obrigaram-a a entregar as redeas do governo (1438) ao cunhado, o magnanimo e sabio duque de Coimbra (n. em 1394), chamado pelo *D. Pedro, o das sete partidas do mundo*, porque viajára durante quatro annos (1424-28) recolhendo conhecimentos e experiencias que aproveitou depois em obras litterarias.[4] Pisara a terra santa; assistira nos Paços do Gran-Turco e nos do Soldão de Babylonia; fôra tratado com distincta cortesia pelo Papa Martinho V, e doado com a Marca Trevisana

---

[1] O arcebispo de Braga venceu, com a opinião de que a manutenção da fortaleza de Ceuta valia mais que a liberdade do Infante.

[2] O coração do Infante, trazido por um leal companheiro, jaz, desde 1451, no convento da Batalha: o seu corpo repousa, desde 1471, no mesmo tumulo, resgatado e trocado por Muley Xeque, Rei de Fez, contra quatro captivos, (duas mulheres d'elle e dois filhos seus, ainda creanças).—V. *Epitome*, p. 259.

[3] *Lusiadas*, IV, 53.

[4] Escreveu p. ex. o tratado da *Virtuosa Bemfeitoria*.— Cfr. Braga, *Curso*, p. 133 e seg.

pelo imperador Segismundo em virtude dos serviços bellicos prestados contra os Turcos e os Venezianos; e as côrtes apparentadas da Dinamarca, Inglaterra, Castella e Aragão tambem tinham acolhido benevolamente o festejado guerreiro.[1] Depois de D. Pedro ter deposto (1448) entre as mãos de seu sobrinho, pupillo e genro (desde 1447) D. Affonso V, o governo que administrara com irreprehensivel equidade, brandura e lealdade, o joven monarcha deu facilmente ouvidos ás calumnias e denigrações que corriam de ha muito entre os inimigos do Regente. Entre as forças d'El-Rei e a escolta do Duque rompem hostilidades nas ribeiras do pequeno rio de Alfarrobeira, a poucas leguas de Lisboa—encontro em que uma settada acaba com a vida do mallogrado D. Pedro (1449).[2] A morte sangrenta põe termo ás funestas dissensões que deixaram nodoas indeleveis no caracter do ingrato D. Affonso. O violento desfecho foi dolorosissimo para a filha do sacrificado, a joven Rainha D. Isabel.[3]

D. Affonso V foi alcunhado o *Africano*, graças ás tres expedições maritimas que emprehendera em 1458, 1463 e 1471, das quaes a segunda, um novo ataque sobre a fortissima Tanger, ficou infructifera, custando quasi a vida ao moço rei em uma correria nos montes de Benacofú, emquanto as outras duas lhe valeram a conquista de Alcacer-Ceguer (1458), Arzilla e Tanger (1471) e a fortaleza de Anafe, que o irmão mais novo D. Fernando tomára no entretanto, pondo-a a saque e reduzindo-a a cinzas (1468).

Desde então D. Affonso accrescentou aos seus titulos as formulas: *Senhor de Alcacer e de Arzilla e Rei dos Algarves de aquém e além Mar em Africa.*

Mais tarde El-Rei pôs-se em campo para conquistar Castella, invocando os seus direitos á successão,[4] contra os da Rainha D. Isabel (1474–1504) sendo derrotado na batalha de Toro (1476) pelo esposo da pretendente castelhana, D. Fernando de Aragão (1479-1516), emquanto o Principe-herdeiro D. João, que já se distinguira na tomada de Arzilla, sendo armado cavalleiro pelo pae na mesquita christianizada, não cedeu no campo da batalha, sustentando-se victoriosamente no seu posto. Novas guerras e negociações ficam baldadas: D. Affonso renuncia finalmente ao throno de Castella, no tratado de Alcantara (1479).

---

[1] Foi por intervenção de D. Pedro que as casas reinantes de Portugal e Castella reataram novamente as relações interrompidas.

[2] V. Braga, *Poetas Palacianos*, p. 110 e seg.

[3] A rainha falleceu, sete mezes depois do nascimento de seu terceiro filho, o futuro rei D. João II (nascido a 3 de maio de 1455), tão inesperada e repentinamente que houve suspeitas de ter sido envenenada pelos inimigos de seu pae.

[4] Cfr. Storck, IV, p. 408 e seg.; e Schäfer, *Geschichte Portugals*, vol. II, p. 526 e 557.

§ **46**.—Mais felizes do que nas conquistas do Imperio marroquino no littoral nordeste da Africa—augmentadas e seguradas ainda assim durante o reinado de D. Manoel pela derrota dos Principes de Fez, Mequines e Marrocos e pela tomada das praças de Safim (1508), Azamor[1] (1513) e Amagor (1515)—foram os investigadores e descobridores que seguiam o roteiro das costas occidentaes do continente negro. A alma d'estas empresas era D. Henrique, o *Navegador*. A sua poderosissima influencia e as consideraveis rendas que disfrutava como Duque de Vizeu, Mestre da Ordem de Christo, Senhor da Covilhã, e mais tarde[2] como usufructuario das ilhas de Porto Santo, Madeira e Deserta, foram gastas exclusivamente na realização dos seus planos. Vivendo retirado e solitario na Villa do Infante, na enseada de Sagres, sobre as rochas escarpadas do Cabo de S. Vicente, estudava a cosmographia, as mathematicas, a astronomia. Os seus esforços foram coroados de brilhante successo. Uma descoberta seguia a outra: Porto Santo (1418), Madeira (1419) e os Açores (1429) sahiram das trevas do Atlantico; dobrava-se o Cabo Bojador (1433), a Angra dos Ruivos (1434), o Cabo Branco (1441); já chegavam á Ilha das Garças (1443) e attingiam o Cabo Verde (1446).[3] Este promontorio (ou um pouco mais ao Sul o Rio Tabite) ficou sendo, durante a vida do Infante D. Henrique († 1460), o ultimo limite das empresas maritimas.[4] Onze annos depois da sua morte um tal Sequeira ultrapassava o Equador (1471).

§ **47**.—O filho e successor de D. Affonso V, El-Rei D. João II (1481–1495), o Principe perfeito,[5] que fôra vencedor em Toro, alargou e consolidou o poder regio. Seu predecessor, de vistas curtas, fraco e prodigo, ensoberbecera com doações, privilegios e immunidades a arrogancia já antes despropositada da nobreza, de modo a desfalcar sensivelmente o patrimonio,

---

[1] Azamor já era tributaria desde 1486.

[2] V. Barros, Decada I, 1, 4.

[3] As opiniões sobre a data da descoberta e o nome do descobridor divergem bastante. Cfr. Storck, vol. v, p. 451 *sub voce* **Arsinarium**, e Barros, I, 1, 14. O auctor das *Decadas* assenta que Nuno Tristão já progredira no anno de 1446 mais oitenta leguas até ao rio de Nuno, e que Alvaro Fernandes avançara outras trinta e duas além do rio Nuno, attingindo o Tabite.

[4] Segundo Barros (I, 1, 16) o Infante ainda assistiu á descoberta da Serra Leoa (1461 ou 1462) por Pedro de Cintra. (Cfr. Storck, v, p, 485 e seg. *sub voce* **Leoa**, p. 73), morrendo em Sagres a 13 de novembro de 1463. Enterrado provisoriamente na villa de Lagos, os seus ossos foram mais tarde levados á Batalha, onde jaz na capella do fundador, seu pae.

[5] «*Principe perfeito*» segundo Oliveira Martins (*Hist. de Port.*, I, p. 193 e seg.) no sentido em que Machiavelli traçou, uma geração mais tarde, o perfil do seu **Principe**.

as rendas e os privilegios da corôa, arrancando a D. João o dito amargo — «que só herdára as estradas e as veredas de Portugal». Era urgente mudar de rumo. O feudalismo encontrou o seu «*homem*», como a Rainha D. Isabel appellidára o rei vizinho. Assim que o pae morreu, D. João convocou côrtes para Evora (1482), apaziguou a clerezia e tomou medidas para restringir a autonomia dos nobres, reivindicando para a corôa o que era d'ella. Excitou com isso a ira e a indignação, principalmente dos proximos parentes, que pela sua rebeldia e as suas conspirações lhe iam dando azo e motivo para procedimento mais severo. El-Rei não era parco de expedientes. Em julho de 1483 D. Fernando, segundo Duque de Bragança e cunhado da Rainha D. Leonor, foi preso em Evora e em seguida condemnado e degolado publicamente; o Marquês de Monte-mór D. João, Condestavel do Reino, que se expatriara, foi justiçado em effigie[1] em Setubal; o irmão da Rainha, D. Diogo, Duque de Vizeu, foi morto ás punhaladas pela propria mão do monarcha! o Bispo de Evora, D. Garcia de Meneses, foi mettido no fundo de uma cisterna, onde com peçonha acabou a vida. O resto dos conjurados não foi tratado com mais benignidade; nem os que fugiram para o estrangeiro escaparam á vingança d'El-Rei.

§ **48.** — Depois de o Principe Perfeito ter segurado a sua auctoridade soberana, tomou a peito proseguir nas empresas iniciadas pelo seu bisavô D. Henrique, convocando uma junta de astronomos em cujo numero entrava um allemão, o celebre Martin Behaim, a fim de fomentar as descobertas maritimas. O proprio Rei compôs tratados de cosmographia e astronomia. No triennio de 1481 a 1483 fez-se a fortaleza de S. Jorge da Mina[2] na costa da Guiné, dando ensejo para que El-rei accrescentasse aos seus titulos o de *Senhor de Guiné*. Diogo Cam não tardou em navegar até ao Cabo do Padrão, alcançando quasi a linha do tropico austral (1485). No verão do anno seguinte (julho e agosto de 1486) Bartholomeu Dias partiu de Lisboa com duas pequenas caravelas e uma barca de provisões; uma forte tempestade colheu-o perto da Angra das Voltas, arrastando-o durante dias, e quando depois de vencer o perigo, procurava a costa africana da banda de oriente, reconheceu, cheio de jubilo, que já dobrara a ponta-sul do Continente (em maio de 1487).[3] Singrou em direcção norte até ao rio do Infante; mas a tripulação assustada insurgiu-se, obri-

---

[1] Morreu, pouco depois, de magoa e de raiva.

[2] Bartholomeu Dias commandava n'esta expedição uma caravella. O commandante em chefe da esquadra total (de 10 caravellas e 2 urcas) era Diogo d'Azambuja. — V. Barros, I, 3, 1.

[3] Cfr. Humboldt, *Kosmos*, II, p. 467. Nota 57.

gando-o a não ir mais ávante. Cheio de pesar, Dias teve que ceder. Na volta reconheceram o grande cabo, ao qual deram o nome de *Cabo tormentoso*, por causa dos temporaes padecidos na ida. Em dezembro de 1487 alcançaram[1] na praia lusitana, e D. João II, cheio de confiança e de fé, deu ao cabo tormentoso o nome de *Cabo da Boa Esperança*.

§ **49.**—No entretanto as fabulas e patranhas correntes sobre o reino encantado do Preste-João tinham actuado como um poderoso estimulo sobre o espirito aventureiro dos descobridores. Para obter noticias veridicas El-Rei mandara, por terra, ao Oriente Frei Antonio de Lisboa e Pero de Montaroyo,[2] sem colher fructo: chegaram a Jerusalem, mas não foram ávante por não saberem arabe. Com o mesmo fim, mas por outros caminhos, e melhor preparados e adestrados, partiram em maio de 1487 Pero da Covilhã, fidalgo da casa real, e Affonso de Paiva. Camões pinta com côres vivas as suas rotas e sortes, fechando a descripção com palavras singelas, mas commovidas e commoventes:

> Viram gentes incognitas e estranhas
> da India, da Carmania e Gedrosia,
> vendo varios costumes, varias manhas
> que cada região produze e cria.
> Mas de vias tão asperas, tamanhas,
> tornar-se facilmente não podia:
> lá morreram em fim, e lá ficaram,
> que á desejada patria não tornaram.[3]

§ **50.**—Pero e Affonso chegaram a Aden, via Napoles, Rhodes, Alexandria, Cairo e Tur (no sopé do Sinai). Lá se separaram para se encontrarem, á volta, no Cairo, depois de Affonso ter seguido para a Ethiopia, e Pero para a India. Pero chegou effectivamente a Cananor, Calicut e Goa, de onde navegou para Sofala, tornando, via Aden, ao Cairo. Ahi soube que Affonso succumbira a uma doença na Abyssinia e resolveu embarcar para Portugal, a fim de referir sobre as valiosissimas noticias que colhera. Prestes a partir, encontrou-se por acaso, com dois outros emissarios d'El-Rei, o Rabbi Abraham de Beja e o sapateiro judeu José de Lamego, que já haviam estado outr'ora em Bagdad. Decidiu-se que José levaria a relação dos resultados da viagem a D. João II, emquanto Abraham visitaria juntamente com Pero da Covilhã a costa da Persia e o emporio celeberrimo de Ormuz.

---

[1] A viagem durara dezaseis mezes e dezasete dias.—V. Barros, I, 3, 4.
[2] Cfr. Barros, *Decada*, I, 3, 5.
[3] *Lusiadas*, IV, 65.

Assim se fez.

De Ormuz, Pero enviou o Rabbi, via Aleppo, a Portugal, tornando em seguida ao Mar Vermelho e visitando o reino de Escander da Abyssinia, o obscuro successor, em carne e osso, do legendario Preste-João, o Papa-Imperador. Foi bem recebido. Escander morreu d'ahi a pouco, e os seus descendentes e herdeiros, primeiro Naut, depois David[1] trataram Pero em conformidade com as leis e os usos do paiz,[2] não lhe permittindo sahir dos territorios do imperio, apesar de El-Rei D. Manoel sollicitar, ainda em 1520,[3] pelo embaixador D. Rodrigo de Lima, a sua libertação. Favorecido e rico, Pero viveu ahi mais de trinta annos, morrendo só quando os mythos embriagadores do Imperio do Preste-João tinham cedido o passo á realidade nua e crua. Em todo o caso a Pero da Covilhã cabe a gloria perduravel de ter obtido pelo seu trabalho desinteressado a noticia certa de que a India se podia attingir por mar, dobrando a extremidade sul da Africa, e de ter transmittido este resultado ao Rei de Portugal, por intervenção do Rabbi Abraham.[4]

§ **51.**—A realização das empresas grandiosas, planeadas por D. João II, soffreu demoras lastimaveis por causa de um acontecimento tragico, que enlutou a casa reinante e entristeceu toda a nação profundamente.[5] O unico filho dos Reis, o Principe-herdeiro D. Affonso, que contava apenas dezaseis annos, casado de oito mezes com a princeza de Castella, filha e herdeira de Fernando e Isabel, cahiu cavalgando, a 12 de julho de 1491, na praia de Santarem, onde os recem-casados estavam de passagem, e tão desastradamente que, gravemente ferido, ficou logo «amortecido», fallecendo no dia immediato.

Fatalidade estranha! O que D. João II,—procedendo sem dó nem piedade contra a nobreza, e em especial contra a familia de Vizeu—ambicionara e grangeara para si e para seu filho amado, contando deixar-lhe, como a melhor joia da sua herança, a *monarchia absoluta*, passou, como se mão divina decretasse a pena de talião, á mesma casa viziense.

Apunhalado D. Diogo, que era cabeça e chefe da casa rebelde, ficava

---

[1] Veja-se o que Diogo do Couto diz a respeito dos Reis da Abyssinia. *Decada*, VII, 1, 8.

[2] Cfr. Burton. *Life and Lusiads*. I, p. 260.

[3] V. Schafer. *Hist. Port.*, III, p. 155.—Segundo Barros, o facto deu-se em 1515. *Decada*, I, 3, 5.

[4] Não se deve esquecer, porém, que já havia muito que Bartholomeu Dias voltara da circumnavegação do Cabo, quando as novas de Pero da Covilhã chegaram a Lisboa.

[5] V. *Bibliographia Critica*, p. 58 e seg.

ainda o irmão innocente do malfadado Duque, D. Manoel, então uma creança de quatorze annos. Esta herdava os bens, mas não o titulo odioso que D. João, resolvido a apagá-lo para sempre, substituiu pelo titulo de Duque de Beja. Como primo carnal d'El-Rei e unico irmão sobrevivente da Rainha, sendo portanto o parente mais proximo dos monarchas, D. Manoel passou a ser o legitimo successor do «Principe-Perfeito». Durante os apercebimentos e preparativos para a nova expedição—cujo capitão-mór seria Vasco da Gama—ou seu pae Estévam,[1] D. João II morreu com quarenta annos apenas, não sem que houvesse suspeitas de envenenamento.

§ 52.—El-rei D. Manoel (1495-1521)—cujo reinado ficou ignominiosamente maculado por inauditas e horriveis sevicias perpetradas contra os judeus, que, banidos de Castella, tinham encontrado em Portugal acolhimento e agasalho por mercê de D. João II, mas que agora foram expulsos, ou obrigados a mudarem de religião[2]—colheu rapidamente, e sem trabalho, o fructo das sementes espalhadas pelos seus antecessores, conseguindo vêr realizada a descoberta do caminho maritimo das Indias Orientaes.

N'um sabbado, a 8 de julho de 1497, Vasco da Gama, fidalgo da casa real, que nascera em Sines cerca de 1469, embarcou no porto de Belem.[3] A esquadra, cuja construcção e equipamento fôra dirigida por Bartholomeu Dias,[4] compunha-se de tres navios com os nomes dos tres archanjos (Gabriel,[5] Raphael,[6]

---

[1] É o que indica Barros, de ouvido. *Decada*, I, 4, 1, «segundo se dizia».

[2] D. Isabel, filha de D. Fernando o Catholico, e viuva do mallogrado Principe Real D. Affonso, jurada mais tarde herdeira do reino castelhano e aragonês, foi a causadora d'este feito, impondo como condição do seu casamento com D. Manoel a expulsão e perseguição dos Judeus (1497). No anno seguinte (a 24 de agosto) morreu esta mulher tão pouco mulheril, dando a vida a um filho: D. Miguel (da Paz) que lhe seguiu vinte e dois mezes depois, desfazendo o sonho de uma Monarchia Universal hispanica, governada por Reis portuguêses. D. Manoel casou mais duas vezes: em 1505, com D. Maria, a irmã mais nova da fallecida, e depois d'ella morrer (1517), na sahida do anno immediato, com a noiva de seu filho D. João, D. Leonor, sobrinha das duas primeiras esposas, filha d'El-Rei Filippe I de Castella, e portanto irmã do Imperador Carlos V. Esta ultima sobreviveu ao marido.

[3] Belem é a fórma nacionalizada de Bethlehem.

[4] Diogo Dias, irmão de Bartholomeu, accompanhava Vasco da Gama como escrivão, servindo depois de feitor em Capocate, nos arrabaldes de Calicut.—V. Barros, I, 4, 2 e I, 4, 10; Storck, V, p. 463 *sub voce*: Diogo.

[5] N'elle ia o Capitão-mór Vasco da Gama.

[6] Servia de Capitão Paulo da Gama, irmão mais velho de Vasco, que falleceu na volta, na ilha Terceira (agosto de 1499), ficando sepultado no convento de S. Francisco

e Miguel»,[1] tres lanchas e uma não de mantimentos, o «Tejo».[2] A guarnição total, entre soldados e marinheiros, era de cento e setenta homens. Á procissão, que da egreja de Nossa Senhora de Belem na praia do Restello (fundada pelo Infante D. Henrique)[3] ia para os navios, assistia o povo de Lisboa, amigo de novidades, com sentimentos mui diversos; mas Camões colheu de certo o tom predominante, ou quasi geral, fazendo verberar um velho de aspecto venerando em dez estrophes,[4] cheias de indignada reprovação, a blasphema ousadia dos navegantes:

> Oh maldito o primeiro que no mundo
> nas ondas velas pôs em secco lenho!
> Digno da eterna pena do Profundo,
> se é justa a justa lei que sigo e tenho
> Nunca juizo algum alto e profundo,
> nem cithara sonora ou vivo engenho
> te dê por isso fama nem memoria,
> mas comtigo se acabe o nome e a gloria![5]

§ **53.** — A flotilha de Vasco da Gama ia acompanhada e guiada até á ilha de Santiago das Canarias pelo descobridor do Cabo, o qual seguia caminho para S. Jorge da Mina.[6] Ahi se demoram nove dias, ganhando depois (a 3 de agosto) o alto mar. Só ao cabo de tres mezes (4 de novembro) avistaram novamente terra africana, descendo então até á bahia de Santa Helena, onde refrescaram, descançando até ao dia 16. Dois dias mais tarde estavam á vista da extremidade sul do continente, onde cruzaram, batidos pelos temporaes, vencendo o Cabo tormentoso ao fim de tres dias. Os navios detiveram-se de 25 de novembro a 8 de dezembro na enseada dos Vaqueiros, che-

---

de Angra. O «Raphael», que fazia agua, foi queimado por ordem do Capitão-mór, entre Melinde e Zanzibar, sendo a equipagem recolhida no «Gabriel».

[1] O Capitão do «S. Miguel» Nicolau Coelho († 1504), afastado da capitaina por uma tempestade, antes de vencer o Cabo na volta, arribou primeiro que Vasco a Cascaes (10 de Julho de 1499). O navio já servira antes, tendo o nome de *Berrio*. (Cfr. Oliveira Martins, *Hist. Port.*, I, p. 210).

[2] O «Tejo» foi queimado na enseada dos Vaqueiros (novembro a dezembro de 1497) por não precisarem mais d'elle (I, 4, 3).

[3] Cfr. Barros, I, 4, 12.

[4] *Lusiadas*, IV, 95 — 104.

[5] *Id.*, IV, 102.

[6] É estranhavel que Bartholomeu Dias não fosse escolhido para tomar parte na expedição. Haveria ciumes? ou quereriam puni-lo por não ter vencido facilmente os motins dos marinheiros?

gando a 10 de janeiro de 1498 á Costa do Natal. Depois de pararem quatro dias alcançaram, após uma viagem de outros nove, a foz do *Zambeze* (23 de janeiro). Os marinheiros padeciam de escorbuto, trinta morreram. Tiveram que estacionar um mez.

Vasco da Gama relata estas tribulações nos *Lusiadas*, concluindo com as palavras seguintes:

> Em-fim que nesta incognita espessura
> deixámos para sempre os companheiros,
> que em tal caminho e em tanta desventura
> foram sempre comnosco aventureiros.
> Quão facil é ao corpo a sepultura!
> Quaesquer ondas do mar, quaesquer outeiros
> estranhos, assi mesmo como aos nossos,
> receberão de todo o illustre os ossos.[1]

Em principios de março os navios entram no porto de Moçambique. Pelos indigenas soube-se que o Preste-João vivia não longe d'ahi, no interior do paiz. Ficam restaurando as forças até 27 de março. Um piloto, que alugaram, induze-os traiçoeiramente em perigos, dos quaes um acaso os salva, fazendo-os tocar em Mombaça a 7 de abril. Mas ahi tambem os ameaçam ciladas: como por milagre escapam á perfida gente. Em Melinde, onde abordaram domingo, Paschoa da Resurreição (15 de abril), receberam bom acolhimento, comprando mantimentos e ganhando um piloto seguro e entendido. Fizeram-se ao mar (24 de abril), caminho da India, lançando ferro um domingo á noite, a 20 de maio, em frente de Calicut, o mais importante emporio commercial do continente indico.[2] A viagem total durara dez mezes e onze dias.

§ **54.**—Vasco da Gama tirou informações sobre o Principe e o povo, os usos e costumes da terra, a vida e as relações commerciaes, prestando-lhe serviços valiosos e leaes um berber islamita, chamado Monzaide, que fallava castelhano.[3] Vasco mostrára desejos de concluir um tratado com o Samorim de Calecut, em nome e por ordem do seu Rei.

O magnate asiatico accedeu á ideia de uma entrevista com o heroico navegador vindo da Europa.

Em frente do Capitão-mór, trajando, de certo, modestamente, estava o

---

[1] *Lusiadas*, v, 83.

[2] Até 1513 Calicut continuou a ser o principal mercado dos Mouros. Cfr. Schäfer, III, p. 284.

[3] Veio com Vasco da Gama a Portugal, onde foi baptisado.

faustoso Soberano, que deslumbrante de ouro e pedraria, exhibia na sua escolta e nos seus aposentos os esplendores do Oriente, riquezas fabulosas e seductoras.

Os mercadores turcos e mouros tinham inculcado aos aulicos orientaes a suspeita de que Vasco da Gama era apenas um pirata, um aventureiro. O intermediario que pretendia contractar allianças entre soberanos, vinha falho do mais necessario e essencial — vinha desprovido de presentes preciosos! Muito acinte tiveram suspensas as negociações com o fim de arrastar os estrangeiros a uma ruina certa, caso ainda estivessem em Calicut na occasião em que a flotilha commercial viesse de Meca, como costumava, ao findar do inverno (agosto e setembro). Impossivel para Vasco da Gama empregar a força. Aggravado e cheio de colera, tinha que proceder cauta e prudentemente: em primeiro logar, porque não tinha os meios para escalar e castigar Calicut, batalhando por mar com navios mal equipados; e em segundo logar, porque ainda não cumprira a segunda parte da sua missão. Outras esquadras viriam vingar a ferro e fogo os aggravos; outras viriam ajuntar riquezas, roubando e mercadejando. A elle incumbia-lhe recolher noticias para depois relatar em Portugal sobre o que vira e ouvira.

Por isso, resignado, cedendo ao inevitavel, Vasco da Gama

> Parte-se costa abaixo; porque entende
> que em vão co'o Rei gentio trabalhava
> em querer d'elle paz, a qual pretende
> por firmar o commercio que tratava.
> Mas como aquella terra, que se estende
> pela Aurora, sabida já deixava,
> com estas novas torna á patria cara,
> certos signaes levando[1] do que achara.[2]

§ **55.**—Não se sabe ao certo quanto tempo Vasco da Gama estacionou em frente de Calicut: as indicações variam entre fins de agosto e principios de outubro de 1498. A differença provém de que uns mettem em conta a estada de Vasco na ilha de Anchediva (perto de Gôa), emquanto os outros a descontam. Em 5 de outubro fez-se de vela para Portugal; viu e bombardeou o porto mouro de Magadoxo nos primeiros dias de fevereiro de 1499; chegou pouco depois ao reino amigo de Melinde, demorando-se ahi uns dias; gastou dez na rota até á ilha de Zanzibar, cujo principe o agasalhou attenciosamente. Partindo no primeiro de março com os dois navios que restavam, o «Gabriel»

---

[1] Alguns Malabares e especiarias.

[2] *Lusiadas*, IX, 13.

e o «S. Miguel»,[1] abordou na ilha de S. Jorge para fazer aguada, dobrando, dezasete dias mais tarde, (a 20 de março), o Cabo da Boa Esperança. Um temporal separou os dois navios.[2] O Capitão-mór lançou ferro perto da Ilha de Santiago (25 de abril), entregou o «Gabriel» ao seu dispenseiro João de Sá,[3] e seguiu n'uma caravella alugada para a Ilha Terceira, conduzindo seu irmão doente. Depois da morte de Paulo da Gama, desferiu as velas do seu batel, para Lisboa, onde entrou 783 dias depois da sahida, no mesmo porto de Belem, a 30 de agosto de 1499, uma sexta feira. Só cincoenta e cinco navegantes—pouco mais de um terço dos primeiros «Indiaticos»—tornavam a pisar o solo da patria, o terreno

> em que nasceram, sempre desejado.
> Entraram pela foz do Tejo ameno
> e á sua patria, e Rei temido e amado
> o premio e gloria dão, porque mandou,
> e com titulos novos se illustrou.[4]

§ **56.**—El-Rei D. Manoel, o *Venturoso*, que tantas e tantas vezes estivera olhando para o Oceano, dos altos do Castello da Serra de Cintra, para descobrir os navios na volta da India, amerceou Vasco da Gama com honras, presentes e distincções;[5] accrescentou aos titulos, já pomposos dos seus antecessores, a soberba addição: *Senhor da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India;*[6] fundou no proprio sitio da Capellinha de Nossa Senhora de Belem, onde Vasco da Gama e os seus companheiros velaram antes de partir, implorando a protecção divina para a viagem tenebrosa, em acção de graças,—o mosteiro e a magnifica egreja dos Jeronymos de Belem, pantheon da familia real, terceiro marco monumental da evolução historica de Portugal.

Depois de Santa Cruz, a Batalha; e agora, Belem.

---

[1] Sobre a náo «Raphael» e a náo «Tejo» veja-se p. 73, nota 6.ª, e p. 74, nota 1.ª.

[2] Ácerca de S. Miguel, v. § 52, Nota 6.

[3] João de Sa parece ter abordado a Lisboa a 18 de setembro de 1499.

[4] *Lusiadas*, x, 144.

[5] Vasco da Gama foi agraciado com o titulo *Dom* (para si, seus irmãos e descendentes) e com a honra de ajuntar ao seu brazão as quinas reaes. Além d'isso foi nomeado Almirante dos Mares Indicos, com a tença annual de 300 mil réis. Depois da segunda viagem (1502-1503) foi feito Conde da Vidigueira, ainda por mercê de D. Manoel. D. João III o mandou á India como Vice-Rei (1524). Morreu em Gôa a 24 de dezembro de 1524.—Nicolau Coelho foi nomeado fidalgo da casa real.

[6] V. Barros, I, 6, 1.

§ **57.**—A descoberta do Brazil, ou seja das terras de Santa Cruz, realizada no dia da Invenção da Cruz (3 de maio de 1500) por Pedro Alvares Cabral, que foi mandado á India,[1] ficou improficua e esteril por bastante tempo: quasi meio seculo decorreu até D. João III ahi estabelecer uma administração regular (1549). D. Manoel cuidou primeiro e quasi exclusivamente das Indias, dedicando-lhes a sua sollicitude e attenção. Ahi foi que se fundou um novo imperio para os Portuguêses, os quaes, sem pesar nem medir os meios empregados, pelejando e roubando, basearam e cimentaram o seu dominio sobre montes de cadaveres, poupando a vida e respeitando as riquezas dos Infieis sómente quando a brandura convinha aos seus fins.[2]

§ **58.**—Este Imperio das Indias, alargado e fortificado pertinazmente e com previdencia em asperas lidas e azafamas pelo Achilles portuguès, Duarte Pacheco Pereira (1503-1505), pelo primeiro Vice-Rei Francisco de Almeida (1505-1509) e seu successor o primeiro Governador Affonso de Albuquerque (1509-1515), abrangia na época da sua maior extensão—quando Camões ahi vivia e padecia, servindo e poetando—todas as costas e todas as ilhas incluidas entre os meridianos de Suez e Tidor, e entre 20° de latitude Sul e 30° Norte.[3] A todos os Portuguêses era licito traficar em todos os mares e territorios d'estas Indias: a Corôa, que dirigia, inspeccionava e protegia o commercio, reservara para si como monopolios só algumas das mercadorias mais valiosas.[4] Em pouco tempo surgiram ao longo das costas e nas ilhas africanas, desde o Senegal até ao Cabo de Guardafú, e d'ahi por diante nas praias asiaticas de Ormuz até Malacca, Maluco,[5] Macao e ao Japão, portos armados,

---

[1] Foi n'esta expedição que Bartholomeu Dias encontrou a morte nas ondas do mar revolto, que o enguliu, ao pé do «seu» cabo, no meio de um temporal desfeito (23 de maio de 1500).

[2] São os proprios Portuguêses que o confessam. Oliveira Martins, p. ex., diz com muita precisão que «o dominio portuguès só veio a differençar-se de uma pirataria commum em ser uma rapina organisada por um Estado politico»; (*Hist. Port.* I, p. 217) e em outra parte «a pirataria e o saque foram os dois fundamentos do dominio portuguès». (*Ib.*, p. 233).

[3] Cfr. Oliveira Martins, *Hist. Port.*, I, p. 216.

[4] O trafico da pimenta e do cravo era monopolio da Corôa, cedido em parte por provisões, como favor especial, a certos feitores e moradores da Casa Real.—Cfr. Barros, I, 8, 3; Couto, VI, 9, 19; e Oliveira Martins, *Portugal Maritimo*, p. 24.

[5] Maluco (v. *Lusiadas*, IX, 14) é a expressão generica para designar as ilhas das *Malucas* (fórma corrupta ou aportuguesada de *Moloc)*, isto é, as ilhas de Amboina, Banda e as Ternatas, e em especial as ilhas do Cravo: Ternate (= Gape), Tidore (= Duco), Moutel, Maquiem, Bacham.—Cfr. Couto, IV, 7, 8.

ancoradouros seguros, cidadellas e praças fortificadas, feitorias, armazens, e colonias estaveis, no sentido commum da palavra, ganhas por contractos e allianças pacificas, ou tomadas e conservadas á força, por feitos de verdadeiro heroismo e com atrocidades horriveis. Sempre vigilantes, cerravam, ou conquistavam e guarneciam os centros e pontos principaes dos antigos caminhos commerciaes, sulcados e pisados pelos Arabes, Turcos e Italianos, especialmente os roteiros maritimos e pontos de passagem para os golfos arabico-indicos: Aden, Ormuz, e Malacca. Foi assim que decahiram, ficando desertas, as antiquissimas vias maritimas e terrestres de transito em que circularam as mercadorias orientaes de Ormuz, sobre Bassora, Damasco (ou Aleppo) e Beirut, ou de Aden sobre o Cairo e Alexandria—a Amalfi, Pisa, Genova, Veneza e Ragusa. Foi assim que murcharam e seccaram as raizes do poder osmanico; assim que a florescencia das cidades italianas teve um fim abrupto.

Desde o anno de 1510 a aurea Gôa tornou-se centro e metropole do Imperio indo-portuguès, primeiro como sede do governo temporal, e depois tambem dos poderes espirituaes,[1] de alçada episcopal (1534) ou archiepiscopal (1560), e ao mesmo tempo, da santa Inquisição.

§ **59.**—O que os bisavós fizeram no solo patrio, nas ribeiras do Mondego, Tejo e Guadiana, batalhando como cruzados do Deus verdadeiro, «dilatando a fé e o imperio»—os netos o proseguiam em margens de rios e em costas de mares forasteiros, como conquistadores, descobridores e mercadores que ousados e destemidos

> por mares nunca de antes navegados
> passaram ainda além da Taprobana,
> em perigos e guerras esforçados
> mais do que promettia a força humana,
> e entre gente remota edificaram
> novo reino que tanto sublimaram.[2]

§ **60.**—Immensas riquezas affluiram d'ora ávante a Portugal—accumulando-se primeiro e principalmente em Lisboa: o tributo do novo mundo, pago parte em productos naturaes, exoticos, parte em artefactos. Importava-se, para

---

[1] O bispado de Gôa estivera antes annexo ao arcebispado do Funchal (Madeira). Ao arcebispado de Gôa ficaram mais tarde suffraganeos os bispados de Cochim e Malacca.—Cfr. Couto, VII, 8, 2, e Schäfer, IV, p. 223.

[2] *Lusiadas*, I, 1.

trafico ulterior: especiarias, drogas, perfumes, tintas, madeiras, metaes, joias, pannos finos, tecidos preciosos, obras de talha, brincos, louças, porcellanas, etc.[1] Os navios vinham e iam; arreavam e içavam velas; descarregavam e tornavam a carregar. Barcas, lanchas e bateis levavam as mercadorias de bordo para a terra. Marujos e escravos negros arrastavam os fardos, os saccos, as caixas, as pipas ás tercenas ou aos armazens, e aos celleiros dos armadores e negociantes. Aqui pousavam carretos de pimenta, cravos, noz moscada; ali balotes pesados de ebano, marfim e sandalo; acolá barras de estanho, prata e ouro. Não soa inverosimil o que os chronistas da época contam, que ás vezes as horas do dia não chegavam para os feitores da casa da India contarem, assentarem e «quitarem» os dinheiros entrados—tudo de contado, centenas de milhares de cruzados![2]

§ 61.—Os magnates do reino, impotentes desde que D. João II coarctara as suas regalias historicas, assim como os fidalgos menos abastados, abandonavam os seus solares na provincia a fim de passarem pelo menos o inverno perto da Côrte, na metropole. O esplendor da corôa real reflectia sobre elles: cargos influentes, moradias de vulto compensavam os privilegios perdidos, consolando os prejudicados. A côrte real tornou-se, mais do que nunca, o fóco de luz para onde convergiam todos os fulgores: tantas esperanças attrahiam e alliciavam; tantas perspectivas de poderio e de fortuna captivavam ahi! Lisboa, que enriquecera da noite para o dia, transformou-se, ganhando um aspecto de cidade soberba e faustuosa. O artista, o mestre de obras, o artifice não tinham mãos a medir: tratava-se de reparar e restaurar o que cahira em ruinas, e de crear muita novidade, tudo com arte e luxo!

El-Rei D. Manoel dava o exemplo.

Á beira do Tejo surgiam os paços «da Ribeira»; mais abaixo o templo dos Jeronymos ia crescendo, para receber, em breve, o cadaver do Monarcha. Os nobres imitavam as predilecções artisticas do soberano. Doações opulentas e obras pias augmentavam o prestigio do clero secular e regular,[3] que mandava edificar egrejas e conventos, ostentando um fausto sempre crescente nos officios divinos, e nas procissões e festas de egreja. A burguesia prosperava; já não se restringia nos gastos ao estrictamente necessario. A cidade,

---

[1] Cfr. Barros, I, 8, 1.—Burton, *Life and Lusiads*, I, p. 306 e seg.—C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. V.

[2] Segundo Couto (VII, 9, 13), o Estado da India rendia em 1560 só para El-Rei setecentos mil pardáos!

[3] Lisboa contava então, no dizer de Damião de Goes, 40 egrejas parochiaes, 20 conventos de frades e 18 de freiras.—Cfr. Moraes, *Hist. de Port.*, I, p. 114.

cujas casas pittorescamente agrupadas nas sete collinas, e cujas torres ameiadas, que ás duzias guarneciam os muros, se reflectiam no caudaloso Tejo, mereceria então, mais do que nunca, o ditado popular de—«*Quem não viu Lisboa, não viu cousa boa*».*

§ **62.**—O porto, os estaleiros, as ruas, os predios, as praças, os bazares offereciam em quadros sempre novos um espectaculo attrahente e variadissimo da actividade humana. O emporio universal do commercio do mundo enchia-se de milhares de pessoas de todas as nações, diversas de côr, de linguagem e de trage; representantes de casas e feitorias afamadas, eruditos e investigadores, curiosos, aventureiros, marinheiros tostados pelo sol, guerreiros de rosto cicatrizado, vadios esfarrapados, escravos semi-nús, n'uma palavra—ondas de immigrantes! Lisboa semelhava uma feira perpetua: todos os dias punham á venda novidades maravilhosas; todos os dias se apregoavam raridades nunca vistas. Hoje, uma armada nova desfraldava bandeiras multicôres e galhardetes garridos (nos 25 annos do reinado de D. Manoel trinta e tres esquadras sahiram das aguas do Tejo, recheiadissimas de emigrantes portuguêses—entre marinheiros e soldados—que sonhavam lucros fabulosos na promettedora viagem). Ámanhã, lá entrava uma não—uma só—de tantas que partiam! mas chegava, sobrecarregada de preciosidades! Principes e embaixadores, enviados dos potentados africanos e asiaticos, pisavam o solo português, a fim de prestarem homenagem ao suserano D. Manoel, offerecendo presentes de valor, sollicitando tratados, desfazendo equivocos, sanando discordias, estudando a civilisação europeia; muitos regressavam á patria admiradores convictos da bem ordenada sociedade culta, ás vezes adeptos já baptisados do christianismo, e futuros propagadores da fé. Vice-reis (ou governadores) victoriosos, commandantes de fortalezas, capitães de navios voltavam depois de uma ausencia de largos annos, festejados do povo que jubilava, e da côrte que os recebia solemnemente. Animaes exoticos ferozes, que a Europa nunca vira, ou não vira desde um millenio, atravessavam as ruas apinhadas de povo. Levantaram brado alguns elephantes, um cavallo persico de raça, arreado exoticamente e coberto de esplendidos xaireis, em que montava um caçador indigena, levando á garupa um jaguar domesticado, assim como um par de leopardos, e um rhinoceronte.[1] O rei venturoso com o seu sequito

[1] Infelizmente houve grande importação de escravos: no reinado de D. João III o numero, só em Lisboa, subiu a dez ou doze mil. **

* Storck traduz muito bem: *Wer Lissabon nicht sah, Kam Schönem nimmer nah!*

** Os contemporaneos italianos, que presenciaram a entrada solemne das embaixadas portuguêsas, descrevem estranho o espectaculo com côres vivas. Paulo Jovio, por exemplo, de-

brilhante accompanhava estes prestitos, revendo-se no enthusiasmo do povo que pasmava e applaudia.

Uma vez (em fevereiro de 1517) inventaram um combate de feras na praça de touros: mas do curral acostumado não sahiam os bois bravos do costume. Dois monstros, um elephante e um rhinoceronte, encaravam-se como inimigos dentro da cerca, separados apenas por um leve tapume. O rei acena; a divisoria desapparece: todos fitam em ancia silenciosa os animaes, á espera de um espectaculo formidavel; mas com bramidos medonhos o prudentissimo elephante, antevendo, mas não aceitando a sorte de ser estripado pelo rombo pachyderme,[1] vira costas com inusitada agilidade, passa, magoado e contuso, pelos varões de ferro de uma porta gradeada e deita a fugir por ahi além, troteando pelas ruas de Lisboa e devastando tudo quanto lhe sahe ao encontro.[2]

Alguns annos antes (janeiro de 1514) uma embaixada sumptuosa desferira as velas na bacia do Tejo para deitar ancora nas aguas do Tibre. A novissima capital do mundo ia cumprimentar a irmã mais velha. Em nome d'El-Rei D. Manoel, alguns fidalgos portuguêses saudariam o Papa Leão X, apresentando ao Senhor da Christandade, em procissão pomposa e deslumbrante, como presentes de honra, da parte do muito alto e poderoso Principe D. Manoel, um elephante adestrado, os dois leopardos, a onça, o cavallo persa montado pelo caçador de Ormuz, e um pontifical de inestimavel valor.[3]

§ 63.— A alcaçova real e os palacios da nobreza forneciam occasião para festividades multiplas que incitavam a curiosidade do povo de Lisboa. Noiva-

---

[1] Cfr. Linschoten, *Journael van de derthienjahrige Reyse te Water en te Lande na Oost-Indien,* p. 23 e seg.

[2] V. Faria e Sousa, *Europa Port.*, II, p. 538 e e 551; id., *Epitome*, p. 286.

[3] Id., *Europa*, II, p. 531 e seg., assim como Oliveira Martins, *Hist. Port.*, II, p. 6 e seg.—O rhinoceronte, mencionado no texto, destinava-se tambem ao Papa. Em outubro de 1517, o monstro foi embarcado para a cidade eterna. O Rei de França, Francisco I, veio de proposito a Marselha para vêr o multiungulado. O navio que o transportava, naufragou, comtudo, no golfo de Genova, e o mar enguliu toda a carregação. Mais tarde, o cadaver que appareceu boiando, foi agarrado. Empalharam o bicho e mandaram-n'o para Roma.—V. Faria e Sousa, *Europa*, II, p. 539.

dica-lhes um capitulo dos seus Elogios (Liber IV, p. 229), epigraphado *Tristanus Acunius Lusitanus*, e que vae acompanhado do retrato d'este heroe. Na interessante monographia sobre as Empresas e Devisas «*Ragionamenti sulle imprese, ovvero Dialogo soppra i motti e disegni d'arme e d'amore che comunemente chiamano imprese*» Monsignor Paolo Giovio torna a contar as aventuras do rhinoceronte e elephante (p. 25-26 da edição de Milano, vol. v. da *Bibliotheca Rara).*

dos e casamentos, baptisados, dias natalicios e armamento de cavalleiros, festejavam-se com momos, torneios, jogos de cana e cavalgadas. D. Manoel matrimoniou-se por tres vezes; viu nascer de 1498 a 1521 treze descendentes, entre filhos e filhas, das quaes algumas casaram durante o seu reinado.[1] A côrte e os aulicos não gostavam menos do que o povo de poesia e musica, de danças e representações scenicas. Festas nocturnas, serões, abrilhantados por «pleitos» em linguagem lyrica, scenas dramaticas, bailados improvisados pelos aulicos forneciam a todos o ensejo de verem e de serem vistos, e avaliados como poetas e cavalleiros galantes, como era a geral ambição. Em geral estes entretimentos, em que tomavam parte activa os proprios reis, como por exemplo D. João II nas festas apparatosas, celebradas em Evora (1490) por occasião dos desposorios de seu unico filho, o mallogrado Principe D. Affonso, existiam sómente para as camadas superiores da sociedade, mas não se restringiam á capital, sendo organizados onde quer que a côrte residisse: em Almada, Coimbra, Almeirim, etc., como se prova pelas primeiras representações dos Autos e das Comedias de Gil Vicente (1502-1536).[2] Quando, porém, a scena passava dos palacios para os atrios e palcos de casas senhoriaes, tambem se dava accesso ao povo. As camadas remediadas da burguesia tinham, além d'isso, uma compensação nas comedias representadas pelos estudantes da Universidade no bairro de Alfama.[3]

Mas não antecipemos.

A poesia dramatica teve desenvolvimento em Portugal, como entre todas as nações, só depois da lyrica, e (o que é contra o vulgar) antes da epica.

§ **64.**—Nos reinados de D. Affonso V, D. João II e D. Manoel, a poesia lyrica florece e fructifica novamente. Peculiarmente os dois ultimos monarchas gostavam de seguir a regra do ditado popular, que recommenda: «Lida de dia, á noite alegria»[4]. Depois de cuidarem nos negocios publicos e nas fainas do governo que são apanagio dos reis, distrahiam-se de boa vontade em festivas reuniões nocturnas, n'uma roda de damas nobres, superiormente educadas, e de cavalleiros eruditos e galantemente espirituosos, que sabiam manejar a penna e a palavra. E ainda nos primeiros tempos de D. João III—porque só mais tarde é que tendencias beatas e pietistas avassallaram o mo-

---

[1] V. C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. VI, Nota 1.

[2] Leiam-se as didascalias que acompanham as obras de Gil Vicente.

[3] Vê-se pelo «Repertorio Geral do Theatro Português no seculo XVI», elaborado por Th. Braga (*Gil Vicente*, p. 323 e seg.) que não houve carencia de muitos e variados espectaculos.

[4] *Tages Arbeit, Abends Gäste.*

narcha—as musas continuaram a descerrar com chave de ouro aos seus adeptos e favorecidos as portas do paço e os corações das damas. Não deve portanto causar admiração que os aureos dias de D. Denis se repetissem, e que a poesia portuguêsa, principalmente a lyrica, tivesse uma segunda primavera.

Esta nova efflorescencia do lyrismo, que em justas e improvisações collectivas, collaboradas por muitos auctores, tomou um caracter e feitio quasi dramatico, assemelha-se á primeira em tres particularidades: ambas agrupam os seus adeptos em volta do throno; ambas se distinguem pelo cunho uniforme, pelo ar de familia das suas poesias; e ambas seguem e imitam clara e distinctamente modelos estrangeiros.

Considerando-a sob este ultimo ponto de vista, pode caracterizar-se a segunda como época *castelhano-portuguêsa*.

Sendo palaciana, a poesia d'este periodo de caracter peninsular,—a qual aliás foi tambem cultivada por poetas não-palacianos, isochronica e posteriormente, em circulos fóra do contacto com a côrte,—encontrou dentro do paço um collecccionador, Garcia de Resende,[1] que recolheu e coordenou grande numero de producções em um *Cancioneiro Geral*, impresso em Almeirim e em Lisboa, no anno de 1516. A lista dos poetas enumera uns setenta e cinco vates, mas este numero duplica-se, se mettermos em conta nomes de pessoas que só por acaso partilharam uma ou outra vez nos jogos e apostas poeticas dos serões; e triplica-se, se deixarmos passar como poetas todos os fidalgos citados e nomeados.[2] As poesias tratam em parte assumptos serios e importantes, em parte acontecimentos futeis e jocosos. Ha entre as primeiras algumas cantigas religiosas. As ultimas, verdadeiras composições *de occasião*, são, na maioria, amorosas. Choram e riem, suspiram e desejam, promettem e negam, louvam e reprehendem, motejando e maldizendo não raras vezes.[3] Quanto á fórma, quasi todas são *trovas*, isto é, metrificadas em versos (trochaïcos) de seis ou oito syllabas, entremeados de alguns de quattro. Camões empregou frequentemente estas fórmas, razão que nos dispensa de dar amostras dos varios generos. As analogias entre as trovas ou redondilhas camonianas e as antigas são tantas e taes, que o primeiro entre os collectores das Rimas attribuiu, por engano, ao cantor dos *Lusiadas*, tres poesias provenientes do *Cancioneiro de Resende*.

§ 65.—Entre os poetas aulicos do *Cancioneiro de Resende* lá apparece

---

[1] Cfr. *Cancioneiro de Resende*.

[2] V. Bellermann, *Die alten Liederbücher*, p. 36, e Th. Braga, *Curso*, p. 136.

[3] De versos bucolicos, nem vestigio! Cfr. *Curso*, p. 206.

«Mestre Gil», isto é, Mestre Gil Vicente[1] e o doutor Francisco de Saa, isto é, «o de Miranda».[2] Aquelle foi (desde 1502) o creador do *Auto nacional*, da comedia popular. Escolhendo as suas figuras em todas as camadas da vida social, retrata-as taes quaes, cheias de vida e seiva, com todas as suas qualidades e defeitos, todos os seus usos e costumes, bons e maus, sem escolha nem joeiração.

Um mote muito adequado para os autos de Gil Vicente, o imitador do castelhano Juan del Encina, (c. 1468–1535) seriam as palavras que Goethe no Dialogo preliminar do *Fausto* põe em bocca do «gracioso», ou seja da pessoa divertida:

> Enterra em cheio a mão na vida humana!
> todos a vivem; poucos a conhecem.
> Por onde quer que lhe pegueis, é curiosa!

Francisco de Sá de Miranda, que na sua mocidade deixára levar-se como lyrico pela corrente castelhano-portuguêsa, foi mais tarde (1528-29) fundador da lyrica italo-portuguêsa, seguindo as pégadas de Juan Boscan de Almogaver (c. 1490-1513) e Garcilaso de la Vega (1503-36).

Ambas as maneiras da lyrica quinhentista—primeiro a italiana dos *Petrarchistas* e depois a castelhana dos *Trovistas*—foram empregadas amplamente e com maestria pelo cantor dos *Lusiadas*, que nunca prestou homenagem á terceira, a latina dos humanistas, mas que, inspirado pelos modelos classicos da Antiguidade, as conduziu a regiões superiores.

No genero dramatico influenciaram-n'o o seu compatriota Gil Vicente, o hespanhol Bartolomé de Torres Naharro (n. cerca de 1490) e Plauto, o grande poeta comico romano. «Se o genio que vivificou os *Lusiadas*, diz Bouterwek[3], entrasse de veras no caminho dramatico, o Camões teria sido o Calderon português, ainda antes de Lope de Vega surgir em Hespanha». Unico e inexcedivel, Camões campeia na região da epopeia nacional. «Podemos affoitamente, affirma Friedrich von Schlegel,[4] collocar o Camões, pela grandeza do seu plano e pronosito, a par dos mais illustres poetas de que fazem alarde a Italia, a Hespanha ou ainda os povos septentrionaes; olhando porém para a acabada belleza, e juntando a grandeza intellectual á perfeição da fórma, elegantissima e

---

[1] V. *Canc. de Resende*, III, p. 527 e seg.

[2] Ib., II, p. 316 e seg.

[3] Bouterwek, *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*. Göttingen, 1805, p. 205.

[4] Friedrich von Schlegel, *Werke*, X, p. 15.

cheia de garbo e de suavidade, não será facil encontrarmos seu egual entre os modernos».

§ **66.**—Mas voltemos d'esta divagação ao reinado de D. Manoel, o Venturoso. Que mais podiam desejar Lisboa e Portugal senão a continuação prolongada da sorridente fortuna? A paz reinava no paiz; o unico vizinho, nas bandas do Oriente, não a perturbava: as familias reinantes das duas monarchias estavam intimamente aparentadas e amigas. Continuaram durante os cinco lustros do governo manoelino, e duraram ainda nos decennios seguintes a prosperidade e o brilho, a força e o credito da afamada e poderosa nação, que, apesar de nascida *n'esta pequena casa lusitana*, dominava em extensissimas regiões, porque, como o Camões canta

> de Africa tem maritimos assentos,
> é na Asia mais que todas soberana,
> na quarta parte nova os campos ara,
> e, se mais mundo houvera, lá chegara.[1]

Mas na vastidão do imperio estavam implicitas as causas da ruina. O pequeno reino portuguès, nascido entre brados de guerra e fortalecido no meio do estrondo das armas, sabia conquistar; mas o mesmo pequeno reino, de recursos diminutos e pobre de gente, pela continuação da peleja, não pòde conservar as suas conquistas. As riquezas de além-mar, o ouro do novo mundo, tornaram-se a perdição da patria. As virtudes civicas do velho Luso não resistiam ás novas condições de vida. Todos queriam gozar e chegar rapidamente ao ocio que a fortuna proporciona. O arado, e a enxada não bastavam para alcançar este fim; só os serviços ultramarinos, na frota e nas colonias. As grandes armadas exigiam um pessoal numeroso de marinheiros e de soldados. Naufragios e guerras, os climas inhospitos, os cansaços das viagens, febres e pestes, e a vida desregrada dizimavam annualmente as legiões de emigrantes que sahiam do Continente. Muitos deixavam-se estar nas terras estrangeiras, porque não tinham com que pagar a volta; outros casavam com indias christianizadas do Malabar, seduzidos pelas condições favoraveis offerecidas por Affonso de Albuquerque, que garantia aos «Casados» um dote do thesouro regio, e agras e hortas, e casas dos indigenas trucidados ou foragidos.

§ **67.**—Assim foram escasseando pouco a pouco em Portugal os braços

[1] *Lusiadas*, VII, 14.

robustos. A industria e o commercio definhavam: os campos jaziam incultos e maninhos. Portugal adoecera de anemia, resultante da sua grandeza colonial. [1]. Já o filho de D. Manoel, e seu successor, D. João III (1521–1557), se viu constrangido a sacrificar, abandonando-as, algumas praças africanas (em 1536, uma fortaleza no Cabo de Aguer; [2] 1542, Safim e Azamor; 1549, Arzilla e Alcacer-ceguer, emquanto Mazagão se defendia contra um cerco, 1547) [3], concentrando as suas forças em Ceuta, Tanger e Tetuão. A decadencia das Indias começou a manifestar-se só depois da morte de D. João III: em 1571 (a 4 de novembro) o capitão Jorge de Castro teve que entregar, depois de um prolongado e duro assedio, a praça de Chalé ao Samorim de Calecut. [4] Apesar de todos estes indicios de decadencia, o neto de D. João III, o moço, inexperto e mal aconselhado D. Sebastião (1557, resp. 1568–1578), cujo pae, o Principe D. João (1537–1554) fallecera de inanição corporal, dezoito dias antes do nascimento de seu unico filho, com apenas dezaseis annos, não desistiu dos seus planos ambiciosos e altaneiros. O sonho funesto de, conquistando o Noroeste da Africa, cingir a corôa imperial, como fundador de uma quinta monarchia universal christianissima, custou a vida e a victoria ao juvenil phantasta (nascido a 20 de janeiro de 1554) no dia fatal de Alcacer-Quebir (4 de agosto de 1578).

Os avós de D. Sebastião—El-Rei D. João III e a Rainha D. Catharina—assistiram não só á morte do primogenito, herdeiro da corôa, como ainda á inhumação de mais oito filhos! D. Sebastião morreu solteiro. O herdeiro immediato era o filho de seu bisavô D. Manoel, o decrepito Cardeal D. Henrique (nascido em 1512), o decimo-setimo monarcha português (1578–1580).

A independencia de Portugal, que começara com um D. Henrique—o Conde borgonhês—acabou com outro D. Henrique—o Rei-Cardeal. Com elle extinguiu-se a casa de Vizeu; e o estado de confusão em que deixou o reino, conduziu á reunião de Portugal com Hespanha (1580–1640)—no mesmo anno em que exhalava o ultimo suspiro o cantor dos *Lusiadas*.

---

[1] Sobre a situação em que Portugal se achava então, veja-se J. de Vasconcellos, *Dürer e a feitoria* e *Relações de Portugal com a Allemanha*, em Archeologia Artistica, IV, p. 44-57 e 110-142.

[2] V. Storck, IV, p. 385.

[3] Th. Braga, *Historia de Camões*, I, p. 171 e seg.

[4] O infeliz velho pagou o desastre, dois annos depois, em Goa, onde o encarceraram e decapitaram publicamente. Cfr. Schäfer, IV, p. 258 e seg.

III

VIDA DE LUIS DE CAMÕES

I

OS ASCENDENTES DE CAMÕES

I

OS ASCENDENTES DE CAMÕES

§ **1.**—Luis de Camões descende de uma illustre e abastada familia, oriunda da Galliza, cujo solar, dito *Castello de Camões*, [1] ficava junto ao cabo de Finisterra. [2] O Poeta nunca se refere directamente aos seus antepassados, o que não quer dizer que ignorasse os destinos dos seus maiores. Parece certo, pelo contrario, que sabia alguma cousa, pelo menos, da vida de seu bisavò. [3] De ora em quando allude á sua origem fidalga [4] e verbera repetidas vezes a

---

[1] O inventivo romancista Faria e Sousa dá ao castello de Camões o nome de *Castello de Cadmon*, e não se peja de inventar — dando largas á sua phantasia — que em vetustissimos tempos uns povoadores gregos vieram edificar o tal forte, dando-lhe o nome de *Kadmos*, em memoria d'aquelle afamado principe, fundador de Thebas! *Vida*, II, § 3.

[2] Cfr. Severim de Faria, *Vida*, fl. 1ᵇ.—Sobre a derivação do nome *Camões* veja-se o que escrevi annotando a *Carta a uma dama*, quintilha 37, ou verso 181.—(Storck, I, p. 358. *

[3] V. *Vida*, § 6.

[4] Storck, III, *Oitavas*, VII, verso 22. **

---

* No trecho alludido, depois de relatar a bonita fabula etymologica que relaciona o nome de familia do nosso Poeta com a ave *camon* ou *camão*, o porphyrio dos antigos, Storck remette o leitor aos trechos que auctores portuguêses dedicaram ao mesmo assumpto:—Juromenha, I, p. 11 e 487, e IV, p. 426; Moraes Silva, *Diccionario*, s. v. *Camão;* Severim de Faria, § 2; Coelho, *Album*, p. 182.

** A passagem pertence á *Petição de huma nobre moça*, em que o Poeta, intercedendo pessoalmente a favor de uma desditosa, incriminada de graves culpas, diz «*a eu ser nobre tendo algum respeito*».

basofia ouca e barata dos que ostentam meritos *alheios* de pessoas já enterradas, accentuando a valia superior de glorias ganhas por benemerencia individual: [1]

> Por meio destes horridos perigos,
> destes trabalhos graves e temores,
> alcançam os que são de fama amigos
> as honras immortaes, e graos maiores,
> *não encostados sempre nos antigos*
> *troncos nobres de seus antecessores:*
> não nos leitos dourados entre os finos
> animaes de Moscovia zebellinos [2]

Camões tão pouco menciona os seus paes. A ingratidão [3] e falta de piedade filial não é, comtudo, o motivo do seu silencio, como veremos. Com relação ao infortunio que feriu D. Affonso Henriques, o qual, levado por considerações politicas, tratara com dureza a propria mãe, Camões representa-a como juizo e castigo de Deus, irrompendo na exclamação:

> tanta veneração aos pais se deve! [4]

Durante a estada na India cantou tambem, com relação ao regresso de Vasco da Gama e dos seus companheiros, em sentidas palavras,

> o prazer de chegar á patria cara,
> a seus penates caros, e parentes! [5]

---

[1] Storck, I, N.º 24, linha 111 e seg. * — Cfr. Storck, III, Tit. I, p. 69: *Lusiadas*, VII, 84 e seg. e IX, 93 e seg.

[2] *Lusiadas*, VI, 95 e seg.

[3] Pedro Mariz relata, de *ouvido*, não só que o Poeta «*tinha alguma propriedade natural*» que «*afastara os homens*», mas ainda que fora tocado da «*doença da ingratidão*»: tudo isso a fim de desculpar os Principes Portuguêses, por não «*engraçarem com elle*»! (p. 8).

[4] *Lusiadas*, III, 33.

[5] *Lusiadas*, IX, 17. — Cfr. IV, 65 «*a desejada patria*».

* Todos estarão lembrados da ironia pungente com que Camões fustiga nos «Disparates da India» o fidalgo *parvenu*, «*morto por desenterrar Parentes que cheiram já*», e moteja nas Oitavas sobre o desconcerto do mundo, «*d'aquelles que tomam por escudo de seus vicios e vida vergonhosa | a nobreza de seus antecessores e não cuidam de si, que são peores*»: assim como das bellissimas estrophes dos *Lusiadas*, em que o Poeta, recentemente martyrizado com novas injustiças e ingratidões da sorte avara, jura não louvar ninguem que o não mereça, e levanta a sua voz a favor dos pequenos e humildes, mas *honestos*, contra os grandes soberbos, mas viciosos.

§ **2.**—A pouca importancia, que o Poeta ligou aos seus maiores, fez que os seus biographos se occupassem com tanto mais afinco da sua arvore genealogica. Já Mariz [1] descêra até aos bisavós do Poeta, e os seus successores [2] ainda cavaram mais fundo. Na minha opinião faço o sufficiente, agrupando as seguintes notas, que demonstrarão que tambem na estirpe dos *de Camões* houve qualidades e defeitos, propensões más e talentos, e que aptidões e fraquezas se propagaram, passando de geração em geração.

§ **3.**—Sem solução de continuidade podemos retroceder, seguindo a linha dos ascendentes de Camões, até ao meado do seculo XIV, isto é, até ao quarto avô. [3]

§ **4.**—O alludido quarto avô, Fernam Garcia de Camanho, passa por ser o tresneto de um certo e legendario Ruy Garcia de Camanho,[4] o qual no seculo XII figurou em campanhas d'El-Rei D. Affonso (VII) Raimundes (1127-1157) de Castella, [5] assistindo á tomada de Almeria (1147), e morrendo no cerco de Baeza, trespassado de lanças sarracenas. Fernão Garcia é o pae do afamado poeta Vasco Pires de Camões, que passa por fundador de uma nova escola lyrica. [6]

§ **5.**—Este Vasco Pires de Camões (ou *de Camanho)*, [7] provavelmente

---

[1] Mariz, Prologo, p. 9 e seg.

[2] Severim, fl. 1[b] e seg.; Faria e Sousa, *Vida*, 2.ª, § 3.ª e seg.; Juromenha, I, p. 11 e seg.; Braga, *Historia de Camões*, I, p. 44 e seg.

[3] Não é possivel decidir se o trovador palaciano Joham Nunes Camanes, da pleiada dos poetas dionysios, pertence ao tronco Camões. Restam oito cantigas d'este poeta: os n.os 252-256 do *Cancioneiro da Vaticana* e os n.os 209-211 do *Cancioneiro Colocci-Brancuti-Molteni*.—Cfr. Stork, *Hundert Alport. Lieder*, n.os 92-96.

[4] Ramalho Ortigão enumera os numerosos estados que possuia na Galliza.—Ed. Gabinete de Leitura, p. XLII.

[5] Cfr. Isla, *Historia de España*, trad. de P. Duchesne. Madrid, 1792, vol. II, p. 65.

[6] V. Introducção historica, § 39, e Braga, *Trovadores Galecio-Portuguezes*, p. 318 e seg.

[7] Tambem se lhe chama, com patronymicos divergentes, Vasco *Lopes* e Vasco *Fernandes*. Cfr. Juromenha, I, p. 12, e Braga, *Historia de Camões*, I, p. 45.*

---

* Sem sabermos ao certo o nome do pae, seria temerario emittirmos qualquer opinião sobre o verdadeiro patronymico d'este fidalgo. Comtudo, pode-se dizer já, que é de todo em todo *impossivel* que o filho de um *Fernão Garcia* se chamasse *Pires* ou *Lopes*, sendo, ao contrario, possivel que se nomeasse *Fernandes*, e mais provavel que *Garcez* ou *Garcia*. A di-

segundo filho, e portanto sem bens de raiz herdados, seguira o partido de D. Pedro de Castella, o Justiceiro, no tempo das hostilidades com seu meio-irmão D. Enrique II,[1] separando-se do primogenito, Garcia Fernandes, que favorecia claramente D. Enrique: teve que fugir, depois do assassinio de Montiel (1369), expatriando-se com muitos outros fidalgos gallegos, entre os quaes nomearei os bisdonos dos illustres poetas portuguêses Sá de Miranda (1485–1558) e Andrade Caminha (1520–1589),[2] que todos buscaram e encontraram um asylo no vizinho reino lusitano. É elle quem funda a familia *portuguêsa* dos *Camões* (cerca de 1370).[3] O rei D. Fernando, adversario de D. Enrique II de Castella, acolheu muito bem o fugitivo, favorecendo-o ostensivamente. Desde março de 1373 até junho de 1380 fez-lhe mercê de riquissimas terras, herdades e villas,[4] de modo a tornar proverbial e conhecidissimo, ainda seculo e meio depois, o nome de **Camões** como typo de um valido palaciano, extremamente bemquisto, aceito e remunerado.[5] Depois do fallecimento de seu fautor (1383) ficou a servir a Rainha viuva e Regente D. Leonor, fazendo parte da sua clientela gallego-castelhana e anti-portuguêsa.[6] Eis por quê em

[1] Cfr. Introducção historica, § 25.

[2] V. Braga, *Trovadores Gallecio-Portuguezes*, p. 304 e *Historia de Camões*, I. p. 45.

[3] Os Camões de Portugal traziam no seu brasão um *basilisco*, ou seja «una sierpe de *oro* que va passando entre dos peñascos de *plata* en campo *verde*», conforme diz Faria e Sousa, na Vida, I, cap. VI e XXVI. *—Veja-se o *Album da Exposição*.

[4] A lista das doações acha-se em Th. Braga, *Trov. Gall.-Port.*, p. 312 e seg., e na *Historia de Camões*, I, p. 416.—Cfr. Schäfer, I, p. 444 e seg.

[5] Esclarece este ponto a carta de Manoel Machado de Azevedo a Francisco de Sá de Miranda, annotada por C. M. de Vasconcellos (*Sá de Miranda*, p. 670 e 873).— Braga, na *Historia*, I, p. 46, já deslizera o equivoco, sustentado por Juromenha (I, p. 28), de que o Camões alludido fosse o cantor dos *Lusiadas*.

[6] V. Schäfer, II, p. 116 e seg.—Ramalho Ortigão extractou para as *Farpas*, I, p. 215, um trecho de um manuscripto copiado dos registos da camara de Obidos. N'elle se assenta que n'este anno (de 1383) foi posto por alcaide de Obidos, por D. João I de Castella, Vasco Pires de Camões, terceiro avô de Luis de Camões. Não sei de onde provém a referencia ao Poeta. **

vergencia das tradições indica sufficientemente que ha aqui lacunas na arvore genealogica. O mais provavel, a meu vêr, é que Vasco Pires *não* fosse filho de Fernam Garcia de Camanho. Seria portanto prudente começar a genealogia de Camões com *Vasco Pires*.

* A cabeça—porque ha sómente uma cabeça e um bocado de pescoço—não me parece pertencer á *serpente* de *Cadmon*. Não será antes a da ave *Camão*? Em ambos os casos teriamos armas fallantes, allusivas ás differentes lendas sobre a origem dos Camões e sobre a significação do sobrenome.

** Certamente do auctor moderno do curioso manuscripto, que representa uma historia

março e maio de 1384, Vasco Pires de Camões foi desapossado de alguns dos seus bens por ordem do Mestre de Aviz, que o partido nacional já proclamara protector e administrador do Reino, e ia proclamar em breve Rei de Portugal.[1] Mais outros lhe foram sequestrados depois da batalha de Aljubarrota (1385), onde Vasco combateu do lado de Castella, ficando prisioneiro. O generoso vencedor deixou-lhe, comtudo, segundo Severim,[2] varias vivendas em Evora, Estremoz, Alemquer e Lisboa; e realmente parece que Vasco Pires ficou dispondo de meios consideraveis, a concluirmos do modo de vida de seus filhos e descendentes.

Os filhos eram tres: Gonçalo Vaz, João Vaz e Constança Pires.[3]

§ **6.**—O segundo filho, João Vaz de Camões, era *vassallo* de El-Rei D. Affonso V—titulo muito principal n'aquelle tempo, ganho talvez por seguir afoitamente o partido do joven monarcha contra o Infante-Regente D. Pedro.[4] Tomou parte nas expedições guerreiras de Africa e de Castella.[5] Viveu em Coimbra, onde tinha bens de raiz, occupando cargos importantes (como procurador ás côrtes e corregedor da comarca da Beira); ahi morreu e teve sepultura—circumstancias que são certamente de peso. Parece que era ambicioso e bastante amigo de ostentar luxo, não se poupando a despesas de vulto para satisfazer o desejo de brilhar. Ainda em vida, mandou construir uma capellinha funeraria, annexa á Sé (Velha) de Coimbra, e dentro um tumulo sumptuoso, levantado de marmore, todo lavrado de figuras de meio-relevo, e nos cantos duas maiores, com escudos das suas armas nas mãos, e em cima do tumulo a figura inteira do mesmo João Vaz, armado ao modo antigo

---

[1] Th. Braga, *Historia de Camões*, I, p. 417.

[2] Severim, fl. 1b. A «benignidade real» não se estenderia além do estrictamente necessario, isto é, dos bens particulares de Camões. Sobre as condições definitivas da paz entre Portugal e Castella, veja-se: Schäfer, II, p. 257.

[3] Esta filha casou com um fidalgo francês que combatera na tomada de Ceuta (1415), Pero Severim de nome, sendo provavelmente (segundo Juromenha, I, p. 13, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 59) o bisavô de Manoel de Faria Severim, o biographo do poeta, e de seu sobrinho Gaspar de Faria Severim, o quel fez gravar o retrato de Camões sobre um quadro authentico, como já dissemos.—Cfr. Fontes, § 13.

[4] Cfr. Introducção historica, § 45.

[5] V. ib.

archeologica de Obidos, recheada de factos locaes interessantes, como tive occasião de vêr, quando o percorri, em maio de 1890, juntamente com o dono do Codice, o Rev.º sr. Padre Antonio, Capellão do Senhor da Pena, de Obidos.

com uma espada na mão e aos pés um rafeiro deitado. Em principios do seculo XVII o monumento ainda existia, mas damnificado e quasi tapado.[1]

§ 7.—João Vaz teve um filho, de nome Antão Vaz de Camões, o qual introduziu na sua vivenda coimbrã um ramo de outro tronco, natural do sul do paiz, pelo seu casamento com D. Guiomar Vaz da Gama, da familia dos Gamas do Algarve, de que sahiu o grande navegador portuguès. Assim foi que nos seus descendentes—nos dois filhos Simão Vaz e Bento de Camões, e no unico neto Luiz Vaz—houve cruzamento de duas prosapias bem diversas. Assim foi tambem que o grande heroe maritimo e Almirante do mar das Indias, Vasco da Gama e o Cantor dos seus feitos, o grande pintor maritimo, se tornaram parentes e consanguineos.

Antão Vaz, o avô do nosso poeta, herdára, provavelmente, o titulo de *cavalleiro-fidalgo da casa d'El-Rei*, gozando poder e influencia em Coimbra, de onde era oriundo, e onde residia,[2] segundo todas as apparencias. Pode ser que, em conseqüencia dos seus habitos gastadores, a herança do pae fosse cerceada sensivelmente: mas a alta posição e a valia de Antão Vaz, e em especial a conta em que o tinham os seus concidadãos conimbricenses, não padece duvida. Projecta uma viva luz sobre este particular a circumstancia de um dos seus filhos—o mais novo, Bento de nome, que escolhera a carreira ecclesiastica—entrar cedo para a opulenta e afamada ordem dos Conegos regrantes de Santa Cruz, onde chegou em poucos annos a altos cargos e dignidades notaveis. Ha quem assevere que Antão Vaz fòra viver mais tarde na côrte, isto é, em Lisboa, commandando como capitão de armada uma caravela e figurando na tomada de Goa por Affonso de Albuquerque (1510).[3] Mas tudo isso é mera conjectura, que não pode ser documentada, como já notou

---

[1] Severim, fl. 2ª. *

[2] Não pode haver duvida ácerca do logar do nascimento e residencia, porque seu pae vivera e morrera em Coimbra, como benemerito cidadão, exercendo funcções, a que já me referi. Ahi nasceram os filhos. Testemunha fidedigna, D. Nicolau de Santa Maria, refere-se, na Chronica dos Conegos Regrantes, ao filho segundo-genito, dizendo: «Foi o Padre-Prior geral D. Bento natural de Coimbra, filho de Antonio *(sic)* Vaz de Camões e de D. Guiomar Vaz da Gama, e neto de João Vaz de Camões, etc.»—Cfr. Braga, ***Historia de Camões***, I, p. 83.

[3] V. Braga, *ib.*, I, p. 54.

* O auctor allemão, induzido pela expressão «em cima do tumulo» imaginou que se tratava de uma estatua em pé (**Standbild**), pequeno equivoco, que desfiz.

Juromenha.[1] Na relação sobre o respectivo facto[2] só se falla de um Antão *Vaz*, sem indicação ulterior do nome de familia.[3]

A mesma duvida invalida outra communicação, haurida por Camillo Castello Branco na mesma fonte.[4] Diz que o avô do poeta seguira a Vasco da Gama na primeira e segunda expedição á India (1497-1499 e 1502-1503), figurando em especial na primeira, como embaixador ao rei de Melinde e interprete diserto: «*na pratica elegante*».[5] O cantor dos *Lusiadas* menciona um unico lingua, entendedor e pratico do Arabe, Fernão Martins.[6] Se o seu avô tivesse occupado de facto aquelle posto, Camões mal o podia ignorar (D. Bento de certo lh'o contaria). E não é possivel dar com a razão que levaria o Poeta a sonegar a seu avô as honras devidas, encobrindo-lhe até o nome!

---

[1] Juromenha, I, p. 14.

[2] Veja-se em Braga, *Historia*, I, p. 54, a respectiva passagem das *Lendas da India*, de Gaspar Corrêa.*

[3] Nas *Decadas* de Barros e de Couto ha duzias de pessoas chamadas *Vaz*.**

[4] V. Luis de Camões, *Notas Biographicas*, p. 29 e seg.

[5] C. C. Branco remette o leitor ás estrophes 77-84 do Canto segundo dos *Lusiadas*, e opina que Luis de Camões omittira o nome de seu illustre avô, *com rara modestia*, dando-lhe, porém, predicados de elegancia oratoria e comprazendo-se em o fazer discursar largamente, de modo a deixar transluzir uma (aliás licita) vaidade. Eu, pela minha parte, duvido muito. Um vaidoso não deixaria de mencionar o essencial—o nome do orador! Tal vaidade seria inefficaz e tal modestia bem barata! De resto, nenhum dos contemporaneos e commentadores percebeu o problema; nem mesmo Manoel Corrêa o resolveu (v. p. 57 da edição de 1613).***

[6] *Lusiadas*, V, 77.****

---

* Vol. I, p. 530... «e das caravellas Felipe Rodriguez, Lopo Chanoca, Gonçalo de Paiva, *Antão Vaz*, Lucas da Fonsequa, João Homem o Cavalleiro—todos honrados fidalgos e cavalleiros».

** Vaz Azambuja, Vaz Aragão, Sarnache, Coutinho, de Goes, de Mello, de Moura, Sampaio, Vogado Pacheco, de Castello Branco Pereira, da Veiga, etc.—Cfr. § 31.

*** C. C. Branco apontou a phrase seguinte das *Lendas da India*, sem a citar textualmente: «Então mandou (o Viso-rey) Vasco da Gama a Melinde Antão Vaz na sua carauella a visitar El-Rey e levar cartas e cousas que lhe El-Rey e Dom Vasco mandava, e desculpar-se que lá nom hia por nom ter tempo». (I, p. 560-61). Refere-se ainda (tambem sem as citar expressamente) a outras muitas scenas em que Antão Vaz figura como enviado, encarregado de transmittir mensagens em que «a arte de discursar» e «o dom das linguas» eram essenciaes (I, p. 561, 562, 563).—Cfr. I, p. 269, onde se menciona o nome da caravella commandada por Antão Vaz: a *Salta-na-palha*.

**** Sobre o lingua Fernão Martins, de alcunha *Evangelho*, veja-se Barros, (I, p. 290 e 353; II, 2, 317; III, 1, 468 e 487, 494; III, 2, 57 e 450).

§ 8.—O filho primogenito de Antão Vaz, Simão Vaz de Camões, nasceu nos ultimos annos do seculo xv, na cidade de Coimbra,[1] que foi o logar natalicio do filho segundo, D. Bento.[2] Herdou a casa paterna e, provavelmente, a dignidade de cavalleiro-fidalgo—titulo sem renda, muito vulgarizado, e de pouca importancia, que passava de pae a filho, substituindo então o de simples *escudeiro*, de que usavam os filhos dos fidalgos durante a vida do pae,[3] mas que dava direito e a expectativa de postos lucrativos, sómente quando o dignatario era, ao mesmo tempo, dono de uma grande fortuna e *morador* da casa real.[4] Comtudo, ver-se-ha mais tarde, quantas vantagens e quantos beneficios se tiravam ás vezes do simples titulo.[5] Simão Vaz casou—conjecturemos, por ora, no terceiro decennio do seculo xvi—com Anna de Macedo, filha de Jorge de Macedo e de sua legitima esposa, fulana de Oliveira. Pedro de Mariz affirma que D. Anna nascera em Santarem,[6] e Faria e Sousa repete a asserção, emquanto Severim de Faria,[7] emparentado com os Camões, se exprime com muito mais cautela e reserva, dizendo entre parenthesis que D. Anna pertencia á familia dos Macedos de Santarem. Os biographos têm em mira, certamente, engrandecer a linhagem de Camões pela parentela illustre da mãe; é, comtudo, facto que o Poeta pensava de outro modo, porque, nunca usou, que eu saiba, do apellido materno (assignando Luis de Macedo e Camões, ou Luis Macedo de Camões) afastando-se assim do costume peninsular.

---

[1] O confuso conimbricense Pedro de Mariz chama a Simão Vaz, «*natural desta cidade*», sem ter anteriormente pronunciado o nome do logar onde escrevia. Parece, porém, alludir á capital (V. Fontes, § 12). O proprio Juromenha, comtudo, e Th. Braga, que votam por Lisboa como patria do poeta, não deixam de aceitar que Coimbra fosse a cidade natalicia do pae.—Cfr. Juromenha, i, p. 14, e Braga, *Historia*, i, p. 63, 64 e 67.

[2] V. *Vida*, § 7, Nota 1ª.

[3] Cfr. Braga, *Historia*, i, p. 325 e 418.

[4] Barros (i, 5, 10) explica: «quando nomeamos algum Capitão, se é homem fidalgo e tão conhecido per sua nobreza e creação na casa del Rey, logo em fallando nelle a primeira vez dizemos cujo filho é, sem mais tornar a repetir seu pae; e se é homem fidalgo de muitos que ha no reyno, d'estes taes não podemos dar tanta noticia, porque não vieram ao lugar onde se os homens habilitam em honra e nome, que é na casa del Rey: por isso podem-nos perdoar».

[5] V. *Vida*, § 18.

[6] Mariz, p. 10: «*Anna de Macedo, molher nobre de Sanctarem*».

[7] Severim de Faria, fl. 2ª. *Anna de Macedo (dos Macedos de Santarem)*. *

* Assim se exprimem tambem Jorge de Cabedo (fallecido em 1602 ou 1604) na genealogia de Camões, e D. Nicolau de Santa Maria na *Chronica dos Conegos Regrantes*, p. 290.—Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, i, p. 59. e C. C. Branco, *Noites de Insomnia*, N.º 3, p. 19.

Do enlace matrimonial de Simão Vaz e Anna de Macedo nasceu um unico filho, destinado a glorificar o seu povo e a sua patria, levantando-os sobre as azas do seu estro poetico, que resoou por todo o globo terrestre. Este filho, o primeiro e mais glorioso entre os Portuguèses, foi baptizado com os nomes de *Luis Vaz*, sendo de notar que o prenome Luis não se usara anteriormente na familia de Camões,[1] emquanto o apellido de Vaz se fizera hereditario em ambos os ramos da familia, desde os tempos do bisavô João Vaz e seu irmão Gonçalo Vaz, sem que se diga o motivo. O poeta usou na segunda metade da sua vida, e usava (em 1563) em Gòa, o nome *Luis de Camões*, segundo resulta de documentos;[2] mas anteriormente, no circulo dos parentes e amigos, empregára mais completa e correctamente os nomes *Luis Vaz de Camões*, de que tambem se servia em relações officiaes com as auctoridades. Julgo que assim seria, pelo menos, na petição de 23 de fevereiro de 1553, dirigida a El-Rei D. João III, porque no alvará de mercê, com que o monarcha fez responder em 7 de março de 1553 áquella petição, o Poeta é designado, por duas vezes, com os nomes *Luis Vaaz de Camões*.[3]

Este pormenor, que, á primeira vista, parece de somenos importancia, não o é, como o leitor reconhecerá brevemente.

---

[1] Veja-se o que dizemos ácerca de dois Camões mais modernos, de nome **Luis** (Gonçalvez de Camões), em duas Notas relativas ao § 42.

[2] Th. Braga, *Primeiras poesias impressas de Camões*, p. x.—Cfr. *Vida*, § 331.

[3] Juromenha, I, p. 166. Documento *C*, descoberto pelo editor no Archivo Nacional e publicado em 1860.

II

NATURALIDADE DE CAMÕES

II

NATURALIDADE DE CAMÕES

§ **9.**—Não é possivel decidir com absoluta certeza qual fosse o logar de nascimento do Poeta. Pode-se chegar, comtudo, a um alto grau de probabilidade.

Assim como outr'ora sete cidades gregas se disputaram a honra de terem sido berço de Homero,[1] quatro logares portuguêses passaram temporaria e alternadamente por terra natal do Poeta. Tristissima prova da indifferença e falta de interesse dos coevos![2]

Estas quatro cidades são: Alemquer, Santarem, Lisboa e Coimbra.

§ **10.**—As antigas pretensões de Alemquer foram sustentadas novamente ainda em 1867, por occasião da inauguração solemne do monumento a Ca-

---

[1] Cfr. *Lusiadas*, v, 87.—A fonte original, de onde os povos modernos hauriram aquella asserção, é Aulo Gellio, no livro III das suas *Noites Atticas* (III, 11). *

[2] São egualmente litigiosos a data e o logar do nascimento de João de Barros. O anno de 1496 é só approximativo e presumptivo, e ha contenda entre Braga, Vizeu, Villa Real e Pombal! Cfr. a *Vida* annexa ao *Clarimundo*, vol. I, p. III, e seg., e Severim de Faria, *Discursos varios*, ed. 1805, p. 43. **

* «De patria quoque Homeri multo maxime dissensum est. Alii Colophonium, alii Smyrnaeum, sunt qui Atheniensem, sunt etiam qui Aegyptium fuisse dicant; Aristoteles tradidit ex insula Io; M. Varro, in libro de imaginibus primo, Homeri imagini epigramma hoc apposuit:

> Capella Homeri candida haec tumulum indicat
> quod hac Ietae mortuo faciunt sacra.

** Egual sorte coube a *muitos* filhos illustres da nação portuguêsa, cujo antigo «desleixo» elles proprios vão lamentando... vae já em quatro seculos!

mões em Lisboa (9 de outubro), e posteriormente (1872) por dois defensores[1] zelosos, sim, mas que argumentaram com razões absolutamente futeis, e refutadas de ha muito.[2]

São quatro as circumstancias[3] que originaram aquella tradição, mencionada pela primeira vez por Faria e Sousa:

a). Vasco Pires de Camões, o terceiro avô do poeta, fôra governador da villa e do castello de Alemquer.—Perfeitamente! mas este facto é do tempo do Condestavel (1375)—seculo e meio anterior ao nascimento do tresneto Luis Vaz!

b). Parentes do poeta—de um ramo afastado do tronco de Camões—possuiam uma vivenda perto de Alemquer, que ainda no seculo passado era conhecida com o nome de *Quinta de Camões*.—Seja muito embora! mas que inferir d'ahi sobre a terra natalicia de Luis Vaz?

c). O poeta mostra, por duas vezes, nas suas obras um certo interesse, ou mesmo uma certa predilecção, pela bonita villa de Alemquer, apelidando-a, n'um trecho dos *Lusiadas*

> ... Alemquer, por onde soa
> o tom das frescas aguas entre as pedras,
> que murmurando lavam...[4]

Descripção lisongeira, de certo! mas que têm estes louvores com a nossa questão? Com egual direito podiam entrar na liça Cintra e Evora[5] (pondo-se de parte por ora Santarem, o velho Scabelicastro)!

Foi, todavia, principalmente a segunda referencia do Poeta a Alemquer[6]

---

[1] São o poeta E. A. Vidal, no *Archivo Pittoresco*, vol. x (v. *Album de Homenagens*, p. 129) e o Padre Caetano de Moura Palha Salgado, na *Gazeta Setubalense*. Refutou a opinião do primeiro, D. Miguel de Sotto Maior, a do segundo, Innocencio Francisco da Silva. Ultimamente tornou a tratar explicitamente a questão alemquerense o continuador do *Diccionario Bibliographico*, Brito Aranha (vol. xiv, p. 7-15), que fecha o seu processo contra Alemquer com as palavras: *pondo Alemquer fóra de todas as probabilidades de ser a terra natal do sublime poeta, ficam-nos Santarem, Coimbra e Lisboa*.

[2] Já Faria e Sousa impugnara a pretensão com modos que não merecem o epitheto de «cortêses». (*Rimas varias*, I-II, p. 188ª e seg.); e desde o anno do apparecimento, posthumo, dos seus Commentarios (1685) não mais se fallou da questão, que parecia terminada.

[3] Cfr. Juromenha, I, p. 9.

[4] *Lusiadas*, III, 61.

[5] V. *Lusiadas*, III, 56 (Cintra), 63 (Evora), e 55 (Santarem).

[6] Soneto C (ou CIII em algumas edições).—Vidal, e com elle os editores da *Biblio-*

que, interpretada levianamente por leitores superficiaes em extremo, deu margem á insustentavel hypothese. Singular myopia!

Um soldado naval, oriundo de Alemquer, chamado Pero Moniz, e camarada do poeta em uma expedição maritima (1554) ao mar de Abassia, succumbiu, em frente do Ras-el-Fil, [1] a uma febre perniciosa, (como juntamente com elle, e antes d'elle, e depois, muitissimos portuguèses), tendo de edade apenas vinte e cinco annos. Camões chorou a morte do novel companheiro e amigo, cuja campa era o vasto oceano, compondo sobre o caso um sentido soneto, em fórma de epitaphio. Note-se bem que elle faz sahir da bocca do fallecido** as palavras necrologicas seguintes que, portanto, encerram uma concisa auto-biographia poetica de Pero Moniz:

«No mundo poucos annos e cançados
vivi, cheios de vil miseria e dura;
foi-me tão cedo a luz do dia escura
que não vi cinco lustros acabados.

Corri terras e mares apartados
buscando á vida algum remedio, ou cura;
mas aquillo que emfim não dá Ventura,
não o dão os trabalhos arriscados

Creou-me Portugal na verde e cara
patria minha Alemquer, mas ar corrupto
que n'este meu terreno vaso tinha,

me fez manjar de peixes, em ti, bruto
mar, que bates a Abassia fera e avara,
tam longe da ditosa patria minha»

É inaudito e custa a acreditar que alguem se lembrasse de referir ao proprio Poeta este epicedio! Não nego que o teor do soneto, e principalmente a sua ultima linha, espelhe o modo de sentir e dè expressão ás saudades pessoaes do expatriado — mas, para aceitar a explicação forçada que combato, seria preciso julgar possivel que o Camões, antes de completar vinte e cinco annos, isto é, antes de 1549 ou 1550, emquanto vivia na Europa ou

---

theca Portugueza, apregoa peremptoriamente que este Soneto é «o mais claro e irrefragavel documento» sobre o facto de Alemquer ser a terra natal do Poeta!

[1] Tal é o nome arabe do promontorio, que os Portuguêses apelidaram *Monte Felix.**

* (Ou *Monte de Felix).* Cfr. *Vida,* § 260.— A fórma correcta arabe é *Ras-ef-fil.*

** Seguindo n'isso uma antiqüissima moda peninsular.

pelejava na Africa, tivesse adivinhado que em breve viria embarcar para a India, tomando ahi parte n'uma expedição das armadas do Norte, e que succumbiria um dia a uma febre, perto do Ras-el-Fil, sendo o seu cadaver lançado no Oceano — e que o vidente prognosticador de acontecimentos nunca realizados tivesse resolvido eternizar o triste successo! [1] — Que disparate, ou que loucura!

§ 11. — *Santarem* foi proposta como presumptiva terra natalicia do Poeta por Faria e Sousa, na primeira biographia, [2] evidentemente só com o intuito de contrabalançar por uma «novidade» as asseverações dos seus predecessores, Manoel Correia e Severim de Faria, dos quaes um se pronunciara a favor de Lisboa e outro a favor de Coimbra. Comtudo, não sabendo contrastar as pretensões da capital com razões convincentes, ao substituir Lisboa por Santarem, deixa a questão pendente entre as duas cidades do Tejo. [3] Os argumentos que fornece a favor de Santarem, são os mesmos com que Severim defendera Lisboa. — Allegando em primeiro logar que o poeta invoca o Tejo como rio *seu*, e apelida as nymphas do Tejo «Tagides *minhas*», [4] accrescenta que «tanto pode celebrar o Tejo e suas nymphas um natural de Santarem como outro de Lisboa, pois se banham n'elle com egualdade». Em segundo logar diz que de Santarem procedera sua mãe.

Ignoro onde os doctos desencantaram nas Obras de Camões a expressão *meu Tejo* ou *Tejo meu?*

Eu li-a apenas em um soneto, provavelmente apocrypho, attribuido a Camões modernamente, por Juromenha (1861) [5] e que Faria e Sousa portanto não tinha visto — o que não quer dizer que eu ignore que o Tejo se encontra

---

[1] V. em Storck, II, p. 386 e seg., o commentario ao Soneto 101.

[2] Faria e Sousa, *Vida* (1ª) *del Poeta* § 2.

[3] Id., *Vida*, II, § 11.

[4] *Lusiadas*, I, 4. E vós, *Tagides minhas, pois creado Tendes em mi hum novo engenho ardente,* etc.

[5] V. Juromenha, II, Soneto 333, «*Fermoso Tejo meu, quam differente Te vejo e vi, me vês agora e triste*». *

---

* Este Soneto foi recolhido de um manuscripto onde tinha o titulo improprio «Soneto de Luis de Camões *a hum velho*, fallando com o Tejo». Talvez *a hum velho* seja má leitura por *quando velho?* — Outros manuscriptos attribuem o mesmo soneto (glorificado por varias glosas) ora a Francisco Rodrigues Lobo, ora a Henrique Nunes, de Santarem, ou ainda a Estevam Rodrigues de Castro. As glosas que eu conheço são as de Antonio Bacellar Barbosa (na *Fenix Renascida*, I, p. 143-148), Antonio Rodrigues de Mattos e João Pereira da Silva (v. *Jornal da Manhã* de 18 de outubro de 1885, e 25 de março de 1889).

citado frequentissimas vezes pelo poeta. Conto só nos *Lusiadas* vinte e cinco exemplos! Mas venham muito embora com citações que me escaparam, julgo-as indifferentes e sem valor. E digo o por quê.

É facto que tanto um Lisbonense como um Santarenense pode legalmente chamar ao Tejo «*fermoso Tejo meu*». Mas se eu quisesse andar, como os argumentadores citados, *pela rama*, formulando frivolamente juizos temerarios, podia ainda assim desembaraçar-me com facilidade do Tejo,—e portanto de Lisboa e Santarem—mostrando que Camões se refere nos *Lusiadas* por duas vezes ao rio lisbonense, nomeando-o—*o* vosso *Tejo!* [1]

É claro que a locução «*Tagides minhas*», na passagem alludida dos *Lusiadas*, não pode entender-se senão das damas de Lisboa.

O ultimo corollario de Faria e Sousa é simplesmente futil: que importancia tem para a decisão do ponto em questão, a naturalidade da mãe?

§ 12.—Hoje prevalece a opinião que faz Camões natural de Lisboa: as pretensões de Coimbra são, em geral, combatidas ou postas de lado. Eu não sou partidario d'esse modo de pensar.

A favor de Lisboa como berço do Poeta pode referir-se o seguinte:

Manoel Corrêa diz nos seus *Lusiadas commentados* (I, 1): «O Autor deste Livro foy Luis de Camões, Portuguez de nação, nascido e creado na cidade de Lisboa, de pais nobres e conhecidos».

Que pobreza! que parcimonia de informações! Mas Corrêa evidentemente não sabia mais nada do que estas notasinhas insufficientes e erroneas—falta de que devemos concluir, sem incorrer nas culpas de injusto, que a «estreita amizade» [2] por elle mencionada, não é senão uma affirmação vã, e cheia de

---

[1] *Lusiadas*, VII, 79 e 82. [*] O poeta, invocando o favor collectivo das Nymphas do Tejo *e do Mondego*, exclama:

> Olhai que ha tanto tempo que, cantando
> *o vosso Tejo* e os vossos Lusitanos,
> a fortuna me traz peregrinando.

e

> Vede, Nymphas, que engenhos de senhores
> *o vosso Tejo* cria valerosos.*

[2] Nas notas á estrophe 59 do Canto nono lê-se: «... e eu em sua vida pratiquei isto com elle e não lhe enxerguei sinal de tal imaginação. E se elle tal entendera ou ima-

---

* Inutil dizer que o *Tejo* é nos trechos copiados apenas a figura rhetorica *pars pro toto*, e representa Portugal, como Roma ou o Tibre designaria a Italia, Londres a Inglaterra, New-York os Estados Unidos, etc.

presumpção. E a phrase que «por certos respeitos» não lhe parecera bem glosar os *Lusiadas* em vida do poeta, pedindo-lh'o elle «muitas vezes»,[1] me parece mera e mesquinha vaniloqüencia: porque pedir, e pedir com muita instancia, não condiz com o genio e caracter de Camões.

Costuma-se accrescentar[2] que o Conimbricense Pedro de Mariz, o primeiro editor dos commentarios de Corrêa, teria de certo impugnado a asserção ácerca de Lisboa, como terra que dera o nascimento a Camões, caso a soubesse gratuita, reivindicando esta honra para a verdadeira patria do Poeta. Difficilmente! Tal exactidão e seriedade não pode esperar-se do palrador petulante, que no seu Prologo confuso e toscamente rhetorico repete até um falso accrescento á inscripção tumular de Camões, provando assim involuntariamente que, apesar de residir então em Lisboa, nem mesmo se lembrou de visitar a campa do cantor dos *Lusiadas!*[3]

E porque é que tampouco se pronunciou contra os dizeres de Manoel Corrêa, o livreiro Domingos Fernandez, o qual, como logo mostrarei, proclamara poucos annos antes (1607) Coimbra como berço do poeta? Porque não defendeu nem revogou elle a sua opinião, apesar de se lhe offerecer optimo ensejo, ao escrever, em 12 de fevereiro de 1613, a Dedicatoria (a Dom Rodrigo da Cunha, Doctor em Canones e Inquisidor do Santo Officio de Lisboa) que precede a edição dos Commentarios de Corrêa, emprehendida por Mariz?[4] Se acham que o azo era bom para este ultimo, devem admittir que tambem o era para o livreiro-editor, que, além do ensejo, tinha motivos mais poderosos para fallar?[5] Mas ha muitas probabilidades para julgarmos que ambos se pouparam á massada de lêr cuidadosamente os Commentarios extensos e aborrecidos do erudito Corrêa, e que deixaram esta improba tarefa ao compositor e ao corrector.

---

ginara, mo descubrira, *segundo tinhamos estreita amizade*, mórmente pedindo-me elle em sua vida, por muytas vezes, lhe quisesse glosar estes cantos, o que a mim por então não pareceo bem, por certos respeitos».

[1] Id., ib.

[2] Cfr. Juromenha, I, p. 10.

[3] Leia-se o que diz sobre a questão do Epitaphio o Visconde de Juromenha, I, p. 150 e seg. A edição das *Rimas* de 1614, posterior de um anno ao Commentario de Corrêa, foi a primeira que deu copia correcta do epitaphio. Mas a sua rectificação não foi ouvida: o erro de Mariz foi repetido por quasi todos os biographos do Poeta. (V. Juromenha, I, p. XI e 511, Nota 82).

[4] *Lusiadas*, «dedicados ao Doctor D. Rodrigo d'Acunha, etc., per Domingos Fernandez seu Livreyro», (ed. 1613, p. 4-5).

[5] Mariz nem mesmo fallara do logar do nascimento de Camões!

O Lisbonense Severim de Faria que, com desleixo egual ao de Mariz e de Faria e Sousa, repete levianamente o epitaphio falsificado,[1] apoia-se, com relação á terra natal de Camões, nos dizeres de Corrêa.[2] Pondo de lado como insignificante o facto de a familia Camões ter residido em Coimbra, tenta fortalecer o argumento unico de Corrêa (que não lhe parece portanto bem assente e cimentado) pelo corollario de um—unico—verso dos *Lusiadas*, em que o poeta se serve da expressão «*o patrio Tejo!*»[3] Mas na passagem alludida, a palavra *patrio* não significa senão *portuguès*. E mesmo, supponlo por um instante que o adjectivo *patrio* fosse synonymo de *natalicio*—o Tejo ficaria sendo a patria não de Camões, mas sim de Francisco de Almeida, Conde de Abrantes, titulo proveniente de uma villa celebre nas margens do Tejo.[4]

Em seguida lembra a apostrophe, já mencionada,—*E vós, Tagides minhas*,—que o proprio Faria e Sousa classifica de equivoca! Finalizando, põe em realce outra figura poetica do Canto sexto dos *Lusiadas*, em que o poeta, supplicando a musa Calliope, pede que ella o inspire de modo

> que veja e saiba o mundo que do Tejo
> o licor de Aganippe corre e mana.[5]

Como se no Tejo não houvesse, além de Lisboa, as cidades e villas de Santarem, Abrantes, etc.! e como se o Tejo não personificasse aqui claramente a *poesia portuguêsa*, em opposição a Aganippe, que symboliza a da Grecia!

No affan de destruir todas as duvidas sobre a authenticidade de Lisboa (¿de onde, meu Deus, proviriam tantas duvidas?) Faria e Sousa descobriu mais um argumento em pró da capital em uma das Elegias camonianas,[6] e

---

[1] Veja-se: Severim de Faria, fl. 11ª, e Faria e Sousa, *Vida*, (II), § 38.

[2] Severim diz: «por esta razão chama *tantas vezes* ao Tejo *patrio;*» mas não especializa os casos que teve em mente! Outro tanto fez Faria e Sousa, fallando de «*algumas vezes*»—(tambem sem apresentar a lista dos exemplos!)—e asseverando que o Poeta não se descuida de chamal-o *seu* e *patrio*, e ás damas *Tagides* e *Tagides suas*. *Vida*, I, § 2.—Cfr. Juromenha, I, p. 10, que substituiu *algumas* por *repetidas* vezes.

[3] *Lusiadas*, X, 37.—Se tal argumentação fosse verdadeira, todos quantos poetas allemães fallam do «patrio Rheno» passariam, de lei e justiça, por oriundos de Colonia!

[4] É preciso confrontar com as bellas estrophes sobre a morte dos dois Almeidas—Francisco e Lourenço—os versos que, no principio dos *Lusiadas*, prenunciam aquellas, alludindo de antemão aos *temidos Almeidas por quem sempre o Tejo chora* (I, 14).

[5] *Lusiadas*, Canto III, estrophe 2, citada por Severim de Faria, fl. 2ᵇ.

[6] Elegia III, v. 26 e 27. Compare-se o Soneto *Eu me aparto de vós, Nymphas do Tejo*, impresso na primeira edição das Rimas, e omittido na segunda, provavelmente não por descuido, mas antes por Estevam Lopes reconhecer que não era obra de Camões, e pertencia a

o Bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo applaude o achado e concorda.[1] Eis como ambos raciocinam: «ha uns versos (dizem) em que o poeta se chama desterrado *da sua patria*. De facto, o poeta só fôra desterrado *de Lisboa*. Portanto, Lisboa era a sua patria! Mas n'este caso, respondo eu, o grande vate escolheu uma expressão pouco feliz, por escura e equivoca, designando a cidade natalicia pelo mesmo termo que serve tambem para significar a patria commum de todos os Portuguêses.

Não! não nos deixemos illudir! O caso é outro. Na dicta Elegia, o Poeta confessa, sim, andar *desterrado*. Mas desterrado, não de tal ou tal terra. *Desterrado do bem que em outro tempo possuia!*[2]—e isso vinte linhas depois de ter empregado a palavra *patria*, fallando não da *sua*, mas da *patria* de Ovidio. Porque é do grande Sulmonense que o Camões falla, pintando a triste sorte do poeta latino, expulso de Roma,[3] e fugido para as asperezas do

---

Diogo Bernardes, o qual o imprimira, como seu, em 1594, nas «*Flores do Lima*» (Soneto n.º XXVI, p. 22). Readmittido, com tantos outros apocryphos, pela pouca escrupulosidade de Faria e Sousa e de Alvares da Cunha, andou novamente, desde 1668, e anda ainda hoje no Parnaso Camoniano, sendo explorado e citado pelos Biographos que o imaginam dirigido a damas, ou a todas as damas da côrte, no acto da partida para a India. Estranhando esta singularissima pluralidade, explicam-na pela morte de D. Catharina—sem reconhecer que o poeta-auctor designa a sua amada pelo circumloquio—*o bem que em vós me fica* (verso 14).—Cfr. Storck, III, Soneto 159 e o commentario a p. 396.

[1] *Historia e Memorias*, vol. VII, p. 164.*

[2] É o verso 6 da elegia 3.ª, commentado por Faria e Sousa, nas *Rimas varias*, vol. IV. (V. Storck, III, Elegia 1.ª).**

[3] Lembro aos criticos que Ovidio era Sulmonense, isto é, natural de Sulmo, e que ainda assim considera o desterro de *Roma* como um desterro da *patria*.***

---

* «Nasceo pois o poeta na cidade de Lisboa. Alguem tem pretendido attribuir esta gloria antes a Coimbra ou a Santarem, mas o mesmo Poeta parece declarar a sua naturalidade na Elegia III, em que de certo modo se diz desterrado da patria, ao mesmo tempo que he constante que a escreveo andando desterrado de Lisboa», etc.

** «Parece que deste lugar [*De sua patria os olhos apartando*] se puede inferir que la patria de mi Poeta era Lisboa, pues el se compara a Ovidio, desterrado de la suya. En su vida dixe que podia aver nacido ó en Coimbra, ó en Santaren; y entre Santaren y Lisboa es la duda, pero diziendo agora que fue desterrado de la Patria, y siendo el destierro de Lisboa á Santaren, ó á los contornos de aquella villa, dá a entender que ella no era su patria, sinó Lisboa. Opondrá-se que por patria suya se entiende todo Portugal. No puede ser, porque en Portugal escrivio esto!»

*** Do mesmo modo Camões, muito embora fosse oriundo de Coimbra ou de Santarem, ou de qualquer outra localidade portuguêsa, podia referir-se ao exilio da capital e residencia da côrte, onde vivera durante annos, como a um exilio da *patria*, e dos penates e parentes.

Ponto, a cidade de Tomi, isto é, banido da bella patria italiana para as paizagens inhospitas e forasteiras da Moesia baixa:

> sua cara mulher desamparando,
> seus doces filhos, seu contentamento,
> de sua patria os olhos apartando.[1]

Como vêem, Camões não allude ao seu proprio destino (parecido sim, mas não egual), nem falla da **sua** patria, ou de **Lisboa**, como sendo o seu berço. Se Faria e Sousa e Alexandre Lobo tivessem razão e interpretassem bem, a logica exigiria que tambem referissemos a Camões o apartamento e a despedida da mulher e dos filhos—bens que o grande Português nunca chegou a possuir.

Temos finalmente José Maria da Costa e Silva[2] a concluir muito ligeira e decididamente de um assento official produzido por Faria e Sousa (mas cuja authenticidade não dou por provada), que o Poeta nasceu em Lisboa e fôra baptisado na freguesia de S. Sebastião—pela unica razão de seus paes ahi residirem, no bairro da Mouraria, em 1550, isto é, uns *vinte e cinco annos mais tarde.*[3]

Diga agora o leitor o que resta de favoravel a Lisboa depois de retirarmos ás hypotheses de Severim, Faria e Sousa e Alexandre Lobo todos os esteios.[4] Nada! além da simples affirmação de Corrêa, que se publica «intimo amigo» de Camões, mas que, julgado com toda a imparcialidade, não escapa á censura de ter sido um amigo muito indifferente e muito mal informado—

---

[1] Elegia III, v. 4-7. *

[2] Costa e Silva, *Ensaio*, III, p. 84.

[3] Cfr. *Fontes*, § 7, e p. 18, nota 4.

[4] Ha ainda dois Sonetos, aproveitados como testemunhos de defesa das pretensões de Lisboa: —«*Brandas aguas do Tejo que passando*» e «*Já do Mondego as aguas apparecem*». Mas ambos elles, são infelizmente, do suave cantor do Lima. * *

* Remetto o leitor ao commentario judicioso e lucido que Storck dedicou á elegia, por elle admiravelmente vertida para allemão.

** Fazem parte de um cyclo de treze Sonetos das *Rimas varias* (N.os XXII-XXXIV), em que Diogo Bernardes narra delicada e singelamente os seus amores de Lisboa, a sua despedida da capital, e as saudades que o pungiam dolorosamente durante a triste volta a Ponte do Lima. Ainda aqui devo remetter o leitor ás notas, com que Storck acompanhou o seu Camões allemão (vol. II, Sonetos 109 e 112 commentados a p. 388 e 389). Escusado dizer aos entendedores que foi Faria e Sousa, seguido de perto por Alvares da Cunha, quem intercalou aquelles dois Sonetos entre as poesias de Camões, com audacia que surtiu o seu effeito.—Cfr. *Vida*, § 52.

censura que, de resto, já foi lançada por Severim, Faria e Sousa e Alexandre Lobo, os quaes tambem duvidam d'aquella amizade.

§ **13.**—O que me move a decidir o pleito sobre a naturalidade de Camões a favor de Coimbra é, em primeiro logar, o facto de o livreiro da Universidade Domingos Fernandez affirmar positivamente em letra redonda (na Dedicatoria das Rimas de Luis de Camões, por elle editadas á sua custa em 1607 e dirigidas áquelle inclyto estabelecimento) que o Camões nasceu, se criou e estudou na cidade do Mondego, sendo portanto coimbrão «por nascimento e criação, por officio e por obrigação»—e isso antes de Mariz, Corrêa e Severim se terem pronunciado. Diz elle, depois de enaltecer os meritos da cidade: «pois se vós (verdadeyra exposição da coroada princesa das misteriosas armas de Coimbra) sois esta que diziamos; para as mais propinquas & remotas partes do Universo, e per nacimento & criação, per officio & obrigação fostes tambem a mesma para com o vosso grande Luis de Camões, pois **nacendo elle nessa vossa cidade de Coimbra,** *a vosso peyto como Mãy natural o criastes tantos annos: com vossa doutrina como Mestra o ensinastes alguns, & com vossos louvores, como fiel Amiga, o honrastes tantas vezes*, a quem se nam a vós se deve encommendar esta proteyção de *hum* **vosso filho**, *discipulo & Amigo*, & mais sendo elle já morto, para se nam poder defender, & ainda vivo para poder ser offendido».

E pouco depois intitula outra vez a Universidade *Mãy, Mestra e Amiga do Poeta.*[1]

Taes palavras requerem e merecem tanta fé, e tem pelo menos tanta importancia como as de Corrêa. Os pratos da balança estariam portanto em equilibrio, visto que todos os pesos com que se tentou carregar no de Lisboa, se manifestaram, em conseqüencia de exame mais rigoroso, faltos de justa afferição, e são portanto *falsos*. Investiguemos e vejamos se existem outros argumentos ponderosos, proprios para fazerem inclinar o fiel da balança para o lado de Coimbra.

A mim parece-me de vulto o seguinte: já o bisavô do Poeta, João Vaz, era morador afazendado e benemerito cidadão de Coimbra. De seu filho Antão Vaz, avô do Poeta, não consta, pelo menos, que possuisse bens de raiz, nem que vivesse fóra de Coimbra. O segundo-genito d'esse Antão Vaz, D. Bento, tio de Camões, e indubitavelmente tambem o filho mais velho, Simão Vaz,[2] pae do Cantor dos *Lusiadas*, nascera, segundo documentos inconcussos[3] na velha Conimbrica,

---

[1] Devo o conhecimento do texto original á minha amiga C. M. de Vasconcellos que o copiou para meu uso, servindo-se da edição authentica de 1607.

[2] V. *Vida*, § 8.

[3] *Vida*, § 7, Nota 1.ª.

> na cidade cujo prado
> enverdecem as aguas do Mondego.[1]

Em conformidade com estes acontecimentos, não existindo noticias fidedignas que se opponham, pode-se suppor com visos de verdade: primeiro, que Simão Vaz conhecera e amara D. Anna de Macedo não em Santarem, de onde ella procedera talvez,[2] mas sim em Coimbra,

> nos saudosos campos do Mondego,[3]

onde o nome de familia «*de Macedo*» não era desconhecido n'aquella era;[4] e em segundo logar, que os dois casados se estabeleceram na casa dos Camões, em Coimbra, lá onde

> vão as serenas aguas
> do Mondego descendo
> e mansamente até o mar não param.[5]

Em terceiro logar, é provavel que a joven esposa lá desse a vida a seu unico filho Luis Vaz, o nosso Poeta. Nem a alegre infancia passada entre brincos e folguedos n'aquelle «*lugar ameno*»,[6] n'aquella florida terra leda, fresca e serena, nem as excursões em que o estudante pisaria dos campos do Mondego «*a fertil herva*»:[7] nem os passeios em barco sobre as «*claras aguas*»[8] do rio; nem o primeiro amor passageiro do mancebo por uma bella Coimbrã;[9]

---

[1] *Lusiadas*, III, 80.

[2] Alex. Lobo (p. 164) tão pouco se atreve a *decidir* se Anna de Macedo era natural, se oriunda de Santarem.

[3] *Lusiadas*, III, 120.

[4] Em documentos officiaes da Camara de Coimbra apparecem, por exemplo, os nomes: Marçal de Macedo e Gaspar Fernandez de Macedo (1563) e ainda Ayres Gonçalves de Macedo (1567).—Cfr. Brito Aranha, *Dicc. Bibl.*, vol. XIV, p. 18 e seg.— Em Soure, seis leguas ao sul de Coimbra, vivia tambem, perto de 1500, uma Anna de Macedo, de Santarem, casada com o fidalgo Leonel de Sousa—talvez a madrinha da mãe de Camões? Cfr. Th. Braga, na Introducção á edição dos *Lusiadas*, consagrada ao 3.° centenario do Poeta, p. XIII, e *Vida*, § 56, Nota 3.ª.

[5] Canção IV *(Vão as serenas aguas)* v. 1-3.

[6] Ib., v. 8.

[7] *Lusiadas*, III, 97.

[8] Canção IV, v. 55.

[9] Ib., v. 16.

nem as graças das outras «*filhas*»[1] ou «*nymphas*[2] *do Mondego*»—as primeiras musas inspiradoras do Poeta—nenhum d'estes successos e prazeres motivaria sufficientemente ou provocaria aquelle tom de intima alegria que penetra todas as passagens das Obras de Camões, em que elle—occasionalmente—menciona a cidade de Coimbra e as ribeiras do Mondego!

Só uma unica circumstancia explica satisfactoriamente aquelles sentimentos piedosos: a circumstancia de o berço do Poeta, a casa dos paes, os penates dos ascendentes, serem *de Coimbra.*[3] Em Coimbra é que deu os primeiros passos na «*selva oscura, selvaggia ed aspra e forte*» da vida, como elle mesmo confessa claramente, posto que sem ser percebido até hoje, designando as collinas em que Coimbra se levanta como o sitio

> por onde as minhas magoas,
> pouco a pouco crescendo,
> para nunca acabar *se começaram;*[4]

porque as magoas, tão melancholicamente narradas na IV Canção, não são simples magoas *de amor*, mas antes as maguas perpetuas *da vida.*[5]

O patriotismo local de Camões fêl-o incorrer na culpa, aliás muito perdoavel, de ter attribuido as honras de Universidade meramente a Coimbra, apesar de ter assistido na edade de já doze annos á transferencia definitiva dos Estudos Geraes, das margens do Tejo para as do Mondego (1537).

---

[1] *Lusiadas,* III, 135.

[2] Ib., VII, 78.

[3] Quem incluisse na lista das poesias camonianas allusivas a Coimbra, o esplendido Soneto que principia «*Doces e claras aguas do Mondego*»,—ou quem se adiantasse até basear sobre uma qualquer das suas phrases a persuasão de o poeta ter tido já em Coimbra ideias de encetar a sua carreira maritimo-militar (Juromenha, I, p. 28), correria risco de contribuir para a propagação de um grave erro, infelizmente muito inveterado. O Soneto, introduzido no Parnaso Camoniano em 1616, *talvez* não seja de Camões, mas sim do Duque de Aveiro, D. João de Lencastre. * V. Aquino, vol. IV, p. XIII da Ed. de 1815, e Th. Braga, *Historia de Camões*, I, p. 337.—Sobre o Duque, como Poeta, veja-se a nota que lhe dediquei nos meus Commentarios, IV, p. 405 e seg.**

[4] Canção IV, v. 4-6.

[5] Encontro a confirmação e sancção d'esta minha ideia na grandiosa Canção X *(Vinde cá)* (v. 41 e seg.), que repete a mesma marcha e evolução de ideias, derivando os soffrimentos da sua vida, do facto inicial da existencia, e fazendo sobresahir as magoas de amor.

* Ao Duque de Aveiro o attribuia um manuscripto consultado por Faria e Sousa.

** Na edição de 1616 correm duas lições do Soneto; e no *Cancioneiro Luis Franco,* a fl. 120, ha outra variante, mas sem indicação do nome do auctor.

Tambem me parece que o Poeta, cuja familia não era «*de bens do mundo abastada*», difficilmente teria os meios necessarios para residir durante longos annos em Coimbra, dedicando-se a estudos superiores, se Lisboa fosse o logar da sua naturalidade.

§ **14**.— Sommando tudo, vemos portanto que existem apenas dois testemunhos extrinsecos sobre a patria do Poeta, no sentido mais restricto da palavra. Uma asserção contrabalança a outra. A mais moderna, do Lisbonense Corrêa, falla a favor de Lisboa. A mais antiga, do Conimbricense Domingos Fernandez, a favor de Coimbra. Impossivel é *provar com documentos* a veracidade das asserções d'este ultimo; egualmente impossivel provar o contrario. Mas o que não soffre duvida alguma é a falta de exactidão e segurança de Corrêa em assumptos semelhantes.[1]

Decide a questão, a meu vêr, o facto da residencia da familia Camões em Coimbra, durante seculos; depois a affeição constante do poeta pela cidade do Mondego; e por ultimo, os versos autobiographicos da quarta Canção.

---

[1] Vide Fontes, § 7.

III

DATA DO NASCIMENTO DE CAMÕES

III

DATA DO NASCIMENTO DE CAMÕES

§ **15.**—Não ha unanimidade de parecer com respeito á data do nascimento de Camões. Ao lado das sete cidades ha tambem seis ou sete datas natalicias: 1509,[1] 1517,[2] 1521,[3] 1523,[4] 1524[5] e 1525![6] E *todas* ellas são puramente hypotheticas—fructo de meros calculos de probabilidade!

---

[1] Foi Faria e Sousa quem escreveu, em meados do seculo XVII, ao redigir a sua *Europa Portugueza* (II, p. 523): «Nació este año (1509) el Principe de los Poetas de España, Luis de Camões».—Moraes, na *Historia de Portugal*, II, 215, repete esta indicação arbitraria.

[2] Severim de Faria, fl. 2ª: «Nasceo L. de C. reynando El-Rey Dom Manoel, pelos annos de 1517».

[3] A. Loiseau (*Histoire de la littérature port.*, p. 152) opina: «la plupart (?) veulent que ce soit en 1521». Se eu conhecesse um unico individuo, pertencente a esta desconhecida *maioria!?*

[4] Faria e Sousa, *Vida*, IIª, § 7: «siguese que nació el (año) de 1524, y aun puede ser el de 1523».

[5] Vid. ib., e Juromenha, I, 9: «este documento... é prova irrecusavel para fixarmos no citado anno de 1524 o nascimento de Camões»; assim como Th. Braga, *Historia de Camões* I, p. 60: «Nasceu Camões em 1524».

[6] F. Denis, *Résumé*, p. 66: «Louis de Camoens naquit en 1525»; e Vidal, no *Album de Homenagens de* 1880, p. 129: «O anno de 1525 é, portanto, o que, fóra de duvida, se deve marcar como sendo o do nascimento do poeta». *

* Para quem conferir a minha traducção com o original allemão, declaro que emendei o erro de imprensa 1526, substituindo-o por 1525, como corrigi varios outros, cuja lista darei na *Segunda Parte*. Em logar de simples referencias dou tambem, freqüentes vezes, copia dos trechos a que o auctor remette os leitores.

Quem procedeu com mais sem-cerimonia foi o espirituoso Voltaire. No seu Ensaio sobre a poesia epica, o grande homem compõe, por sua conta e risco, uma vida de Camões, annunciando com toda a seriedade e com o tom grave de historiador consciencioso: «Camões, de antiga familia portuguêsa, nasceu em Hespanha, nos ultimos annos do famoso governo de Fernando e Isabel, durante o reinado de D. João II de Portugal!»[1]

Que bella salsada! D. Fernando de Aragão morreu em 1516 quando sua esposa D. Isabel de Castella, fallecida em 1504, já repousava ha doze annos na cova. A união dos dois reinos teve logar em 1479, de sorte que o reinado commum aos dois principes occupa o periodo de 1478 a 1504; D. João II occupou o throno de 1481 a 1495; e Camões nunca pisou o solo hespanhol!

Mas sem pestanejar nem vacillar, Voltaire continua: «Depois da morte de D. João (II), o Poeta começou a frequentar a côrte de Lisboa, no primeiro anno do reinado de D. Manoel, o Grande (1495–96)». É um cumulo. Mas na primeira edição do artigo voltairiano — redigido em inglês —[2] a ignorancia e a arbitrariedade deitam a barra mais longe ainda: «Camões acompanhou Velasco da Gama *(sic)* na sua viagem perigosa (1497–1499), levado pela amizade e por aquelle espirito investigador que costuma ser o apanagio de homens de caracter e de phantasia levantada»![3]

De onde se deveria inferir que o Poeta nasceu entre 1470 e 1480, vivendo um seculo, pelo menos.

§ **16.** — Parece-me que todas as conjecturas sobre o anno do nascimento de Camões se baseiam em uma allusão poetica dos *Lusiadas* — menos a de Voltaire, que, por não ter base alguma, não se pode tomar a serio.

Se não me engano, Camões examinára no Archivo de Goa[4] — durante o governo do Vice-Rei da India D. Francisco Coutinho, Conde de Redondo (entre 7 de setembro de 1561 e 19 de fevereiro de 1564), com o qual tinha relações de amizade — os relatorios annuaes sobre a India portuguêsa. D'ahi ti-

---

[1] Cfr. Voltaire, *Oeuvres complètes*, ed. 1785, vol. x, p. 372 e seg.: «*Essai sur la poésie épique*».

[2] Voltaire, *Essay on the Epic Poetry of the European Nations*.

[3] Veja-se Mickle, I, p. CCLXXXIV e seg., onde se encontra copia de uma grande parte do original inglês; e, além d'isso, Aquino, vol. I, p. LXXXIII e seg.

[4] O archivo de Goa — a Torre ou Casa do Tombo do Estado da India — ainda não estava então em ordem. Sómente a contar de 1595 é que se executou esta util empresa, referida na biographia de Diogo do Couto (que precede as *Decadas*, ed. de 1736, Lisboa, vol. I, fl. 5ª e seg.), e em especial na carta de Felipe I de Portugal, de 28 de fevereiro de 1595.

rou apontamentos e esboçou o plano para aquella poetica revista de geographia, historia e ethnographia sobre a Asia, a Africa e a America (brazileira), e em especial sobre os successos indicos até á morte do Governador e Vice-Rei D. João de Castro (✝ 1548, em Goa), que uma nympha do Oceano e a deusa Thetys desenrolam no remate dos *Lusiadas*, prophetizando o futuro a Vasco da Gama no acto de elle desaferrar para voltar á patria (1498). Esta revista preenche o ultimo Canto (x) da Epopeia.

O poeta achou extremamente ardua a realização da sua ideia—executada ou finalizada, o mais tardar, no estio de 1569, como sabemos pelo historiador Diogo do Couto.[1]

Extenuado, invoca por isso novamente[2] a ajuda da Musa heroica Calliope, confessando com melancolia:

> Vão os annos descendo, e *já do estio*
> *ha pouco que passar até o outono,*
> A fortuna me faz o engenho frio,
> do qual já não me jacto nem me abono.
> Os desgostos me vão levando ao rio
> do negro esquecimento e eterno sono;
> mas tu me dá que cumpra, oh gram Rainha
> das Musas, com o que quero á nação minha![3]

§ **17.**—Na larga, indigesta e jactanciosa interpretação que Corrêa dedica a esta estrophe,—e que poderiamos chamar dissertação sobre a primavera, o estio, o outomno e o inverno da vida humana,—o Commentador calcula que Camões, ao compòr aquelles seus versos, estava ou *via-se em idade de quarenta annos e mais.*[4]

---

[1] Couto, arribando na volta da India a Moçambique, em setembro de 1569, encontrou ahi o cantor dos *Lusiadas*, o qual concluira no inverno passado (isto é de abril a setembro de 1569) a sua Epopeia, limando-a e aperfeiçoando-a com o intuito de a imprimir. —Cfr. *Decada*, VIII, cap. 28 (e não VII, como Braga diz erroneamente na *Historia de Camões*, I, 297).—Mais adiante (no § 349 e seg. d'esta vida) teremos que voltar ao mesmo assumpto.

[2] Digo *novamente*, porque já invocara a mesma musa na estrophe inicial do Canto III, antes de compôr outro difficil quadro historico: a bellissima historia de Portugal até ao reinado de D. Manoel.

[3] *Lusiadas*, X, 9.

[4] Recorra-se a Corrêa (p. 269[b] da edição de 1720, e f. 264 v. da ed. de 1613. *

* Depois de dissertar sobre as diversas divisões usuaes *da edade*, o Commentador accrescenta: «Outros a dividem de outra maneira. Tambem Luis de Camões [a] divide em quatro

Que conta tão exacta!

Pouco depois[1] assenta terminantemente que o Poeta escreveu o respectivo *Canto decimo*, isto é, que concluiu os *Lusiadas* no anno de 1570.** Engana-se, portanto, em um anno (apesar de nos affirmar que sabia estas particularidades de sciencia certa), porque os factos, narrados por Diogo do Couto, a que já alludi,[2] não admittem duvidas, por andarem ligados a acontecimentos da propria vida do consciencioso historiador, e a outros de interesse geral.

Corrêa, o «intimo amigo» de Camões, deixou pois ao dictame dos curiosos o escolherem, como bem lhes parecesse, no lustro que decorre de 1522 a 1527, o anno que mais lhes agradasse.***

---

[1] Na nota á estrophe 119 do mesmo Canto x (a p. 301 da ed. 1720 e fl. 297 v. da Ed. princips).*

[2] V. § 16, Nota 1ª rel. a p. 123.

partes n'este logar, conforme aos quatro tempos do anno. A primeira edade do verão é té os 25; a segunda que se compara ao estio, é té os 50, á qual chamam «consistencia», porque n'ella está um homem em suas forças; a do outono que é té os 70, na qual edade se colhe já o fruyto da vida; e a do inverno que é a que chamamos decrepita. O poeta via-se em *edade de quarenta annos e mais*, e não muito favorecido de Principes, merecendo-o elle tanto, cansado das armas e enfadado com as letras, pelo qual tinha necessidade de favor para proseguir sua empresa; e por isso invoca a Musa Calliope que lhe dê novas forças e ajuda».— A expressão familiar *e mais* equivale a *quarenta annos pelo menos* ou *quarenta e tantos*.

* Combatendo a opinião dos que acham aquella estrophe mordaz e satyrica para com os Padres da companhia, e sustentando que o poeta tencionava apenas chamar mais obreiros para a vinha do Senhor, o Commentador diz ainda, a f. 301: «Confirma-se esta verdade *com sabermos de certo que o Camões escreveo* **este livro** *no anno de 70*, tempo em que trabalhavam n'aquellas partes». O erro 1569 por 1570 não é grande, mas sempre é erro; e um amigo intimo tinha obrigação de estar bem informado.

** Pela minha parte fiquei indecisa sobre se com **este livro** se deva entender unicamente o *Canto decimo*, ou o *livro dos Lusiadas* em geral. Corrêa, porém, não costuma designar os *Cantos* com o titulo de *livros*.— Indicações sobre o tempo que a composição da Epopeia levou ao Poeta, e que ajudassem a elucidar esta (aliás insignificante) questão, não as acho nas Glosas de Corrêa. O leitor sabe perfeitamente que o Canto decimo, apesar de ser o *ultimo*, não foi o *derradeiro* que o Poeta escreveu.

*** Não sei por que processo o sr. prof. Storck fez a sua conta: eu faço a minha do modo seguinte que, de resto, dá *quasi* o mesmo resultado. Dos *quarenta annos e mais*, que Corrêa menciona, abato os *quarenta* e chego á data de 1530. Reflectindo depois que elle calcula a primavera e o estio da vida humana juntos em 50 annos, abato mais dez—o que dá em 1520. E ouvindo do proprio poeta que já lhe restava *pouco* da edade estival, avalio este *pouco* (e o *mais* que o Commentador quer accrescentar aos 40) em cinco annos (maximo), parando na data de 1525, como no limite mais certo, e fixo do lustro que decorre de 1525 a 1530, considerado como a epoca presumptiva do nascimento do Poeta. E substituindo a falsa data de **1570** pela veridica de **1569,** fico no lustro de **1524** a **1529.**

Sobre esta base não era difficil, nem irracional, tirar a media, elegendo para anno presumptivo da nascença do Poeta o de 1524 a 1525, isto é, o primeiro semestre primaveral do anno de 1525, ou o segundo semestre de 1524, em que D. Vasco da Gama baixara na India á sepultura (24 de dezembro em Cochim).[1] Coincidencia opportuna, que devia fazer com que o publico em geral preferisse esta data.

Mariz, ao publicar o Commentario, nem se deu ao trabalho de resolver o problema. O seu Prologo é falho de todas as datas.

Severim de Faria[2] procedeu á operação arithmetica da subtracção suggerida por Corrêa, mas — cousa muito singular! — enganou-se na differença, — descendo ao anno de 1517. Logo depois, ao fazer morrer o Poeta em 1579, em conformidade com a indicação erronea da lousa sepulchral, assentou[3] que a sua edade fôra de *cincoenta e cinco annos, pouco mais ou menos*, sem vêr que, n'este caso, o anno do nascimento só podia ser o de 1524 a 1525.** Que insigne arithmetico![4]

---

[1] V. Storck IV, p. 350.

[2] Severim, fl. 2ª.

[3] Ib., fl. 10.

[4] Temos outro insigne calculador em Gendron! Seguindo as pisadas de Severim e Faria e Sousa (I), decide-se egualmente pela data de 1517 como sendo a do nascimento

* No Commentario á Canção IV *(Vinde cá)*, que esboça em traços magistraes a tragica vida do Poeta, o traductor já exposera concisamente a questão sobre o anno do nascimento de Camões, chegando ao mesmo resultado: que hoje em dia não ha meio para determinarmos data mais provavel e fidedigna do que a primavera de 1525 ou o outono de 1524.

** Francamente custa a crer que Severim de Faria errasse tão grosseiramente, e não *uma*, mas *duas* vezes de seguida, em singelissimas operações arithmeticas, e que dissesse comsigo primeiro: «1570 menos 40 (ou 45) dá 1517» e depois: 1579 menos 1517 dá 55»! Não! Mais justo e conforme á realidade será dizermos que elle calculou alternadamente com duas datas diversas, ora com 1525, ora com 1517, embora estranhemos e censuremos esta inconseqüencia, e muito embora não saibamos onde é que elle foi buscar a segunda. Se podessemos afastal-a, dizendo que o equivoco provém de um simples erro de caixa do compositor, o qual imprimiu 1517 onde o original tinha 1525? Mas não nos é dado aceitar este expediente, porque lá está a clausula «reynando D. Manuel» que o exclue. A data 1517 deve ter outra origem, mas não sei qual.

Sei apenas que Severim de Faria tinha na mente a verdadeira data 1524 e resolveu bem o segundo problema arithmetico, quando escreveu:

«Era quando morreu de pouco mais de cincoenta annos, porque quando compunha os seus *Lusiadas* diz elle (no Canto X, estancia 9) que tinha já pouco que passar da idade do estio para o outono, o qual começa dos cincoenta por diante. E fallecendo elle sete annos depois de sua impressão (a qual foy no de 1572) parece que não passou de cincoenta e cinco». (fl. 10).

E sei mais ainda. Na passagem — «Nasceo Luis de Camões reynando El-Rey D. Manoel pelos annos de 1517, na cidade de Lisboa, como o testifica Manoel Corrêa seu Commentador

Na primeira Vida do Poeta,[1] Faria e Sousa aceita piamente,—sem se importar nem importunar de modo algum com a opinião por elle expendida anteriormente, patrocinando a data 1509[2]—o calculo do seu antecessor, dando assim a prova de que deixara de ler com a devida attenção, tanto os Commentarios «maus» de Corrêa, como a Vida de Severim de Faria. O polygrapho nem sequer fez a conta, porque, de contrario, deveria ter acertado melhor, achando o justo termo-médio: 1524 a 1525. Mais tarde reconheceu que resvalara, e resolveu remediar o mal de vez, cortando na segunda redacção da Vida do Poeta o nó gordio com a espada de um pseudo-Alexandre; isto é, decidiu que a questão seria resolvida por meio de documentos officiaes.

Mas como arranjar as armas para este acto heroico? As disponiveis não davam, infelizmente, para tanto: faltavam as actas irrefragaveis, e as cartas irrespondiveis. Faltavam? E se alguem as forjasse? Recorrer a falsificações e inventos—resvalar, n'uma palavra, pelo declive de atalhos traiçoeiros, até ao forjar de documentos, era nos tempos de Faria e Sousa quasi que uma moda,

---

de Camões (a f. III), e aceita tambem como termo da vida a de 1579, assentando ainda assim que a morte tirou o Poeta d'este mundo em idade de *setenta e dois!* *

[1] Vida, I[a], § 2.° * *

[2] Cfr. § 15 d'esta *Vida*, Nota 1.ª

que o conheceo e foy seu familiar amigo, e não Coimbra», etc., o testemunho do amigo e Commentador é invocado apenas com respeito ao litigio das cidades, e não quanto á data do nascimento que não vem mencionada por Corrêa em parte alguma dos seus Commentarios, quer fosse directa, quer indirectamente. Severim foi o primeiro que pronunciou as hoje inexplicaveis palavras *pelos annos de 1517*, mas sem nos esclarecer sobre a sua proveniencia. Foi Faria e Sousa quem, repetindo a mesma fórmula, haurida em Severim, invocou o testemunho de Corrêa, persuadido de que o Chantre citava textualmente o Commentador em toda a passagem por mim copiada, cujo teor não verificou.

* A razão que determinou em Gendron a preferencia dada ao anno de 1517, não deixa de ter graça: «Não é menor a controversia que versa ácerca do anno em que nasceo, pois sendo este de 1517, na opinião do meu auctor particular (Severim), e conformando-se com ella Manoel de Faria, antes de ter visto em certa lista das pessoas que passaram á India no anno de 1550, um assento onde o Camões depunha ter 25 de idade, resolveo depois seguir o seu nascimento no de 1524. *Mas quem reflectir nos varios accidentes da sua vida até o mencionado anno de 1550, encontrará a necessidade dos 7, em que consiste a differença entre os dois pareceres e julgará qual é «mais irrefragavel».*

** No paragrapho 2.° encontro apenas uma observação sobre o completo desconhecimento do anno do nascimento *(total olvido del año del nacimento)*. No 3.° sim é que ha a simples, mas inexacta, repetição dos dizeres do Licenciado Manoel Corrêa, reduzidos para a these: *nació em Lisboa por los años de* 1517, em conformidade com Corrêa, mas sem indicação sobre a parte que Severim teve na elaboração da data. No paragrapho 1.° ha o annuncio previo de que Faria e Sousa iria arrimando-se—como se arrima de facto—ás opiniões de Severim, enunciadas em 1624 nos *Discursos varios*.

em que alguns seus contemporaneos se tinham ensaiado com pleno e redundante successo![1]

O proprio Faria e Sousa, força é confessá-lo, já não era novato no officio. Já fizera os primeiros e bem succedidos ensaios em 1639.[2] Mas ainda assim não era mestre; não soube fabricar uma obra-prima inatacavel! É verdade que a obra de fancaria, publicada em 1685, gozou a fama e disfructou as honras de um authentico documento official, durante dois seculos e tanto, illudindo toda a gente, com apenas uma excepção no anno de 1867, a que logo me refiro.

Não estranhará as minhas accusações quem conhecer a vilissima falta de

[1] Leia-se no *Curso* de Th. Braga, p. 282-283; em Ticknor-Julius, *Geschichte der Schönen Litteratur in Spanien*, II, p. 280, Nota 2.ª; e F. A. Wolf no Supplemento áquella obra, p. 176-177, sobre a fabricação de documentos apocryphos pelo Padre Higuera, de Toledo (✝ 1624), Jesuita e amigo de Mariana, e em especial sobre os famosos *Libros de Plomo* de Granada (1595) e os *Chronicones* (1610). *

[2] Cfr. *Vida*, § 222 e Storck, I, p. 383-384. **

* A serie das *falsificações* peninsulares é mais extensa ainda do que a dos furtos notaveis. Bastará lembrar os nomes de Anius ou João de Viterbo (Berosus e Manetho!); Gaspar Alvares de Lousada Machado (✝ 1634); Frei Bernardo de Brito (✝ 1617); Padre Pereira de Santa Ana (✝ 1579); Guevara (1529); e o Conde de la Roca (✝ 1658). O capitulo é interessante, mas não nos é dado escrevê-lo aqui.

** Nos Commentarios que acompanham a preciosa traducção de todas as Obras de Camões pelo auctor d'este livro, encontrará o leitor «philalethico» os libellos do processo novamente instaurado contra o fanatico camonista e despota critico, que pôs a saque, para augmentar a lista das suas descobertas, todos os manuscriptos ainda não explorados que lhe vieram á mão, e todos os impressos de quinhentistas nacionaes que na sua mente podessem (e não podessem) rivalizar com Camões, como poeta *lyrico*. Temos no volume I a reivindicaçao de nove (ou onze) Redondilhas usurpadas por Faria e Sousa a Diogo Bernardes, emprehendida nas notas ás poesias 16, 46, 51, 81, 128, 139, 140, 143 e 150. Temos no volume II uma longuissima serie de observações sobre uns sessenta Sonetos que, sendo propriedade de diversos auctores peninsulares, (entre os quaes tem o primeiro e preeminente logar o pobre Diogo Bernardes como bode expiatorio) foram reclamados como bens camonianos por Faria e Sousa, que satisfez assim a sua monomania de farejar furtos e ladroeiras. Temos no volume III, de p. 362-367, uma lucida dissertação sobre as Oitavas decantadas de Santa Ursula; no quarto (de p. 379-384 e 423-438), o relatorio sobre a repugnante questão das *Eglogas;* no quinto, o juizo critico sobre os dois manuscriptos dos *Lusiadas,* milagrosamente desencantados por Faria e Sousa (p. 383, 384, 416, 432, etc.), e sobre as famosas estrophes omittidas por desprezo, e descobertas em aquelles curiosos manuscriptos que talvez apparecessem em sonho ao visionario Faria e Sousa. Temos, n'uma palavra, materiaes abundantes para desmascarar o falsificador! — Mas estes materiaes, muito dispersos, e redigidos em lingua estrangeira, ficaram até hoje letra morta para os criticos portuguêses. Para que não continuem a sê-lo é que exponho o seu conteudo na *Segunda Parte*.

consciencia de Faria e Sousa, este rouba-honras, que como Camonista é caracterizado principalmente pela avidez de encontrar «novidades» e pela mania de fazer descobertas, que o invadia e tyrannizava cada vez mais, de decennio em decennio. As mentiras, postergações e contrabandeações, perpetradas por elle, só nos seus Commentarios, contam-se ás duzias![1]

A fraude, de que trato agora, já foi desmascarada por um erudito português, Francisco Adolpho Coelho, que a pôs a nú, sem, comtudo, seguir a pista das suas lucidas suspeitas, tirando d'ellas todas as conseqüencias, e sem ser attendido pela critica,—apparentemente pelo menos. Na engenhosa biographia que este arguto investigador dedicou ao Poeta,[2] lê-se o seguinte trecho:

«Faria e Sousa era pouco escrupuloso: a ideia da gloria de um semelhante descobrimento devia cegal-o a deixar-se ir e inventar tal assento, invenção em que elle não fazia mais do que seguir o bom frei Bernardo de Brito[3] em cujas obras bebia o seu saber historico. Eis pois o primeiro periodo da biographia de Camões assente sobre a hypothese da probidade de Faria e Sousa. O anno de 1524 foi aquelle em que morreu Vasco da Gama, e se o assento é invenção, devemos conceder a Faria e Sousa a palma de fabricador de «*bellas fabulas*».

§ **18.**—Mas não é licito contentarmo-nos com simples suspeitas. É de lei verificarmos, se houve falsificação. Tentemos, portanto, a prova. E visto que, desde a memoravel data em que Faria e Sousa descobriu os seus assentamentos, todos os biographos do Poeta coordenam a sua vida até á primavera de 1553 sobre a base dos taes documentos pseudo-authenticos, e em conformidade com elles, não basta extractarmos aqui unica e isoladamente as passagens parciaes, que dizem respeito á edade de Camões, indicando com poucas palavras o resto do seu conteudo.[4] Prefiro reimprimir os documentos em que andam envolvidas, analysá-las uma por uma, distinguindo bem entre os dizeres do pretendido documento official e os ingredientes addicionados pelo

---

[1] Cfr. Storck, iv, 379 e seg., 423 e seg.; v, p. 383 e seg., assim como *Vida,* § 24. Nota 2ª, e *Fontes*, § 3. Nota 5ª, a p. 13. *

[2] V. *Album de Homenagens*, p. 181-182.

[3] Cfr. Introducção historica, § 17.

[4] Accresce ainda que a edição das *Rimas* commentadas por Faria e Sousa, não é tão vulgar que se possa suppôr entre as mãos da grande maioria dos leitores.

* No Commentario á Epopeia ha ainda mais uma bonita falsificação, que Storck não reconheceu como tal: a carta de D. Lourenço, Arcebispo de Braga, ao Abbade de Alcobaça: para os entendedores, uma verdadeira joia! (Vol. ii, p. 322).

glossador apaixonado e preoccupado. O «fim» e o «valor» d'estes accrescentos devem ser esmiuçados.

Vou copiar portanto os paragraphos 5 a 7 da segunda elaboração da *Vida*.

A.— *Vida*, II^a^, § 5.— «*El Licenciado Manuel Corrêa, que fue hombre de credito y que trató al Poeta, dize que él nació por los años de 1517, y esso he seguido yo en aquel Escrito*».[1]

Não ha tal! Quem indicou o anno de 1517 como o do nascimento do Poeta, não foi Corrêa, mas sim Severim de Faria—e este só conjectural e approximativamente, dizendo: «*pelos annos de 1517*».[2]

B.— «*Pero el año 1643 vino a mis manos un Registro de la Casa de la India de Lisboa de todas las personas mas principales que passaron a servir en la India desde el año 1500 hasta estes nuestros años*».

Antes que tudo é preciso saber onde Faria e Sousa parava em 1643. Só assim é que poderemos apreciar o justo valor da sua declaração.

Manoel de Faria e Sousa nascera a 18 ou 19 de março do anno 1590 na Quinta do Souto e fôra baptisado na freguesia de Santa Maria de Pombeiro. Assistiu em Braga de 1600 a 1604; na cidade do Porto de 1604 a 1610, retirando depois a viver com seus paes em Pombeiro, na quinta da Caravella de 1618 a 1619. Visitou ainda no anno de 1619 Lisboa e Madrid, fixando a sua residencia de 1619 a 1628 na capital de Hespanha. De 1628 (?) a 1631 esteve em Lisboa; de 1631 a 1632 em Pombeiro; de 1632 a 1634 em Roma. De 1634 a 1649 viveu outra vez em Madrid, onde morreu a 3 de junho de 1649. Resulta, portanto, a serem exactas estas datas, que no anno de 1643 Faria e Sousa se achava em *Madrid*.[3]

---

[1] Faria e Sousa refere-se ao capitulo segundo (aliás: terceiro) da *Vida* I^a^.— Cfr. p. 126, Nota **.

[2] Severim, fl. 10^b^.

[3] Confiram-se as *Vidas* de Faria e Sousa, escriptas por Costa e Silva, no *Ensaio*, (vol. VII, p. 96-105), e por Juromenha, I, p. 338-431. *

* Veja ainda, quem poder, a biographia que Camillo Castello Branco dedicou a Faria e Sousa (no livro *Mosaico e sylva de curiosidades)*, modernamente reimpressa no *Circulo Camoniano*, I, p. 311, porque diverge em alguns pormenores do conciso esboço de Storck, traçado sómente sobre os dizeres dos dois auctores por elle nomeados. Todas as biographias de Faria e Sousa, escriptas em português, inclusivé as de Barbosa Machado e Innocencio da Silva, assentam, de resto, na mesma obra de um coetaneo e amigo hespanhol do Polygrapho *Francisco*

Mas que significa *Registo da Casa da India de Lisboa?* Sabemos pelo viajante Jan Huygen van Linschoten,[1] homem illustrado e fidedigno, que toda a equipagem de qualquer navio com destino para a India, composta por via de regra de 400 a 500 homens — entre marinheiros e soldados — era inscripta em Lisboa em um *Registo Geral*, por ordem de navios, com especificação do officio de cada um, com o nome completo, tanto de baptismo como de familia, seus titulos, a moradia que recebia del-Rey, e abonador que apresentava.[2] Sabemos mais que cada náo levava o registo especial da sua tripulação; que estes registos especiaes eram revistados depois das náos desferirem as velas,

---

[1] Jan Huygen van Linschoten, de Haarlem (1563-1611) fez uma longa viagem da ilha hollandêsa Texel ás Indias Orientaes, a qual, contando-se a viagem e torna-viagem, durou de 9 de dezembro de 1579 até 3 de setembro de 1591. *

[2] V. *Itinerario*, a folhas 3^b e 43^b. * *

Moreno Porcel, intitulada «*Retrato de Faria y Sousa*» (1560), o qual, de certo, recebeu as suas informações pelo proprio auctor e devia conhecer e explorar as autographias (por elle traçadas). Entre ellas avultava o volume manuscripto da «*Fortuna y vida de Manuel de Faria y Sousa*» *libro largo, mas para ver que para imprimir*», e effectivamente mostrada a «*algumas pessoas capazes de o poder ler*». Apesar d'isso, nem todas as datas de Porcel e seus sequazes concordam com as proporcionadas pelos escriptos impressos do proprio Faria. Eis um unico exemplo: todos dão o sabio Camonista por nascido em 1590; e apparentemente fizeram bem, porque elle assim o disse no Nobiliario do Conde de Barcellos (ed. 1646, a p. 683-684). Cfr. Gallardo, II, p. 133.—Mas que fazer, se confessa em outro logar, ter nascido tres annos antes, em 1587? No Prologo ás «Rimas Varias» é que diz textualmente: «*de manera que aviendo yo empeçado en edad de 25 annos, el de 1612, a emplearme en escrivir*, etc.»—Porque, 1612 menos 25 dão 1587?

* O primeiro dos livros por elle publicados, é de grandissimo interesse para Portugal. O titulo hollandês, traduzido para vernaculo, diz: «Viagem ou jornada de João Hugo van Linschoten para o Oriente ou para as Indias Portuguêsas, contendo uma breve descripção dos paizes e das costas maritimas com todos os portos principaes, rios, cabos e lugares até hoje descobertos e conhecidos aos Portuguêses, juntamente com a descripção não sómente dos habitos, trages e costumes dos Portuguêses ahi residentes e dos Indios indigenas, os seus templos, idolos e casas, arvores mais importantes, os fructos, as plantas e especiarias e outras materias parecidas, mas ainda dos usos religiosos, politicos e domesticos; e tambem uma breve resenha de como e onde se faz o commercio, assim como a narração dos acontecimentos mais memoraveis que se passaram durante a sua estada ahi». Amsterdam, 1596. Este livro chamado abreviadamente *Itinerario* foi vertido para latim em 1599, e para francês em 1610: *Histoire de la navigation de J. H. L.* (Amsterdam); mas infelizmente ainda não houve quem se lembrasse de o verter para português. O titulo só por si já indica a sua importancia. O alto preço, em que deve ser tido, resulta do facto que quasi todos os dados estatisticos, por elle referidos, concordam com os das tabellas officiaes de *Figueiredo Falcão*, mas o seu texto é muito mais abundante.

** Storck soube condensar com admiravel pericia e circumspecção aquellas paginas hollandêsas, como o leitor poderá verificar, recorrendo á *Segunda Parte (Excurso Linschoten)*.

no acto de sahir da bacia do Tejo entrando no alto mar, a fim de apagarem das listas os nomes dos ausentes e dos que tinham ficado em terra. Durante o trajecto riscava-se o nome do que morria, e na occasião da arribada á India estes Registos parciaes eram entregues ao secretario regio da Matricula Geral de Gôa,[1] nomeado para este cargo, como todos os mais funccionarios da India, de triennio em triennio.[2] Este escrivão mandava em tres ou quatro subalternos,[3] por causa do numero elevado dos negocios que pendiam da sua alçada. Tinha, por exemplo, que despachar para a Casa da India de Lisboa cartas com as listas dos soldados que não se tinham apresentado ou eram fallecidos, para no caso primeiro se exigir a restituição da soldada trimestral, paga adiantadamente, e, para no caso segundo, avisarem os herdeiros sobreviventes; tinha que passar certificados de serviço e comportamento, licenças para a volta ao reino, etc.[4]

Mas sigamos no nosso inquerito. Que significa, em especial, um *Registo da Casa da India das pessoas mais principaes?*

Linschoten não conhece tal registo reservado exclusivamente para as pessoas mais illustradas. Em primeiro logar seria extremamente singular que officialmente se elaborasse um registo de tal feitio, tão pouco pratico e prestadio; e em segundo logar, que bitola estabelecer para a *illustração* das pessoas? Os ascendentes? os titulos? ou antes o posto que cada um occupava no serviço militar e naval? Camões era fidalgo nato, e, apesar d'isso, soldado raso (para não dizer soldado ordinario). Logo apresentarei a prova de como um e outro pormenor eram determinantes na questão do salario, e que a supposta distincção entre pessoas mais ou menos illustres não tinha sentido nem importancia. N'uma palavra, parece-me impossivel dar com as razões que poderiam ter levado á elaboração, além da matricula *geral*, de um rol authentico, peculiar e *especial da fidalguia*, continuando n'este sentido durante mais de cento e quarenta annos, apesar de não ter prol nem proveito para ninguem!

O registo, que se diz ido ás mãos de Faria e Sousa, nunca existiu por-

---

[1] *Schrijver van't Matricola generael.*

[2] O serviço «triennal» nas Indias fôra instituido no anno de 1505, quando D. Francisco de Almeida ia sahir do Tejo (a 25 de março), com uma esquadra de vinte e dois navios que levava só em homens de armas mil e quinhentos.—Cfr. Barros, *Decada*, I, 8, 3.*

[3] *Onder-schrijvers = sub-escrivães.*

[4] *Itinerario*, f. 44ª.

---

* Veja-se ainda *Figueiredo Falcão*, p. 133. «O officio do Escrivão da Matricola Geral se provê *por tres annos*». Escusado será dizer que tambem esta regra teve as suas excepções.

tanto. Deve ser uma obra de phantasia, ou, em bom portuguès, uma falsificação. E porquè e para què inventaria elle este embuste?

Para authenticar e pòr fóra de toda a duvida o anno do nascimento do Poeta era ineluctavel a apresentação de um documento official, como já disse. Havia em Gòa uma Matricula Geral e (talvez) outra em Lisboa.[1] Examinar a primeira era impraticavel para Faria e Sousa; vèr a segunda, seria pelo menos difficil. As listas abrangiam, dil-o elle, os annos de 1500 a 1643—um periodo de cento e quarenta e tres annos.—Sahiam annualmente de Lisboa para a India uns sete navios,[2] termo medio. A cada náo e á sua companha de 400 a 500 homens entre marinheiros e soldados** competia um livro ou registro especial: o assentamento de todos elles, com os nomes inteiros e mais pertences, exigia, sem duvida alguma, muitas folhas de papel grande.—Pode-se calcular que, durante o periodo especificado, uns 450:000 lançamentos encheriam perto de mil infolios! A fanfarronice de ter tido á mão, em Madrid, o *Registro Geral* completo, teria sido um erro demasiadamente palmar, indigno da finura de um Faria e Sousa. Eis porque elle subtilizou a ponto de dar com o expediente do seu «**extracto** official», composto, talvez, de uma collecção egualmente copiosa de tomos, mas de tomos em formato reduzido.

Restaria ainda saber como foi que Sousa arranjou em Madrid, a quinhentos kilometros de distancia de Lisboa, o tal registo simplificado? Podiam dispensá-lo na capital, onde sem duvida se conservava para fins administrativos? Mas talvez já não servisse? talvez que acabasse? tendo continuado justamente só «*hasta estos nuestros años*», isto é, até 1643. E com que intenções o levariam a Madrid? Que tinham que fazer alli os papeis relativos aos «annos de 1500 a 1580», a era da independencia absoluta do reino de Portugal? E os de 1580 a 1640? É verdade que durante aquella triste temporada, Portugal era governado por regentes hespanhoes—mas ainda assim formava um reino por si, com constituição especial e administrativamente independente. E o resto? os Registos de 1640 a 1643, posteriores á Restauração e Libertação da hegemonia castelhana? Onde e em cujas mãos estavam depositados estes documentos? Quem os viu antes de Sousa, depois de Sousa, ou simultaneamente com elle? E onde ficaram? Onde estão hoje em dia?

---

[1] Leia-se o § 238 d'esta *Vida*.

[2] Oliveira Martins, *Portugal maritimo*, p. 26. *

* A fonte do historiador foram as tabellas do «Livro de toda a Fazenda», de Figueiredo Falcão. Temos 806 embarcações em 116 annos, contados de 1497 até 1612.

** Para exemplificação remetto o leitor allemão ás indicações minuciosas que Schäfer dá sobre differentes esquadras (vol. III, 187, 190, 194, 201, 208, 235, 279, e IV, 49, 205, 215, 218). O portuguès recorrerá de preferencia aos historiadores nacionaes.

Não ha resposta, nem sombra de resposta a tantas perguntas!

Visto isso, ninguem pode exigir que acreditemos simples e piamente nos dizeres de um falsificador manifesto e convencido! Muito embora gerações successivas dessem credito ao impostor, durante dois seculos, as razões extrinsecas já adduzidas seriam sufficientes, segundo me parece, para eu pôr de parte, em nome da critica seria camoniana, os contos da carochinha narrados por Faria e Sousa.

Mas continuemos, revendo e analysando estas bonitas historietas.

C.— «*Y en la lista de el de 1550 hallé este assiento:*— «*Luis de Camoens, hijo de Simon Vaz y Ana de Sá, moradores en Lisboa, a la Moraria, Escudero, de vinte y cinco años; barbirubio; truxo*[1] *por fiador a su Padre: vá en la Nave de San Pedro de los Burgaleses*».— *Esta nave era la en que iba el Vi-Rey que entonces passara a la India; y su nombre Don Alonso de Noroña. Estos assientos se hazian en titulos differentes, conforme al puesto en que cada persona iba a servir. Y el Poeta estava assentado en el titulo de los* Hombres de Armas».

Tenho que observar o seguinte, reservando a motivação das minhas objecções para mais tarde:

a). O poeta chamava-se *Luis Vaz* (ou *Vaaz*) e foi designado com estes nomes ainda em documentos juridicos, datados do anno de 1553.

b). *Anna de Sá* não era a mãe carnal do poeta; e, segundo todas as probabilidades, ainda não residia n'aquelles tempos no bairro da Mouraria de Lisboa.

c). *Simão Vaz* já não era entre os vivos no anno de 1550.

d). Por conseqüencia já pertencia de direito a Luis Vaz o titulo de *cavalleiro-fidalgo;* não podendo ser tratado de *escudeiro*, pelo menos em documentos officiaes.

e). Era impossivel que Simão Vaz, defuncto de ha muito, affiançasse a pessoa de Luis Vaz.

O que o assento continha a mais, era do dominio de todos os Camonistas; e qualquer remendão do officio dos falsificadores podia combiná-lo facillimamente. Severim de Faria contára que Camões era louro.[2] A particularidade de ter usado de barbas resultava do retrato que o proprio Faria e Sousa

[1] O tempo perfeito «*truxo*» é bem estranhavel n'um assento coetaneo aos factos que consigna.

[2] Severim de Faria, fl. 10^b. *

* *Teve o cabello tão louro que tirava a açafroado.*

possuia![1] Os seus serviços militares na India tambem já tinham sido mencionados antes dos tempos de Faria e Sousa, e constavam dos versos do Poeta.[2] O nome da não, em que embarcára o Vice-Rei D. Affonso de Noronha (a 1 de maio de 1550) e a data da sahida, vinham relatados nas *Decadas* de Diogo do Couto.[3]

D.— «*Aunque el Poeta se huviesse alistado el año de 1550 no se embarcó: hizolo el de 1553 en que fue por Capitan Mayor de las naves Fernando Alvares Cabral*».

Os dois pontos capitaes d'este paragrapho—a data 1553 e o nome Cabral,—provêem dos apontamentos biographicos de Severim,[4] cuja fonte seria, de certo, Diogo do Couto.[5]

E.— «*En el Registro de la gente dellas y titulo de la «Gente de guerra» ay este assiento: «Fernando Casado, hijo de Manoel Casado y de Blanca Queymada, moradores en Lisboa, Escudero. Fué en su lugar Luis de Camoens, hijo de Simon Vaz y Ana de Sá, Escudero: y recibió 2400 reis como los demás*».

---

[1] Vejam a gravura inserta a p. 23 (das innumeradas) do primeiro volume dos *Lusiadas* commentados, e comparem o cap. IX das «Advertencias preliminares», onde Faria e Sousa dá conta da procedencia da gravura.

[2] Por exemplo, na Elegia III: *O Poeta Simonides fallando.*

[3] Couto, *Decada*, VI, 9, 1, impressa em 1614. *

[4] Severim, fl. 3ª. * * — Confiram a *Vida* 1ª, cap. 10, onde Faria segue o caminho traçado pelo seu antecessor; e comparem na minha traducção dos *Lusiadas* (vol. 5, p. 420) a nota correspondente á estancia 94-*d* do Canto VI.

[5] Veja-se Couto, VI, 10, 14, onde por engano se diz «*sincoenta e* **dous**», em logar de 1553 — erro que o conjuncto dos acontecimentos narrados desfaz facilmente. * * *

* Figueiredo Falcão aponta como data fixada para a partida o dia 28 de março, indicando, comtudo, que «outros dizem a 1, 2 e 18 de Mayo». Certamente porque, havendo ventos contrarios no dia marcado e continuando elles a soprar durante todo o mez de abril, parte da armada sahiu em principios de maio, e parte só a 18 — Como nome da nao cita elle, de conformidade com Couto, simplesmente o de *São Pedro*. Resta averiguar de onde Sousa tirou o sobrenome «*de los Burgaleses*», que significa «pertencente a gente de Burgos».

* * Em especial as palavras: «*(pelo que consta que) partió de Lisboa no Março de 1553 com Fernando Alvares Cabral*».—Haveria ainda assim algumas emendas e ampliações a fazer aos Commentarios de Storck, as quaes reservo para logar mais adequado.

* * * O erro não subsiste na rubrica do Capitulo que diz: «*Da Armada que* **este anno de sincoenta e tres partio do Reyno, de que era Capitão-mór Fernão de Alvares Cabral:** *e das cousas em que El Rey mandou prover; e de como o Viso-Rey D. Affonso de Noronha partio para Cochim*».

Não fazendo caso *por ora* do nome *Luis de Camoens*, nem do nome da mãe *Anna de Sá*, nem do falso titulo de *escudeiro*, tratarei primeiramente da desegualdade nos dois lançamentos consignados no Registo official, e que dá muito na vista, porque de regra se estabelece, em negocios burocraticos, durante o longo uso de cincoenta annos, uma praxe certa e segura, principalmente quando uma auctoridade maior, como n'este caso o Capitão da Armada e o Escrivão da Matricula de Gôa, tem que passar em revista todos os assentos. Confrontando o segundo assento com o primeiro, apparecem as seguintes modificações: 1.º a rubrica *hombres de armas* (ou antes *homens*, porque Faria e Sousa vertia o original portuguès para castelhano) é transformada em *gente de guerra*; 2.º o nome de familia **Casado** é repetido, emquanto no primeiro assento «*de Camões*» não torna a accompanhar o nome do pae Simão Vaz; 3.º o substituto do verdadeiro homem de guerra, obrigado a serviço militar, não vem apontado na mais antiga noticia de 1550, mas vem indicado no segundo assento. Falta em ambos os apontamentos o lançamento sobre o soldo trimestral, pago com antecipação, que devia ser restituido pelo arrependido ou pelo seu abonador. Noto ainda a omissão da parochia ou freguesia tanto dos paes de Fernando Casado como dos paes de Camões; a descripção pessoal dos dois escudeiros; o nome da não;[1] e principalmente o do indispensavel fiador, cujo nome e morada era da maxima importancia, porque, dado o caso do não-cumprimento da estipulação, era o fiador obrigado a pagar o soldo adiantado. Linschoten diz expressa e terminantemente: «Todos sem excepção devem apresentar um fiador» ou[2] «prestar fiança».—O que me surprehendeu primeiro e me fez desconfiar, foi exacta e unicamente este incomprehensivel esquecimento do falsificador que não se lembrou da «*caução*».

Mas é verdade: lá appareceu posteriormente quem sanasse o lapso! O Padre D. Flaminio, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, profundo indagador de noticias genealogicas, segundo Juromenha, preencheu a lastima-

---

[1] Sousa deixa de indicar o nome da não «S. Bento» por esquecimento, ou de proposito, afim de passar por fiel transmissor dos apontamentos de um guarda-livros desleixado. A segunda hypothese parece-me mais provavel, porque Faria e Sousa não desconhecia, mas antes conhecia de ha muito—desde os dias em que aproveitara os Discursos varios de Severim de Faria para a Vida 1ª (§ 10)—o nome do Capitão-mór. E não nos illuda o facto de o manhoso sonegar ainda em outra parte o nome Fernão Alvares Cabral. Refiro-me á estrophe 94ᵈ (verso 5) do Canto VI, que pertence ao numero das *condemnadas*, recolhidas por Faria e Sousa; e remetto o leitor ao meu Commentario (vol. v, p. 420 de *Sämmtliche Gedichte*.

[2] *Itinerario* 3ᵇ: «*sy moeten altemael borgh setten*».

vel lacuna.* «Em uns apontamentos seus traz a copia de um registro da mesma casa da India, pelo qual consta que fôra fiador do Poeta Belchior Barreto, que julgo que era seu tio, casado com uma irmã de sua mãe...»[1]

Bem possivel que o caridoso padre, correndo parelhas com o Padre Bernardo de Brito e Faria e Sousa, avançasse até este ponto. Mas que não exija, por amor de Deus, que lhe demos fé e credito, sem mais nem menos! Além do Registo official de Goa mais dois ou tres registos officiaes em Lisboa; e todos os tres, ou antes todos os quatro escriptos na mesma Casa da India de Lisboa![2] Que esperdicio de tempo! que inutil gasto de papel!—visto que de todos quantos registos se fizessem no Continente, não resultava proveito algum á India Portuguêsa—porque todos os empregos e todos os favores não eram outorgados senão á vista da folha limpa corrida e dos certificados que vinham da India.

A supposição de Juromenha[3] ácerca de Belchior Barreto, que elle nos apresenta como tio de Camões e marido de uma tia materna, foi fructo da intenção caridosa de acudir ao Padre prestadio, tirando-o de embaraços. Não tendo o pae de Camões outro irmão além do ecclesiastico D. Bento, está claro que *tios direitos* «só podiam existir da parte da mãe».—Mas quem sabe ao certo, se a mãe de Camões tinha uma irmã casada? onde está a genealogia de Anna de Sá?

Embora assim fosse, a noticia proporcionada por D. Flaminio fica ainda assim insufficiente, porque nada diz a respeito da morada de Belchior Barreto.

Carecem tambem de Commentarios mais alguns pontos. O rol do anno de 1553 rubrica a soldada entregue de antemão a Camões, mas não menciona a quantia paga depois a Casado; assim como o rol do anno de 1558 não nos informa sobre a somma dada ao escudeiro Camões. O assentamento d'estas verbas figura-se-me indispensavel, porque o soldo não era sempre o mesmo,

---

[1] Juromenha, I, p. 53.
[2] *Itinerario* 43[b] e 44[a].
[3] Juromenha, I, p. 53.

* Onde? como? quando? Nenhuma obra bibliographica nos elucida sobre o Padre D. Flaminio e a parte que quis tomar na fixação de uma data importante da vida de Camões Th. Braga aceitou e repetiu a affirmação do sr. visconde, modificando-a levemente, porque diz: «*em* outro *Registo da Casa da India copiado pelo Padre D. Flaminio*, augustiniano, se sabe que d'este segundo alistamento ficou por fiador seu tio Belchior Barreto, cunhado de sua mãe!» As palavras de Juromenha permittem sómente fallar de uma *copia de* um *Registo* ou talvez do *Registo da Casa da India* Na *Segunda Parte* direi o que se me offerece a respeito de D. Flaminio.

soffria continuadamente baixas e altas,[1] evidentemente segundo a maior ou menor procura ou offerta de alistamentos. Que importancia cobraria a Casa da India da parte do fiador, caso o soldado afiançado não se apresentasse, se no livro faltassem os «signaes» pagos? E depois, que significa a nota addicional: *como los demás?* Talvez queira dizer que *todas las personas mas principales* recebiam como soldada trimestral uns 2:400 réis? Que graça! ou que disparate! Não! João de Barros[2] e Linschoten[3]—testemunhas que distam uma da outra quasi meio seculo—sabem dar noticias mais fidedignas, contando que os soldados *rasos*, mas não as pessoas de «nomeada», recebiam antecipadamente aquelle soldo trimensal, que ora augmentava, ora diminuia alguma cousa. Em 1505 era de 2:400 réis; em 1583 só de 2:100. Que explicação dar portanto á clausula communicada por Faria e Sousa? *Todas las personas mas principales* eram, se elle falasse verdade, quanto ao ordenado que recebiam, uns simples soldados rasos!

Uma vez que trato de soldadas, parece-me este o logar mais adequado para tratar tambem da importantissima questão das remunerações que Camões recebia como soldado da India. Está claro que, formulando um juizo qualquer sobre os tempos de então, devemos abstrahir completamente do estado moderno da vida social. Antigamente, em Portugal, não decidiam exclusiva nem mesmo preponderantemente, na questão de salarios, o posto occupado e o serviço a prestar no exercito ou na armada: o que importava tambem, e muito, era o **nascimento** e a **posição occupada** na vida civil. Isso resulta claramente das observações de Linschoten.[4] Este cuidadoso investigador coordena os salarios, não pela escala dos postos, descendo do Capitão-Mór ao Capitão, do Piloto ao Sota-piloto, etc., mas segue, sim, uma linha graduada em conformidade com o titulo civil dos funccionarios, começando com: *a)* o *Fidalgo da casa d'El-Rey nosso Senhor;* desce *b)* ao *Moço-Fidalgo;* de lá *c)* ao *Cavalleiro-fidalgo; d)* aos *Moços da camara, do numero e do serviço; e)* ao *Escudeiro-fi-*

[1] Barros (*Decada*, I, 8, 3) diz que: «*o soldo que então* (1505) *geralmente se assentou aos homens de armas, eram oitocentos reaes por mez.... E porque este foi o primeiro assento que El Rey tomou no soldo que os homens haviam de vencer naquellas partes, como cousa nova, de passada fizemos esta declaração, posto que ao presente* (1552) *he tudo mudado, porque o tempo accrescentou e diminuio segundo a disposição delle*».

[2] Na passagem citada na nota anterior.

[3] *Itinerario*, p. 43[b]. Não padece duvida que os Capitães, Alcaides-móres, Feitores, Escrivães e todos os outros officiaes, venciam ordenados muito differentes, que variavam segundo a qualidade do seu officio. (V. Barros). De resto Linschoten estabelece-o expressamente, e por miudo, a fl. 3[b] e 4[a].

[4] *Itinerario*, p. 44[a]-44[b].

dalgo; f) ao *Homem honrado;* e chega no ultimo grau *g)* ao *Soldado raso.* Em seguida explica:

«Todos elles são pagos na Matricula, segundo os titulos, á medida dos assentamentos lançados nos Registos vindos de Portugal. *O pagamento effectua-se por trimestres ou quartaes, a saber: o* **Soldado raso** *recebe sette pardaos ou Xerafins (cada pardau no valor de tres testões portuguezes);*[1] **o Homem honrado** *recebe nove, e assim por diante, em proporção*».

Concluamos!

Quando Luis Vaaz ia inscrever-se na Matricula geral da India, tinha que apresentar, necessariamente, como o leitor reconhecerá mais tarde, uma carta régia de perdão, ou seja um alvará de mercê.[2] N'este alvará régio era tratado de *Cavalleiro-fidalgo de minha casa*, isto é, *da casa d'El-Rey Nosso Senhor.* Percebia portanto, a soldada appropriada áquella dignidade, («a») pela bitola valida no anno de 1553; e esta bitola era a mesma na Casa da India de Lisboa, no mez de março, como durante a viagem á India (até junho), e em Goa, onde ia servir como soldado naval em novembro. Eis a razão porque delato no pseudo-assentamento de Faria e Sousa um duplo erro: Luis Vaz não iniciou os seus serviços militares como *Escudeiro-fidalgo*, isto é, não pertencia á ordem «e» da escala Linschoten; e mesmo quando pertencesse á classe dos *escudeiros*, não podia, de modo algum, ser remunerado com a soldada devida

---

[1] Tendo o tostão um cento de reaes, o soldado que recebia sete pardaus a tres tostões, tinha de salario trimensal: 2:100 réis, emquanto o homem honrado tinha 2:700.— O francês François Pyrard (1570-1621), que fez a viagem da India, vivendo e batalhando ahi de 1601 a 1611, relata as peripecias e aventuras da sua expedição na obra intitulada *Discours du voyage des François aux Indes orientales, suivi d'un Traité et description des animaux, arbres et fruits des Indes*, (1.ª Ed. Paris, 1611) e confirma, como é natural, muitos dos factos e pormenores narrados por Linschoten. Conta, por exemplo: «Entre esses soldados matriculados ha dignidades e qualidades mais honradas umas que outras, e estas precedencias lhe vêm umas da raça e prosapia, e outras ainda do favor, de sorte que recebem paga segundo estas differenças, uns mais, outros menos».— Cfr. Th. Braga, Biographia do Poeta, na Edição Portuense consagrada ao terceiro Centenario, a p. XXVIII e seg.*

[2] Cfr. *Vida*, § 32.

* O interessante livro do contemporaneo e emulo de Linschoten foi, n'este seculo, vertido para portuguès por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, com o titulo — *Viagem de Francisco de Leval Pyrard contendo a noticia da sua navegação ás Indias Orientaes, ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brasil e os differentes casos que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez annos que andou n'estes paizes, etc.*». (Nova Goa, 1858, 2 vol.). No *Portugal e os Estrangeiros* de Manoel Bernardes Branco (Lisboa, 1879, 2 vol.), ha, sob o N.º 1097 um extenso extracto de 50 paginas.—Foi d'esta traducção que Th. Braga se serviu.

sómente á classe «g» ou dos *soldados rasos* (os 2:400 réis de Faria e Sousa), porque ninguem estava auctorizado a abjudicar-lhe os privilegios da sua condição, nem a diminuil-os.

F.—«*Estos dos assientos, que son infalibles, nos ofrecen algunas novedades, que desdizen mucho algo de lo que diximos en su vida,*[1] *seguiendo a los primeros que se ocuparon en escrivirla;*[2] *y es de la manera que se sigue*».

A affirmação de Faria e Sousa sobre a infallibilidade d'aquelles assentos, produz o effeito contrario sobre o leitor, propenso a meditar,—desassocegando-o.

G.—«*Consta dellos que los Padres de Luis de Camoens eran moradores en Lisboa y en la Moraria, que es Parochia de San Sebastian, de que era Cura el Licenciado Manuel Correa, su amigo bueno y Comentador malo y que escrivió su vida*».

Mais tarde trataremos dos Paes de Camões e da sua residencia, assim como de mais pormenores.

Corrêa não pode ser contado entre os biographos do Poeta.[3]

H.—«*Si quando el Poeta nació, se usara el aver listas de Baptizados en las Iglesias, (que no se usava aun entonces, si yo no me engaño) pudieramos presumir que dellas avia constado al Correa ser el nacimiento del Poeta el año 1517, como el dize*».

Repito que não foi Corrèa quem estabeleceu a data do nascimento. De resto, o Cura de S. Sebastião teria examinado sem proveito algum os livros de baptismo, caso que existissem, porque a egreja de S. Sebastião passou a ser parochia sómente em 1596,[4] e Camões nasceu em Coimbra.

I.—«*Pero si esto le huviera constado por este camino, dixera con certeza «nació el año 1517», pero dize (esto es con la condicion de poco mas o medos) que nació por los años de 1517*».[5]

---

[1] *Vida* 1ª.

[2] Sousa pensa em Mariz, Corrêa e Severim.

[3] Cfr. *Fontes*, § 7.

[4] Id., id.

[5] Este «pouco mais ou menos» auctoriza Faria e Sousa a trocar 1517 contra 1524!

Mais uma vez: Corrêa *não* estabeleceu a data do nascimento do Poeta. Quanta sollicitude não emprega Faria e Sousa para defender a infallibilidade da falsificação contra todos os ataques possiveis!

K.—«*Diziendo pues este assiento que el Poeta el (sc.* año) *de 1550 tenia 25 de edad, siguese que nació el de 1524, y aun puede ser el de 1523, ocho ó nueve menos de lo que dize Correa*».

Pois então, cincoenta menos vinte e cinco dão vinte e quatro, ou vinte e tres? E vinte e quatro, ou vinte e tres, menos dezasete são oito ou nove? Que invejavel talento arithmetico, ou, digamos antes, subtractivo! Mas é sabido que *cara pascasia* não suscita facilmente suspeitas!—Além d'isso temos pela quarta vez a confusão entre Severim e Corrêa, que passa por ser o biographo de Camões!

L.—«*Puedese dezir que el Poeta al deponer de su edad en aquel acto no habló a lo cierto, de modo que teniendo mas de 33, dixo eran solos 25.*[1] *A mi me parece que el Poeta no podia mentir tanto,*[2] *porque se echaria mucho de ver (!) [y mas que estando su Padre presente por fiador suyo, lo cierto es que su Padre, y no él, dixo la edad: ni aqui avia ocasion que obligasse a quitar ni añadir en ella!]*».*

Não importa mentir, na moral valida para um Faria e Sousa; o caso é escolher as occasiões, e não se deixar apanhar! É bom tomar nota d'este traço caracteristico que pinta o homem.

M.—«*Es luego necessario creer que Luis de Camões nació el año 1524 y presumir que este nacimiento fue en Lisboa,*[3] *pues sus Padres eran moradores en*

---

[1] Isto é, se nasceu «pelos annos de 1517», como Faria e Sousa queria.

[2] Que vergonha e que descaramento!—Cfr. § 305, e a segunda Nota que lhe diz respeito.

[3] Costa e Silva ampliou ainda mais estas deducções (como já mostrei no § 12). Outras interpretações do mesmo trecho serão examinadas mais tarde.

* O que vae entre parenthesis falta na edição allemã, por engano.—A invenção não deixa de ter graça: o pae a fallar em nome de um filho de 33 ou 25 annos! Para quê diria Faria e Sousa isso? Talvez para cortar todas as duvidas futuras sobre a veracidade do filho (as quaes o «mentiroso» previa) com a objecção que não fôra elle, mas o pae, quem fallara assim! É pena que fosse de além-tumulo!

esta ciudad aunque bien pudieron venir-se a vivir en ella deepues de tenerle. Despues de escrito esto, hallé que el Cardenal Don Fernando, hijo del Rey Don Manuel, fue el que introduxo los libros del Baptismo, siendo Prelado. El no pudo serlo de menos de 26 años, y aviendo el de 1509, queda claro que la introducion fue por los de 1535, quando el Poeta tenia ya de edad onze, si nació el de 1524 como parece».

Mas o amigo leitor, certamente, já não crê nem presume o que Faria e Sousa presumia e acreditava, depois de saber de tantas invenções e inexactidões, tantas patranhas e equivocos com que o fabulista-mór nos quis mystificar?

Continuando com as suas manhas, ahi nos apresenta outra vez gato por lebre—o Infante D. Fernando que casou com D. Guiomar Coutinho * em logar de um seu irmão mais novo—quer este fosse o Cardeal-Infante e Arcebispo de Lisboa D. Affonso (1509–1540), quer fosse o Cardeal-Infante ou Cardeal-Rei *D. Henrique*[1] (1512–1580). A ultima hypothese é mais provavel. ** D. Henrique porém não chegou ás honras de prelado com 26, mas ainda com menos, isto é, 14 annos, sendo nomeado em 1526 Prior de Santa Cruz de Coimbra, com 22 Arcebispo de Braga, e com 27 Inquisidor-Mór de Portugal aquém e além mar. Não teria vantagem alguma referirmos aqui as suas ulteriores dignidades.

§ **19.**—Espero haver provado com o pequeno commentario que intercalei entre os dizeres de Faria e Sousa, a illegitimidade dos assentos por elle fabricados. Ha, comtudo, mais dois pontos que carecem de ser elucidados.

a) Porque foi que Faria e Sousa, tendo em mira estabelecer de modo inalteravel a data do nascimento de Camões, não se contentou com a elabo-

---

[1] Cfr. § 49, Nota relativa a D. Duarte.

* Veja-se *Sá de Miranda: Poesias*, ed. C. M. de Vasconcellos, p. 827.

** Comtudo não é verdadeira. Quem ordenou aos Parochos «tivessem livros dos bautizados com os nomes dos padrinhos e madrinhas» foi o Infante-Cardeal e Arcebispo de Lisboa D. Affonso. Apresentado pelo pae para prior-mór de Santa Cruz, quando era um menino de 7 para 8 annos (em 1509), tomou posse, professou e vestiu o habito de Conego a 22 de abril de 1525, largando o Canonicato e o Priorado mais tarde, a favor de seu irmão D. Henrique, em setembro de 1527. Na edade de 18 annos (1526) recebeu o Capello de Cardeal; mas só depois de ter funccionado devéras como Cardeal-Arcebispo de Lisboa (entre setembro de 1527 e 22 de abril de 1548) é que, entre outras beneficas reformas, introduziu a que Faria e Sousa allega para explicar a nossa ignorancia da data natalicia de Camões.

ração de um só assento e fabricou dois? Porque ambos eram indispensaveis. Constava, de sciencia certa, que Luis Vaz fizera a sua primeira e *unica* viagem á India no anno de 1553, no domingo de Ramos, a 26 de março. A Casa da India devia contêr forçosamente um lançamento d'este facto, e Faria e Sousa — o biographo dos biographos — não querendo deixar de fornecel-o e não o possuindo, não resistiu á tentação de o inventar. Era arriscado, ou impossivel, apresentar o pae Simão Vaz como fiador do filho no anno de 1553. Severim dissera expressamente que «perdeo o pay de tão pouca idade».[1] E ainda que esta vaga expressão sobre a morte de Simão Vaz permittisse talvez procrastiná-la para além do anno de 1553, lá estavam as palavras de Mariz, que eram contrarias a tal expediente: «Vendo-se n'este desemparo, isto é, orphão de pae — se embarcou para a India».[2] Em frente d'esta declaração peremptoria Faria e Sousa não ousou introduzir no segundo assento o fallecido Simão Vaz como fiador.[3] E sendo indispensavel (bem entendido, no modo de pensar de Faria e Sousa), para a absoluta authenticação da data do nascimento de Luis Vaz, o testemunho e depoimento do proprio pae deante de um magistrado qualquer, não havia outro meio do que fabricar um segundo documento (anterior de alguns annos ao principal) em que Simão Vaz podesse figurar como depoente ou fiador! Sousa escolheu o anno de 1550, deu ao pae o papel de afiançador e ao alistado a edade de 25 annos, e, visto ser temerario inventar uma primeira viagem effectiva á India, fez que o Poeta retardasse a sua partida, arrependido, ou por outros motivos.

Mas que infortunio! não se lembrou de inventar o substituto, nem de registar o reembolso da soldada trimensal paga com antecipação.

Um bom falsificador não devia ter d'estes descuidos!

b) De onde conheceria o bairro da Mouraria como morada da familia Camões no anno de 1550? E de onde lhe veio o nome Anna de Sá, desconhecido até o seu tempo como pertencente á mãe do Poeta?

Não custa descobrir a fonte: não pode ser senão a tradição oral. Mariz[4] e Severim[5] tinham referido que o Poeta jazia na egreja do Convento das Frei-

---

[1] Severim, fl. 2ª.

[2] Mariz, p. 10.

[3] Th. Braga (*Historia de Camões*, I, 205) opina que o pae se achava ausente da côrte ou estava indisposto com o poeta, não querendo ser seu fiador.

[4] Mariz, p. 11: «em tanta miseria que o enterrarão na Igreja de Sancta Anna desta cidade».

[5] Severim, fl. 10ᵛ, e «assi foi sepultado na Igreja de Santa Anna».*

---

* Storck esqueceu mencionar Corrêa. No commentario á Epopeia (I, 60) diz: *«e está sepultado no Mosteyro de Santa Anna»*.

ras Franciscanas, da invocação de Santa Anna. Informações n'aquelle mesmo logar, deram como resultado a certeza de que D. Anna de Sá, a mãe do Poeta (fallecida perto de 1585), lá passara os seus ultimos annos, em uma casinha pobre.[1] Estas informações podem muito bem ter sido tiradas pelo enthusiastico Commentador de Camões em pessoa, porque elle estivera, como já se disse, no anno de 1619 em Lisboa,[2] e passara depois ahi uns annos (de 1628 a 1631) muito considerado e protegido, alentado com esperanças de arranjar um bom emprego.[3] Aproveitou o achado, não na primeira Vida —que estriba quasi completamente no trabalho de Severim—porque n'aquella época ainda não resolvera nem destrinçára o enigma contido no nome **Anna de Sá**, em opposição ao nome **Anna de Macedo**, transmittido por Mariz e Severim; mas aproveitou-o na segunda Vida, e isso de dois modos differentes.

a) No primeiro esboço biographico[4] dera como scena da morte do Poeta um Hospital ou uma «casa de pousada», fundando-se talvez em qualquer noticia alheia.[5]

Na segunda biographia, pelo contrario, diz, narrando provavelmente o que ouvira no bairro da Mouraria, da bocca de Lisboetas, no acto de indagar ahi sobre as circumstancias do Poeta: «*Los mas dizen que el murió en una pobre casilla*[6] *en que vivia cerca del Convento de Monjas Franciscas, y vocacion de Santa Ana*».[7]

b) Phantasiando a bel-prazer, recua a assistencia de Anna de Sá na mesma

---

[1] V. § 18-B.

[2] Cfr. Adamson, *Memoirs*, II, p. 324, e Juromenha, I, p. 339.

[3] *Vida*, IIª, § 37.

[4] *Vida*, I, cap. 14.

[5] Occorre a supposição que Faria e Sousa encontrasse por acaso a sigla marginal de José Indio, o monge carmelita do convento de Guadalaxara, que escreveu n'um antigo exemplar dos *Lusiadas* as palavras: «*Yo lo bi morir en un hospital en Lisboa*»?—Cfr. *Fontes*, § 4, e *Vida*, § 398.

[6] *Vida*, Iª, cap. 14.

[7] De passagem direi que mais tarde quiseram descobrir aquella «pobre casilla» na Rua de Santa Anna de Lisboa, em uma casa que tem o numero 52 a 54.—V. Juromenha, I, p. 149 e 510, Nota 79; e Braga, *Historia*, I, p. 376.*

---

* A. F. Barata descreve-a, citando de um Codice da Bibliotheca de Evora $\frac{CXVII}{1\text{-}7}$ as palavras «em hũa casa pobre que está ou estava na 1.ª travessa á mão direita, passando o postigo de Santa Anna, e he a ultima pegada á cerca dos Padres de Santo Antão».

casita ou no mesmo bairro, de uns trinta annos, affiançando que em 1550 o marido e pae do nosso Poeta (fallecido de ha muito) vivia tambem ahi.

O que, comtudo, não pode ser pura imaginação é o nome Anna de Sá. Faria e Sousa, certamente, o ouvira pronunciar na Mouraria como nome da mãe de Camões. Parece que primeiro ficou surprehendido da nova, ou mesmo perplexo:[1] por isso perguntaria aqui e acolá (como todos nós fariamos no mesmo caso), se não constava que a mãe do cantor dos *Lusiadas* tivera o apellido de *Sá e Macedo* ou *de Macedo e Sá;* mas, recebendo sempre a mesma resposta que «*não*», e que só dera pelo nome de *Anna de Sá*, chegou a acreditar, e abandonou as duvidas. O nome de baptismo estava concorde, e dois nomes de familia para uma só pessoa não são nada raros na Peninsula: o proprio inquiridor chamava-se Faria e Sousa. De resto, a novidade vinha mesmo a geito; aproveitou-a, contentissimo, para ambos os assentos, porque a gloria do seu adorado Poeta subia ainda com este novo accrescento de fidalguia—visto o apellido «*de Sá*», como Sousa não deixa de accentuar, ser de origem illustre,[2] pertencendo a uma familia muito antiga!

De ahi á declaração summaria sobre o nome da mãe, que na opinião de Faria e Sousa já não podia ser outro que *de Sá e Macedo*,[3] era um pequeno passo.

Nós, os posteros e os criticos, não podemos todavia adormentar facilmente os escrupulos e os receios ao ouvirmos, ora que a esposa de Simão Vaz se chamava *de Macedo*, ora que *de Sá*, mas nunca que *de Sá e Macedo*, a não ser na bocca do leviano Faria e Sousa! Porque é de necessidade, não perder de vista que, antes de Sousa, ninguem,[4] repito ninguem, menciona o segundo nome de familia: nem Mariz, nem Severim, apesar de ambos ligarem a maxima importancia á origem nobre de Camões.[5] Este ponto litigioso será tra-

---

[1] *Vida* IIª, § 37.

[2] Ib., § 8.—«Diximos tambien allá (en la *Vida* Iª) a la luz de las relaciones referidas, que su madre se llamava Ana de Macedo, y en ambos estos assientos constantemente dize que era *Ana de Sá*, apellido tambien *ilustre* en el Reyno.—Puede-se responder que se apellidava *de Sá y Macedo* y que el Macedo escusó el Escribano por la prisa (!), como tambien en ambos lugares se escusó el *de Camoens* en su marido, diziendo solamente *Simon Vaz*».

[3] V. o mesmo § 8.

[4] Corrêa não menciona os nomes dos paes, dizendo apenas que eram «*nobres & conhecidos*». *Lus. Com.*, I, 1.

[5] Mariz (p. 9 e seg.), diz: «*Camões... foy acompanhado da nobreza do melhor sangue que Portugal produzio*». Severim dá pormenores sobre a arvore genealogica dos *de Camões* «*para que sobre este illustre fundamento fique mais estimado seu engenho*».

tado no capitulo seguinte. O leitor interessado talvez já tenha adivinhado a minha opinião, á qual, de resto, já alludi mais de uma vez.

§ 20.—O precedente exame critico forneceu um resultado negativo: O anno do nascimento do Poeta não pode hoje ser determinado com absoluta certeza, e muito menos pode ser authenticado. Mas, segundo todas as probabilidades, Camões nasceu em meado do terceiro decennio do seculo XVI.

IV

PRIMEIROS ANNOS DE CAMÕES

IV

PRIMEIROS ANNOS DE CAMÕES

§ **21.**—N'aquella incomparavel Canção duodecima* que a edição de Hamburgo chama, com toda a razão, «um gemido da natureza que retumbará no mundo, emquanto n'elle houver quem falle ou entenda a lingua portuguêsa», [1] temos fragmentos de uma autobiographia do poeta, esboçada a largos traços.

Houve tempo em que julguei que este sublime poema datava dos annos posteriores ao regresso da India; [2] mas depois de reconsiderar e examinar com mais sollicitude os feitos e factos a que allude, estou disposto a collocal-o, sem hesitar, no periodo indio (1554), accrescentando-lhe assim uns vinte annos de existencia. Compenetrado e enlevado perante o magestoso conjuncto das ideias, o fulgor da linguagem mascula e vigorosa, a riqueza da phraseologia, o cunho original das figuras, a ardencia dos sentimentos; abalado pelo peso esmagador da angustia que palpita n'aquellas linhas, pela violencia das saudades, e profundo amor patrio que ellas exhalam, pela successão dos golpes dilacerantes alli enumerados, ferindo sem piedade o desterrado, penso que aquella Canção, Rainha entre todas as canções de todos os poetas anteriores e posteriores a Camões, ou seus coevos, deve pertencer á idade viril do homem retemperado pelos trabalhos do espirito, pelas magoas do coração e pelas ex-

---

[1] Obras completas, vol. II, p. LIX.

[2] V. Storck, IV, p. 347, onde se registam as opiniões dos criticos sobre a data da Canção.

* A Canção *Vinde cá* é a XII na traducção de Storck; nas edições portuguêsas occupa ora o X, ora o XI logar. Fiel ao costume dos poetas germanicos de darem epigraphe caracteristica a cada uma das poesias de um vate, Storck intitulou esta: ***Lebens-Schicksale.***

periencias crudelissimas, mas ainda desditoso por culpa propria e descarinho alheio.

Ha n'estas estrophes referencias á infancia e mesmo ao nascimento do Poeta, que considero preciosas.

Ouçamos as confissões do varão que volve os olhos para tras, meditando e suspirando:

Quando vim *da materna sepultura*
de novo ao mundo, logo me fizeram
estrellas infelizes obrigado.
Com ter livre alvedrio, m'o não deram,
45 qu'eu conheci mil vezes na ventura
o melhor, e o peor segui forçado.
E para que o tormento conformado
me dessem com a idade, quando abrisse
inda menino os olhos brandamente,
50 mandam que diligente
hum menino sem olhos me ferisse.
As lagrimas da infancia ja manavam
com huma saudade namorada;
O som dos gritos que no berço dava
55 já como de suspiros me soava.
Co'o fado estava a idade concertada,*
porque, quando por'caso m'embalavam,
se d'Amor tristes versos me cantavam,
logo me adormecia a natureza:
60 que tão conforme estava co'a tristeza.

Foi minha ama huma fera: que o destino
não quis que mulher fosse a que tivesse
tal nome para mi, nem a haveria.
Assi creado fui porque bebesse
65 o veneno amoroso de menino
que na maior idade beberia,
e por costume não me mataria.

§ 22.—A figura pouco vulgar usada nos versos 41 e 42—*quando vim da materna sepultura de novo ao mundo*—torna verosimil a interpretação seguinte, ou antes não admitte senão esta unica: que o nascimento de Camões custou a vida a sua mãe.—Calderon de la Barca, que sem duvida alguma conhecia

* A lição usual: *Coa idade* e *fado estava concertado*, repetida desde 1595 em algumas duzias de reimpressões, é, sem duvida, um erro de imprensa, de facillima emenda, a qual, de resto, se encontra no Cancioneiro ms. de Juromenha, e foi aceite e recommendada por Storck.

e estimava as obras de Camões,* como as conheciam e estimavam Fernando de Herrera,[1] Miguel de Cervantes[2] e Lope de Vega,[3] emprega a mesma phrase em sentido identico, mais de uma vez.[4]

Além d'isso ha outra expressão immediata na mesma estrophe, que está de accordo com a minha explicação: a criança recem-nascida teve que lamentar, chorando, as «*estrellas infelizes*» que «*logo*» a tornaram «*obrigada*».[5]

Th. Braga tentou uma decifração muito diversa[6] que é impossivel acei-

---

[1] Sobre as homenagens tributadas por Herrera a Camões ha referencias em Faria e Sousa, allegadas, com outras, por Th. Braga, na *Hist. de Camões*, I, p. 356-359.

[2] Os biographos de Camões não nos contaram até hoje que o auctor do D. Quixote, que militou durante tres annos em Portugal (1581-1584), sympathizando não só com o paiz e o povo, mas tambem com a lingua e a litteratura, gostava muito das Eglogas Camonianas. N'um episodio do seu immortal Romance (II, cap. 58) apresenta pastores e zagalas a ensaiarem-se em duas eglogas: *una del famoso poeta Garcilaso, y otra del excelentisimo Camões en su misma lengua portuguesa.* **

[3] V. Juromenha, I, 192, e Braga, *Floresta*, p. XVI-XVII. ***

[4] Calderon, ed. Keil, Leipzig, 1827-1830, vol. I, p. 6, verso 15 e seg.;—III, p. 403ᵇ, verso 20; e 411ᵇ, verso 39. ****

[5] Versos 42 e 43 da Canção.

[6] V. *Historia de Camões*, I, p. 418-419, e II, p. 563-564; *Povo Portuguez*, II, p. 68 e ainda a «Biographia consagrada ao 3.° Centenario» onde repete (p. XII): «Na Canção XI Camões descreve o horoscopo desastroso do seu nascimento, porque no anno de 1524 correu esse extraordinario prognostico astrologico de um diluvio universal, produzido pela conjuncção de todos os planetas em *Piscis*, prognostico que chegou a ser tão aterrador que Cristobal de Arcos fez um opusculo, combatendo essa infundada apprehensão vulgar, resto dos antigos terrores do millenio».

* No *Circulo Camoniano*, vol. I, p. 165, ha uma pequena amostra do apreço em que Calderon tinha a musa de Camões.

** Em junho de 1889 o *Circulo Camoniano* publicou no artigo, «*Contribuições para a Bibliographia Camoniana*», uma nota a este respeito (p. 25).

*** Veja-se ainda o *Circulo Camoniano*, I, p. 69-70, onde se apresentam alguns testemunhos do preito que o *Phenix de las Españas* rendia ao Principe dos Poetas.— Storck não menciona Tirso de Molina, de quem tratei na revista citada, I, p. 23-24.

**** Não possuo aquella antiga edição, portanto não posso *exemplificar*, copiando as citações parallelas a que Storck remette o leitor; mas não duvido que o meu sabio amigo alluda n'alguma das tres referencias justificativas da sua asserção, a um bello e celebre trecho da comedia «*La vida es sueño*», em que Basilio, rei da Polonia, relata em uma cascata de versos sonoros, o triste nascimento, presagiado por sonhos e acompanhado de signaes funebres, de seu filho unico Sigismundo, que rompendo o *sepulchro vivo* das entranhas maternas, lhe deu a morte, merecendo o cognome de «*vibora humana del siglo*» (Jornada I, Escena VI, 660-706).—Os outros dois trechos talvez pertençam ás comedias *Las Cadenas del demonio* III, 531 e *Apolo y Climene* IV, 158.

tar. Julga reconhecer em aquellas palavras, que fallam tão claramente de infortunio *pessoal*, allusões geraes ao anno de 1524, que teve os mais tremendos vaticinios, visto que alguns prophetas prognosticaram um diluvio resultante do ajuntamento e conjuncção de todos os Planetas no «signo Piscis». Pelo que sei, o tal «desesperado prognostico» de 1524 não se realizou em Portugal. E que se realizasse! As estrellas infelizes do nosso Poeta nada têm com estas ineptas prophecias!

Parece-nos superfluo allegar que os versos 60–62 mostram tambem que Camões pensa exclusivamente na sua sorte individual. Em todo o caso não será inutil accentuar que ninguem sabe de mais algum filho de Anna de Macedo, e que o ramo de Camões, a que o Poeta pertence, se extinguiu com Luis Vaz—seu unico filho. [1]

§ 23.—Se Anna de Macedo não sobreviveu ao nascimento de seu filho, a explicação mais natural das palavras «*foi minha ama uma fera*», que se offerece, é que o pae viuvo, Simão Vaz, escolheu para o orphão, sem mãe, uma *ama*, [2] sendo infeliz na escolha, porque a palavra *fera*, com que o Poeta designa aquella que o amamentou, significa em sentido real um *animal bravo e indomito*, feroz e carniceiro, e em sentido figurado, uma pessoa cruel. * Seria um sacrilegio referir tal termo á verdadeira mãe. [3] E se alguem se lembrar

[1] Cfr. Faria e Sousa, *Vida*, II, § 4 «nuestro Poeta en quien espiró este ramo de Camões».

[2] Th. Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 564, opina que o Poeta fôra amamentado por uma «alimaria».—Mas como é possivel que, n'este caso, pensando n'uma mansa ovelha ou n'uma cabra domesticada, um poeta se servisse de um termo tão inadequado como *fera?* E se ainda o resto das reminiscencias da infancia, evocadas n'esta canção, condissessem com tal interpretação! Mas longe d'isso: oppõem-se formalmente.—Cfr. Storck, IV, p. 351, commentario ás estrophes 3 e 4.

[3] É verdade que o Poeta—imitando o exemplo dado por Petrarca, na *Canzone* XI, 29:

la fera bella e mansueta

e no Soneto CI

e questa umil fera

figura tambem a sua amada como *fera*—*fera humana* (Son. 75), *fera formosa* (Elegia VIII, 4), *fera suave e formosa* (Canc. XII, 70),—mas sempre, como o leitor vê, com accrescento de um «epitheto ornante», que modifica o sentido e não deixa duvida sobre o effeito de superioridade e de contraste que queria produzir. Ha mais pormenores, cuidadosamente recolhidos, que inseri na minha traducção commentada; vol. IV, p. 352.

* Faria e Sousa explica sensatamente *fera* com «*muger libre, porque estas tales mugeres se llaman lobas*».

de que a mãe talvez não morresse, mas só adoecesse gravemente, encarregando por isso a alimentação do filhinho a uma mulher mercenaria, respondo que n'este caso qualquer allusão, poeticamente redigida, da mesma Canção autobiographica, nos elucidaria, sem duvida, sobre essa particularidade. Falta, porém, e não podia deixar de faltar, porque o termo *a materna sepultura* já dissera em uma só palavra todo o necessario.

Ponderando ainda que o Poeta, que tem tantas palavras doces e maviosas para seus amigos e protectores, não dedica um só verso a sua mãe, não a saúda uma unica vez, nem mesmo a menciona em nenhuma poesia ou carta que conhecemos,—falta esta de carinho que não se explica nem pelo caracter da Renascença, nem pela imitação dos classicos antigos em hum homem tão independente e original como Camões,[1]—somos levados pelos factos a affirmar, embora pareça ousadia, que Anna de Macedo, mãe do Poeta, morreu ao dar á luz o seu unico filho Luis Vaz, e que Anna de Sá, segunda mulher de Simão Vaz, era portanto a madrasta do Poeta.[2] Esta conjectura remove de vez todas as difficuldades.

§ **24.**—Julgo encontrar fundamento para a consolidação da minha hypothese em tres documentos legaes, descobertos por Juromenha no Archivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, e publicados na edição de 1860.[3] São alvarás del Rey Felipe II de Hespanha (e I de Portugal), dados em Lisboa, os dois primeiros no anno de 1582, isto é, durante a estada do usurpador castelhano na capital lusitana,[4] um a 31 de maio, e o outro a 13 de novembro. O terceiro é datado de 5 de fevereiro de 1585.

---

[1] Não perfilho as ideias de C. C. Branco sobre a desnaturalização da familia, e a falta de sentimentos filiaes, considerada pelos Quinhentistas peninsulares como preceito de escola.—V. Notas biographicas, p. 36-37; e cfr. Juromenha, I, p. 15, e Burton, I, p. 7.

[2] Não existem cartas do Poeta, mandadas para Coimbra; as suas relações com a madrasta ficam portanto um enigma.—Uma das poucas cartas em prosa, que restam, é apocrypha (V. Storck, I, p. 306).

[3] V. Juromenha, I, p. 171-173, Documentos *J. K.* e *L.* ou Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 389, onde se acham reimpressos.

[4] O exercito de Felipe II, commandado pelo Duque de Alba, já estava em Elvas a 5 de dezembro de 1580 emquanto o monarcha esperava ainda em Badajoz (Schäfer, IV, p. 351 e 364). A sua entrada em Portugal (por Elvas) effeituou-se muito mais tarde, depois do Anno Bom de 1581. Logo em seguida convocou Côrtes para a villa de Thomar (porque Lisboa se resentia ainda das consequencias da peste e fome que assolara o reino), marcando para a sua reunião o dia 15 de abril do mesmo anno. Reuniram de facto quatro dias mais tarde (Schäfer, IV, p. 371 e 374).—As datas sobre a entrada solemne de Felipe II na metropole divergem muito: Th. Braga, (*Hist. Cam.*, I, p. 378) diz que foi em 26 de junho;

O primeiro decreto «faz mercê a **Ana de Sá**, mãi de Luis de Camões» de seis mil réis annuaes da tença de 15$000 que vagou por morte de seu filho, «avendo respeito aos serviços que elle fez na India e no reino, e a ella, **Ana**

Schäfer, IV, p. 377, e outros, que a 29 do mesmo mez (dia de S. Pedro); Linschoten (o qual assistira na capital de 20 de setembro de 1580 a 8 de abril de 1583, e fôra portanto testemunha ocular dos festejos), indica o mez de maio «in de maendt van Mey, Anno 81». —O monarcha ficou na capital até 11 de fevereiro de 1583 (Schäfer, IV, p. 394.

Faria e Sousa commetteu portanto um erro na Dedicatoria da sua edição commentada dos *Lusiadas* (1639) «al Rey Nuestro Señor Felipe IV el Grande» (e III° de Portugal), contando ao monarcha (com a mesma vil e calculada adulação que resalta de outros escriptos seus, e principalmente do *Epitome*) que seu avô, na entrada de Lisboa, perguntando pelo Poeta e desejando falar-lhe, o achara menos, com pesar não pequeno, e sentira não poder vê-lo «*porque ya de pocos dias havia passado a la segunda vida*», anachronismo repetido depois na *Vida* I^a, cap. 29, e no *Commentario ás Rimas*, vol. III, p. 164^b, e mais outra vez, ainda que levemente alterado, na *Vida* II^a, § 55, onde *os poucos dias de morto* apparecem reformados em *poucos mezes*.—Para se avaliar os calculos de Faria e Sousa, como merecem, é preciso memorar que elle dá o Poeta, que só falleceu a 10 de junho de 1580, como morto em 1579; e colloca a entrada de Lisboa ora com exactidão, no dia 29 de junho de 1581 (*Europa*, III, p. 103), ora erradamente no anno anterior de 1580 (*Epitome*, p. 327, e *Vida*, II^a, § 35).

Mas já sabemos que o lisonjeador não se pejava de entretecer mentiras e verdades. Elle contava com a credulidade do leitor, e não se illudiu: ainda hoje se repete ess'outra bonita fabula, a qual tem, pelo menos, o seu grãosinho de realidade: assenta no facto da marcha do exercito de Felipe para Portugal em Junho de 1580. (Cfr. p. ex., Juromenha, I, p. 129, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 388).

De passagem seja dito, que ha uma tradição ácerca de um Soneto camoniano «glossado por Felipe II»—mas a Glossa não existe, ou pelo menos ignora-se o seu paradeiro. —Cfr. Th. Braga, *Camões e Felippe II*, Lisboa, 1889, p. 7, f.*

* A data da entrada em Lisboa indicada por Schäfer é a verdadeira. Linschoten anda positivamente enganado. Braga falseou a data, sem querer, talvez por mero erro de imprensa, (6 por 9). Os preparativos para as sumptuosas festas na capital começaram já em maio, immediatamente depois das Côrtes encerradas, e continuaram durante as viagens del Rey, primeiro de Thomar a Santarem (de 2 a 6 de junho), de Santarem a Almeirim onde visitou a sepultura del Rey D. Henrique, seu tio (6 a 9), de Almeirim a Salvaterra (9 a 10), de Salvaterra a Villafranca (11 a 13), onde «vindo o Marquez de Sancta Cruz, general das galés de Hespanha, com onze a buscal o, Sua Magestade aos XIII de Junho, dia de Sancto Antonio, natural de Lisboa, depois de gentar, se embarcou na gale capitaina». —No dia de Santo Antonio, XIII de Junho, demorou-se em Almada, ficando alli, até ir, dia de S. Pedro (29), para Lisboa, ás 3 horas da tarde» onde teve que revistar innumeras invenções, danças e folias, etc., «com muita gravidade na pessoa, adornada com suave alegria do rosto e sobrisos na boca» ate que recolheu a seus aposentos «a tempo que o sol se ja hia pondo».

Tirei estas datas de um livrinho contemporaneo, extremamente raro, composto a toda a

de Sá, ser muyto velha e pobre, e delle não ficar outro erdeiro»,[1] mercê que, paga aos quarteis, se tornava valida de 22 de maio em diante.

O segundo decreto é uma ementa, pela qual consta, se mandára pagar o saldo de 6$765 réis á mãe de Luis de Camões, a quem eram devidos desde o primeiro de janeiro do anno de 1580 até 10 de junho (data em que falleceu).

No terceiro alvará El-Rei ordena o seguinte; «avendo respeito aos serviços de Simão Vas *(sic)* de Camões, e aos de Luis de Camõis seu filho, Cavalleiro de minha Casa, e a não entrar na feytoria de Chaul de que era provido,[2] e a vagarem por sua morte quinze mil reis de tença, hei por bem e me praz fazer mercê a Ana de Sá, sua molher do dito Simão Vas e may do dito Luis de Sá de Camões, de nove mil reis de tença em cada um anno e dias de sua vida, os quaes nove mil reis de tença começará a vencer de desasete dias do mez de Novembro do anno passado de 1584 em deante, em que lhe fiz esta mercê». Além disso el Rey manda que lhe façam assentar os 9$000 reis nos livros della, e os despachem annualmente em parte onde haja bom pagamento.

A morada da beneficiada não se indica; é, portanto, verosimil que residisse no logar da outorga dos tres alvarás: em Lisboa.

§ 25.—Todos os tres documentos dão á mãe do Poeta o nome *Anna de Sá*. Nem uma só vez se lê *Anna de Macedo* ou *Anna de Sá e Macedo*.

Porquê?

A prolixidade estilistica dos decretos, principalmente quanto a nomes e titulos (conseqüencia das minucias com que os requerimentos os costumam detalhar), nos leva a suppôr que ambos os nomes de familia teriam sido mencionados nos alvarás de mercê, caso competissem, de facto, á mãe de Camões, isto é: se *Anna de Sá* e *Anna de Macedo* fossem realmente a mesma pessoa.

Mas o facto era que a segunda mãe do Poeta não se chamava *Anna de*

---

[1] Fica pois legalmente provado que o Poeta não tinha irmãos, nem meios-irmãos.

[2] Ácerca d'estes pontos (feitoria de Chaul, tença e usufructo), consulte-se o § 341.

pressa, logo depois das festas, a rogo de amigos presentes e ausentes, especie de Memorial sobre os «*Ornamentos edificios & versos de louvores que se fizerão na entrada que a S. C. R. M. del Rey D. Philippe nosso senhor fez na sua cidade de Lixboa*, dirigido ao Serenissimo D. Alberto, Archiduque d'Austria & Presbytero Cardeal da sancta igreja Romana por M. Affonso Guerreiro». Impresso em Lixbôa em casa de Francisco Correa, Anno de 1581.—(Cfr. Ribeiro dos Santos, *Memoria sobre a Typographia do Seculo* XVI, p. 105, e Inn. da Silva, *Dicc. Bibl.*, vol. I, p. 10, e VIII, p. 11.

A mesma data—29 de junho—consta de uma *Relacion de la entrada de S. M. en Lisboa, escripta no mesmo dia* e dirigida a D. Juan de Zuñiga, Virey de Napoles. (V. *Cartas y Avisos de 1581*, N.° 68, p. 191-197, vol. XVIII da *Coleccion de Libros Españoles Raros ó Curiosos*).

Macedo. Portanto, as suas petições vinham assignadas simplesmente: *Anna de Sá*. No ultimo requerimento (1584) — a julgarmos dos seus reflexos na resposta —, ella firmára *Anna de Sá de Camões*, de onde proveio a erronea designação do filho-enteado como *Luis de Sá de Camões*.

Ninguem estranhará que ella não empregasse nas suas petições o termo *madrasta*, em logar de mãe, nem *enteado*, em logar de filho, e que a chancellaria régia seguisse o mesmo rumo. O nome *madrasta* não se odeia sómente em terras de Allemanha![1] Camões convivera em Lisboa, durante os ultimos dez annos da sua vida, ou pelo menos parte d'elles, com a idosa senhora, por certo sem nunca lhe negar o doce nome de Mãe! Por isso, ella passava por verdadeira mãe do Poeta, nos circulos onde ambos conviviam. Luis Vaz nunca conhecera a mãe carnal. E quem podia saber em Lisboa, quem tinha interesse em indagar a verdade, meio seculo depois de contrahido em Coimbra o segundo matrimonio de Simão Vaz com Anna de Sá (provavelmente cerca de 1530?).

Além d'isso é bom lembrar que Felipe II procurava ganhar a affeição dos Portuguêses por todas as maneiras. Visto que o partido nacional e anti-castelhano tinha inscripto no seu guião o nome do grande Epico, é muito natural que Felipe outorgasse de boa vontade os dinheiros muito modicos da tença, sem previas inquirições sobre o parentesco de Anna de Sá e Luis de Camões, e sem se importar com os parentes collateraes,[2] nem com reclamações que elles podessem fazer, eventualmente, sobre a quota parte da herança, dois annos apenas depois da morte do Poeta. Mas o monarcha, certamente, não procederia, sem que a viuva muito velha e muito pobre do antigo cavalleiro-fidalgo Simão Vaz, que era ao mesmo tempo mãe e herdeira do cavalleiro-fidalgo Luis de Camões, formulasse as suas humildes supplicas. Outros tinham sido remunerados. O poeta Diogo Bernardes, p. ex., que occupára (é justo dizê-lo) um posto como servidor palaciano de D. Sebastião,[3] e fôra captivo na batalha de Alcacer-quebir (de 1578 a 1580 ou 1581), recebeu uma somma muito mais elevada.[4]

---

[1] Um proverbio portuguès diz: *Madrasta, nem de pasta!* — (Cfr. Th. Braga, *Contos*, I, p. 49).*

[2] Havia-os p. ex., em Coimbra. — Cfr. *Vida*, § 42.

[3] Servidor da toalha.

[4] Bernardes recebia uma tença annual de 500 cruzados. — (Cfr. Th. Braga, *Hist.*, I, p. 378). Ainda outros poetas aceitaram favores do usurpador: Pero de Andrade Cami-

* Outro proclama: *a Madrasta, o nome lhe basta*. — Camões emprega a palavra uma unica vez na 1.ª carta da India, appellidando a terra asiatica: *mãe de villões ruins e madrasta de homens honrados*.

§ 26.—Resta ainda a questão porque seria que ninguem, antes de Faria e Sousa, mencionou o nome *Anna de Sá?*

Mariz enumera sómente os *ascendentes* de Camões, de ambos os sexos, em linha direita, subindo até João Vaz. Entre estes não competia logar a Anna de Sá.

Corrêa nada diz a respeito da familia Camões, nem mesmo indica o nome do pae do Poeta, e muito menos o da mãe ou da madrasta: certamente, nem os conhecia.

Severim, seguindo as pisadas de Mariz, diz simples mas veridicamente: «*Foy casado Simão Vaz com Anna de Macedo (dos Macedos de Santarem) & della teve o nosso Poeta Luis de Camões*».[1]—Anna de Sá não era dos *consanguineos* do Poeta: eis a razão porque ninguem se refere a ella!

§ 27.—Creio reconhecer a confirmação das minhas ideias sobre a morte prematura da mãe do Poeta,—immediata ao nascimento d'este—em mais algumas passagens das suas obras, além da Canção já citada. Sirvam de exemplo duas estrophes da Cantiga em Endechas, dirigida a El Rey,* em que o vate lamenta a sua estrella adversa, cantando:

Naciendo mezquino,
dolor fué mi cama!
tristeza fué el ama! **
cuidado el padrino!
Vestióse el destino
negra vestidura;
huyó la ventura!

No se halló tormento
que alli no se hallase,
ni bien que passase
sino como viento.
Oh que nascimiento
que luego en la cuna
me siguió fortuna![2]

nha, Jeronymo Corte-Real, André Falcão de Resende, Fernão Alvares do Oriente, Fernão Rodrigues Lobo, Duarte Nunes de Leão, Gabriel Pereira de Castro, Luis Pereira Brandão, Miguel Leitão de Andrada recebiam cedulas e tenças.— Cfr. Braga, *Curso*, p. 286 e C. C. Branco, *Notas*, p. 71-73.

[1] Severim, fl. 2ª.

[2] As estrophes seguintes são outros tantos testemunhos a favor da minha opinião; principalmente os versos 24-37.

* Redondilha ou Mote recolhido por Domingos Fernandez em 1616.—Cfr. Storck, I, p. 296.

** A edição 1.ª imprime á maneira antiga *fue llama,* isto é, *fue ell ama*. Na edição de Th. Braga ha o erro typographico *fué el alma*.

Os mesmos negros pensamentos se repetem em um Soneto, a que dei o titulo «Fantasia sepulcral» *(Grabes-Gedanken)*. Ouçam o ultimo terceto:

> Na vida desamor sómente vi,
> na morte a grande dôr que me ficou:
> parece que para isso só nasci *

§ 28.—Em toda a obra poetica de Camões tambem não ha versos referentes ao pae. Faltara-lhe cedo, provavelmente ainda na primeira infancia.

Mariz deixou dito do heroico poeta que elle fôra filho de Simão Vaz de Camões, o qual indo para a India por Capitão de hũa náo, á vista de Goa foi á costa e se salvou em hũa taboa e lá morreo», [1] e no artigo immediato continua: [2] «e como o nosso Poeta ficou sem pay e tão pobre (que se salvou em hũa taboa em tempo que esperava ficar rico), [3] vendo-se n'este desemparo (ou como algũs dizem homiziado ou desterrado por hũs amores no paço da Raynha) [4] se embarcou para a India». D'este periodo retalhado e muito pouco claro se infere, pelo menos, como cousa certa, que o pae estava morto, quando o filho partiu para o Oriente.

Corrêa parece ter ignorado todas estas circumstancias.

Severim repete as asserções de Mariz sobre o logar do fallecimento, e dá mais alguns pormenores sobre a data da occorrencia, posto que de fórma muito vaga e elastica. Depois de dizer de Simão Vaz que «indo por Capitão de huma náo á India, segundo Pero de Mariz, se perdeo na Costa de terra firme de Goa, & escapando do naufragio morreo pouco depois na mesma cidade», [5] falla da pobreza do Poeta ou antes da «*falta dos bens de fortuna em que se criou*», accrescentando entre parenthesis, como para fundamentar e explicar a razão da miseria do filho:—«*como quem perdeo o pay* de tão pouca idade».

Faria e Sousa não podia contentar-se com noticias tão parcas. Na pri-

---

[1] Mariz, p. 9-10.

[2] Ib., p. 10

[3] Quem se salvou, foi, a meu vêr, o Capitão Simão Vaz.

[4] Em 1881, ao escrever o volume 3.º da minha traducção, estava ainda em duvida sobre este parenthesis, não sabendo se pertencia ao texto de Mariz, ou se era accrescento posterior de Alexandre Lobo.—V. *Sämmtliche Gedichte*, p. 263.

[5] Severim, fl. 2ª.

* Soneto 95 (ou 92): *Que poderei do mundo já querer.*—É um dos pouquissimos Sonetos Camonianos *em agudos* e de phraseologia descuidada, mas não ha motivos para duvidar da sua authenticidade.—Storck transcreve os dois tercetos. A versão allemã adapta-se melhor á sua argumentação do que o original.

meira *Vida* dá a morte do pae resolutamente, sem mais nem menos, como occorrida logo depois do nascimento de Luis de Camões.[1] Mas na segunda mudou completamente de parecer.* A pretendida descoberta dos assentos obrigava-o a historiar a vida ulterior de Simão Vaz.

Segundo «umas relações ou memorias» (que ninguem viu ou explorou!) —obra incognita de qualquer obscuro varão—conta que o Poeta pelejou durante o desterro africano em uma refrega naval no estreito de Gibraltar, ao lado do proprio pae, que estava de serviço em Ceuta—particularidade que talvez levasse o filho a escolher aquella praça para escola da sua milicia![2] Pelas datas allegadas por Faria e Sousa vê-se que o supposto acontecimento teve logar antes da Pascoa de 1550.

Mas não ha perigo algum em deixarmos desattendida a poetica fabula que, de resto, não foi repetida por nenhum dos biographos posteriores.

Faria e Sousa faz figurar, depois, o pae de Camões como testemunha e fiador no primeiro assento da casa da India, lançado no livro dos Registos na Pascoa de 1550, dando-o (segundo já se disse) como morador em Lisboa. No terceiro capitulo d'este romance, que vae crescendo a olhos vistos, o cavalleiro-fidalgo Simão Vaz apparece mais uma vez, em 1553, vivo ainda (apesar de esquecido), porque o filho ainda não tinha subido de *escudeiro* a *cavalleiro* da Casa Real!

---

[1] *Vida* 1ª, cap. 5: «Dellos nació nuestro Poeta que *empeçara a viver quando su padre perdio la vida* sobre un naufragio padecido en la costa de Goa, llevando la Capitania de una nave de la India».

[2] *Vida*, IIª, § 14 e Rimas varias, III, p. 88ª. **

* Storck não reparou em que o pae de Camões, que Faria dá por morto no cap. 5, reapparece vivo no cap. 8 da mesma *Vida* 1ª, pelejando ao lado do filho.—E esqueceu ainda que Faria se confessou d'este erro (que, portanto, não foi commettido de má fé) no § 9 da *Vida* IIª, onde diz: «Tambien nos hemos equivocado en aquel escrito porque, diziendo en una parte que havia quedado huerfano muy niño, en otra asseguramos que peleava al lado de su padre quando le hirieron».

** «Dizen las relaciones que el Poeta peleava al lado de su Padre, y si esto fuesse assi (y es possible) puede-se creer que el estar sirviendo su Padre en aquella plaça le llevó a servir en ella, viendo que no le dexavan bolver a la Corte».—Nas Rimas varias (III, p. 88ª), no Commentario á Canção autobiographica, ouvimos novamente a boa nova: «y dizen algunas memorias que al lado de su Padre que alli servia tambien....» *Repetere audacter... semper aliquid haeret*».—No § 9 o biographo dá os mesmos factos por certos e indubitaveis: «porque este conflicto *fue* antes de passar a la India y su padre se *hallava* a fiarle quando *passó*, como indubitablemente consta destes Registros». Repare-se bem n'esta affirmativa: «passó». A indisciplina mental do escriptor não distingue entre o proposito de fazer alguma cousa, e a realização do projecto, confundindo os suppostos acontecimentos dos annos 1550 e 1553. Sempre o mesmo phantasista!

§ 29.—Juromenha[1] publicou nos appendices á Biographia do Poeta dois documentos officiaes, datados de 1553 e 1563, que dizem respeito a um Simão Vaz de Camões, de Coimbra; e, persuadido de que tratavam do pae do biographado, tirou d'elles illações que, naturalmente, não servem de nada,[2] visto não se referirem os ditos documentos ao pae, mas a outro Camões, homonymo e talvez afilhado do pae do Poeta, filho de um primo em segundo grau, chamado Lopo Vaz e coevo do grande Epico.[3] Posteriormente addicionou, levado ainda pela mesma falsa supposição, mais quatro officios: um de 1558 e tres de 1567.[4] Braga[5] arrumou com elles, emendando o erro em que Juromenha laborara; e Brito Aranha[6] contribuiu, ha pouco,—pela publicação de outros quatro documentos, sendo um de 1563, um de 1567 e dois de 1576 —a esclarecer ainda mais a questão, pondo fóra de toda a duvida que o Simão Vaz mencionado em todos aquelles papeis legaes, fôra apenas um parente collateral de Luis de Camões, e não seu pae.

§ 30.—Theophilo Braga enunciou varias ideias novas ácerca da morte de Simão Vaz. A primeira que nos interessa é a de elle ter fallecido por occasião da peste grande de 1569, [mera hypothese sem fundamento algum e que, portanto, não merece ser combatida].[7] Posteriormente formulou outra

---

[1] Juromenha, I, p. 165-166. Documentos *A* e *B*.

[2] Ib., I, p. 14.

[3] Vejam-se as noticias genealogicas, ordenadas por Severim, fl. 1^b-2^a, assim como o § 42 d'esta *Vida*.

[4] Juromenha, vol. v, p. 313-319.

[5] Th. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 58-60 e 417-418, (e a p. 442 a lista das Erratas; onde é preciso substituir 242 por 243).

[6] *Dicc. Bibliogr.*, XIV, p. 18-21.*

[7] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 305.**

---

* Os documentos sobre Simão Vaz de Camões foram desencantados pelo benemerito archeologo conimbricense Dr. J. Corrêa Ayres de Campos, que os pôs á disposição do sr. visconde. Acham-se apontados na obra: «*Indices e Summarios dos Livros e Documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*». Coimbra, 1867 (p. 5, 58, 59 e 160).—O desculpavel equivoco, originado pela homonymia do pae e do sobrinho Simão Vaz, ja fôra apontado e sanado por Camillo Castello Branco n'um artigo do *Diccionario de Educação*, reproduzido mais tarde nas *Noites de Insomnia*, de 1874, N.° 3, p. 14. Foi, seguindo as pisadas d'aquelle investigador, que Th. Braga—que já déra o seu pleno beneplacito ás hypotheses do sr. Visconde—rectificou os respectivos erros da sua *Historia*, já impressa. É claro que sem poder desfazer completamente os numerosos erros que tinham resultado da adopção da primeira opinião falsa.

** «Não restam os minimos vestigios ácerca da morte de Simão Vaz de Camões, pae do poeta; mas pela sua residencia na côrte, que elle como cavalleiro-fidalgo acompanhava, se in-

supposição differente, filha da justificada esperança de encontrar na historia tragico-maritima a relação do naufragio de Simão Vaz. Sabe-se, pela narrativa de uma testemunha ocular, que um certo Simão Vaz que embarcara, no primeiro dia do mez de abril de 1555, para a India, como Feitor da Nau Conceição, naufragou no outono do mesmo anno, *na costa de Góa*. Salvo em um batel, juntamente *com seu Capitão Affonso da Gama*, encontrou logo depois a morte nas ondas do Oceano, por culpa propria, quando quis teimosamente, sem dar ouvidos ao superior, voltar á náo, para tirar «algumas cousas necessarias». Ao outro dia o mar depositou o cadaver da victima nas areias da ilha, isto é, *de Goa*, onde foi enterrado pelos camaradas. Este Simão Vaz, morto evidentemente por occasião de um naufragio na costa de Goa, é, nos olhos do historiador da litteratura portuguêsa, o pae do nosso Poeta. [1]

A inducção é, comtudo, sem valor: ** em primeiro logar, porque ficamos ignorando se o nome de familia do naufrago Simão Vaz era, ou não era, *de Camões;* [2] em segundo, porque o naufrago era **feitor**, e não Capitão da Nau Conceição, como teriamos jus a postular, em harmonia com as noticias transmittidas por Mariz e Severim; e ainda porque, apesar de não ser de modo algum impossivel que o Capitão Gama fosse parente afastado dos Camões, esta casualidade não significa cousa alguma: o pae de Camões já pertencia, em 1555, ao numero dos mortos.

§ **31.**—Camillo Castello Branco [3] emittiu opiniões divergentes. Baseando-se n'um documento official, conta o seguinte: «Simão Vaz estanciara muito

---

[1] Veja-se na *Hist. de Camões*, II, a p. 564-565, a nota supplementar, correspondente á p. 56 (e não á p. 52) do volume I. Extracta-se ahi da *Relação do Naufragio da Nau Conceição*, escripta por *Manoel Rangel*, o trecho relativo á morte do Feitor Simão Vaz. Nos mesmos sitios, nomeados *Baixos de Pero dos Banhos*, naufragava, no mesmo outomno, outro Capitão, Francisco Nobre, como se vê pela *Decada* VII, 2, 7, de Couto. *

[2] O nome Vas [Vaz ou Vaaz] occore duzias de vezes nas *Decadas* de Barros e Couto, como já tive occasião de dizer (§ 7).

[3] *Luis de Camões*, p. 33-34.

fere que morreu da Peste que no mez de Junho de 1569 rebentou em Lisboa. A obscuridade d'este facto leva a collocal-o em uma epoca de confusão (!)»—Compare-se ainda as paginas 407 e 418, onde o facto pouco antes «logicamente deduzido», por inferencia, da moradia do cavalleiro-fidalgo, é repetido n'um tom um pouco mais dubitativo (*«por ventura»*).

* O meu amigo enganou-se, ou antes deixou-se enganar aqui, por Theophilo Braga, fiando-se na exactidão das datas ministradas pela sua phantasia, fertil em combinações..—V. a nota seguinte.

** A inducção é positivamente sem valor algum, pelas razões mencionadas em primeiro e segundo logar por Storck, e por outros motivos, de que trato n'um excurso da *Segunda Parte*.

pela India, e possuira, em 1543, em Baçaïm (fortaleza entre Chaul e Diu), a aldeia de Patarvaly que D. João de Castro, o vice-rei, lhe aforára por 60 pardaos (=20.000). Estes aforamentos eram vitalicios e concedidos como remuneração de serviços a fidalgos pobres, porque, dizia o vice-rei, não dispunha de outra moeda. Fallecido D. João de Castro, os governadores subsequentes, Garcia de Sá e Jorge Cabral, insinuados por D. João III, que já vivia do expediente de emprestimos, [1] annullaram as concessões do vice-rei como nocivas aos interesses da monarchia. [2] A aldeia de Patarvaly foi reivindicada para

---

[1] O expediente já datava de mais longe: foi D. Manoel quem, vivendo de *emprestimos*, iniciou a instituição da divida consolidada, creando os *padrões de juros reaes*. — Cfr. Oliveira Martins, *Portugal Maritimo*, p. 115-116.

[2] A regra, comtudo, tinha as suas excepções: o celebre botanico e physico-mór da India, Dr. Garcia da Horta, amigo de Camões, foi emphyteuta da ilha de Bombaim (ou Mombaim), usufruindo as suas rendas durante alguns decennios, até á sua morte (perto de 1570). * — Elucida sobre este facto o excurso muito instructivo ácerca da questão dos afo-

* É facto que a regra tinha as suas excepções! ou antes: a regra, inferida por C. C. Castello Branco das Cartas de Simão Botelho, nunca existiu. O systema dos aforamentos continuou em vigor durante toda a época que nos interessa. No «Tombo do Estado da India», escripto em 1547 e copiado em 1554, isto é, no proprio livro, onde C. C. Branco hauriu a sua these, o mesmo Simão Botelho regista como subsistentes e válidos mais de 150 dos ditos aforamentos de aldeias e terras, concedidos por D. João de Castro. A unica reserva que o intelligente e zeloso vêdor da fazenda faz é que algumas já estavam vagas por fallecimento das pessoas que as tiveram.

Pois bem; entre ellas figura exactamente, no grupo das Praganas ou Paraguadás. «A aldeia de Patarvaly, que no foral velho estava em 617 fedeas e 5 muras de bate, e os annos atrás esteve arrendada por 77 pardaos, foi aforada a Simão Vaaz por 60 pardaos e de caruqua e tenadary tres pardaos». — V. *Subsidios para a Historia da India Portugueza*, vol. v, p. 198. — Da comparação das duas sommas, por que Patarvaly fôra aforada, resulta claramente que o aforamento a Simão Vaz entra na classe dos que D. João de Castro outorgara por preço demasiadamente baixo a portuguêses que «serviram e aleijaram na fortaleza de Diu e outros de muito serviço, por não ter dinheiro que dar aos homens». Da annullação dos contractos passados em geral em vida, ou da annullação do contracto especial com Simão Vaz, nem palavra. Simão Botelho apertou com o Visorei «que quisesse saber da illegalidade de certas arrematações», e alcançou que elle passasse provisões «per que havia as *dadas* por nenhũas», mas comtudo não poude fazer o que cumpria, porque estava já danado o negocio». O que quer dizer que não poude arrendar por sommas avultadas as terras que D. João de Castro déra de aforamento nos annos anteriores. Das ulteriores disposições dos Governadores subsequentes nada me consta.

Devemos portanto admittir que o alludido Simão Vaaz ficára na posse da sua aldeia, como Garcia da Horta na da sua ilha, ou que já morrera. Em ambos os casos careceriam de fundamento as observações de C. C. Branco sobre a miseria do antigo foreiro, motivada pela reivindicação para a corôa, supondo por um instante que o tal Simão Vaz fosse Simão Vaz *de Camões*.

a corôa, e a fortuna de Simão Vaz manifestou-se na pobreza da sua viuva e do seu filho unico».

Esta noticia labora em dois erros que a inutilizam. Em primeiro logar, o lançamento official aproveitado fala de *um* fuão Simão Vaz, mas não de Simão Vaz *de Camões*. E em segundo logar, a India não era governada no dito anno de 1543 pelo Vice-Rei D. João de Castro,[1] mas sim pelo Governador Martim Affonso de Sousa,[2] sendo aliás exacto que os successores immediatos do Vice-Rei foram Garcia de Sá[3] e Jorge Cabral.[4]

A segunda novidade, dada pelo mesmo eximio escriptor, é ainda menos prestavel. Refere que em 1522 a não Zambuco, commandada por Antonio Mariz Barreto, varou no rio de Seitapor, a trinta leguas de Goa, salvando-se a tripulação.[5] Em seguida propõe a pergunta (exquisitissima), se essa seria a não em que Simão Vaz de Camões ia novamente no engodo da fortuna esquiva!

---

ramentos, inserto no «*Garcia da Orta*» do Conde de Ficalho, de p. 259 a 274.—Compare-se, comtudo, ainda o que Linschoten diz no seu «*Itinerario*» ao findar da p. 40ᵇ. *

[1] D. João de Castro administrou a India de 10 de setembro de 1545 até 6 de junho de 1548, e quasi até o fim como Governador: só poucos dias antes de fallecer (a 22 de maio), deitado no leito da agonia, é que recebeu a nova de que o Rei se resolvera, a 20 de outubro de 1547, a mandar-lhe «outros tres annos de governança da India com o titulo de Visorey», em premio da victoria de Diu.—(Cfr. Andrada, *Chronica*, Parte IV, cap. 28). **

[2] De 6 de maio de 1542 a 10 de setembro de 1545.

[3] De 6 de junho de 1548 a 13 de junho de 1549.

[4] De 15 de agosto de 1549 (segundo Couto, VI, 8, 1) a 15 de fevereiro de 1550.

[5] O facto alludido, registado por Couto (VI, 10, 6) [e por Andrada IV, cap. 94, mas não por Figueiredo Falcão] deu-se no mez de setembro.

---

* Ahi observa que as terras de Bardes e de Salsete são arrendadas da parte del Rey de Portugal; e os Arcebispos, os Ecclesiasticos, os Conventos, o proprio Vicerey e muitos empregados regios recebem os seus salarios em fórma de aforamentos annuaes, privilegiados pelo Rey».

** Ainda aqui estou de accordo: as novidades de C. C. Branco são destituidas de todo o valor. Os factos em si são, comtudo, exactos; só a data 1543 é, positivamente, errada. Considero-a como um simples erro, de imprensa ou de memoria, por *1548*. Botelho, a unica fonte em que C. C. Branco hauriu, nada diz sobre o termo em que o homonymo do pae de Camões, se tornara foreiro da sua ilha. Sabemos apenas que a maior parte dos aforamentos de Baçaïm, etc., incriminados pelo zeloso vêdor, datam do tempo em que o heroe de Diu padecia crueis tormentos por não ter dinheiro. Na primeira carta a El Rey, de 30 de novembro de 1547, elle refere-se a D. João de Castro, como ao *Governador da India;* na segunda, datada de 24 de dezembro de 1548, e posterior á nomeação do já fallecido Viso-Rei, dá-lhe este novo titulo, como era de justiça. Referindo-se a esta carta, e ao anno de 1548 (como opino) C. C. Branco tinha razão de falar do *Vice-rei* D. João de Castro.

Exactamente como se tal naufragio do Zambuco fosse o unico que houve, de 1524 a 1552, nas costas da India, entre Cochim e Diu!

Resta formular o que lucramos com a serie longuissima de asseverações em que se repetem as phrases: «dizem que», «contam», «talvez fosse», «provavelmente seria», que serviram de ingredientes á cahotica massa em que os biographos portuguèses embrulharam os pequenos grãos de verdade transmittidos por Mariz e Severim.

Quaes são, entre todos os factos narrados, com ou sem addição de adverbios dubitativos, os que constam e podem ser provados? Nenhuns! O que sabemos hoje não passa além da quasi certeza que o Poeta perdeu em verdes annos seu pae, o qual, sendo Capitão de um navio, naufragou na costa de Goa, foi salvo e morreu n'aquella cidade pouco depois.

Um unico Documento, official e inatacavel, subsiste ainda, excavado e publicado por Juromenha (em 1860),* do qual resulta o mesmo: que o pae, Simão Vaz, já não vivia no dia em que o filho Luis Vaz assentou praça para servir na India, assim como Mariz e Severim claramente tinham declarado. Vale a pena examinar de perto o respectivo documento.

§ 32.—No anno de 1552 o Poeta estava preso no tronco de Lisboa, por causa de um crime, de que trataremos mais tarde, esperando durante mezes o julgamento definitivo.—Luis Vaz de Camões—tal é o nome de que se servia então—contava trinta annos, pouco mais ou menos. Já pelejara na Africa, e era portanto cidadão independente. Depois de alguns passos preliminares e ineluctaveis, o encarcerado recorreu directamente a Sua Alteza, e, reforçando a sua petição com alguns papeis uteis para o caso, implorou o perdão regio n'um requerimento, de 23 de fevereiro de 1553. El-Rei perdoou, de facto, a culpa ao preso, que já promettera ir servir na India. No alvará de mercê, datado de 7 de março de 1553,[1] lê-se, depois das formulas do inicio, diri-

---

[1] V. Juromenha, I, p. 166-167, Documento *C*, ou Braga, *Hist. de Camões*, I, p. 203-204.

---

* A seguirmos o methodo, ou antes a falta de methodo, de Juromenha, Theophilo Braga e Camillo Castello Branco,—identificando todo e qualquer Simão Vaz que acharmos mencionado em livros ou documentos do seculo XVI, com o pae do Poeta, chegariamos a compôr um simulacro de biographia, com retalhos da vida de cinco ou seis individuos. Porque, além do valentão de Coimbra, descoberto por Juromenha; além do feitor que enlouqueceu no naufragio de Pero dos Banhos; além do possuidor da aldeia de Pataravaly e do thesoureiro e capellão «de má voz» que Gil Vicente citou em 1526 em Coimbra na «Farça do Fidalgo Pobre» ou aliás «dos Almocreves» (III, p. 207) (com allusão manifesta, segundo Braga, *Hist.*, I, p. 420 ao pae de Camões!) ha ainda mais tres Quinhentistas, de nome Simão Vaz, que eu desencan-

gidas ás auctoridades judiciaes, a designação exacta do encarcerado. e diz: «*D. Johão etc. faço vos saber que* **Luis Vaaz de Camões, filho de Symão Vaaz, Caval.ro fidalguo de minha casa, morador em esta cidade de lixboa,** *me enviou dizer»* etc.—Observarei primeiro que a moda de ajuntar officialmente aos nomes do filho os prenomes do Pae [ou antes os prenomes e o patronymico] era costume tão inveterado em Portugal, que Barros se desculpa nas suas *Decadas* por omittir em certos casos estes pormenores.[1]

As phrases sublinhadas contêm um problema que é de urgencia resolver: quem era o fidalgo-cavalleiro, morador em Lisboa? o pae Simão Vaaz? ou Luis Vaaz? Quem fôr lido em genealogias e noticias nobiliarchicas portuguêsas terá luctado muitas vezes com difficuldades semelhantes. Custa quasi sempre destrinçar a quem dizem respeito as dignidades e os titulos enumerados.[2]

Debaixo do ponto de vista grammatical, a apposição: «cavalleiro fidalguo de minha casa» pode referir-se tanto ao pae como ao filho. Mas o fim e o conteudo do documento obrigam a entendê-la de Luis Vaaz. As auctoridades apostrophadas—«corregedores, ouvidores, juizes e justiças, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios a que esta minha carta de perdão fôr mostrada, ás quaes se manda, não prendam nem mandem prender a Luis Vaaz»—não tinham, evidentemente, interesse algum em saber, quem era e onde morava o pae Simão Vaaz, mas muito empenho em conhecer os titulos e a morada do mancebo perdoado. Tendo em devida conta as noticias de Mariz e Severim sobre o prematuro fallecimento de Simão Vaz, opino que as apposições de que trato, não podem dizer respeito senão ao filho Luis Vaaz.

A petição d'este ultimo iria assignada com toda a formula—*Luis Vaaz de Camões, filho de Simão Vaz, cavalleiro-fidalgo da Casa del Rey*—incluindo portanto a rubrica usual sobre a filiação. Eis porque o alvará de perdão repete a mesma formula. E sendo quasi certo que o dito alvará de perdão foi apresentado ao Escrivão da Casa da India como legitimação quando, dias depois, o Poeta ia matricular-se soldado da India, é provavel tambem que se lan-

---

[1] Cfr. o § 8, nota 4, d'esta *Vida*.

[2] Inutil amontoar provas de factos conhecidos. Sirvam de amostra apenas dois, extractados de Couto: «*O Padre D. Gonçalo da Silveira, irmão do Conde da Sortelha, varão douto, de vida approvada*». (Dec. VII, 2, 7) e «*Callisto de Siqueira, filho natural de Francisco de Siqueira, Escrivão da cozinha del Rey, mulato mui conhecido por valente, homem grande espingardeiro* (Ib., VIII, 7).

tei: um Reposteiro da Rainha D. Maria, segunda esposa de D. Manoel (Sousa, *Provas*, II, p. 379); um criado da Imperatriz D. Izabel (Sousa, *Provas*, VI, 786); e um Padre Vigario que morreu na India em 1535, no Maluco (Corrêa, III, p. 729, e Couto, vol. I, p. 296, 297 e 333).

çasse no Registo a nota authentica: «Luis Vaaz de Camões, Cavalleiro-fidalgo da Casa del Rey nosso Senhor, e não *Luis de Camões, escudeiro*, etc.

Temos, pois, tres testemunhos a documentar que Simão Vaz estava morto na primavera de 1553, e que os assentos produzidos por Faria e Sousa são, portanto, falsificações.

§ **33.**— Resumamos o pouco que podémos apurar sobre os paes do Poeta.

Simão Vaz, nasceu em Coimbra; herdou ahi uma vivenda e o titulo de cavalleiro-fidalgo. Casou, provavelmente no primeiro lustro do segundo decennio do seculo XVI, com Anna de Macedo, a qual morreu pouco depois, ao dar á luz o seu primeiro e unico filho Luis Vaz; contrahiu segundo matrimonio com Anna de Sá; embarcou para a India, servindo o seu monarcha[1] como Capitão de navio; naufragou á vista de Goa, e ficou salvo, morrendo pouco depois na metropole da India. O decesso era sabido em Lisboa na primavera de 1553, o mais tardar.

---

[1] É o que parece resultar das noticias de Mariz e Severim, associadas ao Alvará de 5 de fevereiro de 1585 que diz, *avendo respeito aos serviços de Simão Vas de Camões* (Juromenha, I, p. 172, Documento *L*).— Verdade é, porém, a qual não sonegaremos, que até hoje não se encontrou o seu nome com tal emprego, nos historiadores da India, (V. Juromenha, I, p. 14).

V

A INFANCIA DE CAMÕES

V

A INFANCIA DE CAMÕES

§ **34.**—A idade infantil de Luis Vaz desenrolou-se em sua patria Coimbra.[1]

A velha Conimbrica dos Romanos tem uma historia de muitos seculos.[2] Em tempos longinquos a fortaleza que dominava a margem direita do Mondego, teve que soffrer innumeras vezes as vicissitudes de guerras e conquistas. «Passou das mãos dos Romanos aos Alanos, da posse d'estes aos Mouros....; e do dominio de uns e de outros fallam, pelo que me dizem, restos de varias inscripções, insculpidas nas paredes de edificios archaïcos»—assim o contava o viajante inglês Murphy (1795).[3] No anno de 1064[4] Coimbra foi reconquistada pela Hespanha christã. Os filhos dos povoadores de então já a conheceram como cidade portuguêsa—seguro baluarte da linha do Mondego, e por isso cubiçada por Gregos e Troyanos. Na introducção historica referi-me á importancia que Coimbra teve como segunda residencia dos primeiros dynastas portuguêses, dos tempos de D. Affonso Henriques até á era de

---

[1] V. Plinio, *Nat. Hist.*, IV, § 113. *

[2] O fabulista Faria e Sousa sabe de sciencia certa que foi o quarto Rei da Peninsula pyrenaica, chamado Brigo, bisneto de Tubal, o do velho testamento (*Genesis* 10, 2), quem edificou «*Conim-briga la antigua*», no anno 1907 a. Chr.—*Europa* I, 37-38.

[3] Murphy, *Travels in Portugal*, p. 24.

[4] Herculano (*Hist. Port.*, I, p. 162) adoptou esta data; outros historiadores favorecem a de 1058 e fazem durar o cerco seis mezes.

* *A Durio Lusitania incipit: Turduli veteres, Paesuri, flumen Vagia, oppidum Talabrica, oppidum et flumen Aeminium, oppida Coniumbrica, Collippo, Eburabrittium.*

D. João I. Posteriormente ainda, quando a rainha do Mondego já cedera a precedencia a Lisboa, os reis de Portugal, attrahidos pela linda situação de Coimbra e pela belleza dos seus arredores, tinham alli paços onde estacionavam de tempo a tempo.

O Mondego fórma ainda hoje a linha divisoria que reparte Portugal em duas metades, diversas de clima, de vegetação e de caracter ethnico, posto que os contrastes outr'ora mais pronunciados entre a população meridional e septentrional, nascida da fusão de elementos gallegos, leonêses, castelhanos e mosarabes, em proporções desiguaes, já estivessem quasi apagados no seculo xvi, e uma mesma lingua, a mesma religião, a mesma constituição e administração já tivessem confundido o Norte e o Sul na consciencia da sua nacionalidade.[1]

A cidade, que já dispunha de um rico thesouro de monumentos e tradições historicas, chegou a alcançar importancia superior e privilegiada, quando o bom tino dos monarchas a escolheu para séde da Universidade nacional. Coimbra, que já era pela sua situação no centro de Portugal, como que um ponto nodal e de attracção, foi sendo desde então (1308) o fóco para onde convergiam e onde se crystallizavam as lendas, os contos, as cantigas, os Romances nacionaes, que a mocidade academica, affluindo de todas as provincias e terras (com intervallos, motivados pela transferencia das Escolas Geraes) depositava no solo fertil da tradição oral.

§ **35.**—A indole da creança foi, sem duvida, influenciada pelas impressões que a cidade e os arredores lhe causavam.[2] Vale portanto a pena, esboçarmos as linhas salientes da paizagem coimbran.

Coimbra trepa de um lado, encostando-se a uma ladeira abrupta e penhascosa, e estende-se pelo outro (oriental) n'uma planicie regada pelo Mondego.[3] O naturalista Link, que viu Portugal de 1798 para 1799,[4] ficou encantado com a belleza extraordinaria do sitio, mas pouco satisfeito com o que viu intra-muros da cidade: «O viajante, diz elle, não avista a cidade senão depois de chegado ao fundo do valle;[5] mas então a encosta montanhosa com innumeras egrejas e mosteiros apresenta um aspecto surprehendente e muito

[1] Cfr. *Intr. Hist.*, § 10, p. 39, Nota 2.

[2] V. Juromenha, i, p. 25.

[3] Murphy, p. 24.

[4] Link, *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien und Portugal*. 1800 e 1804, vol. ii, p. 27. *

[5] Link vinha do lado Sul, de Condeixa.

* Vol i, p 378 da traducção francêsa de 1803

formoso. Basta, comtudo, entrar na cidade para descobrir que ha ahi o contrario de tudo quanto se esperava. As ruas — se ruas se podem chamar — são extremamente estreitas, sinuosas e curtas, mal calçadas, muito lamacentas e tão ingremes que custa subir. Na planicie ha uma unica rua larga, mas os ricos não a querem para morada, porque passa por insalubre na temporada estivosa. O Mondego cresce no inverno, transborda, inundando a cidade baixa, e transforma o solo em pantanos, que espalham exhalações daninhas, como em quasi todos os paizes quentes. Nem um só largo importante e aberto; nenhum passeio além dos que a natureza forneceu. Apenas a grande quinta dos Agostinhos que serve para este fim».

§ 36.— Em compensação, os arrabaldes e arredores de Coimbra são formosos. A estrada de Montemór-o-Velho — boa legoa pelo rio abaixo — fez e faz ainda a delicia dos viajantes. «O aspecto geral era indizivelmente encantador, — eis como o Principe Lichnowsky nas suas *Recordações do anno de 1842*[1] descreve as suas impressões — muito mais risonho e animado, e, por assim dizer, mais contente do que as margens do Tejo: de ambos os lados elevam-se pouco a pouco encostas bem cultivadas, cobertas de quintas, aldeias e conventos; as proprias margens do rio são plantadas de grande numero de arvores, particularmente bellissimos chorões. Grandes lavadoiros onde se achava uma multidão de mulheres e crianças, ou mettidas na agua, ou sobre a areia, davam ao todo uma apparencia de animação e actividade. Alguns marachões, principalmente na margem direita do rio, defendem os prados e campos e são coroados por sebes floridas. No mais remoto horizonte elevam-se os cabeços da serra do Bussaco sobre cujo flanco ingreme assenta o celebrado convento dos Carmelitas. Do outro lado vêem-se os altos pincaros da Louzã; porém, só uma legua depois, quando se chega a pequena distancia, se descobre Coimbra... edificada em amphitheatro sobre a encosta de uma ingreme montanha, como quasi todas as grandes cidades de Portugal. Esta collocação produz em Coimbra, principalmente, o maximo encanto. O Mondego, atravessado por uma grande ponte de pedra,[2] serpeia junto ás faldas da montanha, cujo lado occidental é occupado pela cidade, metade da qual se apoia sobre o monte, emquanto a

---

[1] Lichnowsky, Portugal: *Erinnerungen aus dem Jahre* 1842. Mainz 1843, p. 318 e 319. *

[2] Por baixo d'esta ponte de cantaria ha outra mais antiga, coberta pelas areias do rio, e que data do tempo dos Mouros. V. Lichnowsky, p. 330. * *

* P. 145-146 da traducção portuguêsa de Lisboa, 1844.

** P. 151 do texto português.

outra metade se derrama pelo valle. O grande convento de Santa Clara sobre a collina opposta, os mosteiros de Santa Anna, dos Bentos e dos Marianos, um bello aqueducto, o palacio da Universidade, tantos edificios grandes, apinhados em um espaço tão limitado, e á roda as verdes planicies, a que se chama o Campo do Mondego, atravessadas por alamedas, repartidas em jardins onde o loureiro indico cresce livremente — isto tudo dá á cidade e seus arredores um colorido tão poetico, tão meridional, e tanto da edade média, que o observador a cada passo julga-se transportado aos seculos passados».

Enlevado do mesmo modo pelas delicias de Portugal é que outro nosso compatriota, Victor Eugenio Hardung,[1] que se dedicou em Portugal, haverá dois decennios, a estudos linguisticos e litterarios, prematuramente atalhados pela morte, gaba com enthusiasmo as margens paradisiacas do Mondego, a floresta do Bussaco com os seus cedros seculares e as suas ermidas, escondidas debaixo de guirlandas de hera, a Quinta das Lagrimas, cujos laranjaes, banhados pela Fonte dos Amores,[2] foram, segundo os poetas e a tradição, o theatro do assassinio de D. Inês de Castro, assim como a vizinha Serra da Estrella, os seus mysteriosos lagos, os seus valles inhospitos, fechando a curta descripção com um grito de jubilo ao aproximar-se do Oceano, que se alcança em poucas horas, descendo o rio n'um barquinho. «A natureza e a graça amena da paizagem nos campos do Mondego deixam a todos os que alli viveram uma impressão indelevel, de um gosto penetrante, que acorda e revive saudosamente na memoria, todas as vezes que na tormenta da vida o nosso pensamento se volta para o tempo que passou».[3]

§ 37. — Já estes poucos traços mostram claramente que Coimbra é pre-

---

[1] Na Gazeta popular de Colonia (*Kölnische Volkszeitung*, 1877, N.º 296) ha um artigo de Hardung intitulado: «Vida dos estudantes de Coimbra». — Este ensaio do fallecido Hardung — seja dito de passagem — foi reproduzido no Semanario de J. G. Cotta «*O Estrangeiro*» (*Das Ausland*», 1888, N.º 21, p. 404b a 409b) com epigraphe modificada (*Portugiesische Studenten — Estudantes portuguêses*), sem indicação de auctor, e com pequenas alterações de redacção e omissão de uma phrase, como obra de um anonymo «*Gro!*».

[2] Cfr. *Lusiadas*, III, 135, e Storck, IV, p. 324. — «Altos e esbeltos cedros acham-se, e certamente já se achariam em tempo de Camões, em torno d'esta fonte, cujo murmurio semelha a um pensamento de amor dito em segredo. Aquellas arvores tinham resistido durante seculos ao tempo e aos ventos, até que no ultimo anno, (isto é, em 1841), a maior e mais antiga d'ellas foi derrubada por uma furiosa tempestade. No seu tronco estavam entalhadas as seguintes palavras: «Eu dei sombra a Ignez formosa». (Lichnowsky, p. 332). *

[3] Ramalho Ortigão, Prefacio dos *Lusiadas*, ed. Gabinete de Leitura, p. XLV.

* Por engano, fala-se ahi de cyprestes: p. 152 da traducção portuguêsa.

destinada e como que terra privilegiada para servir de berço a um Poeta.[1] Camões perdeu ahi a mãe prematuramente; o pae não lhe sobreviveria muito tempo; nunca teve irmãos que o acompanhassem nos dias serenos da infancia; o primeiro amor juvenil foi uma illusão passageira. Mas ainda assim não admira que Camões guardasse reminiscencias gratas da cidade que o viu nascer. Já na segunda metade da vida — em horas de profunda magoa, — quando em Gôa (1554) dôres passadas e presentes, culpas proprias e alheias, renasciam deante do seu espirito, relembra com saudosa paixão aquelles dias bemaventurados das primeiras affeições, suspirando melancholicamente:

> Oh se possivel fosse que tornasse
> o tempo para traz, como a memoria,
> por os vestigios da *primeira idade!*[2]

§ **38.** — Quem não desejaria saber este ou aquelle pormenor dos annos infantis do Poeta, para reconhecer n'elles, em germen, as propensões e as tendencias do adulto! Mas até mesmo os primeiros biographos se callam a este respeito, e tentativas tardias, feitas com o intuito de descobrir no menino e moço Camões um prodigio de precocidade, falharam, porque não tinham razão de ser.[3] É falso representar o joven Luis Vaz como um scismador, um doutorzinho subtil. Um espirito são n'um corpo sadio e robusto, eis o que se deve deduzir dos successos da sua vida: vinte annos passados em climas inhospitos, abrasadores, sem que doenças de gravidade prejudicassem a sua saude ou as faculdades intellectuaes; e ao cabo d'aquella época, fertilissima em lidas, privações, fadigas, calamidades e infortunios, soffridos por terra e por mar, mais um decennio, depois da volta á patria, vivido com meios parcos, ainda que sufficientes — e no fim uma morte, causada não por longa enfermidade, mas sim por uma funesta epidemia. Do vigor excepcional da sua alma, da sua lucidez e serenidade, pertinacia e grande applicação, animo e intrepidez, dão prova convincente e inconcussa as suas creações poeticas.

§ **39.** — A funesta dadiva com que o berço, e o leite d'aquella que o criou ao peito, fadaram o Poeta, já a conhecemos pelas suas proprias palavras. Aquella fera, que lhe inoculou como doce, mas funesto dom o veneno amo-

---

[1] Francisco de Sá de Miranda, o fundador da escola italiana em Portugal, nascera tambem em Coimbra, uns trinta annos antes de Camões.

[2] Canção x (*Vinde cá*) v. 221-223.

[3] Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 104, onde se combate a ideia de o Poeta ter composto, aos onze annos, um Soneto moralizador.

roso da sua indole, implantou n'elle outra inclinação mais benefica: gostaria de cantar versos populares — cantigas, romances, serranilhas, vilancetes — d'aquelles que as raparigas de Coimbra costumavam entoar ainda seculos depois, junto á fonte e nos lavadoiros,[1] e que certamente ainda hoje se repetem.[2] A creança deliciava-se em ouvir aquelles cantares, cuja congenialidade já fascinava o inconsciente espirito infantil: a melopeia branda dos versos tristes, as suaves cadencias das coplas elegiacas aquietavam os seus suspiros e enxugavam as lagrimas, embalando-o melodiosamente. Foram sementes que cahiram n'um terreno grato e adequado. Quantos accordes da lyra camoniana serão reminiscencias e echos das impressões resentidas em tempos tão remotos! Certo tom popular e eminentemente nacional talvez seja echo d'esse periodo longinquo, porque em geral a poesia palaciana e artistica portuguêsa, e em especial a lyrica, se afastaram sempre, desde o seu primeiro alvorecer (e se afastavam ainda mais ostensivamente no tempo de Camões), dos caminhos trilhados pela musa popular, não permittindo que esta exercesse influencia sensivel sobre o seu desenvolvimento.

§ 40. — Pelo seu segundo matrimonio com Anna de Sá, Simão Vaz déra a seu filho Luis uma segunda mãe. O dever de confiar os mil cuidados indispensaveis á infancia ao coração bondoso e ao saber pratico de um ente feminino, apresentar-se-ia como urgente aos olhos do sensato pae, que se via repetidas vezes obrigado a abandonar, como marinheiro, por prolongado espaço de tempo, o lar domestico — sempre na incerteza, se voltaria ou não. O futuro mostrou que a previdencia fôra acertada. Presentimentos justificados da sua sorte levariam o experimentado Capitão da carreira da India a despedir-se dos seus, ao encetar a sua ultima viagem, com angustia e commoção desusada, revelando as magoas que opprimiam a sua alma. Quem sabe se a viuva desconsolada não repetiria, mais tarde, as despedidas d'aquelle dia, e se um echo das inolvidaveis queixas maternas não se fez ouvir através dos seguintes versos de uma das primeiras Eglogas:

> Que o coração preságo nunca mente:
> Só do bem as suspeitas mentirão,
> mas as do mal futuro certas são,[3]

cujo primeiro verso reapparece nos *Lusiadas*.[4]

---

[1] Cfr. na edição Juromenha, I, p. 325, o trecho sobre a *Fonte dos Amores*, escripto por D. Marcos de S. Lourenço.

[2] V. Th. Braga, *Povo Port.*, II, p. 410-411.

[3] Egloga VII, *Os Faunos*, v. 457-459.

[4] *Lusiadas*, I, 84, 8.

Não padece duvida que Simão Vaz encontrou em Anna de Sá esposa condigna que contribuiu, pela sua parte, a desenvolver as aptidões do filho, educando-o com esmero. É licito suppôr que Luis Vaz não accumularia em tenros annos os thesouros de saber que adquiriu de facto, se não houvesse na casa paterna bem-estar, aconchego e paz. De mutua affeição e piedoso carinho entre mãe e filho são testemunho a mudança de Anna de Sá, de Coimbra para Lisboa, e a intima convivencia dos dois. A harmonia podia ser completa, porque Anna de Sá, segundo todas as apparencias, nunca teve filhos carnaes, ou se os teve, não viveram.[1] Tudo leva a crer que essa senhora, madrasta de nome, não faltou aos seus deveres para com o enteado, tratando-o e amando-o como verdadeira mãe.

§ **41.**—Os arredores da cidade seriam, naturalmente, o logar de recreio onde Camões brincava com os seus camaradas. Mas estes camaradas são desconhecidos. Th. Braga[2] pensa em relações intimas com Jorge de Monte-mór (ou Montemayor, como elle hispanizava o nome) o celebre auctor do Romance pastoril castelhano «*Diana enamorada*». Comtudo, Montemór-o-Velho, onde este novellista nasceu, villa banhada tambem pelas aguas do Mondego, dista de Coimbra ainda boa legua. A idade differia tambem, mesmo na opinião de Braga, que dá Montemór como nascido em 1521,[3] tres annos antes de Camões. E de convivencia collegial não se pode fallar, porque Jorge de Montemór, nem Latim sabia. Sendo assim, relações de intimidade infantil só seriam provaveis, se os paes dos dois rapazes fossem amigos, mas nada consta a este respeito. E quanto á quadra da primeira mocidade—aos annos proximos de 1537, em que Montemór vivera talvez em Coimbra, servindo-lhe o seu talento musical de ganha-pão—a camaradagem supposta por Th. Braga parece pouco acceitavel.[4]

Teremos ainda azo para tratar de uma anecdota tradicional que se refere a Luis Vaz e Jorge de Montemór.

---

[1] Meio-irmãos ter-se-hiam apresentado em 1580, como co-herdeiros.—Cfr. § 24, Nota 3.

[2] *Hist. de Cam.*, I, p. 68-70.

[3] Ib.—Posteriormente, no *Curso* (p. 244), Braga decidiu-se pela data 19 *de março de* 1523, fornecida por Soriano Fuertes no «*Calendario musical para el año de* 1860», o qual não authentica a sua asserção.—Cfr. Georg Schönherr «*Jorge de Montemayor*», (Halle 1886) p. 11.—O historiador da litteratura castelhana G. Ticknor fixára o nascimento nos annos antes de 1520; Schönherr põe como limites as datas 1518 e 1528.

[4] V. Schönherr, p. 14.

§ 42.—Camaradagem e amizade com um outro coevo, do qual ninguem se lembrou até hoje, semelha-se-me muito mais plausivel. Mal pode padecer duvida que Camões tratasse de perto pessoas de familia, que tivessem a mesma ou quasi a sua idade. Nada sabemos da parentela da mãe Anna de Macedo, nem dos parentes de Anna de Sá. Mas conhecem-se alguns primos da parte do pae (primos em terceiro grau:)[1] os tres irmãos Antonio,[2] Simão[3] e Duarte Vaz de Camões[4] que tinham com o Poeta o mesmo terceiro avô: Vasco Pires de Camões. O que ignoramos são as qualidades d'esses camaradas e a influencia, boa ou má, que exerceriam sobre o adolescente. Presumindo, porém, uma influencia qualquer, e avaliando o caracter e os costumes da familia pelo procedimento pouco louvavel do segundo filho *Simão Vaz junior*, que teve serios conflictos com a justiça e o fôro municipal, por crimes de violação da

---

[1] Dos ascendentes que são: o pae *Lopo Vaz I*, o avô *Antonio Vaz I*, o bisavô *Gonçalo Vaz*, e o tresavô *Vasco Pires*, assim como dos descendentes, tratou Severim de Faria a fl. 1ᵇ.

[2] Antonio Vaz II tinha dois filhos: Lopo Vaz II e Luis Gonçalves I, assim como uma filha D. Francisca de Castro. De passagem direi que um bisneto do segundo Antonio Vaz se chamava egualmente *Luis* [Luis Gonçalves II, e não I, como escapou por descuido no texto allemão].—Cfr. Fontes, § 4, nota 4, onde, fallando de Luis de Camões de Evora, remetto ao opusculo de A. F. Barata.

[3] Parece que este Simão Vaz II se finou sem descendentes. Veja-se Th. Braga, *Hist. Cam.*, I, 59. 1. Não fica averiguado, se Th. Braga trocou por engano Simão Vaz II com Simão III, o filho de Duarte Vaz.

[4] Duarte Vaz foi pae de tres filhos, dos quaes um se baptizara Simão Vaz. Temos portanto tres d'este nome: o pae do Poeta: I; o primo em terceiro grau: II; e o primo em quarto grau: III.—Juromenha (I, p. 13 e 488, nota 16) nomeia um quarto homonymo, parente e coevo, um Padre da Companhia de Jesus, nascido em 1531, que se distinguiu como poeta, mas que podemos deixar de lado, sem damno nem prejuizo. Entre os tres mencionados é que houve confusão. Juromenha (I, p. 14, 53, 165; e V, 313) confundiu o pae de Camões (I) e o primo (II). Braga sanou o erro, mas commetteu outro novo, apontando Simão como irmão de Luis Gonçalves I, isto é, identificando Simão II com seu sobrinho: Simão III.—(*Hist. de Cam.*, I, p. 58, 233, 243, 417 e 442; a prova do engano está na nota 1.ª da p. 59).

Entre os documentos ministrados e explorados por Juromenha (I, p. 165 e V, 313) e Braga (*Hist. Cam.*, I, p 417), todos os que datam do periodo de 1553 a 1576, e que apresentam um Simão Vaz de Camões no anno de 1553 como cidadão independente, e no de 1563 como Cavalleiro-fidalgo da casa real, fallam, na minha opinião, de Simão Vaz II. Simão Vaz III, o sobrinho (com vinte annos de menos que seu tio e talvez padrinho) vivia ainda em 1624, na posse do morgado da Torre de Aviz, instituido por Luis Gonçalves I, conforme os dizeres de Severim que, com a expressão «hoje», intercalada na *Vida*, só pode referir-se ao dito anno.

paz, só poderemos conjecturar que Luis Vaz não andou bem acompanhado, nem teve bons exemplos deante de si.

§ 43.—Annos depois de o Poeta se ter despedido da cidade que lhe fôra berço, Simão Vaz II teve a ousadia de entrar á força no mosteiro das religiosas de Sant'Anna, abuso cujo fim e causa se adivinha facilmente, apesar de não explicados nos documentos. Em Lisboa, onde estava temporariamente, requerendo negocios municipaes na qualidade de vereador,[1] foi processado por causa do crime, e mettido em prisão por devassa, onde ficou de 15 de junho de 1553 (o mais tardar) até á pronuncia, pela qual, na primeira metade do anno de 1558, foi condemnado a pagar ao convento a multa de cem cruzados, e a degredo perpetuo para o Brazil, com cadeado no pé e pregão publico. Esta pena foi perdoada, ou consideravelmente attenuada, em conseqüencia de uma petição do culpado, e substituida pela simples prohibição a Simão Vaz de não entrar na cidade de Coimbra, nem a dez leguas ao redor, ficando, em caso de contravenção, invalidada a graça régia. O mesmo alvará de perdão, de 12 de agosto de 1558, dá parte de como a Rainha Regente D. Catharina[2] já mandara satisfazer á abbadessa do convento de Sant'Anna, e da sua esmolaria, os cem cruzados em que Simão Vaz fôra condemnado.[3]

Juromenha conclue d'estas medidas benignas que Simão Vaz—considerado por elle, como já sabemos, pae do Poeta—gozava de grande protecção, pois obtinha da Rainha Regente indulto para um crime que as leis canonicas e civis puniam com penas severas, espirituaes e corporaes.[4] Não posso annuir. O caso deve ser outro. Infelizmente, não se conhecem as razões e os argumentos que o incriminado allegaria na sua petição, a fim de justificar o seu grave erro e enternecer[5] a catholica e muito severa Rainha, principalmente em questões de galantaria, nem tampouco os testemunhos com que attestaria

[1] Cfr. Juromenha, vol. v, p. 318, Documento *O*.*

[2] El-rei D. João III morrera em 1557 e a Rainha-viuva governava em nome de seu neto menor, El-Rei D. Sebastião (n. em 1554). Foi portanto ella quem assignou o alvará com a formula do costume «Rajnha».

[3] V. Juromenha, I, p. 165 e vol. v, p. 313 e 315.

[4] Vol. v, p. 314-315.

[5] A «carta de perdão» serve-se expressa e muito significativamente das palavras «*avendo respeito ao que diz Simão Vaz de Camojs na pytição atraz escripta, e por outros justos respeitos que me ha isto movem*».—V. Juromenha, v, p. 315.

* É a Carta-Regia sobre uma demanda levantada por Simão Vaz contra a Camara de Coimbra, exigindo indemnização dos gastos que fez «no tempo da sua prisão que lhe foi feita nesta cidade de Lixboa, por culpas que d'ele avia, vindo elle requerer negocios d'essa cidade».

seus depoimentos, mas o decurso posterior da aventura parece-me fornecer a solução do problema ou, pelo menos, materiaes para a solução.

No anno de 1563 a ordem que relegava de Coimbra, e de dez leguas em volta, a Simão Vaz, já fôra annullada, não se sabe desde quando: vêmo-lo em Coimbra novamente casado com Francisca Rebella, filha de Alvaro Cardoso,[1] e estimado como um dos honrados da terra. No anno seguinte o cavalleiro-fidalgo sahe eleito almotacé municipal, e pouco mais tarde, em dezembro de 1563, procurador do collegio de S. Thomas. Além d'isso exerce em 1567 (nem sempre espontaneamente, antes pelo contrario, obrigado judicialmente) diversos empregos publicos.[2]

Se as minhas supposições acertarem no alvo, infere-se d'ahi, com relação á entrada no mosteiro de Sant'Anna, que Simão Vaz andava, antes de 1553, de amores com Francisca Rebella; que o pae, Alvaro Cardoso, desapprovando estas relações, mettera a filha rebelde no convento de Sant'Anna — decisão que estava em perfeita harmonia com os costumes da época, — e que o namorado despeitado violou a paz do convento e, descoberto, foi accusado, processado, preso e condemnado. A sentença, demasiadamente rigorosa, levaria o pae da reclusa á condescendencia, ou mesmo a perdoar, e a apoiar a petição de Simão Vaz com argumentos efficazes. Aquelle que commettera apenas «erros por amores» foi achado digno de um castigo muito menos duro, e depois de um prazo limitado, teve mesmo licença de voltar á patria, já casado, ou para casar com Francisca Rebella.[3]

---

[1] No anno de 1563 Simão Vaz é provido no logar de almotacé, visto já não estar doente, nem residir já em casa de seu sogro, tendo pelo contrario «casa apartada sobre si». — V. Brito Aranha, vol. I, p. 18-19.

[2] Os documentos respeitivos acham-se na obra bibliographica de Brito Aranha, *l. c.*, e na ***Hist. de Cam.***, de Braga, vol. I, p. 417-418.

[3] Francisca Rebella sobreviveu a seu esposo, tornando a casar com Domingos Roque Pereira, segundo Th. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 417, circumstancia esta que nos obriga a eliminar d'estas averiguações Simão Vaz III. — o sobrinho do segundo — que ainda estava vivo em 1624, como já se disse, em conformidade com o testemunho de Severim, (f. 2ª). *

---

* A engenhosa interpretação das razões que moveriam a muito religiosa Rainha D. Catharina a perdoar o crime do apaixonado Simão Vaz agrada-me sobremaneira, e eu concordo plenamente. — Ha, comtudo, um pequeno desfalque no computo do Sr. Prof. Storck devido a uma data inexacta, impressa por Theophilo Braga. O nome da mulher de Simão Vaz é desconhecido. Pelo menos, não se chamava Francisca Rebella, nem era filha de Alvaro Cardoso, ou Alvaro Rebello Cardoso, como diz Camillo Castello Branco, o primeiro propagador da inexacta noticia. Investigando a genealogia dos Camões, confusamente escripta por Jorge de Cabedo, em principios do seculo XVII (1602 ou 1604), o illustre romancista encontrou noticia de Simão Vaz, pae do Poeta *«que foi por capitão d'uma náo á India e deu á costa, á vista de Goa, salvou-se me*

§ **44.**— A ultima vez que se nos depara Simão Vaz II é no anno de 1576, quando o nome *de Camões* já brilhava em todo o seu fulgor. Em 5 de maio do dito anno, o almotacé Joam Aires (Joham Ayres) fôra offendido gravemente, primeiro durante o exercicio das suas funcções municipaes, e depois na sua propria casa, evidentemente por ordem e mando de Simão Vaz, que deve ter sido sobranceiro, abastado e desordeiro. Competia ao almotacé inspeccionar o mercado publico, vigiar os pesos e as medidas, e repartir os viveres. Uma escrava de Simão Vaz comprára carne de vacca, no valor de tres vintens, ficando bem servida, no entender do almotacé. Mas Simão Vaz o entendeu de outro modo. De tarde, Joam Aires estava quieto em casa, ceando com toda a sua familia, eis senão quando entra um criado do dito Simão Vaz, armado, soltando palavras injuriosas, e dá na cara do proprio dono e de uma sua filha com a carne, ajuntando, como recado de seu amo, «que carne como aquella não a havia de comer». Irritado com este procedimento, Joam Aires levanta-se, segue ou persegue o criado, e ao fundo das escadas dá com um escravo tambem armado, de Simão Vaz; é aggredido com espadas nuas, e retira, bem golpeado, receando pela vida. Tres dias depois d'esta rixa o collegio dos vereadores e procuradores da cidade mandou um requerimento a El-Rei D. Sebastião, reclamando mandasse tirar devassa das injurias e espancamentos praticados pelos criados de Simão Vaz. A resposta veiu breve, ao cabo de oito dias, ordenando inquirição do caso, e promettendo despachar o que fosse de justiça.[1] O despacho, é, todavia desconhecido.

[1] Os documentos foram aproveitados na *Hist. de Cam.*, de Th. Braga (I, p. 59-60. Nota, e p. 418) e reimpressos por Brito Aranha, I, p. 19-20.

uma taboa e lá morreu, deixando viuva Anna de Macedo, dos Macedos de Santarem» e de outro Simão Vaz de Camões, residente em Coimbra, parente proximo do Poeta, *que casara á sua vontade*. —O lapso relativo ao nome da mulher procedeu da equivocação de dois nomes (Simão Vaz e Simão Vasconcellos), porque foi este ultimo quem casou em Coimbra com Francisca Rebella, filha de Alvaro Rebello Cardoso, morgado das Caldas, a qual, enviuvando, tornou a casar com Domingos Roque Pereira. Reproduzo as rectificações do proprio culpado (*Insomnias*, III, p. 19), porque, desconhecendo o manuscripto, cujo paradoiro ignoro, não posso emittir opinião individual.

Em todo o caso, posso já dizer que C. C. Branco ainda assim não espargiu plena luz sobre o acontecimento, originando, pelo contrario, novas confusões, não sei, se de boa fé, ou por acinte, cedendo ao gosto de armar esparrellas para caçar incautos e credulos. Elle falla de um Camões de Tavora (!) em logar de *Camões de Evora*, e não destrinça clara e distinctamente Simão Vaz de Camões II, do sobrinho (Simão Vaz de Camões III), ambos do mesmo ramo de Evora.

Direi mais que para mim ainda restam muitas duvidas sobre a filiação dos varios Camões. Como é, por exemplo, que Simão Vaz II, *do ramo de Evora*, veio a ser *natural e morador de Coimbra?*

Para esclarecimento dos leitores coordenarei, em uma taboa genealogica, o que apurei até hoje, juntando e comparando as noticias mais fidedignas e mais explicitas, está claro que com toda a reserva, e prompta a emendar tudo quanto se me provar como errado.

Resalta claramente d'estes factos que Simão Vaz, «useiro e vezeiro em fazer semelhantes cousas e desatinos»[1] que escandalizavam todos os nobres de Coimbra, tinha um genio violento, exorbitante e altivo, ou, n'uma palavra, um temperamento parecido áquelle que o seu parente Luis Vaz documentou tambem, antes e depois do anno de 1550.

Este meio-primo Simão Vaz talvez se possa por isso considerar cumplice e co-réo de certos destemperos que arrancaram ao Poeta suspiros (eguaes aos exhalados, outr'ora, pela Medêa de Ovidio):

> qu'eu conheci mil vezes na ventura
> o melhor, e o peor segui, *forçado!*[2]

§ **45.**—Influencias nocivas d'esta ordem foram contrabalançadas, provavelmente, pela benefica acção do tio paterno D. Bento que, de certo, não deixaria passar despercebida occasião alguma em que podesse exercer as suas faculdades de educador, guia e mentor, restabelecendo assim o equilibrio e certa harmonia entre as diversas propensões do joven Luis Vaz. O ecclesiastico que, no habito que tomara, tinha que satisfazer em primeiro logar as exigencias rigorosas da sua Ordem, não teria naturalmente ensejo nem tempo para se occupar com desvelado carinho do filho de seu irmão, emquanto *criança*. Mas na edade em que o escolar podia proficuamente partilhar um ensino methodico, o prelado empenharia a sua alta posição e a sua auctoridade, a bem e favor do sobrinho, cujas qualidades excepcionaes não lhe podiam ser desconhecidas.

Tentemos conhecer um pouco mais de perto o varão insigne que protegeu o Poeta.

§ **46.**—D. Bento nascera, como já se disse,[3] em Coimbra, perto de 1500; e, conformando-se com um costume arraigado na fidalguia portuguêsa, este filho segundo do fidalgo Antão Vaz de Camões, seguira a carreira das lettras, abraçando o estado ecclesiastico, ou antes a vida monastica, por verdadeira

---

[1] São os termos textuaes, empregados pela camara de Coimbra, que parece ter estado *à bout de patience* quando determinou dar afinal a conhecer ao Monarcha os seus aggravos contra Simão Vaz, o incorrigivel, exigindo, por honra da cidade, um castigo exemplar.

[2] Canção *Vinda cá*, v. 45: e Storck, IV, p. 351. *

[3] Cfr. *Vida*, § 7, p. 98, Nota 2.

* O traductor e commentador indica o original classico d'estes versos. (Metamorphose, VII 19) e a bella copia italiana de Petrarca, Canz. XVII, v. 136 (in *Vita di M. L.*): *E veggio'l meglio ed al peggior m'appiglio.*

devoção e inclinação, como o documentam todos os traços conhecidos da sua vida. Tomou o habito branco dos Conegos Regrantes (ou Regulares) de Santo Agostinho, entrando no Mosteiro Real de Santa Cruz de Coimbra, já antes da reforma, iniciada e levada a fim pelo monge de S. Jeronymo, D. Frei Bras de Barros,[1] primeiro Bispo de Leiria, e proximo parente do grande historiador João de Barros, o qual, a 13 de outubro de 1527,** em conformidade com as ordens del Rei D. João III, e com beneplacito do Summo Pontifice, reconduziu os Cruzios á antiga austeridade da Ordem.

Os conegos regrantes eram abastadissimos e bem acreditados, estimados dos Reis e da nobreza, cujos filhos concorriam então em Santa Cruz, a fim de aprenderem as lettras e as artes liberaes do trivio e quadrivio nas aulas dos seus collegios.—D. Bento, neto do celebre e opulento João Vaz de Camões com capella sepulchral e tumulo faustuoso no claustro da Sé,*** e que talvez bem merecesse tambem da gratidão da Ordem com deixas e doações, deveu, sem duvida, o ser acolhido na rica e poderosa congregação, em primeiro logar á nobreza do seu nascimento, e em segundo logar á boa lembrança em que o convento teria o seu avô.**** Comtudo é verosimil que a estas re-

---

[1] Vimos impresso o nome do reformador tambem na fórma *Bairos* e *Bairros* na *Historia de Camões* de Th. Braga, I, p. 57.*

* Em duas passagens copiadas do *Agiologio Lusitano*, I, p. 32. As variantes orthographicas todavia não têm razão de ser. Frei Bras de Barros, da Ordem dos Ermitões de S. Jeronymo, primo co-irmão do auctor das *Decadas* da Asia, oriundo de Braga, (eleito e confirmado Bispo da Sé, novamente creada de Leiria, só em 1545, em virtude da obra da reforma) apellida-se *Barros* nas duas obras que d'elle restam, impressas nos prelos de Santa Cruz e até pelos proprios conegos: o «*Espelho de Perfeiçam*» e o «*Livro das Constituições, e Costumes que se guardam em o moesteiro de S. Cruz*». E assim é que o designam os documentos coevos e as obras historiographicas de Leitão Ferreira «*Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra de 1288 até 1537*» (§§ 1011, 1015 e 1153); D. Nicolau de Santa Maria na «*Chronica dos Regrantes*» (Livro X, cap. 1); Innocencio da Silva no *Diccionario Bibliographico* (N.os 338 e 339 do vol. I).

** É o dia em que se deu principio á reforma, cuja realização levou quasi doze annos, como logo direi mais explicitamente.

*** Era de facto um favor especial e uma distincção valiosa ser admittido entre os conegos de Santa Cruz. D. Manoel decretara em 1519, e o Infante D. Affonso, que servia então de Prior-mór, confirmara novamente em 1525: 1.º) que o Prior-crasteiro não recebesse ao habito pessoa alguma, sem primeiro lho fazer a saber e sem trazer hum alvará regio de licença; 2.º) que os conegos não fossem n'aquelle mosteiro mais que 72, conforme ao numero dos discipulos de Christo; 3.º) que todos os ditos 72 gozassem do titulo e privilegio de Capellães d'El-Rey.—*Chronica*, Livro VII, cap. 13, §§ 13 e 14, e Livro IX, cap. 32, § 4.

**** O tumulo e a capella nada têm com a *egreja conventual de Santa Cruz*, que o Sr. Prof. Storck julgou ser identica á *Sé velha* ou seja á *Cathedral* de Coimbra, illudido mais uma vez

commendações accrescesse ainda a fama do distincto saber e da integridade da vida de D. Bento. Elle sujeitou-se espontaneamente ao rigor da observancia e clausura, adoptando a reforma, cujo fim era restaurar em toda a sua aspereza a antiga regra da ordem. E esta sua virtuosa resolução foi premiada. * Apesar dos seus poucos annos, foi escolhido pelo proprio Padre reformador, o Bispo D. Braz, e confirmado pela auctoridade régia e apostolica, em 1527, para o officio triennal de primeiro prelado; * * e mais tarde (a

pelas immotivadas associações de ideias de Th. Braga, o qual, ao avaliar as razões que podem ter dado facil entrada na ordem dos nobres Cruzios a Bento de Camões, se refere não só á prosapia do alludido, *mas tambem ao mausoléo do avô*, em logar de mencionar simplesmente as altas dignidades por este exercidas em Coimbra. Desde que Severim de Faria falara da sepultura, a qual «está em huma Capella da Crásta da **Sé de Coimbra**» (fl. 2ª), todos os numerosos posteros que repetiram a respeitiva nota, copiaram a fidedigna asserção. Houve um só auctor, que eu saiba, que errou, confundindo a Sé e Santa Cruz: Camillo Castello Branco, andando, pelo que diz, nas pisadas do genealogista Jorge de Cabedo.— Mas não me consta que meu amigo conhecesse a passagem das *Noites de Insomnia*, III, p. 19.

* Para comprehender taes louvores, dispensados a um frade, só por se ter sujeitado a uma reforma, dictada pela auctoridade regia, e recommendada pelo Pontifice, é preciso lembrar que os fartos conegos, «algum tanto relaxados da sua primeira observancia regular», sentindo-se muito aggravados e menoscabados pelo procedimento del Rei, que chamara um padre de outra ordem—*um Jeronymo!*—para os *reformar*, sahiram do mosteiro «para sempre», não acceitando o novo regime. De 72 rebelaram 50! e só vinte e dois, noviços na maioria, menos briosos e mais religiosos, resolveram accommodar-se e ficar. Um d'elles foi Bento de Camões.

* * Ha aqui um engano que vou desfazer. Das parcas e desconnexas noticias, ministradas por Braga e Juromenha, o erudito allemão não soube construir a biographia de Bento de Camões, nem a historia da reforma do priorado, que não offerece *sérias* difficuldades a quem tenha á mão Leitão Ferreira e D. Nicolau de Santa Maria.

Procedamos por ordem. Bento de Camões *não* foi por duas vezes eleito, nem foi eleito para dois differentes cargos. O primeiro prelado e o Prior geral são uma e a mesma entidade. A unica eleição para primeiro prelado, isto é, para Prior geral, não teve logar em 1527, mas sim em 1539: o eleito teria portanto 40 annos, pouco mais ou menos.

As discussões sobre a reforma, principiada em 13 de outubro de 1527, levaram mais de dois annos: o exodo dos conegos fidalgos, feridos na sua honra, verificou-se em principios de 1530. Logo depois, a 17 de 1530, procedeu-se á eleição do novo Prior de entre os vinte e dois fieis, porque o antigo superior triennal, D. Braz Lopes, abandonara o seu posto de honra. Os votos cahiram sobre D. Dionysio de Moraes, que preencheu durante o seu triennio (1530-1533) as 50 vacaturas do mosteiro. Seguiram: D. Paulo Gavião, de 1533-1536, e D. Manoel de Araujo, de 1536-1539. Em abril d'este anno estava a reforma feita. Até áquella data a ordem augustiniana não tinha prelados *Geraes*: cada um dos mosteiros tinha seu Prior, acima do qual só estava o Summo Pontifice. Pela reforma uniram-se Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Lisboa e Grijó, e pouco a pouco outros conventos: desde então foi preciso um *Geral*, que era cabeça e tinha jurisdicção sobre os outros, visitando-os cada anno. E este Geral havia de ser, por mandado del Rei, o D. Prior de Santa Cruz.—No primeiro capitulo geral, aberto no dia da Cruz de Maio, mas que se prolongou por alguns dias, sahiu eleito, a 5 do mez, Bento de Ca-

5 de maio de 1539) no primeiro capitulo foi eleito Prior Geral dos conegos Agostinhos.

Depois da morte prematura do digno prelado (1547), as suas lettras e a sua virtuosa modestia e affabilidade foram attestadas e preconizadas pelo chronista da ordem e pelo hagiographo Jorge Cardoso, que ambos mencionam com louvor especial a promptidão com que D. Bento, depois de viver na largueza da claustra, acceitou livremente o regime penoso da ordem reformada.[1]

§ **47.**—O mais que se sabe de D. Bento confirma a opinião de que fôra um asceta, e mostra que tambem era visionario. Entre os Cruzios, e porventura tambem fóra do convento, corria o boato que o Padre D. Prior, estando certo dia do anno de 1542 a recitar algumas devoções, diante do sepulcro do Santo Rei D. Affonso Henriques,[2] vira o fundador de Santa Cruz em apparição gloriosa, dando-lhe as graças de quam excellentemente se havia portado no cargo. «E já pode ser—são palavras de Jorge Cardoso[3]—lhe desse aviso

---

[1] V. Juromenha, I, p. 488 n.º 19, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 57. *

[2] Cfr. Introducção historica, § 12. **

[3] É provavel que Cardoso fosse Conimbricense e talvez até parente do sogro de Simão Vaz II.—Cfr. § 34***

mões—que nem assistira ao acto—e ficou sendo desde então *D.* Bento, Prior do dito Mosteiro de Santa Cruz, e Geral da Congregação Agostinha. O cargo era triennal.

Resta dizer que o Prior *Geral* nem por isso era Prior-*mór*. Este cargo ainda subsistiu até 1545. Foi então extincto, e as avultadas rendas que vagaram, foram applicadas para os Bispados de Leiria e Portalegre, novamente creados e, em pequena parte, para a Universidade. Depois dos primeiros 24 Priores-móres eleitos canonicamente pelos conegos professos, a começar com D. Theotonio e a concluir com D. Joam de Noronha, houve cinco, apresentados pelos Reis de Portugal como Padroeiros do Mosteiro, por favor especial dos Papas; e são:

N.º 25.—O Bispo da Guarda, de 1507-1516.
» 26.—O Infante D. Affonso, 1516-1527.
» 27.—O Infante D. Henrique, 1527-1536.
» 28.—O Infante D. Duarte, 1541-1543.
» 29.—O Senhor D. Duarte, 1541-1543.

Depois da morte do Senhor D. Duarte, o Priorado-mór vagou durante dois annos, ficando logo em seguida extincto, como já se disse, (por Bulla do Papa Paulo III).

* Ambos utilizaram, com parcimonia, a *Chronica dos Conegos Regrantes* e o *Agiologio* de Jorge Cardoso.

** Santo na voz do povo. Esta apparição fomentaria os desejos ardentes dos Cruzios de vêrem *canonizado* o fundador da Monarchia.—Cfr. § 49, nota 4.

*** Esta hypothese é nulla, visto não existir o presupposto cruzamento dos Camões com uma familia Cardoso, imaginado por Camillo Castello Branco, e aceite por Th. Braga e por

do tempo de seu transito, pois os cinco annos que lhe restaram de vida, exgotou todos em tal perfeição como se fôra cidadão do céo».[1]

§ 48.—El-Rei D, João III distinguiu tambem com affecto especial este varão benemerito,[2] por occasião das visitas repetidas, com que honrou o convento de Santa Cruz durante a estada em Coimbra da Côrte, que fugira de Lisboa em 1526, por causa de um terremoto, * e em 1527, por causa da peste que desolava a capital.

[1] Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 56-57, e em especial a nota que acompanha aquellas paginas.

[2] Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p, 64 e 84.

Storck, conforme expliquei na nota relativa ao § 43.—Jorge Cardoso era, de resto, Lisbonense († 1669), mas estudára theologia em Coimbra, de sorte que as datas, por elle fornecidas ácerca de D. Bento, e de outros filhos de Coimbra, podem muito bem proceder dos Cartorios da Universidade e de Santa Cruz.

* A fugida del Rei com toda a sua côrte de Lisboa (onde rebentára a peste) para Coimbra, no anno de 1527, é um facto incontestado e incontestavel, amplamente provado por acontecimentos historicos, como por exemplo o nascimento da Infanta D. Maria, a 15 de outubro do dito anno nos Paços Reaes da Lusa-Athenas (Sousa, *Hist. Gen.*, III, p. 567) ; a solemne recepção feita a Zagazabo, Embaixador del-Rey da Abassia (Barros, IV, 1, 4, 7 e Couto, IV, 1, 10); o discurso de recepção pronunciado na entrada de Suas Magestades por um Francisco de Sá, em nome da «mui antiga, mui nobre e sempre leal cidade de Coimbra»; por varias poesias de Sá de Miranda (N.os 106, 111 e 154 da edição C. M. de Vasconcellos; cfr. p. 792, 816 e 861 do Commentario); e ainda por alguns autos de Gil Vicente, representados n'aquella era, e allusivos á residencia temporaria (vol. II, p. 106 e 420); como tambem por documentos e officios assignados pelo Monarcha em Coimbra (Leitão Ferreira, § 1150).

A fugida da Côrte, de Lisboa para Coimbra, no anno anterior de 1526, por causa de um terremoto (?) é muito menos certa: a unica prova, indirecta, da veracidade da respectiva asserção (enunciada no *Theatro Portuguez*, de Th. Braga, I, p. 137 e 138, e na *Historia de Camões*, I, p. 64) é a didascalia que precede a Farça do «Fidalgo Pobre» ou seja dos «Almocreves» de Gil Vicente—e esta póde muito bem estar errada, quanto á data.

O que, porém, é certo é que El-Rei esteve por varias vezes em Coimbra, porque voltou em 1529 e talvez em 1528 (a não falarmos de 1550). Preoccupado com o plano de transferir a Universidade, e muito bem impressionado com a reforma do mosteiro de Santa Cruz; desejando vêr os resultados obtidos dos dois collegios abertos em outubro de 1528 pelos religiosos e mestres portuguêses, chamados de Paris pelo Padre reformador, póde ser que conferenciasse amiudadas vezes com os Cruzios, a fim de combinarem a regra do mosteiro, e dos seus collegios, assim como o plano da nova Universidade e dos edificios onde havia de ser installada.

D. Bento de Camões, porém, não era n'aquella temporada senão um conego entre setenta seus eguaes, e ninguem sabe se o Monarcha o distinguiu com affeição especial. O chronista diz apenas, com relação á dignidade alcançada em 1539, que o novo Prior era «por sua qualidade, letras e virtude muito estimado d'El-Rey, que festejou muito ser elle o primeiro Prior Geral». —*Chronica dos Conegos*, Livro X, cap. 1.

Deu-se mais tarde um acontecimento, que podia ter privado facilmente o Prior Geral da boa opinião de seu Rei.

A 14 de agosto de 1539 um educando interno do collegio de Todos os Santos, chamado Aleixo de Figueiredo, descobriu um importante thesouro debaixo das escadas* que iam para a torre de Santa Cruz. Subrepticiamente o foi levando para casa de seu pae, por nome Nuno Borges. Sabido o successo, D. Bento de Camões quis que o thesouro pertencesse ao mosteiro, mas El-Rei reclamava-o para si, baseando-se em certa «Ordenação». Os requerimentos e as demandas do D. Prior não tiveram o successo ambicionado: a sentença foi dada a favor de D. João III.[1]

D. Bento, porém, não mostrára cobiça pessoal, mas sim justo interesse pela prosperidade do seu mosteiro. A questão, por isso, não teve conseqüencias sérias.

Pouco depois o Prior foi nomeado para um posto importante nas Escolas Geraes, transferidas n'aquelles tempos para Coimbra (1537), por decreto régio de 15 de dezembro de 1539, no qual se determinava que o Prior Geral da ordem exercesse simultaneamente as funcções de Cancellario da Universidade.[2] Esta mercê era devida de um lado ao desenvolvimento que os estudos menores, isto é, primarios e secundarios, ou preparatorios classicos,[3] tinham tomado (de 1528 a 1537) nos collegios conventuaes*** de Santa Cruz de Coimbra, graças aos esforços dos conegos; mas de outro lado tinha tambem em mira estabelecer relações intimas, de continuidade, entre o ensino dos preparatorios e os cur sos superiores da Universidade.

---

[1] Braga, *Hist. Cam.*, p. 100, onde se paraphraseia com alguma liberdade a relação do chronista.

[2] Durante o terceiro periodo da historia da Universidade (1377-1537) os Arcebispos de Lisboa tinham sido cancellarios perpetuos das Escolas Geraes; encarregavam, comtudo, dos negocios correntes os seus respectivos vigarios (ou provisores) que, portanto, faziam as vezes de Vice-Cancellarios, segundo Schäfer, III, p. 81.**

[3] Sobre os collegios de Santa Cruz leia-se Th. Braga, *Hist. Cam.*, p. 73-83.

* Não foi precisamente por baixo das escadas que se encontraram os 40:000 cruzados em ouro, mas sim «em um canto que fazem as torres do mosteiro, aonde estava hũa pedra branca e differente das outras pedras», etc.— Cfr. *Chronica dos Conegos*, Livro x, cap. 1.

** O Historiador allemão aproveitou judiciosa e discretamente as *Noticias Chronologicas* de Leitão Ferreira.—Cfr. os §§ 92, 99, e 117 a 120.

*** Storck, tendo, como o leitor viu, Santa Cruz em conta de cathedral—como o é de facto a egreja conventual, o «Münster» ou Monasterio de tantas cidades—designa por regra os collegios de Santa Cruz com o termo *Dom- oder Stifts-Schule,* que tomei a licença de substituir simplesmente por *collegio conventual.*

Desconheço os deveres e os direitos inherentes ao cargo de cancellario, o supremo dignatario da unica Universidade do paiz. Só sei que nos fins do seculo XVIII ainda perdurava a instituição estabelecida por D. João III, por occasião da ultima transferencia dos Estudos Geraes, de Lisboa para Coimbra. O viajante Link contou em 1795 que aos conegos competia o officio de *Cancellario* e estabelece ser a esta primeira auctoridade que cabia o direito de graduar os doutores nas promoções, inspeccionar as aulas, e presidir aos exames dos estudantes.[1]

---

[1] Cfr. Schäfer, *l. c.*, Link, II, 31 (vol. I, p. 382-383 da traducção francêsa) e Latino Coelho, p. 44 e seg.*

* Dos deveres, encargos e privilegios dos Priores-Cancellarios trataram accidentalmente varios auctores portuguêses. Citarei apenas A. C. Gasco, *«Conquista, antiguidade e nobreza de Coimbra»*, p. 92 da edição 1807.— Ex-officio expõe as suas attribuições D. Nicolau de Santa Maria, livro X, cap. I, § 10, ib. Cap. III § 5 e no Livro VII, todo o Capitulo XIV *«Das grandes preminencias dos Priores do Real Mosteiro de Santa Cruz»*, e em especial os paragraphos 7 a 11, que reproduzem a Carta de doação de 13 de dezembro de 1559.

«Diz el Rey: ...por esta mando... que todos os graos de licenças, doctorados e magisterios se dem pello dito Cancellario em o dito Mosteiro, onde se farão os exames; e os ditos graos se darão pella bulla e privilegio concedido á dita Universidade pelo Santo Padre á minha instancia em *theologia* e *canones;* e em *leis, medicina* e *artes* se darão sempre por minha auctoridade como até o presente se deram, segundo a forma do meu regimento e estatutos da Universidade. Dos quaes graos o dito C. passará Cartas em forma aos graduados, com declaração da autoridade por que foram dados, expressa nas ditas cartas, feitas pollo escrivão da Universidade e assinadas por elle dito C.

«E mando que das portas adentro do dito Mosteiro e da sua Capella de S. João e de todos os seus Collegios—a saber do Collegio de S. João, e do Collegio de Santo Agostinho, e do Collegio de Todos os Santos [*NB.* o de S. Miguel não se menciona em especial, por ser apenas uma classe ou repartição para os nobres], o dito Prior-Cancellario haja e tenha toda a jurisdição em os mestres estudantes e officiaes que em elles lerem, estudarem e servirem. A qual jurisdição se entenderá em os Mestres sómente em o que tocar ás lições e faltas dos lentes e em o fazer dos exercicios e disputas, e em as horas que hão de ler, e em lhes dar as licenças pera irem e pera lerem outros por elles, e em lhes mandar pagar seus sallarios, e em os mandar multar em elles quando em as sobreditas cousas lhe forem desobedientes. E em os Estudantes e Collegiaes em lhes dar licenças e em os reprehender e emendar quando forem escandalosos, mal ensinados ou deshonestos e em as cousas que dão torvação a bem estudar».

E o Chronista commenta: «He o officio de Chanceller da Universidade de grande autoridade e preminencia por ser a cabeça e primeira pessoa da dita Universidade e que preside ao mesmo Reitor em todos os autos a que he obrigado a assistir. Dá o C. todos os graos de Licenciados, Doutores e Mestres em todas as faculdades: os graus em *theologia* e *canones* os dá em nome do Summo Pontifice por autoridade apostolica; e os graus em *leis medicina* e *philosophia* os dá em nome del Rey por autoridade real. Nos autos em que preside na Universidade pode mandar multar nas propinas os Doutores e officiaes quando não cumprirem com os Estatutos, e com o que são obrigados *(sic)* e aos que lhe forem desobedientes pode mandar pren-

§ 49.—Tambem não é verosimil que outro acontecimento, posterior de pouco ao achado do thesouro encoberto, provocasse a indignação del Rei D. João III contra o prior geral e cancellario da Universidade,[1] porque ainda n'este caso D. Bento procedeu como protector da ordem, cujos interesses lhe incumbia velar. O exito correspondeu ainda d'esta vez aos desejos do monarcha.

O caso foi o seguinte. Em 20 de outubro de 1540 finou-se o irmão d'El-Rei, o Infante D. Duarte,[2] motivo por que vagaram as rendas avultadas do priorado-mór de Santa Cruz. D. Bento tomou posse d'ellas,** está claro que em nome da Ordem, mas D. João III appellou para o Papa Paulo III, e este deferiu as rendas do priorado-mór a outro D. Duarte, filho natural del rei.[3]

---

[1] Th. Braga é de opinião opposta. Na *Hist. de Cam.*, I. p, 100 e na Biographia do Poeta, que serve de introducção á edição Portuense. commemorativa do Tricentenario, (a p. XXI) suppõe que a ira do monarcha sobre a opposição, feita ás suas pretensões, por duas vezes, pelo tio de Camões, perdurasse ainda quasi dois decennios depois, reflectindo-se sobre o sobrinho durante a sua estada na Côrte de Lisboa! Escusado dizer que não ha prova alguma que fortaleça esta supposição.

[2] Este Infante D. Duarte, filho de D. Manoel e de sua segunda esposa a Rainha D. Maria, nascera em Lisboa no anno de 1515 e casara com D. Isabel de Bragança, filha do Duque D. Jayme. Foi além d'isso sogro do Duque de Parma (1578 a 1592, segundo Faria e Sousa, *Europa*, II, p. 566). *

[3] Est'outro D. Duarte, filho illegitimo do Principe D. João e futuro Rei D. João III

---

der. Quando vai aos autos são obrigados a o vir receber e acompanhar até o seu lugar, que he o primeiro, o Secretario da U. e o mestre de ceremonias e os bedeis das faculdades com suas maças de prata e he recebido com charamellas e trombetas». (II, p. 56, cfr. 290).—Gasco só traz a mais a particularidade de o Cancellario dar tambem os pontos para as lições que se fazem nos exames privados em todas as faculdades; e mandar acabar os argumentos.

* Melhor era dizer que uma de suas filhas, D. Maria, que elle deixou orphã de dois annos, chegou a casar em 1565 com Alexandre Farnese, principe herdeiro de Parma (nascido em 1544, fallecido em 1592), morrendo porém em 1577, antes de o esposo cingir a corôa ducal.—V. Sousa, *Hist. Geneal.*, Livro IV, Cap. XI.

** D. Bento procedeu como devia. Nas faltas do Prior-mór servia de substituto o Prior Geral. Por isso entrou como administrador e governador das rendas de Leiria e Arronches, suspendendo alguns funccionarios e substituindo-os por outros da sua nomeação.— Além d'isso o fallecido, terrorizado por um sonho, isto é, accusado pela propria má consciencia por se ter atrevido, sendo secular e casado, a comer as rendas ecclesiasticas de Santa Cruz, tinha largado livremente aos ditos conegos e seu Prior as rendas do Priorado-mór.—O successor procedeu de modo identico, por occasião do fallecimento do ultimo Prior-mór, o Senhor D. Duarte, e, caso singular, D. João III já não appellou com tanta insistencia, porque já não tinha filhos nem irmãos para collocar.

§ **50.**—Em vista dos factos narrados, podemos affoitamente concluir que D. Bento de Camões desempenhou com sollicito cuidado e rectidão varonil o

---

e de D. Isabel Moniz, Camareira [ou antes moça da camara] da Rainha D. Leonor, a terceira esposa de D. Manoel, nasceu em 1521 e morreu em 1543, sendo prior-mór de Santa Cruz, abbade de S. Miguel de Refoyos de Basto, da Ordem de S. Bento, S. Martinho de Caramos e S. João de Longavares, e Arcebispo de Braga, sem ser sagrado! — Principiara a escrever uma Historia de Portugal em lingua latina, e possuia, segundo se diz, conhecimentos pouco vulgares. Era inimigo dos christãos-novos e judeus.* — Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 101 e Oliveira Martins, *Hist. Port.*, II, p. 48.

* A memoria illudiu aqui o auctor: as facecias repugnantes, a que Oliveira Martins allude (na *Hist. de Port.*, II, p. 40), e que o impressionaram tão desagradavelmente, assentes como travessurinhas innocentes pelo proprio mestre e chronista do Principe, o douto André de Resende, mas modernamente expostas no pelourinho publico pelo justiceiro Camillo Castello Branco (*Narcoticos*, I, p. 14-26), são obra do filho de D. Manoel, aquelle mesmo Infante D. Duarte que, apesar de secular e casado, obtivera por imposição o posto de prior-mór de Santa Cruz—e não do Senhor D. Duarte, filho de D. João III.

Com relação á «Historia de Portugal» que Th. Braga menciona, direi que era mera e simplesmente uma «Vida de D. Affonso Henriques», trabalho de encommenda, mandado a Roma, com tenção de alcançar a canonização do fundador da monarchia. Ou ainda mais e melhor, era apenas uma segunda edição (não sei, se melhorada ou ampliada) do mesmo *Curriculum Vitae* já composto, com fim egual, pelo Infante-Cardeal D. Affonso (*Chronica*, XI, cap. 35 e 32).—O Infante D. Duarte tambem collaborou, de diverso modo, na santificação do primeiro Rei de Portugal: por meio de uma apparição que teve em sonhos, vendo D. Affonso armado, com lança na mão, ameaçando-o de morte por ter «comido» as rendas do seu mosteiro. (*Chronica*, Livro IX, cap. 34, §§ 5 e 6). Estas apparições eram chronicas! Repetiam-se cada vez que algum leigo se apossava de quaesquer bens da ordem dos Agostinhos.—Frei A. Brandão leu n'um livro de mão do mosteiro de Alcobaça e estampou no Livro XI da *Mon. Lus.*, (cap. 39) que «este bom Rey D. Affonso, a noite que se filhou Ceita aos pagãos pelo honrado Rey D. João I, appareceo no convento de Santa Cruz de Coimbra, todo ornado, sendo os Frades conegos emsembra no choro ás matinas, e lhe disse que el por querer de Deos fôra com D. Sancho seu filho ajudar a cobrar Ceita aos Mouros; e logo trasportaleceu, que não foy ende mais visto, quedando costeiros todos, pasmados do que haviam visto».

E, tambem em memorias de Santa Cruz, se contam mais alguns apparecimentos d'este Rei em defensão d'aquelta casa: «hum só apontarei, feito ao proprio Rey D. João I que tomara ao Mosteiro a quinta da Atamuia em termo de Alemquer. Appareceo em sonhos el Rey D. Affonso Henriques a el Rey D. João e com palavras graves lhe disse, restituisse ao seu Mosteiro de Santa Cruz a quinta que elle lhe dotara quando vivia, e soubesse como tinha tomado debaixo de sua protecção as cousas daquelle Mosteiro».—Escusado é dizer que o sonho obrigou o monarcha a restituir a quinta.

De ambos os D. Duartes (e de mais outro terceiro, filho do Infante) tratei com insufficiencia, e não sem errar, na edição critica das *Poesias de Sá de Miranda*, p. 761 e 797. Sobre o primeiro veja-se além da *Hist. Gen.*, e da *Chronica dos Conegos* (p. 34), o bello estudo de Fernando Palha: *O Casamento do Infante D. Duarte*, 1882.

duplo cargo para que fôra eleito, durante sete annos e mais,* porque falleceu n'um domingo, a 2 de janeiro de 1547,[1] annos depois de seu sobrinho, que julgamos tambem seu beneficiado, se ter despedido da cidade que lhe fôra berço.

§ **51.**—O que apurámos sobre a infancia de Luis Vaz é muito pouco. Foi criado por uma ama leviana e apaixonada; educado por uma bondosa e sollicita madrasta; influido por um meio-primo teimoso, sobranceiro e valentão, gozando depois da protecção de um tio, sacerdote douto, veneravel, ascetico, fradesco, em alta posição.

---

[1] V. Juromenha, I, p. 488, n.º 19, ou Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 101.**

* Não foram tantos annos. O cargo de D. Bento vagou, como o de todos os Priores, depois de um triennio: começando a 5 de maio de 1539 findou no mesmo dia de Santa Cruz, de 1542. — Seu successor immediato foi D. Dyonisio de Moraes.—O chronista diz expressamente que os ultimos cinco annos da sua Vida (1542-1547) foram dedicados exclusivamente a exercicios espirituaes.

** O priorado de D. Bento foi de facto dos mais difficeis e tempestuosos: o primeiro depois da reforma; o primeiro em que um conego funccionava como cancellario das Escolas Geraes; o primeiro em que os dois collegios novos de S. João e Santo Agostinho abriram as suas aulas; accidentado pela morte do Infante D. Duarte e a successão do seu homonymo e sobrinho, e além d'isso menor, que dera procuração a seu Pae e Rei para administrar as terras que pertenciam ao Priorado!

VI

CAMÕES COLLEGIAL

VI

CAMÕES COLLEGIAL

§ 52.—Quem ler as obras de Camões, ou mesmo quem as folhear pela rama, renunciará facilmente a qualquer *demonstração* de como o Poeta estudou, dando-a de barato. Dá prova da sua paixão enthusiastica pelas sciencias e artes, e da sua erudição — como já o disse Alexandre Lobo[1] — a segunda das estancias, consagradas a D. Denis nos *Lusiadas*.[2]

Mais difficil é satisfazer á pergunta sobre *onde* o Poeta adquiriria os seus conhecimentos scientificos?

Já respondi, pela minha parte, que em Coimbra, onde nascera e se criara. Comtudo, objectará alguem, sabemos que o Poeta estacionou em verdes annos em Lisboa, porque escreveu umas «despedidas ao Tejo», cheias de sau-

---

[1] V. *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, p. 167. *

[2] *Lusiadas*, III, 97.— Cfr. Introducção Historica, § 31.

* Ahi se diz por exemplo: «E se agora não é inteiramente impossivel que hum homem dirigido com alguma prudencia litteraria grangêe muita doutrina sem sahir da terra em que nasceo, guiando-se sómente pelos muitos e bons livros que a todos os cantos do mundo leva ou pode levar o commercio, não era então certamente assim; e he de presumir que fosse esta a principal razão que levou principes generosos e entendidos a fundarem por aquella época ou a reformarem tamanho numero de Universidades. Só n'estes depositos publicos podiam os conselhos dos doutos, os livros de varios particulares e a nobre emulação entre os mancebos gerar ou alimentar o ardor de hum vivo engenho e enriquecello e adornallo de bons principios de sciencia e de seguro discernimento nas boas artes». É de opinião contraria o grande rhetor J. M. Latino Coelho, no Capitulo III da sua bella rhapsodia, que apesar de pretender ser rigorosissima verdade, parece antes a textura phantasiosa de um drama com quadros magicos no final de cada acto, do que a bem travada urdidura de uma *Historia de Camões*».

dades, quando, na volta para Coimbra, parava no caminho, lacrimoso e magoado, lembrando-se do passado. E allegarão dois numeros do livro dos «*Sonetos*».[1]

De modo algum, replico eu.

Os dois Sonetos alludidos não são de Camões. Pertencem de lei e de direito ao doce cantor do Lima, Diogo Bernardes,[2] e fazem parte integrante de um grupo de treze poesias, sendo a sexta e oitava da serie.[3] O injusto e fide-indigno Faria e Sousa colheu-as por entre as *Flores do Lima*, sem escrupulo nem consciencia, attribuindo-as, sem mais nem menos, ao seu mestre Camões. Do florilegio manuscripto d'este collecionador, dado á estampa só em 1685, passaram já em 1668 para a edição, augmentada, das *Rimas Camonianas*, que se deve a D. Antonio Alvares da Cunha.[4] Este foi, portanto, chronologicamente a primeira causa, posto que não a origem, de erros per-

---

[1] São os Sonetos «*Brandas aguas do Tejo que passando*» (N.º 195) e «*Já do Mondego as aguas apparecem*» (N.º 197).

[2] Diogo Bernardes, oriundo de Ponte do Lima, onde nasceu não muito antes de 1540 e onde morreu em 1605, fez estampar as suas Poesias em 1594 (*Varias Rimas*) e 1596 (*O Lyma*, e *Flores do Lima*), segundo Th. Braga, *Quinhentistas*, p. 244-310.—Antonio dos Reys, no *Enthusiasmus poeticus*, p. 7, e Antonio Ferreira, nos *Poemas Lusitanos*, I, (*Vida*, p. 32) dão as *Flores* como impressas em 1597.—Faria e Sousa pôs a saque estas poesias, incriminando o já fallecido auctor, sem sombra de direito, de ladrão e plagiario, que se apropriara de 23 joias da herança de Camões, as quaes o dito Faria e Sousa distribuiu por entre as Cantigas, os Sonetos, as Oitavas e os Idyllios do seu Poeta, não sem as transformar, ora embellezando, ora afeando-as. Já fiz o processo ao perjuro Faria e Sousa, reclamando, em nome de Bernardes, as 23 composições pseudo-camonianas. Bernardes não era inimigo nem detractor do vate dos *Lusiadas*: pelo contrario, admirava a epopeia, dedicou ao poeta morto um bello soneto, e desejou ser enterrado ao lado de Camões, isto é, na egreja do Convento de Sant'Anna. (V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 388; Storck, III, p. 362 e seg.; IV, p. 429, e Juromenha, I, p. 159 e seg., 205 e 514). As duvidas enunciadas por Juromenha, sobre se Bernardes não desprezava e calumniava, apesar das apparencias, o seu rival, referindo-se a Camões com palavras pouco lisongeiras e repassadas de desaffeição, devem parecer injustificadas a quem examinar serenamente os fundamentos em que o seu auctor as firma.

[3] No *Lima* estes Sonetos têm os N.os 27 e 29 (p. 23 e 24). O cyclo a que pertencem, abrange os N.os 22 a 34 (p. 20-27).*

[4] É mais que provavel que Alvares da Cunha se servisse da collecção manuscripta de Faria e Sousa, aproveitando-a, mas com selecção.—V. Storck, IV, p. 438, Nota.

* Estes treze Sonetos representam Bernardes, que se namorara em Lisboa, no acto de deixar, choroso e melancolico, os prados do Tejo, atravessando o Mondego, revendo o seu patrio Lima e alimentando-se ahi de devaneios e lembranças, até perder todas as illusões.—Cfr. Storck, II, p. 388 e 389, Notas correspondentes aos Sonetos 109 e 112.

petuados até hoje.[1] Á critica despreoccupada compete expurgal-os das obras de Camões, e ao biographo, não os utilizar mais para a vida do biographado.

§ **53.**—Isento da obrigação de discursar sobre o anno em que deixou Lisboa e o ensejo que levaria Luis Vaz a Coimbra, referirei, comtudo, o que os biographos pensaram e combinaram ácerca d'este ponto.

Alguns nem uma só palavra lhe dedicam. Outros tratam-no laconicamente, em duas phrases.

Mariz nem mesmo menciona a estada do Poeta em Coimbra: a volumosa e vasta erudição que ressumbra das Obras de Camões não o embaraça, porque n'aquelles tempos era muito possivel aprender as primeiras lettras e concluir os preparatorios na capital: a mudança da Universidade de Lisboa para Coimbra foi provavelmente collocada por Mariz no anno de 1553. Até o polygrapho Faria e Sousa hesita quanto a esta data, duvidando entre 1553 e 1534, e decidindo-se por 1534 sómente porque, na sua opinião, Camões *deve* ter cursado indubitavelmente os Estudos Geraes superiores, e já deixára a patria em 1553, embarcando para a India.[2] De onde se vê que Faria e Sousa *ante-data* a mudança e reforma da Universidade de tres annos, e (se a minha conjectura fôr plausivel) que Mariz a *post-data* de dezaseis.

Corrêa, o intimo amigo do Poeta, deixa passar o melhor azo para resolver a questão sem o aproveitar,[3] dando-se por satisfeito com a vaga e fallaz noticia de que Camões se educara em Lisboa.[4]

---

[1] Todos os editores das Rimas de Camões, que trabalharam posteriormente a Alvares da Cunha, deram fé e credito ás calumnias lançadas por Faria e Sousa contra o suave poeta do *Lima*.

[2] Cfr. Faria e Sousa, *Vida* II, § 10.*

[3] *Lusiadas*, III, 97.

[4] V. Commentario da estr. 1 (p. 1 da Ed. 1613).**

* «Para el ingenio, vivacidad que le cupo en suerte, es creible que empezaria sus estudios por el de 1534 en que tendria diez años... El Poeta pues estudió en Coimbra, Academia de las primeras de Europa, segun los Escritores de su vida, a los quales he seguido quando la escrivi primera vez. Pero tambien tiene esto su dificuldad y es que si bien la Universidad de Coimbra fue fundada por el Rey D. Dionis que falleció el año 1325, El Rey D. Fernando, que falleció el de 1383, la trasladó a Lisboa y el Rey D. Juan III, que tomó el cetro el de 1521, la restituyó a Coimbra, unos dizen que el de 1534, otros que el de 1553. Si fuesse este año, no podia el Poeta haver estudiado en Coimbra, pues en el proprio passava a la India, con 28 de edad. *Esto nos haze sacar en limpio que la restitucion fue el de 1534* quando el Poeta entrava en los diez, etc.».

** Já se copiou a expressão «nacido e criado na cidade de Lisboa»; aqui podia-se citar

Severim de Faria [1] assenta que: «sendo moço foy estudar a Coimbra que então começava a florecer em todas as sciencias, por beneficio de El Rey D. João o III, conduzindo este excellente Principe para mestres dellas varões insignes & dos mais peritos que então avia em Europa, [2] dos quaes elle (Luis Vaz) aprendeo a lingoa latina e filosofia e mais letras humanas com tanta perfeyção como mostrão seus escritos».

Faria e Sousa suppõe que Camões principiou os «estudos» com dez annos, em 1534, deixando inexplicado, se subentende «estudos na Universidade». [3]

Juromenha e Braga são de outro parecer. Juromenha, [4] invocando a circumstancia, aliás legendaria, de o Poeta conviver nos seus ultimos annos, depois de repatriado em 1570, com os religiosos dominicanos do convento de Lisboa, [5] calcula que o Poeta os teria tido por educadores e preceptores, participando do ensino ministrado porventura nas aulas conventuaes de S. Do-

---

[1] Severim, fl. 2^{b}.

[2] Posteriormente, por occasião da nova reforma da Universidade, decretada por Pombal, foram chamados tambem mestres estrangeiros.

[3] Cfr. *Vida* II^{a}, § 10.*

[4] Juromenha, I, p. 15.**

[5] A fonte, de onde manaram as noticias sobre o tracto amigavel do velho Camões com os frades dominicanos, é o Commentario de Corrêa (Canto IX, est. 28, p. 245; e est. 71.***

---

ainda a passagem que affirma vaga, mas preoccupadamente: «quanto ás letras, esta e outras obras suas que andam impressas, mostram sua erudição e engenho e quam alto pusera assim a risca se, deixados outros exercicios, se dera a ellas de todo!»

* Na *Vida* I^{a}, (cap. 7) Faria e Sousa não assentara datas, dizendo apenas que o Poeta ouvira as prelecções dos doctissimos sujeitos que D. João III chamara para Coimbra.

** «As relações que Simão Vaz de Camões tinha com os padres de S. Domingos que n'aquelle tempo gozavam de bastante reputação litteraria; a proximidade da casa com o convento; a docilidade com que o Poeta a seu rogo emendou e riscou alguns logares do seu Poema; o recreio que mostrava e a consolação que sentia com a companhia d'estes religiosos nos ultimos e desgraçados tempos da sua vida, arrastando-se encostado a umas moletas (!) para ouvir as lições de theologia que se davam n'este convento, me faz acreditar que fossem estes religiosos os primeiros preceptores do nosso Poeta, frequentando elle as suas aulas que n'aquelle tempo eram concorridas pelas principaes pessoas da côrte».—Cfr. Latino Coelho, p. 38.

*** E diz: «o nosso Poeta não diz mal dos Religiosos, antes em suas obras mostra ser-lhe muito affeiçoado, e eu lh'o ouvi muitas vezes. E tanto é isto assi que no tempo que eu com elle tratava, nunca sahia do mosteiro do bemaventurado S. Domingos e me dizia muitas vezes que não havia mais honrada conversação e amizade que a destes Religiosos».—e mais adeante, onde refere que o Poeta emendara as celebres estancias sobre as nymphas de Venus: «por conselho dos Religiosos desta cidade, com que tinha grande familiaridade».

mingos de Lisboa, até perto de 1534.[1] Braga[2] emitte um raciocinio muito diverso; e diz: «Tinha Luis de Camões tres annos de edade quando em 1527 rebentou em Lisboa uma grande peste que se propagou tambem pelo Alemtejo. D. João III fugira com a rainha D. Catharina para Coimbra e a melhor parte dos fidalgos da côrte. O que ficaria fazendo em Lisboa Simão Vaz de Camões quando tinha casa e propriedades em Coimbra, aonde a memoria de seu avô João Vaz de Camões era ainda tão respeitada? No livro de Amato Lusitano *Curationum Medicinalium*** se vê que a peste continuou a devastar Lisboa e Santarem em 1527, 1528 e 1529; isto melhor fundamenta o ter Simão Vaz de Camões permanecido em Coimbra, depois do regresso da côrte para a capital».—Confesso que não percebo a logica da argumentação de Th. Braga. Se perguntarmos: mas porque é então que os paes de Camões, tendo casa e propriedades em Coimbra, residiam depois de casados em Lisboa? recebemos a singular resposta[3] que «a residencia de Simão Vaz de Camões em Lisboa, como cavalleiro-fidalgo que era, foi uma consequencia do seu casamento» (!) e que «a sua pobreza repentina (!!) o confirma (!?)». Mas então: era, ou não era, obrigação de todos os fidalgos casados o residirem aonde a côrte estacionava temporariamente, ora em Lisboa, ora em Coimbra, etc.? ou impôr-se-hia esta condição unicamente aos cavalleiros em serviço, sem consideração ao seu estado? E sendo valida a primeira, ou sendo valida a segunda hypothese, como é que Simão Vaz podia conservar-se em Coimbra, depois de a côrte d'ahi partir, quer fosse em exercicio das suas funcções, quer não? Enigmas que Braga não resolve. Nós, porém, sabemos de sciencia certa — dos dizeres de Barros,[4] — que a côrte não se importava nem muito nem pouco com as centenas de fidalgos *sem moradia*, e muitas vezes sem meios de sustento, que viviam nas cidades da provincia e nas aldeias. E onde ha documento de que conste haver possuido o pae do poeta, antes ou depois de casado, um emprego qualquer palaciano que o ligasse á côrte? Em outra pagina, immediata ás duas de que extrahi os trechos citados, Braga, confundindo Simão Vaz I e Simão Vaz II (ou por ventura I e III?) conclue que o pae de Camões gas-

---

[1] V. Juromenha, I, p. 15. *

[2] *Hist. Cam.*, I, p. 63.

[3] *Hist. Cam.*, p. 62.

[4] Cfr. § 8, nota 4 d'esta *Vida*.

* O visconde quer que o Poeta ouvisse na Universidade de Lisboa as lições do insigne medico e botanico portuguès, Dr. Garcia da Horta, que lendo philosophia ainda em 1533, se despediu em 1534 das Escolas Geraes, para acompanhar á India Martim Affonso de Sousa.

** Sobre o livro *Curationum medicinalium centuriae septem* veja-se Barbosa Machado, I, p. 129.

tou a sua fazenda coimbrã, sustentando á farta os hospedes aulicos durante a peste de 1527![1]

Que trabalho insano e inconsistente o dos biographos que quiseram construir a biographia de Camões sobre a base dos assentos falsificados da Casa da India, isto é, em harmonia com os dizeres de Faria e Sousa! Ponhamos de lado sem escrupulo estas desencontradas opiniões, conjecturas e supposições, que são outras tantas sentenças contra a falta de probidade de Faria e Sousa; e recolhamos as parcas notas sobre as escolas conventuaes de Coimbra que as Fontes nos ministram.

§ 54.—Durante o reinado de D. Alonso VI de Castella, dois decennios depois da reconquista de Coimbra pelos Castelhanos, é que em 1086 o Bispo D. Paterno fundara, junto á sua egreja cathedral, um collegio ou seminario.[2] Parece que os monarchas portuguêses cuidaram, principalmente depois de erigirem em residencia real a bella cidade do Mondego, com especial desvelo d'este instituto que, ainda assim, talvez cahisse em decadencia.

A presumptiva visão de D. Bento, que já registámos, indica claramente que o convento mereceu particular carinho ao primeiro Rei D. Affonso Henriques.[3] Quanto a seu filho e successor, D. Sancho I, relata-se que durante seu governo se fundara o collegio de Santa Cruz[4]—o que talvez signifique que o monarcha deu novo impulso ao ardor com com que os conegos do mosteiro se dedicaram ao ensino. É fora de duvida que a escola tinha a sua sede dentro do convento, cujos priores eram ao mesmo tempo chronistas do reino.[5] D. Affonso V estabeleceu ahi uma bibliotheca. Ignora-se comtudo a grandeza e valia das suas collecções, por ter sido destruida por occasião do terremoto

---

[1] Th. Braga entende que Gil Vicente allude na farça dos «*Almocreves*», representada em 1527 em Coimbra, ao pae de Luis Vaz (vol. III, p. 207). Mas o Simão Vaz, mencionado na dita farça, não era fidalgo pobre: antes pelo contrario «*thesoureiro e capellão*». A interpretação é, portanto, inconsistente e fallaz.—V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 63-64 e a «Biographia consagrada ao Tricentenario», a p. XIII.

[2] V. Theophilo Braga, *Curso*, p. 112, onde se mencionam mais algumas escolas conventuaes.

[3] Cfr. *Vida*, § 47.

[4] Th. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 73. *

[5] V. Introducção historica, § 40, Nota 4.

---

* Diz apenas e muito vagamente: «que, reformado em 1527, o Mosteiro de Santa Cruz continuou com mais ardor o costume que desde D. Sancho I guardava, de se dedicar ao ensino».

de 1755.[1] Sobre tudo o mais, não ha senão notas extremamente escassas. Schäfer[2] e Braga[3] dão, comtudo, alguns pormenores sobre as instituições, os regulamentos e a marcha do ensino dos collegios de Santa Cruz.

§ **55.**—No reinado de D. João III, a cultura scientifica e em especial o estudo das linguas e litteraturas classicas, chegou ao seu apogeu, sendo por elle protegido com mais solicitude ainda do que pelos antecessores: D. João II, que se carteava com o docto italiano Angelo Poliziano, e D. Manoel, que chamou (1521) para mestres dos seus filhos mais novos, D. Affonso e D. Henrique, destinados a altos postos ecclesiasticos, um discipulo de Poliziano, Aires Barbosa o qual, durante vinte annos, e mais, ensinara na Universidade de Salamanca as linguas grega e latina e a rhetorica. «El Rey D. João III, diz Schäfer, protegeu de todas as maneiras as lettras e os lettrados; os obstaculos[4] com que lhes obstruiu depois o caminho, por mal dirigida e exagerada piedade, não tinham como fim paralisá-los. Ordenou que mancebos talentosos estudassem nas escolas e universidades estrangeiras, sustentando-os ou subsidiando-os com liberalidade. Em varios collegios de França e Italia cursavam as sciencias mais de setenta pensionistas, subvencionados pelo Rei de Portugal».

§ **56.**—«Entre as corporações religiosas—é Schäfer quem continua a falar**—nenhuma havia que correspondesse melhor aos desejos del Rei, fomentando com desvelo além dos exercicios espirituaes, o estudo das linguas e litteraturas classicas, do que a congregação dos conegos regrantes de Santa Cruz. Os padres, verdadeiros lettrados, não se poupavam ao trabalho de exercerem o mister de escriptores, compositores, impressores e correctores. A Ordem estava no meio de uma reforma, dirigida pelo monge de S. Jeronymo-eremita, Bras de Barros, que mais tarde chegou a ser Bispo de Leiria.[5] No

---

[1] Cfr. Lichnowsky, p. 328.—Compare-se o que Th. Braga diz a respeito da Bibliotheca de Alcobaça, que seria coeva e muito semelhante á de Santa Cruz. *Curso*, p. 113.*

[2] Schäfer, vol. III, p. 68 e seg.

[3] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 71 e seg.

[4] Allusão á introducção do Santo Officio da Inquisição (em 1536) e á Companhia de Jesus, cuja influencia durou desde o seu auge, em 1550, até á data da reorganização do ensino por Pombal (1759, resp. 1770).

[5] Cfr. § 46 d'esta *Vida*.

* Ha erro evidente n'estas affirmações, que serão discutidas na *Segunda Parte*.

** Schäfer segue os apontamentos de um sabio português, Frei Fortunato de S. Boaven-

afan de dar tom e impulso vigoroso não só á congregação dos Cruzios, mas aos collegios conventuaes de todo o reino, utilizou os serviços do conego regrante D. Damião da Costa,[1] o qual, depois de freqüentar a Universidade de Paris, adquirindo conhecimentos vastos e profundos, ganhara a confiança del Rei e fôra por elle incumbido de eleger, entre os muitos Portuguêses que de ordem régia estudavam em Paris, os que mais se distinguissem em humanidades. Indigitou os mestres Pedro Henriques e Gonçalo Alvares, e estes começaram em 1528 a fazer cursos de Latim,[2] Grego[3] e Hebraico, em beneficio dos sobreditos conegos que muito aproveitaram e sobresahiram n'estes estudos. Acudiam tambem estudiosos leigos de fóra do Convento, desejosos de participarem do ensino. Surgiu então a necessidade de repartir a multidão dos estudantes e ouvintes em dois collegios: o de S. Miguel, e Todos os Santos. D'estas escolas sahiram homens eximios pela sua erudição, dos quaes mencionaremos apenas o conego regrante Heliodoro de Paiva, e Pedro de Figueiró, este ultimo como auctor de commentarios eruditissimos á Sagrada Escriptura, e o primeiro como auctor de um diccionario das linguas grega e hebraica, impresso nos prelos do proprio mosteiro de Santa Cruz, no anno de 1532, e tambem por causa das suas afamadas prelecções».

---

[1] O padre D. Damião, depois de ter lido «artes» durante tres annos nas escolas de Santa Cruz, tornou a Paris a receber o grau de mestre em Theologia, por ordem do reformador, para a vir ler ao mesmo mosteiro.—Cfr. Th. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 73, que cita as palavras textuaes de D. Nicolau de Santa Maria, II, p. 309.

[2] O Latim ensinava-se pela «Arte» do Padre-Mestre D. Maximo de Sousa (fallecido a 6 de outubro de 1544). Esta grammatica foi impressa na officina de Santa Cruz por ordem del Rei, e continuou a servir de manual ainda depois de entregues as escolas menores aos padres da Companhia (1555). Th. Braga dá *por certo* que D. Heliodoro de Paiva e D. Maximo de Sousa foram mestres de Camões, «em artes». De passagem seja dito que o padre D. Maximo, natural de Soure, era filho de um fidalgo honrado da mesma villa, Leonel de Sousa e de sua mulher D. Anna de Macedo, de Santarem—e portanto, provavelmente, parente da mãe de Camões, sua homonyma.—Cfr. § 13, d'esta *Vida*, p. 115, nota 4, e Th. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 76-77.

[3] Para o ensino do grego servia a Grammatica do conego regrante D. Heliodoro de Paiva, collaço del Rey D. João III, cujo nascimento teria portanto logar em 1502. Este Padre falava e escrevia latim, grego e hebraico, como se fosse a sua lingua materna! Além d'isso pintava e illuminava; era cantor e musico; compunha, tangia e cantava com tanta suavidade que enleava os ouvintes.—V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 77, que segue a Chronica dos conegos, cujos dizeres já foram repetidos por Barbosa Machado (II, p. 432-433).

tura, aproveitando cuidadosamente a «*Memoria do começo, progressos e decadencia da Litteratura grega em Portugal desde o estabelecimento da Monarquia até ao reinado do Senhor D. José I*», impressa em 1823 nas *Memorias da Academia*, vol. VIII, P. 1, p. 1-54.

§ **57.**—Th. Braga[1] enumera alguns fidalgos da primeira nobreza do reino que freqüentavam então as aulas do mosteiro de Santa Cruz, vestindo o habito dos Agostinhos: o Senhor D. Antonio,[2] depois Prior do Crato e pretendente ao throno de Portugal (em opposição a D. Felipe II de Hespanha); D. Fulgencio e D. Theotonio, filhos do Duque D. Jayme de Bragança;[3] D. João de Bragança, filho de D. Francisco de Mello, marquez de Ferreira; D. Antonio da Silva, filho do conde de Portalegre, D. João da Silva; D. Gonçalo da Silveira, filho de D. Luis, conde da Sortelha.[4].

Foi certamente, em harmonia com os desejos d'estes magnates, que os collegios de Santa Cruz foram divididos em dois, de categoria diversa. Seria pelo menos difficil dar com outra razão que motivasse a separação feita entre os nobres e ricos, e os pobres menos afidalgados. Só este nosso seculo XIX viu e vê nas mesmas aulas filhos de reis, principes e simples burguêses. Para os fidalgos e nobres do reino é que se fundou o collegio de S. Miguel dentro do mosteiro de Santa Cruz,[5] e para estudantes honrados, pobres, o collegio de Todos os Santos.[6] Este tinha seu dormitorio na casa grande do terreiro da Procuração, a que chamavam o «Galeão»; o outro tinha o seu dormitorio mais para cima, á parte do Norte, junto das torres [isto é, n'um sitio mais arejado

---

[1] *Hist. Cam.*, I, p. 74-75.

[2] D. Antonio era filho natural do Infante D. Luis, Duque de Beja e condestavel de Portugal (1506-1555) e da *Pelicana*, alcunha de Violante Gomez, judia celebre por sua formosura.—(V. Klein, *Geschichte des Dramas*, vol. IX, p. 288. *

[3] Cfr. Storck, II, p. 371 e 372. **

[4] V. Braga, *Hist. Com.*, I, p. 75, e Faria e Sousa, *Epitome*, p. 294 e 306 da edição de Bruxellas. ***

[5] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 74. ****

[6] Th. Braga, I, p. 78, diz terminantemente que no collegio de Todos os Santos se lia, além de Artes, a grammatica grega e hebraica. Não se daria o mesmo caso no collegio de S. Miguel?

---

* Cfr. Sousa, *Historia Genealogica*, vol. III, p. 368.

** Ahi se trata de decidir se o Soneto 21 «*Os reinos e os imperios poderosos*» consagrado a D. Theodosio, data de 1535 ou de 1542. Veja-se § 65

*** Braga copia um trecho da *Chronica dos Conegos*, p 413, tão infelizmente, que faz claudicar o auctor d'esta obra, inculcando-lhe um sobrinho de D. Gonçalo (D. Alvaro, de quem logo fallaremos—como irmão do martyr de Monomotapa. E quanto aos trechos de Faria e Sousa, não fui capaz de os descobrir no meu exemplar (que é de 1674).

**** O leitor curioso é enviado outra vez á *Chronica*, II, p. 300, fonte onde Braga bebeu todos os seus apontamentos sobre Santa Cruz.—Lastimo que o sr. prof. Storck não me pedisse um exemplar da obra que, de resto, nem sempre é fidedigna. Tendo-o á sua disposição, coordenaria, sem duvida, um quadro muito mais amplo, vivo e fiel da vida escolar portuguêsa na época de Camões, isento das pequenas sombras que o turvam agora.

e fresco, e portanto mais saudavel]. Perseveraram estes collegios dentro do mosteiro até 1544, conforme nos diz Braga [baseado sobre as informações do chronista cruzio].

Fica, comtudo, indeciso, se Camões «*pobre-honrado*», seguiu como alumno interno os cursos do collegio de Todos os Santos, conforme indica Braga.[1] A mim parece-me que a sua prosapia não permitte dar o caso por provavel.

§ 58.—A ingenua franqueza e o espirito despreoccupado da mocidade academica não reconheceriam, de certo, as barreiras artificialmente levantadas entre os dois collegios. Entre ricos e pobres, altamente graduados e burguêses sem titulos e rendas, haveria multiples relações de amizade, que nem sempre ficariam estereis e sem importancia para o futuro. Assim se explica o trato intimo com filhos e parentes da principal nobreza do reino que o Camões teve positivamente durante a sua posterior estada em Lisboa, assim como em Ceuta e Goa—relações que não teriam nada de estranhavel, ainda mesmo quando Camões pertencesse aos estudantes honrados, pobres. Longe da patria, na Africa e Asia, é natural que os conterraneos se ligassem estreitamente com mais facilidade do que nos paços reaes; mas mesmo lá os usos e as costumeiras, contrahidas durante os annos escolares, podem ter sortido egual effeito. É verdade que o Poeta, que viveu e morreu pobre, não tirou grandes vantagens da convivencia com os Duques de Bragança, os Regedores da familia dos Silvas, e outros senhores de alta categoria; mas bem póde ser que, de quando em quando, em horas de profunda melancolia, haurisse allivio e descanço na conversação intima e franca com amigos e companheiros.

O que parece certo é que já em tenra edade contrahiu relações de amizade com D. Gonçalo da Silveira, fidalgo sincero e profundamente religioso, filho dos Condes da Sortelha, e tambem com seu irmão D. Alvaro, que seria egualmente condiscipulo do Poeta.[2] D. Gonçalo estudava theologia, para seguir a carreira ecclesiastica, e, affeiçoando-se ao procedimento dos primeiros Jesuitas, entrara na Ordem, ou, como se dizia n'aquelles tempos, na «*Companhia de Mestre Ignacio*».[3] Foi em março de 1555 como Missionario para as par-

---

[1] É um lapso dizer-se, a p. 399 do vol. I da *Hist. Cam.*: «Camões é interno no collegio de S. Miguel, dos estudantes honrados pobres».—*Todos os Santos* é o que Braga queria dizer.

[2] Cfr. Storck, III, Elegia XXVI, commentada a p. 321, e os §§ 264-265 e 306-307 d'esta *Vida*.

[3] O segundo conde da Sortelha, D. Diogo da Silveira, que herdara a casa, o titulo e o emprego de seu pae, ficando guarda-roupa de D. João III, e mais tarde de D. Sebastião, accusou o Jesuita Padre-Mestre Simão Rodrigues (de Azevedo), um dos nove compa-

tes da India, e seguiu, pouco depois de chegar a Goa, no outomno do mesmo anno, para a Abissinia. Na primavera immediata voltava de Arquicó com a mensagem que o Imperador não estava, de modo algum, propenso a entrar no seio da Igreja romana.[1] O Governador da India, Francisco Barreto, demora e adia o despacho do importante negocio. D. Gonçalo, como Provincial da Companhia, embarca desgostoso para Cochim. Receando então que se desse parte da sua pouca diligencia ao Soberano Português, o Governador manda chamar a conselho geral todos os prelados e fidalgos velhos, que ouvem e avaliam novamente a relação do Padre-Mestre, e despacham uma solemne embaixada á Abassia, em janeiro de 1557. Os Jesuitas porém já antes haviam voltado á Africa (dezembro de 1556), a fim de missionarem no rico imperio de Monomotapa. Foi ahi que, quatro annos mais tarde, a 16 de março de 1561,[2] D. Gonçalo morreu durante a noite, estrangulado por ordem ou com o beneplacito do monarcha Sebastião, que mandou deitar o seu corpo n'uma ria,[3] como presa aos crocodilos.[4] Camões levantou ao bemaventurado martyr um duplo monumento: nos *Lusiadas*[5] e no livro dos Sonetos. Lembranças saudosas de dias juvenis, passados em commum, no tempo inolvidavel de Coimbra, vibram nos singelos versos da poesia, pregoeira dos meritos de D. Gonçalo,

> que sempre deu na vida claro indicio
> de vir a merecer tão santa morte.[6]

§ 59.—Os dois Mestres, já mencionados, que vieram de Paris para Coimbra, a fim de ensinarem em Santa Cruz grammatica grega e hebraica—Pedro

---

nheiros de Santo Ignacio de Loyola, primeiro Provincial da Ordem em Portugal e depois confessor do monarcha, de ter estimulado e induzido artificiosamente a D. Gonçalo para que entrasse na Companhia.—Cfr. Schäfer, III, p. 351 e seg.—Joaquim de Vasconcellos, *Dürer*, p. 46,3 e 48,6 e *Renascença*, p. 140; Braga, *Manual*, p. 321 e *Curso*, p. 255; Ramalho Ortigão, na edição dos *Lusiadas* do Gabinete de Leitura, p. LXIV; Burton, *Cam.*, I, 307 e seg. *

[1] Cfr. § 259 e 350 d'esta *Vida*.

[2] Braga. *Hist. Cam.*, I, p. 75 dá, erradamente, a morte como acontecida em 1560.

[3] Segundo Burton, II, p. 513, «a lakelet drained by the Rio Mossenguese».

[4] Cfr. Couto. VII, 2, 7; 3, 3; 3, 7 e 9; como tambem Antonio de Abreu, *Obras ineditas*, p. 162.

[5] *Lusiadas*, X, 93.

[6] Soneto 37, v. 13-14.—Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 76.

---

* A conversão deu brado, porque D. Gonçalo foi o *primeiro* obreiro do Collegio de Jesus de Coimbra; e o seu exemplo foi imitado por muitos jovens da melhor fidalguia do reino.

Henriques e Gonçalo Alvares,—leram mais tarde tambem nas escolas publicas[1] [e seculares] da Universidade. Parece, comtudo, que tal procedimento era caso raro, e não se vulgarizou. Por duas razões. De um lado o estudo das humanidades tomou tal incremento no mosteiro real, graças á benefica acção protectora de D. João III, que aos lentes não sobrava tempo nem força para cuidarem de outros interesses além dos de Santa Cruz. Do outro lado os conegos opinavam sempre que era contra o rigor da clausura, restabelecida pela nova observancia—irem lêr fóra do mosteiro, ainda mesmo que fosse nos paços reaes, que D. João III franqueara generosamente para installação das escolas. Por isso tornou-se necessario mandar vir mais professores do estrangeiro.

Eis o motivo que levou o soberano a chamar ao reino o Português Mestre André de Gouvea,[2] que fundara em Bordeus um collegio humanistico e o dirigia com grande successo. Sob os seus auspicios e com a coadjuvação de varios lettrados francêses, inglêses, allemães e portuguêses, surgiu em Coimbra um estabelecimento, modelado, provavelmente, sobre o plano do antigo collegio bordegalense (o celebre «*Collège de Sainte-Barbe*»).[3] Durante o lustro, em que os primeiros d'estes collegios «menores» começaram a florescer em Coimbra, entre 1545 e 1550, o Poeta já havia ultrapassado a idade escolar.[4] Na falta, porém, de apontamentos sobre o plano de estudos seguido nas aulas mais antigas de Santa Cruz, que julgamos freqüentados por Camões, parece-nos util delinear a traços rapidos o programma do instituto dos Gouveas, que,

---

[1] Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 73, que ainda aqui copía a respectiva passagem da *Chronica dos Conegos Regrantes* [vol. II, p. 300].*

[2] Th. Braga, no *Curso de Litt.*, a p. 192-195, trata muito summariamente de André de Gouvea e de outros membros da mesma familia, e em especial dos lentes chamados para Coimbra. Será bom comtudo não esquecer que varios dos eruditos ahi mencionados, pertenceram ao corpo docente da *Universidade*, na qual, por ordem de D. João III, se incorporaram mais tarde os Collegios de Santa Cruz, cujo Prior-mór era, como já sabemos, Cancellario da Universidade.**

[3] Schäfer, III, p. 70.

[4] Morgado de Matteus, ed. 1819, p. 407.

* Storck podia ter remettido o leitor a p. 302 da mesma obra, e ao § 101 das *Noticias Chronologicas*.

** Ha indicações muito mais amplas e substanciaes sobre os Gouveas em Joaquim de Vasconcellos, *Albrecht Dürer e sua influencia na Peninsula*, p. 45-50, havidas na obra-mestra de Quicherat, *Histoire de Sainte Barbe* (Paris, 1860, vol. I, cap. 23); e ha ainda considerações importantes sobre a filiação dos tres eruditos que tiveram o nome Diogo, nas excellentes *Noticias Chronologicas* de Leitão Ferreira, § 966-985.

de certo, póde passar por modêlo e padrão de todos os estabelecimentos scientificos luso-francêses d'aquella era.

§ 60. — O instituto conimbricense, que abraçou, conforme indiquei, o systema de ensino introduzido por André de Gouvea no seu collegio de Bordeus, compunha-se de dez classes. Na decima — a de iniciação — os Abecedarios (ou Decumenos), meninos de sete annos de edade, ou menos, aprendiam a lêr, escrever e a «declinar».[1] Na nona aperfeiçoavam-se as noções bebidas na antecedente; depois procedia-se á leitura em duas linguas dos distichos de Catão,[2] que os pequenos copiavam, decoravam e recitavam. Os discipulos da oitava classe liam trechos de cartas escolhidas de Cicero,[3] um extracto dos «*Colloquios*»** de Mathurin Cordier*** e algumas scenas de Terencio. Nas cinco seguintes continuava a leitura e explicação de Cicero e Terencio, á qual accrescia pouco a pouco a de Ovidio (*Metamorphoses; Tristia; Epistolae ex Ponto; Fasti*) e, na terceira classe, o estudo dos elementos da rhetorica. Na immediata explanava-se, além de algumas orações mais difficeis e dos tratados moraes de Cicero, algum fragmento de Virgilio e a Pharsalia de Lucano. Faziam-se tambem ensaios de composição, declamação e versificação, mesmo de improviso, exercicios que tinham o seu remate na ultima classe em um estudo mais profundo da rhetorica e no convivio mais intimo dos historiadores, poetas e oradores.[4]

---

[1] Segundo Th. Braga. (*Hist. Cam.*, I, p. 84) a idade usual, em que os educandos entravam nos estudos menores do collegio de Santa Cruz, era aos doze annos.

[2] As explanações davam-se, nestas primeiras classes, na lingua nacional. A primeira *Grammatica de linguagem portugueza* de Fernão d'Oliveira, veiu á luz em 1536, conforme Coelho, I, p. 132-133; a segunda *Grammatica da lingua portugueza* (de João de Barros), precedida de uma verdadeira «Cartilha», foi impressa tres annos depois (de 1539 até 12 de janeiro de 1540); o mais antigo Diccionario *Dictionarium Latino-Lusitanicum et vice-versa Lusitanico-Latinum* de Jeronymo Cardoso († 1569) só appareceu em 1570, em Coimbra, á custa del Rey D. Sebastião e graças aos cuidados do Allemão Sebastião Stochamer, de Ingolstadt, o qual acompanhando o seu mestre e amigo Fabio Arcas, mudára d'aquella Universidade do Tirol para Coimbra. — Cfr. J. Ramos Coelho, *Fabio Arcas e Sebastião Stochamer* no vol. XXXIII, 2, (p. 121 e seg.) do *Instituto*.*

[3] Schäfer, III, p. 71-72.

* Póde ser que anteriormente os Portuguêses se servissem do *Universal Vocabulario en latin y romance de Alfonso de Palencia*, impresso em 1490 em Sevilha. — Veja-se tambem *Noticias Chronologicas*, § 1195-1213.

** *Colloquiorum scholasticorum libri quattuor*, um manual de conversação latina, com exercicios progressivamente graduados, que teve innumeras edições.

*** Provavelmente os trechos que a mão de Mathurin Cordier (1479-1567), o bondoso amigo da infancia, subordinara ao titulo «*Principes de lecture et d'écriture latine*».

§ **61.**—É facil calcular o resultado d'esta ordem de estudos: os auctores latinos e a rhetorica latina ensinavam a falar e a pensar *á latina* e a usar de circumloquios rhetoricos. Faltavam todos os elementos patrios; só nas primeiras classes é que se empregava a lingua materna e mesmo ahi simplesmente como expediente ineluctavel! Tambem em outros paizes o humanismo pendia para a desnacionalização das camadas superiores da sociedade, quanto á lingua e ao modo de pensar.

André de Gouvea introduziu (posteriormente)* ainda o ensino da lingua grega, estabelecendo para elle uma cadeira privativa.[1] A Arte grammatical de Theodoro Gaza era o primeiro guia dos incipientes. Interpretava-se depois Homero e Demosthenes, e outros Poetas e oradores. Alguns mestres serviam-se da lingua grega, como por exemplo Nicolas Grouchy (1520–1572). Era facultativa a assistencia a estas prelecções; mas quasi todos os estudantes da quinta e mais classes superiores familiarizavam-se com a lingua de Aristoteles.[2] A cultura classica ficou sendo o distinctivo do perfeito cavalheiro. É verdade que muitas vezes a erudição lindava com a charlataneria; no anno de 1550 o rei de França, Francisco I, fez um contracto com certo Julio Camillo que obrigava este ultimo a ensinar o monarcha a falar as linguas da antiga Roma e da Grecia, em prosa e em verso, tanto com a elegancia de um Demosthenes e Homero, como de um Cicero e Virgilio, e tudo isso dentro do prazo de um mez!

El Rey D. João III não chegou a apropriar-se o dom das linguas. Os proprios irmãos do soberano foram, porém, sacrificados á moda do *romane lo-*

---

[1] Portugal já possuia poetas distinctos que se tinham occupado a serio da litteratura grega. Dizem que João Rodrigues de Sá (e Menezes), poeta cujos versos andam no Cancioneiro de Resende (1516) e que fôra discipulo de Angelo Poliziano, na Italia, deixou em manuscripto Commentarios a Homero, Pindaro e Anacreonte. Seu parente, o Dr. Francisco de Sá e Miranda, commentava, se a fama não mente, com notas marginaes em grego o seu exemplar de Homero.—Cfr. Miranda, *Obras*, ed. 1784, vol. I, p. XXX da *Vida*: «*Soube tanto da lingoa grega que lia a Homero n'ella e acotava de sua mão, em grego tambem*».

[2] Schäfer, II, p. 72. * *

* Era logo no principio, e não posteriormente, que o grego se combinava com o Latim nos collegios humanisticos do seculo XVI, tanto em França como em Portugal.— Antes de Gouvea e Grouchy, já lá estava em Coimbra, de 1537-1547, *Vicente Fabricio* que explicava Homero, «não como quem o traduzia do grego em latim, mas como quem na propria Athenas o estivesse lendo», conforme a critica, em geral severa, do jocoserio humanista flamengo Nicolau Clenardo; e antes d'elle floresciam já em 1528, em Santa Cruz, Pedro de Figueiredo e D. Heliodoro de Paiva (de quem, de resto, já se fallou de passagem).

* * Aqui como sempre falla, pela bocca de Schäfer, Frei Fortunato de S. Boaventura, e a ambos serve de guarda-costas o velho Elias Vinet.

qui! Até a irmã mais nova, a Infanta D. Maria (1521-1577), curvou-se deante da signatura do tempo, imitada n'isso por outras damas da côrte, que estudavam latim, traduzindo e poetando.

A veia satyrica de alguns palacianos motejava já nos fins do seculo xv, do fanatismo com que se prestava preito e homenagem á antiguidade classica. D. Francisco de Portugal, por exemplo, que veio a ser 1.º Conde de Vimioso, allude ao exclusivismo exagerado da cultura do latim classico, n'uma cantiga engraçada em português velho e relho, em que, dirigindo-se a Ayres Telles de Menezes (fallecido posteriormente no convento da Arrabida, em habito de Franciscano), [1] graceja da clausura, a que o erudito latinicola já então se sujeitava voluntariamente, por amor do Latim!

> Estudais, e fugis de mim!
> Sois Latino!
> Que quedas da o ensino
> do latim!
>
> Trareis todo decorado
> o Metamorfoseos:
> Eu trar-vos-hei assombrado
> de rir de vós!
> Coitado! triste de ti,
> homem mofino!
> que foste nascer em sino
> de latim! [2]

§ **62.**—Nos estatutos dos Collegios de Santa Cruz indicava-se, como uso e costumeira digna de imitação, que todos os escolares falassem latim e grego, pelo menos das portas das escolas para dentro. [3] Tal lei foi transplantada em 1537 para a Universidade, e ainda estava em vigor em 1550. Camões tinha portanto que conformar-se a esta pratica, e seria bem capaz de o fazer, porque dispunha de uma memoria excepcionalmente malleavel e segura, e já accumularia, por leituras constantes e vastas, um peculio copiosissimo de pa-

---

[1] Cfr. Braga, *Poetas Palacianos*, p. 312-313.

[2] *Canc. de Resende*, II, p. 121 (e não III p. 121, como Braga disse, por engano, na *Hist. Cam.*, I, p. 78-79).*

[3] Cfr. Juromenha, I, p. 18-19, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 78: «*a todos é oprobrio fallar salvo em a lingua latina ou grega*».

* D. Francisco de Biveiro, apodando os dois irmãos Simão e Luis da Silveira, exclama tambem, cheio de ironia: *Um d'elles sabe latim!* (III, p. 265); e muitos outros são satyrizados por saberem *dois dedos de latim*.

lavras e phrases latinas. Fornecem a prova irrefutavel, de um lado os seus vastos e profundos conhecimentos, verdadeiramente pasmosos, de historia e mythologia classica e em especial da litteratura latina—conhecimentos até de pormenores minimos que elle explora, como propriedade intrinseca sua, mesmo nas regiões onde não podia ter á mão livros de consulta, por exemplo em Ceuta, Goa e Macau—e de outro lado a maneira audaz como o Poeta enriqueceu a lingua patria de muitos termos e neologismos classicos que se nacionalizaram depois—trabalho sempre melindroso, que requer, além de um fino sentimento da individualidade do idioma moderno, um saber profundo e seguro. Apesar d'isto não ha pretexto algum para assentarmos que o alumno Camões se congraçasse muito com a conversação obrigatoria em latim: o adulto, pelo que consta, nunca empregou o idioma do Lacio, [1] servindo-se apenas (excepção feita a uma serie de poesias em castelhano), [2] em verso e prosa, unica e exclusivamente do seu bello portuguès, [3] da falla de que *Venus*

---

[1] Ha pouquissimas phrases latinas nas obras do Poeta. Dois modismos vulgares: *in illo tempore* e *sicut et nos* na Carta de Goa; um proverbio: *vinum laetificat cor hominis* na Comedia del Rey Seleuco (verso 553); uma phrase biblica *tu ex illis es* (Matheo XXVII, p. 73) nos Disparates da India; e só *uma* citação classica, as palavras de Scipião Africano, conservadas por Livio XXXVIII, 53: *Ingrata patria, non possidebis ossa mea*, tambem na carta em prosa de Goa. *

[2] Na traducção allemã das Obras de Camões marquei todos os versos em castelhano com um asterisco, exceptuando unicamente o Monologo de Aonia, no Idyllio I.º e as linhas hespanholas intercaladas nos Autos portuguêses. **

[3] A proposito direi que ha um verso em italiano nos *Lusiadas* (IX, 78), que é um proverbio.

* De passagem accrescentarei que esta amarga e orgulhosa phrase era muito do agrado dos quinhentistas peninsulares: encontrei-a no Cancioneiro de Stuñiga (p. 375); na *Ulysippo* de Jorge Ferreira de Vasconcellos (p. 259); nas *Decadas* de Diogo do Couto (V, 6, 3), que a attribue, mais romantica do que veridicamente, se dermos fé a Barros e Gaspar Correa, ao Vice-rei da India D. Nuno da Cunha († 1539) na hora da morte; e ainda no Commentario pseudo-camoniano aos *Triumphos de Petrarca*. Em segundo logar direi que nas Poesias pseudo-camonianos ha mais algumas phrases latinas, p. ex.: no Soneto 273: *Oblivioni detur dextra mea* (Psalmo, 136, 5). Lembrar aos philo-lusitanos que enorme colheita de phrases em latim classico e macarronico se poderia extrahir do repertorio dramatico do seculo XVI e dos cancioneiros hispanicos, é tarefa inutil. Quasi que não havia poesia que valesse, sem cunho de latinismo. Ainda na parcimonia com que emprega effeitos baratos d'esta ordem, é preciso admirar o bom senso e bom gosto do Mestre.

** Torna-se assim facil contar qual a percentagem paga pelo maior lyrico da Peninsula á moda *castelhana*. A conta sahirá, comtudo, inexacta, emquanto não estiverem separadas das legitimas obras da Musa camoniana os enxertos illegitimos que pullulam nas suas obras.

quando imagina,
com pouca corrupção crê que é a latina.[1]

Um forte e energico sentir nacional afastou o cantor dos *Lusiadas* dos caminhos, trilhados por tantos auctores neo-latinos, e da ociosa giga-joga com linguas mortas ou estrangeiras.

§ **63.**—Antes de nos despedirmos do collegial Luis Vaz temos que mencionar e combater duas lendas, que tendem a dotar uma creança de onze ou dez annos, de um espirito enthusiasticamente militar, e ao mesmo tempo de veia poetica, assim como de conhecimentos mais que vulgares da historia universal.

§ **64.**—No anno de 1535 D. Luis, irmão do soberano, quis acompanhar o Imperador Carlos Quinto na heroica expedição da Goleta contra o corsario mohametano Haireddin Barbaroxa. Duvidando do assentimento régio,[2] o Infante fez em segredo os preparativos, auxiliado por alguns fidalgos, e partiu clandestinamente. Recebeu comtudo, logo depois, por um correio expresso, que o seguiu caminho de Barcelona, de onde a armada imperial havia de sahir, a licença necessaria da parte de D. João III, que não soffria bem o menoscabo da sua auctoridade.

Juromenha[3] suppõe que o pequeno Luis Vaz dirigiu por este tempo—e portanto na tenra edade de dez ou onze annos—ao juvenil Duque D. Theodosio de Bragança um Soneto,[4] e parece suppôr ainda que o moço mostrasse

---

[1] *Lusiadas*, I, 33.—Link (II, p. 248) tambem diz que a lingua portuguêsa se approxima mais que todas as outras da latina: e Nicolaus Delius observou «que em geral o Português conservou fórmas mais antiquadas do que o Castelhano».—Cfr. Diez, *Grammatik*, I, p. 101, Nota.

[2] Será bom relêr o significativo Soneto pseudo-camoniano, N.º 266, *Imagens vãs imprime a phantasia*, attribuido expressamente, pelo unico manuscripto que o transmittiu á posteridade, ao Infante D. Luis (que já mencionei no § 57, n. 2) e composto pelo Principe, sem duvida alguma, quando ponderava conscienciosamente os prós e contras da sua audaz resolução.—V. Storck, II, p. 415 e seg.—Pertence-lhe ainda o cyclo de Sonetos que na minha versão tem os N.os 234, 236 e 238-247. Duvido muito que seja d'elle, além das quinze poesias que apontei, o Soneto 197 (N.º 196 nas *Rimas Varias*, ed. Faria e Sousa), como indica C. M. de Vasconcellos na *Zeitschrift*, (VII, p. 154), mas não sei decidir o caso. Segundo Aquino (IV, p. XIII) teriamos ahi obra de D. Luis de Ataide, o que deixei de dizer no meu Commentario (II, p. 408).—Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 337.

[3] Juromenha, I, p. 16.

[4] É o Soneto 15 (ou 21): *Os Reinos e os Imperios poderosos*.—Cfr. o paragrapho seguinte.

vontade de seguir o Infante D. Luis á guerra de Tunis![1] Carolina Michaëlis de Vasconcellos[2] refere-se por duas vezes á ultima d'estas conjecturas, fallando d'ella como se fosse um facto geralmente conhecido,—mas sem indicar os mananciaes em que bebeu noticia tão estranha! Como é que o pequeno veio da cidade natal Coimbra (ou de Lisboa, como se julgou até hoje) a Evora, onde a côrte estava, e juntamente com ella o Infante D. Luis, que devia contar uns trinta annos? Como é que soube do plano que se dissimulara cuidadosamente para não chegar aos ouvidos dos Reis, e que não fôra revelado senão confidencialmente a alguns nobres, amigos das empresas do Infante? e como podia pessoa alguma saber em Coimbra ou Lisboa o que se passava? É de lei e justiça regeitar o conto até conhecermos melhor os seus fundamentos.

§ 65.—Tão decididamente como a anterior hypothese passo a regeitar outra que lhe anda intimamente ligada, a saber: que o pequeno estudante Luis Vaz composesse, na tenra edade de dez ou onze annos (1535), em Coimbra, o Soneto a que ainda agora alludimos,[3] dirigindo-o ao juvenil Duque de Bragança, quando este Principe se agasalhou no convento de Santa Cruz.

Determina a minha opinião discordante o facto seguinte.

Sem fazer grande caso da particularidade que no Soneto occorrem os nomes de heroes da Grecia, e de Roma, França, Hespanha e Portugal, que em geral costumam ser desconhecidos de rapazes, embora intelligentes e precoces, acho muito estranhavel que elle contenha allusões a infortunios politicos,[4] que realmente só se deram em 1536 e 1542[5] na Africa portuguêsa. Prefiriria portanto datar a poesia, que tenho por legitima propriedade de Camões, de tempos um pouco posteriores, e não de Coimbra—como Braga quer[6]—mas

---

[1] Pergunto, se a proposição relativa «*no qual anno de* 1535 *intentou acompanhar o Infante D. Luis á expedição da Goleta*» pode significar: «*no qual anno o Infante D. Luis intentou acompanhar a* (em logar de: *á*) *expedição da Goleta*»?—Julgo porém, preferivel a interpretação que já dei no Commentario aos Sonetos (II, p. 371) e pela qual *o Duque D. Theodosio* deve ser sub-entendido como verdadeiro *sujeito* d'aquella phrase.

[2] Na *Zeitschrift* de Groeber, VIII, p. 6, e no Sá de Miranda, p. 822.*

[3] Soneto 15 (ou seja 21)—*Os Reinos*, etc.—Cfr. Juromenha, II, p. 375.

[4] Versos 9-10—«*Ao nosso Portugal que agora vemos tão differente de seu ser primeiro*, etc.».

[5] Cfr. Introducção historica, § 67.

[6] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 103.

* Na *Segunda Parte* explicarei este caso.

antes de Lisboa — onde seria composta, simultaneamente com outra, consagrada egualmente ao Duque D. Theodosio de Bragança.[1] De ambas as poesias, das circumstancias que as motivaram, como tambem da sua razão de ser, terei de tratar mais tarde.[2]

§ **66.** — Resumamos o que resulta das deducções antecedentes: Luis Vaz frequentou um dos Collegios de Santa Cruz de Coimbra, provavelmente por intervenção de seu tio D. Bento;[3] teve trato, mais ou menos intimo, com fidalgos de alta gerarchia que estavam então no Collegio de S. Miguel, e distinguiu-se pelos dotes naturaes, por applicação e por rapidos progressos. Ignora-se quando começou a cursar estudos menores. Ignora-se ainda se já então poetava.

---

[1] Soneto 228 (ou 227): *Levantai, minhas Tagides, a frente.*

[2] V. § 125 d'esta *Vida*.

[3] Braga, (*Hist. Cam.*, I, p. 70) assenta a vinda da familia de Camões para Coimbra em 1527, fá-lo principiar os estudos sómente em 1537 (primeiro no Collegio e depois na Universidade), e encontra-o em 1542 em Lisboa nos serões da Côrte. (p. 72). Este ultimo termo já fôra fixado por Juromenha (I, p. 25), que marca, como principio e fim dos estudos de Coimbra, os annos 1539 e 1542, emquanto o Bispo de Vizeu (p. 168) vacilla entre a epoca de 1539 a 1544, e 1540 a 1545.

VII

CAMÕES ESTUDANTE DE COIMBRA

VII

CAMÕES ESTUDANTE DE COIMBRA

§ **67**.—Até á data do nascimento de Camões a Universidade Portuguêsa já fôra transferida por duas vezes de Lisboa para Coimbra:* a primeira vez, no semestre de 1308 para 1309, durante o reinado do seu fundador; a segunda, ao cabo de trinta annos e durante o governo de D. Affonso IV, no inverno de 1354 para 1355,[1] depois de ter permanecido por dezaseis annos na sua séde primordial. Ao cabo de vinte e dois annos, reinando D. Fernando I, foi restituida novamente—em 1377—a seu berço, Lisboa,[2] onde estacionou mais de seculo e meio, até 1537. N'este anno el-rei D. João III ordenou a ter-

---

[1] O sitio onde se estabeleceu o «Estudo» foi primitivamente a Moeda-velha no campo da Pedreira, segundo Ficalho, «*Garcia da Orta*», p. 40.

[2] Durante estes 160 annos mudou de sitio, trocando primeiro a Moeda velha, por favores do Infante D. Henrique, o Grande Navegador, contra umas casas sitas na freguesia de S. Thomé; e mais tarde, no reinado de D. Manoel, passou d'estas para um edificio no bairro de Alfama, proximo de Santa Marinha, n'um largo que ainda hoje se denomina: das Escolas Geraes. V. Ficalho, p. 40-41.**

* O summario das transferencias e regressões é, pois, o seguinte:

1290—Fundação da Universidade em Lisboa.
1308—1.ª transferencia para Coimbra.
1338—1.º regresso para Lisboa.
1354—2.ª transferencia para Coimbra.
1377—2.º regresso para Lisboa.
1537—3.ª e ultima transferencia para Coimbra.

** Mais correcto e adequado seria dizer que o edificio ficava visinho a S. Vicente, na rua denominada presentemente das Escolas Geraes.

ceira e ultima peregrinação, da capital á cidade do Mondego, onde os Estudos ficaram residindo desde então até nossos dias,[1] em que já não se mudam estabelecimentos d'esta ordem com a mesma facilidade e semceremonia.

Os motivos que levaram a tantas mudanças não são bem conhecidos. É, comtudo, provavel que se désse em geral a preferencia a *Coimbra*, por causa da boa fama dos seus institutos preparatorios, e tambem em attenção ao calmo sossego da cidade. Não havia a temer as distracções resultantes do trafego imponente do seu commercio e da affluencia de tantos e tantos estrangeiros para o emporio da India, nem as attracções que derivavam do fausto da Côrte com sua numerosa fidalguia, avida de divertimentos ruidosos—circumstancias estas, pouco propicias a estudos serios. Menos obvia é a razão que occasionaria o regresso á capital.

§ 68.—Desde 1537, isto é, desde que Coimbra fôra destinada novamente para séde da Universidade, os estudos menores e os maiores estavam sujeitos á mesma direcção suprema. Para dotar o instituto com as aulas sufficientes, D. João III mandou construir duas casas perto do mosteiro de Santa Cruz: uma, chamada collegio de Santo Agostinho, á esquerda; outra, o collegio de S. João, á direita. O primeiro, sumptuosamente installado, tinha aulas para as cadeiras de Theologia especulativa e moral, exegese dos livros da sagrada historia, canones e decretaes. O segundo, servia para todos os cursos de Leis, Medicina e Mathematica.[2] A transição dos preparatorios para estes estudos superiores não era, n'aquelles tempos, tão abrupta como hoje, nem entrecortada por um exame de madureza.[3]

§ 69.—A transferencia da Universidade vinha muito a proposito ao conimbricense Luis Vaz, parcamente provido de bens de fortuna, e que esta-

[1] Cfr. Denifle, vol. I, p. 519; Schäfer, p. 90 e 200; III, p. 67-81; Braga, *Curso*, p. 117, 168 e 192.

[2] Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 18, e Juromenha, I, p. 19; e com relação ás cadeiras: Ficalho, p. 41 ff.—Em Lisboa existiam, conforme os Estatutos manuelinos, as cadeiras seguintes: duas de Theologia (de Prima e de Vespera); tres de Canones (de Prima, Vespera e de Terça); outras tres de Leis, sendo a de Terça para Instituta; duas de Medicina: uma de Philosophia Natural; outra de Philosophia Moral; uma de Metaphysica; uma de Logica, e uma de Grammatica. Cfr. Schäfer, III, p. 81, [que extracta Leitão Ferreira, § 932].

[3] Na verdade, cumpre dizê-lo, em Salamanca era lei (em 1538) que os «grammaticos ou artistas», isto é, os alumnos dos preparatorios passassem por uma prova diante de um examinador especial, antes de se matricularem na Universidade. Do estudante de medicina exigia-se que fosse «bacharel em artes».—Cfr. Ficalho, p. 17.

ria em 1537 no quarto ou quinto anno dos cursos do collegio conventual. Com que meios teria custeado o estudante mais tarde uma estada prolongadissima na sumptuosa capital? Não nos é licito esquecer que o Poeta é qualificado muito expressamente de «*pobre*» no alvará de mercê de 7 de março de 1553.

Mas quem nos diz, de sciencia certa e irrespondivel, que Luis Vaz freqüentou a Universidade? redarguirá o leitor?

§ 70.—Nenhum dos biographos antigos se manifesta circumstanciadamente sobre estudos superiores do Poeta. As palavras de Severim [1] procedem das poesias de Camões, e podem referir-se tanto á Universidade como aos estudos menores no collegio dos Cruzios.* Do silencio de Mariz** e das declarações de Corrêa [2] sobre a educação do mancebo em Lisboa, devia inferir-se que á *Alma Mater* conimbricense não cabe a honra e a gloria de vindicar o Camões como seu alumno. O fabulador Faria e Sousa [3] que assenta o anno de 1534, como o da trasladação da Universidade, e segundo as apparencias tambem como o da vinda de Camões do Tejo para o Mondego, não merece fé nem credito.

Resta-nos portanto como unico abonador de Camões ao titulo de estudante de Coimbra, Domingos Fernandes, o editor das *Rimas Camonianas* de 1608, com a dedicatoria [4] em que consagra a sua edição á Universidade.

---

[1] Severim, *Vida do grande Luis de Camões*, fl. 2v.

[2] *Commentario aos Lusiadas*, I. 1. «E quanto ás letras, esta e outras obras suas que andam impressas, mostram sua erudição»

[3] Cfr. § 53 d'esta *Vida;* e Faria e Sousa, *Vida*, IIª, § 10. Fallando dos estudos conimbricenses diz «estudió en Coimbra... segundo los Escritores de su vida», mas já sabemos que unicamente Severim de Faria se refere a este assumpto.

[4] Cfr. § 13 d'esta *Vida*.

* «Sendo moço foy estudar a Coimbra que então começava a florecer em todas as sciencias por beneficio de El Rey Dom João o III, conduzindo este excellente Principe para mestres dellas Varões insignes & dos mais peritos que então avia em Europa, dos quaes elle aprendeo a lingua latina, e filosofia e mais letras humanas com tanta perfeição como mostrão seus escritos, etc.».—Que pena que ainda aqui faltem os algarismos! Uma unica data (1537) e mais o emprego da palavra Universidade, e já não havia duvida sobre o sentido exacto da passagem! E sempre tinhamos uma noticia, além das que resaltam das Obras do Poeta! De resto, parece-me provavel que Severim, fallando de *mestres de todas as sciencias* e em especial de *filosofia*, pensasse na grande reforma de 1537, e portanto na *Universidade*, e não na reforma previa dos collegios *menores* dos Agostinhos, de 1527.

** Pedro de Mariz, empregado da Universidade, e filho do Impressor que já residia em Coimbra a meados do seculo (1546), estava bem no caso de saber o que a tradição oral repetia sobre a mocidade do Cantor dos *Lusiadas*. Ou estaria ella muda? É muito possivel; as gerações de estudantes succedem-se tão rapidamente sem se parecerem! a Universidade mudara de casa, e as reformas de 1548 e 1555 tinham-na transformado completamente.

Depois de ponderação madura ninguem poderá sentenciar senão a favor d'esta opinião.[1]

§ **71.**—Onde procuraremos o estudante Luis Vaz? Em qual dos dois edificios que compunham a principio a Universidade? no collegio de Santo Agostinho ou no de S. João Baptista? A que «faculdade» pertencia, depois de concluidos os preparatorios, para empregarmos termos modernos? Que carreira escolheria? A estas perguntas, como a tantas outras que se offerecem no decurso da sua vida, temos que dar a mesma tristissima resposta: «*Ignoramus et ignorabimus*». Nada sabemos. Mais uma vez temos que recorrer a conjecturas e supposições, mais ou menos acertadas.

Nas leis e ordenanças da trasladação da Universidade de Lisboa para Coimbra acham-se, segundo Th. Braga,[2] varias disposições «prohibindo aos estudantes de frequentarem as aulas e fazerem formaturas sem terem seguido a matricula nos diversos annos», isto é, se não me engano, sem terem pago as taxas devidas pela matricula e inscripção. O rigor da lei mostra quanto este abuso estava inveterado.—Existem até portarias régias exigindo explicitamente que estudantes, não assentes na matricula, e desejosos de se graduarem, provassem a sua freqüencia por testemunhas.[3] No Cartorio universitario guardam-se matriculas muito antigas que remontam ao tempo da trasladação, e além d'isso registos de formaturas. Mas quando Juromenha mandou procurar a do Poeta, não se encontrou o nome de Luis (Vaz) de Camões.[4]

Porquê? por não se haver matriculado? ou não ter sido nunca estudante? ou porque, apesar de inscripto, não freqüentaria as aulas? ou por ventura deixaria de pagar as propinas e taxas, «pregando um cão» aos mestres, como se diz em giria de estudantes, posto o caso que em Portugal se pagam os cursos?[5] Mas talvez haja outra explicação. Talvez o tio D. Bento, primeiro cancellario da Universidade, se empenhasse para que o seu protegido gozasse de todas as vantagens dos estudos universitarios, sem ter que carregar com as despezas—vantagens que provavelmente roubariam ao estipendiado a honra de ser estudante «matriculado» e ouvinte «inscripto», dando-lhe unicamente o direito de assistir ás conferencias e prelecções dos mestres?

---

[1] Latino Coelho é de opinião opposta (p. 44 e seg.), como já se allegou.

[2] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 101-102.

[3] É este facto que, segundo Braga, (*Hist. Cam.*, I, p. 102, e Edição do Tricentenario, p. XIV) explica porque é que o nome do Poeta não se encontra nas matriculas antigas.

[4] Juromenha, I, p. X, nota 2.

[5] Link, II, p. 32, diz, com relação ao anno de 1798-1799, que as prelecções na Universidade portuguêsa são como entre nós... mas *gratuitas*. Ignoro, se nos tempos de Camões os estudantes pagavam, além da matricula, um tanto por cada curso, ou não.

Mas a que servem as perguntas? Repito que *nada* sabemos. Domingos Fernandes certificou uma unica cousa: o facto de Luis (Vaz) de Camões ter sido estudante de Coimbra.

§ **72.**—Mas visto não sabermos o que o Poeta estudou, qual foi a faculdade por elle escolhida?

Ha quem affirme que estudou jurisprudencia. Com que direito, porém? A motivação é um tanto singular: Camões foi, decennios mais tarde, em Macáo (China) *Provedor-mór dos bens dos Defunctos e Ausentes.*[1] E este cargo, ao qual, segundo alguns criticos, andavam annexos muitos outros, como o de Alcaide-mór, Vèdor das obras (Feitor e Almotacé), Cobrador de contribuições, etc.,[2] requereria, segundo elles, conhecimentos juridicos.

Os pormenores relativos a este posto serão tratados em logar competente.[3] Bastará lembrar aqui: 1.º) que a historia, pela bocca dos antigos biographos, falla apenas do cargo de *Provedor-mór*, sem accrescentos;[4] 2.º) que em Macau não havia senão uma feitoria muita nova, uma colonia nascente, planeada em 1554, requerida em 1555 e contractada em 1556, sem fortalezas nem edificios publicos, de sorte que tantos titulos bombasticos e altisonantes se desfazem em mero fumo. As qualidades necessarias para bom desempenho das obrigações inherentes aos cargos de Provedor, que D. João III instituira nos primeiros annos do seu reinado, isto é, para a administração do patrimonio dos portuguêses no estrangeiro, e dos seus herdeiros na patria, eram, então como hoje em dia, apenas bom senso, probidade e exactidão no cumprimento dos deveres do officio.[5] As funcções essenciaes do Provedor eram: fa-

---

[1] Cfr. § 278 [e 299] d'esta *Vida*.

[2] V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 245, onde diz: «*andaram annexos os cargos de Alcaide-mór e Vedor das Obras que.... tinham de ordenado com o titulo de Feitor a quantia de* 129$250 *Reis*».—O ordenado seria trimestral? ou annual?*

[3] Cfr. § 298 d'esta *Vida*.

[4] A 2 de janeiro de 1556 El-Rei D. João III mandou um «Regimento» ao Governador Francisco Barreto, recommendando posteriormente com instancia o cumprimento exacto d'essas instrucções ao Vice-rei D. Constantino de Bragança. Ahi diz ácerca do bom recado das fazendas dos finados: «recomendo... de mandardes ao Provedor-mór e Provedores delles que tenhão grande cuidado de se fazerem os inventarios com toda a fidelidade em tudo».—Juromenha, I, p. 496, nota 42.—O que o Monarcha exigia dos Provedores era, como se vê, *probidade* e *exactidão*.

[5] Está claro que com isto não quero negar que muitas vezes a mesma pessoa servisse juntamente em dois cargos.—Veja-se o que se conta no § 296 de Aires Botelho de Sousa.

* Annual, segundo todas as probabilidades.

zer com circumspecção e cuidado o inventario das fazendas dos finados: fazê-las arrematar com zelo e honradez: arrecadar o que rendiam em moeda effectiva, e finalmente entregar tudo quanto se apurara, aos herdeiros ou aos seus substitutos. Em casos litigiosos sobre desfalques e extravios, ou ainda quando surgiam pretendentes duvidosos á herança, força era recorrer ás auctoridades de Goa, porque seria impossivel que o *Provedor* funccionasse ao mesmo tempo como juiz e como accusado. Esta minha maneira de encarar as incumbencias do Provedor, encontrará mais tarde a sua justificação. O Provedor não era mais do que um taxador e commissario ajuramentado. Empregados d'este jaez continuam ainda hoje, em circumstancias muito mais complicadas, a não serem *juristas* nem *lettrados*. De passagem, direi, um pouco antecipadamente, que ninguem estará disposto a assentar que o Camões era muito entendido em materia de avaliação de bens, e em escripturação.[1]

§ **73.**—Não é mais difficil combater outra hypothese, apresentada em reforço dos estudos juridicos do Poeta, mas que, na verdade, não contém nem sombra de argumento.[2] Conta-se que o Camões foi tratado por um contemporaneo seu de *bacharel latino*, o que nos obriga a olhar mais de perto este titulo. Que significa? e quem foi que o deu ao Poeta?

Um *bacharel latino*, ou seja *baccalaureus latinus*, é o graduado em qualquer faculdade que terminou os seus estudos, fazendo acto final, e que portanto já merece o epitheto de *letrado* ou *latino*. É, n'uma palavra, o candidato ao doutorado.—Mas: *bacharel latino* não é, de modo algum, um titulo official; tão pouco como o é o simples termo *doutor*, sem mais nada. Só a indicação da faculdade dá a ambos o caracter official. *Bacharel formado em direito*, isso sim, equivaleria ao *Baccalaureus juris*. Mas como *formado em direito* e *latino* não se correspondem, podemos julgar decidida a questão sobre o baccalaureato em *direito* com que dotam o Poeta.

Mas sempre fica sendo *bacharel?*

O titulo foi descoberto em uma extensa satyra,[3] escripta por André Falcão de Resende[4] (c. 1535–1599) e dedicada a *Luis de Camões*, com quem travara amizade, depois da volta d'elle da India.

---

[1] Cfr. *Vida*, § 313.

[2] V. Juromenha, v, p. 439: e Braga, *Hist. Cam.*, i, p. 108-109.*

[3] V. Resende, *Obras*, p. 283-292, ou Juromenha, i, p. 194-204.

[4] Braga trata de Falcão de Resende na *Hist. Cam.*, ii, p. 34-74.

* O ultimo auctor diz, sem titubear, que é a Camões que se refere o epitheto de *Bacharel latino*.

Camões, de certo, não teria desprezado a dignidade de bacharel (não entra em consideração, se em direito ou em medicina), a julgar por um trocadilho, ou antes joguete de syllabas, por elle empregado nos *Lusiadas*, mas que passou despercebido até hoje. Celebrando Coimbra, a Lusa-Athenas, como Helicon das musas, lembra as corôas que Apollo reparte, isto é, as dignidades ahi conferidas, entre as quaes tem seu logar o do *bacca-laur-eato:*

> aqui as capellas dá, tecidas de ouro,
> do **baccharo** e do sempre verde **louro**.

Portanto, não tomaria a mal, nem estranharia que um amigo lhe désse tal denominação. Mas, como a epigraphe da satyra o diz acertadamente, Resende, queixando-se do tempo avesso que corria, tencionava reprehender não os *bachareis*, mas, muito pelo contrario, os mundanos e libertinos que «*desprezando os doutos*, gastam o seu com truhães». E por «*doutos*» entendia especialmente os poetas cultos ou eruditos, como elle e Camões. Tal desacato da arte apollinea parecia-lhe um tosco attentado. Referindo-se ainda á «*grossa barbaria*» dos illetrados é que exclama:

> Esta é, Camões, que quem escreve ou fala
> em numeroso verso, ou segue e usa
> a poetica prosa e quer ornála,
> e o natural engenho applica á Musa,
> alguma hora do pó se levantando,
> logo algum vil esprito o nota e accusa.
> «Vêdes o triste»—diz aos de seu bando—
> que é bacharel latino, e nada presta!
> É poeta o coitado! É monstro nefando!

Salta aos olhos, e fica fóra de toda a duvida, que «*bacharel latino*» se refere a todo e qualquer poeta culto ou poeta erudito, mas muito em especial ao proprio Resende que era formado em direito, e, além d'isso, pobre, conforme confessa.[3] Vêr-se-hia em gravissimo embaraço quem fosse forçado a explicar tudo quanto segue nos cem tercetos da Satyra, como relacionado com o Cantor dos *Lusiadas*.

Se fosse verdade que o Camões se formou e graduou em direito, o titulo de bacharel, que ainda hoje tem bom som em Portugal, como entre nós o de

---

[1] *Lusiadas*, III, 97.
[2] Versos 7-15 da Satyra.
[3] V. Braga, *Manual*, p. 285.

Doctor juris, figuraria indubitavelmente no Alvará de mercê de 7 de março de 1553 que a benevolencia régia outorgou ao Poeta preso, porque este, de certo, não omittiria uma dignidade, de que podia gabar-se, na petição em que implorava o favor e o perdão do Monarcha.[1]

Admira que Juromenha e Braga deixassem de allegar, como terceira prova dos estudos juridicos de Camões, uma «Petição rimada», por elle entregue ao Regedor das Justiças de Lisboa, visto que ahi pede redondamente,[2] sem ambages e circumloquios, áquelle presidente do Supremo Tribunal, se dignasse occupá-lo ou servir-se do seu saber e engenho. De sorte que um audaz interprete podia suppôr que o Camões, desejando «ganhar o que não tinha», offerecia os seus conhecimentos *juridicos!* Mas n'este caso seria natural que encarecesse a sua aptidão e sciencia em questões do foro: e nas oitavas alludidas não ha o minimo vestigio de tão necessarias allegações.[3]

De modo que não ha tambem o minimo pretexto para aceitarmos como effectivo o baccalaureato em direito de Camões.

A conjectura de Juromenha e Braga não tinha base solida.

§ **74.**—Pouco mais aventurada seria a supposição de o Poeta haver estudado medicina! Acaso não existem nas suas poesias, tanto nos autos,[4] em que são quasi obrigatorias, como tambem na Lyrica,[5] e principalmente na Epopeia,[6] freqüentes allusões, figuras e phrases, relativas á physica e aos physicos de então, entre os quaes havia muitos com costella de charlatães, que occasionaram e motivaram numerosas scenas burlescas e jocoserias nas comedias do *Cinquecento?* Porventura não nos dá o cantor dos *Lusiadas* a nosographia do escorbuto, descrevendo o seu diagnostico, dietetica e desfecho, de modo a mostrar um certo interesse pathologico? E por ventura não estava indicado reconhecer em Camões um medico formado, já que o fizeram responsavel de um insulso e quasi illegivel poema allegorico, anatomico-cirurgico, em tres cantos (ou 201, respectivamente 207, Oitavas)? propriedade de

---

[1] Oitavas IV. Em Storck, vol. III, estão em setimo logar, commentadas, como todas as poesias, com bom senso e bom gosto (p. 398-394).

[2] Versos p. 13-24.

[3] Cfr. § 366 d'esta *Vida*

[4] Temos um physico no Auto de El-Rei Seleuco, Escenas 8-14.—Cfr. Storck, VI, p. 381.

[5] Penso nas redondilhas «*A uma dama que estava doente*»; no Soneto 233; e em certa passagem da Carta de Goa sobre um jogo de canas. (*Sammtliche Werke*, vol. I, p. 338, l.ª 53).

[6] *Lusiadas*, v, 81 e seg

Falcão de Resende,[1] que um editor das *Rimas* se lembrou de attribuir em 1616 ao nosso Poeta.

O *bacharel em medicina* seria muito mais aceitavel do que o *bacharel em direito!*

Aos indicios já enunciados, accresce ainda que o Poeta era amigo de dois medicos: Luis de Lemos, de Lisboa, o commentador de Galeno (c. 1553)[2] e o distincto physico e botanico Garcia da Orta (c. 1563).[3] Mas ninguem se lembrou até hoje de enfileirar Camões entre os medicos.

Deixemo-nos, portanto, de gracejos baratos!

§ **75.**—Restam ainda duas faculdades, ás quaes *é possivel* que o estudante conimbricense Luis Vaz pertencesse: a de philosophia e a de theologia. Na primeira faculdade ensinavam: *philosophiam rationalem, naturalem, moralem.*[4] Mesmo sem recorrer ás obras de Camões, qualquer perito póde assentar afoitamente que o Poeta não conheceu nenhum systema completo de philosophia.[5] A doutrina d'aquelles tempos tinha a sua base quasi exclusiva

---

[1] «*Micro-cosmographia*» ou «*Da Creação e Composição do Homem*», em Falcão de Resende, Obras, p. 3-62.—Veja-se Storck, III, p. 360 e seg.*

[2] Cfr. Storck, I, p. 335; Carvalho, *Ensaio*, p. 96; e Ficalho, p. 20.—Comtudo é possivel que o amigo de Camões, o valentão Luis de Lemos (de quem Braga se occupa na *Hist. Cam.*, I, p. 194) e o medico e commentador de Galeno, do mesmo nome, que nasceu em Fronteira, fossem pessoas differentes e apenas homonymos.

[3] O visconde de Juromenha, (vol. I, p. 15) affirma-nos que o Poeta conheceu pessoalmente a Garcia da Orta, quando este ensinava philosophia, como professor da Universidade de Lisboa, no anno de 1533!—Um rapazinho menor—de 8 a 9 annos—e um homem adulto... amigos! Que singular Universidade e que exquisito estudante!—*Dà hœret ouch geloube zuo!* Só quem tiver uma robustissima fé de carvoeiro poderá repetir taes affirmações.

[4] Braga affirma no *Curso*, a p. 165, que, segundo a velha classificação das sciencias (feita por S. Boaventura, e remodelada por Raymundo Lullo) a Grammatica, Rhetorica e Logica formavam a Philosophia *racional*, emquanto a Physica, Mathematica e Metaphysica, constituiam a Philosophia *natural*, e a Monastica, Economica e Politica, a Philosophia *moral*.

[5] Um bom elenco das ideias religioso-philosophicas manifestadas pelo Poeta nos *Lusiadas*, foi coordenado por H. Suttner na obra: «*Camoens, ein philosophischer Dichter*» (Wien, 1870).

---

* Ahi regista-se a historia da obra, desde o anno de 1616, ou antes 1615 (em que Domingos Fernandes achou «na mão de muitos senhores *illustres*» tres «Cantos da Creação do homem em oitava rima» e tendo-os impresso com o nome de Camões, D. Rodrigo da Cunha lhe affirmou não serem seus) até á de 1861, em que Vicente Ferrer Neto publicou as «Obras» de Falcão de Resende (ed. incompleta).

em Aristoteles e na Scholastica,[1] restringindo-se em tudo o mais a transmittir as theses e os axiomas mais importantes dos outros philosophos gregos. Peculiarmente as ideias platonicas influiram em todos os tempos no desenvolvimento da poesia, e em especial na lyrica de todos os povos christãos, sem excepção de Portugal. Camões não podia subtrahir-se portanto á acção d'estas influencias. Os seus conhecimentos philosophicos derivam, quanto a pormenores, na apparencia, da leitura de Diogenes de Laërte, Plutarco, Cicero, Valerio Maximo, Aulo Gellio, Plinio senior e das Anthologias. Encontram-se a miudo reminiscencias d'estes escriptores em passagens camonianas, dando logar á resolução de pequenos problemas, principalmente quando nos achamos em frente de textos deturpados.[2] Mas os auctores classicos que enumerei, não

---

[1] Cfr. Ficalho, p. 31.*

[2] Darei só um exemplo, que me proporciona ensejo para emendar um erro da minha versão. Entre as redondilhas, por Juromenha extrahidas de um seu manuscripto, ha na «*Carta a uma Senhora*», notada por *Amor*, duas estrophes do teor seguinte:

> Democrito tirae
> A vista tanto estimada
> Que sem ella procurae
> Furtar o corpo á sillada
> Que do desejo esperae.
>
> Se primeiro que nos vira
> Minha dôr adivinhara
> Meus, certo, olhos tirára
> Que inda que pena sentira
> Menos pena lhe ficara.
>
> (Juromenha, iv, p. 192, e Braga, ed. da *Actualidade*, v, p. 219).

Reconhecendo que as primeiras cinco linhas não davam sentido satisfactorio, por an-

* As paginas 30 a 32 contêm um resumo do que se ensinava em Coimbra e Salamanca, sobre a base das *Summulas Logicales*, o famoso resumo do **Organon** de Aristoteles, redigido por *Petrus Hispanus*. Quem desejar mais pormenores sobre o ensino philosophico nos collegios romanicos da primeira metade do seculo xvi, e sobre a grande e activa parte que n'elle tomaram os hespanhoes, leia na «*Histoire de Sainte Barbe*», de Quicherat, os Capitulos v, xiii e xviii, que tratam da lucta entre os Escolasticos Nominalistas de Occam e os Realistas, como dos principaes propugnadores das duas escolas. Como quasi todos os professores — portuguêses e não portuguêses — dos collegios conimbricenses estudaram em Paris, é licito admittir que as obras philosophicas de *Martin Lemaistre* (por exemplo a *Expositio perutilis et necessaria super libre predicabilium Porphirii)*, Juan de Celaya ou Salaya, e *Lefevre d'Etaples*, ou qualquer remodelação da sua doutrina, servissem tambem em Portugal.

são os unicos gregos e romanos que o Camões manuseava freqüentemente. As suas poesias dão testemunho claro de como conhecia ditos e feitos de uma longa serie [1] de escriptores illustres: Homero, Aeliano, Xenophonte, Virgilio, Lucano, Ovidio, Horacio, Plauto, Livio, Eutropio, Justino, Ptolemeu, e outros, ficando indecisa a questão se lia as obras gregas no original.

§ **76.**—Os variadissimos conhecimentos de Camões, que se manifestam

---

darem visivelmente corrompidas, tentei restaurá-las, expurgando d'alli *Democrito* que me parecia contrabando. Propondo a leitura:

Do meu escripto não tireis
A vista tanto estimada,
Nem sem ella procureis
Furtar o corpo á cilada:
Queda o desejo espereis!

traduzi

Euer liebliches Gesicht
Wendet nicht von diesen Zeichen;
Nein, verschmähend, dem Bericht
Unbesehens auszuweichen,
Wartet was mein Sehnen spricht:

Hatt'ich Ahnung von dem Leide
Eh zu Euch mein Blick sich stahl,
Riss'ich aus die Augen beide;
Qual fürwahr! doch nicht die Qual
Hätt'ich, dran ich jetzt verscheide!

Mas não acertei. Carolina Michaëlis de Vasconcellos emendou, á vista do codice:

Um Democrito tirou
a vista tanto estimada,
e, sem ella, procurou
furtar o corpo á cilada
que do desejo esperou

E indicou como fonte, em que Camões talvez haurisse a anedocta sobre Democrito, que se cegou *manu propria*, o livro de *Cicero*, *De finibus* v, xxix, 87, onde lemos: *Democritus... qui vero falsone non quaeremus dicitur se oculis privasse.*— Cfr. Storck, i, p. 80 e 363, e Groeber, iv, p. 600-601.

[1] Ha nos Commentarios que acompanham a minha versão das Obras de Camões não poucas notas sobre a proveniencia das anedoctas, fabulas e historias classicas, a que allude.

em todas as suas obras, documentando uma vasta leitura, poderiam, comtudo, explicar-se plausivelmente sem a conjectura de que o estudante ouviria prelecções philosophicas.

Saber muito era o caracteristico d'aquella era; a instrucção encyclopedica, o sonho dourado dos humanistas. Ser versado em todos os campos da sciencia humana, ou fazer alarde de o ser, era o costume dos poetas quinhentistas, que bordam os seus versos com dados e factos, tanto mais preciosos quanto menos sabidos, ostentando allusões escuras, figuras eruditas, comparações enygmaticas, raros parallelos, e ignotos exemplos da historia e mythologia de Gregos e Romanos, a fim de, muito advertidamente, fazer pasmar o leitor ingenuo, que costuma ficar perplexo deante de tanta erudição — alexandrina!

Mas, ainda assim, não se póde negar que o Poeta poderia ter adquirido o seu tesouro, o seu peculio litterario, com mais facilidade do que em qualquer outra parte, nas aulas da Universidade, em lições que lhe davam a conhecer a fundo os mananciaes de onde derivavam tantos ornamentos e tantos enfeites para as poesias da época. Entram n'esta cathegoria os remates historico-philosophicos e moralizadores dos differentes Cantos dos *Lusiadas* que (está claro) não provém, directa e meramente, das conferencias presumptivas dos Mestres academicos, nem podiam ser deduzidos d'elles, mas são fructo de leituras solidas, de observação constante e arguta, e de experiencias e amarguras individuaes. As vicissitudes da sua attribulada existencia dão ás vezes á philosophia pessoal do Poeta, que em geral não se afasta das maximas do christianismo, um tom sombrio, quasi pessimista. Destaca-se, por exemplo, clara e duramente a grave sentença:

> Assi no Ceo sereno se dispensa:
> com esta condição pesada e dura
> nascemos: o pesar terá firmeza,
> mas o bem logo muda a natureza.[1]

§ **77**. — A quantidade e variedade de saber scientifico, manifestado nas obras de Camões, causa admiração, principalmente se considerarmos a raridade de bibliothecas volumosas, e o alto valor dos codices impressos e manuscriptos, que n'aquellas eras difficultava aos estudiosos a acquisição e até mesmo o uso de livros.[2] Mas admiração muito mais intensa desperta a fideli-

[1] *Lusiadas*, v, 80.

[2] Os estudantes costumavam pagar um tanto aos livreiros para levarem emprestados livros em portuguès, hespanhol, italiano e latim. — Cfr. Ficalho, p. 52. *

* O erudito Conde remette o leitor á Viagem dos embaixadores venezianos Tron e Lip-

dade e segurança da memoria do Poeta. Quer esteja em Coimbra, quer em Lisboa, em Ceuta, Gôa, Malacca, Banda, Macao ou Moçambique, quer ande na terra ou vogue no alto mar, em toda a parte dispõe dos seus multiplices e vastissimos conhecimentos, em historia universal, geographia, astronomia, mythologia classica, litteraturas antigas e modernas, poesia culta e popular, tanto da Italia como das Hespanhas, aproveitando-os com a mais perfeita exactidão, como filho legitimo do periodo do Renascimento e Humanista dos mais doutos e distinctos do seu tempo.[1]

É facto que havia na India,[2] na metropole goense, livros europeus. Johannes van Embden, tinha ahi uma officina typographica em 1563.[3] Mas quem nos diz que o Camões teria occasião e direito para se aproveitar d'elles? Impossivel tê-los á mão, a fim de procurar uma figura apropriada ou achar um exemplo bem adequado, na hora propicia, quando a Musa o inspirava. Não! a sua memoria era a sua livraria! E um dominio como o de Camões, sobre tão vasto campo de conhecimentos, não se alcança sonhando, da noite para o dia, mas sim, estudando assidua e methodicamente, com engenho e arte, talento e enthusiasmo, ajudado por mestres e guias e a estimulante companhia de camaradas e emulos. Parece-me *certo* que as magnificas descripções de phenomenos naturaes que os *Lusiadas* apresentam, as fulgurantes pinturas do céo estrellado, da calma maritima, da tempestade, da tromba, etc., presuppõem mais alguma cousa, além das faculdades observadoras do grande artista, que excitaram a admiração até de Alexandre von Humboldt,[4] e que a

---

[1] Braga indica opportunamente (*Hist. Cam.*, I, p. 39-41) que o Camões quasi não no meia heroe algum nacional nos *Lusiadas* e mesmo na Lyrica, sem o comparar a um heroe grego ou romano. Mas este padrão classico era usual n'aquelles tempos: ao chegar em Liampo, o Capitão Antonio de Faria foi equiparado pelos dois oradores Tristão de Sá e Jeronymo do Rego a Alexandre, Scipião, Annibal, Pompeo e Julio Cesar (segundo Fernam Mendes Pinto (p. 89-90). *

[2] V. Schäfer, III, p. 223, nota 1.—Couto (VII, 9, 14) conta que em Baroche, no anno de 1560, lera Italiano com o Caracem (ou Linguirean), o cunhado do Chinguiscan, e que lhe mostrara Dante, Petrarca, Bembo e outros poetas que o pequeno potentado folgou de vêr.

[3] Cfr. Storck, III, p. 349. * *

[4] Cfr. a segunda nota relativa ao § 229 d'esta *Vida*.

---

pomani, impressa por Herculano (*Opusculos*, VI), e embora ella date do anno de 1580 e se refira apenas ás lojas dos livreiros da Rua Nova dos Mercadores de Lisboa, é bem possivel que houvesse o mesmo costume, meio seculo antes, tanto na capital como em Coimbra.

* Vol. I, p. 272 da edição de 1829, isto é, Capitulo LXVIII.

** É o Commentario á Ode VII, dedicada a Garcia da Orta. Antes de João van Emden (e não Edem, como imprimiu Ribeiro dos Santos) já havia outro impressor em Goa, João Quinquennio de Campania, que publicara em 1561 um «Compendio Espiritual».

minuciosidade realista das descripções revela a adestração systematica, ganha n'um tirocinio escolar, em lições de philosophia natural. Excursões casuaes, emprehendidas na patria, em annos juvenis, nas bellissimas paisagens de Portugal, passeios nos arredores mais ou menos distantes de Coimbra, preparariam e adaptariam o orgão sensivel do Poeta para vêr e observar perspectivas aereas e phenomenos oceanicos.

Não é difficil adivinhar quem proporcionaria ao adolescente occasião de consultar e lêr bons livros. D. Bento havia de pôr á disposição do sobrinho o que o seu peculio tinha de aproveitavel, e franqueava certamente, como prior geral e cancellario da Universidade, ao talentoso e tenacissimo collegial e estudante Luis Vaz, a livraria de Santa Cruz e a bibliotheca da Universidade.[1]

§ **78.**—Apesar de tudo isto fica incerto, se Camões pertenceu á faculdade de philosophia, em Coimbra, isto é, se ouviu, exclusivamente ou quasi exclusivamente, prelecções philosophicas, philologicas e historicas. Menos duvidoso se me figura que assistisse nas aulas de theologia.[2] Leva a suppô-lo em primeiro logar a influencia e a auctoridade de D. Bento de Camões, quer fosse intencional e decisiva, quer casual e inconsciente. Se a affeição paterna e a benevola protecção do illustre dignatario ecclesiastico deviam naturalmente incutir no sobrinho sentimentos de gratidão e de deferencia, os talentos brilhantissimos de Luis Vaz e os auspiciosos progressos observados no collegio, deviam despertar no D. Prior o desejo bem justificado de alistar o seu recommendado no serviço da Egreja. Fallam tambem a favor da hypothese os intimos conhecimentos da dogmatica e moral christã e a mais que regular leitura do Novo e Velho Testamento, que o Poeta documentou depois. Accresce ainda, se dermos fé ás noticias transmittidas por Corrêa, o trato amigavel com os Dominicanos de Lisboa nos ultimos annos da sua vida, e a parte que o Camões ahi tomava nas prelecções e disputas sobre moral.[3] Não é nada extraordinario reconhecer n'esta predilecção do idoso Poeta, ao cabo de tantas peregrinações, aventuras e golpes crueis do destino, reminiscencias dos tempos felizes em que o intelligente moço se dedicara a estudos sacros. Todavia é cer-

---

[1] Mickle (vol. I, p. CCLXXXVIII) reprova a opinião de Voltaire sobre a ociosidade dos annos juvenis do Poeta, repartidos entre os prazeres da côrte e a ignorancia dos seus comparsas: e exclama com justa razão: *his youth could not have been spent in idleness or ignorance, for his works display a most masterly accuracy in every branch of ancient literature!*

[2] Duas poesias, que apparentemente confirmam esta conjectura, são apocryphas.—Cfr. § 87 d'esta *Vida*.

[3] Corrêa. *Lusiadas*, IX, 28.

tamente exagerada a observação de Corrêa, que quasi não sahia ou nunca sahia do Mosteiro de S. Domingos, no tempo em que houve convivencia entre os dois.

§ **79.**—Aceitando por um instante a hypothese que o estudante Luis Vaz se decidiu a estudar theologia, quer fosse por vocação propria, ou conformando-se a vontades alheias, é preciso confessar que tal perspectiva era, na verdade, ridente e seductora. A alta posição do tio e os proprios talentos lhe abririam caminho para os cargos mais elevados e maximas honrarias, egualando-o a tantos outros coevos seus que, mesmo sem meios, alcançaram na carreira ecclesiastica posição proeminente.

Se tal fosse, restava descobrir o que occasionaria mais tarde a tergiversação do mancebo, afastando-o do caminho escolhido.

Certamente, não foram as dissidencias religiosas e ecclesiasticas que, alguns decennios antes, tinham perturbado profundamente a Allemanha, partindo em dois o gremio da Egreja, e invadindo e abalando pouco a pouco as outras nacionalidades europeas. Abstrahindo de alguns raros espiritos distinctos como Damião de Goes (1501–1572), que vivendo fóra da patria, durante um quarto de seculo, visitára, como encarregado de seu Rei, quasi toda a Europa (os Paizes-Baixos, a Dinamarca, Suecia, Noruega, Polonia, Russia, Allemanha, Suissa, Italia e França), convivendo com Luthero e Melanchthon, hospede e commensal de Erasmo, amigo do Cardeal Sadoleto, estudando e ganhando louros como eximio historiador, mas que, accusado e entregue á Santa Inquisição, na edade de setenta annos, como suspeito de heresia, foi recluso e processado, morrendo pouco depois na sua cidade natalicia de Alemquer[1]— abstrahindo, digo, de homens como este, póde dizer-se que em Portugal não se conhecia a Reforma senão de nome.

O Humanismo, precursor e companheiro inseparavel do movimento reformador, tinha ganho pouco antes algum terreno. Constantemente occupada com as empresas de além-mar, com sempre novas descobertas e conquistas, e com a sua consolidação, alargamento e exploração, a nação portuguêsa, tanto o povo e os principes como os nobres e plebeus, sonhando a monarchia universal, e planeando senhorear-se do commercio do mundo, não andava envolvida nas luctas do seculo. E se muito em segredo qualquer desejo de novidades, qualquer cubiça de liberdade religiosa começava a germinar, lá vinha, de 1536 em deante, a mão ferrea da Santa Inquisição, desarraigando e esmagando a planta exotica! Lá vinha tambem a Companhia de Jesus, cuja

---

[1] Cfr. Joaquim de Vasconcellos, *Damião de Goes*, na revista *A Renascença*, de p. 133ª a 143ᵇ.

Ordem, confirmada em 1540 pelo Papa Paulo III, depois de ganhar (desde 1541)[1] a confiança e a veneração dos piedosos monarchas de Portugal, D. João III e D. Catharina, exercia o seu temivel poder sobre os espiritos peninsulares a ponto de subjugar as consciencias, dominando-as em absoluto no confessionario e nos institutos de instrucção, com todos os meios disciplinares redigidos em systema cerrado, para eliminar e afastar o que estivesse em contradição com a doutrina catholica, ou restringisse o seu absoluto dominio sobre as intelligencias portuguêsas, dentro e fóra das fronteiras! Missionarios nacionaes, capitaneados por S. Francisco Xavier, já tinham desfraldado as velas, em abril de 1541, para a India, onde chegaram em maio de 1542, depois de vencerem ventos contrarios e calmarias.[2]

§ 80.—Estas succintas observações fazem comprehender o motivo porque o Poeta considerou mais tarde o estado geral do mundo com os olhos de um Christão medievo, egual em isso a todos os seus conterraneos, sem nunca ponderar que os proprios Portuguêses, pela descoberta do caminho da India e pelas suas arrojadas travessias por mares nunca de antes navegados, contribuiram effectiva e muito efficazmente para modificar e revolucionar as condições de ser dos negocios europeus, dando-lhes novo rumo. Fazem comprehender a razão que teria o Camões para glorificar e inaltecer os seus *Lusiadas* ou Lusitanos, como novos guerreiros, que em Cruzada Santa «*foram dilatando a fé e o Imperio*»,[3] levados não de cubiça, mas só por

> obediencia
> da Madre que no Céo está em essencia[4]

isto é, como filhos da Santa Madre Egreja Catholica. Fazem comprehender porque é que lança raios e coriscos contra os povos germanicos, Allemães e Inglêses, contra o Francês, já indigno do nome de *Christianissimo*, e contra o Italiano, por todos se esquecerem da missão sagrada de arrancar a terra e casa santa das mãos dos Infieis; porque é que do movimento reformador da Allemanha não percebe senão as exterioridades, não vendo senão as apparencias, o primeiro resultado material que lhe arranca um brado de indignação:

---

[1] O Provincial Mestre Simão Rodrigues instituiu em Coimbra o segundo collegio pelo modelo do primeiro de Roma.

[2] Couto v, 8, 1, v, 8, 9.

[3] *Lusiadas*, I, 2, 2.

[4] *Lusiadas*, VII, 2, 7.

Vede-los Alemães! soberbo gado
que por tão largos campos se apascenta,
do successor de Pedro rebellado
novo pastor e nova seita inventa!
Vede-lo em feas guerras occupado
(que inda co cego error se não contenta)
não contra o superbissimo Othomano
mas por sahir do jugo soberano![1]

§ 81.—Esta critica exclusiva e parcial, proveniente das conjuncturas da época, não póde nem deve causar espanto. Camões é filho do seu tempo e da sua terra, e ninguem n'este mundo é capaz de «transpôr, saltando, a sua sombra».

É portanto justo procurarmos em outro terreno as razões que o desviariam dos estudos theologicos. É bem possivel que o enchesse de horror e de repugnancia o contraste cruel, a falta de harmonia e concordancia entre os preceitos ideaes e a crua realidade na vida dos clerigos. O contraste era n'aquelles tempos tão publico e manifesto, que não só a linguagem chocarreira e truanesca dos comicos fustigava sem pejo, deante das summidades do paiz, os vicios e as torpezas da clerezia,[2] mas tambem Camões na sua epo-

---

[1] *Lusiadas*, VII, 4.

[2] Podia allegar, em prova, passagens colhidas nos Autos de Gil Vicente, p. ex., na Farça de *Inez Pereira*, no *Clerigo da Beira*, nos *Fisicos*, ou ainda na *Comedia de Rubena*. Restrinjo-me comtudo á citação textual (e não á traducção) de um trecho caracteristico, relativo a Coimbra, tirado da Comedia sobre a Divisa da Cidade, representada em 1527 na Lusa Athenas, perante o Rei D. João III e a sua Côrte (Gil Vicente, II, p. 107):

Outrosi as causas porque aqui têm
os clerigos todos mui largas pousadas,
e mantêm as regras das vidas casadas;
. . . .
. . . .
—que os sacerdotes, que não têm ninhada
de clerigosinhos, são excommungados.

Ha probabilidades para affirmar que o conimbricense Francisco de Sá de Miranda estaria entre os ouvintes. Que pensaria elle da acerba mas justificada satyra que o feria em pleno, porque Miranda e os seus oito irmãos eram filhos do conego Gonçalo Mendes de Sá, caso aliás corrente na época, e que não era considerado como pedra de escandalo? —V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 167, nota 3; C. Michaëlis de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. III.—Couto, VII, 7, 7, o qual menciona de passagem que o Capitão-mór D. João de Noronha fôra filho de hum clerigo. *

* O proprio Camões, como dramatico, escarnece dos mesmos ridiculos do *Nepotismo* ecclesiastico, tanto no *Auto del Rey Seleuco*, acto I, scena 5 (entre Martim e o Criado) como no *Filodemo*, V, 3.

peia[1] lhe applica o rigor da sua critica, verberando os excessos e desvarios tanto dos ecclesiasticos como dos irreligiosos frades, chamando com phrases austeras, duras e incisivas a clerezia mundanizada ao cumprimento dos seus deveres!

Luis Vaz, que via e venerava no virtuoso asceta D. Bento de Camões a imagem sublime da sincera religiosidade, faria certamente um rigoroso exame de consciencia, consultando os intimos e mais reconditos segredos da sua alma, a fim de reconhecer, se tinha vocação ecclesiastica, se era capaz não só de parecer e simular um sacerdote, mas sim de renunciar á vida mundana, sendo, no estricto sentido da palavra, um cura e pastor de almas. Nas suas poesias não ha o menor vestigio de luctas espirituaes, tão proprias da juventude É, comtudo, provavel, que se perdessem muitos dos primeiros versos do tempo de Coimbra. Conservou-se apenas uma carta em prosa, escripta cerca de 1550, de Ceuta, a um amigo de Lisboa, da qual se póde auferir que o Poeta pensou a serio e maduramente sobre a escolha da carreira que havia de seguir e o modo de vida que mais lhe convinha.[2] O trecho, do qual sahe apenas um tenue raio de luz, sem força para allumiar a escuridão do passado, diz assim: «Tomei o pulso a todos os estados da vida e nenhum achei em perfeita saude, porque a dos clerigos, para remedio, a vejo tomar mais da vida que da salvação da alma; a dos frades, ainda que por baixo dos habitos, tem uns pontinhos, que quem tudo deixa por Deus, nada havia de querer do mundo; a dos casados, é boa de tomar e ruim de sustentar e peor de deixar; a dos solteiros, barca de vidas sem leme que é ruim navegação».

Não ha que duvidar: o joven Luis Vaz passou por pungentes luctas interiores: mas bem póde ser que o raciocinio posesse fim ás indecisões só depois de o coração se ter pronunciado. É o que parece indicar a seguinte passagem de um Soneto:

> Este amor que vos tenho, limpo e puro,
> de pensamento vil nunca tocado,
> *em minha tenra idade começado,*
> tê-lo dentro nesta alma só procuro.[3]

---

[1] Veja-se: *Lusiadas*, VIII, 55, onde falla da ambição encoberta em pobre e humilde manto; ib., 99, onde fere aquelles que interpretam mais que subtilmente os textos e que, dedicados só a Deus Omnipotente, corrompem e illudem, com côr de virtude; IX, 28, contra os que, devendo á pobreza amor divino e ao povo caridade, amam sómente *mandos* e riqueza, simulando justiça e integridade; X, 119, contra a frouxidão insulsa dos que são mandados a pregar a santa fé; e X, 150, onde a todos o religiosos em geral recommenda jejuns e disciplina.

[2] Carta em prosa «a um amigo, de Ceuta».

[3] É o primeiro quarteto do Soneto 150.

§ 82.—Mais algumas poesias, que devem datar-se de Coimbra, referem-se retrospectivamente á cidade academica. Provam ellas que ao Poeta português, emquanto no primeiro viço juvenil, inspirou paixão ardente uma formosa e gentil dama. Seguia n'isto o fado commum dos verdadeiros e typicos Portuguêses. A creança que já no berço fôra enfeitiçada pelas cantigas de amor de sua ama, sentia cedo arder nas veias o apaixonado sangue lusitano.

Inicia então as celebres Canções em que celebra

> a testa d'ouro e neve, o lindo aspeito,
> a bocca graciosa, o riso honesto,
> o collo de crystal, o branco peito.[1]

Amores platonicos, puramente ideaes, sem duvida, porque não temos o direito de os suppôr diversos n'um joven de nobres pensamentos! Quanto tempo este primeiro amor durasse, não o sabemos. No Soneto que ainda agora alleguei, jura que a sua paixão perdurará, «plus forte que la mort», mas isso são exageros peculiares do verdor da juventude:

> De haver nelle mudança estou seguro,
> sem temer nenhum caso ou duro fado,
> nem o supremo bem ou baixo estado,
> nem o tempo presente, nem futuro.[2]

E em uma Elegia, já levemente tingida de bucolismo, mas cuja trama singela e desafeitada lembra ainda o primeiro ensaio do Poeta n'aquelle genero,[3] repete-se a mesma promessa, e a mesma confiança na propria fidelidade e perseverança:

> Em minha fé segura me asseguro,
> porque esta, quando é grande, jamais erra,
> se resultar d'amor sincero e puro.
> Essa beldade santa me faz guerra:
> por ella hei de morrer, inda que veja
> tornar o brando rio em dura serra.
> Que cousa tenho eu já que minha seja?
> Quem não deseja a vossa formosura,
> não póde assegurar que o céo deseja!

[1] Canção 1.ª, v. 2-4.

[2] É o segundo quarteto do Soneto ainda agora citado.

[3] Refiro-me á Egloga v «feita do Auctor na sua *puericia*».

De que eu sempre a deseje, estae segura:
n'este desejo meu nunca mudança
hão de vêr as mudanças da ventura.
A vida tenho posta na balança
da gloria singular, do damno esquivo:
que o perdêl-a por vós é mór bonança.[1]

83.—Tres cousas ha, nos versos juvenis de que acabamos de apresentar fragmentos, que merecem attenção.

Em primeiro logar: a fórma artistica, italiana, tanto da Canção como do Soneto, e ainda dos Tercetos, porque todos empregam o hendecasyllabo jambico.

Estas fórmas fôram introduzidas em Portugal e iniciadas em Coimbra por Sá de Miranda, um decennio antes da transferencia da Universidade.[2] Camões

---

[1] Elegia XXII, v. 19-33 que principia: «*A vida me aborrece*», e foi intitulada pelo traductor allemão «*Hohe Minne*» (Amor ideal).

[2] Francisco de Sá de Miranda nasce em Coimbra, no anno de 1495, estuda Leis na Universidade de Lisboa, em conformidade com os desejos dos paes, até tomar capello e lêr jurisprudencia; freqüenta os serões da Côrte, poetando vilancetes e cantigas que agradam e apparecem impressas em 1516 no *Cancioneiro geral*. Em 1521 larga o logar (Cfr. § 65 da Introducção historica) e encaminha-se á Italia, onde visita Milão, Veneza, Florença, Roma, Napoles e a Sicilia, relacionando-se com Joviano Pontano, Giovanni Rucellai, Lattanzio Tolomei, Jacopo Sannazaro, e outros genios illustres. De volta á patria (1526) estabelece-se em Coimbra, ficando ahi de morada até 1530 ou 1532, de onde parece ter dirigido, em 1527, uma breve oração congratulatoria a El-Rei D. João III e sua esposa a Rainha D. Catharina. No inverno de 1528-1529 faz as primeiras tentativas para introduzir o Petrarchismo, compondo a «*Fabula do Mondego*» em fórma de canção italiana, escolhendo para modelo a *Canzone* de Petrarca que principia *Nella stagion che'l ciel rapido inchina*, e infelizmente, para linguagem poetica, o idioma *castelhano*. Dedicou esta nova poesia ao Soberano. São obras da mesma epoca alguns Sonetos e varias Eglogas á moda velha, realçada, porém, aqui e acolá, por algumas estrophes á moda italiana. A importante innovação — o hendecasyllabo jambico — que em Miranda apparece ainda pouco melodioso e fluente, e até duro e pesado, encontrou, muito depressa, admiradores e imitadores, sem que graves hostilidades e guerras violentas rebentassem entre os dois partidos, como aconteceu em Hespanha. Ao lado do velho estylo peninsular em Redondilhas, de que o proprio Miranda se servira e continuou sempre a servir-se com graça e facilidade, o estylo novo italiano foi ganhando terreno até prevalecer triumphante, ao cabo de dois decennios, na lyrica palaciana, festiva e elevada, e na Epopeia heroica. Desgostos soffridos na Côrte determinaram o Poeta a abandonar em 1534 a vida aulica, fugindo ao desassossego, ás distracções e intrigas e seus naturaes perigos. El-Rei D. João III, que estimava o Poeta e lhe queria bem, fez-lhe dom da Commenda das duas Igrejas, no Arcebispado de Braga, perto da villa de Ponte de Lima, que servira de berço a Diogo Bernardes. Foi ahi que vi-

já as maneja com admiravel destreza. Impõe-se portanto como quasi certa a supposição que não seriam ainda estes os primeiros versos que o estro do Poeta fez brotar da sua alma.

Em segundo logar, é notavel a sua familiaridade com a lyrica toscana, e peculiarmente com o Cancioneiro de Petrarca.[1]

Em terceiro logar, surprehende a completa abstenção de ornatos mythologicos,[2] a não contarmos na cathegoria dos mythologemas as personificações

---

veu desde então em trato amigavel com alguns vizinhos, como Antonio Pereira Marramaque, Senhor de Basto; foi ahi que os dois leram juntamente, ao pé da Fonte da Barroca, na Quinta da Tapada, que era propriedade de Miranda, os Poetas italianos Sannazaro e Bembo e os versos dulcissimos do Petrarca castelhano *Garcilaso*, fallecido em 1536. Relações litterarias e de affecto com os dois irmãos Manoel e Bernardim Machado de Azevedo conduziram em 1536 ao casamento de Miranda com uma irmã d'aquelles fidalgos, D. Briolanja de Azevedo. Durante aquelles mansos e quietos dias de sueto e liberdade, quasi todos os vates afamados de Portugal acudiram á vivenda de Miranda e ao Solar («do Crasto») dos cunhados, ou mandavam em missiva Sonetos e Epistolas laudatorias, prestando homenagem á musa nobre e ao caracter independente e integro do Poeta.

Exceptua-se apenas Camões, o que se poderá estranhar.

O joven Principe D. João, filho de D. João III, deseja vêr as Obras do Poeta e recebe por tres vezes copias de poesias dadas por promptas. (Vid. C. M. de Vasconcellos, p. 3-92; 95-208; 261-433). Adeptos novos da escola italiana communicam ao Mestre as suas producções, pedindo o seu conselho: Antonio Ferreira, Jorge de Montemór, Diogo Bernardes, D. Manoel de Portugal, Francisco de Sá de Menezes, Pero de Andrade Caminha, André Falcão de Resende. Mas o sol da vida de Miranda já declinava: pungentes saudades o levaram á cova antes de tempo. A 18 de abril de 1553 lá cahia em Ceuta, ás lançadas dos Mouros, o seu filho primogenito Gonçalo Mendes, com apenas dezaseis annos, camarada e companheiro de armas de Antonio de Noronha, o amigo de Camões, que só contava um anno a mais.—Em 1554 fechava os olhos um seu admirador, o Principe real, a esperança da patria. A esposa, magoada da perda do filho, adoece e morre em 1555. El-Rei, que o protegia, segue ao cabo de breve termo ao filho que o precedera (1557). Mais um anno e o Poeta descança onde já repousava D. Briolanja, na egrejinha de S. Martinho de Carrazedo do Bouro.—Cfr. Braga, *Quinhentistas*, p. 1-135, e C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. I-CXXXVI.

[1] V. Storck, IV, p. 313-314, Commentario á Canção 1.ª.*

[2] Este facto póde tambem ser allegado como prova de que o joven Camões não compôs a *Elegia da Paixão*, nem o *Soneto dedicatorio* que a acompanha.—Cfr. § 87 d'esta *Vida*.

---

* Examinando esta Canção, por elle considerada como uma das primeiras, talvez a primeira que Camões escreveu, ainda em Coimbra, á sua dama, o illustre Commentador demonstra ahi que, quanto á fórma, é uma imitação da Canção XVI de Petrarca, do cyclo *Vita di Laura*, mas que, o imitador modificou levemente o eschema escolhido, embellezando-o com uma transferencia de rima: *abc abc cde deff*, em logar de *abc abc cddeeff*.

do Amor, da Fama e da Fortuna, que parecem, e são, egualmente naturaes entre os povos romanicos, como entre os Allemães os symbolos medievaes da *Frou Minne*, *Melde* e *Saelde*.*

§ 84.—Essas particularidades são significativas e dignas de prender a nossa attenção por alguns minutos.

Até á data, em que Miranda limou os seus primeiros hendecasyllabos *jambicos* (1528-1529) e desde o findar da escola provençal, tinham tido o dominio quasi absoluto na poetica portuguêsa, tanto nas quadras e nos romances populares, como nas composições palacianas, os versos *trochaïcos*, de medida curta (isto é, de oito ou seis syllabas), acompanhados de alguns *quebrados* de só quatro, n'uma palavra, o verso de *redondilha*, para usarmos o termo technico. As modinhas velhas, especialmente peninsulares, que tinham prevalecido tambem em Coimbra, encantaram toda a nação, tanto a côrte como a plebe, p. ex., nas farças e comedias de Mestre Gil Vicente. Já contamos como em 1526 um terremoto fizera fugir os monarchas e os aulicos de Lisboa para Coimbra, e como nos annos seguintes a peste, que ia desolando a capital e as margens do Tejo, occasionara outra segunda fugida.[1] El-Rei e a Rainha, e o seu sequito palaciano, não encontraram na cidade do Mondego sufficientes entretimentos e distracções. Faziam-lhes falta as bellas caçadas nos parques reaes de Almeirim:[2] eis por que procuravam compensação em representações dramaticas. Gil Vicente, o creador da comedia nacional [c. 1475 c. 1536],[3] veiu a Coimbra, de Santarem onde vivia então, como já viera em 1526. A primeira vez trouxera comsigo, e fizera representar (conforme a Disdascalia[4] o ensina) nas salas do Paço a *Farça dos Almocreves*. Talvez ainda repetisse outras peças velhas, já anteriormente representadas. Em 1527 compôs um drama de occasião, a *Comedia sobre a Divisa de Coimbra*,[5] isto é, sobre

[1] Cfr. § 48.

[2] V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 63, e C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. 792.

[3] Braga, *Theatro Portuguez*, I, p. 1-198.

[4] *Gil Vicente*, III, p. 201.**

[5] Ib. II, p, 105-136.***

* *Frou Minne* é a personificação do Amor *(Liebe* ou *Minne)* que em allemão é feminino, e apparece, portanto, na figura de uma bella e gentil donna.—*Melde* ou *frou Melde* é a fama; *Saelde* ou *frou Saelde*, *madama Fortuna*. Todas as tres palavras são *mittelhochdeutsch* e pertencem ao vocabulario dos *Trovadores* ou *Minnesinger*.

** «Esta seguinte farça foi feita e representada ao muito poderoso e excellente Rei D. João, o terceiro em Portugal deste nome, na sua cidade de Coimbra, na era do Senhor de 1526».

*** «Comedia representada ao muito alto e poderoso e não menos christianissimo Rei

o antigo brasão do municipio conimbricense, em congratulação e louvor dos emblemas (Princesa, Leão, Serpente e Dragão) que compõem o escudo da cidade. Fôram estas representações que, fructificando no espirito de Sá de Miranda, determinaram-n'o a empregar d'ahi por deante, em logar das curtas redondilhas rimadas e da mistura heterogenea dos dialectos vulgares da Peninsula, a simples prosa patria em phrases cultas, ou seja em portuguès castiço e palaciano, creando no seu primeiro drama em cinco actos, *Os Estrangeiros*, [1] uma imitação da comedia classica italiana.

§ **85.**—Póde assentar-se, sem receio de claudicar, que tanto os professores como os escolares traziam ainda na mente as fórmas peninsulares como obrigatorias e indispensaveis para todos os versos em idioma patrio, quando a Universidade mudou das margens do Tejo para as do Mondego (1537). A corrente caudalosa de poesia nacional que vinha de longe, encontrava-se agora na Lusa-Athenas com as aguas de um Helicon novo. A reforma italiana, iniciada por Miranda, talvez já tivesse ganho adeptos entre os collegiaes de Santa Cruz, pois já decorrera uma decada desde os primeiros ensaios, que pouco se multiplicaram.** Foi comtudo nas Escolas Geraes que a mocidade academica resolveu a contenda entre os dois partidos, decidindo-se pela innovação, isto é, adoptando o hendecasyllabo estrangeiro e o classicismo italiano.

O elemento nacional ficou vencido e teve que ceder o campo.

Aconteceu portanto em Portugal, ou antes na sua Universidade de Coimbra, na primeira metade do seculo XVI, o que occorreu na Allemanha, e em especial em Goettingen, na ultima metade do seculo XVIII, com apenas uma differença: os meridionaes realizaram rapida e definitivamente, com ardor peninsular, o que os Allemães poseram em pratica pausadamente, sem unanimidade de parecer, e por pouco tempo. Cá e lá o classicismo ficou victorioso: na Allemanha, o antigo; em Portugal, o italiano. Talvez—(ou digamos: com certeza)—os collegiaes e estudantes de Coimbra cantassem e continuassem a cantar *inter pocula* as velhas melodias populares, inventando até textos no-

---

[1] V. *Sá de Miranda*, ed. 1595, fl. 163ª-184ᵇ.*

D. João, 3.º em Portugal deste nome, estando na sua muito honrada, nobre e sempre leal cidade de Coimbra. Na qual comedia se trata o que deve significar aquella Princesa Leão e Serpente e Calix ou Fonte que tem por divisa: e assi este nome de Coimbra donde procede, e assi o nome do rio, e outras antiguidades, composta em louvor e honra da sobredita cidade. Feita e representada na era do Senhor de 1527».

* Ha edição anterior, hoje rarissima, de 1569 (Coimbra, João Barreira).

** Sá de Miranda escreveu pouco depois de 1527 a Canção á Virgem; em 1535 o *Andres;* entre 1535 e 1538 as Eglogas: *Celia, Encantamento,* e *Epitalamio;* em 1537 o *Nemoroso,* além de varios *Sonetos*.

vos, no mesmo genero e estylo, e na toada das modinhas mais predilectas, porque as fórmas então novas não se prestavam, nem ainda se prestam, nem muito nem pouco, em lingua alguma, tanto em italiano como em hespanhol ou português, ao bel-canto, partilhando a sorte das Odes classicas da Allemanha, de Klopstock e dos seus apostolos.[1] Mas a lyrica erudita, ou culta, a lyrica dos doutos humanistas, avassalou os Academicos.

Em Coimbra poetizava-se d'ora em deante, quasi exclusivamente, se não exclusivamente, em hendecasyllabos; mas o intruso, estrangeiro verso não conquistou tão depressa as boas graças do paço real e da sociedade aulica e elegante de Lisboa. Vemos que na côrte, nos serões do paço, em que os bailes, a musica e os jogos de espirito formavam o principal entretimento, a redondilha nacional da escola velha continuou a reinar, favorecida pelas damas.[2]

Não ha uma unica poesia de Camões em estylo nacional que se possa datar, com sombra de direito, dos tempos de Coimbra. Eu, pela minha parte, tenho por certo que não a cultivou. Só mais tarde, em Lisboa, freqüentando os circulos fidalgos da capital, recordou as melodias velhas, com que a ama amenizara a sua infancia e as cantigas festivas que os córos alegres dos companheiros tinham entoado em Coimbra, em excursões communs ou em banquetes entre correligionarios, começando então a pagar tambem o seu tributo de patriotica admiração á musa indigena, em cantigas deliciosas,[3] vilancetes pastoris, endechas cheias de graça, impregnadas do sabor da terra natal.

§ **86.**—Feita esta restricção—expressamente o declaro—poderei estar

---

[1] Goethe utilizou uma unica vez um metro classico (de Horacio e Klopstock) para um texto destinado a ser cantado ao som de uma melodia já existente, acaso sem ter consciencia clara da fórma que empregava.—O alludido *Lied* tem o titulo de *O Presente* (*Gegenwart*); o seu metro é o *Archilochium primum*, composto de hexametros e meios pentametros que se revezam; a melodia é de Berger; a occasião que o levou a escrever aquella singular composição foi ouvir cantar em 1813 o *Lied* de *Ueltzen*: «*Namen nennen dich nicht*». Inspirado, improvisou immediatamente a Ode:

> Alles kündet dich an! Erscheinet die herrliche Sonne,
> folgst du, so hoff'ich es'bald.
> Trittst du im Garten hervor, so bist du die Rose der Rosen,
> Lilie der Lilien zugleich, etc. etc.

[2] Cfr. Braga, *Curso*, p. 213-214.

[3] Foi Lope de Vega quem disse: «*Maravillosas son las estancias del excellente portugues Camões, pero la mejor no yguala a sus mismas redondillas*».—(Cfr. Braga, *Floresta*, p. XVI e XVII). Quem, lendo tal, não pensa immediatamente na perola de toda a poesia: «*Sôbolos rios que vão*»?

de accordo com Theophilo Braga, que diz: «Pela leitura das Obras de Camões descobre-se logo duas educações distinctas, com um espirito até certo ponto contradictorio, e tendendo o mais forte como auctoritario a abafar o que era simplesmente sentimental. É um o espirito *classico*, o outro o espirito *nacional*. Este ultimo, apesar de todos os esforços tentados pela pedagogia do seculo XVI, não pôde ser de todo obliterado na sua alma. Transpira a cada passo nas innumeras allusões aos romances do povo, nos anexins vulgares, na fórma de Auto, usada nas suas tentativas dramaticas, e principalmente no conhecimento da poesia intima das lendas da historia de Portugal, que elle soube tão bem aproveitar na estructura dos *Lusiadas*. Esta educação, absolutamente desconhecida em Ferreira (1528–1569) e em Caminha (1520–1589), fez-se de um modo natural e simples, no tempo da boa soltura das margens do Mondego, antes de trocar a lingua portuguêsa pelo uso quotidiano do latim nas escolas de Santa Cruz. Esta educação é que lhe deu o sentimento da nacionalidade e o tornou o palladio do nome de Portugal, por elle ainda lembrado na historia». [1]

§ **87**.—Além das poesias em hendecasyllabos, que mencionei ha pouco, é costume collocar mais algumas obras no tempo do tirocinio conimbricense: um poema bastante extenso em tercetos, chamado *Elegia da Paixão* ou de *Sexta Feira de Endoenças*, [2] e o respectivo Soneto dedicatorio, dirigido a um innominado dignatario ecclesiastico. [3] Juromenha—o primeiro editor [4] e commentador [5] de ambas as poesias—extrahiu-as do Cancioneiro de Luis Franco.

---

[1] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 72.—Cfr. *Curso*, p. 137, onde diz que «[a medida velha] foi em geral a primeira maneira dos grandes poetas quinhentistas». Impossivel concordar, com relação a Camões! Ninguem o provará. Tal evolução poetica estaria em contradicção com o seu desenvolvimento geral.

[2] Juromenha, III, p. 255; Braga, I, p. 91.—A Elegia conta 349 linhas. *

[3] Soneto: *A ti Senhor a quem as sacras Musas.*

[4] Juromenha, II, p. 175, Soneto n.° 349, e III, p. 255, Elegia XXIX.

[5] Será bom relêr Juromenha, I, p. 19-21, e comparar II, p. 498. No volume III, a p. 516, diz: «Esta Elegia é escripta no estylo da *Lamentação á morte de Christo*, de Sannazaro; é obra sem duvida do tempo em que cursava os estudos em Coimbra e por isso das primeiras cousas que escreveu. Distingue-se por certa vangloria em mostrar erudição, e revela os conhecimentos que havia adquirido n'aquella universidade em todos os ramos

* Isto é, com versos a mais do que contam as Elegias mais extensas de Camões, o qual dedicou, de resto, ao mesmo assumpto uma Elegia mais curta, de 193 versos *(Á Paixão de Christo Nosso Senhor)* —um bello «estudo», inspirado talvez por Sannazaro, *(De morte Christi Domini ad mortales lamentatio)*, como Storck indica no seu Commentario, III, p. 303.

Braga admittiu-as nas Obras Completas[1] e tentou elucidá-las na Vida e Historia de Camões.[2] Ambos as attribuem ao Poeta sem vacillar, apesar de não irem acompanhadas, no album poetico de Luis Franco, de rubrica alguma que manifestasse aos epigonos quem fôra o autor e quem o Mecenas das poesias. Não havendo mais fonte alguma a que recorrer, faltando portanto argumentos exteriores para a decisão sobre se Camões as escreveu, temos que empregar a argumentação por indicios intrinsecos.

Anteriormente julguei não dever affirmar nem negar a justiça da hypothese de Juromenha e Braga.[3] Hoje digo que essas poesias devem ser retiradas das Obras camonianas, emquanto não se apresentarem provas da sua authenticidade. Por ora não se allegaram razões de peso que validassem a attribuição, e acho que nunca serão adduzidas, porque não existem na Elegia e menos ainda no Soneto. A erudição accumulada em ambas as poesias, a agglomeração de mythologemas pagãos, e de theorias christãs[4] que se encontra tambem mais tarde nas Rimas de Camões e no seu Poema heroico, não podem servir de testemunho a favor d'ella. Esta agglomeração é de tal modo inherente e caracteristica de todas as poesias da Renascença em geral e em especial da poesia portuguêsa, que não ha um unico vate classico, quer empregasse o romance vulgar, quer se servisse da lingua latina, que dispensasse em poemas profanos ou sacros os taes enfeites e effeitos desencontrados, que repugnam bastante ao nosso sentir moderno. Mas, é forçoso accentuá-lo, nos *Lusiadas* o Poeta estabeleceu limites fixos para infiltrações mythologicas,[5] que nunca transpõe, como mostrarei mais tarde. E, o que importa mais ainda, os

---

da sciencia; é além d'isso repassada de sentimentos religiosos e de extrema compuncção pela tragedia sagrada que libertou o genero humano, commemorada pela Egreja em sexta-feira maior, dia em que esta poesia parece ter sido recitada pelo Poeta. É tambem para notar o exaltado enthusiasmo de que já se achava possuido, em annos tão tenros, por Homero e Virgilio... Foi feita, como diz, á sombra de um freixo, e é acompanhada do soneto dedicatorio que eu supponho dirigido ao seu tio D. Bento de Camões, prior de Santa Cruz de Coimbra. Vem no manuscripto de Luis Franco».

[1] Ed. Braga, I, 1, Soneto 305 (p. 164, e I, 3, Elegia XXV (p. 91).

[2] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 85-86 e 400.

[3] Storck, III, p. 322, e II, p. 434.

[4] A poesia portuguêsa no seculo XV ostentava numerosos adornos mythologicos.— V. Braga, *Poetas Palacianos*, p. 57-63.*

[5] Cfr. § 226 d'esta *Vida* e em especial a nota 1.ª

---

* Os copiosos exemplos que Braga extrahiu do Cancioneiro de Resende, e podiam ser triplicados, dariam, catalogados, margem a muita nota interessante e a muita rectificação curiosa

exagerados ornamentos de mythologia greco-romana, empregados nas poesias em questão, estão em opposição directa e aberta com a desafeitada singeleza e a phraseologia chã das producções authenticas que, sendo legitima propriedade de Camões, datam do tempo de Coimbra. N'ellas apparecem apenas, como já observei, o Deos menino, Amor, a Fama e a Fortuna, palavras portuguêsas, cuja significação directa explica e motiva plenamente o sentido figurado e figurativo, em que os poetas os empregam.

Nas peças apocryphas, pelo contrario, apresentam-se em longa fileira mais de cincoenta nomes e reminiscencias classicas. Temos na Elegia: Delio (Apollo), Amphrisio, as Nymphas, Cypro, as nove irmãs (as musas) e seu pae (Jove, mas o poeta anonymo quer que seja Apollo, o Musagetes), a Fonte (Hippocrene), o Lethe (ou Letes), Timbreo (Apollo), Phebo, Daphne, Hesperia, Thetis, Xanto, Galathea, Clio, Panopeia, Doris, Phaeton, Cycnos, Eolo, Zephiro, Favonio, Naïs (e não Clais), Flora, Touro, Aquario e Piscis (constellações do Zodiaco), Venus, Europa (filha de Agenor), Pelion, Hemo, Ossa, Pindo, Atlante (filho de Japeto), Jupiter, os de Phlegra, a barca de Acheronte, (ou Caronte), Hircania, Cerasta, Aspe, Basilisco, Dipsarta, Lybia, Thracia, Grecia, Colchos, Scythia, Sparta, Hecate, Virgilio, Homero.—E nas quatorze linhas do Soneto: as Musas, a fonte delia ou caballina, Medea, Circe e Medusa!

Esta desmedida erudição, de que o auctor faz alarde, suscita suspeitas. As minhas duvidas crescem ainda quando considero: 1.º) que a Elegia se dirige não a uma unica e determinada pessoa, mas a qualquer leitor;[1] 2.º) que o verdadeiro assumpto é o *Pão da vida;*[2] e que a obra, precedida do Soneto, foi mandada a um dignatario ecclesiastico (D. Bento de Camões, segundo Juromenha e Braga), sómente a fim de elle a lêr e examinar, enunciando depois o seu juizo critico;[3] 3.º) que algumas ideias e o teor de alguns tercetos

---

[1] O verso 235 diz: Leitor *que lendo vás esta Elegia—Quero-te perguntar* etc. *

[2] Versos 334-339

> Recebe, *pão da vida,* este pequeno
> sacrificio de mim, á sombra escripto
> de hum alto freixo deste valle ameno.
> E dá-me tanta graça e tanto espirito
> para que sempre louve qual espero
> o teu saber profundo e infinito.**

[3] Braga opina *(Hist. Cam.*, I, p. 85) que a primeira apostrophe da poesia se dirige ao Prior Geral de Santa Cruz, o presumptivo destinatario da Elegia! Quer-me parecer

* Cfr. 271, «Pois olha, *peccador*», etc., e 283, «Dizei, dizei, *mortaes*».

** O poeta apostropha em pittoresca mixtura ora o Christo, ora a Virgem, o Padre Nosso, as Musas; ora o Sol, ou antes Phoibos Apollon, o Leitor, os peccadores, os mortaes, o mundo, o mar, a terra, o céo, os ventos, os montes, as plantas e as feras.

fazem suppôr que a Elegia fôra composta em terras de Ultramar, talvez na Africa,[1] ficando d'este modo eliminada a hypothese dos tempos em que Camões estudava em Coimbra, e eliminado D. Bento († em 1547) como destinatario e juiz; 4.º) que os tercetos finaes[2] quadram melhor a um religioso, dotado de talento poetico, do que á penna do estudante Luis Vaz.

E se o auctor exprime no Soneto receio sobre a aceitação, que os seus versos teriam da parte do prelado, a quem os remettia,[3] este receio mal podia dizer respeito á fórma da Elegia, isto é, ao novo hendecasyllabo e aos tercetos, como Braga opina,[4] mas era justificado quanto á sublimidade do assumpto, á sagrada Paixão.

§ 88.—Durante os estudos de Coimbra (concluidos, segundo Juromenha,[5] em 1542 ou 1543), ou mais vagamente ainda, durante a sua mocidade,[6] ou mesmo, se aceitarmos uma hypothese de Braga,[7] já no anno de 1539, e portanto na tenra edade de quatorze annos, é que Camões traduziu e commentou os «*Triumphos*» de Petrarca![8] Esta imitação poetica, feita verso

---

que ninguem partilhará esta interpretação, depois de ler o principio e o fim da invocação a Delio, ou Tymbreo, isto é, a Phoibos Apollon (v. 1-18):

> Divino almo pastor, Delio dourado,
> a quem de Amphrysio já viram os prados
> guardar formoso, rico e branco gado!

e

> Por que causa, me dize, almo Tymbreo,
> o céo resplandecente hoje cobriste
> de tão mal assombrado e negro véo?

[1] Versos 247, 256, 277 e seg.

[2] Versos 340-349.

[3] Verso 13 «*Se for de ti notado de atrevido*».

[4] *Hist. Cam.*, I, p. 87.

[5] Juromenha, I, p. 25.

[6] Juromenha, V, p. 438.

[7] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 87-99 e 400. A pag. 240 Braga affirma que a traducção e o Commentario foram feitos entre o anno de 1515, em que Nostradamus publicou as Biographias dos trovadores, (mas em que Camões ainda não nascera) e o de 1553, em que o Commentador *Gesualdo* fez imprimir as suas Glosas. Porquê? Porque o anonymo português se refere, nominalmente, ao tal Gesualdo (V. Juromenha, V, p. 147) e ás suas glosas. De onde resulta — para mim — inquestionavelmente, que os Commentarios em português foram escriptos **depois de 1553**!

[8] «*Triumphos de Francisco Petrarcha*»: Traducção.

a verso nos rhytmos do original, ou seja em «*terze rime*», foi por Juromenha encontrada anonyma em um manuscripto[1] (que elle suppõe ser do seculo XVII) e attribuida ao nosso Poeta,[2] o qual passa aos olhos d'esse erudito tambempor auctor dos commentarios egualmente anonymos, que a acompanham.[3] A versão e as extensissimas glosas ficaram incompletas: só alcançam até ao meio do *Triumpho da Fama*, isto é, até ao verso 33°do capitulo III, carecendo do remate. Faltam totalmente os dois ultimos Triumphos, do Tempo e da Divindade.[4] A penultima (32.ª) phrase da translação portuguêsa está incompleta, e no Triumpho do Amor ha um salto de tres versos (167-169 do cap. III) tanto no texto como nas explicações em prosa, signal certo de como o interprete nem sempre recorria ao original italiano durante o seu trabalho de exegese.

A lição portuguêsa é muito imperfeita: os versos estão a miudo errados e são um tanto toscos e côxos; o vocabulario, em geral archaïco, nem por isso vem isento de alguns neologismos arrojados. Juromenha[5] apresenta exactamente estas qualidades, ou estes defeitos, como outras tantas razões que devem fallar a favor do joven Camões como auctor. Eu, comtudo, não posso considerar concludente a sua argumentação. Sigo antes a opinião inteiramente opposta do innominado amigo de Juromenha, «de maxima competencia em assumptos de litteratura», a quem o celebre camonista mostrou a traducção desconhecida, explicando-lhe o seu parecer.[6]

As duvidas, suscitadas em mim pelo texto, engrossaram ainda á vista do commentario. Ouvirmos ó Camões dissertar ácerca de Petrarca, seria summamente importante, e qualquer commentario português que datasse da primeira metade do seculo XVI, mesmo sem ser de Camões, offereceria um certo interesse. Mas nem esta circumstancia se dá, por mais que Braga tente provar que sim,[7] firmando-se em algumas passagens.[8] E ainda que alguem quisesse aceitar como valida a demonstração de Braga, restava ainda explicar como é que as «Obras Completas» de Camões não offerecem o minimo vestigio dos largos estudos que o ignoto traductor, ou antes commentador de Pe-

---

[1] Cfr. Juromenha, II, p. XV (ou antes XIV-XVI) e vol. V, p. 437-451.

[2] Juromenha, V, p. 5-61.

[3] Ib., V, p. 63-215.

[4] A somma do que falta dá 378 versos: 88 do «*Triumpho da Fama*»; 145 do «*Triumpho do Tempo*», e mais 145 do «*Triumpho da Divindade*».

[5] Juromenha, V, p. 437 e seg.

[6] Ib., p. 442.

[7] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 87-99.

[8] Ib., p. 340-347.

trarca dedicou aos romances do cyclo bretão[1] e ás biographias dos trovadores provençaes.[2]

§ 89.—Voltemos, depois d'esta pequena digressão, ao indiculo da Vida do nosso poeta! Não sabemos com certeza, se D. Bento de Camões tentou influir sobre o sobrinho quanto á escolha de uma carreira, ou se, desilludido e magoado, abandonou o joven profugo á sua sorte, nem se Luis Vaz interrompeu por este motivo os estudos academicos, resolvendo sahir da cidade patria para eleger outro novo modo de vida. Só uma supposição me parece acertada e provavel: que o tio soffreou a sua indisposição e que o sobrinho guardou, reconhecido, no intímo do peito affectuosas lembranças do bondoso mentor e amigo paternal. Julgo reconhecer uma miniatura do nobre e sincero sacerdote n'uma canção do Poeta (por mim intitulada «*Resignação*»)[3] cuja fórma estrophica merece especial attenção, por ser invenção de Camões, e um singular compromisso entre as escolas nacional e classica, visto entrecortar sete hendecasyllabos italianos por cinco versos quebrados, de medida velha.[4] Presumo-a feita depois da morte de Dom Bento (a 2 de janeiro de 1547). N'este caso já não pertenceria aos tempos de Coimbra. Citarei a primeira estrophe e as duas ultimas:

Bemaventurado aquelle que, ausente
do reboliço, trafego e tumulto,
vê de longe as perdas e o insulto
que faz o mundo vil da necia gente!
Aos cuidados posto tem um freio,
mui alheio
do perigo
que comsigo
traz a vida
que, embebida

[1] Os nomes de *Lançarote* e *Briolanja*, que o Poeta utiliza nas suas comedias, não invalidam esta these, porque estavam na moda, no tempo de Camões, como nomes de baptismo.

[2] N'estas circumstancias não me foi possivel admittir na minha versão allemã das Obras Completas de Camões aquella copia portuguêsa de um original italiano, e muito menos o commentario pseudo-camonanio.—Cfr. Storck, III, p. 367.

[3] Juromenha, Canção n.º XX, Braga n.º 18.—Cfr. Storck, IV, p. 94, n.º 21.*

[4] O Poeta empregou a mesma graciosa fórma estrophica em mais uma Canção *(Por meio de umas serras mui fragosas)*.

* Foi recolhida de um manuscripto do seculo XVII por Juromenha, que infelizmente não nos diz, se trazia indicação do nome do Poeta, ou se a attribuição é arbitraria.

no peçonhento gosto da cubiça,
o fogo com que arde assim atiça. [7.º]

E posto que o livre entendimento
captiva a vista, e regra a lei que segue,
e a outra vontade a sua entregue,
refreando o errado pensamento,
comtudo tem mais certa liberdade
a vontade
que aceita
ser sujeita,
porque os danos
e enganos
que procedem do proprio parecer,
senhor de si a hum não deixam ser. [7.º]

Ora da baixa terra alevanta
o experto pensamento ao céo formoso,
e da vida e de si mesmo queixoso
morre por possuir riqueza tanta;
ora, com doces ais o céo rompendo
e gemendo,
diz á morte:
«Dura sorte,
se vieras,
e me deras
um golpe tão esquivo que morrera,
por verdadeira vida te tivera». [8.º] [1]

§ 90.— Resulta do estudo precedente, como provavel e presumivel, o seguinte:

Luis Vaz frequentou durante algum tempo a Universidade de Coimbra; aprendeu linguas; leu assidua e proficuamente obras em grego, [2] em latim antigo e moderno, em português, hespanhol e italiano, [3] escolhendo em especial producções poeticas; adquiriu conhecimentos solidos de historia geral e patria; seguiu em suas primeiras poesias a nova escola classica de Miranda, apesar de ser muito affeiçoado á musa popular e conhecer contos, lendas,

---

[1] Compare-se ainda a sexta estrophe, e *Lusiadas*, VI, 98.

[2] É impossivel provar que o Camões lêsse de facto os auctores gregos no original; parece-me, comtudo, verosimil.

[3] Ramalho Ortigão (p. XLI da ed. Fluminense dos *Lusiadas*) pretende, sem provas algumas, que o Poeta sabia ainda francês (cfr. § 123 d'esta *Vida*), inglês e provençal (talvez por causa dos «*Triumphos commentados*»).

proverbios, cantigas e romances nacionaes. Concebeu uma terna paixão; desaveiu-se com seu tio D. Bento; despediu-se da Universidade sem haver tomado graus e sem ter em perspectiva um modo de vida seguro. Reconciliou-se comtudo com o seu antigo, generoso e influente fautor, e sahiu de Coimbra, entre tristezas e esperanças, cedendo ao impulso juvenil de correr por esse mundo fóra, peregrinando!

VIII

DE COIMBRA A LISBOA

VIII

DE COIMBRA A LISBOA

§ **91.**—Acabou a aprendizagem. Começam as peregrinações. Vêmo-lo sahir da cidade natal e entrar em terreno desconhecido. A tradição não refere em que anno, nem com que mira, e por que caminho se effeituou a viagem. Conhecemos apenas o destino, porque é em Lisboa que o Poeta nos apparece. Mas d'este termo da jornada infere-se com bastante verosimilhança qual a estrada que escolheria. Ao arbitrio do leitor deixo o seguir-me, acompanhando o nosso romeiro n'esta sua primeira excursão, cujas impressões sobre um espirito juvenil costumam ser tão profundas e intensas, ou o escolher outra senda, comtanto que ella leve á mesma meta. Ávante, portanto!

§ **92.**—Com solido saber, memoria segura e prompta, um mundo de sensações no coração, mas com uma algibeira pouco recheiada de cruzados,—talvez os ultimos vintens da herança paterna—ei-lo a caminho. Uma leve bagagem a tiracollo, mas no meio das roupas alguns volumes de auctores predilectos, um Virgilio e um Ovidio, um Petrarca e um Ariosto, Luis Vaz emprehenderia a marcha de Coimbra a Lisboa. A despedida da benevola madrasta, do digno tutor e tio, e da restante parentela, talvez lhe custasse um tanto. As novas impressões haviam de abrandar, porém, a dôr da separação. D. Bento, como religioso, mal poderia ter contribuido com metal sonante para a jornada: mas offereceria em troca bons e salutares conselhos no acto de abençoar carinhosamente o moço viajante. Bem conhecia a boa tempera do coração de Luis Vaz, mas tambem o seu genio fogoso e turbulento, a sua irrequieta natureza de artista.

Mesmo um caminhante de primeira ordem não faria a marcha em menos de cinco a seis dias: forçoso era portanto parar e descansar varias vezes

durante a noite, e tanto para os apeadeiros intermedios como para a primeira entrada na capital o inexperto peregrino não podia dispensar recommendações valiosas. Não faltariam de certo. Conventos e hospicios das Ordens abundariam em todo o trajecto, e tanto religiosos como clerigos seculares recolheriam e hospedariam de boa vontade o douto sobrinho de um prior geral de Santa Cruz, que era ao mesmo tempo cancellario da Universidade de Coimbra. Portanto, elle podia dar tempo ao tempo e, por mais que o aurifero Tejo e as maravilhas do grande emporio da India o attrahissem, o nosso viajante não apertaria muito o passo. Iria só ou acompanhado? Talvez atravessasse entre amigos as ruas que lhe eram familiares. Talvez avistasse, enternecido, entre as adufas das janellas aquella testa de ouro e neve, que o encantára, saudando commovido os muros do seu Collegio e da Universidade, em cujas aulas conhecêra mestres benevolos e tantos camaradas sympathicos. Depois de passar a ponte lapidea do rio, que banha as collinas da cidade, lá onde o valle estreito torneia para o sul, deitaria um derradeiro e saudoso olhar sobre a bella patria sua amada, a cidade classica, e sobre aquellas encantadoras paizagens, regadas pelas aguas do Mondego.[1] Mais um abraço de despedida aos companheiros, e arrancando-se com um franco «adeus» diria «até á vista em Lisboa!» E estugando o passo, fugiria ás lembranças que ameaçavam senhorear-se do seu espirito, continuando sósinho a sua marcha.

§ 93.—Camões condensou e resumiu poeticamente as sensações d'aquella hora em uma Canção que, chronologicamente, me parece ser a segunda, mas que costuma occupar nas edições portuguêsas o quarto logar.[2] Visto marcar um ponto determinante e critico na sua vida, não bastava uma simples referencia. É indispensavel citarmos aquella poesia por inteiro:

> Vão as serenas aguas
> do Mondego descendo,
> e mansamente até o mar não param,
> por onde as minhas magoas,
> pouco a pouco crescendo,
> para nunca acabar se começaram.[3]
> Alli se me mostraram—
> n'este logar ameno

---

[1] Cfr. Link, II, 27.*

[2] Canção IV, *Despedida de Coimbra.*

[3] Sobre a phrase: *Começaram logo ao nascer*, veja-se os §§ 12 e 13.

---

* Vol. I, p 395 da traducção francêsa

em que inda agora mouro—
testa de neve e ouro,
riso brando e suave, olhar sereno,
um gesto delicado
que sempre n'alma m'estará pintado.

N'esta florida terra,
leda, fresca e serena,
ledo e contente para mi vivia;
em paz em minha guerra,[1]
glorioso com a pena[2]
que de tão bellos olhos procedia.
De um dia em outro dia
o esperar m'enganava.
Tempo longo passei;
com a vida folguei
só porque em bem tamanho s'empregava.
¿Mas que me presta já,
que tão formosos olhos não os ha? *

Ah quem me alli dissera
que de amor tão profundo
o fim podesse vêr eu alguma hora!
E quem cuidar pudera
que houvesse ahi no mundo
apartar-me eu de vós, minha senhora!
para que desde agora,
já perdida a esperança,
visse o vão pensamento
desfeito em um momento,
sem me poder ficar mais que a lembrança
que sempre estará firme
até no derradeiro despedir-me.

Mas a mór alegria
que d'aqui levar posso
e com que defender-me, triste, espero,
é que nunca sentia

---

[1] O anterior desassossego do seu coração fôra amansado e apaziguado pela affeição carinhosa da amada.— Cfr. Petrarca, *Vita di Laura*, Canz. VII, v. 22.

[2] As doces poesias, inspiradas por este primeiro amor, já lhe teriam conquistado fama e gloria entre os condiscipulos.

* Afastando-se de Coimbra, já não tinha occasião para vêr *virtualmente* a namorada.

no tempo que fui vosso,
quererdes-me vós quanto vos eu quero!
Porque o tormento fero
de nosso * apartamento
não vos dará tal pena
como a que me condena;
que mais sentirei vosso sentimento
que o que a minh'alma sente...
Morra eu, Senhora, e vós ficae contente!

Tu, Canção, estarás
agora acompanhando
por estes campos estas claras aguas,
e por mi ficarás,
com chôro suspirando,
porque, ao mundo dizendo tantas magoas,
como huma larga historia,
minhas lagrimas fiquem por memoria! **

§ **94.**—Que versos tão singelos, melancolicos e repassados de saudosas magoas! Chegado ao marco divisorio que separa dois periodos da sua vida, o Poeta põe em pungente contraste, de um lado, o conhecido, e do outro, o ignoto—Coimbra e Lisboa—a patria e o estrangeiro—um sorridente passado e um futuro sombrio e velado; ha pouco, amor correspondido, agora a cruel separação; hontem, a esperança, a fé em annos seguidos de felicidade, e hoje, que subita mudança da sorte, effeituada em poucas horas! Que tristes presentimentos do porvir! A fórma metrica da poesia approxima-a de construcções rhytmicas de Petrarca *** e dos Petrarchistas; uma phrase figurativa do contexto será mesmo extrahida do cantor de Laura; [1] mas, de resto, não ha ahi um unico artificio. Nenhum enfeite de erudição, nem uma figura retorcida ou forçada interrompe o deslisar sereno e manso dos sentimentos do

[1] Verso 17, que equivale ao italiano «*poi mi rivolyo alla mia usata guerra*».—Cfr. a nota 3ª relativa ao § 93.

* *Nosso* por *vosso* é emenda de Storck, que eu aceito.

** Duvido que este remate—salvo-conducto da poesia, remettida aos sitios de que Camões mesmo agora se despedira—nos chegasse fielmente conservada. A propria lição de 1595, que é a melhor, carece de emendas. Ainda em vista da planicie do Mondego é que o Poeta diria talvez: «*Tu, Canção, ficarás* | *Aqui, acompanhando* | *Estes campos e estas aguas claras,* | *E só me deixarás,* | *Chorando e suspirando,* | *Porque* (isto é *para que*), *ao mundo dizendo* (ou mostrando) *tantas magoas* | *Como uma larga historia,* | *Minhas lagrimas fiquem por memoria*...».

*** A fórma estrophica é igual á que Petrarca empregou na Canção XI da *Vita di Laura*—«*Chiare fresche e dolci acque*» (*a b c* | *a b c* | *c d e e d f f*) e serviu a Camões tambem para as Canções VI, X e XIV. Só a «*Tornada*» varia, e afasta-se das regras do costume.—Cfr. p. 235.*

Poeta ou a sympathica repercussão d'estes mesmos sentimentos na alma do leitor. Que ternura nos queixumes contra a mulher amada, que não correspondeu com o ardor desejado á sua paixão! Que deliciosa simplicidade na renovação do seu juramento de amor, que promette firmeza inabalavel na saudade! Que graciosa gentileza na confissão do joven amante, que já pagou com tristezas e attribulações a sua recente gloria!

Ha, porém, um pormenor que, porventura, parecerá pouco justificado, ou mesmo obscuro ao leitor não-portuguès: a «*tornada final*» da canção.[1] Forçoso é, portanto, lembrar-lhe que por um lado o poeta remettia os seus versos a Coimbra, isto é, á cidade onde a bella Inès de Castro morreu tragicamente de amores, e onde as aguas do Mondego continuam a lamentar a triste sorte da misera e mesquinha; e que pelo outro lado o auctor ia marchando para o logar de Alcobaça, na mesma estrada por onde El-Rei D. Pedro, o Justiceiro, mandára conduzir o corpo da esposa, exhumado, em cortejo solemne, cinco annos depois da sua morte, desde o convento de Santa Clara de Coimbra até ao mosteiro bernardino de Alcobaça, jazigo dos seus ascendentes, a fim de a fazer depositar n'um mausoléo esplendido, com honras reaes, immediata ao seu proprio tumulo, frente a frente.[2]—Só estas allusões dão sentido e poesia aos ultimos periodos da canção.

§ 95.—É provavel que o Poeta se dirigisse primeiramente á villa de Condeixa, atravessando as veigas risonhas e bem povoadas, os prados verdejantes e os laranjaes ferteis, regados por innumeros ribeirinhos, que levam em duas horas de Coimbra[3] áquelle «cestinho de flores e fructos», que o estudante e bom conimbricense já conheceria certamente de perto.[4] Cinco leguas mais ao sul entraria no logarejo de Pombal, celebre então[5] sómente por uma egrejinha «de Capuchos», cuja imagem de Nossa Senhora era cen-

---

[1] Versos 53 e 60.—V. Storck, IV, p. 313 e 323.

[2] Cfr. § 101.

[3] Cfr. Link, II, p. 26. *

[4] É em Condeixa que os eruditos julgam encontrar (segundo Link) o sitio da velha Colibria ou Colimbria, Conimbria ou Conimbrica, que deu o nome á cidade mais moderna de Coimbra.

[5] Pombal deve a sua celebridade moderna ao inclito ministro de El-Rei D. José I (1750-77), mais tarde Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello (1697-1782), que ahi se finou nas amarguras do desterro, deposto pela rainha D. Maria I (1777-1792, ou resp. 1806).

* Vol. I, 377 da traducção.

tro de attracção de pios romeiros, e por um castello arruinado que se levanta no pino de rochedos escalvados. E depois de nova marcha, de outras cinco leguas, o caminhante chegava a Leiria, sita na falda de um monte, estendida em um valle ameno entre os rios Liz e Lena, e coroada por um magnifico castello, que devia despertar em Luis Vaz um vivissimo interesse historico, porque a elle se ligam innumeras e valiosas lembranças e tradições. Certamente lá estacionaria contemplando de vagar os vestigios de tantos seculos de gloria patria, que mais tarde fez reviver nos seus *Lusiadas.*[1] D. Affonso Henriques tomara Leiria aos infieis em 1135, construindo ou reconstruindo um forte baluarte contra novas aggressões, de que fez dom ao bellico predecessor de D. Bento de Camões, o prior de Santa Cruz D. Theotonio, o qual quando o castello, apesar da sua solidez, foi accommettido e tomado novamente pelos mouros, lhes arrancou em desforço a fortaleza de Arronches.[2] Além de varios mosteiros, Luis Vaz lá encontrava os paços fundados por El-Rei D. Denis[3] de Portugal, que escolheu aquella fertil terra para, como muitos outros monarchas, «*hi filhar desenfadamento*» e plantou nos contornos da cidade, costeiros ao Oceano, os famosos e enormes pinhaes de Leiria.[4]

§ 96.—Ensejo para morada mais prolongada offerecia, duas leguas mais ao sul, o magnifico convento de Santa Maria da Victoria, a *Batalha*, obra monumental da architectura normando-gothica[5] e uma das glorias nacionaes de Portugal, pelas lembranças historicas que commemora e eterniza. Perto do convento e da villa que o circunda, no cume extenso mas achatado de uma collina, fica o logarejo de Aljubarrota,[6] que deu o nome á famosa batalha, ferida nos campos intermedios entre os dois logares, em 1385, desde a peleja

---

[1] *Lusiadas*, III, 55, e VIII, 19.

[2] Herculano, *Hist. de Port.*, I, p. 362 e seg.

[3] Os restos de um palacio que outr'ora servira de residencia a El-Rei D. Denis, o Lavrador, na immediação do castello, mas sobranceiros e abeirados a um precipicio alcantilado, offerecem ainda hoje um aspecto veneravel, conforme dizia Murphy em 1789 nos *Travels in Portugal*, p. 74.*

[4] Cfr. Introducção, § 29.

[5] «The architecture is of that style called modern norman-gothic and may be justly considered one of the most perfect and beautiful specimens of that style existing».— Murphy, p. 33.

[6] Link. II, p. 15 e seg.**

---

* P. 119 da traducção francêsa.

** Cfr. p. 360-368 da mesma versão.

de Ourique[1] contra os Mouros a mais assignalada victoria das armas portuguêsas. O vencedor dos Castelhanos,[2] D. João I de Portugal, edificou, conforme o solemne voto que fizera, em acção de graças pelo triumpho alcançado, o convento dominicano e a egreja annexa de Santa Maria da Victoria, dicta commummente da *Batalha*,[3] um pouco afastado do verdadeiro campo da lucta, por este não offerecer sitio apropriado para a construcção, nem a agua sufficiente. «Os montes que rodeiam este convento são baixos, comparados com as elevações que circumdam Alcobaça, mas, ainda assim, fica tão enterrado entre collinas, que só se avista no ultimo instante, e o viajante defronta repentinamente com o templo. Mas então é que a singular torre rendilhada de bellas e nobres proporções offerece um aspecto surprehendente».[4] A sumptuosa fabrica estava em pé no tempo de Camões, havia já seculo e meio, mas conservava (dois seculos antes do terrivel terremoto de 1755)* toda a sua primordial belleza. O perito architecto inglês J. C. Murphy diz: «A vista do mosteiro recompensaria amplamente uma viagem mais longa e até menos agradavel do que aquella que acabava de fazer. O que realçava o encanto da esplendida vista era a sua inesperada apparição, n'uma hora em queo sol descia no horizonte, e cada corucheo dourado se destacava sobre o esplendor dos ultimos raios. A multidão animada e rutilante das flechas e dos corucheos, dos gigantes e das janellas, suas profundas sombras projectadas, a solidão absoluta do logar e o aspecto veneravel dos frades compunham uma das mais maravilhosas scenas que jámais observei... O edificio todo está muito bem conservado, se considerarmos a sua edade, e soffreu relativamente pouco da intemperie dos elementos, graças á solidez dos materiaes e á amenidade do clima».[5]

§ **97.**—Para o nosso Luis Vaz, que já n'aquella edade conhecia o grandioso passado do seu paiz e da sua nação, como talvez nenhum dos coevos, e que archivara na alma carinhosa e no coração ardente com mais intenso enthusiasmo do que todos os Portuguêses a historia patria,eram de summo interesse as secções interiores do monumento religioso: o templo, a casa do capitulo, os claustros e as capellas com os seus tumulos. Lá jaziam El-Rei D. João I,

---

[1] Cfr. *Introducção*, § 12.
[2] Ibid., § 26.
[3] Ibid., § 32, n.º 1.
[4] Link, II, p. 16 (I, p. 366).
[5] Murphy, p. 32-33.

* Murphy diz positivamente que o terremoto damnificou algumas partes do edificio.

fundador do convento, com sua esposa a rainha D. Filippa; e os filhos de ambos: El-Rei D. Duarte ao lado de D. Leonor; D. Pedro, o Infante e Regente de Portugal; D. Henrique, o das Navegações; D. João, o bravo Condestavel; e D. Fernando, o Infante Santo.[1] Lá pousavam ainda, em recintos diversos, o neto, D. Affonso V com a rainha D. Isabel; o bisneto, D. João II com sua esposa D. Leonor, e o unico filho de ambos, o malfadado Principe D. Affonso, que fallecera na curta edade de dezaseis annos (1491).[2] Um dia pensara dormir lá tambem o seu ultimo somno D. Manoel, *o Afortunado* primo, cunhado e successor de D. João II.[3]

Luis Vaz admirou sem duvida a obra delicada das sumptuosas, mas *imperfeitas* capellas, scismando, e procurando como tantos outros, antes e depois d'elle, o sentido occulto da inscripção meio hieroglyphica que se esconde nas letras enlaçadas C 'E Y, e a significação egualmente obscura das palavras *tanyas erey*, repetidas com insistencia.[4] É na Batalha que o erudito Poeta podia desenrolar deante dos olhos do espirito grandes e gloriosissimos acontecimentos da historia patria, de 1383 até 1495 ou 1509,[5] resuscitando os maiores vultos nacionaes. Collocado em frente das estatuas sepulchraes podia recordar os seus nomes e seus feitos, aliás insculpidos nos marmoreos sarcophagos. Em aquelles corpos humanos, já desfeitos — sonhos de sombras — dominára outr'ora um genio poderoso, uma força de vontade activissima. Um raio de luz, vindo de cima, lhes mostrára e illuminára a senda heroica que leva ás immortalidades terrestres,

> ... immortalidades, que fingia
> a antiguidade (que os illustres ama),
> lá no estellante Olympo, a quem subia
> sobre as asas inclytas da fama

---

[1] Cfr. *Introducção historica*, p. 67, nota 2.

[2] V. Faria e Sousa, *Europa Portugueza*, II, p. 331. — Murphy, p. 31-74. — Lichnowsky, p. 396.

[3] Jaz em Belem, nos Jeronymos, que fundara, como contámos na Introducção, § 61.

[4] V. Murphy, p. 38. — Lichnowsky, p. 401. — Faria e Sousa, *Europa*, II, p. 524. — Este ultimo auctor dá uma explicação singularissima d'estas letras, interpretando-as por: *Creo un solo dios!* Segundo Murphy (p. 39) só existem dois caracteres: *E* e *Y* entre duas espheras armillares. Faria e Sousa (p. 481) refere que por baixo d'ellas se lê um *In Deo* e que por cima está uma Cruz da Ordem de Christo. As palavras *Tanyas erey* são gregas (!), na opinião do mesmo Faria e Sousa, e significam: *Buscad nuevas regiones!* *

[5] Uma das portas tem a inscripção: *Perfectum est opus* 1509.**

* A questão das inscripções e dos tumulos será por mim tratada n'um capitulo especial.

** Mais exactamente: *Perfectum fuit anno domini 1509.*

por obras valerosas que fazia,
pelo trabalho immenso que se chama
caminho da virtude, alto e fragoso,
mas no fim doce, alegre e deleitoso.[1]

§ 98.—Foi então que Luis Vaz se transformou em Epico nacional.[2] Em todo o patrio solo não existia torrão algum mais idoneo que as silenciosas e altivas abobadas da Batalha para assentar no espirito profundamente impressionado do poeta a semente fecunda da epopeia dos *Lusiadas*, que germinando e avigorando pouco a pouco as suas raizes, veio lentamente á luz e desabrochou em esplendida poesia, bebendo o ar puro e vivificante do sentimento nacional, alimentado pelas influencias beneficas de um systema completo de philosophia.—Nós, Allemães, lembramo-nos aqui do mancebo Friedrich Gottlieb Klopstock que, dois seculos mais tarde, se inspirou na cathedral de Quedlinburg, aos pés do sarcophago do Imperador Henrique I, resolvendo cantar com tuba heroica, entre lanças e arnezes, «aquelle libertador das germanicas terras».[3] Klopstock não realizou a tenção patriotica; Camões, porém, levou o seu rude canto[4] através dos mares e continentes, protegendo-o contra os mil aggravos de guerras e batalhas, salvando-o de um naufragio medonho, com risco da propria vida, e conservando illeso no regresso ás praias lusitanas, aquelle fructo gerado em uma vida de indizivel pesar e amargura. O que o joven entrevira na Batalha como em sonho, realizou-o na edade madura, apaziguando pela acção o ardor da alma juvenil, que anciara celebrar os feitos heroicos dos *Lusiadas*, e tambem as memorias gloriosas

---

[1] *Lusiadas*, IX, 90.

[2] V. Storck, IV, Egloga V, versos 25-32.*—Ampliarei esta minha ideia, fundamentando-a mais solidamente no § 222. Já em 1533 João de Barros dissera em publico que os altos feitos portuguêses eram assumpto digno de um Homero ou Virgilio, como observa Juromenha (v. 21-22); e nos decennios seguintes todos os poetas e historiadores nacionaes manifestaram votos pelo advento de um genio de força epica; mas só Luis de Camões era de tempera a conceber e a realizar o vasto plano dos *Lusiadas*, hombreando com o Mantuano.

[3] Cfr. a Ode de Klopstock epigraphada: «*Á minha patria*» (*Mein Vaterland*) e em especial os versos 31 e 32: «*unter den Lanzen und Harnischen | Heinrich, Deutschlands Befreier, zu singen*».

[4] V. § 253.

* Ahi o Commentador prova que o vate, ao escrever aquelle seu primeiro ensaio bucolico, antes de 1546, se ia preparando para com novo estro e voz de cysne «cantar o poema da sua gloria».—Cfr. Storck, IV, p. 403.

d'aquelles Reis que foram dilatando
a fé, o imperio, e as terras viciosas
de Africa e de Asia andaram devastando;
e aquelles que por obras valerosas
se vão da lei da morte libertando,
cantando espalharei por toda parte,
se a tanto me ajudar o engenho e arte.[1]

§ 99.—No seguimento da sua viagem juntaram-se em breve outras reminiscencias ás recordações evocadas pelo monumento que o fundador da dynastia de Aviz creára. Tres leguas mais, e Luis Vaz avistava o convento real de Alcobaça, n'uma risonha aldeia do mesmo nome, a quinze leguas de Lisboa, excellentemente abrigado, em especial para a banda occidental, por serras e montanhas que attingem uma altura consideravel.[2] O magnifico edificio foi fundado por D. Affonso Henriques, em 1170, a lenda diz que em cumprimento de pia promessa, feita na esperança de tomar aos Mouros a fortaleza de Santarem (1147). Para commemorar este feito heroico, o victorioso batalhador instituira a abbadia de S. Bernardo, o primeiro monumento do estylo normando-gothico em Portugal,[3] doando-a generosamente com vastas propriedades e rendas tão avultadas que Alcobaça se tornou em breve tempo um dos mosteiros mais opulentos e poderosos, não só de Portugal, mas de toda a Europa.[4]

Os abbades possuiam numerosos fóros, privilegios, coutos importantes e cargos honorificos de grande alcance: eram fronteiros-móres do reino, conselheiros e esmoleres do monarcha, donatarios da corôa, senhores de treze logares e varios castellos, e dispunham de um numero elevado de homens de armas. Além d'isso tornaram-se benemeritos da instrucção nacional e agricola, instituindo durante o reinado de D. Affonso III as primeiras aulas publicas nas casarias do convento, dirigidas pelo abbade D. Frei Estevam Martins, que inaugurou a 11 de janeiro de 1269 prelecções de grammatica, logica e theologia,

---

[1] *Lusiadas*, I, 2.
[2] Veja-se Link, II, p. 15. *
[3] Cfr. Murphy, p. 88 (191 da da versão francêsa).
[4] Ib., p. 100. **

* O viajante allemão trata de Alcobaça no cap. XXV da sua Viagem em Portugal (p. 360-365 da traducção citada) e diz que «do lado do norte e sudoeste montes de pedra-lioz cercam muito de perto o valle de Alcobaça, emquanto do lado do oriente se levanta uma arida serra calcarea».

** O leitor portuguës póde recorrer hoje a um bom livrinho de um benemerito filho de Alcobaça, M. Vieira Natividade: *O Mosteiro de Alcobaça*, (Coimbra, 1885).

«para os mancebos de fóra do mosteiro que quisessem aproveitar». Fundaram ainda escolas agricolas em Vallada, Cellas, Vimeiro e Evora, [1] e no tempo de D. Denis ajudaram efficazmente a creação da Universidade nacional, intervindo a favor d'ella na côrte de Roma, e contribuindo com valiosos meios pecuniarios para os salarios dos lentes. É natural, por isso, que Luis Vaz desejasse passar alguns dias na companhia dos religiosos alcobacenses.

§ 100.—Entre as maravilhas do templo e mosteiro, o que attrahiria com mais força a attenção do viajante, porque outro tanto succede hoje, seriam certamente os tumulos e as campas dos velhos cavalleiros e magnanimos principes da primeira dynastia portuguêsa. O mais antigo sepulcro data do seculo XII (1179) e encerra os ossos do primeiro abbade de Alcobaça, meio-irmão do fundador real, D. Pedro Affonso, filho natural d'aquelle Conde D. Henrique de Portugal, * que descança longe, na região do Norte, na Sé Primaz de Braga, ao lado de D. Tareja, sua mulher, emquanto o filho D. Affonso Henriques e o neto D. Sancho I jazem em Santa Cruz de Coimbra, nos esplendidos monumentos que o Poeta conhecia tão bem. [2] Jazem ainda em Alcobaça D. Affonso II com a rainha D. Urraca e o segundo filho de ambos, D. Affonso III, ao lado de D. Beatriz, segunda mulher do Bolonhês. O primogenito D. Sancho II exhalou o ultimo alento no estrangeiro, em Toledo, onde sepultaram o desterrado. [3]

§ 101.—Luis Vaz contemplaria com interesse patriotico os jazigos d'estes dynastas; o que, porém, mais lhe prenderia os olhos e o coração, absorvendo toda a sua attenção durante horas, seriam, certamente, no pantheon chamado «sala dos tumulos», os sarcophagos de D. Pedro, o amante justiceiro, e de D. Inês de Castro, «collo de garça ou de neve». [4]

---

[1] Os successores dos frades civilizadores e caridosos dos primeiros tempos, verdadeiros bemfeitores de toda a comarca, não se conservaram fieis ao programma antigo. Sem uma lagrima saudosa ou um suspiro de pesar, assistiu o povo ao exodo dos frades alcobacenses, effeituado em 16 de outubro de 1833, em conseqüencia do levantamento liberal da nação.—Cfr. Ramalho Ortigão, *Farpas*, I, p. 237 e seg.

[2] Cfr. *Introducção historica*, § 12.

[3] Ib., § 13, Nota 4 e § 14.

[4] Cfr. *Introducção historica*, § 25, e § 94 d'esta *Vida*.

* D. Pedro Affonso tomou o habito de S. Bernardo e acabou em Alcobaça *(monachus Acobatiae*, como diz o seu epitaphio, e não *abbas)*. Sobre quem fosse o primeiro abbade do mosteiro ha grande divergencia entre os historiadores.— Parece que foi um D. Frei Rolando, francês, enviado e apresentado por S. Bernardo de Claraval.

A impressão commovente do recinto funebre, a luz que cahe amortecida e baça por estreitas janellas ogivaes, o tom denegrido da abobada baixa e das frias lagens do pavimento, as figuras immoveis e silenciosas que repousam sobre altissimas arcas despertam no visitante uma sensação de saudosa tristeza que jámais esquece.

Os tumulos em que jazem em frente um do outro, os dois amantes, casados em segredo, são uns verdadeiros primores, joias de arte incomparaveis. Em todos os quatro lados, ambas as arcas, de dezaseis palmos de comprido por sete de alto e cinco de largo, são inteiramente cobertas de deliciosos arabescos rendilhados, que enquadram altos e baixos relevos em finissimo marmore branco, representando o martyrio de varios santos, scenas da Escriptura sagrada, todos os passos da Paixão de Christo, a resurreição dos mortos, o juizo final, o inferno, purgatorio e paraiso. As duas figuras em vulto maior que o natural, estão collocadas, por ordem expressa de D. Pedro com os pés contrapostos, e assim estão os restos encerrados nos sarcophagos, de maneira que ao acordarem no dia da Resurreição avistassem primeiro o céo e immediatamente, levantando-se, um ao outro. D. Inês traja um vestido franzido, cujas mangas curtas deixam vêr dois braços redondos e bem modelados, que descansam cruzados sobre o peito, e cuja longa fimbria envolve castamente os pés juntos, deixando perceber apenas os bicos agudos dos sapatos, que se apoiam n'um lebreu. O corpo do vestido está justo e preso por meio de alamares e botões antigos. As mãos são finas e pequenas, de dedos compridos. A esquerda, calçada com meia-luva (da qual sahem as extremidades dos dedos) aperta a outra luva; a direita segura um fio de perolas que lhe cinge o pescoço. O rosto é um pouco cheio, mas tem ar gracioso. As orelhas estão quasi inteiramente cobertas por um toucado muito cingido. Uma bocca pequena e uma covasinha no queixo dão a essa linda physiognomia de pedra um não sei que de jucundo e scintillante. Sabendo-se que El-Rei D. Pedro mandou cinzelar á sua vista estes monumentos, é licito presumir que haverá pelo menos alguma semelhança com o original nas feições da estatua sepulchral. D. Inês cinge corôa real aberta, e um pequeno baldaquim protege-lhe a cabeça. Seis anjos estão dispostos em torno da figura: dois, de azas semi-abertas, ageitam a dupla almofada sobre que a cabeça reclina; outros dois agitam thuribulos; o ultimo par segura a orla do vestido. O tumulo é sustentado por seis esphinges, duas das quaes são figuras de mulheres; as restantes; apresentam rostos de homem, com barba, ou sem ella. Ao longo do friso alternam as armas reaes portuguêsas* e as seis arruelas da casa de Castro.

* Hoje em grande parte damnificadas.

O sarcophago de D. Pedro é sustentado por seis leões. O rosto sério e barbado mostra as mesmas feições nobres e compostas que lhe dão os retratos. Veste uma longa tunica franzida; as esporas nos calcanhares, o gesto com que segura a espada, uma mão na guarda, outra na bainha, prompto a arrancar o ferro, indicam firmeza e resolução. A seus pés está um rafeiro farejando no ar, como quem escuta e vigia.

Foi ahi, na sala dos tumulos de Alcobaça, que, muito verosimilmente, nasceu na mente do Poeta extasiado, a primeira ideia do bellissimo episodio de D. Inês,[1] cuja penultima estrophe lembra a figura da infeliz rainha deitada sobre o seu sarcophago de marmore e dormindo o eterno somno:

---

[1] V. Lichnowsky, p. 409 e seg.* — Ramalho Ortigão, *Farpas*, I, p. 227.**

Lichnowsky julgando ter admirado no pantheon alcobacense, além dos tumulos de D. Pedro e sua esposa, tambem as sepulturas dos tres filhos de D. Inês *(sic)*, anda duplamente enganado. Em primeiro logar houve quatro e não tres filhos de D. Inês: Affonso, Denis, João e Beatriz; e em segundo logar, é improvavel que qualquer d'elles fosse enterrado em Alcobaça. — D. Affonso morreu creança, antes de 1355; D. Denis casou em Castella, e foi sepultado em Guadelupe; D. João, o cruel assassino de sua primeira esposa, (cfr. *Intr. hist.*, § 25, Nota 3) contrahiu segundo matrimonio em Castella, e jaz na egreja de Santo Estevão, em Salamanca. É provavel que D. Beatriz, que tambem casou em Castella, ahi morresse e fosse sepultada.***

O mosteiro foi vandalizado em 1811 pelos francêses e em 1833 pelos soldados da revolução liberal. Desde que sacrilegas mãos mutilaram e profanaram os tumulos n'aquellas datas, falta o nariz ao rosto de D. Inês e parte da cabeça do rafeiro deitado aos pés de D. Pedro. Lichnowsky incrimina d'estas brutalidades a furia dos francêses. Taes mutilações são barbaras, mais abominavel todavia é a impiedade dos desvastadores liberaes que arrombaram a picão e violaram o monumento, impellidos pela cubiça, arrancando os despojos mortaes de D. Inês e de D. Pedro ao sossego do tumulo, e estirando-os, envoltos nas suas antigas roupagens roçagantes, nas lousas da grande nave da egreja. Os bellos cabellos louros acinzentados da misera e mesquinha, que a morte respeitára durante cinco seculos, foram repartidos e vendidos por entre varios amadores. — Cfr. *Farpas*, I, p. 230 e 244.****

* P. 189-190, da versão portuguêsa.

** Cfr. Vieira Natividade, p. 80-82.

*** Na sala dos tumulos existem, além dos tumulos de D. Pedro e D. Inês, mais cinco de adultos, com inscripções que declaram explicitamente quaes os sepultados, a saber: a rainha D. Urraca, mulher de D. Affonso II; D. Beatriz, a esposa de D. Affonso III, e os Infantes D. Fernando, D. Vicente e D. Sancha, todos elles filhos de D. Affonso III. — V. Sousa, *Hist. Geneal.*, vol. I, p. 137, 172, 173 e 176. É impossivel que Lichnowsky os tivesse em conta de filhos de D. Pedro. Mas ha ainda tres pequeninos sarcophagos de creanças, sem inscripção; e o illustre viajante, cujo interesse estava certamente concentrado sobre os tumulos artisticos, pensando nos tres infelizes infantes que D. Inês conchegara ao collo antes de receber o golpe fatal, imaginaria que, mortos na mesma occasião, fossem depositados ao lado da mãe.

**** Cfr. tambem Vieira Natividade, p. 84-86.

Assim como a bonina, que cortada
antes do tempo foi, candida e bella,
sendo das mãos lascivas maltratada
da menina que a trouxe na capella:
— o cheiro traz perdido e a côr murchada: —
tal está morta a pallida donzella,
seccas do rosto as rosas, e perdida
a branca e viva côr co'a doce vida.[1]

§ 102.— O nosso joven lettrado, certamente, não se despediu do mosteiro de Alcobaça sem visitar a sua bibliotheca. O emprego do latim para documentos officiaes, e portanto o estudo d'elle, fòra decahindo pouco a pouco durante os ultimos dois seculos, substituindo-se-lhe a lingua portuguèsa, de sorte que se tornou necessaria a traducção dos textos latinos para vernaculo. A livraria de Alcobaça, saqueada em 1811 pelos francèses (e nacionaes), e cujos restos estão hoje na Bibliotheca Nacional de Lisboa e no Archivo da Torre do Tombo, era riquissima em antigas versões dos seculos XIV e XV. Nada obsta a que Luis Vaz manuseasse alguns dos codices d'aquelle thesouro: havia alli fragmentos do velho testamento e do novo, lendas, livros de devoção, etc., documentos importantes para a historia da lingua e da litteratura portuguêsa.[2]

§ 103.— Dois caminhos levavam de Alcobaça a Lisboa. O primeiro, que seguia directamente para sul, tocava em Obidos e Alemquer, duas villas que o Camões menciona nos *Lusiadas*,[3] distinguindo a ultima, onde residiam parentes afastados de seu pae,[4] com phrases de evidente affeição. O segundo caminho, que me parece preferivel,[5] apesar de torcer um pouco para leste, passa por Santarem, a sete leguas de Alcobaça. O Poeta poderia ter saudado n'esta villa a familia da mãe, que perdera tão cedo, os Macedos de Santarem, a que se achava ligado por um grau tão proximo de parentesco, mas que talvez ainda não conhecesse de vista.

Escolhamos portanto este caminho. Quando no largo e ameno valle do

---

[1] *Lusiadas*, III, 118-135.

[2] V. Braga, *Curso*, p. 112 e seg., e *Introd. hist.*, § 40.*

[3] V. *Lusiadas*, III, 61. Cfr. Soneto 103: «*No mundo poucos annos e cansados*» verso 9-10, «*a verde e cara patria minha Alemquer*», de que já se tratou no § 10.

[4] Cfr. § 10.

[5] Cfr. a ultima nota relativa ao § 119.

* V. *Romania*, X, p. 334-335 e *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae, Olisipone*, 1775.

Tejo,[1] por entre extensos olivaes lhe appareceram pela primeira vez as torres da antiga Scalabis, famosa na historia e celebrada por lendas e xacaras,[2] apregoada pelos poetas como ninho de rouxinoes e terra classica da cheirosa madresilva, da faia robusta e do nobre loureiro;[3] quando a egreja de Santa Maria de Alcaçova, piedosa fundação de D. Affonso Henriques e o convento de S. Francisco, que servia de jazigo a El-Rei D. Fernando, mostraram os seus vetustos muros aos olhos do peregrino saudoso, estava elle bem longe de adivinhar e presentir que, dentro de poucos annos, n'aquelle mesmo sitio ou nas proximidades immediatas, uma morada involuntaria lhe proporcionaria dias de profundo pesar, dias de amargura e de melancolicas saudades pelas terras de Lisboa, então vedadas por uma sentença de desterro.

De Santarem a Lisboa restavam ainda boas quatorze leguas, setenta e cinco kilometros. Calculemos que o Poeta escolheu a via fluvial, descendo em barco o patrio Tejo até chegar ao seu destino, á larguissima e magestosa bacia que semelha um pequeno mar interior, em cuja margem direita se levanta sobre sete collinas, em amphiteatro, a capital do reino, ostentando innumeros templos, mosteiros e palacios, a «nobre Lisboa»

que «no mundo
facilmente das outras é princesa».[4]

§ **104.**—Uma phantasia em logar de uma inquirição! Bem o sei. Mas o que é certo e positivo é ter o Poeta feito pelo menos uma vez na sua vida, a viagem de Lisboa a Coimbra, quer nascesse nas margens do Tejo, quer nas ribeiras do Mondego. De caminho passou, segundo todas as probabilidades, pelas cidades e villas que mencionei, e meditando em face das maravilhas da Batalha e de Alcobaça, surgiu-lhe no espirito espontaneamente a ideia de um epos historico e nacional!

---

[1] Camões avistou por duas vezes as paizagens do Ribatejo, primeiro (na sua ida para Lisboa?) nas bellas efflorescencias da primavera; e pela segunda vez, quando exilado, nas despedidas do outomno.—Cfr. Elegia III, versos 55-57:

Não vejo senão montes pedregosos,
e sem graça e sem flor os campos vejo
que já floridos vira e graciosos.

[2] A santa e martyr, que deu nome á cidade de Santarem, é *Santa Irene*, em vulgar Santa Ireia ou Sant'Iria, raptada por um cavalleiro e por elle ignobilmente assassinada, conforme contam os Romances Populares (V. Braga, *Romanceiro*, n.os 45-47).

[3] Cfr. Garrett, *Viagens na minha terra*, traducção allemã de Seubert, a p. 57, e passim.

[4] *Lusiadas*, III, 57.

IX

CAMÕES EM LISBOA

IX

CAMÕES EM LISBOA

§ **105.**—Lisboa—a *Olisipo*, *Olysippo* ou *Ulyssipo* dos antigos,[1] cuja fundação e nome attribuem em Portugal ao muito arguto, facundo e ardiloso Ulysses de Ithaca, o das peregrinações longinquas,[2] fôra investida e conquistada em 1147 pelo Rei D. Affonso Henriques, coadjuvado por Cruzados estrangeiros.[3] Um seculo depois os monarchas portuguêses já viviam freqüentemente na formosa cidade: mas só 1400 por deante é que foi preferida como residencia da côrte. Durante as épocas pacificas do governo de D. Affonso III, D. Denis, Affonso IV e Pedro I, e no tempo das discordias, perturbações e paixões que abalaram o paiz no reinado de D. Fernando I e de D. João I, assim como no periodo seguinte, em que o sol de Portugal ia subindo continua e seguramente até attingir o apogeu da sua carreira gloriosa e fulgurante,*

[1] Estas fórmas latinas encontram-se na «Hist. Nat.» de *Plinio*, IV, § 113; na «Cosmographia» de *Pomponio Mela*, III, 1, 6, e na «Agricultura» de *Varro*, II, 1, 19.

[2] Faria e Sousa conta-nos no seu *Epitome* (a p. 15) muito a sério que Ulysses aproára na bacia do Tejo no anno de 1130 a. Ch., durante o reinado do Rei Lusitano D. Gorgoris; que fundára alli a cidade de Ulyssea ou Ulysippo e casara com uma infanta lusitana (não se chamaria ella por acaso D. Kalypso?), voltando depois a Ithaca, onde Penelope o esperava!

[3] Um cavalleiro allemão, chamado Henrique, oriundo de *Bonn*, morreu na tomada de Lisboa, sendo enterrado no Mosteiro de S. Vicente, onde uma palmeira, que lhe nasceu junto á cova, o fez venerado como santo e martyr.—Cfr. *Lusiadas*, VIII, 18, e III, 57-60.

* O poder maritimo de Portugal datava do seculo XIV.—D. Juan I de Castella, o vencido de Aljubarrota, armou no fim da sua vida († 1390) uma esquadra contra os Portuguêses «com que lhes quebrantar, se fosse vontade de Deus, a soberba que tinham «por la mar».

Lisboa foi centro, coração e cabeça do paiz, principalmente desde que em 1415 a primeira frota, commandada por D. João I, desferira velas, sulcando o Oceano, a fim de iniciar as conquistas de além-mar.[1] Recordações historicas, que abrangiam quasi quatro seculos, quando Luis Vaz transpunha pela primeira vez as portas de Lisboa, davam á metropole já então cosmopolita, e aos seus monumentos um caracter de grandeza e de imponencia que a sua posição, unica e incomparavel, realçava ainda.

§ **106.**—Miguel de Cervantes, o chronista do cavalleiro da Triste Figura, que veio a Portugal, pouco depois da morte de Camões, com o exercito conquistador de Felipe I de Hespanha, e travou durante a sua longa estada na sumptuosa capital, relações intimas com uma dama portuguêsa, descreve summariamente a cidade e os seus habitantes na Novella de «*Persiles e Sigismunda*». Os heroes d'este romance, que viajam sob os cryptonomos de Periandro e Auristela, aportam a Lisboa depois de um tormentoso e demorado trajecto; ao aproximarem-se, um pequeno gageiro exclama do alto da gavea: «Alviçaras, meus senhores! alviçaras peço. Alviçaras se me devem. Avisto terra! ou antes avisto o céo! porque é Lisboa aonde chegamos». Esta boa nova arrancou lagrimas de regozijo, porque parecia-lhes que tocavam a terra da promissão. Um dos passageiros, Antonio de nome, falla em seguida dos magnificos templos e dos numerosos hospitaes de Lisboa, mencionando a devoção e a caridade dos Lisbonenses, e continúa: «Aqui o amor e a honestidade vão de mãos dadas; a cortesia não deixa que a arrogancia se pavoneie, e a valentia afugenta a fraqueza. Todos os seus moradores são bem dispostos, bizarros e corteses; e são enamorados, porque são discretos. A cidade é a maior da Europa; aqui entram e d'aqui sahem os thesouros do Oriente para se espalharem por todo o mundo! O porto é de grande capacidade e encerra não sómente uma multidão de navios, mas florestas moveis de mastros. A formosura das mulheres encanta e abrasa; a coragem dos homens faz pasmar. Emfim, esta é a terra que dá o mais santo e copioso tributo ao céo». «Baste, Antonio,—interrompeu Periandro,—reserva alguma cousa para os nossos olhos; os louvores não devem antecipar tudo».[2]

§ **107.**—A Lisboa do seculo XVI offerecia ao espectador um quadro bem

---

[1] Nas côrtes estrangeiras os embaixadores de Portugal eram especialmente bem acolhidos e honrados, p. ex., no anno de 1576, em Madrid.—Cfr. Bernardes, *O Lima*, p. 260 (Carta XXXII, oitava 28).

[2] Livro III, cap. 1.*

* P. 623 da edição Rivadeneyra, vol. I.

diverso do que apresenta hoje. Abstrahindo de outras modificações, ha bairros inteiros, especialmente os da cidade baixa, que, destruidos pelo terremoto de 1755, foram reconstruidos pelo marquês de Pombal segundo principios modernos, e, portanto, embellezados. O viajante Link[1] descreveu no fim do seculo passado o aspecto da capital, do modo seguinte: «Nada mais bello que a vista de Lisboa, quer a gente venha de Aldeia Gallega, atravessando o rio, quer da Mouta ou de Cacilhas.[2] Não conheço nenhuma capital de aspecto tão imponente e magestoso. Uma bacia d'agua immensa, formada pelo rio Tejo que excede muitas vezes duas leguas allemãs em largura, e que se acha coalhada de embarcações; a extensa cidade que se levanta distribuida em amphitheatro sobre as collinas, que orlam o rio; grande numero de zimborios; os arrabaldes semeados de casas de campo, conventos, jardins e olivaes—tudo isto fórma um conjuncto extraordinario, de rara magnificencia. De certa distancia, quando o olhar não distingue bem os pormenores, os pincaros recortados da alcantilada serra de Cintra formam o fundo ou ultimo plano do quadro; do lado sul os montes da Arrabida além rio surgem do meio das campinas. Mas quando nos approximamos, as linhas da cidade destacam-se claramente, subindo do nivel do rio até ao cimo das sete collinas; a praça do Commercio, as novas ruas direitas e parallelas da cidade baixa, o Arsenal, o terreiro do trigo apparecem. Depois o olhar segue o rio que a terra aperta antes de elle desaguar no Atlantico, salpicado de navios possantes, e admira da banda do norte as encostas em que se agrupam Belem, com a sua luxuosa egreja e Ajuda com a verde tapada real; da banda do sul o logar de Almada, cujo templo corôa o cume da collina mais alta. Poderá alguem contradizer os portuguêses, quando, em seus passeios pelo Tejo, consideram Lisboa a mais bella cidade do universo? e citam satisfeitos e convencidos da sua justeza o proverbio: «Quem não tem visto Lisboa, não tem visto cousa boa».[3] Realmente, em todo o mundo não haverá vista egual. O comprimento da cidade, avaliado por auctores nacionaes em duas leguas,[4] e a extensão, de Belem até o ponto final oriental (Xabregas), figurou-se-me uma boa legua allemã. A largura varia muito: em certos sitios é insignificante, em outros quasi nulla, em parte

---

[1] Link, I, 174.—Condenso um pouco o texto.

[2] Isto é, vindo da margem esquerda, meridional.

[3] Cfr. *Introducção historica*, § 61, onde já citei o proverbio na sua fórma mais divulgada que diz: «Quem não viu Lisboa, não viu cousa boa». Link, todavia, reproduziu-o na fórma menos usada, estropiando-o ainda, por signal.

[4] Já então os arrabaldes da Junqueira e de Alcantara, assim como Belem e Campo Grande, pertenciam a Lisboa, segundo Link, I, p. 176.

alguma excede meia legua. O terreno é muito accidentado.[1] O Tejo banha, beijando-os, os fundamentos das casas marginaes de Lisboa. Para leste a sua largura é de duas leguas até tres. Na margem fronteira ha grandes charnecas cerradas na embocadura do rio por elevadas encostas. Na direcção oeste a torrente estreita-se até ter pouco mais de uma legua na sua foz. Os maiores navios de guerra podem fundear em frente da cidade. O panorama que se descobre de alguns pontos é incomparavel: aos pés, o rio azul povoado de centenares de velas, seguindo rumo pelo mar fóra; ao longe as sombrias charnecas da ribeira opposta que se afastam e só se approximam para ceder o seu logar a collinas risonhas, cultivadas e povoadas. Almada com a sua egreja culminante e um hospital inglês na falda do monte dá certo relevo ao quadro. Era bello vêr primeiro a cidade illuminada do meio do rio, e depois os navios do alto da cidade. Mas a belleza de tão variados espectaculos provém de uma circumstancia que difficulta muito a locomoção—o pendor abrupto das collinas sobre que a capital foi edificada».

§ **108.**—Se Lisboa impressionou tão fortemente um Cervantes e um Link, que já tinham visto bastantes maravilhas d'este mundo, é licito concluir que muito mais profunda devia ser a impressão produzida sobre o moço Conimbricense que pela primeira vez entrava em um emporio de primeira ordem. A admiração, que devia resentir pela grandeza de Lisboa e pela vastidão do caudaloso rio, não foi passageira; provam-n'o os seus versos,[2] e em particular os *Lusiadas*.[3] Vã empresa seria, comtudo, a de querer reconstruir as sensações provaveis do joven Luis Vaz. Outras questões mais positivas devem occupar a nossa attenção.

§ **109.**—Os biographos de Camões deram tratos á sua imaginação, para calcularem e idearem como é que o Poeta se governaria para *joindre les deux bouts* no ultimo quartel da sua vida, quando é facto que dispunha annualmente

---

[1] Em vez das sete collinas que os escriptores portuguêses allegam sempre, Link marca sómente tres, como pontos de referencia para a sua descripção, agrupando em volta d'elles os largos, as egrejas, os conventos e edificios publicos da cidade.

[2] O rio Tejo e as suas ribeiras serviram mais de uma vez de scenario para os Idyllios de Camões. Os louvores tributados e as invocações dirigidas ás Tagides, ou Nymphas do Tejo, isto é, ás damas de Lisboa, não nos interessam aqui. Mas sempre direi que os epithetos com que o Poeta orna o nome da capital, são apropriados e bem escolhidos, sem nunca documentarem aquella intima affeição que manifestamente ennobrecem e imprimem um cunho particular a tudo quanto diz de Coimbra.*

[3] Cfr. § 129.

de uns 15$000 réis pelo menos.[1] E para explicarem o caso referem que Antonio, o seu escravo Jau — a meu vêr um luxo exorbitante para um poeta faminto — mendigava de noite nas ruas de Lisboa.[2] O phantasioso Faria e Sousa accrescenta até que uma mulata, chamada Barbora, ou Barbara, ou Luisa Barbara, hortaliceira de seu officio, sabendo da miseria do Poeta, lhe dava de longe em longe um prato do que ia vendendo, e algumas vezes dinheiro do vendido,[3] — e elle aceitava-o! — Em vista de expedientes de tal laia, é pelo menos estranhavel que nenhum dos mesmos biographos levantasse até hoje a questão sobre os meios de subsistencia de que Luis Vaz disporia durante o primeiro periodo da vida de Lisboa, cuja duração se costuma fixar de 1542 a 1553 (com duas interrupções de tres annos por junto), e sobre o seu modo de vida na grande capital cosmopolita no decurso dos oito annos.[4] Com este silencio pretendem illudir-se a si e aos leitores, dando ou aceitando por provado, sobre a base dos assentos da Casa da India, produzidos por Faria e Sousa, que Simão Vaz de Camões e D. Anna de Sá residiam então em Lisboa. Julgariam de certo que os paes davam casa e mesa ao moço descuidado e ocioso, que desperdiçava o seu tempo a versejar, a atar e desatar amores, a vaguear pelas ruas e praças de Lisboa, folgando a deshoras com amigos e companheiros em recontros e pendencias de mancebo, brigando de noite com outros valentões e deixando-se arrebatar a desafios e duellos. Diz-se que não eram raras em Lisboa as mocidades assim malbaratadas. Havia na capital muitissimos pretos e mulatos. Tambem não rareavam fidalgos beatos que rezando de noite pelas ruas e quelhas a via-sacra e o officio das almas,[5] com lanternas de furta-fogo e toques funebres de sineta, se serviam dos rufiões de côr para espancamentos, doestos e assassinatos de inimigos pessoaes, sendo em paga aggredidos de espada e estoque por outros noctivagos. E os biographos camonianos não se pejam de incluir o cantor

---

[1] Do valor que o dinheiro tinha no tempo de Camões, direi no § 380.

[2] Cfr. Storck, IV, p. 348, e § 385-386 d'esta *Vida*.

[3] Veja-se § 324, 327, 328 e 386 e *Sämmtliche Gedichte*, I, p. 374, Commentario ás «*Endechas a uma Cativa com quem andava de amores na India*».

[4] Braga, na *Hist. Cam.*, I, p. 192 (e 194) allega como testemunho da vida tempestuosa e de aventuras a que o Poeta se entregara, uma passagem do Auto d'El-Rei Seleuco em que se allude a certos «soalheiros dos Escudeiros» (Prologo, esc. I), e podia ter allegado outras do Filodemo (Acto II, scenas I, II e IV, e Acto V, sc. II) se fosse licito e justo estabelecer que um poeta só póde tratar adequadamente assumptos, e aproveitar acontecimentos, que conhece por experiencia propria e pessoal.

[5] Braga, (I, p. 193-194) dá exemplos, citando entre outros, o facto de o celebre estadista Marquês de Pombal ter sido insigne em «vacações nocturnas» durante a sua mocidade.

dos *Lusiadas* n'estas turbas de vadios (é verdade que sem allegação de provas),[1] deixando-o chegar aos trinta annos sem modo de vida activo, sério e rendoso, a não ser que considerem occupação digna e bastante os dois annos de guarnição em Ceuta. Que as poesias, que elle talvez dedicou a alguns proceres, seus protectores, lhe grangeassem um sustento sufficiente, é facto que ninguem poderá garantir. Todos estão de accordo em como mais tarde — de 1572 a 1580 — o Poeta *já afamado* viveu na ultima miseria; em como em 1553 teve que ir para a India, enrolado como fidalgo *pobre*, entre os soldados rasos, e pouco antes em condições eguaes, ou certamente pouco diversas, a Ceuta. Mas se Camões aceitou ou escolheu o serviço militar, não era um ocioso *faniente* como no'-lo querem fazer acreditar. E não o sendo, resta a questão: qual seria o seu trabalho, o seu modo de vida, o seu fim e destino em Lisboa? Logo darei a resposta; mas previamente teremos que fixar a data da sua chegada á capital, investigando tambem os nomes dos seus amigos e fautores, caso os houvesse.

§ **110.** — No seu calculo sobre a duração dos estudos universitarios de Luis Vaz, o Bispo Visiense propõe como conjectural a temporada de 1539 a 1544 (ou 1545).[2] Juromenha estima que a época assim marcada é não só provavel mas verdadeira; e adianta-se a determiná-la com mais precisão ainda, fixando a data de 1539 a 1544, o que não o impede de affirmar, dez linhas mais abaixo, que o estudante abandonára Coimbra em 1542.[3]

«Diz o Poeta — é Juromenha quem tem a palavra — diz o Poeta na sua primeira carta (de Goa a um amigo, em Lisboa): «...quando cuido que, sem peccado que me obrigasse a tres dias de purgatorio, *passei* **tres mil** *de más linguas, peores tenções, damnadas vontades*, nascidas de pura inveja de verem *su amada yedra de si arrancada y en otro muro asida*, da qual inveja tambem amizades mais brandas que cêra se acendiam em odios que disparavam lume, que me deitava mais pingos na fama que nos couros de um leitão... Então ajuntou-se a isto acharem-me sempre na pelle a virtude de Achilles que não podia ser cortado senão pelas solas dos pés; as quaes, de m'as não verem nunca, me fez vêr as de muitos e não engeitar conversações da mesma

---

[1] Cfr. § 197, e v. Ramalho Ortigão (ed. Gab. de Leitura, p. LV). — Faria e Sousa (*Lusiadas*, I, 51) trata o Poeta quasi como um assassino de profissão. *

[2] V. D. Francisco Alexandre Lobo, *Memorias*, VII, p. 168.

[3] Juromenha, I, p. 25.

* Declara possivel que outro Cavalleiro (!) se quisesse valer d'elle para vingar-se de certo homem que o tinha offendido, *«que es muy de la cavalleria* **comprar** *una mano agena para satisfazer-se»* (!).

impressão, a quem fracos punham mau nome, vingando com a lingua o que não podiam com o braço».[1] «Isto é—continúa Juromenha, referindo-se aos *tres mil dias—oito annos e oito dias* (emende-se: *oitenta dias!)* tempo que se deve entender depois do seu regresso de Coimbra» (ou, em conformidade com as minhas ideias, depois da vinda para Lisboa). No anno de 1553 sahiu o Poeta para a India: se subtrahirmos oito annos, teremos o anno de 1545, e, tirando mais tres annos para os dois degredos do Ribatejo e de Africa—(pois de dois nos parece que temos a certeza no prazo marcado para o segundo desterro, na carta inedita escripta de Ceuta[2] em que diz

> Nenhum remedio a meus danos
> vejo por alguma via
> se não vindo aquelle dia
> que hade ser fim de dous annos)[3]

teremos: que concluiu os seus estudos em 1542 e regressou a Lisboa n'este mesmo anno, ou no seguinte! (Eu não entendo que regressou, mas antes que veio a Lisboa).

Até aqui Juromenha, cujos argumentos Braga acha plausiveis, insistindo no anno de 1542 como o da vinda para Lisboa.[4]

§ **111**. Em primeiro logar causa estranheza que o Camões obrigasse um intimo amigo a um calculo arithmetico bastante complicado e ainda por cima incerto, porque só depois de addicionar mais alguns annos, em que o Poeta, desterrado de Lisboa, não teve que padecer as affrontas da maledicencia e inveja, é que o tal amigo teria sido capaz de arrumar devidamente os oito annos com mais quasi tres mezes ou oitenta dias. Melhor será portanto fallar apenas de oito annos, na supposição que os oitenta dias foram accrescentados aos dois mil novecentos e vinte com licença poetica, a fim de arredondar a somma de modo que os tres dias de purgatorio déssem a exacta proporção de um por cada milheiro. E em segundo logar é preciso perguntarmos: qual a causa e origem das murmurações, do mau trato e desamor que o poeta

---

[1] Juromenha não copia o trecho inteiro, como eu faço; dá apenas o extracto, dizendo: «*que em Lisboa passara elle tres mil dias de más linguas, peiores tenções*».

[2] A alludida *Carta da Africa* não é de Camões, nem procede de Ceuta (cfr. § 187, nota 3); mas isso nada faz ao caso, porque os versos citados provam o que Juromenha quer provar, a saber: que o serviço militar nas fortalezas africanas durava *dois* annos.—Cfr. a nota primeira relativa ao § 130.

[3] Versos 89-92.

[4] *Hist. Cam.*, I, p. 114.

soffreu? Não ha que duvidar, a carta o diz sem ambiguidades: *amores*. Estes amores deveriam então ter principiado no primeiro anno da sua morada em Lisboa, isto é, em 1542; e logo andariam publicos, formando immediata e consecutivamente, de 1542 a 1553, o assumpto da bisbilhotice e má vontade palaciana, exclusão feita apenas de uns tres annos, ou mil e noventa e cinco dias, pouco mais ou menos, durante os quaes os odios e queixumes se callaram ou não chegaram aos ouvidos dos amantes, muito embora o seu affecto mutuo perdurasse. Não! tal operação arithmetica seria estranha em demasia, inverosimil quando mesmo fosse verdadeira. Tentemos outra solução.

Oito annos antes de Camões escrever da India (em 1553) a Carta referida, o seu galanteio com uma dama de Lisboa, de dissimulado e secreto que fôra até então, se tornara publico [dando margem aos commentarios malevolos de que o Poeta se lamenta]. Este facto deu-se portanto em 1545. Mais nada póde inferir-se logica e racionalmente da expressão usada. Teremos por isso de supprimir por ora todas as conjecturas ácerca da data da sua vinda a Lisboa até depois de respondermos á segunda pergunta.

§ **112.**— Quem eram os protectores e amigos, com que o Poeta contava na capital?

Juromenha[1] quer que fossem, entre outros,[2] o Duque D. Theodosio de Bragança e seu irmão D. Constantino; o Duque de Aveiro; o Marquês de Villa Real; o de Cascaes; o Conde de Redondo e o da Sortelha, com quem parece ter tido relações de parentesco;[3] D. Manoel de Portugal, a quem celebrou como seu Mecenas; o joven D. Antonio de Noronha e outros muitos fidalgos.[4] A ser verdade que o Camões encontrou benevolo acolhimento de todos elles, e que a primeira sociedade lhe abriu francamente as portas, todas as questões sobre o seu modo de vida seriam escusadas—quer viesse á capital como estrangeiro, segundo penso, quer voltasse á cidade natal, depois de uma ausencia de annos, porque, como outros julgam, aquelles fidalgos da pri-

[1] Juromenha, I, p. 28.

[2] Cfr. Faria e Sousa, *Rimas varias*, I, p. 35^b, commentario ao Soneto XII. *

[3] Estes laços de parentesco são posteriores a morte do poeta de uns vinte annos. Antonio Vaz de Camões III, neto de Antonio Vaz de Camões II, primo em terceiro grau do Poeta, casou perto de 1600 com D. Francisca da Silveira, neta de D. Diogo da Silveira, conde da Sortelha.— V. Severim de Faria, fl. 2ª.

[4] Por exemplo, Estacio da Fonseca.— Cfr. § 176.

* Ahi se enumeram todas as pessoas contemporaneas, nomeadas pelo Poeta nos versos que Faria e Sousa conhecia

meira nobreza do reino lhe haviam de arranjar, sem duvida, um posto lucrativo, caso não quisesse viver simplesmente dos favores e mercês por elles outorgadas. Mas cumpre não nos illudirmos. Quem produziu as provas das asserções supracitadas?

§ 113.—Luis Vaz escreveu dois Sonetos[1] ao Duque de Bragança D. Theodosio, provavelmente em Lisboa, perto de 1544, como breve mostrarei.[2]—Não consta que o Duque agradecesse esta fineza!

O irmão do Duque, D. Constantino de Bragança, recebeu de Camões vinte oitavas magnificas,[3] em que este pede em palavras, precisa e claramente formuladas, a protecção do que então era Vice-rei da India. Datam portanto de Goa e de 1561 (março a setembro)![4]

Uma Egloga[5] é dedicada a D. João de Lencastre, Duque de Aveiro; mas, segundo a opinião do proprio Juromenha, baseada sobre dizeres de Faria e Sousa, não antes de 1558, e talvez ainda doze annos mais tarde.[6] Ignoramos

---

[1] São os Sonetos n.º 21 «*Os Reinos e os Imperios poderosos*», e n.º 263 «*Levantai, minhas Tagides, a frente*».—Veja-se em *Sämmtliche Gedichte*, vol. II (a p. 371-372 e 414-415) as notas competentes, em parte rectificadas e formuladas com mais precisão nos §§ 65 e 125 d'esta *Vida*.

[2] Veja-se § 125.

[3] São as Oitavas segundas: *Como nos vossos hombros tão constantes.**

[4] No commentario que acompanha a versão das Oitavas (vol. IV, p. 370), fixei a data da composição entre março de 1569 e setembro de 1561; com visivel engano, visto D. Constantino ter aproado em Goa na volta da expedição de Jafanapatão, a que o Poeta allude, em março de 1561.—Cfr. § 318.

[5] A Egloga VI entre Agrario e Halieuto (porque é assim que se deve lêr em logar de Alicuto), isto é, entre um *Pastor* (lat.) e um *Pescador* (do grego *ἁλιευτής*) é chronologicamente a segunda, na minha opinião, que já desenvolvi no Commentario ás Eglogas (*Sämmtliche Idyllen*, p. XXII, e *Sämmtliche Gedichte*, IV, p. 407 e 414) e hoje modifico apenas em um ponto, datando-a de 1545, e não de 1546, como fizera antes.

[6] Cfr. Storck, IV, p. 406-407.**

* O poeta, queixando-se da miseria injusta que padece, busca favor contra seu «tão baixo e triste estado» (v. 19, 20, 24), mas sem adulações, fallando digna e levantadamente, sem esperança de algum premio *vil*.

** Faria e Sousa (vol. IV, p. 280ª e 292ª) opinara pelo anno de 1558 ou pelos tempos posteriores a 1569, «*depois da volta, que foi em 1569*» (p. 278ᵇ) por causa da allocução «*Duque sereno*», com que o Poeta se dirige no verso 58º ao filho maior e herdeiro do primeiro Duque de Aveiro, a quem até 1557 só competia o titulo de *Marquês de Torres-Novas*. E Juromenha (III, p. 410), partilha esta opinião. Tal antecipação não é portanto estranha. O herdeiro de um Duque nunca o tomará a mal, se um Poeta o tratar honorificamente de «Duque». [o accrescento *de Aveiro* acha-se de resto apenas na rubrica epigraphica, que pode ser posterior]. O

se a gratidão do magnate, de que o Poeta parece não duvidar,[1] se traduziu em liberalidades. O que sabemos é apenas que o opulento senhor enviou uma vez—parece que depois do regresso da India (1570)—em logar de um franguinho assado, que promettera, uma porção de vacca![2]

[1] V. 52 da Egloga.*

[2] Presumo que o caso se daria depois de 1570 quando o Poeta já gozava de fama universal, porque, a não ser assim, não se comprehenderia o motivo por que o destinatario guardou e transmittiu á posteridade um improviso tão pequenino e insignificante! — V. *Sämmtl. Gedichte*, I, p. 118 e 376.**

tom juvenil da poesia, a innovação que o Poeta ensaia, misturando e combinando o genero pastoril com o piscatorio, fallam a favor da chronologia de Storck. Não posso imaginar um motivo plausivel para a remessa lá da India, de uma poesia qualquer a D. João de Lencastre, nem tão pouco para chamar, depois do regresso á Patria, novo e desusado o emprego do genero piscatorio em Portugal.

* Camões, desculpando-se por não cantar com alta tuba, diz:

> as minhas flautas pastoris
> saberão bem cantar, em nada vãs,
> *d'Alicuto as contendas* e d'Agrario.

E Storck interpreta as palavras *em nada vãs*, como se dissessem «*não tocarei debalde as minhas frautas pastoris; o Duque, a quem dedico as minhas bucolicas, saberá remunerar-me condignamente*». Não me atrevo a decidir, se acertadamente, ou não; mas sempre direi que a edição primordial de 1595 não apresenta o mesmo texto, nem o mesmo sentido, porque diz:

> Saberão só cantar as suas vãs
> contendas d'Alicuto vil e Agrario.

Temos portanto o direito, se não a obrigação, de entender tambem as variantes posteriores do modo seguinte: «a minha flauta modesta cantará apenas as futeis contendas de um simples pescador com um humilde homem do campo».

** Juromenha (I, p. 135) conta a seguinte anecdota, sem indicar d'onde a tomou e quem foi o seu primeiro propagador: «Indo o Duque de Aveiro ouvir missa a N. S. do Amparo, ahi encontrou o Poeta, e perguntando-lhe o que queria da sua mesa, respondeu-lhe logo que bastava que lhe mandasse uma gallinha; esqueceu-se o Duque (ou fingiu esquecer-se), e depois de haver jantado, quando já não havia outra cousa, lhe mandou uma peça de *carneiro* (sic) e o Poeta pelo mesmo creado lhe remetteu estes versos:

> Já eu vi o taverneiro
> vender vacca por carneiro,
> mas não vi, por vida minha,
> vender vacca por gallinha
> senão ao Duque de Aveiro!

«Carneiro, em logar de vacca» deve ser lapso do Visconde; e «vacca por carneiro» no segundo verso da copla camoniana figura-se-me egualmente inverosimil! O Poeta escreveria (salvo erro): *vender por vacca carneiro*. Pelo menos, ainda não encontrei *carniceiro* que désse o melhor pelo preço do *inferior*! —Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 196.

De um Marquês de Villa Real, protector de Camões, nada sei. Consta-me apenas que um filho do primeiro titular d'aquelle nome, D. Antonio de Noronha o Velho, nomeado Conde de Linhares por mercê de D. João III,[1] era avô e padrinho** de Antonio de Noronha, junior, a morte do qual foi celebrada na Egloga Funerea.

Ao Marquês de Cascaes passou o nosso poeta recibo, em uma quadra humoristica, de um meio frango, mandado como primeira prestação de um credito de seis aves, devidas certamente por qualquer encommenda, offerta, ou aposta poetica.[2] E este importante acontecimento pertence a um periodo posterior da vida de Camões.

---

[1] V. Faria e Sousa, *Epitome*, p. 294 (II, p. 215 da edição de 1674). Os primogenitos dos Marqueses de Villa-Real eram Condes de Alcoutim (ib., p. 288, ou então 207).*

[2] A quadra dirigida por Camões a D. Antonio, senhor de Cascaes, fidalgo rico e poderoso, sobre o qual Juromenha dá alguns pormenores (I, p. 119 e 376), está nas mesmas condições do improviso em fórma de quintilha, copiado inda agora:

> Cinco gallinhas e meia
> deve o senhor de Cascaes,
> e a meia vinha cheia
> de appetite para as mais.

Uma bagatella sem valor, que ninguem conservaria se não fosse obra de Camões, isto é, do tempo da sua gloria artistica.***

---

* De passagem direi que uma carta em prosa de um Conde de Alcoutim, escripta depois de 1585, anda, por culpas do sr. Visconde de Juromenha, nas obras de Camões. A resposta, attribuida ao vate, que já descansava na egrejinha de Sant'Anna, é de um certo *A. de M.*— iniciaes que não sei decifrar.— Cfr. *Zeitschrift*, VIII, p. 435.

** Não duvido que o avô fosse padrinho do neto. Storck intercala um ponto de interrogação porque desconhece o antigo uso português de o neto perpetuar o nome do avô, que, quando vivo, lhe costuma servir de padrinho.

*** Ha na epigraphe d'esta quadrinha uma particularidade que merece ser apontada. O livreiro Domingos Fernandes foi o primeiro a imprimi-la, como ultima peça da Segunda Parte das *Rimas* de Luis de Camões (ed. 1616 a fl. 40 v.) e introduziu-a com uma rubrica explicativa, mas pouco correcta que diz: «Dom Antonio Senhor de Casquais prometeo a L. de C. seis galinhas recheadas por [err. *pos*] hũa **copia** que lhe fizera, & mandando-lhe (leia-se: mandou-lhe) in principio de pagua mea galinha recheada».— O recheio seria de *petisquinhos* que antigamente se chamavam *apetites* ou *petites* (da mesma raiz *pet* que fórma o fundo de *petisco, peteo* ou *piteu* e *apetecer*). Portanto é aceitavel, e até boa e graciosa, por causa do trocadilho jocoso, a lição: «*apetites pera as mais*».— A edição de 1632 repete *ipsissimis verbis* (menos o erro *pos*) a rubrica e a quadra; a de 1669 mudou *copia* em *copla* (e os *apetites* em *apetite*). Desde então até hoje, mesmo na apuradissima versão de Storck (I, p. 118, n.º 33), tem-se repetido sempre que a meia gallinha, cheia de apetite para mais cinco e meia, era paga de

D. Francisco Coutinho, Conde de Redondo, mostrou a Camões[1] um interesse extraordinario e generoso, quando Vice-Rei da India (1561-1564). É certo que o Poeta já tinha ganho anteriormente, em Lisboa, a benevolencia do illustre varão,[2] mas sabemos tambem que isso não foi nos primeiros tempos da sua estada em Lisboa.

O nome do Conde da Sortelha, D. Luis da Silveira, não occorre nas obras de Camões, nem tão pouco o de seu filho D. Alvaro, gloriosamente morto na ilha de Baharem contra os Turcos (1559),[3] mas sim o do filho mais moço D. Gonçalo, que succumbiu martyr, a 16 de março de 1551,[4] em Monomotapa. Além d'isso, parece que o Poeta teve relações com D. Simão,[5] terceiro filho do Conde, provavelmente porêm só depois de 1570.

D. Manoel de Portugal foi mimoseado com uma Ode encomiastica,[6] cheia de agradecimentos pela sua valiosa interferencia a favor do auctor dos *Lusiadas*, perante D. Sebastião, em 1571 ou 1572.

São estes os nomes dos fautores e amigos enumerados por Juromenha, excepção feita de D. Antonio de Noronha, junior, do qual tratarei depois. Mas todas as poesias até agora mencionadas, menos os dois sonetos dirigidos ao Duque de Bragança, e tres pequenos poemas dirigidos a parentes do Conde de Redondo, e bem assim a Egloga offerecida ao Duque de Aveiro,—donativos que certamente foram bemvindos e premiados—não são anteriores ao anno de 1559.

---

[1] Cfr. §§ 320-326 d'esta *Vida*.

[2] Cfr. § 320 e em especial as notas.*

[3] Ácerca de D. Alvaro, veja-se § 306-307.

[4] De D. Gonçalo da Silveira já fallei no § 58.

[5] V. Soneto 149: «*De um tão felice engenho produzido*».**

[6] Ode VI (ou VII) «*A quem darão do Pindo as moradoras*».

uns *versos*, ou de uma *copla*. A mim parece-me importante estabelecer que o Poeta trabalhava modestissima e humildemente, servindo-se da sua pena até para tirar *copias*, a fim de ganhar honradamente o seu sustento.

* O pae do Conde D. João Coutinho, e uma das suas filhas, D. Guiomar de Blasfet, inspiraram ao Poeta algumas poesias: o primeiro, o Soneto *Dos illustres antigos que deixaram;* a segunda, a Redondilha *Amor que a todos ofende,* quando D. Guiomar queimou as pestanas, e o Soneto: *O fogo que na branda cera ardia,* sobre o mesmo acontecimento e talvez na mesma noite—Storck, I, p. 366, 382, e II, p. 376 e 384.

** Tem a rubrica: «*A D. Simão da Silveira em resposta de outro seu pelas mesmas consoantes, mandando-lhe perguntar quem fôra o primeiro poeta*» [sc. *que fizera Sonetos*]. É assim que imprime Alvares da Cunha, seu primeiro editor, infelizmente sem copiar a pergunta em fórma de Soneto que o precedeu e motivou. Mas o conteudo da resposta camoniana obriga a formular a epigraphe de outro modo, substituindo a sua ultima parte pelas palavras «*que cantara a fabula de Hero e Leandro*».—Cfr. Storck, II, p. 422.

D'ahi resulta que as obras do vate não fornecem pormenores auxiliares para calcularmos como o joven Luis Vaz ganharia o seu sustento, depois de chegar a Lisboa.

§ **114.**—Entre as poesias camonianas ha dez[1] que a tradição dá, ou que a critica suppõe dedicadas a um Senhor D. Antonio de Noronha ou, em parte, consagradas á memoria do mesmo fidalgo. O seu nome occorre tambem em uma das cartas em prosa.[2]

Tal numero de poesias—e de poesias importantissimas—dirigidas ao mesmo personagem, dá que pensar, muito embora, por causa de troca entre prenomes quasi eguaes, algumas d'ellas não se relacionem com *D. Antonio*, mas sim com outro fidalgo: *D. Antão* de Noronha.[3] Ponhamos de parte este D. Antão, e consideremos primeiro quem foi *D. Antonio*, e que motivos o Camões teria para atar e estreitar relações tão intimas, mas ainda assim de tão respeitosa amizade com aquelle «*Senhor*», cuja morte prematura o encheu de profundissima magoa e lhe arrancou a promessa, depois condignamente comprida, de eternizar o seu nome!

Especial materia me sereis,
e celebrado em triste e longo canto.
Se morrestes nas mãos do fero Marte,
na memoria das gentes vivereis.[4]

---

[1] São dois Sonetos: o n.º 6 *Em flor vos arrancou, de então crescida* e n.º 264 *Alma gentil que á firme eternidade*; duas Elegias: (a 2.ª) *Aquella que d'amor descomedido* e (a 1.ª) *O poeta Simonides fallando;* uma Ode (a 12.ª) *Fôra conveniente;* uma Canção (a XVI) *A vida já passei assás contente;* e tres Eglogas a 1.ª entre Umbrano e Frondelio; a 5.ª chamada da sua puericia; e a 7.ª «dos Faunos».

[2] Carta 1.ª—«*Por agora não mais, senão que este Soneto, que aqui vai, que fiz á morte de D. Antonio de Noronha, vos mando, em sinal de quanto d'ella me pesou. Huma Egloga fiz sobre a mesma materia, a qual tambem trata alguma cousa da morte do Principe, que me parece melhor que quantas fiz*».

[3] O nome *Antonius* tem em Portugal duas fórmas divergentes: uma, popular e nacionalizada: *Antão*, com que se designa o Santo Eremita que o povo festeja a 17 de janeiro, assim como todos os seus afilhados; e outra, latinizada e erudita, mas hoje muito mais generalizada: *Antonio*, que pertence ao santo português, oriundo de Lisboa e seu favorito particular, mais vulgarmente chamado de *Padua*, por ahi morrer, cuja festa cahe em 13 de junho.—Cfr. *Zeitschrift*, VII, p. 495: C. M. de Vasconcellos, *Neues zum Buche der kamonianischen Elegien;* e Burton, *Cam.* I, p. 347, nota 1.*

* Ahi se diz: «**Antam** *and* **Antonio** must not be confounded as by foreigners generally... The first is Mar-Antun of the Fayyum and Thebes who... founded monastic life when Constantine had given peace to the Church. His portraits common in Coptic convents, are in episcopal

§ **115.**— Camões dá ao seu amigo D. Antonio de Noronha o titulo de «*Senhor*»,[1] tratamento que só competia a pessoas da mais qualificada nobreza.[2] D. Antonio era filho primogenito de D. Francisco de Noronha, segundo Conde de Linhares[3] e de sua mulher D. Violante de Andrade (filha do Thesoureiro-mór da Corôa (1549) Fernão Alvares de Andrade), e sobrinho de D. Pedro de Menezes, Capitão geral de Ceuta. O avô de D. Antonio, e seu padrinho, a julgar pelo nome que é identico, era filho segundo do primeiro Marquês de Villa Real e recebera de D. João III*** o titulo de (primeiro) Conde de Linhares.[4] A familia residia nas proximidades de Lisboa, em Xabregas, onde tinha bens de raiz, um pouco a montante da cidade e na mesma margem do rio Tejo, perto de um palacio régio.[5] D. Francisco estava em relações intimas com a familia real: havia poucos annos que assistira em Paris como embaixador de Portugal, junto a Francisco I, Rei de França, 1540 (ou

---

[1] Temos o mesmo tratamento de «*Senhor*» no Soneto 6, v. 2; na Elegia 2.ª v. 13 e 103; na Elegia 1.ª v. 61, 139 e 208; nas Oitavas 1.ªs v. 185; e na Egloga v por tres vezes v. 7, 15, 27, e na VII, v. 7 e 25.

[2] V. Storck, III, p. 269 e Juromenha, I, p. 51.

[3] O filho mais velho, D. Ignacio de Noronha* renunciou o titulo e a casa em seu irmão segundo, perto de 1550.— Cfr. Benjumea, «*Discurso sobre el Palmeirim*», p. 83 e 86, e C. M. de Vasconcellos, *Versuch über den Palmeirim de Inglaterra*, p. 19, nota 1.— Eu darei a D. Francisco simplesmente o titulo de Conde de Linhares para arredondar e facilitar as citações.**

[4] Cfr. § 113, nota 9.

[5] Na região do Tejo havia quatro palacios reaes: um em Almeirim, outro em Santarem, o terceiro nos suburbios de Lisboa que appellidavam *Enxobregas*, e o quarto em Cintra. (V. Faria e Sousa, *Rimas varias*, vol. v, nota á Egloga III, v. 162).

dress... I need hardly speak of St Anthony born at Lisbon and buried in bits at Padua: he is represented with a lily and accompanied by the pig, alluding to one of his miracles. Hence the Tantony-pig of Catholic England».— Escuso dizer que esta nota é incorrecta: o *cevado* costuma acompanhar o Eremita, emquanto Santo Antonio apparece quasi sempre com o Menino-Jesus nos braços.

* Casado com D. Isabel de Athaide, filha de D. Vasco da Gama, que se separou d'elle, recolhendo ao Mosteiro de Santa Clara de Lisboa.

** D. Ignacio figura em 1526 com dois irmãos, D. Francisco e D. Pedro, na lista dos moradores da casa real. *Hist. Gen.* Provas, II, p. 834.

*** A nomeação effeituou-se por carta passada em Setubal em 13 de maio de 1532. O primeiro Conde de Linhares era tambem escrivão de puridade d'El-Rei D. Manoel e de D. João III. Serviu na guerra contra os Mouros com grande reputação, governou algum tempo a cidade de Ceuta, substituindo seu pae, e tendo feito assignalados serviços á corôa, morreu com 87 annos, em 10 de março de 1551. Sua mãe era filha do 2.º Duque de Bragança.

1541) a 1543.[1] É justo mencionarmos que favorecia as tendencias litterarias da sua época, e tinha ao lado como secretario, conselheiro e amigo* Francisco de Moraes,[2] o auctor do romance de cavallaria intitulado «*Palmeirim de Inglaterra*». Ha apontamentos fidedignos sobre o nascimento do primogenito, e sobre a sorte dos outros seus filhos, no epitaphio enternecedor, inscripto n'uma lousa sepulcral da capella-mór do mosteiro (de S. Bento) de Xabregas.[3] E diz:

SEPULTURA DE D. ANTONIO DE NORONHA
—FILHO DO SEGUNDO CONDE DE LINHARES D. FRANCISCO
E DA CONDESSA D. VIOLANTE—
QUE OS MOUROS MATARAM EM CEUTA EM 18 DE ABRIL DE 1553 ANNOS
SENDO ELLE DE DEZASETE.[4]
D. JOANNA DE NORONHA, SUA IRMÃA,
QUE NUNCA CASOU E FEZ ESTA CAPELLA Á SUA CUSTA,
QUANDO A ACABOU—QUE FOI NO ANNO DE 1622—
TRASLADOU SEUS OSSOS DA SÉ DE CEUTA A ESTA SEPULTURA.
E NÃO A DEU AOS MAIS IRMÃOS SEUS
PORQUE DOUS DELLES MORRERAM EM AFRICA COM EL-REI D. SEBASTIÃO[5]
E OS OUTROS DOUS NAS PARTES DA INDIA.*****

---

[1] A nomeação data inquestionavelmente do anno 1540.—V. Benjumea, p. 83 e C. M. de Vasconcellos, p. 20-21.

[2] Francisco de Moraes nasceu provavelmente em Xabregas, perto de 1495, e morreu assassinado em Evora, no anno de 1572.—V. Benjumea, p. 82 e 87, e em especial C. M. de Vasconcellos, p. 23, nota 2.

[3] V. Juromenha, I, p. 495.**

[4] Faria e Sousa não conheceu esta inscripção. Dá ao joven heroe a edade de vinte annos em logar de dezasete, presumindo portanto que o nascimento fôra em 1533, e não 1535 ou 1536. (V. *Rimas varias*, I, p. 34b).***

[5] Na relação dos mortos de Alcacer-Quebir, communicada por Faria e Sousa na *Europa Portugueza*, III, p. 27-28, encontro mencionados a «D. Pedro de Menezes, filho do Conde de Linhares»—talvez um afilhado do seu tio homonymo?—e D. Manoel de Noronha. Presumo serem os dois irmãos, cujos corpos a piedosa irmã não pôde enterrar.****

---

* Cfr. C. M. de Vasconcellos, *Palmeirim*, p. 20.

** Cfr. Sousa, *Hist. Gen.*, vol. V, p. 259-260.

*** Acho opportuno dizer que o matrimonio de D. Francisco e D. Violante, contractado em 1531, foi consummado no dia de S. João de 1534, quando a noiva completára apenas doze annos.—D. Violante, nascida em 1522, tinha por conseqüencia poucos annos mais do que Camões!—V. Sousa, *Provas*, III, p. 584-601.

**** A supposição é erronea. D. Pedro de Menezes, a quem Faria e Sousa se refere, era o irmão mais novo de D. Ignacio e D. Francisco, e portanto filho do *primeiro* Conde de Linhares. Os irmãos de D. Antonio que, pelejando, morreram a 4 de agosto de 1578, solteiros, são: *D. Lourenço de Noronha* e *D. Pedro de Noronha;* ambos já tinham acompanhado D. Sebastião na primeira expedição á Africa.—V. *Jornada de Africa*, p. 46 v.; Sousa, *Hist. Geneal.*, V, p. 260 e 261; Mendonça, p. 113; Bayão, 744; Cruz, p. 443; Barbosa Machado, *Hist. Seb.*, IV, p. 423.—As listas de Faria e Sousa não são absolutamente exactas.

***** Os irmãos que serviram e morreram na India são: D. Francisco, que passou á India

Poucas palavras,* mas que circumscrevem destinos tragicos! Tres filhos mortos em Africa; dois na Asia; a unica filha solteira!** Eis como se extinguiu este ramo dos Noronhas!***

§ 116.—O morgado D. Antonio, mancebo dotado das mais bellas qualidades de espirito, dado ás lettras, de animo esforçado, gentil cavalleiro, amestrado em todas as artes guerreiras, foi escolhido por El-Rei D. João III para a alta honra de ser parceiro e mantenedor do Principe Real D. João em um magnifico torneio. Em Enxobregas mediu-se luctando com seu amigo real (nascido a 3 de junho de 1537), o qual, ao completar quinze annos ia dar solemnemente o primeiro passo de armas, em 5 de agosto de 1552. Os juvenis campeões, crianças maravilhosamente precoces, já não eram senhores dos seus corações: ambos já o tinham empenhado a uma sua «madona Laura, ou Beatriz».[1] O principe casou mezes depois, em 5 de dezembro de 1552, com sua

---

[1] Francisco de Moraes historiou aquellas festas em uma «Relação dos Torneyos do Principe em Xabregas a 5 de Agosto de 1552», cujo paradeiro se ignora.****—Outra

no anno de 1584 (com o Vice-Rei D. Duarte de Menezes) aonde morreu sem successão, e D. Luis, o qual, depois de estudar em Coimbra durante varios annos, escolheu a vida activa, indo no anno de 1595 militar na India. Foi morto pelos Jaus de Sunda, indo em uma galé por almirante da armada de Lourenço de Brito, em 1597.

* O epitaphio continua ainda. Juromenha supprimiu a ultima phrase: *«e dous são religiosos da ordem de Santo Agostinho»*. Foram o quarto e o quinto filho: D. Manoel e D. Diogo, dos quaes o primeiro se chamava na religião *Frei Nicolau Tolentino* e o segundo *Frei Guilherme de Santa Maria*.

** D. Joanna de Noronha, a fundadora da Capella-mór de S. Bento de Xabregas, recolheu ao Mosteiro da Annunciada de Lisboa, fundado por seu avô materno Fernão Alvares de Andrade, na companhia de mais cinco ou seis suas irmãs, que todas foram freiras no mesmo convento.

*** Esta supposição não condiz com a realidade. D. Fernando de Noronha, *segundo* filho da excellente e prolifica Condessa D. Violante, sobreviveu á desgraça de Alcacer-Quebir, onde foi captivo, sendo depois resgatado. Foi quem continuou a casa de *Linhares*, é verdade que por pouco tempo († 1608). Casou com a Condessa D. Filippa de Sá (filha herdeira de Mem de Sá, e portanto sobrinha de Francisco de Sá de Miranda), e teve tres filhos, que todos morreram antes do pae. Este, achando-se sem successão, alcançou faculdade real para nomear successor á sua casa, e nomeou, de facto, um seu sobrinho: D. Miguel de Noronha, que veio a ser 4.º Conde de Linhares.

Como é importante conhecermos as relações da casa freqüentada pelo Poeta, ou onde viveu durante annos, direi ainda que uma irmã de D. Ignacio e D. Francisco de Noronha casou com Affonso Braz de Albuquerque, o filho do «terribil» Governador da India.

**** Consta-me que o original existe na Torre do Tombo, e julgo que Juromenha tirou copia, com tenção de a publicar em occasião opportuna, plano que infelizmente não se realizou. Ignoro quem comprou o apographo no espolio do finado.

prima,[1] a Infanta D. Joanna, filha do Imperador Carlos V, mas desde então foi definhando, e morreu ao cabo de treze mezes, de consumpção corporal, dezoito dias antes do nascimento de seu infeliz filho D. Sebastião.[2]

D. Antonio, pelo seu lado, apaixonara-se por D. Margarida da Silva, filha de D. Garcia de Almeida, neta do segundo Conde de Abrantes D. João de Almeida, e portanto sobrinha de um cavalleiro que mais tarde apparecerá como um dos intimos amigos de Camões, D. Francisco de Almeida.

Ao pae, o Conde D. Francisco, que talvez nutrisse ambição mais alta, não agradaram estes amores, e para desviar o filho da vista de sua amada, pensando no adagio: «longe dos olhos, longe do coração», mandou-o a Ceuta, onde os moços fidalgos costumavam então ganhar as suas esporas de cavalleiro. Só quem tinha lança em Africa, era digno da toga viril.

A escolha da guarnição foi determinada pela circumstancia de D. Pedro de Menezes, tio de D. Antonio, ser Capitão de Ceuta. Lá alcançara importantes vantagens sobre os mouros de Tetuan, apossando-se de varias praças fortes, e estimulando assim o odio e o desejo de vingança dos Mouros.[3] O alcaide de Tetuan desafiou o Capitão, offerecendo-lhe batalha, ou antes um combate entre forças eguaes de ambos os lados, que correspondessem exactamente ao numero relativamente pequeno de cabeças, de que a guarnição de Ceuta podia dispôr. Marcou-se o dia, e o sitio, junto do Monte da Condessa, a uma legua de Ceuta. Os companheiros de armas, presentindo a traição e os embustes do Mouro, aconselham o Capitão a *não* annuir; mas D. Pedro aceita com imprudente confiança e vae afoito ao encontro do alcaide mouro, vindo, apparentemente, seguido de pequena escolta, está claro que só com o numero estipulado de soldados. Mas de repente, um troço de cavallaria e uma multidão de peões irrompe perfidamente: tres mil infieis atacam trezentos e tantos portuguêses. Já não era possivel retirar-se. Pelo menos, o Capitão julgou ignominia ter de servir-se de tal expediente. Voltando-se para seu adail, homem

---

descripção, da penna do cortesão Jorge Ferreira de Vasconcellos, existe impressa, e anda annexa ao «*Memorial dos Cavalleiros da Segunda Tavola Redonda*» (1567 e 1867).—Cfr. Benjumea, p. 86; C. M. de Vasconcellos, *Palmeirim*, p. 19, e *Sá de Miranda*, p. 739 e 847.

[1] O Imperador Carlos V e a mãe do Principe, a Rainha D. Catharina, eram irmãos.

[2] O povo dizia que «*morreu de amores*».

[3] Para o meu pequeno esboço aproveitei o *Epitome* de Faria e Sousa (p. 288). V. o Commentario do mesmo auctor ao Soneto: «*Em flor vos arrancou de então crescida*» (I, p. 34a) e as Notas com que C. M. de Vasconcellos illustrou as Poesias 145, 157 e 197 de Sá de Miranda, a p. 739-740, 847 e 851.—Cfr. Storck, I, p. 405-406, e IV, p. 386; e bem assim *Zeitschrift*, VII, p. 497.

perito, leal e bravo, pergunta: «Que fazer, Antão Pacheco?» * E este, que o dissuadira da arriscada empresa, responde: «V. M. o quis assim; agora não resta senão morrer com honra». O combate principia. Breve trezentos e sete cadaveres portuguèses cobrem o campo de batalha: cavalleiros experimentados e valorosos, entre elles o Capitão e seu adaïl Pacheco, ao lado de moços de verdes annos, que mal tinham chegado da patria. Nomeemos além de D. Antonio de Noronha, Paulo da Silva e André Rodrigues de Beja, como elle amigos do Principe D. João e justadores acclamados no celebre torneio de Xabregas, assim como Gonçalo Mendes, o primogenito do poeta Francisco de Sá de Miranda. Poucos escaparam com vida: entre elles João Rodrigues Pereira, que na «faltriqueira salvou o guião real».

D'este modo morreu prematuramente o joven amigo de Camões, em 18 de abril de 1553, na edade de dezasete annos. A sua adorada Margarida casou mais tarde, cedendo aos desejos do pae, com D. João da Silva, herdeiro da casa e do titulo dos Condes de Portalegre.

§ **117.**—Qual seria a occasião e o logar onde Luis Vaz contrahiu laços de intima amizade com D. Antonio de Noronha? o filho do pobre cavalleiro fidalgo ** com o descendente do poderoso Conde? o adolescente com o moço imberbe e quasi creança? Á hora em que o herdeiro do titulo e da casa de Linhares exhalava o ultimo alento sobre terra africana, Camões (embarcado desde 26 de março de 1553) ia navegando para o Oriente, depois de ter vivido encarcerado desde o Corpus-Christi de 1552 (16 de junho) até sete de março do anno seguinte.—Nos tempos anteriores a esta prisão, o Poeta teve, na opinião dos seus biographos, durante mais de dois annos, a vida ociosa de um folgazão arruaceiro, e jogador valentão, [1] ostentando qualidades que de certo não fariam com que fosse escolhido para companheiro do herdeiro de um condado portuguès, o qual então mal contava quatorze annos. De 1548 a 1550 Camões militara em Ceuta: estes dois annos não podem entrar, portanto, em conta. De 1546 a 1548 viveu desterrado de Lisboa, provavelmente no Ribatejo, de onde regressou com breve demora a fim de inscrever-se, embarcar e partir como soldado raso para o serviço militar da Africa: má occasião ainda para travar relações com qualquer nobre cortesão! Restaria por-

[1] Sou incompetente para negar que a valentia e ribaldia fossem monomanias da aristocracia hespanhola e portuguèsa do seculo XVI, como Braga diz (Ed. do *Tricentenario*, p. XXI). Mas isto não prejudica em nada a minha argumentação.

* Faria e Sousa chama-o Diego Nabo Anton Pacheco. É provavel que se refira a duas pessoas differentes e que entre os dois nomes falte a conjuncção.

** Corrêa trata-o de «*humilde*».

tanto disponivel, para inicio d'esta amizade, exclusivamente a curta estada na capital antes de todos aquelles acontecimentos, isto é, os annos de 1544 a 1545,[1] segundo Lobo, ou de 1542 a 1545, segundo Juromenha e Braga, annos em que D. Antonio contava de nove (ou de seis) a dez annos, emquanto Luis Vaz, segundo a fama corrente, devia ter vinte (ou dezasete) a vinte e um! A differença que em todo o caso havia da edade de um para a do outro era demasiadamente grande para que intimidade verdadeira fosse humanamente possivel. Onze annos influem muitissimo no animo da mocidade.

E apesar d'isso, houve, positivamente, affeição. E esta affeição perdurou até á morte de D. Antonio! E deixou na alma de Camões profundas saudades!

Como explicar o singular enygma?

§ **118.**—Nenhum biographo tentou a solução. E mais ainda: nenhum biographo percebeu que havia aqui um problema, um ponto escuro. Duvidou-se apenas que algumas poesias de Camões, que tratam de amores, podessem ter sido enviadas e dedicadas áquelle «*rapaz*».

Na vida de Camões quasi tudo, com pouquissimas excepções, é conjectura, supposição, hypothese, inferida por calculos de probabilidade. Ousemos entrar aqui tambem com os nossos.

Ao leitor benevolo e consciencioso compete decidir se o resultado é acceitavel ou não.

§ **119.**—Foi em 1543 que o Conde de Linhares, D. Francisco de Noronha, voltou de França,[2] onde vivêra como embaixador ou enviado extraordinario d'El-Rei D. João III, desde 1540 ou 1541.[3] Ignoro se a esposa, D. Violante, o tinha acompanhado, levando seus filhos, mas quero presumir que os recem-casados — a cuja numerosa descendencia já me referi — não se separaram por annos. Seja, comtudo, como fôr, depois da volta á patria, o Conde, que era um magnate afazendado, de alta posição e influencia, não podia deixar de resolver sobre a educação de seus filhos, e em especial do primogenito, o morgado D. Antonio.

---

[1] Cfr. § 110.

[2] Segundo Benjumea, «esteve em dicta côrte até 1543» (p. 32), regressando no mesmo anno (p. 85). Segundo C. M. de Vasconcellos estava de volta antes do mez de abril de 1544. (p. 20, 21, 22, e cfr. 37, 66, 67), porque n'esta data já residia em Paris o novo embaixador D. Gonçalo Pinheiro. *

[3] Cfr. C. M. de Vasconcellos, *Palmeirim*, p. 14 e 20.

* Estas datas resultam de documentos vistos e aproveitados pelo Visconde de Santarem. V. *Quadro Elementar*, III, p. 283 (397), 303 (418) e 304 (419, 420 e 421).

A creança que ia completar sete annos, já não pertencia ao gyneceo; já passara pela escola materna; talvez até já terminasse o curso dos preparatorios vernaculos, de sorte a estar apto para começar os estudos menores na escola latina. Meios e caminhos para dar uma excellente instrucção humanistica á mocidade lisbonense não faltavam de modo algum. O novissimo ensino dos Jesuitas era então considerado excellente e benefico. É exactamente no mesmo anno de 1543 que o Padre-Mestre Simão Rodrigues, Provincial da Ordem em Portugal, nos apparece como instructor do Principe D. João. O Conde tomaria as suas resoluções em Lisboa, antes de retirar ao seu palacio em Xabregas. Decidiu-se pelo ensino particular, administrado em sua propria casa por professores leigos, provavelmente depois de prévia consulta com Francisco de Moraes, que parece ter desempenhado as funcções, ou tido pelo menos as honras de conselheiro e aio velho na familia de Linhares.[1] Calculo que este escriptor incutiria ao Conde a ideia de contractar um preceptor por intervenção do cancellario da Universidade de Coimbra e Prior-Mór de Santa Cruz, chefe dos estabelecimentos de instrucção mais considerados em todo o paiz. Já sabemos que este posto duplo estava então a cargo de D. Bento de Camões, o tio de Luis Vaz. O caracter digno e austero do ecclesiastico, que, ao mesmo tempo, era um erudito zeloso e distincto, offerecia garantias sobejas para uma escolha acertada. Todos confiavam em que o prelado não recommendaria para aio e mestre, educador e instructor do joven herdeiro da casa de *Noronha*, senão um mancebo notavel em «virtudes e lettras», isto é, brioso e de maneiras fidalgas, realçadas por eminentes dotes de espirito.

Não seria portanto ligeiramente, sem reflectir a sério, mas antes com certo pejo e reluctancia, ponderando os prós e os contras, que D. Bento daria afinal o seu voto a favor do sobrinho. O receio de ser censurado de propenso á balda do nepotismo não podia nem devia dissuadi-lo, todavia, da convicção que entre todos os estudantes e bachareis de Coimbra, ou talvez de todo o reino, não havia nenhum que podesse rivalizar com Luis Vaz quanto ao saber vasto e profundo. Polyglotta, porque sabia as linguas classicas e algumas modernas (portuguès e hespanhol), bom geographo e cosmographo, conhecedor da historia universal e patria, estava o mancebo á altura da boa educação d'aquelle tempo, destacando-se mesmo da «*schiera volgare*», porque dis-

[1] Ib., p. 23.— Benjumea presume que Moraes administrava os bens e cuidava da educação dos filhos do primeiro Conde de Linhares, isto é, D. Ignacio, D. Francisco e D. Pedro, continuando a servir a D. Francisco, primeiro como escrivão particular e depois como secretario official, porque o embaixador, o levou comsigo «a fim de servir-se dos seus conselhos e da sua elegante penna nas transacções e correspondencia diplomaticas» (p. 83).

punha além d'isso de um solido capital de conhecimentos philosophicos e theologicos. Quanto á moralidade, não havia nada a dizer. É verdade que uma affeição platonica se apoderara do seu coração, mas o sacerdote, depositario de muitos segredos que se escondem no labyrintho do coração humano, calculava que a paixão juvenil não resistiria a uma distancia de vinte e cinco leguas,

«porque emfim longa ausencia acaba tudo».[1]

E aquelle fino gosto, aquellas maneiras cortesans que naturalmente faltariam ainda co *cavalleiro-fidalgo*, titulo que lhe competia desde a morte de seu pae, bem as podia adquirir com o discreto sentir do seu coração de gentil-homem, na convivencia com os palacianos da metropole.

D. Bento * apresentou provavelmente ao sobrinho todas as suas duvidas, ponderando as vantagens e os perigos da nova carreira: por um lado os deveres difficeis, as arduas responsabilidades do educador consciencioso, pelo outro o lucro certo e o futuro esperançoso que um primeiro passo, dado em tão bom terreno, garantia plausivelmente. Luis Vaz annuiu. Está claro que tudo dependia em ultima mão do Conde. A decisão d'este magnate não tardou. Eis o motivo porque o Poeta, ao entrar no terceiro decennio da sua vida—creio que na primavera de 1543—se encaminhara a Lisboa, ou mais exactamente a Xabregas, descançando durante a sua jornada, como já contámos, em Condeixa, Pombal, Leiria, Batalha, Alcobaça e Santarem.[2]

---

[1] Egloga I, verso 220.

[2] Julgo que alguns versos da *Elegia do Desterrado* (I, 55) que já citei (na 4.ª nota relativa ao § 103) e que descrevem as campinas do Ribatejo, (talvez os arredores de Santarem?) nas primeiras verduras da primavera, são reminiscencias d'esta primeira viagem do Poeta, recordadas mais tarde saudosamente quando revia os mesmos sitios no outono de 1547.

* D. Bento já então não era dignatario d'aquelles dois cargos. Já expliquei no § 50 (em nota) que os priores de Santa Cruz eram sempre, e sem excepção alguma, eleitos por um triennio, e que o de Camões findou em principios de maio de 1542. No segundo Capitulo Geral, celebrado no mesmo dia de Santa Cruz, sahiu eleito D. Dionysio de Moraes, († 1582) antigo companheiro de D. Bento, que tambem tomara o habito antes da reforma. «Pertencendo á principal nobreza de Coimbra era mui querido e favorecido dos Principes e Senhores do seu tempo por sua condição affavel e branda, e por sua grande cortezia e por suas grandes partes, porque, além de ser bom letrado e pregador, era excellente musico e tangia harpa com grande destreza e cantava a ella com muito ar e graça porque tinha uma voz de contralto mui clara...» Mas nem por isso ficam invalidadas as «hypotheses» ingeniosas do sr. Storck. Póde ser que o conde recorresse directamente a D. Bento, mas tambem que o Capitulo tratasse da questão, ou que D. Dyonisio consultasse o santo homem cujos merecimentos e vida exemplar lhe tinham conquistado o respeito de todos os conegos regrantes.

§ 120.—Da nossa inquirição resulta que Luis Vaz não encontrou em Lisboa amigos, nem protectores.

Os meus calculos levam-me a suppôr que entrou em Xabregas nos paços de D. Francisco de Noronha, como aio de seu filho D. Antonio, no anno de 1543.

X

CAMÕES EM CASA DOS CONDES DE LINHARES

X

CAMÕES EM CASA DOS CONDES DE LINHARES

§ **121.**—O cavalleiro-fidalgo Luis Vaz começou a freqüentar a selecta sociedade de Lisboa em 1543.

Nada sabemos do seu exterior e de suas maneiras n'aquella época da sua vida. O cantor dos *Lusiadas* retratou-se, mas a traços muito rasgados, na sua Epopeia sob o nome d'aquelle mancebo

que trazia
pensamentos de firme namorado,[1]

e que ahi denomina

Leonardo, soldado bem disposto,
manhoso cavalleiro e namorado.[2]

Na unica gravura antiga que d'elle resta[3] e data da idade viril, porque

---

[1] *Lusiadas*, vi, 40.

[2] Ib., ix, 75.—Manoel Corrêa commenta: (vi, 40): «Este soldado se chamava Leonardo Ribeyro (segundo me disse Luis de Camões, perguntando-lhe por elle) mancebo, desenvolto, dizidor e grande namorado».—Parece impossivel que o Poeta dissesse isso! E se o disse, quis livrar-se do importuno e myope questionador! *

[3] Cfr. Fontes, § 13.—Julgo que a dama do poeta trazia uma miniatura d'elle em fórma de medalha sobre o coração, a ser que interpreto bem a Glosa ao Mote: «*Retrato, vós não sois meu*».

---

* Storck já enunciára anteriormente, no seu Commentario aos *Lusiadas* (vi, 40d, a p. 416) a ideia de o Poeta se ter retratado n'aquelle infeliz enamorado.

já o desenha com um olho de menos, as feições do Poeta não concordam com as que o seu biographo Severim de Faria nos pinta. Diz elle, referindo-se tambem aos annos maduros do retratado:[1] «Foi Luis de Camões de meã estatura, grosso e cheio do rosto e algum tanto carregado da fronte; tinha o nariz comprido, levantado no meio e grosso na ponta: afeava-o notavelmente a falta do olho direito.* Sendo mancebo teve o cabello tão louro que tirava a açafroado.[2] Ainda que não era gracioso na apparencia, era na conversação muito facil, alegre e dezidor, como se vê em seus motes e esparsas, postoque já sobre a edade deu algum tanto em melancolico».**

§ 122.—O Poeta tinha que accommodar-se a uma vida nova. Ainda não conhecêra de perto a verdadeira vida de familia, entre irmãos educados em commum, debaixo dos olhos dos paes, ou, se a conhecia, só a experimentára de longe, ao visitar uma ou outra casa de parentes e amigos em Coimbra. Inutil accentuar o valor d'esta circumstancia para a educação do caracter. Agora observaria, de certo, com o olhar perscrutador do Poeta, que cria, transforma e feiçôa continuamente as suas imagens, sentindo-se profundamente impressionado pelo que via. A condessa-mãe D. Violante, no meio dos seus filhos, foi, a meu vêr, o typo que forneceu alguns traços a dois vultos femininos desenhados mais tarde nos *Lusiadas:* D. Inês de Castro[3] e D. Leonor de Sá.[4]

O modo como o pobre cavalleiro-fidalgo se conduziu na nova casa e na convivencia dos Condes, podemos avaliá-lo, visto já conhecermos as suas ideias a respeito de prosapias fidalgas. O orgulho nobiliarchico, que não podia ser estranho á familia dos Noronhas altamente collocada e emparentada e aos palacianos que conviviam com elles, não feria nem amedrontava o poeta: observando sempre a mais perfeita cortesia, não esqueceu um momento sequer a sua procedencia, avaliando todavia o individuo unicamente pelas qualidades pessoaes de caracter. Sem desprezar o favor dos grandes, desdenhou o emprego da lisonja como um meio aviltante para obter as boas graças de al-

---

[1] Severim, fl. 10^{b}.

[2] O cabello louro do Poeta recorda-me os versos em que A. W. von Schlegel, dirigindo-se aos poetas meridionaes, diz: «*Meio-romanos ainda assim descendeis dos Germanos*».—*Halb-Römer stammt ihr dennoch von Germanen*».

[3] *Lusiadas*, III, 118 e seg.

[4] Ib., V, 46 e seg.

* Cfr. Severim a fl. 3 v. «Esta ferida lhe afeou notavelmente o rosto...» e «a falta da vista lhe tirou a gentileza exterior».

** No sentido restricto da palavra não ha *esparsa* alguma entre as Redondilhas conhecidas do Poeta.

guem. Talvez esta circumstancia explique como é que no meio das poesias conservadas haja apenas uma unica dedicada *directamente*, não a seu discipulo D. Antonio (como erroneamente se costuma asseverar), mas sim ao Conde D. Francisco.[1] Quatro Sonetos mencionam o nome de D. Violante: dois, em dialecto gallego, são apocryphos;[2] entre os outros ha um que poderia celebrar a mãe de D. Antonio,[3] sendo n'este caso escripto em nome do esposo ou do filho, se o quarto soneto não contradissesse[4] em absoluto, subministrando uma interpretação muito diversa. Além d'estes sonetos existe um idyllio[5] em que a amada pastora do zagal *Laureno* se chama *Violante*, mas esta Egloga, que anda entre as obras de Camões, não é authentica.[6]

Não! tudo quanto o Poeta escreveu em louvor da familia Noronha refere-se, com a unica excepção que já apontei, ao seu protegido D. Antonio. Temos peças consagradas ainda em vida ao mallogrado moço, ou louvores inspirados pela sua morte prematura. Mas umas e outras são offerecidas ou enviadas ao pae, D. Francisco: as primeiras, como homenagens tributadas ao futuro adolescente;[7] as ultimas, já como consolação, depois da perda do esperançoso primogenito.[8]

---

[1] Cfr. § 161 d'esta *Vida*.

[2] São os Sonetos 168 e 169 em lingua gallega: «*Alá em Monterey, em Bal de Laça*» e «*Porque me faz Amor inda aca torto*». *

[3] *N'um jardim adornado de verdura.*— Cfr. Storck, II, p. 369.

[4] *A violeta mais bella que amanhece.* * *

[5] Egloga XIV: *Ergasto Delio Laureno*, nunca impressa até 1779.

[6] Cfr. Storck, IV, p. 434. * * *

[7] De passagem seja dito que, exceptuando a Egloga V, a da *Puericia*, julgo que todas as poesias transmittidas com a rubrica *A D. Antonio de Noronha*, se dirigem, realmente, ao morgado de Linhares.

[8] Não era raro dedicar poesias a crianças que ainda jaziam no berço. * * * *

---

* Foram recolhidos por D. Alvares da Cunha, cuja falta de critica é espantosa. São artefactos postiços, mas de modo algum podem ser do tresavô do Poeta, o trovador gallego Vasco Pires de Camões, como já se aventou.—Cfr. Storck, II, p. 424.

** Quem comparar as duas poesias, dirá que o consciencioso interprete tem razão. É impossivel que aquelles versos eroticos (nos quaes joga, á maneira petrarchista, com os nomes de *Viola, Violeta* e *Violante*) se refiram á nobre dona da casa que tinha acolhido o Poeta, confiandolhe a educação de seu filho.

*** Já antes de saber que a Egloga se encontra em nome de Bernardo Rodrigues (ou antes de um *B. R.*) nas Obras de Estevam Rodrigues de Castro, Storck assentára que não podia ser obra de Camões.

**** O proprio Camões celebrou, com humor e graça, os encantos de uma pequenina D. Ma-

Se é licito inferirmos conclusões de taes premissas, devemos dizer que comportamento de Luis Vaz foi apropriado ás circumstancias, digno, comedido e de um verdadeiro gentil-homem. Os Condes o admittiriam gostosamente ás festas e reuniões, onde, tanto pela nobreza da indole, e o fecundo engenho, como pelas maneiras aprimoradas podia fazer boa figura.

§ **123.**—Luis Vaz fôra chamado para doutrinar D. Antonio. Não podemos deixar de presuppôr que o mestre saberia estimular o alumno e ganhar a sua affeição. Os assumptos da instrucção humanistica, as proporções em que deviam ser apresentados, o methodo, a maneira de ligar e desenvolver as ideias, tudo estava ainda bem presente ao juvenil mestre que mal tinha terminado a sua aprendizagem. Bons livros e outros auxilios não faltariam na opulenta casa dos Noronhas. Uma esphera armillar, representações do globo terrestre e do firmamento, assim como portulanos e roteiros lá estariam na aula, servindo tanto ao proprio Poeta como ao discipulo—conforme se reconhece das estrophes geographico-ethnographicas dos *Lusiadas*.[1] Aquella exposição clara, systematica e compendiosamente resumida, mas ao mesmo tempo succulenta do systema cosmico, presuppõe, como condição indispensavel, que o Poeta haurisse os seus conhecimentos em obras cartographicas, cimentando-os ainda com leituras solidas, agrupando-os durante o ensino, e completando-os mais tarde no decurso das suas viagens, á volta do mundo. E quem me contradirá se suppuser que os bellos, lucidissimos e serenos quadros de historia patria, que os *Lusiadas* encerram, se fundam e estribam em base identica? Só depois de estudos aprofundados e de prelecções e conferencias repetidas, é que o genio creador do Poeta chegou, na minha opinião, a dominar o vasto assumpto, a ponto de condensar em poucos versos,[2] embora recheados de figuras traçadas com mão de mestre, e de reflexões philosophicas, toda a marcha evolutiva da historia de Portugal, dando relevo artistico aos acontecimentos mais salientes, que as chronicas e os livros de linhagens registam, e dotando assim a patria com primorosos quadros poetico-historicos, de que nenhuma nação se pode gabar. Além d'isso é muito provavel que o palacio dos Condes de Linhares encerrasse uma valiosa collecção de livros impressos e manuscriptos,

---

[1] *Lusiadas*, Cantos I, II, V, VI, VII e X. Quem desejar informar-se sobre este assumpto, que requereria espaço de que não disponho, recorra a Burton, e em especial ao volume II, p. 369-558.

[2] *Lusiadas*, Canto III, IV, VII, VIII e X.

ria de Figueiroa, filhinha recem-nascida do Dr. e Mestre Belchior, em Damão.—Veja-se em Storck, III, p. 306-309, o excellente Commentario á Elegia «*Se obrigações de fama podem tanto*».

cuja leitura consolidaria e alargaria o saber lingüistico e litterario de Luis Vaz. Falecem-nos elementos por onde especializar o que esta livraria podia contêr: a litteratura poetica não faltaria, e n'ella deviam avultar, além dos classicos latinos e humanisticos, e talvez de alguns poetas e prosadores gregos, obras dos modernos escriptores laureados de Portugal, Castella, Italia e França. Mal se pode duvidar que os Condes soubessem a fundo tres linguas vivas: o idioma patrio, o castelhano e o francês.[1] O embaixador régio disporia além d'isso de conhecimentos substanciaes de italiano e latim. Podemos affirmar, porque as obras do Poeta fornecem as provas demonstrativas, que o Camões conhecia, entre outras obras, o *Cancioneiro General* de Hespanha[2] e o seu rival português chamado *Cancioneiro Geral*,[3] assim como as obras de *Boscan* e *Garcilaso*,[4] a *Divina Comedia* de Dante, o *Canzoniere* de Petrarca, as *Rimas* de Bernardo Tasso, o *Orlando Furioso* de Ariosto, os *Asolani* de Bembo e as poesias classicas e vernaculas de Sannazaro. Os romances de cavallaria não faltariam de certo: a predilecção litteraria do secretario da casa, Francisco de Moraes, leva-nos a formular esta supposição. Elle communicou, sem duvida, á familia do Conde fragmentos do seu *Palmeirim de Inglaterra*, ou todo o texto (cerca de 1543), e não se esqueceria de depositar, depois, na bibliotheca, um exemplar da primeira impressão.[5] As obras de Camões põem fóra de duvida que lhe eram familiares aquellas leituras predilectas da sua época (até á data, que ainda ia longe, em que o immortal Cavalleiro da triste figura exagerou e ridicularizou as baldas e as manias dos cavalleiros andantes, vibrando-lhes o golpe mortal entre gargalhadas). Pare-ce-me todavia que as invenções e exagerações phantasiosas do Amadis não eram de modo algum congeniaes ao seu espirito,[6] criado e nutrido na admiração dos modelos classi-

---

[1] O addido da embaixada, Francisco de Moraes, não fallava, nem mesmo entendia francês.—V. Benjumea, p. 49 e 73, e C. M. de Vasconcellos, *Palmeirim*, p. 13.

[2] O *Cancionero General*, colligido e publicado por Fernan de Castillo em Valencia no anno de 1511, fôra reimpresso oito vezes até 1540.

[3] V. *Intr. Hist.*, § 64.

[4] Uma impressão das obras dos dois renovadores da poetica peninsular acabou-se a 2 de novembro de 1543, em casa de Luis Rodriguez, de Lisboa, conforme Velasquez-Dieze: *Geschichte der span. Dichtkunst*, p. 186.

[5] Sobre as primeiras edições portuguêsas do Palmeirim, veja-se C. M. de Vasconcellos, *Palmeirim*, p. 8 e seg.

[6] O «gracioso» no Prologo de El-Rei Seleuco tem o nome *Lançarote*, e a sua dama, uma moça de servir, chama-se *Briolanja*. O poeta, ao escolher este nome, quis indubitavelmente motejar da moda adoptada pelas familias fidalgas de darem a seus filhos nomes cavalheirescos, tirados principalmente do cyclo bretão.—Cfr. Braga, *Manual*, p. 338;

cos, e acho significativo este facto, porque Cervantes emprehendeu a guerra contra os phantasmas cavalleirescos só vinte e cinco annos depois do fallecimento de Camões.

§ 124.—É evidente que o ensino do joven D. Antonio não preenchia todo o dia. Luis Vaz tinha ocio e ensejo para continuar os seus proprios estudos, desenvolvendo-os e ampliando-os, e para lançar no papel as suas ideias poeticas. Principalmente quando a criança, não precisando dos cuidados continuos do aio, aprendia a dançar, montar, justar, bofordar, e todas as mais habilidades de cavalleiro, havia tempo para lêr e poetar.[1] O juvenil preceptor participava de certo, gostosamente, de todas estas lições, dadas por excellentes mestres, visto que D. Antonio chegou a distinguir-se pela destreza, graça e desenvoltura, com que manejava as armas, a ponto de ser escolhido em 1552 para um dos tres «mantenedores» que haviam de medir-se com o Principe D. João, no passo de armas do torneio de Xabregas, a que já nos referimos.** Luis Vaz aprendeu a servir-se tão bem de espada, estoque e terçado, que poucos annos depois, os emulos invejosos, que nunca lhe viam as solas dos pés, preferiam virar-lh'as a elle do que levar da sua durindana.[2] Mas embora o aio tivesse que repartir em muitas parcellas as horas do dia, teve ainda assim tempo e disposição para invocar não sómente a musa Erato, que já anteriormente se lhe mostrara favoravel, mas outras duas das nove irmãs, Calliope e Thalia, que iam acordando n'elle o dom divino da inspiração. Baste por ora esta allusão. Mais tarde tratarei, por miudo, do conjuncto das poesias que considero compostas n'esta época.

C. M. de Vasconcellos, *Palmeirim*, p. 23, nota 4, e no § 116 d'esta *Vida*, a nota sobre a «Segunda Tavola Redonda».

Duas passagens do *Palmeirim* originaram outras tantas redondilhas de Camões, as cantigas: *Triste vida se me ordena,* e *Ver e mais guardar* (a tenção de Miraguarda).—Cfr. Storck, VI, p. 378 e 387.

[1] Os moços-fidalgos, criados no paço, ahi aprendiam, sob a direcção de mestres abalizados «linguas, sciencias mathematicas, lettras humanas, dançar, jogar as armas, e, outros virtuosos exercicios», segundo o biographo de João de Barros (Clarimundo, I, p. VI).*

[2] V. § 110.

* Nas listas dos moradores de D. Manoel já apparece em 1500 a ordem de não se pagar a moradia aos moços fidalgos sem certidão do *mestre de grammatica.* (*Provas,* II, 381). Do anno de 1556 existe, com assignatura do professor Diogo de Sygeo (p. 382), uma extensa lista de cento e tantos moços fidalgos que aprendiam a «*lêr, escrever e a latim*», ou por outra, que andavam na escola do paço. Era costume chamar a estes pequenos educandos «*moços de latim*».

** V. § 116, nota 1.—D. Antonio tinha a dar «tres golpes de pique e cinco de espada», justando primeiro em nome de D. João contra o adventureiro João Lopes Leitão, e depois contra o proprio Principe.

§ **125.**—Devemos idear o palacio dos Noronhas na praia de Xabregas, na margem direita do Tejo, como sendo uma vivenda ampla e até certo ponto luxuosa, embora a velha fidalguia portuguêsa se gloriasse de conservar intacta a simplicidade antiga, e de não adherir ao fausto moderno dos «indiaticos». A linhagem dos «de Noronha», o seu parentesco com familias da mais alta cathegoria social,[1] e as relações com a casa reinante, ** fazem presumir que o Conde D. Francisco sabia, em occasiões solemnes, dispôr festas que davam brado e que se distinguiam pelo lauto tratamento dos convidados.[2] Inclino-me a suppôr, por exemplo, que o novo herdeiro da casa de Bragança, o Duque D. Theodosio, esteve como hospede em casa do Conde D. Francisco, pouco depois do regresso da embaixada de Paris, talvez na primavera de 1544, movido quer fosse por interesses politicos, quer pessoaes. E supponho mais que o Poeta aproveitou este ensejo para compôr os dois sonetos laudatorios, que já mencionámos, a fim de serem recitados e offerecidos ao Duque: um pelo pequeno D. Antonio, o outro pelo irmão mais novo.[3]

§ **126.**—É natural que o estado do paiz, e das colonias de além-mar, assim como as medidas e disposições do monarcha fossem discutidas no seio

[1] Presumo que os viso-reis da India com appellido de Noronha, eram da mesma familia, e aparentados com os Menezes, de Villa Real, etc. *

[2] Os gracejos humoristicos com que o Poeta fustigou pouco depois, no Auto d'El-Rei Seleuco, a mesquinhez e acanhado espirito de certas familias nobres, deixavam de ser impertinentes e de ferir, unicamente se os paes dos noivos festejados com aquella representação, assim como os seus convidados — entre os quaes devemos contar a familia dos Noronhas — não pertenciam á cathegoria dos «avarentos».

[3] São os Sonetos 15 e 263 já tantas vezes citados: «*Os reinos e os imperios poderosos*» e «*Levantai, minhas Tagides, a frente*». Estou disposto a datar o primeiro, pouco de

* A supposição é acertada: o viso-rei D. Affonso de Noronha, p. ex., era primo direito de D. Francisco, porque o pae d'este ultimo, isto é, o 1.º Conde de Linhares, e o pae de D. Francisco de Menezes, 2.º Marquês de Villa Real, eram irmãos, sendo o avô de ambos, como já se disse, o famoso Capitão D. Pedro de Menezes, que, pelo seu lado, era genro do Duque D. Fernando de Bragança. Os Noronhas eram aparentados com todos os titulares do reino: a lista dos principaes da parentela é tão longa que é impossivel dá-la aqui. O leitor curioso póde procurá-la no Livro VI da *Historia Genealogica*, e em especial no Capitulo V, que trata da descendencia da *Senhora D. Brites de Bragança*.

** D. Francisco de Noronha que, pelo lado do bisavô, era de sangue *real*, e cujo pae fôra sempre tratado por D. João III como «*muito amado primo*», chegou a ser mordomo-mór no paço real. D. Violante, por seu lado, tivera, antes de casar, as honras de dama ou donzella da princêsa D. Maria († 1548), filha de D. João III, a primeira esposa de D. Felipe de Castella e mãe do infeliz infante D. Carlos.

da familia do embaixador; o soneto dedicado a D. Theodosio, com a sua allusão politica, pode até servir de prova para este facto. D. Francisco de Noronha lembrava-se muito bem dos tempos do venturoso Rei D. Manoel: podia portanto avaliar devidamente as mudanças dos ultimos dois decennios, a transformação de todas as condições de vida, e a metamorphose de Lisboa desde que servia de emporio universal. A nação não soubera precaver-se contra as seducções das repentinas riquezas que affluiam da India: a antiga pureza dos costumes, a honesta simplicidade do viver, que são a base da prosperidade, desappareceram quasi completamente. A cubiça pessoal, a soberba e a vaidade, os grandes «fumos do Oriente», tinham-se apossado dos espiritos. E não era sómente a capital, mas todo o reino, até ás mais remotas aldeias, que se resentia d'isto: os perniciosos contagios lavram depressa. O preço dos viveres tinha augmentado desde que o dinheiro abundava. A emigração continuava despovoando o reino. Não havia braços sufficientes para os lavores agricolas e industriaes. Se durante o prospero reinado de D. Denis o fecundo solo portuguès produzira mais fructos que o paiz gastava, e que portanto eram exportados, agora, na época das expedições á India, os cereaes colhidos não chegavam para o sustento da população, apesar d'ella ter baixado de um modo espantoso, em conseqüencia das expedições maritimas annuaes e da colonisação africana e asiatica. Os effeitos funestos das medidas autocraticas d'El-Rei D. João II, que attingiam os fidalgos, a burguesia e o lavrador, já foram esboçadas na *Introducção historica*. A gente do campo, nos logares e nas aldeias, ia rareando e definhando: os consumidores da capital iam augmentando sempre. D'ahi resulta que as riquèzas orientaes só *passavam* pelas mãos dos Portuguêses, indo ter ás de mercadores estrangeiros que importavam não só o superfluo, mas até o mais indispensavel, o pão de cada dia, desproporção temivel que já uma vez amedrontara os animos, na infancia de D. Francisco, pelos fins do governo de D. Manoel, quando annos de estiagem e de pes-

---

pois de 1542, porque os versos 9-11, allusivos a desastres recentes das armas de Portugal, ou da diplomacia portuguêsa, e que dizem:

> Ao nosso Portugal (que agora vemos
> tão differente do seu ser primeiro)
> os vossos deram honra e liberdade,

só podem referir-se ao abandono recente de certas praças africanas (1542), e só eram comprehensiveis logo depois do triste acontecimento, emquanto o rubor da vergonha ainda tingia as faces da mocidade guerreira (cfr. *Introducção historica*, § 67). O segundo soneto parece ser de 1544, e foi inqüestionavelmente escripto em Lisboa, na primavera, ou com mais exacção, no tempo das rosas.

tilencia tinham produzido a fome e uma grande penuria de gente e de numerario.

§ **127.**— A situação politica e economica dos paizes vizinhos ou alliados, Hespanha, França, Italia, Hollanda, Inglaterra e Allemanha, que o embaixador conhecêra e avaliara durante a sua estada em Paris, forneceria assumpto para conversas uteis e amenas. No resto da Europa, as ideias da Renascença e da Reforma iam alargando continuamente a sua area de acção. Portugal, situado na praia occidental da Europa, ficava muito longe do foco central do movimento, conservando-se por isso fiel ás antigas crenças e ao antigo saber medieval, quando as outras nações já haviam entrado francamente na marcha progressiva e ascendente do Humanismo. Mas ainda assim, o paiz não pôde permanecer alheio e indifferente aos acontecimentos europeus e ás novas conquistas intellectuaes. Ás perseguições reiteradas e cada vez mais acerbas dos mouros, judeus e christãos novos, no tempo de D. Manoel, seguira-se, depois de largas e demoradas negociações com a côrte de Roma, a introducção formal da Santa Inquisição, outorgada pelo pontifice Paulo III, a 23 de março de 1536, com séde em tres cidades do continente português, Lisboa, Evora e Coimbra, e mais uma na India, em Gôa. Volvidos tres annos, o proprio irmão d'El-Rei, o Cardeal-Infante D. Henrique, já funccionava como Inquisidor-mór, avançando pouco depois (em 1547) a Inquisidor-geral. No entretanto os Jesuitas tinham começado a actuar sobre Portugal,[1] encontrando facil e efficaz apoio para sua empresa na protecção de reis piedosos. As aspirações da sociedade de Jesus eram duas: dominar o reino e influir nas colonias de além-mar, por meio de missões. Ambos os planos traduziram-se logo em factos, mercê da actividade systematica, incansavel e tenaz do primeiro provincial de Portugal, o padre-mestre Simão Rodrigues (mais tarde confessor de D. João III), e tambem graças ao zelo apostolico de S. Francisco Xavier, que consagrou a sua vida á propagação do christianismo no Oriente.[2] A companhia militarmente disciplinada de Ignacio de Loyola, que conhecia a fundo a arte de lêr nos corações humanos e de os alliciar e dominar, angariava discipulos em todas as camadas sociaes, de sorte que a sua influencia

[1] D. Pedro de Mascarenhas, antes de ir para Governador da India, trouxera de Roma, aonde fôra Embaixador, os primeiros padres da Companhia. V. Lobo, p. 185, nota *b*).

[2] S. Francisco Xavier embarcou para a India com mais soldados da milicia de Mestre Ignacio na primavera de 1541, chegando ao seu destino ao cabo de um anno, depois de uma longa travessia muito accidentada: missionou primeiro em Gôa, e em seguida entre os Paraus, em Malacca e no Japão, morrendo durante a viagem a Siam, na ilha chineza de Saucian, no anno de 1552.—V. Couto, v, 8, 1, e cfr. Storck, v, p. 438.

em Portugal crescia a ponto de ella contar já em 1547, em todas as provincias, adeptos encarregados da missão interna.[1] Muitas vozes protestavam e reagiam contra a preponderancia da nova e activa Companhia. Accusações formaes assaltavam os ouvidos d'El-Rei: as enormes riquèzas com que a milicia se locupletava, faziam falta ás outras Ordens; o Rei, que não tinha meios para sustentar as fortalezas africanas, dava com mãos cheias aos Jesuitas que se intromettiam nas familias de mais nobre gerarchia, seduzindo a flòr da mocidade; ninguem já estava ao abrigo de um rapto, na pessoa de um filho ou irmão;[2] nenhuma lei restringia a sua actividade illimitada, a ponto de obrigar as cidades a fazerem justiça pelas suas proprias mãos, perseguindo e expulsando jesuitas.

As opiniões da casa real estavam divididas: El-Rei, a Rainha, e um dos irmãos do soberano, o Infante D. Luis, favoreciam decididamente a Ordem. Um outro Infante, o Cardeal e Inquisidor-mór, com toda a sua clientela, era adversario do padre-mestre. O partido dos primeiros foi o que venceu: em 1543 Simão Rodrigues, foi chamado para preceptor do joven principe real. Um decennio depois, a influencia jesuitica crescèra de tal modo que, senhores do ensino primario e secundario, tentaram tambem monopolizar o ensino superior. O collegio real das artes e letras humanas com as escolas menores annexas, isto é, o principal estabelecimento de instrucção do reino, lhes foi confiado em 1555.[3] Tres annos mais tarde surgiu em Evora, cujo collegio era florescente, sob a tutela do Cardeal-Infante que se convertèra ao jesuitismo, uma nova Universidade («Escolas geraes»). Posteriormente a propria capital foi dotada com outro instituto semelhante.[4]

§ 128.—Quaes seriam os pensamentos de Luis Vaz, e provavelmente tambem do Conde de Linhares, sobre este estado de cousas?

Algumas estrophes dos *Lusiadas* no-lo dizem.

Os perigos e os males, que as possessões ultramarinas, principalmente as da Africa e India, iam acarretando a Portugal, traçou-os o Poeta com mão de mestre, em dez magnificas estancias,[5] na allocução prophetica que um velho de Belem, na praia do Rastello, dirige ao monarcha e á nação—vaticinio,

---

[1] Schaefer, III, 350 e seg.

[2] Cfr. § 58, nota 2.

[3] V. Schaefer, III, p. 357.

[4] Faria e Sousa, *Epitome*, p. 309.—Em Evora o exito do novo instituto e a affluencia dos estudantes foi tal que a agricultura se resentia da falta de braços, segundo o auctor.

[5] *Lusiadas*, IV, 95-104.

cuja austera linguagem recorda as admoestações do côro na antiga tragedia grega.

Lá se apontam, claramente, todos os desastres vindouros; lá se desdobra, com mão tremula de dòr e de indignação, o sudario das vergonhas futuras. Lá se exclama, com relação ás fortalezas do norte africano:

Deixas criar ás portas o inimigo
—por ires buscar outro de tão longe—
por quem se despovoe o reino antigo,
se enfraqueça e se vá deitando a longe!
Buscas o incerto e incognito perigo
porque a fama te exalte e te lisonje,
chamando-te, senhor, com larga copia,
da India, Persia, Arabia e da Thiopia!

A actividade missionaria dos Jesuitas tem todo o apoio do Poeta; mas a sua desmedida preponderancia nos negocios internos da patria não lhe agrada. É verdade que *apparentemente* se dirige á clerezia em geral, e não aos Jesuitas em especial, quando exhorta a seguir o exemplo de Santo Thomas, o apostolo da India (cuja lenda conta explicitamente),[1] apostolando e convertendo não entre povos longinquos, mas muito antes na Europa, em lucta contra as innovações religiosas:

E vósoutros, que os nomes usurpais
de mandados de Deos, como Thomé,
dizei: se sois mandados, como estais
sem irdes a prégar a sancta fé?
Olhai que, se sois sal e vos danais
na patria onde propheta ninguem é,
com que se salgarão em nossos dias
(infieis deixo) tantas heresias?[2]

Mas o poeta hesita, recúa amedrontado por ter tocado n'estes assumptos melindrosos, e interrompe o discurso:

mas passo esta materia perigosa.

Ainda assim já ferira a mesma corda, revestindo as suas impressões de phrases figurativas, onde introduz o verdadeiro amor do proxïmo, incarnado

[1] *Lusiadas*, x, 108-118.
[2] Ib., x, 119.

d'esta vez na figura poetica do antigo Deus *Amor*, que nos revela as circumstancias do reino, em tempo de D. Sebastião, tanto no paço real e na choupana da plebe humilde, como no convento e no templo. Ahi é que se queixa porque

> Vê que aquelles que devem á pobreza
> *amor divino* e ao povo caridade,
> amam sómente mundos e riqueza,
> simulando justiça e integridade.
> Da fea tyrannia e de aspereza
> fazem direito e vã severidade.
> Leis em favor do Rei se estabelecem,
> as em favor do povo só perecem![1]

E mais adeante, pouco antes do desfecho, aconselha o joven monarcha, sabia e sinceramente:

> tenham religiosos exercicios
> de rogarem por vosso regimento;
> com jejuns, disciplina pelos vicios
> communs, toda ambição terão por vento,
> que o bom religioso verdadeiro
> gloria vã não pretende nem dinheiro![2]

De resto, o movimento da Reforma, na Inglaterra e na Allemanha, suscitara no Poeta decidida antipathia.[3]

Mas todas estas ideias ainda não tomariam corpo no tempo de Lisboa. Só muito mais tarde, depois das experiencias colhidas nas suas viagens, é que os problemas e as questões que agitavam o mundo n'aquella época, foram por elle avaliadas e julgadas.

§ **129.**—As maravilhas da capital e os seus magnificos arredores, que o juvenil Poeta percorreria em repetidas excursões, occupavam certamente toda a sua attenção, logo no primeiro periodo da sua estada; todos aquelles brilhantes relevos do poder, da riqueza e da prosperidade da patria deviam encantar a sua alma. Nos *Lusiadas* o nome de Lisboa apparece sempre com adjectivos e apposições pomposas que bem merece:[4] ella é a *nobre Lisboa;*

---

[1] *Lusiadas*, IX, 28. Não me atrevo a decidir se os versos 5 a 6 se referem ao tribunal da Inquisição.

[2] Ib., X, 150, 3-8.

[3] Ib., VII, 4 e seg.

[4] *Lusiadas*, III, 57, 58, 71, 74; VI, 7; VIII, 5, etc. Lisboa apparece tambem como

das outras princesa; a cidade tão forte; a cidade ulyssea; a nova Roma; Lisboa ingente; o seu Tejo é *ameno, claro, suave e ledo; de aguas abundantes; doce, caro e patrio.*[1]

Camões, que ainda agora vinha dos memorandos sitios de Coimbra, e que visitara os monumentos da Batalha, Alcobaça e Santarem, recordando os successos da gloriosa evolução nacional, encontrava tambem na capital abundante materia para recordações historicas. O jazigo do bom rei D. Denis no convento das Bernardas de Odivellas, a pequena distancia de Lisboa;[2] as reliquias do martyr S. Vicente, trazidas do promontorio de Sagres para a capital, e guardadas por ordem de D. Affonso Henriques na Sé;[3] o tumulo de D. Affonso IV na mesma cathedral, onde ao lado da esposa, D. Beatriz de Castella, jaz o arrebatado monarcha, a quem, em paga da sua rebellião contra o pae, da inimizade e perseguição de seu irmão natural D. Affonso Sanches, Conde de Albuquerque († 1329), e do assassinio cruel de D. Inês de Castro, os historiadores deram os titulos de *filho ingrato, irmão injusto* e *pae cruel.* Em Belem se erguia o novissimo e esplendido convento dos Jeronymos sob a invocação de Santa Maria, fundado por D. Manoel em memoria da descoberta da India por Vasco da Gama (1499), e seu jazigo desde 1521, agora continuado por seu filho e successor D. João III, conforme dizem os disticos de André de Resende insculpidos na porta de entrada.[4] O templo serviu de jazigo tambem a filhos e netos do fundador: o Cardeal Rei D. Henrique, D. João III, o mallogrado Principe D. João, e El Rei D. Sebastião. O grande Poeta, que ia cantar as glorias da patria e dos seus heroes, pisou talvez, ou pelo menos avistou, o sitio onde, desde as festas do tricentenario, repousam as suas proprias cinzas, occupando a direita do mausoléo de D. Sebastião, e tendo á esquerda uma urna funeraria com os presumptivos ossos de Vasco da Gama.

Mas é impossivel enumerarmos tudo quanto havia de memoravel nas ruas

---

personificação da patria lusitana, a *Zion* de nostalgicas saudades, que a *Babel-Goa* lhe despertava, nas immortaes Redondilhas: «*Sobolos rios que vão*».

[1] *Lusiadas*, I, 25, III, 58 e X 144; III, 42 e 55; IV, 10, 23, 84.

[2] V. *Introducção historica*, § 31, nota 4.

[3] *Lusiadas*, III, 74.

[4] V. Murphy, p. 175.*

* Vasta mole sacrum divinae in littore matri
Rex posuit regum maximus Emmanuel
Auxit opus haeres regni et pietatis uterque
Structura certant, religione pares.

Cfr. A D. de Castro e Sousa, *Descripção do Real Mosteiro de Belem com a noticia da sua fundação.* Lisboa, 1840, p. 23.— Os disticos desappareceram com a galilé e toda a construcção superior, (sala dos Reis, etc.).

e praças, nos largos e caes, assim como nas egrejas, nos conventos e palacios da capital. Bastem essas poucas indicações. Não póde soffrer duvida que o Poeta visitou tambem os montes de Cintra,[1] o Cabo da Rocca, a aldeia de Caparica, n'uma palavra, os castellos e logares de fama que ornam as vizinhanças da capital.

§ 130.—Pelo seu esplendor commercial e maritimo, e pelo grande movimento da sua navegação, Lisboa incitava a estudos geographicos e ethnographicos. Tudo quanto ahi se via e ouvia de curioso e novo, fomentava vagos e indefinidos sonhos, visões phantasticas, desejos e ambições innominadas e aventurosas.

Navios embandeirados, balouçando-se nas ondas do caudaloso Tejo, levavam o pensamento para a immensidade do oceano. O porto estava sempre coalhado de naus, galeões, urcas, caravelas, mas a faina e o vaivem das embarcações tornava-se mais sensivel na primavera, na época da monção nordeste, quando as esquadras da India se apromptavam para a grande viagem semestral, e quando já se esperava pelas velas singrando do Oriente, abarrotadas de preciosidades. Cheia de esperança e curiosidade, mas tambem de temor, toda a povoação acudia á Ribeira e aos caes, á praia do Rastello. Milhares de olhos interrogavam anciosos o horizonte azulado do vasto mar. Quando chegariam os galeões que de lá haviam partido seis mezes antes? Na cidade não se fallava de outra cousa. Eis senão quando surge ao longe uma vaga sombra: mastros, uma vela, e outra, e mais outra. A praia enche-se de navegantes e guerreiros. As novas e rumores de terras estranhas espalham-se. Os mensageiros, novas gazetas animadas, vindos da Guiné e de Moçambique, Ormuz, Gôa, Ceylão e Malaca, fallam de guerras e conquistas, novas empresas promettedoras, contractos coloniaes; defesas de fortes, assaltos de praças, saques e rapinas; assedios demorados, escaladas repentinas; tomadas de naus; represalias crueis; naufragios e arribações: trazem o lucto e a gloria. Maços de cartas vinham e eram avidamente lidos. Um deplorava a morte de um parente; outro ficou, depois de longa ausencia, esperando o regresso de um ente querido, estropiado, são ou doente, mas rico. Alguns, que acabaram os dois annos de Africa e os tres da India,[2] repatriavam para nunca mais abandonar o lar domestico, uns com alvarás, outros com tenças, muitos sem nada mais

[1] *Lusiadas*, v, 3.

[2] É facto assente que o serviço militar na Africa durava dois annos. A *Carta da Africa*, quer seja apocrypha, quer não, di-lo claramente; e mais precisamente o declara a novella de Cervantes sobre os trabalhos de Persiles e Sigismunda (Parte I, cap. 10).—Cfr. § 110 d'esta *Vida*.

que vãs promessas. Obitos, transferencias, tratos e vagaturas, davam margem a largos commentarios, devassas judiciaes sobre empregados desleaes, o descaminho de sommas avultadas, roubos da fazenda real e da alheia, peculatos e concussões. É certo que a fortuna acenava com titulos e postos, distribuidos em premio de serviços relevantes, mas lá no fundo espreitavam as delações, odios, desprezos, condemnações justas e injustas, resentimentos, aggravos, maledicencias, falsos testemunhos, encarceramentos, desterros e outros desvairados successos, que se podem vêr na serie de quadros desenrolados nos *Lusiadas* com relação á época de 1497-1550: um tumulto de vida humana, ora drama, ora farça, ora tragedia.—Se quisesse especializar casos, teria de encher muitas paginas.

§ **131.**—As novas do paço e as intrigas da côrte tambem não passariam desapercebidas na casa dos Condes. Factos recentes deviam evocar a lembrança de outros anteriores. Ainda estava palpitante a memoria dos alegres serões da côrte de D. Manoel, em que o gosto castelhano parece ter prevalecido, conseqüencia natural dos tres casamentos consecutivos do monarcha com tres princêsas de Castella.[1] Aquellas reuniões primorosas de damas e cavalleiros da mais alta categoria, nas magnificas salas dos paços reaes, mereceram tambem a Francisco de Sá de Miranda um suspiro de melancolica saudade e de paixão dolorosa, expressa na Carta a D. Fernando de Menezes:[2]

> Os momos, os seraos de Portugal,
> tam falados no mundo, onde são idos?
> e as graças temperadas do seu sal?
> Dos motos o primor e altos sentidos,
> uns ditos delicados cortesãos,
> que é d'elles? Quem lhes dá sómente ouvidos?
> Mas deixemos andar queixumes vãos!
> Assi foi sempre! assi sempre será!
> Vão trocando-se os tempos entre as mãos![3]

As festas nocturnas não tinham acabado de todo no reinado de D. João.

[1] V. *Introducção historica*, § 52, nota 2.—D. João III seguiu o exemplo do pae, escolhendo (em 1524) para soberana de Portugal uma princêsa castelhana, D. Catharina, a irmã mais nova da rainha-viuva D. Leonor. Ambas eram irmãs do Imperador Carlos V, e filhas da infeliz D. Joanna, «*la loca*», de tristissima memoria. A terceira geração não sahiu do rumo ordinario: a esposa do principe D. João, neto de D. Manoel, pertence tambem á casa reinante de Hespanha.—Cfr. § 116.

[2] V. Sá de Miranda, ed. C. M. de Vasconcellos, p. 251-255: *Carta a D. Fernando de Menezes.*

[3] Ib., p. 256 v. 127.—Cfr. § 806 e seg.

Mas já não eram as mesmas, cheias de confiança e de intima alegria. O caracter desaffectado, a franqueza cordial que D. Manoel (cuja vida de familia foi sempre exemplar) imprimira a toda a sua côrte, tinha cedido o passo a um frio mysticismo artificial,[1] ensombrado pelo incenso de um funebre beaterio, quando o filho, cuja vida, emquanto principe, não foi livre de toda a macula, subiu ao throno. El-Rei D. João III e a rainha D. Catharina preferiram uma certa reserva: sempre solemnes, sempre magestaticos, quasi sempre severos, muitas vezes com motivo justificado. E a aristocracia imitava, consciente ou inconscientemente, esse novo tom. Successos desagradaveis, escandalos desacostumados, casos mais freqüentes de culpa, occasionaram primeiro cordatas admoestações e avisos bem intencionados, mas infructiferos. Depois recorreu-se a medidas rigorosas. Um regulamento interno, minuciosamente elaborado, comminando penas e castigos, devia precaver o paço contra faceis amores nos seus aposentos. Mas ainda este regulamento não surtiu o effeito desejado.

§ 132.—Nos *Lusiadas*, Portugal depara-se-nos debaixo da protecção e guarda de duas divindades: o deus do esforço bellico, Marte, e muito especialmente a deusa do amor, Venus Anadyomene. Estas figuras allegoricas eram obvias e quasi indispensaveis, uma vez que o Poeta, em conformidade com a feição e o gosto litterario do seu tempo, quis empregar enfeites de mythologia poetica na sua epopeia. O heroismo mavorcio dos Portuguêses está acima de toda a duvida. Mas a terra-mãe dos lusitanos é, além d'isso, tambem a patria do *amor*, da saudade, da galanteria, das finezas e do sentimentalismo bucolico. A paixão amorosa do genio português tornara-se proverbial no seculo XVI em Hespanha e França.[2] No *Persiles* lêmos, por exemplo, que os parentes do fidalgo lisbonense Manoel de Sousa Coutinho teriam aceite como fidedigna a noticia de elle ter «*morrido de amores*», ainda quando o relator não presenciasse o triste caso: «por ser quasi costume morrerem de amor os Portu-

[1] As damas lusitanas apegaram-se agora fervorosamente ao rosario* «*mais para serem adoradas do que para adorarem*», como motejou acertadamente D. Francisco de Portugal, recommendando-lhes que não fizessem demasiado ruido com as contas, porque pareceria «*no que rezan devotas, sinó que llaman devotos*». Camões dedicou ás *contas* do rosario duas graciosas redondilhas sobre o mote: «*Peço-vos que me digais*», aconselhando ás bellas que «*não rezem onde as vejam*».

[2] Veja-se Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 6 (e p. 580-581), onde se copia um trecho interessante da *Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcellos, sobre o amor em Italia, França-Allemanha e Portugal. Do português affirma-se que é «*da sua natural constellação apurado no amor*».

* As suas armas mais perigosas foram sempre o veo, o leque, e o rosario

guêses». Em Lisboa os dois amantes peregrinos descobrem o cenotaphio do fallecido, que diz «*a não ser português ainda fôra vivo*», e em seguida: «*morreu ás mãos do amor que tudo póde*».[1] Nas Côrtes de Jupiter, de Gil Vicente, o proprio deus da guerra confessa que os lusitanos «são *extremes nos amores*»,[2] e Francisco Manoel de Mello assenta que o natural português é entre as mais nações «conhecido por amoroso».[3]

§ **133.**— Os nomes de amantes celebres andavam na bocca de toda a gente em Lisboa: fallava-se ainda da paixão infeliz do escudeiro regio Bernardim Ribeiro (1485–1553) pela bella e orgulhosa D. Joanna de Vilhena, prima d'El-Rei e donzella da joven rainha D. Isabel, a qual veio a casar, por ordem de D. Manoel, com D. Francisco de Portugal, Conde do Vimioso. A novella allegorica — meio cavalleiresca, meio pastoril — da *Menina e Moça*[4] e algumas Eglogas encantadoras, cheias de suave melancolia, profunda paixão e dôres vividas, relembravam continuamente as peripecias do romance palaciano. Impressas só depois da morte do auctor, em 1554, cursavam certamente em manuscripto, muito antes, e é provavel que Camões as conhecesse, embora não seja verdadeira uma lenda, registada por Faria e Sousa, que affirma têr o Poeta chamado a Bernardim Ribeiro o seu Ennio.[5] Fallava-se tambem de um amigo intimo de Bernardim Ribeiro, o poeta Christóvam Falcão,[6]

---

[1] Cervantes, *Trabajos de Persiles y Sigismunda*. III, p. 1. Cfr. I, 10.*

[2] Gil Vicente, II, p. 415, verso 11.

[3] V. Braga, de cuja *Hist. Cam.* extrahi esta passagem (originaria das «*Epanaphoras*» *da Hist. Port.*», p. 286), e tambem a de Gil Vicente. Ha mais dez allegações de phrases allusivas á paixão namorosa dos Portuguêses na *Zeitschrift* de Groeber, VII, p. 429, colleccionadas por C. M. de Vasconcellos.

[4] V. Braga, *Manual*, p. 251 e seg.; *Curso*, p. 207 e seg.— Cfr. *Introd. hist.*, § 1, nota 4.

[5] V. Juromenha, I, p. 29-30 e 492, nota 29; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 192, e *Bernardim Ribeiro*, p. 131.

Ambos remettem o leitor ao *Dircurso dos Sonetos*, n.º 4, que acompanha a *Fuente d'Aganipe* de Faria e Sousa.**

[6] V. Braga, *Manual*, p. 255; *Curso*, p. 210; *Falcão*, p. 1-24; [e *Bernardim Ribeiro*, p. 140-178].

---

* «Conté aqui á sus parientes la enamorada muerte de Don Manuel de Sousa Coutinho; creyeronla; y aunque yo no se la afirmara de vista, la creyeran por tener casi en costumbre el morir de amores los portuguêses».

** Faria e Sousa repetiu esta asseveração cathegorica, mas não provada, ainda outras vezes, p. ex., no *Commentario ás Rimas*, V, p. 303 e 312.

que amára perdidamente a D. Maria Brandão, filha de um rico contador da fazenda no Porto. O casamento clandestino dos dois, de que falla uma Carta em redondilhas,[1] fôra contrariado e hostilizado pelos paes da amada, e esta encerrada no convento de Lorvão até que, cedendo aos rogos instantes da familia, se deixou casar com Luis da Silva, Capitão de Tanger. Christóvam, punido com cinco annos de carcere privado, foi para a India, onde morreu.[2] A extensa egloga *Crisfal*[3] é das poesias mais mimosas, enternecedoras e sentidas que sahiram da alma attribulada de um poeta enamorado. É fóra de duvida que este bello documento da sensibilidade e do fervor apaixonado do genio português,—que veio á luz juntamente com os idyllios de Ribeiro,—já se lia e citava muito antes, nos circulos litterarios da sociedade de Lisboa, e que o cantor dos *Lusiadas* (que aproveitou quatro versos «volantes» de Falcão[4] em uma carta da India) o conheceu na capital.

Fallava-se ainda de muitos outros casos, antigos e recentes, dos quaes mencionarei mais dois, um de fresca memoria, outro já velho, mas não esquecido.

Em 1531 chegára a seu termo um processo escandaloso e desastroso, que perturbara e dividira a Côrte em dois partidos, durante nove annos, e que teve ainda um triste epilogo ao cabo de um triennio. Um neto d'El-Rei D. João II (por bastardia), D. João de Lencastre (ou Alencastro), Duque de Aveiro, o mesmo poeta a quem Camões dedicou a Egloga: «*Agrario e Alicuto*», casara clandestinamente, ou pelo menos trocara palavras de futuro, com D. Guiomar Coutinho, filha unica e herdeira do magnate mais rico de Portugal, o Conde de Marialva, razão porque em 1522, quando o quarto filho d'El-Rei D. Manoel, em harmonia com ordens testamentarias de seu pae, intentou matrimoniar-se com a mesma D. Guiomar, o Duque pôs embargos, revelando o seu segredo. O processo foi decidido a favor do infante e da condessa, que negava terminantemente os factos allegados pelo Duque. A felicidade dos dois foi, comtudo, de curta dura: tres annos apenas. Parecia que uma maldição pairava sobre os esposos: morreram ambos seus filhos, um menino em agosto de 1532, e um mez depois uma filhinha; em novembro, o pae succumbia, na

[1] V. *Falcão*, ed. Th. Braga, p. 15. «Carta do mesmo estando preso que mandou a uma senhora com que era casado a furto contra vontade de seus parentes d'ella, os quaes a queriam casar com outrem...».

[2] Um irmão de Christóvam, Damião de Sousa Falcão, era em 1571 Capitão de Salsete, conforme Couto, VIII, 34.

[3] O nome Crisfal foi deduzido das primeiras syllabas do nome e apellido: *Cris* (tovam) *Fal* (cão).

[4] Storck, I, p. 312 e 398.

flôr da edade, com vinte e sete annos, e semanas depois enterrava-se a mãe, de sorte que no breve espaço de cinco mezes, a familia, e com ella a casa de Marialva, se extinguiu.[1]

O outro caso, de velha, mas celebre memoria, tocava de perto a familia dos Silvas, conhecida de Luis Vaz. D. João da Silva, pagem da côrte d'El-Rei D. Duarte, amava a princêsa D. Leonor, filha do monarcha,—dedicando-lhe, dentro dos limites do respeito devido a tão soberana pessoa, todos os seus affectos e pensamentos, o que explicou engenhosamente, tomando por empresa um falcão volante, com a divisa: «*Ignoto deo*».—Chegado o anno de 1449 em que D. Leonor, promettida ao Imperador da Allemanha, Frederico III, ia ausentar-se, D. João ficou desesperado; mas sabendo que uma sua tia, D. Guiomar de Menezes, condessa de Villa-Real, acompanhava a nova Imperatriz, como camareira-mór, teve meios e sorte para poder, sem nota, fazer a jornada de Italia. Embarcou, com effeito, com a comitiva em 1452; assistiu primeiramente em Siena á solemne entrada que fizeram a D. Leonor o Imperador, o Rei da Hungria Ladislau, e o Archiduque Alberto d'Austria; e depois em Roma ao casamento, pela mão do Pontifice Nicolau V. E immediatamente, mudando de nome, de habito e de vida, entranhou-se nas solidões dos Apeninos, vestido de sayal, como eremita penitente, primeiro com os monges de S. Jeronymo, consagrando o seu amor a Deus, e depois com os franciscanos do conventiculo de Nossa Senhora da Paz que elle fundou, sendo por Sixto IV chamado a Roma, onde *Frei Amadeu* se finou a 10 de agosto de 1482.[2]

§ **134.**—A rigorosa etiqueta, que regulava o trato entre damas e cavalleiros, não podia evitar, de todo em todo, taes acontecimentos na côrte portuguêsa. Continuaram os amores, ora prosperos, ora infelizes, muito embora não viessem á publicidade. N'aquella era de paz, Lisboa estava exclusivamente «*sub signum Veneris et Amoris*». E os costumes da fidalguia imitavam o exemplo dado nos paços reaes. Tambem nos saraus fóra do paço havia diversões muito variadas, e o genio mais inventivo, mais subtil e gracioso era o mais bem aceite. Dançava-se e cantava-se, entre graças e chistes. Damas e cavalleiros aos pares davam-se a passatempos e jogos de prendas, como por exemplo, o «*dou-te-lo vivo, dou-te-lo morto*», (ou «*toma, vivo te lo doy*»), entregando e

---

[1] V. Storck, IV, p. 405 e seg *

[2] V. Faria e Sousa, *Europa Portugueza*, vol. II, p. 354 e seg.; e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 127 e seg.

* Cfr. C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. 826-828.

sentenciando as prendas dos multados, com mil gracejos e sorrisos.[1] Outras vezes pegava-se em baralhos de naipes manuscriptos, que serviam para brincadeiras divertidas,[2] ou para artes de cartomancia.[3] Havia declamação de poesias, rimas com voltas e glosas ao desafio, a vêr quem interpretava com mais finura e acerto os motes propostos pelas damas; improvisos jocosos ou jocoserios sobre os pequenos acontecimentos do dia; mômos e leituras de peças dramaticas, ou mesmo representações de idyllios[4] e comedias por dilettantes, sobre palcos com scenarios arranjados a proposito, principalmente por occasião das festas de familia, em que os convidados serviam de publico sempre grato, prodigo de applausos para as surpresas do dia.

Ha no tesouro das redondilhas camonianas, e entre os Sonetos, as Eglogas e os Autos, composições que só se entendem e avaliam, consideradas como poesias *de occasião*, destinadas a um certo e determinado circulo de amigos, ou compostas para reuniões intimas. Muitas d'ellas provam que Luis Vaz fôra n'aquella época favorecido pelas damas da sociedade mais selecta.

§ 135.—Camões não podia desconhecer os dramas que os vates populares Gil Vicente, Antonio Ribeiro Chiado e Antonio Prestes tinham criado

[1] Veja-se no *Auto dos Amphytriões*, o verso 125°, que allude ao «*Douchelo morto, douchelo vivo*».

[2] Camões não desconhecia as cartas de jogar. Ha versos que o provam: por exemplo umas redondilhas *a umas senhoras que jogando perto de uma janella deixaram cahir tres paus e deram na cabeça de Camões;* um Soneto fragmentado «sem pernas», inserto na Carta I da India: *Forçou me Amor um dia que jogasse*, e uma phrase em prosa na relação *dos jogos de cannas de Goa.*

[3] Na Canção XII (versos 95-99) ha allusões ás supersticiosas adivinhações por agouros, prognosticos e signaes.—Veja-se *Lusiadas*, IX, 33 e a nota de Lamberto Gil que diz acertadamente «*parece que el poeta creia los hechizos y encantos ó aparentaba creerlos*».

[4] Sobre a representação de Idyllios nos salões palacianos ha uma passagem interessante no D. Quixote de Cervantes (Parte II, cap. 58).* O cavalleiro da triste figura e o seu escudeiro encontram em uma floresta duas bellissimas pastoras, das quaes uma annuncia: «*traemos estudiadas dos eglogas, una del famoso poeta Garcilaso, y otra del excelentisimo Camões en su misma lengua portuguesa, las cuales hasta ahora no hemos representado*».**

* Já se alludiu a este trecho na nota 3.ª do § 22

** Outra referencia mais importante ainda, por ser contemporanea e alludir a umas festas ás quaes Camões talvez assistisse na companhia de seu discipulo e amigo acha-se na relação sobre o Torneio de Xabregas, de Jorge Ferreira de Vasconcellos. Em um barco apparece a deusa Diana em meio de duas nymphas (das quaes uma tange harpa e a outra um arrabilete), e cantam uma estancia da 1.ª egloga de Garcilaso.

por amor á arte, mas tambem por officio, a fim de ganharem a vida. Muitas d'estas producções foram representadas, indubitavelmente, deante de espectadores escolhidos, de alta categoria, em salões, pateos e claustros, talvez depois de emendadas ou expurgadas de certas demasias licenciosas. A aceitação enthusiastica, que as artes scenicas encontravam, instigaram Luis Vaz a ensaiar-se tambem n'este genero de poesia. E os dotes de seu espirito incomparavel, a grande malleabilidade do seu talento universal, grangearam-lhe em pouco tempo, tambem n'este campo, o applauso da fidalguia de Lisboa e louros merecidos.

O joven poeta desenvolveu n'esta época uma actividade maravilhosa. Sem se descuidar certamente dos seus encargos de aio de D. Antonio, cultivava a arte divina, como verdadeiro poeta de occasião, na mais ampla e mais levantada accepção da palavra, seguindo ora a corrente nacional e peninsular, ora o moderno gosto classico italiano. As redondilhas graciosissimas e cheias de chiste, os hendecassylabos melodiosos e correctos que elle profusa e diariamente produzia com inaudita facilidade e pureza, punham-no em evidencia, acima de todos os competidores: facto este muito notavel, porque não nos consta que já se ensaiasse em Coimbra nos metros usados na côrte; importante tambem, porque induz-nos a aceitar a supposição de que o bello sexo se enthusiasmaria, e que muitos corações se inflammariam ao contacto com o novel poeta, apesar do seu aspecto pouco genti:

> que tanto como a vista póde a fama.[1]

§ **136.**—Camões via agora na capital damas bem mais seductoras que a modesta e loura coimbrã, a qual, indifferente ao amor do pobre estudante,[2] talvez casasse, pouco depois de elle se ter despedido do doce ninho paterno. Que o Poeta não ficou de modo algum frio e insensivel ás graças seductoras das bellas da côrte, sabemo-lo por elle mesmo na confissão de um soneto retrospectivo:

> no tempo que de amor viver sohia,
> nem sempre andava ao remo ferrolhado;
> antes, agora livre, agora atado,
> *em varias flammas variamente ardia.*[3]

Mas no *primeiro* periodo da época lisbonense não houve, ainda assim

---

[1] *Lusiadas*, IX, 47.
[2] Cfr. Canção IV, «Despedida de Coimbra», versos 40-52, citados no § 93.
[3] Soneto 7 (ou 70, em outras edições).

quem o tirasse da sua isenção, captivando e asujeitando a sua alma de português. Em festiva palestra com os amigos que ganhara pouco a pouco, gostava de ouvir contar as aventuras dos enamorados, zombeteando, na altivez da sua liberdade, da paixão e dos ciumes dos outros, e gracejando solta e espirituosamente, com superior desembaraço com as damas, sem resentir affeição profunda por nenhuma d'ellas. Assim continuou durante algum tempo, a aceitarmos, *cum grano salis*, como autobiographicas as confissões do pastor Almeno (Manoel), feitas ao seu companheiro Agrario, ou se reconhecermos pelo menos reminiscencias do seu proprio passado, nas seguintes palavras d'aquelle moço:

> Que bem livre vivia e bem isento,
> sem que ao jugo me visse submettido
> de nenhum amoroso pensamento!
> Lembra-me, Agrario amigo, que o sentido
> tão fóra d'amor tinha que me ria
> de quem por elle via andar perdido.
> De varias côres sempre me vestia,
> de boninas a fronte coroava,
> nenhum pastor cantando me vencia.
> A barba então nas faces me apontava:
> na luta, no correr, em qualquer manha,
> sempre a palma entre todos alcançava,
> Da minha idade tenra, em tudo estranha,
> vendo (como acontece) affeiçoadas
> muitas nymphas do rio e da montanha,
> Com palavras mimosas e forjadas,
> se solta liberdade e livre peito
> as trazia contentes e enganadas.[1]

Nada temos a accrescentar a esta pintura do seu estado affectivo. Diremos, comtudo, que ha indicios que nos fazem presumir haver o poeta pedido, pouco depois, a mão de certa dama formosa, sendo desattendido.[2]

§ **137**.—A pergunta sobre se Luis Vaz freqüentou a côrte real logo depois de passar de Coimbra á capital, nem foi sequer formulada pelos biographos portuguêses: tão certos estão da realidade do facto.

Juromenha[3] assegura que chegando á côrte, Camões encontrou immediatamente o mais benevolo acolhimento da primeira sociedade. Braga[4] é de

---

[1] Egloga IV, 438 e seg.
[2] Cfr. § 152.
[3] Juromenha, I, p. 28.
[4] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 115.

opinião que a prosapia, a educação e o talento lhe abriram de par em par as portas dos paços reaes, logo aos dezoito annos (1542), mas que o Poeta se aproveitara d'esta franquia mais por obediencia á ambição paterna e na perspectiva de uma collocação, do que seguindo seu proprio desejo.

De onde derivam todavia estas asserções?[1] As provas faltam. E pelas nossas investigações anteriores sabe-se já que não temos direito algum para fallar, n'esta conjunctura, da vontade de um pae, porque Simão Vaz de Camões já não era vivo.

Braga continúa dizendo: «vinha Camões para a côrte em um estado de espirito em que qualquer galanteio o seduzia; tudo servia para exaltar o seu estro; o talento poetico que mostrava, servia-lhe de principal dote para parecer bem no paço».

Não posso aceitar esta exposição. Acho pouco provavel que assistisse tão cedo aos serões, muito embora o joven fidalgo, de qualidades intellectuaes tão eminentes e fóra do commum, dotado de um saber excepcional, e além d'isso repentista de graça singular, nutrisse o desejo ou mesmo concebesse o plano de se fazer introduzir junto aos reis, sob a tutela e o amparo de um protector de alta posição. Luis Vaz ainda era novato nas fórmas apparatosas do ceremonial palaciano, e não dispunha dos meios pecuniarios para custear os trajes e adereços proprios para festejos e mòmos. Além d'isso, seria immodesto proferir, logo á primeira, um tal pedido, sollicitando a intervenção dos Condes de Linhares. É certo que a poesia ainda era cultivada e estimada nos paços. Entre as prendas do verdadeiro cavalleiro, a poesia continuava a occupar o primeiro plano; não havia dia de gala em que um poeta, de bom quilate, não podesse ostentar o seu talento. Os Infantes D. Luis[2] e D. Duarte, irmãos d'El-Rei D. João, eram eruditos e manejavam a penna. O proprio monarcha e o principe[3] seu filho, que de resto em 1542 contava apenas um curto lustro de edade, eram amigos e fautores da arte divina. Entre os proceres havia muitos amigos das musas, como por exemplo os Condes da Sortelha e do Vimioso,[4] e no meio das damas a Infanta D. Maria distinguia-se como entendida e afeiçoada ás boas lettras. Mas que resulta d'ahi? Nada de positivo com relação a Camões, o que não impediu que ainda n'este caso os biographos forjassem hypotheses sobre hypotheses, entretecendo supposições, conjecturas e phantasiosos calculos para assentar que esta illustre e riquissima princêsa

---

[1] Ignoro, se durante o reinado de D. João III, prevaleceu regime diverso d'aquelle que em tempos de D. Sebastião regulava as entradas na côrte.—Cfr. § 371.

[2] V. § 64, nota 1.

[3] Cfr. C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. xxx e seg., e 739-740.

[4] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 115.

fôra a protectora de Luis de Camões. Não podemos portanto fugir á obrigação de indagar a realidade da lenda.

§ 138.—A Infanta D. Maria* (1521-1577), nascida depois da morte de seu augusto pae, El-Rei D. Manoel (que falleceu a 13 de dezembro de 1521), como filha unica da sua terceira esposa,[1] ficou sendo durante longos annos o ponto de mira de intrigas odiosas, isto é, o objectivo de cubiças, que as suas enormes riquezas inflammavam. Francisco I de França, segundo esposo da rainha-viuva D. Leonor, fez varias tentativas para attrahir a Infanta a Paris. Carlos V esforçava-se por interessar a sobrinha nos seus projectos politicos; mas D. João III, meio-irmão da princêsa, soube transtornar todos estes planos, neutralizando as negociações e afastando os pretendentes estrangeiros, para que a bella, devota e intelligente dama ficasse no paiz com a sua fortuna. Quem sabe, se casando ella effectivamente com um dos magnates nacionaes, a sorte do reino, depois do fallecimento do Cardeal-Infante D. Henrique, não teria sido outra, e mais feliz!

D. Maria teve uma educação humanistica, talvez com o fim e proposito de a distrahir, desviando as suas ideias das ambições mundanas. A propria mãe, com a qual se carteava mais tarde em latim, aconselhou-a a que estudasse as linguas e lettras classicas. O historiador João de Barros conta que aprendêra latim só para rezar os officios divinos com mais entendimento. Póde ser que já tivesse casa propria, no tempo de que tratamos, com moradias independentes, sendo a alma e o cerebro de um brilhante circulo de damas, de cultura superior, espirituosas e doutas.[2] Entre as que a rodeavam, figura a sympathica e engenhosa filha de Gil Vicente, a erudita Paula, que collaborou nos autos de seu pae, compôs varias comedias, porventura representadas entre as damas do paço, e escreveu uma grammatica inglêsa. Além d'isso era boa musica e tocava instrumentos de corda. Fôra anteriormente do serviço da Rainha D. Catharina, moça de sua camara e sua «tangedora», e está assente como tal nos livros da moradia. Figuravam ainda Luisa Sigea e sua irmã

[1] Um primeiro filho da Rainha D. Leonor, baptizado D. Carlos, com o nome do tio-Imperador, fallecêra ao cabo de poucos mezes (1520).

[2] V. Leoni, p. 93. **

* Remetto o leitor a um pequeno estudo meu, ácerca da Infanta D. Maria, publicado no «*Plutarcho Portuguez*». Porto, Costa e Biel, 1882.

** Este auctor copia da «*Vida da Infanta*», de Fr. Miguel Pacheco, (Parte II, cap. 3, fol. 91) as palavras seguintes, relativas ao anno de 1537: «como fosse avultado o dote que lhe deixara seu pae, e podesse viver separada do palacio de El-Rei seu irmão, foi-lhe posta casa propria», alludindo á extensa relação dos fidalgos e das damas que passaram a compôr a casa da Infanta.—Cfr. Sousa, *Hist. Geneal.*, vol. III, p. 464, e *Provas*, vol. II, p. 711.

D. Angela, ambas celebres pela sua vasta erudição e seu polyglottismo, mas principalmente pela sua sciencia em latinidades, que lhes mereceu a estima e amizade do sabio hellenista Ayres Barbosa, enunciada em cartas que dirigia a André de Resende. Luisa versificava em latim, grego e hebraico, e entendia o arabe e o syriaco: redigiu até uma carta de dicatoria, em estas cinco linguas, ao Papa Paulo III (1534–1549), que foi remettida com um poema descriptivo, entitulado «*Cintra*», e que o Pontifice recebeu com summo agrado, julgando-o digno de uma resposta. As duas irmãs, originarias de França, mas nascidas em Toledo, vieram para Lisboa com seu pae Diogo Sigeo, chamado em serviço de professor para o Duque D. Theodosio de Bragança.* Figurava ainda Joanna Vaz, de Coimbra,[1] dama do paço da Rainha, que sendo mestra da Infanta D. Maria, tinha, como Luisa Sigea, o titulo de «*latina*», com o ordenado de seis mil réis.

A doutorice um pouco preciosa das damas da côrte, que de modo algum era vista com sympathia geral, fazia victimas tambem fóra do paço. Em Coimbra, D. Publia Hortensia de Castro cursara humanidades e philosophia, em habitos varonis, juntamente com um irmão, chegando a defender theses na tenra edade de dezaseis annos, em Evora, sua patria, sendo bem succedida e applaudida, segundo refere André de Resende.[2] D. Leonor de Noronha, filha do Marquês de Villa Real, traduziu para português as Enneadas de Marco Sabellico. D. Leonor Coutinho, muito entendida e dada a livros de cavallarias, compôs uma «*Chronica do Imperador Beliandro*», de elegante estylo e boa invenção, seguindo a moda litteraria que predominava na côrte. El-Rei D. João III e a Infanta D. Maria favoreciam este genero de romance: o monarcha admittiu, quando principe, (1520) que João de Barros lhe dedicasse a extensa «*Chronica do Imperador Clarimundo*»,[3] e a princêsa aceitou, cinco lustros mais tarde, o «*Palmeirim de Inglaterra*», de Francisco de Moraes,[4]

[1] Joanna Vaz, perita nos idiomas latino, grego e hebraico, escreveu differentes obras poeticas e tambem uma epistola ao Pontifice Paulo III, n'aquellas tres linguas, recebendo egualmente honorifica resposta.—Cfr. Freire de Carvalho, p. 120-121.

[2] Cfr. Freire de Carvalho (p. 121-122 e 328-239). Em Hespanha floreceram muitas eruditas: D. Beatriz Galindo, «a latina», ensinou a lingua de Roma á Rainha D. Isabel. D. Lucia Medrano explicava auctores latinos nas aulas salmantinas. D. Francisca de Nebrixa, filha do famigerado grammatico Antonio de Nebrixa, era professora de rhetorica em Alcalá, e substituiu seu pae (segundo Ficalho, p. 10).

[3] «*Chronica do Imperador Clarimundo, donde os Reis de Portugal descendem*». (Lisboa, 1791, 3 vol).

[4] V. Benjumea, p. 24 e 85.

* Na já mencionada *Vida* ha mais pormenores sobre a pleiade de mulheres illustres que rodeavam a Infanta, e em especial sobre Luisa Sigea.

Os versos que reinavam nos paços reaes—os motes, as esparsas, as endechas, os vilancetes em redondilha—não eram do agrado de D. Maria, se a lenda falla verdade, a qual lhe attribue os seguintes, e mais nenhuns:

Se soubera fazer «trovas»
de que me satisfizera,
inda assim as não fizera.[1]

§ 139.—Será verdade que a Infanta D. Maria foi protectora e fautora de Camões, quer fosse cerca de 1540, ou mais tarde, depois de 1570? Respondo que não. Não hesito um instante em assentar que o Poeta nunca entrou na academia litteraria da Princêsa. Porquê? Simplesmente porque era um *homem;* e aquelle conventiculo era exclusivamente de damas. O caracter um pouco austero e devoto da Infanta[2] não admitte a hypothese contraria. A virtude era para ella a verdadeira e unica sabedoria; e a suprema virtude resumia-se a seus olhos na santa castidade. As sensações e paixões mundanas eram-lhe estranhas e indifferentes. As bellas e nobres feições do seu rosto revelam grande placidez e uma seriedade um tanto fria.[3]

A gloria de descobrir relações ignotas de Camões com a ultima filha de D. Manoel, ficou reservada a Faria e Sousa. Antes d'elle, ninguem as adivinhára. Com inaudita impudencia, o petulante commentador declara que um poema sacro em tres cantos sobre a pia lenda de Santa Ursula, dedicado por Diogo Bernardes á Infanta D. Maria, não é obra do doce cantor do Lima, mas sim um trabalho de Camões, entre cujas oitavas o collocou, pondo no pelourinho o verdadeiro auctor, com pregão de plagiario, ladrão e mentiroso! E caso mais inaudito—a critica portuguêsa aceitou a sentença, propalou a calumnia, e continua a tê-la por fidedigna.[4]

Ainda não contente com este tecido de patranhas, o mesmo Faria e Sousa affirma redondamente que um soneto de Camões[5] sobre a morte de uma dama,

---

[1] V. Juromenha, I, p. 30, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 118-124.

[2] Faria e Sousa diz no *Epitome* (a p. 288), com relação á Infanta D. Maria: «murió castissima donzella, y edificó sumptuosas obras. Princesa benemerita de Portugal, con ingenio raro, con hermosura grande, con virtude insigne, con animo soberano. Tiene ilustre sepulcro (labor suya) en el Monasterio de «N. Senhora da Luz», junto a Lisboa».

[3] Veja-se o *Album da Exposição Camoniana.*

[4] Desvendei a escandalosa tramoia de Faria e Sousa na introducção ao Commentario, que acompanha aquellas Oitavas pseudo-camonianas.—V. *Sämmtliche Gedichte,* III, p. 362-367.

[5] É o Soneto: «*Que levas, cruel Morte? Um claro dia*» commentado a p. 383 do volume II da minha versão.

fallecida em annos juvenis, se refere á Infanta real, morta na edade de cincoenta e sete! Não se importa nem um apice com a antiga tradição, duplamente documentada, que affirma ter o tal soneto lamentado o fallecimento de D. Maria de Tavora, dama da casa da Rainha D. Catharina. Tambem a esta interpretação forçada e falsa deram fé e credito os biographos. Persuadido da realidade das relações do Poeta com a Infanta, houve depois quem quisesse encontrar ainda em duas «voltas» do Cancioneiro camoniano documentos comprovativos e pormenores ácerca da vida intima da Infanta.

Eis a anecdota palaciana, a que andam ligadas as «voltas».

O fidalgo D. Jorge da Silva, sendo moço de grandes brios e altivos pensamentos, apaixonou-se pela Infanta D. Maria, fazendo taes extremos, que El-Rei o mandou prender na cadeia de Lisboa, chamada *Limoeiro*. E duas graciosas voltas de Camões, que riem e choram ao mesmo tempo, se adaptariam, de facto, muito bem, á pouco respeitosa e tão mal succedida temeridade.[1] Mas a edade dos protagonistas, Jorge da Silva, a Infanta D. Maria e Camões, não abona a veracidade do acontecimento. E se abonasse, a critica, no melhor caso, só poderia concluir que Luis Vaz conheceu algum dia e fôra amigo de D. Jorge da Silva, o qual de resto tinha uns dezaseis annos a mais![2]

Uma cantiga com a epigraphe «*a El-Rei*», tambem não póde servir de prova documental que o Poeta frequentara a côrte tão cedo, porque ninguem sabe se o «*Rei*» era D. João III![3] E que fosse! Quem póde determinar o anno em que lhe foram dedicados aquelles versos? Quem nos diz que El-Rei não era D. Sebastião, e que a poesia não é posterior a 1570?

Acho egualmente irrelevante para o empenho dos que ideiam o Camões apresentado perto de 1543 no paço real, uma pequena passagem, intercalada em uma carta, escripta, porventura alguns annos depois, de Ceuta, e dirigida talvez a Jorge da Silva. Ahi diz: «*vêdes, vai huma volta feita a este mote que escolhi na manada dos engeitados, e cuido que não he tão dedo queimado que não seja dos que El-Rei mandou chamar*».[4] Esta phrase ácerca de versos «chamados e escolhidos» por um monarcha, póde referir-se a trovas de outros poetas.

---

[1] Trata-se de duas voltas differentes que o Camões fez ao adagio popular «*Perdigão perdeu a pena, não ha mal que lhe não venha*». Caso a referencia a Jorge da Silva seja erronea, podia-se pensar em João Lopes Leitão.—V. § 165.

[2] Leia-se o que C. M. de Vasconcellos disse na *Zeitschrift* de Groeber, VIII, p. 11 e seg., e em especial a p. 13 na nota 3.ª, ácerca de Jorge da Silva. Ahi se assenta como data de sua morte o anno de Alcacer-Quebir, e como data provavel do nascimento o anno de 1508.

[3] Trata-se da Redondilha: «*Dó la mi ventura*». Storck, vol. I, n.º 151 e p. 394.

[4] Storck, I, p. 313: *Carta em prosa.*

Creio até que allude á primeira parte das poesias de Francisco de Sá de Miranda, enviada pelo auctor, cerca de 1550, ao principe D. João, «*porque lhas mandou pedir*». Certamente El-Rei havia de folheá-las tambem».[1]

§ 140.—Recapitulemos em poucas palavras o que apurámos de *provavel* nos paragraphos anteriores.

Luis Vaz, na posição de aio em casa dos Condes de Linhares, vae adquirindo um bom capital de conhecimentos praticos, indispensaveis na vida, assim como de regras de bem-viver; augmenta o seu saber historico-geographico e seu peculio de litteratura e esthetica; exerce e desenvolve as artes e galanterias de palaciano e ganha a amizade e estima de parentes e amigos da familia Noronha. Reconhece mais claramente os fins da sua época e o destino politico da patria, isto é, o desabrochar de Portugal como estado colonial; ouve fallar muitas vezes dos costumes e usos aulicos; e, bem aceite na boa sociedade como agradavel companheiro e espirituoso repentista, é admittido aos serões em casa dos amos e dos amigos d'elles. Compõe algumas comedias, encarregando-se na execução do papel principal; é muito festejado pelas damas, com as quaes graceja e brinca, observando, comtudo, certa reserva. Mas não tem ingresso nos paços reaes.

---

[1] Vejam a Primeira Parte das *Poesias de Sá de Miranda*, na edição de C. M. de Vasconcellos, p. 1-92. *

* Duvido que a tal allusão exista.

XI

OS AMORES DE CAMÕES

XI

OS AMORES DE CAMÕES

§ **141.**—O terreno que Luis Vaz pisava na capital era perigoso, o ambiente saturado de ardencias. Pela vista e pelo ouvido entravam imagens e sensações seductoras, a que o espirito juvenil só a custo podia esquivar-se. O Poeta já não vivia inconsciente dos laços que o amor sabe armar branda, mas ardilosamente. Já amára em Coimbra; já provára as amarguras e desgostos de uma paixão não correspondida; já cantára, experimentado:

Amor nunca vi
que não magoasse[1]

De resto, a sua situação era precaria e pouco segura. A menor imprudencia podia comprometter a sua posição e com ella o sustento de cada dia. Forçoso era por isso resistir ás tentações, mantèr a dignidade, embora não ficasse completamente afastado de pequenas escaramuças e aventuras amorosas

Mas, não querendo Amor que d'este geito
dos corações andasse triumphando
(em quem elle criou tão puro affeito),
pouco e pouco me foi de mi levando,
dissimuladamente, ás mãos de quem
toda esta injuria agora está vingando![2]

Toda a cautela foi baldada. Não foi de noite, nas alegres reuniões fes-

---

[1] São os versos 22 e 24 das redondilhas que principiam: «*Quem ora soubesse* | *Onde o amor nascesse* | *E o semeasse!*

[2] Tirei da Egloga II, de Agrario e Almeno, os versos 456-461.

tivas em salas principescas, mas sim no templo, no dia mais solemne que a christandade celebra enluctada, durante os officios funebres de uma sexta-feira da Paixão, quando o coração do Poeta andava menos desconfiado, julgando-se em terreno sagrado, que as settas, despedidas pelo deus do amor, o feriram mortalmente, sujeitando-o ao aspero jugo:

> Todas as almas tristes se mostravam
> pela piedade do feitor divino,
> onde, ante o seu aspecto benino, [*sic*]
> o devido tributo lhe pagavam.
> Meus sentidos então livres estavam
> (que até hi foi contente o meu destino)
> quando uns olhos, de que eu não era dino,
> a furto da razão me salteavam.
> A nova vista me cegou de todo:
> nasceu do descostume a estranheza
> da suave e angelica presença.
> Para remediar-me não ha hi modo.
> Oh! porque fez a humana natureza
> entre os nascidos tanta differença?[1]

§ **142.**— Que singular encanto foi o que attrahiu e captivou incondicionalmente a attenção de Luis Vaz na egreja, logo ao avistar a *bella fera humana?*

Di-lo a canção auto-biographica que já explorámos, com relação á primeira infancia do poeta:

> Logo então *vi a imagem e semelhança*
> d'aquella humana fera tão formosa,
> suave e venenosa,
> que me criou aos peitos da esperança,
> de quem eu vi despois o original,
> que de todos os grandes desatinos
> faz a culpa soberba e soberana.
> Parece-me que tinha a forma humana...
> mas senti nella espiritos divinos.
> Um meneio e presença tinha tal
> que se vangloriava todo o mal
> na vista d'ella: a sombra coa viveza
> excedia o poder da natureza.[2]

---

[1] Confiram o Soneto: «*O culto divinal se celebrava*» (n.° 80) e «*A chaga que, Senhora, me fizestes*» (n.° 208).

[2] Canção x (ou xii): «*Vinde cá, meu tão certo secretario*», versos 68-80. *

* A ultima phrase do trecho citado não é bem clara. Que lastima que ainda não exista um «standard-text» das lyricas camonianas!

Quem, depois de lêr estes versos, negará que a linda coimbrã e a formosa lisbonense se parecessem extraordinariamente? O corpo, o andar, a nivea tez, a côr dos verdes olhos, o cabello de ouro, toda a angelica physiognomia das duas meninas parece ter sido de tal modo semelhante, que o Camões não titubeou em designar a segunda como o *original*, e a primeira como *copia*, imitação ou reflexo.

Outras poesias confirmam esta minha interpretação.

Mas com que direito tratamos de *lisbonense* a dama que fez tão profunda impressão sobre Luis Vaz? Como sabemos que foi na capital onde a viu pela primeira vez e sentiu os primeiros assomos da paixão?

Investiguemos, onde o amor se apoderou da sua alma, qual o modo, em que época foi, e qual a dama.

§ 143.—Todos quantos conhecem a fundo ou superficialmente as poesias camonianas, e mesmo quem, sem as conhecer, nos tiver seguido até aqui, terá por superflua qualquer disputa sobre o logar onde a dama do poeta viveu.

O admirador mais enthusiasta de Camões foi, comtudo, de outra opinião. Faria e Sousa disserta largamente sobre este assumpto.[1] «Mas al fin y al cabo» sempre chega ao resultado que Lisboa foi o theatro da paixão amorosa, ou antes do renascer de uma paixão já antiga, porque (cousa singular que não devemos passar em silencio), segundo o commentador, a bella coimbrã e a formosa lisbonense são identicas!

Lisboa, porém, é muito vasta. Por isso escolhe, especializando, a egreja «das cinco chagas!» Como se os officios da semana santa e principalmente os do enterro, não fossem celebrados em toda e qualquer egreja catholica!

Em logar de seguir Faria e Sousa, prefiro escolher outro ponto de partida para as minhas investigações. Das poesias de Camões resulta que na sua vida houve só *uma* paixão forte, profundamente arraigada, irresistivel e inolvidavel, que lhe proporcionou poucos e fugazes dias de felicidade e longos an-

---

[1] Veja-se Faria e Sousa, *Rimas varias*, I, p. 153ª-154.—O commentador salta arbitrariamente do templo innominado, onde Camões avistou pela primeira vez a sua amada durante «*O culto divinal*», áquell'outro Soneto sobre um assumpto diverso que principia «*A chaga que, Senhora, me fizestes*», e agarrando-se á palavra *chaga* (ninguem percebe *porquê* ou *porque* não) declara que «em um manuscripto» este ultimo Soneto trazia o titulo aliás disparatado «*A una monja de las Llagas*», talvez por descuido do copista. Este teria ouvido dizer que o Camões se enamorara na «*Iglesia* (*no Convento!*) *de la Vocacion de las Llagas*», hypothese com a qual o fabulista logo depois começa a manobrar, como se fosse um facto incontestavel!

nos de tormento. Ella acompanha e persegue ainda o expatriado, atravês de terras e mares, na miseria e nos perigos do desterro

perpetua saudade da sua alma:[1]

e reapparece no remate da canção auto-biographica, tantas vezes por nós citada, em que o Poeta desenrola em quadros grandiosos as peripecias da sua vida affectiva, condensando tudo quanto passara em Coimbra, durante a infancia e primeira mocidade, e em Lisboa, nos annos ulteriores. Na ansia pelo paraiso perdido, o solo patrio, exclama:

Oh se possivel fosse que tornasse
o tempo para tras—como a memoria—
por os vestigios da primeira idade;
e, de novo tecendo a antigua historia
de meus doces errores, me levasse
por as flores que vi da mocidade;
e a lembrança da longa saudade
então fosse maior contentamento,
vendo a conversação leda e suave,
onde uma e outra chave
esteve de meu novo pensamento:
os campos, as passadas, os sinaes,
a vista, a neve, a rosa, a formosura,
a graça, a mansidão, a cortesia,
a singela amizade, que desvia
toda a baixa tenção terrena, impura,
como a qual outra alguma não vi mais...
Ah! vãs memorias! onde me levaes?
Oh debil coração! qu'inda não posso
domar bem este vão desejo vosso![2]

E esta profunda paixão nasceu, de facto, em Lisboa. Ha muitos versos do poeta que o attestam, e que poderia allegar.[3] Em logar de muitas, apresentarei uma só prova.[4]

Luis Vaz está no Ribatejo, longe da amada, ou, para fallarmos com o Poeta, desterrado, longe

[1] Verso final do Soneto: «*Cantando estava um dia bem seguro*», em que tomei a liberdade de substituir *minha* por *sua*, para o ligar com o meu texto.

[2] Canção x (ou xii), v. 221 e seg.

[3] Penso, por exemplo, nas redondilhas sobre Sião e Babel; no soneto: *Na ribeira do Euphrates assentado;* nas Elegias ii e iii, e nas Eglogas ii e iii.

[4] V. Elegia 1ª.

do bem que em outro tempo possuia [1]

Postado n'um outeiro estende os olhos, seguindo na phantasia os barcos a descer pelo rio abaixo; e, invejando o seu feliz destino, prorompe nas palavras sentidas:

Vejo o puro, suave e rico Tejo
com as concavas barcas que nadando
vão, pondo em doce efeito o seu desejo,
umas com brando vento navegando,
outras com leves remos mansamente
as crystallinas aguas apartando.
D'alli fallo co rio que não sente,
com cujo sentimento est'alma sae;
em lagrimas desfeita claramente:
«Oh fugitivas ondas, esperae!
que, pois me não levaes em companhia,
ao menos estas lagrimas levae,
até que venha aquelle alegre dia
que eu vá onde vós ides, livre e ledo!
Mas tanto tempo quem o passaria?
Não pode tanto bem chegar tão cedo,
porque primeiro a vida acabará
que tão cumprido e aspero degredo!» [2]

§ **144.**—A segunda questão a que temos de responder é: quando principiou o amor de Lisboa? Qual o anno, cuja semana santa se tornou fatal ao Poeta?

Já tive occasião de emittir as minhas ideias, contrarias á que é a vulgarmente aceite. Ninguem as combateu; e desde que as emitti, não tive motivos para as alterar. Repito portanto aqui o que já affirmei em outro logar, especializando mais e fundamentando melhor algumas das minhas asserções. [3]

---

[1] Verso 27 da Elegia 1ª, já citado no § 12.

[2] Ib., versos 58-75.

[3] Desde que me occupei da questão, no vol. IV, a p. 337-339, da minha traducção, vieram á luz fragmentos de umas «*Lembranças ineditas*» de Diogo de Paiva de Andrade (n. em 1576), as quaes Camillo Castello Branco publicou por occasião do Centenario, no opusculo intitulado «*Luiz de Camões.—Notas biographicas*». Porto, 1880.—Aquella fonte não me parece muito limpa e o valor do manuscripto diminuto. Quanto á data, o nome da amada, o logar onde teve origem o amor do Poeta, os novos assentos quasi que não vão além do que Faria e Sousa deduzira por calculo dos textos camonianos no commentario aos Sonetos (*Rimas varias*, I, p. 153 e seg.). Ambos affirmam que a afeição de Camões principiou na egreja das Chagas em sexta-feira da semana santa do anno de 1542, —a qual Faria e Sousa colloca em 7, e Paiva de Andrade em 19 ou 29 de abril—erra-

Nas canções que appellidei *trigeminas*, porque, versando todas tres sobre o mesmo assumpto, offerecem apenas variantes pouco essenciaes,[1] ha pormenores poeticos, mas ainda assim claros e intelligiveis, sobre a época em que o Camões avistou n'um templo de Lisboa a sua inspiradora.

Eis a primeira das tres, que é ao mesmo tempo a mais exacta:

> Sem conhecer Amor viver sohia,
> seu arco e seus enganos desprezando,
> quando, vivendo d'elles, me mantinha.
> Um amor enganoso que fingia,
> mil vontades alheias enganando,
> me fazia zombar de quem o tinha.
> *No Touro entrava Phebo, e Progne vinha,*
> *o corno de Acheloo Flora entornava,*
> quando o amor soltava.
> os fios d'ouro, as tranças encrespadas,
> ao doce vento esquivas,
> os olhos rutilando chamas vivas
> e as rosas entre a neve semeadas
> co riso tão galante
> que um peito desfizera de diamante.[2]

Esta maneira de datar veladamente, por meio de figuras, ensaiada por Petrarca e imitada por innumeros poetas romanicos, (dos quaes Ariosto se afasta ostensiva e intencionalmente ao datar de Florença e *dia de S. João*, da era de 1513, o seu amor por Alessandra)[3] foi empregada por Camões mais de

---

damente, como mostram as datas que apurei. Quanto aos quatro desterros do logar onde a côrte estacionava (de Coimbra para Lisboa; de Lisboa para Santarem; de Lisboa para a Africa, e finalmente de Lisboa para a India) existe tambem uma singular concordancia entre Paiva de Andrade e Faria e Sousa (*Vida*, II, § 13-16). Camillo Castello Branco repara n'estas affirmações, duvidando da sua authenticidade, mas nada diz a respeito da estranha harmonia entre os dois seiscentistas.

[1] São as tres redacções da bella Canção «*Manda-me Amor que cante docemente*», que occupam em geral o setimo logar nas edições das *Rimas*.

[2] Estrophe 2.ª da VII.ª Canção.

[3] Ariosto, Canzone, I, estrophe 5. *

---

* Ahi diz com clareza intencional:

> Nè il dì nè l'anno tacerò nè il loco
> dove io fui preso. . . . .,
> . . . . havean le ruote preste, ...
> rifatto il giorno mille
> e cinquecento e tredici fiate
> sacro al Battista in mezzo della state.

uma vez. Ha nos *Lusiadas* uma estancia, cujos dizeres se cingem muito de perto aos da canção indigitada:

> Era no tempo alegre quando entrava
> no roubador de Europa a luz phebea,
> quando um e o outro corno lhe aquentava
> e Flora derramava o de Amalthea:
> a memoria do dia renovava
> o pressuroso sol que o ceo rodea,
> em que aquelle, a quem tudo está sujeito,
> o sello pos a quanto tinha feito.[1]

É assim que o Poeta evita designar abertamente o domingo de Paschoa do anno de 1498, que recahiu sobre 15 de abril. Pela chronologia moderna, (fixada no calendario gregoriano de $^5/_{15}$ de outubro de 1582) Phebo, ou o *Sol*, entra no signo *taurus* entre 20 e 22 de abril. Pela chronologia antiga temos de menos uns dez dias, chegando assim á data de 10 a 12 de abril. O resto das metaphoras condiz perfeitamente com esta estação: a andorinha Prokne volta aos nossos climas, e a bem-amada do Zephyro, a deusa primaveral Flora, vira a sua cornucopia (o corno de Acheloo ou de Amalthea), espalhando flôres e botões de rosas sobre a terra.

Sendo certo, caso o soneto interpretado por nós falle verdade, que Luis Vaz avistou a bella lisbonense, pela primeira vez, no meio dos officios funebres da sexta-feira de endoenças, temos ainda que procurar qual seria a verdadeira entre as tres sextas-feiras santas do biennio que decorre de 1543 (termo da sua chegada a Lisboa) até 1545, anno em que as más linguas começaram a mexericar dos seus amores. Ou, visto haver camonistas que collocam a chegada a Lisboa no anno de 1542 e o seu desterro da côrte (isto é, de Lisboa) no de 1546, será bom alargarmos o campo a explorar, investigando o periodo de 1542 a 1546. O calendario universal de Kesselmeyer ajuda-nos a encontrar de um modo facil e seguro as datas desejadas.[3] Os cinco dias em que recahiram as sextas-feiras de endoenças são: para o anno de 1542 o dia 7 de abril; e para os quatro seguintes o 23 de março; o undecimo e o terceiro de abril; e o dia vinte e tres do mesmo mez. Entre elles, o que de todo em todo corresponde melhor ás indicações metaphoricas, que temos examinado, é o dia 11 de abril, *a sexta-feira santa do anno de 1544.*

[1] *Lusiadas*, II, 72.

[2] Kesselmeyer: *Stellbarer Universal-Kalender.* *

* O leitor português preferirá recorrer a Migne, «*L'art de vérifier les dates*». (Paris, 1854).

Direi, comtudo, que, pessoalmente, não ligo grande importancia á data exacta do *«coup de foudre»*. A sexta-feira santa pertence á mythologia *convencional* da poesia moderna, desde que Petrarca — a fim de fazer coïncidir poeticamente o principio das suas magoas e o dia da Paixão do Salvador — remodelou acintemente, levado pela vaidade do seu coração de artista, as datas do anno de 1327, postulando que a *sexta-feira* da Paixão recahisse, por milagre, na *segunda-feira* da semana santa! isto é, trocando o dia seis de abril (em que de facto avistara a madonna Laura) pelo decimo do mesmo mez e anno!

Bastará assentarmos como certo que os amores de Luis Vaz começaram na primavera do anno de 1544, na temporada paschoal, e que um anno mais tarde, na primavera de 1545, principiaram as tristezas, os desconsolos, os revèses e os perigos, causados pela má vontade de mexeriqueiros e intrigantes palacianos.

§ **145.**—Encaremos agora a terceira questão. Quem foi a dama que o Camões amou? É a mais complicada e a mais importante das tres.

Aproximemo-nos primeiro da fonte que corre mais pura e mais abundante em datas sobre a vida do Poeta. São as suas obras. Ha n'ellas, além de nomes femininos mythicos, biblicos, classicos e romanticos, um meio-cento de nomes de contemporaneas, designadas em parte com os seus nomes e appelidos verdadeiros, em parte com pseudonymos poeticos, mas transparentes; e além d'isso ha figuras de pura invenção.

Pertencem ao primeiro dos tres grupos: a mulata Barbara; Catherina de Athaide; D. Francisca de Aragão; fulana Gonçalves [da Fonseca?]; Gracia de Moraes;[1] Guiomar de Blasfet; Luisa de Quesada;[2] Maria de Tavora; Violante

---

[1] Aproveito a occasião para emendar um trecho da minha traducção relativo a esta «Graça». São os versos 12-14 do Soneto 257 *«contrahecho de uno de Garcilaso»*. Desejo accrescentar ao *Tejo* o epitheto *patrio* (*heimisch*), que omitti na primeira redacção. Peço portanto que se leia:

> Dem heimschen Tejo macht sie Angst und Staunen,
> er bringt von ihr als Zoll des Satans Klauen*
> der Männer mehr als Kies dem Meeresstrand.

[2] Até hoje conhecia-se apenas o nome de baptismo d'esta senhora: *Luisa*. Fui eu que descobri o apellido, acrosticamente introduzido nas primeiras lettras dos quatorze versos do Soneto: *La letra que es el nombre en que me fundo*. Unicamente no verso 7 é preciso lêr

* Isto e: den Klauen des Satans

de Andrade, Condessa de Linhares;** fulana dos Anjos: e fulana Paz. Pertencem ao segundo grupo nomes em anagramma, como: Aonia por Joana; Belisa por Isabel; Daliana por Deliana, isto é, Daniela; Natercia por Caterina; Nise por Inês.

Entram na terceira cathegoria: Alcida, Amanta, Amaryllis, Beatriz, Elisa, Ephyre, Feliciana, Feliza, Galatea, Helena, Ines, Joanna, Lemnoria, Leonor, Lurina, Marfisa, Maria, Melantho, Nyse, Panopea, Silvana, Syrene, etc.***

Perante tal abundancia, ou uma chorea tão bem povoada, não é possivel designar *a priori*, com certeza e sem recorrer a outro expediente, a dama que foi amada de preferencia pelo Poeta. Forçoso é consultarmos os seus biographos.

§ **146.**—Pedro de Mariz allude apenas muito vagamente a «hũs amores no paço da rainha»,[1] por causa dos quaes, homiziado ou desterrado, o Poeta embarcara para a India.

Severim de Faria, baseando-se nos dizeres laconicos de Mariz, affirma o mesmo, sem dar um só passo mais, e explica: «parece que esta [arte da poesia] o trouxe outra vez a Lisboa,[2] onde continuou algum tempo, até que huns amores que, segundo dizem, tomou no paço o fizeram desterrar da Côrte».[3]

---

e em logar de *y*, (imprimindo *e hi luego*). Antes de reconhecer que o soneto era um acrostico, propus para o quarto verso a lição: *que es la* por *s'es la*, modificação que hoje julgo inadmissivel. Se tivesse que traduzir agora, imitaria o joguete banal do texto, que é castelhano; mas emquanto não souber que a poesia, mal abonada, é effectivamente de Camões, não remodelarei a fórma que lhe dei.*

[1] Mariz, p. 10: «E como o nosso Poeta ficou sem pay e tão pobre que se salvou em huma taboa em tempo que esperava ficar rico: vendo-se n'este desemparo (*ou como alguns dizem homiziado ou desterrado por huns amores no paço da Rainha*) se embarcou para a India».

[2] De Coimbra para Lisboa, de onde Severim o faz oriundo, como já se disse (no § 12 d'esta *Vida*).

[3] Severim fl. 2b.****

* Não ha realmente razão alguma para aceitarmos como de Camões este Soneto, e quasi toda a *massa perditionis* de sonetos *anonymos*, estropiados e banaes, colhidos por Juromenha e Braga no Cancioneiro Luis Franco, e publicados como ineditos preciosos.

** Substitui aqui e em mais algumas passagens «Noronha» por «Linhares», porque com relação ao antigo Portugal não é licito empregar o appellido como titulo de nobreza.

*** Muitos d'estes nomes apparecem uma só vez, e em poesias apocryphas. É preciso eliminar p. ex., da lista dada por Storck, a Lurina ou Corina, Amarilis, Florinda, Angelica e Feliciana.

**** Em seguida, depois de fallar da campanha africana, Severim torna a tratar do mesmo assumpto, dizendo: «Tornando ao Reino, *ou por causa dos amores da Côrte*, ou por vêr que as flôres de sua poesia lhe não davam fruito, como costumam... determinou de se passar á India».

Estes «*diz-ques*» vagos da tradição não mereceriam reparo, se não fosse uma circumstancia, que os torna aceitaveis. Varias particularidades da vida de Camões — attestadas pelas suas poesias — não se explicam senão á luz d'aquella tradição, que mostra o Poeta banido de Lisboa, por causa de uns amores «no paço da Rainha».[1]

Faria e Sousa confessa sem rodeios, na primeira das duas *Vidas* por elle escriptas que «*não sabemos quem fosse a dama amada*».[2] Passa a ponderar, se o seu nome seria *Violante*, deixando cahir esta hypothese unicamente porque entre os annos de 1541 a 1553 enxameavam na côrte uma duzia de bellas Violantes.* E continúa: «Todavia o licenciado João Pinto Ribeiro entende que ella se chamava dona Caterina de Almada, sua prima, e que a celebrava com o nome de Natercia, cifra do nome *Caterina*».[3]

E nada mais!

§ **147.**—Na segunda *Vida*, escripta entre 1639 e 1645, quando a vaidade e a fecunda inventiva de Faria e Sousa começavam a manifestar-se, é que surgem novidades ácerca da amada de Camões.

Repisando affirmações de Severim de Faria, o biographo conta o seguinte, em estylo tosco e desageitado:

«Namorado já e luzido estudante e galan, e já conhecido por obras do seu engenho [em Coimbra], [Camões] veio a Lisboa, levando tras si a melhoria da côrte e principalmente a formosura, porque foi muito estimado das damas: e finalmente teve de enamorar-se de uma de palacio, cujo nome era Dona Catherina de Ataide como se póde ver dos meus commentarios sobre o Soneto LXX da primeira Centuria, e do LXXVII que descreve o principio d'estes amores.[4] Eu digo com respeito a estes dois poemas e outros, o que pude alcançar, e apesar de alguns inconvenientes, fico a *crêr* que esta senhora vivia em Coimbra quando Camões alli estudava e que era a sua amada, e veio de-

---

[1] V. Braga, Biographia da edição do Tricentenario, p. XX.

[2] *Vida* I, p. 27 f. «*Quien aya sido esta dama, no consta*».

[3] Sobre João Pinto Ribeiro († em 1649) e a sua devoção á gloria de Camões, veja-se o que escreveu Juromenha no vol. I, p. 344-345. — Nada consta sobre os dados em que se estriba a opinião do celebre jurisconsulto a respeito de D. Catherina.

[4] São os Sonetos: *Na metade do ceo subido ardia* e *O culto divinal se celebrava*. Faria e Sousa desconheceu outro que celebra tambem a sexta-feira santa fatal: *Todas as almas tristes se mostravam*. (V. § 141).**

---

* Ha aqui um malentendido que será desfeito na *Segunda Parte*.

** Este ultimo soneto conserva-se unicamente no Cancioneiro Luis Franco, a fl. 41. É portanto provavel que o Cancioneiro não chegasse ás mãos do zeloso investigador.

pois a ser dama do paço; e então proseguiram os amores. Mas não cheguei a colher cousa segura para affirmá-lo, mesmo ao cabo de grande exame feito d'estas poesias,[1] no qual encontrei muitas contrariedades que não deixam ajustar este ponto. O que se tem por infallivel é que de se terem aceso muito estes amores no paço com aquella senhora, resultou (parece que a instancias dos parentes d'ella) o seu desterro».[2]

Como se vê, o commentador tem por *infallivel* apenas aquillo que Mariz e Severim sabiam, os amores do paço; e entre as novidades sómente o nome «d'aquella senhora»: *D. Catharina de Ataíde*».

Vejamos o que Faria e Sousa allega para documentar esta novidade, nas glosas a que remette o leitor, e como authentica o seu achado.

O Soneto LXX introduz duas figuras: o pastor Liso e a ninfa Natercia. O commentador explica primeiro que *Liso* é anagramma de *Lois* ou *Luis*; e *Natercia* anagramma de *Caterina*, e em seguida—o leitor não pasme!—continúa, sem mais nem menos, com um secco: «*Finalmente!* ella era D. Catherina de Ataide dama da Rainha D. Catharina, mulher del Rey D. João III».[3] Depois passa a copiar de um nobiliario a genealogia d'aquella dama que morreu moça no paço; e calcula que a sua morte se daria pelos annos de 1545, contando ella talvez vinte, e sendo portanto da mesma edade que o Poeta. E para apoiar o calculo, chama á liça a Egloga XV, escripta a este fallecimento, assentando que deve ser dos annos juvenis de Camões, por se parecer muito no estylo ás Eglogas IV e V, que são positivamente d'aquelle periodo!

O Soneto LXXVII e as glosas do commentador sobre a data da sexta-feira da Paixão e sobre o templo, em que o Poeta avistou a D. Catherina, já são conhecidas do leitor. Escuso de repetir o que já alleguei.[4]

A novidade, tão summariamente assente por Faria e Sousa, em 1645, mas que veiu a publico sómente em 1685, passou e passa desde então por verdade infallivel. É nosso dever examinar as suas origens.

§ 148.—João Pinto Ribeiro deu á dama do Poeta o nome *Catherina*. De onde saberia o grande patriota esta particularidade? Por entre as Rimas de

[1] Fica indeciso, se Faria e Sousa pensa em toda a lyrica camoniana, ou apenas nos dois sonetos alludidos, ou ainda, termo-medio, no volume dos Sonetos.*

[2] *Vida* II, §§ 13 e 14.

[3] *Rimas varias*. I, p. 139ᵃ.

[4] Cfr. § 143.

* A primeira hypothese é a mais provavel, visto que a *Vida* foi escripta, depois de concluidos os commentarios nos borradores.

Camões, divulgadas pela imprensa até á data em que Faria e Sousa escreveu, (ou por outra, até á morte de Ribeiro) o nome *Catherina* não occorria nos versos camonianos senão uma unica vez, e esta unica vez na fórma anagrammatica de *Natercia*, ligado ao nome Luis ou *Liso*. Os dois nomes juntos designavam um par de amantes, caso este que devia ter dado que pensar a qualquer leitor discreto.

Eis o soneto, impresso pela primeira vez em 1598, na segunda edição das *Rimas*, que, em geral, merece credito e fé:

> Na metade do céo subido ardia
> o claro, almo pastor quando deixavam
> o verde pasto as cabras e buscavam
> a frescura suave da agua fria.
> Com a folha das arvores, sombria,
> do raio ardente as aves se amparavam;
> o modulo cantar de que cessavam
> só nas roucas cigarras se sentia,
> quando Liso pastor num campo verde
> Natercia, crua nympha, só buscava
> com mil suspiros tristes que derrama.
> «Porque te vás de quem por ti se perde
> para quem pouco te ama?» suspirava.
> E o ecco lhe responde: «Pouco te ama!»

Os mais pares de namorados, que as poesias até então conhecidas de Camões apresentavam ao publico eram: Laurenio e Daliana; Gil e Daliana; Montano e Nise; Almeno e Belisa; Frondoso e Belisa; Duriano e Silvana; Agrario e Dinamene; Alicuto e Lemnoria.

Repito que Liso e Natercia não appareciam em mais parte alguma.

É possivel que João Pinto Ribeiro, filho de Lisboa, fosse procurando e perguntando na capital, ou farejando entre papeis velhos, a fim de descobrir uma Catherina que, florecendo na côrte de 1540 para 1555, podesse ter sido a tradicional *dama do paço*, apontada pelos biographos. Encontraria então o nome *Catherina de Almada*, assentando logo, um pouco precipitadamente, que Luis de Camões amára a proprietaria d'aquelle nome, ou por outra, que *Liso* fôra effectivamente amante de *Natercia*.*

* Não é impossivel que tudo corresse como o meu sagaz amigo indica. Mas ainda assim conservo fortes duvidas. Entre as muitas damas do paço, cujo nome nos foi conservado, *não ha nenhuma Catherina de Almada;* e só uma C. de Tovar, e outras do appellido Veiga, de Vilhena, Tavora, Ataide, Eça, Noronha e Menezes.—E em que indicios positivos se estribaria a opinião dos informadores que trataram a supposta C. de Almada de prima de Camões? Se J. P. Ribeiro disse realmente o que Faria e Sousa lhe attribue, essa opinião deve ter assentado em base solida. Mas talvez só indicasse aos curiosos o Soneto de Liso e Natercia, explicando os anagrammas.—V. *Segunda Parte*.

§ **149.**—Esta descoberta de Ribeiro não deixou sossegar o investigador Faria e Sousa. Inquieto e desejoso de ultrapassar a gloria do grande patriota, procurou e descobriu (e se não descobria, forjou) mais poesias, em que *Liso*, ou *Liso e Natercia*, nos apparecessem, introduzindo-as depois nos volumes das *Rimas varias*, que ia colligindo e commentando, a fim de dar á luz as obras completas do seu Poeta.

A morte surprehendeu-o antes de ter executado esta ultima e importantissima metade de seu plano (1649), que seu filho realizou em 1685, em parte.[1] Já anteriormente (1668) D. Antonio Alvares da Cunha vira e explorara, porém, por sua conta, os manuscriptos de Faria e Sousa,[2] aproveitando, não todos os ineditos, mas tudo quanto ahi, a seu juizo, era legitimo, ou tinha fóros de poder passar por camoniano.[3]

Foi assim que este editor teve ensejo de produzir ja em 1668: 1.º) mais outro soneto em que figura *Liso* (ou antes, em logar de *Liso* — *Soliso*);[4] 2.º) um em que entra *Natercia;*[5] e 3.º) e dois em que ambos os amantes se apresentam.[6] Um

[1] Pedro de Faria e Sousa, filho de Manoel, publicou em cinco tomos, de 1685 a 1687, as *Rimas varias* (com excepção das Eglogas IX a XV, de todas as Redondilhas, Cartas em prosa, e dos Autos). É digno de nota que o filho recortasse dos papeis posthumos do pae as Eglogas (ineditas) IX a XV, restringindo-se ás oito primeiras, que já tinham sido impressas em 1595. A unica explicação plausivel d'este procedimento é tê-las julgado apocryphas, e Alvares da Cunha que não as aproveitou, pensaria do mesmo modo.

[2] Já ha annos que provei este facto.—V. *Sammtl. Gedichte*, IV, p. 438, nota.

[3] D. Antonio Alvares da Cunha era trinchante de El-Rei D. João IV (1640-1656) e guarda-mor da Torre do Tombo, cargo que bem o habilitava, mas que não parece tê-lo instigado a procurar documentos relativos a Camões (Cfr. Loiseau, p. 284-285).

[4] *Divina companhia, que nos prados.* *

[5] *Rebuelvo en la incesable fantasia.* **

[6] a) *Na margem de um ribeiro que fendia.* ***—b) *A la margen del Tajo en claro dia.* Cunha, p. 38ª; Faria e Sousa, 61ª. ****

* É o 37.º soneto entre os 13 ultimos publicados por Alvares da Cunha, e o 70.º da IIª Centuria de Faria e Sousa. Segundo este interprete, é «imitação de um auctor celebre, de cujo nome de modo algum, por mais que lidasse, se podia lembrar!»

** Nas collecções de Cunha e Faria e Sousa estes versos vem muito pouco depois, a tres passos de distancia, do soneto sobre *Soliso*, que citamos na nota antecedente (Cunha, p. 40ª, Faria e Sousa, 63ᵇ).

*** Cunha, 30ᵇ, Faria e Sousa, 47ª. Este soneto é legitima propriedade de Diogo Bernardes, em cujas «Flores» (XLVI) os amantes se chamam *Delio* e *Marfida*; mas o polygrapho substituiu-os fraudulenta e maliciosamente por *Liso* e *Natercia!*

**** Um manuscripto, talvez o unico que Faria e Sousa viu e consultou, attribuia estes versos hespanhoes a Diego de Mendoza! Sendo assim, seria provavel que a Natercia fosse originariamente uma *Marfida* e Soliso um *Damon*, nomes poeticos usados pelo illustre castelhano para se designar a si mesmo e a sua amada.

unico dos textos de Sousa em que o nome Liso occorre,[1] foi desprezado por Alvares da Cunha.

Entendo que ambos os sonetos em que temos o nome *Soliso*, são puro contrabando: que o incorrigivel fabulista Faria e Sousa phantasiou esta fórma, com o intuito de substituir outros nomes trisyllabicos, dos originaes pseudo-camonianos por elle saqueados, e que escolheu a fórma *Soliso*,[2] que soa quasi como Liso, guiado por antigos e legitimos sonetos do Poeta, já recolhidos por Soropita em 1595, em que o pastor *Liso*, sem Natercia, apparece acompanhado do adjectivo *só: (Só Liso)*, leitura que, de resto, Faria e Sousa deixou subsistir inalterada no alludido texto.[3]

Não é facto sem importancia que a edição das *Rimas* de Camões, feita á custa de Antonio Craesbeeck de Mello, na qual os ineditos de Alvares da Cunha formam uma terceira parte,[4] passe em claro, na *Vida* que precede o tomo dos *Lusiadas*, a illusoria descoberta de João Pinto Ribeiro, e tambem o feliz achado de Faria e Sousa, apesar de Alvares da Cunha ter conhecido forçosamente ambas as opiniões, expressas nos manuscriptos de Faria e Sousa, por elle explorados. Na *Vida* repete-se simplesmente, com pequena, mas muito infeliz alteração, a phrase de Mariz e Severim: «[Camões] serviu depois na côrte, de onde foi relegado por causa de uns certos amores, para a Africa».[5]

Faria e Sousa devia reconhecer bem depressa, durante as suas diligentes investigações, que a Catherina de Almada, de João Pinto Ribeiro, pertencia ao dominio dos entes mythologicos. Não é para estranhar que com o seu bom e muito adestrado talento de investigador, robustecido por vastas leituras, procurasse e descobrisse, por entre as poesias ineditas dos contemporaneos de Camões, e em documentos, outra *Catherina*, dama do paço, que offe-

---

[1] *Se da celebre Laura a formosura.* *

[2] V. C. M. de Vasconcellos em *Zeitschrift*, VII, p. 501, e VIII, p. 10.

[3] *Todo animal da calma repousava, | Só Liso o ardor d'ella não sentia.*— O Album de Luis Franco traz **Hilario** em vez de *Só-Liso*. Esta variante auctorizaria a lêr **Soliso**, em logar de *só Liso*. Um nome seria substituido por outro. Faria e Sousa (*Rimas*, I, p. 40[b]) declara que ambas as fórmas são apenas *uma só*, e designam *Luis*. Como assim? Porque, a não ser isto, não valia a pena substituir *Felicio* por **Soliso**, n'uma Egloga de que nos occuparemos no § 150? Faria e Sousa contava, realmente, com leitores muito credulos e muito levianos!

[4] Esta edição compõe-se de quatro partes: 1.ª *Rimas:* Parte Primeira (1666); 2.ª *Rimas:* Parte Segunda (1669); 3.ª *Rimas:* Parte Terceira (1668); 4.ª *Lusiadas* (1669).

[5] *Lusiadas*, ed. 1669, a fl. 3ª.

* Devo dizer que este Soneto é de teor anticamoniano e me parece fabrico genuino da officina de Faria e Sousa — Alvares da Cunha mostrou certo criterio em desprezá-lo.

recesse mais garantias de ser a verdadeira. A principio procuraria effectivamente uma Violante; mas, dando com uma duzia de damas d'este mesmo nome, desistiu de escolher a que podesse ser a verdadeira. Depois, seguindo os passos de Ribeiro, foi em procura de uma Catherina — seguro, de antemão, de descobrir uma *Catherina de Ataide*.

De antemão? Porquê? Quando iniciou a busca nos documentos, desejando documentar o seu achado com dados exactos, Faria e Sousa já estava persuadido da sua existencia, embora preferisse guardar silencio sobre a fonte em que haurira seu saber.

§ 150. — Faria e Sousa referiu a Catherina aquelle soneto de *Liso* e *Natercia*,[1] que originara da parte de João Pinto Ribeiro a descoberta dos nomes de um par de amantes chamados *Luis* e *Catherina*.

Em seguida, á procura de outros achados semelhantes, interpretou mais duas poesias no mesmo sentido:[2] o Soneto em que *só Liso* nos apparece; e o da sexta-feira santa, tão fatal ao Poeta, muito embora o ultimo não mencionasse *Liso* nem *Natercia*.

Depois d'estes primeiros passos dados, avançou no terreno conquistado com mais arrojo, escolhendo, corrigindo e inventando poesias que estivessem em harmonia com os seus desejos e que provassem a veracidade de seus sonhos. Encontrando textos apropriados, pelo seu conteudo, mas em que *Liso* não podia bem figurar, por causa das parcas duas syllabas de que se compunha, — lá surgia como elemento salvador, a encher vacuos de tres syllabas a engenhosa fórma *Soliso*.

Foi assim que arrancou ao florilegio de Diogo Bernardes um soneto sobre os amores de *Delio* e *Marilia*, desfazendo a marca no fino bordado do cantor do Lima e impondo por cima do signal accusador os nomes *Liso* e *Natercia*.[3]

Foi assim que subtrahiu a D. Diego de Mendoza um soneto hespanhol, mudando a *Marfida* do supposto original em *Natercia*, e *Damon* em *Soliso*.[4]

---

[1] *Na metade do ceo subido ardia.* — Cfr. § 148.

[2] a) *Todo animal da calma repousara.* * — b) *O culto divinal se celebrava.*

[3] *Na margem de um ribeiro que fendia.* — Cfr. § 149, nota 6ª.

[4] *A la margen del Tajo en claro dia.* — Cfr. § 149, nota 6ᵇ.

* Resta ainda saber, se a traducção castelhana d'este Soneto, contida n'uma *Silva poetica* do seculo XVII, descripta por Gallardo (N.º 1052, vol. I, p. 1060), reproduz o nome *Soliso*, ou o de *Hilario*.

Foi assim que supprimiu ainda em um texto camoniano o nome de *Meris*, substituindo-o por *Liso*.[1]

Foi assim que remodelaria outros dois, em que um pastor qualquer teve que ceder o passo a *Soliso*.[2]

Foi assim que tomou posse da Egloga funebre á morte de D. Catherina de Ataide, a qual, segundo todas as probabilidades, é obra do poeta, chronista e Superintendente da Torre do Tombo Francisco de Andrade.[3]

Quem me levou a formular esta hypothese foi minha amiga, a senhora D. Carolina M. de Vasconcellos, que a lançou, mas para a regeitar de novo por excessivamente arrojada.[4] Foi ella quem introduziu no campo da discussão camoniana a controversia sobre uma poesia de Francisco de Andrade intitulada: «*Elegia á morte de D. Catherina de Ataide*», em que são interlocutores «Felicio e Sylvano», dando-a comtudo por perdida ou extraviada, e inferindo—não sei bem como—que Andrade compôs, além da Elegia, uma Egloga com os mesmos interlocutores, tambem perdida, a qual fôra roubada por Faria e Sousa, e attribuida ao seu «*duca e maestro!*».

Pareceme improvavel que Andrade, muito embora amasse profundamente a D. Catherina, dedicasse ao mesmo assumpto, já em si pouco fecundo, duas poesias assaz extensas; tanto menos porque escreveu ainda, como logo mostrarei, duas sextinas sobre aquelle triste acontecimento.

---

[1] *Cantando estava um dia bem seguro.* *

[2] *No regaço da mãe Amor estava* e *Divina companhia que nos prados.* —V. § 149, nota 4.

[3] É a Egloga xv.—Nos Manuscriptos de Faria e Sousa occupava o 11.º logar. O commentador cita-a nas *Rimas varias* (vol. I, p. 40[b]), aproveitando para expandir as suas opiniões sobre *Só-liso*, a primeira occasião que se lhe offerece.

É provavel que, n'aquelle tempo Faria e Sousa tencionasse compôr o Livro das Eglogas só de onze peças, sendo as oito primeiras as mesmas que estão em todas as edições antigas. (De passagem direi novamente que considero desde 1869 como apocrypha a 8.ª, piscatoria, conforme expendi no vol. IV da minha traducção, a p. 381 e seg.). Além d'isso daria como n.º 9 uma das cinco de Diogo Bernardes (9-13); depois o Idyllio de Bernardo Rodrigues como n.º 10; e a Elegia de Francisco de Andrade como n.º 11. Pouco depois mudara, comtudo, de plano, resolvendo admittir mais quatro das Eglogas de Diogo Bernardes. E digo isto porque a p. 40[a] das *Rimas varias* a Egloga sobre a morte de D. Catherina de Athaide é denominada *undecima*, emquanto logo adeante (a p. 42, onde ha referencias a uma Egloga *duodecima*) figura como *decima quinta*.

[4] *Zeitschrift*, VII, p. 501.

* Na primeira impressão de 1616, o joven pastor, de que o Soneto trata, chamava-se *Meris;* mas na reimpressão de Faria e Sousa é que se lê *Liso,* porque «*assi estava no manuscripto d'elle*»

Estou por isso disposto a dar mais um passo que D. Carolina, affirmando que a supposta *Egloga*, aceite por camoniana, não é outra cousa senão a alludida *Elegia* de Andrade.

A mudança no titulo, isto é, a eliminação do termo *Elegia* e a introducção do vocabulo *Egloga*, não tem importancia alguma: temos por exemplo tres elegias de Camões que podiam tomar assento, perfeitamente, entre as suas eglogas.[1] As outras mudanças[2] são da perfida lavra de Faria e Sousa, que transformou o onomastico, pondo em logar de *Felicio* e *Terciana* os nomes camonianos *Soliso* e *Natercia*, e remodelou os versos do auctor por meio de omissões e modificações, para dar um cunho um pouco diverso á materia.[3]

Accresce ainda que eu já anteriormente[4] tinha demonstrado e criticado egual procedimento do commentador para com outra obra inedita do mesmo poeta.

Em face d'estes factos inclino-me até a dar por obras de Andrade, tiradas subrepticiamente ao seu espolio de manuscriptos, as tres *Sextinas*,[5] por Faria e Sousa inseridas nas Lyricas de Camões, e que, segundo elle, foram conservadas em um manuscripto *sem nome de auctor*. E faço isto porque parecem meras reminiscencias da egloga elegiaca sobre a morte de D. Catherina.

---

[1] São as Elegias: VI *Narciso;* VII *O Vergel de Amor;* XXIII *Galatea abandonada.*—V. Storck, III, p. 259. *

[2] Storck, IV, p. 438. **

[3] Podemos asseverar que Faria e Sousa foi o primeiro a vindicar a Egloga elegiaca para o seu mestre. Juromenha e Braga não declaram positivamente que Luis Franco nomeia o auctor. C. M. de Vasconcellos affirmou-o um dia *(Zeitschrift*, VII, p. 154) para o pôr em duvida pouco depois (ib., p. 501).***

[4] V. Storck, III, p. 285-287.

[5] São as sextinas 2, 3 e 4 das edições portuguêsas. Na traducção allemã tem os numeros 4, 5 e 6. Recolhidas por Faria e Sousa, passaram dos seus manuscriptos para a edição de Alvares da Cunha.—V. *Zeitschrift*, VII, p. 146 e Storck, III, p. 327.

* Mas nenhuma d'ellas é dialogada, o que faz, a meu vêr, grande differença. Penso que não existem Eglogas meramente narrativas.

** As differenças entre o texto de Faria e Sousa e a versão conservada no manuscripto L. Franco são bem grandes, e revelam, de facto, a mão e as pinceladas de Faria e Sousa. Juromenha (III, p. 441-452) e Braga (IV, p. 200-206) communicam as variantes, e Storck traduziu-as (vol. IV, p. 440-442). É importante a fórma *Terciana* em logar de *Natercia* no verso 217.

*** Enganei-me a primeira vez, interpretando mal os dizeres de Braga e Juromenha. Verifiquei posteriormente que no ms. Luis Franco o nome Camões *não* acompanha a Egloga.

Na edição das *Rimas* camonianas, colligidas por Alvares da Cunha, faz-se menção d'aquelle Epicedio,[1] mas apesar de citado, não é ahi admittido entre as poesias de Camões. Qual a razão? Talvez Alvares da Cunha reconhecesse que o original era de Francisco de Andrade, e se pejasse de reproduzir a contrafacção souseana. Deixou-a de parte,[2] guardando silencio. Eis porque a dita obra não veiu á luz publica senão em 1779, graças á curiosidade pouco critica do Padre Thomas José d'Aquino,[3] com a rubrica «Egloga XV».

§ 151.—As poesias acima referidas, ainda não satisfizeram o commentador. A sua ambição culminava no desejo de tornar inatacavel a descoberta. Não descansou até ter lançado no papel um acrostico, composto das vinte lettras que juntas dão os nomes *Luis* e *Caterina de Ataide*.[4] Tem fórma de mote com duas voltas em versos menores, e anda hoje nas Obras de Camões, desde que em, 1863, Juromenha o tirou dos manuscriptos ineditos, destinados para o volume VII das *Rimas varias*.[5] Se ninguem o admittiu mais cedo, seria por todos o julgarem apocrypho,[6] veredictum que certamente deverá ter os seus fundamentos.

E com efeito, ha bastantes motivos para se duvidar da authenticidade.

Primeiro: É muito estranhavel que Faria e Sousa não alludisse a este acrostico no commentario aos sonetos:[7] nem mesmo n'aquelles logares onde se lhe offerecia ensejo para ostentar a linda descoberta, calculada para *documentar* os amores de Liso e Natercia, ou *Luis e Caterina*.[8] D'este silencio

---

[1] Terceira parte, a p. 68, onde diz: «*Á morte de Natercia como a Egloga* XV *e nella se vem muitos pensamentos ajustados a este poema!*»

[2] O proprio filho do auctor não imprimiu senão oito Eglogas, como já se disse.—V. § 149, nota 1.

[3] Na edição das Obras de Camões, que o Padre Thomas José d'Aquino mandou imprimir em Lisboa no anno de 1779.

[4] É a Redondilha *Lume d'esta vida*.*

[5] Juromenha, IV, p. 171 e 478.

[6] Fallo das longas glosas aos sonetos 70 e 77, a p. 137ª e 152ᵇ, relativas a Catherina de Athaide.

[7] Já muito antes o poeta tinha ideado uma entrevista entre os dois amantes, escolhendo para data uma sexta-feira santa e para logar uma egreja. Prova-o o *Sonetillo*, impresso a p. 152ª do *Commentario ás Rimas*.

[8] Talvez houvesse quatro. Alexandre Lobo (p. 177) menciona uma Catharina de

---

* Segundo o franco dizer de Juromenha, ella se resente, e muito, «da natureza das poesias restrictas a estas formas mesquinhas»

infiro que só muito tarde, depois de concluido o commentario dos sonetos, e em especial a discussão sobre a sexta-feira santa,[1] lhe veiu a ideia luminosa de forjar o acrostico.

Segundo: Não é provavel que o Poeta desvendasse, em uma versalhada tão insignificante, o mysterio que encobria os seus castos amores. Quem tinha tantos motivos imperiosos para dissimular, não dando a conhecer dama tão altamente collocada, cujo nome só em anagrammas e como que occultamente e a medo revela nas suas obras authenticas, não escreveu, de certo, o acrostico contraproducente que proclama, alto e bom som, o nome completo da amada, juntamente com o d'elle—Luis! Não! o expediente figura-se-me parvo, vulgar e grosseiro, uma brincadeira indigna de um coração nobre e sublime como o de Camões.

Mas como quer que fosse: *Catherina de Ataide* é, ainda assim, o verdadeiro nome da dama do Poeta. Esta particularidade parece-me superior a todas as duvidas. Envolve, comtudo, ainda outras questões de difficil averiguação. Trata-se de indagar quem foi, e a que familia pertencia D. Catherina, visto que no tempo de Camões havia na côrte real mais duas damas do mesmo nome e apellido—singular acaso este que Faria e Sousa parece ter ignorado ou escondido de proposito. É preciso destrinçarmos as tres, de que a historia reza, antes de seguirmos as pisadas do commentador, retrocedendo, com tenção de chegarmos ao ponto de partida da sua descoberta e de conhecermos a verdadeira Catherina de Ataide.

§ **152.**—Uma D. Catherina de Ataide[2] (que designaremos com o nu-

---

Attaide, filha de D. Antonio de Attaide, que foi primeiro Conde da Castanheira (desde 10 de maio de 32) e morreu em outubro de 1563. Faria e Sousa chama-o *privado* d'El-Rei D. João III. (*Europa*, II, p. 622). É tudo quanto sei dizer ácerca d'ella.*

[1] Faria e Sousa dá noticias genealogicas ácerca d'ella.

[2] O nome Ataide apparece ora com um *t*, ora com dois, ora com *th*, ora com *y*, ora sem o *A* inicial. [O Cancioneiro Luis Franco põe: *Caterina de Tayde*].

* Esta quarta D. Catherina talvez nunca existisse. Entre as familias dos Ataides, que floresceram durante o reinado de D. João III (—Atouguias, Castanheiras e Castrodaires—) nenhuma teve tanta voga e importancia como a do primeiro Conde da Castanheira, o omnipotente valido do monarcha, de quem tanto bem e tanto mal se tem dito! Eis porque os biographos de Camões se obstinaram em fazer da dama do poeta uma filha do favorito, cujo rancor fatal a Bernardim Ribeiro e a Sá de Miranda, e talvez ainda a Damião de Goes e Francisco de Moraes, teria provocado tambem o desterro de Camões. Das genealogias impressas e manuscriptas consta que o Conde deixou tres filhos e seis filhas; mas entre ellas nenhuma teve o nome *Catherina,* se Caetano de Sousa, o auctor da *Hist. Gen.,* (x, p. 561-553, II, p. 531; XII, p. 55 e 71), é informador exacto.

mero I) era filha de um camareiro-mór da Rainha D. Catherina, chamado D. Alvaro de Sousa, senhor de Eixo e Requeixo, nas vizinhanças da palustre Aveiro, e de sua mulher D. Filippa de Ataide.* Serviu de dama á Rainha, durante a estada de Camões em Lisboa, e casou perto de 1550 com o poderoso e rico fidalgo Ruy Pereira Borges de Miranda, senhor de Carvalhaes, Ilhavo e Verdemilho, tambem no termo de Aveiro, onde morreu em verdes annos, a 28 de setembro de 1551.[1] Jaz na capella-mór do extincto convento de S. Domingos d'aquella cidade.

Ainda durante a vida d'esta senhora corriam rumores sobre a inclinação amorosa que o Poeta lhe teria dedicado. Consta isso de uma memoria contemporanea, datada de 1573, de um frade d'aquelle convento, seu confessor, Padre João do Rosario.—Ahi se lê: «*E todalas vezes que no Poeta desterrado por sa razão lhe fallava, sempre em reposta havia que assim não era, e que fòra aquela alma grande que para emprezas grandes e a regiões tão apartadas o levara*».[2]

O frade, nimiamente curioso, parece ter lançado ao papel as suas lembranças, de memoria, só vinte e dois annos depois do fallecimento de D. Catherina (em 1573), induzido talvez pela recente apparição (1572) dos *Lusiadas*. As «grandes empresas», a que o seu espirito impellira o Camões, não podem ser outra cousa senão a composição da epopeia nacional! Esta expressão é portanto, seguramente, um pormenor postiço de Frei João, e não pertence á resposta authentica de D. Catherina. As «regiões apartadas» poderiam por acaso ter sido palavras textuaes da discreta senhora, e n'este caso referir-se-hiam á

---

[1] Esta data fidedigna, que consta do epitaphio, acha-se em Juromenha, Castello Branco, e, com rectificações, nos *Lusiadas* de Gomes de Amorim, II, p. 359-362. Braga colloca por engano a morte em 28 de fevereiro.

[2] V. Juromenha (I, p. 33-34 e 493) que aproveita uma carta de Aveiro, dirigida em 2 de agosto de 1852 a Herculano; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 144; e C. C. Branco, p. 13 e seg.

---

* É difficil provar que D. Alvaro de Sousa *não* foi mordomo-mór da Rainha. Comtudo direi que os mordomos da Rainha, que conheço, pela *Historia Genealogica da Casa Real* (Provas, vol. VI), foram: para o anno de 1542 D. Fernando de Faro; para o de 1564, D. Francisco de Noronha, Conde de Linhares, e para 1578, D. Sancho de Noronha.— Camillo dá a D. Alvaro o cargo de *vêdor da casa da Rainha*, o que concorda com as noticias de Caetano de Sousa, *Hist. Gen.*, XII, p. 568.—D. Catherina I, que herdára o seu nome da avó materna, figura de facto no anno de 1542 entre as donzellas portuguêsas da Rainha. A mãe D. Filippa, ainda apparece em 1578, como camareira-mór. A *Historia Genealogica* affirma que morreu sem successão.

Africa, apesar de as partes septentrionaes, convizinhas de Portugal, pertencerem, por assim dizer, ao reino, formando os Algarves de além-mar.[1]

Em todo o caso devemos ao impertinente indagador a noticia bem valiosa que o Poeta estacionava ainda, no tempo das perguntas, ou digamos entre 1550 a 1551, na Africa, como soldado e desterrado.

Certo é que D. Catherina I, durante as conversas com o conselheiro espiritual e amigo, não contou senão o que era conveniente e util dizer. Se quisesse fallar, poderia talvez ter narrado, com exacção e minudencia, muitos successos da vida de Camões em Lisboa, relativos por exemplo á partida para Ceuta. Teremos que voltar ao assumpto.

Camillo Castello Branco julga dedicado ao casamento d'esta Catherina I um soneto, em que o Poeta accusa com amargura uma dama por ter outorgado a um pretendente indigno o que lhe negara a elle, annos antes, isto é, a sua mão. Eis o soneto, em que o critico descobre sentimentos de «nobre vingança» e de «compaixão», e mesmo de «generoso perdão»:

> Já não sinto, senhora, os desenganos
> com que minha affeição sempre tratastes,
> nem vêr o galardão que me negastes,
> merecido por fé ha tantos annos.
>
> A magoa choro só, só choro os danos
> de vêr por quem, senhora, me trocastes!
> Mas em tal caso vós só me vingastes
> de vossa ingratidão, vossos enganos.
>
> Dobrada gloria dá qualquer vingança
> que o offendido toma do culpado,
> quando se satisfaz com justa causa;
>
> mas eu de vossos males a esquivança,
> de que agora me vejo bem vingado,
> não a quisera tanto á vossa custa.[2]

Não o posso negar: a interpretação é persuasiva. Parece-me bem possi-

---

[1] V. Barros, II, 3, 3 e *Lusiadas*, IV, 100.

[2] Este soneto appareceu pela primeira vez na «*Terceira Parte*» de D. Antonio Alvares da Cunha. Faria e Sousa não o conheceu.—Emendo agora os versos 3 e 4 da minha traducção, e peço para que os meus leitores introduzam nos seus exemplares o texto reformado:

> Und dass den Lohn ich, den Ihr mir verwehrtet
> vor manchem Jahr, jetzt so vergeben sehe.

vel que a senhora mal-casada, a quem o soneto vem dirigido, fosse D. Catherina I. N'este caso o Poeta ter-se-hia vingado (estando em Ceuta, a meu vêr) de um modo pouco generoso e somenos fidalgo, de uma recusa, dada em tenros annos, antes da Paschoa de 1544, em Lisboa.[1]

O critico portuguès aceita como certo que Catherina morresse de arrependimento, tedio e saudade! Como se não fosse egualmente possivel ter succumbido a uma febre paludosa ou mesmo puerperal!

Mas muito menos justa, ou antes completamente errada, parece-me a supposição de Camillo, que Catherina I fosse a verdadeira querida do Poeta. Assentemos que de facto a amou e venerou. Permanece todavia impossivel que, penetrado de profundas maguas, pungido de nostalgicas dôres, celebrasse como viva, na India, depois de 1553, uma dama que já estava morta em 1551.

§ **153.**—Outra D. Catherina de Ataide, que designarei com o algarismo II, era a setima filha de D. Francisco da Gama (almirante da India, segundo Conde da Vidigueira, estribeiro-mór d'El-Rei D. João III) e de sua mulher D. Guiomar de Vilhena.[2] Catherina era parente consanguinea, ainda que afastada, do Poeta, cuja avó paterna pertencera á familia dos Gamas do Algarve,[3] como o leitor sabe. Braga opina que este parentesco explica em parte a tradição de o Poeta ter amado uma sua prima, tradição que vimos mal interpretada por João Pinto Ribeiro.[4] Esta D. Catherina II, era além d'isso sobrinha de D. Manoel de Portugal, de quem o Camões foi amigo, mas apparentemente

---

[1] O livro das redondilhas contém varias outras poesias, que se poderiam referir ás relações do Poeta com D. Catherina I, mas o caracter problematico de calculos d'esta ordem, obriga-me a não avançar n'esta direcção.

[2] O primeiro almirante da India e primeiro Conde da Vidigueira, foi D. *Vasco* da Gama, o descobridor do caminho da India. Penso que era pae do segundo Conde. *

[3] V. § 7 d'esta *Vida*.

[4] V. § 146 e cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 143.

* D. Francisco da Gama era, com efeito, filho de D. Vasco e D. Catherina de Ataide (filha de D. Alvaro de Ataide, senhor de Penacova e Alcaide-mór de Alvor, no Algarve).— Vê-se portanto que esta segunda Catherina herdou, os seus nomes da avó paterna, tal qual a primeira.—Cfr. Sousa, *Hist. Gen.*, XII, p. 559.

D. Guiomar de Vilhena († 1585 em edade muito avançada) era filha do 1.º Conde do Vimioso, D. Francisco de Portugal, e de D. Brites de Vilhena.

D. Pedro de Noronha, VII senhor de Villa-verde—o esposo de D. Catherina II—serviu em Ceuta com D. Affonso de Noronha e morreu em Alcacer-Quebir. Seu pae D. Pedro esteve tambem aos serviços da Rainha D. Catharina, como vêdor da sua fazenda e temporariamente como mordomo-mór.—V. Sousa, X, p. 561 e 644; XI, p. 888 e 890; XII, 906.

só depois de voltar da India.[1] Casaram-n'a com D. Pedro de Noronha, senhor de Villaverde.

Nos *Lusiadas* ha palavras bastante acerbas, e que transudam certa indisposição ou resentimento pessoal contra Vasco da Gama, e seus descendentes,—provavelmente muito em especial contra os contemporaneos que o Poeta conhecera e tratara em pessoa,—por serem pouco afeiçoados á musa, ou pelo menos pouco amigos da musa epica:

> Ás musas agradeça o nosso Gama
> o muito amor da patria que as obriga
> a dar aos seus na Lyra nome e fama
> de toda a illustre e bellica fadiga:
> *que elle, nem quem na estirpe seu se chama,*
> *Calliope não tem por tão amiga,*
> nem as filhas do Tejo, que deixassem
> as telas de ouro fino e que o cantassem.[2]

Camões immortalizou na epopeia o grande navegador. Menciona tambem o irmão Paulo da Gama e os filhos Christóvam e Estêvam,[3] mas os opulentos dignatarios não cuidaram do pobre e humilde poeta.[4] Ignoramos se a neta de D. Vasco foi mais benevola e condescendente. Ignoramos tambem quando nasceu e morreu, se contrahiu matrimonio ou não. Por isso é-nos impossivel sustentar ou combater a opinião, de que algumas poesias de Camões (duas redondilhas palacianas)[5] emanassem de relações com aquella sua prima.

---

[1] Camões dedicou a este grande a sua Ode VI.—V. Storck, III, p. 344*

[2] *Lusiadas*, V, 99.

[3] Sobre Paulo da Gama cfr. *Lusiadas*, IV, 81; VI, 75; VII, 73; VIII, 1; sobre Christóvam, X, p. 96; sobre Estêvam, X, p. 62.—V. Storck, V, p. 468-473.

[4] «Os cargos e os titulos são nossos; damos de barato os louvores e encomios»,—este aphorismo attribue-se a um dos descendentes do grande Gama.—V. Burton, *Camões*, II, p. 621, e Mickle, I, CCLXXIV. Nota.

[5] As poesias a que se allude, são: 1.º) os versos a umas senhoras que haviam de ser terceiras para com uma dama: *Pois a tantas perdições*, e 2.º) as voltas ao mote: *No monte de amor andei.* **

---

* D. Manoel era meio-irmão de D. Guiomar de Vilhena e portanto primo direito de D. Catherina II. O pae, D. Francisco de Portugal (fallecido em 1549), casou segunda vez com D. Joanna de Vilhena, tendo d'ella tres filhos, entre os quaes D. Manoel foi o ultimo.

** Com relação á primeira poesia, direi que foi Th. Braga quem aventou a supposição que Catherina I e II não fossem estranhas á sorte do poeta, mas antes interviessem como terceiras nos seus amores, e que aquelles versos pediam e imploravam a protecção de ambas. (Braga,

§ **154.**—Fallemos da terceira D. Catherina de Ataide (III), que hoje em dia passa, e pode passar, por ser a verdadeira dama de Camões.[1] Ha d'ella noticias antigas e veridicas, escriptas pela mão de seu proprio pae, em um nobiliario de familia.*

Este dignatario, D. Antonio de Lima, primogenito de D. Diogo de Lima, foi mordomo-mór de D. Duarte (1515–1540), filho d'El-Rei D. Manoel. Depois da morte do infante passou para a casa do filho posthumo de seu primeiro amo, chamado tambem infante D. Duarte, condestavel do Reino e Duque de Guimarães. Além d'isso tinha a commenda de Cocujães na ordem de Christo. Sua esposa, D. Maria Boccanegra, dama da rainha D. Catherina, que com ella veiu de Castella (1525), era filha do futuro trinchante do principe D. João (pae de D. Sebastião), Francisco Velasques de Aguiar e de D. Cecilia de Mello, camareira-pequena e guarda-roupa da referida rainha. D. Antonio de Lima** e D. Maria Boccanegra*** procrearam oito filhos: 1) D. Diogo;**** 2) D.

[1] Ella assignava «*dona Cª dataide*» com traços largos, firmes e distinctos, como se vê do fac-simile mandado fazer por Juromenha (na folha que precede o rosto do vol. II).

Hist. Cam., I, p. 141, 142 e 143). Quanto á segunda das poesias, colligida por Juromenha do borrador dos commentarios de Faria e Sousa, preciso lembrar que joga com a palavra *Gama*, razão por que Juromenha e Braga a imaginam dirigida a uma parenta do Poeta. É provavel que aquelles versos galantes fossem feitos para uma **Gama**; póde ser tambem que esta Gama fosse parenta de Camões, mas o que me parece improvavel é, que fulana Gama se chamasse Catherina de Ataide! Entre as irmãs de D. Catharina II houve algumas que usaram d'aquelle appellido.

* O varão, insigne na historia genealogica, que escreveu o trecho copiado por Storck e citado primeiramente por Faria e Sousa, em traducção castelhana, e depois por Braga e outros em redacção portuguêsa, chamava-se realmente D. Antonio de Lima, e era aparentado com os Ataides de Castrodaire e da Castanheira—mas não é o pae de D. Catherina de Ataide III. Ninguem, que eu saiba, o affirmou expressamente. Foi só a singular, mas casual homonymia—sobre a qual os camonistas passaram de fugida, sem esclarecimento algum—que illudiu o sr. Storck. De resto, a homonymia nem é completa: ao auctor genealogico compete o nome D. Antonio de Lima *Pereira*. Aquelle fidalgo, cujo Nobiliario, espalhado em numerosas copias pelo paiz, foi sempre estimado e de grande reputação, era contemporaneo e quasi que camarada do pae de D. Catherina, mas de mais alta cathegoria e muito mais afazendado, filho do senhor de Castrodaire, Alcaide-mór de Guimarães, Copeiro-mór d'El-Rei D. João III, Diogo Lopes de Lima. Sua esposa chamava-se D. Maria de Vilhena. Seus filhos foram: D. Diogo, D. Francisco, D. Paulo, D. Isabel e D. Anna, casada com o quinto *Conde da Castanheira*. Falleceu a 18 de setembro de 1582.—V. Sousa, *Hist. Gen.*, I, n.º 25 do *Apparato* e vol. XII, p. 811.

** V. Sousa, *Hist. Gen.*, Provas, vol. II, p. 614, onde D. Antonio de Lima figura nas listas dos moradores do Infante D. Duarte.

*** Ib., vol. VI, p. 62. No livro das matriculas da casa da rainha D. Catherina apparecem como camareiras-móres: no anno de 1542, *D. Cecilia Boccanegra*; no de 1564, D. Joanna de Eça; e em 1578, D. Filippa de Ataide, mas o testamento da mesma rainha falla com exacção de D. **Maria** Boccanegra.—Cfr. Sousa, XI, p. 567.

**** Este D. Diogo, que foi, (segundo Sousa, XI, p. 567 e XII, p. 843) camareiro-mór do

Duarte; 3) D. Francisco, os quaes todos assignavam *de Lima;* 4) D. João de Ataide; 5) D. Catherina de Ataide que, sendo dama da mesma rainha, morreu no paço, moça; 6) D. Cecilia, freira no mosteiro da Boavista; 7) D. Joanna de Lima, que casou com Martim Affonso de Miranda, camareiro-mór do Cardeal-Infante D. Henrique; e 8) D. Isabel de Lima, freira na Boavista.*

É muito verosimil que n'este registo de linhagem[1] todos os descendentes masculinos fossem antepostos, por principio, aos do sexo fraco, e que chronologicamente D. Catherina, que ahi occupa o quinto logar, devesse preceder algum ou alguns dos seus quatro irmãos: presumo que nasceria em 1530, ou um pouco antes. Não se sabe quando foi inscripta como dama da rainha, mas graças ás pesquisas de Juromenha ficou estabelecida a data da sua morte.

«No livro das moradias da casa da Rainha D. Catharina—é o illustre e benemerito investigador quem falla—apparece o seu assentamento, assignando ella quasi sempre os recibos do ordenado, ainda que algumas vezes por procuração, até o ultimo quartel de 1555, que ainda assigna. No fim porém do anno de 1556 apparece o assentamento de dama de uma irmã d'esta senhora por esta fórma: *D. Joana de Lima hade haver todo o quartel, a razão de 10$000 rs. por anno, etc.; recebeu por si em Lisboa, a 30 de Dezembro de 1556.—D. Joana de Lima.—Descontou-se 600 rs. de registo do Alvará e 21 rs. de direitos.*[2] Não torna mais a apparecer o assentamento de D. Catharina de Athaide, por onde se collige claramente, e ousâmos dizer sem perigo de errar, que por morte d'esta senhora póde seu pae, pela sua vagatura no paço, obter da Rainha fazer entrar no seu logar est'outra sua filha».

Parece resultar d'estes periodos que as moradias eram pagas por quar-

[1] Faria e Sousa, *Rimas varias*, I, p. 139ª; Juromenha, I, p. 34, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 139.

[2] Juromenha, I, p. 35.

Infante D. Luis, commendador de Victorinho, casou com uma dama da infanta D. Isabel, mulher do infante D. Duarte. Por todas estas noticias genealogicas se vê claramente que os casamentos entre fidalgos titulares da côrte nunca sahiam dos circulos, de resto bastante amplos dos paços reaes, e que os monarchas e principes combinavam e regulavam taes allianças de familia.

* Dois dos filhos (2 e 4) foram pelejar na India e morreram no cerco de Chaul; um (3) foi simples chantre em Evora e um bom letrado; duas filhas professaram. Conhece-se por ahi, claramente, que os bens de fortuna da familia não eram consideraveis. Só um filho e uma filha foram uma vez bafejados de leve por favores regios. E a mãe (por ter necessidade) foi contemplada pela rainha com um legado de 50$000 réis de tença!

teis, e *post-numerando*. Sendo assim, D. Catherina falleceria no primeiro trimestre do anno de 1556,[1] talvez na edade de vinte e seis annos.

§ 155.—Que resulta d'estes factos? Por ora reconhecemos simplesmente a *possibilidade* de que D. Catherina III fosse a dama do paço que Luis Vaz avistou pela primeira vez na sexta-feira santa de 1544, e cantou desde então em suas poesias até 1560—porque só n'este anno teve noticia do fatal desenlace que seus amores tiveram em Lisboa. E, além d'isso, ficamos entendendo o motivo porque o Poeta suspira no soneto da Paixão, pensando na alta gerarchia e na boa clientela dos parentes da adorada:

> Oh por quê fez a humana natureza
> entre os nascidos tanta differença?[2]

A simples *possibilidade* da identificação de D. Catherina com a filha de D. Antonio de Lima, vae tomando certos graus de *probabilidade* por meio de umas combinações minhas, que irão agora respondendo á importante questão que versa sobre as fontes e origens da descoberta de Faria e Sousa.

O impostor nunca falla claro, sem rodeios e cingindo-se á verdade, a não ser em conjuncturas onde a realidade é de molde a fomentar as suas invenções e lisongear a sua vaidade. Sobre as fontes em que bebeu, as minas que explorou, guarda quasi sempre um silencio profundo. Tem positivamente medo que alguem lhe siga as pisadas, descubra a sua rota, e desmascare os seus procederes. Cada vez que se apropria obra alheia de dono conhecido, altera-a para fazer acreditar que o Camões é auctor d'ella e que o proprietario foi um velhaco que augmentou, diminuiu ou adulterou a peça roubada para apagar os vestigios da proveniencia. É necessario não esquecer nunca estas artimanhas; mas é forçoso tambem lembrar sempre os grandes meritos do

---

[1] Juromenha conjectura que D. Catherina falleceu em 1556 entre o segundo e terceiro quartel d'este anno; não percebo porque.*

[2] Veja-se o Soneto copiado no § 141 (versos 13 e 14).

* Se, pelo contrario, os pagamentos eram feitos antecipadamente (e dos dizeres de Juromenha não resulta o contrario) D. Catherina recebeu ainda nos ultimos dias de 1555 as tres primeiras mesadas, de janeiro a março. Depois houve vacatura durante um semestre, tempo de lucto rigoroso para a familia dos Limas, e portanto improprio para festas. A nova «dama» entrou quando os pagamentos do *ultimo* quartel de 56 ja eram feitos, mas recebeu sem embargo ainda as tres mesadas, passando recibo em 30 de dezembro. Quanto ao fallecimento de D. Catherina, o que sabemos ao certo, é apenas que teve logar entre 30 de dezembro de 1555 e o mesmo dia de 1556.

auctor: de sorte que não ha affirmação souseana que aceitar ou regeitar sem meticuloso exame. O que sahir illeso, aproveite-se. Aceitei, como o leitor sabe, o nome da segunda mãe do Poeta, D. Anna de Sá, por elle apurado, e estou persuadido tambem que a verdadeira dama de Camões foi D. Catherina de Ataide III.

§ **156.**—Mas como foi, afinal, que Faria e Sousa conquistou a certeza da identidade d'aquella menina e da mulher amada e cantada pelo Poeta?

Eu me explico.

É sabido que Faria e Sousa estivera duas vezes em Lisboa, no anno de 1619, e depois, de 1628 a 1631 (pouco mais ou menos).[1] Acostumado, como estava, desde muito cedo, a procurar livros velhos e manuscriptos, a esquadrinhar cartapacios e pergaminhos, e empenhado como já então andava em collecionar tudo quanto dissesse respeito ao genio, á vida e ás obras de Camões, o luso-castelhano, polygrapho de nascença, fez, em qualquer das duas occasiões, dois descobrimentos que porventura não seriam fortuitos e que, em todo o caso, foram importantes.

Cinco annos antes da sua primeira viagem a Lisboa, finara-se na capital um fidalgo e litterato muito distincto, o chronista e archivista Francisco de Andrade, que egualmente tinha fóros de poeta (1614).[2] Oriundo da cidade do Tejo, onde abrira os olhos á luz da vida perto de 1535, como filho do cavalleiro-fidalgo Francisco Alvares de Andrade* e de sua esposa D. Isabel de Paiva, o joven Francisco foi bem educado e adquiriu um importante peculio de conhecimentos que o habilitaram a desempenhar mais tarde o difficil cargo de Chronista do Reino e de superintendente da Torre do Tombo, para os quaes foi nomeado depois do fallecimento de seu predecessor Antonio de Castilho (1599).

Faria e Sousa, que já não era bisonho em assumptos de litteratura portuguèsa, conhecia indubitavelmente as obras poeticas de Andrade, que andavam impressas com os titulos seguintes:

«*Instituição d'El-Rei Nosso Senhor*». (Lisboa, 1565)[3]

[1] V. § 18 *B* d'esta *Vida*.

[2] Tratam d'este auctor: Costa e Silva, *Ensaio*, IV, p. 248-320, e Braga no *Manual*, a p. 311-312, seguidos por Storck, *Sämmtl. Gedichte* no vol. III, p. 286-287.

[3] É traducção em verso solto do livro latino: «*Epodon sive Jambicorum carminum libri tres*» do Doutor Diogo de Teive, que nunca vi.

* Remetto ainda aqui o leitor á *Segunda Parte*, estabelecendo por ora apenas que o nome está errado.—Trata-se de *Fernão Alvares de Andrade*—pae de D. Violante!

«*Philomela de S. Boaventura*». (Lisboa, 1566)[1]
«*O Primeiro Cerco de Diu*». (Lisboa, 1589)[2]

Boas razões teria para suppôr, ou mesmo para saber, que o espolio do finado continha muitas flores de poesia e em especial numerosas lyricas. O perito conhecedor das lettras patrias não podia ignorar que Andrade cultivára tambem aquelle genero. Um soneto d'elle corria impresso, dirigido a Luis Pereira Brandão,[3] em louvor da «*Elegiada á perda d'El-Rei D. Sebastião*» (1588), a par de outros encomios da penna de Bernardes, Andrade Caminha, e Côrte-Real. E Faria e Sousa tinha-o lido, certamente. Entre as rimas de Camões anda outro soneto de Andrade,[4] mas este facto parece ter sido ignorado então.

Faria e Sousa procurou, examinou e explorou o presumptivo *Parnaso* manuscripto de Andrade. A prova dá-no-la elle mesmo nos commentarios, communicando-nos, inadvertidamente, a epigraphe que o primeiro soneto alludido levava no manuscripto de Francisco de Andrade, porque o auctor só, unica e exclusivamente, póde ter sobreposto áquella obra a declaração: «*A Dona Guiomar Enriquez quando entrou no paço da Infanta D. Maria, no anno de 1566*».* * *

Está visto que o dissimulador não nos confessa claramente os factos:

---

[1] Reimpressa por Braga na *Hist. Cam.*, II, p. 547-550. *

[2] Conheço apenas os extractos insertos no *Ensaio* de Costa e Silva. Mas estes, ainda assim, representam umas duzentas Oitavas.

[3] *Elegiada*, p. 3-5 (reimpresso no *Ensaio*).

[4] Soneto 66 (ou 67): *Fermosura do ceo a nós descida*. Storck (II, p. 382) que foi o primeiro a restituir a Andrade a sua legitima propriedade, que, por engano de Soropita, entrara nos bens deixados por Camões. * *

---

* O texto provém do Cancioneiro Luis Franco que encerra, como mostrarei na *Segunda Parte*, a Elegia pseudo-camoniana de Andrade. A primeira edição da Philomela é de Colonia, 1561. Antes de Andrade, já o Chiado publicara uma *Philomela*. Posteriormente Estevam Rodrigues de Castro escreveu outra (em latim), completamente diversa.

* * Juromenha, que concorda com a opinião de Faria e Sousa quanto á attribuição, encontrou o mesmo Soneto em *um* manuscripto (não n'aquelle que lhe pertencêra, e que eu explorei na *Zeitschrift*, VIII e IX). Mas não diz, se indicava o nome do auctor!

* * * Não sei, se darei mais força aos argumentos que fallam a favor de Andrade, dizendo que teve por cunhada uma D. Guiomar Henriques, porque ignoro se esta filha do 2.º Conde da Feira, e esposa de Alvaro Peres de Andrade, entrou em 1566 como dama no paço da Infanta D. Maria. O que sei é que uma D. Guiomar Henriques, irmã de Gomes Freire de Andrade, a celebre filha de Simão Freire, cortejada durante annos pelo espirituoso fidalgo D. Simão da Silveira, e cantada por D. Diego de Mendoza (em 1567), tinha sido dama da rainha D. Catharina.

pretende, pelo contrario, ter encontrado aquella rubrica explicativa, não no proprio manuscripto que attribuia o soneto a Andrade, mas sim em «*outro*» codice! A meu vêr, todavia não o viu senão n'um só, no unico codice em que podia andar, no autographo de Francisco de Andrade. Quanto ao texto, este já entrára, por engano, na primeira edição das (Rhythmas de Soropita, 1595), e Faria e Sousa não o recolheu de mais nenhuma parte. Mas em vez de nos dizer em bom português (ou castelhano) chã e lealmente: «Vi este soneto em tal e tal manuscripto, attribuido a fulano, e encabeçado de certos dizeres que fazem suppôr que Soropita o incluiu erroneamente nos versos do mestre», começa a palrar, e a bacharelear destoadamente, atroando a nossa pobre cabeça com tantas notas e tantos ditos, que renunciamos enjoados «al fin y al postre» á conversa, e voltamos de novo aos bellos versos á «*Fermosura do céo, a nós descida*», sem querermos saber quem foi seu auctor.

Para o fim do commentario Faria e Sousa diz que, depois de escrever o que escreveu, dera com o soneto em outro manuscripto com o titulo que já copiei. E continúa: «Já não posso andar examinando quem foi esta dama. Vejo sómente que o soneto não corresponde ao titulo (!). E assim pode estar errada a copia n'isto (!) como o está em dizer que o auctor foi Francisco de Andrade, por ser cousa infallivel (!) que meu Poeta o escreveu; nem póde escrevê-lo a aquella entrada no paço, porque então estava na India; e se o escrevesse n'aquella occasião teria fallado mais apropositadamente, tocando tudo com decoro (!) porque aqui falla com uma dama como seu amante!»[1]

§ **157.**—Além da rubrica e do texto do soneto pseudo-camoniano, Faria e Sousa usurpou mais algumas peças do *Parnaso* de Andrade.[2] Pouco lhe custava arranjar e camonizar levemente os versos d'aquelle litterato, visto pertencer elle evidentemente á escola dos imitadores lyrico-epicos, do grande mestre.

Mas onde encontraria a collecção manuscripta? Rimas soltas andavam em Lisboa pelas mãos de todos quantos entendiam alguma cousa da divina arte: era costume transmittir de casa em casa as producções da musa lusitana, tirar copia do que agradava, e pedir aos auctores a graça de um exemplar dos seus versos ou de tal e tal composição. Assim é que se chegava á gloria e celebridade![3]

---

[1] *Rimas varias*, I, p. 133^{b}.—Sousa dá este trecho e a epigraphe do soneto em castelhano, como costuma fazer.

[2] A Elegia VIII: *Belisa, unico bem d'esta alma triste;* as tres sextinas: *A culpa de meu mal só tem meus olhos* (4); *Oh triste, oh tenebroso, oh cruel dia* (5); *Sempre me queixarei d'esta crueza* (6); e a Egloga XV.

[3] Alf. Morel-Fatio diz muito bem: «*les oeuvres littéraires circulaient á l'état de ma-*

Dou por certo que não haveria em Lisboa quem possuisse thesouro mais opulento e mais authenticado de versos camonianos do que a familia dos condes de Linhares e a dama do Poeta, isto é, os *Noronhas* e *D. Catherina de Ataide*. É notorio que de Goa, ainda no outomno de 1554, Luis de Camões remetteu aos seus amigos de Xabregas o soneto[1] e a egloga[2] que escrevera á morte de D. Antonio e, juntamente, ao fallecimento do principe D. João. E a casa dos Noronhas era freqüentada por D. Catherina de Ataide III, como resulta, indiscutivelmente, da elegia que durante o desterro de Ceuta[3] (1549 ou 1550), Camões dirigiu ao seu joven e precoce discipulo a quem pede encarecidamente noticias da bem-amada:

> E se nos brandos peitos faz abalo
> um peito magoado e descontente
> que obriga a quem o ouve a consolá-lo,
> não quero mais senão que largamente,
> Senhor, me mandeis novas d'essa terra...
> que *alguma* d'ellas me fará contente!
> Porque, se o duro fado me desterra
> tanto tempo do *bem*, que o fraco esprito
> desampare a prisão onde s'encerra,
> Ao som das negras aguas do Cocito,
> ao pé dos carregados arvoredos
> cantarei o que n'alma tenho escripto;
> E por entre esses horridos penedos
> a quem negou natura o claro dia,
> entre tormentos asperos e medos,
> Com a tremula voz, cansada e fria,
> celebrarei «*o gesto claro e puro*»
> que nunca perderei da phantasia!»[4]

Se Luis de Camões escrevia assim ao joven D. Antonio, só ha uma interpretação admissivel: *o gesto claro e puro* d'aquelle *bem* que o desterrado adorava, resplandecia ás vezes na casa dos condes de Linhares, aos quaes D. Catherina estaria ligada por estreitos laços de amizade.

Julgo dar no alvo adivinhando que Francisco de *Andrade* era parente da

---

nuscrit entre les mains des amis de l'auteur, qui souvent arrivait á la célébrité sans avoir jamais rien imprimé». (Cfr. Storck, IV, p. 337).

[1] Soneto 12: *Em flor vos arrancou de então crescida.*

[2] Egloga I, cujos interlocutores são: Umbrano, Frondelio e Aonia.

[3] Elegia II, *de Ceuta a um amigo*, ou por outra: *a D. Antonio de Noronha*. O accrescento — *estando na India* — é apocrypho. — Cfr. § 185.

[4] Versos 100-117.

condessa de Linhares, D. Violante de *Andrade*.* Nascido em Lisboa, convivera talvez intimamente com D. Antonio que era quasi da mesma edade; conhecendo alli a Camões, ouvira e lêra as suas poesias, enthusiasmado pelos profundos sentimentos e a incomparavel perfeição dos seus metros. Em casa do amigo e camarada se encontraria tambem com D. Catherina de Ataide. Presenciaria aquelles tristes e desventurados amores, e, impressionado pelo desterro africano, e mais ainda pela despedida do pobre desesperado que se afastava caminho da India, talvez para sempre, acompanharia, cheio de compaixão e de magoa, a sorte da triste amante, tornando-se, depois do fallecimento de D. Antonio, confidente das suas saudades e testemunha do seu lento definhar. A pena e o dó que resentiu, talvez se transformassem em um sentimento mais profundo: em verdadeira affeição, quer fosse amizade platonica, quer amor! A condição «*brandi-dura*» de D. Catherina, o seu proceder airoso, é-nos revelado pela epigraphe da sextina pseudo-camoniana de Francisco de Andrade: *a uns olhos cujo* **rigor e brandura** *celebra*.[1]

Ella mostraria ao seu confidente as poesias do inolvidado Camões, e Andrade iria copiá-las para o seu cancioneiro de mão, annotando-as de onde em onde, e traduzindo, por exemplo, na margem o nome poetico de **Natercia** com o nome real: Catherina de Ataide. Este *Album* foi empolgado tambem por Faria e Sousa! Lá é que encontrou aquelle nome; e de lá é que extrahiria todos os ineditos, e as variantes d'aquellas muito fidedignas redacções.

Não é difficil dizer como o usurpador trataria os versos do proprio Andrade. Já fallámos da elegia e da egloga. Os pseudonymos de que o fallecido se servira: *Felicio*, *Felicia* e **Terciana**, foram transformados e passaram ás *rimas varias* onde apparecem *Soliso* (ou *Liso*), *Belisa* e *Natercia*.[2] O nome verdadeiro da amada, revelado tanto pelo album camoniano de Andrade, como pelo seu *Parnaso*, foi recolhido com jubilo e repetido a cada passo nos commentarios assim como na *Vida segunda!*

O anno do fallecimento, porém, foi muito de proposito falsificado, antedatado de onze primaveras (1545), para que ninguem descobrisse os seus enredos.[3]

---

[1] Cunha, III, p. 66ª Sextina IV *a huns olhos cujo rigor e brandura celebra*.

[2] Cunha, III, p. 68 Sextina V *á morte de Natercia, como a Egloga 15, & nella se vem muitos pensamentos ajustados a este poema*» e p. 69 Sextina VI *composta ao mesmo intento da passada*.

[3] Faria e Sousa falla da morte de D. Catherina como occorrida em Lisboa no paço da rainha, e dá por quasi certo que não casou. (*Rimas varias*, V, p. 249ᵇ e 260ᵇ). Quanto á

* Francisco era irmão de D. Violante, como se infere da rectificação a p. 347.—V. *Segunda Parte*.

Não duvido que Faria e Sousa conhecesse a verdadeira data de 1556 e a sonegasse, só para fingir de innocente. A egloga ou elegia funebre ia muito provavelmente marcada com o anno da morte e da composição, tal e qual como o soneto a D. Guiomar Enriquez! Não é atrevimento algum postularmos isso.

O nome, com que Francisco designava poeticamente a D. Catherina *(Terciana)*, figuraria tambem nas sextinas deploratorias, sendo tambem ahi transformado em *Natercia*. Julgo distinguir ainda, nas rubricas impressas por Faria e Sousa e Alvares da Cunha, o teor original das palavras significativas, com que o legitimo inventor, o nosso Andrade, explicára o motivo que o impelliu a compôr aquelles versos.

Só ha uma particularidade que se oppõe á minha argumentação: as palavras de Faria e Sousa a respeito do logar e do tempo em que encontrou a «*Egloga* funebre». Porque diz que a descobriu no anno de 1641 na *côrte de Madrid*, no mesmo manuscripto que lhe ministrou o nome D. Catherina de Ataide.[1]

Mas o leitor já sabe quanto valem estas e outras affirmações e pretenções de Faria e Sousa! Estamos fartos de o demonstrar, e portanto no nosso pleno direito não acreditando na sua veracidade, e desconfiando de quem parece ter hasteado o guião com a horrivel divisa popular que «quem não mente, não vem de boa gente».

O fundo positivo existente porventura n'aquella asserção será que Sousa se resolveu em 1641 a explorar o florilegio de Andrade, em seu poder desde 1631, o mais tardar, segundo julgo.

§ 158.—Espero que o leitor concordará com o resultado da minha investigação: a dama querida por Luis Vaz chamava-se D. Catherina de Ataide III. Era filha de D. Antonio de Lima e de sua esposa D. Maria Boccanegra. Nasceu perto de 1530. Foi vista pelo nosso Poeta na sexta-feira santa do anno de 1544, provavelmente pouco depois d'ella ter entrado no paço como dama; e morreu moça solteira, no paço da Rainha, no primeiro quartel do anno de 1556.

---

data, ora diz ignorar, se ainda vivia, quando Camões voltou de Ceuta, (*Vida* II, § 15); ora indica o anno de 1545 como o do fallecimento (*Rimas*, I, p. 139). *

[1] V. Ed. Aquino, Paris, 1815, vol. V, p. XIV, onde se copia em castelhano o trecho sobre a descoberta feita em Madrid em 1641, extrahido da «advertencia sobre a Egloga XV».

* Juntei em uma as notas 8 e 12 do original allemão

XII

CAMÕES NA CÔRTE

XII

CAMÕES NA CÔRTE

§ **159.**—O facto de Camões ter amado uma dama do paço, de modo algum garante o outro que o Poeta fosse freqüentador da aula régia. E mesmo a tradição que o dá por desterrado «da Côrte», não exige que entendamos «relegado do paço», onde figurasse como morador, mas unicamente «banido de Lisboa», como já se disse.[1] Quantas fossem as senhoras por elle então veneradas, além de Catherina de Ataide (III) e a sua homonyma (I), bem as poderia ter conhecido e tratado nos circulos aristocraticos, relacionados com os seus Mecenates, sem ter ingresso nos serões dos monarchas.

Nada de certo consta, mas póde presumir-se que o Poeta se empenhasse para vêr mais a miudo a sua amada, e não deixasse de fazer todas as tentativas para alcançar entrada franca no palacio da Ribeira. O seu padrinho e medianeiro seria o Conde de Linhares. Já conhecemos o ex-embaixador e temos jus para suppôr que as suas recommendações seriam efficazes e bem aceites. Não havia impedimentos graves que obstassem à apresentação. Luis Vaz de Camões era cavalleiro-fidalgo da casa real, de esmerada educação, um humanista que aprendêra na Lusa Athenas a sciencia da época, e conquistara depois, sob a discreta tutela da condessa D. Violante, as fórmas urbanas da alta sociedade. Além d'isso era poeta, o que valia muito na opinião das pessoas cortesãs.

§ **160.**—Das duas correntes, em que a poesia se expandia n'aquella época, nenhuma era desprezada na côrte: nem a maneira velha, peninsular, em re-

---

[1] V. § 146.

dondilhas, nem a maneira nova italiana, em hendecasyllabos. Luis Vaz servia-se de ambas com egual maestria, improvisando voltas e glosas, e esmerilhando sonetos, oitavas e tercetos. A fórma que tinha mais adeptos e gozava de mais fama era a egloga, ou seja o idyllio. Um ou outro vate já pensara em uma epopeia. Homero, Virgilio e Lucano e os epicos italianos eram citados. A sua gloria estimulava a ambição dos peninsulares, porque o fim supremo da arte era então cantar na tuba bellica versos heroicos sobre os feitos da nação; mas o proprio Sá de Miranda, inaugurador dos metros classicos, não teve arrojo para tal empresa, certamente por reconhecer que não possuia o que o antigo Horacio negava modestamente á sua musa: força creadora, mente divina, bocca grandiloqua e estro altivo.[1]

Para substituir esta falta e para tentar o vôo, os poetas portuguêses apegavam-se ao genero pastoril, enaltecendo e enfunando-o o mais possivel, sem que conseguissem ultrapassar os limites naturaes do genero. Sá de Miranda deu o exemplo, seguindo as pisadas dos italianos e hespanhoes, e ensaiou as bucolicas *virgilianas*. O sensato innovador não abandonara em absoluto os metros nacionaes: ha entre os seus idyllios alguns em verso menor, em estrophes de oito a onze versos, construidos como as antigas e deliciosas eglogas de Bernardim Ribeiro e Christóvam Falcão; outros em fórma de canção; ainda outros em oitavas ou tercetos italianos, que imitam Garcilaso, Sannazaro e Bembo; e ha mesmo alguns que denunciam ambas as maneiras.

Os *novos*, seus adeptos e discipulos — Pedro de Andrade Caminha, Luis de Camões, Antonio Ferreira, André Falcão de Resende, Diogo Bernardes e seu irmão mais novo Agostinho Pimenta (que como ecclesiastico se chamava Frei Agostinho da Cruz) — admittem unica e exclusivamente o hendecasyllabo nas estrophes usuaes,[2] sem differençar exteriormente o idyllio epico do lyrico ou dramatico.

A maior gravidade, a amplitude, a variedade, a delicada cadencia dos rhytmos novos decidira a questão: quinze annos depois dos primeiros ensaios, o italianismo ganhara o campo, e dominava nos generos lyricos de maior vulto.

§ **161.** — Quem quisesse ter fóros de poeta devia apresentar, como prova de concurso, uma egloga. Luis Vaz ideou por isso o seu primeiro idyllio, aquelle que nas obras impressas occupa, entre os oito (ou sete) legitimos, o quinto logar. Já anteriormente[3] lhe assignei, chronologicamente, o primeiro

[1] V. Horacio, Satyra I, 4, 43.

[2] Nas *Varias Poesias* de Frei A. da Cruz ha uma excepção á regra no final da Egloga X, que é «Piscatoria» (p. 67 da Ed. de 1771, Lisboa).

[3] Na anno de 1869, na traducção das Eglogas. «*Sämmtliche Idyllen*», p. 222 e XXII.

logar entre as eglogas camonianas, collocando-o, posteriormente, no anno de 1546,[1] em opposição á tradição e ao juizo dos commentadores. Ainda hoje sustento a minha opinião, com a differença apenas de o datar de 1544 a 1545.

Era costume do tempo dedicar poesias de folego maior a magnates illustres, damas ou cavalheiros, em testemunho de gratidão por favores recebidos, ou na espectativa de protecção e de reconhecimento. O nosso poeta não tinha que hesitar: sentimentos de respeitosa affeição dictavam-lhe a escolha. A tradição, levando-nos á casa dos condes de Linhares, não erra. Erra apenas na pessoa que indica. Dom Francisco de Noronha é o

> senhor famoso e excellente,
> especial em graças entre a gente,

a quem os suspiros magoados do primeiro idyllio camoniano se dirigem, e não o pequenino D. Antonio, seu alumno, que mal contava de sete a oito annos.[2] Ao pae, e não ao filho, diz o Poeta:

> Por partes mil lançando a phantasia,
> busquei na terra estrella, que guiasse
> meu rudo verso, em cuja companhia
> a santa piedade sempre andasse,
> luzente e clara como a luz do dia,
> que o rudo engenho meu me alumiasse:[3]
> em vossas perfeições, grão Senhor, vejo
> ainda além cumprido o meu desejo.

---

[1] «*Sämmtliche Gedichte*», vol. IV, p. 403 e 414.
[2] V. Ib., p. 402. *
[3] Cfr. § 126 e seg. * *

* Quanto ás rubricas relativas ao tempo em que o Poeta compôs esta Egloga e á pessoa a quem a dirigiu, estavam por desfazer certos equivocos, que se tem perpetuado de livro em livro. A primeira edição de 1595 dizia: *Egloga* V, *a D. Antonio de Noronha, continuando com a passada* (isto é com a segunda): *Feita do Auctor na sua puericia;* as posteriores dizem apenas *Da* (ou *de*) *sua puericia*. Não se conhece manuscripto algum que a conservasse: o Cancioneiro Luis Franco não a encerra, muito embora Th. Braga o affirme. (*Hist. Cam.*, II, 568). Este critico diz ainda: que as duas rubricas se completam (o que é verdade, até certo ponto) e que o possessivo «*sua*» se entende com D. Antonio de Noronha (o que me parece grammatical e logicamente impossivel). A nova explicação agrada-me muito: a primeira Egloga do novel poeta bucolico seria realmente dirigida aos paes de D. Antonio de Noronha.

* * Ahi se trata da influencia benefica, que o experimentado politico exerceu talvez sobre o joven poeta, servindo-lhe de *estrella de guia* nos nevoeiros da grande capital. A engenhosa interpretação de Storck será mais plausivel para os que lerem a bella versão germanica, do

Quem duvidar ainda, releia a estancia seguinte, na qual se designa clara, posto que figurativa e poeticamente, como *espirito divino*, a dona da casa, a condessa D. Violante, fada benigna que protegia o joven estudante e ia dar gasalhado aos seus queixumes namorados:

> A vós se dão,[1] a quem junto se ha dado
> brandura, mansidão, engenho e arte,
> de um esprito divino[2] acompanhado,
> dos sobrehumanos hum em toda parte.
> Em vós as graças todas se hão juntado;
> de vós em outras partes se reparte:
> sois claro raio, sois ardente chama,
> gloria e louvor do tempo, azas da fama.

O auctor espera e deseja que o seu agreste canto seja levado á côrte; por isso é que allude, intencionalmente, ao seu canto epico, aos versos heroicos dos *Lusiadas*, cujo plano, certamente muitissimo differente d'aquelle que se realizou depois, não era desconhecido ao conde D. Francisco, nem a gentil D. Violante:[3]

> Emquanto eu apparelho um novo esprito
> e voz de cysne tal que o mundo espante,
> com que de vós, Senhor, em alto grito
> louvores mil em toda a parte cante,
> ouvi o canto agreste, em tronco escrito,
> entre vaccas e gado petulante:
> que, quando tempo fôr, em melhor modo
> ha de m'ouvir por vós o mundo todo.

Tão pouco deixa de segredar algumas palavras sobre o seu amor não correspondido, signal certo de que os condes não ignoravam o estado de seu coração! E estas palavras eram indispensaveis, visto que toda a egloga é um

---

[1] O sujeito da proposição é: «estes versos cheios de queixumes namorados».

[2] Sá de Miranda designou tambem a sua esposa amada, D. Briolanja de Azevedo, com as palavras: «*Aquele esprito*». Veja-se a edição de C. M. de Vasconcellos, a p. 451, Soneto XXXIII, versos 1 e 4.

[3] Cfr. § 162 e 223 d'esta *Vida*.

---

que para os portuguêses que recorrem ao original, porque, emquanto aquella já vem esclarecida, está esta mal ponctuada e bastante obscura. Os versos 11 e 12, por exemplo, («*em cuja companhia a santa piedade sempre andasse*») e principalmente o 20 («*dos sobrehumanos hum em toda a parte*») ficam, ainda assim, um pouco enygmaticos, para mim pelo menos.

unico suspiro de amor, sobre as magoas do queixoso namorado Luis de Camões:

> As vãs querellas, brandas e amorosas,
> sejam de vós tratadas brandamente;
> verdades de alma, pouco venturosas,
> sahidas com suspiro vivo e ardente,
> em vossas mãos se entregam valerosas
> porque ao futuro vivam entre a gente,
> chorando sempre a antigua crueldade
> para mover as almas a piedade.

Assim remata a dedicatoria, composta de cinco oitavas.

O Idyllio, simples monologo de um pastor, compõe-se de trinta e uma oitavas, precedidas de uma de introducção, tendo no fim tres de epilogo, de sorte que a poesia inteira abrange quarenta estancias. Os enfeites eruditos que a decoram, conservam-se nos limites proprios da juventude do poeta. O monte Pindaro, os tigres da Hyrcania, Progne e Philomena, Josué, a Parca, Phebo e Amor, eis todo o seu apparato classico. A construcção não tem nada de complicado; as ideias encadeiam-se naturalmente; o estylo parece-me cuidado e brilhante. A profusão e variedade das figuras, comparações e tropos attesta grande abundancia de meios, uma phantasia vivaz e bom gosto, dando já prova das forças creadoras, occultas no genio do novel poeta. O fundo constitue um bom desenho, tratrado com arte: no principio o pôr do sol, e a noite que vae descendo no fim.*

Não duvido de que os condes de Linhares ficassem encantados com a delicada e bem acabada obra do seu protegido e commensal.

O desejo do namorado donzel foi cumprido: apresentaram-no na Côrte.

§ **162.**—Antes de acompanharmos Luis Vaz ao paço real, é de lei tocarmos ainda levemente, e de passagem, em mais dois pontos.

O Poeta promette na egloga citada «louvores mil» «em alto grito» ao conde D. Francisco e talvez a toda a casa dos Noronhas, louvores cantados com tuba mantuana, isto é, nos seus *Lusiadas;* mas não cumpriu a pro-

---

* Confesso que achei sempre o estylo d'esta poesia inferior em distincção ao tom elevado das outras eglogas camonianas. Esta inferioridade fica bem explicada, se a admittirmos como sua estreia no genero. Certa singeleza, a pouca individuação das phrases e figuras, a fórma pobre de «soliloquio» e a escassez do vocabulario indicam a falta de experiencia do auctor. É evidente que isso não quer dizer, de modo algum, que, como primeira tentativa, não merecesse altissimos louvores e a justa admiração dos contemporaneos. Ninguem em Portugal cinzelara até 1546 versos mais harmoniosos, nem de inspiração mais elevada. A ultima estrophe, por exemplo, é um primor.

messa.[1] Em todos os dez cantos da epopeia só occorre uma unica vez o nome d'aquella illustre familia, nú e sem epitheto algum, com relação ao octogenario D. Garcia, na lista dos vice-Reis, onde não era possivel omitti-lo.[2] Porquê?

A nação portuguêsa é leal; ou — como El-Rei D. Denis e Diogo do Couto dizem — «na fidelidade estremada sobre todas as outras nações do mundo».[3] É impossivel que o Camões não procedesse como verdadeiro português.

Tal suspeita seria uma injuria vil contra o filho mais nobre de Portugal, o prototypo da fidelidade e do heroismo lusitano, o varão que não-comprehendido, calumniado, expulso e olvidado, lucta, braço a braço, apesar de todas as affrontas, tristezas, magoas e miserias, com o pessimismo e os sentimentos de amargura e de desespero que se querem apossar da sua alma, e abraça vencedor o estandarte da patria, cheio de fé e de esperança no seu futuro — contraste honrosissimo com aquell'outro aggravado Lusitano,[4] que abandonou o seu paiz, passando a Castella:

> o Magalhães, no feito com verdade
> português, porém não na lealdade![5]

Mas qual o motivo para não cumprir a sua promessa? Digam-me primeiro onde ha nos *Lusiadas* logar para uma menção especial dos condes de Linhares?

Não sei se alguem será capaz de resolver o problema de melhor modo: pela minha parte, estou persuadido de que a concepção primordial dos *Lusiadas*, o plano que o Poeta architectou na sua mocidade, — se é que já então houve, além da consciencia de uma missão e de um vago e indeterminado desejo de celebrar os actos dos maiores, ideias positivas sobre a execução — era muitissimo differente do que, decennios depois, ao cabo de longa incubação, se desenvolveu na obra magistral que todos admiramos. A *historia poe-*

---

[1] Se Faria e Sousa tivesse reparado n'aquella juvenil promessa, é bem possivel que forjasse mais algumas «*estrophes omittidas e desprezadas pelo poeta*», cheias de louvores dos Noronhas, e em especial do conde D. Francisco. — Cfr. § 374.

[2] *Lusiadas*, x, 62 [e não 42]. *Tras este vem Noronha*, e: *Fará em Noronha a morte o usado officio.* *

[3] Penso nas palavras que El-Rei D. Denis disse, morrendo, a seu filho, o Principe D. Affonso (Schäfer, I, 381); e na bella phrase do auctor das *Decadas* (IV, 2, 6).

[4] *Lusiadas*, II, 55.

[5] Ib., x, 140, 7.

* Os commentadores antigos entenderam sempre que a promessa dada na Egloga — a D. Antonio, e não a D. Francisco — fôra cumprida na *Egloga funerea I*.

tizada que na mocidade de Camões lhe andara na mente, transformara-se em *poema historico: os Lusiadas.* [1]

§ **163.**— O segundo ponto que exige explicações é o seguinte: como era possivel que pessoas de fina altura, prudentes, praticos nos negocios d'este mundo, e verdadeiramente affeiçoados a Camões, favorecessem seu amor ardente e arrebatado, ainda não correspondido, por uma dama da Rainha?

Respondo: porque os paes de D. Catherina de Ataide, eram tambem pouco abastados de bens de fortuna. Isto resulta claramente de uma disposição testamentaria da Rainha D. Catharina, a favor da mãe, cujo teor é:

«A D. Maria Bocanegra, havendo respeito ao muito tempo que seus paes e ella me serviram *e a que tem necessidade*, mando que se deem cincoenta mil reis de tença em cada anno, em sua vida, e principalmente respeitando ao tempo que D. Catharina, sua filha, me serviu». [2]

Oito descendentes, sendo quatro varões, não dariam poucos cuidados aos paes que, sem duvida, annuiriam gostosos á resolução de duas meninas, D. Cecilia e D. Isabel, de tomarem o véo no convento da Boa-Vista. O dote das outras (duas) e o cabedal dos filhos mais novos, não seria avultado.

O futuro de Luis Vaz, pelo contrario, não era, de maneira alguma, desesperado ou triste: confiava em si proprio, na sua força, no seu genio, e os que o conheciam, presagiavam-lhe um porvir brilhante. Uma fada bondosa depositara no seu berço, como dadivas beneficas, faculdades superiores de espirito e de coração, reservando comtudo na arca fatidica um unico bem: *a moderação.* Os condes, seus protectores, contariam com um bom posto, que a sua recommendação lhe havia de franquear, quer fosse no paço, quer nas embaixadas, no Archivo da Torre, ou algures. E n'este caso os paes de D. Catherina, certamente, não teriam inhibido um enlace da filha com o cavalleiro-fidalgo Luis Vaz de Camões.

O momento tragico da vida affectiva do Poeta está n'isto. Os seus sonhos eram realizaveis. Um desenlace feliz era possivel, ou mesmo provavel. O que desfez as miragens rosadas do futuro, o que produziu a catastrophe e desgraçou a vida dos dois amantes, foram erros de Camões. E é esta consciencia da propria culpabilidade que communicou á sua lyrica aquelle tom de profunda e sentida verdade, a expressão commovente, e a incomparavel harmonia que a distingue.

Muitos tem equiparado como lyricos a Petrarca e Camões. Outros põem

---

[1] Cfr. § 224 e seg.

[2] Juromenha, I, p. 41 e 494, Nota 33.—Cfr. § 154, Nota.

o cantor de Laura acima do grande lusitano; mas quem o faz, esquece que no poeta lyrico procuramos o homem, a sensação; o que buscamos nos seus versos é o écco fiel dos sentimentos de um coração que palpitou, de um individuo que viveu e soffreu: e o *homem* Petrarca, o clerigo sentimental,[1] que cortejou galantemente como trovador e como artista uma dama casada, Laura de Sade, não póde ser comparado ao bizarro cavalleiro secular Luis de Camões que amou apaixonada e infelizmente uma gentil moça e menina, D. Catherina de Ataide.[2]

§ **164.**—Nada consta sobre os fautores que Luis Vaz talvez encontrasse na alta aristocracia, depois de introduzido na côrte. Ha nas suas obras poesias dirigidas a altos dignatarios, como já contámos.[3] Algumas entre ellas podem ser datadas com segurança, quanto ao logar e ao anno. Mas os resultados são nullos para a Vida do Poeta.

O mesmo se dá com os adversarios e inimigos que talvez surgissem depois de as suas relações com a dama do paço se terem tornado um *«segredo a voces»*. Uma particularidade parece quasi certa: os paes de D. Catherina, sonhando com destinos mais altos e horizontes dourados para sua bella e gentil filha, empenhariam toda a sua influencia para com os amigos e parentes, a fim de interessá-los na sorte d'ella, levando-os a desconcertar os projectos dos dois amantes. Ainda assim, não ha com que prová-lo, de modo que teremos que contentar-nos com meras conjecturas.

§ **165.**—Dos amigos de Luis Vaz freqüentadores da côrte, já mencionámos um, que de resto pertence ao numero dos duvidosos: D. Jorge da Silva. Vimos a lenda dos seus amores principescos, a que já me referi,[4] envolvida em pormenores fabulosos.

Ha outro amigo do Poeta, D. João Lopes Leitão,[5] da primeira fidalguia

---

[1] Petrarca não era ecclesiastico; só tinha ordens menores.

[2] *Sämmtliche Canzonen*, p. XVIII. *

[3] Cfr. § 112 e a terceira nota.

[4] V. § 139.

[5] João Lopes Leitão passou novo ainda do serviço do paço para a India; não sei determinar em que anno, (cfr. § 263, Nota 1). Batalhou ahi nas empresas do Oriente, e morreu no mar.

* Ahi Storck reproduz uma passagem bem pensada da Vida de Camões pelo Morgado de Matteus (Paris, 1817, p. 72), objectando a ideia da heterogeneidade entre o amor convencional de um e a paixão positiva, vivida, do outro, que tornou a repetir aqui. O profundo grito de alma nos versos de Camões é, no sentir d'elle, mais pathetico e arrebatador que os artificios do grande Italiano.

do reino, que faz numero na ala dos namorados memoraveis.[1] Este joven cavalleiro, pagem da lança do Principe Real, apaixonara-se por uma donzella da côrte. É o que devemos concluir de um bonito soneto de Camões, escripto na occasião em que avistára, durante uma ausencia do amigo, o seu idolo, fallando-lhe:

> Senhor João Lopes, o meu baixo estado
> hontem vi posto em gráo tão excellente
> que, sendo vós inveja a toda a gente,
> só por mi vos quisereis vêr trocado.
> O gesto vi suave e delicado
> (que já vos fez contente e descontente
> lançar ao vento a voz, tão docemente)
> que fez o ar sereno e sossegado.
> Vi-lhe em poucas palavras dizer quanto
> ninguem dizia em muitas: mas eu chego
> a expirar só de ouvir a doce fala.
> Oh mal haja a fortuna e o moço cego!
> elle que os corações obriga a tanto,
> ella porque os estados desiguala![2]

Este João Lopes era um mancebo atrevido e galanteador. Gostava de discretear com as damas palacianas, e estas, pelo seu lado, não mostravam má cara ao gracioso e bem humorado rapaz. Um dia lembrou-se de infringir a rigorosa etiqueta da casa real: intrometteu-se, levado por um capricho de travessura, no retiro das damas, contra vontade do porteiro, a fim de gozar da vista do gyneceo e das suas inquilinas. El-Rei tomou em má parte a brincadeira e mandou que se conservasse preso em casa. Um dos amigos de João Lopes Leitão, o poeta Pedro de Andrade Caminha, escreveu então duas coplas em redondilhas ao encarcerado,[3] a que este respondeu em outras tantas, dizendo no fim:

> Ninguem haja dó de mi
> por me ver nesta prisão!
> hajam de meu coração
> que vê tanto dano em si![4]

---

[1] Era filho do fidalgo D. Francisco Leitão, e neto (da parte da mãe, D. Joanna Freire) de Rodrigo ou *Ruy de Sande*, o qual figura como auctor de uma coplilha no Cancioneiro de Resende e pertenceu ao grupo dos famosos «fieis de amor», isto é, dos portuguêses namorados. Ácerca de *Ruy de Sande* veja-se Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 265; Storck, VI, p. 210 e 403; C. M. de Vasconcellos, em *Zeitschrift*, VII, 429; assim como Faria e Sousa, *Europa*, II, p. 469.

[2] Soneto 135.

[3] Caminha, p. 361.

[4] Ib., p. 362.—Cfr. § 139, nota 5 d'esta *Vida*.

Esta anecdota e outras que taes, de pouquissimo valor intrinseco, merecem a nossa attenção, porque deixam lobrigar, quaes as condições de vida, o modo de pensar e sentir da mocidade estouvada do tempo, e completam com traços, tirados da vida real, quadros que as redondilhas de Camões desenrolam deante da nossa vista. Quão intimas foram as relações de camaradagem de Luis Vaz e João Lopes, vê-lo-hemos ainda na India, por occasião do espirituoso banquete poetico que o Poeta deu aos amigos,[1] regalando-os com versos e bons ditos, entre os quaes ha allusões e apodos a umas voltas de João Lopes.[2] Não será inutil notar que este fidalgo, sendo amigo intimo de Camões, estava ao mesmo tempo em relações com Andrade Caminha.

§ **166.**—Não se póde pôr em duvida o facto que o Camões teve na côrte inimigos, espiões cheios de inveja e ciumes, os quaes o malsinaram com os seus protectores, e por suas murmurações lhe suscitaram graves perigos e desgostos. Mas nem um só nome era conhecido até 1860.

Juromenha[3] e Braga[4] foram os primeiros a sustentar que os epigrammas de Andrade Caminha continham apodos irrisorios a Camões.

Este mediocre poeta, mas cortesão habil que sustinha relações litterarias com todos os coevos poetizantes,[5] não foi homem de caracter absolutamente integro e puro: uma mesquinha e pouco generosa delação, aliás muito pouco aggravante, lançada contra um prisioneiro da Inquisição, o nobre historiador Damião de Goes (que já mencionámos),[6] ennodoa o seu nome. A esta fama

---

[1] *Se não quereis padecer.*

[2] *Se vossa dama vos dá.* *

[3] Juromenha, I, p. 515 e 160. **

[4] Braga, I, p. 146-150. ***

[5] Francisco Sá de Miranda, Antonio Ferreira, João Lopes Leitão, Heitor da Silveira, Diogo Bernardes, Jorge de Montemór. ****

[6] V. § 79.

* Bonito amphiguri sobre a palavra *cacha*.

** Diz precatadamente: «Se não falha a conjectura, Caminha, poeta mediocre, aguçou um feixe de epigrammas que dirigiu contra o peito do poeta, mas que mal podia roçar-lhe as roupas». Mais nada!

*** Ahi, e de p. 187 a 197, explica a «infamia» do «insulso» Caminha escolhendo entre o feixe de nove epigrammas por elle dirigidos «*contra um poeta*», os sete que lhe pareciam mais «acerados» e mais susceptiveis de interpretação anti-camoniana.

**** De menos fama são Luis Alvares Pereira, Francisco d'Andrade, D. Jorge de Menezes, João Rodrigues de Sá e Menezes, Francisco de Sá e Menezes, Filippe de Aguilar, D. Antonio de Vasconcellos, D. Manoel de Portugal, Jeronymo Côrte-Real, D. Francisco de Moura, Duarte Diaz, D. Jorge de Faro, Gomes Freire d'Andrade, D. Luis de Menezes e muitos outros.

accrescia a hypothese, architectada por Braga, de Andrade ter sido competidor de Camões como pretendente á mão de D. Catherina.* Ha nas obras de Caminha, entre oitenta e um epitaphios, um dedicado á *S.ra Dona Catherina d'Ataide, Filha de Dom Antonio de Lima, Dama da Rainha.* E diz:

> Aqui jaz escondida aquella dama,
> fermosissima e rara Catharina,
> que no mundo terá gloriosa fama,
> de cuja vista a terra foi indina.
> Aqui chorou o Amor, e d'aqui chama,
> que nesta pedra, de toda honra dina,
> contem immortaes versos e louvores
> A Fermosura, as Graças e os Amores.[1]

Mas que frialdade e que dizeres tão convencionaes! Que amante tão secco, e que rival pouco para temer!** Não sou capaz de descobrir n'aquelles oito versos uma unica centelha de affeição! Parecem obra de encommenda!

A sua existencia explica-se de um modo muito mais simples. Caminha, homem já barbado, de trinta e seis annos, desempenhava na data da morte de D. Catherina (1556) as funcções de camareiro do Infante D. Duarte (II, o moço), sendo portanto collega, e collega subalterno, de D. Antonio de Lima, que fazia de camareiro-mór. Eis porque o versificador se viu, para assim dizer, moralmente obrigado a dedicar algumas palavras ao obito de D. Catherina, e compôs aquella triste oitava, cujo terceiro verso porventura alludirá a varias poesias que a vida e a morte de *Natercia* e *Terciana* inspiraram a vates de mais fertil veia, isto é, aos bellos cantos de Camões e de Francisco de Andrade. O quarto verso recorda o soneto escripto por Camões sobre a memoravel sexta-feira da Paixão,*** em que tinha avistado pela primeira vez a sua amada.

Se, pelo menos, D. Catherina fosse a unica menina que Andrade Caminha se dignou celebrar n'um epitaphio. Mas não! Lá estão, além das pessoas da casa real, outras damas do paço: D. Maria de Tavora, D. Jeronyma de Noronha (com a não pequena serie de oito epitaphios), D. Maria Coutinho, e outras mais.

---

[1] Caminha, p. 269: Epitaphio XXII.

* *Hist. Cam.*, I, p. 148—«o epitaphio... leva a crêr que ella *(C. de A.)* não lhe era indifferente».

** De resto, a dama de Caminha era uma *Filis,* por elle cantada em centenas de versos que repetem com assaz monotonia: «**Por Filis arde Androgeo**».

*** É o verso no qual o Camões falla de «*uns olhos de que eu não era dino*», phrase singela que se repete muitas vezes nas poesias dos Quinhentistas.

Conjecturou-se ainda que Andrade Caminha teria accusado Camões, trahindo os seus amores com D. Catherina, ao camareiro-mór. Para quê, meu Deus? O amor do Poeta era um segredo publico desde a Paschoa de 1545. E que cara teriam mostrado ao vil mexeriqueiro, um João Lopes Leitão, Heitor da Silveira, Francisco de Andrade, Antonio da Silveira, D. Manoel de Portugal, os amigos communs dos dois poetas, que continuaram a ter relações com ambos? Que diria D. Francisca de Aragão, venerada e celebrada por ambos? E principalmente, onde estão as provas?

Braga julga ter encontrado materiaes comprovativos em alguns epigrammas de Caminha. Mas estes, se realmente se referem a Luis Vaz, só fallam das suas qualidades de *poeta*, e não dos seus amores.

Allegarei, para nada supprimir ou sonegar, tudo quanto Braga indicou como motejo, calumnia e apodo invejoso ao Poeta, declarando, comtudo, desde já que tenho todos aquelles aliás pouco mordazes epigrammas por simples *estudos* sobre modelos latinos. Posso nomear alguns, e acho que não seria difficil descobrir tambem os originaes dos restantes.

Lá temos uns versos «a um que tinha grande opinião de saber e de sangue»:

Se está o saber na propria opinião,
tu só, sem falta, sabes mais que todos!
Se tambem está nella a geração,
tambem, sem falta, és nobre mais que os Godos!
Mas se está no que sabe o mundo todo,
sabe-se que nem sabes, nem és Godo.[1]

Camões todavia nunca bravateia, e mencionou a sua preclara estirpe só uma vez,[2] no anno de 1570 a 1571, não para ostentar, cheio de vaidade, a sua linhagem, mas para se recommendar modestamente. E o seu saber? Não era preciso que elle o gabasse. As suas obras o faziam, e amigos e admiradores não deixariam de reforçar a prova.

Ouçamos mais tres epigrammas lançados «*contra um poeta*»:

Por poeta douto e mancebo és julgado,
e esta opinião de ti não é secreta.
Mas vejo-te de ti ser tão louvado
de mancebo e de douto e de Poeta
que de ti, se perdoas, não concebo
que és poeta, nem douto, nem mancebo.[3]

---

[1] Caminha, p. 338: Epigram. CVI.

[2] Cfr. § 1, nota 4.

[3] Caminha, p. 352; Epigr. CXLIII.

O texto não menciona, nem a tradição indigitou o nome de Luis Vaz; nem mesmo, considerado como caricatura, os traços physiognomicos são os d'elle.

> Ao teu sabor escreves o que escreves,
> a leis d'outros poetas não te obrigas;
> tambem tu és poeta, e não te deves
> atar a leis de poesia antigas:
> Faze leis, e desfaze como fazes;
> ri-te dos outros, se te satisfazes.[1]

Quem me dera saber com que fundamento se podia applicar aos versos de Camões esta satyra contra um imprudente neologo!* Fanfarrão, vaidoso, innovador?

Mas temos ainda mais e melhor: o importuno recitador de seus versos!

> Muitas vezes meus versos me pediste
> que t'os mostrasse, e nunca t'os mostrei.
> Em não pedirte os teus, se bem sentiste,
> entenderias porque t'os neguei:
> Da paga me temi. Se a não temera,
> muitas vezes meus versos já te lera![2]

Caminha imitou n'estes epigrammas a Marcial,[3] não sabemos se unicamente por gostar do sal attico d'este poeta e para saborear melhor os originaes romanos—*l'art pour l'art*—ou se com o intuito de lançar os versos emprestados contra um collega enfadonho! O que me parece certo, é que *não* foi contra Camões. O **testimonium paupertatis** seria enorme!

Muito mais plausivel me parece considerarmos como diatribe contra o cantor dos *Lusiadas* os versos seguintes:

---

[1] Ib., n.° CXLIV.

[2] Ib., p. 353, Epigr. n.° CXLVIII.

[3] Marcial, I, 63; V, 73; VII, 3.**

---

* Braga falla com relação a este epigramma «*do genio innovador de Camões que inaugurava em Portugal as verdadeiras canções e eclogas da eschola italiana*», (p. 149), mas a affirmação é um tanto arbitraria.

** A imitação é evidente. Ouça o leitor:

> Ut recitem tibi nostra rogas epigrammata. Nolo.
> Non audire, celer sed recitare cupis.

Dizes que o bom poeta ha de tér furia!
Se não ha de ter mais, és bom poeta.
Mas se o poeta ha de ter mais que furia,
tu não tens mais que furia de poeta![1]

Este jogar com a palavra «*furia*» (*furor e enthusiasmo poetico*) referir-se-hia a uma das estrophes de invocação dos *Lusiadas!*[2] Mas as dictas estrophes, se bem que escriptas antes de 1568, não o foram antes da partida para a India: de sorte que só expressões oralmente proferidas poderiam ter motivado aquella petulancia.[3]

Reservando para melhor occasião dois epigrammas de Caminha (os quaes, segundo Braga, tambem dizem respeito a Camões), dou aqui alguns, para esgotar todas as possibilidades.

Cansado, mao poeta, me deixaste
dos versos que te ouvi, seccos e duros!
Onde apprendeste tal? Como inventaste
tão improprios versos, tão impuros?

---

[1] Caminha, p. 352. Epigr. CXLV.

[2] É a quinta entre as dezoito do principio da epopeia, e em especial o verso:

Dae-me uma *furia* grande e sonorosa

[3] O leitor encontrará um d'elles no § immediato (167); o outro mais tarde (§ 196).

Non donem tibi cur meos libellos
orauti toties et exigenti
miraris, Theodore? Magna causa est:
dones tu mihi ne tuos libellos.

Cur non mitto meos tibi, Pontiliane, libellos?
Ne mihi tu mittas, Pontiliane, tuos.

Darei mais um passo ainda do que o sr. Storck, opinando que tambem o Epigramma CXLIII é copia, muito embora copia modificada, de um original do satyrico latino que disse:

Bella es, novimus, et puella, verum est;
et dives, quis enim potest negare?
Sed cum te nimium, Fabulla, laudas,
nec dives, neque bella, nec puella es.

A unica differença é que a menina bella e rica se transformou em poeta, mancebo e douto! (Mart. I, 64).

Mas em ti mesmo cuido que os achaste,
de tudo desordenados e inda escuros,
e que ora as certas syllabas passavam,
ora ás syllabas certas não chegavam.[1]

A segunda diz:

Quando teus versos, d'este nome indinos,
me lembram, mao poeta, inda m'abalo
de não serem teus versos «caballinos»
e parecerem «versos de cavallo».
São louvados os versos peregrinos
e eu nunca seu louvor escondo ou calo;
mas não louvo, poeta, os versos que usas,
de Phebo peregrinos e das Musas.[2]

Ambas são estudos segundo Marcial,[3] e as restantes mal podem ter outra fonte, apesar de o erudito Caminha ter sido bom entendedor não sómente na lingua de Lacio mas ainda na de Athenas. *

Tenho por copia tambem a oitava seguinte:

Nada (segundo intendo) te parece,
grande poeta, bem na alhea musa:
nunca ante ti na tua erro apparece,
e se t'o mostram, dás-lhe logo a escusa.
Se o concelho te enfada e t'aborrece,
que se pode dizer a quem isto usa,
senão que bem seus versos lhe pareçam
e os alheos lhe enfadem e aborreçam?[4]

E mais est'outra, cuja ideia foi tratada repetidas vezes[5] por Marcial:

---

[1] Caminha, p. 350: Epigr. CXL.
[2] Ib., p. 351: Epigr. CXLI.
[3] Marcial, II, 89, 3.
[4] Caminha, p. 351: Epigr. CXLII.
[5] Ib., I, 91; II, 88; X, 102.

* Ha entre os versos de Caminha effectivamente muitas imitações e versões de latinos e gregos, como Ausonio, Moscho, Theocrito, etc., e mesmo entre os Epigrammas ha uns quinze que o proprio auctor dá como traducções! De *todos* os restantes póde dizer-se que foram inspirados por modelos classicos e que o poeta os trabalhou a frio. Mais difficil porém será decidir, se debaixo das apparencias correctas não se occultavam ainda assim intenções hostis, contra o maior dos seus confrades em Apollo.

Queres que por poeta te julguemos
e nenhuns versos teus queres que ouçamos.
Mas seja assi, que assi melhor creremos
isso que de ti queres que creamos.[1]

Estes dois epigrammas, tão parecidos aos primeiros, (e dirigidos «ao mesmo poeta», conforme se affirmam expressamente nas obras do proprio Caminha), não podem de modo algum relacionar-se com Luis Vaz. Visto isso e visto ainda que não se adiantam a affirmá-lo nem Juromenha nem Braga, sustento que tambem as outras suspeitas não tem fundamento algum. N'uma palavra, tenho-as na conta de absolutamente gratuitas.

O ultimo epigramma que allegarei, tampouco contém referencias claras a Camões:

Quando alguns versos teus me dás que lea,
os meus louvados são de ti primeiro.
Deves querer que a quem me lisongea,
seja eu tambem amigo lisongeiro.
Se o que me dizes queres que te crea,
crê-me, porque tambem som verdadeiro:
louvas meus versos, eu não louvo os teus,
nem desejo que tu louves os meus.[2]

§ **167**.—Todos estes epigrammas parecem-me pouco individualizados e tambem pouco acerados, não podendo acertar nem ferir fundo. Ninguem entre os contemporaneos adivinharia que o vate, contra o qual se dirigiam, era Camões; e este mesmo não suspeitaria do motejo.

Quem acreditar na inimizade ciumenta dos dois officiaes do mesmo officio, ou antes na inveja do official contra o mestre, poderá facilmente desencantar entre os duzentos e oitenta e sete epigrammas de Caminha mais alguns com insultos e apodos dirigidos a Camões.[3]

Braga, por exemplo, quer que o cavalheirismo do joven fidalgo seja chasqueado nos versos seguintes:

Gabaste-te de grande cavalleiro;
e se em matar está a cavallaria,
devem-te nisto ter por cavalleiro,
pois matas mil co'a lingua cada dia.

---

[1] Ib., p. 353. Epigr. CXLVII.
[2] Ib., ib. Epigr. CXLVI.
[3] Braga. *Hist. Cam.*, I, 197.

Sempre no maldizer és o primeiro,
no bemdizer a lingua se te esfria:
este é o esforço com que alçar-te queres,
estas as armas com que a tantos feres.[1]

Que o Camões arrancava mais tarde facilmente da espada, bem o sabemos de uma carta sua em prosa, a que já alludimos varias vezes. Mas não ha signal de que fosse má lingua, um despiedoso rouba-honras e fanfarrão *ex-officio*. Não quero negar todavia que já então nos circulos palacianos que o tinham acolhido, o seu irrequieto e vivo temperamento encontrasse adversarios e que pela espada pagasse algumas vezes o que a lingua peccara.

Cuido tambem que muitos successos e incidentes haveria n'aquella temporada que não eram dignos do aio de D. Antonio de Noronha, e pouco favoraveis á fama do Poeta.

Esperanças, desejos, sonhos luctavam no seu peito com ciumes, iras e agastamentos. Perto da amada não se sentia feliz. Um novo engenho ardente, um desejo immenso de se abalançar a grandes empresas, de expandir o ardor do sangue desinquietavam-no, fazendo emergir nos horizontes dourados castellos aereos. Mas longe d'ella consumia-se em saudades, scismando, ansioso por tornar a vêr o seu brando olhar.

No verão a familia do conde retirava, de certo, para qualquer das suas quintas; e Luis Vaz respirava renascendo da guerra continua que agitava o seu peito, no sossego e na paz da natureza, longe do bullicio da côrte, e suas tentações:

Campo! nas syrtes d'este mar da vida,
apos naufragios seus taboa segura!
claras bonanças em tormenta escura!
habitação da paz! de amor guarida!
A ti fujo. E se vence tal fugida,
e quem mudou logar, mudou ventura,
cantemos a victoria! e na espessura
triumphe a honra da ambição vencida!
Em flôr e fructo de verão e outomno
utilmente murmuram claras aguas.
Alegre me acha aqui, me deixa o dia.
Amantes rouxinoes rompem-me o somno
que ata o descanso; aqui sepulto** magoas
que já foram sepulcros de alegria.[2]

---

[1] Caminha, p. 347.—«*A um que se gabava de cavalleiro*».*

[2] Soneto 170.

* Este epigramma **não** pertence ao cyclo das satyras lançadas *contra um poeta*.

** *Sepulto* por *sepulta* é lição conjectural minha.

Mas este benigno e benefico descanso só era de treguas, e não de paz. E curtas treguas! A paisagem encantava-o, mas os olhos procuravam a vista de Natercia. Sem ella o encanto desfazia-se n'um instante.

A formosura d'esta fresca serra,
e a sombra dos verdes castanheiros,
o manso caminhar d'estes ribeiros
d'onde toda a tristeza se desterra:
O rouco som do mar, a estranha terra,
o esconder do sol pelos outeiros,
o recolher dos gados derradeiros,
das nuvens pelo ar a branda guerra;
Emfim, tudo o que a rara natureza
com tanta variedade nos offrece,
me está, se não te vejo, magoando.
Sem ti tudo me enoja e me aborrece;
sem ti, perpetuamente estou passando
nas mores alegrias mor tristeza.[1]

O poeta descreveu muitas vezes, cantando, o estado da sua alma na ausencia da amada, mas nunca com mais profunda paixão e dôr mais lancinante do que na immortal canção da *Vida.*[2] Não podemos copiar aqui tudo quanto diz respeito a uma dada situação que o inspirava. Bastem portanto as duas amostras, e mera indicação de algumas das restantes.[3]

§ **168.**—Resumamos o resultado da nossa investigação. Depois de conhecer algumas damas do paço, e em especial depois de ter avistado D. Catherina de Ataide, o Poeta nutria o vivo desejo de ter entrada na côrte. Para ter creditos de poeta culto, á altura do seu tempo, compôs uma poesia de folego maior, uma egloga «mantuana», em estylo e metro classico, e dedicou-a ao seu Mecenas, o conde de Linhares, D. Francisco de Noronha, ganhando assim o premio almejado: ser apresentado nos paços reaes. As suas maneiras agradaram; os seus talentos causaram admiração; os seus versos foram tidos em apreço e applaudidos. As redondilhas graciosas, ternas, delicadas e chistosas que improvisava nos serões, alcançaram voga; os seus Autos, o seu desempeno como compositor dramatico, actor e talvez ensaiador dos jovens au-

---

[1] Soneto 270.

[2] Canção x (ou xii), e particularmente os versos 81-160.

[3] As redondilhas: «*Suspeitas, que me quereis*»; os sonetos: «*Tanto de meu estado me acho incerto*»; «*Passo por meus trabalhos tão isento*»; «*Busque Amor novas artes, novo engenho*»; as Oitavas primeiras (versos 185 e seg.); etc.

licos, divertiam e deleitavam finamente. Muitos entre os magnates acolheram-no com benevolencia e transformaram-se em protectores e admiradores declarados do brioso mancebo. Mas quantos mais fautores, tantos mais zoilos e invejosos. O seu profundo amor breve foi conhecido. Quanto a D. Catherina, ora parecia agradecer e partilhar os seus ternos sentimentos; ora mostrava-se fria, indifferente, esquiva e cruel, conforme cedia ao livre impulso do seu coração, ou attendia ás murmurações e conselhos cordatos, ou malevolos, de verdadeiros e falsos amigos. E quando accessos de ciumes, provocados por uma palavra mais branda ou um riso mais suave, por D. Catherina dispensado a este ou áquell'outro cortesão, transformavam o amor em impetuosa e embriagadora paixão que levava a desvarios e faltas contra a etiqueta, não faltavam murmurações e avisos, palavras acres, duvidas e terrores, que o desgostaram da convivencia com os aulicos. Gostosamente acompanhou portanto o seu alumno para o campo. Mas promptamente reconhecia que Lisboa era o centro, a alma e o coração do seu mundo, e que longe da côrte já não havia prazeres para elle. Ignoramos quem fossem seus amigos; e não consta que já então tivesse desafios e duellos com os seus emulos e adversarios ou com os praguentos inquiridores e diffamadores do seu amor.

XIII

CAMÕES DESTERRADO DE LISBOA

XIII

CAMÕES DESTERRADO DE LISBOA

§ **169.**—Jamais alcançaremos saber quanto tempo durou o martyrio do namorado Poeta. Os seus versos oscillam entre a alegria e o desconsolo; das amarguras de profunda saudade passa para arrobos violentos; e d'estes para calma e serenidade; considerações sentimentaes alternam com desejos atrevidos e altivas ambições. Mas ao consultarmos as poesias, escriptas inqüestionavelmente no Ribatejo, em Ceuta, na viagem para a India, ou durante as differentes expedições em que tomou parte, como na jornada ás Moluccas, vêmos claramente que de facto houve entre Luis Vaz e D. Catherina uma séria alliança, e que os amantes, confiados no seu destino, auguravam bem do triumpho final dos seus amores, ainda que estremecessem ás vezes, transidos de susto e medo.

§ **170.**—O amor illuminava as vigilias de Camões que trabalhava cheio de vigor e de esperança, o peito encendido de enthusiasmo, a fim de conquistar o apreço dos entendidos, e porventura um posto lucrativo que o enaltecesse aos olhos dos Ataides.

É exactamente n'aquelle periodo que temos de collocar a maioria das suas redondilhas, um grande numero de sonetos, e entre elles os bem cinzelados quadros sobre assumptos da escriptura santa, mythologia classica e historia antiga, algumas odes, como por exemplo, dois estudos sobre modellos horacianos[1] (talvez o fructo de leituras com D. Antonio de Noronha?).

---

[1] Ode VIII *Fogem as neves frias*, e XI *Já a calma nos deixou*. *

* Storck (III, p. 353) opina que o Camões teve em vista imitar a Ode IV, 7 de Horacio, mas que aproveitou, ainda outras reminiscencias horacianas e ovidicas.

os tres autos e todas as oito (ou sete) eglogas que são verdadeiramente d'elle, com excepção da «Funerea».

E os *Lusiadas?* A egloga quinta manifesta claramente que o Poeta já pensava a sério na sua epopeia patriotica em 1544; e da quarta, dirigida pouco depois á sua musa e inspiradora, se póde inferir que o grandioso trabalho ia crescendo e prosperando. Julgo que os cantos III e IV, o verdadeiro ponto de partida da obra, já estariam promptos.

Deitemos um olhar sobre os dizeres que interpreto n'este sentido.

§ **171.**—Não póde padecer duvida que o IV Idyllio, dedicado, na opinião dos editores, a *uma dama*, fosse realmente offerecido a D. Catherina, quando Luis Vaz estava quasi certo da sua terna affeição. Se ella o inspirar, dignando-se favorecê-lo, já não carece de outra ajuda:

> Em vós tenho Helicon, tenho Pegaso;
> em vós tenho Calliope e Thalia,
> e as outras sete irmãs, com o fero Marte;
> em vós deixou Minerva sua valia,
> em vós estão os sonhos do Parnaso;
> das Pierides em vós s'encerra a arte.[1]
>
> *Podeis fazer que cresça de hora em hora*
> *o nome lusitano e faça inveja*
> *a Esmirna que de Homero s'engrandece.*
> Podeis fazer tambem que o mundo veja
> soar na rude frauta o que a sonora
> cithara mantuana só merece.[2]

E no fim:

> Se aquillo, que eu pretendo
> d'este trabalho haver (que é todo vosso,
> senhora), alcançar posso,
> não será muito haver tambem a gloria
> e o louro da victoria
> que *Virgilio* procura e haver pretende,
> —pois o mesmo *Virgilio* a vós se rende.[3]

---

[1] Egloga IV, 14-19.*

[2] Versos 27-32.

[3] Versos 332-338.**

* O traductor allemão cita aqui, como em todos os trechos camonianos, a sua admiravel traducção, modificando d'esta vez levemente o teor do verso dezaseis, isto é, traduzindo ainda com mais rigorosa fidelidade: *Sieben Geschwistern sammt dem Gott der Schlacht*, em logar de *Geschwistern, die verwandt dem Gott der Schlacht*.

** Aqui temos, no texto allemão, differenças mais importantes, devidas á nova e engenhosa

§ **172.**—Que inducções tiraremos d'aquellas palavras? Os favores e a bemquerença de Natercia levantarão tão alto o genio do vate lusitano, sublimando-o que, se continuar e concluir os *Lusiadas*, o novo epico egualará ou ultrapassará com o seu poema o cantor de Esmirna e o doce Mantuano,—cuja Eneida era tida então no maior apreço—assim como já egualára ou ultrapassára em Portugal, com os seus melodiosos idyllios nacionaes, a fama e gloria das bucolicas do mesmo Virgilio. As suas creações poeticas, tanto as épicas, inspiradas por *Calliope*, como as dramaticas, dictadas por *Thalia*, e as lyricas, notadas por *Erato*, a mais graciosa entre as restantes sete irmãs, eximi-lo-hão dos serviços que o bom Lusitano tem de prestar ao deus da guerra, isto é, levá-lo-hão rapidamente, sem fadigas e perigos, a um alto posto nas regiões superiores da vida.

Vemos, portanto, que a epopeia já estava começada. E vemos ainda—o que ninguem parece ter descoberto até hoje—que os seus versos idyllicos já tinham conquistado a Luis Vaz nos circulos litterarios da capital[1] o sobrenome honrosissimo de «*Virgilio lusitano*». De onde devemos inferir o seguinte: o Camões era afamado como bom engenho, e o seu talento aquilatado em muito na sociedade culta; os fautores e admiradores da sua musa punham n'elle grandissimas esperanças; a fortuna lhe mostrava um rosto prazenteiro, e miragens de um futuro brilhante lhe sorriam fagueiramente.

Encaremos os acontecimentos que transformaram em fumo estas esperanças.

§ **173.**—Já ouvimos[2] o que os biographos antigos—Mariz, Severim de Faria, e Faria e Sousa, com excepção de Corrêa, que guarda profundo silencio—nos contam ácerca das primeiras desgraças do Poeta: o desterro de Lisboa, motivado pelos seus amores com uma dama do paço da Rainha D. Catharina. Ainda aqui estamos em frente de um enygma.

Amar seria porventura um crime no paço? Ou tornar-se-hia um crime,

[1] Portugal não era, de modo algum, pobre em poetas. Braga communica a lista de duzentos e tres nomes de escriptores quinhentistas. (*Hist. de Cam.*, II, 585 e seg.).

[2] V. § 146 e 147.

interpretação, cuja essencia o leitor encontra no paragrapho seguinte. Eis a versão emendada:

> Wenn, Herrin, zum Entgelt
> der Mühn an diesem Euch geweihten Sange,
> ich meinen Wunsch erlange,
> dann darf ich auf den Ruhm zu hoffen wagen,
> den Siegeskranz zu tragen
> den als Besitz «Virgil» erstrebt und liebt,
> da «eben der Virgil» sich Euch ergiebt.

quando o amante pretendia abertamente a mão da amada? Ou haveria, no caso de Luis Vaz e D. Catherina de Ataide, aggravantes que causavam escandalo e exigiam expiação? Infracções das leis da etiqueta, que regulavam a convivencia e o trato dos palacianos, eram, como já mostrámos, severamente punidas.

Nada sabemos. Uma particularidade, porém, me parece superior a toda a duvida: Natercia conservou-se isenta de toda a culpa, a não ser que queiramos considerar como culpavel nutrir um casto e puro amor por um genio eminente. E nem mesmo a severa e devota Rainha D. Catharina pensou assim, conforme resulta do seu significativo testamento, em que menciona a filha de D. Maria Boccanegra.[1]

O verdadeiro incriminado devia ser, portanto, Luis de Camões.

Mas quaes seriam os seus delictos? Que revelações se escondem nas suas poesias a este respeito?

§ **174.**—Ha na egloga segunda algumas graves sentenças sobre os desatinos de amor de Almeno (anagramma de Manoel), pronunciadas nas margens do Tejo pelo seu companheiro e amigo, o pastor Agrario.* Copiamo-las, porque são significativas:

> Não pode quem quer muito ser culpado
> em nenhum erro, quando vem a ser
> este amor em doudice transformado.
> Amor não será amor, se não vier
> com doudices, deshonras, dissensões,
> pazes, guerras, prazer e desprazer,
> Perigos, linguas más, murmurações,
> ciumes, arruidos, competencias,
> temores, mortes, nojos, perdições.[2]

Luis Vaz falla, sem duvida alguma, por experiencia propria, muito embora não soffresse todas as funestas conseqüencias de uma louca e desenfreada paixão. Que as suas demasias occasionaram um triste destino, elle mesmo o confessa no soneto seguinte:

---

[1] V. § 163.

[2] Egloga II, versos 348-356.

---

* Já os coevos reconheceram na figura de Almeno, o retrato de Camões. Fernão Alvares do Oriente, por exemplo, costuma designar o seu adorado poeta com o nome de «*brando* ou *amado Almeno*».

Erros meus, má Fortuna, Amor ardente
em minha perdição se conjuraram.
Os erros e a Fortuna sobejaram,
que para mim bastava Amor sómente.
Tudo passei; mas tenho tão presente
a grande dôr das cousas que passaram
que já as freqüencias suas me ensinaram
a desejos deixar de ser contente.
Errei todo o discurso de meus annos;
dei causa a que a Fortuna castigasse
as minhas mal fundadas esperanças.
De Amor não vi senão breves enganos.
¡Oh quem tanto podesse que fartasse
este meu duro genio de vinganças![1]

Ficamos sabendo que amor, acções culpaveis e má sorte arruinaram os seus planos e projectos. O amor foi provavelmente o verdadeiro instigador dos erros e o causador da má sorte.

§ **175.**—Algumas indicações mais explicitas, mas ainda assim absolutamente insufficientes, existem na ultima das eglogas, poetadas por Camões em Portugal. Almeno e Belisa, ou por outra, Manoel e Isabel, encontram-se na praia do Tejo. O pastor amante pergunta á gentil, mas aspera pastora, lamentando-se:

E como te não lembras do perigo
a que só por m'ouvir t'aventuravas,
buscando horas de sesta, horas d'abrigo?[2]

E depois de explicar, delicadamente, que a graça e a formosura, mas não o ouro e o poder, o arrastaram a declarar a sua inclinação ardente, e que as más tenções de invejosos e mexeriqueiros não deveriam têr causado tantas desventuras, Belisa lhe responde, exprobrando ternamente as suas queixas:

Mal conheces, Almeno, uma affeição!
Que s'eu d'esse amor tenho esquecimento,
meus olhos magoados t'o dirão!
Mas *teu sobejo e livre atrevimento,*
teu pouco segredo, descuidando,
foi causa d'este longo apartamento.[3]

---

[1] Soneto 194.

[2] Egloga III, versos 191-193.

[3] Egloga III, 212 e seg.

Depois d'estas e outras mais palavras, Belisa se transforma em «*sylvestre e aspera rudeza*», [1] mas não sem ter lançado em rosto ao amante, piedosa e despiedosa ao mesmo tempo, a confissão do seu antigo amor:

> Um só segredo meu te manifesto:
> que te quis muito, em quanto deus queria,
> mas de pura afeição, e amor honesto;
> E pois de teus *descuidos e ousadia*
> nasceu tão dura e aspera mudança,
> folgo que muitas vezes t'o dizia.
> Fica-te embora! e perde a confiança
> de ver-me nunca mais como já viste:
> que assi se desengana uma esperança! [2]

Se é licito reconhecer em Almeno a Luis Vaz, e em Belisa a D. Catherina, podemos lobrigar aqui, n'um vago claro-obscuro, os acontecimentos que motivaram a catastrophe.

A affeição dos dois amantes era manifesta; peccaram contra os regulamentos palacianos, e ficaram sendo assumpto de commentarios malevolos ou mesmo escandalosos. Não se me figura pouco provavel que uma pendencia de honra, talvez com um dos irmãos de D. Catherina, quer fosse decidido de facto com as armas, quer não, occasionasse o decreto real que relegava o desafiador da côrte, isto é, de Lisboa. A carta em prosa, tantas vezes allegada, não deixa duvida sobre o facto de o Poeta ter desafiado ou ter sido desafiado varias vezes, e de que alguns dos adversarios se retiraram sob qualquer pretexto. [3]

§ **176.**—As causas do desastre são indicadas por Juromenha [4] e Theophilo Braga [5] quasi do mesmo modo. Ambos julgam, comtudo, reconhecer as

---

[1] Leoni, «*Camões e os Lusiadas*», p. 102, opina que a transformação em arvore indica que a donzella fôra constrangida a tomar o veu.

[2] Egloga III, 221 e seg.

[3] Cfr. § 110.

[4] V. Juromenha, I, p. 39 e seg. *

[5] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 163 e seg., 166, 197, 200. * *

* O Visconde falla da ousadia, falta de segredo, doudices, pretenções que não se casavam com o decoro e castidade da dama, indiscrição no fallar, pouco disfarce e cautela, e accrescenta: «a inveja e a murmuração deram publicidade a estes amores, o que parece ter sido mal soffrido por elle, dando logar a alguma desavença».

* * Segundo Braga «as causas d'este desastre estavam no caracter de Camões (p. 166); na sua altivez, coragem e bravura; na segurança da força physica, que ostentava; na irreverencia e falta de respeito ás auctoridades e na liberdade do seu pensar.

suas origens, não sómente na indiscrição e no caracter impetuoso do Poeta, mas tambem na composição de um auto, o *d'El-Rei Seleuco*, que valeria, pelo menos aos olhos do monarcha, de circumstancia aggravante.

Luis Vaz compôs em Lisboa, entre 1544 e 1547, duas comedias:[1] em primeiro logar o *Filodemo*, especie de conto ou novella dramatizada com arte e engenho, e em segundo logar o auto dos *Amphytriões*, nacionalização magistral do classico modello de Plauto. Este ultimo fôra muito bem recebido. Sabemo-lo por um soneto laudatorio de Francisco Gomes de Azevedo, ao qual Camões respondeu, *pelos consoantes*, evidentemente n'um improviso.[2] O terceiro auto escripto, sem duvida alguma, sobre o joelho, foi destinado aos festejos de um dia de noivado em casa de Estacio da Fonseca, onde uma senhora fulana Gonçalves se consorciava com certo Mendes de tal.[3] Imagino-o

---

[1] V. Storck, vi, *Dramatische Dichtungen*, p. 327-330 e 390-391. *

[2] V. Storck, vol. ii, p. 380, e vi, p. 391. **

[3] V. Storck, vi, p. 348-363. Commentario do Auto de El-Rei Seleuco. ***

* O traductor allemão enunciara no volume indicado a opinião que os Amphytriões foram compostos em Lisboa (e portanto depois de 1542), fundando-se, com todo o direito, na menção de Alfama, no verso 175. Engana-se sómente, julgando reconhecer em Alfama uma aldeola de pescadores, em logar de um bairro afamado e infamado de Lisboa.—Do *Filodemo*, representado, segundo os dizeres de Luis Franco, na India, perante Francisco Barreto, dizia não saber decidir, se esta indicação era exacta. Se hoje opina que o *Filodemo* pertence tambem ao fertil periodo lisbonense, procede assim pela, aliás injustificada, desconfiança com que visa o cancioneiro Luis Franco, e ainda pela ideia que o primeiro editor Affonso Lopes aproveitou um manuscripto conservado na bibliotheca da capella real, pertencendo o *Filodemo* portanto ao Repertorio das peças que então se representavam no paço. Quanto ao *Rei Seleuco*, Storck datara-o simplesmente de Lisboa, isto é, entre 1542 (ou 43) e 1547.

** No Commentario dedicado aos sonetos 62 e 63 fôra assentado o seguinte: 1.º) O auctor do Soneto «*Quem é este que na harpa lusitana*» é o aliás desconhecido Francisco Gomes de Azevedo, por este ser o unico nome de auctor conservado em manuscriptos camonianos; dando-se portanto por absolutamente arbitraria a attribuição de Faria e Sousa, que o reivindicara para João Lopes Leitão. 2.º) O Soneto não foi recitado depois da representação do Auto de Filodemo *em Goa*, mas sim por motivo de uma qualquer funcção com os Amphytriões nos paços reaes da metropole continental, fundando-se este novo modo de pensar na allusão ás graças classicas *plautinas e terencianas*. 3.º) Aquelle facto se deu, provavelmente, depois de 1572, isto é, depois da publicação dos *Lusiadas*. Storck fundamentou o seu parecer na particularidade de o soneto mencionar tambem com louvores a musa *epica* do Poeta (ou por outra: *Homero e Virgilio*).

Se agora pensa que o soneto, ao qual Camões respondeu com um improviso elegante—«*De tão divino acento em voz humana*»—foi composto antes do desterro, na primeira época lisbonense, é sem duvida porque se persuadiu, como já vimos, de que alguns cantos dos *Lusiadas* já estavam então promptos, sendo conhecidos e admirados nos circulos aristocraticos de Lisboa.—Cfr. a ultima nota relativa ao § 271.

*** *Polterabend* é na Allemanha a vespera do dia do noivado, festejada com graciosas e

representado na vespera das bodas, um verdadeiro «*Polterabend-Scherz*», e estou disposto a collocá-lo no primeiro quartel de 1549 e não em 1546, como fizera antes, por ter por apocryphos os assentes da Casa da India de 1550, produzidos por Faria e Sousa, conforme se demonstrou no § 18.

O assumpto d'este drama é tirado da antiguidade classica, cujos escriptores o trataram varias vezes. * Camões parece ter recorrido a Plutarcho, ** como à fonte mais pura. A fabula é muito conhecida: o idoso rei da Syria, Seleuco, cede uma das esposas, a juvenil Stratonike, ao unico filho e herdeiro, Antioco, resolvendo-se a este passo depois de o medico do dolente joven ter reconhecido n'elle uma secreta mas profunda paixão que a rainha compartilhava.

A particularidade que incitaria o Poeta a escolher exactamente este assumpto, para o epithalamio dramatico que tencionava compôr, não seria unicamente a relação exterior do casamento dos dois amantes syriacos com a festa intima que elle queria honrar, mas antes a bella occasião de enaltecer e sublimar a generosa piedade e a extrema resignação do pae Seleuco, que sacrificara a sua felicidade pessoal ao futuro do filho, na presença dos paes da propria amada. Tenho por certo que, por occasião d'aquella festa na familia do reposteiro d'El-Rei, figurava entre os convidados o camareiro de D. Duarte, a camareira-mór da Rainha, e a filha de ambos, D. Catherina de Ataide; e não duvido que o Camões tambem lá apparecesse, não só como auctor, mas ainda como actor, fazendo no prologo o papel de «representador», e no auto o do namorado, impetuoso e brigão porteiro.

Facil é descobrir em varias passagens da comedia referencias claras ao amor do Poeta. E não me parece atrevido conjecturar que se dirigiu, como porteiro desenvolto, muito directamente a D. Catherina, saudando-a com gestos e uma mimica demasiado transparente, e com olhares e modulações de

alegres representações allusivas á vida intima dos noivos, feitas sempre, «*ad hoc et nunc*». É um d'estes pequenos dramas (que muitas vezes são farças) que Storck julga reconhecer no Seleuco. Os nomes do par, em honra do qual se compôs a comedia, descobriu-os no mote:

Com vossos olhos *Gonçalves*,
senhora, captivo tendes
este meu coração - *Mendes*.

* Luciano, Appiano, Valerio Maximo e Plutarcho, segundo Storck, VI, p. 350.

** Demetrio, cap. 38. Não quero nem posso contestar de modo algum que o Poeta lêsse a historia de Antioco e Estratonice no seu Plutarcho, apesar de Portugal possuir desde 1540 uma vulgarização de Luciano, graças a Jorge Coelho. Mas a maioria dos quinhentistas conhecia-a, com certeza, apenas indirectamente, por qualquer das innumeras imitações dos poetas da Renascença. As allusões a *Solher* (cognome de *Antioco*), *Erasistrato* e *Estratonice*, são freqüentes nos dramas hespanhoes.

voz que deviam trahir o segredo da sua alma mesmo aos estranhos, principalmente quando tinha de cantar, com certa arrogancia, o chistoso mote seguinte:

Enforquei minha esperança—
e o Amor foi tão madraço
que lhe cortou o baraço!

Foi a esperança julgada
por sentença da Ventura,
que pois me teve á pendura
que fosse dependurada!
Vem Cupido com a espada,
cortar-lhe cerce o baraço.
Cupido, foste madraço!

É facil de adivinhar o sentido d'estes gracejos, a *alma* d'este *corpo*. Luis Vaz já perdera a esperança de conseguir a mão de D. Catherina, ou quis, pelo menos, renunciar-lhe. Mas o seu profundo amor não admittiu tal solução. O filho de Venus cortou o grosso fio com que o Poeta quisera estrangular os seus almejos, e a condemnada reviveu. Até fulgurava n'aquelle instante.

Quem sabe se, indignados com estas publicas e irreverentes confissões do atrevido pretendente, D. Antonio de Lima e D. Maria Boccanegra não se levantaram dos seus assentos e sahiram, de cabeça erguida com altivez, do pateo abundantemente juncado de flores que servia de theatro, seguidos de D. Catherina, sem mesmo se despedirem do illustre dono da casa, o qual consentira a apparecer no fim sobre o palco com algumas palavras de despedida, a fim de sanccionar assim a composição representada perante seus hospedes?[1]

Sim, quem o sabe?

Mas, mesmo se evitassem este escandalo, sustentando até ao fim a urbanidade convencional, para não interromper desagradavelmente uma noite de intima alegria, é muito provavel que o procedimento incorrecto de Camões avivasse o resentimento dos paes, trazendo como conseqüencia de antigos rancores e descuidos, aggravados pela nova ousadia do Poeta destemperado, o desterro de Lisboa.

---

[1] Storck, vi, p. 360 e seg. *

* No auto falta a lista das figuras que entram em scena, de sorte que é difficil desenvencilhar a meada que a propria peça nos entrega muito emmaranhada. Aos olhos de Storck, o mordomo, o dono da casa, e Estacio da Fonseca, são uma e a mesma pessoa. Imagina que o Poeta, ao principiar a peça, ainda não sabia, se o proprio dono da casa se dignaria aceitar um papel, ou encarregaria d'elle um seu representante,—o mordomo—mas que, ao acabar, já tinha recebido aviso de que Estacio da Fonseca estava disposto a entrar em scena.

Se o conde D. Francisco assistiu, ou não, á representação do auto de El-Rei Seleuco, é questão que não sei decidir. Parece-me, comtudo, problematico[1] que estivesse presente.

§ **177.**—Juromenha,[2] e de harmonia com elle Braga,[3] encontram no *Rei Seleuco* razões diversas para a malevola perseguição do desacautelado mancebo.

«Esta comedia (diz o benemerito visconde) não devia agradar na côrte, pois sabemos que el-rei D. Manoel não representou com seu filho D. João III o papel de Seleuco, antes lhe tomou a noiva que lhe estava destinada».* Isso fôra em 1518. Dom Manoel succumbiu pouco depois, a 5 de dezembro de 1521, e a população de Lisboa, apoiada pela nobreza do reino e seguindo o guião de D. Jayme, Duque de Bragança, exigia que o novo rei (de só dezanove annos) desposasse a madrasta, a qual anteriormente lhe fôra promettida em casamento. Não é *impossivel* que os aulicos—ou alguns aulicos, desejosos de malsinar o auctor—tentassem descobrir na comedia, allusões a acontecimentos sobre os quaes haviam já passado cinco lustros.

Braga quer mesmo reconhecer na escolha do escabroso assumpto uma *censura* ao monarcha, por não ter cedido ás imposições dos subditos!

Sem perguntar por que motivo Camões teria pronunciado tão inconveniente e tardia censura, aceita a hypothese formulada por Juromenha, estatuindo-a em *facto*, e produzindo em apoio uma passagem do preludio. É ahi que o representador (papel provavelmente entregue a Camões, como o leitor sabe),

---

[1] Cfr. a 5.ª nota relativa ao § 185.

[2] Juromenha, IV, p. 481.

[3] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 164 e seg.: e *Theatro Portuguez*, I, p. 249 e seg.

* Concordo com o eminente critico allemão quanto á origem da composição ligeira e despretenciosa da comedia d'El-Rei Seleuco. É peça de occasião ou de familia, evidentemente escripta em honra de umas *nupcias*. E estas nupcias seriam com efeito celebradas em casa de *Estacio da Fonseca*, ou, por outra, de seu padrasto Duarte Rodrigues, o *reposteiro de D. João III*. O que não me atrevo a repetir por ora, sem reparo, é que os nomes dos noivos fossem: Fulana Gonçalves e Sicrano Mendes. É sempre arriscado aventar interpretações hypotheticas; mas a nota final que acompanhava, no unico manuscripto que se conservou, o nome *Estacio da Fonseca*, informando de que aquelle cavalleiro era **enteado** de Duarte Rodrigues, fez surgir na minha mente a supposição, se não haveria *analogias* entre a sorte do **enteado** portuguès e o **enteado** del Rey Seleuco, isto é, se Duarte Rodrigues não seria porventura a repetição moderna d'aquelle antigo *«amigo de seu enteado»*, merecendo a peça n'este caso, á moda hespanhola, o subtitulo *«A bom pae, melhor filho»*, ou vice-versa *«A bom filho, melhor pae»*.

illudindo os espectadores, lhes expõe, zombando, o argumento da peça. * Não o verdadeiro, mas sim um grosseiro arremedo antiphrasico, que não tem relação alguma com a fabula d'El-Rei Seleuco, porque promette uma farça grotesca, entretecendo na descripção do que o publico havia de chegar a vêr as seguintes palavras, realmente bem extravagantes: «Entra mais *el Rei D. Sancho*, bailando os machatins; e entra logo *Catharina Real* com uns poucos de parvos n'uma joeira, e semeá-los-ha pela casa, de que nascerá muito mantimento ao riso».[1]

Se o nome *Catharina Real* contém, de facto, uma allusão á esposa de D. João III (interpretação que não me atrevo a sustentar), é forçoso estabelecer que a falta de tacto mal podia ser maior. E mesmo a ideia de envolver nas burlas comicas de um gracioso de theatro a figura do antigo Rei D. Sancho II, muito embora já não pertencesse aos vivos, havia uns trezentos annos (1248), parece-me irreverente e pouco decorosa.

§ **178.**—Mas que costumes tão singulares—objectará talvez o leitor!—Na vivenda de um empregado da casa real! Parece impossivel que este não lêsse de antemão a peça! É quasi certo que a conhecia, pois deve ter assistido aos *ensaios*, se entrou pessoalmente em scena, fazendo de dono da casa.[2]

Digo que sim. Mas supponho que o Poeta se reservára o papel de representador, não communicando a ninguem os segredos e as surpresas da Introducção, sob pretexto de guardar pelo menos *uma* novidade para o amphitrião, ou ainda porque nas comedias de caracter era uso que o monologo com o argumento se *improvisasse* á vista do publico.

Mas seja como fôr: Luis Vaz ultrapassou as marcas. A colera dos seus detractores referveu e trasbordou. Motivar uma serie de duellos,[3] talvez mesmo

---

[1] Ultima escena do preludio.

[2] O cavalleiro-fidalgo Duarte Rodrigues era, segundo Juromenha (IV, p. 480), além de reposteiro de D. João III, almoxarife dos paços da Alcaçova (1551), recebedor dos dinheiros das aposentadorias da côrte (1565) e thesoureiro das moradias (1574).

[3] O «representador» veio, segundo os dizeres do mordomo, «mais amarrotado dos encontros que hum capuz roxo de piloto que sahe em terra, e o tira da arca de cedro», * *

* Camões motejava, ao mesmo tempo, do antiquado uso de fazer preceder o drama por uma «*Introducção*», como Gil Vicente no Auto da Lusitania (III, p. 260), ou por um *Introito* e *Argumento*, conforme usára em Castella Torres Naharro, ou ainda um simples *Argumento*, como elle proprio fizera no seu Filodemo, certamente porque taes exposições prévias do entrecho dramatico, privavam o espectador de uma grande parte do desenfado inherente a uma representação scenica.—V. Storck, VI, p. 360 e 393.

* * Phrase, cujo sentido o sr. professor Storck não traduziu, nem interpretou bem.

dentro da area dos paços reaes; cortejar e sollicitar publicamente, nas barbas dos paes, amigos e protectores, a uma dama do paço; desacatar frivolamente o respeito devido ás pessoas reaes—era quanto bastava para attrahir sobre o culpado castigos rigorosos. O Poeta jogara como um temerario a ultima carta, com um louco «*va banque*», e perdera vergonhosamente o envite: a ventura e o amor. Os inimigos e emulos exultavam de alegria; os protectores e amigos retiraram-se desgostados. A ordem que o bania da côrte,[1] privava-o tambem do posto em casa dos condes de Linhares. O alumno D. Antonio contava treze annos e devia dar brevemente entrada como moço fidalgo na lista dos moradores, a fim de receber a educação palaciana.

O ex-aio que, sem duvida alguma, soccorrera com parte do seu ordenado a D. Anna de Sá, em Coimbra, recebeu os restos da soldada em divida, e despediu-se, attribulado e compungido, do discipulo a quem tanto se affeiçoara, dizendo adeus á tentadora Ulysippo:

> A piedade humana me faltava;
> a gente amiga já contraria via
> no perigo primeiro.[2]

§ **179.**—Camões não mais fez tentativas dramaticas. Não direi que lhe faltasse a vontade ou a disposição, mas o que lhe faltava d'aqui por diante era o palco, onde fossem representadas. O genero moderno do drama escripto «só para ser lido» ainda não existia.

---

e, segundo o escudeiro Martim Chichorro, a sua cara, talvez recortada por muitos golpes, como a de um energico estudante allemão, parecia de quem «*aprende a cirurgião*», isto é, a collocar adhesivos e encerados.

Repare-se, além d'isso, na altercação do porteiro, isto é, do nosso Poeta com Alexandre da Fonseca (sem duvida da familia de Estacio, e talvez seu irmão mais novo), a qual acaba com um «**repto**» que, de resto, não chega a realizar-se—traço em que julgo reconhecer as feições caracteristicas do Poeta, conforme expliquei no meu Commentario (p. 121 e 380: Acto I, Scena VI, versos 298-390).**

[1] Costa e Silva (Ensaio, III, p. 90 e 175) assenta que *desterrado* (termo que occorre no verso 27 da Elegia I), significa apenas *ausente da amada*. Não nego que o Poeta empregue ás vezes *desterro* para fallar da ausencia da amada ou da patria (como, por exemplo nos *Lusiadas*, X, 53, 5, e mais sete vezes, que enumerei na minha versão, vol. I, p. 351); mas na alludida Elegia a formula «*tão aspero degredo*» do verso 75, oppõe-se formalmente áquella interpretação.

[2] Canção X (ou XII), versos 181-183.

* Remetto o leitor curioso que se interessar devéras pela obra do genio lusitano, á fina interpretação e ao arranjo scenico de toda a comedia, a que o traductor procedeu, porque as edições nacionaes carecem de todas as indicações!

Em todo o caso este retrahimento não foi favoravel para o theatro nacional. Já nos referimos aos modelos imitados franca e decididamente pelo Poeta.[1] Confessamos que nem de longe póde rivalizar com o seu predecessor Gil Vicente, quanto a humor e pilheria; mas o gosto mudara, suavizando-se, e a Camões repugnava toda a grosseria e todas as deshonestas torpezas, tanto na vida como na litteratura. Os seus meritos como poeta dramatico podem condensar-se no seguinte: reduziu o grotesco e chocarreiro; attenuou o tom offensivo aos bons costumes; desprezou a giria, e compensou a falta d'estes estimulantes e seus respectivos effeitos drasticos sobre o diaphragma dos ouvintes, por uma disposição bem ordenada, uma fabula mais complexa, um encadeamento mais artistico das scenas. N'uma palavra, Camões fez o que Gil Vicente não realizára: enlaçar e desenlaçar os fios do seu tecido, atar e desatar o nó da intriga.[2]

Os camonistas occuparam-se até hoje muito pouco com os seus autos, e na absoluta falta de indicações scenicas, os criticos e biographos nem sempre os entenderam bem, depreciando por isso o seu valor, e desattendendo mesmo os esclarecimentos que podiam ter recolhido sobre certos incidentes da vida do Poeta.

§ **180**.—Antes de resumirmos em poucas linhas os resultados d'este capitulo, que nos levou até á grande crise na vida do Poeta, resta determinar dois pontos peculiarmente importantes. Quando é que Luis Vaz foi exilado de Lisboa? E onde foi morar no desterro?

Juromenha[3] e Braga[4] responderam unanimes que o anno da sahida de Lisboa fôra o de 1546. E o ultimo dos dois criticos, interpretando uma carta camoniana, que julgo apocrypha, dirigida a um amigo e seguida de resposta,

---

[1] Veja-se *Introducção historica*, § 65, e compare-se o que disse nos commentarios aos Dramas: *Sämmtl. Gedicht*, vol. VI, p. 305 e seg.

[2] Isso vale especialmente para os Amphytriões. Carl von Reinhardstoettner, no seu bello estudo sobre Plauto, denomina aquella obra «um producto classico, mas ainda assim profundamente nacional, antigo, mas perfeitamente adaptado ao gosto e espirito do seculo XVI».

[3] V. Juromenha (I, p. 41 e 493, nota 32). *

[4] V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 166-171.

* O visconde escreve apenas: «nesta povoação... parece ter sido o logar do seu desterro por uma certa analogia de descripção que se nota em algumas das suas poesias... e pela tradição que me dizem que ali existe!»—accrescentando depois que á vista do proprio local da confluencia do Tejo e Zezere ficára inteiramente inclinado a pensar que este fôra o sitio destinado para o exilio do Poeta.

decidiu que o Poeta tencionára primeiramente ir a Coimbra a casa de D. Bento, seu tio, mas que o fallecimento do santo varão (2 de janeiro de 1547) estorvara este plano. Ambos os biographos allegam uma canção, tambem illegitima, como fundamento, e concordam em que o Camões escolheu para vivenda o logar de Punhete[1] (na foz do rio Zezere, que desagua no Tejo), sendo ahi recolhido por Miguel Leitão de Andrade[2] na vizinha villa de Pedrogão.[3] Em visita ao convento de S. Domingos, lhe teria dedicado a mencionada poesia. Mas o anno de 1546–1547 não é valido, porque foi inferido unicamente das datas fornecidas pelos assentos da Casa da India; a correspondencia entre os dois amigos não é authentica;[4] Miguel Leitão nunca hospedou o nosso Poeta, porque

[1] Faria e Sousa suppõe que o Poeta fôra a Santarem (*Vida*, II, § 14). O Bispo de Vizeu disse, por illação, que o logar do desterro bem podia ser outro qualquer sitio do Ribatejo (p. 177). Barreto Feio aventára que seria nas vizinhanças do Zezere, onde estaria em casa de um seu amigo (Ed. Hamb., vol. II, p. XXXVII). *

[2] Sobre o auctor da «*Miscellanea*» veja-se Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 266-285.

[3] Conta-se ainda que D. Gonçalo Coutinho recebeu na sua Quinta dos Vaqueiros ao nosso poeta (*Curso*, p. 275), mas ninguem diz quando; e que João Lopes Leitão foi por elle visitado, quando estava «preso em sua casa», mas ninguem diz onde (Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 167). Cfr. § 165 * *

[4] V. Storck, I, p. 304 e seg., e 395. A *Resposta* não me parece authentica: o conteudo não é camoniano e o estylo ainda menos. * * *

* Punhete, chamado hoje Constancia ou Villa Nova de Constancia, era uma das estações dos viajantes que iam de Lisboa a Coimbra—via Thomar—. É portanto muito possivel que Camões pisasse as terras de Santarem e Punhete, tanto na vinda como agora na ida. Não estranhariamos se, banido de Lisboa, pensasse em voltar á casa paterna, onde sua madrasta residia, pelo mesmo caminho por onde viera, descansando nas mesmas casas hospitaleiras que o tinham acolhido, ainda havia tão poucos annos, quando peregrinava cheio de esperança á Mecca dos seus sonhos e das suas visões! Parece-me que o Itinerario «Santarem-Punhete-Thomar» estava indicado, mas que a dôr nostalgica que já o attribulava emquanto via o Tejo, não o deixou continuar a sua marcha. Retê-lo-hia tão pérto de Lisboa alguma boa alma, cheia de compaixão, e talvez a esperança de vêr commutada a sua pena.

** Juromenha só dissera dubitativamente: «pode tambem ser que d'aqui contrahisse amizade com o seu grande amigo João Lopes Leitão» (*sic!* vol. I, p. 493). Os Leitões tinham casa em Pedrogão (cfr. Braga, p. 161).

* O caso é este: no Cancioneiro-manuscripto de Juromenha lia-se, além de muitas *poesias* authenticas, a celebre Carta em prosa, da India, e pouco depois entre outras epistolas, tambem em prosa, uma anonyma, de «perguntas» e outra de «respostas». Juromenha, julgando pelo estylo que esta ultima era de Camões, aproveitou-a para a biographia do Poeta (I, p. 17) e introduziu ambas nas Obras (V, p. 241) calculando que o amigo e correspondente seria *João Lopes Leitão*, e não Miguel Leitão de Andrade. Porquê? Porque só d'aquelle mancebo é que conhecia uma carta em prosa, da India, dirigida a seu irmão Pedro, e conservada na Bibliotheca das Necessidades (hoje Real, da Ajuda).

Braga, que em geral aceitou todas as novidades do benemerito visconde, tomou ainda

nasceu annos depois, em 1555;[1] e a canção ao convento de S. Domingos é obra de Leitão.[2]

De sorte que d'estas hypotheses, relativas ao anno e ao sitio do desterro, nada fica em pé.

§ **181.**—Calculo a data do primeiro desterro, ou por outra, da primeira sahida de Lisboa, do modo seguinte. Sabemos com irrefutavel certeza, por documento fidedigno do archivo nacional, que Luis Vaz foi preso a 16 de junho de 1552 e encarcerado no tronco de Lisboa. Antes d'isso cumprira dois annos de serviço militar em Ceuta. Como contá-los? Das memorias do Padre João do Rosario[3] póde inferir-se que o Poeta ainda estacionava na sua guarnição africana na primeira, e talvez ainda na segunda metade do anno de 1551. Espero que o leitor, concordando comigo, assentará que Luis Vaz partiu no outomno de 1549 para a Africa, depois de passar uns seis mezes no Ribatejo.[4] Só esta supposição, que prolonga sufficientemente a sua estada em Lisboa, outorgando-lhe os seis annos decorridos da primavera de 1543 (março-abril) até 1549 (fevereiro-março), explica como foi possivel que, satisfazendo aos seus deveres de aio de um joven magnate, ainda cultivasse tão proficuamente o seu talento poetico, creando lavores preciosos: larga copia de cantigas e vilancetes, seis eglogas de dois mil trezentos e sessenta e oito versos, e tres comedias de cinco mil duzentas e quarenta e um, sem contarmos os trabalhos preliminares para a epopeia nacional e a elaboração de alguns cantos d'aquella obra-prima.

§ **182.**—O summario da nossa inquirição liquida com o seguinte: Camões entrou nos circulos da côrte, provavelmente em 1544 ou 1545, graças á intervenção do seu protector, o conde de Linhares, tendo d'ahi por diante

---

[1] Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 268.

[2] Veja-se em Storck, IV, o extenso Commentario á Canção XIV, a p. 359-366.

[3] Cfr. § 152.

[4] Cfr. § 143 e a Elegia I, commentada por Storck, no vol. III dos *Sämmtl Gedichte.*

esta por bem averiguada, e aproveitou-a na *Historia de Camões* (I, p. 160 163 e 167), mas omittiu as cartas na edição da *Actualidade.*

Storck reconheceu pelo estylo que a resposta não era de Camões; e eu provei na *Zeitschrift* (VII, p. 435 e VIII, p. 445 e 619) que a carta era, segundo todas as probabilidades, obra de um Conde de Alcoutim, e a resposta de um *A. de M.* Hoje accrescentarei que as outras duas missivas em prosa que a precedem, immediatas, no manuscripto Juromenha, são posteriores ao anno de 1585.

* Veja-se ainda *Zeitschrift,* VIII, p. 77-78, onde apoio e confirmo a opinião do meu douto amigo.

o melhor ensejo para brilhar nos saraus reaes e para vêr a miudo a amada, conquistando o seu affecto. Mas não soube esconder e calar o segredo do coração. Intrigas e competencias exacerbaram o seu genio, arrastando-o a violencias e rixas. N'uma mão sempre a espada e n'outra a penna, batalhando ora com esta, ora com aquella, é que elle proprio causou a sua perdição. Uma ordem régia puniu as suas demasias com o desterro de Lisboa, provavelmente em principios de 1549.

XIV

CAMÕES NO RIBATEJO E EM CEUTA

XIV

CAMÕES NO RIBATEJO E EM CEUTA

§ **183.**—Luis Vaz contava vinte e cinco annos, pouco mais ou menos, quando deixou os arrabaldes de Lisboa, indo, expulso da côrte, internar-se no Ribatejo, em Santarem, conforme presumo e já indiquei, fundamentando a minha opinião.[1] Não lhe prescreveram no alvará régio o sitio onde havia de viver. O que queriam era unicamente afastá-lo de Lisboa n'um raio de umas tantas leguas.[2] Quanto á duração do desterro, deixaram-na tambem indeterminada, talvez por meio de alguma clausula vaga, como «até ulterior disposição».[3] N'esta falta de precisão não posso nem quero, de modo algum, vêr signaes de desprezo especial.[4] Muito pelo contrario, o facto de El-Rei se reservar o direito de pôr termo á pena infligida, quando bem lhe parecesse, e de deixar ao réo a liberdade de residir onde quisesse, provam o que já sabemos: Camões não era um criminoso vulgar ou perigoso, nem mesmo commetera delicto grave.

O seu destino era, ainda assim, realmente triste. Via-se desamparado, sem meios, e sem perspectiva de bonança. Mil pensamentos atropellavam-se na sua mente, mil sensações opprimiam-lhe o coração; com o arrependimento alternava o despeito; saudades e melancolica resignação, com petulantes assomos de soberba e a consciencia da sua valia pessoal.

---

[1] Cfr. § 103.

[2] Cfr. § 43.

[3] Na *Elegia* (III) *do desterro*, o Poeta, fallando d'aquelle alegre dia quando outr'ora viera livre e ledo a Lisboa, nada determina ácerca do termo fixado ao seu aspero degredo.—Cfr. § 43.—A formula usual n'estes casos era: «*emquanto Eu* (El-Rei) *houver por bem*».

[4] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 166, aventou outra opinião.

Mas: «*temeritas est florentis aetatis,*» e «*Juventude não tem virtude*». Os desatinos que pagava agora tão caro, mostram bem que ainda tinha animo para affrontar a adversidade. Revoltado contra a dolorosa e pungente sevicia do castigo, reconhecia que, de facto, houve desproporção entre a culpa e a pena. Errara humanamente, e sentia-se punido deshumanamente. El Rei, a Rainha, toda a côrte, os circulos litterarios do paiz já conheciam versos do *Virgilio lusitano;* sabiam do vasto plano da sua epopeia nacional e deviam estar certos de que—embora pesasse a muitos Mirandas—o vate mais brilhante da época era aquelle mancebo, em cujo peito ardia o verdadeiro genio português. Mas nem esta convicção movera a piedade, despertando o interesse dos juizes e mitigando a pena que talvez se vissem obrigados a dictar, em vista das queixas e instancias dos paes de D. Catherina! Assim não admira que o Poeta se julgasse com o direito de avaliar a pena em muito, e a culpa em pouco, taxando de dura e aspera sem-razão a ordem de sahida.[1] A sua sorte lembrava-lhe o fado do poeta sulmonense,[2] a sua dòr os tormentos de Tantalo e de Ticio.[3]

Ignoramos como cobriu os gastos d'aquelles dois annos e onde encontrou um asylo: as miragens do futuro não podiam ser senão desoladoras. O que o sustentava, e ás vezes lhe bafejaria beneficamente o estro, seria a esperança docemente enganadora de que os protectores obteriam perdão ou, pelo menos, a delimitação da ordem vaga a um curto prazo.[4] Já se via novamente em Lisboa, reconquistando o que perdera: o logar de aio em casa dos condes de Linhares... e tudo o mais!

§ 184.—Não será certamente impugnada a minha hypothese que o Poeta mandasse immediatamente para Lisboa a bella *Elegia do desterro* que excede tudo quanto até então poetara, tanto pela pureza de suas linhas constructivas e unidade de concepção como pelo vigor das ideias e formosura da expressão pathetica. O mesmo acontecerá com relação a todo o cyclo de incomparaveis creações que desabrocharam n'este tempo da sua alma ferida e ardente: sonetos saudosos, cheios de recordações dos bellos dias passados e que nunca mais haviam de voltar.

---

[1] Aqui me representa esta lembrança
quam pouca culpa tenho, e me entristece
vêr sem razão a pena que me alcança:
    que a pena que *com causa* se padece,
a causa tira o sentimento d'ella,
mas muito doe a que se não merece. (34-39)

[2] V. na mesma Elegia III os versos 1-24.

[3] Ib., 82 e seg.

[4] Ib., 70 e seg.

Que podia tentar? que mais passos daria para melhorar a sua sorte, salvaguardar o porvir, e reconquistar a benevolencia dos protectores, invalidando a vingança dos que o perseguiam? Ninguem o explica. Podemos presumir que agora o Camões veiu a conhecer

> come sa di sale
> lo pane altrui, e com'è duro calle
> lo scendere e il salir per l'altrui scale![1]

Todos os esforços proprios ou alheios para abreviar a pena imposta foram baldados, caso alguem os fizesse. E apertado pelas necessidades materiaes da vida, o Poeta recorreu a um expediente, que anteriormente sempre tinha regeitado como contrario ás suas inclinações:[2] resolveu servir o deus Marte, já que a caprichosa e cega Fortuna não o favorecera, emquanto fôra prestando homenagem ao Amor e ás Musas.

Havia muito que era costume em Portugal commutar a criminosos as penalidades (não sómente o exilio, e o degredo para o Brasil, mas até a pena capital) em serviços militares pagaveis no mar ou nas colonias.[3] Porque havia de negar-se a Camões uma concessão semelhante? Podemos calcular que dirigiu a D. João III um requerimento, supplicando-lhe decretasse serviço militar na Africa septentrional ou, por outra, a transferencia do desterro para Ceuta.

Aquellas partes da Africa davam então serios cuidados ao governo português: as fortalezas careciam de gente, como já ficou indicado. Por isso pedidos d'aquella ordem eram bem aceites. O pleito de Camões se recommendava a favoravel decisão.

Mas que triste pleito! O cavalleiro-fidalgo, o poeta predilecto da côrte, transformado em soldado raso! Comtudo, não havia que escolher. A decisão régia não tardou muito. O favor foi outorgado. Luis de Camões obteve licença para se alistar por dois annos na guarnição de Ceuta.[4] Assim o pobre ga-

---

[1] Dante, *Paradiso* XVII, verso 58-60.

[2] Cfr. § 172.

[3] Cfr. *Lusiadas*, II, 7, e o commentario de Storck, V, p. 469.—Vasco da Gama manda dois dos mais sagazes, *por entre alguns que trazia condemnados*,

> por culpas e por feitos vergonhosos,
> porque podessem ser aventurados
> em casos d'esta ordem duvidosos.

[4] O facto de Camões ter estado em Ceuta, e não em outra qualquer fortaleza portuguêsa, resulta evidentemente da Elegia I «*de Ceita a hum amigo*» (versos 22-57).— E a

nhava pelo menos o sustento; o valentão encontrava ensejo para colher louros, e o reu meio de reconquistar as boas graças d'El-Rei; e ao cabo dos dois annos de serviço effectivo, conseguiria talvez algum despacho bom e honroso.

A bellissima canção autobiographica relembra tambem aquella crise na vida do Poeta, explicando a resolução tomada,—*não* por sua grande alma, desejos patrioticos e ambição marcial de se abalançar a empresas guerreiras em regiões apartadas,—mas pela dura necessidade e força das circumstancias lamentaveis da sua vida:

> D'esta arte a vida em outra fui trocando:
> *eu* não, mas o destino fero irado—
> que *eu*, inda assi, por outra a não trocara! [1]
> Fez-me deixar o patrio ninho amado,
> passando o longo mar que ameaçando
> tantas vezes m'esteve a vida cara. [2]

§ 185.—O caminho da Africa levava o aventureiro em primeiro logar á capital, a sua querida e temida Lisboa. Forçoso era apresentar-se na Casa da Africa, * fazer registar todos os papeis officiaes sobre a commutação da pena, matricular-se no rol dos alistados, achar um fiador, receber a soldada relativa ao primeiro quartel, isto é, a quantia devida aos da sua qualidade,—porque Camões não fôra exautorado da sua posição. [3]

Nada consta sobre a demora que o infeliz cavalleiro-fidalgo teve na capital, fazendo o seu tirocinio de recruta militar, as pessoas com quem conviveu, os boatos que corriam nos circulos aristocraticos onde anteriormente vivera, e em especial nos paços reaes. Ignoramos qual a disposição dos seus

---

outra circumstancia, de ter estado alli como que «exilado», está documentada pelas oitavas primeiras. No verso 196, declara-se «*em terra alheia degradado*». Sobre o tempo de serviço, a que eram adstrictos os soldados portuguêses nos Algarves d'além, veja-se § 130, nota 1.

[1] Estas phrases tornam inaceitavel a hypothese de Th. Braga a respeito da influencia que o cerco de Mazagão em 1547 teria exercido sobre Camões, instigando a sua bravura, e levando-o a gastar o ardor da mocidade, combatendo contra os Mouros da Africa (*Hist. Cam.*, I, p. 172 e 180).

[2] Canção X, versos 161-6.

[3] Cfr. § 18 *E*.

* É provavel que a *Casa da Africa (da Guiné? ou da Mina?)* existisse, muito embora só como dependencia de outra repartição do governo. Tambem é possivel que as formalidades officiaes, a que Storck allude, se cumprissem. Mas, infelizmente, nada sei dizer de positivo a este respeito.

antigos protectores. Nem mesmo sabemos se chegou a vêr ou a fallar a D. Catherina de Ataide.[1]

De uma ode,[2] póde-se inferir que amigos ou inimigos lhe segredaram a má nova de a rainha continuar irritadissima contra elle. Mas de outra poesia[3] é licito concluir-se que, pelo menos, as relações amigas com os condes de Linhares, e principalmente com D. Antonio de Noronha, não soffreram sensivel abalo;[4] antes pelo contrario, foram reatadas. A amada guardou no leal peito a memoria de seu amor. As recommendações para D. Pedro de Menezes, tio de D. Antonio, caso este já fosse então commandante de Ceuta,[5] e para outros cavalleiros graduados, são pura hypothese, mas hypothese certamente justificada. Emfim, o Poeta não embarcaria satisfeito, mas um tanto acalmado, no outomno de 1549, em Lisboa, sahindo de foz em fóra, com o rumo para a Mauritania.[6]

---

[1] Duvido que a visse, porque n'este caso teriamos poesias confirmativas. Uma entrevista teria sido, de resto, perigosa para ambos.

[2] V. Ode III, verso 61 e seg. *

[3] V. a Elegia II (verso 97 e seg.), dirigida a D. Antonio de Noronha, em que pede noticias da amada.

[4] Talvez o chefe de familia não estivesse presente em Lisboa. D. Francisco de Noronha assistiu como embaixador na côrte de Henrique II de França no anno de 1549, embora fosse por muito pouco tempo.—Veja-se C. M. de Vasconcellos, *Palmeirim*, p. 23.

[5] Cfr. os §§ 116 e 193, nota 2ª.

[6] Segundo A. Lobo (p. 178) o Poeta passou para a Africa em 1550, depois de se ter alistado para a India, e voltou a Lisboa em 1552. Leoni tambem colloca, decididamente, o tirocinio da vida militar n'aquelles dois annos, dizendo: «é fóra de duvida que não passou a servir em Africa antes do anno de 1550 e que foi, seguramente, pelos principios de 1552 que regressou a Portugal». * *

* Comparando a Rainha a «Proserpina», mostra que a reputava mais cruel que a deusa infernal, a qual se rendeu aos rogos e ao doce canto de Orpheu e lhe restituiu a amada.

** As differentes opiniões sobre o primeiro exilio e a campanha africana offerecem pouco interesse. Pedro de Mariz não menciona os primeiros exercicios militares; Severim de Faria colloca-os entre a ida para o Ribatejo e a viagem da India, sem se preoccupar com datas exactas («devia de passar a Ceuta onde esteve algum tempo») e sem fallar do segundo desterro. Faria e Sousa adopta estas opiniões do erudito chantre, accrescentando algumas lendas da sua lavra. Affirma que embarcara, convidado por D. Antonio de Noronha, o qual seguia para lá ou já assistia n'aquella praça; que pelejara ao lado do pae, é que só para acompanhá-lo se aventurara na campanha de Ceuta. *(Vida,* I, § 8). Na segunda vida—que traz a novidade dos *quatro* desterros e repete o erro sobre Simão Vaz—assenta que o Poeta voltou de Santarem á côrte; mas que, reincidindo na mesma culpa amorosa, fôra castigado com um segundo desterro. Deixa comtudo, a decisão ao arbitrio do leitor e dos futuros biographos, como costuma fazer em muitos outros casos. Desde então a maioria dos biographos repetiu a indicação sobre um segundo desterro, para a Africa.—Quanto á data, temos, 1546 em Juromenha, 1547 em Braga, e 1550 em Lobo e Leoni, como o leitor já sabe.

§ **186.**— Em uma canção, camoniana ou pseudo-camoniana, visto ser recolhida por Faria e Sousa, cuja boa fé é tão duvidosa,[1] ha uma descripção da ribeira de Buina. Juromenha,[2] com o intuito de explicar a presença do Poeta n'aquella paisagem maritima, declara que o navio ou armada em que ia, tocara no porto de Villa-Nova de Portimão, ou Lagos, e que de lá fôra visitar a convizinha ribeira. Braga assentiu primeiro; mas depois mudou de parecer, estabelecendo que se trata de *Amboina*. Camões, comtudo, nunca nomeia aquella ilha das Moluccas, nem mesmo nos *Lusiadas*.[3]

Em replica á interpretação de Braga póde-se allegar que a flora e a fauna, mencionada na poesia, é muito diversa da de Amboina.[4]

Contra a opinião de Juromenha falla a serenidade ou mesmo intima alegria em que os bellos versos da canção envolvem o quadro da paisagem (que, de resto, tem certa semelhança com a ilha de Venus nos *Lusiadas*),[5] assim como a afeição candida e terna da homenagem prestada na estrophe final á dama querida. Além d'isso direi que a pequena duração da travessia se lhe oppõe.

Com vento favoravel a jornada de Lisboa a Ceuta mal durava dez dias.[6] Os novos phenomenos, apresentados pelo firmamento e pelo oceano, a vida a bordo, a construcção, equipamento e manobra do navio; a lucta contra as tristes impressões dos ultimos tempos, os olhares inquietos com que mirava o seu proximo futuro, o periodo do desterro, assim como o mal-estar physico, motivado pela viagem maritima, não deixariam vagar nem disposição psychica para o Poeta compôr no convés, ou no incommodo beliche, aquella complicada canção de tão apurado lavor.

Não! se por entre os versos de Camões houver alguns pertencentes áquelles dias de viagem, julgo que devem ser certas voltas a um antigo cantar alheio, e talvez popular, que diz:

> Se me levam aguas,
> nos olhos as levo.

[1] É a Canção XV: «*Por meio de umas serras mui fragosas*», publicada na edição de Alvares da Cunha, mas por elle tirada provavelmente do manuscripto de Faria e Sousa.

[2] Juromenha, I, p. 43-44, e II, p. 526.

[3] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 172, e II, p. 574 e seg.

[4] *Lusiadas*, IX, 52.

[5] Cfr. Storck, IV, p. 370-371.

[6] V. C. M. de Vasconcellos, *Zeitschrift*, VII, p. 525. *

* Ahi ha datas exactas sobre a partida de Lisboa, chegada a Ceuta, e a armada que levou D. Sebastião á sua primeira expedição marroquina — As frotas ás vezes paravam na costa do Algarve, em Faro ou Lagos, obrigadas por calmarias ou ventos contrarios.

É bem possivel que o Poeta os sentisse vibrar na sua alma, até que es pontaneamente lhe brotaram dos labios as melancolicas voltas:

Se de saudade
morrerei, ou não,
meus olhos darão
sinal da verdade.
Por elles me atrevo
a lançar as aguas
que mostrem as maguas
que nesta alma levo.

As aguas que em vão
me fazem chorar,
se ellas são *do mar*,
estas *d'amor* são.
Por ellas relevo
todas minhas maguas,
que se força d'aguas
me levam, eu as levo.

Todas me entristecem,
todas são salgadas,
porém as choradas
doces me parecem.
Correi, doces aguas,
que se em vós m'enlevo,
não me doem as maguas
que no peito levo! [1]

§ 187.—Quando a frota, depois de surgir deante do promontorio de Ceuta, tinha deitado ancoras, fazendo desembarcar os homens de guerra, Luis Vaz estacionou certamente, a olhar impressionado para o velho castello, semelhante a uma prisão, que custara durante seculos tanto sangue e tantas lagrimas aos Portuguêses.

Logo ao pisar o terreno africano ouviu novas desagradaveis: uma desillusão. O capitão de Ceuta, D. Affonso de Noronha, acompanhado de seu sobrinho D. Antão, [2] (que substituira o tio ausente, de fins de 1547 até julho de 48

---

[1] V. Storck, I, n.º 141.

[2] Cfr. §§ 85 e 116, nota 2.ª Ácerca de D. Affonso e D. Antão de Noronha, sua partida da Africa, ida para a India, e relações com Luis Vaz, C. M. de Vasconcellos deu promenores na *Zeitschrift*, vol. VII, p. 495, utilizando apontamentos que extrahiu de Couto, VI, 8, 3 e 9, 1. *

* Todos os dados biographicos da passagem alludida são exactos. O que hoje já não sus-

e que mais tarde tornaremos a encontrar em Goa, onde serviu de Visorei), deixara em novembro de 1549, depois de onze annos de serviços leaes, as terras mauritanas, com o intuito de ir a Lisboa, a fim de embarcar para a India, na primavera seguinte. Luis Vaz levava certamente para os dois Noronhas cartas de recommendação que agora ficavam sem effeito.

Mas o grande amigo, o tempo consolador, abranda qualquer mágoa e tristeza. O estranho aspecto da cidade e de seus arredores não deixaria de impressionar o Poeta, que devemos considerar ao mesmo tempo um fino amante de bellezas naturaes e um enthusiastico inquiridor da historia e das lendas patrias. O oceano revolto, a praia soidosa, a Serra Ximeira (de Abila), e ao fundo as eminencias da serra do Atlante—tantos sitios a que se ligavam recordações do tempo heroico de D. João I e da inclyta geração de seus filhos e vassalos—a velha mesquita christianizada, os trajes e costumes peregrinos da população mourisca: tudo distrahia e desviava os pensamentos dos tempos passados, e dos desgostos pessoaes.

Quanto ao resto, o serviço militar era monotono. Estar de guarda ou sentinella; esperar pelos companheiros occupados na faina das rondas; de vez em quando ir á praia levar ou receber ordens relativas a uma vela das que vinham e iam, trazendo ou levando cartas da patria; a espaços uma pequena escaramuça ou uma refrega mais séria com os mouros, os quaes nas suas algaras e razzias atrevidas se approximavam de Ceuta; talvez tambem alguma montaria ao fero leão africano:[1] eis os traços caracteristicos da vida de guarnição, não inventados, mas simplesmente combinados pelos dizeres do proprio Camões e por outras cartas de Africa.[2]

---

[1] Das obras de Camões não resulta com certeza, se participou n'alguma montaria ao leão. O trecho dos *Lusiadas*, IV, 34-35 em que «o fortissimo leão das campinas» serve de comparação para com o grande Condestavel, allegado como prova unica do facto por Juromenha (I, p. 48), Braga (I, p. 179) e outros, póde ser mera imitação de Virgilio (Aen., IX, 790, e XII, 4), ou redigida sobre o que ouvira contar a companheiros.

[2] Nas Obras de Camões ha tres Cartas da Africa. A primeira, de indiscutivel authenticidade, é a Elegia II: das outras duas, em redondilhas, recolhidas modernamente pelo visconde de Juromenha, de um manuscripto do seculo XVII, não se póde dizer outro tanto. Uma d'ellas que principia «*Mandaste-me pedir novas*», foi descoberta por C. M. de Vasconcellos n'um manuscripto de Evora como obra de um desconhecido, com o titulo «*Trovas de Manoel Pereira de Sem*, estando em Arzilla, a hũ seu amigo que estava em Portugal, em que lhe dava novas de si e da terra». E o auctor de uma é, indubitavelmente, [illegible]

tento e a ideia que a Elegia de Ceuta fosse dirigida a *D. Antão* de Noronha: antes pelo contrario tenho por certo que o amigo e sabedor dos segredos amorosos do Poeta era o seu discipulo *D. Antonio*.

§ 188.— Os ocios do Poeta pertenciam á divina arte. Além da elegia II, que por termos formaes e decisivos mostra ser escripta em Ceuta, e que dataremos de 1549 a 1550, estou disposto a collocar no periodo africano duas Odes. Uma, «*Á lua*», esmerada imitação ou leve transformação de uns versos de Bernardo Tasso, tem como remate uma supplica de Luis, feito *Endymião*, e dirige-se a Catherina, transformada em *Diana*.[1] A outra exhala, em «*lyras*» sonorosas, qüerulas palavras de nostalgica paixão, endereçadas ás nymphas do Tejo, que representam, como já sabemos, as damas de Lisboa. Lembra os alegres cuidados dos dias que foram, bemdizendo a feliz sorte envejada de Orpheu, cujo canto enterneceu a crueza da soberana infernal, alludindo assim á inclemencia da Rainha D. Catharina que, implacavel, havia resistido a brandos rogos e lagrimas amargas. E continúa:

Pois minha desventura,
como ja não abranda huma alma humana,
que e contra mi mais dura
e inda mais deshumana
que o furor de Callirhoë profana?[2]
Oh crua, esquiva e fera!
duro peito, cruel e empedernido
d'alguma tigre fera,
lá na Hircania nascido,
ou d'entre as duras rochas produzido!

---

tambem o da outra. Creio que nenhuma d'estas cartas em trovas, ligeiras producções inspiradas por uma musa sympathica e folgazã a um legitimo português sentimental e saudoso, tem a marca do mestre. V. *Zeitschrift*, VII, p. 416.

[1] Ode I, *Detém um pouco, Musa, o largo pranto*». O soneto em castelhano sobre Endimion «*En una selva al despuntar del dia*» é alheio, e não de Camões, segundo todas as probabilidades. O testemunho de dois manuscriptos e os «conceitos» do texto (9-11) fa'lam contra a paternidade de Camões.

Aproveito a occasião para publicar uma remodelação dos dois quartetos:

Im stillen Hain erhob sich früh am Tage
Endymion und gewahrte trüb und bange
Sols ersten Strahl, der dort in raschem Gange
herniederstieg zur Schlucht im tiefen Hage;
Zum Lustverderber, der zu Pein und Plage
ihm Ruh und Glück umschuf mit neid'schem Drange,
aufblickend und erseufzend oft und lange
begann er sehnsuchtsvoll die bittre Klage...

[2] Ode III, «*Se de meu pensamento*» (v. 61-70).

No fim invoca—abandonado de todos os seres humanos—a piedade das bellas e claras Oceanides, para que assistam á sua agonia, admiradas

> «do mais perdido
> e mais infeliz corpo que é gerado».

A sua melancolia ás vezes tocava as raias do desespero. Scismando á beira-mar, fitava a morte libertadora, occulta nas ondas do oceano.[1] Sómente a sublime formosura da natureza circumdante, e uma vaga esperança abrindo no horizonte enuviado enganosos prospectos de porvir, emfim o desejo de revêr os objectos da sua saudade, continham-o. O *Amor*, em que tudo se resumia, inhibia o Poeta de dar o ultimo e fatal passo:

> Ando gastando a vida trabalhosa
> e esparzindo a continua soïdade
> ao longo de uma praia soidosa.
> Vejo do mar a instabilidade
> como com seu ruido impetuoso
> retumba na maior concavidade.
> De furibundas ondas poderoso,
> na terra, a seu pesar, está tomando
> logar, em que s'estenda cavernoso.
> Ella, como mais fraca, lh'está dando
> as concavas entranhas, onde esteja
> sempre com som profundo suspirando.
> A todas estas cousas tenho inveja
> tamanha que não sei *determinar-me*,
> por mais determinado que me veja.
> Se quero em tanto mal desesperar-me,
> não posso, porque *Amor e saudade*
> *nem licença me dão para* matar-me.[2]

§ **189.**—Eis o fundo sombrio de desalento que caracteriza o estado pathologico do Poeta durante os primeiros tempos da sua vida em Ceuta. Mas com o decorrer dos mezes lá veiu fusilar de vez em quando, no meio das trevas, um raio de luz. Houve intervallos de calma e resignação, e mesmo de bom humor satyrico, tanto mais freqüentes, quanto mais se approximava o termo do exilio. Em taes momentos dava como remediado o que não tinha remedio, fazendo da necessidade virtude. Foi certamente, em uma d'estas reviravoltas

---

[1] Sobre a melancolia lusitana, que torna freqüentes e quasi contagiosos os suicidios em Portugal, cfr. Braga, *Introducção*. p. 9.

[2] Elegia II, versos 22–39.

do seu espirito que escreveu a carta em prosa «a um amigo» de Lisboa,[1] (D. Jorge da Silva? ou antes João Lopes Leitão?) que define bem o seu estado nos dias de soturna e triste conformidade. Lá diz por exemplo: «*No mundo não tem boa sorte senão quem tem por boa a que tem. E d'aqui vem contentar-me de triste*».

É verdade que tal contentamento e tal resignação em genios de vôo arrebatado não costumam durar muito. Em todo o caso, é possivel que o desabafo abrandasse os tormentos da solidão.

E depois, a resignação de Camões seria porventura real, sincera e completa. Um novo, mas honroso infortunio abalara o seu espirito. Digo de proposito: *abalara*. Porque as dôres physicas e psychicas, por que passou, assim como o sangue que viu espalhado e talvez espalhasse, não o podiam deixar impassivel e inalterado. São d'elle os versos:

> Quantos rostos alli se vêm sem côr!
> que ao coração acode o sangue amigo;
> que nos perigos grandes o temor
> é maior muitas vezes que o perigo.
> E se o não é, parece-o. Que o furor
> de offender ou vencer o duro imigo
> faz não sentir que é *perda grande e rara,*
> *dos membros corporaes a vida cara!*[2]

Repito, quem falla assim é o valente soldado que perdeu durante a estada na Africa um dos olhos. Ignoramos se foi no mar, em peleja travada com corsarios, ou por terra, em guerra aberta com a gente musulmana.

Faria e Sousa aventa que a cruel ferida fôra causada por um fragmento de bala transviada e amortecida.[3] O que me parece certo é que o Poeta correu perigo de perder tambem o outro olho, ficando cego. Poupou-lhe a sorte esta extrema infelicidade e contentou-se com desfigurar-lhe o rosto, fazendo apenas que experimentasse

> a furia rara
> de Marte, que **nos olhos** quis que logo
> visse e tocasse o acerbo fructo seu.
> E n'este escudo meu
> a pintura verão do infesto fogo.[4]

---

[1] Cfr. Storck, I, p. 317. É a carta II, que principia: «*Esta vai com a candeia na mão*». *

[2] *Lusiadas*, IV, 29.

[3] V. Faria e Sousa, *Rimas*, III, 88ª e *Vida* II, § 14. «Sirviendo alli se ocasionó una batalla naval en aquel mar donde perdió el ojo *derecho*, aviendole dado en él una **centella de un cañonazo**».

[4] Canção X, versos 167-171.

* Remetto o curioso ao segundo volume d'esta obra: Excurso sobre as Cartas em prosa.

Fica tambem por decidir, se Luis Vaz perdeu o olho direito ou o esquerdo. Elle proprio não o diz, e nas gravuras[2] falta ora este, ora aquelle.[1] Os primeiros biographos guardam profundo silencio;[3] e os que se pronunciam, fallam ora de uma maneira, ora de outra.[4] É portanto arriscado aventurar hoje conjecturas. Se soubessemos com certeza que o Camões fazia uso de uma arma de fogo durante os combates, seria adequado calcular que a perda era do olho esquerdo; mas a escolha das armas pertencia, pelo menos na India, aos soldados, e não aos superiores.[5]

A lenda das batalhas do Poeta ao lado do pae é mera invenção de Faria e Sousa, sem fundamento, como já indicámos.

§ 190.—É impossivel provar que os *Lusiadas* foram adiantados durante o periodo africano. Pode ser que o Camões limasse as estancias dos Cantos III e IV, a meu vêr, os mais antigos, accrescentando, cortando e modificando.

Outro producto, de peso, e bem valioso, são as *Oitavas sobre o desconcerto do Mundo*,[6] que julgo escriptas quasi no fim do exilio. O sossego, a equanimidade philosophica, que respiram, e que elevam o leitor sobre a tumulto da vida mundana, a superior placidez com que se julga a cubiça e a ambição, o desejo de governar, condemnando os poderes e riquezas como inuteis, e improficuas para a verdadeira felicidade e paz d'alma, mostram que o coração inquieto do desterrado acalmara finalmente e se acostumara á *solidão*. A austera

---

[1] O Poeta refere-se vagamente á perda do olho em tres Redondilhas: *Sem olhos, vi o mal claro; Senhora, pois me chamaes; A B C de Amores* (letra *G.*), e na Carta (I) da India.

[2] Recorra-se a Brito Aranha no *Indice das Estampas e Gravuras.* *

[3] Guardam silencio Mariz e Corrêa. * *

[4] Severim de Faria (fl. 2ᵇ) indica o olho *direito;* Faria e Sousa egualmente, na maioria dos casos *(Vida,* I, § 8; *Vida,* II, § 14). Uma vez *(Rimas,* III, 88ª) diz, porém, o contrario.

[5] V. § 242.

[6] Oitavas intituladas: «*Epistola de Camões a um amigo*» ou «*A D. Antonio de Noronha sobre o desconcerto do mundo*».

* O *unico* retrato antigo e fidedigno, mandado gravar em cobre por Gaspar de Faria Severim, sobre uma pintura coeva que pertencera a Corrêa, e que serviu de modello a todos os posteriores, unico portanto que devia decidir a questão e que o meu illustre amigo possue em photographia (Album da Exp. Cam., de 1880), tem o olho **direito** ferido.—Cfr. § 121 e § 13 do Exame critico sobre as Fontes.

** Este ultimo é o proprio amigo que fôra possuidor da antiga pintura, e conhecêra pessoalmente o cantor dos *Lusiadas!).*

poesia foi enviada, segundo a tradição, ao joven discipulo de Camões. Houve tempos em que duvidei da veracidade d'esta noticia, mas hoje dou-a por certa. D. Antonio contava quasi dezaseis annos no outomno de 1551, visto ter completado dezasete quando a 18 de abril de 1553 cahiu na Mauritania debaixo das lançadas dos musulmanos. Estava portanto em edade de poder ouvir e comprehender, sem prejuizo moral, as confissões e os anceios apaixonados do seu antigo preceptor: [1]

Ai! se o sereno ceo me concedera
qualquer quieto, humilde e doce estado,
onde com minhas musas só vivera,
sem vêr-me em terra alheia degradado,
e alli outrem ninguem me conhecera,
nem conhecera outro mais honrado,
senão a vós, tambem como eu contente,
que bem sei que o serieis facilmente.

E ao longo d'uma clara e pura fonte
que em borbulhões nascendo convidasse
ao doce passarinho que nos conte
quem da cara consorte o apartasse;
despois cobrindo a neve o verde monte
ao gasalhado o frio nos levasse,
avivando o juizo ao doce estudo
—mais certo manjar d'alma, emfim, que tudo.

E comnosco tambem se achara aquella
cuja lembrança e cujo claro gesto
na alma sómente vejo, porque nella
está em essencia, puro e manifesto,
por alta influição de minha estrella,
mitigando o rigor do peito honesto,
entretecendo rosas nos cabellos,
de que tomasse luz o sol em vel-os.

E emquanto por verão flores colhesse
ou por inverno ao fogo accomodado
o que de mi sentira nos dissesse,
de puro amor o peito salteado:

---

[1] Storck, III, p. 367.—C. M. de Vasconcellos (em *Zeitschrift*, VIII, p. 7) duvida que estas Oitavas podessem ser dirigidas a um moço. *

* Duvidei, sim; mas a engenhosa hypothese sobre o caracter das intimas relações entre Camões e D. Antonio de Noronha modificou as minhas ideias.

não pedira então eu que Amor me desse
do insano Trasilao[1] o doce estado,
mas que alli me dobrasse o entendimento
por ter de tanto bem conhecimento.[2]

§ 191.—D. Antonio era amigo intimo do principe D. João, e seus parentes eram muito bem aceites na côrte.

Talvez as magnificas estancias, sem egual na Lyrica portuguêsa, a não ser que nas proprias obras de Camões encontrem parallelos, fossem apresentadas no palacio: assim eram, pelo menos, seus pensamentos, sonhos e desejos.

Talvez o principe as lêsse com o seu bom amigo e companheiro, visto que protegia os poetas e amava as musas. Já pedira versos a Sá de Miranda e a Fernão da Silveira.[3] E muitos outros entre os vates coevos já tinham dedicado ao futuro Rei obras vernaculas e latinas. Jorge Ferreira de Vasconcellos, o Dr. Antonio Ferreira, Frei Paulo da Cruz, D. Manoel de Portugal,[4] o discreto galanteador da formosa D. Francisca de Aragão,[5] uma das damas do paço que favoreciam o Poeta, haviam tentado attrahir a sua attenção e ganhar as suas boas graças. Camões sabia-o. E, enlevado por esperanças e visões, já se contava entre os protegidos de D. João, já se imaginava reintegrado no favor da côrte, depois de tão aspero e prolongado castigo! Porque afinal... era tão razoavel que o conde de Linhares intercedesse a bem de seu eminente apaniguado! As boas folhas de serviço que seus superiores militares[6] já lhe haviam passado, e continuariam a passar, deviam valer de alguma cousa! e os feitos de armas, a perda do olho, o attestado do seu exemplar comportamento, tudo isso devia influir propiciamente no espirito justo do monarcha! Não era licito esperar que lhe concederia amplo perdão e qualquer posição honrosa e lucrativa, muito embora longe da capital? Catherina, conti-

---

[1] Um Atheniense—endoidecido—de cuja sorte as Oitavas se occupam nos versos 145-184.

[2] Ib., 193-208 e 217-232.

[3] V. C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. XXXI e seg.

[4] Veja-se Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 185; a Edição Portuense dos *Lusiadas*, p. XXIV; e especialmente *Bernardim Ribeiro*, p. 225 e 238, onde se encontram as respectivas cartas do principe, cujo camareiro-mór, João Rodrigues de Sá, era poeta e relacionado com todos os litteratos distinctos da sua epoca.

[5] V. Redondilhas: «*Mas porém a que cuidados*», «A D. Francisca de Aragão, mandando-lhe (ella) esta regra que lha glosasse», e «Carta que Luis de Camões mandou a D. Francisca de Aragão com a glosa acima».

[6] Cfr. § 238.

nuando a dedicar-lhe uma terna affeição, talvez estivesse decidida a seguí-lo ao retiro campestre, com que sonhava, preferindo o conchego de um lar aos esplendores e perigos do paço?

Acabaram emfim os annos de desterro, annos de castigo. No ancoradoiro de Ceuta espera a nau que ha de repatriar o feliz soldado, cujo serviço terminou! Ei-lo que apparece no convès; a chusma desaferra a ancora; o vento sopra:

> A vela desfraldando, o ceo ferimos,
> dizendo: «*boa viagem!*» Logo o vento
> nos troncos fez o usado movimento![1]

§ **192.**—Recapitulando os factos apurados nos paragraphos d'este capitulo assentaremos que o Poeta viveu no Ribatejo, desterrado da côrte durante seis a oito mezes, provavelmente em Santarem ou nas vizinhanças, em casa de parentes de sua segunda mãe. Foi a necessidade, mas não inclinação ingenita marcial, que o levou a alistar-se como soldado. A sua petição relativa á commutação da pena em serviço militar obrigatorio nas partes de além-mar foi deferida, provavelmente a pedido de seus protectores. Em Ceuta o Poeta portou-se exemplarmente; combateu com bravura em varias escaramuças; e perdeu um dos olhos. Ao cabo de dois annos voltou a Lisboa (outomno de 1551) não sem que esperanças de um futuro mais benigno o bafejassem.

---

[1] *Lusiadas*, v. 1

XV

DE VOLTA A LISBOA

XV

DE VOLTA A LISBOA

§ **193.**—A terceira estada do Poeta na capital é limitada por todos os biographos, a contar de Faria e Sousa até aos nossos tempos,[1] pelos annos 1549 e 1553. Fiando-se na authenticidade dos apocryphos assentos da Casa da India, os meus predecessores opinaram o seguinte. Camões, ao cabo de dois annos de serviço militar—a meu vêr, *obrigatorio*, e de modo algum em harmonia com as inclinações e a indole do artista e amador apaixonado—não teve mais nada a fazer senão alistar-se, a toda a pressa, na primavera de 1550, como simples homem de armas no rol do antigo capitão de Ceuta, D. Affonso de Noronha, o qual ia embarcar como Vice-Rei para a India, escolhendo para este fim a nau S. Pedro dos Burgaleses!

Opinam mais que o Poeta modificara depois levemente sua tenção por qualquer motivo desconhecido, e desfizera o contracto, tornando a realizá-la só tres annos mais tarde. Acreditam que os paes de Luis Vaz viviam então em Lisboa, e que este seu unico filho, maior desde muito e já bem acreditado como Virgilio lusitano, residisse com elles, comendo do pouco que possuiam.

Estão portanto convencidos que a sua vida era de folgazão inutil, ou peor ainda, de vadio e brigão, passada em companhia de truões de alta e baixa cathegoria, até que um bello dia de festa, o de Corpus-Christi de 1552, uma rixa sangrenta deu com elle no carcere, onde ficou até, em 7 de março de 1553, sahir perdoado, para embarcar tres semanas depois como soldado raso

---

[1] Veja-se Faria e Sousa, *Vida* II, §§ 5, 6 e 16; Juromenha, I, p. **43** e **51** e seg.; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 179 e seg.

para a India.[1] Accrescentam ainda conjecturalmente que a desistencia do seu plano de expatriação seria occasionada pela difficuldade de se apparelhar a capitaina, supposição que me parece gratuita, porque o vice-rei fez-se á vela em abril, sahindo do Tejo no primeiro dia de maio, com toda a esquadra, menos uma unica nau, o galeão S. João, que partiu dezasete dias depois.[2]

Outra conjectura sobre as esperanças ligadas pelo Poeta á protecção do Principe, póde aceitar-se como muito provavel. Mas, a ser exacta, torna-se menos verosimil ainda a hypothetica resolução do embarque em 1550, que, de resto, não foi confirmada em 1551, nem no anno immediato.

§ **194.**—Se a minha argumentação fôr boa, todas essas conjecturas são gratuitas e carecem de fundamento. Torno a dizer que os assentos da Casa da India são falsidades, puras invenções de Faria e Sousa, conforme demonstrei; os paes carnaes do Poeta não viviam em Lisboa e já tinham fallecido ha muito, quando este sahiu da patria Coimbra. O serviço militar cumprido na praça de Ceuta e depois em Goa, não foi de modo algum espontaneo, o que não invalida ou diminue a hombridade, a valentia ou o patriotismo do Poeta, dotes que não admittem nem a sombra de uma duvida.

Mas sendo assim, perguntará o leitor, que nos diz então o novissimo biographo sobre a vida do Poeta em Lisboa, nos mezes que decorreram desde o outomno de 1551 até á primavera de 1553? Que factos, ou, á falta de factos, que conjecturas nos apresenta para preencher aquella lacuna?

§ **195.**—É justo snppôr que o Poeta transposesse as barreiras da faustosa capital com uma pequenissima quantia pecuniaria na bolsa. Recebera em Ceuta regularmente a soldada correspondente ao titulo de cavalleiro-fidalgo da casa d'El-Rei, mas não tendo pôsto mais graduado, a paga devia ser exigua. Os homens de guerra que voltavam da India, tinham passagem livre, mas pagavam o seu sustento durante a viagem.[3] As guarnições da Africa certamente não gozavam de privilegios superiores aos que disfrutavam os Indiaticos. É possivel que o Poeta ganhasse, além do soldo, alguns tostões com copias e outros serviços de penna. Mas avaliando os seus haveres em algumas dezenas de cruzados já fazemos um computo alto. Pedro de Mariz trata o Camões de grande gastador, muito liberal e magnifico, de sorte que «não lhe dura-

---

[1] E estes ultimos acontecimentos são factos positivos e demonstraveis.

[2] V. Couto, VI, 9, 1.—A esquadra compunha-se de cinco naus: *S. Pedro*, *Flor de la Mar*, *Biscainho*, *Sant'Anna* e *S. João*.

[3] Cfr. § 346.

vam os bens temporaes mais que emquanto elle não via occasião de os despender a seu belprazer».[1] Não estou habilitado a impugnar taes asserções. Mas em todo o caso, a somma que indiquei poderia ter chegado n'aquelles tempos para sustentar uma pessoa economica, mesmo na populosa Lisboa, durante um a dois annos.[2]

Impossivel dizer, se Luis de Camões soube realmente restringir os seus gastos, contentando-se de viver com o seu parco quinhão. É tão incerto e incommodo contar com os amigos e protectores! Sob a pena de soffrer como poeta indigente mais tarde absoluta penuria, forçoso lhe era pensar a tempo no necessario: a experiencia já o ensinára e advertira. Parece-me portanto que não erraremos, suppondo que, logo depois de chegado á capital, o soldado africano apresentasse aos competentes magistrados seus certificados e papeis officiaes, requerendo um emprego, e allegando a *perda de sangue e de um olho*.

§ **196.**—Os paços reaes já não acolhiam o poeta «castigado»; e os circulos selectos da aristocracia lisbonense, que em tempos mais felizes o haviam recebido graciosamente, mostravam-se agora reservados ou frios. Ignoramos se a benevolencia do conde de Linhares perdurou. Julgo que sim, porque é notorio que não affrouxou a amizade de Camões com D. Antonio, seu joven e digno alumno: e talvez continuassem tambem por intervenção d'elle as relações com D. Catherina. Que o illustre Senhor D. Manoel de Portugal já favorecesse então o Poeta, parece-me muito pouco provavel. E mesmo se o facto fosse certo, acho que este amigo, e outros, eram demasiadamente novos n'aquelle tempo para gozarem do credito e da auctoridade indispensaveis para qualquer empenho proficuo, a favor de um desprotegido.

Adversarios não faltariam: os mesmos (desconhecidos) que já tinham intrigado contra elle, e cujos odios o tempo e os acontecimentos haviam acirrado mais. Outros novos ainda partilhariam nos mexericos palacianos. Alguns versos mordentes de Camões contra este ou aquell'outro cortesão circulavam, de certo, nos serões. O soneto mordaz contra D. Catherina de Ataide I, de que já fallámos,[3] quer nossa interpretação seja justa ou injusta, devia desagradar profundamente á familia d'aquella dama, em especial ao esposo D. Ruy Borges de Miranda e ao meio-irmão Gonçalo Borges, que pertencia aos moradores do paço, onde servia de estribeiro-mór.

---

[1] Mariz, p. 10.
[2] Cfr. § 379.
[3] V. § 152.

Bem póde ser que á roda dos inimigos de Camões pertencesse agora o aulico Pero de Andrade Caminha,[1] muito embora as provas allegadas claudiquem deveras. A opinião de Theophilo Braga, por exemplo, que julga ter descoberto nos seus versos um epigramma, então composto contra o Poeta, não me parece aceitavel.[2] Eis a alludida «*contenda de dois*»:

> Um tem dois olhos, e com vista clara;
> outro um só tem e esse co'a vista estreita.
> Diz este áquelle: «Amigo, eu apostara
> a qual de nós tem vista mais perfeita?»
> Quem houvera que a si não se enganara
> como o outro que enganado a aposta aceita?
> Diz-lhe este: «Vê que vejo mais que ti,
> pois dois olhos te vejo, um só tu a mi».[3]

Em primeiro logar seria muito pouco nobre e circumspecto da parte de Caminha motejar injuriosa e maliciosamente de um signal ganho no campo da honra, quando o soldado batalhava pelo Rei e pela patria, embora na condição de desterrado! E depois... nem mesmo teria consegido o seu intento! Porque na aposta o vencedor é o torto! E finalmente o gracejo, posto em verso por Caminha, não é invenção sua; mas antes como tantos outros epigrammas do mesmo auctor, apenas um estudo sobre um thema conhecidissimo, e por assim dizer internacional, cujo reverso, desaproveitado por Caminha, corre tambem mundo, e costuma narrar-se em seguida, «*inter amicos*». Prova indirecta do emprestimo levantado pelo poeta português, é o epigramma immediato, tirado de Ausonio e que versa sobre *o cego e o manco da fabula:*

> Vão o manco e o cego juntamente,
> cada um tomando do outro o que lhe falta.
> O cego leva o manco facilmente;
> e manco guia o cego em sua falta.

---

[1] O *Soneto funereo,* dedicado por Camões a dois esposos que falleceram no mesmo dia «*Ditosas almas, que ambas juntamente*» não se refere a João Caminha e D. Filippa de Sousa, paes de Caminha, mortos em um mesmo dia (segundo o Epitaphio xxxv do filho, e outro de Antonio Ferreira), porque estes se finaram depois de largos annos de união prolifica (em 1556), emquanto o par cantado no Soneto camoniano logrou *cedo* o bem da morte («*tão breve*»), depois *de pouco tempo de felicidade terrestre*. De mais a mais o soneto, recolhido por Faria e Sousa, talvez seja apocrypho. — Cfr. *Storck*, ii, p. 248 e 419.

[2] Braga, *Hist. Cam.*, i, p. 181.

[3] Caminha, p. 339, Epitaphio cx.

No ver do manco, o cego vae contente:
c'os pés do cego, o manco corre e salta;
e assim do manco o cego era guiado,
assim do cego o manco era levado.[1]

§ **197**.—Baldadas esperanças, tristes desillusões, desejos vãos, e amargos desconcertos impacientam, gastam tempo e meios, diminuem a força e afrouxam o senso moral dos individuos. Dias, semanas, mezes passaram sem que o requerimento de Luis Vaz fosse deferido. E com o andar do tempo a sua confiança ficou abalada. A tardança era um pessimo agouro, e perguntas, feitas particularmente, tiveram respostas que lhe roubaram o resto de suas esperanças.

Cheio de despeito, o insoffrido lusitano procurou propositadamente a convivencia de outros rapazes, a fim de na sua ruidosa companhia esquecer as tristezas. Os camaradas que escolheu nem sempre eram de boa tempera: um João Toscano, Callisto de Sequeira, Manoel Serrão (que tornaremos a encontrar mais tarde em Gôa), Miguel Dias, que era amigo de D. Antonio de Noronha, Luis de Lemos e outros.[2] Não posso decidir se tambem pertenceu ao mesmo grupo de vadios Jeronymo Ribeiro e seu irmão, o poeta comico Antonio Ribeiro, de alcunha o *Chiado* (1504–1591),[3] cujas farças e representações scenicas (1542–1546) não podiam ser desconhecidas ao auctor dos *Amphitryões*, *Filodemo* e *Seleuco*. Fica duvidoso se, de facto, este gracioso, mas rude «dizidor e bargante» lhe pôs então o sobrenome de «*Trinca-fortes*». A anecdota, contada por Juromenha, sem indicação da fonte em que a hauriu, não

---

[1] Caminha, p. 339, Ep. cxi.

[2] Cfr. § 74 e a Carta da India, a unica restante de entre muitas que o auctor confessa ter mandado para o reino.

[3] Veja-se em Storck, vol. vi, p. 368-370; e no Prologo do *Seleuco* o verso 168, onde o Mordomo confessa, com relação ao moço que faz papel de gracioso, que «*huma trova fal-a tão bem como vós, ou como eu, ou como o Chiado*».*

* A biographia que Storck esboça da vida do lepido e volteiro ex-frade é bem feita e exacta. Hoje possuimos porém nas «*Obras do Poeta Chiado*», colligidas por Alberto Pimentel, uma biographia mais circumstanciada (Lisboa, 1889). Quanto á «grande consideração» que o Principe dos Poetas professava pelo seu confrade, força é confessar que o recente investigador não nos dá novidade alguma. Cita o trecho do *Rei Seleuco*, (a p. xxxix) e repete apenas a anedocta referida por Juromenha, lamentando a falta irremediavel, causada pelo silencio do visconde ácerca da origem da sua noticia, (p. xxx). Presumo que a fonte d'esta anecdota e das restantes publicadas por Juromenha, sem que diga onde as encontrou, foi simplesmente o *Commentario ás Redondilhas por Faria e Sousa*.

obriga, pelo menos, a esta interpretação.[1] O que resulta, todavia, com infallivel certeza, das poesias do proprio Camões, é que n'aquella temporada não conviveu sempre com pessoas cultas e aprimoradas.[2] Tres redondilhas,[3] por exemplo, informam-nos que labios femininos deram ao soldado africano as alcunhas pouco generosas e finas de *«diabo»* e *«cara-sem-olhos»*, motejando da sua honrosa disformidade. O Poeta teria motivos, comtudo, para não se indispôr com a crueza do *«Anjo»* que o injuriava. A sua resposta retruca com espirito e bom humor, assentando que o *«diabo»* bem-queria ao *«anjo»*, e o levaria de muito boa vontade, se podesse.[4]

Eis uma das esparsas *a uma senhora que lhe chamou «cara-sem-olhos»*:

> Sem olhos vi o mal claro
> que dos olhos se seguiu,
> pois cara-sem-olhos viu
> olhos que lhe custam caro.

---

[1] Juromenha, I. p. 136-137, e Braga, *Hist. Cam.*, I. p. 192-193.

[2] Ramalho Ortigão (p. LVI da ed. fluminense dos *Lusiadas*) diz bem «que os poucos fidalgos com quem se acamarada, são valentões rixosos como elle».

[3] Temos: *a*) uma Esparsa *a huma senhora que lhe chamou «diabo»*: *«Não posso chegar ao cabo»*.

b) outra Esparsa *a huma senhora que lhe chamou «cara sem olhos»*: *«Sem olhos vi o mal claro»*.

c) Voltas *a huma dama que lhe chamou «diabo», por nome foão dos Anjos»*.

[4] Duvido muito que o nome de familia d'este «anjo» fosse **«dos Anjos»**, apesar de a epigraphe o affirmar. É provavel que do appellativo *«anjo»* os editores inferissem o nome proprio. **

* De resto, ninguem affirma que fosse precisamente o Chiado quem apodou Camões com a alcunha de *«Trinca-fortes»*.—Juromenha diz apenas que empregára, n'um certame poetico, aquelle sobrenome, usado entre amigos e camaradas do valente e mordaz cavalleiro.

** Na edição primordial de 1595 (ed. Soropita) já vem a rubrica explicatoria. O manuscripto Juromenha não a contem. O conteúdo dos versos não exige, de modo algum, que a dama que tratou o Poeta de *«diabo»*, se chamasse *anjo* ou *dos anjos*. Mas, em todo o caso, é possivel que fosse assim, e que aquelle seu nome a provocasse e instigasse a dar a alcunha opposta a Camões. É sabido que este não menosprezou a moda de gracejar com nomes significativos de damas que celebrava. Fosse como fosse, *dos Anjos* não seria nome *de familia*, mas apenas parte do nome de baptismo, isto é, um d'aquelles accessorios pittorescos, proveniente dos santos calendaricos e extra-calendaricos, com que o pio zelo dos peninsulares guarnece os verdadeiros prenomes dos seus filhos: João de *«Deus»*, Maria *«do Ceo»*, Celeste *«do Paraiso»*, Maria das *«Dôres»* —Ás vezes adoptavam-nos mais tarde, ao entrar no convento, abandonando o nome mundano por outro mais espiritual.—Lembrarei como exemplo a Frei Gonçalo **dos Anjos**, que figura no *Diccionario* de Innocencio da Silva (III, p. 161).

D'olhos não faço menção,
pois quereis que olhos não sejam.
Vendo-vos, olhos sobejam;
não vos vendo, olhos não são.[1]

Houve certamente aventuras, façanhas, arruaças e folias durante estes faceis namoros, que obrigaram o brioso e desesperado valentão, que se gabava de possuir a virtude de Achilles,[2] a desembainhar mais do que uma vez a espada, ora desafiando ora desafiado. Ainda que a primeira carta familiar da India aum amigo e companheiro não o dissesse tão claramente, o resto das phrases e lembranças contidas n'aquella missiva, juntamente com as recommendações ao mulherio de Lisboa e as suas expressões bastante frivolas e até um tanto equivocas, revelaria, de sobejo, que o Poeta tinha corrido risco imminente de sossobrar por completo na capital, ficando (como elle pittoresca e muito drasticamente diz) *«com mais pingos na fama que os couros de um leitão!»*.

Errores e faltas, que não diziam com a ingenita nobreza e verdadeira cortesia fidalga, não podiam deixar de substituir pouco a pouco por indifferença ou antipathia o amor que a sua «grande alma» inspirara a D. Catherina de Ataide e de lhe alienar a estima e o favor de todos os influentes.

---

[1] Escolhi estes versos para apresentar ao leitor mais esta remodelação da fórma allemã, que dei em tempos aos versos de Camões:

Durch die Augen süsse Wehen
ward ich augenlos gewahr;
Augenlos — ein Augenpaar,
drob den Augen Leid geschehen;
Augen hin und Augen her!
Augen sinds, die wenig taugen:
Nah Euch — sind sie mehr als Augen,
Fern Euch — Augen nimmermehr.*

[2] Queixando-se dos difamadores praguentos e invejosos que trocaram amizades em odios, diz: — «Então ajuntou-se a isto acharem-me sempre na pelle a virtude de Achilles, que não podera ser cortado senão pelas solas dos pés, as quaes, de m'as não verem nunca, me fez ver a de muitos e não engeitar conversações da mesma impressão a quem fracos punham mau nome, vingando com a lingua o que não podiam com o braço!»

* A primeira traducção era excellente e muito exacta. Peccava unicamente em não repetir em todas as linhas as palavras: **olhos** (**Augen**), em conformidade com o original.—Permitti-me sublinhar em tempos este pequenino senão. *(Zeitschrift,* VII, p. 410). E o escrupuloso traductor teve a amabilidade de attender o meu reparo.

§ 198.— Dos excessos e das extravagancias de Luis Vaz pouco ou nada chegaria aos ouvidos de D. Antonio de Noronha. O joven fidalgo vivia na côrte, exercitando-se em todas as artes e sciencias que preparavam para a carreira militar e diplomatica, participando talvez do ensino ministrado ao principe. De edade egual, de propensões e gostos parecidos, ambos namorados e enthusiasticos admiradores da poesia, D. João e o filho dos condes de Linhares eram intimos amigos, como já sabemos.—D. Antonio, comtudo, não se esquecia do seu genial aio. Confidente e intermediario nos amores de Luis de Camões e D. Catherina de Ataide,[1] confessara-lhe a ardente paixão que resentia por D. Margarida da Silva, e agora informava o desventurado Poeta das tenções e dos sentimentos de amigos e inimigos palacianos. Não posso duvidar que D. Antonio mostrasse ao principe as admiraveis poesias, enviadas do Ribatejo e de Ceuta, e principalmente as magnificas oitavas sobre o «*Desconcerto do mundo*»,[2] a fim de avivando o interesse pelo incomparavel vate, dispôr o futuro rei a empregar o seu prestigio a favor do banido. Talvez que elle lhe proporcionasse o que ambicionava:

qualquer quieto humilde e doce estado,[3]

onde vivesse só com as musas, adiantando e esmerilhando a sua epopeia nacional! O grato e bem-intencionado mancebo louvaria o vasto saber e o grande talento de Camões; exporia o plano dos *Lusiadas* já iniciados; enalteceria o seu patriotismo, e não deixaria de mencionar o aleijão auferido em serviço nacional. A profunda e sincera admiração, e o affecto puro e leal que dedicava ao preceptor, tornariam eloqüente a supplica e abrandariam o generoso espirito do principe: é portanto bem provavel que este ultimo intercedesse a favor de Camões, implorando a clemencia do reinante.

É, pelo menos, o que ouso inferir da egloga funebre,[4] em que o Poeta immortalizou *os dois amigos*, seus bondosos protectores: em primeiro logar D. Antonio de Noronha, e em segundo o principe D. João!

§ 199.—Dias e noites de profunda magua iam passando, gastos em parte em triste solidão, em parte em ruidosas arruaças, em companhia de rufiães e espadachins. O melancolico e irascivel espirito de Camões cedia ora a uma angustia dolorosa, ora a um orgulho desmedido. Hoje expandia-se em desmandos

[1] Cfr. § 116.
[2] Oitavas I.
[3] Ib. I, verso 194.
[4] Egloga I.

e accessos de ira; ámanhã confrangia-se em uma compuncção atormentadora; ora a saudade dos dias felizes se apossava da sua alma; ora miragens de um futuro desditoso o acabrunhavam. As suas poesias repercutiram mais tarde multiplices echos de todas estas sensações. Mas, afinal, a hora decisiva soou. Os papeis que apoiavam e reforçavam o seu requerimento foram-lhe devolvidos com uma secca e laconica negativa. Toda a esperança de melhoria no ambicionado posto converteu-se em amarga decepção! Os dois annos de serviço militar em Ceuta foram considerados como tempo de castigo, isto é, como degredo, segundo o espirito da lei permittia.[1] O governo não tinha nada que agradecer ou premiar. Se Luis Vaz se havia portado bem, batalhando como um bravo, cumprira apenas o seu dever. A perda do olho era um episodio infeliz.—Os fautores e amigos que o recommendaram, não tinham sido bem acolhidos; os desejos do proprio principe foram desattendidos, encontrando uma surda mas inabalavel resistencia. N'estas circumstancias uma petição directa ao monarcha não offerecia probabilidades de exito. A situação era realmente desesperada.

Calculo que foi no começo de junho, ou em fins de maio de 1552, quando a nova fatal assombrou o Poeta. O espectro da miseria fitava-o com olhares ameaçadores. O seu pequeno peculio estava quasi exhausto. Era tarde para assentar praça no rol da India. A esquadra annual já largára do Tejo, commandada por Fernão Lopes de Albergaria.[2]

Que fazer n'este auge do desespero?

Um rancor indizivel tomou posse de todas as suas faculdades; desejos impetuosos de vingança roubaram-lhe um resto de sangue frio. Oh que delicia arrancar da espada, desafiar todo o bando dos aulicos favorecidos, os muito nobres senhores e ricos vassallos! Oh sim! medir-se com elles, desabafar e lavar em sangue o rosto dos que suppunha culpados na sua crua sorte!

§ 200.—«*Em um mal outro começa; que nunca vem só nenhum*» ou «*Perdigão perdeu a penna; não ha mal que lhe não venha*».[3]

O dia de Corpus-Christi celebrava-se no anno de 1552 a 16 de junho. Em toda a christandade catholica, o dia da eucharistia é solemnemente festejado com galas e grandeza, mas em parte alguma com mais pompa e esplendor que na antiga Lisboa. Os sinos repicam. A multidão compacta dos fieis inunda as ruas, sahindo das estreitas naves das egrejas, e acompanha, cantando, o Santissimo, que o sacerdote, debaixo de um pallio, resplande-

---

[1] Cfr. § 278, nota 1, e § 379.

[2] V. Couto, VI, 10, 6 e 9.

[3] Cfr. a Carta em prosa, de Ceuta, a um amigo.

cente de ouro, leva nas mãos através das ruas tortuosas, apinhadas de gente, e dos largos, juncados de espadanas e flores. Mesteres e officios, confrarias e associações vão incorporadas no immenso prestito com os seus estandartes, bandeiras, flammulas e insignias de garridas côres. Em carros ou andores apropriados apparecem figuras em vestes brilhantes, representando personagens biblicos ou figuras devotas da historia christã, isoladas ou em grupos. Nas janellas, guarnecidas de ricas colchas e nos balcões debruçam-se as damas, ora devotas, ora entretidas, a presenciar a esplendida procissão. Depois da ceremonia religiosa, começada nas egrejas e continuada nas ruas, ha de tarde festas puramente mundanas: danças tradicionaes, chacotas, momos, mascaradas, representações theatraes, mil entretimentos e folguedos ruidosos, em que tomam parte todas as camadas da sociedade.[1]

No Corpus-Christi a que nos referimos,[2] aconteceu que certo Gonçalo Borges, já nosso conhecido, apaniguado da côrte (porque tinha a seu cargo os arreios da casa real), ia atravessando a cavallo o Rocio, em direcção á rua de Santo Antão. Nas cercanias do convento de S. Domingos, fronteiro ás casas de Pero Vaz, dois mascarados o investiram com zombarias e remoques. O motejado tomou em má parte as palavras dos cavalleiros e retrucou chasqueando. Das bromas passaram a vias de facto. Luis Vaz, que estava presente, reconhece amigos nos dois aggressores,[3] arranca tambem da espada e fere o Gonçalo Borges no toutiço. Devemos suppôr que entrou de livre vontade na refrega, por ser inimigo do creado do Paço, visto que *dois* mascarados, e além d'isso montados, não podiam precisar de ajuda e soccorro contra apenas um adversario.

Eis porque o Poeta foi preso e encarcerado no tronco de Lisboa, ao passo que os outros dois se evadiam.

O delinqüente teve tempo para reflectir sobre a sua culpa. Reconheceu que as circumstancias eram aggravantes, fazendo do simples arruido um verdadeiro crime. Perturbara a paz n'um dia de festa religiosa; acutilara de proposito e sem causa explicavel um homem que, de mais a mais, gozava dos privilegios de morador da côrte; e não o fizera só, mas mancommunado com

---

[1] Fallam do Corpus-Christi em Lisboa, Juromenha, I, p. 52; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 201; *Povo Port.*, I, 389, II, 425; e *Theatro Port.*, II, p. 242 e seg.

[2] Braga colloca o Corpus-Christi em maio de 1552 (*Hist. Cam.*, I, p. 201), e faz tirar a devassa sobre os acontecimentos d'aquelle dia a 1 de maio do mesmo anno! (p. XXVI da *Vida* publicada na edição portuense do Tricentenario).

[3] Braga, (*Hist. Cam.*, I, p. 202) suppõe que estes amigos fossem Miguel Dias e Luis de Lemos, por causa do interesse com que logo na Carta 1ª da India, Camões se refere a esses dois. (*Sämmtl. Gedichte*, I, p. 334).

outros seus companheiros, em occasião em que El-Rei, com a côrte e a Casa da Supplicação, estava em Lisboa.[1]

§ 201.—Detenções e principalmente encarceramentos provisorios ou simplesmente preventivos, perderam hoje em dia boa parte dos seus terrores. Mas n'aquelles tempos o tronco de Lisboa era uma cousa medonha. As necessidades physicas dos presos eram completamente desprezadas: faltava-lhes tudo. O espaço, a luz, o ar, a comida eram proporcionados por escala diminuta. Uma prisão demorada equivalia a um longo supplicio.[2] Os lamentos de Camões não nos dizem senão uma pequenissima parte dos padecimentos que o alquebraram cruamente:

> Tristezas! com passar tristes gemidos
> passo a noite, e o dia imaginando.
> N'esta escura cova estou cuidando
> de me ver com meus dias tão perdidos!
> Vão passando como sombra, escondidos,
> e sem fruto nenhum irem deixando
> mais que os ver, passando e rodando
> com a roda da fortuna e meus sentidos.
> N'estas imaginações, triste, comigo,
> estou na alma enlevado, que não sento,
> se com alguem falando estou, o que digo,
> Se vem alguem estar, no pensamento.
> Nem sei dizer de mim n'este tormento
> se estou fóra de mim, se estou comigo.[3]

Nenhum amigo visitaria o encarcerado, consolando-o e confortando-o. Os que talvez quisessem ir—os companheiros e cumplices d'então—não o podiam; e os que podiam—os antigos protectores e amigos—não queriam. Estava portanto só, absolutamente desprotegido! Eis o que dizia mais tarde, ao reconsiderar o desespero d'aquelles longos e perdidos dias, na grande canção autobiographica, e certamente sem exagerar:

---

[1] A Carta de perdão a Luis de Camões, impressa por Juromenha (I, p. 166, Documento *C*), e repetida por Braga (I, p. 203), não menciona as (aliás infalliveis) datas da occorrencia, fallando simplesmente do «*dia de Corpore-Xpti*».—Com relação á gravidade do crime commettido pelo Poeta, compare-se o que Schäfer diz a respeito das assuadas (III, p. 65).

[2] V. Schäfer, vol. I, p. 427.

[3] *Sämmtl. Gedichte*, Soneto 355. *

Veja-se a *Segunda Parte*.

[A piedade humana me faltava:
a gente amiga já contraria via
no perigo primeiro;]
e no segundo;
terra em que pôr os pés me fallecia;
ar para respirar se me negava,
e faltava-me, emfim, o tempo e o mundo.
Que segredo tão arduo e tão profundo
nascer para viver! e para a vida
faltar-me quanto o mundo tem para ella!
E não poder perdê-la,
estando tantas vezes já perdida![1]

§ 202.—As poesias de Camões provam-nos que o apaixonado adepto de D. Catherina de Ataide teve, em certa época da sua vida, trato galante com uma dama da côrte: D. Francisca de Aragão, celebre pelo seu sangue, formosura e discrição. Ha quem diga que estas relações começarram no anno de 1552.* O leitor que estiver de accordo com os resultados que apurei, dirá se é possivel! Só de 1545 a 1549, nos annos felizes da sua mocidade, é que o Poeta, a meu vêr, teve ensejo de de se approximar de tão nobre dama, fiado na sua propria gentileza, gloria e immaculada fama.

E é egualmente impossivel que depois de Ceuta o infeliz desterrado, cujo interdicto não foi levantado quanto ao Paço, se ligasse amigavelmente com seu confrade em Apollo, o famosissimo e festejado poeta Jorge de Montemór.

Vejamos que acontecimentos alvoroçaram a côrte durante este periodo. A 5 de agosto de 1552, sete semanas depois de Camões ser posto nos ferros d'El-

---

[1] Canção x (ou xii), versos 181-192.

* Sabemos que esta senhora, dama da rainha e sobrinha de Francisco Barreto (o 17.º Governador da India), festejada por Caminha e Montemór, e que mais tarde (1556) veiu a casar com um filho de S. Francisco de Borja, D. João, *dava motes* a Camões para elle os glosar, e que o Poeta lhe remettia versos, acompanhados de cartas galantes e espirituosas, das quaes uma se conservou entre as Redondilhas (*«Mas porém a que cuidados»*). Ha ainda uma Ode dedicada, segundo a lenda, á mesma dama mas que talvez se refira a D. Catherina de Ataide. Entre os sonetos recolhidos por Estevam Lopes, ha um que se diz tambem inspirado pela formosa, mas esquiva e soberba senhora: *«A perfeição, a graça, o doce gesto;»* a authenticidade não é, todavia, incontestavel. Faria e Sousa encontrou-o n'um manuscripto com attribuição a D. Manoel de Portugal, o declarado galanteador de D. Francisca, a quem a belleza e dura condição da sua dama inspiraram innumeros versos. E como obra d'este fidalgo é que o encontro no Cancioneiro Luis Franco, a fl. 240, no meio de um grupo consideravel de versos de D. Manoel a D. Francisca de Aragão.

Cfr Storck, ii, p. 385; i, p. 395, e iii, p. 343; Braga, *Hist. Cam.*, i, p. 131 e 150, ii, p. 79 e seg.; *Zeitschrift*, v, p. 126

Rei, na cadeia da capital, humilhado por tanta ignominia, é que teve logar o romantico torneio de Xabregas, em que o herdeiro da corôa ia vestir a *toga viril*, dando as primeiras mostras publicas do valor de seu braço, medindo as suas forças com o alumno e confidente do nosso infeliz Poeta, e com outros noveis combatentes. Quatro mezes depois, a 5 de dezembro de 1552, foram celebrados os desposorios do mesmo principe com sua prima D. Joanna, filha do Imperador Carlos V.[1] No seu ostentoso sequito veiu, em fins de novembro,[2] como aposentador, o já afamado musico e poeta *Jorge de Montemór*, portuguès de nascença, mas emigrado quinze annos antes para Castella, sem mais voltar ao solo patrio. Uma boa moradia, paga com 30:000 réis mensaes, retinha o ambicioso joven na côrte hespanhola. Agora em Portugal é que se approximava de poetas bem afamados como Sá de Miranda e Pedro de Andrade Caminha, trocando com elles epistolas e cartas em sonoros tercetos. Ao cabo de meio anno, em maio de 1554, tres mezes depois do nascimento do mallogrado D. Sebastião, Montemór voltava novamente para Castella, acompanhando a despiedosa mãe[3] que teve animo para abandonar o orphão, entregue aos avós.[4]

Quando, onde e como aconteceria que o abastado cortesão se encontrou com o misero encarcerado, em trato amigavel? No tronco? ou durante os dezanove dias que decorreram entre o perdão outorgado a Camões, e o seu em-

---

[1] Sobre o casamento dos principes, veja-se C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. 739.

[2] Cfr. Moraes, *Historia de Portugal*, II, p. 302.

[3] A serenissima princêsa de Portugal tinha então dezoito annos (segundo Faria e Sousa, *Rimas*, v, p. 191^b^). Camões retrata-a na Egloga I como um modelo perfeito de virtudes femininas (v. verso 345 e seg., e em especial de 397 em diante).—Illudia-se, comtudo, talvez por estar longe de Portugal, ao compôr o funebre idyllio.*

[4] V. Schönherr, *Jorge de Montemayor*, Halle, 1886, p. 21 e seg.**

* Comprehendo o triste e deprimente efeito que o cruel abandono do orphão real produziu no illustre auctor. Tão pouco posso negar o facto de não termos muitas provas de seus sentimentos maternaes para com D. Sebastião. Accrescentarei, comtudo, que D. Joanna, era de uma intelligencia superior, merecendo sempre a confiança e o respeito de Carlos V e Felipe II. Sahindo de Portugal logo, depois da morte do esposo, obedeceu apenas: 1.º) ás clausulas do contracto nupcial: 2.º) ás ordens terminantes do Imperador que carecia da sua discreta filha, para o governo do paiz, durante a sua ausencia e as viagens de Felipe; e 3.º) á pratica usada em casos identicos (por exemplo, no fallecimento de D. Manoel, cuja viuva, D. Leonor, teve de deixar a Infanta D. Maria, no reino que era a sua patria, e tinha o direito de exigir a presença da filha). Quem sabe o que uma e outra soffreriam, tendo de reprimir a voz do coração! Para D. Leonor o affastamento foi um cruel e longo supplicio.—Vid. Santarem, *Quadro*.

** A data exacta da partida é 16 de maio.

barque para a India? Haverá quem acredite que de 7 a 26 de março de 1553, o amimado palaciano, de vestidura elegante, e o humilhado poeta, liberto dos ferros e mal trajado, passeassem juntos, no Terreiro do Paço, deante das janellas da Alcaçova e saudassem a bella D. Francisca de Aragão, que, encostada ao parapeito de um balcão do gyneceu, apparecia aos dois adoradores? A lenda conta que um pobre se approximou então a pedir esmola e que Jorge de Montemór, apontando para o formoso **seraphim**, respondera em hespanhol com um trocadilho:

> Si, hermano, pedis por dios,
> aquel *Serafin* pedid
> y pedid para los dos:
> la libertad para mi,
> la limosna para vós.[1]

A anedocta soa bem, não o nego; e não me admiraria, se o inventor nos segredasse, piscando o olho, que elle, Pedro José Supico, presenceou, viu e ouviu tudo quanto este seu apophtegma narra! — Anedocta, e basta!

A ser verdade que Monte-mór teve o plano de crear uma epopeia sobre a descoberta das Indias,[2] e que apenas sua prematura morte (1561), obstou

---

[1] V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 191.*

[2] V. Schonherr, p. 23 e 25.**

* Braga foi o primeiro a dar por verosimeis as relações dos dois poetas e a aproveitar esta anedocta, julgando que encerrava um grão de verdade. Georg Schönherr annuiu posteriormente (p. 23 do opusculo citado), suppondo que a anedocta tinha fundamentos historicos, que realmente não tem.

Pedro José Suppico de Moraes, moço da camara de um irmão de D. João V (fall. antes de 1760), ajuntou uma «*Collecção politica de apophtegmas memoraveis tirados de variadas obras historicas*», a qual sahiu impressa em 1720, 1733 e 1761. Muitos d'elles pertencem ás litteraturas classicas e á historia universal, e são por isso geralmente conhecidos. Outros, tirados de chronicas peninsulares, são menos vulgares; e ainda outros ha que dizem respeito ao tempo do auctor e parecem colhidos directamente da tradição palaciana. Entre as fontes, por elle citadas, não ha livro algum em que a anedocta relativa a D. Francisca e aos dois poetas lusitanos *podesse* figurar. É, pois, licito admittir, que Suppico a ouvisse *contar*. Mas que fé dar a um continho sobre tão pequeninos assumptos intimos, passados 167 annos antes? De resto, tenho ideia de ter lido historias eguaes ou parecidas, em que figuravam personagens diversos. No repertorio do theatro hespanhol ha, certamente, mais de uma scena do mesmo genero! — A anedocta acha-se relatada a p. 67 do volume I (p. 38 da Ed. de 1761).

** Este auctor extractou do Prologo de Craesbeck, que precede a «*Diana*» na edição de 1624, a tradição: «que Montemór determinára escrever em verso o descobrimento da India Oriental, mas a morte que logo lhe sobreveiu, lhe atalhou este intento».— Craesbeck não indica de onde lhe viera a noticia. O desejo dos Quinhenistas lyricos, de ganharem louros epicos, era de resto quasi geral, como repetidamente dissemos! Mal conheço um entre tantos que *não* o formulasse, ou *não* tentasse de facto seu estro.

á realização do plano, estaria disposto a admittir que Montemór ouviu em Lisboa fallar da obra, já iniciada, do seu compatriota, e resolveu tomar-lhe a dianteira com outro poema heroico, de sua lavra.

Mas é bem possivel que todas estas tentativas para estabelecer relações entre o auctor da *Diana* e Camões sejam trabalho baldado.

§ **203.**—Antes de voltarmos ao nosso encarcerado, devo impugnar mais outra hypothese, inferida de factos coevos. Juromenha[1] e Braga[2] postulam que o apparecimento das Decadas de João de Barros, quando Camões estava ainda em Lisboa (1552 e 1553), arrebatasse a sua imaginação para o campo de uma epopeia nacional.

Respondo: a primeira decada da Asia acabou de imprimir-se, **não** como Severim de Faria[3] assentou, em 1552, mas «*em Lisboa por Germão Galhardo aos 24 dias de Março de 1553 fol.*», isto é, só dois dias antes de Camões partir para a India; e a segunda appareceu posteriormente tambem «*em Lisboa pelo dito Impressor e no mesmo anno*», talvez nos fins de 1553. A terceira, dita *da India*, tardou mais dez annos, vindo á luz em 1563 (Lisboa, por João Barreira). A quarta publicou-se em Madrid em a Impressão Real, no anno de 1613.[4]

A unica possibilidade seria portanto que Luis Vaz lêsse a primeira decada durante a travessia de Lisboa á India. Mas mesmo esta possibilidade não é verosimil. Já indiquei que, a meu vêr, o Poeta não só planeara muito antes o seu poema nacional, mas já acabara, pelo menos, os cantos tres e quatro.

O que não posso nem pretendo negar é que Camões estudasse depois, em Goa, Macau ou Moçambique, a *Asia* de Barros (I e II), nem que os conhecimentos, alli hauridos, influissem nos *Lusiadas;* mas confesso tambem que não posso provar que o facto se désse na realidade.[5]

---

[1] Juromenha, I, p. 488, nota 20.

[2] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 189.

[3] Cfr. a «*Vida de João de Barros*» que acompanha o «*Clarimundo*», I, p. XXXIII.*

[4] V. Manoel Severim de Faria, «*Vida de João de Barros e Indice Geral das quatro Decadas da sua Asia*», Lisboa, 1778. p. LXVII, e seg.—Fica portanto rectificado pelo proprio Severim o que elle allegara menos exactamente na *Vida* (p. XXIX).—A primeira edição das *Decadas* tornou-se tão rara, dentro de pouco tempo, que já em 1600 escasseavam exemplares em Portugal. (*Clarim.*, p. XLVI). A quarta decada sahiu, posthuma, 43 annos depois da morte de Barros († 1570).

[5] Barros, pela sua vez, explorou, conforme confessa, as chronicas de Gomes Eannes de Zurara, que se servira de apontamentos de Affonso Cerveira.—V. *Decada*, I, 2, 1; Braga, *Curso*, p. 254; e Amorim, I, p. 229-230.

* O professor Storck está enganado.—Peço ao leitor que recorra á *Segunda Parte,* onde achará elucidada esta questão.

§ 204.— Após mezes de carcere, quando Gonçalo Borges já sarára da ferida no pescoço, ficando sem «aleijão nem deformidade», a primeira excitação sobre o grosseiro desacato cedeu a um dictame menos severo. Fautores influentes pensaram a sério sobre o melindroso caso: ponderaram a pena correspondente ao delicto, em conformidade com o direito civel e criminal; sondaram as disposições da côrte: inqueriram sobre o pensar do offendido, e aconselharam o infeliz poeta, no intuito de mitigar a sua sorte. N'esse numero figurava talvez D. Gonçalo Pinheiro, antigo Bispo de Tanger, eleito Bispo de Vizeu, do Conselho de D. João III, e Desembargador do Paço e Petições.[1] Este, ou outro prelado e juiz, demonstraria a Camões que, para vêr mudado o seu destino, duas cousas eram ineluctaveis: pedir perdão ao offendido, e requerer o indulto d'El-Rei. Um passo sem o outro, de nada valia. Forçoso era portanto dominar todo o orgulho; vencer o seu resentimento; rebater a arrogancia natural, e implorar como réu confesso, deante de testemunhas, a benevolencia de Gonçalo Borges, depois de certos preliminares, tendentes a um accordo, que seriam encetados por intermediarios intelligentes e piedosos. Aquelle mancebo perdoou, por authentico instrumento de notario publico, e desistiu de ser parte no processo:

---

[1] Cfr. Storck, II, Soneto **191** e o Commentario a p. 407; Juromenha, I, p. 52, e II, p. 468; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 204. *

* A carta de perdão foi mandada executar «per *dom gonçallo pinheiro bispo de Viseu* e per o doutor Joham Monteiro, chanceler do mestrado de nosso senhor Jesu Christo, ambos do seu conselho, e seus desembarguadores do paço e pitições».—O soneto a que Storck remette o leitor («*Despois que viu Cibele o corpo humano*») celebra um **Pinheiro**. Juromenha, approximando a passagem do alvara regio acima copiado, com o dito soneto, inferiu que o *Pinheiro* cantado seria o mesmo Gonçalo, nomeado Bispo de Vizeu só em 1553, mas que antes já o tinha sido de Tanger na Africa, onde talvez tivesse conhecido o Poeta, aproveitando a sua recente nomeação, para impetrar por esta occasião do soberano como graça especial, a soltura do Poeta. Comprehendo e approvo a approximação. Pena é sómente que o soneto não contenha um unico pensamento ou palavra allusiva á protecção que o prelado se dignou dispensar a Camões, nem ao gozo da liberdade, alcançada ao cabo de mezes de enfadonha prisão! Apenas allusões a fabula orgiastica da grande *deusa-mãe Cybele* (Ovid., Fast.) e da metamorphose do amado *Atys* em **pinheiro**, equiparação da «*pinus excelsa*» com a palma e o loureiro [*sidera ferens vertice*]; e nas ultimas tres linhas o desejo de cantar o «*verso eterno*» dos *Lusiadas* á sombra de um Pinheiro! De reconhecimento, nem uma palavra.

De passagem direi ainda que as edições portuguêsas d'este soneto teem: *Despois que viu Cybele o corpo humano Do formoso Atys seu verde Pinheiro* e que o traductor allemão entendeu dever mudar *seu* em *ser*. Não approvo a emenda: a construcção é boa e poetica; *ser*, pelo contrario, seria prosaico. **Seu**, pertence a *Atys*: Cybele viu o corpo do *seu Atys* (transformado em) *verde pinheiro*. O duplo accusativo é perfeitamente correcto e o rythmo do hendecasyllabo sahe mais agradavel, se a pausa fôr marcada depois da sexta syllaba.

«*Para que o Senhor Deus lhe perdoe seos peccados,*—declarou elle—*de sua boa e livre vontade perdoar ao dito Luis Vaaz de Camões toda sua justiça que contra elle podia ter; e o não queria por ello acusar nem demandar crimemente nem civelmente; e lhe perdoava toda justiça, dano, corregimento, e todo o que contra elle por dereito podesse alcançar, com tanto que o dito sopricante se livre do dito caso a sua custa e despeza*».[1]

O documento foi feito, e assignado a 23 de fevereiro de 1553 por Antonio Vaaz de Castellobranco, tabellião de Lisboa, e, sem duvida alguma, junto á petição, dirigida por Camões immediatamente ao supremo tribunal. N'ella o requerente prometteu ou declarou ir em serviço d'El-Rei á India, partindo com a frota primaveril.[2]

O monarcha mandou tirar informações minuciosas sobre o delicto e o comportamento do encarcerado, assim como sobre a veracidade dos dizeres da petição. E, como os resultados demonstram, os factos apurados fallaram a favor de Camões. D. João III deferiu por isso o requerimento do supplicante, visto elle ser «*mancebo, e pobre, e decidido a servir este anno na India: multando-o com quatro mil reis, pera piedade*», somma que n'aquelle tempo não era pouco importante, «*e pagavel ao bispo de Sancthomé, seu conselheiro esmoler*», ou ao substituto, o capellão e escrivão Alexandre Lopes.

O perdão foi concedido a tres de março e a carta correspondente dada, depois do pagamento, aos sete do mesmo mez, com ordem de soltar o encarcerado «*se por al não fôr preso*».

§ **205**.—Profunda era a humilhação do Poeta, obrigado a alistar-se outra vez no serviço de Marte, contra a sua vontade e inclinação. Pungentes espinhos dilaceravam o seu peito: os infortunios soffridos posteriormente na India deviam reabrir sempre de novo aquella ferida dolorosa e a lembrança do seu malaventurado erro. Bem podia allegar, em desculpa sua, o ardente amor que occasionára os seus males, e a má fortuna que o perseguira, deitando-o a perder-se; mas os erros, que o proprio poeta nomeia em primeiro logar,[3] como vimos, avaliando com juizo recto o seu caracter, foram realmente os verdadeiros e unicos causadores das suas tristes experiencias.

---

[1] Cfr. § 184.

[2] Todas estas datas pertencem á Carta de perdão, (Juromenha I, p. 166, Documento *C* e Braga, I, p. 204). Só esta provisão se conservou; os restantes seis papeis que a precederam, não foram achados até hoje. (V. Braga, «*Vida de Camões*», na Edição do Tricentenario Portuense, p. XXVI).

[3] Releiam no § 174 o soneto em que o Poeta se retratou.

As regras e regulamentos do paço, bem assim como as leis vigentes no paiz foram applicadas com equidade para castigar verdadeiros desvarios e delictos: os primeiros talvez com rigor descaroavel, as ultimas, muito pelo contrario,com benignidade régia, e certamente com respeito aos seus altissimos talentos poeticos e á intervenção sollicita de fautores poderosos. Mas, seja como fôr, apesar da minha enthusiastica admiração, ou antes veneração, pelo sublime genio do cantor dos *Lusiadas*, confesso que a indulgencia de Gonçalo Borges foi um meritorio acto de generosidade, muito embora tivesse a certeza de vêr afastado, breve, e para longe, o seu antagonista (que talvez até fosse seu rival), porque um demorado encarceramento não teria tornado mais inoffensivo o impetuoso poeta. E a carta de perdão de D. João III merece ser louvada, emquanto o nome immortal de Camões fôr inolvidado, como um acto de magnanimidade, ainda que ninguem até hoje o quisesse reconhecer como tal.

§ 206.—Encaremos agora a situação do Poeta, do ponto de vista individual d'elle, para não merecermos o vituperio de rigorista despiedoso.

Luis Vaz de Camões, o poeta mais arrebatado da gloria nacional, já afamado como pregoeiro incomparavel dos feitos heroicos dos antepassados, o filho mais fiel de Portugal, viu-se tratado com dureza pela patria que amava com fervor tão ardente e cuja immorredoura glorificação já começára de esboçar. O alto sentimento da propria valia será talvez taxado de immodesta e desmesurada presumpção, com relação ao anno de 1553 (e já o foi), mas os tres lustros seguintes em que o Poeta, desattendendo a sua miseria e os seus aggravos, continuou firme a construir com devoção inabalada o monumento eterno até o rematar com a ultima pedra, não justificam, embora expliquem, aquelles «dislates de orgulho», fazendo perdoar gostosamente as acerbas palavras com que traceja, recapitulando, a sua sorte, dizendo na conhecida canção:

> Emfim, não houve transe de fortuna,
> nem perigos, nem casos duvidosos,
> injustiças d'aquelles que o confuso
> regimento do mundo e antigo abuso
> faz sobre os outros homens poderosos,
> que eu não passasse, atado á fiel coluna
> do soffrimento meu,[1] que a importuna
> perseguição de males em pedaços
> mil vezes fez, á força de seus braços.[2]

---

[1] A fiel columna do soffrimento é: *o corpo* ou *a vida corporea*.

[2] Versos 192-200 da Canção X.

E é com verdadeira satisfação que ouvimos palavras de mansidão, que soam como *arrependimento redemptor*, sobre o magnanimo principe que lhe perdoou um delicto, tanto nos *Lusiadas* (onde celebra *a alma famosa na paz angelica dourada)*,[1] como tambem em um soberbo soneto, dedicado ao Rei, muito depois da sua morte:[2]

> Quem jaz no gram sepulcro, que descreve
> tão illustres sinaes no forte escudo?
> *Ninguem!* — que n'isso emfim se torna tudo —
> mas foi quem tudo póde e tudo teve.
> Foi Rei! Fez tudo quanto a Rei se deve:
> pôs na guerra e na paz devido escudo.
> Mas quam pesado foi ao Mouro rudo,
> tanto lhe seja agora a terra leve!
> «Alexandro será?» — Ninguem se engane;
> mais que o adquirir, o sustentar estima! —
> «Será Hadriano, gram senhor do mundo?» —
> Mais observante foi da lei de cima. —
> «É Numa?» — Numa não, mas é Joane,
> *de Portugal terceiro, sem segundo.*

§ **207.**— Resulta claramente do que explicámos n'este capitulo que o Camões estacionou em Lisboa desde outomno de 1551 até á primavera de 1553. As suas mal fundadas esperanças não se realizam: não encontra o em prego ambicionado; gasta o seu parco peculio; convive com companheiros na maioria improprios e estouvados; nutre e alimenta um justo ou injusto odio contra reaes ou presumptivos antagonistas cortesãos; perpetra um crime merecedor de aspera punição, ferindo com arma branca um morador da casa real; vê-se encarcerado durante quasi nove mezes; alcança o perdão do offendido e o indulto régio, sob condição de embarcar, acto continuo, para a India, como homem de armas do seu soberano.

---

[1] *Lusiadas*, I, 17.

[2] V. § 378, e Storck, II, Soneto 59, commentado a p. 377. *

* Juromenha (II, p. 402) assevera que tanto na edição de 1595 como no manuscripto de Luis Franco, o titulo d'este soneto tem erradamente *D. João segundo*. Accrescenta até positivamente achar-se escripto no cancioneiro «*A' sepultura de D. João II*». Ha engano manifesto. No dicto codice lê-se, a p. 202, a rubrica «*Soneto á Sepultura del Rey D. João*», sem mais nada.

XVI

VIAGEM Á INDIA

XVI

VIAGEM Á INDIA

§ 203.—Ao sahir da cadeia restavam uns quinze dias apenas, até á data em que a esquadra ia desfraldar as suas velas, dias que o Poeta empregaria sem duvida a pôr em ordem os seus negocios.

Tinha que despedir-se de amigos [1] e protectores, aos quaes era devedor de gratidão, porque o soccorreram com boas palavras e ajudas efficazes, de dinheiro e recommendações; tinha que apresentar-se, fornecido de todos os seus papeis e em especial da Carta de perdão, na casa da India, a fim de se fazer inscrever no registo de uma das naus, embolsando antecipadamente o soldo trimestral, devido aos cavalleiros da casa régia que embarcavam como soldados rasos, sem graduação nem cargo honorifico; [2] tinha emfim de pres-

---

[1] Não sabemos ao certo se D. Antonio de Noronha já partira para Ceuta, ou estava ainda em Lisboa. *

[2] Veja-se C. C. Branco, p. 27. * *

* Mal tinha chegado á Africa, quando morreu ás lançadas dos mouros (18 de abril), como o leitor sabe.—Cfr. C. M. de Vasconcellos, *Zeitschrift*, VII, p. 494 e 497.

* * Este auctor diz apenas vagamente: «Se Luis de Camões embarcasse para a India como o commum dos mancebos fidalgos, (isto é, em logar de ir como substituto de um simples e humilde escudeiro), teria recebido 300 ou 400 cruzados de ajuda de custo»; sem indicar se esta ajuda de custo era regulada de qualquer fórma, e representava, por exemplo, a somma devida aos fidalgos na côrte, como moradia. Talvez os dizeres do afamado romancista se baseiem apenas na seguinte phrase do auctor do *Soldado Pratico*: «ha mancebos fidalgos tão ditosos que, em sahindo do ninho e casas de seus pays, lhe manda dar Sua Alteza na India para sua despeza 300 ou 400 cruzados, ou 3000 ou 4000 por anno, que é uma boa mercê». Latino Coelho pondéra tambem que até na honrada carreira de suas armas, Camões *nunca* poude «alevantar-se acima da mais humilde condição».

tar fiança. Além d'isso, era mister ajuntar os seus aprestes: alguma vestimenta, roupa de uso, uma braçada de livros,[1] e por ultimo o thesouro inapreciavel das suas poesias manuscriptas. Juntamente com os utensilios e certas provisões, cumpria enfardelar esses bens e agazalhá-los devidamente no beliche, partilhado por ventura com um ou mais camaradas: tudo isso em conformidade com os regulamentos validos para as expedições á India.[2]

Depois d'estes afazeres positivos, quem poderá duvidar que o Poeta tentasse revêr a amada, para desafogar o coração requeimado de tristezas pungentes, com o fim de obter d'ella perdão e paz?

Poucos momentos de sossego e quietude lhe sobrariam.

A sua situação figurava-se-lhe desesperada; a partida para a India egual á despedida eterna. Se nem um anno volvia, sem que nos registos da casa da India se escripturasse a perda de naus arribadas, desfeitas ou queimadas, que nunca mais tornavam ao reino.[3] Na melhor conjunctura a viagem durava de cinco a seis mezes.[4] E quantas doenças a bordo! Da equipagem de quinhentas cabeças morriam, por via de regra, sete a oito por cento, entre marinheiros e soldados: em caso de peste ou andaço, a percentagem era muito superior, ás vezes septuplicada,[5] ou mesmo decupla! E se os perigos acabassem ao menos, depois de pisarem o solo da India! Mas não! Quem escapasse ás tempestades, ás ondas, aos baixios e aos recifes, succumbia mais tarde á inclemencia dos climas asiaticos, prenhes de ameaças, ao rigor do serviço militar, ou ás setas hervadas do inimigo. Ainda assim (o Poeta o diz n'uma

---

[1] V. § 242.

[2] V. Linschoten, *Itinerario*, p. 4ª.

[3] Dos naufragios maritimos tratam: Schäfer, III, p. 245; Braga, *Manual*, p. 331, *Curso*, p. 261, e *Povo Port.*, II, p. 503; Couto, VII, 9. 11, etc.; e em especial J. P. de Oliveira Martins, o qual communica dados estatisticos no seu estudo sobre *A marinha portugueza na era das conquistas* (*Annuario da Soc. Camoneana*, I, p. 109-127) e no volume *Portugal Maritimo*, p. 26, 105 e 108.—Cfr. os §§ 217 e 220, Nota 1).

Das sessenta e seis naus da India que vogaram ao Oriente de 1585 a 97, um terço perdeu-se: dezoito embarcações naufragaram e quatro arderam. É verdade que estes treze annos foram os mais accidentados da marinha lusitana. *

[4] *Itinerario*, p. 9ª e Storck, I, p. 334.

[5] *Itinerario*, p. 3ª, e 9ᵇ; assim como o nosso § 357, Nota 1.

---

* Para o leitor português, o mais acertado será recorrer ás fontes primordiaes: Barros, Couto, Correia e o «*Livro de toda a fazenda*» de Figueiredo Falcão, no qual, infelizmente, ha muitas lacunas e erros, que sómente um minucioso estudo comparado de tudo quanto se escreveu no seculo XVI e a principios do XVII sobre a India, poderá sanar e preencher.

carta enviada da India a Lisboa) não havia outro remedio senão fugir para Goa, a quantos laços na capital lhe armavam os acontecimentos.[1]

Momentos havia porém em que não «enforcava» todas as esperanças. Perspectivas de gloria e de fortuna sorriam-lhe. Durante os cinco annos de vida militar—pois tanto era o periodo de serviço para o soldado,[2] em contraposição ao capitão que tinha tres annos de campanha e outros tres de descanço[3]—não seria impossivel ajuntar uma pequena fortuna, para se governar no ultimo terço da vida. Sendo feliz, podia até ser promovido a commandante de alguma fortaleza,[4] ganhando um peculio de vinte mil cruzados![5] O proverbio diz: «É lei esperar o melhor; o mal vem de seu pé!» E a phantasia do Poeta mostrava-lhe miragens illusorias. Já se via de regresso, devolvidos cinco ou seis annos: a cega fortuna dera um geito á sua roda; o humilde aventureiro voltava abastado. O poema dos *Lusiadas* grangeára-lhe honra e gloria e com a protecção da familia a mão da amada. Um cargo honorifico era o premio das «lettras e armas»: os paes de D. Catherina já não desdenhavam o laureado pretendente: as duas almas apaixonadas uniam-se emfim!

---

[1] V. Carta da India.

[2] *Itinerario*, p. 4ª.

[3] Ib., p. 8ª.

[4] Couto, VI, 9, 1, conta o seguinte: D. Garcia de Menezes, estudante graduado em Canones e destinado á carreira ecclesiastica, teve amores com uma dama da côrte: os dois são surprehendidos. A dama é enclausurada n'um convento; o amante foge clandestinamente para a India, onde se distingue, chegando a ser capitão de Maluco, com esperanças de ganhar 20:000 cruzados e a mão da sua dama. Vae ao soccorro de D. Pedro da Silva e Gama, Capitão de Malacca, contra o Rei Viantana; toma, de companhia com Pero Vaz Guedes, uma bombarda, e morre com o seu fiel Achates, ao lado da peça conquistada depois de heroica resistencia, não cedendo um palmo de terra.*

[5] *Itinerario*, p. 8ª.

* O exemplo é bom, não o nego; e como este ha muitos. Mas sempre direi que o heroe da aventura e da façanha se chamava *Dom Garcia de Menezes, filho do Craveiro*! isto é, que era de illustrissima e poderosa prosapia, a qual occupava então, e desde seculos, os mais altos cargos na clerezia e no governo, tanto do reino como das colonias. Foi por isso que o Viso-Rey folgou de lhe dar *logo* a capitania «pera que tirasse d'ella os 20:000 cruzados». E infelizmente, a historia da India portuguêsa fornece provas exuberantes da veracidade de uns ditos agudos do sagaz e patriotico Couto, «*que a maldição portuguêsa é tal e sua desconfiança tamanha, que o homem que não é fidalgo, não é chamado para nada*»; e que «*as mercês que se fazem a alguem são medidas pelo seu apellido*», ou ainda «*que em Portugal se não dá premio, senão por respeito de pai e avó*». Dos meios licitos ou illicitos com que os commandantes lucravam milhares de cruzados, nem é bom fallar. Conhece-os quem leu o «*Soldado Pratico*» e as «*Memorias de um soldado da India!*»

§ 209.—Era uma alvorada risonha de primavera, mas para D. Catherina de Ataide e Luis Vaz a mais triste da vida, quando este ia embarcar, e viu pela ultima vez, por ventura ao sahir das matinas,[1] a inolvidavel «*testa de ouro e neve!*»

Mas demos a palavra ao proprio Poeta:

Aquella triste e leda madrugada,
cheia toda de magoa e de piedade,
emquanto houver no mundo saudade,
quero que seja sempre celebrada:
Ella só, quando amena e marchetada
sahia, dando á terra claridade,
viu apartar-se de uma, outra vontade
que nunca poderá ver-se apartada.
Ella só viu as lagrimas em fio
que, de uns e de outros olhos derivadas,
juntando-se formaram largo rio.
Ella ouviu as palavras magoadas
que poderam tornar o fogo frio
e dar descanso ás almas condemnadas.*

§ 210.—Severim de Faria já achára e estabelecera, por inferições, que o Camões partiu para a India em março de 1553, na esquadra de Fernão Alvares Cabral.[2] Se lêsse com attenção a sexta decada de Couto, á qual remette o leitor, é provavel que chegasse mesmo a indicar o nome da nau que levou o Poeta. Era a capitaina S. Bento, nome certamente de bom agouro para o sobrinho do prior cruzio e chanceller. Composta de cinco caravelas, a

---

[1] Ao dia do embarque refere-se o soneto: *Por cima d'estas aguas*, ideado provavelmente na propria occasião, e escripto pouco depois, no meio do oceano.

[2] Severim, a fl. 3ª, diz: «Não achei em seus versos, nem em memoria alguma o anno em que se embarcou. Sómente escreve que tanto que chegou a Gôa sahiu o Viso-Rey com uma armada sobre el-Rey da Pimenta. Foi esta empresa, segundo referem as historias da India, no fim do anno de 1553. Pelo que consta que partiu de Lisboa no março de 1553 com Fernando Alvares Cabral que, indo por Capitão-mór de quatro naus, só elle chegou á India, nos primeiros (dias) de setembro do mesmo anno».

* Todos os biographos aproveitam esta sentidissima poesia, (Soneto 24) que respira saudade e melancolia real, julgando-a feita no acto ou sobre o caso da partida para a India, muito embora nem uma só palavra alluda claramente ao logar, tempo ou nome da mulher, cujas lagrimas canta.

armada sahiu apenas com quatro, porque uma, o Santo Antonio,[1] ardera na bacia do Tejo, ao carregar.[2]

Entre as quatro restantes, a nau maior e melhor, e ainda por cima a mais segura entre todas as da carreira da India, era o S. Bento, commandado pelo capitão-mór, e dirigido por piloto, mestre[3] e contra-mestre afamados; mas, apesar de condições tão favoraveis, veiu a perder-se na torna-viagem,[4] na costa da Cafraria.[5] As outras tres velas da armada têm no «Summario» de Luis Figueiredo Falcão, e nas Decadas de Diogo Couto,[6] nomes discre-

---

[1] Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 208. *

[2] A carga que ia de Lisboa para a India era pouco importante. Constava, segundo Linschoten, de algumas pipas de azeite e de vinho e mais outras mercancias de particulares; o resto só era lastro e os mantimentos necessarios para a gente do mar. A fazenda de mais valia que se despachava para a India, era metal amoedado: [reaes, ou *Realen van achten*], isto é, o cabedal dos contractadores da pimenta. (*Itinerario*, p. 3[b]).* *

[3] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 208. * * *

[4] Geralmente a torna-viagem apressava-se demasiado; as naus damnificadas nem sequer eram concertadas devidamente. Iam litteralmente abarrotadas de drogas: por isso os desastres eram muito freqüentes. Eis porque o Poeta chama o caminho de Portugal «*a viagem em que tudo se perde*». (Carta I).

Em 1554 as naus que iam voltar ao reino partiram antes de 15 de janeiro; entre ellas o S. Bento, em que embarcaram Fernão Alvares Cabral e o antigo capitão de Ormus, D. Alvaro de Noronha. A 23 de abril a nau sossobrava na terra do natal: a maioria da gente salvou-se em jangadas. Aquella em que os dois capitães luctaram contra as ondas, emborcou, e ambos se afogaram com alguma gente da sua obrigação. Os que se salvaram, marcharam juntos, em corpo, ao longo da costa até tocarem em Moçambique.—V. Couto, VI, 10, 17; e Braga, *Poesia Pop.*, p. 129-130. * * * *

[5] Braga, I, p. 208.

[6] V. Couto, VI, 10, 14.

* Este auctor foi o primeiro a utilizar a importante «*Relação summaria da viagem que fez Fernão d'Alvares Cabral*», escripta por testemunha de vista, o soldado velho Manoel de Mesquita Perestrello († depois de 1575). Foi impressa pela primeira vez em 1564 e incluida por Gomes de Brito na «*Historia Tragico-Maritima*» (I, p. 39-168).

* * Figueiredo Falcão calcula o cabedal mandado ás partes do Oriente para compra de pimenta em 60.000:000 reaes.

* * * Todos eram «homens muito estimados em seus cargos», no dizer de Perestrello.

* * * * Confira-se ainda: Andrada, IV, cap. CV, e *Hist. Trag.-Maritima*, I, p. 43. Das cinco naus só uma veio ter aquelle anno ao reino. A Nau Cerveira, arribou na India; a Barrileira invernou em Moçambique e perdeu-se depois; o Santiago desappareceu; e a Nau S. Bento, «*a qual fazia tanta ventagem a todas as outras em grandeza, fortaleza e bondade*», foi de tal modo sobrecarregada que varou em terra, na bocca do Rio do Infante. Perestrello diz que todas partiram de Cochim em 1 de fevereiro de 1554.

pantes. Na designação dos capitães ha, comtudo, concordancia. Eram elles: a) *Belchior de Sousa (Lobo)*; b) *D. Paio de Noronha*; c) *Ruy Pereira da Camara*.

§ 211.—Foi em domingo de Ramos, a 26 de março do anno de 1553, que a pequena esquadra largou do porto de Lisboa,[1] sulcando as aguas do Tejo, caminho do Oceano. Como já da outra vez, uns quatro annos antes, o pobre cavalleiro da casa real estava no convés, encostado á amurada, contemplando o panorama da cidade, agrupada em amphiteatro nas suas pittorescas collinas, que pouco a pouco iam afundando-se com os seus altos e baixos n'um horizonte cujas linhas se esvaíam. O sentimento de tristeza saudosa que então dominava na sua alma, a impressão que esta despedida lhe deixou, o Poeta condensou-a depois em uma bella estancia dos *Lusiadas*, cujas palavras solta o proprio heroe da epopeia. Vasco da Gama, descrevendo ao Rei de Melinde a sua partida de Lisboa, diz:

Já a vista pouco e pouco se desterra
d'aquelles patrios montes que ficavam;
ficava o patrio Tejo e a fresca serra
de Cintra, e nella os olhos se alongavam;[2]
ficava-nos tambem na amada terra
o coração que as magoas lá deixavam;
e já, depois que toda se escondeu,
não vimos mais emfim que mar e céo![3]

§ 212.—O tempo e o vento eram propicios; o mar sereno, de uma pla-

[1] Determinei a data *exacta* pelo Calendario Universal de Kesselmeyer. *

[2] Á deliciosa Cintra ligava o Poeta, certamente, gratissimas recordações dos tempos felizes da mocidade e seus amores.

[3] *Lusiadas*, v, 3.

* Os documentos coevos concordam na data da partida. As naus d'essa armada sahiram a 23 de março, e no dia immediato. Um auctor, Manoel de Mesquita Perestrello, que temos por geralmente exacto, indica ligeira variante, afirmando que um dos dois dias (o 24) fôra domingo de Ramos. Tinha obrigação de ser absolutamente fidedigno, como testemunha de vista e presenciador do naufragio na costa do Natal. Por este pequeno erro conhece-se, comtudo, que não podemos fiar em absoluto nos seus dizeres.

Quanto á razão da divergencia entre as duas datas e a de Storck, devemos calcular de tres uma: Perestrello, como poeta e artista, quis talvez corrigir phantasiosamente os acasos da fortuna, fixando a sua despedida da patria n'um dia santificado; ou a sua memoria enganou-o simplesmente; ou então, a partida das quatro naus se repartiu, como tantas e tantas vezes aconteceu, não entre dois, mas entre quatro dias, durando de 23 até 26 de março. O S. Bento, em logar de levantar ferro a 24, apparelhando-se com mais vagar, talvez só sahisse a 26!

cidez consoladora; o favonio, soprando mansamente, encrespava só ondas pequeninas que brincavam em volta do S. Bento. O proprio Poeta o descreve em versos elegiacos.[1] Mas no meio da chusma, satisfeita com a bonança promettedora, o Camões, tristonho e scismador, internava-se nas memorias do passado, fixando ora o horizonte, ora o espelho immenso do Atlantico:

> Eu, trazendo lembranças por antolhos,
> trazia os olhos na agua sossegada,
> e a agua sem sossego nos meus olhos.
> A bemaventurança já passada
> diante de mi tinha tão presente
> como se não mudasse o tempo nada!

E depois de voltar á consciencia da triste realidade, ficava quedo, isolado e taciturno, prostrado por um pesadello esmagador,

> com o gesto immoto, e descontente,
> co'hum suspiro profundo e mal ouvido
> por não mostrar meu mal a toda a gente,[2]

encarregando as Nereidas de transmittir as suas nostalgicas saudações ás nymphas do Tejo.

Emquanto o escrivão fizera a chamada da gente do mar, o duplicado das listas da casa da India na mão, marcando os presentes e riscando os ausentes, passando depois ao inventario e leilão da fatiota dos remissos, lançando no livro das contas as sommas apuradas, que, entregues ao capitão, iam ser depositadas na caixa dos «*bens dos ausentes*»,[3] o S. Bento já ganhara o alto mar.

O cantor dos *Lusiadas*, certamente, poderia ter exclamado com justo orgulho fallando da sua náu, relembrado do excelso e imperial Julio Cesar:[4] «*Ávante, e animo, galhardo S. Bento! nada receies, porque levas a bordo Luis de Camões e a gloria immorredoura de Portugal!*» Mas, immerso em dôres mortaes, e quasi execrando a patria-mãe que o engeitava como madrasta, proferiu palavras de ameaça, perdoaveis, ou pelo menos, comprehensiveis na amargura d'aquelle momento. Camões affirma na sua primeira carta: «E assi *despois que d'essa terra parti como quem o fazia para o outro mundo..., posto em estado que me não via senão por entre lusco e fusco, as derradeiras palavras*

[1] Versos 65-75 da elegia: *O Poeta Simonides fallando.*
[2] Ib. 79-87.
[3] *Itinerario*, p. 3ᵇ.
[4] V. Plutarco, *Vida de Cesar*, cap. 38.

que na nau disse foram as de Scipião Africano:[1] *«Ingrata patria, non possidebis ossa mea»*.[2]

§ 213.—Conduzir a caravela e tratar de todos os negocios navaes competia aos mareantes. Os homens de guerra eram apenas incumbidos de vigias nocturnas e diurnas, e em conjuncturas difficeis, de certas manobras indispensaveis. O Poeta debuxa nos *Lusiadas* uma das scenas nocturnas, certamente sobre experiencias pessoaes:

> Da lua os claros raios rutilavam
> pelas argenteas ondas neptuninas;
> as estrellas os ceos acompanhavam
> qual campo revestido de boninas;
> os furiosos ventos repousavam
> pelas covas escuras peregrinas:
> porém da armada a gente vigiava,
> como por longo tempo costumava.[3]

Além do tropico do Capricornio as noites passadas no convês já não eram todavia agradaveis: as vigias perdiam o seu encanto, mesmo para o mais fervoroso admirador das bellezas do firmamento e do oceano. Tambem estas attribulações que a sorte infesta de Camões não lhe poupava, vem descriptas na epopeia. A ronda do quarto de prima ia recolher-se: os soldados, chamados para o segundo quarto, apresentam-se:

> Vencidos vem do somno, e mal despertos;
> bocejando a miude se encostavam
> pelas antennas, todos mal cobertos
> contra os agudos ares que assopravam:
> os olhos contra seu querer abertos,
> mas esfregando, os membros estiravam.
> Remedios contra o sono buscar querem:
> historias contam, casos mil referem.[4]

De dia, a gente de armas era provavelmente encarregada de repartir por turnos os mantimentos: ajudavam ainda na limpeza da náu, e em caso de procella, em que as ondas furiosas arremessavam bategas de agua sobre bordo, eram chamados á bomba.[5]

[1] Publius Cornelius Scipio, Africanus maior.
[2] V. Valerio Maximo, v, 3, 2: *Ingrata patria, ne ossa quidem mea habes.*
[3] *Lusiadas*, I, 58.
[4] Ib., VI, 39.
[5] Ib., VI, 72.*

* «Correm logo os soldados animosos A dar a bomba».

No seu *Itinerario* Linschoten enumera o pessoal e os seus soldos, accrescentando o seguinte, com relação aos mantimentos e ás rações distribuidas entre a gente do mar: «os officiaes, entre marinheiros e soldados, tanto os mais graduados como os mais simples, recebem todos diariamente, pela mesma medida, um arratel e tres quartos de biscoito; meia canada de vinho; uma canada de agua; e mensalmente uma arroba (isto é, 32 arrateis) de carne. Reparte-se além d'isso, no principio da viagem, algumas miudezas como peixe secco, alhos e cebollas. Assucar, mel, passas, ameixas, farinha e outras gulodices ficam de reserva para os doentes, que porém, em geral, alcançam pouco d'estas vantagens, porque os officiaes, a cujo cargo ficam, dão cabo d'ellas, sem que outrem as chegue a vêr. Quanto ao cozinhar, á lenha, ao unto, ás panellas e sartãs, cada um trata de si e do seu. A mais do pessoal que indiquei, ha ainda um escrivão de nomeação régia e um dispenseiro, só para os soldados; porque elles tem a sua distribuição de mantimentos e rações, á parte, mas tambem á moda dos marinheiros».[1]

§ **214**.—Crescia e sobrava portanto bastante tempo aos homens de guerra. O Camões tinha ocio e vagar para gastar horas seguidas, meditando e sonhando,** ou conversando com os companheiros da longa viagem,[2] a fim de dis-

[1] V. *Itinerario*, p. 3b e seg. *

[2] No Canto vi dos *Lusiadas*, no admiravel episodio dos Doze de Inglaterra, temos um d'aquelles quadros que o pincel do grande artista, guiado pelo seu saber e pela phantasia, debuxou talvez para entreter seus camaradas e matalotes.

* Cumpre advertir que não concordam com a «estatistica» de Linschoten os dados da tabella de Figueiredo Falcão, Escrivão official de Filippe II, ácerca dos «Mantimentos necessarios para a gente que ordinariamente leva hũa náo da India, de 250 toneladas para 250 soldados e 112 da navegação, conforme a arqueação d'ella». Vejamos, por exemplo, a carne e o biscoito—os dois generos mais essenciaes. Pelo calculo de Linschoten cada soldado gastava em seis mezes, seis arrobas d'aquelle genero—isto é, um arratel inteiro por dia (e mais uma fracção). Conforme Falcão, as naus levavam só metade do volume que aquellas parcellas representariam: 1806 arrobas para 362 pessoas! cabendo portanto a cada um, *maxime, meio arratel por dia,* se incluirmos na conta os dias de jejum, (isto é, de peixe), e mais um pouco, se os abatermos. O biscoito, pelo contrario, parece ter sido fornecido com mais abundancia. A porção era: uns 1074 quintaes, ou 4296 arrobas, isto é, 137:472 arrateis; chegava e sobrava, muito embora todos comessem por dia um kilo inteiro. O assucar era, com effeito, pura «gulodice»: oito arrobas, com outras oito de mel, passavam por sufficientes. Azeite, vinagre, grãos, lentilhas e mostarda (artigos não mencionados por Linschoten) pertenciam tambem aos mantimentos embarcados *por via de regra.*

** O Poeta tinha, sem duvida alguma, a quasi livre disposição do seu tempo. Julgo até que, mesmo quando um regulamento qualquer o tivesse obrigado a serviços manuaes, baixos e humilhantes, ou simplesmente incommodos e aborrecidos, o respeito pelo seu nascimento e sua superioridade intellectual, respeito ingenito ás almas lusitanas, teria levado tanto os seus su-

trahir-se e esquecer a sua dôr por momentos; havia ainda tempo para fixar no papel, em fórma de poesias ou aphorismos em prosa, os reflexos e eccos das suas sensações multiformes. De todos os bellos sonetos, que Luis Vaz compôs então, na solidão do immenso oceano, copiarei o que se me afigura o mais caracteristico:

> Por cima d'estas aguas, forte e firme
> irei aonde os fados o ordenaram,
> pois por cima de quantas derramaram
> aquelles claros olhos, pude vir-me!
> Já chegado era o fim de despedir-me,
> já mil impedimentos se acabaram,
> quando rios de amor se atravessaram
> a me impedir o passo de partir-me.
> Passei-os eu com animo obstinado
> com que a morte forçada e gloriosa
> faz o vencido já desesperado.
> Em qual figura ou gesto desusado
> póde já fazer medo a Morte irosa
> a quem tem a seus pés, rendido e atado?[1]

§ **215**.—Os quatro baixeis da armada de Alvares Cabral iam singrando juntos o oceano, com boa monção. Não nos é dado apurar quanto tempo todos correram de conserva, de velas inchadas. A praxe era separarem-se os

---

[1] Além d'este soneto considero como feitos durante o trajecto os seguintes:

66) *Com grandes esperanças já cantei.*
122) *Gentil Senhora, se a fortuna imiga.*
298) *O dia, hora, ou o ultimo momento.*
331) *Lembranças tristes, para que gastaes tempo.*
333) *O dia em que naci, moura e pereça.* *

periores aristocraticos como seus companheiros de mais baixa esphera, a exonerá-lo, livre e espontaneamente de todo e qualquer encargo pesado, o «trabalho de mãos», desprezado em absoluto como «villão» pelo fidalgo português, do seculo XVI. E Camões, o poeta namorado e valente, obrigado á inactividade durante a viagem, aceitaria aquella isenção, que de resto o seu espirito liberal e superior a toda a parcial prevenção, não apoiaria em these. (V. *Lus.*, VIII, 40, e IX, 27, etc.).

* Sinto que a maioria dos leitores portuguêses não possa lograr o prazer de saborear a bella traducção do grande camonista allemão, apresentada ao publico germanico. É obra finamente burilada.—Forçoso é confessar que, se o mau traductor mercenario é um *traidor*, o bom e um eximio interprete, que faz transluzir pelas phrases selectas que emprega, a quintessencia de um commentario, não realistico, sobre os factos cantados pelo poeta, mas ideal, sobre a belleza esthetica da sua obra.

navios clandestinamente durante a noite (impellidos por ambição e cobiça, a vêr quem chegava primeiramente á India, ficando assim com a primazia das compras e vendas)[1] e isso já nas alturas de Porto Santo ou da Ilha da Madeira. Quer-me parecer[2] que na costa da Guiné o capitão Belchior de Sousa, ao mando do qual ia a Santa Cruz,[3] tomou direcção desvantajosa, e, incapaz de vencer os «*Abrolhos*»,[4] teve de voltar ao reino, visto que durante o inverno europeu, de outubro a março, o caminho da India, para lá do Cabo, fica vedado por causa do Nordeste, que então costuma soprar rijo.[5] O que reconheço é haver a mesma náu partido novamente, em fins de março de *1554*, transformada na capitaina de D. Pedro Mascarenhas, Governador da India, que chegou á ilha de Goa após seis mezes de viagem, a 23 de setembro.[6]

A nau Rosario,[7] de que ia por capitão D. Paio de Noronha, chegou tão tarde a Moçambique que teve de invernar ahi,[8] tocando por isso a praia da India sómente a 24 de maio de 1554.[9]

Ruy Pereira da Camara foi mais feliz com a Santa Maria da Barca:[10] imagino que logrou dobrar o Cabo da Boa Esperança; mas tarde de mais para poder arriscar a passagem pelo canal de S. Lourenço[11] e alcançar Goa por este

---

[1] V. *Itinerario*, p. 4[b].

[2] A minha hypothese baseia-se nos dizeres de Linschoten.

[3] Couto, VI, 10, 14, dá este nome á náu; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 208, seguindo Figueiredo Falcão, chama-a *Concepção*.—Cfr. § 210, nota 6 e 7.

[4] Linschoten dá aos respectivos recifes o nome de *Droochten*=*Areaes* ou *bancos de areia*, accrescentando que se estendem por setenta milhas pelo oceano fóra.

[5] V. Humboldt, *Kosmos*, II, p. 155.

[6] Couto, VI, 10, 20, e VII, 1, 3.—Braga, na *Hist. Cam.*, I, p. 211, copiando Manoel de Mesquita Perestrello, refere a data 24 de maio de 1556, que peço licença para rectificar.

[7] Segundo Figueiredo, citado por Braga, I, p. 208, o nome da náu era *Loreto*.

[8] Couto, VI, 10, 14.*

[9] Passarei esta data (24 de maio) da Santa Cruz para o Rosario, mudando o anno de 1556 em 1554 (Nota 6).**

[10] Couto não communica o nome da náu, ou, se o faz, devo declarar que esqueci tomar nota do seu dizer.***

[11] V. *Itinerario*, p. 4[b].

---

* Perfeitamente! Uma náu que invernara em Moçambique, de outubro de 1553 a março de 1554, devia attingir o termo da sua viagem no verão de 1554, e podia voltar ainda no mesmo anno, chegando a Lisboa na primavera de 1555. Mas nem todas as náus voltavam immediatamente. Muitissimas estacionavam na India durante mezes ou mesmo annos.

** Sem razão alguma, como a observação anterior demonstra.

*** Effectivamente, não indica o nome no cap. 14, nem no seguinte, onde trata da partida e chegada de Ruy Pereira da Camara.

caminho mais curto e seguro. Teve por isso de seguir outra rota, ao sul da ilha de Madagascar, razão porque entrou no porto de Cochim apenas em novembro, dois mezes depois de haver o S. Bento deitado ancoras deante da metropole da India.[1]

§ 216.—O S. Bento teve melhor fortuna que as outras tres embarcações. Não temos o «*livro da bitacula*», nem outros relatorios minuciosos sobre a viagem da náu que levava o Poeta. Mas podemos compôr um quadro vivo dos acontecimentos e das impressões de Camões, lendo a descripção brilhante da expedição de Vasco da Gama:[2] os factos são historicos, mas o pincel do grande artista retratou o que vira em 1553, dando-lhe um colorido pessoal.[3]

Venceram-se sem maior damno os perigos e as canseiras da viagem até ao Cabo, mas lá começaram os lances difficeis. O Poeta chegou a experimentar

> da fortuna o movimento,
> e dos ventos crueis a dura guerra,
> ver brenhas de ondas, feito o mar em serra,
> levantado de um vento e de outro vento.[4]

---

[1] Couto, vi, 10, 14.— Segundo Braga, chegou a 24 de junho de 1553.*

[2] Quem a quiser recompôr, leia nos *Lusiadas* os Cantos v, 1-64; i, 19 e 42-106; ii, 1-32 e 64-111; v, 65-91; vi, 5 e 37-39 e 70-93; vii, 15 e seg., e 23.

[3] É preciso não transpôr estes limites. Braga (i, p. 214) engana-se em referir ao roteiro de Camões as datas relativas á expedição do Gama, contando os «cinco soes» dos *Lusiadas* por mezes, de março a agosto, e estabelecendo sobre esta falsa base o calculo que «foi em agosto que a náu S. Bento chegou á altura do Cabo». Falsa e incertissima, porque é illicito identificar os cinco *dias* que o Gama gastou no caminho da Bahia de Santa Helena até ao Cabo, com os mezes que o S. Bento levou de Lisboa ao Cabo! De resto, é contrario a toda a probabilidade que só em agosto attingisse o promontorio, porque n'este caso a linha Moçambique-Goa já não teria estado franca. A náu teria sido forçada a invernar em Moçambique.—Cfr. § 215.

[4] Veja-se o soneto que começa: *Ai imiga cruel!*

---

* Não «*chegou*»; arribou n'esta data a Lisboa; e continuando um pouco mais tarde a viagem, attingiu Goa na data indicada por Storck.

O que resulta claramente d'estes factos, e de outros mencionados no § 220, é ser erronea a asserção de Braga (i, p. 211) de o S. Bento haver sido a unica náu da armada de 1553 que chegou ao seu destino. O proprio Mesquita, apesar de ter escripto pouco depois de 1551, se enganou quando assentava que entre todos os da sua Armada só a de Fernão Alvares passara a India *aquelle anno*. Oliveira Martins formula com mais cautela e acerto a proposição: «as outras da frota ficaram demoradas pelo caminho». Já relatámos, com o devido laconismo, a sorte de todas. Pedimos comtudo ao leitor que procure informações mais explicitas na *Segunda Parte*.

O cabo, que Bartholomeu Dias denominára o «tormentoso», duas gerações antes, mostrou que bem merecia ainda este qualificativo. A lembrança ao grandioso espectaculo conservou-se viva e indelevel na alma de Camões. Por tres vezes o pintou: primeiro em fórma lyrica,[1] depois epicamente,[2] e pela terceira vez em engaste dramatico,[3] na admiravel metamorphose do Adamastor.[4] A primeira descripção, esculpida em alto relevo, pouco depois de o Poeta ter dobrado a Africa, tem aqui o seu logar:

> Porque chegando ao Cabo da Esperança,
> começo da saudade se renova,
> lembrando a longa e aspera mudança.
> Debaixo estando já da estrella nova[5]
> que no novo hemispherio resplandece,
> dando do segundo axe certa prova...
> eis a noite com nuvens se escurece,
> do ar subitamente foge o dia
> e todo o largo oceano se embravece.
> A machina do mundo parecia
> que em tormentas se vinha desfazendo;
> em serras todo o mar se convertia,
> Luctando Boreas fero e Noto horrendo
> sonoras tempestades levantavam,
> das náus as velas concavas rompendo.
> As cordas co'o ruido assobiavam,
> os marinheiros já desesperados
> com gritos para o céo o ar coalhavam.
> Os raios por Vulcano fabricados
> vibrava o fero e aspero Tonante,
> tremendo os polos ambos de assombrados.

O S. Bento escapou a custo da procella e da ruina certa que o ameaçára; chegou ao canal de Moçambique em occasião propicia; venceu os terrores d'aquella paragem, ancorando na ilha,[6] aguadouro das náus da India, e emporio principal do commercio da Africa oriental.

---

[1] Elegia I, versos 109-129.

[2] *Lusiadas*, VI, 70-93.

[3] Ib., V, 37-60.

[4] Faria e Sousa, nas *Rimas varias*, V, p. 235^{b}, assegura, commentando a Egloga III, que o episodio do Adamastor fora «*la mayor cosa que de semejante genero se escribió esta oy*».

[5] O Cruzeiro do Sul.

[6] A exactidão d'esta hypothese resulta de factos, que referiremos mais tarde, no § 220. Dão-me o direito de affirmar cathegoricamente serem falsas as datas de Perestrello, copiadas por Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 210. *

* Foram aproveitadas tambem por Juromenha, I, p. 54.

§ 217.—Tem todos os visos de certa a conjectura que o S. Bento aportasse em Moçambique, o mais tardar, em fins de julho de 1553.* As náus da India costumavam demorar-se n'aquelle porto uns dez ou doze dias,** a fim de «refrescarem» das fadigas do mar, embarcarem alguns generos e principalmente agua. Concertava-se o navio, e continuava-se com novo animo a derrota até chegarem ao termo almejado, isto é, surgindo em Goa quatro ou cinco semanas mais tarde,[1] se as condições do mar e vento permaneciam propicias.

Moçambique, descoberto a 7 de março de 1498 por Vasco da Gama, é uma pequena ilha, situada a meia legua do Continente Negro em uma excellente enseada, formada pela costa que recúa consideravelmente n'aquelle ponto. Tem meia legua de circumferencia e é amparada contra as correntes do oceano por dois ilhéos pequeninos e inhabitados: o de S. Jorge e Santiago. A terra é plana, e fertil, coberta de palmeiras, larangeiras, limoeiros e figueiras; bem guarnecida de gado vaccum, ovelhum e caprino, assim como de cevados e gallinaceos.[2] Os cereaes, arroz e trigo, são importados da India, assim como linho, algodão e outras fazendas. A agua potavel faz grande falta: é preciso buscá-la no continente, na Cabaceira, e guardá-la nas cisternas ou em grandes talhas de louça da India. Os conquistadores construiram ahi um forte,[3] de diminuta guarnição, debaixo das ordens de um commandante. De Portuguêses casados, em parte amestiçados, havia apenas uns quarenta ou cincoenta que, em caso de necessidade, completavam a guarnição. Os indigenas, entre mouros e rumes, habitavam em miseras choupanas de palha (300 a 400). Os reinoes iam buscar, em estreitos barcos, feitos de taboas e cordagem, *pangaios* de nome, as preciosas mercancias que rendiam sommas fabulosas. So-

[1] V. *Itinerario*, p. 4ª, 5ᵇ, 8ª.

[2] Dos frangos diz Linschoten que são pretos de pennas, carnes e ossos, dando um caldo, côr de tinta de escrever, mas de muito bom paladar (p. 6ᵇ).

[3] O edificio foi augmentado e reforçado de 1571 a 1573, conforme o auctor do *Itinerario* (p. 7ª) e Braga (*Hist. Cam.*, I, p. 31). A opinião dos dois escriptores sobre a valia e a belleza da construcção differe muito.

* D. João de Castro, no seu «*Roteiro de Lisboa a Goa*» (ed. Andrade Corvo, Lisboa, 1882), indica datas exactas: largando de Lisboa a 6 de abril, passou á vista de Porto-Santo no dia 10; a 13 em frente da ilha de Palma, nas Canarias; nove dias depois achava-se entre o Cabo Verde e as ilhas do mesmo nome, seguindo a navegação no Atlantico, até dobrar o Cabo das Agulhas a 27 de junho. Um mez depois estava em Angola e a 28 de julho refrescava em Moçambique, tendo portanto gasto, em, viagem extremamente feliz, 114 dias certos.—Cfr. § 220, nota 2.

** D. João de Castro estacionou em Moçambique até 11 de agosto; a 17 dobrava o Cabo Delgado para chegar a Goa em 11 de setembro.

fala, Sena e Mazua davam ouro em pó, ambar-gris, marfim, ebano e escravos.[1]

O clima é mortifero, principalmente durante os mezes de estio, de outubro a março, «a atmosphera (incandescente), como se sahisse da bocca do Inferno de Dante; as aragens empestadas, espalhando germens de morte; a agua podre e infeccionada, egual ás ondas do Estyge!»[2]

Camões, refrescando no porto de Moçambique em 1553, mal podia suppôr que a sua infeliz estrella o obrigaria a passar alli, quatorze annos mais tarde, dois longos invernos e dois estios infernaes.

§ 218.—Entre os Portuguêses da ilha reinava profundo desalento quando o S. Bento deitou ancoras na sua enseada.* O galeão grande S. João, a náu que desde a descoberta da India ia com mais opulenta carga do Oriente para Portugal,[3] com quinhentas pessoas a bordo, quasi duzentos Portuguêses, fidalgos na maioria, e além de trezentos escravos, pereceram em circumstancias tragicas.

Ia como capitão um nobre, D. Manoel de Sousa Sepulveda, o qual, depois de dezasete annos de serviço na India, voltava ao reino, acompanhado de sua esposa, a formosissima D. Leonor de Albuquerque, filha do venerando governador D. Garcia de Sá,[4] fallecido com settenta annos a 13 de junho de 1549, e de dois filhinhos. A 12 de março de 1534 tinha-se elle despedido da patria, embarcando para Goa, com o capitão-mór D. Martim Affonso de Sousa, futuro governador, em companhia de Garcia da Orta, o afamado physico e botanico,[5] que mais tarde foi amigo e protector do Poeta. Ahi praticara feitos gloriosos em terra e mar, chegando a ser capitão de Diu e ganhando enormes riquezas, de que ia agora fruir na patria.

O galeão, de 12:000 toneladas de arqueação, foi de Goa a Coulão, onde tomou alguma pimenta, seguindo para Cochim, a fim de acabar a carga de 7:000 ou 7:500 quintaes, indo afinal sobrecarregado de muitas outras mercadorias e haveres,[6] quando no dia tres de fevereiro desfraldou as velas, cami-

---

[1] *Itinerario*, p. 6[b] e seg.

[2] Cfr. a *Marilia de Dirceu*, I, p. 82.

[3] Os duzentos Portuguêses levavam comsigo joias e pedras preciosas no valor de 100 mil cruzados.

[4] Couto, VI, 7, 10.—O seu vice-reinato começára a 6 de junho de 1548.

[5] Ficalho, p. 83-84.

[6] Linschoten diz «ser milagroso que uma unica das náus da India chegasse a salva

---

* Sobre a data do naufragio veja-se p. 451, nota *.

nho de Portugal. Uma borrasca furiosa, perto do Cabo da Boa Esperança, quebrou-lhe os mastros, vergas e enxarcias, rasgando os pannos e despedaçando o leme (em doze de março). Assim, quasi perdidos e alagados, com as bombas na mão, foram, correndo, um joguete das ondas e da ventania, até dezoito de junho, com quinze palmos de agua no porão. Estando perto da terra, chegaram-se rolando até dez braças e resolveram varar e surgir em dois bateis, salvando suas vidas, as armas e alguns mantimentos. Já não havia que tardar. Pouco depois, a 24 de junho, o galeão abriu em duas partes e afundou-se, desfeito em estilhas.[1] A quarta parte da gente morreu afogada no mar. Mas esta sorte era invejavel, comparada com a infausta estrella dos outros. Salvos do naufragio, foram caminhando ao longo da praia durante tres mezes pelos areaes e sertões africanos, atormentados e quasi doidos de frio, fome, sede e doenças, dizimados pelos ataques das feras e em pelejas com cafres sanguisedentos. Quando não havia mais de cento e vinte pessoas, chegados quasi ao termo da sua marcha, á bahia de Lourenço Marques, um bando de cafres assaltou-os em agosto, roubando-lhes até os vestidos. D. Leonor, a nobre esposa, que resistira a todos os transes, animando e consolando os que fraquejavam, vendo-se despida e com duas creanças deante de si, a chorar, pedindo de comer, sentou-se no chão e envolveu-se nos seus cabellos (que os tinha admiraveis). Fez então com as unhas uma cova na area e ahi ficou enterrada até á cinta, immovel e muda, sem nunca mais se erguer.

Os peregrinos partiram: só um servo e algumas escravas ficaram com ella. Manoel de Sousa foi ao matto buscar algumas fructas silvestres. Quando tornou, um dos filhinhos estava morto, e D. Leonor, desfallecida de fome e das lagrimas que vertera, a fitar muda e pasmada o pequenino cadaver, o sobrevivente nos braços. D. Manoel, sem dizer palavra, por sua mão o enterrou na areia, lançando-lhe a derradeira benção. Depois tornou ao matto. Quando voltou, já D. Leonor e a creança tinham exhalado o derradeiro suspiro. As escravas sobre os corpos choravam com grandissimos gritos.

Dizem que elle não fez mais, quando viu fallecida a mulher, que apartar as escravas e assentar-se perto d'ella, com o rosto sobre uma mão, por espaço de meia hora, sem chorar nem dizer palavra. Passado aquelle termo, levantou-se e começou a fazer uma cova, com ajuda das escravas, sempre sem fallar. Em seguida, com a mulher nos braços, chegou o seu rosto ao d'ella um pouco, a deitou-a na cova e o filho com ella. Depois de a cobrir, sem dizer nada ás escravas, se metteu no matto.

---

mento a Portugal». (*Itinerario*, p. 119[b]). Tão lastimoso era o seu estado; tão inaudito o descuido geral.

[1] V. Couto, VI, 8, 1.

E nunca mais o viram.

As escravas e o servo seguiram os restantes naufragos. Alcançaram-os, mas só tres sobreviveram a tantos trabalhos. Essas tres escravas, com oito Portuguêses e quatorze escravos, attingiram Moçambique a 25 de maio de 1553, onde narravam o que só ellas viram.[1]

Pouco depois o cantor dos *Lusiadas* ouviria repetir a tragica historia do *Naufragio de Sepulveda*, que mais tarde immortalizou, cantando estes miseros amantes em tres bellas estancias da sua epopeia.[2]

§ **219.**—Mais uma vez teve Camões de confiar a vida ás traiçoeiras ondas do oceano! Mais um mez de fadigas, antes de chegar ao seu destino! Parece que a viagem de Moçambique a Goa foi bonançosa. As esperanças do Poeta, porém, não se realizaram: a mudança do logar e a ausencia não mitigaram o ardor das suas saudosas lembranças.

Não podia esquecer. Debalde desejava que

> ... em pago das aguas qu'estilei,
> as que passei do mar foram de Lethe,
> para que m'esquecera o que passei![3]

Já então tinha circumnavegado quasi todos os territorios do vasto imperio colonial lusitano, com excepção das costas do Brasil e do caminho de Goa a Maluco e Macáo. Já então podia dizer sem exagerar:

---

[1] Esta narrativa é um summario dos dois capitulos dedicados por Couto a Manoel de Sousa Sepulveda (vi, 9, 21 e 22). *

[2] *Lusiadas*, v, 46-48.

[3] Cfr. Elegia i, verso 55-57.

* Está claro que, para redigir esta traducção, recorri ainda, como era meu dever, á *Historia Tragico-Maritima*, isto é, á *Relação da muy notavel perda do Galeão Grande S. João em que se contão os grandes trabalhos e lastimosas cousas que acontecerão ao Capitão Manoel de Sousa Sepulveda e o lamentavel fim que elle e sua mulher e filhos e toda a mais gente houveram na terra do Natal onde se perderam a 24 de Junho de* **1552**. A narrativa assenta sobre as noticias de um fuão *Fernandes*, que presenceára a cruel catastrophe desde o principio até o fim. Quanto ao prenome e posto que occupava, os dizeres dos historiadores divergem, porque chamando-o uma vez Alvaro, outra Duarte, e ainda outra Christovam, affirmam ser ora guardião, ora mestre ou ainda contramestre do galeão. O anonymo diz que fôra *Alvaro Fernandes*, o guardião da náu, quem lhe contou tudo em Moçambique, logo em 1554; e este mesmo Alvaro reapparece no fim da relação como um dos oito sobreviventes. É possivel, mas pouco provavel, que realmente fosse diverso de outro Fernandes, Duarte,—o contramestre do galeão,—de quem nos dizem fôra o unico homem que ficou ao pé das escravas. Julgo que ambos são uma e a mesma pessoa. Couto não falla de *Alvaro*, nem de *Duarte*. Menciona simplesmente um certo *Christovam Fernandes*, como «mestre», e velho muito honrado.

Agora, peregrino, vago, errante,
vendo nações, linguagens e costumes,
céos varios, qualidades differentes,
só por seguir com passos diligentes
a ti, Fortuna injusta, que consumes
as idades, levando-lhes diante
huma esperança, em vista de diamante:
mas quando das mãos cahe, se conhece
que é fragil vidro aquillo que apparece.[1]

O futuro proximo não offerecia perspectivas risonhas, nem miragem alguma de felicidade: a vida goense, o trato e costumes das restantes cidades e feitorias portuguêsas, bem as conhecia de ouvido, e não nutria illusões fallazes. Após seis mezes de larga e penosa navegação, cheios de perigos e de mal-estar continuo (porque a pessima e parca comida, biscoito secco e agua estragada, deterioravam a saude)* tendo diante de si, pelo menos, tres annos de uma existencia pouco favoravel, o estado de espirito do expatriado não podia ser senão melancholico e abatido. A unica cousa que o detinha no desfallecimento e lhe minorava a amargura, era a sua fé em Deus. Resignára-se, consolando apenas as suas tristezas com sonhos phantasiosos:

Não conto tantos males, como aquelle
que, despois da tormenta procellosa,
os casos d'ella conta em porto, ledo;
qu'inda agora a fortuna fluctuosa
a tamanhas miserias me compelle
que de dar um só passo tenho medo.
Já de mal que me venha não m'arredo,
nem bem que me falleça já pretendo,

[1] Canção x, versos 172 e seg.

* Francisco Rodrigues da Silveira, levado á India na armada que sob o commando de Fernão de Mendonça largou ferro do Tejo a 10 de abril de 1585, descreve nos termos seguintes, generalizando, as impressões da sua viagem e os padecimentos physicos dos embarcados:

«Depois de ancoradas na barra de Goa, as naus que lá «do reino» e cá em Portugal «da India» se chamam, aquelles soldados que escaparam da corrupção de gengivas (ou escorbuto), febres pestilentas, fluxos de ventre e outra grande copia de enfermidades que muitas vezes consomem na viagem a maior parte, causadas assim da malicia e da diversidade dos ares e climas por onde passam, como da pestifera corrupção que nos corpos se gera com agua inficcionada, mantimentos podres e de pessima qualidade, que os infernaes ministros do provimento em Lisboa mettem nellas, e tambem da fome, que tendo por provimento del-rei prover-se cada nau por sette mezes, as não proveem senão por cinco, com que depois vêm a perecer os miseraveis, se na viagem põe mais tempo, como de ordinario acontece, desembarcam em terra os que vêm em disposição para o poderem fazer, e os enfermos levam-nos ao hospital».

que para mim não val astucia humana
De força soberana,—
da Providencia, emfim, divina—pendo!
Isto que cuido e vejo, ás vezes tomo
para consolação de tantos danos.
Mas a fraqueza humana, quando lança
os olhos no que corre, e não alcança
senão memoria dos passados annos,
as aguas qu'então bebo e o pão que como,
lagrimas tristes são qu'eu nunca domo
senão com fabricar na phantasia
phantasticas pinturas d'alegria![1]

§ 220.—Antes de desembarcarmos em Goa, ha que esmiuçar alguns pontos litigiosos. Em primeiro logar, quando e onde teve termo a travessia do Poeta?

Dos paragraphos antecedentes o leitor já deve ter inferido que foi em principios de setembro de 1553, na barra de Goa.

Estas datas são confirmadas pelos factos.

Existe, felizmente, uma carta da capital da India, na qual o Camões falla de «seis mezes de má vida por esse mar» que passára. A conta, certamente arredondada—porque não se trata exactamente de 180 ou 184 dias—condiz com o que já sabemos. Se fixarmos o dia do embarque em Lisboa a dezoito de março, pouco mais ou menos, e o dia do desembarque em Goa a doze de setembro, incluindo portanto, nos mezes «de mar» os que se passaram na bacia do Tejo e no ancoradouro da metropole indiatica,[2] e mais ainda os dez a doze dias de refresco em Moçambique, a conta é quasi exacta.[3] É portanto

[1] Canção x, versos 201 e seg.

[2] Antes de entrarem (e tambem antes de sahirem), todos os navios eram visitados no ponto chamado «*passo de Pangim*» ou Pangijn, (*Itinerario*, p. 41[a]). Singrando de lá em direcção nordeste, abordavam na ilha de *Bardes*, a fim de descarregarem, seguindo d'ahi para Goa.

[3] A viagem de Linschoten na náu S. Salvador, que foi extremamente feliz, durou, do Tejo a Goa, cinco mezes e treze dias, está claro que sem desconto dos quinze que passou em Moçambique (*Itinerario*, p. 9[b]). D. João de Castro teve em 1538 travessia ainda mais propicia. Sahindo de Lisboa a 6 de abril, deitou ancora na barra de Goa a 11 de setembro, gastando só cinco mezes e cinco dias, apesar de refrescar em Moçambique durante quatorze dias. (V. Oliveira Martins, *Portugal Maritimo*, p. 63). O vice-rey D. Constantino de Bragança fez a viagem em quatro mezes e vinte e seis dias, de 7 de abril a 3 de setembro (segundo Couto, VII, 6, 1).*

* Mas o «*termo medio*» era de seis mezes. E todos quantos tratam das expedições do Oriente, *em geral*, fallam de «*seis mezes*».

licito assentar que não veio na nau Santa Maria da Barca, cuja travessia levou a mais uns dois mezes completos, e muito menos na Santa Cruz, ou no Rosario.[1]

O porto de chegada foi, sem duvida, Goa, e não Cochim, onde a Santa Maria aportou. Isso resulta da Elegia em que o Poeta, narrando a sua viagem, e a chegada na India, assim como as suas primeiras milicias no Oriente, se serve dos termos seguintes:

> D'esta arte me chegou minha ventura
> a esta desejada e longa terra,
> de todo pobre honrado sepultura.[2]
> Vi quanta vaidade em nós se encerra,
> e nos proprios quão pouca, contra quem
> *foi logo necessario termos guerra.*
> Huma ilha que o Rei de Porca tem,
> e que o Rei da Pimenta lhe tomara,
> fomos tomar-lha, e succedeu-nos bem.
> Com uma grossa armada, que juntara
> o Viso-rei, *de Goa nos partimos*
> com toda a gente d'armas que se achara.[3]

Como se vê, diz distincta e claramente que tomou parte na expedição, sahindo de Goa. Foi isso em novembro.[4] Só posteriormente, em fins do mesmo mez, estacionando em Cananor, de caminho para Chembe, é que o viso-rei D. Affonso de Noronha recebeu noticia, por uma fusta, da chegada a Cochim de outra náu da armada de 1553, a Santa Maria da Barca, sendo entregue das «vias» Reaes por ella trazidas, que por costume seriam confiadas, em duplicado, a dois bateis diversos.

Tudo quanto Manoel de Mesquita Perestrello refere sobre a sorte da Santa Cruz é portanto inexacto. Talvez perfeitamente fidedigno no que diz com relação á torna-viagem infausta, em que tomou parte,[5] estava visivelmente mal informado sobre os acontecimentos da ida. O leitor julgue da amostra, ouvindo que a náu de Fernão Alvares (isto é, o nosso S. Bento), «*foi surgir na entrada do mez de Fevereiro á barra da cidade de Goa onde esteve descançando*

[1] V. § 215.

[2] É possivel que Couto tivesse na memoria este terceto ao escrever na Decada VII (cap. 25): «toda a minha vida ouvi dizer e achei por certo que um homem que vive durante longos annos, na India, não escapa a uma das duas, pobreza ou deshonradez».

[3] Elegia I, verso 142-153.

[4] Couto, VI, 10, 15.

[5] Cfr. a 5.ª nota relativa ao § 210.

dos enfadamentos do mar». E pasme, ouvindo que Theophilo Braga repete estes dizeres, sem demonstrar a sua visivel falsidade.[1] Visivel, porque ha noticias documentadas sobre a torna-viagem, a qual começou em 15 de janeiro de 1554, e acabou tres mezes mais tarde, a 23 de abril, com o horrendo desastre na costa da Cafraria, perto da aguada de S. Braz.

§ **221.**—A terceira pergunta que nos occorre, versa sobre qual seria o proveito ideal que o Poeta Luis de Camões auferiu da viagem maritima, dos seis mezes de má vida por esse mar?

Para responder devidamente, é preciso determinar quaes as obras que já estavam concluidas antes da partida.

Com relação á Lyrica é facil assentar summariamente: que muitissimas redondilhas e bastantes poemas em rythmo italiano, ou por outra, que grandes partes tanto do Cancioneiro como do Parnaso já estavam cinzeladas.

Quanto ás obras dramaticas, repito o que já expliquei:[2] em meu entender, por occasião do primeiro desterro já estavam escriptos os tres unicos ensaios do Poeta. Só o Filodemo soffreu mais tarde em Goa algumas pequenas modificações,[3] quando foi ahi representado. É natural que o Camões levasse todos os seus manuscriptos ao Oriente, sem excluir os autos, os quaes,

---

[1] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 211 e 215.

Se fosse licito lêr: «Fernão d'Alvares foi **sahir** na entrada do mez de **Janeiro da** barra de Goa onde **estivera** descançando», etc., tudo estaria em ordem.*

[2] V. § 179.

[3] V. Storck, vol. VI, p. 390-391, (e I, p. 406)-**

* Não é assim. Estas emendas são impossiveis. Braga copiou bem o trecho (omittindo apenas a preposição *de*). Mesquita diz, positivamente, na edição de 1735, que vindo de Lisboa surgiu em Goa em fevereiro, fallando da náu S. Bento. Não sei, se tambem na edição primordial de 1564. Mas, seja como fôr, mal se pode duvidar de que *Fevereiro* seja um simples erro de escripta, por *Setembro*, visto que Mesquita emprega na mesma phrase a formula *aquelle anno*, referindo-se a 1553, assentando em seguida (a p. 44) que, depois de entender em cousas necessarias á sua torna-viagem, o S. Bento partiu para Cochim, como era praxe, a fim de completar a carga das drogas, desamarrando *de ahi huma quinta-feira, primeiro dia de Fevereiro do anno de 1554!* O que talvez, mas só talvez (?), seja realmente inexacto no relatorio de Mesquita, é dizer que Fernão Dalvares «*sobrepujando com sabia experiencia a todos os contrastes que lhe sobrevierão, dobrando o Cabo de Boa Esperança* **em tempo que não podia já hir por Moçambique, se lançou por fóra da ilha de S. Lourenço** *e só entre todos os de sua Armada passou aquelle anno á India, e foy surgir*», etc.—Leoni, por exemplo, aceitou e repetiu o pormenor sobre a rota seguida.

** Storck, inclinando já n'essa época para a solução que hoje deu a este problema, deixou-o ainda assim incerto. Remetto o leitor á *Segunda Parte*.

numerados por ordem chronologica, seriam: 1.º) o auto de *Filodemo*, 2.º) a comedia dos *Amphitriões*, 3.º) a farça do *Rei Seleuco*,[1] mas pela ordem do merito são: os *Amphitriões*, o *Filodemo* e o *Seleuco*. Com relação ao Filodemo póde servir de *prova* o facto da representação da comedia em 1555 em Goa,[2] sob a gerencia do auctor,[3] que, certamente, se encarregou de um dos papeis. Juromenha aventou que o Filodemo fôra então *escripto*, a fim de figurar nas festas da investidura do governador Francisco Barreto,[4] e Braga segue egual parecer.[5] Esta opinião é, comtudo, infundada. A peça não contém uma unica allusão á India, e o proprio Juromenha mudou, posteriormente, de ideias, substituindo a sua primeira interpretação por outra hypothese: o Poeta teria escripto a comedia emquanto o S. Bento vogava no oceano![6] Mas a emenda é peor que o soneto! Camões deveria ter sido de um caracter mais voluvel e versicolor que o de um camaleão, se passando de um pólo a outro, em estados de espirito diametralmente oppostos, fosse capaz de inventar os melancolicos hendecasyllabos, agrupados em saudosos sonetos maritimos,[7] tercetos elegiacos,[8] e canções altiloquas, que ressumbram profundo desalento,[9] creando no mesmo periodo os chistes frivolos e os joviaes gracejos do Filodemo.

Não! Cada uma das vinte scenas d'aquella comedia, para não dizer cada uma das suas phrases,[10] é um reflexo adequado e fiel do festivo e um pouco leviano espirito do cortesão alegre, bemquisto e mimoseado por bellas damas, que não sopesava ainda bem a valia dos seus ditos e actos; do cavalleiro e fidalgo de brilhantes partes que tentava divertir a «*jeunesse dorée*» nos serões palacianos do seu soberano e nas salas da aristocracia, conformando-se ao gosto facil e mundano da capital. O desterro de Lisboa, o serviço militar na Africa, os crueis golpes da sua má fortuna depois do regresso, o

---

[1] Sinto ter dado ordem diversa aos autos, na minha versão allemã.

[2] V. § 268 e seg.

[3] Digo isto porque todas as indicações scenicas faltam nas impressões, e portanto faltavam provavelmente tambem nos manuscriptos, de modo a tornar indispensavel a intervenção do auctor.

[4] Juromenha, I, p. 70.

[5] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 237 e seg., e II, p. 141.

[6] Juromenha, IV, p. 483.

[7] Vid. §§ 209 e 214. Nota 2.

[8] Elegia I: «*O Simonides fallando*».

[9] Canção X: «*Vinde cá...*»

[10] Invalido portanto expressamente o que disse no commentario dos autos (VI, p. 420) sobre o trecho que o antigo texto de Luis Franco tem a maior, e está riscado nos impressos. Foi, sem duvida, escripto no continente e cortado no acto da representação em Gôa.

desprezo humilhante com que os antigos amigos e fautores tinham tratado então o simples soldado africano, o crime commettido, o seu encarceramento, o perdão, o plano forçado de emigração, tudo isto eram barreiras insuperaveis que a sorte levantára entre o aulico aio de Dom Antonio de Noronha, e o homem de guerra que ia militar na India como soldado raso.

Não direi que o espirito festivo, as graças picantes, o bom humor que foram um apanagio feliz do grande lusitano, estivessem amortecidos e enterrados para sempre, mas os seus ditos revestiam quasi sempre na India uma fórma caustica, originando *satyras* bastante amargas. O seu genio soffrera portanto uma metamorphose profunda, e muito caracteristica. Mas as tres comedias não contêm uma unica nota aguda e irritante. Todas as tres respiram, desde a primeira palavra até á ultima, o ar da patria, o ar da côrte, o ar da mocidade. N'uma palavra, sentimos ahi a atmosphera dos annos 1544 a 49.

§ 222.—E a Epopeia? Até onde avançára ella? O pensamento epico de Camões já teria desabrochado plenamente até á paschoa de 1553?

Ouçamos primeiramente o que os criticos nacionaes pensam sobre a data da composição dos dez cantos dos *Lusiadas*.

Faria e Sousa[1] sacia-nos com uma historia que diz ter ouvido ao patriota João Pinto Ribeiro,[2] o qual a soubera de pessoa conhecida do Poeta, que tivera trato com outras que tambem o conheceram![3] Ei-la aqui:

Em Mombaça (ou em Sofala) o Camões acordou uma bella madrugada, promettendo, inopinadamente, o poema, como se aquella noite algum «*medium*» divino o tivesse inspirado! Faria e Sousa accrescenta que da grandeza e do mysterio de seu genio bem se podia esperar cousas d'estas, e que o Camões era capaz de acabar em curtissimo termo obra tão excelsa!**

Mas logo depois o fabulador regeitou como inconsistente e falsa aquella fabula. Substituiu-a, porém, por outra, talvez a mais grosseiramente archite-

---

[1] *Vida*, I, p. 40, (cap. XVI).

[2] Cfr. §§ 146 e 148, onde o engenhoso mas desleal camonista foi apresentado ao leitor.

[3] Faria e Sousa diz que ouviu o conto a João Pinto Ribeiro; mas o Bispo de Vizeu desmente-o, estabelecendo que o commentador nunca avistou ao licenciado (*Memorias*, X, p. 176.*

* Ha aqui um engano da parte de Storck, que será desfeito na *Segunda Parte*.

** Copio o trecho: «I Juan Pinto Ribero me dixo que persona que le conoció, i trató otras que le conocieron allá, dezia que en Zofala o Mombaça avia el Poeta amanecido un dia, prometiendo inesperadamente este escripto, como se aquella noche le uviesse sido inspirado por algun divino medio», etc.

ctada e a mais indigna entre as falsificações que ensaiou,[1] obra de fancaria, propria de um pobre remendão.

Inventa ter encontrado um dia, em Madrid, dois codices manuscriptos dos *Lusiadas*. Um d'elles continha, pelo que diz, copia dos primeiros seis cantos, escriptos de boa e conhecida lettra, por ser egual áquella que se encontrou na quarta Decada de João de Barros, obra, como o leitor sabe, anterior ao anno de 1561. O texto porém dos seis cantos não concordava com o usual, adoptado pelo Poeta na impressão definitiva de 1572, quanto á phraseologia, nem quanto ao numero das estancias, tendo muitas a maior, e algumas de menos. D'este achado inferiu a certissima certeza, que o Poeta «*concluira os seis cantos primeiros antes da partida para a India*», e que lh'os furtavam á medida que os ia escrevendo![2] O que não diz é, se o Poeta ficou com uma copia? ou se reconstituiu de memoria o teor dos seis cantos furtados? Já sabemos que aos olhos de Faria e Sousa não existem impossiveis para um genio como Camões!

O segundo dos codices, milagrosamente achados, continha todos os dez cantos, e fôra escripto de mão e lettra de Manoel Corrêa Montenegro. Este confessa ter encontrado «a obra» pouco antes de 15 de agosto de 1620. Entendo que «a obra» era um original camoniano, de que Faria e Sousa chegou a possuir copia. Diz não ligar muita importancia a este segundo manuscripto, mas que ainda assim entresacou d'elle varias estancias das que Camões reprovára, ao dar ao prelo a sua epopeia. Entre estas estancias omittidas nenhuma havia, todavia, que pertencesse aos seis cantos *primeiros*, e correspondesse ás variantes, fornecidas pelo primeiro manuscripto. O teor d'ellas concordava exactissimamente com a redacção *definitiva*, estabelecida por Camões.

Acabou o que Faria e Sousa refere.

Da minha lavra accrescentarei apenas que o impostor desavergonhado tinha enunciado, pouco antes, o vivissimo desejo e a ardente aspiração de descobrir um manuscripto dos quatro ultimos cantos, cheio de «*tan gustosas alteraciones, si es que el Poeta los tenia compuestos a este tiempo* (de 1552)».

É facil descobrir o que o fecundo polygrapho novellista tinha em mira: acobertar com nome alheio as estrophes que realmente sahiram da sua officina, e dar á luz os seus fabricatos como obra legitima do mestre! Mas a fazenda sahiu-lhe avariada e traiçoeira, porque põe a nú a estranha cegueira do explicito commentador ácerca do verdadeiro plano e da linguagem dos *Lusiadas!*

---

[1] Veja-se *Vida* I, p. 25; 37-40; e a Dedicatoria *Al Rey*.

[2] Na mesma *Vida* I, (a p. 36) Faria e Sousa diz que Camões começou os *Lusiadas*, depois de lêr a primeira Decada de Barros, podendo até ser que tivesse tido entre mãos o manuscripto de Barros, antes de este o dar ao prelo em 1552.

Na segunda «*Vida*» Faria e Sousa não diz palavra sobre a sua miseravel fraude, evidentemente por estar envergonhado, cheio de colera e resentimento contra a sua propria musa, que não lhe valera como devia.

Mas, apesar d'isto, as suas asserções encontraram credulos.

Ainda hoje os editores reimprimem as estancias de Faria e Sousa, como se fossem obra de Camões, e acreditam na sua authenticidade.[1]

§ **223**.—Outros criticos contemporaneos houve de parecer que o Poeta começou os *Lusiadas* na India[2] e os acabou ahi, mostrando n'isso mais saber e entendimento que Faria e Sousa.

Entre os mais recentes o Bispo Alexandre Lobo nem mesmo toca na questão. Juromenha diz apenas vagamente que o Camões já principiára a epopeia na patria, tendo em vista provavelmente o canto primeiro.[3] Braga é de egual opinião:[4] julga que o apparecimento das Decadas de Barros arrebatou a imaginação do Poeta para o campo de uma epopeia nacional, e que, acto continuo, compôs, preso no tronco de Lisboa, o primeiro canto dos *Lusiadas* (16 de junho de 1552 a 7 de março de 1553).[5] No decurso d'estas nossas investigações[6] já chegámos a outro resultado. Estas tres hypotheses são insustentaveis. Deixo por isso de repetir o que disse e de combater mais detidamente aquellas conjecturas erroneas.

Bastará enunciar as minhas ideias.

§ **224**.—Desde o desterro de Lisboa, com que o Poeta fôra punido na

---

[1] V. § 374.—Quem desejar conhecer as minhas ideias sobre cada uma das estrophes desprezadas, leia o que escrevi em *Sämmtliche Gedichte*, v. p. 383 e seg., e 388 e seg.

[2] V. Faria e Sousa, *Vida* I, p. 40. *

[3] Juromenha, I, p. 75.

[4] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 189 e seg.

[5] Braga, (na Biographia da Ed. do Tricentenario, p. XXV) quer até, para dar reforço áquella sua opinião, que os versos dedicatorios do canto primeiro (estr. 6) não se refiram (como é certo) a D. Sebastião, mas sim ao pae d'elle, o Principe D. João, que em 1553 ainda era vivo! * *

[6] V. § 97, 161, 170-172 e 190.

---

* «*Otros tienen para si que el Poeta dió principio a esta gran fabrica en la India*».

** Já na *Hist. Cam.*, Th. Braga expendera egual opinião, calculando que o Poeta teria applicado mais tarde a D. Sebastião os mesmos versos que dedicára antes ao Principe, (p. 169).

primavera de 1549,[1] até á sua chegada a Goa, o Camões não se referiu com uma unica palavra á sua epopeia nacional. Nas poesias que se podem datar com alguma segurança do periodo indicado, não encontro a menor allusão, a não ser que queiramos reconhecer no «*verso eterno*», mencionado no soneto ao Bispo de Vizeu D. Gonçalo Pinheiro,[2] uma allusão aos *Lusiadas*. As palavras com que o soneto remata:

> Oh ditoso Pinheiro! oh mais ditoso
> quem se vir coroar da rama vossa,
> cantando á vossa sombra verso eterno![3]

talvez contenham o desejo (aliás baldado) de alcançar, á sombra do eminente e bondoso prelado, um abrigo e a quietude necessaria para concluir o poema esboçado.

É na elegia maritima, composta entre dezembro de 1553 e janeiro de 1554, que torna a referir-se ao seu «*rude canto*».[4] Somos induzidos a assentar que durante os cinco annos de canseiras, magoas, cuidados e desgostos que precedem a expatriação, o Camões não esquecera, mas posera de parte os *Lusiadas*.

O proposito de cantar os feitos heroicos de seu povo e da patria, tomou comtudo fórma decisiva, e *amadureceu* durante os seis mezes de vida no oceano.

Pelo mesmo caminho maritimo, velejando da bacia do caudaloso e crystallino Tejo até á costa do Dekhan, por tão longos trabalhos e accidentes, foi que vogára, cincoenta e seis annos antes, o seu grande conterraneo e parente, por mares nunca de antes navegados, realizando a audaz e immoredoura empresa, na qual se empenharam os melhores filhos de Portugal, durante oitenta e cinco annos. Vasco da Gama executou a maior das façanhas lusitanas. Só podia competir com elle quem—outro Homero—cantasse e apregoasse suas proezas!

Se o germen da epopeia ainda não estendera até então raizes vivazes e tenazes, se na mente do Poeta ainda não se definira claramente o descobridor do caminho da India como figura principal, se a primeira e feliz navegação ao Oriente, a empresa do forte capitão, ainda não se revelára no seu esboço e na primeira traça como ponto culminante e fóco de irradiação, no

---

[1] V. § 182.
[2] V. § 204.
[3] Soneto 120: *Depois que viu Cybele o corpo humano.*
[4] Cfr. § 254.

qual convergem as acções heroicas dos Portuguêses, foi, sem duvida alguma, durante a travessia, que o genio creador do Poeta tomou o seu vôo de aguia. Na amurada da nau S. Bento resolveu magnificar os feitos todos dos Lusos, chegando a exclamar o seu «*Heureka*»! Foi lá, com os olhos fitos no mar, que o grande pintor maritimo decidiu que a alma do seu poema seria o oceano, o oceano avassallado e subjugado pela ousadia e força dos incolas da pequenina e occidental praia lusitana, d'esses que ficavam no ninho seu paterno, de onde a sorte o expulsára, obrigando-o a sulcar pelos mesmos ignotos mares.

§ 225.—Deante dos seus olhares perscrutadores o Atlantico e o Indico desdobraram todas as suas bellezas e todos os seus terrores.—Viu o mar nos fulgores do sol, nos meigos esplendores do luar, illuminado por legiões innumeraveis de estrellas; presenciou calmarias e procellas, ventos e ondas em lucta medonha, o fogo de Santelmo e a tromba maritima.[1] A phantasia creadora do naturalista transformou as forças elementares da agua e do vento em seres vivos. Reconhecendo em nuvens, nevoeiros e rochas, entidades que os antigos dotaram de qualidades individuaes e caracteristicas, o mais moderno entre os esculptores de figuras mythicas collocou ao lado dos mythologemas classicos o grandioso Adamastor, seu rival em força, vida, plasticidade e côr![2] Em uma palavra, o poeta epico adoptou o maravilhoso dos deuses pagãos. Jupiter, Venus e Marte favorecem os feitos assignalados da gente lusitana e em especial a navegação do Gama; Baccho, Neptuno, Eolo (e outros) são os seus antagonistas. Por este meio a serena gravidade epica adquire movimento dramatico.

Taxaram-o de irreverente e incongruente por misturar com os vultos gentilicos, ideias christãs, apologos biblicos e figuras legendarias da historia sagrada,[3] sem reflectir que cada um é filho do seu tempo: Camões é um quinhen-

---

[1] A magnifica descripção da tromba ou manga maritima, inserta nos *Lusiadas*, v, 18 a 22, faz presumir que o Poeta presenciou o raro espectaculo. É Vasco da Gama quem o pinta, conversando com o Rei de Melinde. Consta, comtudo, que o descobridor *não* viu o phenomeno já observado e descripto pelos antigos. As primeiras náus portuguêsas que a conheceram, nas vizinhanças do Cabo, pertenciam á armada de Pedralvares Cabral. Por signal, todas as quatro pereceram, victimas de um medonho cyclone com tromba maritima, a 23 de maio de 1500. (Cfr. Storck, v, p. 462, e Schäfer, III, p. 181). Entre as náus perdidas contava-se a do descobridor do proprio Cabo, Bartholomeu Dias, que, pela terceira vez, dobrava os ultimos confins da Africa.

[2] *Lusiadas*, v, 39-60.—Confira se, no canto IV, 66-74, a personificação dos rios Ganges e Indo.

[3] Julgo que o primeiro a censurar o Poeta por causa d'esta amalgamação, foi, entre os Allemães, o seu admirador Friedrich von Schlegel (*Sämmtl. Werke*, x, p. 54).

tista, e o seu seculo, a época da Renascença peninsular,[1] tinha um forte pendor para a bella mythologia classica, nunca se pejando de conglobar as acções dos deuses humanados dos antigos e o maravilhoso christão! Quem aceita a *especie*, não deve renegar o *individuo*. E com quem a regeita na sua totalidade, não ha que discutir sobre o nosso caso especial. Mas quem desejaria riscar dos *Lusiadas* a assembleia dos immortaes Olympicos? a salvação dos navios? a petição de Cytherea? a mensagem de Mercurio? o colloquio de Baccho e Neptuno? o apaziguamento dos deuses na procella? o episodio de Venus e seu filho? a ilha dos amores?[2] Quem daria de barato tantas bellezas?[3]

E em segundo logar: por que modo transmittir os destinos futuros do Portugal de além-mar? Como celebrar os que vieram depois de Vasco da Gama? Talvez por uma descida aos Infernos? Pela evocação das almas do outro mundo, seguindo a esteira dos grandes epicos Homero, Virgilio, Lucano? Não! Camões supplantou os mechanismos velhos por outros *novos*. Mas os novos são tão bellos como os antigos. E a novidade não é macula que desfeie a obra de um Poeta. De mais a mais, quem demonstrou a possibilidade de se alcançar o mesmo fim com outros meios, e com egual perfeição?

§ 226.—Quem andasse á procura de incidentes reprehensiveis no contexto dos *Lusiadas* podia, com mais razão, censurar certa duplicidade e discordancia no emprego do maravilhoso da mythologia gentilica... mas ninguem, que eu saiba, a pôs em relevo até hoje.

Nos cantos I e II, V e VI, que narram a expedição de Vasco da Gama, o mechanismo mythologico não influe sobre a vontade, o saber e os actos dos Portuguêses,[4] sendo para elles ficção enganosa, sonho[5] e illusão enganadora.[6] O Poeta servira-se do sobrehumano só como ornato, que enlaça o tecido da

---

[1] Quem quiser, releia o que disse no vol. III da minha traducção (p. 323) com respeito á Elegia da Sexta-feira santa, que comparei ás elegias semi-pagãs de Sanazaro: *De partu Virginis* e *Lamentatio de Morte Christi*.

[2] O Padre Alexandre Baumgartner, (S. J.) apreciou a Ilha dos Amores nas «*Stimmen de Maria-Laach*», 1886, p. 193, dizendo: «Considerada do ponto de vista poetico, esta ilha encantada é uma obra prima... está claro que não *in usum Delphini*», juizo que nada tem de pedantesco nem de mesquinhamente reaccionario.

[3] *Lusiadas*, I, 19-41; II, 18-23 e 33-63; VI, 6-37 e 85-91; IX, 18-88; X, 1-143.

[4] Um critico observou que o Camões teria procedido mais methodicamente se desenhasse a praga do escorbuto (*Lusiadas*, V, 80-83) como mandada por uma divindade hostil e pagan. Sem razão alguma.—Vasco da Gama, relator d'esta desgraça, era *christão*.

[5] *Lusiadas*, II, 10 e seg.

[6] Ib., II, 60 e seg.

acção epica. Nos cantos I e III, e VII e VIII, dedicados á historia interna e externa do pequeno reino, e interrompem artisticamente o conjuncto do periplo, dividindo a obra em cinco grupos eguaes, o mechanismo dos deuses nem de leve prende com os acontecimentos, abstracção feita de um pequeno incidente de pouquissima monta.[1] Mas em desharmonia completa com aquelles oito primeiros estão os ultimos dois cantos, porque ahi alguns vultos mythologicos, como Tethys, a soberana do mar, e o còro das suas Nereidas entram em convivio pessoal e intimo com o heroe e os seus Argonautas.

Como explicar esta discrepancia?

Os dois cantos finaes têm um duplo fim: descrever as nupcias da Lusitania com o mar, e prophetizar o futuro de Portugal. A descripção do noivado mystico exigia um scenario allegorico-symbolico. Os vaticinios sobre o futuro tambem só competiam a um ente sobrehumano. A solução mais simples e unitaria offerecia-se quasi que espontaneamente: a deusa do mar e o seu còro de nymphas era indispensavel.

O doge de Veneza, rainha das aguas até o dia em que Portugal iniciou as suas arrojadas descobertas, ia todos os annos renovar o esponsalicio com o Mediterraneo, deitando-lhe no vasto seio o annel de ouro que tirára do dedo. A nação portuguèsa *in corpore* ligava-se pelos liames indissoluveis do casamento ao Oceano: depois de oitenta annos (e mais) de assiduo e tenacissimo requesto, Vasco da Gama celebrou o seu noivado com Tethys, e a phalange dos seus Argonautas as suas bodas com o côro das Nereidas. A musica e o bel-canto não faltam nos festejos maritimos, celebrados na ilha dos amores. E endoctrinada pelo velho Proteu, uma das da cerulea companhia desvenda, deante dos olhos do Gama, o porvir de Portugal, ou mais exactamente o futuro só do Portugal maritimo de além-mar, porque o do reino continental era ignoto e indifferente aos habitantes das aguas. Só os feitos gloriosos *maritimos* dos altos barões é que

> Cantava a bella nympha; e co'os accentos
> que pelos altos paços vão soando,
> em consonancia igual os instrumentos
> suaves vem a um tempo conformando.
> Um subito silencio enfrea os ventos
> e faz ir docemente murmurando
> as aguas, e nas casas naturaes
> adormecer os brutos animaes.[2]

[1] Ib., VIII, 47 e seg.

[2] Ib., X, 6.—Cfr. Kudrun, estrophe 389. *

* N'este bello poema epico dos Germanos o canto de Horand produz os mesmos effei-

E depois do canto acabado, Tethys conduz o Gama e leva-o ao alto de um monte que se ergue no meio da ilha. Lá n'uma esphera transparente, suspensa no ar, n'um verdadeiro globo composto de uma serie de varios orbes concentricos, o heroe avista o systema do mundo, do circulo empyreo até á terra firme. A deusa explica a construcção pelo systema de Ptolemeu; mostra-lhe as quatro partes do mundo com os seus imperios e reinos, alargando o quadro dos povos cultos, delineado nos cantos antecedentes em largos traços, até abraçar todo o conjuncto da humanidade;[1] conta a lenda do apostolo das Indias S. Thomas[2] e prediz a sorte do cantor dos *Lusiadas*,

> cuja lyra sonorosa
> será mais afamada que ditosa.

§ **227.**—É quasi escusado dizer que o plano da Epopeia, completo e acabado como o esbocei agora, não representa a colheita intellectual da jornada para a India. Esta restringe-se, pelo contrario, a meu vêr, a só dois pontos: a empresa de Vasco da Gama como acção principal do *epos* (em redor da qual se enfeixariam todos os outros feitos dos *Lusiadas*) e o mechanismo mythologico.

Mas ainda assim (responderá talvez a critica), estas supposições são meramente hypotheticas.

Tentarei provar, por isso, o seu grau de probabilidade.

Não se póde negar que o Poeta já trabalhára, antes da primavera de 1549[3] nos *Lusiadas*. Mas quaes são as partes que ficaram promptas n'aquelle

---

[1] Ib., x, 75-141.

[2] Ib., x, 108-118.

São estes e outros incidentes e pensamentos christãos em bocca pagan (insertos nos ultimos dois cantos), que levaram o Poeta, de finissima e apurada consciencia artistica — e não o filho submisso da Egreja catholico-romana — a explicar que Tethys, Saturno, e os outros deuses só servem «para que ao seu canto accresçam mais honras deleitosas», e de modo algum quaesquer ordens dos christianissimos censores. (V. *Lusiadas*, IX, 89-91, e x, 82-84). Cfr. § 374 e seg.

[3] V. § 161.

tos. O trecho indicado diz:

Diu tier in dem walde / ir weide liezen stên,
die würme, die da solden / in dem grase gên,
die vische, die da solden / in dem wâge vliezen,
die liezen ir ge-erte. / jâ kunde er siner fuoge wol geniezen.

tempo? Certamente, não foi o primeiro canto, como seria natural suppôr *à priori;* e muito menos o primeiro e o segundo, como se tem affirmado. Camões ambicionava ser o Virgilio português.[1] Que significa isso senão que resolvera cantar os feitos de sua nação? dos Lusos em geral. Mas obra alguma nasce prompta e feita, como a Pallas-Athene da mythologia, surgindo armada do craneo de Jupiter. O juvenil aio de D. Antonio de Noronha promettera ao conde de Linhares, como mostrámos, um logar no poema. Não temos o direito de postular que tal promessa fosse um vão e ocioso palavreado; portanto o plano, ideado a principio, era diverso, segundo indiquei. A historia nacional em globo, os feitos gloriosos praticados pelo pequeno povo até aos dias de Camões no velho e no novo mundo, assim como todos os heroes que contribuiram, batalhando na peninsula, nas terras africanas e no longinquo Oriente, para exalçar a gloria e o poder dos *Lusiadas*, formavam o assumpto que a sua tuba canora e bellicosa havia de celebrar. Este facto é incontestavel e encontra um apoio firme e seguro em tres circumstancias.

Em primeiro logar, a promessa dada livre e espontaneamente a D. Francisco de Noronha.

Em segundo logar, a singular parcimonia com que é tratado pelo Poeta o Infante D. Henrique, o Navegador, a quem competia logar proeminente na epopeia maritima. O heroe, que durante quarenta e cinco annos, até ao dia em que a luz dos olhos se lhe apagava († 1460), fomentára, com heroica perseverança e verdadeiro fanatismo, o desenvolvimento da arte nautica portuguêsa, o grande filho de D. João I, que inspirou a Portugal a actividade febril da sua alma «oceanica», não mereceu ao cantor dos *Lusiadas* senão algumas poucas linhas, extremamente sobrias e laconicas, de louvor indirecto,[2] lançadas como um incidente. Não sei explicar satisfactoriamente esta estranha taciturnidade senão do modo seguinte: No plano primitivo e nas primeiras paginas traçadas, os feitos maritimos constituiam apenas parte do programma: o Infante D. Henrique era apenas um dos *Lusiadas*, um dos numerosos heroes que engrandeceram o nome de seu povo, combatendo no solo patrio, em terras alheias e no mar, e não o grande «Navegador» ou seja creador da força *maritima* da nação. Mais tarde, quando Camões modificou o seu plano, collocando na primeira linha os feitos maritimos e o descobridor da India, aquelles cantos historicos, que já estavam concluidos e que contêm os magnificos dois livros dos Reis Portuguêses, foram conservados sem inalteração. O Poeta não os retocou; marcou-lhes apenas um posto differente.

Em terceiro logar, citarei uma passagem significativa do alvará real de

---

[1] Ib. 172.

[2] *Lusiadas*, v, 4, 4 e viii, 37, 5 e seg.

privilegio, que permittia a impressão dos *Lusiadas*, estabelecendo as condições da venda. Ahi se diz: «*E se o dito Luis de Camões tiver accrescentados mais alguns cantos*, tambem se imprimirão, avendo pera isso licença do santo officio, como acima he dito,[1] e sob as mesmas condições como os primeiros dez cantos». Parece-me evidente que o Poeta tinha enunciado na petição, dirigida a D. Sebastião em 1570 ou 1571, o projecto de continuar a sua epopeia nacional, porque é de todo o ponto incrivel que sem isso o monarcha tivesse por si só a estranha ideia de fallar de accrescentos presumptivos e de mais alguns cantos! A continuação, caso chegasse a realizar-se, consistiria por ventura em mais prophecias, relativas ao desenvolvimento do reino continental, no periodo decorrido de 1499 a 1559,[2] e ligadas aos vaticinios dos cantos IX e X.[3] Ou o Poeta tencionaria fazer mais ainda, continuando, tanto com as empresas ultramarinas, como com os negocios internos, até á guerra africana, já então planeada pelo *moço Rei*, que oito annos mais tarde, veiu sepultar crudelissimamente, no adusto areal da Mauritania os sonhos dourados de um quinto Imperio Universal![4]

Vèmos portanto que o *plano primordial* de cantar o conjuncto da historia patria, *todos* os feitos heroicos dos *Lusiadas*, em uma grande epopeia, regeitado ou modificado em 1553, renasce no espirito do Poeta, dezasete annos depois, ainda que um pouco transformado; mas o desastre de Alcacer-Quibir impediu a sua execução.

§ 228.—Por estas razões acho justificada a minha opinião a respeito dos cantos III e IV, como sendo os *primeiros* que o Poeta creou, ainda em Portugal, e durante a sua estada em Lisboa,[5]—o canto terceiro, sem o exor-

---

[1] Juromenha, I, p. 168, Doc. *D*.

[2] Juromenha pensa que o Poeta tencionava augmentar os cantos III e IV com as victorias africanas do joven D. Sebastião, o que me parece inaceitavel. O Gama, que só relata os acontecimentos anteriores a 1499, não podia, de repente, converter-se em propheta!

[3] Este limite de 1550 é transposto só quatro vezes: a favor de D. Sebastião (*Lusiadas*, I, 6-18, e X, 146-156) e de tres amigos do Poeta—o Jesuita e martyr Gonçalo da Silveira (X, 93); o bravo Capitão de Ormus, Filippe de Menezes (X, 104) e o valido da côrte e Governador de Ormus, Pedro de Sousa (X, 104). Ha além d'isso referencias menos directas a D. João III, o Imperador Carlos V (*Lusiadas*, I, 17, 3), a S. Francisco Xavier (X, 131), ao infeliz Manoel de Sousa Sepulveda e ao proprio auctor mas os respectivos nomes não são pronunciados.

[4] *Lusiadas*, X, 155.

[5] *Lusiadas*, III, 6-143 (menos os versos 1-4 da estancia 21), e IV, 1-60.

dio,[1] e o quarto, sem o remate.[2] Allegarei ainda que não póde haver quem negue o intimo contacto entre o primeiro (sem a dedicatoria) e o segundo, assim como a sua ligação com as ultimas 45 estancias do quarto da epopeia e ainda com os dois cantos seguintes (v e vi). Certamente, tudo quanto agora enumerei, foi composto sem interrupção na mesma ordem, em que o citei. Se soubessemos em que anno o Camões trabalhou no primeiro canto, que todos os criticos consideram até hoje falsamente como o ponto de partida do *epos*, a minha opinião seria talvez confirmada.

Parece-me que descobri alguma luz que n'estas trevas nos póde servir de guia. E quem acendeu esta luz salvadora foi o proprio Poeta.

Em uma das suas elegias lê-se:

> Morra eu, senhora, e vós ficae contente.[3]

e o verso se repete em uma canção (a iv^a^).[4]

Outro, que faz parte da primeira canção e diz

> De meu não quero mais que meu desejo[5]

reapparece levemente alterado em um dos sonetos:

> De mi[6] não quero mais que o meu desejo.[7]

De onde podemos inferir que aquella elegia e a respectiva canção de um lado, e do outro a canção e o soneto brotaram quasi simultaneamente da cabeça do Poeta.

Pois bem. Estão no mesmo caso a canção escripta no *Ras-el-Fil* e o primeiro canto dos *Lusiadas*. N'aquella lêmos:

---

[1] Ib., i, 1-18.

[2] Ib., iv, 60-104.

[3] Elegia ix: «*A vida me aborrece, a morte quero*», verso 51.—Juromenha, iii, p. 199. *

[4] Canção iv: «*Vão as serenas aguas*», verso 52.

[5] Canção i: «*Fermosa e gentil Dama, quando vejo*», verso 5.

[6] Faria e Sousa (*Rimas varias*, i-ii, p. 255^a^) substitue *mi* por *meu*.

[7] Soneto 300: «*Olhos fermosos em quem quis natura*», verso 9.

* Cfr. Storck, iii, p. 287. Foi recolhida por Faria e Sousa, que não diz cousa alguma sobre a fonte onde a hauriu. O verso camoniano, sublinhado por Storck, talvez a authentique. N'este caso dataria de Coimbra.

** Mais claro seria dizer que Alvares da Cunha, o primeiro editor do Soneto, imprimiu *mi* (em 1668), onde Faria e Sousa escrevera *meu* (em 1645).

Contra hum corpo terreno
bicho da terra vil e *tão pequeno*[1]

e o remate do primeiro canto da epopeia repete:

Contra hum bicho da terra tão pequeno.[2]

E sendo certo que aquella Canção (x) foi composta entre fevereiro de 1554 e a primavera de 1556, provavelmente ao findar do anno de 1554, ou em principios de 1555,[3] é quasi certo que tambem o primeiro canto dos *Lusiadas* se concluiu approximadamente na mesma data![4]

Ha concordancia mais significativa ainda no final de dois sonetos, que esmiuçarei mais tarde,[5] limitando-me aqui a esta simples referencia ao meu quarto documento exemplificativo.

§ 229.—De muito mais peso ainda que as razões allegadas no paragrapho anterior são as seguintes, que me parecem decisivas.

Os materiaes indispensaveis para a construcção dos quadros da historia portuguêsa até á descoberta das Indias, estavam, sem duvida alguma, facilmente accessiveis e patentes ao joven Poeta. Em Xabregas, na livraria dos condes de Linhares, tinha, certamente, á mão, todos os auxilios cosmographicos e historicos, cujo estudo fórma, por exemplo, a base segura das primeiras estancias do canto III.[6] Muito pelo contrario, a descoberta da India, a expedição de Vasco da Gama, a descripção da rota do Tejo á costa do Malabar, não a podia o Poeta executar tão perfeitamente como a realizou, sem experiencia propria, sem observação individual, muito embora lêsse as duas Decadas de João de Barros, a primeira das quaes (torno a repeti-lo) se publicou em fins de março de 1553, e a segunda no termo do mesmo anno![7] A pintura é tão viva, exacta, e fiel que o proprio Alexandre de Humboldt a chama inimitavel.[8] Os materiaes com que construiu os ultimos quatro cantos, foram

---

[1] Canção x: «*Junto de um secco, duro, esteril monte*», verso 74 e 75.

[2] *Lusiadas*, I, 106, verso 8.

[3] V. Storck, IV, p. 342 e seg.

[4] Lembrarei ainda a semelhança entre o Soneto 317: «*Aquelles claros olhos que chorando*», (em especial os versos 9-11) e a estrophe 8.ª da canção x: «*Junto d'hum secco, duro, esteril monte*», versos 116-121.

[5] V. § 340.

[6] Refiro-me, em especial; ás estancias 6-20 do canto III.

[7] V. § 203.

[8] No *Kosmos* (II, 58 e seg.), lê-se: «Aquella singular verdade realistica das descripções que é filha de observação propria, brilha soberanamente na grande epopeia nacional

tambem recolhidos pelo Camões na India, durante as expedições bellicas, em que tomou parte, nas suas idas de Goa a Macáo, e tambem em livros de historia portuguêsa, publicados n'este intervallo, em informações dadas por amigos como Garcia da Orta,[1] e principalmente no Archivo de Goa, apesar d'elle ainda não estar em boa ordem.[2]

§ 230.—Mas voltemos ao S. Bento. Pequenos bateis acercam-se,[3] recebem a gente do mar com a sua bagagem, e levam-os até á costa. Camões atravessa o mesmo esteiro em que, cinco lustros antes, as ondas traiçoeiras destroçaram e tragaram a caravela do capitão Simão Vaz de Camões, que sal-

---

da litteratura portuguesa... Não é a mim que compete confirmar com a minha opinião o juizo arrojado de Friedrich Schlegel (II. 96) o qual, quanto á vivacidade das côres e maravilhosa riqueza da phantasia põe os *Lusiadas* muito acima do poema de Ariosto; mas, por certo me é dado accrescentar, na qualidade de observador da natureza, que nunca houve poeta mais exacto na pintura dos phenomenos naturaes; e que em nenhuma parte da sua obra, o enthusiasmo de cantor inspirado, nem o ornato da sua linguagem, nem os seus melancholicos pensamentos o fizeram um só instante inexacto na descripção de factos physicos. Este enthusiasmo, estes ornatos, estes pensamentos saudosos realçaram, sim, mas nunca falsificaram a verdade palpavel e scientifica, o effeito grandioso, ou a physiognomia viva e animada das suas descripções. Inimitavel nas pinturas do mar, soube como ninguem perceber e retratar as mysteriosas relações e harmonias entre a atmosphera e o oceano ou entre as mil conformações variadas que tomam as nuvens no céo, na successão dos seus phenomenos metereologicos, e os diversos aspectos que apresenta a superficie do oceano, reflectindo-os. Ora é uma doce brisa que encrespa leve e superficialmente o espelho das aguas; ora faz surgir brilhantes feixes de luz das pequenas vagas quebradas; ora é a tempestade com todos os seus horrores, que se levanta em roda das naus de Coelho e Paulo da Gama, e solta os elementos enfurecidos. Camões é no sentido proprio da palavra, um grande pintor maritimo, etc.»—Cfr. Laprade, *Le sentiment de la nature*, II. 72.*

[1] V. § 331.

[2] Só em 1595 Diogo do Couto começou a pôr em ordem a casa do Tombo de Goa. —V. Decada I, fl. 7b da ed. de 1736.**

[3] Linschoten (*Itinerario*, p. 40b) diz: «a tres leguas de Bardês, perto da cidade de Goa fica (a leste e norte) uma região que serve de ancoradouro ás náus de Portugal».

* Veja-se tambem *Panorama* de 1847, p. 269.

** Severim de Faria diz na Vida de Couto «A esta razão (de Chronista da India), se lhe accrescentou outra, que foi a do officio de Guarda-Mór da Torre do Tombo do Estado da India, o qual cargo lhe deu El-Rey D. Filippe I quando mandou ordenar este arquivo pelo vicerey Mathias de Albuquerque, no qual se recolheram todos os contratos de pazes, provisões, registos de chancellaria, e os mais papeis de importancia que costumam andar em poder do secretario e de outras pessoas d'aquelle estado».

vou a vida a custo, só para exhalar pouco depois na terra firme o ultimo suspiro[1] e sumir-se eternamente n'um canto de terra, ignoto e esquecido, *«depois de tal caminho e tanta desventura»*.

> Quão facil é ao corpo a sepultura!
> Quaesquer ondas do mar, quaesquer outeiros
> estranhos, assi mesmo como aos nossos,
> receberão de todo o illustre os ossos.[2]

Scismando no infausto acontecimento que lhe roubara, em creança, o progenitor, o Poeta desembarcou, lançando mão dos seus pobres haveres, parcos para sustento, mas que incluiam manuscriptos de immorredoura poesia. Chegára a salvamento á metropole da India portuguêsa.

§ **231.**—Eis o que apurámos: Luis Vaz parte de Lisboa para a India a 26 de março de 1553, embarcado na capitaina S. Bento. Durante os seis mezes de trajecto, modifica o plano já esboçado dos *Lusiadas*. A epopeia historica, de que já existiam quasi promptos os cantos III e IV, transforma-se em epopeia maritima. A descoberta da India é escolhida para nucleo do poema, no qual se entretece a historia do reino, anterior e posterior á empresa de Vasco da Gama. E para dar movimento dramatico á acção, o Poeta agrupa os feitos reaes dos heroes em quadros symetricos, mas variados e vivazes, introduzindo o mechanismo dos deuses gentilicos. Só em principios de setembro de 1553 pisou o solo de Goa.

---

[1] Cfr. §§ 28-32.

[2] *Lusiadas*, V, 83.

XVII

CAMÕES EM GÔA

XIV

CAMÕES EM GÔA*

§ **232.**—Gôa, a metropole do imperio oriental lusitano e seu desembarcadoiro,** situada em quinze gráos de latitude norte, de sorte que os seus habitantes abrangem de noite, em um unico golpe de vista, a constellação da Ursa e as estrellas do Cruzeiro do Sul, estende-se amphitheatralmente nas collinas da ilha de Tisvari.[1] A margem occidental quasi que não resalta do perfil da costa do Dekhan, estreitada como está entre a do Concán e o Canará, deixando mais ao sul a região do Malabar. Entrecortada de collinas risonhas, bastante elevadas, de cujas cumieiras se goza um esplendido panorama, assim como de ferteis valles, a ilha occupa uma área de tres milhas quadradas, tendo uma legua de extensão norte a sul, e tres de leste a oeste.

[1] Couto (IV, 10, 4) explica *Tis Vari* com: *trinta aldeias.****

* Esta descripção de Gôa baseia-se nos pormenores dados por Barros, II, 5, 1; Couto, IV, 10 4; Schäfer, III, 231, e IV, 142; Fialho, p. 139 e seg.; e principalmente no explicito e fidedigno *Itinerario* de Linschoten, conforme se explica em uma das notas do original allemão. No exemplar explorado por Storck, faltava, comtudo, (infelizmente) o mappa de Gôa. O consciencioso sabio preencheu esta lacuna, lendo, ajudado de um bom vidro de augmento, os dizeres, contidos na pequenina reproducção do *Album da Exposição Camoniana*. É admiravel a clareza da concepção a que chegou. Como, porém, tenho em meu poder o Linschoten ceomplto, e a mais a obra de Pyrard de Leval, na traducção de Cunha Rivara (Gôa, 1858, 2 vol.), assim como o bello capitulo que Oliveira Martins dedicou a Gôa no seu *Camões* (Porto, 1891, p. 151-173), tomei a liberdade de retocar aqui e acolá levemente os dizeres do auctor.

** «A mãe de toda a India por assi estar no meo d'ella»,—segundo o dizer pittoresco do grande Affonso de Albuquerque.

*** Entre estas trinta aldeias, as principaes deram depois o nome aos arrabaldes, suburbios, passos, villas, praias de Gôa, e contornos: Panguim (ou Pangim), Ribandar, Pannelim Auguim, Gaçaim, Nastarim, Banastarim, Carambolim, Batte, Condolim, Carrazalim, etc.

A cidade, com os seus arrabaldes, cobre metade d'este terreno.* Cercam a ilha dois braços de agua salgada (sujeitos ás marés do Oceano Indico), denominados *rios*, *rias*, *esteiros* ou *lagôas*.** Ambos se encontram, confundindo as suas aguas, do lado do nascente, junto á terra firme. Um é estreito e pouco fundo: o outro, largo e caudaloso, dá accesso com maré cheia a navios meãos.***

O vasto braço septentrional abrange um grupo de ilhas**** bem cultivadas, com bellos palmares, cujos indigenas, os agricultores canarins (assenhoreados pelos Portuguêses) vêm e vão continuadamente em enxames de barcos através dos cinco vaus ou «*passos*» que levam a Gôa,***** abaste-

* Não é facil comprovar estes assentos. A parte mais antiga de Nova Gôa, a cidade moura, era pequena, guarnecida em redor por uma cerca com bastantes portas e cavas. Mas na mão dos Portuguêses tomou rapidamente proporções maiores, galgando para fóra dos muros, de sorte que os bairros novos e os suburbios occupavam em tempo de Linschoten (1580-1590) duas vezes tanto espaço como a «*city*», o coração da cidade.

** A ria septentrional chamava-se *Noroá*, a meridional *Mapuçá*.

*** Só os navios meãos entravam carregados até aos caes; as náus grossas ficavam de fóra, perto de Panguim, por causa de alguns baixios que atravessavam o rio.

**** As principaes são as ilhas de Chorão (ou Corão), Dyvar (ou Yvar, mas não Byvar) com a egreja de N. S. da Piedade, Norua (ou Norá) e Santo Estevam.

***** D'estes cinco passos, tres ficam do lado norte, isto é, da banda da Ribeira, e não, como Linschoten diz, do lado sul—«*aende zuydzydt'vant Eylandt*». São: 1.º) o passo de *Panguim* (ou *Pangim)* entre Gôa e Bardês, contiguo á barra, no sitio onde são visitadas todas quantas náus entram e sahem pelo mar, e onde Gôa começa; 2.º) o de *Auguim* ou de *Aguim* (e não *Danguim* nem *Daguim* ou *Joguim*, como se tem imprimido ás vezes), que communica entre Gôa e a ilha de Noruá, no extremo nordeste da cidade, chamado tambem da *Madre de Deus*, por esta egreja ficar perto; 3.º) entre Noruá e Bardês o passo de *Noruá*. Do lado da terra firme, onde a muralha tem um fortê 4.º) o *Passo Secco*, e 5.º) na ponta sudoeste da ilha o estreito passo de *Santiago* ou de *Banasterim* (Benesterim ou Benasterim, e não Balhesterim) fronteiro á costa de Salsete. Entre elles, os que olham para a terra firme, possuem verdadeiros baluartes, bem guarnecidos. Temos o de *Benesterim* ou *Santiago*; e, no passo secco, a fortaleza de *S. Braz*. As restantes, no mappa de Linschoten, têm apenas casas, ás quaes accresce na ponta nordeste a torre de *Santesteram*. Segundo Pyrard de Leval, o viajante francês que ousou percorrer as Indias Orientaes em principios do seculo XVII (1601-1611), estacionando em Gôa de 1607-1608, a ilha e os seus contornos immediatos tinham *sete* fortalezas. Julgo que se referia, além das que agora mesmo mencionei, ás quatro seguintes: as casarias d'Anguim e Noruá; os *Reis Magos* no promontorio occidental de Bardês; e em frente, perto do passo de Panguim, o forte de *Gaspar Diaz*, construido em 1604. Figueiredo Falcão menciona mais um: o de *Rachol* em Salsete (v. p. 87, 81 e 122 do *Livro de toda a fazenda)*, informando ao mesmo tempo que a guarda de cada passo era entregue a um capitão, o qual, ajudado por um escrivão, tinha de mandar em seis piães e quatro naiques. Linschoten falla de duas ou tres peças de artilheria e uma unica sentinella. Parece que o passo de Santo Estevam tinha entre os Indios o nome de passo de *Gaçaim*, *Gasaim* ou *Agaçaim*; e um dos outros (o do *Passo secco)* o de *passo de Nastarim*.

cendo a cidade com combustiveis e variadissimos viveres: fructas, cereaes, lacticinios, legumes e vinhos, de que pagam certos direitos de entrada.* Outros mantimentos, como azeite, trigo e arroz, são importados das regiões adjacentes continentaes de Salsete ao sul, e Bardês ao norte de Gôa. A melhor agua potavel vae buscar-se a um quarto de legua da cidade nas fontes cristallinas, que nascem, vivas, dos rochedos de Banguenim.**

A Gôa velha, na parte sudoeste da ilha, foi edificada em tempos immemoriaes, prehistoricos. A nova Gôa estende-se mais pela ilha dentro, encostada á ria septentrional navegavel, que manadas de crocodilos infestam, principiando na ribeira e trepando pelo grupo de collinas situadas no centro. Fundada por colonos mouros, expulsos de Onor, uns vinte annos[1] antes da expedição de Vasco da Gama, avassallada depois por Yussuf, fundador do imperio de Bidgapur,*** conquistada definitivamente durante o reinado do seu filho Ismaïl, Adil-Schah ou Hidalkan, pelos Portuguêses,[2] a Ulyssipo da India, com a sua magnifica «barra e porto morto de todolos ventos», constava, no

---

[1] Segundo Couto, IV, 10 4, o facto deu-se em 1479.

[2] Schäfer, IV, p. 15, calcula os habitantes em 200:000 almas, com relação á epoca em que se erigiu o monumento a Vasco da Gama; mas a conta é, certamente, exagerada, muito embora cada uma das casas incluisse, termo médio, vinte escravos. Cfr. § 237.****

* O trato e negocio com a *terra firme* era fiscalizado do modo seguinte. Todos os que sahem da ilha a tratar os seus negocios ou para provimento de viveres e outras cousas necessarias, se são indios e canarins de Gôa, quer sejam homens, mulheres ou crianças, é mister que vão á casa do Capitão da cidade para receber o seu *sello* (ou *signal*), o que se faz imprimindo-se-lhe na parte superior dos braços, que trazem nús, o sinete molhado em tinta; e na passagem os que estão á porta, depois de revistar o signal, apagam-no e deixam passar; e em cada um d'estes dois logares se paga um basaruco. Quando recolhem, tomam o mesmo signal do capitão da fortaleza, e por este meio sabem o numero de pessoas que entram e sahem.—Veja-se Pyrard, e em especial o capitulo sobre Gôa, que Bernardes Branco reimprimiu no seu *Portugal e os Estrangeiros*, vol. II, p. 49.

** Estas fontes ficam ao poente da cidade, caminho da pedregosa e inhospita «*praia brava*». Era assaz penoso subir e descer as tres ou quatro montanhas que as separam da cidade; mas, apesar d'isso, os escravos iam buscar esta agua duas vezes por dia em grandes vasos de barro. Forneciam em primeiro logar os seus donos, vendendo o resto, postados em certas encruzilhadas.

*** Foi em 1489 que Yusuf Adil-Khan se apossou de Bidjapur, substituindo o seu appellido pelo de *Adil-Schah*. Este idoso soberano reinava ainda quando Albuquerque se senhoreou em fevereiro de 1510 da cidade. Recuperou a sua capital em maio, morrendo logo depois com 75 annos. Quando Albuquerque reconquistou Gôa em novembro, *Ismaïl Adil-Schah*, filho do primeiro, já reinava em Bidjapur. As affirmações de Barros (III, 5, 2) e Couto (IV, 10, 4), são inexactas.—Cfr. Costa Lobo, «*Memorias de um Soldado da India*», p. 337 e seg.

**** Os viajantes dos seculos XVI e XVII calcularam a população, quando Gôa se achava ainda no auge da prosperidade, em **cem mil** almas.

tempo de Camões, de umas seis mil casas, em parte altas e espaçosas, construidas no gosto europeu,* em parte baixas e mesquinhas ao modo dos Canarins, mas cercadas na maioria por bellos pomares e quintaes.

Na parte plana da cidade seguem, separados uns dos outros por bons muros (que continuam com os da *«city»*, e entram pelo rio), diversos caes, estaleiros e algumas praças, delimitadas no fundo pelos edificios publicos de mais importancia, as casarias do vedor da fazenda, o hospital d'el-Rey, a fortaleza, a *Moeda* e o *Peso*, que, com a frente olham para a cidade e vigiam as náus do alto das varandas voltadas para o mar.

Deixemo-nos levar pelas vagas do oceano, e, reclinados sobre rica alcatifa da Persia em pequenina galeota *«manchua»*, protegidos contra os raios do sol ardente pelo toldo de um *sombreiro*, entremos pela barra da «Aguada», deixando á direita a ponta do Cabo com a sua capellinha de Nossa Senhora e á esquerda o baluarte de Bardés com a egreja dos Reis Magos. No ancoradouro ou «Surgideira», estão as náos de alto bordo, á espera da visita das auctoridades, para descarregarem no paço de Panguim. Ladeemos os arrabaldes orientaes da metropole, a praia de Condolim, os palmares de Panguim, Ribandar e Pannelim, com as suas egrejinhas, caiadas de branco, e a casa de recreio do bispo. Já surge o estaleiro da *Ribeira grande* com duas portas para a muralha da cidade; a ermida das Cinco Chagas, a Moeda e as casarias e armazens do vedor da fazenda, que ahi vive, regendo o exercito dos seus officiaes, e uma grande turba de artifices, de 500 a 800, entre pilotos, marujos, calafates, bombardeiros, fundidores, ferreiros, carpinteiros, que trabalham, activos e animados, em toda a sorte de obra para navios, ajudados por possantes pachydermes, que com a tromba levantam pesadas e preciosas madeiras de Chaul e Baçaim! Mais uns momentos: já nos aproximamos do *caes de Santa Catharina* com o pequeno bazar do peixe, repleto de escravos, semi-nús, que traficam com a sua mercancia. Para as casas do fundo, o utilissimo *Hospital del Rey*, arrastam-se soldados e mareantes recem-chegados, doentes de escorbuto, ou com ulceras nos pés e nas pernas. Nas janellas do edificio apparecem outros já acclimatados, convalescentes de febres perniciosas e molestias, filhas do hinduismo.** Que faina na praça contigua, na

* São casas de um ou dois andares, construidas de boa pedra, pintadas de encarnado e branco, isto é, caiadas e cobertas de telhas, com vidraças de caseas de ostra. O typo commum tem no res-do-chão uma janella larga e a porta de entrada, e no andar nobre duas janellas, com sacadas ou galerias guarnecidas de persianas ou rotulos. Os quintaes tinham, quasi todos, poços com agua para uso domestico

** Pyrard, que esteve no hospital, diz que o minimo de doentes era de 300 e o maximo de 3.000! todos soldados aventureiros, sem familia. Calculando em 1:500 os soldados que costumavam dar entrada no magnifico hospital ao chegar das náus, e em outros tantos os corpos mortos que cada anno sahiam, o auctor exagera provavelmente.

Ribeira das galés, onde navios em construcção erguem a sua carcassa para o ar, inspeccionadas a miudo pelo vice-rei, cujo palacio communica por uma portinha com o grande estaleiro! Eis-nos no *Caes da Fortaleza*, onde aportam os navios de mercadores, fechado no fundo pelo paço do vice-rei com o *Tronco* ao pé e o *Peso*, pertença necessaria do *Terreiro do Trigo*, e como ultimo edificio na área da antiga parte cercada e fortificada da cidade, a *Alfandega*, diante da qual corre um pequeno canal, povoado de bateis de descarga. Do outro lado fica a praça do *Bazar grande* onde se faz o mercado de toda a sorte de comestiveis. Seguem os arrabaldes do sul, bosques, campos e quintas até que, pouco além de Santa Luzia, viram para norte e novamente para nascente, fechando a verdadeira ria n'uma curva graciosa com o passo de *Anguim*. Ao longe avistamos bosques de mangueiras sempre verdes, esbeltas palmeiras, coqueiros, e as varzeas de Batle com os seus vastos arrozaes, que occupam todo o lado poente da ilha, fechada aqui por grossas muralhas fortificadas, porque da banda de além governa o nada desprezivel inimigo e rival de Bidjapur.

O nosso barco dá a volta, e agora é que temos ensejo de dirigir os olhos para a parte alta da ilha, onde sobre morros, entre florestas de verdura, perdida nos meandros vegetaes de uma luxuriante flora tropical, descobrimos a verdadeira Goa, com os campanarios das suas numerosissimas egrejas,* emergindo do dedalo das suas ruas.

* Buchanam chama a Gôa a cidade das egrejas. Pyrard diz que o seu numero é maravilhoso, asseverando em seguida, têr contado cincoenta entre egrejas e conventos, na cidade e arrabaldes, e quasi não haver praça, rua ou becco onde não visse alguma. Della Valle acha os conventos e sanctuarios tão numerosos que certamente metade chegava para uma cidade muito maior. No mappa de Linschoten vejo 39, mas no tempo de Camões o seu numero era mais restricto. A mais veneranda era a Sé. Sendo o dia da reconquista definitiva (25 de novembro) o dia de *Santa Catharina*, foi esta santa escolhida pelo vencedor para padroeira da cidade. Sob a sua invocação se principiou em breve a edificar uma egreja, a unica de Gôa até ao anno de 1542. Reedificada em 1561, ficou sendo cathedral. Antes de começada effectivamente, já existia, porém, no recinto de Gôa um templosinho catholico, a velha mesquita dos mouros, convertida em egreja de S. Francisco, porque os religiosos d'esta ordem acompanhavam o Conquistador. Ahi foi por elles lida a primeira missa. Em 1542 aportaram ao Hindustan os padres da Companhia de Jesus, guiados por S. Francisco Xavier que fundou a egreja e o Seminario de S. Paulo, já fóra da cerca da antiga cidade. Vieram depois (em 1549) os frades de S. Domingos, e posteriormente muitas outras ordens, que repartiram entre si as missões na Africa e Asia. Em 1534 Gôa foi constituida em *Bispado*, sendo elevada em 1557 a Arcebispado, recebendo o prelado em 1606 o titulo de Primaz do Oriente. O Tribunal da Inquisição foi fundado em 1560. Em 1566 chegaram os franciscanos reformados, seguidos, de 1572 a 1600, pelos Augustinianos, Carmelitas, Oratorianos, Theatinos, Hospitaleiros de S. João, Terceiros e religiosas Monicas.

§ 233.—A população primitiva, moura* e mahometana da nova Gòa misturára-se pouco a pouco com judeus, buddhistas, gentios e christãos (Thomistas** ou Nestorianos), graças ao vasto commercio, iniciado primeiro com os povos do Dekhan e depois com os mercadores dos mais poderosos imperios asiaticos—a China, o Siam, e Bisnaya, e as adjacentes terras e ilhas—e propagado por intermediarios viajantes da Abessinia, do Egypto, da Arabia e Persia, que pela sua parte abasteciam os mercados europeus. Gôa, situada na occidental costa indiana, a meio caminho entre o cabo Comorim e a ponta de Diu no golfo de Cambaia, era como que predestinada a ser o primeiro emporio maritimo do Oriente, a chave da peninsula. O merito de ter presentido e presagiado o valor d'esta posição capital pertence ao genio soberano do extraordinario conquistador e estadista Affonso de Albuquerque. Foi elle quem avassallou em 1510 definitivamente aquella «*ilha, cercada d'agua, de muita renda e muito proveitosa*», explorando sagazmente a desordem e os disturbios provocados pelo fallecimento de Jusuf de Bidschapur e pela acclamação de seu filho Ismael.[1] Ganha em fevereiro e perdida novamente em maio, foi reconquistada em novembro e a sua posse firmada. Começou o vencedor por dizimar com morticinios crueis os inimigos mouros, emquanto garantia a sua protecção aos hindus que inclinavam a solicitar paz e amizade e a reconhecer o dominio lusitano; depois construiu a fortaleza *Manoel*, como ponto central e coração do imperio indo-lusitano. Este feito foi de grande alcance, porque levou Albuquerque a alterar radicalmente o systema de conquista do seu predecessor, D. Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei da India (1505-1509).[2] O imperio, até então fluctuante em esquadras sobre o mar, consolidou-se em estado continental *fixo*, com uma capital, a Nova Gôa, sede de todos os poderes administrativos civis, criminaes e militares (tribunal, chancellaria, matricula geral, etc.), e acção sobre as colonias em Moçambique, no Dekhan e em Malacca, tendo fortalezas[3] em todos os pontos importantes (Ormuz, Chaul, Ca-

---

[1] V. Schäfer, III, 231 e seg., e Burton, *Camões*, I, 290.—Cfr. p. 475, nota ***.

[2] V. Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, p. 23 e seg.

[3] Sobre as fortalezas e a sua construcção veja-se Couto, VIII, 4.

* O nome de *mouros* na bocca dos historiadores portuguêses equivale a *mahometanos*. Os mouros do Malabar eram verdadeiros arabes; os do Hindostan, pelo contrario, afghans, turkomanos e persas.

** Os Portuguêses encontraram, como é sabido, no sul da India, a um e outro lado do cabo Comorim (em Meliapôr), colonias de christãos, evangelizados, segundo a tradição, pelo apostolo S. Thomé, e pertencentes á seita nestoriana. Foram na maioria reconduzidos por missionarios nacionaes ao gremio da egreja catholica.—V. *Lusiadas*, x, 108-119, e cfr. Couto, VII, 8, 14 e 10, 5; Mickle, II, 407 *k*; Burton, II, 664.

nanor) e portos de refugio em todas as carreiras, escolhidas nas enseadas e na foz dos rios. A direcção administrativa e da justiça, ordenada e disposta em conformidade com o modelo do reino, foi entregue entre mãos do governador (ou vice-rei), como ultima instancia. A sua alçada ia de Ormus até ás Moluccas e de Sofala até Ormus. Apenas Macau, na China, por ser muito distante, teve instituições independentes e especiaes, das quaes tratarei mais tarde,[1] por importarem para elucidação de certos acontecimentos da vida do nosso Poeta, e por terem sido ignoradas ou desprezadas até hoje por todos os seus biographos. Abstrahindo da particularidade de todos os decretos, nominações, medidas e decisões serem passadas *em nome del Rey de Portugal*, póde dizer-se que o vice-rei ou governador[2] (porque só ha differença de titulo) governava e tinha auctoridade absoluta, podendo provêr livremente em officios e beneficios, conceder todas as graças e mercês e condemnar á pena capital. Só em casos de gravidade excepcional, em algumas conjuncturas de direito civil e em causas-crimes relativas aos nobres e cavalleiros-fidalgos, havia appellação ao soberano português. Ainda assim, competia ao governador ordenar o encarceramento e mandar os fidalgos presos, com ferros nos pés, a Portugal.[3] Como todos os outros empregos e postos, o vice-rei era nomeado de tres em tres annos. Em geral El-Rei despachava tres vias de successão,[4] em tres provisões secretas e selladas, enviadas pelas náus de Portugal.[5] Em Gôa guardavam-se as cartas regias fechadas na camara municipal até que o cargo vagasse, ao fim do triennio ou antes d'isso pela morte de um governador, sendo então solemnemente abertas, successivamente; a segunda e terceira só em caso de o primeiro nomeado (ou o segundo) estar morto ou ausente. Em caso de impe-

---

[1] V. § 297. De passagem direi que os governadores emeritos, emquanto estacionavam em Cochim, superintendendo ao carregamento das náus que iam de torna-viagem, exerciam ainda a suprema *jurisdicção*, segundo Couto, VII, 1, 6.*

[2] O titulo de *Vice-Rei* era outorgado a governadores de alta gerarchia, no acto da investidura; ou depois, por meritos superiores, [como no caso de D. João de Castro].

[3] V. *Itinerario*, p. 49ª e seg.

[4] Foi D. João III quem introduziu este costume em 1524.—Veja-se Couto, IV, 1, 1.

[5] V. *Itinerario*, p. 123ᵇ e seg.**

* Ao primeiro encontro, o antigo vice-rei entregava na mão de seu successor todo o estado, ficando realmente fóra do cargo e sem o tratamento de «senhoria», mas conservando, comtudo, por especial provisão, os mesmos poderes de *justiça* até embarcar para o reino. No caso allegado por Storck, D. Affonso de Noronha levava licença especial de D. Pedro de Mascarenhas para acabar de concluir em Cochim as pazes com o rei da Pimenta, a fim de levar as novas a D. João III,—tenção que ficou frustrada.

** Ás vezes vinham, porém, quatro ou cinco vias. (Couto, VI, 8, 1; VI, 7, 1; VII, 10, 18).

dimento, por doença, ausencia ou passamento do eleito, figurava como substituto um conselho formado pelo bispo (ou respectivamente o arcebispo,* o capitão da cidade e o ouvidor geral.[1] O governador costumava viver, até 1557, em um palacio chamado *«as casas de Savayo»*[2] por terem pertencido antigamente, em tempo dos mouros, a um grande d'aquelle nome.** Mas no anno immediato á chegada de Camões, o novo governador Pedro Mascarenhas († 1555), ao qual por ser muito velho custava subir as altas escadarias do paço, que era de dois sobrados, resolveu aposentar-se na Ribeira, no andar terreo da *Fortaleza*.[3] É ahi que se acha a espaçosa «sala» do vice-rei, onde se congregava o conselho, e onde estão retratados ao natural todos os regentes da India. Contigua ao pateo de entrada está outro afamado aposento com as pinturas de todas as armadas e navios que passaram á India, incluindo os que padeceram naufragio, todos com seu numero, data e nome do capitão.[4]

§ 234.—Em 1553 reinava em Gôa, como vice-rei, D. Affonso de Noronha[5] (1550–1554), a quem já tinham precedido quinze regentes, entre vice-reis (4) e governadores (11). Os feitos heroicos d'estes quinze magnates e os dos seus capitães-móres, que quasi todos já eram fallecidos no anno

---

[1] Vejo no «Persiles» de Cervantes (III, p. 1) que em caso de ausencia d'El-Rei de Portugal, o Arcebispo de Braga fazia as suas vezes.

[2] Couto, IV, 10, 4.

[3] Couto, VII, 1, 3.

[4] *Itinerario*, p. 123^b^.***

[5] V. § 187.

* O arcebispo tinha o mesmo tratamento de *«senhoria»*, como o vice-rei.

** Este *Sabayo, Savayo,* ou antes *Savai,* era Yussuf Adil-Schah, o primeiro Schah de Bidjapur, do qual já fallamos. Tinha esta alcunha por se ter criado em *Sava* da Persia. A casa do Savayo, (n'um largo, ao meio da principal rua da velha Gôa, a *rua Direita)* chamada pelos indigenas *orllem-gor,* isto é, *«a casa grande»,* tornou a servir ao governador Francisco Barreto, logo depois do fallecimento de D. Pedro de Mascarenhas (em 1555). Annos depois lhe disseram que as casas estavam a cahir, razão porque se mudou para a fortaleza, que mandou concertar, e ficou sempre sendo d'ahi por deante o aposento dos *vice-reis e Governadores* (VII, 5, 8). Mais tarde as casas do Savayo, reconstruidas, serviram de abrigo (desde 1560) ao *«Santo-Officio»*.

*** Mencionarei o raro livrinho de J. Maria Delorme Collaço: *Galeria dos Vice-reis ou Governadores, dedicada aos illustres descendentes de taes heroes,* (Lisboa, 1841). 18 retratos.—Sobre os paineis das armadas veja-se o que Couto diz em uma carta de 6 de janeiro de 1616. O leitor curioso lá verá com algum espanto que os antigos paineis, todos apodrecidos, e por isso apeados, foram repostos em nova copia, por diligencia do historiador, ao cabo de tres annos de labutações, sendo pintor um tal Godinho, que no espaço de um mez acabou mais de cem telas! por signal «de tintas muito boas»!—Tres por dia! nem mais, nem menos! (*Obras ineditas* p. 77).

de 1550, vem celebrados nos *Lusiadas.*[1] Não caberia aqui a descripção, nem mesmo a simples enumeração das batalhas navaes, dos sitios, das conquistas e victorias occorridas n'aquelle intervallo.

Lembrarei apenas o primeiro cerco de Diu, sustentado em 1538 por D. Antonio da Silveira, o qual a defendeu gloriosamente contra o enorme poder reunido de Suleiman II, Pachá do Cairo, e Coge Sofar, senhor de Guzarate, que dispunham cada um de 20:000 homens, de modo que sessenta mouros luctavam contra um Portuguès. Este brilhante feito de armas encheu de tal espanto os principes da India, que apressadamente vieram, um atras do outro, implorando dos Portuguèses paz e a amizade: a datar do pacto concluido em 1539 entre D. Garcia de Noronha e o poderoso e opulento Samorim de Calicut, decorreram uns trinta annos de prospera paz e de felicidade inaudita para o imperio indo-lusitano, se abstrahirmos da segunda e brilhantissima defesa de Diu (1546),[2] heroicamente realizada[3] por D. João de Castro, assim como d'alguns disturbios menores.

Mas infelizmente os mimos e fumos da India, ou por outra o «hinduismo» aniquilou o esforço dos veteranos. No remanso d'este trintennio de tranquillidade, no ocio d'esta paz mais que capuana e nas lidas desmoralizadoras da traficancia, os costumes adulteravam-se, o valor enfraquecia, e até mesmo o patrimonio real soffreu. O estado geral da India ia decahindo militar e administrativamente.— Pouco a pouco, a datar do reinado de Martim Affonso de Sousa (1542-1545),* governador animosissimo e de espirito culto, mas extremamente cubiçoso e interesseiro[4] a ponto de ser venal, um systema de corrupção, extorsão e oppressão começou a vigorar, e tudo foi *«de pernas acima»*. Todos, grandes e humildes, cuidavam unicamente em enriquecer quanto antes, fosse como fosse, durante o curto espaço dos cinco a seis annos. Dadivas, propinas, presentes e tributos de principes alliados, págos aos poderosos de Gòa, eram uma abundante fonte de receita para o vice-rei; as visitas no terceiro anno do seu reinado a todas as fortalezas da costa da India costumavam render grossos lucros em presentes apparentemente espontaneos. O trafico com mercancias privilegiadas ou monopolizadas, a quota parte dos lucros auferidos em todas as transacções commerciaes e mesmo na presa de náus corsarias ou de cidades e aldeias encineradas, a distribuição, ou antes venda de

---

[1] *Lusiadas,* x, 10 e seg.— V. p. 466, nota 3.

[2] Foi Coge Sofar de Guzarate que veiu novamente cercar o forte de Diu.

[3] O heroe do cerco foi João Mascarenhas.

[4] V. Ficalho, p. 82.

---

* Sobre Martim Affonso de Sousa, veja-se o *Soldado Pratico,* p. 143 e 151.

cargos, officios e mercês, que já não se davam a quem as merecia e trabalhava, mas a quem tinha mais empenhos e pagava melhor: tudo rendia dinheiro. Só se tratava de vindimar a farta vinha da India.[1] O que governadores e capitães-móres faziam em ponto grande, os commandantes das fortalezas e simples capitães, feitores, escrivães, officiaes de fazenda, juizes, meirinhos, e os proprios soldados e mareantes repetiam-n'o em escala menor, commettendo hoje façanhas marciaes como verdadeiros heroes, e ámanhã actos de vilissima pirateria e chatinagem, como corsarios de toda a roupa, tal qual o praticavam os seus superiores. Veteranos portuguêses de antiga tempera e de austera virtude, como D. João de Castro (1545–1548) e D. Constantino de Bragança (1556–1558), não fôram capazes de pôr termo ás demasias, sanando os desmandos dos seus subditos. Tres annos eram um espaço de tempo muito restricto! Lisboa ficava muito longe; a decisão sobre qualquer das devassas e accusações do vice-rei, ou contra o vice-rei, tardava um, dois ou mais annos em Portugal!—Assim foi chegando o triste periodo da decadencia, que gerou o seguinte dicto mordaz sobre os vice-reis: no primeiro anno se installam; rapinam no segundo, e enfardam no terceiro, para marcharem.**

§ 235.—Camões expõe no pelourinho os disparates e as vergonhas da India, cheio de indignação fulminante, vergastando as praticas da justiça (ou antes injustiça) na administração e a desmoralização dos costumes e usos, depois de os ter observado durante longos annos, primeiro na capital, e mais tarde em Macau. Bastaria lembrar os ultimos cantos dos seus *Lusiadas*, e em especial as commoventes estancias finaes. Mas, remettendo o leitor a tudo quanto o Poeta escreveu depois de voltar de Macau a Gôa, e a algumas poesias anteriores áquella epocha, copiarei apenas, como exemplo significativo, um bello soneto sobre Babel-Gôa e Zião-Lisboa:

---

[1] Cfr. Couto, VII, 10, 19, e Schäfer, IV, p. 141, 151 e seg. Sobre os tempos antecedentes veja-se Schäfer, III, p. 99 e seg., 274 e seg.; *Itinerario*, p. 49ª; assim como Latino Coelho, cap. XI, *A decadencia da India.**

* Allego mais as paginas por Oliveira Martins dedicadas á orgia ultramarina e a Gôa-Babel, no volume sobre *Camões e os Lusiadas* (p. 173-182). Mas para o leitor português o melhor será ainda aqui recorrer as fontes: o *Soldado Pratico* de Couto; as *Memorias* de *Rodrigues da Silveira* e o *Estado da India*, publicado por Frei Antonio Freire.

** Outra sentença, allegada pelo *Soldado Pratico* (p. 41), reza que o Cabo da Boa Esperança era o moderno Lethes, porque os «*visoreys em o passando perdiam a memoria de tudo e o temor a Deus e ao Rey*».

Cá nesta Babylonia, d'onde mana
materia a quanto mal o mundo cria;
cá onde o puro Amor não tem valia,
que a mãe, que manda mais, tudo profana;
Cá onde o mal se afina, o bem se dana
e póde mais que a honra a tyrannia;
cá onde a errada e cega monarchia
cuida que um nome vão a Deus engana;
Cá neste labyrinto onde a nobreza,
o valor e o saber pedindo vão
ás portas da cobiça e da vileza;
Cá neste escuro cáos de confusão
cumprindo o curso estou da natureza.
¡ Vê se me esquecerei de ti, Zião ! [1]

§ **236.**—Foi ao findar o inverno de 1553, ou antes o tempo chuvoso d'aquelles climas (de abril a setembro),[2] que o expatriado entrou na cidade de Gôa, onde já reinava, como os mais annos, grandissimo alvoroço. Em fins de agosto, quando todos esperavam anciosos pelas náus com as novas do reino, um conto após outro, galgas espalhadas a esmo, davam margem a largos commentarios e mexericos.[3] Todos sonhavam com o que desejavam ou temiam. Despachos, nomeações, titulos, graças, commendas e transferencias, ordens de regresso e castigos, regulamentos e provisões estavam a chegar. Os espiritos inquietos, cheios de esperança e temores, forjavam conjecturas, espalhando calumnias e propagando boatos. Um contava com cartas da familia; outro com noticias politicas, relativas á patria e ao estrangeiro. Além dos numerosos officiaes, pertencentes á casa do vice-rei, e dos funccionarios publicos, passeavam agora ociosos pela cidade muitos capitães de navios, e centenas de soldados e marujos, descansando das fadigas do verão anterior (outubro a março), á cata da melhor occasião de embarque, que a primavera traria. No estaleiro havia grande movimento. Lá se concertavam ou se construia navios de vela e fustas. Os calafates, cordoeiros e ferreiros não tinham mãos a medir.[4] De vez em quando os mestres e capitães armavam uma festa:

---

[1] Soneto 195, o nono entre os que Domingos Fernandes recolheu em 1616.

[2] Couto, VIII, 16.*

[3] Á primeira náu da esquadra annual, que ancorava na barra de Goa, era praxe darem a boa vinda, recebendo-a festivamente com repiques de sinos, bombardadas e foguetorio.—V. *Itinerario*, p. 115ª.

[4] Linschoten diz que as embarcações de cem toneladas, pouco mais ou menos, va-

* O periodo da chuva durava de *maio* a *agosto*, sendo mais persistente nos tres mezes do Pansecal: junho, julho e agosto.

os soldados e trabalhadores tinham o regalo de um banquete, no fim do qual as dulçainas e charamelas ajudavam como excitantes para a dança, descantes e folguedos varios.[1] Era preciso que os operarios estivessem de boa vontade e os homens de guerra, guapos e contentes, dispostos a alistarem-se com um commandante alegre e liberal.[2]

Logo que haja monção e as primeiras brisas primaveraes soprem mansamente, os galeões e as caravelas, galés e galeotas, bastardas, subtis e fustas[3] levantam ferro e desfraldam as velas, enfeitando-se de garridos galhardetes. Uma pequena armada toma o caminho do norte, seguindo para Ormus e Bab-el-Mandeb; outra vae dobrar o cabo de Comorim, quer seja para castigar um principe da India, que violou os contractos, ou para exigir o pagamento de tributos em divida, assaltar nos estreitos do Mar Indico navios mercantes dos Turcos, ou qualquer outra náu estrangeira que ousando atravessar o oceano sem cartaz ou guia portuguêsa, era presa e roubada, em batalha aberta ou com ardis astuciosos, morta a gente ou levada como escravos; ou emfim para vigiar certas costas, e acompanhar, protegendo-as, as embarcações particulares dos negociantes, a flotilha dos chatins.

Só depois do anno novo, em janeiro ou fevereiro, a esquadra, destinada a voltar ao reino, sahe do porto de Gôa, levando a bordo empregados exonerados, soldados emeritos que desejam regressar á patria, e miseros escravos.[4]

---

ravam mesmo em frente da cidade, emquanto os galeões grandes de Portugal deitavam primeiro ancora em Bardes (cfr. § 230, nota 1.ª), avançando mais tarde até Goa.

[1] V. Couto, VI, 8, 5, e *Itinerario*, p. 43ᵇ.

[2] Havia muitos jardins de recreio e casas de jogo em Goa. As malabares mestiças, as mulatas e negras gostavam de se divertir e aceitavam toda a casta de prazeres e favores dispendidos pela «gente branca». *

[3] Os *galeões* e as *caravelas* eram navios de vela; as *galés* e *galeotas*, de remo; as *bastardas* tinham velas e remos, como o seu nome indica; as *subtis* e *fustas* eram apenas bateis de aviso. — Cfr. Oliveira Martins, no «*Annuario da Sociedade Nacional Camoneana*», p. 115 e seg. **

[4] D. Constantino de Bragança, por exemplo, levava escravos de todas as nações para Portugal, quando embarcou em 1561 ou 1562. — V. Schafer, IV, p. 223. ***

* As delicias de Gôa deram margem para pittorescas descripções a todos os viajantes e historiadores, assim como aos poetas portuguêses.

** As embarcações dos indigenas eram muito variadas: havia *cahiques* de cabotagem; *patamarins* de dois mastros; *fustas* de guerra com remeiros gentios; *tones de baileo* dos pescadores, talhados em troncos de arvores; *almadias* compostas de mais de um tronco, e seguras com grossas cordas: *champanas* chinesas de bambú; galeotas cobertas, chamadas *manchuas; cotias, palhotas, palegas* e outros vasos menores.

*** Pyrard diz: de escravos ha em Gôa um numero infinito, de todas as nações da In-

A carga de drogas geralmente não se completa em Gòa; por isso costumam abordar ainda em Cochim, onde recebem o que falta em pimenta, gengibre e mais especiarias, dirigindo depois o rumo ao sul, caminho de Portugal.

No entretanto, á espera da partida, flotilhas inteiras de navios mercantes, de conserva com a esquadra do sul, que os protegia contra os corsarios, davam entrada na barra de Gòa, abarrotadas das riquezas do Malabar, de Ceylão, Bengala, Aracam, Pegú, Tenassari, Malaca, Sumatra, Java, Timor, Borneo, Maluco,[1] Siam, Cambodja, Anam, além dos thesouros da China e do Japão.

Na entrada de abril, ao approximar-se o inverno, esta armada do sul ou das Moluccas, em pequeno numero, velejava para Malacca, tocando primeiro, no caminho, em algumas feitorias e fortalezas do Malabar (como Onor, Cananor, Mangalor), e Ceylão. Seguia depois a sua rota até ao Maluco, á procura do precioso cravo e da canella, depois de cumprir com os mandados e aviar as encommendas pedidas.

Ao mesmo tempo partia, a datar de 1555, uma só náu com destino á China e Japão, «a náu da prata e seda». A sua derrota era extensa e geralmente muito accidentada. Na ida, á espera da monção sudoeste, e na volta, á espera dos ventos fagueiros, gastava tres annos inteiros de viagem e torna-viagem.[2]

§ **237**.— Os Portuguêses de Gòa, se abstrahirmos de todos os empregados da corôa, dos ecclesiasticos seculares e dos frades, entre Franciscanos, (desde 1518), Jesuitas, (desde 1542) e Dominicanos, (que pullulavam em Gòa desde 1548),* eram cidadãos, ou simples moradores. Tinham as regalias de cidadãos sómente os *casados*. Eis porque os viajantes e historiadores têm o costume de distinguir entre *casados* e *soldados*, termo que equivale a solteiros.[3] Para que a população augmentasse, e o numero dos soldados fosse reforçado com maior facilidade, e tambem com o intuito de nacionalizar os indigenas, christianizando-os ao mesmo tempo, Affonso de Albuquerque tinha protegido muito os matrimonios legaes entre Portuguêses e Indias. Á

---

[1] V. *Introducção historica*, § 58, nota 3.

[2] V. *Itinerario*, p. 33^b.

[3] V. Linschoten, p. 43^a.**

dia... (ainda que seja de nações amigas e com quem haja paz), e fazem d'elles grande trafico; mandam-os a Portugal e a todas as partes onde dominam...

* V. p. 477 nota.

** Della Valle diz até: *fanno tutti profession d'armi benchè siano ammogliati*.—Pyrard identifica simplesmente, segundo o costume português, o termo *soldados* com o de *homens não casados*.

data da sua morte (16 de dezembro de 1515), já umas quinhentas familias residiam em Gôa, com numerosa prole mestiça. Em meado do seculo, Gôa, contava uma duzia de parochias ou mais.[1] A sé era da invocação de Santa Catharina.**

Não havia casa em Gôa sem um numero consideravel de escravos de ambos os sexos, oscillando entre dez e trinta.*** Sustentá-los era baratissimo;**** os seus serviços indispensaveis e, além d'isso, muito lucrativos, porque, afóra os trabalhos diarios, caseiros, baixos e pesados, ficava ao cuidado das mais habeis escravas cozer e bordar roupa, fazer doces e conservas, fabricar brinquedos, vendendo tudo isso em beneficio dos amos, que nem mesmo desprezavam os lucros auferidos com tratos deshonestos.

Entre os casados havia alguns dignos, valorosos e bem armados, que continuavam a vida de soldados,***** muito embora não se alistassem, por via de regra, em náus destinadas a regiões longinquas e expedições demoradas. A maioria eram banqueiros, cambistas,[2] fazendeiros ou negociantes. Ar-

[1] Veja-se Ficalho, p. 140, e Couto, IV, 10, 4.

[2] Linschoten diz: «Negocios de cambios e emprestimos effectuam-se geralmente por

* Dentro da «*city*» só existiam: a egreja de Santa Catharina ou seja a Sé; a egreja de S. Francisco; a ermida tambem franciscana das Cinco Chagas; e ao fim da Rua Direita, ao pé da porta-sul da cerca, Nossa Senhora da Serra com a Santa Casa da Misericordia annexa (recolhimento de donzellas, viuvas e mulheres casadas, cujos maridos estavam em viagem). Sobre o seu portal está o vulto de pedra dourado de seu fundador Albuquerque, que descansa na crypta. Ficam perto: Nossa Senhora do Rosario, S. Domingos, S. Martinho, Santo Amaro, Nossa Senhora do Monte e Santa Luzia. A mais distancia: S. Paulo, com o seu imponente Seminario, o Bom Jesus, Santo Antonio e S. Roque (todos dos Jesuitas). Bastante afastados: S. José, S. Bras, Santiago, a Madre de Deus, Nossa Senhora da Luz, S. Thomé, S. Lazaro, S. Matheus, S. João Baptista, a Trindade, Santo André, Sant'Anna, S. João Evangelista, Santa Maria Magdalena, Guadelupe, S. Lourenço. Nos arrabaldes da barra: S. Pedro, S. Domingos de Panguim, Nossa Senhora de Ribandar, Nossa Senhora do Cabo. Nas ilhas adjacentes Santo Estevam, Nossa Senhora da Piedade; as egrejas de Chorão e Dyvar, e os Reis Magos, em terras de Bardes.

** Veja-se a nota anterior. A estatua dourada da padroeira, realça a grande porta de entrada chamada *Mandovy*, que dá accesso á Rua Direita, logo abaixo da fortaleza do palacio do vice-rei.

*** Ás vezes eram mais ainda. Pyrard diz que os mais ricos senhores iam acompanhados de vinte a vinte e cinco servidores e escravos, e que as suas donas levavam escolta de outras tantas (quinze a vinte). Os pagens eram portuguêses, moços, mas nobres, os lacaios cafres de Moçambique, os moços das estribeiras mouros de Balagate, os picadores de Dealcão. Sobre a venda dos escravos, a sua nacionalidade, os seus officios, as suas relações com os amos, ha pormenores muito interessantes em Pyrard. (V. Bernardes Branco, II, p. 55-56; 59; 74-75).

**** Pyrard não se cansa de gabar e admirar a extrema barateza da vida goense, repetindo continuamente ser tudo *tanto em conta que mais não póde ser:* alugueis, viveres, fazendas de linho e seda, escravos.

***** Cfr. p. 485, nota **.

tifices, além dos que andassem em trabalhos nauticos, escasseavam sempre: ** havia, sim, alguns chapeleiros, çapateiros, tanoeiros e veleiros; mas mesmo esses poucos trajavam como cavalleiros, de seda e velludo, e passeavam pela cidade, abandonando os negocios aos servos. Os outros ramos e profissões estavam nas mãos dos indigenas, baptizados ou por baptizar, que viviam separadamente e trabalhavam arruados. Cada uma das ruas pertencia a um mister differente ou a certa casta de officio. *** A rua mais formosa e animada era a *Rua direita* com a praça do leilão, que atravessava a cidade de norte a sul.**** Ahi se apinhava gente de todos os cantos e recantos do mundo: rostos brancos, amarellos, vermelhos; figuras de Portuguèses, Judeus, Hindus, Persas, Armenios, Abessinios, Afghans, Arabes, Malayos, Chineses,***** um grande bazar de trajes variadissimos, uma Babel de linguas! Todos os dias, menos aos domingos e dias santos, das sete ás nove da manhã,****** para evitar o aperto do calor, lá se vendiam mil objectos differentes: ouro e

---

intervenção dos ecclesiasticos que exercem este ramo de negocio sem impedimento algum, ainda que em segredo». (*Itinerario*, p. 42ª).—Uma phrase dos *Lusiadas* (VIII, 99, 5) talvez diga respeito a estes clerigos cambistas. *

* No mappa de Gôa os cambistas ou *xarafos* officiaes figuram, em trage de brahmanes, com as suas mesas e bancas, no leilão da Rua Direita.

** Todos os Portuguezes na India se diziam nobres! *Tutti nobili!* mesmo os filhos de mariolas, sapateiros e aguadeiros. *Basto loro d'esser solo Portuguese* — homem branco —*per haversi a tener quanto il Rè... e più!*—Persuadiam aos Indios que não havia entre elles raça alguma vil. Por isso não exerciam artes mechanicas, vivendo á lei da nobreza, usando sempre de espada, e trajando esmeradamente.—V. Pyrard, p. 81.

*** Os banianes de Cambaia e Surrate, (mercadores e industriaes), os bramenes e os canarins tinham as suas ruas apartadas, e n'ellas suas tendas e boticas. Entre os banianes havia sangradores, cirurgiões, boticarios, enfermeiros, barbeiros e carniceiros. Na velha Gôa havia uma rua de chapeleiros, outra de surradores, uma de ourives, outra de açougues, cada classe de gente com o seu quartel fixo, marcado.

**** Começa no magnifico Terreiro do Vice-Rei (onde os fidalgos, em vestido de gala, se reuniam para acompanhar o governador), a Rua Direita, que se prolonga em mais de 1500 passos de comprido, com lojas de ourives, joalheiros, lapidarios, tapeceiros, banqueiros, vendedores de sedas, até ao largo do Sabayo (com as casas da Inquisição, Camara Municipal, Tribunal das Contas) e toca com o outro extremo na egreja de Nossa Senhora da Serra e Misericordia.

***** O indio amarello não gostava do branco-macillento dos mouros e arabes, nem do avermelhado dos jaus e malayos; só a brancura do Portuguès e a côr preta dos negros de Guiné agradavam ao seu olhar.

****** Segundo Pyrard, o mercado de comestiveis no Bazar grande durava todos os dias, sem excepção de domingos e festas, das seis ao meio dia, porque os Goenses, como de resto todos os meridionaes, nunca fazem provimento de um dia para outro, preferindo até irem aviar-se duas vezes por dia. Os outros mercados como o leilão da Rua Direita não se faziam nos dias santos, mas sómente nos dias uteis, estando sempre abertos das seis da manhã em deante.

joias, perolas e coraes, louças finas, drogas e especiarias, armas, tapetes e colchas, sedas e sarjas, pannos de lã e algodão, e innumeras miudezas. Mas tambem se apreçavam escravos, homens e mulheres, novas e velhas, de todas as nações... «*pelo mesmo modo como entre nós se trafica em gado*», diz Linschoten.[1]

§ 238.— Os soldados costumavam passar unicamente o inverno em Gòa. Depois de ancoradas na barra as náus de Portugal, os recem-chegados (alcunhados de *reinoes* e motejados de mil modos pelos veteranos) assim como os que voltavam de qualquer expedição maritima, eram laconicamente licenciados. No momento de pisarem terra firme, já não recebiam soldo: já não eram soldados d'El-Rei. Cada um recolhia para onde bem lhe parecia, e vivia à sua vontade, sem dar contas a ninguem. Até alistar-se pela primeira vez (ou contrahir novo contracto) com qualquer capitão, ficava sendo seu proprio amo, um mero particular, sem obrigações nem deveres, mas tambem sem paga nem ganho. É, pelo menos, o que Linschoten refere.[2]

Segundo João de Barros,[3] o caso era um pouco differente, e apparentemente mais vantajoso para os soldados. Quando embarcados, recebiam 800 réis mensaes; em terra mais 400 para o seu sustento,[4] porque a bordo todos os viveres lhes eram fornecidos. Ignoro, se com o tempo o costume mudou.

Talvez nos seja dado harmonizar os dizeres desencontrados dos dois auctores, calculando que o salario, pago antigamente para sustento em terra, fosse mais tarde substituido por viveres, isto é, por comida gratuita, fornecida nas fustas ou galeras, ou em casa de militares qualificados. Sabemos que houve muitos capitães que davam mesa franca,[5] ora espontaneamente, embora com fins pessoaes, ora mandados pelo governador, pedindo para que pas-

---

[1] V. Linschoten, *Itinerario*, p. 42b.*

[2] Ib., p. 43.b**

[3] Barros, I, 8, 3.

[4] Os soldados podiam viver em Goa com esta somma: os guerreiros indios, os *naires*, tambem viviam, e bem, com 200 réis mensaes, segundo Barros, I, 9, 3.

[5] Couto, VII, 9, 2.***

* Pyrard tambem, fallando das arrematações de escravos em hasta publica na praça do leilão, diz que os escravos são alli levados, examinados e vendidos «como aqui (em França) se faz aos cavallos».

** «Em fins de abril as náus das armadas tornam a Góa para invernarem, e então dá-se por acabada a obrigação dos soldados; cada um vae onde quer, sem receber sustento del Rey». Da questão dos soldos tratará um dos capitulos da *Segunda Parte*.

*** O leitor encontrará na *Segunda Parte* outro capitulo sobre as «mesas francas» da India.

sasse certidão d'esta sua liberalidade, ou d'este desembolso, que o Estado retribuia depois, ás vezes com exactidão, outras vezes no valor duplo ou triplo.

Os soldados tinham licença para negociarem por sua conta alguma pimenta, ainda que em proporções muito maio diminutas do que os pesos permittidos aos chefes, alcaides, feitores e secretarios. Cada um tinha, por anno, direito a dois quintaes e meio, lucrando cincoenta por cento, o que equivalia a 5$000 réis.

Os quarteis da soldada eram pagos com mais liberalidade a todos, graduados e por graduar, casados ou soldados, quando um governador em pessoa ia para qualquer expedição. N'este caso todos os matriculados recebiam remuneração antecipada e completa do seu quartel, quer embarcassem, quer não. Acontecia que só trinta por cento seguiam effectivamente, apesar de terem aceite o dinheiro.

§ 239.—Em situação especialmente penosa se encontravam os pobres bisonhos, os inexpertos *reinoes*. Depois de cinco a oito mezes de má vida no mar, encurralados ás centenas na mesma náu, com comida insufficiente e de ruim qualidade e agua impura, abordavam afinal a Gôa, pobres, esfarrapados, desprotegidos, e muitas vezes doentes de escorbuto, ulceras, febres e mais doenças. A maior parte viam-se obrigados a recolherem immediatamente ao Hospital.[1]

Até se enrolarem nas listas de um capitão para certa empresa maritima, e tambem nos intervallos que decorriam de uma a outra expedição, de pouco ou nada valia estar inscripto na matricula geral. Os que tomavam parte em qualquer feito, desde o capitão-mór até ao soldado raso, tinham jus a uma certidão, assignada pelo chefe immediato, e reconhecida pelas auctoridades superiores, na qual se especificava o tempo de serviço, comportamento, façanhas pessoaes. Depois de ter alcançado doze a vinte d'estas certidões,[2] no decurso dos cinco annos obrigatorios, o soldado que desejava regressar á patria ou ser provido em qualquer emprego civil, dentro dos limites do imperio lusitano occidental ou oriental, precisava ainda de maior peculio de attestados, passados pelas auctoridades, sob cuja egide exercera um cargo: folha corrida, dada pelo escrivão da matricula, em testemunho de que durante a es-

---

[1] V. *Itinerario*, p. 53ᵇ, e Ficalho, p. 151.

[2] Ib. p. 44ᵃ. Provavelmente cada empresa, tanto em expedições maritimas como em terra firme, contava por si. *

* De outro modo seria impossivel arranjar quinze ou vinte certidões no curto espaço de cinco primaveras.

tada na India o respectivo Português não commettêra crimes, nem fôra punido, nem faltára aos seus deveres, licença do vice-rei ou governador para emprehender a torna-viagem, etc.[1]

Para muitos, as certidões ficavam improficuas: uns morriam; outros desencaminhavam-se, deixando o serviço e indo batalhar entre estrangeiros,[2] mesmo entre gentios; ainda outros transformavam-se em mercadores, sem nunca mais pensarem em voltar á patria, ou em juntar os grossos cabedaes, precisos para esse intento.[3]

D'estes pormenores resulta que os registos da matricula só tinham fim e importancia na Casa da India de *Góa*, sendo de diminuta utilidade no continente.[4]

§ **240.**—Durante a sua estada no emporio, os simples soldados alugavam, aos dez, e aos doze em doze, uma casinha commum, mobilando-a com camas, uma mesa e algumas cadeiras, e entregando os serviços caseiros, isto é, a limpeza dos aposentos, dos fatos e da roupa a um ou dois escravos, contratados por alguns vintens. A comida diaria d'estes Portuguêses, de sua natureza extremamente sobrios, era arroz cozido em agua e peixe salgado, ou qualquer outro conduito, sem pão. O que bebiam era agua simples.

Quanto ao vestuario, nunca sahiam á rua mesquinhamente vestidos, mas antes briosos e com trajes festivos. A necessidade todavia obrigava-os a combinarem engenhosamente a parcimonia da vida domestica com a bizarria do trato externo, tida por indispensavel entre gentios de côr, nos homens francos, isto é, nobres. Os dez ou doze camaradas que conviviam na mesma casa possuiam juntos apenas um traje de gala, ou dois, de seda fina, como o uso

---

[1] V. *Itinerario*, p. 42ª e seg.

[2] Lá vão dois exemplos: Em 1555, sessenta portuguéses, capitaneados por um cavalleiro de Ceylão, obrigam-se (por quinze pardaus de ouro, pagos mensalmente a cada um), a soccorrer os habitantes de Urunguré contra o Tribuli Pandar nas sete ilhas Corlas. (Couto, VII, 3, 5).

Um certo Sancho Pires, de Mattosinhos, viera á India como bombardeiro; fez-se mouro, com ideias de enriquecer e chegar a ser general ou *khan*, e alcançou effectivamente o posto de primeiro conselheiro e general de cavallaria na côrte do Nizamaluco († 1553) em Ahmednaggar. No coração conservou a sua fé, tencionando regressar ao seio da Egreja, quando a morte o ceifou na batalha de Calabarga. (Fialho, cap. X).

[3] Segundo Linschoten (p. 132ª), na torna-viagem cada um despendia em viveres a grossissima somma de 200 a 300 pardáus (vinte libras!).*

[4] Releia-se o § 18-*B*.

* Pyrard, exagerando um pouco, conforme o seu costume, diz que para a mantença de um homem, da India a Portugal, eram necessarios «ao menos» 300 pardáos!

exigia, alternando-se nos seus passeios. Emquanto dois sahiam, ostentando o bello fato (acompanhados por escravos que levavam o chapeu e sombreiro contra o sol e a capa contra a chuva, por uma pequenina retribuição), os restantes ficavam em casa, onde, por causa do clima meridional, não precisavam de mais que uma camisa de lã e umas calças de linho, soffrendo mesmo a custo esta roupa. Depois de reentrarem, os galantes largavam promptamente os ouropeis de gala, passando-os a outros, que quisessem sahir a seu turno.

Alguns soldados disputavam-se as boas graças dos capitães e fidalgos velhos: recebiam, como favoritos d'elles, roupas, dinheiro e dadivas, e sendo chamados para a mesa, não padeciam necessidades. O modo como pagavam taes obsequios, era servir-lhes no verão por mar como soldados, e por terra, durante o inverno, como «*bravos*», guardando-lhes as costas em batalhas e refregas, escoltando-os de noite, e acutilando e matando por sua conta e ordem, em vingança de qualquer desfeita. Porque desordens nocturnas, desafios e ribalderias de toda a especie, provocadas por injurias e inimizades, invejas e ciumes, falta de cortesia e consideração, ou aventuras amorosas, eram vulgarissimas em Gôa. O Portuguès é extremamente urbano e por isso muito sensivel e melindroso; arranca facilmente da arma, por motivos insignificatissimos, como por exemplo uma mesura menos graciosa, sem se importar com o exito ás vezes fatal das suas brigas. As rondas que os meirinhos com os seus peões faziam de noite na cidade (depois das oito ou nove horas), para prenderem os *reveis* e *bulhiçosos*, de pouco valiam. Os fidalgos accommetiam, sem mais nem menos, com armas brancas. Os soldados rasos que os seguiam, serviam-se de saccos de areia, com que batiam cruel e mortalmente, ou de grossos bambús.[1]

§ 241.— «Moralidade e integridade» não são as palavras que se possam applicar á soldadesca e aos mareantes da India; mas antes as de «desmando e desmoralização». Para quem leu qualquer historia da India portuguêsa, ou qualquer relatorio dos viajantes do seculo XVI, este triste asserto não carece de prova. Comprehende-se portanto que o bello sexo quasi não se via na rua, a não ser de manhã em dias santos, ás horas da missa, caminho da egreja. E mesmo então, as damas de qualidade e as burguèsas honestas appareciam acompanhadas de seus maridos ou irmãos, sentadas em liteiras portateis, cobertas,[2] suspensas em grossos bambús recurvos, que quatro possantes escra-

[1] Linschoten, *Itinerario*, cap. XXX, p. 44ª e seg.

[2] São os *palanquins*, chamados por Camões nos *Lusiadas*, (VIII, 44) «*n'um portatil leito uma rica cama*».— Cfr. *Itinerario*, p. 46ᵇ.*

* Pyrard diz: «As mulheres de qualidade tambem não sahem senão sentadas e conduzi-

vos equilibravam nos hombros. Linschoten pinta a corrupção e devassidão dos costumes com côres talvez um pouco carregadas.[1] Quer-me parecer que não distingue entre Portuguêsas e mestiças, mulatas e indias. As mestiças e as indigenas não punham peia alguma á sua impudica lascividade.[2] Orgias, chamadas *«pagodes»*, eram inscenadas freqüentemente em Gôa, com mais ou menos esplendor, conforme os teres e haveres dos festeiros, principalmente durante o inverno, quando soldados e marinheiros, incontinentes depois dos perigos, cansaços, contrastes e amarguras das expedições bellicas, viviam ociosos no meio das delicias da capital. Sem serviço nem vigilancia, impulsionados pelo clima e pelos alimentos da terra, estavam sempre dispostos a deleitar-se, e só cuidavam de divertimentos, embora gastassem tudo, chegando até a empenhar as armas. Jogos de azar, de cartas e de dados, eram muito usuaes e permittidos.[3]

É verdade que os sacerdotes seculares (clerigos) e os padres não deixavam de exhortar e ensinar os seus parochianos, confessando-os e animando-os, como verdadeiros curas d'almas. A influencia benefica das ordens monasticas merece menção especial. Sermões dominicaes nos mosteiros, missas e devoções diarias não faltavam: o soldado, porém, pensava apenas em gozar, apro-

---

[1] *Itinerario*, p. 46^b. *

[2] Ib., p. 124^b e seg.

[3] V. Braga, *Povo Port.*, I, p. 354 e seg.—Nas Obras de Camões ha certas phrases relativas ao jogo das cannas, em Gôa, que mostram como serviam para verdadeiros jogos de azar. V. *Sämmtl Gedichte*, I, p. 390. * *

das dentro de um palaquim, que é uma especie de liteira, levada por quatro escravos, coberta de pannos de seda ou de couro; e são acompanhadas de muitas escravas, todas mui bem vestidas». Descreve em seguida por miudo a ida a egreja, de uma mulher rica e nobre em dia santo (Natal, Paschoa, Sexta-feira Santa, Pentecostes, S. João), em palanquim paramentado com alcatifa da Persia e almofadas de velludo ou brocado de ouro, cadeira da China, esteira, leque, etc., e seguida por quinze a vinte servidoras e aias.

* O viajante francês, que é mais explicito, tambem não faz distincção assaz clara entre as portuguêsas, as mulheres dos casados, e as *bailadeiras malabares*. Em geral falla vagamente de *todas* as mulheres da India.

** Pyrard descreve as casas de jogo e os seus usos e costumes, especializando, além de cartas e dados, os jogos de taboleiro, como damas e xadrez, a pella, a bola, os paus. Ahi mostravam suas artes os pelotiqueiros, charlatães e farcistas, manipulando com serpentes, emquanto bellas escravas cantavam e tangiam. Estas casas, tributadas por El-Rei, eram freqüentadas tanto pelos maiores *«senhores do mundo»*, como por soldados rasos, servas e escravas. Fóra d'isso só havia, para os afazendados, exercicios proprios de cavalleiros; os fidalgos adestravam os seus cavallos, terçavam as armas, corriam e saltavam; batiam-se as laranjadas, jogavam cannas, passeavam pelo rio em manchuas, merendavam nas casas de campo, etc. O povo tinha ainda as festas de egreja e feiras, alem dos banquetes dados pelos capitães, a que já se alludiu.

veitando os curtos momentos de folga antes de arriscar novamente a vida, sem nunca se lembrar do dia de ámanhã, ou do fim das cousas terrestres. Homens feitos, que tinham deixado na patria mulher e filhos, saciavam as suas paixões vís; quanto mais os novos e solteiros que, muito embora não esquecessem a mãe, a irmã ou da noiva, que suspirava por elles no reino, não sabiam resistir aos raros encantos das mulheres e moças de variadas raças, e estranhas côres e ademanes.

§ **242.**—Ao findar o inverno, em setembro, Gôa tomava outro aspecto. Apresentavam-se as armadas que haviam de sahir em principios de outubro, para guardar a costa da India, desde Gòa até Cambaya e Ormus de uma parte, e da outra até ao Cabo Comorim, contra os corsarios malabares. O recrutamento principiava. Todos quantos queriam ir servir El-Rei por mar, deviam apresentar-se na casa da matricula, onde recebiam o seu quartel de soldo, cada um segundo o seu titulo e qualidade, pela maneira como o nome e circumstancias tinham sido lançados nas listas da côrte, copiadas na matricula de Gòa. Alistava-se o soldado em seguida com o capitão-mór ou qualquer dos capitães nomeados pelo vice-rei, para um dos navios, galés ou fustas destinadas ao cruzeiro do Norte, ou o do Sul.

Ouçamos Silveira,[1] que se expressa mais explicitamente que Linschoten,[2] sobre as scenas que compõem o apparelhar de uma esquadra: «Chegado já o tempo de fazer armada... nomeia o Viso-Rei ao Capitão-mór com a somma de galés e navios, * e assim aos demais capitães, dando-lhes a copia de soldados que se devem embarcar, que são de ordinario 30 por navio, e 60 por galé,[3] postoque algumas vezes passem d'esta somma, e outras não seguem, conforme o tempo e a occasião. Depois de publicados os capitães da armada, emquanto se fornece de bastecimentos, munições e de chusma (a qual muita vez se faz de negros captivos, tomados a seus donos pelas ruas com grandes

---

[1] Francisco Rodrigues Silveira já não pertence á geração de Camões: combateu na India no tempo do dominio hespanhol, de 1585 a 1598.—Cfr. Oliveira Martins no *Annuario da Sociedade Nacional Camoneana*, I, p. 117 e seg.

[2] *Itinerario*, p. 43^b.

[3] Segundo Linschoten, a galé levava 100 soldados. * *

---

* Pyrard affirma que as duas armadas grandes eram compostas, em theoria, de 50 a 60 galeotas com uma ou duas grandes galés. Mas por Couto e Barros sabemos que em nenhuma expedição se juntaram todas.

** Segundo o auctor francês, nas galés maiores podiam caber (mas não iam) 200 a 300 homens d'armas; nas galeotas grandes, 100; nas pequenas (que correspondem aos navios de Silveira) uns 40 a 50. As galeotas, de 15 a 20 bancos de cada lado, eram remadas por captivos ou forçados (os *lascarins*), governados por um patrão, o *Mocadão*, que era homem livre.

forças e extorsões, precedendo outro numero de desordens, que se não póde relatar em breve summa) têm cuidado nossos capitães, fidalgos barbiponentes, recemchegados do reino, de adquirir para seus navios aquelles soldados que mais bem vestidos e galantes encontram pelas ruas, procurando logo saber-lhes as pousadas, onde os vão obrigar com suas visitas e promessas e dadivas... Como nossos capitães têm o numero de soldados que cada um deve levar, se tocam os atambores, e se vão chegando aos paços do viso-rei onde se faz o pagamento e se dá a cada soldado a quarta parte do que em cada anno tem de soldo [conforme á usança de Portugal e ao assento que se lhe fez em Lisboa na casa da India, revolvendo, primeiro que se lhes metta na mão o dinheiro, muito maior copia de livros do que tem um famoso jurisconsulto]. Recebida esta paga (a que os portuguêses chamam *quartel*, que no geral serão dez xerafins * e valerão pouco menos de tres mil réis), lança-se pregão pela cidade, pelo qual se manda embarcar, limitando o dia e hora precisamente; e se embarcam todos, cada um com as armas que póde ou quer levar. O que tem vestido e camisas bastantes para oito mezes, que de ordinario se anda na armada, compra com os dez xerafins de sua paga uma espingarda; e o que não tem vestido e camisas compra aquelle até onde abranger o dinheiro, e leva uma espada e rodella; outros levam cada um sua alabarda; e alguns pretendem andar nas galés e navios bem ataviados, e sahir em os portos ou terras de paz mui vestidos e galantes, ainda que não tenham com que pelejar ao tempo de menear as armas. ** Outros ha que, ainda que possam levar espingarda, por fidalguia e doçura querem antes uma rodella dourada e uma espada curta de bom córte com sua guarnição prateada. Com esta soldadesca, assim apercebida e armada á eleição de cada um, sahem as armadas de Gôa, indo cada navio avolumado de caixas, canastras, tarros, jarras, barris, e cheios de moços e negros...».[1]

---

[1] Silveira, p. 19-21. ***

* Já ficou dito que xerafim era um pardau, ou seja 300 réis e que a paga oscillava, entre seis e dez pardáos.

** Pirard, fallando do armamento dos soldados, nomeia arcabuzes, piques, partasanas, pequenos escudos chineses, arcos e flechas. Diz que usam pouco couraças, mas fazem grande estimação das gargalheiras de bufalos e gibões acolchoados que servem contra os golpes de espada e as flechas atiradas de longe. Falla tambem de capacetes e morriões. Não usam meia nem sapato; para a noite dispõem de tendas de folhas de palmeira contra a chuva; ao deitarem-se usam de esteiras, chumaços e tapetes: pela manhã dobram e enfardelam tudo, porque o logar nas embarcações é tão restricto, que difficilmente se podem os homens estender ao comprido.

*** Introduzi algumas das phrases omittidas por Oliveira Martins, por me parecerem importantes. Vão entre parentheses rectilineos.

§ **243.**—O esboço anterior mostra claramente quaes as causas mais salientes que levaram á decadencia progressiva, e finalmente á completa ruina do imperio oriental lusitano: a demasiada extensão das regiões dominadas; a distancia da metropole (4:000 leguas) onde estava a séde do governo, e como resultado de tudo isto uma inspecção insufficientissima dos empregados; relatorios tardios e falsos sobre os usos e abusos da administração; medidas morosas e improprias para os debellar; freqüentes mudanças e má selecção do pessoal militar e civil; uma inaudita corrupção em todas as camadas da sociedade, venalidades, um nepotismo descarado, a venda aberta de cargos e officios, outorgados só por favores e empenhos, graças ás peitas dos pretendentes; uma cubiça desenfreada «*de bocca sempre aberta*»; desprezo sobranceiro e barbaro tratamento dos principes e subditos indios; pirateria no mar, morticinios, incendios de cidades; emfim falta de disciplina e hombridade no exercito, e como conseqüencia final uma mortalidade enorme entre soldados e marinheiros.

O poeta de genio, inspirado por ardente amor da patria, enlevado pelos altos feitos historicos dos seus lusitanos, que quisesse immortalizar a alvorada heroica do imperio da India, já não devia tardar. Não tinha tempo a perder. A era da prosperidade declinava. E a clara consciencia da rapida mudança, do divorcio com a antiga verdade, e o animo fiel e franco—porque não bastava para mantêr o conciliar a fortuna, o valor e esforço português—devia paralysar d'ahi a bem pouco os corações mais robustos, capazes de altas inspirações. Os prenuncios surgiam ameaçadores. O proprio cantor dos *Lusiadas* teve de deplorar, desgostado, o envilecimento da patria

> que está mettida
> no gosto da cobiça, e na rudeza
> de uma austera, apagada e vil tristeza.[1]

§ **244.**—Ignoramos se o Camões encontrou amigos, ou travou relações na sua náu. Depois de pisar o chão de Gòa, o seu primeiro cuidado foi, de certo, o de encontrar abrigo onde pousar.* Em paiz alheio os conterraneos e consanguineos costumam ligar-se de amizade mais intima do que na pa-

[1] *Lusiadas*, x, 145

* Quem levava dinheiro (ou se resolvia a empenhar ou vender a capa e espada) encontrava rapidamente pousada: quem tinha cartas para amigos ou parentes era hospedado por elles. Os restantes, até se desenganarem do estylo da terra, albergavam pelos alpendres das egrejas ou dentro de algum navio dos que na ribeira estavam parados! É justo presumir, como Storck, que o Poeta prefiriria um aposento *seu*, independente, ou repartido com alguns bons camaradas, de estima ou amizade.

tria. Se a lingua commum é um laço solido, muito mais seguro é o do sangue, e ambos juntos criam então facilmente relações de familiaridade e verdadeira affeição. Mas em Gôa-Babel, onde a sède do ouro e o desejo de ajuntar avultados cabedaes era a unica ambição, o Português guardava, sim, todas as regras da mais esmerada cortesia, que a sua sensibilidade e brio prescrevem, mas a verdadeira amizade extinguia-se, logo que acordava a voz do interesse.

Muitos descendentes do tronco *de Camões* tinham passado á India, onde militaram e mercadejaram nas possessões portuguêsas, conforme se vê pelos livros genealogicos.[1] Alguns nomes de taes parentes collateraes do Poeta são conhecidos. É, porém, facto sem alcance, porque sabemos apenas que eram coetaneos, sem havermos a certeza de terem vivido em Gôa. E mesmo se morassem na capital, ficaria incerto se algum d'elles se importou com o Poeta.

Talvez seja antes licito suppôrmos que tentativas de approximação, da parte de Luis Vaz, encontraram frias e seccas recusas, sendo esta indifferença dos seus proprios «deudos», fustigada nos «*Disparates da India*», porque o Poeta a conhecera por experiencia. E diz:

> Guardae-vos de uns «*meus senhores*»
> que ainda compram e vendem,
> uns que é certo que descendem
> da geração de pastores!
> Mostram-se-vos bons amigos;
> mas se vos vêm em perigos,
> escarram-vos nas paredes,
> que «*de fóra dormiredes*
> *irmão*», que «*é tempo de figos*»
> porque «*de rabo de porco nunca bom virote*».[2]

Mas, seja como fôr, Camões recebeu, segundo todas as probabilidades, os dois primeiros quarteis do soldo que lhe era devido, como cavalleiro-fidalgo da casa real, conforme já mostrámos.[3] Com esta somma bem podia alugar na farta e opulenta Gôa, de commum com alguns camaradas, um albergue, ficando ainda com o dinheiro necessario para pagar, de contado, o sustento durante as oito ou nove semanas, ao fim das quaes já havia ensejo para serviço, e occasião de ganhar nova soldada. Repugna-me crêr que o Poeta se visse obrigado a sentar-se com gente vil, sem pundonor nem brio, á mesa

---

[1] V. Juromenha, I, p. 60, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 219, e seg.
[2] V. «*Disparates da India*», versos 71–80.
[3] Cfr. § 18-*B*, e § 242.

de qualquer capitão,[1] ou a receber na portaria ou no alpendre do convento de S. Francisco um prato de caldo e uma esmola de pão.[2]

Estas semanas de espera e de sossego, no remanso da tranquillidade que devia ser agradavel após tantos mezes de tormenta, o Poeta, ancioso de, com as primeiras náus que partissem para Lisboa, mandar novas suas aos entes queridos na patria, aproveitou-as sem duvida para escrever cartas, muito embora as respostas só lhe podessem chegar ás mãos, devolvido um anno, com as esquadras de 1554. A quem? A D. Catharina de Ataide e á familia de Noronha, que servira de medianeira nos seus amores? A D. Antonio, o primogenito da casa, que já encontrára a morte no campo de honra, mas sem que Camões o soubesse? A alguns amigos? Um d'elles, Luis de Lemos, respondeu. A replica de outro, anonymo, foi esperada pelo Poeta com ancia, mas não chegou.[3]

§ 245.—É a carta da India, a que ainda agora e já por mais vezes alludi,[4] que nos esclarece, ainda que parcamente, sobre a situação do Poeta, durante a sua primeira estada em Gôa. Dirigida a um amigo, desconhecido, de Lisboa, e escripta no outomno de 1554, a carta, com os seus dizeres familiares, leva a concluir o seguinte: O Poeta absolvera bem e de saude a longa viagem; já tinha visto alguns conhecidos, e achava-se contente e á sua vontade, na capital indo-portuguêsa, onde vivia «mais venerado que os touros de Merceana[5] e mais quieto que a cella de um frade pregador».—De resto, exprobra dicazmente, e maldiz, com perfeita semceremonia, da povoação, criticando tanto os goenses do sexo forte, como o bello sexo. Dos nomes que indica e dos traços com que caracteriza alguns personagens, resulta que não convivia nos mais finos circulos da sociedade.** D. Catharina de Ataide teria, certamente, sentido um doloroso pungir de amargo desconsolo, se o visse em tal companhia, e suspiraria, como a Margarida de Goethe:

---

[1] V. Ficalho, p. 151.

[2] Ib., p. 180.

[3] Cfr. as Cartas da India.

[4] Começa: «*Desejei tanto*».

[5] Os touros de Merceana, * perto de Lisboa, eram bem tratados, a fim de contentarem pela sua força e valentia os afficionados das festas nacionaes, como já expliquei na minha traducção (vol. IV, p. 370), rectificando o que dissera no tomo I, a p. 404.

* Ou antes Aldeia Gallega da Merceana, sitio classico das antigas touradas.

** Resulta tambem que a carta não se dirigia a pessoa digna e illustrada, mas antes a um rapaz valentão e estroina, pouco exigente.

ha tanto que me doe
ver-te tão mal acompanhado ! [1]

A sua opinião sobre o que viu em Gôa resume-se na sentença que trata a India de «mãe de villões ruins e madrasta de homens honrados». Os Portuguêses todos que tinha encontrado, apparecem-lhe como representantes de tres typos: cubiçosos traficantes; soldados de pundonor; e fanfarrões. Os primeiros «sempre se sustentam sobre agua como bexigas»; os segundos «seccam antes que amadureçam»; os ultimos são uns poltrões com roncas e feros de soberba, mas «quando vêm ao efeito da obra, salvam-se com dizer que se não podem fazer tamanhas duas cousas como é prometter e dar». Informado d'isto, continua o Poeta, veiu a esta terra João Toscano, que como se achava em algum magusto de rufiões, verdadeiramente que alli era

su comer las carnes crudas,
su beber la viva sangre.

«Callisto de Siqueira [2] se veiu cá mais humanamente, [3] porque assi o pro-

---

[1] Es thut mir lang schon weh'
dass ich dich in *der* Gesellschaft seh'.

[2] A historia conhece um *Callisto de Siqueira*, de alcunha *o Mulato*, meio irmão (ou filho natural) de Francisco de Siqueira, que fôra escrivão da cozinha de D. João III. —V. Couto, VII, 8, 5. Este rapaz, o mór espingardeiro que havia na India, invernava em abril de 1565 como capitão de uma náu, na fortaleza de Cananor, ás ordens do vicerei D. Antão de Noronha, em companhia de Heitor da Silveira, amigo de Camões. O intrepido guerreiro fez abrir uma cava proximo do logar onde os mouros costumavam surgir; escondia-se ahi todas as manhãs, e, coberto de folhas de palmeira, sempre de joelhos, matava todo o infiel que conseguia visar e mais os camaradas que vinham buscar depois o cadaver. Finalmente um mouro, eximio atirador como Callisto, descobriu o mortifero estratagema. Pouco depois lá estava, fronteira á cava portuguêsa, outra do inimigo. Callisto apenas se installára de madrugada no seu reducto, sem nada suspeitar, quando reparou n'um ligeiro movimento á flôr da terra. No mesmo instante dois canos de espingarda se dirigiram um contra outro; dois tiros — e nas suas cavas, ambos os espingardeiros cahiam mortos, com a cabeça varada. O corpo de Callisto foi levado á fortaleza e enterrado com grandes honras. — V. Couto, VIII, 7 e 9. *

[3] V. *Zeitschrift*, VII, p. 453, uma observação de C. M. de Vasconcellos ácerca d'esta phrase.

- - - - - - - - - -

* Juromenha, I, p. 136, inferiu da maneira ironica como o Poeta falla de Callisto (?), que entre ambos se travaram de razões, creio que sem fundamento algum.

metteu em uma tormenta grande em que se viu.[1] Mas um Manuel Serrão, *que sicut et nos*, manqueja de um olho, se tem cá provado arrezoadamente. Porque fui tomado por juiz de certas palavras de que elle fez desdizer a um soldado, o qual, pela postura de sua pessoa, era cá tido em boa conta».

Camões continuava portanto as praticas que adoptára em Lisboa. A sua experiencia em questões de honra fez eleger em Gôa o reinol, chegado de pouco, para juiz, arbitro e avaliador de pendencias e rixas.[2]

§ 246.—As «damas»[3] da terra de Gôa não lhe agradavam de modo algum. Pelo menos o que via d'ellas nas ruas não o satisfez. E seria motivo para lhe darmos os parabens... se certas phrases da carta de Gôa não desdissessem do seu bom gosto! Escriptas na giria dos lisboetas tafues, aquelles gracejos um pouco pesados visavam provavelmente um dos seus frivolos amigalhotes da capital. São tão significativas e mostram a volubilidade do seu caracter tão bem, que não as podemos nem devemos pôr de lado:

«Se das damas[4] da terra quereis novas,—as quaes são obrigatorias a uma carta, como marinheiros á festa de S. Frei Pero Gonçalves,—sabei que as Portuguesas todas cahem de maduras, que não ha cabo que lhe tenha os pontos, se lhe quiserem lançar pedaço.[5]—Pois as que a terra dá, além de serem de rala, fazei-me mercê que lhe falleis alguns amores de Petrarcha ou de Boscão! Respondem-vos uma linguagem meada de ervilhaca,[6] que trava na

---

[1] Taes votos eram vulgares. O caso mais conhecido é um que Faria e Sousa menciona no Commentario á Elegia x, verso 96 (*Rimas varias*, iv, p. 65ª). Durante uma horrivel tempestade, na passagem para Gôa, os soldados, desesperando da sua salvação, começaram a fazer promessas: um fez voto de entrar como religioso n'um convento; outro, de fazer, descalço, uma romaria, de cabeça descoberta, (ou completamente despido de vestidos?) a certo sanctuario; o terceiro, de casar com uma mulher perdida. Mas um soldado raso distrahiu e alvoroçou os restantes, jurando que, se chegasse são e salvo a Gôa, casaria com D. Leonor de Sá, isto é, com a filha do vice-rei, a formosissima, nobre e rica D. Leonor de Sá (ou antes de Albuquerque).—Cfr. § 218 que falla da tragica sorte d'esta senhora.

[2] V. § 197.

[3] Cfr. 241.

[4] *Damas* em sentido ironico.

[5] O sentido d'estas palavras «amphibologicas» resulta dos trechos que Linschoten dedica ás *indias* (p. 53ᵇ). Das duas explicações do conceito picaresco, dadas por Camillo Castello Branco (p. 41), a primeira é portanto a verdadeira: as «*damas de Goa*» cahiam de maduras, porque a lascivia as sorvava antes de sazonadas.

[6] Certamente o indo-portuguès de Gôa.

garganta do entendimento, a qual vos lança agua na fervura da mór quentura do mundo. Ora julgae, senhor, o que sentirá um estomago, costumado a resistir ás falsidades de um rostinho de tauxia de uma dama lisbonense,[1] que chia como pucarinho novo com agua, vendo-se agora entre esta carne de salé que nenhum amor dá de si. Como não chorará «*las memorias*» de «*in illo tempore*»?

Estas palavras latinas formam a transição para a promessa galhofeira de ir receber com procissão e palio, revestido em pontifical, o mulherio de Lisboa, caso, sem receio de seis mezes de má vida por esse mar, resolvesse transferir-se para Gôa, «aonde est'outras senhoras lhe irão entregar as chaves da cidade e reconhecerão toda a obediencia, a que por sua muita idade são já obrigadas».

Confesso que esta carta de Camões, a unica que resta das muitas mandadas ao reino, tem a marca de um temperamento summamente sanguineo e leviano.

Mas uma carta de occasião não reflecte senão os sentimentos momentaneos, ás vezes muito passageiros do auctor; e não raras vezes cinge-se de preferencia ao modo de vêr e aos habitos d'aquelle que a recebe.

Na época em que o Camões viu Gôa, tres ruins elementos eram ahi predominantes: ambição, cubiça e sensualidade. A ambição do Poeta era, sem duvida alguma, puramente ideal, tanto nos seus fins—gloria immorredoura—como nos meios empregados—creações artisticas. A sua cubiça era manifestamente muito moderada; nunca soube mercadejar nem «*fazer fazenda*», como já se dizia na Asia, nem mesmo conservar o pouco que ganhava. Sempre gastou liberal, magnifico e sem cuidados os seus bens temporaes, regressando á patria, ao cabo de dezasete annos, tão pobre como a deixára.

E quanto á sensualidade lasciva e semi-oriental que prevalecia na India portuguêsa,[2] parece-me, apesar da carta, que ella só muito de leve tocou o cantor dos *Lusiadas*. Nunca o considerei um santo: nunca tentei, como Faria e Sousa, negar ou desculpar os erros da sua vida. Mas vejo que havia mais de um elemento de equilibrio: um bom juizo são e incorruptivel; as fadigas soffridas por mar; a actividade intellectual que sempre o absorve; a saudosa memoria da profunda paixão resentida por D. Catharina; as dôres nostalgicas ao pensar no «doce patrio ninho amado»; a hombridade viril do heroe que tinha «mente ás musas dada e braço ás armas feito», tudo isto lhe preservou

---

[1] Impossivel pensar em D. Catharina de Ataide!

[2] Gôa possuia dois hospitaes, um régio para os soldados portuguêses e um outro particular, para os Indios. No primeiro morriam annualmente 400 a 500 Portuguêses, do cholera e de outras doenças, segundo Linschoten, p. 53[b].

o seu coração, facilmente inflammavel, contra a influição dissolvente da vida oriental.

A prova irrefutavel do que digo, ei-la: o Poeta aturou durante quasi dois decennios o clima deleterio do Oriente, conservando-se são e vigoroso de corpo e de espirito. As muitas privações por que passou, não o alquebraram. Um numero consideravel de poesias lyricas, e os *Lusiadas*, transformados em epopeia nacional, são o fructo d'aquelles annos de guerras, trabalhos e desditas. E ainda assim tornou ao reino robusto, vivendo mais dois lustros completos; e falleceu, afinal, não depois de um longo e doloroso definhar, mas, segundo todas as probabilidades, victima de epidemia mortifera.

§ 247.—O esboço antecedente mostra que Gôa offerecia ao Poeta muitas novidades, entre agradaveis e tristes, tanto na parte portuguêsa como na parte india da povoação, no meio do vae-vem continuo da gente. Tudo devia prender-lhe a attenção, desviando os seus pensamentos do passado para o futuro que se ia desenrolando. Os camaradas gostavam do seu trato e procuravam-no. Passou por dias de sossego e tentou dispôr o espirito para aquelle meio, a muitos respeitos desagradavel, em que tinha de viver. Mas as saudades de Lisboa perduraram, indeleveis, na sua alma.

XVIII

O PRIMEIRO TRIENNIO NA INDIA

XVIII

O PRIMEIRO TRIENNIO NA INDIA

§ **248.**—Não sabemos em que parochia o Camões residiu em Gôa, e quaes os camaradas com que partilhava a sua modesta casa. As poucas semanas de ocio, que decorreram até que se alistou na expedição maritima do Malabar, gastal-as-hia em conhecer alguns vultos salientes da sociedade. Travar relações com os influentes não podia ser difficil para um cavalleiro-fidalgo da casa real, que era ao mesmo tempo homem do mundo, poeta de espirito e um erudito de variadissimo saber.[1] Os nobres conviviam em Gôa entre si e com o vice-rei,[2] em trato familiar; pelo menos o sexo forte.[3]

Além d'isso, havia tantas novidades que ver na India: as raças estranhas, com os seus costumes, trages e modos peculiares; as instituições exoticas; os monumentos da bella cidade; os sitios historicos, como o palacio do Savayo, a fortaleza com a sua galeria de retratos, as egrejas e conventos com os tumulos e as estatuas dos heroes da India;[4] os arrabaldes e arredores no meio

[1] O que importava não era o posto militar, mas a prosapia.—Camões falla na carta de Gôa de um soldado, o qual, «pela postura da sua pessoa», era tido em «boa conta».

[2] Ficalho, p. 177 (e não 179). *

[3] *Itinerario*, p. 47b.

[4] Os ossos de D. Affonso de Albuquerque repousavam ainda então em Gôa na egreja de Nossa Senhora da Serra, que fundára. Mais tarde, a 6 de abril de 1566, foram tras-

* Pyrard diz que o vice-rei não se familiarizava com pessoa alguma, nem ia a festas ou banquetes, mas só ás procissões; nem comia fóra do seu palacio, salvo uma unica vez por anno no Collegio dos Jesuitas, e outra no Bom Jesus.—Mas outros tempos, outros costumes: os bons vice-reis do tempo antigo eram muito mais accessiveis.

de magnificos palmares; as funçanatas e os pagodes da soldadesca nas praças, e nas casas de jogo divertimentos varios como dados, cartas e taboleiros; as danças e musicas dos indigenas; as cavalhadas da fidalguia que, partindo do Pelourinho velho, atravessavam a Rua Direita, a dos Ourives e a de S. Paulo para executarem no Campo (ou Terreiro)[1] torneios de canna; os passeios pelo rio** e emfim entradas de embarcações e principes estrangeiros.[2]

Em horas saudosas tentaria espairecer as suas tristezas, ora desabafando-as em poesias lyricas, ora lendo livros europeus, de auctores portuguêses, hespanhoes e italianos, que achava sem difficuldade na India e em especial em Gôa;[3] ou então gastaria as horas escrevendo cartas para o reino, que, infelizmente, se perderam.[4]

§ **249**.—Os dias de descanso haviam passado rapidamente. Já soava o

---

ladas para Portugal e enterradas na egreja de Nossa Senhora da Graça.—Cfr. Burton, *Camões*, I, p. 300 e seg.

A estatua de Vasco da Gama, de tamanho natural, figurava em marmore n'um nicho branco e azul do porto da Ribeira, em Gòa a Velha.—Quando posteriormente um indigno bisneto do descobridor da India, o Conde D. Francisco, tyrannizava e apoquentava os Goenses, os revoltosos destruiram a estatua. Em 1609 a camara mandou erigir outra. —Cfr. Burton, *Camões*, I, p. 314.

[1] V. Ficalho, p. 177.*

[2] Ficalho, p. 148.

[3] V. Couto, VII, 9, 14, e Clarimundo, I, p. XII; Schäfer, III, p. 223, n. 1, e Ficalho, p. 179.

[4] V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 233 (e não 223).***

---

* Ouçamos Pyrard: «N'este mesmo campo está o hospital de S. Lazaro, onde se recolhem os leprosos, e é edificio bello e bem ordenado... Do outro lado e defronte d'elle ha uma lagoa mui bella onde ha muitas aves aquaticas. N'este campo todos os cavalleiros e fidalgos (de 200 a 400) fazem suas cavalhadas com cannas e laranjas nos dias de S. João e S. Thiago... e alli tambem os «moradores» fazem seus «alardos», isto é, diante de cada viso-rei novo todos os christãos da terra, obrigados a terem armas, apresentam-se juntos, por freguezia, em dias santificados, em formatura, a fim de prestarem juramento».

De 1560 por deante foi tambem ahi que nos sangrentos autos da fé da Inquisição se queimavam os condemnados.

** Pyrard diz dos Goenses: «Deleitam-se tambem muito de ir a passeio pelo rio em suas *manchuas*, feitas em fórma de galeotas, onde vão a coberto com musicas, e assim vão desembarcar ás suas fazendas ou ás de seus amigos, onde ha casas apraziveis com jardins e hortas, mui povoadas de palmeiras e grande abundancia de reservatorios e regalos de aguas claras e frescas, e ahi se banham, merendam e tomam outros refrescos á sombra». (Pyrard, p. 77).

*** Braga menciona o manuscripto famigerado, n.° 172 da Livraria do Conde de Vimieiro, intitulado *Obras varias*, que continha versos, discursos e cartas em que entravam muitas de Luis de Camões, lamentando a perda d'este codice.—Cfr. a ultima nota, relativa ao § 267.

tambor para angariar soldados, pois já chegára o tempo do cruzeiro annual para o Malabar.*

Na costa d'este nome, ao sul de Gôa, havia uma porção de reinos pequeninos: Cananor, Calicut, Tanor, Cranganor, Cochim, Repelim, Chembe (o reino da Pimenta), Porcá, Coulão e Travancor, alguns d'elles tão diminutos que nem nos mappas da India vem indicados.** O de Porcá compunha-se apenas de algumas aldeias, cujos incolas viviam da pesca, e da pirateria. Os regulos e os seus povos eram todavia turbulentos e bellicosos. Conluiavam-se muitas vezes ou andavam em guerra aberta, dando bastante que fazer aos soberanos portuguêses.[1]

Em 1553 um caso litigioso obrigou o vice-rei D. Affonso de Noronha a acudir para desenvencilhar uma meada assaz embrulhada. Uma expedição, commandada pelo proprio vice-rei, tinha de intervir de mão armada, a fim de castigar o rei de Chembe, por elle se ter apoderado de umas ilhotas pertencentes de direito ao seu vizinho, o de Porcá,[2] obrigando-o a restituir a

---

[1] Ficalho, p. 117 e seg.

[2] V. C. M. de Vasconcellos, na *Zeitschrift*, VII, p. 497***

* A armada do Malabar em geral partia em fins de setembro ou principios de outubro, logo que boatos inquietadores sobre a carreira dos corsarios começavam a espalhar-se.

** *Repelim* e *Chembe*, por exemplo, faltam com effeito no aliás excellente mappa de Linschoten, que de Gôa até ao Cabo de Comorim indica os nomes de vinte possessões portuguêsas, e entre ellas 16 fortificadas.

*** Na passagem indicada, o leitor não encontraria nada de aproveitavel senão a affirmação de que o titulo de «Rei da Pimenta» não era, de modo algum, um titulo offensivo ou ironico, como Storck pensára (*Obras*, III, p. 275), mas antes o titulo geralmente adoptado pelos Portuguêses para designar o possuidor das ilhas da barra de Cochim, que dominavam os rios da pimenta. O que me parece hoje certo é que *toda* a laconica exposição de Camões sobre a guerra contra o Rei da Pimenta, ressumbra ironia!

Os reis da Pimenta e seus filhos, parentes e alliados, o Principe de Bardela, o do Chembe, ou Chambe, o regulo de Repelim, o de Parebalão, o de Porcá, eram perfilhados do rei de Cochim, que pela sua parte era amigo e vassallo leal dos Portuguêses. Em 1549 o então rei da Pimenta (cujo nome os chronistas não mencionam) dando-se por aggravado do soberano de Cochim, passou á parte do Çamorim de Calicut, o formidavel antagonista dos nossos, que favorecia os mouros e mandava em muitos principes Malabares, seus alliados. Desde 1549 os Portuguêses luctavam, portanto, com grandes difficuldades para arranjarem a carga da pimenta. Cada verão uma grossa armada ia destruir, queimar, roubar, assolar nos dominios do Çamorim e dos seus confederados: e durante todos os invernos uma flota de vinte navios invadia os rios da pimenta, continuando a guerra e protegendo os mercadores que traziam a Cochim a preciosa droga, destinada á armada annual do reino. O motivo da expedição de 1553 foi ainda o mesmo. A tomada de uma ilhota ao regulo de Porcá, dada por Camões como verdadeira causa, deve ter sido apenas o ensejo para o vice-rei acabar com o perigoso estado de guerras continuas, apregoadas pela liga do Çamorim.

presa. Os capitães, em numero de vinte e nove, cujos nomes Couto indica, estavam nomeados.[1] Entre elles figuravam o filho do vice-rei, D. Fernando de Menezes e Francisco Barreto, o futuro governador. A armada, de mais de cem velas,[2] já estava no mar. Os soldados, marinheiros e remeiros «forçados», já arrolados, haviam recebido o soldo. O nosso Poeta tambem assentára praça, sempre como cavalleiro-fidalgo, ficando entregue da sua quota, que talvez lhe servisse para comprar roupa, fato e armas. É provavel que a malfadada espada com a qual ferira, quinze mezes antes, a Gonçalo Borges, ainda lhe pertencesse. A darmos credito ao mais antigo retrato de Camões, devia ter comprado tambem um laudel de laminas, rodela e morrião. Não consta, qual a bandeira que seguiu: ha comtudo, como logo veremos, dois sonetos, dedicados a D. Fernando de Menezes, que fazem presumir que seria este o capitão em cuja galé embarcou. No fim de novembro o vice-rei entregou o governo aos substitutos legaes,[3] dando logo á véla com toda a esquadra.

Ouçamos o curto relatorio em versos elegiacos que o Poeta delineou d'esta sua primeira milicia na India. Depois de descrever, na Elegia III, a viagem e de alludir em poucas palavras aos indigenas, oppondo-os aos Portuguêses, dá conta da expedição e dos resultados alcançados:

> D'est'arte me chegou minha ventura
> a esta desejada e longa terra...
> de todo pobre honrado sepultura!
> Vi quanta vaidade em nos s'encerra,
> e nos proprios quão pouca, contra quem
> foi logo necessario termos guerra.
> Uma ilha que o Rei de Porcá tem,
> e que o Rei da Pimenta lhe tomára,
> fomos tomar-lh'a... e succedeu-nos bem!

[1] Couto, VI, 10, 15, communica os nomes de 27 Capitães. *

[2] É o que diz o auctor das Decadas. Faria e Sousa falla apenas de alguns 40 baixeis (*Rimas varias*, IV, 13.ª). **

[3] Cfr. § 233.

* Salvo erro são 29, inclusivè o vice-rei na galé «*Reliquias*».

De passagem direi que as expedições do Malabar são tratadas minuciosamente pelos historiadores só quando os governadores em pessoa as commandavam, como n'este caso.— De contrario, Couto diz apenas que a armada do sul, composta de tantas velas, fizera a sua jornada, roubando, cortando e abrasando.

** Faria e Sousa contava apenas os navios de vela, calculando que os 29 enumerados por Couto (7 gales, 5 galeotas latinas, 3 galeões, 6 caravelas e 8 fustas), com o accrescimo da armada de Ormus e a flota de Cochim, montariam a 40. Couto incluia, inexactamente, entre as verdadeiras naus de vela, os 60 navios de remo que costumavam ir de conserva com aquellas embarcações.

Com uma *grossa* armada, que juntára
o viso-rei, de Goa nos partimos,
com *toda* a gente d'armas que se achára,[1]
E com pouco trabalho *destruimos*
a gente no curvo arco exercitada;
com mortes, com incendios os punimos!
Era a ilha com aguas alagada
de modo que se andava em almadias:
emfim outra Veneza trasladada.
N'ella nos detivemos sós dois dias,
que foram para alguns os derradeiros,
pois passaram da Estyge as ondas frias.
Que estes são os remedios verdadeiros
que para a vida estão apparelhados
aos que a querem ter por cavalleiros.[2]

Houve quem tomou a fórma concisa, desprovida de todos os enfeites, por louvavel modestia do Poeta, que batalhára, «heroicamente».[3] Sou de parecer diverso. O caracter da poesia não admittia maior prolixidade, nem pormenores marciaes; mas o que prohibia muito especialmente qualquer enthusiasmo, foi a insignificancia da empresa, a desgraçada falta de ordem militar no plano e na sua execução, n'uma palavra, a incapacidade completa dos belligerantes.

§ **250.**—Para dar uma ideia da tactica das guerras da India, vou extractar o relatorio do auctor das Decadas.[4]

O vice-rei, embarcado na náu «*Reliquias*», seguindo com toda a armada a sua derrota pelas costas do Malabar, deteve-se primeiro no forte português de Cananor. Uma parte dos soldados desembarcaram certamente com elle. Postulemos (porque os factos o permittem) que o Camões, avido de vêr e de informar-se, passeou na cidade, e entrou na egreja maior. Foi ahi que contemplou a sepultura do setimo governador da India, o varonil D. Henrique de Menezes, que a regêra de 25 de dezembro de 1524 a 2 de fevereiro de 1526, fallecendo em Cananor, onde o enterraram na capella de Santiago, junto do altar-mór, á parte do Evangelho. E rememorando a vida pura e os altos feitos do afoito, continente e desinteressado heroe, o «*flagello do Malabar*», o Poeta cantou, inspirado, um magnifico soneto[5] que, lisongeando o orgulho do

---

[1] Casados e solteiros.
[2] Elegia «*O poeta Simonides fallando*», verso 142 e seg.
[3] V. Sousa Botelho, p. LIII.
[4] Couto, VI, 10, cap. 15 a 17.
[5] É o que C. M. de Vasconcellos demonstrou na *Zeitschrift*, VII, p. 509, nota 1ª.

vice-rei e de seu filho D. Fernando, ramo do mesmo tronco de *Menezes*, talvez lhe agradasse... e talvez não.

Talvez *não!* porque o soneto, cheio de louvores a D. Henrique, contém, nos dois tercetos finaes, uma censura indirecta e velada, mas reconhecivel, do caracter hesitante e cubiçoso de D. Affonso de Noronha.[1] O leitor repare nos primeiros quartetos e no ultimo verso, ambiguo, que revela o pensar intimo do nosso Camões, e o seu profundo lucto sobre o fim prematuro de tantas virtudes:

> Esforço grande, igual ao pensamento,
> pensamentos em obras divulgados
> e não em peito timido encerrados,
> e desfeitos despois em chuva e vento;
> Animo, de cobiça baixa isento,
> digno por isso só de altos estados,
> fero açoute dos nunca bem domados
> povos do Malabar, sanguinolento;
> Gentileza de membros corporaes,
> ornados de pudica continencia,
> obra por certo rara da natura;
> estas virtudes e outras muitas mais,
> dinas todas da homerica eloquencia —
> jazem debaixo d'esta sepultura![2]

§ **251.** — O vice-rei, depois de parar ainda em Chalé, seguiu para Cochim, onde se alojou no castello. Alli teve um conselho geral em que se concordou que desembarcassem no Chembe e destruissem aquelle reinosinho insular. O plano é iniciado: a armada surge effectivamente defronte da ilha, estacionando, comtudo, a fim de consultar o capitão de Cochim, João da Fonseca, que se juntára com a sua esquadra á do vice-rei. Parece que este, com os seus bem informados officiaes, ponderou não dessem no Chembe, por elle

---

[1] Sobre o caracter do vice-rei D. Affonso, veja-se a apreciação de Schäfer, IV, p. 205 e seg.*

[2] Soneto 91 (ou 89).**

* Couto, não lhe dispensa grandes louvores como vice-rei, dizendo apenas que fez algumas cousas muito boas na India. Mas como homem tem-no na conta de bom christão, verdadeiro, *continente*, de pouco artificio e que morreu pobre, de 75 annos, com muitos filhos e netos. Visto isso, póde capitular-se de ousadia o querer descobrir uma censura ao vice-rei nas palavras do Poeta.

** Cfr. *Lusiadas*, x, 54 e 55, onde o Camões, referindo-se por duas vezes á pouca edade do *juvenil* heroe, o nomeia: «*maior na prudencia que nos annos, de cobiça triumpha e incontinencia*».

estar muito bem preparado e com grandes poderes; antes só atacassem o Pagode de Baiqueta, destruindo-o e assolando-o, porque a maior affronta e prejuizo que se podia fazer ao rei da Pimenta, era destruir-lhe o seu templo.[1] O parecer é aceite. A armada deita ancoras defronte do Pagode. Gastam-se tres dias no desembarque, para no fim de contas reunirem terceira vez em magno conselho, que determina que o melhor seria deixar tambem o Pagode e cortar simplesmente as esplendidas palmeiras das ilhas alagadas, por serem o mais importante rendimento do reino! Este plano é posto em execução. A armada ancora no mar largo, defronte de Tecancute; procede-se ao desembarque: o vice-rei com os capitães e soldados dispostos para a banda do sul, João da Fonseca com os casados de Cochim pela banda do norte. Para entrarem pelos esteiros ordenam-se embarcações pequenas; e dois capitães, Francisco Barreto e Bernaldim de Sousa, demandam o rio, com tenção de escolherem as partes mais accessiveis ás galés. Mas um Malabar, de nome Siqueira, que sabia bem todas aquellas entradas, opinou não entrassem o rio, por estar atravessado de estacadas grossas, e tão estreito que não podiam dar volta n'elle; antes entrassem na cidade com toda a força. Os capitães remettem o Siqueira ao vice-rei, que manda fazer signaes de volta ás fustas. Mas estas não percebem os avisos. Tiros de bombarda fallam então mais alto; uma manchua transmitte as ordens de D. Affonso: então é que obedeceram gostosamente á chamada, porque já tinham reconhecido os perigos da situação. Bernaldim até perguntára a Francisco se ia confessado,[2] porque desconfiava do Malabar.

§ **252.**—O vice-rei fez ajuntar as fustas todas e fazer arrombadas para no dia seguinte desembarcarem. Ao romper da manhã todos os navios ligei-

---

[1] No primeiro periodo das conquistas, os vice-reis tinham-se esforçado por conquistar as sympathias da população indica (não mahometana), respeitando a sua religião, deixando illesos os brahmanes, e em pé os seus pagodes (Cfr. Ficalho, p. 161 e seg.). O Governador Martim Affonso de Sousa (1542-45) foi o primeiro que emprehendeu uma expedição *iconoclasta*, contra o templo de Tremel no imperio de Bisnaya, a qual de resto falhou (V. Schäfer, IV, p. 153). Instigaram-no a cobiça, desejos de vingança e o fanatismo religioso. Desde então as regras mais elementares da prudencia foram desprezadas, e os Indios calcados litteralmente aos pés pelos orgulhosos conquistadores, em detrimento do imperio português.

[2] Ao entrar em empresas arriscadas, era costume cada um ouvir missa, commungar e receber a absolvição geral. Os Pontifices tinham outorgado, a instancias d'El-Rei D. Manuel, jubileu plenario para todos os que na India fossem mortos na guerra, pelejando pela fé de Christo.—V. Couto, VII, 9, 2.

ros se aprestam, entre elles os de D. Fernando de Menezes e Francisco Barreto: na dianteira vão, á cautela, Siqueira e os restantes capitães do Malabar. As estacadas são destruidas. Nuvens de frechas os acolhem, mas os navios entram a fio; os soldados saltam na ilha, com bandeiras desfraldadas. Tendo a via assim franqueada, o vice-rei avança egualmente. Tudo é mettido a ferro e fogo: as viçosas palmeiras cortadas e queimadas; casas e cabanas arrasadas; os inquilinos mortos ou captivos. E só depois de não haver cousa alguma em pé, os valentões tornam a embarcar, juntando-se á armada!

João da Fonseca, pelo seu lado, faz da banda sul a mesma destruição, de sorte que as fertilissimas ilhas offereciam um aspecto desolador. Sciente d'esta «victoria», que custára a vida apenas a um unico homem, o vice-rei mandou recolhessem á armada e seguissem para Cochim, a fim de tratarem da carga das náus, deixando por aquelles rios Gomes da Silva com doze ou quinze vasos ligeiros, para ir continuando a mesma guerra de devastação. Este capitão desempenhou-se tão bem da sua tarefa que o rei da pimenta se viu na necessidade de pedir pazes, mandando os seus embaixadores a Cochim, para ajustarem um contracto.

O vice-rei recolheu-se de Cochim para Gôa, depois da partida das náus, porque o verão já ia no fim. Toda a expedição, desde a sahida de Gôa até ao regresso, durára entre oito e doze semanas, de fins de novembro até principios de fevereiro.[1]

§ **253.**—A ousadia e intrepidez com que o Camões entraria na peleja, e o facto de sahir honradamente do conflicto (o seu primeiro passo de armas na India) não padecem duvida. Certamente, não cedeu em coragem a nenhum dos seus compatricios. Tudo quanto sabemos do seu caracter, obriga a suppôr isso, e ninguem o pôs nunca em duvida.

Mas o que me parece tambem inqüestionavel é que aos sentimentos humanos do Poeta, que era um amigo da natureza, não podia agradar a faina da guerra. Não o deleitavam as explosões ferozes da vindicta, que pelo ardor da fé, açulada por uma cobiça desenfreada, era levada a morticinios, razzias e saques. Não servia para capitão de uma galé ou fusta, nem para fazer presas no mar, perseguindo os que andavam sem salvo-conducto português; e

---

[1] Este calculo baseia-se no que Couto diz (VI, 10, 18). *

* No fim de fevereiro, o vice-rei, de volta a Gôa, já encontrou prestes a armada com que D. Fernando de Menezes havia de ir a Meca e Ormus. A sua chegada a Cochim, depois da guerra, fôra na primeira quinzena de janeiro, ou antes. A Elegia camoniana diz-nos que os feitos da faustosa e grossa armada deram para só quarenta e oito horas!

os tres annos de serviço militar nos mares da India custariam-lhe bem caro. Só como meio de attingir o seu fim, é que lhe seriam de algum proveito: a sua esperança, a perspectiva que o incitava, era a obtenção de um posto civil na terra natal e de uma casa digna de acolher D. Catherina.

É o que leio nas entrelinhas de um Soneto onde se falla do feroz ribombo das batalhas e do crepitar das chammas, que o Poeta arrostava destemido, receoso sómente perante uns olhos formosos e os golpes do Amor:

> Nem o tremendo estrepito da guerra
> com armas, com incendios espantosos,
> que despacham pelouros perigosos,
> bastantes a abalar uma alta serra,
> Podem pôr medo a quem nenhum encerra,
> despois que viu os olhos tão formosos,
> por quem o horror nos casos pavorosos
> de mi todo se aparta e se desterra.
> A vida posso ao fogo e ferro dar
> e perdê-la em qualquer duro perigo,
> e nelle como phenix renovar;
> Não póde mal haver para comigo
> de que eu já me não possa bem livrar...
> senão do que me ordena Amor imigo.*

Esta interpretação, apparentemente um pouco arbitraria, é confirmada por varios indicios. O Poeta não prolongou a sua carreira *militar* além do prazo dictado pela lei. Nem a indigencia o levou a arriscar-se a novas empresas bellicosas, além do triennio de 1553 a 1556; nem mesmo recorreu ao serviço menos custoso das fortalezas. A sua carta em prosa, escripta em Gôa, depois de duas campanhas, não menciona feitos nem acções guerreiras. E, finalmente, no conjuncto das suas poesias lyricas, que revelam o seu mais intimo pesar, não ha uma unica que possa chamar-se «marcial»! Nem um só canto bellico!

É certo que o Poeta viveu

> n'uma mão sempre a espada, e n'outra a penna,[1]

---

[1] *Lusiadas*, VII, 79, verso 8. Confira-se o verso 49 da quarta elegia: *Numa mão livros, noutra ferro e aço.***

* É o 10.º soneto entre os ultimos que Faria e Sousa recolheu: portanto a sua authenticidade não está ao abrigo de toda a duvida. Até hoje, porém, não se descobriu outro nome de auctor.

** *Lusiadas*, V, 16, 3: *Mas n'uma mão a penna e n'outra a lança*, e o soneto 193: *Agora toma a espada, agora a lança.*—O bello lemma, applicavel á grandissima legião dos peninsu-

não só durante os dezaseis annos passados na India, mas durante toda a sua edade viril. É certo que elle proprio se vangloria, sinceramente e com justo orgulho, dos serviços que prestou como homem de armas ao seu Rei e soberano D. Sebastião, quando no remate final dos *Lusiadas*,[1] offerecendo-se e lembrando simultaneamente o passado, exclama:

> Para servir-vos, braço ás armas feito,
> para cantar-vos, mente ás musas dada.
> Só me fallece ser a vós aceito,
> de quem virtude deve ser prezada.[2]

Mas apesar de todo o patriotismo, sua inabalavel dedicação ao Rei, hombridade e desinteresse, o Poeta intemerato, exercitado no manejo da espada e do estoque, temido nos desafios, não era um *soldado*, por officio. Celebra, sim, cheio de admiração e enthusiasmo, na sua epopeia nacional e em numerosas poesias epico-lyricas, os feitos gloriosos dos reis e heroes lusitanos: mas sua indole tornava-o mais propenso a uma vida sossegada e contemplativa do que ás aventuras cruentas e aos perigos da guerra.

§ 254.—Ha muitos versos camonianos que comprovam a exactidão do meu modo de pensar. A contraprova pelo contrario seria difficillima, senão impossivel.

Que parcimonia e concisão nas linhas dedicadas á expedição do Chembe! Apenas vinte e um versos, de certo bem pensados e cinzelados, mas frios e imparciaes, sem paixão pelo Deus Marte. Não lhe foi possivel tirar mais da sua imaginação que, de resto, descreveu grandiosamente, com verdadeira altiloqüencia, no epos nacional, as batalhas dos antepassados. E (o que é significativo), em seguida, sem transição, desenha immediatamente em treze tercetos, com verdadeiro amor, o seu ideal, a almejada vida bucolica e serena no meio dos campos, cujos ocios haviam de ser dedicados á elaboração dos *Lusiadas!* O proverbio lá o diz: «O que enche o coração, transborda pela bocca».

Copiarei sómente o exordio e os ultimos vinte e sete versos d'aquelle delicioso Idyllio:*

---

[1] Este remate foi escripto depois de 20 de janeiro de 1568, dia da coroação de D. Sebastião.

[2] *Lusiadas*, x, 155.

ares que eram ao mesmo tempo poetas e guerreiros, não perdeu a sua belleza, nem a propriedade, por ter sido applicado tantas vezes, desde os tempos de Ovidio (Her., xi, 3) até Santillana, Garcilaso, Camões e Cervantes.

* A parte omittida é apenas um bello *estudo* segundo Horacio. É a sorte dos epigonos,

Oh lavradores, bemaventurados
se conhecessem seu contêntamento,
como vivem no campo sossegados!
....
Alli lhe mostra o campo varias côres,
vem-se ramos pender co'o fructo ameno.
Alli se afina o canto dos pastores.
Alli cantára Tityro e Sileno:
emfim, por estas partes caminhou
a sã justiça para o ceo sereno.
Ditoso seja aquelle que alcançou
poder viver na doce companhia
das mansas ovelhinhas que criou!
Este, bem facilmente alcançaria
as causas naturaes de toda a cousa:
como se gera a chuva, e neve fria,
os trabalhos do sol que não repousa,
e porque nos dá a lua a luz alheia
se tolher-nos de Phebo os raios ousa,
e como tão depressa o céo rodea,
e como um só os outros traz comsigo,
e se é benina ou dura Cytherea.
Bem mal póde entender isto que digo
quem ha de andar segundo o fero Marte,
que traz os olhos sempre em seu perigo.
Porém seja, Senhor, de qualquer arte,
pois, postoque a Fortuna possa tanto
que tão longe de todo o bem me aparte,
não poderá apartar meu duro canto
d'esta obrigação sua, emquanto a morte
me não entrega ao duro Radamanto,
se para tristes ha tão leda sorte.[1]

---

[1] Elegia III, versos 166-168 e 187 a 214. Apresento estes ultimos versos em *nova* traducção, com rimas mais regulares e mais puras que as antigas.

Ei-los aqui:

Vielfarbig glänzt die Flur, mit holderglühten
Obstfrüchten prangt der Baum, und Liederklang
Ertönt von Hirten, die das Vieh behüten.
Dort scholl Silens und Tityrus'Gesang,
Und dort zuletzt verweilt auf ihrem Wege
Asträa, bis sie zum Olymp sich schwang.

---

por grandes que sejam, de nos lembrarem tantas vezes os seus modelos. Mas estas reminiscencias não tiram o merito, nem o interesse ás imitações: pela escolha do modelo reconhecem-se tambem as sympathias e predilecções e a indole do imitador.

§ 255.—O contraste entre o ideal, evocado nos seus sonhos de poeta, e a triste realidade da sua vida na India, o enjôo que lhe causava o estrepito da guerra, tão pouco em consonancia com as saudosas lembranças da sua alma e com os seus desejos de paz e ocio, encontrou perfeita e sentidissima expressão em uma poesia escripta logo em seguida.[1] N'esta formosa e melancolica canção, obra que, segundo alguns portuguêses, não encontra seu egual em toda a poesia moderna, um abatimento mortal, uma pungente nos-

---

Glückselig wer erlost ein solch Gehege
Und seine Zeit mit Schäfchen im Verein
Hinbringt und sich ergetzt an ihrer Pflege!
Leicht prüft er all die Dinge, gross und klein,
So wie Natur sie thut, nach Folg' und Grunde:
Warum die Wolken regnen oder schnei'n;
Wie Sol die Bahn durchmisst am Himmelsrunde
Und Luna fremdes Licht zur Erde streut,
Wenn Phöbus sich verbirgt zu nächt'ger Stunde;
Wie seinen Lauf der Himmel rasch erneut
Und all die and'ren einer dreht im Kreise;
Wann Venus uns begünstigt und bedräut.
Das alles kann, wer Mars im blut'gen Gleise
Nachziehen muss und nur Gefahren sieht,
Ausforschen und versteh'n in keiner Weise.
Doch wisset, Herr, ob Schlimmstes auch geschieht
Und wild Fortunens Blicke dran sich weiden,
Dass immerdar jedwede Lust mich flieht:
Mein rauhes Lied verfolgt in Müh'n und Leiden
Stets seine Bahn, solange Gram und Schmerz
Vor Rhadamanthus Stuhl mich nicht bescheiden,
Wenn solch ein Glück heimsucht ein trübes Herz.

[1] Na minha traducção das Obras do Poeta (vol. IV, p. 43 e 342 e seg.), intitulei a Canção I—*Junto do Ras-Asser*. Hoje altero a epigraphe, dizendo: *Junto do Ras-el-Fil*. A razão é a seguinte: Captain Richard F. Burton, o illustre viajante e navegador, que ao mesmo tempo era um eminente camonista, esclareceu-me em carta particular de 23 de novembro de 1883, sobre a situação do *Monte feliz*, que conhecera de visu, escrevendo:

«*Monte Felix is* Ras-el-Fil (—*caput elephantis*), *an islet rock close to Jard-Hafun* (*Guardafui*). Ras-Asser *is another foreland*».—Cfr. Burton, *Lyricks*, II, p. 527 e seg.

Visto isso, o meu commentario precisa ser reformado; a critica sobre o termo «*feliz*», *do vulgo introduzido*, não tem razão de ser; a emenda proposta: *do vulgar traduzido*, não merece attenção. No texto allemão os versos 7-8 devem lêr-se portanto:

Man hört das Volk, wie seinem Mund es passt,
missglückter Weis' ihn nennen, der Beglückte.

talgia, a saudade do namorado infeliz, arrancam-lhe gemidos dolorosos, e isto no meio de uma bellica empresa naval, destinada a seguir a pista e fazer boa presa de náus turcas e guzarates! No agreste e aspero littoral africano, que mira para o mar vermelho, não longe do estreito de *Bab-el-Mandeb*, e proximo do promontorio de *Jard-Hafun* (aliás *Guardafú*, no dizer dos marinheiros portuguêses que nacionalizaram os termos arabes, interpretando os sons estranhos por meio da etymologia popular) soltou a voz. No cabeço pedregoso e arido do *Ras-ef-fil* (cabeça de elephante), cujo pincaro passou a ser o *Monte Feliz* dos historiadores lusitanos, lá nas torridas paragens é que o Camões exhalou os suspiros de peregrino expatriado:

> Junto de um secco, duro, esteril monte,
> inutil e despido, calvo e informe,
> da natureza em tudo aborrecido,
> onde nem ave voa ou féra dorme,
> nem corre claro rio ou ferve fonte,
> nem verde ramo faz doce ruido,
> (cujo nome, do vulgo introduzido,
> e *feliz*, por antiphrase: *infelize*)
> o qual a natureza
> situou junto á parte
> aonde um braço de alto mar reparte
> a Abassia da arabica aspereza
> em que fundada já foi Berenice,
> ficando á parte de onde
> o sol que nella ferve se lhe esconde,
> O cabo se descobre com que a costa
> africana que do Austro vem correndo,
> limite faz, *Aromata* chamado.
> *Arómata* outro tempo, que, volvendo
> a roda, a ruda lingua mal composta
> dos proprios outro nome lhe tem dado.
> Aqui no mar, que quer apressurado
> entrar por a garganta d'este braço,
> me trouxe um tempo e teve
> minha fera ventura.
> Aqui nesta remota, aspera e dura
> parte do mundo quis que a vida breve
> tambem de si deixasse um breve espaço,
> porque ficasse a vida
> por o mundo em pedaços repartida.[1]

[1] Versos 1-30. Modifiquei tambem os versos 16-22, relativos ao cabo Aromata-Guardafui. Leia-se:

> Dem Berge nah, sieht man das Kap sich breiten
> das Afrikas nach Ost geschwungnem Strange

Sobre o fundo triste e sombrio d'esta paisagem é que o Camões, em arranques de desespero, desenhou o quadro das melancolicas sensações da sua alma, tão lancinada e tão profundamente revolta que, no remate, fallando á Canção, e entregando-a aos ventos, exclamou:

> Assi vivo... e s'alguem te perguntasse,
> Canção, porque não mouro,
> podes-lhe responder — que *porque mouro*.[1]

Porque mouro! isto é, porque hora a hora, a todos os instantes, passo por torturas mortaes, por dôres psychicas, mais amargas que as agonias da morte salvadora, por quem chamo.

Este estado de espirito, que, certamente, não tem nada de marcial, e predomina em toda a canção, não condiz, de modo algum, com as ideias dos que querem vêr em Camões não sómente um vate epico e heroico de primeira ordem, mas tambem um soldado aventureiro e batalhador. Eis porque os defensores d'esta ideia[2] tentaram datar os versos citados, não do triennio do serviço militar, mas do tempo de um supposto exilio longe de Gôa, transformando o **Monte** *Feliz* da costa africana em as paragens da **Arabia** *Felix*.[3] Certamente, porque acharam incomprehensivel que o Poeta, que por vontade propria militava pela gloria da patria (?) em companhia de bons camaradas, e sem que ninguem o molestasse pessoalmente, deplorasse os males padecidos n'aquellas paragens, dizendo:

> Aqui me achei gastando uns tristes dias,
> tristes, *forçados*, maus e solitarios,
> de trabalho, de dôr e d'ira cheios.[4]

O que entendo d'estes versos, torno a repetí-lo, é que o serviço das ar-

---

> die Grenze steckt, das Kap *Aromata*.
> *Aromata* vordem, das dann im Lande
> der rohe Menschenschlag im Lauf der Zeiten
> mit andrem Namen rauh'ren Klangs versah.*

[1] Ib., versos 121-123.
[2] V. Storck, IV, p. 342 e seg.
[3] Vejam na edição de Hamburgo, p. 45 do 2.° vol., e Costa e Silva, III, p. 134.
[4] Ib., versos 31-33.

* No mappa de Linschoten o *Monte Felix* — que Barros, Couto, etc., appellidam sempre «*de Felix*» — apparece immediato ao Cabo de Guardafuy, um pouco mais ao norte, transformado só, por engano, em *Monte de Pelix*.

mas repugnava á alma do Camões. Ahi não vejo artificio poetico; a verdade dos sentimentos resalta da linguagem sincera. E quem, como eu, faz entrar em seus calculos apenas os factos que apura, sem tentar torcê-los, julga geralmente com imparcialidade.

O que resta decidir é sómente quando seria que o Camões esteve no *Ras-ef-Fil.*

§ 256.—Em fins de fevereiro do anno de 1544, o vice-rei, re-installado em Gôa depois do cruzeiro ao Chembe, deu ordem para seu filho D. Fernando de Menezes ir como capitão-mór de uma consideravel armada, de 6 galeões, outras tantas caravelas e 25 ou 26 fustas com 1200 homens de guerra, ao estreito de Mecca, ou antes ás costas do mar vermelho, para seguir depois a Ormus, onde invernaria, esperando as galés turcas, que na entrada do verão costumavam sahir de Baçorá, passando por alli.

Em principios de março, Bernaldim de Sousa, o capitão novamente despachado para Ormus, fez-se á vela na barra de Gôa em um formoso galeão com quinhentos homens, repartidos por quatro ou cinco navios de mercadores, de alto bordo, dirigindo-se directamente ao seu destino. O regimento que levava dizia: entregasse o seu galeão a D. Antão de Noronha, o presumptivo amigo e fautor de Camões,[1] para n'elle vir para a India e passasse a gente dos navios de alto bordo para a frota de D. Fernando de Menezes. Este guerreiro seguia no entretanto a sua derrota para a costa da Arabia, pairando no *Ras-ef-Fil* á espera das náus de mercadores do Achem, Malacca e Cambaya. Primeiro despediu algumas fustas ligeiras, a fim de vigiarem nas portas do estreito a chegada das galés. Depois de capturarem algumas gelvas[2] de mercadores, voltaram com a noticia de que no porto de Mecca não havia mais que tres ou quatro galeotas, commandadas por Cafaz, quando o abril com annuncios de invernias já ia obrigando a frota a recolher-se a Ormus. Velejaram portanto para leste, costeando a Arabia, sem encontrarem inimigos. Só perto de Dofar, quasi a meio da costa, surgiram e deitaram ancora, conforme o vice-rei ordenara, com tenção de lançarem fóra a odiosa e hostil secta dos Fartaquins ahi estabelecidos.* No dia immediato, toda a gente de armas passou aos navios de remo e bateis, para accommetterem a terra; a resaca do mar, porém, não deixou executar este plano senão

[1] Confira-se § 341.

[2] *Gelvas* são barcas pequenas do Mar Vermelho.

* No mappa de Linschoten o Cabo de Tartaque fica a algumas leguas de distancia de Dofar.

muito vagarosamente e a custo. No meio do desembarque os de Fartaque sahiram da fortaleza[1] uns trezentos, em cavallos e camellos, arremessando-se sobre os Portuguêses *«como brutos, sem temer da morte»*, (é Diogo do Couto quem o diz), derrubando e ferindo logo no primeiro impeto uns dez ou doze. Furiosos, os soldados nos barcos perderam a paciencia. Saltando ao mar, alcançaram a praia a nado. A sua espingardaria fez consideraveis estragos nos inimigos. Houve mortos e feridos, que todavia foram recolhidos á fortaleza, seguidos d'ahi a pouco de todos os mahometanos. O plano de assaltar o forte foi abandonado, já que as ondas não deixavam desembarcar a artilheria. Um pouco mais adiante, em sitio onde havia mais remanso, os portuguêses entraram de novo nos seus bateis; remando para os navios, e seguindo a costa da Arabia Felix adiante, pelos ilheos de Curia-Muria, Matraca, Amicieira e os Palheiros, tomaram o porto importante de Mascate, depois de dobrarem o Cabo de Rosalgate. Ahi o capitão-mór entregou a armada a Manoel de Vasconcellos, fidalgo velho, muito perito, que o vice-rei dera a seu filho para conselheiro e mentor, e partiu para Ormus com Bernardim de Sousa, o qual, no entanto, tinha chegado a Mascate.[2]

§ **257.**—Seria licito passarmos em claro os ulteriores acontecimentos d'esta expedição, por não terem nada com o *Ras-ef-Fil*. Mas como é certo que o soldado Camões tomou parte n'ellas, umas curtas indicações não serão inteiramente descabidas. De mais a mais, o quadro que desenhamos da vida militar maritima na India ganhará assim mais côr e luz.

Em agosto de 1554 a armada sahe de Ormus, onde o capitão-mór soubera que o corsario Alecheluby ou Ale-Cheloby,[3] homem muito rico e valido entre os Paschâhs turcos, e antigo tesoureiro no Cairo, tentaria passar quinze galés turcas do golfo persico a Suez, e já sahira do seu posto (em Bassorá?). Eis porque D. Fernando, acompanhado de D. Antão de Noronha,[4] que ia em

---

[1] Segundo Couto (VII, 7, 3), Manoel de Vasconcellos era sobrinho de Vasco da Gama.

[2] Veja-se Couto VI, 10, 18 (e não VII). O historiador diz que D. Antão de Noronha, depois de entregar a fortaleza a Bernardim de Sousa, tomou logo posse do seu galeão e foi invernar em Mascate, o que está em contradicção com outros seus dizeres (por exemplo, VI, 10, 20), como o leitor verá no § seguinte.*

[3] A primeira fórma acha-se em Couto, VI, 10, 20; a segunda variante orthographica, no mesmo auctor, na Decada VII, 1, 5.

[4] Confira-se o que dissemos na nota 2.ª.

---

* Couto não diz que D. Antão foi a Mascate, mas sim que mandou para lá o seu galeão, a invernar com os outros.

galeota[1] e tres ou quatro náus de mercadores, com tenção de se pôr na bocca do estreito e fechá-lo ao Corsario, cortando-lhe assim a retirada para o golfo persico. Mas Alecheluby escapa aos seus inimigos, que o tornam a avistar a 25 de agosto, a doze leguas de Mascate. Os Portuguêses passam adeante, vingando uma ponta de terra; de dezaseis tomam seis galés com boa carga e quasi meio cento de peças de artilheria, de bronze,[2] e matam a guarnição, afundando-a no mar. As restantes, que passaram perto da armada, apesar de perseguidas até á India por caravelas ligeiras, conseguiram recolher-se a Surrate de Cambaya. As seis galés turcas[3] foram concertadas, reformadas, benzidas e repartidas entre fidalgos e capitães, em Mascate, onde D. Fernando mandou curar os seus feridos.

Esta segunda parte da jornada durou até vinte de setembro, pouco mais ou menos. Em principios de novembro de 1554 o commandante, com toda a esquadra victoriosa e as galés tomadas,[4] entra na barra de Gôa,[5] festivamente recebido e acclamado pelo successor de seu pae, o novo vice-rei, D. Pedro de Mascarenhas.[6]

D. Fernando corre a visitar immediatamente o pae, que, recolhido a Pangim, já tratava de ajuntar seus haveres, injustamente ganhos, para embarcar em Cochim. Pae e filho sahem da India em meado de janeiro de 1555, e... nunca mais foram vistos.[7]

§ 258.—Mas, sommando tudo isso, ainda não chegamos a resultados definitivos.

Durante o triennio do serviço militar de Camões houve, está claro, tres expedições, das annuaes, ao estreito de Mecca.

---

[1] Cfr. § 256. Estranhamos o não embarcar antes no bello galeão que Bernardim de Sousa lhe entregára.*

[2] Segundo Juromenha, (I, p. 64), a presa foi de sete galés com 36 peças de artilheria grossa, com seus apparelhos.

[3] Couto falla de *fustas*, no logar indicado.**

[4] Parece, segundo Couto, que deram entrada em Surrate (VII, 1, 4).

[5] Abordou não em Gôa, mas no suburbio de Pangim.—Cfr. § 232.

[6] A 16 de setembro.—Couto indica (VI, 10, 20) a data 23, erradamente, segundo Juromenha (I, p. 67).

[7] Cfr. Dec. VI, 10, 20; e VII, 1, 4 e 6; assim como Schäfer, IV, p. 205 e seg.

* O dito galeão invernava em Mascate e D. Antão ficára em Ormus: foi, portanto, só o trajecto de Ormus a Mascate, que fez em qualquer galeota, mudando ahi para um galeão, cujo nome e proveniencia Couto não indica.

** Não sei bem, onde. Vejo, p. ex., no desfecho do Capitulo XX, a nomenclatura: *galé*.

Em fevereiro de 1555 o novo governador despachou Manoel de Vasconcellos, que deitou ancoras em frente do *Ras-ef-Fil*, espiando, como era de costume, as náus de mercadores turcos, que voltavam ao Achem. Na mesma armada se fizera á vela o capitão, um certo Fernão Farto, com ordem de visitar o emperador Claudio Alhana (ou Athena Saged) da Abassia, e tratar assumptos religiosos—a conversão á egreja romano-catholica e apresentação de um bispo, já designado (D. João de Albuquerque),—mas incumbido tambem de fazer caça aos navios inimigos. O bispo com os Padres do sequito desembarca em Arkiko, cruza na costa, sem tirar resultado e regressa a Gôa, onde surge no mez de maio ou junho. Manoel de Vasconcellos tambem não adianta nada. Nenhuma náu do pirata insolente apparece no horizonte; a monção passa; o inverno principia. É preciso recolher a Mascate, a fim de acompanhar, defender e guardar contra as arremettidas temiveis do corsario Alecheluby, a flotilha dos mercadores, de Ormus até Gôa. Espera até fins de setembro,[1] e tendo recolhido todos os navios, parte para Gôa, onde entra, o mais tardar, em fins de outubro de 1555.[2]

§ 259.—A terceira[3] jornada (ou a quarta, se contarmos por duas as expedições de 1554), capitaneada por João Peixoto em 1556, principia ainda durante o triennio militar de Camões, mas conclue mezes depois d'elle findar. A sua missão era caçar galés turcas, e reconduzir da Abassia o Padre D. Gonçalo da Silveira, ou receber pelo menos cartas d'elle. O capitão sahe de Gôa no primeiro trimestre do anno (entrada de fevereiro), pirateando ás portas do estreito; invade de noite e saqueia os paços régios na ilha de Suaquim,[4] passa á espada o regulo e os inquilinos, e continua roubando, queimando e destruindo a belprazer, pela costa adeante, até attingir o porto abessino de Arkiko, cujo emperador não se resolvera a mudar de religião e costumes. Recolhe o illustre Padre da Companhia, desfralda as velas, e entra na barra de Gôa, na principio de maio.[5]

Entendo que a canção camoniana do *Ras-ef-Fil* não está em relação alguma com este ultimo cruzeiro, não só porque a saudosa e nostalgica tristeza dos seus versos indica como tempo de composição um anno mais proximo da vinda da patria, mas tambem porque o auctor das Decadas não falla

---

[1] Confira-se Couto, VII, 1, 7 e 8.

[2] Segundo Severim (fl. 3.ª), chegou nos primeiros dias de outubro.

[3] Cfr. *Vida*, § 58.

[4] Nos *Lusiadas* (x, 97), o Poeta menciona: *Suanquem*.

[5] V. Couto, VII, 3, 1 e 3.

na demora da esquadra de Peixoto em frente do Monte Felix; e em terceiro logar, porque os tres annos de serviço, a que o Poeta se obrigára, acabavam, como já disse, a 26 de março de 1556. Logo depois tentou ganhar as boas graças de Francisco Barreto († em 16 de junho de 1556), successor do Mascarenhas, dedicando-lhe uma das suas obras poeticas,— á espera de um posto civil que certamente continuava a ter em mira.[1]

§ **260.**— Qual será então o anno em que Camões viu o *Ras-ef-Fil?* Na canção solta queixumes amargos contra os tristes dias que alli passou:

> não tendo tão sómente por contrarios
> a vida, o sol ardente, as aguas frias,
> os ares grossos, fervidos e feios.[2]

Mas taes queixas nada decidem. Aquellas paragens maritimas são um foco de febres *permanentes*, em especial entre outubro e maio, quando os nordestes, os temiveis levantes, chegam como precursores da morte, que, com a sua gadanha, córta não contadas messes.[3] Camões tambem teve de chorar a perda de um camarada. O enterro d'elle nas ondas do mar salgado não seria o primeiro que presenceou, mas nenhum outro o commovera ainda como este. *Pero Moniz de Alemquer* deve ter sido um dos seus intimos, talvez confidente dos seus segredos: eis porque lhe construiu um monumento mais duradouro que o bronze, um bello soneto, cujo teor o leitor já conhece.[4]

Os zephyros e as aves migratorias[5] a que a canção se refere, tambem não fornecem indicios para estabelecer a data. Meras supposições são o expediente que ainda n'este caso resta ao critico. Já alleguei a opinião unanime dos antigos biographos;[6] repetirei[7] comtudo que todos os predecessores de Juromenha[8] optaram pela segunda jornada ao estreito de Meca, de Manoel de

[1] Cfr. *Vida*, § 268.

[2] Versos 34-36.

[3] Confira-se Dec. VII, 7, 9-11.

[4] Veja-se § 10.

[5] Burton recorda não devermos imaginar que todas as aves do Somali-land são de migração.

[6] Mariz não discute a questão.

[7] Cfr. *Sämmtl. Gedichte*, IV, p. 342.

[8] Exceptuamos unicamente os editores de Hamburgo (II, p. XIV), cujas ideias discrepantes são apenas uma curiosidade pseudo-geographica.

Vasconcellos (fevereiro a outubro de 1555).[1] O visconde,[2] porém, em cujas pisadas Th. Braga caminha,[3] regeita esta opinião como erronea, pronunciando-se a favor do cruzeiro anterior de D. Fernando de Menezes (fevereiro a novembro de 1554). Burton,[4] concorda, sem querer debellar abertamente a decisão commum, e fixa, por isso, como epocha só *presumptiva*, os mezes de novembro e dezembro de 1555.

Quem relêr attentamente as magnificas estancias (que por falta de espaço não transcrevo), haurindo de um trago a impressão que produzem no espirito, adquirirá sem duvida a *convicção* de que só a lembrança *recente*, ainda não amortecida, dos momentos em que se despedira de D. Catherina tinha poder para inspirar as seis estrophes plangentes que o Poeta lhe dedica.[5] Escolho apenas a que deplora as culpas proprias, causa primaria da sua desdita no amor e vida desamparada, mas não irremediaveis porque ainda luzia uma esperança em 1554: a amada era viva e não esquecia o passado.

> Aqui com ellas fico, perguntando
> aos ventos amorosos que respiram
> da parte onde estaes, por vós, senhora;
> ás aves que ali voam, se vos viram,
> que fazieis, qu'estaveis praticando,
> onde, como, com quem, que dia e que hora!
> Ali a vida cansada se melhora,
> toma espiritos novos com que vença
> a fortuna e trabalho,
> só por tornar a ver-vos,
> só por ir a servir-vos e querer-vos.

---

[1] Se este parecer fosse veridico, teriamos jus para suppôr que o Camões assistiu á solemne inhumação de S. Francisco Xavier no collegio jesuitico de S. Paulo de Gôa. O excelso missionario morrera e fôra enterrado na ilha de Sanchão a 2 de dezembro de 1552. A 7 de março de 1553 exhumaram seus ossos, transportando-os provisoriamente a Malacca, onde se conservaram depositados na Ermida de Nossa Senhora do Outeiro, a antiga morada do Santo, de 17 de março a 11 de dezembro do mesmo anno, sendo então levados a Gôa, onde, depois de infausta demora na barra de Cochim por causa das monções contrarias, encontraram jazigo definitivo a contar do dia 13 de fevereiro de 1554. Mas visto não existirem versos em celebração do acto solemne, podemos concluir que o Poeta ainda não estava n'essa occasião em Gôa.—Cfr. Fernão Mendes Pinto, p. 340 e seg.

[2] Juromenha, vol. I, p. 64.

[3] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 227 e seg., e 403.

[4] Confira-se Burton, *Camões*, I, p. 19, e *Lyr.*, II, p. 527.

[5] Versos 31-127

Diz-me o tempo que a tudo dará talho,
mas o desejo ardente, que detença
nunca soffreu, sem tento
me abre as chagas de novo ao soffrimento!

§ 261.—Encontro agradavel confirmação da opinião já expendida, no soneto gratulatorio dirigido a D. Fernando de Menezes, no momento em que este fidalgo, *illustre e digno ramo de Meneses*, foi escolhido para Capitão-mór da expedição ao estreito, a fim de castigar no mar alto erythreo o pirata insolente,[1] opinião que partilho com Juromenha.[2] É certo que o tom geral e os sentimentos da poesia divergem dos que a canção exhala. Mas isso pouco importa. O dignatario e magnate que o Poeta aulico sauda em estylo pomposo e marcial, e a amada, por quem o amante suspira, em calorosos e suaves rythmos, não têm nada de commum. As duas obras exigem rhetorica differente.

O soneto suggere a hypothese que o cantor e o cantado navegariam juntos para o *Ras-ef-Fil*, na mesma capitaina. N'este caso o Camões teria visto, ao lado de D. Fernando,

de Ormus o reino poderoso,[3]

uma das chaves do thesouro do Oriente e Occidente, a singular e exotica cidadella da ilha de Gerum, cujos terrenos, saturados de sal e enxofre, nús de toda a verdura e de frescas aguas crystallinas,[4] obrigam o habitante a importar de fóra todos os alimentos,[5] As construcções luxuosas pelo contrario eram guarnecidas de tudo quanto os olhos, a bocca e o coração desejam, de modo tão perfeito que deram origem ao ditado: «*o mundo é um annel e Ormus a pedra preciosa engastada n'elle*».[6] O Poeta viu provavelmente uma das enormes caravanas de cinco a seis mil cabeças, entre Persas, Armenios e Tartaros, montados em camellos, dromedarios, mulas e cavallos que costumavam

---

[1] Juromenha, I, p. 64.

[2] «*Illustre e digno ramo dos Menezes*».

[3] *Lusiadas*, II, 49, 3.—A conquista de Gôa (1510), Malacca (1511) e Ormus (1515) é a triplice corôa de louros que cinge a fronte de D. Affonso de Albuquerque.*

[4] Linschoten no *Itinerario*, p. 10b e seg., o affirma positivamente.—Tenreiro accrescenta todavia haver a uma legua de distancia tres nascentes de agua doce (p. 358b).

[5] V. Barros, II, 2, 2: «*de maneira que não tendo a ilha (Gerum) em si cousa propria por carreto, tem todalas estimadas do mundo*».

[6] Ib.

* As outras duas chaves do Oriente são Aden e Malacca.

vir duas vezes por anno, pelos equinoxios, vender e comprar alli riquissimas mercancias.[1]

Houve uma temporada em que julguei provavel que o Poeta, em qualquer fusta de espias, mandada a observar os movimentos de Alecheluby, avançasse até Bassora e avistasse o Euphrat.[2] Hoje sou de outro parecer. O soneto composto «*Na ribeira do Euphrates assentado*», cheio de suave melancolia, pertence, sem duvida alguma, á epocha de que tratamos: mas é verosimil que o rio Euphrates designe só figurativamente a «*Babel*» do pobre desterrado, a Gôa que tantas vezes, e ainda aqui, elle oppõe á Zião dos seus sonhos e da sua saudade.[3] Esta interpretação parece-me mais simples e mesmo obvia:

> Na ribeira do Euphrates assentado,
> discorrendo me achei pela memoria
> aquelle breve bem, aquella gloria,
> que em ti, doce Zião, tinha passado.
> Da causa de meus males perguntado
> me foi: «Como não cantas a historia
> de teu passado bem, e da victoria
> que sempre de teu mal has alcançado?
> Não sabes que a quem canta se lhe esquece
> o mal, ainda que grave e rigoroso?
> Canta, pois, e não chores d'essa sorte!»
> Respondi com suspiros: «Quando crece
> a minha saudade, o piedoso
> remedio é não cantar senão a morte!»*

§ **262.**—Exilado de Zião-Lisboa para Babel-Gôa! Eis o estribilho, o motivo predominante, a ideia morbida, e quasi fixa, do Poeta durante os annos passados na capital da India—ideia que se apoderou da sua mente e se repetiu nas suas poesias, até se vasar em moldes perfeitos e definitivos n'aquellas redondilhas grandiosas[4] que todos admiramos e que aliviaram a sua alma do

---

[1] *Itinerario*, p. 11ª.

[2] V. Storck, II, p. 423 o commentario ao Soneto do Euphrates. A minha primeira interpretação tambem era possivel.—Confira-se o que digo no § 265 a respeito de D. Alvaro da Silveira.

[3] Cfr. § 235 e seg.

[4] Reminiscencias do magnifico Psalmo 136, em que os Israelitas captivos, sentados nas margens dos rios de Babylonia, entoavam um cantico doloroso, mas ao mesmo tempo de vindicta.

* O soneto pertence á serie dos que Alvares da Cunha e Faria e Sousa recolheram de manuscriptos.

peso doloroso que a comprimia. Baste por ora esta singela allusão! Temos que voltar ás outras empresas e acontecimentos occorridos durante a epocha goense.[1] É dever nosso procedermos chronologicamente.

§ 263.—Anno de 1554.—Já que, como inferimos, o Camões tomou parte de fevereiro a novembro, na expedição de D. Fernando de Menezes, podemos pôr de parte as outras armadas e expedições que sahiram durante aquelles mezes de Gôa. Apenas direi que entre os seis capitães mandados em março a Diu, figurava um amigo do poeta: João Lopes Leitão, que capitaneava uns trezentos homens de guerra![2]

Pouco depois o «nepote», digo o filho do vice-rei,[3] D. Antonio de Noronha, provido da opulenta Capitania de Malacca,[4] parte para o seu destino.

A 16 de setembro[5] o novo Governador, D. Pedro de Mascarenhas, depois de muito boa passagem de apenas cinco mezes e meio, entra na barra, e toma posse do vice-reino. O nepotismo d'este velho e caxetico governador suscitou desde logo a indignação geral dos Goenses, por exemplo, quando nomeou capitão-mór do mar da India seu sobrinho Fernão Martins Freire, um reinol, bisonho, creado sempre na côrte, e que nunca andára na milicia, dando-lhe assim um dos cargos de mais responsabilidade, um posto que na sua circumscripção oceanica equivalia quasi á dignidade de vice-rei, quanto aos poderes de que ia investido. Com tanta pressa se negociou tudo, que a 10 de outubro uma esquadra partia para Surrate, com regimento de recolher ahi todas as galés e restantes embarcações.[6] Está claro que o joven palaciano levava um addido experimentado, o capitão Pero Barreto.[7]

Um pouco mais tarde (novembro a dezembro), Vasco da Cunha é enviado a Chembe com cinco ou seis fustas. O sempre rebelde rei da Pimenta, depois de novas intrigas e questões, pedira paz e amizade mais uma vez, por simples insidia. O ex-governador D. Affonso de Noronha já negociára infructiferamente, até á sua partida de Cochim para o reino (15 de janeiro de 1555);

---

[1] Os biographos não os relataram.

[2] É o que se lê em Couto (VI, 10, 18). Mas o mesmo auctor diz em outra parte (VII, 1, 3), que Lopes Leitão acompanhou do reino para a India a D. Pedro de Mascarenhas, seis mezes mais tarde; e em terceira passagem (VII, 6, 1) fal-o chegar com D. Constantino de Bragança, quatro annos depois! Onde é que relata a verdade?

[3] O vice-rei, a quem se allude, era Garcia de Noronha.

[4] Couto, VI, 10, 18.

[5] Couto, VI, 10, 20, traz a data 23 de setembro.—Cfr. Juromenha, I, p. 67.

[6] Cfr. p. 521, n. 4.

[7] Couto, VII, 1, 5.

e os resultados das conferencias de Vasco foram egualmente nullos, razão porque regressou no tempo da Paschoa (14 de abril de 1555), ao cabo de dois mezes de paciencia.[1]

Na volta da expedição ao estreito de Mecca, o nosso Poeta soube das tristes novas que o enluctado governador trazia de Portugal: o principe D. João succumbira (2 de janeiro de 1554); o seu filho D. Sebastião nascera posthumo (20 de janeiro de 1554), e o joven cavalleiro-fidalgo D. Antonio de Noronha, seu amigo e pupillo, morrera, batalhando heroicamente nos campos de Ceuta (a 18 de abril de 1553).[2]

§ **264.**—Anno de 1555.—Em obediencia a um tratado, feito com o poderoso governador das terras de Concan, Anel Maluco, que se levantára contra o seu suserano Ibrahim Adil-Schah, de Bidschapur, por causa de doestos e offensas e de continuas revoltas e conjurações, sempre em voga n'aquelles reinos, D. Pedro de Mascarenhas protege o rebelde, e seu tio Mealecan, que escolhe para rei de Bidschapur e de todo o Dekhan, celebrando o levantamento ao throno com grandes e pomposos festejos. Com tres mil homens armados, passa solemne e magestosamente com musica alegre de muitos instrumentos, de Gôa, pelo passo de Santiago, á terra firme para installar em Pondá o novo rei, tomar conta da fortaleza e introduzir alli a D. Antão de Noronha como capitão de 600 soldados. Abalado do grande trabalho d'aquelle passeio, o vice-rei adoeceu na volta, fallecendo dias depois em Gôa (6 de junho).

Succede-lhe Francisco Barreto,[3] que o acompanhára na ultima jornada. Seu governo dura de 16 de junho de 1555 até 3 de setembro de 1558. Uma semana depois de tomar posse do vice-reino, um desastre horrendo sobresalta a população de Gôa. Vespera de S. João, um foguete, lançado em má hora, cahe na ribeira das Armadas sobre o galeão S. Matheus, que estava varado e coberto de palha, incendiando-o immediatamente. E o fogo, lavrando de galeão em galeão, dura noite e dia, muito embora a soldadesca e os fidalgos trabalhassem como doidos, instigados pelo proprio governador, que mettido pela agua e pela lama, ajudava pessoalmente e animava todos, promettendo a uns, e distribuindo presentes a outros. Seis galeões reaes, quatro caravellas e duas formosas galés pereceram como presa das chammas.[4]

---

[1] Ib., VII, 1, 6 e seg.

[2] Confira-se o § 116.

[3] Nas vias de successão o nome Barreto vinha em primeiro logar — facto que não era desconhecido a Mascarenhas.— Veja-se Couto, VII, 1, 3 e 10-12.

[4] Couto, VII, 2, 1.

Em meados do anno,[1] Francisco Barreto arranja outro novo cortejo ás terras do Pondá, através de Salsete e Durubate, com o mesmo apparato e poder que seu antecessor, levando a soldadesca toda de Gôa e todos os moradores a cavallo, para se encontrar com o Mealecan, e combinar a maneira de avassallar os territorios do Concan. Da realização d'este plano é incumbido D. Antão de Noronha. Um foão de Lima é enviado com oito navios, a fim de favorecer a expedição com munições, mas nova contra-ordem do governador obriga-o a recolher, inutilizando todos estes passos. Tal era o receio das forças superiores que o desthronado Hidalcão-Abrahem tinha ajuntado entre seus adeptos, apesar de o seu reino estar parcellado e retalhado.[2]

Em setembro, um magnate de Ceylão vem receber em Gôa o baptismo, apadrinhado por Barreto, que o acolhe com esplendidos festejos.[3] E no fim do mesmo mez, D. Alvaro da Silveira, o presumptivo amigo do Poeta, faz-se ao mar como capitão-mór da expedição ao Malabar, com vinte galés e outros tantos navios de remo. Guerreia o Samorim, devastando a costa, queimando, arrasando palmares, e pelejando embravecido como qualquer soldado. O aperto da fome e os enormes damnos causados a seus subditos por estas guerrilhas, obrigam o Samorim a pedir pazes. Silveira, sob pretexto de não ter ordem senão para a guerra, envia os embaixadores ao governador; invade no emtanto os territorios da Rainha Olala, de Mangalor, na costa Canará, castigando-a, por não ter pago as pareas, pelo modo acostumado, saqueando os seus pagodes, e abrasando as suas aldeias. Na entrada de janeiro as pazes foram juradas e apregoadas.[4]

Pela volta do outomno (outubro e novembro) Francisco Nobre, capitão-mór da armada que partira do reino em março de 1555, arribou a Gôa n'um barco, com alguns officiaes seus. Por dobrar tarde o Cabo, a náu fôra pela costa do Natal, caminho de Cochim, naufragando nos baixios de Pero Banho, a pequena distancia das ilhas Maledivas. A grave falta de consciencia do capitão Nobre, que tinha abandonado a equipagem, foi devidamente castigada pelo governador, que mandou voltasse immediatamente, acompanhado do necessario, a salvar os seus. As tentativas não surtiram, porém, effeito. Nobre tornou a Gôa, só, sem nada alcançar. Os infelizes naufragados ainda assim não tinham perecido. A primeira ideia de fazerem jangadas com os restos do navio destroçado, foi combatida pelos padres da náu, como infeliz; mas uma pequena

[1] Em agosto, segundo Couto, VII, 2, 3.
[2] Ib., VII, 2, 2 e 9.
[3] Ib., VII, 2, 4.
[4] Ib., VII, 2, 11.

embarcação que os naufragados construiram, levou-os a salvamento a Cochim, onde entraram na sahida de abril (1556).[1]

§ 265.—Anno de 1556.—Já fallámos da expedição de João Peixoto[2] a Mecca. Francisco Barreto negociou mais outra, com tenção de conquistar a cidade de Damão,[3] cujo governo estava a cargo do Ithimitican, como tutor de um regulo menor, confiando a execução do seu plano a Tristão de Paiva, que ia bem provido de dadivas e de promessas.[4]

Em março, D. Alvaro da Silveira vae novamente ao estreito, como capitão-mór da armada do Norte, com amplos poderes e jurisdicção quasi absoluta em causas crimes e negocios de fazenda, sempre com o mesmo fim de proteger Ormus e as costas adjacentes do Mar vermelho e persico contra as galés *turcas*, das quaes sete ameaçavam guerra, promptas a velejarem de Bassora a Mecca. Attinge a salvamento a costa-sul da Arabia, dobra o Cabo Rosalgate, fornece-se de agua doce em Teive, dirigindo-se em seguida a Ormus e Bassora, apresando uma náu de mercadores, apesar de trazer carta de franquia do capitão de Ormus, Bernaldim de Sousa. Em seguida deita ancoras na embocadura do Euphrates, e avança até Mascate com tempo muito invernoso, para voltar afinal á capital da India.[5]

Quasi synchronicamente o Hidalcan, cujos capitães fizeram sensiveis estragos, é guerreado por Miguel Rodrigues Coutinho, de alcunha o *Fios-seccos*,[6] o mesmo duro e feroz espadachim, que mais tarde havia de apoquentar e embargar o Poeta, seu devedor, por causa de dinheiros. Incumbido de devastar com as dez embarcações do seu commando toda a costa de Gôa a Dabul,** des-

---

[1] Couto, VII, 2, 7 e 3, 2.*

[2] V. § 259.

[3] V. § 315.

[4] Couto, VII, 3, 1.

[5] Ib., VII, 3, 4.

A antiga e intima amizade de Alvaro e Bernaldim arrefecera por causa de uns amores. Ainda assim, em Ormus, Bernaldim convida Alvaro, que recusa. No convento de S. Domingos se avistam por occasião da missa; Alvaro mostra-se secco, frio e ceremonioso; Bernaldim, que se julga innocente, conserva-se amavel e cortês. Sabendo porém que Alvaro não respeitára a carta de seguro dada por elle, agasta-se e manda desafiar o adversario, mas como elle não vem a terra, adoece e morre.

[6] Cfr. as redondilhas: *Sämmtliche Gedichte*, I, p. 373.

* Sobre o naufragio nos baixios de Pero dos Banhos, veja-se o § 30, e os meus accrescentos na *Segunda Parte*.

** A ordem que levava era «fazer por aquella costa do Hidalcan toda a guerra que podesse».

empenha na perfeição o encargo, saqueando e queimando, matando e prendendo, como verdadeiro «*diabo damnado*»—um dos roubadores, que passando «*pelas fracas cidades descuidadas | a ferro e fogo as gentes vão matando | por roubar-lhe as fazendas cubiçadas*».[1]

Espreitando a chegada da rica flotilha turca, cahe de surpresa sobre uma das náus do Hidalcão, investe e capta-a, perdendo apenas uns oito a dez soldados, com tão bom exito e presa tão avultada, que só ao Rei de Portugal couberam como sua quota parte uns trinta mil cruzados, auferindo grandes lucros tambem os capitães e os soldados.[2]

§ **266.**—Paremos um instante e lancemos mais um olhar sobre a ebulição tumultuosa de Gòa, sobre os desvairamentos, as ambições, a ferocidade e cubiça, a exaltação de espirito dos conquistadores portuguèses, que destruiam a ferro e fogo, prendendo para roubarem; e roubando para depois gastarem em orgias e aventuras de amor, anciosos de desfructar os restos de uma vida que diariamente expunham em empresas de guerra e climas mortiferos. Só assim comprehenderemos como foi que o Camões chamou a Gòa *Babel* da India; porque é que considerava *desterro* a sua estada no Oriente; e ainda porque é que um Poeta, que até então cantára o seu amor, se sentou melancholicamente sonhando nas ribeiras de Babel (isto é, nas margens goenses), entoando em vez de canticos de Zião, ou canções trovadorescas, apenas versos luctuosos de desolação e desconforto.

Os exemplos de feras vinganças, pirateria inclemente, incendios barbaros, morticinios crudelissimos, mutilações horrendas, de puro canibalismo, matanças «*en bloc*», tormentos e tratos deshumanos, n'uma palavra, os actos de bruta crueza e ferocidade, são tantos nos relatorios de Barros e Couto, que não se contam ás duzias, mas ás centenas. Não sómente o inimigo armado era sacrificado sem dó: milhares de familias, velhos e crianças, mulheres, viuvas e orphãos foram passados á espada. E estas atrocidades faziam-se por ordem e com o beneplacito dos superiores, quer se chamassem Vasco da Gama, Francisco de Almeida, Affonso de Albuquerque ou, como nos dias de Camões, Francisco Coutinho (Conde do Redondo), João de Mendonça e Antão de Noronha. Mesmo D. João de Castro não faz excepção: foi elle que incinerou, de 1547–1548, as cidades de Banda, Meludi, Achará, Tamboná, Mazagão, Carapatão e Rayapòr, e todos os mais logares habitados da costa de Cambaya até Dabul, commettendo as maiores crueldades e devastações.[3]

---

[1] V. Redondilha: *Que diabo ha tão danado.*

[2] Couto, VII, 3, 3.

[3] Couto, VI, 5, 11.

Inutil dar mais pormenores: matar mouros, desbastar os gentios (os *não-christãos)*, era obra agradavel a Deus!

Mas Camões não participava d'este estado mental: em humanidade e *autarcia* era eminente, e muito superior aos coevos.[1] Só contemplando a sua vida, sob este ponto de vista, é que chegaremos a comprehender o sentir affectuoso que irrompe n'aquellas incomparaveis redondilhas de Babel e Zião, uma das joias de mais alto valor que a lyrica conhece. A dôr profunda que abalára a sua alma e a fazia estremecer ainda, não era o naufragio real, soffrido na praia de Cambodscha (1560), mas sim o naufragio ideal que soffrera nas margens do Tejo (1553).

Induziu-me a antecipar[2] esta minha ideia, o quadro da vida goense que tracei em esboço simples, á vista de passaro, indicando apenas as suas linhas fundamentaes—assim como a lembrança das estrophes seguintes que me vieram, de improviso, á memoria:

> Alli, depois de acordado,
> co rosto banhado em agua
> deste sonho imaginado,
> vi que todo o bem passado
> não é gosto, mas é magoa.
> E vi que todos os danos
> se causavam das mudanças,
> e as mudanças... dos annos,
> onde vi quantos enganos
> faz o tempo ás esperanças.
> Alli vi o maior bem
> quão pouco espaço que dura,
> o mal quão depressa vem,
> e quão triste estado tem
> quem se fia da ventura!
> Vi aquillo que mais val,
> que *então* se entende melhor
> quando mais perdido fôr;
> vi ao bem succeder mal,
> e ao mal muito peor!
> E vi com muito trabalho
> comprar arrependimento;
> vi nenhum contentamento;
> e vejo-me a mim que espalho
> tristes palavras ao vento![3]

---

[1] V. nas afamadas Redondilhas as estrophes 57 e 58, em que o Poeta falla de *aquelles que tintos vão no pobre sangue innocente*.

[2] Cfr *Vida*, § 281 e seg.

[3] Versos 16 e seg.

§ **267.**—Se me perguntassem: quaes foram os acontecimentos em que o Camões tomou parte, posteriores a novembro de 1554?—deveria responder que é forçoso contentarmo-nos com meras hypotheses, se por acaso não existissem dois pontos de apoio em que estribar a minha argumentação.

Eis o primeiro. Na carta em prosa, em que se reflectem as primeiras impressões que Babel-Gôa produzira na mente do reinol, tão cheia de gracejos amargos, a ultima passagem diz: «Por agora não mais, senão este soneto que aqui vai, que fiz á morte de D. Antonio de Noronha, vos mando, em sinal de quanto d'ella me pesou. Uma *Egloga* fiz sobre a mesma materia, a qual tambem trata alguma cousa da morte do Principe, que me parece melhor que quantas fiz. Tambem vol-a mandára para a mostrardes lá a Miguel Dias, que pela muita amizade de D. Antonio, folgaria de a vêr, mas a occupação de escrever muitas cartas para o reino me não deu logar. Tambem lá escrevo a Luis de Lemos, em resposta de outra que vi sua. Se lha não derem, saiba que é a culpa da viagem, na qual tudo se perde».[1]

Estamos nos ultimos mezes do anno de 1554: Camões já fôra entregue de respostas a cartas suas, pelo menos de uma, de Luis de Lemos, e soubera as tristes novas, vindas com a armada de Pedro de Mascarenhas. Já concluira, em memoria do fallecido amigo, o joven donzel D. Antonio de Noronha, seu antigo pupillo, um Soneto funebre;[2] já tinha composto um bello epicedio, a «*Egloga funerea*»,[3] e sem duvida alguma já tirára copias d'aquelles versos, redigindo uma sentida carta de pesames com endereço a Enxobregas, para a casa enlutada dos Condes de Linhares. Talvez mandasse ainda na mesma remessa, mas com destino para D. Catherina de Ataide, como ultimo holocausto da sua musa, offertado á amada, emquanto viva,[4] a *Elegia maritima*, este curto mas poetico relatorio de sua viagem e dos seus primeiros feitos militares na India; e engastado na Canção retrospectiva[5] lapidou e esmaltou o incomparavel summario da sua vida mental, assim como os gritos abafados e suspiros

---

[1] Carta I: «*Desejei tanto uma vossa*».

[2] Soneto 6 (ou 12): «*Em flor vos arrancou, de então crescida*».*

[3] Egloga I.**

[4] Elegia I (ou III): «*O poeta Simonides fallando*».

[5] Canção X (ou XII): «*Vinde cá, meu tão certo secretario*».

* Ahi promette celebrar *em triste e longo canto* a honrada morte do seu *Tionio ainda em flôr cortado.*

** Esta poesia *(á morte de D. Antonio de Noronha que morreo em Africa e á morte de D. João Principe de Portugal, pay del Rey D. Sebastião, entre Umbrano e Frondelio, pastores*) representa o cumprimento da promessa formulada no Soneto.—De passagem direi que um lapso attribuido por Storck (IV, p. 384), a Luis Franco, não existe na realidade. No Cancioneiro, a Egloga não

saudosos das estancias compostas junto ao *Ras-ef-Fil*,[1] e finalmente os dois sonetos sobre Babel e Zião.[2] Já escrevera numerosas cartas em prosa,[3] e tudo isso dentro dos limites de um curto trimestre, de outubro a janeiro, antes da partida das náus da India! Francamente, tal aproveitamento das suas ferias involuntarias, não era descansar, mas antes trabalho assiduo!

§ 268.— O segundo ponto de apoio, em que estribo as minhas hypotheses é uma nota do Cancioneiro Luis Franco. Este Album contém um apographo da Comedia Filodemo, com a seguinte epigraphe: «*Comedia feita por luis de Camois etc. representada na Yndia a Fr.*^co *Barreto*».* Esta didascalia, redigida por quem fôra «*companheiro em o estado da India e muito amigo*» do Poeta,[4] desperta-me fortes duvidas sobre a sua authenticidade, por causa de certas circumstancias accessorias, a que já alludi.[5] Mas apesar d'isso, (como não posso provar a *falsificação* d'esse Album de poesias), não devo nem posso exclui-lo dos meus calculos de probabilidade, sobre os acontecimentos da vida de Camões.

A sobredicta noticia não indica o anno da representação na India. Mas não ha razão para duvidar que, sendo o Filodemo realmente representado perante Francisco Barreto, este facto se desse durante o seu reinado como governador, isto é, entre 16 de junho de 1555 e 3 de setembro de 1558. E d'esta vez é facil determinar ainda mais claramente, sem receio de errar. Se a rubrica de Luis Franco falla verdade, o Filodemo foi posto em scena no anno

---

[1] Canção IX (ou XIII): «*Junto de um secco, duro, esteril monte*».

[2] Sonetos 117 (ou 119) e 157 (ou 118): *Cá n'esta Babylonia d'onde mana*» (cfr. § 235) e «*Na ribeira do Euphrates assentado*» (cfr. § 261).

[3] Quanto a cartas manuscriptas de Camões apenas sabemos o que o Conde da Ericeira relatou em 1724, no seio da Real Academia da historia: uma miscellanea, pertencente á Bibliotheca do Conde do Vimieiro, continha muitas do Poeta. Infelizmente não pensaram em arrancá-las ao esquecimento, imprimindo-as, de sorte que em 1755 o terremoto de Lisboa as consumiu. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 233.—Cfr. § 248, ultima nota.

[4] Cfr. *Sämmtl. Gedichte*, vol. VI, p. 390.

[5] Cfr. *Fontes*, § 6, e *Vida*, § 65, 176-179 e 221.

---

apparece dedicada á morte de D. João III de Portugal; tem, muito pelo contrario, apenas o titulo exacto e perfeitamente legitimo de «*Egloga funerea*». O falso titulo, reproduzido por Braga, mas sem ser attribuido a Luis Franco, provém da primeira edição das «Rimas».

* Storck imprime Francisco *de* Barreto, acompanhando este erro com um ponto de exclamação. Mas este pequenino erro, e outros que chamaram a sua attenção, não estão no Cancioneiro Luis Franco, mas apenas nas transcripções muito pouco correctas de Juromenha e Braga. Alimentaram assim, sem querer, as duvidas e suspeitas do sabio allemão sobre a existencia ou não-existencia de «Luis Franco».

de 1555. Quando do cofre das successões sahiu com a primeira via, o nome Francisco Barreto, o jubilo foi geral. O Camões tinha motivos para se alegrar tambem com esta boa nova, que dava pabulo ás esperanças que nutria: o seu triennio acabava durante o triennio do novo governador, ao fim de nove mezes. E o soldado, então emerito, contava com um posto civil quasi como certo. Sabia de sobejo quaes as boas partes d'aquelle magnate. Ainda em Lisboa ouvira os seus louvores da bocca de uma intima amiga D. Francisca de Aragão, sobrinha de Barreto, que mais tarde ficou sendo herdeira d'aquelle seu tio.[1] De mais a mais em Gôa todos os Portuguêses, grandes e humildes, gabavam as suas qualidades. Durante quasi sete annos, os Indo-Portuguèses tinham tido occasião para experimentarem demoradamente o seu caracter e as suas aptidões. Chegado em setembro de 1548 como capitão-mór de uma armada de tres náus,[2] Barreto tomára parte, capitaneando uma galeota, durante o reinado de D. Garcia de Sá, na expedição que, via Chaul e Baçaim, se dirigia contra o regulo rebelde de Cambaya (janeiro de 1549); governára a fortaleza de Baçaim durante tres annos (1549–1552) como capitão, nomeado por Jorge Cabral, e acabando o seu triennio quando o vice-rei D. Affonso de Noronha, capitão de Cochim, lhe outorgava amplos poderes e o titulo extraordinario de «governador» (1552–1553); commandára uma galé na expedição contra o rei da Pimenta (1553) e acompanhára, como valido e quasi-substituto, o velho Pedro de Mascarenhas na jornada ao Pondá (1555).**

§ 269.—Francisco Barreto era ambicioso, de grande animo, amigo de brilhar e mandar, emphatico e ás vezes, quando instigado por mexericos, um pouco soberbo e prepotente.[3] Tambem não seria absolutamente limpo de mãos;

---

[1] Francisco Barreto era filho de Ruy Barreto, Alcaide-mór de Faro e Fronteiro-mór do Algarve, e de D. Branca de Vilhena, filha de Manoel de Mello, Alcaide-mór de Olivença, segundo Alexandre Lobo, p. 185. *

[2] Couto, IX, 23.

[3] Couto (VII, 1, 11), depois de referir um pequeno feito de prepotencia e vaidade, commettido por Francisco Barreto durante a expedição ao Pondá, appellida-o «*homem arroyante, amigo de honra e de mandar*», mas estes termos envolvem apenas uma censura muito branda.***

---

* Cfr. Couto, VII, 5, 8.

** Partira do reino na náu «Salvador» em principios de dezembro, como commandante de uma das duas esquadras extraordinarias, expedidas por D. João III no outomno de 1547, depois de receber as infaustas noticias sobre Diu e o vencedor de Cambaya.—Couto, VI, 6; *Lendas*, IV, p. 666; Andrada, IV, p. 17.

*** O mesmo auctor chama tambem a D. Pedro Mascarenhas «*muito vão e grandioso*», sem intenções de maledicencia. E quanto a Barreto, é-lhe em geral muito affeiçoado, chegando a di-

pelo menos, não escapou á suspeita de ter sido amigo de dinheiros, tendo accumulado farto peculio na capitania de Baçaim.[1] Mas apesar d'este vicio da cobiça, commum a quasi todos os Indo-Portuguêses, occupa entre os capitães e governadores d'aquelles decennios um dos logares mais proeminentes, egual aos melhores, em talento, circumspecção, lealdade e meritos. E além d'isso tinha bom coração; era generoso, liberal, benevolo e humano. As suas primeiras medidas como Governador provaram desde logo as suas boas intenções. Fiel ás promessas dadas a D. Pedro de Mascarenhas no leito mortuario, consolou e recolheu em sua casa todos os criados do fallecido governador, e serviu-se d'elles nos mesmos cargos que já desempenharam — bondade excepcional n'aquella era! Confirmou egualmente os empregados publicos e todos os officios, em que o seu antecessor provêra algumas pessoas, não revogando absolutamente nada do que D. Pedro tinha feito,— acção talvez sem exemplo! Se considerarmos de mais a mais como procedeu durante o pavoroso incendio que destruiu os galeões reaes, ajudando nos trabalhos dos bombeiros, distribuindo entre os soldados que se distinguiam, todas quantas joias tinha sobre si, dando a um o seu collar, a outro o seu annel, ao terceiro o seu sello, e resgatando mais tarde estes penhores com riquissimas dadivas; se avaliarmos a sua actividade depois do desastre, o seu empenho em o reparar, e em construir, como compensação da frota queimada, outra mais possante e numerosa;[2] se ponderarmos como realizou este plano, graças a medidas uteis e uma administração muito habil, não se negando a sacrificios nem poupando esforços, de modo a poder entregar ao successor, o vice-rei D. Constantino de Bragança, ao fim do triennio, esquadra melhor do que todas as que

---

[1] Foi desmontando mattas régias, cujas madeiras vendia depois ao estado, pelo triplo da quantia que lhe custaram, que Barreto enriqueceu, isto é, por meios talvez juridicamente inattacaveis, mas certamente reprehensiveis deante da alçada superior da moralidade. O Vêdor da India Simão Botelho acusou-o d'estas *ladroeiras*, muito explicita e redondamente em cartas particulares (1552) a D. João III; mas El-Rei conservou-o sempre nas suas boas graças, nomeando-o governador (1555), e dando-lhe ulteriores provas da sua régia confiança.— Cfr. C. C. Branco (p. 51-54) que aproveitou os ***Monumentos ineditos para a Historia das Conquistas dos Portuguezes***. Tomo v. *

[2] V. Couto, VII, 2, 1.— Até os Bramanes de Gôa construiram por sua conta uma formosa galé, a *Bramana*, é claro, para captivarem a benevolencia de Barreto.

zer no *Soldado Pratico* (p. 58 do Dialogo I), com admiravel franqueza, depois de o encomiar: «*mas eu sou suspeito, porque sou muito seu servidor*».

* Segundo Couto, este fidalgo, «*o mais liberal e grandioso que havia n'aquelle tempo*», tirou da sua fortaleza de Baçaim 80:000 pardaus, gastando-os porém depois em serviço de El-Rei com soldados, de modo que quando entrou na governança da India já devia 28:000».— V. *Dec.*, VII, 8, 13.

Gôa vira até então: 25 galeões, e caravelas, 10 galés e mais de 70 galeotas e fustas, forçoso é confessar que Francisco Barreto tinha qualidades muito positivas!*

Torna-se por isso facil avaliar o alvoroço festivo dos Goenses, ao ouvirem o seu nome, no acto da acclamação. Chegaram a levá-lo nos braços, triumphalmente. E como era amigo de espectaculos e festas, é natural que os regozijos, banquetes, torneios, cortejos, etc., não acabassem tão cedo. Duraram realmente todo aquelle inverno. O tempo da folga involuntaria, em que os amigos de orgias costumavam sempre encontrar na lasciva Gôa campo amplo para fartar vicios e cevar paixões, era d'esta vez excessivamente propicio a toda a casta de prazeres, que naturalmente davam pasto a satyras e apodos, como logo veremos. Os soldados tambem tiveram mesas mais bem servidas do que de costume, além de jogos e passatempos variados.[1]

É pois no inverno de 1555 (junho a outubro) que creio dever collocar, sem receio algum, a *representação* do Filodemo.

§ 270.—Representar essa comedia, sem que o Camões estivesse *presente*, era quasi impossivel![2] A peça, cujo titulo grego significa «*Amigo do povo*», não tendo absolutamente nada com Barreto, apesar de o governador ser, pela sua parte, *amigo e amado do povo*,[3] não podia ser posta em scena, com graça e propriedade, sem que o auctor assistisse, e dirigisse os ensaios, mesmo suppondo que os amigos possuissem o manuscripto original, ou copias fidedignas, visto o «Filodemo» carecer de todas as indicações scenicas.[4] É pois

[1] Com relação a Barreto é preciso comparar varias passagens de Couto: Decadas, VI, 6, 7; VI, 7, 2 e 4; VI, 8, 1 e 11; VI, 10, 8 e 14; VII, 1, 3 e 11; VII, 2, 1 e 8; VII, 9 e VII, 5, 8.—Cfr. ainda Alexandre Lobo, p. 185; Juromenha, I, p. 70; Schäfer, IV, p. 215 e seg.—N'esta *Vida* torna-se a fallar d'elle nos §§ 310 e 348 e seg.

[2] Cfr. § 221.

[3] V. Storck, vol. VI, p. 391 e seg., e § 221 d'esta *Vida*.**

[4] Ib., p. 310 e seg.

* Cfr. Couto, *Soldado Pratico*, Dialogo I, 109: «E em tempo de Francisco Barreto, sendo Governador da India, se queimaram de uma vez 14 galeões (sic!) e dentro em um anno fez outros de novo, que eu *com os meus olhos vi entregar ao Viso-Rey D. Constantino, providos de todo o necessario*».

** Tão amado e bem aceite que, quando depois de ter partido para o reino, constou aos fidalgos e casados de Gôa que Barreto era novamente chegado por causa de temporaes que o fizeram arribar, despovoou-se a cidade, correndo a ir vê-lo e festejar, o que deu motivo a que o vice-rei D. Constantino dissesse: «*quantas graças deve Francisco Barreto dar a deus pelo fazer tam bemquisto!*» (VII, 8, 13). A grande conta em que o povo de Gôa o tinha, resalta tambem da carta que D. Alvaro da Silveira dirigiu no dia do Natal de 1555 a D. João III, dizendo de Barreto: «*nunca homem tão amado foi do povo, nem desejado*».

natural suppôr que o Poeta assistiu em Gôa, durante o inverno de 1555, o que, de resto, nos fornece novas razões para assentarmos que **não** tomou parte na expedição de Manoel de Vasconcellos ao estreito de Mecca, de fevereiro a outubro.[1]

§ 271.—O Camões escolheu entre os amigos[2] e camaradas os que eram actores *dillettantes*;[3] communicou-lhes a ideia de festejarem a nomeação de Barreto por meio de uma representação dramatica. Todos applaudiram. Os papeis foram distribuidos. O Poeta reservou-se, sem duvida alguma, além do papel de «Argumentador» o de «Filodemo». Dirigiu os ensaios; fez os preparativos necessarios: no pateo em arcarias das casas do Savayo[4] (que, de resto, não estavam em muito bom estado), ou talvez no terreiro do paço, onde Barreto residia.*** E aprompthou tudo.

---

[1] A expedição de Farto contra Arkiko só durou de maio a junho, de sorte que chronologicamente não seria de todo em todo impossivel que o Poeta tomasse parte n'ella.

[2] Dos amigos de Camões estavam então na India (ignoramos se propriamente em Gôa) os seguintes:

Francisco de Mello (Couto, VI, 5, 4), que tomou parte n'um banquete dado por Camões.—Cfr. *Sämmtliche Gedichte*, II, p. 373.
Pedro de Sousa (Couto, VII, 10, 7), gabado nos *Lusiadas*, X, 104).—Cfr. *Sämmtliche Gedichte*, V, p. 518).
Jorge de Moura (Couto, VI, 10, 18).
João Lopes Leitão (cfr. § 263, Nota 1 e § 165).
Alvaro da Silveira (cfr. Elegia XXVI), *Sämmtliche Gedichte*, II, p. 374 e III, p. 321).

[3] Não duvido que os papeis de mulheres fossem tambem entregues aos rapazes. *

[4] Cfr. Couto, VII, 5, 8. **

* Se é licito contar Pedro de Sousa entre os «amigos», unicamente por vir celebrado nos *Lusiadas* (X, 204), o mesmo acontece com Filippe de Menezes, o filho do Governador D. Henrique e sobrinho de Francisco Barreto, que o Poeta celebrou n'um bello soneto. Cfr. § 250. Couto, VII, 8, 13.—Mello, Moura e principalmente Leitão devem realmente ser contados entre os amigos de Camões. Sousa e Silveira não tanto.

** Dos dizeres do historiador não resulta claramente onde o Governador residia nos primeiros tres mezes do seu reinado. Conforme já se contou (§ 233, nota), Mascarenhas mudára das casas do Sabayo para a fortaleza, por conveniencia propria. Por occasião da sua morte, Barreto recolheu a S. Francisco até lhe despejarem os Paços. Assim se diz na Decada VII 2, 1, mas logo depois (5, 8) se refere que das casas do Sabayo «para onde elle se mudára por fallecimento do vice-rei», passou em 1558, nos fins do seu reinado, para a fortaleza que tinha mandado concertar.

*** Este pateo serviu muitas vezes para festividades. Em 1555 D. Pedro Mascarenhas,

Entre os convidados figurava provavelmente o erudito e intelligente doutor ou licenciado Garcia da Orta, de Elvas, rijo sexagenario, que passára á India em 1534 e ahi residira sempre desde então, vivendo de preferencia,[1] desde 1538 (ou 1539) até á sua morte (cerca de 1570), em Gôa, onde praticava como medico, dedicando-se, além d'isso, ao estudo scientifico da botanica oriental, estimado e bemquisto de todos, e auferindo excellentes lucros. A representação scenica, tão alegre e divertida, lembrava-lhe o tempo da sua juventude, os annos em que frequentára os cursos de Salamanca e de Alcalá de Henares, assim como a sua actividade de professor na Universidade de Lisboa (1532-1534). É bem possivel que posteriormente nunca tivesse assistido a nenhum espectaculo.[2]

O Camões travou talvez então com o afamado physico régio relações,[3] que posteriormente se estreitariam mais, chegando a ser verdadeira e intima amizade. De outro lado pode ser tambem que, trazendo cartas de recommendação, do medico lisbonense Luis de Lemos, seu bom amigo, se aproximasse de Garcia da Orta logo depois da sua chegada.

---

[1] De vez em quando Garcia da Orta fazia excursões de Gôa á côrte do erudito Nizamaluco ou Nizam Schah Buhran, em Ahmednaggar, assistindo ahi a combates de elephantes domesticados e tomando parte, nos jungles, em caçadas e monterias ao veado, javali e tigre. O soberano mohametano pertencia á seita dos schiitas, mas era muito tolerante. Segundo Couto, morreu de lepra, depois de tentar curar-se por meio de banhos em sangue de virgens que sacrificava á sua régia saude; mas a verdade é que adoeceu de uma inflammação interior durante o cêrco de Bidschapur (1553), retirando para casa, onde morreu pouco depois.

[2] N'aquellas Universidades hespanholas era costume representarem os estudantes nos domingos da oitava do Corpo de Deus, comedias de Plauto e Terencio, em latim. Ignoro se os Jesuitas de Gôa usavam, como em outras cidades, fazer compôr e executar pelos seus discipulos e collegiaes peças latinas.*

[3] *Fysico del Rei* era um titulo honorifico e nenhum posto official, como pensei em tempos (*Sämmtliche Gedichte*, vol. III, p. 349). Sobre Garcia da Orta releia-se a magnifica obra de Conde de Ficalho, de onde extractei as datas supra (p. 4 e seg.; 30, 45 e seg.; 67, 175, 196, 230, 259 e seg.).

no acto de levantar Mealecan por rei de Visapôr, mandou ordenar ahi «hum formoso cadafalso, toldado todo por cima, e elle todo alcatifado e guarnecido de pannos de ouro e sedas, e o terreiro todo enramado e embandeirado e pelas janellas muitos instrumentos alegres e guerreiros», etc.—Couto, VII, 1, 11.—N'aquella occasião houve *festas, momos* e *invenções*.

* Francisco de Leval Pyrard diz expressamente, com relação aos estudantes do collegio de S. Paulo, fundado em 1542: «fazem alli *muitas vezes* brinquedos; *representam comedias*, com guerras e batalhas, tanto a pé como a cavallo, e tudo em muito boa ordem, e com vestuario apropriado».

Ruidosos applausos exprimiram, sem duvida, o jubilo dos espectadores pela representação festiva, tão pouco commum em Gôa, e o seu reconhecimento para com todos os actores, mas muito especialmente para Camões, como auctor, actor e director. O proprio governador não desdenharia fallar-lhe, guardando em boa memoria a significativa e brilhante festa.[1]

§ 272.—Para honrar Francisco Barreto e festejar a sua exaltação, houve certamente, mais de uma vez, justas, torneios, cavalgadas, corridas, alardos em formatura, e jogos de canna no campo de S. Lazaro de Gôa, onde os fidalgos costumavam em domingos e dias santos divertir-se em passatempos cavalleirescos.[2]

Entre as Rimas de Camões, cursa, desde 1598, um escripto fragmentario (meio verso e meio prosa) em que se descreve um d'estes jogos de canna,—especie de *lanx satura* ou *quodlibet*, em que a graça picante, um bom humor um pouco mordaz, ironias ás vezes crueis e satyras transparentes apparecem de mãos dadas. Os justadores são apodados com ditos, interpretando-se com equivocos e pouco benevolamente as suas fingidas empresas, assim como as divisas, as armas, escudos e bandeiras que levavam, de modo a accusar uns cinco de «*sacerdotes de Bacho*», dois de «*parvos*» e um de «*fanfarrão embusteiro e falso jogador*».[3]

Houve quem affirmasse e houve quem negasse, ** que o Poeta descre-

[1] O soneto laudatorio em honra de Camões como poeta *dramatico* e epico, composto por Francisco Gomes de Azevedo (e não por João Lopes Leitão), ao qual o auctor dos *Amphitriões* respondeu «pelos consoantes», data, a meu vêr, do ultimo decennio passado em Lisboa.—Cfr. § 176 e *Sämmtl. Ged.*, II, p. 378.

[2] V. Couto VII, 10, 8 e VIII, 22.*

[3] *Cantigas de maldizer e escarneo* não eram nada raras em Gôa.—Cfr. Schäfer, IV, p. 198.

* O Historiador conta, por exemplo, com relação ao reinado de D. Affonso de Noronha (o qual Camões ainda encontrou em posse do seu cargo), que um dos fidalgos mais avisados e galantes d'aquelle tempo, Bernaldim de Sousa, tinha por costume ir os domingos e mais dias santos, ajuntando 15 e 20 cavalleiros, seus vizinhos e amigos (casados de Gôa), passear no terreiro do Paço, fallar ao vice-rei, e acenando com a mão dar-lhe «*rendez-vous*» no campo de S. Lazaro. «E o visorey mandava tocar a cavalgar, e com todos os fidalgos se ia ao campo; e lá lhe sahia Bernaldim com os companheiros, de emboscada, e escaramuçavam, e folgavam, e quando cançavam, deitavam-se na relva e conversavam com discursos graves, praticando sobre os negocios da India, e d'alli se recolhiam».

** O Morgado Matheus, por exemplo, diz: «Esta satyra foi attribuida a Luis de Camões, mas pode-se crer que falsamente, pois nem na prosa nem nos versos apparece uma faisca do seu engenho, nem vemos que elle antes ou depois mostrasse esta propensão de caracter de que o quiseram accusar».

veu dicacissimo o jogo de cannas, dando largas á sua veia satyrica. O que, pelo menos, parece certo, é que os maliciosos remoques lhe foram attribuidos na propria Gôa e tambem no reino.[1] E em taes ensejos, nem a mais firme e resoluta negativa costuma produzir effeito. Os ditos e motejos corriam de bocca em bocca e davam brado, indignando uns e agradando a outros. Os chasqueados eram facilmente apontados ao dedo, muito embora nenhum nome proprio fosse envolvido nas prosas, e os factos e incidentes alludidos apparecessem transformados, com suppressão de certos pormenores, ou mesmo fossem completamente inventados.[2]

Brigas e duellos eram as conseqüencias ineluctaveis. Camões, o supposto ou verdadeiro auctor (como presumo), não recuava diante de nenhum desafio; n'uma mão a penna acerada, n'outra a espada bem cortante, avançava afoito e destemido. Os aggravados e numerosos mexeriqueiros de Gôa iam logo denunciando ao governador os desmandos do Poeta zombeteiro—e «*quem conta um conto, accrescenta um ponto*». -Francisco Barreto, o qual, pessoalmente manejava muito bem a espada e arrancava tambem facilmente,[3] tinha como governador a obrigação de acalmar contendas e evitar rixas inuteis.

Mas, antes de continuarmos, ouçamos o que referem os antigos biographos.

§ **273.**—Pedro de Mariz relata o seguinte:[4]

«O nosso Poeta... homisiado ou desterrado... se embarcou para a India. Mas nella foy sempre muyto estimado, assi polo valor de sua pessoa na

---

[1] Th. Braga opina, na *Hist. Cam.*, (I, p. 141) que a *satyra do torneio* andaria appensa á Carta II da India, dirigida «*a um amigo*». Mas não ha prova d'esta asserção. A alludida carta, sem interesse para a biographia do Poeta, foi provavelmente escripta em Ceuta, e não na India.

[2] Braga affirma na Bibliotheca da *Actualidade* (VI, p, 229) que Luis de Camões **descreveu** uns jogos de canna, com que na cidade de Gôa fôra festejado na realidade o advento de F. Barreto. Na *Hist. Cam.*, (I, p. 239) diz, em harmonia com Juromenha (X, p. 245), que o Poeta **fingiu** apenas as taes festas. No fundo, os dois termos não implicam differença: houve certamente jogos de cannas, mas os accessorios são invenção poetica, feita *ad hoc* para retratar e flagellar, joco-seriamente, protestando contra a corrupção dos costumes indianos.—Cfr. *Sämmtliche Gedichte*, I, p. 406.

[3] Cfr. Couto, VII, 1, 11.*

[4] No Prologo «*Ao estudioso da lição poetica*».

* Scena entre Barreto e Martim Affonso de Miranda, onde de gracejos galantes chegaram ás desfeitas e das desfeitas ás armas—«*pondo a India em balanço*».

guerra, como pola excellencia do seu engenho. Mas como era grande gastador, muyto liberal e magnifico, não lhe duravã os bens temporaes mais que emquanto elle não via occasião de os despender a seu belprazer. Como lhe aconteceo quando foy por Provedor-mór dos defuntos nas partes da China de que o Visorey (?)[1] o proveo,[2] para ver se o podia levantar da pobreza em que sempre andava envolto. Mas nem a enchente dos bens que lá grangeou, o pode livrar que em terra não gastasse o seu liberalmente. E no mar perdesse o das partes* em um naufragio que padeceo terrivel, de que elle faz menção na octava 128 do Canto 10. E não lhe valeo a excellencia de sua poesia para deixar de ser prezo na India (?) pelo Governador Francisco Barreto (?) e de vir capitulado[3] a este Reyno (?)».

Eis o que diz, relativo ao periodo de 1553 a 1569 (ou 1570). Mariz transpõe annos e regiões em botas de sete leguas, sem se importar com abysmos e abrolhos, brincando com nomes de pessoas, titulos officiaes, chronologias e acontecimentos, como creança que joga com bolas de papel.

§ 274.—Severim de Faria,[4] depois de fallar da expedição ao estreito de Mecca, da qual faz voltar o Poeta nos primeiros dias de outubro de 1555 (?) com Manoel de Vasconcellos (?), argumenta com tenção declarada de invalidar o titulo de **Viso-Rey**, empregado por Pedro de Mariz,[5] dizendo que: o

---

[1] Este «*Viso-rey*» entende-se com o governador Barreto. Estes dois titulos são trocados arbitrariamente pelos biographos de Camões em geral.—Cfr. nota 5.

[2] Quer-me parecer que os commentadores não interpretaram bem o verbo «*proveo*». Mais tarde o leitor verá que, a meu vêr, o Poeta foi nomeado *provedor* para a sobrevivencia na primeira vagatura.—Cfr. § 279.

[3] Corrêa assenta tambem (a p. 300 v., ou 304[b] da 2.ª ed.) nas notas aos *Lusiadas*, x, 128, que «chegando á India foi preso por mandado do *Governador F. Barreto* pela fazenda dos defunctos que elle trazia a seu cargo porque foy á China por Provedor-mór dos defunctos, mexericado por alguns amigos donde esperava favor».

[4] Severim, fl. 3[b] e seg.

[5] É Severim quem commette o erro de que accusa Mariz.—Veja-se a nota 1 d'esta pagina.**

---

* Storck traduz: «*o das partes*» com «*das Hab und Gut der chinesischen Gebiete*», por Mariz ter fallado das regiões chinesas como de *partes da China*. Entendo que *o das partes* opposto a *o seu*, equivale a «as fazendas de defunctos e ausentes, recolhidas officialmente pelo Poeta em Macáo».

** Confesso não comprehender bem o auctor. Qual erro?—Mariz falla de *Visorey*, sem indicar datas ou nomes. É portanto perfeitamente *licito* interpretarmos que pensou no vice-rei D. Pedro Mascarenhas, trocando as *pessoas*; como é admissivel tambem aventar que, pensando em Barreto, trocou os *titulos*.

Viso-Rey, isto é, D. Pedro Mascarenhas já fallecera em Gôa aos 16 de junho d'este anno de 1555, antes de a armada do Monte Feliz tornar áquella cidade. Declara portanto impossivel que nomeasse Provedor-mór ao Poeta. Accrescenta depois: «já governava havia quasi quatro mezes Francisco Barreto, pelo que mais certo parece o que outros affirmam,[1] e é que, chegando Luis de Camões a Gôa, fez aquella Satira[2] que *anda na 3.ª Parte das suas Rimas*[3] contra alguns moradores d'aquella cidade, com titulo de «*festas que se fizeram á successão do Governador*», do que sentindo-se Francisco Barreto, ou por zelo da justiça, ou por queixas dos amotejados, o mandou prender e desterrar para a China, no anno seguinte de 1556, em que despachou alguns Capitães para o Sul. A isto favorecem os versos do mesmo Poeta, o qual se queixa d'este desterro e prisão mandada fazer pelo Governador,[4] e de um terrivel naufragio que padeceu na costa de Camboja, junto do rio Mecom. De maneira que esta jornada não foi por despacho, se não por pena e degredo, pois diz que a fez quando foi contra elle o injusto mando executado.[5] N'este tempo em que andou pelas partes do Sul esteve nas Ilhas de Moluco, e particularmente na de Ternate, de quem e do seu Vulcão que está no cimo do monte, faz par-

---

[1] Quem são estes «outros»? *

[2] *A Satyra do Torneio.*

[3] Não sei dizer qual a edição de que Severim de Faria se serviu. **

[4] Em todas as obras de Camões não ha uma linha que falle directa e claramente de desterro e prisão decretada por Barreto.

[5] Os versos principaes que Severim allega, são a estancia 128 do Canto X, e a 80.ª do VII.º Mas nem na primeira nem na segunda d'estas passagens se falla de *desterro* e *prisão*. Talvez pensasse nas Redondilhas sobre Babel Zião (que appellida, impropriamente, traducção de Psalmo) onde (a linhas 186 e seg.), se falla de *exilio*, mas simplesmente no sentido biblico, e não de um facto real da vida do auctor. ***

---

* Talvez alguns dos muitos commentadores, cujos manuscriptos corriam entre os contemporaneos, mas ficaram ineditos, como teriam ficado as assaz insulsas glossas de Correia, se o tribunal da Sé Apostolica não lançasse mão do espolio d'aquelle seu devedor, pondo em almoeda entre os restos dos seus haveres, os commentarios que Mariz arrematou e editou?

** Como a terceira parte só sahiu em 1666, talvez elle inexactamente designasse assim as parcas prosas insertas na de 1598.

*** Duvido. A meu vêr, Severim pensou positiva e exclusivamente no triste desfecho pessoal do Canto VII, e no «*injusto mando*» de que o Poeta se queixa no Canto derradeiro da Epopeia. Interpretou portanto as allusões do peregrino, attribulado por pobrezas e miserias, mas *na occasião do desabafo* aggravado por trabalhos especiaes e nunca usados, e as profundas queixas, por elle exhaladas no meio do seu caminho tão arduo, longo e vario, *sempre* cheio de perigos mavorcios e maritimos, como outras tantas referencias aos acontecimentos resultantes da sua estada em Macáo, e isto com razão.—Cfr. §§ 302, 305 e 311.

ticular menção na sua Canção xiv,[1] que diz: *Com força desusada*, etc.[2] A assistencia de Macao parece que foy a ultima do tempo que andou no Sul,[3] pois vindo de lá padeceo o naufragio, que foy o derradeyro trabalho antes de chegar a Gôa. Em Macao teve o officio de Provedor-mór dos defuntos...»

Em seguida, Severim refere como, embarcado para Gôa, naufragou na foz do rio Mecom, continuando, depois de reformado, para Malacca, e d'ahi a Gôa, «onde chegou governando o Visorey D. Constantino, e não Francisco Barreto, como dissera Pero de Mariz».

Da veracidade d'estes factos trataremos mais tarde. Por ora urge investigar o que Faria e Sousa declara sobre os successos dos annos indicados.

Ouçamos, pois!

§ **275.**—Para comprehendermos a exposição d'este commentador e biographo, é preciso conhecermos primeiro mais outra satyra indiatica de Camões: os *Disparates na India*,[4] collocados por Faria e Sousa nos mesmos mezes em que foram celebradas as festas da acclamação de Francisco Barreto, dando ensejo e assumpto para a *Satyra do Torneio*.

Os *Disparates* pertencem a um genero pouco commum[5] na peninsula. Quanto á fórma, são compostos de estrophes bilingues, nonarias, em verso de redondilhas, ás quaes se accrescentou, como desfecho um pouco grotesco, um proverbio em prosa, sem rima.[6] Em dezasete d'estas estancias as fraque-

---

[1] Repito que ignoro, qual a edição de que Severim se serviu, em que a Satyra pertencia á *terceira parte*, e onde a Canção autobiographica tem o numero xv e a das Moluccas é a xiv.ª da *terceira parte*.

[2] É engano. Na alludida Canção, o Poeta não menciona o Vulcão de Ternate, (Gunong-Gama-Lama). Só o indica nos *Lusiadas*, x, 132, onde falla do «*ferrente cume que lança as flammas ondeadas*...» O vulcão a que allude vagamente na estancia 8.ª da Canção (l. 98), talvez seja o *Gunong-Api* do grupo Banda.—Cfr. *Sämmtliche Gedichte*, vol. iv, p. 334.

[3] Macao fica ao norte do Equador, uns sete gráus mais septentrional que Gôa, mas Severim pensa nas Moluccas, situadas vinte gráus mais ao sul de Gôa, e além da linha.*

[4] Começam: «*Este mundo es el camino*».

[5] Veja-se o artigo que C. M. de Vasconcellos dedicou ao genero e á especie na *Zeitschrift*, vii, p. 420 e seg.

[6] O leitor procure uma estrophe, que póde servir de amostra, no § 244 d'esta *Vida*.

* É possivel. Mas mais provavel será que Severim pensasse simplesmente na differença feita na India entre as armadas do *Norte* e as do *Sul*, isto é, entre as que, sahindo de Gôa velejavam *primeiramente* na direcção Norte ou Sul.

zas e os vicios das camadas superiores da sociedade goense são postos ora no pelourinho, ora na berlinda. Uma ultima estrophe final, tendo a menos o proverbio, consta de apenas quatro versos com rimas cruzadas *(abba)*, de modo a ficar muito incompleta quanto á fórma metrica, apesar de completa quanto á grammatica e ao sentido.

Só as nove primeiras tem *vis* poetica e temperamento; as restantes carecem de vigor e de chiste. Foi sommando a esta caracteristica a particularidade de a poesia attingir o seu apogeu na ultima estrophe do primeiro grupo, a qual flagella o vicio fundamental da administração da India (o systema de corrupção, causa da venda de todos os cargos e postos) que cheguei a considerar authentica apenas a primeira parte, e a segunda como apocrypha—ideias que já expendi anteriormente.[1]

Com franqueza rude e imprudente, o Poeta, azedado e cheio de indignação, arranca aos typos que apresenta, a hypocrita mascara, mostrando as suas feições verdadeiras, verberando e causticando, mas não offendendo, visto que não individualiza. Os *typos*, cujo perfil desenha com poucos traços, são: os falsos nobres, de appellidos usurpados e genealogias ficticias; os fanfarrões, peralvilhos, cobardes, endireitas moraes de consciencia torta, ricaços, falsos hypocritas e santarrões, rhetoricos phrasistas, e concussionarios.

É impossivel fixar exactamente a data em que o Camões traçou aquelles ousados «*caracteres*». Mas quer fossem escriptos e propagados durante o governo de Francisco Barreto (de 1555 a 1556), ou mais tarde, no reinado de D. Constantino de Bragança (1560–1561), é quasi certo que o Poeta satyrico não podia ganhar amigos com os seus apodos, antes pelo contrario bastantes adversarios clandestinos. Se os escreveu durante o governo de Barreto, procedeu com grande imprudencia, fiando-se em que a «agua-forte mordaz» da sua ironia não era destinada a ferir o proprio governador, nem podia desdourá-lo! De um lado, o caracter do magnifico fidalgo, os seus antecedentes e a sua actividade official não davam azo para queixas justificadas. Um sentimento arreigado de justiça e a bondade do seu coração[2] serviam-lhe em geral de escudo contra actos de tyrannia prepotente[3] e crueldade; sabia contêr até a

[1] *Sämmtliche Gedichte*, I, p. 364–365.

[2] Praticar crueldades contra Mouros e Turcos, é preciso lembrá-lo sempre de novo, não era sómente desculpavel, mas meritorio. Francisco Barreto pensava n'este ponto como todos os outros: não sómente louvou e premiou um seu capitão porque deixára assoladas e destruidas cidades da India (Couto, VII, 4 1), mas cometteu tambem acções parecidas (IX, 23).

[3] Couto, VII, 8, 12 e seg., refere feitos verdadeiramente humanos commettidos por Francisco Barreto.

ira que ingratidões revoltantes lhe despertavam.[1] Propenso a perdoar as offensas recebidas, a sua vaidade tornava-o comtudo, accessivel a mexericos.[2]

Pelo outro lado, seria signal não só de grande inconsideração e falta de tino, mas verdadeiramente de cega parvoïce, se o Camões (cuja sorte ia depender do governador d'ahi a mezes) lhe tivesse lançado á cara offensas pessoaes ou maliciosos motejos indirectos, escrevendo e divulgando qualquer poesia ou prosa allusiva ás fraquezas do poderoso magnate, cuja benevolencia tinha grangeado, de resto, pouco antes, na opinião de todos os biographos modernos, com a representação do Filodemo!

Quem ainda ha pouco festejára o amigo predilecto dos Goenses, mal podia aggredi-lo de repente. Provavel é que os fidalgotes que se julgavam menoscabados pelos *Disparates* e pela *Satyra do Torneio* tentassem vingar-se, urdindo e maquinando intrigas, e tratando o Poeta de molesto perturbador e desmancha-prazeres. Mas Francisco Barreto, fiel executor da lei, e ministro honrado, era demasiadamente sensato e justo para decretar a prisão e desterro de um cavalleiro, cujas unicas culpas consistiam na composição e recitação de versos juvenalescos. Logo diremos como desatou ou cortou o nó, removendo as queixas e querellas, e protegendo ao mesmo tempo o Poeta.

§ 276.—Segundo Faria e Sousa,[3] aconteceu que a fina satyra dos *Disparates*, dirigida contra alguns dos principaes individuos da cidade, incumbidos de cargos preeminentes, escandalizou o governador. E quando o Poeta, continuando no mesmo caminho, offendeu, na *Satyra do Torneio*, os cavalleiros de alta cathegoria que tinham celebrado festivamente a acclamação d'elle,

---

[1] Couto, IX, 23.

[2] V. Juromenha, I, p. XV.—Alexandre Lobo (p. 185), baseado na *Historia Sebastica* de Manoel dos Santos (liv. II), que não tenho ao meu dispôr, dá a seguinte caracteristica de Barreto: «homem de grande qualidade, liberal, bom soldado, bom governador, no tocante aos negocios de guerra, e muito benemerito na India e Africa, do Rei e da Patria, era hum pouco *vão, e prompto a se resolver por mexericos*». *

[3] *Vida* II, §§ 18 e 19. Na *Vida* I (cap. X) Faria e Sousa tinha assentado, em conformidade com Severim, que a relação das festas goenses, provocando queixas, obrigara Francisco Barreto a prendê-lo e desterrá-lo para a China, designando o Poeta estes castigos de *injusto mando*.

* Confiram-se as queixas amargas que Diogo do Couto levanta no *Soldado Pratico* contra a raça dos *alvitreiros e novelleiros da India*, que, segundo elle, mereciam 300 forcas e degradados para a Ilha de Santa Helena—palavras que me ocorrem á memoria cada vez que leio em Correia a nota sobre *os falsos amigos que tinham mexericado o Poeta com o Governador*.

a sua ira recrudesceu a ponto de lhe dictar medidas contra o acerrimo censor. «*Finalmente Francisco Barreto, haziendo-se vengador de aquellos hombres e tambien de alguna desconfiança propia, por aver sido aquella fiesta a sua entrada, desterró al Poeta, echandole de Goa a la China! Deste destierro se queja en las Redondillas primeras (estancia 19),*[1] *y en su Lusiada, Canto* x *(estancia 128).*[2] *Pero yo no puedo entender como Francisco Barreto le desterró con tanta comodidad, pues lo executava con tanta ira, porque llevó el officio de Provedor de los Difuntos en la Ciudad de Macao, de pocos años fundada por los Portugueses en las faldas de la China, que tocava la Ciudad de Cantam; porque este officio es de provecho, si bien se suele dar a personas de menor respecto que la suya. Pero los Señores algunas vezes para endulzar sus rigurosos mandatos, suelen usar en las expulsiones de los que los desplazen esto de dar a entender que los acomodan*».

Os biographos posteriores[3] são de opiniões muito desencontradas: ora

---

[1] Babel-Zião, versos 181-190, que contêm o termo: *a pena deste desterro.*

[2] Já tratamos, em uma das notas do § 274, da verdadeira significação dos versos camonianos, interpretados por Faria e Sousa.

[3] *Correia,* commentando os *Lusiadas,* vii, 80, e x, 28, não diz nada de substancial: só vagas phrases.

Aquino (i, p. cxxxviii) e Adamson, i, p. 129. ff., partilham da opinião de Faria e Sousa.

Lobo (p. 186) reconhece na nomeação para provedor o desejo de dulcificar a pillula amarga do exilio.

Latino Coelho (p. 207) deixa indeciso o litigio sobre o caracter vindicativo ou beneficente da medida, inclinando, comtudo, a vêr em Barreto um severo e orgulhoso caudilho, que pune affrontas.

Burton (Cam., i, p. 19-20) tambem não se pronuncia decididamente. Collocando a nomeação no anno de 1556, diz: «*yes, there was undoubtedly bad blood between the Governor and the Poet*».

Botelho não acredita na authenticidade da *Satyra do Torneio;* mas julga que, irritado pelos *Disparates*, o governador baniu o auctor para as Moluccas (1556-1558), e tem a nomeação por posterior, collocando-a no tempo de D. Constantino (1558-1559).

Schäfer (iv, p. 317-318) concorda, como quasi sempre, com as ideias do Morgado de Matheus.

Juromenha (i, p. 71-72) data os *Disparates* do anno de 1558, admittindo que Barreto patrocinasse o Poeta, e lhe outorgasse o cargo de Provedor, a fim de o afastar dos seus perseguidores, ou tambem sómente para ministrar um honesto subsidio á sua pobreza.

Leoni (p. 131 e seg.) estabelece o seguinte: Barreto desterra o Poeta ás Moluccas, onde estaciona um anno e compra o escravo Javanez; o Capitão de Malacca nomeia-o Pro-

consideram as medidas de Barreto como de amigo, ora como de inimigo; uns attribuem-lhe o desterro, outros affirmam que não foi elle, mas sim D. Constantino quem nomeou o Camões Provedor-mór dos defunctos.

Advertirei apenas o seguinte: Se fosse certo e provado que El-Rei D. João III e os vice-reis e governadores da India decretavam tão facilmente a pena de *desterro*, quasi não haveria em toda a vida do Poeta uma unica mudança de logar que não devessemos considerar forçada e involuntaria. Nos dois decennios de 1540 a 1560 teriamos meia duzia de desterros, a incluirmos um de que ainda não tratamos: o primeiro, de Coimbra a Lisboa; o segundo, de Lisboa a Santarem; os restantes, a Ceuta e Gôa; de Goa a Macau; e de Macau novamente a Gôa![1]

E uma vez que a correcção imposta á dicacidade de um Poeta satyrico, que fustigava apenas os vicios de certos typos sociaes, era tão dura, admira que ninguem se lembrasse de attribuir tambem a estada de Camões em Moçambique a um desterro de Gôa, dictado por causa *dos versos de maldizer*, que a sua musa lançou contra um capitão bravo, rico e de bons creditos, o Goense *Miguel Fios-Seccos*. Nada mais natural e simples, e nada mais comprehensivel... aos olhos dos biographos... porém não aos meus![2]

Mas sendo isso assim, e declarado que não acredito na multiplicidade d'estas penas impostas, d'estas perseguições odientas, qual é o fio de Ariadne que me faculta a sahida d'este labyrintho, atravez do *mare-magnum* de factos desencontrados e de opiniões oppostas sobre este passo da vida do Camões?

Vejamos!

§ 277.—Já sabemos que o Camões estava em Gôa na segunda metade do anno de 1555, ensaiando e representando o seu Filodemo e redigindo ao

---

vedor-mór de Macau (1557); na ida para a China naufraga; é revocado do exilio por D. Constantino, e volta a Gôa livre e independente, em fins de 1560 ou principios de 1561.

Segundo *Ramalho Ortigão* (p. LXI), temos o Camões Provedor-mór em Macau no anno de 1556, de onde volta ao cabo de um biennio, não se sabe se voluntariamente; fica preso; é solto por ordem de D. Constantino, sem que se diga quando; vê-se encarcerado por causa de dividas, sahindo da prisão em 1562; e parte para Malacca e as Moluccas, regressando em 1567.

Braga (*Hist. Cam.*, I, p. 239 e seg. e 260 e seg.) caminha na senda aberta por Juromenha.

[1] Veja-se §§ 301 e 302, e confira-se Mariz, p. 10; Severim, fl. 2^b e 3^b; Faria e Sousa, *Vida* II, §§ 14 e 18; Diogo de Paiva, extractado por C. C. Branco, a p. 15.

[2] Em toda a parte vem constantemente designado com esta alcunha.—Cfr. § 329.

mesmo tempo poesias e prosas zombeteiras.[1] Provaremos que, segundo todas as probabilidades, tornou a estar em Gôa em 1560, e que morava alli, sem duvida alguma, entre março e sete de setembro de 1561.[2]

N'este meio tempo, que abrange uns seis annos, pouco mais ou menos, escreveu, além das Satyras, as Redondilhas sobre Zião e Babel; a Canção de Banda;[3] o Soneto funebre á morte de D. Catherina de Ataide;[4] o Soneto Silvio-Liso;[5] as Oitavas a D. Constantino de Bragança,[6] concluindo ainda os primeiros seis (ou sete) cantos dos *Lusiadas*.

Tambem n'este meio tempo o nosso peregrino visita a peninsula de Malacca, assim como as ilhas Moluccas, pelejando ahi durante algum tempo, ficando ferido e curando-se na ilha de Banda. Durante o mesmo periodo passa dois annos em Macau como Provedor-mór dos defunctos; embarca n'um navio que vindo do Japão velejava de Macau a Gôa; naufraga na embocadura do Mecom, attingindo finalmente a capital do imperio indo-portuguès, depois de tocar outra vez em Malacca.

Todas estas longas viagens, todos estes acontecimentos, todas aquellas poesias entravam no governo triennal de Barreto (16 de junho de 1555 até 3 de setembro de 1558), segundo os calculos de Mariz, preenchendo portanto a ida de Gòa a Macau, a estada ahi e o regresso, apenas dois annos e meio! sem fallarmos na visita ás Moluccas!

O prazo, evidentemente muito restricto, é absolutamente inaceitavel. Os biographos antigos[7] estenderam por isso o periodo, calculando que tantos successos deviam preencher uma serie de annos maior, até 1560 ou 1561. Os mais modernos[8] amputaram-no novamente, voltando ao primeiro computo,

---

[1] São tambem d'estes annos as quintilhas ao *Desconcerto do mundo* e o *Labyrintho*, com as suas queixas sobre o mundo. (*Sämmtliche Gedichte*, I, n.° 2 e 3).

[2] Cfr. § 307.

[3] Canção 6: *Com força desusada.*

[4] *Alma minha gentil que te partiste.*

[5] *Cantando estava hum dia bem seguro*, que fecha com as palavras «*alma minha*».

[6] Oitavas, II: *Como nos vossos hombros tão constantes*. Com relação á Elegia XXVI sobre a morte de D. Alvaro da Silveira († 1559) veja-se o que consta dos §§ 306 e 307.

[7] Penso em Severim de Faria (fl. 4ª), Faria e Sousa (*Vida* I, cap. XI, e II, § 22), Aquino, (I, p. CXXXIX), Adamson, (I, p. 147) e em Lobo (p. 186 e seg.). Segundo elles, Camões navegando atravez do mar de Sunda (Moluccas), foi a Macau, de onde voltou (voluntariamente, segundo Lobo, p. 193) em fins de 1560 ou principios de 1561.

[8] Procedem assim: Juromenha, I, p. 89; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 292, e *Vida*, p. XXXV; Burton, *Cam.*, I, p. 25-26, que se vêem obrigados a datar de Gôa a Canção de Banda.—Leoni e Ortigão afastam-se, como já mostrei na longa nota relativa ao § 276. —Sobre Schäfer e Botelho, veja-se a mesma nota.

eliminando todavia a viagem ás Moluccas, para collocá-la em epoca posterior.[1]

§ 278.—Penso que o nosso Poeta, ao findar do seu triennio militar, tratou de ajuntar, pouco depois da representação do Filodemo, e talvez instigado pelo proprio governador, todos os seus papeis officiaes: certidões de comportamento, e folhas de serviço, está claro que com o intuito de requerer despacho dos seus serviços. Durante os dois annos de milicia obrigatoria e de castigo em Ceuta,[2] e outros tres quasi completos no Oriente, o Camões devia ter adquirido uma porção consideravel de attestados e patentes que certificavam a sua assistencia na peleja, onde perdeu o olho, e talvez ainda em outros recontros assim como, certamente, em fortalezas e campanhas; a viagem em armada official, de Lisboa a Gôa, como homem de armas *matriculado;* participação na jornada apparatosa ao Chembe; na empresa do capitão D. Fernando de Menezes ao Estreito de Mecca; no ataque contra os Fartaquins; na tomada do porto de Mascate; na ida a Ormus; na escaramuça naval contra Alecheluby, e porventura na jornada de Fernão Farto a Arkiko; na passagem a Pondá, verificada pelo vice-rei D. Pedro de Mascarenhas; e na entrevista do governador Francisco Barreto com o Mealecan nas mesmas terras de Pondá. Accresciam os documentos sobre a sua vida e conducta em tempos de paz e inactividade. Os alvarás sobre a relegação da côrte de Lisboa, sobre a prisão no tronco da capital, acaso não os poderia omittir, mas em compensação offereceria os honrosos depoimentos em que o Conde de Linhares, D. Francisco de Noronha, attestava os optimos serviços prestados pelo illustre e erudito aio a seu filho. Porque o Poeta tinha um justificado orgulho do seu saber, muito embora a educação humanistica pesasse pouco na balança em que se aquilatavam os meritos de um soldado da India.[3]

---

[1] Entre 1564 e 1566 (ou 1567).

[2] Parece que aquelles dois annos de Africa, por serem de castigo, não entravam nas contas do governo. É, pelo menos, o que resulta dos dizeres do alvará régio, dado em Lisboa, a 28 de julho de 1572 (Juromenha, I, p. 169, Documento *F*), em que se mencionam simplesmente os serviços de Camões *nas partes da India*, e não os anteriores nas regiões africanas. Mas isto não impediria que o Poeta apresentasse tambem, em honra á verdade, as certidões de Ceuta, que deviam attestar, pelo menos, o seu bom comportamento e seu valor.

[3] Sirva de exemplo do muito apreço em que era tido o *fidalgo*, e do pouco que os estudos valiam na India, um successo relatado por Couto nas Decadas VI, 10, 15. «Chegando ás mãos do Visorei D. Affonso de Noronha uma carta régia de Portugal, em que o monarcha mandava suspender um Capitão, por certas culpas, e, acommettendo elle al-

Todos estes papeis, assignados em devida fórma, foram entregues ao governador com uma petição, ou seja requerimento, em que o Poeta sollicitava, á conta de seus serviços, a nomeação para um posto de administração *civil*, e não promoção *militar*, porque estava cansado e farto das lides bellicas. Corroborariam efficazmente n'estes almejos de paz, que nutria, a esperança de fruir n'um posto civil recursos mais avultados e seguros, e, em conseqüencia, o sossego e ocio necessarios para poder, despreoccupado, concluir finalmente o magno trabalho da sua vida, a epopeia nacional, planeada e encetada de ha tanto, e sempre novamente interrompida e adiada!

Prompto despacho, não o esperava. Já sabia quão difficil, custoso e demorado era o alcançar um simples *cumpra-se!* n'uma patente, quanto mais chegar a ter seguro o favor effectivo de uma nomeação rendosa! E mesmo, caso o governador o protegesse, o provavel era ser promovido a qualquer posto sómente para *a primeira vagatura*, tendo portanto de esperar um, dois ou mais annos, a não ser que a morte, ceifando, abrisse campo no quadro dos empregados publicos inesperada mas opportunamente. Bem sabemos, e bem o sabia o Camões, que freqüentes vezes, por exemplo na acclamação de um novo governador, havia abusos, riscando-se uns e nomeando-se outros, mesmo *reinoes* sem pratica nem experiencia, para cargos de responsabilidade, interrompendo-se assim a legitima successão.[1] Mas Francisco Barreto, durante cujo governo o compadrio não imperava, nem triumphava o empenho, havia-se mostrado, desde o seu advento, escrupuloso inimigo de taes illegalidades.

A petição do Poeta correu os tramites legaes.

E se, desejoso de fazer a vontade ao cantor dos *Lusiadas*, Barreto o nomeou «provedor-mór» nas paragens longinquas da China, seria porque não achou outro meio de satisfazer rapidamente suas condições e seus desiderandos, sem ferir os interesses e privilegios já concedidos a outros requerentes.

Logo[2] tornaremos a tratar da nomeação, explicando o estado do dominio sino-português. Por ora bastará o que fica dito.

§ **279.**—Trato commercial com o estado da China, principalmente com

---

guns fidalgos pera o desapossarem, muitos se recusaram; e aquelle que aceitou, todos lho estranhavam, porque diziam que aquella diligencia havia o Viso-rey de mandar fazer por um Desembargador, que aquillo era mais profissão de um *bacharel* que de um fidalgo tão honrado». E sobre isso lhe fizeram muitas trovas, está claro que de escarneo!

[1] Cfr. §§ 337 e 342.

[2] Cfr. §§ 295 e seg.

Cantão, já fôra cubiçado, procurado e obtido desde 1517 pelos Portuguêses, mas novamente perdido, por culpa propria, sendo readquirido apenas desde 1554. As negociações sobre a installação de uma feitoria em Macau haviam sido entaboladas anteriormente com os cautelosos Chins, mas o documento do contracto effectivo, assignado pelo governador, só foi entregue ás auctoridades competentes em julho de 1555. Na mesma data foi nomeado todo o pessoal administrativo da feitoria, por um triennio, como em toda a India. Apenas o logar de commandante ou capitão-mór era «*volante*», e conservou-se assim por bastante tempo. Até então os negocios dos chatins que mercadejavam nas costas chinesas foram tratados pelos capitães e mais auctoridades maritimas, depositarios e thesoureiros do espolio de defunctos e ausentes, e encarregados de arrecadarem e administrarem as sommas provenientes do leilão da sua fatiota. A licença, e ratificação definitiva da feitoria, da parte do Imperador da China, cujos mandarins detinham com delongas todas as decisões, effectuou-se em 1556.

A colonia era portanto muito diminuta; todos os assumptos estavam postos em ordem, havia pouco, no estabelecimento recem-installado. Os postos tinham sido providos exactamente quando o Poeta pensou em requerer um cargo civil, de sorte que vagaturas só podiam prevêr-se para julho de *1558*. Successores, pelo processo usual das «vias», ainda não haviam sido nomeados para aquelles confins, simplesmente porque os pretendentes eram poucos: a enorme distancia, a pouca importancia e estabilidade da feitoria não suscitavam a cubiça dos funccionarios. O posto passava por incommodo, apesar de bem pago e de proporcionar lucros, relativamente altos, em esportulas e emolumentos.

Eis porque Barreto mandou offerecer a Camões o logar de «*Provedor-mór dos Defunctos e Ausentes de Macao para a sobrevivencia na primeira vagatura*».[1] Este não hesitou por muito tempo. Além de todas as razões já allegadas, houve mais uma, muito especial, que moveria o cantor dos *Lusiadas* a acceitar um posto no cabo da terra: a esperança e o desejo de vêr, «*até o longiquo China navegando*», a sua querida Lusitania como dominadora dos mares do extremo Oriente. Acceitou. E o nome «*Luis de Camões*,[2] *cavalleiro fidalgo da casa de El-Rey nosso Senhor*» foi lançado nas listas correspondentes da Matricula, com a observação complementar já indicada: «*Provedor-mór dos Defunctos e Ausentes de Macao para a sobrevivencia na primeira vagatura*». No acto da

---

[1] Cfr. p. 542. Nota 2.

[2] O Poeta já então não se intitulava *Luis Vaz*, mas sim *Luis de Camões*, a darmos credito a Luis Franco e ao seu Album poetico, tantas vezes citado.

entrega da sua *nomeação*, da parte (ou mesmo das proprias mãos) do governador Francisco Barreto, o Poeta recebeu o conselho, claro e nada equivoco, de partir quanto antes, com a primeira armada do sul, enrolar-se em Malacca, em qualquer expedição, servindo nos mares de Sunda e Banda até a occasião em que urgia partir para Macau, talvez em julho de 1558. Então embarcaria na unica náu régia, que annualmente ia de Gôa ao Japão, tocando em Malacca.

Sim; a pillula dourada sabia bem a amargo... mas Camões acceitou-a de boa vontade, e agradeceu sinceramente, despedindo-se do equitativo *Salomão-Barreto!*

§ 280.—A nossa investigação levou-nos a assentar como indubitaveis alguns factos: o Camões tomou parte na expedição ao Chembe e n'um dos cruzeiros mandados ao estreito de Mecca; escreveu e remetteu ao reino uma carta em prosa e varias poesias, e continuou a trabalhar nos *Lusiadas;* soffreu horrivelmente com o mal da terra, atormentado de saudades pela amada, e com a estranheza que o isolamento em região desconhecida inculca dolorosamente, descontente da sua situação pouco invejavel, aborrecido da guerra e dos seus horrores. Depois de desabafar, motejando dos Goenses e dos seus costumes e vicios, foi provido na vaga de um posto civil, provimento que affiançava dentro de um triennio uma riqueza relativa, embora o levasse longe, muito longe da capital do imperio indo-português.

XIX

CAMÕES NAS MOLUCCAS

XVI

CAMÕES NAS MOLUCCAS

§ 281.—Nos *Lusiadas* ha um verso em lingua italiana, pedido de emprestimo a Petrarca.

Que significa semelhante selecção?

O verso é uma «*divisa*», cuja verdade intrinseca o Poeta experimentára duzias de vezes durante a sua já longa e aventurosa vida, uma sentença que abroquelára o seu impetuoso coração mais de uma vez contra sonhos de fortuna, consolando-o quando desesperado e desilludido. Ainda agora o ia garantindo contra esperanças fallazes:

> Tra la spiga e la man qual muro è messo.[1]

Ainda agora! Entre a seara cheia de fructos, que o triennio da China quasi affiançava, e o ceifador, ou digamos o respigador, (porque em Macau, ainda assim, não havia messes abundantes que colher) estavam dois annos de pesado serviço militar, quer fossem gastos na armada, quer em fortaleza. Já antes, o Poeta tinha escripto de Gôa a um amigo lisbonense (1554), contando-lhe certas novas da terra «que não serão más no fundo de huma arca, para aviso de alguns aventureiros, que cuidam *que todo o mato he ouregãos, e não sabem que cá e lá mais fadas ha*»,[2] dizendo claramente por estes proverbios, com quantas desillusões, quantas esperanças destruidas, havia de contar o expatriado, longe do ninho paterno.

Não sabemos, se o Poeta ainda teve tempo para, com a armada, que em

---

[1] *Lusiadas*, IX, 78.

[2] Carta I, da India.

janeiro ou fevereiro alargava ferros de Gôa ou Cochim, mandar cartas ao reino, com noticias sobre os seus planos e a nova da mudança que ia realizar-se na sua vida. No caso affirmativo, e se as cartas chegassem a salvamento, entregues em Lisboa em junho ou julho, ainda assim vinham tarde para *uma*, a inolvidavel e inolvidada, que já exhalára o seu ultimo suspiro.

Fechados para sempre estavam
os olhos onde o casto amor ardia.[1]

Seria presentimento d'este desenlace que levou o Poeta, algumas semanas depois, e sem saber do fallecimento de D. Catherina, a renunciar, não á sua paixão, mas aos canticos da mocidade, pendurando a frauta nos salgueiros do exilio:

Mas em vida tão escassa
que esperança será forte?
Fraqueza da humana sorte
que quanto da vida passa,
está recitando a morte!
Mas deixar nesta espessura
o canto da mocidade,
não cuide a gente futura
que será obra da idade
o que é força da ventura.
Que idade, tempo, e espanto
de vêr quão ligeiro passe,
nunca em mim poderam tanto
que, postoque deixe o canto,
a causa d'elle deixasse!
Mas em tristezas e nojos,
em gosto e contentamento,
por sol, por neve e por vento,[2]
tendré presente a los ojos
por quien muero tan contento.

§ 282.—Eil-o Poeta exposto novamente ao rude regime da vida maritima, ameaçado por doenças e miserias, guerras e naufragios, desgraças e aggravos.

As armadas do Sul costumavam sahir da barra de Gôa nos primeiros

[1] Soneto 187.*

[2] «*Sobolos rios que vão*», versos 96 e seg.

* Julgo que é esta a unica vez em que o escrupuloso auctor tergiversou, citando um verso de uma poesia apocrypha, apenas pseudo-camoniana. O Soneto que principia com o verso citado, é de Bernardes (*Varias Rimas*, p. 132)

dias de abril.* A viagem levava, com bom tempo e monção favoravel, uns quarenta dias até Malacca,[1] e depois mais uma semana até attingirem as regiões moluccas.[2]

O Poeta tratou de se apromptar: devia contar com uma longa ausencia de Góa, seis annos pelo menos. Portanto comprou tudo quanto lhe pareceu necessario em roupas e vestimentas: pagou e cobrou as suas dividas; lembrou a este ou àquell'outro protector em versos humoristicos ou «scherzo» gracioso uma gratificação promettida e não dada;[3] mandou pulir ou renovar a couraça e o broquel; pôs em ordem e enfardelou os seus thesouros manuscriptos; comprou ou emprestou de amigos mais alguns livros de historia, tratados geographicos e ethnographicos.[4]

Taes despesas não excederiam o seu modesto peculio, porque com o soldo como cavalleiro-fidalgo e a sua parte nas presas de guerra, medrára durante este triennio, muito embora não augmentasse os rendimentos, traficando com a pimenta, como era licito dentro de certos limites. Já sabemos que como verdadeiro poeta não teve esperteza para grangear bens temporaes.[5]

Havendo despachado todos os negocios inherentes à partida, o Poeta cuidou dos seus deveres religiosos. Duas razões, e ambas de vulto, o levaram a desobrigar-se: o quarto e o quinto mandamento da Santa Madre Egreja e o futuro incerto. Era tempo de quaresma: a Paschoa ia chegando, e como bom christão o Poeta confessou e commungou, para embarcar «*illustrado do santo raio*»,[6] preparado para a vida e para a morte.

§ 283.—É muito provavel que a esquadra, em vela para Malacca, des-

---

[1] Antonio Galvão gastou em 1536 quarenta dias; Duarte d'Eça cinco vezes mais, de abril a novembro, em 1555; e Affonso de Albuquerque demorou-se em 1511 na viagem mais curta de Cochim a Malacca, uns *sessenta* dias.—Cfr. Schafer, III, p. 241-242, e IV, p. 110; Couto, 4, 7.

[2] O mesmo Antonio Galvão attingiu Ternate oito dias depois de ter tocado em Malacca.—V. Schäfer, IV, p. 10.

[3] Ha entre as redondilhas uma *Esparsa* a um fidalgo na India, por lhe tardar com uma «camisa galante» que lhe promettera.

[4] Entre elles iam certamente as Decadas I e II de Barros.

[5] Cfr. Goethe, *Venetianische Epigramme*, N.º 35. «*Da er sich auf den Erwerb schlecht als ein Dichter verstand*».

[6] «*Sobolos rios que vão*»; verso 236.

---

* Couto, no *Soldado Pratico* (cap. XVII sobre Malacca ou o pastor de Achem), diz: «Para Malacca se pode ir duas vezes no anno e vir em ....., convem a saber: póde-se partir em abril e vir em janeiro os que lá querem invernar, e os que invernam na India partem em setembro e vem em janeiro, em companhia dos que foram invernar, mas estão lá menos tempo».

aferrasse no anno de 1556, como de costume, entre domingo de Ramos (29 de março) e a Paschoa (5 de abril). Tres annos antes, o Camões sahira da patria, exactamente na mesma quadra (26 de março de 1553), despedindo-se lacrymoso de Zião-Lisboa e emigrando para Gôa-Babel.

Recapitulava agora nos seus sonhos de poeta todas as magoas, todos os perigos, todas as luctas do triennio passado, e presentia as tribulações dos dois annos proximos, prevendo-as. Pensamentos desconsoladores martyrizavam a sua alma. A semana da Paixão do Poeta ainda não findára. E nada lhe certificava nem promettia que jubilosos *hallellujahs* annunciariam um dia o alvorecer de um domingo de *resurreição*, de nova vida na patria, nas margens do Tejo, n'aquella Lisboa, cuja imagem e lembrança nunca sahia da sua alma:

Terra bemaventurada,
se por algum movimento
d'alma me fôres tirada,
minha penna seja dada
a perpetuo esquecimento!
A pena d'este desterro *
(que eu mais desejo esculpida
em pedra ou em duro ferro)
essa nunca seja ouvida,
em castigo de meu erro! [1]
E se eu cantar quiser,
em Babylonia sujeito,
Hierusalem, sem te ver,
a voz, quando a mover,
se me congele no peito!
A minha lingua se apegue
ás fauces, pois te perdi,
se, emquanto viver assi,
houver tempo em que te negue
ou que me esqueça de ti! [2]

---

[1] Versos 181 e seg.
[2] Ib., 281.

* Faria e Sousa entendeu, como o leitor já sabe, que o Poeta se queixa aqui do *desterro de Gôa á China*, decretado por Francisco Barreto. Outros biographos acharam duvidoso, se o Camões n'esta estancia XIX alludia ao exilio para Macau, ou se o desterro de que falla, se havia de entender genericamente da terrena e mortal peregrinação.

Incomprehensivel cegueira! Parece que nunca leram a sublime poesia, e que nunca a conferiram com os restantes versos, em que o Camões chora as lembranças de Zião, e amaldiçôa os horrores da Babylonia oriental. Zião é a patria, é Portugal, é Lisboa. Babel, a capital da India; o desterro, a ausencia do patrio ninho amado. O sentido mystico das redondi-

Mas se não ha certeza de que desponte a leda madrugada da resurreição terrestre na patria, ha certeza de que outra manhã raiará, para o cantor exhausto de forças, como para todos os mortaes,

> no gram dia singular
> que na lyra o douto som
> Hierusalem celebrar.[1]

Eis porque o Poeta, «*lustrado c'o santo raio*», volve as suas saudades da terra onde nasceu a carne, á santa cidade, de onde a sua alma desceu, e eleva-se até ao amor divino, deixando atras as suas affeições de amor profano:

> Tanto pode o beneficio
> da graça (que dá saude)
> que ordena que a vida mude;
> e o que tomei por vicio
> me faz grao para a virtude.
> E faz que este natural
> amor, que tanto se preza,
> suba da sombra ao real,
> da particular belleza
> para a belleza geral.
> Fique logo pendurada
> a frauta com que tangi,
> ó Hierusalem sagrada,
> e tome a lyra dourada
> para só cantar de ti!
> Não captivo e ferrolhado
> na Babylonia infernal,
> mas dos vicios desatado
> e cá d'esta a ti levado,
> patria minha natural.[2]

As magnificas redondilhas rematam com um hymno á Jerusalem celeste, para a qual não têm entrada os «*ruins filhos de Edom*».[3] Por isso é que no ultimo verso exclama:

---

[1] Verso 281.
[2] Ib., 242.
[3] Ib., 285.

lhas em que o Poeta passa a despedir-se, resignado, de todos os cuidados e desejos terrestres, tanto do amor profano como dos cantos da juventude e da patria natural, só começa com a estancia 47.

Ditoso quem se partir
para ti, terra excellente,
tão justo e tão penitente
que despois de a ti subir,
lá descanse eternamente! [1]

§ 284.—Anteriormente, [2] datei esta grandiosa canção, que é, no sentir de muitos, a mais sublime e altisoante de todas as poesias lyricas do Poeta, dos dias immediatos ao naufragio nas costas de Cambodja, proximo á foz do Mecon—desastre que, como muitos outros criticos, então julguei succedido no anno de 1558. [*] Mas agora, depois de estudar a fundo e no seu conjuncto a vida e as obras de Camões, vejo-me compellido a impugnar aquelle parecer.

É pouco provavel que as setenta e tres estrophes, repassadas de enthusiasmo religioso e cheias de profundos pensamentos, tão fina e conscienciosamente architectadas, e de execução esmeradissima, fossem ideadas e escriptas pouco depois do tragico acontecimento, cuja data hoje fixo em 1560. Não! Accusado de um crime, revocado do seu posto, tendo em vista um inevitavel encarceramento, obrigado a velejar de Macau a Gôa, naufrago em terras inhospitas, viu-se completamente desprovido, exposto ao frio e á fome, á mais crua miseria, sendo forçado a mendigar o pão nosso quotidiano entre buddhistas estrangeiros. Almejando dia e noite pela apparição de uma vela conhecida, emquanto caminhava ao longo da costa de Cambodja, o Poeta não podia ter estro para vôo tão alto. N'aquelles versos não ha o minimo reflexo de soffrimentos corporaes, só dôres de alma, gritos arrancados a um coração martyrizado e sacudido por tempestades dilacerantes. Penso, por isso, que as redondilhas

Sobolos rios que vão

surgiram da mente inspirada do grande vate durante aquelles quarenta dias em que vogava de Gôa a Malacca (abril e maio de 1556).

§ 285.—O Poeta ia vêr o segundo dos tres logares memorandos que o genio do terrivel Albuquerque havia conquistado e aberto ao commercio do mundo. Depois de Gôa, Malacca! Nos *Lusiadas*, o Poeta lá traça o caminho,

[1] Ib., 361.

[2] *Sämmtliche Gedichte*, I, p. 345 e seg.

[*] Desde Severim de Faria, o primeiro a enunciar esta ideia, estribando-se n'um *diz-se* dos seus contemporaneos, todos os biographos repetiram aquella noticia.

fazendo passar revista ás regiões adjacentes, e ás cidades mais importantes: primeiro, a costa occidental da India gangetica, que já conhecia quasi até á ponta sul, com o *cabo Comori já chamado Cori, que Taprobana (Que ora é Ceilão) defronte tem de si;*[1] depois a parte austral da costa oriental até á altura da enseada de Bengala com Narsinga, Meliapor,[2] Orixa, Cathigan, e afinal o lado oeste da Indo-China, com o reino Arracão, Pegú, Siam, Tenassari e a Aurea *Chersoneso*, perto de Sumatra.

Mas antes de desembarcarmos na cidade de Malacca, «cujo esplendido porto não conhece tempestades, nem nunca viu naufragar embarcação alguma»,[3] vejamos como e com quem o Camões fez a viagem.

§ 286.—Juromenha,[4] querendo elucidar a questão, apurou o seguinte: «[O Camões]... devia partir na armada, de que ia por Capitão-mór um Francisco Martins, feitura do Governador Francisco Barreto,[5] e que se compunha de umas seis velas.[6] No porto de Lampacao, que era então a estação dos Portuguêses, e onde o Poeta se demorou algum tempo (?), devia encontrar-se pelo meado de maio d'este anno (de 1556)[7] com *Fernão Mendes Pinto*,[8]

---

[1] *Lusiadas*, x, 107-124.

[2] É em Meliapor que a lenda, cantada nos *Lusiadas* (x, 109-118) colloca o jazigo do Apostolo dos Hindus, S. Thomé. Este não podia faltar no poema da conquista da India. Mas porque será, pergunta o leitor, que não menciona o Apostolo mais moderno, S. Francisco Xavier? Porque morreu em 1552, e os *Lusiadas* fecham com o anno de 1550. —Cfr. p. 466, n 3.

[3] Schäfer, III, p. 241.

[4] Juromenha, I, p. 73 e 495-496, notas 39 e 41.

[5] Cfr. Mendes Pinto, p. 356^b.

[6] Pinto diz textualmente: «seis náus portuguêsas».

[7] É simplesmente impossivel. Já fallei da viagem de Gôa a Malacca a p. 559, nota 1, e tornarei a fallar d'ella no § 287.—É preciso ter em vista os pontos seguintes: 1.º) Linschoten assevera que *Lampacon fica a sete leguas de Macau* (Reysgheschrift, p. 61^b); 2.º) Pinto gastou quatro mezes, pouco mais ou menos, de Malacca a Lampacao, quando viajava com o Padre-mestre Belchior (Pinto, p. 345^b e 349^b); 3.º) em Cochim calcularam (a 26 de janeiro de 1526) a travessia, ida e volta, em quatorze mezes (V. Couto, IV, 1, 1), e isso em caso de necessidade, quando urgia chamar apressadamente para Gôa o novo vice-rei, Pero Mascarenhas, de Malacca, onde tinha o cargo de capitão.

[8] Fernão Mendes Pinto, nasceu de paes pobres em Monte-mór o Velho, perto de Coimbra, cerca de 1510; procurou fortuna em Lisboa (desde 1521) e alhures, mas sem resultado. Embarcou em 1537 para a India, iniciando uma vida de viajante e aventureiro, através da India, Ethiopia, Arabia, China, Tartaria, Macassar, Samatra, e muitas provincias d'aquelle archipelago oriental, em que gastou dois decennios (21 annos); preso

que vinha de volta para Gôa.[1] Tão longe da sua patria se encontravam os dois escriptores portuguêses em tão agitadas circumstancias da vida: um que vinha procurar o descanso, pondo termo á sua venturosa Odyssea, e o outro que ia, egualmente animado do desejo de independencia, pôr o peito aos varios lances da fortuna».

Braga[2] concorda, e refere o mesmo, omittindo unicamente o encontro dos dois viajantes no porto de Lampacao, de certo por não lhe dar credito. Burton[3] não modifica nada, narrando tambem que em março de 1556 o Camões, enviado á China, chegou a Lampacao, que então era estação portuguêsa, após 30 a 40 dias de viagem, encontrando ahi na sua derrota para Gôa,[4] a Fernão Mendes Pinto, o corajoso viajante, a quem as suas *Peregrinações* apenas valeram o titulo pomposo de «*Principe das patranhas*».[5] Este digno Português, preso pelos Chins por ter roubado os thesouros sepulchraes dos seus dezasete reis, mas escapado aos Tartaros, ia de volta para Gôa.[6]

§ 287.—Mas que haverá de verdadeiro no supposto encontro dos dois

---

umas treze vezes (e não tres, como Braga affirma no *Curso*, a p. 259), e vendido umas dezaseis ou dezasete (cfr. n. 5). Tudo isso consta da autobiographia, inserta nas *Peregrinações*, assim como as suas relações com S. Francisco Xavier.—A 22 de setembro de 1558 volta ao Tejo; procura debalde o sustento em Lisboa; vegeta miseravelmente, mas sem odio nem amargura, em Almada, e morre em 1580 ou 1583.

[1] É erro, como já mostrou Leoni (a p. 133).—Cfr. § 287.*

[2] *Hist. Cam.*, I, p. 241.

[3] *Cam.* I, 20.

[4] V. p. 563, nota 8.

[5] É difficil averiguar se esta alcunha é merecida ou não.** É facto que o peregrino erra ás vezes, com relação á chronologia, e quasi sempre na indicação do dia da semana em que qualquer acontecimento recahiu. No principio do texto diz que fôra vendido 17 vezes, e no fim que 16 (p. 1^b e 357^b). Mas isto póde ser mera falta de memoria. Braga (*Curso*, p. 259) aprecia muito as *Peregrinações*, e quer revindicar-lhes a fama de exactas e veridicas que lhes foi negada durante muito tempo. Carvalho (p. 108) louva o estylo.

[6] Em primeiro logar direi que o verdadeiro planeador e executor fôra o capitão Antonio de Faria e Sousa, e não o *Pinto*, que estava com effeito a bordo, mas sem mandar, obedecendo apenas. Um pirata siamês ou malaio, Similau de nome, lhe conselhára, fazendo em Liampo contracto formal, de irem roubar os tumulos imperiaes da China, na ilha de Calempluí, nas margens do rio de Nankin, representando a empresa como faci-

* Oliveira Martins repetiu ainda parte da falsa anedocta (a p. 85 do volume sobre Camões).

** De resto, foram os proprios Portuguêses que espalharam esta opinião, denominando-o picarescamente «*Fernão Mentes? Minto!*» e ainda «*Fernão, Mentes muito!*».

navegantes? Nada! absolutamente nada! A hypothese é gratuita e facil de rebater.

Juromenha leu muito pela rama o respectivo capitulo das «*Peregrinações*». De uma leitura conscienciosa resulta o seguinte sobre o roteiro do viajante, e sobre as datas da sua expedição:

Fernão Mendes Pinto partiu de Gôa na náu de D. Antonio de Noronha (filho do vice-rei D. Garcia), o qual tinha sahido da barra, provido da capitania de Malacca, a 16 de abril de 1554. Ia encarregado de apresentar presentes, da parte de D. Affonso de Noronha, ao rei japonês de Bungo, Yacatá-Andono ou Yaretandono, [1] em companhia do Padre-mestre Belchior, mandado como missionario. Lançaram ferro em Malacca a 7 de junho, após cincoenta e dois dias de navegação. [2] Dissensões e desordens no governo d'aquella fortaleza demoram o missionario e o embaixador, que se vêem obrigados a invernarem, partindo só dez mezes depois, no primeiro de abril de 1555. Volvidos *quatro* mezes [3] é que alcançaram, em principios de agosto, o porto de Lampacao. Gastaram portanto de Gôa por Malacca a Lampacao um semestre inteiro, e na jornada toda dezaseis mezes. Á espera de monções favoraveis, retardam no dito porto até 7 de maio de 1556; isto é, até uma data em que o Poeta ainda não tinha attingido Malacca, e muito menos o porto de Lampacao!

Mas prosigamos. O Padre-mestre Belchior e Fernão Mendes Pinto desfraldam novamente as velas, singrando de Lampacao a Fucheo, capital do reino de Bungo, onde deitam ancora, ao fim de trinta dias, dos quaes alguns foram despendidos na busca do bom roteiro, que o piloto perdera. As tentativas de conversão falham completamente. Em dois mezes convence-se o emissario da inutilidade de mais tentativas: em 14 de novembro voltam de novo

---

lima, fugindo porém antes de chegarem ao sitio.—V. Oliveira Martins, *Port. Marit.*, p. 29.—Os 56 Portuguêses, acompanhados de um padre e de 48 mareantes de Patane, com mais alguns chineses, deitaram ancora na dita ilha, abordando com ambas as suas *panouras* (navios de remo de alto bordo) e saquearam duas das muitas ermidas. Ao cabo de tres mezes ambas sossobraram na enseada de Nanking. Só 14 Portuguêses escaparam vivos.

Em segundo logar notarei que a captividade posterior do *Pinto*, preso por Chineses e libertado por Tartaros, nada tem com aquelle roubo. Em 1544 chegou são e salvo a Malacca (Pinto, p. 91-204).

[1] V. Pinto, p. 188ª (onde, a linhas 40, se deve ler 1554, em logar de 1556), 343ᵇ e 356ª.

[2] Cfr. p. 559, Nota 1, e 563, Nota 7.

[3] É o que inferimos do que Pinto allega a p. 349ᵇ.

e tocam em Lampacao a 4 de dezembro (1556). N'esta data e occasião é que se encontram com seis náus portuguêsas, cujo capitão-mór não era servidor d'El-rei, mas simples mercador, *Francisco Martins de nome*, feitura de Francisco Barreto, o qual á sua custa e risco ia negociando de Gôa a Malacca e ao Japão. A demora foi breve, porque a boa monção já ia acabando: na primeira oitava do Natal partiram para Gôa, onde entraram a 15 de fevereiro. Nas *Peregrinações* não se indica o anno, mas dos acontecimentos antecedentes e dos que se narram logo em seguida, resulta que a volta de Lampacao a Gôa devia ter custado um anno e cincoenta dias, pouco mais ou menos. Só em 1558 é que o Pinto tornou a vêr a capital da India. Ahi tratou de ajuntar e ordenar as suas certidões e os seus papeis, a fim de apresentá-los ao governador Francisco Barreto, para serem assignados, partindo em seguida (em março) com a armada annual, cheio de esperanças e illusões, que falharam em Lisboa, cujo solo pisou *a 22 de setembro de 1558.*[1]

§ 288.—Da côrte de Gôa partia todos os annos uma armada * com destino a Malacca, em principios de abril, como já dissemos. No anno de 1556, o governador despachou para ahi a D. João Pereira, filho de *D. Manoel Pereira*, segundo Conde da Feira, ** a fim de succeder na capitania, *** visto ter fallecido D. Antonio de Noronha, que depois de lá passar um biennio, succumbira afinal ao horrivel clima.[2] Á conserva da náu capitaina iriam, como de costume, mais algumas velas, com ordem de seguir para as Moluccas. É provavel que o Camões embarcasse n'esta frota e abordasse na cidade dos «Malaios namorados»[3] na primeira metade de maio, juntamente com os navios mercantes de Francisco Martins, cujo destino era a China e o Japão.

---

[1] Cfr. Pinto, p. 344-357.

[2] D. Antonio de Noronha morreu de «camaras de sangue» (Pinto, p. 345[b]). Linschoten, no seu «*Jornal*» (p. 26[a]) diz de Malacca: «os que vem e se demoram têm que pagar levantada contribuição de saude». ***

[3] *Lusiadas*, x, 44, 7.—Cfr. Barros, ii, 6, 1. ****

---

* Não era uma armada, mas apenas um *galeão* que annualmente ia para Malacca.—V. Figueiredo Falcão, p. 115, e Linschoten, que diz, a p. 24: «*ooc vaert hier alle jaren een schip van Portugal, dat altoos een macnt voor de Schepen van Indien aftrect*, etc».

** Sobre D. João Pereira, consulte-se a *Hist. Gen.*, vol. xi, p. 884, além de Couto, vi, 10, 18, e vii, 3, 1.

*** Ainda hoje os viajantes queixam-se do ar doentio de Malacca — Veja-se Alfred Russel Wallace, *L'Archipel Malaisien*, e S.te Croix, *Voyage commercial et politique aux Indes Orientales.*

**** Linschoten, no Capitulo xviii, dedicado á cidade e fortaleza de Malacca, diz: «que os

A parte portuguêsa da cidade,[1] fortificada logo depois da conquista por Albuquerque em 1511, era habitada em 1600, isto é, meio seculo depois de Camões ahi viver, apenas por trezentos portuguêses com suas familias, e mil (ou mil e quinhentos) mestiços ou malaio-portuguêses.* Os indigenas que em tempos pre-historicos formaram a população pagã da peninsula chamavam-se orang-benuas, isto é, autochthonos. Sobre elles veio assentar uma colonia malaya, em cujo seio as influencias brahmanicas, buddhistas, e por fim musulmanas se fizeram sentir. Á chegada dos europeus, ou *brancos*, por occasião da conquista, os mouros fugiram para Sumatra, fronteira a Malacca. Dos naturaes primitivos uns dez mil antigos habitantes, convertidos á fé christã viviam em freguezias suburbanas, em volta da *fortaleza*. Dentro dos seus recintos havia 4 conventos, 14 egrejas, 2 capellas de hospitaes, um collegio de Jesuitas com as suas escolas e universidade. Os indigenas ruraes e gentios eram muito numerosos: perto de 1510 contava-se 190:000;[2] e tambem não eram poucos os forasteiros que vinham commerciar em

> Malaca, por emporio ennobrecido
> onde toda a provincia do mar grande
> suas mercadorias ricas mande.[3]

Na espaçosa bacia estava fundeada uma multidão de baixeis de construc-

---

[1] Confira-se o que Oliveira Martins conta na obra «*Portugal nos Mares*», a p. 206 e seg., seguindo o relatorio de um Malayo-Português, Manuel Godinho de Eredia, filho de João Eredia e de Elena Vessiva, filha de um rey de Supa (?), João Tubinanga (ib. p. 171).

[2] Veja-se Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 553.

[3] *Lusiadas*, x, 123.

Malayos, tidos em conta do povo mais habil e cortês de todo o Oriente, são muito «*amorosos*» e cheios de presumpção, porque julgam não haver seu egual no mundo. Sabem muitos proverbios e phrases e cantigas e rimas de amor, com que fazem verdadeiros milagres».

* Julgo que ha aqui um pequeno equivoco. No bello estudo, que Oliveira Martins dedicou á «Declaraçam de Manoel Godinho de Eredia» (publ. em 1881 por Leon Janssen, de Bruxellas), e de que falla a nota de Storck, ha uma passagem extractada d'aquelle escripto sobre os «300 homens portuguêses, com as familias». E logo depois o historiador moderno se refere aos «*mil a mil e quinhentos portuguezes, provavelmente em grande parte mestiços (como o proprio Eredia) que existiam em Malacca no principio do seculo XVII*». Pois bem, estes «*1000 a 1500*» são os mesmos 300 homens *com suas familias*, de que Eredia fallára, e não outros diversos, como Storck parece imaginar. Oliveira Martins calculou (de resto muito parcamente) cada uma das familias em duas ou tres pessoas, e Linschoten, que escreveu tres a quatro lustros antes do Malayo português, ainda os avalia em menos, porque diz expressamente: «*alli vivem tambem alguns Portuguezes (sommige* = inglez *some) com as suas mulheres e familias; mas muito poucos, não acima de cem*», accrescentando que a causa do minguado numero de habitantes europeus era o *horrivel clima*.

ção e feitio muito diverso, denunciador da sua proveniencia. Na praia homens de typos variadissimos, differentes na côr da pelle, no córte dos cabellos, nos trajes e na linguagem. E no interior da cidade, nas praças e ruas, deante dos bazares, a mistura ainda era mais sensivel: Jaus e gente de Ceylão, Arabes, Persas, Guzarates, Malabares, Arracães, Chineses, Lequies e Luzões,[1] e muitos outros. E que milagre se a «*opulenta Malacca e nomeada*»[2] offerecia aos compradores uma infinidade de mercadorias: os cravos de Tidor e de Ternate, a canella de Ceylão, a flòr e massa da noz muscada de Banda, o sandalo de Timor, a camphora de Borneo, o benjoim e o ouro de Sumatra, o zinco de Banca, prata e cobre do Japão, as sedas, louças e mimos da China e do Siam, os rubis e laccar de Pegú, os tecidos finos da Bengala, o aljofar e as perolas de Calecaré, os diamantes de Narsinga, e muitas outras preciosidades,[3] servindo por assim dizer de emporio da India inteira, da China, Moluccas e ilhas circumvizinhas, postado como sentinella n'uma das portas principaes do commercio ultramarino.

Tambem o nosso Poeta pararia deante dos armazens abarrotados de thesouros, observando os grupos dos chatins, pensando nos lances por que passára, e estudando os effeitos do metal luzente e louro da antiga e fabulosa *Ophir de Salomão:*

> Veja agora o juizo curioso
> quanto no rico, assi como no pobre,
> póde o vil interesse e sede imiga
> do dinheiro que a tudo nos obriga!...
> Este rende munidas fortalezas,
> faz traidores e falsos os amigos.
> Este a mais nobres faz fazer vilezas,
> e entrega capitães aos enemigos.
> Este corrompe virginaes purezas
> sem temer de honra ou fama alguns perigos.
> Este deprava ás vezes as sciencias,
> os juizos cegando e as consciencias.

---

[1] Barros, II, 6, 1.

[2] *Lusiadas*, X, 44.—Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 552-556, onde cita passagens de uma «*Historia dos Reis dos Malayos de Malaka de* 1252 a 1511».—Alli se diz: «Desde Ayer-Zéléh até á entrada da bacia de Moar, era tudo um vasto mercado, fornecido de toda a especie de fazenda. Desde a cidade de Helang até á barra de Penadjar, seguiam-se as construcções ao longo da praia em uma linha não interrompida. Todo o individuo que fosse de Malaka a Djagara não tinha necessidade de lume comsigo, porque aonde lhe aprouvesse parar, sempre achava casas habitadas».

[3] Barros, I, 8, 1.

Este interpreta mais que subtilmente
os textos: este faz e desfaz leis.
Este causa os perjurios entre a gente
e mil vezes tyrannos torna os reis.
Até os que só a Deus omnipotente
se dedicam, mil vezes ouvireis
que corrompe este encantador e illude,
mas não sem côr, comtudo, de virtude.[1]

§ 289.—Quasi todas as náus que tocavam em Malacca, depois de cumprirem as ordens do governador da India e de desembarcarem a sua carga de arroz e milho, cebollas, alhos, gengibre e pimenta, seguiam logo para as Moluccas, a fim de comprarem as preciosas drogas, ou tambem para tomarem parte nas guerras e guerrilhas, se fosse preciso, como acontecia a miudo.[2] A administração, a jurisdicção e mesmo as questões de fazenda d'aquellas ilhas remotas do Imperio Oriental davam muito que fazer, e eram a constante preoccupação, uma corôa de espinhos, para os governadores.

Logo após a descoberta (effectuada em 1512 por Antonio de Abreu), as ilhas das especiarias, ficaram sendo o pomo de discordia entre Castella e Portugal, apesar de o Papa Alexandre VI (1493–1503) ter repartido pela celebre linha divisoria, traçada no mappa-mundi (1493), todas as terras, já descobertas ou por descobrir, em duas metades, uma das quaes seria hespanhola e a outra lusitana. Dão provas da inutilidade d'este expediente as viagens em certo sentido infructiferas de Magalhães e Elcano (1519–1522). Hespanhoes e Portuguêses teimavam em como o grupo das Moluccas ficava dentro dos limites do seu respectivo dominio. Alguns decennios antes de Camões pisar aquellas terras, o capitão Antonio de Brito lançou, no dia de S. João de 1522, a primeira pedra para os fundamentos de uma fortaleza. Mas as controversias entre Carlos V e D. João III perduraram até que, afinal, o Imperador vendeu os seus suppostos direitos ao cunhado (1529). O monarcha português, ainda assim, não chegou a gozar devéras d'aquella possessão, riquissima sim, mas extremamente custosa e pouco rendosa, por causa das más circumstancias em que se achava.[3] Desordens e revoltas, escaramuças e brigas, conjurações e partidos eram vulgares. Não eram sómente os indigenas e os seus regulos que sem cessar se rebellavam contra os tyrannicos capitães

[1] *Lusiadas*, VIII, 96 e 98-99.

[2] Linschoten, *Itinerario*, p. 26b.

[3] Cfr. Schäfer, III, p. 244, 256, 313, 317, 362, e IV, p. 198, assim como Couto, VII, 9, 11.

portuguêses,[1] e os seus soldados, incitados por um verdadeiro delirio de cobiça: estes tambem se levantavam. A guarnição era, geralmente, composta de gente ordinaria que se atrevia a offender insolentemente, sem medo nem vergonha, e muitas vezes sem castigo, os proprios superiores. E estes, por desgraça, nem sempre eram honrados e homens de bem. Extorsões e concussões, peitas e fraudes, principalmente na compra e venda do cravo (que fazia parte dos percalços dos cargos), eram diarias e passavam como herança de um a outro capitão. Excessos e brutezas hediondas, assim como maus tratos infligidos aos reis das Moluccas e suas familias, que na maioria eram mouras ou mouros christianizados, tomavam ás vezes o caracter não de castigos admoestadores, mas de passatempos divertidos. Houve sim um Antonio Galvão entre os capitães das Moluccas (1536–1539), um verdadeiro santo entre facinoras, cuja rectidão desinteressada, garbo de soldado, e sentimentos de humanidade provocam admiração illimitada e respeito profundo. Mas não houve segundo.[2] Os successores d'aquelle «*pae da patria*» só pensaram em juntar cabedaes, e não em deixar á posteridade nomes impollutos.

§ 290.—O capitão D. Duarte d'Eça ou Deça partira em abril de 1555 de Gôa para Maluco, onde chegou no mez de novembro seguinte, desembarcando em Ternate.[3] Era um dos malvados que aprenderam na escola do vice-rei D. Af-

---

[1] Havia tres regulos: o de Bacham, o de Tidor e o de Ternate. Este ultimo era o mais poderoso, por dominar nas ilhas dos cravos: Ternate, Moutel e Maquiem, e tambem porque a fortaleza dos Portuguêses, estabelecida no seu reino, fazia com que as náus invernassem no seu porto (Talangame). V. Couto, IV, 7, 10. Eis porque os historiadores costumam nomeá-lo simplesmente «Rei de Maluco» (ib. VII, 7, 8).

[2] Cfr.: Schäfer, IV, p. 104 e seg., e muito em especial a p. 114 e 121, assim como *Sämmtl. Ged.*, V, p. 438 e 520 s. v. Ternate, onde em logar de *Antonio Miranda* (ou por outra *Antonio Miranda d'Azevedo*) se devia lêr *Antonio de Brito*.

É pena que o cantor dos *Lusiadas* restringisse, com relação ao tempo (1550), e estreitasse tanto na sua epopeia os limites outorgados ás bellas prophecias do futuro da India, (Cantos IX e X). Aliás, teriamos, de certo, uma estrophe de louvor a Antonio Galvão, talvez immediata á descripção de Ternate «*coo fervente cume que lança as flammas ondeadas*», e cujo cravo ardente e aureas aves do paraiso não deixa de celebrar (X, 132). O magnanimo heroe, de abnegação verdadeiramente sublime, morreu em Portugal em 1557, desconhecido e pobre, depois de ter gasto 17 annos em um hospital (que tambem lhe deu mortalha), occupado com trabalhos litterarios, a «*Historia das Moluccas*». Outros, menos integros, traziam da capitania das Moluccas uns 100:000 cruzados! — V. Braga, *Curso*, p. 253.

[3] Couto, VII, 4, 7. *

* D. Duarte era, segundo Couto, teimoso, forte, trabalhoso de condição... cego com sua

fonso de Noronha, na capitania de Ceylão, a nefanda arte de enganar, atormentar, armar ciladas e, sem sombra de escrupulo, pensar apenas no seu proveito, isto é, na sua fazenda.[1] E em Malacca mostrou-se mestre inimitavel. Com monstruosa crueldade mandou injustamente aguilhoar e encarcerar, movido de pura cobiça, o Rei de Ternate, o irmão d'elle, e a velha e veneranda mãe, attribulando e vexando-os em asperissima prisão com mau cheiro, fome, frio e tratos de toda a especie.[2] As desordens e pendencias por elle provocadas duraram muito tempo e levaram a sangrentas rixas, principalmente no anno de 1557, depois da chegada de náus auxiliares de Malacca e da esquadra annual de Gôa. Houve uma verdadeira batalha naval. Os Portuguêses tiveram que retirar á fortaleza de S. João em Ternate,[3] para curarem as feridas que não eram poucas. Afinal a teimosia e crueldade implacavel de Duarte d'Eça fez revoltar os proprios Portuguêses. Soldados, capitães e moradores, capitaneados por Henrique de Lima, prenderam o tyranno, e soltaram o infeliz regulo e os seus. O commandante da esquadra recemchegada, Antonio Pereira Brandão,[4] cedendo aos instantes e reiterados pedidos dos conjurados, acceitou o cargo da fortaleza, mas, á cautela, só como «olheiro *da fortaleza e da artilheria de El-Rey*», e não como capitão. Logo veremos como findou o escandaloso processo.[5]

§ 291.—Na época d'estas graves e funestas desavenças, que inquietaram durante dois annos o grupo das ilhas Moluccas, é que, na minha opinião, recahe a estada do Poeta. Ignoramos que parte tomou n'ellas como guerreiro.[6] Mas nada arriscamos, suppondo que o procedimento de Duarte d'Eça o indi-

---

[1] Couto, VI, 10, 12.—Joaquim de Vasconcellos na *Renascença*, (p. 140b): appellida a D. Affonso «vice-rei-ladrão», accrescentando «que dera o signal da pirateria, dos assassinatos e dos roubos em toda a linha».—Cfr. Schäfer, IV, p. 205.

[2] Couto, VII, 4, 7.

[3] Em tempo de Linschoten havia outro forte em Tidor (*Itinerario*, p. 26b), e as mais ilhasinhas de Moutel, Maquiem, Banda, etc., talvez tivessem tambem pequenos fortes ou armazens fortificados.

[4] Leoni (p. 134) tem por provavel que o Camões embarcasse com este Brandão, na náu Santa Maria dos Anjos, despachada por Francisco Barreto para as Moluccas, em 1556.

[5] V. § 292.

[6] Couto trata dos acontecimentos das Moluccas com pouco desenvolvimento. Diz apenas (VII, 9, 11) que os Reis costumavam provêr as viagens de Maluco, por importarem muito, em fidalgos muito honrados (!), que não nomeia, por não fazer comprida a historia.

cubiça, vingativo: dava-lhe pouco da sua alma, e foi causa de se vir a perder a fortaleza de Ternate».

gnaria, causando-lhe profunda repugnancia.[1] Bravo e valente como todos os seus compatriotas, teria tambem feridas que curar.

Julgo reconhecer provas d'esta supposição na *Canção de Banda*,[2] nome que dei, já ha annos,[3] ás bellas estancias que alguns criticos pensam dever localizar em Ternate ou *Amboina*, e que outros datam de Gôa.[4]

Falla a favor da minha conjectura, que já foi exposta detidamente em outra parte,[5] a allocução ao salso rio ou *de maritimas aguas saudosas*, isto é, ao mar de Banda e aos seus arvoredos de moscadeiras:

> Rio formoso e claro
> e vós, oh arvoredos,
> que os justos vencedores coroaes
> e ao cultor avaro,
> continuamente ledos,
> de um tronco só diversos fructos daes![6]

Estes «*diversos fructos*» que nascem «*de um tronco só*», não podem ser senão a flôr e a noz moscada, o duplice grão cheiroso da «*Myrifica aromatica*», tão bella na sua ramagem laurinea.**

E a certeza que o Poeta esteve doente de graves e mesmo mortaes feridas, durante longo tempo, talvez durante todo o inverno de 1557 a 1558, na propria ilha a que se refere, e que estas feridas foram ganhas na guerra, tenho-a, e o leitor a adquirirá, lendo com attenção o exordio da Canção:

---

[1] Cfr. «*Sobolos rios que vão*», versos 286-291.
[2] Canção VI: «*Com força desusada*».
[3] *Sämmtliche Gedichte*, IV, p. 23 e 327.
[4] Ib., IV, p. 328.* — Cfr. Burton, Lyricks p. 526.
[5] *Sämmtliche Gedichte*, IV. p. 328-336.
[6] Canção VI, versos 92-97.

* Pronunciaram-se a favor de Ternate Severim de Faria (fl. 3ª), Sousa Botelho e Gomes Monteiro; a favor de Gôa: Faria e Sousa (III, 44ª), Juromenha, Burton e outros. Só Braga indicou *Amboina* como local da Canção. Storck, depois de estudar cuidadosamente as descripções de Ternate e Banda n'uma obra fidedigna sobre o Archipelago malaico (A. R. Wallace), decidiu-se abertamente por Banda, allegando ainda, para apoio da sua opinião, a vaga noticia que o Camões teve de Ternate. Esta incerteza levou-o a repetir a fabula das aves do Paraiso, que contrasta com a exactidão de toda a narrativa na Canção e nos *Lusiadas* (x, 133) sobre a secca flôr de Banda, o roxo fructo, as pombas carpophagas, etc.

** Segundo Storck, a interpretação de Faria e Sousa, que se refere á *Palmeira*, por ella fornecer tudo aquillo «de que necessita a vida humana», é inadmissivel; porque a palmeira cresce em muitas partes, e a moscadeira unicamente em Banda.

Com força desusada
aquenta o fogo eterno
uma ilha nas partes do Oriente,
de estranhos habitada,
aonde o duro inverno
os campos reverdece alegremente.
A lusitana gente
por armas sanguinosas
tem d'ella o senhorio.
Cercada está de um rio
de maritimas aguas saudosas.
Das hervas que aqui nascem
os gados juntamente e os olhos pascem.
Aqui minha ventura
quis que uma grande parte
da **vida, que eu não tinha,** *se passasse*
para que a sepultura,
nas mãos do fero Marte,
de sangue e de lembranças matizasse!
Se Amor determinasse
que a trôco d'esta vida
de mi qualquer memoria
ficasse como historia—
que de uns formosos olhos fosse lida—
a vida e a alegria
por tão doce memoria trocaria! [1]

O Poeta pelejou, portanto, por mar, nas regiões moluccas. E se póde desejar e esperar que seus feitos lhe ganhassem um logar honroso na historia d'aquella campanha, e que os bellos olhos de D. Catherina lessem o relatorio das suas façanhas durante aquelle biennio, é justo concluir que o Camões se distinguiu aqui, batalhando, muito embora nenhum chronista assentasse o seu nome nos Annaes da India. *

Apesar da despedida á Musa Erato que as *Redondilhas de Babel-Zião* contêm, ha n'esta *Canção de Banda*, cujos versos correm de resto calmos e pensativos, alguns accordes de paixão amorosa, que rememoram as melodias

---

[1] Versos 1-26.—Os versos (72-76) em que menciona «*o misero doente* | *da cura despedido* | *ao qual o medico advertido* | *tudo quanto deseja lhe consente*» me fazem pensar em uma febre traumatica.

* Cfr. C. C. Branco, p. 43. «Os feitos valorosos de L. de C. na Asia não tiveram a notoriedade que os chronistas do Oriente e de D. João III deram a lances insignificantes de homens obscuros. Os antigos biographos e commentaristas não o condecoram como quinhoeiro nos fastos das carnificinas memorandas».

cantadas no *Ras-ef-fil.*[1] A cadencia final é expressiva. Não havia ensejo para mandar, rapidamente, como mandára de Gôa, as suas saudações a D. Catherina, cuja morte ainda ignorava. Eis porque exclama:

> Canção, neste desterro viverás,
> voz nua e descoberta,
> até que o tempo em ecco te converta.[2]

Eis porque a considero composta em Banda, dentro do recinto do velho castello-português, hoje em ruinas, que ladeia as choupanas de colmo dos indigenas.[3]

§ 292.—Depois de restabelecido, o Poeta e soldado requereu os seus papeis, referentes aos dois annos de serviço nas Moluccas, e aprомptou-se para voltar a Malacca, a fim de seguir para Macáu. É incerto quando attingiria o seu mais proximo fim. Admittamos que em principios de 1558. Em fevereiro ou março a náu de Banda, abarrotada de «*massa*» e «*noz*», desfraldou as velas, singrando para o sul, bafejada pela ultima monção Sudeste do semestre invernoso, e levando a bordo o cantor dos *Lusiadas*, que renunciava definitivamente ao serviço militar. Admittamos tambem que, de conserva com a náu de Banda, partissem as de Tidor e Ternate, carregadas de cravo. A bordo iria no galeão da carreira, em ferros, com os autos de suas culpas, o ex-capitão de Maluco, D. Duarte d'Eça, a fim de, encarcerado no forte de Pangim, ser sentenciado em Gôa, no supremo tribunal.

O modo como o successor de Francisco Barreto, D. Constantino de Bragança, que desde 3 de setembro de 58 governava a India, ajuizou os graves acontecimentos occorridos nas Moluccas, conhecemo-lo perfeitamente do seguinte. Na primavera de 1559, quando urgia despachar as esquadras, o vice-rei enviou para capitão do Maluco a um sobrinho de Vasco da Gama, D. Diogo de Vasconcellos, escrevendo ao rei de Ternate «*cartas muito honradas e cheas de muitos mimos, affirmando-lhe que D. Duarte d'Eça seria muito bem castigado pelos desserviços que lhe fizera*».[4] Mas o muito honrado fidalgo D. Duarte, lá no reino, a 4:000 leguas de distancia, soube arranjar-se magnificamente, livrando-se de todas as culpas, e dando taes querellas contra Antonio Pereira Brandão, que este «*olheiro*», preso e mettido no castello,

---

[1] Canção XI, versos 22 e seg., e 76 e seg.

[2] Versos 105-108.

[3] Sobre a ilha de Banda e a noz moscada, descoberta em 1511 por Antonio de Brito, veja-se Couto, IV, 8, 12, e Linschoten, *Itinerario*, p. 26.

[4] Couto, VII, 7, 3.

foi sentenciado em alguns annos de degredo, para Africa, e que pagasse os ordenados a D. Duarte![1]

§ **293.**—Espero que o benevolo leitor concordará com as minhas conclusões, que, de resto, para elle e, para mim, só, podem ter a valia de hypotheses: O Camões militou novamente, de abril de 1556 até março de 1558, passando esta temporada nos mares da Indo-China embarcado, e em seguida nas Moluccas, durante as desavenças entre d'Eça e Brandão.

Os *Lusiadas* não são continuados n'este biennio: só a materia colligida vae crescendo, como o demonstram as estrophes dedicadas ás ilhas do archipelago das Moluccas. Entretanto o Poeta compõe, durante a jornada de Gôa a Malacca, as Redondilhas de *Babel-Zião*, e na ilha de Banda, reconvalescendo de uma ferida, quasi mortal, a *Canção de Banda*.

---

[1] Dec., VII, 5, 3.

XX

CAMÕES EM MACÁU

XX

CAMÕES EM MACÁU

§ **294.**— O Poeta chegou ao seu novo destino (Malacca) em devido tempo. Apresentou ao capitão[1] os seus papeis, isto é, certidões e despacho, e esperou pelas náus da carreira da China e do Japão. Está claro que o governador, nas ordens remettidas ao capitão de Malacca, não se esquecera de recommendar o auctor do Filodemo. O posto, para que fôra nomeado, ao cabo de cinco annos de serviço na India, o cavalleiro-fidalgo Luis de Camões, mal merecia o nome de mercê, comparado aos cargos rendosos com que outros seus eguaes haviam sido remunerados. Mas, fosse mercê ou apenas accommodação provisoria, a esperança de um ocio honroso trazia o Poeta mais contente e satisfeito do que nunca antes, no acto de embarcar.

O itinerario nautico de Malacca a Macáu vem esboçado com traços vigorosos pelo cantor dos *Lusiadas*, que enumera todas as cidades, cada rio, cada terra e os seus povos, com a feição que os define.[2] Dobrando a ponta de terra Cingapura e subindo a costa, tocamos em Pam e Patane, avistamos Siam e o seu rio Menão, que banha terras «de mil nações nunca sabidas» (Laos, Avás, Bramás, Gueos, etc.); ladeamos Cambodja «com as ondas», e Mecom, o capi-

---

[1] Segundo Leoni (p. 135), a nomeação de todas as auctoridades nos varios portos da China era feita por provisão do capitão de Malacca, pelo menos nos tempos immediatos á adequisição e povoação de Macáu. Logo veremos o que ha de verdadeiro n'este asserto. — V. § 297.*

[2] *Lusiadas*, x, 125-131.

---

* No entretanto sempre direi que Figueiredo Falcão assenta positivamente, a p. 136, que «*os officios da justiça e governo de Macáu provê o Viso-Rei na India*».

tão das aguas; Champá, a do pau cheiroso; Cauchichina, Ainam, e finalmente o soberbo imperio chinês. Lá chegaria, abordando em Macáu, em fins de julho (porque os navegantes procuravam sempre deitar ferro antes de agosto e setembro, os mezes dos tufões), tomando logo posse do seu cargo, apresentado e introduzido pelo capitão.[1]

§ 295.— Foi em 1517 que os Chineses tinham avistado pela primeira vez a bandeira portuguesa na popa de navios vindos de Malacca.[2] Na ilha de Tamang ou Beniaga, a tres leguas da terra firme do Cantão, é que Duarte Coelho deitou ancora em julho do dito anno,[3] sendo seguido, um mez depois, por Fernão Pires d'Andrade, o verdadeiro inaugurador do commercio com Cantão, o qual visitou as ilhas de Lieu-Kieu (ou Lequier). Nos primordios tudo caminhava bem, graças ao moderado comportamento e aos generosos presentes dos estrangeiros. Mas a desconfiança dos Chineses começou cedo. Quando Simão de Andrade, o irmão de Fernão Peres, abordou em meado do anno seguinte (agosto) no Porto de Tamu, o embaixador de Albuquerque, *Thomé Pires*, homem habil e culto, pharmaceutico de officio, despachado para negociar um contracto de commercio com o imperador da China, ainda não attingira o seu objectivo, detido com delongas intencionaes. Só em janeiro de 1521, é que o monarcha deu resposta definitiva á embaixada. Relações desfavoraveis a respeito do procedimento violento e rapaz dos Portuguêses, transmittidas pelas auctoridades competentes de Cantão e Nanking e de um enviado do rei de Bintam, juntamente com accusações e queixas justificadas pela tomada de Malacca e pela falta de moralidade e justiça de Simão de Andrade,[4] desalen-

---

[1] Juromenha, I, p. 496, Nota 4.—Linschoten ensina no seu *Reysgheschrift* (p. 97b), que as principaes estações tempestuosas da China duravam de 1 a 15 de junho; 1 a 20 de julho; e de 12 de agosto a 31 de outubro.

[2] Segundo Oliveira Martins («*Portugal nos Mares*», p. 220 e «*Camões*», p. 249), o primeiro Português que conduziu á China um navio com bandeira europeia já em 1511 ou 12, foi Perestrello (Raphael?).—Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 247, e Schäfer, III, p. 271, 279 e 313. —Segundo Couto, V, 8, 12, Fernão Peres d'Andrade estava em 1515 na China, onde espancou, por signal, um mandarim.*

[3] Duarte Coelho erigiu na ilha de Pullo Champeiló, no golfo da Cochinchina, em 1515, uma cruz que Pinto ahi viu (p. 346b).

[4] V. Schäfer, III, p. 296 e seg., e 301, Nota,—que cita passagens caracteristicas da obra de Osorio («*De Rebus Emmanuelis, Regis Lusit.*»), dizendo, por exemplo: «*deinde*

* Segundo Ljungstedt «*An historical sketch of the portuguese settlements in China*», Boston, 1836, Raphael Perestrello tomou em 1516 sua passagem a bordo de um junco chinês, com licença de Jorge de Albuquerque, Capitão de Malacca.

taram completamente o imperador, o qual despediu os embaixadores com modos muito desabridos. O seu successor mostrou-se mais rigoroso ainda. Thomé Pires e a sua escolta de sete Portuguêses não foram decapitados, como aconselhavam os mandarins, mas presos e mettidos em ferros, em Cantão.

§ 296.—Mas ainda assim, o desejo de reatar as relações directas commerciaes, tão lucrativas, com a China não abrandou: novas tentativas do Capitão Martim Affonso de Mello Coutinho não surtiram comtudo bom effeito. No porto de Tamu travou-se uma peleja entre Chineses e Portuguêses: estes foram vencidos e retiraram desbaratados á costa de Tschoampo, e d'ahi a Malacca. O resultado foi a degollação do encarcerado *Thomé Pires* e seus companheiros.[1]

Finalmente, o feitor Duarte Rodrigues, sob mando do capitão-mór Jorge de Albuquerque, pouco depois da acclamação de D. João III, chegou a concluir o tão desejado contracto e a fundar uma feitoria em Liampó,[2] que pouco a pouco foi augmentando e prosperando até contar 1200 vizinhos em mais de mil casas, com duas egrejas, hospitaes e jurisdicção propria, entre vereadores, ouvidores e alcaides, os quaes viviam ahi tão seguros e sossegados como se estivessem entre Lisboa e Santarem. É o que Fernão Mendes Pinto conta.[3] Pela minha parte direi que, a serem exactas estas informações, os colonos de Liampó estavam em muito melhores condições do que estiveram mais tarde os seus conterraneos na feitoria de Macáu.—O bom tempo e o esplendor do emporio duraram até 1542. Mas a arrogancia e as malfeitorias de alguns Portuguêses, e em especial de um certo Lançarote Pereira, de Ponte do Lima, deram em resultado o serem lançados fóra da feitoria,[4] arrasada depois de um grande morticinio.[5] O mesmo aconteceu, um biennio depois, no porto de Chincheo, em conseqüencia das injustiças, concussões e da cobiça desmedida do capitão-

---

in tyrannidem erupit: rapuit quae voluit, intulit vim ingenuis virginibus quibus voluit».—Cfr. a ultima nota relativa ao § 286.

[1] Schäfer, IV, p. 12 e seg.—Segundo Mendes Pinto (p. 161[b] e seg.), um d'elles, Vasco Calvo de nome, escapou com a vida. Durante o seu captiveiro, Pinto o conheceu em Quansi (1544).

[2] Liampó ou Ning-pó fica na provincia de Chequiang, a oito gráus de latitude norte de Macáu.

[3] Pinto, p. 86[a] e seg.

[4] Doze mil christãos e entre elles oitocentos Portuguêses arderam em 35 náus e 42 juncos, conforme diz Pinto, que presenceou o cruel espectaculo (348[a]).

[5] «As cousas da China cada hora estão arriscadas a muitos desastres e desaventuras». (Pinto, p. 86[b]).

mór e provedor Ayres Botelho de Sousa.[1] Desde então o commercio português na costa da China fez-se sempre com difficuldades e grave risco, até que, um decennio mais tarde, foram restabelecidas relações amigaveis pelo capitão-mór Leonel de Sousa.[2] D'ahi em diante (1554) foram-lhe concedidos, com certas condições restrictivas, os terrenos de Macáu, e permittido o tracto de Cantão.

§ **297.**—Escarmentados pela experiencia, os Chineses estipularam claramente no contracto com os Portuguêses, as mutuas obrigações e os reciprocos direitos. Os Portuguêses só eram *tolerados* em Macáu; tinham que pagar annualmente pela feitoria uma contribuição de 500 *taël*, podendo ser expulsos a cada instante por ordem do imperador.[3]

Ha em Linschoten[4] uma exposição exacta do estado de cousas que reinava em Macáu, alguns decennios depois da vinda de Camões. O viajante hollandês diz:

«A ilha[5] e a cidade de Macáu são habitadas por indigenas chineses e pe-

---

[1] Todas as treze náus que estavam fundeadas no porto, foram incendiadas; e dos 500 Portuguêses no continente só trinta salvaram-se, sem fazendas ou sustento algum (Pinto, p. 348ª).

[2] Cfr. Juromenha, I, p. 72 e seg.— Este auctor é de opinião que os Portuguêses alcançaram a licença de fundarem a feitoria sómente em 1556, em recompensa de serviços prestados no desbarato de um temeroso corsario, Limahon, rei da Ilha Formosa, que infestava com insultos e rapinas os mares da China. E além d'isso assenta que o nosso Poeta, na armada de Fernão Martins, tomou parte no dito feito de armas! Braga (*Hist. Cam.*, I, p. 244) dá o commercio português na China por florentissimo desde 1554 (?).—Pinto, (p. 347ª), affirma que os Portuguêses, até lhes ser franqueado o porto de Macáu, isto é, até 1557, faziam suas veniagas com os Chins em Lampacau.—Burton (*Cam.*, I, p. 22) sustenta que occuparam Macáu em 1537 (erro de imprensa por 1557), e tem a historia dos piratas por um conto da carochinha.

[3] Cfr. Burton, *Camões*, I, p. 22. *

[4] *Itinerario*, p. 33ª: Capitulo 25 «*Da cidade e da ilha de Macáu na China*», etc.

[5] Mais exacto seria chamá-la *peninsula*; porque a grande ilha, cuja parte austral fórma o districto de Macáu, é em chinês Hiangschan, cuja fronteira occidental é a bocca do rio Schukiang.—V. *Kath. Miss.*, 1882, p. 34ª.

* Couto dedicou, já antes de 1578, no *Soldado Pratico*, um capitulo importante «*ao dano que a China faz ao Estado da India*. N'elle affirma que a riquissima China já então se teria tornado em *India*, «se a gente da terra quizera ter comnosco mais mistica conversação do que tem, porque não querem de nós nem de nenhum extrangeiro mais que o commercio das fazendas, e que *não façam assento na terra*».

E os historiadores da China acham prudente attribuir a outorgada feitoria de Macáu á bondade imperial.

los Portuguêses.* Negoceia-se com o Cantão do modo seguinte: os Chineses trazem todas as mercancias e vêm para comprar o que precisam, sem que os Portuguêses tenham licença de navegarem para lá. Logo que chega a náu da India, o mandarim competente vae «medil-a», avaliando-lhe as dimensões, cumprimento e largura, e calculando sobre isso os direitos a pagar. Depois deixam descarregar e carregar á vontade, sem que os Portuguêses tenham de pagar mais cousa alguma, e tambem sem multas.[1] É permittido que elejam qualquer compatriota para em nome de todos ir como feitor ao Cantão fazer compras; comtudo é obrigado a passar a noite fóra da cidade, em um dos suburbios, sob graves penas... Todos os annos vem *uma* náu da India, cuja capitania outorgada por patente especial del Rei de Portugal, é dada a pessoas de alta cathegoria e distincção, assim como as capitanias das fortalezas. Esta náu segue da China para o Japão[2] onde carrega, tornando a descer a Macáu, de Macáu a Malacca, e de Malacca a Gòa. Ninguem tem licença para esta viagem do Japão senão quem possuir a dicta patente real; ora vae um, ora outro, conforme as precedencias, mas cada anno só *uma náu*. Estas viagens como todas as outras e todos os demais postos são dadas *por mercê*, em premio de serviços prestados a El-Rei na India. A carreira da China e de Malacca é, pelo contrario, livre a todos os mercadores que podem carregar á vontade (mas, repito, ao Japão não vae ninguem senão o privilegiado que recebeu a *patente)*. Comtudo, ninguem póde vender, comprar e carregar senão depois da náu *official* ter a sua carregação completa. Os capitães da linha do Japão têm enormes ganancias. Em uma só viagem, caso tenham algum capital e uma boa náu, da capacidade de 700 a 800 toneladas, podem

---

[1] Isso contribuiria a que sobrecarregassem as náus, sem sombra de escrupulos, instigados por cobiça desvairada. Parece que uma das náus do Japão naufragou logo em 1557, se interpreto bem uma communicação de Juromenha (I, p. 76).**

[2] O Japão, descoberto no anno de 1542 por Antonio da Mota, Francisco Zeimoto e Antonio Peixoto, foi muito visitado desde então pela esquadra mercantil.— Cfr. Couto, V, 8, 12.

* Estes Portuguêses eram «casados». Ha em Silveira («*Memorias de um Soldado da India*») um trecho fulminante sobre a sujeição ás leis estranhas da terra a que estes Portuguêses de Macáu se viam obrigados, «compellidos a se prostrarem no chão perante um mandarim gentio!» (p. 189).

** A passagem á qual Storck allude, refere o seguinte: «na correspondencia dos padres jesuitas, em uma carta escripta do Japão, datada do anno de 1559, e dirigida pelo padre Balthasar Gago aos irmãos do Collegio de Gôa, achamos por noticia que a náu se perdeu»; a náu é, na opinião de Juromenha, aquella em que vinha Camões. Mas, o erudito allemão que colloca o naufragio de Camões no anno de 1560, infere por isso que a desgraça, mencionada na carta, aliás desconhecida, era outra anterior.

lucrar 150 a 200 mil ducados.[1] Mas cada viagem dura bem tres annos:[2] porque partindo em abril de Gôa para Malacca, têm quasi sempre demora ahi, á espera da monção, que vem muito regularmente em certos mezes determinados. De Malacca passam a Macáu, onde param durante quasi nove mezes, tambem na perspectiva de alcançarem a boa monção. Depois seguem para o Japão, tendo novamente longa estancia, por causa dos ventos que os hão de levar na volta da China. Ao cabo de outros tantos mezes, como na vinda, podem continuar a jornada, chegando a gastar na ida e volta tres annos completos. Durante todo o tempo da sua estada em Macáu e no Japão, o respectivo capitão-mór é governador soberano e juiz supremo, assim como o vice-rei na India e os capitães nas suas fortalezas. E emquanto um veleja de Macáu para o Japão, lá está outro, vindo de Gôa, incumbido de seguir no mesmo caminho, depois do primeiro haver tornado. E quando este regressa, ficando novamente como governador em Macáu até partir para Malacca e a India, o segundo embarca para o Japão. D'este modo sempre ha quem faça de governador ou capitão. A mercancia que vae de Macáu ao Japão é seda, e a unica que de lá trazem é *prata*, o que dá importantes lucros».

---

[1] Segundo Faria e Sousa, a viagem de Gôa á China e ao Japão rendia ao capitão 100 mil corôas só de frete dos bens alheios que levava; emquanto á de Coromandel a Malacca, dava 20 mil; a de Gôa a Moçambique, 24; e o curto trajecto de Gôa a Ceilão, quatro mil corôas. E a ganancia que os capitães auferiram, além d'isso, do trafico particular valia outro tanto.—V. Mickle, I, CXXI.*

[2] Braga, na *Hist. Cam.*, (I, p. 244) calcula a viagem de Gôa a Macáu em perto de quarenta dias!**

---

* Julgo util remetter o leitor novamente ao «*Livro de toda a fazenda*», de Figueiredo Falcão (que contém, por assim dizer, o orçamento official da India, repartido em duas partes), esta vez com o duplo intuito de mostrar: 1.º) que Faria e Sousa explorava fontes e documentos authenticos e os explorava *conscienciosamente;* 2.º) que as datas de Linschoten são muito exactas, e que o leitor pode confiar, portanto, plenamente nos factos allegados no texto. A pag. 125 debaixo da rubrica

VIAGENS QUE EL REY PROVÊ:

lê-se: «*A viagem da China para Japão* **que se faz cada ano** *importará ao proveito della oytenta para cem mil cruzados.— O Capitão desta viagem serve de capitão de Macáo, na China, emquanto não vay dali para Japão*».— Lá se calcula tambem a viagem de Gôa para Moçambique em 25 até 30 mil pardaos; a de Gôa a Ceilão, com os mil cruzados que o provido tem de ordenado, em 3 para 4:000 pardáos. Accrescentarei que todas estas sommas significam o que estes officios podem render boamente aos providos, *excepto os proveitos bem ou mal levados, que sempre vêm a ser dobrados.*—Candida e caracteristica observação do secretario del Rei Filippe II!

** Deixou-se enganar, a meu vêr, por uma nota evidentemente deturpada de Juromenha (I, 496), que falla **de 30 a 40 dias**!

Até aqui Linschoten. A importancia dos factos expostos determinou-me a traduzir toda a passagem. O que se infere, sem medo de errar, é que as feitorias de Macáu e do Japão tinham apenas administração e jurisdicção «*volante*», e que sempre havia tres capitães que alternativamente funccionavam em Macáu, cabendo a cada um duas vezes, durante o seu triennio, a honra de governador residente.

Ignoro se esta instituição era filha da economia. Mas duvido. Cuido que a razão determinante seria certa clausula no contracto sino-português, que prohibia a residencia de um capitão em Macáu. Os chineses, como já mostrámos, tinham feito ruins e custosas experiencias, e o proprio damno tornara-os cautos e recatados.

Para o pessoal subalterno esta continua mudança de superiores era pessima. Aquillo que fôra mandado ou admittido pelo primeiro commandante, era condemnado ou derogado pelo segundo, e assim por deante! Mas é bom pararmos por ora, para não precipitarmos a narrativa.

§ 298.— A necessidade urgente de crear uma auctoridade que tratasse *ex-officio* dos bens dos ausentes e fazendas dos defunctos, arrecadando e fiscalizando-os, para que os herdeiros sobreviventes não fossem menoscabados nos seus justos direitos, fez com que fossem nomeados «*Provedores*». Admoestações reiteradas d'El-Rei e regimentos sobre o modo de administrarem sem abusos esses haveres, dão testemunho por um lado da muita importancia da questão; mas tambem denunciam o grande desleixo e a deshonestidade com que ás vezes procediam os funccionarios.[1]

O Provedor, eleito para a feitoria de Macáu, não podia ter encargos muito pesados. A colonia era nova e pequena. Não havia guarnição militar; e os negocios dos embarcados, entre marinheiros e soldados, eram da alçada do respectivo capitão.[2] Trabalhos de alfandega competiriam certamente a outrem, a um contador, corretor ou juiz de peso, se fossem de vulto; mas em Macáu as condições eram muito differentes das de todas as outras colonias. Como

---

[1] Veja-se Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 243-245.*

[2] *Itinerario*, p. 3b.

* Mais vale recorrer a Juromenha, I, p. 77 e 496, Nota 42, porque foi este benemerito que procurou na Torre do Tombo o «*Regimento do Thesoureiro dos Defunctos*» e as «*Instrucções*» dadas a D. Constantino de Bragança. No archivo nacional existem ainda outras provisões e lembranças muito anteriores, em que tambem se trata dos *Provedores*.—Na *Chronica del Rey D. João III* ha na Quarta Parte (Cap. 69–73) um extracto do *Regimento Novo* para a fazenda da India, entregue ao vice-rei D. Affonso de Noronha no anno de 1549.

já ouvimos, era um mandarim *chinês* quem media a capacidade das náus e determinava a somma que o feitor português tinha a pagar!

O Poeta-provedor governava portanto só no proprio districto de Macáu, entre os Portuguêses. Poucos negocios teria com os chins e quasi trato algum, de sorte que um interprete ou *naique* era escusado.[1]

Pensando nas incumbencias accessorias ao cargo principal, que o Poeta-provedor talvez aceitasse, occorrem-me apenas dois postos: o de *feitor* temporario, escolhido para negociar em Cantão, comprando os viveres e demais fazendas para os vizinhos de Macáu. Este funccionario era indispensavel, porque Macáu não produzia nada. Os terrenos, muito pouco espaçosos da villa portuguêsa são estereis, tornando-a dependente da China quanto a mantimentos. Nos primeiros tempos, emquanto não existia feitoria alguma, além da portuguêsa e as relações com os paizes longinquos do Occidente eram difficeis e demoradas, estava nas mãos do Imperio o reduzir os Macaenses á fome.[2] Eis a razão das duras, incommodas e quasi indignas condições a que os Europeus tiveram de sujeitar-se. Os Portuguêses em todo o tempo consideraram a cessão dos territorios peninsulares, outorgada em 1557, e rectificada depois por Kanghi, plena e incondicional cessão,[3] mas a China nunca quiz saber de

---

[1] Theophilo Braga (*Hist. Cam.*, I, p. 248 e 347) quer reconhecer um d'estes naiques-interpretes em Antonio, o legendario Jau (isto é, Javanês) o qual, nas biographias costuma acompanhar o Poeta como amigo até ao fim da vida, mendigando para elle de noite nas ruas de Lisboa. Aventa até as seguintes hypotheses: que o Jau interprete seria comprado e resgatado em Gôa pelo Poeta, o qual se teria endividado por causa do pobre servo (não se percebe quando; se na occasião da ida para Macáu ou depois da volta); que este mesmo Jau interprete naufragou com seu amo na foz do Mecom, e seguiu com elle para Moçambique e de lá para Lisboa, onde o «*desterrado por amor*» teria exhalado o ultimo suspiro nos braços do seu amo.

Lendas muito commoventes, mas muitissimo pouco provaveis!

Não quero, de modo algum, negar o facto que os Portuguêses tivessem e comprassem escravos na India. Bem o sei, e já o disse (no § 240). Mas um escravo *naique!* e que fallasse correntemente tres linguas: o seu javanês, como lingua materna, e mais o chinês e português, teria certamente alto preço, dada a condição que fosse venal. Porque *naique* era até no Dekhan um titulo honorifico, dado por meritos especiaes, e que equivalia quasi a capitão! (segundo Linschoten, p. 39[b]).—Escravos jaus havia-os mesmo em Lisboa, e relativamente muito baratos. João de Barros comprou um, que era Chinês e douto em lettras. Mas o historiador era relativamente rico «*de condição larga,* e o Poeta quasi sem meios de subsistencia. (V. Barros, I, 9, 2, e Clarimundo, I, p. XXII e XXXIX).

[2] Esta medida já fôra posta em pratica no anno de 1544 pelos Chins, a fim de lançarem os Portuguêses fóra de *Chincheu.*—V. Pinto, p. 349[a].

[3] «Na ilha deserta de Macáu, os nossos fundaram uma nobre povoação com casas de

outra cousa além de simples tolerancia.[1] D'ahi nasceram infindas collisões. Em 1573, por exemplo, os Chins traçaram e construiram atravez do estreito que liga a cidade com o Kiangschan, e que tem apenas alguns centos de passos de largo, um muro, por cuja unica porta não deixavam sahir nem entrar Europeu algum.[2]

Mas ninguem affirmou, nem eu affirmarei, que o Camões fosse o tal feitor.

Resta o segundo officio, para o qual o interprete, indispensavel ao feitor, não era de necessidade, o de *almotacé*. Mas ainda aqui não ha prova nem indicio seguro de que o Poeta funccionasse realmente como distribuidor e taxador dos viveres já comprados e acarretados para a colonia pelo feitor.. Mais prudente será acreditarmos exclusivamente na sua Provedoria.

§ 299.—A logica exige que um Provedor-*mór* tivesse ás suas ordens officiaes subalternos em que mandar, e aos quaes incumbia os serviços inferiores e de menos alcance. Sendo poucos os vizinhos da colonia recente, os afazeres do empregado superior não podiam ser muitos,[3] de sorte que o Poeta lucrava, certamente, ainda mais em ocio do que em dinheiro. Mas não tenho razões para postular que os lucros auferidos fossem parcos, apesar de o ordenado annual (ou triennal) ser desconhecido.

Em todo o caso, o Camões respirava contente no quieto recolhimento, imposto pela solidão d'aquellas paragens, dando graças á sorte e ao bemfeitor que o livrára da dura necessidade de «seguir o fero Marte»,[4] sagrando-o novamente ao serviço de «Calliope e Thalia e ás outras sete irmãs».[5] N'aquella epocha, a musa preferida, a unica adorada, era provavelmente Calliope, a heroica inspiradora da epopeia. A ella pertenciam as suas horas de ocio. Os *Lusiadas* iam crescendo.

Ha uma lenda, assaz moderna, a qual conta que o Camões escreveu grande parte do epos nacional em uma gruta de Macáu. E esta bonita lenda encon-

---

a 3 ou 4:000 cruzados... onde vivem tão seguros e confiados, com cuidarem que é nossa, como se estivessem na parte mais segura de Portugal». (Pinto, p. 347[a]).

[1] Ha muito poucos annos, desde 1887, que a possessão de Macáu foi garantida a Portugal pela China.

[2] Remetto os curiosos a um interessante artigo sobre o assumpto no Jornal *Kath. Miss.*, 1882, p. 35[b].

[3] Já fallámos das attribuições do Provedor no § 72.*

[4] Verso 205 da Elegia I: «*O Poeta Simonides fallando*».

[5] Verso 15 da *Egloga funerea*.

* Cfr. § 278 e 279.

trou ouvidos tão bem dispostos, que a gruta é conhecida e designada *gruta de Camões.*

Esta hoje afamada estancia, formada naturalmente por tres penedos graniticos, dois em pé e um sobreposto, que serve de sobrecéo, fica em um monte, situado ao norte de Macáu, na estreita faxa de terra que liga a peninsula á ilha de Hiangschan. D'aquella altura a vista dilata-se sobre a praia, o mar e as suas ilhas, abrangendo largos e amenos horizontes. O Pagode Mohá, o monte da Guia, o caes da cidade, cercada de pequenas ilhas nuas, a aldeia chinesa de Patane, o bairro Terrafeiro e do lado de Hiangschan os logares de Pac-san e Fac-san, linhas suaves de collinas enfileiradas, o salso e irrequieto mar, e no remoto horizonte as ilhas de Lintao e Typa: eis o que se apresenta aos olhos do espectador.

No meado do seculo passado, esta gruta veio a ser propriedade de um abastado fazendeiro portuguès, o conselheiro Manoel Pereira, passando depois a seu genro Lourenço Marques.[1] Ambos aformosearam o sitio, plantando um aprazivel jardim em volta da gruta, e collocando ahi um busto de barro que representa o Poeta, com indicação do nome e das principaes (mas inexactas) datas da sua vida (1524–1579). Além d'isso, fizeram insculpir á entrada, nos dois penedos verticaes, seis estancias dos *Lusiadas* e uma inscripção em chinès, guarnecendo ainda o bloco horizontal que serve de tecto, com uma dedicatoria, tambem em caracteres chins.[2]

Foi assim que nasceu a tardia tradição de uma *gruta Camões*, no sitio mais ameno e romantico de Macáu. Tardia, e ainda não secular, porque D. José Maria de Sousa Botelho, Morgado de Matheus,[3] foi o primeiro a formulá-la na sua vida de Camões. Anteriormente, nenhum biographo havia mencionado a lenda.[4]

Não duvido que o fino avaliador dos encantos da natureza, o incomparavel pintor nautico Luis de Camões, se refugiasse muita vez n'aquelle monte,

---

[1] Cfr. Juromenha, v, p. 365.

[2] A inscripção e dedicatoria em caracteres chins foi composta pelo missionario francês Padre Lamiot (1827) e depois reduzida a «estylo sublime» pelo estadista Gai-Tang (1840).—Cfr. Castilho, *Camões*, III, p. 200 e seg.; Juromenha, I, p. 302; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 249; Brito Aranha, I, p. 381, e *Kathol. Mission*, 1882, p. 34ª.

[3] «*He tradição constante* que passava muitas horas a trabalhar nesta composição em huma gruta que se mostra ainda agora em Macáu, e he nomeada a *Gruta de Camões*», (p. LVI).

[4] Segundo Leoni (p. 138), não existe em Macáu um só documento, isto é, uma só palavra escripta que justifique a tradição de o Poeta haver escripto na mencionada gruta algum dos cantos do seu poema.

scismando e passeando olhares melancholicos pelos horizontes longinquos até a patria que lhe prendia a alma, atravez de milhares de leguas de terra e mar. Mas sei tambem que é materialmente *impossivel* que o *Poeta escrevesse dentro de aquella gruta* uma pequena ou grande parte dos *Lusiadas*, passando ahi horas e horas de trabalho, porque aquelle antrosinho appellidado poeticamente, *gruta de Camões*, tem apenas cento e trinta e cinco centimetros de largura, trezentos e vinte e dois de fundo, e quatrocentos e cincoenta de altura!

§ 300.—Mal podemos conjecturar, que Macáu em si, ou o prosaico officio de arrecadar espolios e heranças, agradasse muito ao Poeta e inspirasse a sua Musa. Ainda assim, seria possivel que versos lyricos d'aquella época se perdessem! Mas o que é realmente notavel e digno de attenção é que no panorama ou diorama cyclico que desenhou das terras asiaticas, o cantor dos *Lusiadas* menciona e caracteriza *todas* as cidades que viu e pisou, menos a de Macáu, apesar de fallar quatro vezes no immenso imperio da China, e até da viagem ao Japão, cujo ponto de partida era Macáu![1]

Qual a causa d'este expressivo silencio? A falta absoluta de trato com gente de gostos superiores? A disposição melancholica do seu espirito, descontente com o cargo ingrato? Ignoro-o. Sei apenas que o Camões não quiz immortalizar nos *Lusiadas* aquella mansão, muito embora fosse exactamente ahi, no quieto remanso dos remotos confins do Oriente, que completou os primeiros seis cantos, ou talvez mesmo os sete primeiros, se abatermos as estancias de lamento pessoal traçadas com tanto orgulho no fim d'aquella parte.

Não se pode fixar cathegoricamente o que já levava prompto e concluido. Duas particularidades são todavia indubitaveis. É obvio que as dezoito estrophes iniciaes da epopeia,[2] de dedicatoria a El Rei D. Sebastião, foram escriptas depois do dia 3 de setembro de 1558, logo quando as primeiras noticias sobre o fallecimento de D. João III se espalharam em Goa, ou posteriormente, na segunda metade do anno de 1559, quando a náu da China communicára a infausta nova aos Macaenses, porque o Poeta já estava então n'aquellas paragens, se os meus calculos não falham. *

[1] *Lusiadas*, II, 54; VII, 41; X, 129 e 131.

[2] Veja-se em especial a estrophe 17.

* Pela minha parte estou disposta a crer que estas estrophes dedicatorias datam de mais tarde, quando D. Sebastião, ainda moço mas já ambicioso, ia encandecendo a sua phantasia meridional com a leitura predilecta dos principaes romances de cavalleria d'aquelles tempos em português, hespanhol e italiano.—(Cfr. estr. 17).

Em segundo logar, não é menos evidente que as dez estancias finaes do canto setimo foram arrancadas ao coração tremente e á mente viril não abatida do infeliz naufragado após a medonha catastrophe occorrida na foz do Mecom. O Camões interrompe a sua narrativa, e ao fim de uma violenta aposiopése, prorompe n'aquellas estrophes que formam um conjuncto indivisivel, no qual a allusão ao desastre do Mecom (na 3.ª estrophe) entra como parte integrante. Este aconteceu na primavera do anno de 1560: os versos são, portanto, quer pouco ou muito, posteriores áquella data. Eu julgo-os compostos de 1560 a 1561.

§ **301.**— Apesar das opiniões oppostas de Mariz, Severim, Faria e Sousa e outros, é hoje geralmente acceite o facto de o Camões não ter deixado voluntariamente o seu emprego, sendo destituido antes do termo,[1] preso em Macáu, e levado a Gôa «capitulado», para que se justificasse dos erros ou delictos commettidos no officio, ou, pelo menos, por imputação de erros, que lhe attribuiram a respeito do seu cargo de *Provedor*.

Os biographos modernos (Juromenha, Braga e Burton) calcularam que o Poeta principiou a funccionar como Provedor em meados de 1556, exercendo este cargo durante anno e meio a dois annos, o que viria a dar em principios de 1558, e que portanto fôra o governador Francisco Barreto quem o mandou depôr, prendendo-o depois em Gôa, visto o seu governo ter findado a 3 de setembro de 1558.[2]

Vejamos se o calculo acerta.

Todos os annos, na entrada de abril, partia de Gôa para a China e o Japão uma unica náu official, que costumava deitar ancora em Macáu em julho ou agosto. Todos os annos regressava tambem de Macáu uma unica náu official, e isso em janeiro ou fevereiro, chegando a Gôa no verão (maio ou junho). Dado o caso que invejosos ou justiceiros accusassem o Poeta, apenas chegasse e tomasse posse do seu cargo, as cartas d'estes novelleiros não podiam estar nas mãos de Barreto antes de maio de 1557; a ordem de prisão transmittida pela náu immediata era lida em Macáu, o mais cedo possivel, em julho de 1558: de onde segue que o supposto réo não podia ser levado a bordo, a fim de ser julgado em Gôa, antes de janeiro de 1559. Fica assim provada a inexactidão das hypotheses supra-indicadas.

Caso fosse verdade que o governador Francisco Barreto, instigado por

---

[1] Não pode haver duvida sobre o periodo para o qual o Provedor fôra nomeado. Houve ainda assim quem fallasse em cinco annos de residencia em Macáu: Frederico Leão Cabreira, que assenta a data 1556-1561.— V. Castilho, *Camões*, III, p. 200.

[2] V. Juromenha, I, p. 76. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 252. Burton, *Cam.*, I, p. 22-23.

mexericos, intrigas e calumnias de praguentos,[1] empregasse medidas severas e vexatorias contra o Provedor-mór, ainda assim este ultimo, de volta a Gôa depois de 3 de setembro de 1558, já teria encontrado alli por vice-rei a D. Constantino de Bragança. O facto, dado por certo por Pedro de Mariz e Manoel Corrêa, e reproduzido por tantos outros, não tem portanto fundamento positivo.*

§ **302.**—Não foi Francisco Barreto, nem o seu successor no governo da India, quem intimou o Poeta para comparecer em Gôa, debaixo de prisão. O caso é outro.

Nas fortalezas afastadas do governo central, e mesmo em outras muito pouco distantes da costa da India, como Diu e Cochim, competia, ou mesmo incumbia, ao temporario *condestavel* ou *capitão* impôr aos officiaes e empregados da sua jurisdicção as penas de inhibição, encarceramento e desterro, mandando os autos de suas culpas para Gôa, onde a sua causa era examinada e sentenciada, pertencendo ao acusado, se era fidalgo, recorrer ao tribunal de Lisboa.** N'este caso era transportado, preso entre ferros, (agrilhoado) para o reino.***

---

[1] O palavroso Correia, que se intitula bombasticamente intimo de Camões, assentou, como é sabido, que os maiores amigos seus, dos quaes esperava favor, o mexericaram na India com o governador e foram causa de o prenderem e enfadarem. (*Lusiadas*, VII, 81, e X, 128); mas isso não passo de ôuco palavrorio, em menoscabo dos camaradas.*

* Em todas as obras do Poeta não encontrei linha alguma de queixa, sobre a fementida affeição de amigos falsos, desleaes e enredadores. Ha apenas, na Canção autobiographica, tantas vezes citada n'esta *Vida*, e tão cheia de allusões a successos reaes, um unico verso relativo aos amigos, mas um verso suavemente triste, livre de accusações, que se refere ao *perigo primeiro* da longa carreira de transes de fortuna, isto é, ao primeiro desterro de Lisboa, devido, como bem sabia, a culpas que deviam abalar por algum tempo a confiança dos proprios protectores mais benevolos. (Cfr. § 178). Por isso suspira apenas:

> A piedade humana me faltava,
> *a gente amiga já contraria via.*

E mais nada!

** Ha tantas provas d'este facto nas *Decadas* de Barros e Couto, que o auctor allemão não julgou necessario indicá-las. O curioso releia a historia de Duarte d'Eça.

*** O leitor não esqueceu certamente a passagem dedicada por Pedro de Mariz aos acontecimentos de Macáu e aos ultimos successos da vida de Camões, na India, compendiados na curta phrase mas ainda assim completamente erronea: *e não lhe valeo a excellencia de sua Poesia para deyxar de ser prezo na India pelo Governador Francisco Barreto, & de vir capitulado a* **este Reyno**. No § 273 o auctor d'esta *Vida* pergunta se *este Reyno* seria Portugal? É, certa-

Quem tiver fixado na mente os traços principaes da administração de Macáu, e se lembrar de como os capitães-governadores eram «volantes», providos de amplos poderes administrativos e judiciaes, por causa da grandissima distancia do ponto central do governo, reconhecerá facil e rapidamente o que se passou de facto com o nosso Poeta. Quer seja emprehendesse a viagem de Macáu a Gôa extemporaneamente, e portanto não por alvedrio proprio, mas forçado, no anno de 1558, como os biographos antigos alvitraram, ou em 1560 com a náu official da China, como eu penso, o ministro que deu o «*injusto mando*»,[1] e tanto o feriu, não foi nenhum *governador da India*, mas simplesmente o capitão da náu annual da carreira da China e do Japão. Foi este, um desconhecido, que destituiu do seu posto o Provedor-mór Luis de Camões, mandando-o embarcar e nomeando provisoriamente um substituto.

Magoado e cheio de surda ira é que o desditoso, expulso do sitio onde a fortuna *começava* a favorecel-o e derribado das esperanças readquiridas de novo, entregou a sua espada ao capitão. Em seguida, depois de juntos os seus haveres e arrecadar novamente por entre as roupas as suas joias mais preciosas (o manuscripto dos *Lusiadas*, os seus versos lyricos, as certidões, e alguns livros), embarcou, triste, na náu do governo, porque, como já explicámos, havia uma unica annualmente que, vindo do Japão, ia á China e d'ahi a Malacca e Gôa.

§ 303.—Durante a longa travessia dos mares orientaes fallou-se necessariamente nos ultimos acontecimentos politicos, occorridos na peninsula: a abdicação do Imperador Carlos V; o advento de seu filho Felipe; a morte de D. João III; a regencia de D. Catharina que, como viuva do fallecido e avó e tutora do pequeno herdeiro da corôa, D. Sebastião, empunhára as redeas do governo; a successão occorrida em Gôa, onde D. Constantino de Bragança substituira com titulo de vice-rei, inesperadamente, o governador Francisco Barreto.

Um ou outro companheiro de viagem, com parentes ou amigos na côrte de Lisboa, tinha recebido, certamente, noticias recentes, e sabendo do obito de D. Catherina de Ataide, daria ao amante a infausta nova. Foi então que este lhe dedicou um soneto admiravel de suave e quasi religioso sentimento.[2] A náu ia approximando-se da embocadura do rio Mecom. O galeão da car-

---

[1] *Lusiadas*, x, 128.

[2] «*Alma minha gentil que te partiste*».

mente. *Este reyno* não se póde de modo algum referir á «India» da mesma proposição; e na bocca do Conimbricense Mariz só podia significar, e significa em todo o Prologo ao Estudioso, o reino continental onde vivia.

reira, com riquissima carga de prata do Japão e sedas da China, naufragou, provavelmente na primavera de 1560 (março), na costa procelosa e accidentada de Cambodja,[1] e o Poeta, luctando com as ondas, salvou, nadando, a vida e os seus papeis e entre elles o mais precioso bem dos Portuguêses, «el tesoro del Luso», como Cervantes chama á epopeia nacional.[2] Tudo quanto grangeára nas Moluccas e em Macáu, a «*enchente de bens*» de que falla Mariz, ou as «*vaccas gordas*», que o proprio Poeta menciona, lá iam pela agua abaixo, dilaceradas pelo *lobo robaz* do Oceano, no mesmo dia em que a Morte, com egual sanha devoradora, dilacerára a cordeira gentil que tanto amava. As impressões das duas desgraças, quasi simultaneas, vibram n'um soneto, de fórma idyllica:

> Cantando estava um dia bem seguro,
> quando passava Sylvio e me dizia,
> Sylvio, pastor antigo que sabia
> por o canto das aves o futuro:
> «Liso, quando quiser o fado escuro
> opprimir-te, virão em um só dia
> dous lobos. Logo a voz e a melodia
> te fugirão e o som suave e puro».

---

[1] V. *Lusiadas*, x, 128 onde Camões se refere aos «*procellosos baixos*» d'aquellas paragens. A opinião erronea do primeiro annotador dos *Lusiadas*, o editor da mal acreditada edição dos «*Piscos*», de 1584 (cfr. Fontes, § 10, Nota 2), o qual julgou o miserando naufragio effeituado na *ida* para a China, e não no regresso, repetida depois por Ignacio Garcez Ferreira e por Leoni (p. 135), já não tem hoje fóros de verdade para nenhum biographo.—V. *Sämmtliche Gedichte*, i, p. 345.*

[2] Severim de Faria conta que o Poeta se salvára em uma taboa, nadando com uma mão, e levando os *Lusiadas* na outra. Esta salvação lembra o caso de Cesar (v. Pent., Caesar, cap. 49) com os seus Commentarios, no porto de Alexandria, como já o observou o mesmo biographo (a fl. 3b).**

* Garcez fundamentou a sua interpretação na lenda do escravo Antonio que o Poeta trazia comsigo, e teria morrido no Mecom, se o naufragio fosse no regresso para Gôa! — A argumentação de Leoni ainda é mais original: diz, primeiro, da estancia 80 do Canto vii relativa ao naufragio, que fôra feita quando o Poeta ainda estava soffrendo o rigoroso degredo a que fôra condemnado, isto é, em Macáu; e em segundo logar explica o triplice *agora (=ora)* d'aquelles versos, que indicam differença de tempo nos varios infortunios nomeados, como se todos os tres se referissem prosaicamente ao proprio instante em que o cantor dos *Lusiadas* escrevia.

** Diz ainda que a náu se fez em pedaços, o que é provavel. Comtudo acho estranho que a *Historia da India* não mencione o caso que, certamente, não era de pouca monta, visto «*cada uma das náus da China valer uma Malacca*», no dizer do auctor do *Soldado Pratico* (p. 75). O facto de nenhuma relação do naufragio se ter conservado na *Historia Tragico-Maritima,*

Bem foi assi; porque um me degolou
quanto gado vaccum pastava e tinha,
de que grandes soldadas esperava.
E por mais dano o outro me matou
a cordeira gentil qu'eu tanto amava,
perpetua saudade da alma minha![1]

§ 304.—Ignoramos se mais alguem se salvou.* É possivel que o accusador e juiz provisorio de Camões se achasse entre os que escaparam. Fallo do capitão da náu sossobrada o qual servira de governador de Macáu. Nos *Lusiadas* ha duas referencias ao desastre, mas nenhuma é explicita. Estas perdas eram demasiadamente vulgares entre os Indo-portuguêses para levantarem brado.

Na primeira, o triste naufrago, pensando nas longinquas terras patrias, invoca as antigas Musas inspiradoras do seu estro, Lisboa e Coimbra, ou as Nymphas do Tejo e do Mondego, implorando o seu favor, em quanto navegava *«por alto mar, com vento tão contrario»*. E diz:

Olhai que ha tanto tempo que, cantando
o vosso Tejo e os vossos Lusitanos,
a fortuna me traz peregrinando,
novos trabalhos vendo e novos danos:
agora o mar, agora experimentando
os perigos Mavorcios inhumanos:
qual Canace que á morte se condena
n'uma mão sempre a espada, e n'outra a pena!
Agora com pobreza aborrecida
por hospicios alheios degradado;
agora da esperança já adquirida
de novo mais que nunca derribado;
agora ás costas escapando a vida
que d'um fio pendia tão delgado
que não menos milagre foi salvar-se
que para o Rei Judaico accrescentar-se.[2]

§ 305.—Nas planuras de Cambodja, á margem do rio Mecom, o Poeta encontrou povoações de buddhistas, de boa indole, piedosos e humanos, cujo

[1] Soneto, recolhido em 1607.
[2] *Lusiadas*, VII, 79 e 80.

talvez até podesse provar que mais ninguem se salvou n'aquelle triste caso.—Veja-se o § seguinte.
* Já sabemos que, segundo Th. Braga, o mythico Jau se salvou tambem.—Cfr. p. 586, n. 1.

mais sacro dever consistia em praticar tantas obras de caridade, que as divindades applacadas os garantissem e salvaguardassem de um novo renascimento n'este valle de lagrimas, a *Zanzara* mundana. Soccorreram apraziveis o Poeta infeliz. Camões appellida-os «indiscretos», porque nutrem crenças illusorias sobre a migração das almas atravez de corpos de animaes e homens; mas guardou ainda assim na fiel memoria os beneficios recebidos, celebrando annos depois, a terra, o povo e o rio nas prophecias da deusa Tethys:

> Vês, passa por Camboja Mecom rio
> que «capitão das aguas» se intepreta;
> tantas recebe d'outro só no estio
> que alaga os campos largos e inquieta.
> Tem as enchentes quaes o Nilo frio.[1]
> A gente delle crê, como indiscreta,
> que pena e gloria tem despois de morte
> os brutos animaes de toda sorte.
> Este receberá placido e brando
> no seu regaço o Canto que molhado
> vem do naufragio triste e miserando,
> dos procellosos baixos escapado,
> das fomes, dos perigos grandes, quando
> será o injusto mando[2] executado
> naquelle cuja lyra sonorosa
> será mais afamada que ditosa![3]

Ninguem nos diz quanto tempo o Poeta viveu entre os Buddhistas, comendo o pão da caridade. Devemos suppôr que, depois de algum tempo, qualquer náu de mercadores portuguêses o levasse a Malacca, a não ser que um baixel dos indigenas o conduzisse ao seu destino immediato. Lá tambem o pobre, despido de tudo quanto ganhára, dependia das esmolas dos outros.

---

[1] Quem naufragou no mez de março (de 1560) foi portanto testemunha de uma das inundações periodicas.

[2] «*O injusto mando*», tão diversamente commentado pelos interpretes e biographos, mereceu a Faria e Sousa um commento verdadeiramente ignominioso! Postulou que, muito embora chamasse *injusta* a ordem de prisão, sempre podia ser que houvesse razão para tal castigo, por o Poeta ter dado má conta da fazenda alheia! — Veja-se *Lusiadas*, vol. IV, p. 545, e a edição do Morgado Matheus, a p. 405. *

[3] *Lusiadas*, x, 127 e 128.

* No mesmo sentido se pronunciou Camillo Castello Branco (p. 50), que durante todo o percurso das suas «*Notas biographicas*» tratou o Poeta de estouvado e dissipador, tendo por certa e natural a sua destemperada desordem de costumes, *sem a qual o Camões faria excepção entre todos os grandes genios.*

Mas aquelles *outros* eram pelo menos compatriotas, e talvez antigos camaradas ou matalotes.

§ **306.**—Em Malacca, perguntou pelas novidades de Góa e soube da tomada de Damão, effectuada a 2 de fevereiro de 1559 pelo vice-rei D. Constantino, em que tomaram parte varios dos seus amigos: João Lopes Leitão, D. Leonis Pereira, Jorge de Moura e D. Alvaro da Silveira,[1] que fôra como capitão-mór de um galeão. Este ultimo heroico mancebo passa por ter sido o «intimo» de Camões, desde que Juromenha publicou uma Egloga funebre, dedicada á sua morte, julgando dever attribui-la ao cantor dos *Lusiadas*, em cujos braços o brioso capitão exhalou, segundo elle, o ultimo suspiro.[2] As minhas investigações levaram-me a outro resultado, o que me obriga a dedicar algumas linhas ao ultimo feito de D. Alvaro.

§ **307.**—Pouco depois da tomada de Damão, o vice-rei mandára D. Alvaro da Silveira com dois galeões e dezoito navios de remo para o estreito de Mecca. A 15 de fevereiro de 1554 desaferraram, velejando para a costa da Arabia, a fim de queimarem as galés de Cafar, o pirata turco, e capturarem as náus do Achem, mas sem conseguirem o seu fim. Ao cabo de um mez, ou mez e meio, D. Alvaro teve que abordar em Mascate a invernar. Na entrada do verão, em setembro, singrando para a ilha de Baharem, ponto que os Portuguêses iam defendendo contra a esquadra turca, succedeu apprehender algumas galés. Em seguida pôs cerco á ilha, esperando render a guarnição pela fome. Mas a gente de D. Alvaro, receando succumbir ás epidemias, conseqüencia fatal dos levantes que sopravam, quis antes arriscar a vida n'um combate. O capitão, para não parecer cobarde, cedeu ás instancias, e deu o assalto. Sem efficacia. Os guerreiros turcos defenderam-se renhidamente, desbaratando os Portuguêses, e matando o capitão, o qual no meio dos seus valentes e dos bravos commandados pelo guazil arabe Rax Morado, de Baharem,[3] cahiu varado por duas balas. A primeira feriu uma virilha, a segunda penetrou no pescoço. Houve uma carnificina cruel em volta do corpo. Apesar da heroica defesa, os poucos sobreviventes,[4] em parte gravemente feridos, retiraram derrotados ás náus. Os Turcos cortaram a cabeça de D. Alvaro, levando-a como tropheu para o seu acampamento.[5]

---

[1] V. §§ 58, 264 e 307.

[2] Remetto o leitor á edição de Juromenha (vol. I, p. 81, II, p. 498, e III, p. 515), pedindo para que releia tambem Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 277, e Burton, *Cam.*, I, p. 24.

[3] Juromenha (III, p. 515) chama-o por engano Guazil de Ormus.

[4] Setenta Portuguêses morreram; trinta cahiram nas mãos dos turcos.

[5] V. Couto, VII, 6, 4 (e 7-9).

Quem ler a relação circumstanciada de Couto, e depois a elegia pseudo-camoniana[1] sobre a morte de D. Alvaro, dirá commigo que quem a escreveu não foi testemunha ocular da desastrosa derrota.

De resto, não ha indicio algum, nem extrinseco nem intrinseco, que abone a procedencia d'aquelles tercetos. A unica fonte em que se acharam modernamente, o Cancioneiro de Luis Franco,[2] não menciona o Camões como auctor. O caracter da poesia oppõe-se a esta attribuição: o grande lyrico, ao desabafar intimas sensações de dolorosa piedade, nunca se serviu do tom marcial, secco, nervoso e laconico que aquelles versos respiram. E a supposta amizade intima entre o Poeta e o guerreiro, n'elles celebrada,[3] não é attestada nem sequer por uma linha authentica de Camões.[4]

Averiguado isto, dou por inexacta a conjectura aventada por Juromenha e aceite por outros.

§ 308.—O inverno ia passando. O Poeta, depois de perder no naufragio tudo quanto grangeára na China, já não possuia senão a roupa que vestia, e esta soffrera muito com o sol e o mar! Facil ou difficilmente, com vontade ou sem ella, teve que pedir de emprestimo algum dinheiro, promettendo prompto reembolso, ao amigo que se promptificava a valer-lhe (e que talvez fosse o seu companheiro na jornada para Gôa) por contar na capital com o rico capitão Miguel Rodrigues Coutinho, o *Fios-Seccos*,[5] que costumava abrir credito aos soldados e fidalgos necessitados. Com a somma emprestada compraria o mais preciso, roupa, vestimenta e armas,[6] e talvez algumas bagatellas menos

---

[1] Elegia XXVIII: «*Eu só perdi o verdadeiro amigo*».

[2] Inferi a falta do nome «*Camões*» das rubricas communicadas por Braga na edição da *Actualidade*, vol. III, a p. 102 e 89.*

[3] D. Alvaro era irmão do amigo de Camões, o Padre e martyr D. Gonçalo, assim como de D. Simão, conhecido como poeta e fino avaliador de obras litterarias. Sobre estes tres filhos do primeiro Conde da Sortelha, D. Luis da Silveira, já fallei no volume dos «*Sonetos*». (Commentario aos n.os 37 e 278).—Cfr. C. M. de Vasconcellos em *Zeitschrift*, VIII, p. 3.—Veja-se principalmente o § 58 d'esta *Vida*.

[4] Um soneto que poderiamos julgar dedicado á morte de D. Alvaro, (se Baharem fosse situado nas margens do Ganges) é dos apocryphos, extrahidos das Obras de Estevam Rodrigues de Castro.—É o XIº da edição de 1623, e o 348.º de Juromenha: «*Quão cedo te roubou a morte dura*».

[5] Couto conta este capitão e *xarafe* entre os «*cidadões principaes e ricos*» de Gôa (VII, 8, 3).

[6] Em Malacca a ordem de prisão não podia ser valida, ou talvez nem fosse conhecida.

---

* A conclusão é justa. A «*Elegia a dom Alvaro da Silveira que matarão na India*» não traz indicação do nome de auctor.

necessarias. É provavel que tivesse de pagar a passagem de Malacca a Gôa, e o sustento, visto estar desempregado, quer fosse na náu do governo, ou em náu de mercadores. Penso, e justificarei este parecer, que o Poeta, aproveitando a primeira monção dos levantes, embarcou em setembro de 1560 e entrou na barra de Gôa seis semanas depois, isto é, no mez de novembro.

§ 309.—Do que fica exposto, apura-se o seguinte. Em fins do mez de julho do anno de 1558 o Camões tomou posse do seu logar de Provedor-mór dos defunctos e ausentes de Macáu, aproveitando o amplo ocio de que gozava para adeantar os *Lusiadas*. Mas essa boa fortuna foi de pouca duração. Um condestavel «volante» de Macáu, o capitão de uma náu da carreira da China e do Japão, incriminou o Poeta de certos delictos administrativos, sentenciando que se fosse livrar á India, e levando-o preso em principios de 1560, a bordo da sua náu, com destino a Gôa. Na foz do Mecom soffre naufragio em março, salvando a vida e os *Lusiadas;* vive durante algum tempo entre os Buddhistas do Cambodja; alcança Malacca e segue para Gôa, onde desembarca no outomno de 1560 (novembro), depois de quatro annos e meio de ausencia.

XXI

ULTIMOS TEMPOS NA INDIA

XXI

ULTIMOS TEMPOS NA INDIA

§ 310.—Ao revêr a ria septentrional de Gôa, depois de um lustro incompleto de ausencia, o Poeta encontrou o porto despido de náus. Só uma, de alto bordo, estava varada em frente da cidade, em Panelim. Perguntou pela explicação e ouviu que o novo vice-rei D. Constantino de Bragança tinha partido semanas antes (7 de setembro de 1560)[1] com toda a armada para Ceylão-Taprobana, a fim de conquistar o Jafanapatão, e que a náu S. Gião esperava pelo ex-governador Francisco Barreto para o levar ao reino. Estranhou a noticia.

Um ex-governador que se demorava em Gòa? e que ao cabo de dois annos ainda não se tinha despedido? Isto era descommunal! Acontecimentos muito graves e especiaes deviam ter motivado tal resolução.

Barreto, depois de mandar o Camões para o Sul, ainda colhêra bastantes louros. Em pomposa expedição com uma frota de cento e cincoenta navios fôra ao Dekhan, em novembro de 1556, a visitar a fortaleza de Baçaim,[2] onde anteriormente tinha sido capitão e era muito bem quisto; de caminho trabalhou para haver (e houve), á força de dadivas e peitas, as fortalezas de As-

[1] Couto (VII, 9, 1) não indica o *anno* da jornada de Jafanapatão, encetada a 7 de setembro; mas a data resulta claramente do facto de a náu Conceição ter chegado tres dias antes, estando o vice-rei na barra, despachando as derradeiras cousas, para dar á vela. Esta náu, que sahira de Lisboa na primavera de 1559, tinha invernado em Moçambique, por chegar tarde. (Dec. VII, 8, 2).

[2] Esta apparatosa expedição custou 200:000 pardáos.—D. João de Ataide, capitão de Ormus, chamou-a uma «balcarriada» emprehendida pelo governador «a cousas de seu gosto». Mexeriqueiros e corretores levaram estas novas a Barreto, que, zangado e arrufado, mandou depôr o capitão, commettendo assim um acto de prepotencia e vingança pessoal. (Couto, VII, 5, 7).

sari e Manorá, que eram da alçada juridica de Damão. Pelo mesmo tempo, um outro Barreto, Pedro de nome, parente do governador, assaltou, saqueou e incinerou as cidades inimigas de Tatá, Bandel e Dabul, commettendo horripilantes crueldades, passando á espada toda a gente viva que achava (mulheres e creanças, á falta de homens), até que rios de sangue innocente alagaram as ruas e os largos de Dabul. E não contente com este resultado, a guerra de exterminio contra o Hidalcão continuou na primavera seguinte, sem mercê nem piedade. Francisco Barreto no emtanto, de volta a Gôa, tinha armado todos os navios de remo que encontrou, passando com elles a Gaçaim e Dorubate, onde assolou e destruiu o que pôde. Depois de grandes destroços e uma batalha naval victoriosa, voltou á capital, para onde o chamava o Hidalcão, occupando as immediações de Gôa e ameaçando vingar-se dos grandes danos que os Barretos lhe haviam feito. Proveu logo todos os passos da ilha, de capitães, soldados e munições sufficientes, mettendo gente de guarnição e fortificando as almenaras de vigias e guardas. Em principios de 1558 o governador visitou a fortaleza de Chaul[1] com tenção de tomar o forte do vizinho Morro, de que chegou a apossar-se pacificamente.[2]

§ **311.**—A 3 de setembro de 1558 o vice-rei D. Constantino surgira na barra de Gôa. Francisco Barreto entregou logo a governança. Para a viagem ao reino o ex-governador regeitou a «*Garça*», em que o Bragança chegára, por ser muito grande (de 1:000 toneladas), escolhendo a *Aguia* (ou *Patifa*), já velha e mais pequena, de sorte a poder receber a carga toda na propria Gôa, sem ir a Cochim, e fazer-se á vela em 20 de janeiro de 1559. Começando a sua viagem com ventos prosperos, a náu foi depois muito infeliz, porque abriu, sacudida por uma tormenta rija entre Madagascar e a Cafraria. Não pôde dobrar o Cabo; foi preciso alijar toda a carga, dar á bomba dia e noite, virar o leme, e voltar a Moçambique. Barreto deu um optimo exemplo aos fidalgos, marujos e soldados, trabalhando destemido, de rosto sempre alegre, animando e admoestando os pusillanimes. Finalmente, na entrada de abril, attingiram Moçambique, onde acharam tambem a «*Garça*», destroçada e cheia de agua. Barreto tratou do concerto d'essa náu e da sua, com muito cuidado, diligencia e grande despesa de sua fazenda, acudindo a todos os passageiros com grandiosa liberalidade, até gastar mais de 18:000 cruzados. Ambas as náus fizeram-se á vela com os levantes, a 17 de novembro.

---

[1] Os soldados descontentes cantavam-lhe de noite versos de escarneo, (assaz deshonestos). O caso era que os capitães abusavam dos moradores das suas antigas fortalezas, levantando emprestimos avultados, de que não pagavam os juros.

[2] Confira-se na Decada VII os capitulos 8, 12 e 14 do Livro III; 1-3 do IV, assim como 1 e 4-8 do V.

Dias depois a «*Garça*» ficou em perigo de perder-se por fazer muita agua. Barreto salvou toda a gente e os mantimentos com grande juizo, admiravel circumspecção e uma humanidade caridosa, verdadeiramente excepcional. Mas novos contratempos obrigam a «*Aguia*» a demandar outra vez Moçambique, onde arribam em dezembro (17) e invernam até março. Por não quererem esperar até agosto pela monção grande, partem com a monção pequena, caminho da costa, tocando em Quiloa, Mombaça e Melinde até á Ilha de Pate. Ali Barreto fretou um navio para si e a sua gente, fez-se á vela e gastou na viagem muito tempo, soffrendo horrivelmente com fome e sede, mas encontrando na ultima necessidade (perto de Bardès) felicissima salvação, e attingindo Gôa ao fim de quinhentos dias de trabalho, uma sexta-feira, 17 de maio de 1560. No dia immediato o inverno entrou furioso, com uma medonha tempestade, que fez estremecer todos os animos, emquanto Barreto, recolhido no Mosteiro dos Reis Magos da Ordem de S. Francisco, rezava agradecido pela sua inesperada salvação, começando assim a cumprir uma novena. Os fidalgos e casados de Gôa, em alegre regozijo, festejaram o ex-governador. D. Constantino recebeu-o muito bem, com grande cortesia, exclamando admirado do alvoroço da multidão: «Quantas graças deve dar Francisco Barreto a Deus pelo fazer tão bem quisto!»

Mais tarde pôs á sua disposição e mandou concertar a náu S. Gião que partia a 20 de dezembro, levando a bordo Barreto, acompanhado dos desejos de todos os amigos que não haviam ido com o vice-rei a Jafanapatão, e certamente tambem das saudades do ex-provedor Luis de Camões. Barreto, que teve agora muito prospera viagem, chegou a Lisboa a 13 de junho de 1561, sendo recebido com festiva alegria por todos os fidalgos, e graciosamente pela Rainha-regente D. Catharina, que lhe agradeceu os muitos e grandes serviços prestados aos Reis de Portugal na India e em Africa.[1]

§ 312.—O Camões desejava e esperava poder em pessoa dar parte do seu depoimento e naufragio ao vice-rei D. Constantino. A perda da náu da

[1] Couto, VII, 6, 3; 8, 1; 8, 12 e 13. *

* Na *Historia Tragico-Maritima* temos tambem a relação circumstanciada d'estes lastimaveis acontecimentos; sob o titulo de «*Relação da viagem e successo que tiveram as náus Aguia e Garça vindo da India para este Reyno no anno de 1559; com uma discrição da Cidade de Columbo pelo Padre Manoel Barradas da Companhia de Jesus, enviada a outro Padre da mesma Companhia, morador em Lisboa*» (vol I, p. 221–252). O segundo opusculo não tem nada de commum com o primeiro, que é a reproducção *verbal*, palavra a palavra dos capitulos dedicados por Couto ao mesmo assumpto (Dec. VII, 1 e 12-13). Impossivel fixar se elle foi o redactor, ou não.

Figueiredo Falcão (p. 167) marca como dia da torna-viagem o 8.º e não o 13.º de junho.

China, d'esta vez como sempre abarrotada de riquezas, era certamente muito sensivel, e o Poeta seria o primeiro, se não o unico sobrevivente que vinha como testemunha ocular a instruir sobre o triste caso que presenceára. Uma relação exacta e bem redigida do naufragio, e a simples e verdadeira narrativa da sua propria sorte na China, não deixariam de interessar e impressionar o poderoso magnate, a cujo irmão, o Duque D. Theodosio, tinha dado poeticamente, em tempos, as boas vindas em casa dos Condes de Linhares,[1] conquistando talvez a sua protecção. Foi por isso que o Camões ouviu consternado e cheio de pesar a inesperada nova da partida de D. Constantino, o qual, como já contamos, tinha embarcado em setembro (17) para Ceilão, a guerrear o regulo de Jafanapatão! Mas não havia remedio! Teve que apresentar-se ao governador substituto, o capitão de Gôa, D. Pedro de Menezes, o Ruivo, a quem o vice-rei entregára o governo![2]

Ignoramos absolutamente se este funccionario mandou recolher o incriminado no tronco de Gôa, ou não. As opiniões dos biographos sobre a prisão, ou as prisões, que o cantor dos *Lusiadas* soffreu depois de voltar de Macáu, divergem bastante.

Mariz[3] e Correia[4] affirmam que fôra preso por mandado de Francisco Barreto! Severim[5] e Faria e Sousa[6] collocam o encarceramento no reinado

[1] V. § 125.

[2] Couto, VII, 9, 1.

[3] O leitor encontra copia do trecho no § 273.

[4] Commentario á estrophe 128 do Canto x. *

[5] Severim, fl 4ª e seg. **

[6] Faria e Sousa, *Vida* I, cap. 12 e *Vida* II, § 22. ***

* Ahi o licenciado Manoel Correa diz, depois de fallar do naufragio na costa de Cambodja (que por engano chama Cambaya): «Chegado á India foi preso por mandado do Governador Francisco Barreto pela fazenda dos defunctos que elle trazia a seu cargo porque foi á China por Provedor-Mór dos defunctos; e isto lhe fizeram mexericado por alguns amigos de que elle esperava favor».

** Referindo-se a D. Constantino, assenta que em seu tempo «não parece que Luis de Camões teve prisão alguma pelo officio que administrou na China»; e continuando relata mais adiante que «não lhe valeo o favor que o Conde de Redondo... lhe fez... para deixar de ser em seu tempo preso e segundo parece pelas culpas de que foi acusado na administração do officio da China. E não bastou livrar-se desta accusação para sahir do carcere onde esteve algum tempo porque Miguel Rodrigues Coutinho Fios Seccos... o embargou na prisão por certo dinheiro que lhe tinha emprestado».

A dupla prisão vem portanto a ser uma unica, visto a ultima ser apenas um prolongamento da primeira.

*** Na primeira passagem repete as allegações de Severim: «Todavia no bastó esse favor (do Conde de Redondo) a librarle de que fuesse acusado por culpas que le imponian, cometi-

do vice-rei D. Francisco Coutinho, Conde de Redondo, successor de D. Constantino [que reinou de 7 de setembro de 1551 a 19 de fevereiro de 1564]. O primeiro affirma que o Poeta fora lançado duas vezes na prisão: a primeira, por causa de culpas presuppostas no meneio do seu cargo, e depois por causa de dividas. O segundo biographo e commentador attribue o enferrolhamento primeiro a algumas travessuras (desafios?) ou a culpas na administração dos bens dos defunctos (desvios de fazendas?); e a prisão ulterior tambem ao facto de dever em Goa alguns maravedis. Aquino[1] concorda, como de regra, com o idolatrado Faria e Sousa. Botelho[2] segue as pisadas de Severim, traçando o caminho, tomado mais tarde por Adamson[3] e tambem por Alexandre Lobo.[4] Juromenha,[5] se interpreto bem os seus dizeres, imagina tres prisões successivas: uma, ordenada por Barreto em 1558, immediatamente depois do regresso de Macau; outra, durante o reinado do Bragança, motivada por excessos, ou por negligencia culpavel no cargo da fazenda; e a ultima, provocada por dividas, quando o Conde de Redondo governava. Braga[6] volta ás *duas* ordens de prisão, dando a principal como occasionada por calumnias de inimigos, enliçadores e invejosos, na volta de Macáu (em 1558), e explicando a ultima em harmonia com todos os biographos (1562). Burton[7] encosta-se ás declarações de Juromenha, fazendo prender o Poeta tres vezes.

Quem entre tantos acertaria? Onde está a verdade?

---

[1] Aquino. I, p. CXXXIX e seg.
[2] Botelho, p. LVII.
[3] Adamson, I, p. 163 e seg.
[4] Lobo, p. 200 e seg.
[5] Juromenha, I, p. 81 e 83.
[6] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 255 e 281.
[7] Burton, *Cam.*, I, p. 23 e seg.

das en el cargo de Provedor que tuvo en Macáo... ni de que fuese preso. Desde la carcel se mostró sin culpas, pero no sin deudas, porque un Miguel Rodrigues Fios Seccos le embargó en la prision por algunas».

Na segunda, falla do motivo da prisão de um modo um pouco differente e menos claro: «mas no llegó este favor a sacarle de la carcel en que le pusieron, unos dizen que por algunas travessuras, y otros que por calumniado de enemigos sobre lo tocante al officio... en Macáo».—«E estando en esta prision (parece que ya para salir dallá) en ella le embargó Miguel Coutinho Fios-seccos por algunos maravedis». O leitor vê que a prisão ainda aqui é dada como *uma só*—e que o biographo a colloca no reinado do Conde. Latino Coelho anda pois singularmente enganado ao deduzir d'essas mesmas palavras que, no parecer de Faria e Sousa, o Poeta ficara preso desde o tempo de Barreto (isto é, entre 1556 e 1558), conservando-se na cadeia emquanto o Bragança foi vice-rei (1558-1561) e ao Conde não lhe valera todo o seu poder quasi descricionario para descerrar os ferrolhos da prisão! (p. 235).

§ 313.—Era impossivel que o Camões se esquivasse a uma inquirição sobre as causas da sua deposição, mesmo quando quisesse desprezar a sua boa fama. Por que motivo tinha abandonado o seu posto, anno e meio antes do termo legal? Eis o que cumpria explicar. E o Poeta fê-lo, de certo, com toda a hombridade, sahindo livre e isento, porque ainda ninguem o accusára formalmente. Mas quaes seriam os verdadeiros factos? É difficil dizê-lo. Facil é, comtudo, admittir por um lado que um homem como Camões fosse negligente e descurado, e estabelecer, de outro lado, que nunca o podia commetter deslealdades e malversações de rendas alheias. O homem que, poucos annos antes, durante a travessia para Malacca (1556), tinha cantado, fallando do *dies irae, dies illa:*

> No grão dia singular
> que na lyra o douto som
> Hierusalem celebrar,
> lembrae-vos de castigar
> os ruins filhos de Edom!
> Aquelles que tintos vão
> no pobre sangue innocente,
> soberbos co'o poder vão,
> arrasá-los egualmente!
> Conheçam que humanos são![1]

o homem, cujas obras são um espelho fiel que reflecte os mais nobres sentimentos, não era capaz de prevaricações e fraudulentos desvios! Ninguem o póde suppôr; ninguem,—a não ser um Faria e Sousa!—É bem possivel, repito, que o Provedor-mór não fiscalizasse nem inspeccionasse sufficientemente os seus sub-provedores e mais subordinados, e que, levado pelo seu estro, obedecesse aos mandos da inspiração cantando a gloria dos *Lusiadas*, descuidando-se dos bens dos defunctos e ausentes, que lhe competia arrecadar. As suas culpas eram n'este caso filhas do descuido, e não delictos. Eis porque o Poeta chama á sua deposição um «*injusto mando*», muito embora nós, os posteros, não possamos vêr no procedimento do capitão volante* senão o cumprimento das ordens rigorosas, novamente decretadas por el-rei de Portugal.[2] A absolvição dada mais tarde, depois da accusação formal e da deten-

[1] *Sobolos rios que vão*, versos 281-290.

[2] Confira-se o § 72 onde se copia, em nota, a passagem mais importante das Instrucções pertencentes ao *Regimento do Thesoureiro dos Defunctos*, expedidas em 1556.

* Nada, absolutamente nada obriga a estabelecermos que o «injusto mando» executado no Poeta, fosse decretado «*de quem regia o imperio portuguez no Oriente*», conforme affirma Latino Coelho (a p. 213).

ção preventiva, tampouco nos auctoriza a chamarmos «*injusto*» ao mando severo: os juizes julgaram equitativamente que a demissão, a prisão a bordo e o encarceramento provisorio eram pena sufficiente para simples faltas de cuidado—*pecados de omissão*.

§ **314.**—Sou portanto de parecer que o nosso Poeta não foi logo encarcerado depois do regresso a Gôa. A cidade estava extraordinariamente tranquilla. No porto havia pouco movimento. As náus com os capitães, soldados e marujos estavam longe. A armada do reino ia tardando singularmente. Já a sahida de Lisboa fôra malaventurada: só a 15 de abril é que se effectuára, por causa do mau tempo; depois os ventos foram sempre contrarios; os pilotos não souberam ganhar o canal de Moçambique, tomando por isso a sua derrota da Cafraria a Cochim. Duas velas se tinham separado das outras antes de attingirem o Cabo da Boa Esperança: uma, dera a volta, arribando a Portugal, e a outra fôra ao Brasil, a invernar. Das quatro restantes, uma unica chegou a salvamento em Cochim, onde ferrou na entrada de novembro. As outras tres foram rebocadas a Gôa para dentro do porto: a náu S. Vicente em meados do mesmo mez e as duas ultimas, só em dezembro.[1] No S. Vicente vinha o primeiro Arcebispo de Gôa,[2] o Padre-mestre D. Gaspar de Leão, juntamente com os primeiros dois Inquisidores, letrados leigos, a saber: os canonistas Aleixo Dias Falcão e Francisco Marques Botelho, que todos foram de Cochim a Gôa em uma muito boa e bem petrechada galé, tendo ahi um solemne recebimento.

Nada mais houve durante este verão, até em principios de março o vicerei entrar na sua capital, de volta da expedição a Jafanapatão.[3]

§ **315.**—Entretanto o Camões indagou discretamente sobre o caracter,

---

[1] Couto, VII, 9, 5.—Até então os Bispos de Gôa, dos quaes o primeiro fôra um D. João de Albuquerque (1534), tinham sido sujeitos ao Arcebispado do Funchal na Madeira. Em 1560 as egrejas de Santa Cruz de Cochim e N. S. da Assumpção da cidade de Malacca, foram feitas Bispados, suffraganeos do novo Arcebispado de Gôa, ficando logo com todas as dignidades: Conegos, Beneficiados, Curas, Vigarios, etc. (Couto, VII, 8, 2).

[2] Em Gôa viviam muitos Judeus convertidos (os christãos-novos), mas que clandestinamente adheriam á lei de Moysés, judaizando em synagogas separadas. Até 1560 fôra costume mandarem ao reino os suspeitos, com os autos de suas culpas, por não haver na India quem os «sentenciasse» (Couto, VII, 9, 5). A primeira victima da Inquisição Goense foi um collega de Garcia da Orta, o christão-novo Jeronymo Dias, bacharel em medicina que pereceu na fogueira, como judeu convicto. (V. Ficalho, p. 219 e seg.).—Entre os assistentes ao medonho espectaculo talvez estivesse o nosso Poeta.

[3] Couto, VII, 9, 10.

a disposição e as acções do vice-rei. As opiniões divergiam bastante. Uns avaliavam em muito as suas capacidades e boas intenções. Até então todas as suas empresas haviam sido felizes. A acquisição definitiva da importante cidade fortificada de Damão (em Cambaya) enchera as medidas a todos. Os Portuguêses tinham occupado e arrasado, uns cinco lustros antes, a cidade, já meio destruida pelo governador, capitaneados por Martim Affonso de Sousa, que então era almirante dos mares indicos, e depois veiu a ser governador da India (de 15 de maio de 1542 a 10 de setembro de 1545). Reedificada pelos *Abexins* continuara a ser o pesadello dos reinantes, «assim por quanto importava para segurança das terras de Baçaim, como pela grossidão e prosperidade de suas terras e aldeias». Depois de varias infructiferas negociações com os tutores do joven rei de Cambaya, a cidade, com todos os seus termos, tanadarias, jurisdicção e rendas, foi cedida ao rei de Portugal por meio de um contracto. Mas apesar d'isso foi preciso conquistar a cidadela, defendida por Cide Bofatá e seus Abexins e Turcos, o que se effectuou facilmente no dia de N. S. da Purificação (2 de fevereiro de 1559). D. Constantino, com a sua armada de mais de cem navios, em que levava perto de tres mil homens, «gente muito limpa e lustrosa», entrou na barra de Damão a principios do anno. Dois terços dos homens de guerra, desembarcados, avançaram contra o forte, conduzidos por Diogo de Noronha, capitão de Diu. Os moradores todos poseram-se a salvo fugindo. O commandante tambem despejou pouco depois a fortaleza, passando-se á outra banda, de sorte que o vice-rei, vendo o guião arvorado em um cubello, entrou a bandeiras desfraldadas, saudado por salvas de artilheria.[1]

Outros exalçavam os dotes moraes de D. Constantino: a sua devoção, fé, justiça, pureza de costumes e affabilidade.[2]

Ainda outros accusavam-n'o de cobiça, fallando, calumniosamente,[3] de desvios, extorsões e tyrannias,[4] queixas que redobraram quando em 1567

[1] Dec., VII, 6, 4.—Já tratei de D. Constantino em *Sämmtl. Ged.*, vol. III, p. 370 a 374.

[2] Couto, VII, 9, 17, chama-o: «gentil-homem, brando, affabil, muito favorecedor das cousas da religião, muito amigo da justiça, verdadeiro, casto, ou ao menos... tão cauto que nunca deo escandalo».

[3] A suspeita infundada de ter juntado enorme peculio perseguiu-o até ao reino. Mais tarde, a «Alçada» da India, ordenada por D. Sebastião, provou que D. Constantino fôra apenas calumniado com paixão, e que todas as declarações a respeito do seu reinado eram falsas.—Couto, VII, 9, 17, e Schäfer, IV, p. 224.

[4] Mandára passar a alfandega para a Ribeira das Galés, a fim de vêr tudo das suas janellas, em pró e precalço das rendas publicas. Mas os Goenses tanto taxaram esta disposição sensata, que seu successor teve de tornar a alfandega ao seu antigo logar.

mandou construir na ribeira das galés uma náu para a torna-viagem. Parodiando um velho romance peninsular, *do Imperador Nero e do incendio de Roma*, que principia:

Mira Nero de Tarpeya
a Roma como se ardia,[1]

bandos de descontentes passeavam debaixo das janellas dos aposentos do vice-rei, cantando:

Mira Nero da janella
a náu como se fazia.[2]

Logo veremos a que conclusões o Poeta chegou, depois de ouvir e observar.

§ **316.**—Muitos dos seus amigos foram acompanhando o vice-rei a Jafanapatão: Jorge de Moura, Francisco de Almeida, João Lopes Leitão, entre outros.[3] Os dinheiros, levantados de emprestimo em Malacca, tinham ido gastando-se pouco a pouco, e urgia restitui-los. As exigencias da vida material faziam-se sentir. Muito contrariado e indisposto, o Poeta encaminhou-se á casa do abastado cidadão goense, Miguel Rodrigues Coutinho, o qual, pela sua bravura fria, merecera, como já sabemos,[4] a alcunha de *Fios-Seccos*, (que caracterizava não só o gume bem cortante da sua espada, mas tambem o seu acre afan em arrecadar os juros dos dinheiros dados em emprestimo. Foi, por exemplo, no segundo cerco de Diu, em 11 de novembro de 1546, que o animoso capitão, juntamente com Cosmo de Paiva, subiu primeiro o muro da fortaleza, defendendo depois a sua posição com grande esforço: o camarada já havia succumbido, mas Coutinho sustentava só o peso todo dos inimigos que o cercavam, quando afinal foi ajudado por Antonio Moniz Barreto

---

[1] Cfr. Duran, I, p. 393, N.º 571.
[2] Couto, VII, 9, 17, e Juromenha, I, p. 82.*
[3] V. Couto, VII, 9, 1.**
[4] Cfr. § 308.

* O inveterado costume português de «maldizer e fazer escarneo» de quasi tudo e de quasi todos, fez com que os Indo-portuguêses cantassem não só a D. Constantino, mas a muitos outros vicereis, governadores e capitães, parodias de cantigas e romances, ás vezes assáz maliciosas, ás vezes de chufa innocente, apenas divertida.

** Nomeio ainda D. Francisco de Mello, D. Leonis Pereira e Diogo do Couto, o qual assistiu a todos os feitos guerreiros e pacificos de D. Constantino (a julgar pelo capitulo XXI do Prologo do *Soldado Pratico* e da Scena IV da 2.ª Parte, na ultima redacção).

que ia subindo tambem pela escada de assalto.[1] Posteriormente provára em variadas occasiões, como capitão de náu ou capitão-mór de uma armada inteira,[2] que a sua Durindana merecia o sobrenome indicado.[3]

O Camões explicou os motivos da sua visita. O usurario não tinha o costume de emprestar esta ou aquell'outra somma só por amor da cara honesta de um qualquer freguês e sobre um simples recibo, sem garantias ou penhores. Fez uma excepção, só para com o Poeta, conforme ia dizendo, mas... por causa das suas precarias circumstancias e a pouca segurança offerecida, tinha de exigir juros exagerados. Bem ou mal, valeu momentaneamente ao necessitado, que pôde esperar pelo regresso de D. Constantino, sem sérios cuidados pelo sustento quotidiano.

§ **317.**—A expedição maritima do vice-rei contra Jafanapatão tinha por fim fazer a guerra ao regulo tributario, obrigando-o a multas e reintegrações, porque durante dois decennios intrigára constantemente contra os Portuguêses, espoliando principes avassallados, e capturando os parentes d'elles. A guerra foi prolongada e dura. Finalmente outorgaram paz ao regulo fugido, que prometteu entregar as pessoas e os thesouros de que se apossára, dando em refem o principe herdeiro. Já tranquillos, descuidados pelo ocio, e satisfeitos com as presas, os Portuguêses foram aggredidos de assuada e apertados pelos soldados expulsos da cidade incinerada de modo a terem de refugiar-se ás náus. O proprio vice-rei correu perigo.—Pouco depois construiram todavia uma fortaleza na ilha vizinha de Manar, que o Rei de Ceylão lhes cedera, retirando em seguida com o principe herdeiro de Janafapatão a Cochim.[4] Foi ahi que D. Constantino teve uma entrevista com o de Chembe, em que fizeram as pazes, seguindo logo depois para Gôa, onde foi recebido com luzidos festejos, em principios de março de 1561.[5] Levára comsigo o captivo e uma reliquia singular, tirada do Pagode principal pelos soldados: um dente de Buddha encastoado em ouro. Esta reliquia do fundador da sua religião, que muitos dizem ter sido um dente de bugio, era tão venerada por todos aquelles reinos, que o soberano do Pegú expediu uma embaixada especial a D. Constantino, a offerecer quanto ouro elle quizesse e mantimentos para a fortaleza de Malacca, sempre que precisasse d'elles, em troca da pre-

---

[1] V. Couto (VI, 4, 1), que o appellida «*cidadão nobre de Goa e mui bom cavalleiro*».

[2] V. Couto, VII, 6, 3 e 5, assim como § 348.

[3] Cfr. § 265.

[4] Para que não fugisse, o vice-rei deitou-lhe uns grilhões bem feitos e forrados a velludo carmesim, entregando a sua guarda ao capitão de um navio.

[5] Couto, VII, 9, 10.

ciosidade. O vice-rei ficou perplexo, mas o arcebispo tomou a questão a peito, exigindo que se posesse logo ponto final no negocio. Mandou trazer o dente, deitou-o n'um morteiro e pulverizou-o, queimando em seguida o pó n'um braseiro, e espalhando os restos da cinza nas aguas do rio Norte.[1] Muitos Goenses presenciaram o espectaculo do alto dos balcões e das janellas; entre elles, muito provavelmente o Camões.[2]

§ 312.—Este esperava que o vice-rei, depois de se desembaraçar dos negocios mais urgentes, accumulados durante o semestre da sua ausencia, o mandasse chamar.

A nobre estirpe dos Braganças não era insensivel á divina arte poetica.* E então, como sempre, a poesia desaferrolhava portas, abria corações e descerrava mãos fechadas. Camões, indigente** e incriminado, já se prevenira. Porquê não havia de servir-se do prestimo do seu genio, em beneficio proprio, quem tantas vezes tinha servido os outros?[3] Inspirado pelas acções e qualidades do reinante e impellido pelo desejo de protestar contra a opinião do vulgo, desfazendo o equivoco em que se enredára a grande massa dos Indiaticos, compôs uma epistola[4] magnifica, em vinte oitavas, segundo o modelo da Ode horaciana a Augusto,[5] celebrando os novissimos feitos e a gloria ganha pelo vice-rei em Damão*** e Jafanapatão, defendendo-o contra a inveja, os ciumes e as queixas dos descontentes mexeriqueiros e calumniadores. A

---

[1] Mais tarde, o camareiro-mór do regulo de Ceilão (ou de Colombo) substituiu o dente do Buddha por uma imitação, de ponta de veado, que vendeu como verdadeiro ao rei Brama do Pegú, por uma somma enorme. Mas o de Candia fez objecções, pretendendo possuir o unico e legitimo dente-reliquia. Está claro que o astuto camareiro-mór achou meios para decidir o litigio a favor de ambos. (Couto, VIII, 12 e seg.).

[2] Couto, VII, 9, 1-5, 10 e 17.

[3] Lembrarei: 1.º) os versos em ajuda das trovas mandadas por Heitor da Silveira ao vice-rei Conde de Redondo; 2.º) o Soneto dedicado a Manuel Barata em louvor de sua *Polygraphia* [«*Ditosa pena, como a mão que a guia*»]; 3.º) A Elegia a D. Leonis Pereira sobre o «Descobrimento da terra de Santa Cruz» de Pero de Magalhães [«*Despois que Magalhães teve tecida*»]; 4.º) A Ode a D. Francisco Coutinho sobre *Os Simplices* do doutor Orta [«*Aquelle unico exemplo*»].

[4] Oitavas II — «*Como nos vossos hombros tão constantes*».

[5] *Horatii Epist.* II, 1.

---

* Cfr. §§ 125 e 312.

** Os versos compostos n'este tempo, fallam do seu «*baixo e triste estado*» e da «*miseria injusta*» que ia padecendo.

*** Sobre Damão leia-se Couto, VII, 6, 3, e o cap. XXI *Soldado pratico*.

fallarmos com o Poeta, que se dirige a D. Constantino, diremos que a verdade o obrigava a que

Vos faça claro a quem vos não alcança,[1]

isto é, a que elucide aquelles, cujo baixo e vil pensar não tem força para comprehender vossa alteza. No remate traça o perfil de heroes da antiguidade grega, como Themistocles, Cimon e Lycurgo, concluindo com as duas estancias seguintes:

Pois ao justo Aristides um robusto,
votando no ostracismo costumado,
lhe disse claro assi «porque era *justo*
desejava que fosse desterrado»
Pachitas por fugir do povo injusto,
calumnioso, dando no Senado
conta de Lesbos, que elle já mandara,
se tirou co'o seu ferro a vida cara.
Demosthenes, lançado das tormentas
populares: «oh Pallas, foi dizendo,
que de tres monstros grandes te contentas,
do drago e moucho e do vil povo horrendo,
que glorias immortaes houve, que isentas
do veneno vulgar fossem vivendo?»
Pois mil exemplos deixo dos Romanos,
que vós tambem sois um dos Lusitanos![2]

---

[1] A minha primeira traducção d'este verso, «*Vor Jenem der Euch nimmer kann erreichen*» [em logar de «*Vor Jenen die doch nimmer Euch erreichen*»], foi inexacta, visto que tanto no texto allemão como no meu commentario (vol. III, p. 372) tentava mostrar que o «ignoto» que não «alcançava» o magnate português, era seu predecessor Francisco Barreto. Em honra a Camões, a Barreto e á verdade, tive todavia de modificar esta opinião erronea.—De resto, o nobre e magnanimo D. Constantino não teria approvado qualquer improperio apoucador de um fidalgo tão distincto como Barreto. O «*quem*» é exclusivamente, e com toda a certeza, o vulgo errado, a *plebe ignara*, nomeada na linha antecedente.—O Poeta diz: «*a verdade obriga-me a que—contra a tenção que a plebe ignara tem—vos faça claro*, etc. *

[2] Versos 145-160. As vinte oitavas tão viris e recheiadas de allusões a pessoas e datas da antiguidade hebraica e grega, provam uma memoria excepcional. O unico lapso está no nome *Pachitas*, por *Paches* ou *Pachetes*.

* Indubitavelmente! Mas não é menos indubitavel que na estancia 10.ª o Poeta allude *ás larguezas e á soltura* do governo de Barreto, que tinham desenvolvido ainda mais a desenfreada enfermidade da cubiça no indomito povo da India! Ahi pronuncia palavras de censura, que justificam, até certo ponto, a opinião dos biographos que reconhecem em Barreto e Camões antagonistas, e principalmente no primeiro o perseguidor do ultimo.

A allusão a Paches* faz presumir que o Poeta já tinha entregado ao governador substituto, (o capitão de Gôa, D. Pedro de Meneses, o Ruivo) além da descripção do naufragio padecido na foz do Mecom, um relatorio circumstanciado e as contas exactas, relativas ao seu officio de Provedor-mór de Macáu. Ainda mais: a quem sabe lêr entre linhas aquelles versos dizem claramente que um homem de bem, como o Camões, estimava mais a honra que a *vida*, resolvido a não sobreviver á sua vergonha, caso não o absolvessem!

§ **319.**—Pouco depois o Poeta foi intimado a apresentar-se no palacio do vice-rei. Levou comsigo tudo quanto arrancára ás ondas furiosas do salso oceano, os seus papeis, os *Lusiadas*, e além d'isso, uma primorosa copia das vinte oitavas a D. Constantino. Em frente do Bragança, quarto filho do Duque D. James,[1] gentil homem de trinta annos e tanto, de meia estatura, reforçado, de grossas espadoas e barbaçudo, mas affavel e brando no seu trato de verdadeira fidalguia,[2] appareceu o peticionario, levando na forte mão os fructos do seu engenho. Digno de porte, mas cheio de respeito, o mais illustre Poeta da sua nação e do seu tempo, cavalleiro fidalgo da casa real, de aspecto sério e bizarro, de rosto tisnado pelo ardor do sol meridional, representava bem a imagem da patria attribulada. Na força da edade, quadragenario, com barba pelos peitos, coberto de signaes e de feridas ganhas em combates,** um Português de lei, dos pés á cabeça.***

---

[1] D. James (Jaime ou Gemes) era o conquistador da força africana de Azamor. Entre as estrophes «omittidas», que Faria e Sousa declara ter encontrado no manuscripto de Manuel Correia Montenegro, mas que julgo fabricadas pelo proprio Faria e Sousa, ha tres dedicadas áquelle heroe (vid. *Lusiadas*, vol. III, p. 422 e 423; *Sämmt. Ged.*, V, p. 424; Couto, VII, 9, 3).

[2] V. Couto, VII, 9, 17.

* É Plutarcho quem conta, como o estratego atheniense, que conquistou e governou na guerra peloponnesiaca a ilha de Lesbos, calumniado e chamado para dar contas da sua administração, pegou na espada e se matou. (Vidas de Nicias e de Aristides).—Cfr. Storck, III, p. 376.—Camões escreveu provavelmente: *Pachetes*.

** O leitor português lembrar-se-ha certamente n'este logar da primeira scena do *Soldado Pratico*, em que o velho guerreiro da India, depois de batalhar durante quarenta annos, entrega ao Governador os seus papeis *ornamentados e esmaltados muitas vezes com o sangue do seu corpo, espargido pela lei e pelo rey* (p. 1), *mostrando depois* (p. 96) *as espingardadas no braço e pelas pernas, as frechadas e outras muitas feridas, e o corpo cinco vezes queimado*».

*** Quanto ao traje, difficil é fazer ideia adequada do que seria o Camões. É certo que não pareceria nenhum dos «*veteranos de D. Manoel com um pellote pelo joelho, uns musgos cortados, uma crangia ao peito, posta em um morrão* (?), *uma chuça ferrugenta nas mãos ou uma bêsta ás costas*». *(Soldado Pratico*, p. 92). Mais certo ainda, que não era nenhum dos «*mocinhos*

O vice-rei quis ouvir detalhadamente as occorrencias de Macáu e do Mecom. O Camões fallou, mostrando em seguida o que salvára do triste naufragio, em que perdeu o seu e «o das partes da China»: papeis amarellados e gastos pela agua do mar, com escripturas meio apagadas, pedindo finalmente licença para offerecer ao insigne senhor a sua ultima obra, caso nada raro entre Portuguêses d'aquella epocha, recommendando-se á benevolencia de D. Constantino.

Este «*justo*», que dava um ouvido ás palavras do ex-provedor, devia reservar o outro á voz dos accusadores. Antes de receber e examinar os «autos» e documentos que vinham de Macáu, nada podia decidir. No emtanto, é lei e de justiça formularmos esta hypothese, providenciou, encarregando-se de soccorrer o benemerito soldado e Poeta.[1]

§ 320.—A incerteza da sua sorte, o receio de que talvez D. Constantino já não tivesse ensejo para o julgar, e que a um successor ainda desconhecido incumbiria decidir ou confirmar a sua causa, pesava sobre a mente melancholica do Poeta. O chegar da armada do reino desfez todas estas tristonhas lucubrações.

As cinco náus da esquadra de 1561 tinham sahido da bacia do Tejo muito cedo, a 15 de março. Attingiram Moçambique ao cabo de quatro mezes de prospera viagem. Partindo d'ahi após tres semanas de refresco, surgiram na barra de Gôa, juntas, a 7 de setembro.[2] Como successor de D. Constantino vinha o vice-rei D. Francisco Coutinho, segundo Conde de (ou *do*) Redondo, homem de larga experiencia, prudente e activo, que dera provas do seu saber em Arzilla, e depois na Côrte portuguêsa como Regedor da Casa da Supplicação. Apesar dos seus cincoenta e quatro annos, era galante e gracioso, alegre, amigo de invenções e de se divertir, e muito propenso a ouvir dizer cousas de folgar; de resto, liberal, ou pelo menos não escasso e

---

[1] Severim de Faria era tambem de parecer que o Camões não foi preso durante o reinado de D. Constantino (fl. 4ª).

[2] Veja-se Couto, VII, 10, 1 e 17.

enfeitados de louçanias—cara rapada e topete muito alto—tão recamados e encrespados que pareciam andar a passear, com capa de velludo, coura e calções do mesmo, cheios de tranças, passamanes e guarnições de ouro, meias de retroz, chapeu de fitas de ouro, espada e adaga dourada, cavallo ajaezado de caparações ricos. (ib., p. 12 e 140). Talvez acertemos figurando-o *em corpo, calções a meia perna, de cotonia* (ou guingão), *espada curta*, (quando muito prateada) *talabarte de couro.* Ou ainda, como o proprio Couto: *de sayo de guingão pardo, ceroulas de cheita, gibão do mesmo; coura de couro golpeado; gorra de Milão; e espada curta em talabares d'anta* (ib., p. 42).

«*tacanho*» (no dizer de Couto), sériamente disposto a despachar honesta e honradamente os negocios do governo[1] e a dar bom exemplo como respeitador de todas as leis vigentes. Camões conhecia o Conde como amigo da poesia. Já o vira nos famosos serões palacianos de Lisboa, conforme contámos. Até se lembrava ufano de lhe ter agradado, quando celebrava seu pae D. João Coutinho[2] e sua propria filha D. Guiomar de Blasfet.[3] O Conde não podia ter esquecido os amores, tão contrariados, e as vicissitudes na sorte do Poeta.

§ **321.**—O novo vice-rei tratou immediatamente dos negocios mais urgentes, despachando capitães para as fortalezas (Maluco, Diu, Damão). Sentenciou a Gonçalo Falcão, porque desafiara Francisco Barreto, quando este acabou de ser governador, dando por riscado dos livros del-rei e deposto de todas as mercês quem o favorecesse, ajudasse ou defendesse: tudo isto por ordem expressa da Rainha-Regente D. Catharina.[4] Negociou tambem uma armada de 23 galeotas e fustas e dois galeões com 650 homens de guerra contra o corsario Cafar, cuja capitania entregou a D. Francisco Mascarenhas,[5] com titulo de capitão-mór do mar da India.—Entre os fidalgos que o acompanharam iam João Lopes Leitão, Heitor da Silveira, o Drago, e Miguel Rodrigues, o *Fios-Seccos.*[6]

N'este meio-tempo o Camões já tivera uma entrevista com o vice-rei, no paço, a julgar pelas suas poesias. Depois de narrar ao antigo protector to-

---

[1] V. § 113.

[2] V. o Soneto «*Dos antigos illustres que deixaram*». D. João distinguira-se nos annos de 1515 a 1521 como capitão de Arzilla, em substituição de seu pae D. Vasco, Conde de Borba, que fôra ao reino (Epitome, p. 275 e 288), batalhando com esforço contra os Mouros.—V. Schäfer, III, p. 130.

[3] D. Guiomar de Blasfet—nome que lhe veio da sua avó materna, D. Joanna de Blasfet,—tinha mais dez irmãos, todos filhos da Condessa D. Maria de Gusmão (Couto, VII, 10, 17). Ella, a terceira entre oito filhas, que chegou a ser a esposa de Simão de Meneses, queimou uma vez ligeiramente o rosto em uma vela, e Camões, o cortesão perfeito de então, improvisou, com relação ao desastre, umas redondilhas galantes «*Amor que todos ofende*», compondo depois mais um gentil soneto: «*O fogo que na branda cera ardia*».

[4] O caso ainda assim teve um exito feliz. Gonçalo Falcão encontrou meio de fugir e embarcar para o reino, levando sua questão á Mesa da Consciencia, onde o houveram por livre, «*por ser muito antes de se publicar o sagrado concilio tridentino sobre este negocio dos desafios*», pelo menos em Portugal. Annos depois El-rei D. Sebastião perdoou a culpa de D. Gonçalo, despachando-o capitão de Sofala, mercê que não logrou, por morrer logo. (Couto, VII, 10, 1).

[5] No reinado de Felipe II veio a ser vice-rei da India (1580-1583).

[6] Couto, VII, 10, 2.

dos os successos da sua vida depois do ultimo encontro em Lisboa, o vice-rei, sensivelmente emocionado, fez entender ao Poeta que não podia deixar de o prender, ainda que fosse por poucos dias, desde o momento em que chegassem de Macáu os autos do seu processo, até a sentença ser dada. Citou depois um «mote» de «pesames» e de «queixas», talvez allusivo ao Camões:

Muito sou meu inimigo
poisque não tiro de mi
cuidados com que nasci,
que põe a vida em perigo.
Oxalá que fôra assi! [1]

Accrescentou que podiam servir de thema para umas voltas, ou glosas, qualquer dia em que os *Lusiadas* não exigissem todo o seu estro, e que muito estimaria vêr em copia a pequena composição.

O Camões, contentissimo com tanta affabilidade, certo de ter encontrado um bom protector, despediu-se risonho, sem mais temer do futuro immediato. Nunca algum reinante o acolhera com egual benevolencia. O vice-rei dispensava favores de *rei!* A sua clemencia era grandiosa!

§ 322.—De prompto cumpriu a promessa dada, enviando ao vice-rei as Voltas ao Mote, [2] e mais uma «carta de guia», cheia de enthusiasticos louvores, de uma exuberancia extraordinaria. Mas quem se espantará, ponderando qual devia ser a alegria do feliz liberto?

Conde, cujo illustre peito
merece nome de rei,
do qual muito certo sei
que lhe fica sendo estreito
o cargo de *visorei*,

Servirdes-vos d'occupar-me,
tanto contra meu planeta,
não foi senão azas dar-me,
com as quaes vou a queimar-me
como faz a borboleta...

Bem basta, Senhor, que agora
vos sirvaes de me occupar;
que assi fareis aparar
a penna, com que alguma hora
vos vereis ao céo voar!

---

[1] *«Mote que lhe mandou o vice-rei da India para fazer umas voltas».*

[2] *«Viver eu sendo mortal».*

Assi vos irei louvando,
vós a mi do chão erguendo,
ambos o mundo espantando:
vós com a espada cortando,
eu com a pena escrevendo![1]

§ 323.—A esquadra de D. Francisco de Mascarenhas voltou na entrada de janeiro de 1562 com todas as náus que levára, sendo immediatamente despachada para o Malabar, a fim de guardar a costa até ao cabo de Comorim e o estreito de Palk e prevenir a sahida de embarcações para Meca ou de paraos piratas. Tres mezes volvidos, a armada recolheu, trazendo comsigo uma grande cafila de navios e barcos de Bengala, Malacca, Maluco, Choromandel e da China.[2] Uma d'estas ultimas era portadora, certamente, de cartas officiaes de Macáu, assim como o relatorio sobre o triennio passado, que continha pormenores sobre a deposição do Provedor-mór Luis de Camões. Este teve de entrar em prisão, muito embora fosse para simples detenção preventiva. Não deixarei de lembrar novamente ao leitor que Severim de Faria[3] assentou, bem como eu, que o Poeta só chegou a ser encarcerado duranie o governo do Conde de Redondo, por causa do seu cargo. O processo seguiu os tramites legaes. Dos relatorios e das contas annexas resultava que o provedor fôra negligente e não fiscalizara devidamente o pessoal subalterno, erros pouco graves, que o tribunal deu por remidos pela demissão, a viagem forçada e a detenção preventiva, o que, de resto, já deixei indicado.[4] Livre e puro de culpas, completamente *illibado*, o cantor dos *Lusiadas* sahiu do carcere, tão contente e alegre, como poucas vezes depois dos bellos dias da juventude!

§ 324.—Os amigos jubilaram! principalmente os «*matalotes*» ou companheiros de casa:[5] D. Vasco de Ataide,[6] D. Francisco de Almeida, Heitor

---

[1] «*Redondilhas mandadas ao viso-rei com o Mote atras*».

[2] Couto, VII, 10, 2.

[3] Severim, fl. 4[b].

[4] Cfr. § 313.

[5] Tratei detalhadamente d'este «*Convite*» em *Sämmtl. Ged.*, I, p. 370-373.

[6] Vasco de Ataide (irmão de D. Luis, que depois foi conde de Atouguia e vice-rei da India), ferido de uma lançada em Baharem, no anno de 1559 (e não em 1560, como eu disse nos eschólios ao *Convite*), mas salvo por um soldado, indio de nascença (Jorge Dias, o *Pedinte*), que o tirou de entre os inimigos, curou-se em Ormus (Couto, VII, 7, 9 e 10), e tornou a entrar em pelejas posteriores.

da Silveira,[1] João Lopes Leitão, Francisco de Mello, fidalgos de familias illustres, mas talvez pouco providos de bens de fortuna. Como não haviam de festejar, *de consoada*, o feliz acontecimento? Uma mulata, baptizada, Luisa Barbara, que

> bem parece estranha
> mas *barbara* não,[2]

—talvez a «*serva*» encarregada do governo de casa dos cinco ou dez «*solteiros*»,—apromptou todo o necessario para uma opipara ceia, pondo a mesa, sob a muito especial vigilancia do *amphitrião*.

Cada talher estava marcado com o nome de um dos amigos.[3] E cada bilhete continha, além do nome, algumas trovas de folgar, feitas *ad hoc*. Nada de *comestivel* nem de *potavel* se via na mesa! Os convidados liam e riam, investigando a mesa vazia, em duvida sobre a significação do gracejo! João Lopes Leitão, que já começava a agastar-se, desatou em ditos e chalaças, mas o Poeta, pedia sorrindo para que todos virassem o papel e lêssem o *menu!* Este, nada pobre, mas pelo contrario muito succulento e variado, vinha redigido em rimas artificiosas, que affirmavam e negavam ao mesmo tempo, deixando os ledores mais perplexos ainda.

Eis o que leu a alegre companhia:

> Tendes]: nemigalha—*assada*,
> cousa nenhuma de—*molho*,
> e nada feito em—*empada*,
> e vento—de *tigelada* (variante: *piverada*»),
> picar no dente em *repolho!*
> De fumo tendes *tassalhos*,
> *ave*—da pena que sente
> quem de fome anda doente,—
> bocejar—*de vinho de alhos*,
> *manjar*—em *branco* excellente![4]

---

[1] Um manuscripto nomeia, em logar de Heitor da Silveira, a Jorge de Moura, o collaço do Principe Real. Este partiu em janeiro de 1563 para Maluco, como capitão. (Couto, VII, 10, 9).

[2] Os dois versos pertencem ás celebres Endechas *Áquella captiva*.—Cfr. § 327.

[3] Penso que o «*Convite*» seria feito em fins do inverno de 1562, talvez em agosto.

[4] «*Deu o Camões hũ convite na India a hũs homẽs fidalgos em hũa casa mui bẽ concertada, e cuidando eles que avia de ser verdadeiro, acudiu-lhe com «trovas entre pratos» por iguarias; e foi posto ao primeiro (a D. Vasco de Ataide) e, descobrindo, dezia a trova*».*

* Assim diz o manuscripto Juromenha, a fl. 240. A interpretarmos com «escrupulosa» exactidão os dizeres d'esta rubrica, as cinco pseudo-comidas, ou seja os cinco pratos differen-

Que festiva algazarra não applaudiria a graciosa lembrança! Mas a comida? onde estava Luisa Barbara? Certamente, a escrava não tardaria muito a servir o primeiro prato da alegre ceia e a encher de bom vinho português os copos dos commensaes.

§ **325.**— A benevolencia do vice-rei foi duradoura. Rapidamente a sorte do Poeta mudou para melhor. Temos motivo para imaginar que fosse chamado não raras vezes ao paço, estivesse em relações de certa intimidade com D. Francisco Coutinho, e ganhasse o sufficiente e até o superfluo. São poucos os versos em que haurimos as nossas suspeitas, mas estes poucos são significativos.

Durante o inverno de 1562 estacionava em Gòa, talvez como companheiro de casa do Poeta, um dos amigos, que já mencionámos: Heitor da Silveira.

Heitor,[1] nascido cerca de 1535, embarcára em 1561, parece que meio forçado por circumstancias exteriores, e sem se despedir da sua (segunda) mulher, irmã do poeta André Falcão de Resende,[2] vindo para a India com o conde vice-rei. Depois militou em Ormus, como capitão de uma náu, e na

[1] Sobre o parentesco de Heitor junior, o amigo de Camões, com Heitor, o velho, filho do terrivel Coudel, veja-se *Sämmtliche Gedichte*, vol. I, p. 367.

[2] Talvez seja a Belisa (isto é, Isabel) das Obras de Resende, (p. 339, verso 82 e seg.).

tes, vinham um após o outro, sempre cobertos, e cada um com destino para uma certa e determinada pessoa que destapando-o vinha achar, em logar de comida material, um alimento meramente litterario. A ideia do meu amigo de não extender a *logração* dos cinco amigos por tanto espaço de tempo, mas antes de a concentrar em uns breves minutos, agradará a todos quantos pensam que a repetição, por muito boa que seja nos estudos, é enfadonha nos divertimentos e passatempos.

Para que a lista do *menu* forme, como deve, o final da pequena comedia, é preciso transpôr os versos a João Lopes Leitão, dando-lhes o ultimo logar.

A traducção allemã é excellente e muito graciosa, porque accentua os effeitos do original sem os sobrecarregar: o Commentario, cujos pontos essenciaes se indicam no texto, tambem merece altos louvores.— O leitor dirá, se me excedo, accrescentando mais um pormenor, ampliando o quadro traçado por Storck: No fim do jantar os amigos alegres festejaram a arte culinaria de Luisa Barbara, que se esquivou, modesta, aos louvores dos convidados... Mas o Poeta e Amphitrião, erguendo o calix, levantou, brindando, *vivas* á Luisa Barbara, cujos olhos *sossegados* e cuja presença tinham captivado o seu coração, e apresentando-a aos amigos, cantou em um accesso de impeto juvenil:

Esta é a captiva,
que me tem captivo,
e pois n'ella vivo,
é força que *¡viva!*

costa do Malabar (1561–1562), de onde voltou ainda assim, pouco remediado. Dotado de talento poetico como seu avô, o tyrannico e temivel coudel-mór Francisco da Silveira, cujos numerosos versos andam no *Cancioneiro de Resende*, dirigiu ao vice-rei uma petição em tres estrophes de redondilhas nonarias, requerendo uma subvenção pecuniaria.[1] O Camões insistiu, com uma «*ajuda*» em fórma de decima, que diz:

Nos livros doutos se trata
que o grande Achilles insano
deu a morte a Heitor troiano,
mas agora a fome mata
o nosso Heitor lusitano!
Só ella o pode acabar...
se essa vossa condição
liberal e singular
não mete entre elles bastão
bastante para o fartar![2]

Forçoso é confessar que o tom e feitio d'estes versos ligeiros indica uma grande intimidade entre o Poeta e o vice-rei. Mas, n'este caso, porque é que o poderoso conde não concedeu ao pobre vate posto algum dos «*grossos*», o de capitão de uma náu, por exemplo, ou condestavel de uma fortaleza? A resposta está dada: o Poeta não era, por inclinação ou temperamento, soldado da India. E o vice-rei sabia isso, e procedeu em conformidade.

§ **326**.—Juromenha, e após elle Theophilo Braga, suppõem que o Camões occupou um posto official, ou semi-official, junto do conde de Redondo. Em prova d'isso citam uma carta, escripta para o reino, em que o vice-rei, fallando do expediente do seu governo a El-rei, ou antes aos tutores de D. Sebastião, diz que os seus afazeres eram tão variados e tantos que os subalternos não tinham mãos a medir e que forçoso lhe era chamar ajudantes de fóra: «*Remetto-me a S. Domingos e mando tirar os prégadores do pulpito para que venham despachar comigo os feitos; agora me valho algum tanto do provedor-mór dos defunctos*». Ambos os criticos imaginaram que o provedor, chamado á mesa do despacho, fosse Camões, isto é, o *ex*-provedor demissionado

[1] André Falcão, filho do Poeta *Jorge*, e sobrinho do chronista Garcia de Resende, casara com uma irmã de Heitor da Silveira, D. Elianor (a «*Norelia*» das suas Obras, p. 334, v. 37). Os dois poetas eram, portanto, duas vezes cunhados.—Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 288 e II, p. 49.

[2] Principia «*Vossa Senhoria creia*» e tem a rubrica «*Estas trovas mandou Heitor da Silveira ao mesmo Conde invernando em Goa*».

de Macáu—supposição completamente gratuita e incongruente, que tem contra si nada menos do que *tudo!*[1]

Porque, visto não se indicar nome algum, é forçoso pensarmos no Provedor-mór do governo da cidade de Gôa, onde o conde residia e d'onde escrevia,[2] quer este se chamasse *Christovam Fernandes*, quer fosse um licenciado *Christovam Ferreira*[3] ou qualquer outro jurisconsulto.

Mas muito embora falhasse a tentativa de Juromenha, de descobrir como e em que o vice-rei occuparia o Poeta, parece-me certo que este protector o *occupou*. Talvez se servisse do seu talento «estylistico» e litterario para redigir actas e cartas que precisavam de uma redacção mais esmerada e limada. Embaraços que podessem difficultar este procedimento não existiam. A inteireza e honradez de Camões está fóra de toda a duvida, assim como a benevolencia do vice-rei: e de ambas as qualidades, juntas á indigencia do protegido, não podia resultar senão a outorga de uma occupação séria, digna e ao mesmo tempo lucrativa.

§ **327.**—O Poeta tinha, a fallarmos com os psychologos antigos, um temperamento cholerico-sanguineo: extremamente soturno e triste na desgraça e muito inconsiderado e mesmo leviano e estouvado na ventura.

O tempo mudára; e com o tempo os seus pensamentos. Se não esquecera a D. Catherina de Ataide (que já não vivia), estaria pelo menos resignado. As saudades de Lisboa attenuaram-se desde que a amada fallecera, e principalmente desde o momento em que Gôa se lhe mostrava affavel e generosa como uma mãe. Quasi que se sentia acclimatizado. Se outr'ora uma paixão etherea e ideal exaltára o namorado lusitano, acrisolado e leal no seu querer, o Indo-português via-se agora escravo de um baixo e vil amor!

Se não houvesse duas poesias que attestiguassem esta observação, authenticadas pelo modo como foram conservadas, e pelo seu caracter artistico,

---

[1] Juromenha, I, p. 83 e 497, Nota 45 (com excerptos da carta alludida), e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 281.*

[2] Goa era certamente, entre todas as colonias indo-portuguêsas, a que mais precisava de um Provedor dos defunctos, porque só os soldados que ahi morriam annualmente, andavam por uns 400 a 500. (Cfr. p. 500, Nota 2)! E quantos não seriam os ricos, entre vice-reis, governadores, capitães e fidalgos, que, fallecendo em qualquer ponto da India, tinham as suas principaes riquezas na capital? Lembrarei apenas a morte do opulento governador Estevam da Gama (4 de abril de 1540 a 6 de maio de 1542), cujo inventario correu pelas mãos do Provedor de Gôa.—Schäfer, IV, p. 141 e 147.

[3] Veja-se C. C. Branco, p. 57-60.

---

* Cfr. Latino Coelho, p. 241.

não acreditariamos em que, com effeito, a escrava mulata, a que já alludimos, de tez escura, negros os olhos e cabellos, encantou o coração do grande Poeta, arrancando-lhe versos deliciosos e de suave harmonia:

> Pretidão de amor!
> tão doce a figura
> que a neve lhe jura
> que trocára a côr!
> Leda mansidão
> que o siso acompanha!
> Bem parece estranha,
> mas *barbara* não!
> Presença serena
> que a tormenta amansa,
> n'ella emfim descansa
> toda a minha pena!
> Esta é a captiva
> que me tem captivo.
> E pois nella vivo
> é força que viva! *

Pouco tempo decorreu sem que em todas as boccas goenses «tão largas no fallar e tão mexeriqueiras» andassem os nomes de *Luis* e *Luisa!* Os censores viam muito distinctamente e criticavam sem mercê o «argueiro» no olho do proximo, embora relações eguaes fossem vulgarissimas em Gôa. Contra a sua critica despiedosa revoltou-se o Camões, apaixonado, desculpando em uma Ode «*contra os Catões Censorinos*»,[1] os seus amores com a linda serva, que se transformára em «senhora do seu senhor». Allegando o exemplo de Salomão o «*Rei famoso hebreo*», de Aristoteles o «*grão sabio que ensina passeando os segredos da Sophia*», e de Achilles «*aquelle moço fero na pelethronia cova doctrinado do Centauro severo*», cuja carne era invulneravel, mas cuja alma foi ferida pelas settas do Amor, exclama:

> Que donde o braço irado
> dos Troianos passava arnês e escudo,
> alli se viu passado
> d'aquelle ferro agudo
> do menino que *em todos* póde *tudo!*[2]

[1] Ode IX (ou X) — «*Aquelle moço fero*».
[2] Ib., versos 16-20.

* Cfr. § 324, nota da traductora. — A semelhança entre o final das Endechas e a estrophe 5 da Ode não se oppõe ás minhas ideias sobre a «occasião» em que seriam compostos aquelles versos, isto é, em noite de convivio folgazão com os intimos, para os quaes não exis-

§ **328.**—A morte da escrava pôs fim e termo a esta aberração, que julgamos curta e passageira. É o que resulta de um soneto, o qual não pode ser relacionado com a angelica, pura e altiva D. Catherina de Ataide,[1] sem amesquinhar a sua figura.

Julgo indubitavel que o Poeta reconheceu o seu erro depois do fallecimento de Luisa Barbara, e se arrependeu, contricto, da affeição sensual, sem elevação nem caracter, que o enleára, fazendo com que renegasse durante uma curta cegueira moral, todo o seu passado.

> Em prisões *baixas* fui *um tempo* atado,
> —rigoroso castigo de meus erros:—
> Ainda agora arrojando levo *os ferros*
> *que a morte, a meu pesar, tem já quebrado.*
> Sacrifiquei a vida a meu cuidado
> (que Amor não quer cordeiros nem bezerros).
> Vi magoas, vi miserias, vi desterros;
> parece-me que estava assi ordenado.
> Contentei-me com pouco, conhecendo
> que era o contentamento vergonhoso,
> só por vêr que cousa era *viver ledo*,
> Mas minha estrella, que eu já agora entendo,
> a morte cega, e o caso duvidoso
> me fizeram de gostos haver medo.*

§ **329.**—A ceia e os amores com Luisa Barbara são signaes typicos que nos mostram como o Poeta vivia agora em Gôa: a bel-prazer, como muito bem lhe parecia, sem dar contas a ninguem, gastando o que ganhava e não se lembrando do seu crèdor, Miguel, o *Fios-Seccos*. Este, na primavera de 1562 voltára do cruzeiro do Malabar com a armada de Francisco de Mascare-

---

[1] O que levou a esta injusta e arbitraria explicação foi provavelmente a referencia ao desterro nos versos 7 a 11; mas lidos, como deve ser, sem solução de continuidade, juntos com o resto do soneto, não dizem outra cousa senão que o Poeta, depois de experimentar tantas perseguições e tantas penas durante annos, por causa do seu amor ideal, quis afinal «gozar», satisfazendo, pelo menos uma vez, um capricho seu.—Cfr. Storck, II, p. 367 e III, p. 354 e seg. *

tiam segredos.—O professor Storck, de resto, não deu ás lindas Endechas a interpretação que aqui aventei! Muito pelo contrario, entende como os mais traductores que *viva* se refere ao proprio poeta e traduz: *Weil ich leb in ihr Darum leb'ich noch.*

* O titulo «*Trovas* (!) *que fez um preso* (!) *dizendo o mal que fizera e lamentando fortuna e tempo*» que apparece no manuscripto Juromenha, a fl. 75 v., parece feito por copistas ignorantes, e *à posteriori*. Baseia-se unicamente na palavra «*prisões*». Este plural e o epitheto «*baixas*», em sentido figurado, deveriam ter elucidado todos os leitores cuidadosos.

nhas. Visto ser casado e ter familia, e não deixar passar expedição alguma a regiões que não fossem muito longinquas, como o Malabar, Cambaya ou a Abassia, sem tomar parte n'ella, a fim de ganhar soldo e presa, o abastado cidadão não podia gostar do procedimento inconsiderado e pouco attencioso do seu devedor. Não temos direito para inculpá-lo das medidas que tomou, ou para lançar contra a sua fama settas envenenadas. * Advirtiu, instou, mas como nem advertencias, nem ameaças dessem o fructo desejado e devido, o prestamista goense serviu-se do meio usual empregado n'aquelles tempos para cobrar dividas ou «*castigar*» devedores insolventes: mandou: «*embargar*» a pessoa e os bens do Poeta, isto é, requereu licença para arrematar em leilão publico as propriedades moveis e immoveis, e caso o producto não chegasse, para o fazer «*arrestar*». Em minha opinião não chegou a haver prisão. [1]

Todavia o Poeta «*embargado*» [2] não se affligiu muito com os sellos postos no pouco que era seu. Bem sabia a quem recorrer. O conde vice-rei ia apromptando uma expedição apparatosa para fazer pazes solemnes com o Samorim de Calicut, cujos embaixadores já tinham vindo a Gôa. [3] Um cortejo de cento

---

[1] O titulo tradicional da poesia dedicada a este assumpto, falla de prisão, ou antes de «*cadeia*»; julgo todavia que os copistas inferiram aventuradamente o muito problematico facto da prisão, da palavra *desembargado*, empregada no verso 16. Quanto aos biographos, todos são unanimes, como já vimos no § 312, a darem por encarcerado o Poeta por causa das suas dividas. Só Mariz, que já morrera em 1615 e portanto não conheceu as trovas publicadas pela primeira vez em 1616, não menciona aquelle facto, inferido de meras palavras.—V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 282. * *

[2] Sobre a significação do termo juridico *embargo* leia-se Braga, que foi o primeiro a estabelecer (*Hist. Cam.*, I, p. 282), que todos os biographos do Poeta entenderam mal a palavra *embargado*, suppondo que *Fios-Seccos* se opposera á soltura de Camões (já preso), no momento em que lhe iam abrir as portas do carcere.

[3] Couto, VII, 10, 7.

---

* Os biographos portuguêses fustigam inexoraveis o «desalmado» proceder do «avarentissimo» chatim. Os que admittem em theoria que até os poetas deveriam pagar com moeda de lei aos seus crédores, acham ainda assim cruel e criminosa para com um Camões a dureza do *Fios-Seccos*.

* * O certo é que em Gôa, nos tempos da decadencia, que já começára, não havia por morte de homem prisão tão estreita como por dividas *a El-Rey* (Couto, *Soldado Pratico*, scena III). Os Goenses costumavam dizer: «Não deva ninguem a El-Rey dinheiro neste tempo, e mate quantos homens quiser que eu seguro que não entendam com elle».

De resto, quer-me parecer que da palavra *desembargado* os copistas e biographos concluiram apenas que houve «*embargo*» da parte do fero Miguel... e concluiram bem. A «*cadeia*» proveio do verso 6, cujo sentido fica, pelo menos *ambiguo* (e talvez intencionalmente), de modo a poder ser tomado como *inferno*, cujo proprio caudilho e moradores tremeriam do *Fios-Seccos*, ou então textualmente como «*Tronco de Góa* em que o Poeta pagava a sua leviandade».

e quarenta embarcações havia de acompanhá-lo. Todos os soldados e casados, que promettiam ir, receberam antecipadamente, não como de costume só um quartel de soldo, mas dois quarteis, [1] está claro para que todos fossem contentes, apparecendo bem vestidos e armados, e não tivessem de envergonhar-se deante do luxo oriental do Samorim com os seus Bramanes, Regedores, Caimaes, Punicaes e Naires. [2] Dos cento e quarenta capitães, Diogo do Couto enumera os setenta e oito mais illustres, entre elles alguns nossos conhecidos: D. Tello de Meneses; Heitor da Silveira, o Drago; Jorge de Moura; D. Leonis Pereira; Luis da Silva, filho do ex-governador Francisco Barreto, e Miguel Rodrigues, o *Fios-Seccos*. N'um azo tão propicio, em que o liberal vice-rei gastava quantias avultadissimas em uma expedição, não diremos inutil, mas de luxo exorbitante, o seu protegido predilecto, o poeta Camões, não podia ficar esquecido, com mãos vazias. Calculando certo e explorando a amavel balda do chistoso conde, o embargado dirigiu-lhe uma petição em trovas folgazãs:

> Que «*diabo*» ha tão damnado
> que não tema a cutilada
> dos *fios seccos* da espada
> do fero Miguel armado?
> Pois se tanto um golpe seu
> soa **na infernal cadeia**,
> do que o demonio arreceia,
> como não fugirei eu?
> Com razão lhe fugiria,
> se contra elle e contra tudo
> não tivesse um forte escudo
> só em Vossa Senhoria!

---

[1] Couto, VII, 10, 7, falla *da paga geral a toda a gente da India... dous quarteis a cada pessoa.* *

[2] Dec. VII, 10, 9.

* Quanto á *prisão* ou ás *prisões de Góa*, direi o que Pyrard affirmou em principios do seculo XVII: «Havia então quatro... A primeira era a da S. Inquisição (nas casas do Sabayo); a segunda, a do Arcebispo, proxima á sua residencia; a terceira, o *Tronco*, junto ao palacio do vice-rei, a maior e principal de todas, com vasto alojamento para toda a sorte de presos... A quarta, que servia como auxiliar da antecedente, era proxima do rio e chamava-se «*prisão do Védor da fazenda*».—A *sala* d'esta ultima, o logar mais sujo e sordido do mundo, nos olhos do francês Pyrard, era onde toda a chusma d'escravos e condemnados ás galés, com ferros aos pés, e outra gente vil estavam juntos, ás vezes 200 e 300 «...As pessoas de qualidade davam dinheiro para ficarem em outros logares apartados, que eram dois, um para gentios e mouros, e outro para christãos. *Os presos por dividas ficavam no Tronco, ás vezes com grilhões aos pés!*».

Portanto, Senhor, proveja,
pois me tem ao remo atado,
que antes que seja *embarcado,*
eu *desembargado* seja![1]

Sem duvida alguma, este pedido poetico não foi lançado em vão. O vice-rei pagou as dividas do Poeta, e o desembargo da sua roupa e das suas armas realizou-se brevemente. No mez de dezembro a armada fez-se de vela. Camões ia entre os fidalgos que tomaram parte na jornada, e talvez fosse a bordo da galé principesca do vice-rei. Certamente, haveria promessa de cantar este feito bellicoso do seu fautor.

§ **330.**—O sitio destinado para a entrevista entre o vice-rei e o Samorim era Tiracolle. A armada portuguêsa foi pela costa do Malabar adeante, passando por Cananor, sem investir aquella potencia hostil, como os soldados esperavam e cobiçavam, em duvida sobre as razões que detiveram o braço do vice-rei. Á borda da agua, n'um local escolhido, os dois exercitos tomaram a sua posição em fileiras: 4:000 Portuguêses em ricos e vistosos trajes (mas levando debaixo d'elles as suas armas), em frente de uns 40:000 Naires. O que faltava aos Portuguêses em numero, foi galhardamente supprido por estrondosas salvas de artilheria, disparadas das náus embandeiradas, relampagos e coriscos de espingardaria, fogos de artificio e musica de todos os instrumentos militares de que dispunham. Durante estas demonstrações festivas o Samorim jurou as pazes, conforme as ceremonias ordenadas pelos brahmanes; depois o vice-rei jurou-as sobre um missal e crucifixo. No dia seguinte trocaram-se os presentes. Em seguida, o Samorim retirou para Calecut e o conde deu á véla para Cochim.

Não ficaremos longe da verdade, suppondo que o Camões celebrou, n'uma

---

[1] A antiga rubrica diz: «*Estas trovas mandou* **o auctor da Cadeia**, *em que o tinha embargado por uma divida Miguel Roiz, Fios-seccos d'alcunha, ao Conde do Redondo D. Francisco Coutinho viso-rei que se embarcava para fóra, pedindo-lhe o fizesse desembargar*».*

* É singular como a comprehensão de qualquer d'estas pequeninas poesias de occasião, que á primeira vista parece tão facil, se torna difficil logo que as miremos de perto. Na ultima quadra, por exemplo, fica por decidir quem seria o que tinha ao nosso Poeta «*ao remo atado*»; se o fero Miguel que o embargara e mandara prender pelo meirinho com os seus naiques ou peões, ou o vice-rei, em cujas listas o Camões fôra enrolado para tomar parte na expedição ao Samorim. Grammaticalmente e quanto ao sentido, parece-me mais acertada a segunda interpretação. Na traducção allemã, um tanto vaga, não se define claramente o que os dois versos significam.

Epistola em tercetos, a acção magna d'esta comedia de capa e espada... mas a respectiva poesia *não* nos foi conservada.

Em Cochim, o vice-rei desembarcou e alojou-se, escreveu cartas para o reino, e tratou do carregamento das náus que chegaram a desaferrar a 15 de janeiro de 1563, ricamente providas.[1] N'este intervallo, como a gente da armada era muita e andava ociosa, começaram a atear-se brigas entre uns e outros, conforme Couto narra. Rixas velhas e outras novas provocaram desafios. Mais de cincoenta pessoas foram mortas n'estas refregas, entre ellas D. Tello de Meneses,[2] «um fidalgo mancebo muito gentil-homem e bom cavalleiro». Camões dedicou ao fallecido, que fôra um dos seus intimos, uma extensa Elegia (de 74 tercetos), consagrando á mãe e á irmã do joven heroe,[3] o canto funereo em que tentava consolá-las.[4]

Theophilo Braga julgou reconhecer em dois versos d'esta Elegia a prova de que o Camões *não* acompanhou o vice-rei na expedição a Tiracolle.[5] Mas esta prova não é valida. Os versos

> Porque engeitaste a minha companhia
> e acompanhar-te eu não consentiste?[6]

não fallam de nenhuma viagem terrestre, mas sim da ultima jornada, da qual ninguem jamais volta. Porventura até será licito suppôr que o Poeta fôra padrinho de D. Tello no desafio fatal.

§ **331.**— A 10 de abril de 1563 appareceram impressos em Gôa, na casa de *Joannes de Endem*, os 58 «Colloquios»[7] do Doutor Garcia da Orta, ácerca

---

[1] A capitaina S. Martinho desappareceu no caminho sem nunca se saber como, nem onde se perdeu.

[2] Couto, VII, 10, 9, e Juromenha, III, p. 508.

[3] Cfr. C. M. de Vasconcellos, em *Zeitschrift*, VII, p. 526 e seg (Nota á Elegia XX).

[4] *«Elegia á Morte de D. Tello que mataram na India»*.*

[5] *Hist. Cam.*, I, p. 283, onde se acham tambem algumas notas sobre a mania dos duellos e da «valentia».

[6] Versos 20 e 21 da Elegia. O trovador allemão *Walter von der Vögelweide* dizia tambem no *Canto funereo* ao seu amigo *Reinmar: daz dû niht eine wîle mohtest biten!— sô leiste ich dir geselleschaft!* «porque não esperaste algum tempo? Eu te prestava companhia de boa vontade». (Ed. Lachmann, p. 88, linha 11 e seg.).

[7] Os Interlocutores são o dr. Garcia da Orta e o dr. Ruano *(homem da rua)*.

* Foi achada em um manuscripto do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, datado do anno de 1568, e conservada tambem no Cancioneiro Luis Franco, a fl. 51, com o titulo *«Elegia á morte de dõ telo de Menezes»* (sem indicação de nome de auctor), mas immediatamente depois de 50 folhas de poesias camonianas.

das «Drogas da India»,[1] examinados previamente pelo inquisidor Aleixo Dias Falcão e privilegiados pelo tempo de tres annos por um decreto do vice-rei. O grande botanico[2] e physico sabia que a palavra de Camões valia muito nos paços do Conde; por isso pediu que o recomendasse ao seu protector. O Poeta passára muitas horas agradaveis e instructivas em casa do erudito ancião, admirando as suas collecções, explorando a sua opulenta bibliotheca, e colhendo em ambas, notas para os ultimos dois cantos dos *Lusiadas*. Obedecendo portanto gostosamente ás insinuações do venerando ex-professor da Universidade de Lisboa, o Poeta redigiu uma «Ode» ao vice-rei, destinada tambem ao publico dos leitores,[3] em que exalta a vasta sciencia e a edade bem aproveitada de Garcia da Orta. Depois de uma allocução eloqüente ao Conde, exclama:

Favorecei a antiga
sciencia que já Achilles estimou.
Olhae que vos obriga
verdes que em vosso tempo arrebentou
o fructo d'aquella *Orta*, onde florecem[4]
plantas novas que os doctos não conhecem.
Olhae que em vossos annos
uma *Orta* produze varias hervas
nos campos indianos,
as quaes aquellas doctas e protervas
Medea e Circe nunca conheceram,
postoque as leis da magica excederam.
E vêde carregado
d'annos, letras e longa experiencia
um velho que, ensinado
das gangeticas musas na sciencia
podaliria subtil e arte sylvestre,
vence o velho Chiron, de Achilles mestre.[5]

---

[1] «*Coloquios dos simples e drogas he cousas mediçinais da India*».—Veja-se a reimpressão fac-simile de Th. Braga. A velha impressão é extremamente descuidada: João von Emden estava doente; o seu companheiro substituto tinha pouca pratica; o Camões estava ausente (em Tiracolle e Cochim), ou muito occupado; e o auctor era decrepito.

[2] O nosso poeta allemão Albrecht von Haller diz com respeito ao doutor: *Primus glaciem fregit et naturam vidit* (Carvalho, p. 325). O seu discipulo Christovam da Costa refundiu os Colloquios em lingua castelhana, accrescentando notas e illustrações, e tratando ainda da Fauna da Asia.—Cfr. Clarimundo, I, p. LVII.

[3] Era muito vulgar imprimir juntamente com um livro, louvores poeticos ao seu auctor.

[4] Camões joga com o appellativo e o nome proprio *Orta*.

[5] *Ode a Dom Francisco Coutinho sobre o Livro que compoz o doutor Orta:* **De Simplicibus.**

Ao frontispicio segue o alvará do conde vice-rei,[1] de 5 de novembro de 1562, a dedicatoria do medico ao seu velho senhor, Martim Affonso de Sousa, o ex-governador da India (6 de março de 1542 a 10 de setembro de 1545);[2] um soneto ao mesmo (que estou disposto a attribuir a Camões),[3] e finalmente a celebre Ode de Luis de Camões. No Prologo do Licenciado Dimas Bosque, medico valenciano, apparecem algumas datas da vida de Garcia da Orta.[4]

Foi esta Ode a primeira poesia sua, que Luis de Camões, viu impressa e admittida em uma obra scientifica, cujo auctor, de incontestada importancia, é conhecido de todo e qualquer cultor da botanica. Esta circumstancia desculpar-me-ha a pequena digressão.

§ 332.—Dez mezes decorreram e o Camões teve de acompanhar ao ultimo jazigo o seu generoso protector. Diogo do Couto[5] refere a doença e a morte do conde vice-rei, pondo-a em tão estreita relação com um horrendo morticinio por elle ordenado, que somos quasi forçados a presumir que o historiador reconheceu no subito fallecimento o dedo de Deus, seu juizo e *ordalio*.

O caso, muito caracteristico para aquelle tempo, é o seguinte:

Em principios de janeiro de 1564, o conde teve noticia de assaltos que paraos malabares[6] teriam feito sobre bateis portuguêses, sem se importarem com o trato das pazes juradas com tanta solemnidade; e queixou-se ao Samorim. Este respondeu que já nem possuia paraos, mas unicamente pagueis;[7] que os corsarios eram ladrões rebeldes «formigueiros»,[8] e se os Portuguê-

---

[1] «*Aluaraa do Condo Viso-Rey*» (*sic*).

[2] A familia dos da *Orta* era feudataria dos de Sousa, de Villa Viçosa, a que pertencia Martim Affonso (*Lusiadas*, x, 67, Martinho). Na India o doutor funccionava como medico de Martim Affonso de Sousa e Pedro de Mascarenhas.—Veja-se Ficalho, p. 196, e § 271 d'esta *Vida*.

[3] Já expendi esta minha opinião em *Sämmtliche Gedichte*, III, p. 351, onde verti o soneto para allemão.

[4] Consulte-se a nova edição dos *Colloquios* feita por F. Ad. de Varnhagen. Lisboa, 1872, p. XXVII e seg. *

[5] Dec., VII, 10, 16 e 18.

[6] *Paraos* eram navios de guerra, de esporão.

[7] *Pagueis* são as mesmas embarcações, sem esporão, só proprias para serviço dos mercadores.

[8] É verdade que o Samorim costumava allegar sempre esta *desculpa*, antes e depois, dizendo que eram *piratas*, sujeitos a ninguem.—Cfr. *Itinerario*, p. 113[b] e seg.

* A magnifica edição do Conde de Ficalho é posterior á obra de Storck.

ses os achassem, os tomassem e queimassem; porque se elle os colhesse ás mãos, tambem os mandaria castigar mui gravemente. O conde entendeu que aquillo eram «cousas de Mouros», simples subterfugios, e resolveu vingar-se.

Mais de oitenta pagueis de todos os rios do Malabar já eram passados para Cambaya, levando cartazes e cartas de guia dos capitães de Chale e Cananor. Todos estes, devidamente fornecidos dos seguros reaes, quis o conde capturar e queimar no regresso, mettendo á espada a sua equipagem, como se fossem *levantados* e *ladrões*. Um fidalgo commettido negou-se, declarando que não sabia quebrar pazes e mandar matar homens sem culpa.

Mas outro, um Indiatico, Domingos de Mesquita, «cavalleiro muito honrado» (!), offereceu-se, dizendo que tomava sobre si tudo aquillo, e queria dar a Deus conta d'aquella empresa! O Conde cedeu-lhe uma caravela e duas fustas com 120 homens, sob condição de não manifestar a ninguem o fim d'aquella jornada.

O Mesquita sahe de Gôa. Põe-se á vigia a duas leguas do rio Carapatão, de modo a observar todas as embarcações que passassem. E assim como apparecem, a dois e dois, tres a tres, ou quatro a quatro, fá-las parar e surgir. Os seus carrascos levam-lhe então todos os mouros á caravela, primeiro os mais honrados e depois os menos graves, até ao ultimo; mettem-os debaixo da coberta da náu, um a um, e cortam-lhes as cabeças a sangue frio, deitando-as ao mar, assim como os troncos, furando e mettendo a pique os pagueis! E para não se aborrecer demasiadamente com a satanica tarefa, de vez em quando o Mesquita lá manda coser alguns Mouros dentro de velas, lançando-os ensacados á agua!

O assassino e os seus sequazes continuaram com o mesmo morticinio de 15 de fevereiro até fins de março. Durante seis semanas, destruiu além de vinte náus,[1] matando mais de dois mil mouros: quarenta a cincoenta pessoas por dia! Em todos os portos do Malabar houve geraes prantos e clamores infinitos: tantos homens mortos! tantos barcos destruidos! tantas mercancias roubadas! Uma lastima!

«E estando Domingos de Mesquita n'esta obra — é Couto quem falla — adoeceu o Conde do Redondo. E foi tão abreviada a sua enfermidade que quasi não se sentiu, senão quando se disse que era fallecido». O obito verificou-se a 19 de fevereiro de 1564. No seu testamento mandava que o enterrassem em S. Francisco de Gôa, vestido no habito da ordem... e por cima d'elle o da cavallaria de Christo... O Cabido da Sé,[2] a Irmandade da Santa Misericor-

---

[1] Segundo Juromenha, I, p. 88, os pagueis abrasados foram oitenta, numero que condiz melhor com os 2.000 Mouros decapitados e afogados.

[2] O Arcebispo D. Gaspar estava ausente, em viagem ás suas dioceses no Norte. Fazia de substituto o bispo da Abassia D. Belchior Carneiro.

dia e todas as ordens, a clerezia da cidade, todos os funccionarios do Estado, os fidalgos e nobres acompanharam o cadaver.[1]

O Poeta não faltaria entre os enluctados, e choraria com sincera gratidão o conde que *para elle* fòra um generoso e liberal bemfeitor.—Nas Obras que nos restam não ha todavia versos dedicados á morte de D. Francisco Coutinho.

§ **333.**—Em frente do ataude, deante do altar-mór da egreja de S. Francisco da Sé, é que o cofre das vias de successão foi aberto. A primeira via designava D. Antão de Noronha, o ex-capitão de Ormus, mas este já partira para Lisboa, em principios de 1562. A segunda continha o nome de um fidalgo presente, D. João de Mendonça, que acabava de servir a capitania de Malacca. Este aceitou, pôs-se de joelhos defronte de um altar que para isso se armou, e com as mãos em cima de um missal e um crucifixo, fez juramento de guardar e manter justiça e ordem. Feito isto, enterrou-se o corpo do conde. O novo governador, cujo curto mas digno reinado durou apenas seis mezes, visto no setembro seguinte esperarem pelo novo vice-rei D. Antão, conservou-se modesto e desinteressado nas casas em que pousava (perto de N. S. do Rosario) e não mudou para o paço.[2]

Pouco depois chegaram naires embaixadores do Samorim, com graves queixumes contra Domingos de Mesquita, exigindo satisfação para o seu soberano e castigo para o culpado. Mas o governador tornou-se cumplice do morticinio, respondendo simplesmente, ao modo do Mouro, que não mandara praticar aquellas façanhas; que o Mesquita andava alevantado como pirata e rebelde; e que podendo colhê-lo promettia castigá-lo como o caso o merecia. Se o podessem haver que se vingassem por suas mãos!

No emtanto o aleivoso assassino chegou á barra de Gôa, e foi demonstrativamente preso, para que os enviados do Samorim o vissem; mas depois de elles idos, foi logo solto, remunerado e louvado.

O epilogo tragico do inaudito procedimento foi uma guerra de dois annos (1564–1565) contra a fortaleza de Cananor. A mulher de um Mouro honrado e rico, dos principaes d'aquelle logar, que fôra victima do Mesquita, de peito varonil e de muita auctoridade, andou, como doida, persuadindo a todos os Mouros do Malabar a tomarem vingança de tanto damno.[3]

Relatado isto, que dá ideia do horroroso estado da India, voltemos ao nosso heroe.

---

[1] Dec., VII, 10, 18.

[2] *Chegou a Portugal pobre* (Couto, VII, 10, 19).

[3] V. Couto, VII, 10, 18, e VIII, 6 e seg.

§ **334.**—Nada sabemos ácerca das suas relações com o governador D. João de Mendonça, que teve continuamente as portas abertas e os ouvidos promptos para todos quantos lhe queriam fallar. A sua administração findou a 3 de setembro (1564), visto n'este dias surgirem as náus do reino, em que vinha D. Antão de Noronha, depois de felicissima e muito curta travessia.

Já o conhecemos.[1] Filho natural do capitão de Ceuta D. João de Noronha, que morrera na Africa batalhando contra os Mouros,[2] D. Antão viera á India com seu tio, o vice-rei D. Affonso (janeiro de 1551); pelejára ahi durante dois lustros, regressando em seguida á sua patria, Lisboa, com a armada de D. Constantino (1561). Sobrinho e tio sabiam na perfeição a arte e manha de ajuntar grossos cabedaes. Só durante o triennio da sua capitania de Ormus,[3] D. Antão arranjou uns 40:000 xerafins,[4] somma enorme que nos tempos de então rendiam ao Estado só as tres fortalezas de Malacca, Sofala e Ormus juntas!*

Bastará esta simples nota para fazer acreditar que o «Illustre Senhor D. Antão,[5] que o Camões conhecera não em Ceuta, mas na expedição contra o Rei da Pimenta, não sabia de artes e lettras, nem as estimava.[6]

§ **335.**—Em Gôa esperava-se muito do novo vice-rei que conhecia a fundo o estado da India, após uma longa pratica de dez annos. Ainda assim é licito duvidar de que todas as suas medidas agradassem aos Goenses. Couto gaba em especial duas innovações introduzidas durante o seu governo: a reforma de toda a administração;[7] e o muro de defesa entre os fortes de S. Bras e Santiago, o qual, fortalecendo conjunctamente a cidade e a ilha de Gôa, valeu de inexpugnavel baluarte na guerra contra o Hidalcan, ao seu successor, D. Luis de Ataide (10 de setembro de 1568 a 6 de setembro de 1571), fazendo

---

[1] Cfr. § 187.

[2] Couto, VIII, 28.

[3] Occupou por duas vezes aquelle importante posto, vindimando primeiro durante o o governo de D. Affonso, e depois no tempo de D. Constantino.—V. Couto, VI, 10, 18, e VII, 9, 11.

[4] Ib., VIII, 1.

[5] Um tio de D. Antão, o Marquês de Villa Real, (que era irmão de D. Affonso) foi sempre titulado «Sobrinho» por D. João III.—V. Couto, VI, 9, 2.

[6] Cfr. § 341.

[7] Com excepção de Moçambique, onde Vicente Pegado fundou instituições muito sensatas. (Dec., VIII, 28).

* Uma das pedras mais preciosas que vieram da India pertencia a D. Antão. Importava em 60 ou 80:000 pardáos, «e assim se não achava rey e senhor na Europa que a podesse comprar». (*Soldado Pratico*, p. 155).

com que se dissesse que «não fôra *Dom* Antão, mas *Santo* Antão quem o erigiu».[1]

Escusado é fallar aqui do despacho dos negocios correntes e afazeres ordinarios que se repetiam de anno a anno, como a expedição das armadas para o Norte e o Sul e a nomeação de capitães para as fortalezas. Bastará indicarmos os factos bellicos. A guerra do Cananor acabou, porque os pobres Malabares já não podiam resistir por mais tempo á crudelissima devastação das suas costas. Quarenta mil palmeiras foram cortadas ou arderam, e cada uma equivalia ao sustento de um Malabar! Reduzidos á penuria aceitaram as condições de paz, propostas pelo vice-rei.

No reino de Cota, na margem meridional de Ceylão, onde os Portuguêses, sitiados apertadamente dentro do seu forte pelos indigenas, chegaram a padecer crueis tormentos, o estado de cousas mudou para melhor em fevereiro de 1565. A fome attingira o seu auge. Houve deserções para as tropas do *Rajú* e actos de cannibalismo: os cadaveres mais carnudos foram salgados e postos de conserva; um Cafre christão cortou o figado a um morto, comendo-o tostado. A salvação dos sitiados foi attribuida por elles á intercessão de N. S. e á de S. José. Damão, investida tambem em principios de 1565, foi valorosamente defendida e salva. No mez de outubro de 1567 uma esquadra foi expedida contra a rainha Abuca de Olala ou Mangalor, por não ter pago as pareas devidas aos Portuguêses contra os quaes nutria um inveterado odio. Teve de fugir para a serra, deixando o campo aos inimigos, que fundaram a fortaleza de S. Sebastião com trezentos homens de guarnição. Os habitantes de Salsete, por terem praticado actos de inimizade contra alguns christãos, foram castigados, pouco depois, pelos meios usuaes da queima de numerosos pagodes, e devastação dos territorios cultivados.[2]

E o nosso Poeta? Sabe-se por ventura, em qual ou quaes d'estas empresas militares esteve presente ou combateu? Ou, se isto se ignora, estamos preparados e dispostos a apresentar pelo menos supposições e hypotheses, que ministrem um vislumbre da verdade?

Nem factos, nem hypotheses: um denso nevoeiro envolve os ultimos annos da sua estada na India.

§ 336.—Vejamos, pelo menos, onde os seus amigos paravam no tempo de D. Antão.

O doutor Garcia da Orta não sahiu de Gôa. Heitor da Silveira, o Drago, e João Lopes Leitão, o qual morreu pouco depois, longe da patria, afogado

---

[1] Couto, VIII, 28.

[2] Ib., VIII, 1 e seg.

nas ondas do Oceano,[1] tomaram parte no acontecimento contra Cananor, sahindo, logo depois da chegada do vice-rei, (em outubro de 1564) na armada capitaneada por Gonçalo Pereira Marramaque,[2] juntamente com Fernão Gomes da Gram, que tornou a servir na frota do Cananor, tres annos depois (janeiro de 1567).[3] Pedro de Sousa jazia ferido em Cota, pelo Natal de 1564; curado, aceitou a capitania de Ormus (1565), onde morreu em principios do anno seguinte.[4] D. Leonis Pereira funccionava como capitão de Malacca (setembro de 1567).[5] D. Francisco de Almeida acompanhou a D. Francisco de Mascarenhas no cruzeiro do Malabar.[6] Ao mesmo tempo (em outubro) Jorge de Moura commandava a armada do Norte, velejando para o Dekhan.[7] O historiador Couto, que conhecia pessoalmente e estimava em muito o genio do Poeta, exara minuciosamente todos estes factos, mas o *soldado* Camões não lhe mereceu um unico apontamento.

Portanto não ganhariamos nada, entrando em mais pormenores.

§ 337.—Que dizem todavia os biographos com relação aos annos de 1564 a 1567?

Pedro de Mariz guarda silencio, mais uma vez. Severim de Faria[8] contenta-se com a simples supposição que o Poeta invernaria em Gôa, cumprindo no verão com as suas obrigações de *soldado*, em variadas empresas maritimas. No commentario de Manoel Correia não se póde colher cousa alguma. Faria e Sousa[9] aceita como provaveis as conjecturas de Severim, dando por demonstrado que, depois de sahir do Tronco, o Camões devia embarcar cada anno, até partir para Moçambique em 1567!—affirmações estas que foram sustentadas tambem por Mickle,[10] Botelho[11] e Adamson.[12] Aquino nada diz, como se n'este particular não concordasse com Faria e Sousa. Lobo tambem se conserva callado.

---

[1] Juromenha, I, p. 86.

[2] Couto, VIII, 1.

[3] Id., VIII, 16.

[4] Id., VIII, 3, 5 e 15.

[5] Id., VIII, 17.

[6] Id., VIII, 18.

[7] Id., ib.

[8] Severim, fl. 4[b]: «Livre desta prisão continuou depois alguns annos em Gôa, invernando em terra, e embarcando-se os verões nas Armadas».

[9] *Vida*, II, § 23.

[10] Mickle, I, p. CCLXVI.

[11] Botelho, p. LVII e seg.

[12] Adamson, I, p. 166 e seg.

Juromenha[1] sahiu á luz com ideias novas. Ouçamos a sua narração. No seu curto reinado, D. João de Mendonça, na entrada de agosto, mandou aprestar a náu destinada ao Japão, em que havia de ir Simão de Mendonça, ex-capitão de Malacca. Levava comsigo D. Leonis Pereira, o novo commandante d'aquella fortaleza, provido para a *segunda* vagatura, mas que desejava apossar-se da *primeira*, dando á vela e installando-se em Malacca antes que o mais avantajado pretendente, D. Diogo de Meneses,[2] chegasse do reino na armada do novo vice-rei! O tempo transtornou porém este plano. Primeiro que a monção désse ensejo para desaferrar, surgiram na barra as náus de Portugal (a 3 de setembro) e D. Leonis não teve remedio senão sujeitar-se. Pois bem: Juromenha quer que o Poeta, admirador convicto de D. Leonis, digno alumno não só de Marte mas ainda de Apollo, se fizesse enrolar na lista da náu d'aquelle fidalgo, a fim, de, encostado á sua protecção, «recuperar talvez a *fortuna perdida*»; e que pela disciplina militar, ou por conveniencia, se visse obrigado a seguir no vaso apparelhado, sem o capitão. Assim iria a Malacca, passando de lá ás Moluccas, e talvez ao Japão, discorrendo ahi desde 1564 até 1566 ou 1567.—Burton[3] adoptou esta conjectura, emquanto Braga[4] diz apenas: *«é n'este ponto que a tradição colloca as viagens de Camões a Malacca e ás Moluccas»*—tendo talvez por errada a opinião do visconde, que, positimente, é filha de um engano. O Pereira, que ia provido da segunda vagatura de Malacca, não era D. Leonis, amigo de Camões, mas antes, segundo Couto,[5] *D. Dionis, filho do Conde da Feira*, do qual não sabemos que tivesse relações com o cantor dos *Lusiadas*.

§ 338.—Convém ponderar, se outras hypotheses, tecidas pelo mesmo auctor[6] e em intimo nexo com a que combatemos, têm mais algum fundamento. Juromenha àssenta que, ao cabo de dois a tres annos de ausencia, o Poeta, de regresso das Moluccas e do Japão, foi bem acolhido por D. Antão de Noronha, que lhe teria guardado affeição por ter sido testemunha ocular dos seus feitos em Ceuta.[7] Affirma ainda que, apreciador de boa poesia, o mesmo vice-

---

[1] Juromenha, I, p. 88 e seg.

[2] D. Diogo de Meneses é o protomartyr da liberdade portuguêsa. Quando Felipe II entrou em Portugal, sendo governador de Cascaes e partidario do Prior do Crato aquelle leal português, o Usurpador mandou degolá-lo por lhe ter resistido. Juromenha, I, p. 89.

[3] Burton, *Cam.*, I, p. 26.

[4] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 292.

[5] Couto, VII, 10, 19.

[6] Juromenha, I, p. 89 e seg.

[7] Esta opinião é insustentavel, conforme mostrei no § 187.

rei lhe pediu copia de seus versos, ao que o Camões satisfez, remettendo-os com a Ode *«A um Amigo»*.[1] E em terceiro logar suppõe que, fazendo justiça aos longos serviços do antigo camarada, D. Antão o agraciasse com a sobrevivencia da feitoria de Chaul,[2] logar em que, além de um ordenado de cem mil réis annuaes, teria recebido 29$520 para um naique-lingua, quatro peães* e uma tocha de azeite, fóra as propinas devidas ao feitor, ou aoa lcaide-mór, vèdor das obras e provedor dos defunctos (porque todos estes cargos andavam annexos ao posto para que fôra nomeado).[3] Mas este, cheio de saudades vivissimas da patria, não teria tido resignação e paciencia bastantes para esperar pela vacatura, partindo pressuroso no mesmo anno de 1567, de Gôa para Portugal.[4]

§ 339.— Em que se estribam e de onde derivam taes supposições?

O benemerito biographo e editor das Obras de Camões julgou ter descoberto que no canto decimo dos *Lusiadas* a descripção das costas africano-asiaticas não fôra feita de um só jacto, reconhecendo ahi um salto, uma lacuna, ou seja uma «incisão».[5] Investigando o *porquê* e a origem d'esta solução de continuidade, concluiu que as estancias descriptivas das passagens e nações da beira-mar continental, do Cabo da Boa Esperança até á China (inclusivè o archipelago do Japão), foram compostas anteriormente, entre 1558 e 1564, emquanto as estrophes sobre as ilhas Moluccas seriam inspiradas por uma visita posterior a estes sitios, entre 1564 e 1567,[6] emprehendida por assim di-

---

[1] É a Ode: *«Fôra conveniente»*, da qual tratarei no § 341.

[2] Cfr. Juromenha, I, p. 172: Documento *L*.

[3] Sobre a accumulação d'estes cargos, veja-se os §§ 72, 278 e 341.**

[4] Todas estas hypotheses serão rebatidas no § 341.

[5] Juromenha (I, p. 87) descobriu a tal incisão depois da estancia 132 do canto X.

[6] «Depois que o Poeta visitou *de novo* (1) estes sitios».— Mas Juromenha não acredita na viagem anterior ás Moluccas, estabelecendo, pelo contrario, que em 1556 o Poeta fôra de Gôa a Malacca, e de Malacca directamente á China, com estação sómente em Lampacáo; para a volta em 1558 indica o mesmo caminho (I, p. 71 e seg.). A formula *«estes sitios»* talvez só designe as regiões meridionaes e orientaes em geral, banhadas pelo Mar Indico e o Pacifico?

---

* Meu amigo traduz *piães* com *Bänke (bancos)*, não sei porque (talvel por pensar em *peanha?*). *Piães*, vulgarismo por *peões*, pl. de *peão*, designa os *homens a pé*, especie de belleguins, policias, naiques ou criados, que costumavam acompanhar os meirinhos. V. Figueiredo Falcão, p. 108, 107, 106, 105, etc.

** Ainda que pareça estranha, a accumulação é authentica. Todos aquelles cargos acarretavam tão diminutos afazeres, porque em todas as feitorias as familias portuguêsas eram relativamente poucas, que não valia a pena reparti-los entre varios individuos.— Couto cita fre-

zer com o fim de observar melhor. D'esta ultima viagem é que o Poeta teria trazido o seu *Jau Antonio.*

Mas se a incisão não existe, e se Juromenha se illude?

A deusa Tethys mostra na Ilha dos Amores ao descobridor da India, em um planiglobo, o systema sideral do universo, do empyreo até ao nosso mundo,[1] desenhando depois os continentes. Esboçando muito ligeiramente a Europa,[2] traça com cuidado as linhas da Africa e Asia, deitando apenas um furtivo olhar sobre a America.[3] E no itinerario seguido não ha incisão alguma, nem saltos. Começando a sua descripção no Cabo da Boa Esperança,[4] continua costeando a Africa, a Arabia, Persia, India gangetica e India de Malacca e a China até ao Japão, sem interrupção.[5] Depois, e só depois, é que a Deusa dá a volta, por mar, para descrever em percurso descendente, todas as ilhas d'aquelles mares: Tidor, Ternate, Banda, Borneo, Timor, as ilhas Sunda, Sumatra, Ceylão, as Maledivas, Socotorá e Madagascar, fechando no sul da Africa a viagem circulatoria ahi iniciada.—Ninguem seria capaz de idear outra ordem melhor, pois assim evita inteiramente a repetição de noticias sobre as mesmas regiões já descriptas?[6]

Não, o *salto* não existe. A presumptiva viagem ao Japão perde assim o seu melhor apoio. E visto não haver Japão, devia tambem desapparecer o Jau, o *Javanes Antonio*, que, caso singular, tantas vezes aparenta ares de Japonês!

§ **340**.—Antes de elucidar o problema que se refere á feitoria de Chaul, é preciso tratarmos, de passagem, outra questão muito discutivel. Se a segunda viagem aos mares do Sul se desfaz em vento, tocada pela varinha de condão da verdadeira critica, lá vae evaporando-se mais um facto romantico da vida de Camões: um idyllio com *finale* tragico.

---

[1] *Lusiadas*, x, 77-90.

[2] Ib., x, 92, em dois versos. A geographia, ethnographia e historia da Europa já fôram tratadas nos cantos antecedentes: III, IV, VII, 76, e VIII, 1-38.

[3] *Lusiadas*, x, 138-141.

[4] A viagem de Lisboa ao Cabo vem no canto v, 1-60.

[5] *Lusiadas*, x, 92, 3—131, 8.

[6] Ib., x, 132-137.

---

qüentisimas vezes personagens com o titulo de «*Alcaide e feitor*» nas paragens de Damão, Ormus, Baçaim Moçambique (VII, 91, VII, 8, 13; VII, 6, 7; VII, 9, 11); e Figueiredo Falcão no orçamento do Estado, falla explicitamente do officio de «*feitor e alcaide-mór*», que nunca separa quando trata das localidades indicadas, ou de Chaul.

Em tres sonetos camonianos[1] celebra-se uma mysteriosa *Dinamene;* ha outros dois a uma dama desconhecida,[2] e mais um[3] a certa Nise (Ines), evidentemente amada com fervorosa paixão pelo Poeta. Todos os seis[4] passam por dirigidos á mesma dama, porque todos demonstram que a querida morreu no mar. A estranha belleza, a deliciosa suavidade de todos elles tem sido apreciada de ha muito. Tanto mais para sentir é não sabermos cousa alguma da desventurada, ou das desventuradas, que pereceram no Oceano.

Não pode haver duvida ácerca das paragens onde o sinistro se deu. A India oriental é que o presenciou. Mas em que ponto, e quando?

Juromenha[5] colloca os sonetos a Dinamene nos annos immediatos a 1564; Braga concorda e procura determinar o sitio, propondo primeiro Gôa,[6] e mais

---

[1] São os Sonetos seguintes:

1). *Quando de minhas magoas a comprida.*
2). *Ai imiga cruel! que apartamento.*
3). *Ah minha Dinamene! assi deixaste.* *

[2] *Cara minha* inimiga, *em cuja mão...*
O céo, a terra, o vento socegado. **

[3] *Apartava-se Niso de Montano.* ***

[4] Já resumi as minhas ideias sobre o assumpto no commentario aos Sonetos, *Sämmtl. Ged.*, vol. II, p. 372.

[5] Veja-se Juromenha, I, p. 86; e II, p. 376, 397, 413, 456, 457, 458 (isto é, as notas dedicadas aos Sonetos 23, 53, 72, 168, 170, 173).

[6] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 293. ****

---

* No primeiro Soneto occorre o nome *Dinamene.* O rosto benigno, mas cheio de brando pejo, d'aquella que para o Poeta fôra *sonho n'esta vida,,* apparece-lhe entre visões.

No segundo, a dama *innominada,* á qual se dirige, sahe do patrio ninho amado, exposta ás brenhas de ondas, deixando profundas saudades.

No terceiro, chora a morte apressada da nympha gentil, sua *Dinamene,* sem indicar que a luz dos seus olhos se apagou entre aguas. Antonio Alvares da Cunha, o primeiro editor camoniano que o recolheu, juntou, comtudo, a epigraphe: *A Dynamene, morta nas aguas,* a qual não é outra cousa senão a traducção da rubrica latina: *Ad Dinamenem aquis extinctam,* com que Faria e Sousa confessa tê-lo encontrado. Ambos exploraram, sem duvida alguma, o mesmo manuscripto.

** O primeiro é um canto funebre a uma inolvidavel mas innominada dama, fallecida *nas aguas.*— Cfr. *Ah minha Dinamene* e *Ai imiga cruel.*— O segundo mostra o pescador *Aonio* deitado na praia a pedir ás ondas lhe tornassem a dar a bella nympha, que tão cedo tinham sujeitado á morte.

*** A pastora Nise aparta-se, levada viva, pelas ondas do *Indico* oceano, em cuja praia o pastor Montano fica chorando. Cfr. *Ai imiga cruel.*— Apesar dos nomes differentes, a hypothese que ambos se relacionassem com a mesma dama era natural.

**** «Durante este periodo obscuro da sua vida em Gôa (1564–1567) é que elle se distrahiu com esses amores mysteriosos de Dinamene».

tarde a segunda, tão problematica viagem aos mares do Sul (1564–1566).[1] Em seguida abandona essa ideia, fixando a viagem pouco depois de 1561, isto é, na epocha em que Pero Barreto, o fementido (?) fautor de Camões, embarcou para Sunda.[2] Porquê? A modificação das datas resultou, manifestamente, da tentativa de identificar *Dinamene* e a sua sorte com a historia de outra donzella, *antes do tempo cortada*, na tenra edade de quinze marços.

D. Isabel de Vasconcellos sahira de Gôa, acompanhando um seu tio, provido das viagens do Pegú. A 11 de janeiro de 1561, entre o meio dia e uma hora, aconteceu cahir ao mar, onde, boiando durante longo tempo, luctava com as ondas. Mas quando o batel de salvação a encontrou, já estava morta. O corpo, benzido por um Padre, e embrulhado em uma alcatifa com um pelouro aos pés, foi sepultado no oceano.*

A pouca edade, a suave formosura do seu rosto, a gentileza da figura, a poesia do triste lance, bem podiam ter inspirado sonetos como os de Dinamene. Mas não nos é dado provar, nem mesmo imaginar, como o Poeta a póde ter conhecido. Só se durante a sua primeira estada em Gôa travasse relações com a familia do fidalgo Diogo Pereira de Vasconcellos, e visse a linda menina, então de dez annos, gostando d'ella a ponto de a celebrar depois do seu fallecimento com o fervor de um apaixonado amante!

É difficil dar credito a um tal romance!

Apenas sei que *um* dos seis sonetos alludidos[3] foi escripto quasi a um tempo com o canto funebre a D. Antonio de Noronha,[4] isto é, entre 1554 e 1555, porque o final de ambos contém trechos quasi identicos no pensamento, na rima, e tambem quanto ao logar que occupam. As palavras

---

[1] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 576-578 da mesma obra.

[2] Ib., p. 293, e II, p. 576. As indicações ahi dadas são, porém inexactas. Pero Barreto (Rolim) estacionava no tempo immediato á morte de «Dynamene» no mar de Sunda, no porto da cidade de Patá, como capitão-mór de uma armada de quatro náus, carregando a sua capitaina de pimenta para a China «porque lhe tinha dado o vice-rei D. Constantino a viagem do Japão que ia fazer» em abril de 1561.—Parte das náus, provavelmente tres, voltaram para Malacca e d'alli para a India.—Cfr. Couto, VII, 9, 16.

[3] *Cara minha inimiga em cuja mão.*

[4] *Em flor vos arrancou, de então crescida.* **

---

* Braga copiou a narrativa da morte de D. Isabel de Vasconcellos, da *Historia Tragico-Maritima* (I, p. 410): isto é, da «*Relação da viagem e naufragio da Não S. Paulo que foy para a India no anno de 1560—escrita por Henrique Dias, criado do S. D. Antonio Prior do Crato*» Mas n'essa copia ha erros.—Tratarei do assumpto na *Segunda Parte*.

** A prova não é decisiva. Ambos foram inspirados por pessoas de amizade, que a dura sorte arrancou, ou cortou, muitissimo cedo: por isso era natural que a memoria do Poeta volvesse atrás, revivificando novamente a lembrança de D. Antonio, quando ia celebrar a morte da

Se meus humildes versos podem tanto...
e celebrado em triste e longo canto

no desfecho do epitaphio a D. Antonio de Noronha, coincidem com os versos 9 e 12 de um dos sonetos á sepultura oceanica de Dinamene:

E se meus rudos versos podem tanto...
celebrada serás sempre em meu canto...[1]

Nada mais sei, e por isso ponho de parte esta questão, passando a tratar da feitoria de Chaul.

§ **341.**—Um documento official, cuja authenticidade não admitte duvidas, um alvará régio de D. Felipe, dado, assignado e sellado a 5 de fevereiro de 1585,[2] prova que o Camões não entrou na posse da feitoria de Chaul, de que era **provido**, ficando por sua morte vagos quinze mil réis de tença. E de outros assentos officiaes,* allegados por Braga, consta qual o rendimento annual do cargo de feitor de Chaul,[3] porque só se trata d'este posto.***

Mas quem nomeou o Poeta para a vacatura em Chaul?[4]

---

[1] Cfr. § 228 onde tratei de outras tres concordancias muito significativas, que occorrem nas Obras de Camões.

[2] O documento, desencantado por Juromenha (vol. I, p. 172, Doc. *L*) no Archivo Nacional, por entre as Doações de Felipe I, já foi copiado e explorado no nosso § 24.

[3] V. §§ 24, 72 e 342.—O alvará falla exclusivamente do officio de ***Feitor.*****

[4] A resposta vem no § seguinte 342.

juvenil D. Isabel, e que, folheando o livro dos seus versos, relesse as linhas dedicadas ao amigo, muito embora um anno ou annos decorressem desde que o primeiro acontecimento feriu a sua sensibilidade.

* As fontes consultadas são: Figueiredo Falcão, «*Livro de toda a fazenda*», p. 105 e 130, e Antonio de Abreu, «*Orçamento do Estado da India*».

** Mas o feitor era *ipso factu «alcaide-mór»*, como já mostrei nas minhas annotações ao § 338.

*** A quantia paga ao feitor de Chaul vem indicada por Antonio de Abreu e por Figueiredo Falcão, sem divergencia alguma. O primeiro calcula a somma em *100:000 mil réis annuaes*, conforme já se disse nos § 272 e 338. (V. Braga, I, p. 295, que aproveitou o trabalho de Juromenha, I, p. 498, Nota 49). O segundo, explorado só em parte por Braga, (II, p. 578), lança como ordenado do triennio a somma completa de *dez mil pardáos*, isto é, de *300:000 réis*, o que equivale a *100:000 réis* de ordenado por anno (p. 105 e 130), visto cada pardáo valer tres tostões.—C. C. Branco calcula exageradamente, arredondando *ad libitum* a somma de *1.29.250*, ao assentar (a p. 62) que a feitoria avultava em 500 pardáos, com rendimentos e cargos annexos, licitamente percebidos.

Antes de respondermos, registemos a opinião dos poucos biographos que souberam d'esta nomeação.

Juromenha, o primeiro que deu a conhecer o importante facto, achou no Cancioneiro de Luis Franco uma Ode, apparentemente sem indicação do nome de seu auctor.[1] Um pouco rasteira no seu vôo, um pouco retorcida e obscura na construcção das suas phrases, um tanto adulterada nas rimas,[2] esta Ode invoca Petrarca e Garcilaso como modelos inattingiveis. O Camões imitou e exalçou repetidas vezes aquelles vates. De onde resultaria, no parecer de Juromenha,[3] que a «*Ode a um amigo*» só podia ser obra do grande Sonetista e Odista. E o amigo? O amigo era tambem um afamado poeta, e, além d'isso, um heroe victorioso na Africa, em dignidades e honras o segundo dignatario do reino, immediato a el-rei, tudo isso segundo os dizeres da propria poesia. Mas Juromenha, dando por exagerados aquelles encomios e em especial os louvores tributados ao poeta amigo, procurou entre os fidalgos, cujos nomes occorrem nos titulos das lyricas camonianas, um procere de alta cathegoria, coroado de louros mauritanos; e escolheu D. Antão de Noronha,** porque imaginou, com outros criticos, que este fôra camarada e amigo de Camões em Ceuta (1546–1549) e seu protector no estado da India.

Mas todas estas hypotheses são infundadas: Camões não é o auctor da Ode,*** nem D. Antão merece o nome de amigo d'elle; a Ode não foi escripta em Gôa, nem a data da sua composição é o anno de 1567.

O leitor dirá que, ainda assim, seria possivel que o vice-rei, n'aquella data

---

[1] É a Ode XIII «A um amigo»: *Fôra conveniente.**

[2] Na estrophe 3.ª ha, por exemplo, as rimas *gloria memoria Hesperia.*—C. M. de Vasconcellos, na *Zeitschsift* de Groeber, VIII, p. 6, emenda o erro, pondo *historia.*—N'este caso o verso 25° da minha versão deverá dizer: «*Und alle Welt was Helden sonst verrichtet.*

[3] Juromenha, III, p. 548 e seg.

* Effectivamente, o Cancioneiro de Luis Franco (fl. 89) *não* indica nome algum de auctor, como tive occasião de verificar em maio de 1890. Se conjecturas servissem de alguma cousa, diria agora que a «*Ode*» pode ser obra de um Francisco de Sá, o de Meneses, que era Poeta, e batalhara depois de 1535, isto é, depois da gloria ganha pelo Infante D. Luis nos campos tingitanos, durante a guerra de Tunis.

** Sobre a chegada do Poeta a Ceuta *depois* da partida de D. Antão, releia-se o § 187.

*** Os humildes e modestos dizeres da Ode, com que o poeta *se subordina* não só a Petrarca e Garcilaso, mas mesmo aos famosos poetas portugueses:

> que alcançado
> na lusitana esphera
> têm o louro sagrado
> d'aquelle de quem o Sol é governado,

não condizem com o justificado orgulho e altivez que transluz em geral nos versos de Camões.

ou em qualquer outra do seu reinado (de 3 de setembro de 1564 a 10 do mesmo mez de 1568), nomeasse o Poeta feitor de Chaul para a primeira vacatura. As probabilidades de acertar com tal conjectura são porém muito contingentes. Não ha facto algum que justifique a tentativa de considerar a D. Antão de Noronha como amigo ou protector do Poeta.* Muito, pelo contrario, é quasi impossivel sustentá-la; aliás, como acreditar que o riquissimo e poderosissimo vice-rei, teria consentido que um cavalleiro fidalgo, seu conhecido e até seu intimo amigo e camarada na Africa e Asia, sahisse de Gòa para Moçambique (respectivamente para o reino) absolutamente desprovido de meios, sem lhe garantir, pelo menos, o sustento durante a travessia![1]

Não! forçoso é pòr de lado tudo quanto sobre a amizade de D. Antão disseram Juromenha, Braga[2] e Burton[3] e emendar fundamentalmente os proprios erros que propaguei no commentario á *Ode a um amigo*,[4] como tambem parte das asserções de D.Carolina de Vasconcellos.[5]

Esta camonista chamou á poesia em questão «a menos bella entre as Odes camonianas, a unica que não está bem conservada, e offerece sérios problemas ao critico e philologo», mas em resposta á questão sobre o protector, de lilustre prosapia, amigo das Musas e alumno de Apollo, ao qual o auctor falla, aventa que o Mecenas celebrado *talvez* fosse o Infante D. Luis (fallecido em 1555), fixando a data da composição entre 1549 e 1552.[6] Acho aceitavel esta interpretação,[7] estabelecendo comtudo, como facto até hoje inabalado, que o auctor *não* é Camões.[8]

---

[1] Cfr. § 349.

[2] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 294-295. Só em um ponto discorda de Juromenha, pensando que o Camões escreveu a Ode antes de 1562, isto é, antes de D. Antão partir para o reino.

[3] Burton, *Cam.*, I, p. 26.

[4] *Sämmtliche Gedichte*, III, p. 358.

[5] *Zeitschrift*, VIII, p. 5.**

[6] O bispo de Viseu gaba o amavel caracter, a galhardia e polida doutrina de D. Luis (p. 211).

[7] Tenho por obra do Infante-Poeta quinze sonetos camonianos.—V. *Sämmtliche Gedichte*, II, p. 45, commentario ao Soneto 232.

[8] Parece que o nosso Poeta não escreveu poesia alguma lyrica na epocha de que tra-

* Anteriormente, no § 114 o auctor d'esta obra deixára indeciso se algumas poesias de Camões, que geralmente se julgam dirigidas ao joven D. Antonio de Noronha, se referem a elle ou a D. Antão, em especial a admiravel Elegia II, *de Ceuta a um amigo*.

** Ao tempo de escrever o trecho alludido, ainda não tinha examinado pessoalmente o Cancioneiro Luis Franco. Julgava que Juromenha não teria attribuido a Ode a Camões, sem aquelle manuscripto indicar claramente o seu nome. Hoje sei o contrario.

§ **342.**—Mas então quem seria o bemfeitor que nomeou Camões para a feitoria de Chaul?

Resposta decisiva e concludente não se póde dar. A provisão poderia provir de um dos seguintes magnates: o vice-rei Francisco Coutinho (1561-1564), o governador João de Mendonça (19 de fevereiro e 3 de setembro de 1564), o vice-rei Antão de Noronha (até 10 de setembro de 1568), * ou directamente d'el-rei D. Sebastião. Esta ultima hypothese é a mais razoavel. Camillo Castello Branco,[1] o primeiro que a aventou, diz: «A mim me quer parecer que a feitoria de Chaul lhe foi dada por provisão *real*, depois da publicação dos *Lusiadas*, ao mesmo tempo que se lhe deu a tença,[2] sob condição de residir na côrte. *A condição de residencia seria inexplicavel d'outro modo.*—Logo que a feitoria vagasse, cessaria a tença. A condição inhibia-o de auferir a tença, desde que exercesse o officio».

Eu concordo plenamente. Accrescentarei, comtudo, algumas minucias, apoiando essa sensata explicação.

A nomeação de Camões para um cargo da India por provisão régia, não é de modo algum uma excepção á regra. Muitos capitães e soldados que voltavam com um peculio de certidões, relativas a serviços prestados na India, foram remunerados pelo monarcha, (sem previas informações, angariadas na India, de mando do vice-rei ou governador) por meio de provimentos em cargos de capitão, feitor, secretario, para as vagas que houvesse. N'este caso costumavam voltar para o Oriente, com as suas patentes, para entrarem na primeira occasião. Mas, por especial favor, concedia-se a certos empregados o ficarem no reino, levantando das suas patentes devidamente registadas uns tanto por cento em fórma de ordenado annual.[3] E o Camões foi um d'estes

---

tamos. Quando no inverno de 1565 a 1566 os ossos de D. Affonso de Albuquerque foram transferidos solemnemente da capella de N. S. da Conceição na cathedral de Góa a uma das náus da India, com destino ao reino (á capella de N. S. da Graça em Lisboa), Camões, que assistiu certamente á trasladação, não se encontrou disposto a memorá-la. Pelo menos, não subsiste verso algum dedicado áquelle acto. (Schäfer, III, p. 265).

[1] C. C. Branco, p. 61.

[2] A 28 de julho de 1572 (V. Juromenha, I, p. 169. Doc. *F*).

[3] Fernão de Sousa de Castellobranco, nomeado capitão de Chaul em 1556, ia recebendo 1:000 pardáos annuaes, emquanto não entrava na posse da sua fortaleza, segundo Couto, VII, 3, 6.

---

* Ninguem se lembrou de attribuir a nomeação para feitor «de Chaul» ás boas graças do Conde de Redondo. O proprio Latino Coelho, que costuma tratar de «invenções romanescas, duvidosas cavallarias e incertas aventuras sem vislumbre de verdade», todas as hypotheses de Juromenha, aceita a fabula de «que o poeta achara graça e valimento em D. Antão, seu munificente protector e antigo camarada».

agraciados. Ás vezes houve até trespasse por meio de venda, presente, herança ou dote, está claro precedendo sempre o beneplacito régio, se é que Linschoten falle verdade. [1]

Os governadores da India não gostavam muito d'esta violação dos seus direitos, e murmuravam ás vezes, adeantando-se até protelar o mais possivel a realização do que deveriam ter considerado como ordens régias. Um caso servirá de exemplo.

A rainha-regente D. Catharina premiára em 1562 com a capitania de Ormus a D. Pedro de Sousa, que partia na armada d'aquelle anno, com ordem de tomar immediatamente posse da fortaleza, expressa na patente e em carta particular missiva para o Conde de Redondo, tudo isso apesar de ella já ter «*promettido*» anteriormente a mesma capitania a dois pretendentes: D. Francisco de Mascarenhas Palha, para a primeira vacatura, e Luis de Mello da Silva para a segunda, em ambos os casos sem, todavia, lhes dar a indispensavel patente. E para que os dois não ficassem aggravados, vendo postergados os seus direitos, quis a Rainha que o despachado requeresse o seu posto do vice-rei, apenas pela carta, sem mostrar o diploma. O Conde de Redondo, comtudo, que protegia o Mascarenhas, reteve a carta sem deferir o negocio de D. Pedro de Sousa, até que este, impacientado, apresentou um bello dia a patente formal, a cuja vista o vice-rei não póde fazer mais que pôr-lhe o «*Cumpra-se*», mandando logo o despachado para Ormus. [2]

Ha mais uma razão que me induz a adoptar as ideias de C. C. Branco e parece obvia, apesar de ter passado desapercebida áquelle critico. O monarcha portuguès outorgou ao Poeta a sua tença de 15:000 réis para o limitado espaço de tempo de um triennio [3] (e não *para a vida*, como era o costume com *mercês)* prolongando-a depois de tres em tres annos. Porquê? Simplesmente porque todos os cargos da India eram triennaes, e porque a renda de Camões provinha da nomeação para um d'esses cargos. A data do alvará régio (12 de março) está em perfeita harmonia com esta interpretação. Na primavera, ou por outra, no primeiro trimestre do anno civil, assignavam-se os despachos para o anno economico da India.

Voltarei aqui a uma observação, já feita e acentuada anteriormente. [4] O governador Francisco Barreto galardoou o Poeta com o posto de Provedor-

---

[1] *Itinerario*, p. 44ª.

[2] Couto, VII, 10, 7.

[3] A saber de 12 de março de 1572, 1575 e 1578 por alvarás régios de 28 de julho de 1572; 2 de agosto de 1575; e 2 de junho de 1578.—V. Juromenha, I, p. 169 e seg.: Diplomas *F*, *G* e *I*.

[4] No § 278.

mór dos defunctos e ausentes, e el-rei D. Sebastião deu-lhe o cargo de Feitor. Ambos escolheram para o Camões um posto civil. Não era mais natural fazer do valente soldado um capitão de fortaleza ou de navio? Não; o Poeta-cavalleiro não tinha predilecção alguma pelas empresas sanguinolentas de guerra! Muito pelo contrario! Aborrecia-lhe profundamente fazer caça ás náus dos chatins, assassinar marinheiros, saquear aldeias, cortar palmeiras, roubar fazendas e incendiar navios. A sua alma não podia conformar-se com o modo ferocissimo de guerrear dos Indo-portuguêses.

A nomeação para o cargo de feitor mostra-nos clara e distinctamente mais uma cousa: que o Provedor não fôra argüido de peculato, e que a sua fama de funccionario permanecêra immaculada.

§ 343.—Sobre o triennio de 1564, desde o obito do Conde de Redondo (fallecido a 19 de fevereiro) até á chegada do Poeta em Moçambique, (1567) paira um denso nevoeiro, que não nos é dado descortinar. N'esta situação, devemos presumir que viveu dos proventos grangeados durante o reinado do liberal e benevolo Conde, soccorrido de vez em quando por amigos sinceros e leaes, como o era, por exemplo, o velho dr. Garcia da Orta; e que utilizou o ocio, cinzelando os ultimos tres ou quatro cantos[1] dos *Lusiadas*, para cuja confecção lhe eram indispensaveis os documentos e annuarios do Archivo Nacional de Gôa, como já tive occasião de dizer. A lista das náus,[2] os nomes dos capitães registados no atrio dos paços da fortaleza, as pinturas dos heroes na sala do conselho, dariam côr e vida á ideia que formara sobre este ou aquell'outro governador.[3] Assim a epopeia nacional ia chegando ao seu fim e termo. Certamente, já estava limada e aperfeiçoada, absolutamente prompta até á estrophe 144 do Canto x, quando a nova da enthronização do joven D. Sebastião[4] chegou a Moçambique e Gôa no anno de 1568 (nos mezes de julho a setembro).[5] O Poeta começou a pensar sériamente na publicação da sua immortal obra. A impressão era, sem duvida, *possivel* em Gôa, mas de modo algum vantajosa e sensata.[6] O «thesouro do Luso» devia apparecer em

---

[1] Confira-se o § 300.

[2] Veja-se o § 16.

[3] V. § 233.

[4] A enthronização teve logar a 20 de janeiro de 1568. Durante a menoridade d'El-Rei foram regentes, primeiro a rainha-viuva e avó de D. Sebastião, D. Catharina (11 de junho de 1557 até 1562), depois, o Cardeal Infante D. Henrique.

[5] As ultimas estrophes (145-156) do canto x foram escriptas depois d'aquelle acontecimento.

[6] Ignoro se João de Emden, vivo ainda, continuava a imprimir em Gôa.

Portugal, na capital do reino, que não fôra berço de Camões mas um segundo ninho patrio, em que aprendera a erguer o vôo ás estrellas. Ahi é que viviam os descendentes dos heroes que os seus versos iam immortalizar; ahi é que deviam comprehender e avaliar condignamente o preço d'este «pregão» da força lusitanica. Só ahi o Poeta esperava alcançar o premio ideal e material de tantas fadigas e luctas.

Lisboa e D. Sebastião: eis as duas concepções que começavam a apparecer nos seus sonhos diurnos e nocturnos!

§ **344.**—Durante tres lustros o Poeta tinha experimentado a verdade do adagio que chamava a India «uma mãe carinhosa para os villões, e madrasta para todos os honrados». As palavras de indignação, dirigidas contra a patria no acto da despedida: «*Ingrata patria non possidebis ossa mea*», estavam esquecidas. O expatriado anciava revêr o solo sacrosancto da sua terra, passar ahi o resto dos dias, e descansar no seio d'ella, depois de morto.—Pobre de meios, mas rico de saudades, não receava tentar outra vez seis mezes de má vida no mar. Dava-lhe força e alento o desejo de dedicar o seu hymno de triumpho ao joven, mas agora adulto, rei de Portugal. Em Lisboa, a fome doia tambem, mas não tanto como no exilio; e o supremo entre os bens d'este mundo, *a gloria*, não lhe podia faltar entre os Lusitanos, cujos heroicos feitos a sua musa enaltecera.

Havia, porém, um obstaculo de peso. O Poeta não possuia meios para pagar a extensa viagem de 4:000 leguas. A sua extrema penuria não lhe permittia viver durante cinco mezes de travessia sem ganhar o pão. Aguardou, á espera de um ensejo propicio que não se offereceu; afinal, em setembro de 1567, aproveitou impaciente os commettimentos de Pedro Barreto que, succedendo na capitania de Sofala, para onde se fez á véla, offerecêra ao Poeta levá-lo á sua custa *até Moçambique.*[1] D'este modo poupava um quinto das despesas da longa jornada.[2] E o Poeta, cheio de saudades, fazia de conta que

---

[1] V. Couto, VIII, 18.*

[2] Braga suppõe que o Poeta já conhecêra e até acompanhara Pedro Barreto, quando este servia de capitão em Sunda.—Veja-se na edição do Tricentenario, a Biographia, p. XXXVII, assim como *Hist. Cam.*, II, p. 576 e confira-se o § 340.

Na edição dos *Lusiadas*, publicada em 1626 pelos editores Craesbeeck, de Lisboa, existe uma famosa e bonita anedocta, que, infelizmente, tem o grave defeito de faltar á verdade. Na dedicatoria a D. João de Almeida affirma-se que o Poeta fôra muito affeiçoado servidor do pae d'aquelle fidalgo, D. Francisco de Almeida, um dos convidados á ceia, de que já fallámos, porque «embarçando-se em uma náu para este reino dizia que se vi-

* O capitão Fernão Martins Freire fallecera; eis porque a capitania de Moçambique ficara vaga.

em Moçambique sempre estava mais perto da patria! E, logo que o primeiro ensejo era bom, porque não o havia de ser tambem o segundo? A armada da India, que costumava tocar em fevereiro ou março em S. Lourenço, bem o podia levar no anno immediato para Portugal. Tantos amigos fidalgos e liberaes ficavam na India, dispostos a irem requerer brevemente a paga dos seus serviços; um d'elles iria, certamente, e escolheria o Poeta para o seu matalote, dando-lhe cama, roupa e mesa.

Apesar de tantas desillusões e tantos golpes que o feriram... o Camões ainda nutria esperanças e architectava castellos no ar!

Despediu-se dos companheiros; pagou a ultima homenagem de respeito ao idoso doutor Garcia da Orta;[1] ajuntou mais uma vez os seus parcos haveres, arrecadando o passaporte,[2] as certidões, o Parnaso e os Lusiadas, e eil-o a bordo da náu de Moçambique!

§ 345.—Os paragraphos antecedentes podem resumir-se nas seguintes theses:

Depois de voltar de Macáu a Gôa o Poeta ia vivendo inquieto, mas não receoso, decidido a não sobreviver á perda da sua honra, se talvez não sahisse illibado de culpas do processo que lhe iam instaurar. Á espera da decisão, a sua boa sorte fez que cahisse nas graças do vice-rei D. Constantino de Bragança e do successor o Conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, que não hesitou em admitti-lo á sua intimidade. Só tarde, talvez na entrada do

---

nha da India porque já não estava n'ella D. Francisco de Almeida» (v. Juromenha, I, p. 461; ou Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 263; ou Storck, I, p. 371). Digo que Pedro Craesbeeck «corrigiu» a verdade a belprazer, porque D. Francisco *ficou na India* pelo menos até abril de 1569, estando na data da partida de Camões, outubro de 1567, embarcado para Malacca, velejando como capitão da Armada do Norte, de onde esteve de regresso em Gôa a 18 de abril de 1569 (segundo Couto, VIII, 18 e 29). *

[1] O erudito septuagenario era abastado, e solteiro, se não me engano. A pobreza do Poeta não lhe podia ser desconhecida. Seria estranhavel se encarregasse o grande epico apenas de cumprimentos, recados e cartas para os amigos de Lisboa, sem se lembrar de o auxiliar mais efficazmente. Mas se o fez, os meios que forneceu não seriam copiosos, visto tudo quanto o Camões levou, não ter chegado para a viagem.

[2] Veja-se *Itinerario*, p. 4ª e 44ª. * *

---

* De accordo! mas talvez as palavras de amizade, memoradas ou interpretadas inexactamente, com certa philaucia, por D. João de Almeida, quisessem dizer apenas que o Poeta não gostava de Gôa, desde que D. Francisco sahira da casa em que tinham vivido juntos.

** Em ambas as passagens Linschoten refere-se á **licença** do vice-rei, sem a qual nenhum soldado podia embarcar para o reino.

verão de 1562, o processo veiu a ser resolvido.—Fica incerto se o Poeta entrou em mais expedições militares. Sou de opinião que o vice-rei occupou o litterato em negocios de administração, resgatando-o além d'isso do poder de um crèdor severo, isto é, desembargando a sua pessoa e os seus bens. Nada consta sobre relações com o governador João de Mendonça. As supposições sobre poesias, dedicadas ao vice-rei D. Antão de Noronha, são infundadas.

N'este comenos, o Camões completou a epopeia nacional, salvo alguns retoques e accrescentos. A saudade da patria e o desejo de publicar os *Lusiadas* na capital do reino, foram, sem duvida alguma, as causas que o decidiram a aceitar agradecido, e de boa mente, a offerta do capitão de Moçambique Pedro Barreto, que promettera levá-lo de graça a bordo da sua náu.

Sahido da barra de Gòa em fins de setembro de 1567, o Camões aportou depois de cincoenta dias de mar n'aquella ilha, tão pouco hospitaleira, de Moçambique (outubro-novembro).

XXII

REGRESSO Á PATRIA

XXII

REGRESSO Á PATRIA

§ **346**.—A tornaviagem era em geral mais accidentada que a viagem para o Oriente. Os perigos maritimos eram sempre maiores. As «*náus do reino*» iam pouco carregadas, com alguns pipos de vinho e de azeite, outras mercadorias de negociantes portuguêses, provisões para a tripulação, «moeda»* cunhada (em que se ganhava quarenta por cento, segundo Linschoten), destinada á compra da pimenta,[1] e além d'isso sómente lastro. As «*náus da India*», muito pelo contrario, vinham abarrotadas de pimenta para el-rei, e de mercancias e bagagens, porque o delirio da cobiça insaciavel fazia calar todo e qualquer escrupulo. Estas cargas exageradas ficavam além d'isso muitas vezes mal arrumadas, em perfeito desequilibrio, fazendo perder mais de um navio, completamente, sem que nunca mais se soubesse como ou quando naufragára. A incapacidade dos pilotos, a má qualidade da construcção, o exagerado tamanho, o estado de ruina em que algumas embarcações sahiam de Gôa eram outras tantas causas de sinistros lastimosos.[2]

O regime seguido na volta ao reino era diverso d'aquelle que vigorava na ida, e de que já fallámos. Está claro que todos os mareantes tinham passagem gratuita, recebendo tambem a sua ração de biscoito e agua; mas—caso

---

[1] V. *Itinerario*, p. 3[b]: *Realen van achten*.

[2] Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, p. 25 e seg., p. 63 e 112.

* Rodrigues da Silveira (p. 185) explica como o vinho, o azeite e os «*reales*» que iam de Portugal para a India, eram em grande parte remessas de particulares que amparavam os seus parentes pobres. Os taes *reales*, moeda *hespanhola* de prata, valiam na India **376** réis (em logar de **280**).

estranho — sómente até ao Cabo, e não para toda a viagem.* Esta clausula restrictiva põe a claro que nem todas as armadas refrescavam em Moçambique. N'este caso a primeira paragem era na Aguada do Saldanha, ou na bahia de Santa Helena, onde iam fornecer-se de agua.

Se os proprios mareantes deviam pagar o seu sustento desde o Cabo até Lisboa, isto é, em tres quintos da distancia total, os soldados ainda ficavam em muito peores condições: os providos de licença, ou digamos de passaporte, outorgado pelo governo de Gôa, tinham apenas passagem livre. O estado dava aos valentes que haviam militado na India durante cinco ou seis annos (ou muitissimo mais, ás vezes decennios inteiros) um canto na segunda coberta, onde dormir, e outro cantinho para o bahú da roupa no «*corpo da caixaria*». Nada mais!

Era este ultimo o caso de Camões, o ex-soldado da India. Comprehende-se, diante d'esta situação, porque aceitou agradecido e gostoso os offerecimentos do capitão Pero Barreto, que lhe franqueava a ida pelo menos até Moçambique.

De todos os escravos pagava-se frete, e depois em Portugal direitos de entrada, devidos a el-rei.[1] O Jau Antonio fica em duvidosa situação, por onde quer que lhe peguemos!

O capitão, o piloto e todos os restantes officiaes, até os proprios marujos, costumavam alugar as suas camaras aos passageiros, por preços exorbitantes, sempre com a mesma mira de se locupletarem.[2]

É, pelo menos, o que Linschoten conta em 1583. Anteriormente,[3] houve

---

[1] Assim relata Linschoten no *Itinerario*, a p. 4ª. * *

[2] Ib., p. 3ᵇ. * * *

[3] Pyrard conheceu ainda, dois decennios mais tarde, o generoso costume dos antigos capitães da India, como vejo na «Biographia» de Th. Braga, p. XXXIX.

---

* Mas o uso era indubitavelmente um «*abuso*». Verifiquei que, segundo a estatistica official do Escrivão de Filippe II (p. 199), no orçamento «*do custo da gente do mar de hũa náo da carreira da India de 123 pessoas*» as verbas do «*soldo*» de todos os tripulantes (entre o mestre, os pilotos, marinheiros, grumetes, etc.), abrangem sempre e sem excepção os *18 mezes completos* da *ida, demora* e *volta*, como tambem as verbas dos mantimentos abrangem 10, isto é, *5 de ida* e *5 de volta*.

* * Muito exacto; mas fallando dos escravos, immediatamente depois de explicar quaes as «*liberdades*» dos soldados, Linschoten quer estabelecer que os soldados costumavam levar servos. E a p. 132ᵇ o viajante hollandês dá mais pormenores ainda, dizendo textualmente que *os 20 ou 30 soldados, levados de graça pelos magnates da India, tinham os seus escravos e pretos, de sorte a serem bem servidos e muito limpos*.

* * * O mestre e o piloto tinham jus a dois logares; a todos os outros competia apenas um beliche.

capitães honrados e caridosos que julgavam do seu dever agasalhar á sua custa, com as sommas ganhas, o maior numero possivel de soldados, tanto na India como no regresso a Lisboa. Estes, primeiro que partissem de Gôa (ou Cochim, onde as náus costumavam completar a carga), mandavam pôr escriptos pelos logares publicos, para que todo o que quisesse ir nas suas náus, soubesse que lhe dariam de comer até o reino. Diogo do Couto (1559–1599) ainda conheceu alguns d'estes honestos capitães, e especializa, louvando-o, a D. Antonio de Noronha, antigo capitão de Diu, de alcunha «*o Catarraz*», o qual, com ser pobre, levou todos os que com elle quiseram ir, na armada de 1562.[1]

§ **347.**—Mas que sabemos nós da tornaviagem do Poeta?

Ha duas noticias antigas que convém examinar: uma de Pedro de Mariz, e a outra do auctor das Decadas.

Mariz, depois de contar o que já referimos (como o Camões «*preso na India pelo Governador Francisco Barreto*» veio «*capitulado* a este reino*») continua: «*Antes do qual* (isto seria antes de 1558!)** *veio a Moçambique, para onde o Capitão Pero Barreto o trouxera da India com largas promessas, de que elle em breve tempo se vio bem desenganado, que, arribando aly a Não Fee,*[2] *e querendose o Camões vir nella ou tornar-se para a India* (!!), *o Capitão o re-*

---

[1] V. Couto, VII, 10, 1.—Este D. Antonio, depois de ter exercido mais tarde o cargo de vice-rei (de 6 de setembro de 1571 a 9 de dezembro de 1573), morreu em Portugal em maio de 1574, de ictericia, de que tinha padecido durante annos, triste e melancolico pela morte de sua mulher e filho, e desgostado da ingratidão d'el-rei, que o exonerára do seu cargo, antes do tempo concluido. Diante do jazigo de familia suspirava: «*Sem mulher, sem filho e sem honra, não ha quem possa viver*».—Couto, VII, 1, 3 e IX, 16 e 20.

[2] É um erro: a náu, em que Camões veio, foi a *Santa Clara*. As restantes náus da mesma armada eram a *Santa Catharina* e a *Chagas*. A *Santa Catharina* venceu cedo o Cabo da Boa Esperança, entrando na bacia do Tejo no estio de 1569 (julho ou agosto); a *Santa Clara* e a *Chagas* invernaram em Moçambique, segundo Couto VIII, 28. * * *

---

* *Capitulado*, isto é, accusado em capitulos (ou como hoje se diria «*pronunciado*») de *delictos* praticados no exercicio da provedoria de Macáu.

** Storck vitupera, com razão, as inexactidões e a falta de logica nas construcções syntacticas de Mariz. Parece-me, porém, incontestavel que o modismo *antes do qual* se refere á *chegada* ao reino e não á prisão effectuada (segundo Mariz) por Francisco Barreto.

*** Sim, é o que Couto affirma, mas Couto não diz tudo. É sabido que a Decada oitava (assim como a nona), acabadas em 1614, quando o auctor já contava 72 annos, lhe desappareceram durante uma enfermidade. E só de alguns fragmentos manuscriptos que lhe ficaram, juntamente com o que conservou na memoria escreveu outra vez aquelles dois livros, abrevian-

teve como preso até lhe pagar duzentos cruzados que lhe dera na India para sua matalotagem e então lhe pedia como divida. Do que queixandose elle a alguns fidalgos amigos que vinham na náu elles se fintarão entre si e o desempenharam, pagando ao Capitão os duzentos cruzados e o trouxeram na mesma náu ao Reyno, sempre á sua custa».[1]

Vejamos o que ha de aproveitavel n'esta relação. Era facto conhecido que a viagem de Gôa a Lisboa importava em duzentos cruzados, pelo menos.[2] Este pormenor, o unico que é exacto, não diz portanto nada de novo. Todo o resto é *inexacto*. Diante de um tribunal, o biographo simplorio e leviano faria tristissima figura. Como provaria elle que o Poeta, expedido por Francisco Barreto, isto é, *entre 1555 e 1558* para o reino, «*capitulado*», veiu ter a Moçambique na náu de *Pero Barreto*,[3] que se fez de vela em 1567? Como provaria que a embarcação que levou o Poeta em 1569 ao reino se chamava *Santa Fé* e não *Santa Clara?* Que significa a clausula que o Poeta duvi-

[1] Mariz, p. 10-11.

[2] Cfr. p. 490, nota 3.

[3] Pero ou Pedro Barreto (Rolim), parente do governador Francisco (sobrinho? ou primo?) tinha servido na India desde 1551, sempre em cargos opimos. Prompto para embarcar como capitão-mór da armada do Malabar, teve aviso da morte do Fernão Martim Freire, capitão de Moçambique (§ 344) e, visto ser nomeado para a primeira vacatura, renunciou o posto de commandante da armada do Sul, partindo logo para Moçambique. —Couto, VII, 1, 5 e 7; 3, 14; 5, 7; 9, 16, e VIII, 18.

do-os. A sua memoria era felicissima, não o nego, e os assumptos de que tratava, eram do seu tempo e tinham-se passado, em parte, na sua propria presença; mas ainda assim estava sujeito a errar, e errou positivamente em varias minucias, omittindo, além d'isso, bastantes particularidades, que tinha por costume indicar em todas as outras decadas. Entram n'esta conta as datas exactas da chegada e partida das armadas e os nomes das embarcações e dos seus capitães. Com relação á armada de 1569, não está em concordancia com Figueiredo Falcão. Segundo este auctor (p. 170), das cinco velas que o vice-rei D. Luis de Tayde levára em 1568 de Lisboa, uma unica ficou na India. Foi a chamada *Remedios*. As restantes quatro, isto é, as naus *Chagas, Santa Clara, Santa Catharina* e a *Fé* voltaram em 1569 para o reino. A *Santa Catharina* attingiu Lisboa effectivamente no mesmo anno, mas só a 16 de setembro e não em julho ou agosto, emquanto todas as mais deram entrada no porto da capital em abril de 1570, a *Santa Clara* a 7, a *Chagas* e *Santa Fé* a 23. Couto não recordava este ultimo nome. Só tinha lembrança de que, além da *Santa Clara* em que elle fôra, e da capitaina *Chagas* que levava Pedro Barreto, tinham partido de Moçambique, em novembro de 1569, ainda «outras mais».—V. Dec. IX, p. 231 e 232. O proprio auctor d'este *Vida de Camões*, allega o facto no paragrapho seguinte, onde falla do soccorro que as náus prestaram á *Chagas*, encalhada na sahida do porto de Moçambique. É notavel que Severim de Faria, conhecendo Couto muito bem, discorde d'elle n'este particular, e nomeie, exactamente como Mariz, a náu *Fé* e não a *Santa Clara*.

dava se iria para Portugal, ou voltaria para a India?[1] E como explicar psychologicamente que o opulento ex-capitão de Diu e capitão de Sofala, o qual durante o seu triennio africano recebia 300 mil ducados, segundo Linschoten,[2] tratasse de rehaver uma pequena divida, de 200, reembolsando-se por meio das parcellas pagas por cinco ou seis Portugueses generosos, mas pouco ricos, e isto exactamente no anno em que, ferido na sua honra e affrontado pelo orgulho e a cobiça do proprio tio, andava consumindo os seus dias em tristonho scismar.

Confrontemos com assentos tão pouco provaveis, colhidos na tradição, cerca de 1612, os apontamentos lançados nas Decadas da India pelo historiador Diogo do Couto, que narrou em 1614 o que tinha visto e presenciado pessoalmente, guardando-o na fiel memoria. Assim chegaremos a admittir que Mariz inventou alguns pormenores com o intuito de explicar a longa demora do Poeta n'aquella ilha doentia e sezonatica.[3]

§ 348.—Em 1569, a 2 de fevereiro, o ex-governador D. Antão de Noronha partiu de Gôa com a armada em que o seu successor chegára. Damos a palavra a Couto, que pertencia ao numero dos matalotes que o acompanharam ao reino. Enumerando os companheiros nomeia[4] D. João Pereira, seu cunhado que acabára de ser capitão de Malacca; D. Pedro da Guerra; Ayres de Sousa de Santarem; Manoel de Mello; Heitor da Silveira, o Drago; Gaspar de Brito; Fernan Gomes da Grã; Lourenço Vaz Pegado «e outros cavalleiros honrados em que eu entrei».[5] E continua: «*todos comiamos com o Visorei á meza, que a deu muito abastada emquanto viveu. E por partirmos tarde, arribámos todas as náus a Moçambique. Só a Santa Catharina (capitão Antonio*

---

[1] Esta duvida talvez tenha a sua explicação razoavel no destino da náu em que Barreto tinha levado o Camões para Moçambique, porque esta voltaria á India.

[2] *Itinerario*, p. 8ª. *

[3] Couto, ed. 1736 «*Vida*», fl. 2ᵇ e seg., do tomo I.

[4] Couto, VIII, 28.

[5] Severim de Faria (a fl. 4ᵇ) e Mariz mencionam de entre estes apenas a Heitor da Silveira; porém, citam mais a Antonio Cabral, Luis da Veiga, Duarte de Abreu e Antonio Sarrão, appellidado Ferrão por Mariz e por Faria e Sousa na *Vida* II, § 24, assim como por Juromenha (I, p. 93) e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 298.

---

* Figueiredo Falcão indica a mesma somma no orçamento official. Fallando da fortaleza de Sofala, que andava annexa á de Moçambique, diz ainda «que é uma das mais soberbas que El Rey tem na India».

Segundo Linschoten, a fortaleza de Diu importava nos tres annos ao capitão provido mais de 60 mil cruzados.

Rodrigues de Gamboa) passou ao reino e dobrou o Cabo no mesmo tempo que nós arribámos, porque se achou tão pegado com a terra que [a tempestade] lhe não alcançou, e foi ter a Lisboa na força da peste grande; e nós fomos á nossa revolta, correndo tormenta para Moçambique. E antes de chegarmos ás Ilhas de Angoxa faleceu o viso-rei, e achou-se em seu testamento que lhe cortassem o braço direito pelo cotovelo e o levassem a Ceita e o posessem na sepultura de seu tio D. Nuno Alvares e que seu corpo fosse lançado ao mar, o que se fez com grande magoa de todos... Estando nós de arribada em Moçambique chegou em julho Vasco Fernandes Homem em uma não, com muito boa gente, a qual tinha partido do reino em companhia de Francisco Barreto, que já fôra Governador da India, que ElRey D. Sebastião mandava por Conquistador das minas de ouro e prata de Manamotapa e Capitão Geral desde o Cabo das Correntes até o de Guardafú. E diziam que este fidalgo solicitara esta jornada, por se vêr muito pobre, porque era muito vão e gastador grande, porque tendo sido Governador da India acceitou aquella empreza mui inferior».

Para que o leitor fique bem inteirado da situação, accrescentarei o seguinte. O bisavô de D. Sebastião, el-rei D. Manoel, já tinha pensado em dividir o imperio da India em varios governos, mas só o bisneto realizou o plano. Em detrimento palpavel das possessões ultramarinas, repartiu-o em tres governos, dando a D. Antonio de Noronha o titulo de vice-rei e o dominio das costas da India, do Cabo de Guardafui até ao Cabo de Comorim; a Antonio Moniz Barreto (parente do nosso Francisco), o extremo oriente, do golfo da Bengala até á China; com titulo de capitão geral e sede em Malacca; e ao ex-governador Francisco Barreto a costa da Africa até ao promontorio de Guardafui, com o titulo e jurisdicção de conquistador d'aquelles reinos e explorador das suas «*riquissimas minas*».[1]

§ 349.—Era então, como já dissemos, commandante de Moçambique, Pedro Barreto. Logo, ao saber na sua fortaleza como Francisco Barreto vinha com amplos poderes para conquistar, houve-se por aggravado d'el-rei e affrontado do seu parente, tanto que, largando um anno inteiro que ainda lhe pertencia, embarcou para o reino, renunciando o seu cargo.

Vasco Fernandes Homem, fidalgo velho e de muitos merecimentos, eleito para mestre de campo na jornada de Monomotapa (e successor de Francisco Barreto, se fallecesse) foi o primeiro a chegar com duzentos homens de armas, afóra a gente do mar, sem saber novas do capitão geral. Presumindo

---

[1] Sobre este novo «*Regimento*» e as suas conseqüencias fataes, releia-se Schäfer, II, p. 264 e seg.

que arribára ao Brasil, como aconteceu de facto, resolveu esperar sem se mexer, até á vinda de Francisco Barreto.

As náus do reino partiram, «como foi tempo», em novembro de 1569, capitaneadas pela *Chagas*, cujo commandante Lourenço Vaz Pegado, levava comsigo a Pedro Barreto, o qual falleceu no caminho, pouco antes da chegada. Logo depois de se fazer á véla, a capitaina encostou-se á Ilha de S. Jorge, ficando quasi em secco, mas as outras náus, que iam ainda de conserva, acudiram e salvaram-na do perigo, fazendo-a vogar de novo, depois de alijada de muito lastro, trabalhosamente. Só a *Santa Clara*, que já ia adeantada, não podendo voltar por causa das correntes, seguiu o seu curso, chegando mez e meio antes da *Chagas* e das restantes embarcações.* Governava a *Santa Clara* o capitão Gaspar Pereira,[1] e vinham a bordo entre outros: Diogo do Couto e os seus camaradas Heitor da Silveira, o Drago, Fernão Gomes da Grã, e—Luis de Camões!

«Em Moçambique achámos»—é Couto quem falla de si e dos amigos ainda agora mencionados—«Em Moçambique achámos aquelle Principe dos Poetas de seu tempo, meu matalote e amigo[2] Luis de Camões, tão pobre que comia de amigos. E pera se embarcar pera o Reyno lhe ajuntámos os amigos****

[1] Th. Braga, (*Hist. Cam.*, I, p. 298) dá ao capitão o nome Manoel Jaques.**

[2] D'esta phrase devemos concluir que o Camões vinha na *Santa Clara*.***

* Repito que, segundo Couto, a *Santa Clara* chegou a Cascaes em abril, e as outras náus em fim de maio ou já em junho (Dec. VIII, 28), emquanto, segundo Figueiredo Falcão, a primeira entrou na bacia do Tejo a 7 de abril, seguida só dezoito dias depois pelas náus *Chagas* e *Santa Fé*.

** Muito inconsideradamente! O proprio Braga accrescenta, e esta vez com exactidão, que aquelle cavalleiro (mercador, se não me engano) tinha acompanhado em 1568 a armada que levava o novo vice-rei, D. Luis de Athayde! Se acompanhou em 1568, chegando á barra de Goa a 10 de setembro, mal podia partir, regressando logo em janeiro de 1569, a não ser que a sua viagem á India fosse simplesmente de recreio e não de negocio. Braga tirou o nome da lista de Figueiredo Falcão, sem se lembrar de que no «*Livro de toda a fazenda*» apenas se indicam os capitães das armadas que iam do reino para a India, e nunca os das armadas que vinham de regresso.

*** Devemos, ou podemos? Não sei. Muito embora Couto pertencesse ao grupo dos que pagavam o seu escote a favor do Poeta, ou fosse mesmo o que pagava tudo, ainda assim podia ser que o Camões embarcasse em outra qualquer náu da *mesma armada*. Couto, como já notei, não differenceia esta vez os fidalgos das differentes náus, nomeando-os todos de mistura. Diz, por exemplo, que «*todos*» os fidalgos das quatro náus comiam á mesa do vice-rei. Talvez queira dizer «*á custa d'elle*».

**** Os treze, cujos nomes vão indicados no texto (§ 348), menos aquelles que, embarcados na náu *Santa Catharina*, nem chegaram a aferrar em Moçambique. Visto o escrupulsso Severim de Faria nomear apenas seis, será mais cordato pensarmos exclusivamente em Couto, Silveira, Abreu da Veiga, Cabral e Ferrão, e talvez ainda em Fernão Gomes da Grã.

toda a roupa que houve mister, e não faltou quem[1] lhe desse de comer.[2] E aquelle inverno que esteve em Moçambique[3] acabou de aperfeiçoar as suas Lusiadas pera as imprimir, e foi escrevendo muito em um livro que ia fazendo, que intitulava «*Parnaso de Luis de Camões*», livro de muita erudição, doutrina e filosofia, o qual lhe furtaram.[4] E nunca pude saber no reyno d'elle, por muito que inquiri.[5] E foi furto notavel.[6] E em Portugal morreo este excellente Poeta em pura pobreza».[7]

Do fidelissimo escravo, o Jau-Antonio, que teria custado aos generosos amigos frete, sustento e direitos de entrada, nem uma só palavra!

---

[1] Quem? Couto, sem mais ninguem? Ou o conventiculo dos amigos?*

[2] Durante a travessia.

[3] De abril a setembro, ou antes a novembro de 1569.

[4] Furtaram, sim! Mas onde e quando? Em Moçambique? durante a viagem? ou posteriormente, em Lisboa? Juromenha responde primeiro: em Moçambique (I, p. 94). Mas cinco linhas mais abaixo assenta que o roubo foi feito em Portugal. Braga (na *Hist. Cam.*, I, p. 330 e 408) opina que em Lisboa, *no anno de* 1574. **

[5] Em que occasião? Sem duvida durante a sua curta estada em Lisboa de 1570 a 1571. Porque Couto nunca mais voltou ao reino. Despachado brevemente, e bem, partiu-se logo para a India, onde casou e morreu. ***

[6] Tudo quanto Faria e Sousa diz sobre este roubo é fabula. Primeiro aventou timidamente na Vida de Camões (§ 26) algumas suspeitas; depois, no «Discurso» publicado por Aquino, (IV, p. XLVII) teceu, em volta d'aquellas suas suspeitas, uma basta teia de phantasiosas supposições, destinadas a infamar de plagiario e ladrão o poeta Francisco Rodrigues Lobo, desfazendo o prestigio do auctor da «*Primavera*». Outros arriscaram a hypothese que Fernão Alvares do Oriente talvez tivesse extrahido a sua *Lusitania transformada* do Parnaso de Camões.

Maravilha inexplicavel é para mim que Faria e Sousa não se lembrasse de accusar do ignobil feito o proprio Couto! Que cousa mais facil, visto aquelle auctor ter deixado alguns poemas em lingua latina e italiana, e um grande tomo de poesias em vulgar, em que teve particular graça, tudo obras lyricas e pastoris (Elegias, Eglogas, Canções, Sonetos e Trovas). Facto este que Faria e Sousa não podia ignorar, depois de ter visto publicada a *Vida* de Couto, escripta por Severim de Faria.

Onde pararão estes versos? Ou estão elles publicados? Quem os viu, a não ser o proprio Severim?

[7] Couto, VIII, 28 e IX, 20.

* Sobre os amigos de Moçambique, que lhe tinham dado o sustento antes da chegada de Couto, veja-se p. 664.

** O que é muito arriscado.

*** Faria e Sousa affirma que as diligencias feitas por Couto foram posteriores á morte do Poeta; mas Faria e Sousa não é auctoridade que se possa allegar.

§ 350.—Antes de fallarmos da estada em Moçambique, direi mais algumas palavras sobre o tão calumniado Francisco Barreto.

De regresso a Portugal,[1] apos trinta mezes de continuos perigos (de 20 de janeiro de 1559 a 13 de junho de 1561), entrecortados pelo naufragio, o ex-governador distinguiu-se em empresas militares europeias, ganhando novos louros[2] e o cargo de *General das galés do reino*. Já dissemos como, vendo exhaustos os seus thesouros á força de prodigalidades, aceitou mais tarde a commissão de conquistar, administrar e explorar o Eldorado africano, as minas de Chicova e Monomotapa, provido de tres náus com mil homens, cem mil cruzados em dinheiro para todos os annos emquanto durasse a conquista, e quinhentos homens de reserva. Movidos da novidade e impulsionados pela fome do oiro, Lisboa em peso abalou. Todos se offereceram: com elle foram mais de trezentos fidalgos, além de 200 creados da casa real. Mas a viagem não foi prospera. Só Vasco Fernandes Homem, alcançou Moçambique a tempo (na náu «*Assumpção*»). Lourenço Carvalho, (o capitão de outra náu *Santa Clara*) por não poder dobrar os abrolhos da costa da Guiné, arribou ao reino. Francisco Barreto, na capitaina *Rainha* tomou o rumo do Brasil, onde invernou, ou antes veraneou, na bahia de Todos os Santos, de outubro a março (1569-1570), attingindo depois a salvamento a sua provincia. Á falta de gente, esperando por soccorros, deu uma volta pela costa de Melinde, arrecadando pareas, por exemplo do rei de Pate e mandando auxilios á fortaleza de Chaul, que estava cercada e em grande aperto (novembro de 1570 até julho do anno immediato). De regresso, tratou de veras da conquista. Mas desde então começou para o afortunado fidalgo uma serie ininterrupta de desgostos e dissabores.

Dois sonhos, a ideia cosmopolita de uma quinta monarchia universal, e a de uma fructifera e rapida cruzada contra os infieis, a converter pelos activos missionarios da Companhia, tinham-se apossado completamente do espirito do joven D. Sebastião. Innatos n'elle, foram alimentados e desenvolvidos systematicamente na sua alma de scismador mystico, por influxo principalmente do seu confessor, de modo a dominarem absolutamente na sua mente, exercendo um poder funesto sobre os seus actos governativos.

Por ordem d'el-rei fôra na companhia do valoroso capitão e prudente po-

---

[1] Confira-se o § 311.

[2] El-rei D. Felipe, para remunerar Barreto do que fizera na jornada contra o Pinhão [*el Peñon*] como general da armada, mandou-lhe um retrato seu, pintado em lamina de ouro, em fórma de medalhão, com uma corrente de 4000 cruzados de valor, e uma carta de agradecimentos.

litico Francisco Barreto um jesuita, o padre Francisco de Monclaros, não para o aconselhar em casos de consciencia e governo espiritual,[1] mas sim para mandar em assumptos de conquista e de governo temporal![2] Sem ouvir o parecer e sem obter o assentimento d'aquelle religioso, resolução alguma havia de ser tomada ácerca do melhor modo de conquistar as minas! Logo no principio houve differenças de opinião sobre o caminho a seguir. Barreto pronunciou-se a favor do caminho maritimo por Sofala, por ser mais facil e menos arriscado. Monclaros, oppondo-se com pertinacia damnosa, opinou pelo caminho da serra, ao longo do rio Cuama, levado pelo desejo de pedir satisfação da morte do padre D. Gonçalo da Silveira, e de achar as reliquias de seus ossos.[3] Todos os praticos apoiam o parecer do governador; assignando-se o termo, o padre não recusa a sua assignatura. Os preparativos começam, mas, cheio de paixão, julgando-se desconsiderado, Monclaros sabe direccionar os espiritos de sorte que em nova votação todos tergiversam e escolhem o perigoso caminho da serra.

O resultado foi: sêde, fome e perigos de toda a qualidade.

Em 1571 o governador invernou em Moçambique, chamado por intrigas e levantamentos de inimigos pessoaes, que soube serenar e compôr muito affavel e generosamente. Durante a sua estada recebeu, digno e respeitoso, o governador da India D. Antonio de Noronha, o «Catarraz», doente de ictericia, com o qual tivera graves desavenças na India, agasalhando-o muito bem, e favorecendo liberalmente os seus companheiros, entre elles a Diogo do Couto, que voltava á India.* Em seguida tornou ao seu exercito, acampado sobre o rio Quilimane ou «Dos bons signaes», avançando com elle até á fortaleza de Sena: mas a empresa não surtiu effeito.[4] O padre Francisco de Monclaros censura e admoesta-o, insistindo para que deixe aquella conquista

---

[1] Um outro padre da Companhia, Estevam Lopes, era seu confessor e acompanhava-o na mesma expedição.

[2] Factos identicos tinham-se dado varias vezes na Conquista da India, já em tempo de D. João III.—V. Freire de Andrade, *Vida de D. João de Castro*, p. 54 e seg.

[3] Confira-se o § 58.

[4] O successor de Barreto, Vasco Fernandes Homem, aconselhado por um primo co-irmão (Francisco Pinto Pimentel) que não désse mais ouvidos a religiosos em materias de guerra, visto elles não o consultarem em materias de sagrada theologia, tambem não realizou a conquista, contentando-se com simples tratados com os regulos, e regressando a Sena.—Couto, IX, 24.

---

* Veja-se Dec. IX, cap. 20, e confira-se no *Soldado Pratico* as referencias sobre a segunda estada de Couto em Moçambique, hospedado em casa de um parente seu (Dialogo III, Scena 3).

inutil. Inquieto e apaixonado, o Barreto retira-se á Ermida de S. Marçal, e depois de se confessar e commungar recolhe á cama, morrendo no dia seguinte pela meia-noite, em dezembro de 1571. O seu corpo foi enterrado na Ermida, junto á sepultura de seu unico filho Ruy Nunes, que poucos annos antes ficára na primeira peleja de Sena. Outro filho, Luis da Silva, tinha succumbido em Gôa n'um desafio (entre 1564 e 1568). Ambos foram mais tarde levados a Moçambique e d'ahi trasladados para Lisboa, sendo sepultados em maio de 1574 com a maior pompa funebre, em S. Lourenço, onde Francisco Barreto tinha tumulo, junto com a primeira mulher D. Brites de Ataide. A côrte, nobreza e clerezia secular assistiram ao enterro.[1] É bem possivel que Luis de Camões figurasse no grupo de amigos que receberam o caixão no caes da Ribeira e honraram o defuncto, acompanhando-o ao jazigo.

§ **351.**—Com as exequias solemnes de Francisco Barreto adeantamonos demasiadamente. Temos de retrogradar agora uns cinco annos para encontrarmos em Moçambique a Pedro Barreto e a Luis de Camões.

Que ponto de vista escolheram os modernos biographos, a fim de encararem e decidirem devidamente a questão do supposto resgate, aventada por Mariz, e do problema da passagem, que surge dos apontamentos de Couto?

As opiniões divergem aqui, como em todos os mais pontos discutiveis.[2] A maioria tende a resolvê-la, combinando a narração de Mariz com a de Couto, e estabelecendo como provavel que os amigos fizessem bolsa, até ajuntarem as sommas devidas ao «*impiedoso e vil*» Barreto para a dispendiosa passagem. Estão portanto dispostos a subscreverem a injustificada sentença de Faria e Sousa que proclama que «a pessoa de Luis de Camões e a gloria de Pedro Barreto foram vendidas pela mesma quantia de duzentos cruzados».

Por accrescimo houve ainda quem, desconhecendo e menoscabando completamente o caracter do Poeta, e aviltando com tão injustificadas hypotheses a dignidade de Pero Barreto, imaginou que o capitão de Sofala se serviria do Poeta e o trataria como um seu «creado».[3] Th. Braga, para explicar a falsidade com que o «malevolo» governador o quis «*embargar*», propõe a seguinte explicação: que Barreto se julgára offendido, ficando cheio de ciumes por vêr

[1] Couto, IX, cap. 20 a 23 e 33.

[2] Repetem os dizeres de Mariz: Severim de Faria, a fl. 4^b; Faria e Sousa, na *Vida* 1ª, cap. XIII, e na IIª, § 24; Aquino, I, p. CXL; Mickle, I, p. CCLXVII; Botelho, p. LVIII; Adamson, I, p. 168 e seg.; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 295; e Burton, *Cam.*, I, p. 27. Invalidam-nos A. Lobo, p. 206; Juromenha, I, p. 92, e no *Album* a p. 320, e F. A. Coelho, no mesmo *Album*, a p. 191.

[3] Botelho é o inventor d'esta conjectura.

cantado n'um soneto camoniano os feitos de D. Leonis Pereira,[1] como tambem pelas queixas lançadas contra a severidade do governador Francisco; ou ainda pelos louvores tributados a Heitor da Silveira nos *Lusiadas*.[2] Até mesmo na epopeia distingue um ecco da impressão dolorosa produzida pelos tempos calamitosos de Moçambique sobre o Poeta, que diz:

> Na dura Moçambique emfim surgimos,
> de cuja falsidade e má vileza
> já serás sabedor.[3]

sem se lembrar que quem assim falla é o Gama, narrando ao rei de Melinde as occorrencias reaes acontecidas depois de elle passar o rio dos bons sinaes.

Não; nenhuma d'estas supposições tem base segura.

a). O soneto a D. Leonis Pereira, publicado em 1576, juntamente com uma epistola em tercetos,[4] foi, a meu vêr, escripto pouco antes d'aquella data, talvez em 1575, na occasião em que o heroe de Malacca vinha a Lisboa, a fim de explicar e defender o seu procedimento como governador (que fôra) das regiões orientaes da gangetica espessura,[5] desde o golfo de Bengala até á China, de 1573 por deante, e *não em 1568!*[6]

b). Queixas contra Francisco Barreto não existem nas obras de Camões.**

---

[1] «*Vós, Nymphas da Gangetica espessura*».

[2] *Lusiadas*, x, 60.

[3] Ib., v, 84.

[4] Elegia iv: «*Despois que Magalhães teve tecida*».

[5] Veja-se o soneto citado na nota 1.ª.

[6] V. *Sämmtliche Gedichte*, iii, p. 278 e seg., e C. M. de Vasconcellos, *Zeitschrift*, vii, p. 498-499. *

---

* D. Leonis «*governou*» Malacca, primeiro como capitão, de 20 de janeiro de 1567 a 1570, defendendo-a n'este intervallo (1568) heroica e felizmente contra o poder de Achem. É esta a victoria que o soneto e os tercetos enaltecem. Eleito segunda vez com o titulo de «Governador da India de Pegú até á China», em 9 de dezembro de 1573, D. Leonis não chegou a occupar effectivamente o seu cargo, por culpas do vice-rei Moniz Barreto. A fim de prestar contas leaes ao joven monarcha que o nomeára para aquella dignidade, das razões que o tinham inhibido de cumprir as ordens régias, o valente capitão embarcou em janeiro de 1575, chegando á capital a 29 de julho do mesmo anno. Em Lisboa residiam n'aquelle tempo Camões e Pero de Magalhães. É pois indubitavel que em Lisboa foi composta a «Epistola dedicatoria» na occasião em que Leonis, «*elegido para Governador*», como dissemos, ainda não tinha tomado posse, e ainda não debellára os inimigos. Isso parece-me resultar claramente dos versos 81 a 92.— Cfr. § 336 e 337.

** Queixas não; pelo menos para quem explicar o «*injusto mando*» do mesmo modo como

c). O insigne guerreiro Heitor da Silveira, celebrado nos *Lusiadas*, não é o amigo e coevo do Poeta, mas sim o avô, fallecido a 14 de fevereiro de 1531.[1]

d). A falsidade e vileza dos povos de Moçambique não tem nada com o nosso Poeta. Refere-se simplesmente á inimizade do cheique de Moçambique contra o Gama, e ás insidiosas mentiras da sua gente e dos seus pilotos.[2]

Burton quer mesmo que o Poeta endividado estivesse preso no tronco de Moçambique, por um mandado do seu credor, até os amigos o salvarem, comprando a sua liberdade do «*sordido, perverso e desalmado carrasco!*».

Só tres entre os biographos duvidam da veracidade do dicto de Mariz, regeitando-o abertamente, ou passando-o em silencio. Alexandre Lobo tem-no em conta de mera fabula, por o historiador não dizer nada a este respeito, e porque na sua opinião Pedro Barreto veio juntamente com o Camões na náu *Santa Fé* até ao reino.* Juromenha não lhe dá credito. F. A. Coelho nem mesmo o menciona.

§ **352.**—E a nossa opinião?

1.º) Quem lêr pela primeira vez a narrativa de Couto, poderá ficar em duvida se a expressão: «*aquelle inverno que (o Camões) esteve em Moçambique*» se refere, ou não, ao periodo total da demora que o Poeta teve na ilha, ou abrange apenas os mesmos oito mezes, de abril a novembro de 1569, que o historiador ahi gastou. Mas, reflectindo e olhando mais de perto, virá a reconhecer que a primeira interpretação é inadmissivel, porque o auctor das Decadas diz que já «*achou*» alli «aquelle Principe dos Poetas de seu tempo». De onde resulta que com «*aquelle inverno*» entende exclusivamente a estação

[1] Já tratei dos dois Silveiras no Commentario ás Redondilhas, desfazendo o engano de Braga. V. *Sämmtliche Gedichte*, I, p. 367 e seg.

[2] *Lusiadas*, I, 42—II, 28.

o auctor d'este livro. Palavras de *censura*, sim, embora poucas, nas oitavas a D. Constantino, As qualidades, enaltecidas pelos apaniguados que lucravam com a sua liberalidade de fidalgo, eram consideradas como vaidades loucas de um perdulario maniroto e immoral, por todos quantos não grangeavam para si nenhum dos biscatos com que Barreto costumava regalar os seus sequazes.—Cfr. § 318.

* Storck põe pontos de interrogação e de exclamação n'esta passagem. O leitor já sabe porquê. Persuadido de que o relatorio de Couto falla verdade, não discute o nome da náu em que o Poeta tornou ao reino, aceitando a *Santa Clara* e regeitando a *Fé*. O certo é que Pedro Barreto veiu *na mesma armada*, mas não *na mesma náu*, porque embarcou na capitaina *Chagas* de Lourenço Vaz Pegado. O nome *Fé*, mas sem o epitheto *Santa*, reapparece nas armadas de 1571, 1574 e 1576.

tempestuosa de 1569 que o obrigou, a elle, Couto, e aos restantes amigos, mas não ao Poeta, a permanecer em Moçambique.

2.º) Luis de Camões era então «*tão pobre que comia de* **amigos**». Portanto já encontrára *amigos*, que o soccorriam, antes de chegar a armada de 1569. Mas quem eram esses amigos? Evidentemente os empregados melhor collocados: o capitão, o feitor, o provedor, isto é, os fidalgos designados para darem mesa aos soldados. E o capitão era Pedro Barreto!

3.º) Porque é que o Poeta, pobre e cheio de saudades, ficou tanto tempo na insalubre e adusta praia, de ares tão corruptos e aguas pestiferas? Por que motivo não embarcou em 1568 (fevereiro ou março) para o reino, ou (em julho-agosto) novamente para Gôa? Esta ultima viagem, a que alludiu Mariz,[1] não lhe podia convir de modo algum, visto o fim e objecto dos seus sonhos e anhelos ser a patria. Mas a primeira viagem, a continuação do regresso a Lisboa, devia, incontestavelmente, ser a fagueira esperança que o sustentava; e se não a realizou mais cedo, foi porque não pôde. É possivel que a armada do reino não refrescasse em 1568 em Moçambique; ou que, antes da sua chegada, o Poeta fosse á terra firme em qualquer pangaio, a buscar ouro ou marfim em Sena, Sofala, Quiloa ou Mombaça; ou emfim que, doente de febre, se visse incapaz de emprehender a viagem, mesmo tendo meios para se fornecer de roupas e mantimentos e para pagar a passagem.

E esta ultima hypothese é a mais provavel.

A fabula do «resgate» não tem pés nem cabeça, examinada com algum rigor. Em primeiro logar: duzentos cruzados eram o importe da viagem **completa** da India ao reino, e não o custo dos trinta ou quarenta dias da jornada relativamente pequena de Gôa a Moçambique. Admittindo que aquella somma fosse realmente emprestada, e o Poeta devedor de Pedro Barreto, que vantagem havia em detê-lo ou prendê-lo? A um governador ou capitão incumbia o dever de sustentar os seus homens de guerra e mar. E um avaro não encarcera um mendigo, nem mesmo com a ideia de lhe metter mais tarde em conta as despesas dos viveres fornecidos. Semelhante calculo seria nimiamente parvo e ridiculo!*

---

[1] V. § 347.

* Exactamente por não saberem explicar o procedimento do supposto inimigo do Poeta é que os biographos, em geral, o invectivam com os mais feios epithetos do vocabulario vernaculo, tratando-o de perfido, ardiloso, malevolo, vil, miseravel, infame, barbaro, mascate disfarçado em heroe, baneáne, Judas, etc., jurando que illudiu e seduziu o cantor dos *Lusiadas* com promessas, «nas quaes se occultava a mais negra insidia que de memoria de homem se ha concebido» e aventando até que toda a turbamulta dos vingativos adversarios do Poeta, o ti-

E dado o caso que Pedro Barreto maltratasse o Poeta, de 1567 a 1569, qual o motivo que levou o veracissimo septuagenario Diogo do Couto[1] a não desmascarar em 1614 a maldade de um homem fallecido quasi meio seculo antes, e o martyrio do seu venerado amigo, morto desde 1580? Um discreto silencio já não era necessario, porque Mariz tornára publico, um anno antes, o supposto acontecimento.

Tudo isto me leva a ter Mariz na conta de fabulista, e a acreditar na sinceridade e boa fé do historiador Couto.

§ **353.**—Em novembro de 1569 fizeram-se á vela as náus que tinham invernado em Moçambique, sem esperarem pela vinda do ex-governador Francisco Barreto. Deixemo-las vogar nas ondas do Oceano e, adeantando-nos, vejamos em que estado se achava o reino e a sua capital!

El-rei D. João III já outorgára ás ordens sagradas e classes ecclesiasticas uma influencia muito sensivel nos negocios seculares. Depois da sua morte (1557), os poderes da principal ordem do reino, os Jesuitas, estenderam-se cada vez mais (apesar da resistencia que lhes oppôz a rainha-viuva, tutora e regente do pequenino D. Sebastião, o qual contava apenas quatro annos), absorvendo pouco a pouco toda a gerencia dos negocios do estado, administração e politica (1557 a 1562). O tio-avô do monarcha, o cardeal-infante e inquisidor-mór D. Henrique, que escolhera para seu confessor um socio da Companhia, o padre Leão Henriques, transformára-se, de ha muito, de inimigo declarado, que fôra, um fidelissimo adepto dos Jesuitas,[2] concedendo-lhes uma amplissima area de acção, quando empunhou as redeas do governo em 1562, favorecendo-os depois sem cessar até o dia em que entregou o sceptro ao joven rei. A primeira prova publica e transcendente da sua affeição á Companhia, dada por D. Henrique, fôra a escolha de um mestre para D. Sebastião. A rainha D. Catharina propunha e protegia socios de outras ordens, o eminente Dominicano frei Luis de Granada, e o eremita Agostiniano Frei Luis de Montoja, muito embora tivesse tambem em sua casa como conselheiro espiritual um socio da Companhia, o padre Miguel de Torres.[3]

---

[1] Veja-se a *Vida* de Couto, escripta por Severim de Faria.

[2] Cfr. § 127.

[3] Posteriormente (1568-1569), a rainha D. Catharina exonerou-o do seu cargo, elegendo o prègador frei Francisco de Bobadilha.

nham induzido a tirar a sua victima de Gôa para conduzi-la a Moçambique, onde não só o abandonaria á penuria, mas ainda lhe faria tragar toda a sorte de humilhações! A phantasiosa logica dos poetas é ás vezes assim!

Outros, e entre elles o venerando e muito honrado fidalgo D. Aleixo de Meneses, que D. João III destinára para aio de seu neto, optaram por um leigo capaz e digno de tão alta e ponderosa funcção.[1] Mas os votos de D. Henrique pesaram mais na balança. O padre Luis Gonçalves da Camara foi escolhido para mestre e confessor.[2] E pouco depois de o joven D. Sebastião empunhar o sceptro (1568), o irmão do mestre, Martim Gonçalves da Camara, subiu ao posto de confiança de escrivão da puridade.[3] O predominio não circumscripto da Companhia suscitou queixas e murmurios de todo o povo, entre cortesãos e populares.[4] Estranhava-se a perfeita harmonia que reinava entre os tres padres confessores (Luis Gonçalves da Camara, Miguel de Torres e Leão Henriques) e a desunião e discordia dos tres principes (D. Sebastião, D. Catharina e D. Henrique). Inculpavam os padres de tudo quanto se fazia em detrimento do povo. Attribuiam-lhes em geral a indecisão e fraqueza com que se dirigia a barca do estado e em especial a reducção do valor da moeda, decretada pouco antes da Paschoa de 1568 (14 de abril), assim como a repugnancia de D. Sebastião em contrahir matrimonio, conforme a nação desejava.[5] Não é este o logar para examinarmos até que ponto estas accusações eram justificadas. Só diremos duas palavras. Em primeiro logar que a quebra da moeda de cobre, reduzida a um terço, era uma medida cruel, mas inevitavel:[6] os Inglêses faziam na sua patria, em praças e ruas publicas, moedas pessimas, de cunho português, introduzindo depois secretamente estas peças falsas entre barris de farinha e pipas de pregos, levando em troca de Portugal todo o ouro e prata de lei. A gente rica e remediada, percebendo cedo o plano do governo, pagou a tempo as suas contas, satisfazendo a todos os compromissos, segundo a taxa velha; mas os pobres da cidade e das aldeias viram-se roubados em dois terços dos seus haveres. Todas as transacções pararam immediatamente,

[1] Segundo Juromenha, I, p. 103, «*um clerigo fidalgo*».

[2] O padre Luis morreu em 1575. Pouco depois, seu irmão Martim Gonçalves foi demittido e substituido por Pedro de Alcaçova Carneiro, que tentou, mas em vão, procrastinar e impedir a guerra africana.

[3] Um outro irmão (?) dos dois, Ruy Gonçalves da Camara, casára com D. Joanna de Gusmão (segunda filha do protector de Camões, o conde vice-rei, e portanto irmã de Guiomar de Blasfet).— V. Couto, VII, 10, 17.

[4] Caracteriza bem o sentir dos entendidos a carta, notavel de liberdade e franqueza, que o bispo de Silves D. Jeronymo Osorio dirigiu ao jesuita Luis Gonçalves da Camara.

[5] Schäfer, III, p. 365 e seg.

[6] V. *Epitome*, p. 306, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 302 e seg.*

* Ahi ha extractos de um manuscripto contemporaneo explorado pelo dr. Ribeiro Guimarães no *Summario de Varia Historia*, I, p. 160.

á espera que houvesse prompta emenda no mandado. Mas ao sabbado, vespera da Paschoa, veio de Almeirim, onde el-rei estava, nova ordem: «que cumprissem sem remissão o que se decretára». O pasmo, a revolta, o reboliço era tal que muitos se enforcaram, e não poucos endoideceram.[1]

Em segundo logar, a antipathia fanatica de D. Sebastião contra qualquer casamento provinha, realmente, em parte pelo menos, da sua educação religiosa.[2] *Um peito fiel*, casto *e forte*, ou por outra, *castidade*, *audacia e fé*[3] era o trio de virtudes que o adolescente successor do throno português, afilhado do martyr S. Sebastião, implorava sempre nas suas orações! Antes de casar, queria concluir qualquer obra santa: arrasar os baluartes de Constantinopla, anniquilando o turco; apoderar-se do califato egypcio; livrar o sepulchro santo; ou arrancar aos Mouros os fortes de Marrocos.[4]

E que dizia o poeta e patriota Camões ao fanatismo arrebatado do heroico mas hallucinado mancebo? Que desistisse das continuas montarias a cervos e veados; que escolhesse esposa legitima a fim de segurar um herdeiro á corôa; que não se regesse pelas inspirações dos ecclesiasticos.[5] Mas, do outro lado, aconselha tambem, obcecado como muitos dos seus coevos, e levado de um fanatismo febril, que se abalançasse á guerra de Africa e levantasse o braço forte contra o soberbo gladio mauritano,

> Ou fazendo que mais que a de Medusa
> a vista vossa tema o monte de Atlante,
> ou rompendo nos campos de Ampelusa
> os mouros de Marrocos e Trudante![6]

§ **354.**—Mal havia meio anno que D. Sebastião principiára a reinar, quando um horrivel flagello começou a desolar o paiz. No mez de junho de 1569 muitas pessoas cahiram doentes, com postemas e inchação; outras falleceram repentinamente, fulminadas na rua, no meio das fainas do seu officio

---

[1] Oliveira Martins, *Hist. Port.*, II, p. 46 e seg.; Juromenha, I, p. 100 e seg.; Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 302 e seg.

[2] A linha *manoelina* do tronco de Viseu extinguiu-se com D. Sebastião em 1578, ou com D. Henrique em 1580. D'estes dois, um era solteiro e o segundo padre.

[3] Oitavas, III, verso 6.—V. *Sämmtliche Gedichte*, III, p. 380.

[4] Dos projectos de casamento e das affeições de D. Sebastião trata Juromenha, I, p. 120 e 503. (Nota 67).

[5] *Lusiadas*, IX, 26-28.

[6] Ib., X, 156. Cfr. as Oitavas III: *Sobre a Setta que o Santo Padre mandou a El-Rey Dom Sebastião no anno do Senhor de* 1575.

ou a conversar com amigos. Um ruge-ruge começou a andar, medonho e assustador, que o andaço era *a peste*.

Havia trinta e nove annos que a epidemia não viera a Portugal.[1] Os novos, não a conhecendo de experiencia, riam-se e motejavam do pessimismo dos velhos. Mas estes não tinham esquecido os sinaes do terrivel mal e affirmavam que effectivamente havia ameaços de peste. O mal-estar e os rumores de mau agouro iam crescendo de dia para dia, de tal modo que el-rei mandou fazer ajuntamento dos physicos ainda em junho. Entre estes os modernos eram tambem incredulos e attribuiam a contagiosa doença á excepcional humidade do inverno anterior, mas os antigos e espertos declaravam que era peste e «refinada», aconselhando á côrte que fugisse e se acolhesse a outros ares,[2] porque já havia cada dia de 50 a 60 obitos, muito embora os vereadores se calassem guardando segredo, para a cidade não se despejar. O povo conservou-se indeterminado e receoso.

§ **355.**—O terror ia tomando proporções medonhas. Em principios de julho, espalhou-se na capital o vaticinio abusivo que no dia 13 a cidade se subverteria durante o entrelunio do mez, que começava n'um domingo.[3] O monte do Castello juntar-se-hia com o monte do Carmo e a Almada, atulhando a foz do Tejo, em cujas aguas ficaria submergida toda Lisboa! Amedrontada, a povoação desatou a fugir: no dia doze tudo emigrava, virando costas á capital que o juizo de Deus ia castigar. Ondas de gente se arremessavam pelas portas fóra, a pé, a cavallo, de carro, levando o fato e a familia nos hombros, em carretas e barcos, entre gritos, choros e desmaios. O panico era geral, o medo mais contagioso ainda do que a peste. Todos se apinhavam nas

---

[1] As ultimas grandes pestes que açoutaram o paiz haviam sido em 1527 (ou antes de 1527 a 1530) e em 1506.—Cfr. Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, I, p. 6.

[2] A casa real não se ausentou de Lisboa para Almeirim senão a 3 de agosto (Juromenha, I, p. 500).

[3] Indicam estas datas: Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 306 e seg.; Juromenha, I, p. 500, e Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, II, p. 47, baseados em varios relatorios contemporaneos (Cartas de Padres da Companhia de Jesus). A testemunha ocular, padre Antonio de Monserrate, falla só da data da lua nova (10 de julho), sem precisar o dia da catastrophe vaticinada. Julgo que descreveu os acontecimentos depois de occorridos, de memoria. Frei Diogo de Carvalho, em carta de 12 de julho, diz textualmente: «Entrou outro medo na gente dizendo que ámanhã, que é quarta feira d'este mez, se havia Lisboa de subverter». Como isto concorda com o dia marcado no Calendario Universal de Kesselmeyer, é esta a data que deve admittir-se como verdadeira, devendo emendar-se as indicações de Oliveira Martins.

ruas, esmagando-se, e golfavam por todas as partes. Para fóra! fóra da cidade! Ninguem perguntava porquê? para onde? nem como? Fugiam, porque viam fugir. Sete ou oito leguas ao redor de Lisboa, por campos, olivaes e hortas, tudo estava cheio de gente! Não havia agua potavel, nem todos iam providos de comestiveis bastantes. Mas que importavam sede e fome aos hallucinados, que esperavam pelo ultimo juizo!

Quando porém os montes de Lisboa se conservavam em pé no dia 14 de julho, inabalados, os pobres tornaram ás suas moradas, emquanto os ricos se ausentavam, fugindo da peste.

§ **356.**—Durante o estio não houve dia em que não morressem de 500 a 700 pessoas, victimas da epidemia.[1] Já não se podia cuidar de enterros em sagrado e funeraes dignos e regulares.[2] Os templos e os adros das egrejas, que serviam de cemiterio n'aquella era, estavam já repletos. Nas ruas, ao longo das casas jaziam em fileiras, e ás vezes em montões, corpos mortos, embrulhados em simples mortalhas de linho, á espera de que os levassem. Escasseavam os coveiros e conductores dos caixões. Foi preciso desencadearem então os forçados das galés e abrirem as cadeias, indultando-os, se quisessem levar os esquifes aos campos onde em fossos abertos iam sepultar de vinte a sessenta cadaveres juntos. Até o campo da forca foi todo lavrado de covas! Mas nem mesmo os condemnados e captivos bastavam para dar vasão a tantos mortos. Quem não tinha meios para os «peitar», havia de conservar em casa durante dias os seus defunctos, chegando muitos a enterrá-los de mão propria nos celleiros, pateos ou lojas da casa, ou nos umbraes da porta da rua. Casas inteiras estavam vazias e as ruas desertas. A herva crescia entre as lages dos caminhos. Corria-se durante horas a cidade sem topar

---

[1] Este numero de 500, 600, 700 é indicado n'um manuscripto de 1569 e confirmado em uma carta do padre da Companhia Antonio de Monserrate (Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 307 e 308). Outro Jesuita, Cypriano Soares, escrevia ao provincial Leão Henriques que estava em Coimbra, a 25 de agosto: «Morrem n'esta cidade todos os dias 200 pessoas, pouco mais ou menos, e quinta-feira passada nos morreram 300 e tantas (18 de agosto); e á minha parte e de meus companheiros tenho passante de 10:000 enfermos. Está esta cidade um deserto. Não se vê ninguem pelas ruas».

[2] Mesmo em tempos ordinarios, de saude regular, os enterros deixavam muito a desejar. A fidalguia e os burguêses ricos viviam folgada e luxuosamente nos seus bairros; mas os corpos mortos dos escravos eram deitados em monturos, entre as portas de Santa Catharina e Santos, onde ficavam como presa e alimento das matilhas de cães famintos que eram um perigo nas ruas de Lisboa! (Ficalho, p. 53). Cemiterios e Repousos não existiam em Portugal: as egrejas, e os seus adros e claustros, eram os unicos logares onde se enterrava.—(Cfr. Lichnowsky, p. 209 e Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, I, p. 108).

cinco pessoas vivas e sãs. E os que se encontravam, passavam a medo, sem fallar, receosos do contagio. Só se via os padres e religiosos, ajudando a bem morrer, e confessando, tratando e curando os doentes, com desvelado carinho. Distinguiam-se entre elles os Jesuitas pelo seu bom senso, actividade e animoso zelo.[1]

§ **357.**—A mortandade continuava em setembro. Só depois, em outubro, o numero dos casos de morte e de doença começou a diminuir. Perto do Natal, a capital já adquirira outro aspecto. Muitos dos fugidos voltavam. Cerraram as portas; estabeleceram-se guardas de homens principaes, a fim de impedir que das aldeias e villas circumvizinhas, que ainda ardiam em peste, entrassem doentes. O porto ficou fechado; a quarentena decretada.[2] Pouco a pouco tudo reentrou na ordem; os animos sossegaram; mas durante mezes os officiaes não tiveram que fazer; o mal da fome veio a affligir os sobreviventes contristados. Avalia-se o numero dos fallecidos de junho a outubro em 40 a 80 mil. Um quarto, ou mesmo metade, da povoação tinha succumbido ao flagello.[3]

§ **358.**—Já explicámos[4] como em 1569 a viagem da armada do reino fôra retardada em Moçambique, de improviso, pelo desastre da náu *Chagas*, que, ao sahir, deu em secco em uns baixos que ladeiam a ilha, precisando de ser soccorrida pelas restantes náus, que conseguiram pôl-a a nado, com muito trabalho, o que levou um dia. Apenas a *Santa Clara*, a cujo bordo ia Luis de Camões, em companhia dos seus amigos, e que sahira primeiro da barra, já

---

[1] Em especial os da Companhia de S. Roque, que accommodavam os seus proprios doentes religiosos nas casas e classes de Santo Antão, transformadas em enfermarias.— V. Juromenha, I, p. 500.

[2] A peste deu-se por acabada em agosto de 1570, segundo C. M. de Vasconcellos (em *Zeitschrift*, VIII, 9), que dá pormenores interessantes sobre S. Sebastião como advogado contra a peste. Mas a esquadra da India, que sahiu na primavera de 1571 de Lisboa (março-abril) *ainda* levava germens do mal. As cinco náus, de que se compunha, levavam 4:000 homens. A viagem era muito propicia, mas, ainda assim, morreu mais de metade, de «inchaços» e febres. A náu *Chagas*, por exemplo, em que ia o novo vice-rei D. Antonio de Noronha, levando em sua companhia Diogo do Couto, perdeu mais de 450 dos 900 homens seus. Couto (IX, 11) diz terminantemente que as náus «traziam algumas fezes d'aquella contagiosa peste, que deo no Reino de Portugal o anno atrás».

[3] Oliveira Martins falla de 40 mil; frei João da Silva, de 50; Juromenha, de 60; Linschoten, de 80.

[4] V. § 349.

ganhára tão consideravel avanço, levada da corrente, que não podia mudar de rumo, voltando para tras. Esta circumstancia fez com que chegasse rapidamente á ilha de Santa Helena. Ahi parou e aguardou durante vinte dias, sem descobrir uma unica das outras velas. Afinal o capitão resolveu seguir a sua derrota sem mais demora. A *Santa Clara* desaferrou novamente, velejando para Lisboa.

Couto relata:[1] «*Chegamos a Cascaes em abril, e ahi surgimos, por estar a cidade de peste. E tinha el Rey alli regimento que, chegando as náos, surgissem fóra, e lhe mandassem um criado seu com cartas para saber novas da India. A que acudio Fernão Peres de Andrade e D. Francisco de Menezes, o Surdo... e pelo regimento que tinha d'El Rey me desembarcaram com as cartas para lhe ir dar novas. Em Almeirim o esperei, aonde veio ter, d'ahi a dous dias. E de mim soube tudo o que quis. E por os fysicos assentarem, estaria a cidade fóra do mal grande que teve, mandou El Rey que entrassem as náos dentro. Vinham os matalotes e camaradas Heitor da Silveira, o Drago, Fernão Gomes da Grã e eu.*[2] *E o dia que vimos a roca de Cintra falleceu Heitor da Silveira,*[3] *por vir já muito mal. E as* [*outras*] *náos chegaram em fim de maio, ou já em junho. Por onde se verá que em uma jornada de seis mil leguas como esta, um dia mais ou menos leva tanta vantagem como se viu nestas naos (foi mais de mez e meio)*».

§ **359**.—A triste sorte do amigo, o qual, depois de longos annos de existencia, morreu com os olhos no torrão patrio, sem o poder pisar, não mereceu uma unica palavra ao saudoso historiador. Torno a perguntar: porquê?[4]

Talvez porque Diogo do Couto escreveu os trechos allegados, na sua velhice, quarenta annos depois do lastimoso successo.—E ainda porque a Decada oitava, juntamente com a nona, lhe foi furtada em 1614 durante uma doença que o tinha prostrado. Recompôs as duas, resumindo-as de modo a tratar sómente dos factos mais salientes em um só volume,[5] distribuindo a

---

[1] Decada VIII, cap. 28.

[2] Não nomeia a Luis de Camões. Porquê?—V. § 359.

[3] Um Nobiliario manuscripto dos Silveiras mostra que houve suspeitas de veneno. (Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 571).

[4] Heitor da Silveira sobreviveu á (2.ª) esposa, de quem não tivera geração. Um filho do primeiro matrimonio morreu menino.—Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 571.

[5] Na carta a Felipe I, que serve de prologo á Decada VIII, diz: «resumi as cousas mais notaveis e substanciaes».

materia em capitulos, e não, com chronologia mais exacta, em livros, como fizera sempre até então.[1]

É esta circumstancia que deve levar-nos a desculpar tambem a demasiada parcimonia com que memora o que se passou com o seu amigo e matalote Luis de Camões em Moçambique, durante a viagem e no desembarque.

§ 360.— Couto não marca o dia em que a náu *Santa Clara* aferrou em Cascaes. Diz apenas, vagamente, e de memoria, que foi *em abril*. Podemos inferir comtudo, com assaz segurança, que foi em principios do mez, visto a prospera viagem ter levado apenas quatro a cinco mezes: e tambem do facto de as outras náus, em atraso de mais de mez e meio, terem entrado no porto de Lisboa na primeira quinzena de junho ou na ultima de maio. Houve comtudo quem fixasse a data com exactidão em *sete de abril*, na segunda sexta-feira depois da Paschoa.[2]

Camões partira em 26 de março de 1553, domingo de Ramos. Gastara portanto, longe da estremecida patria, dezasete annos ou melhor 6:216 dias. Annos de perigos e contrastes, penuria e doenças, naufragios e feridas, reveses e magoas, tristezas e saudades, abandono e desespero! Só uma natureza de força excepcional, um corpo robusto, um caracter ferreo, uma alma bem temperada e vigorosa, tendo sempre em mira um fim altissimo, o de escrever o seu nome, coberto de sempiterna gloria e de louros immarcessiveis, nos annaes do seu querido Portugal, o habilitaram a resistir aos duros golpes da sua implacavel sorte. O que o adolescente planeara, pudera o homem emfim consegui-lo. Contava depôr no altar da patria o hymno entoado nos dez cantos altisonantes da epopeia nacional. Haviam custado suor, sangue e lagrimas! Mas fôram tambem o seu unico companheiro e consolador, durante milhares de leguas, até aos extremos do Oriente. De Lisboa á ponta austral da Africa; de Moçambique a Gôa; na guerra do Chembe; no cruzeiro do Ras-

---

[1] V. *Vida de Diogo do Couto*, por Severim de Faria.

[2] Figueiredo Falcão, no *Indice de toda a Fazenda*, citado por Theophilo Braga na *Hist. Cam.*, I, p. 299. *

* Cfr. § 347 e 349, onde já se fixaram as datas officiaes lançadas nos livros da matricula. Segundo ellas, o atraso seria apenas de *dezoito dias*, isto é, demasiadamente pequeno para motivar a observação de Couto. Mesmo mettendo em conta os 20 dias gastos inutilmente, pela náu *Santa Clara* na Ilha de Santa Helena, chega-se a uma differença de 38 dias, de sorte que ficamos perplexos e a duvidar quem dos dois diria a verdade. Impossivel decidi-lo. Ambos erraram bastantes vezes; ora é Couto, ora Falcão quem falla com mais precisão e conhecimento de causa. A questão, de resto, só tem importancia para quem continuar a admittir, como Mariz, Severim e Leoni, que o Camões veio na *Fé*.

ef-Fil; na praça de Ormus; na Aurea Chersoneso; na ilha vulcanica de Banda; em Macáu; na foz do Mecom, e novamente em Malacca; na expedição de Tiracolle; através do Oceano Atlantico até a bacia azulada do patrio Tejo!

Nos dias de espera em Cascaes, o poeta volveria os olhares aos tempos idos, repensando os amargos annos do desterro, tão repassados de soffrimento, e perscrutando tambem, com mirada firme, o seu porvir e o da patria enluctada. E depois, aportaria no solo sagrado da terra-mãe, commovido, mas ledo de orgulho, porque apertava contra o peito a messe da sua vida:

o thesouro do Luso!

XXIII

ULTIMOS ANNOS DE CAMÕES

XXIII

ULTIMOS ANNOS DE CAMÕES

§ **361.**—A capital ainda estava, na primavera de 1570, sob as impressões desoladoras da temporada angustiosa por que passára. A peste podia recrudescer.[1] Tantas familias de lucto, chorando a morte de entes queridos; paralysados todos os negocios; os viveres poucos e carissimos. O governo e o municipio, o clero e as ordens religiosas, em summa todas as auctoridades esforçavam-se em combater as funestas consequencias da grande peste, reanimando os espiritos, promovendo o trabalho, e reprimindo a soltura dos costumes que todas as grandes catastrophes na vida das nações costumam desenvolver.

A fim de sossegar os animos, os vereadores da cidade decretaram uma solemne procissão em acção de graças a Nossa Senhora da Saude para 20 de abril.[2] No domingo antecedente áquella quinta-feira, os prègadores de todas as freguesias exhortavam os seus parochianos, do alto do pulpito, a tomarem parte no acto significativo de agradecimento. Na vespera todas as familias, cumprindo á risca os mandamentos do pregão publico, illuminaram as janellas dos seus predios, da banda do mar e da terra, com velas ou candeias acesas. Fogueiras ardiam e foguetes estalavam ruidosamente durante a noite inteira.

O esplendor da procissão vem descripto por testemunha ocular,[3] que

---

[1] Os medicos eram de opinião que na primavera o mal renovaria.

[2] Desde então é que se faz annualmente a procissão da Saude em Lisboa.—Cfr. Braga, ed. do Tricentenario, p. XL; e Oliveira Martins, *Camões*, p. 107.

[3] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 310.

gaba a sua extensão e grande magnificencia. Iam todas as ordens e toda a clerezia, confrarias e freguesias, levando em andores as principaes reliquias das egrejas e imagens dos seus santos, com mais figuras symbolicas e allegoricas. Houve danças e invenções. Devotos de todas as camadas sociaes e de todas as edades, repartidos em grupos, e precedidos de crucifixos, cirios e estandartes, atravessavam as ruas juncadas de verde, desfilando deante das casas ricamente adornadas com alcatifas. Abria o cortejo, n'uma sumptuosa charola a imagem de Nossa Senhora da Saude, seguida de outra com as reliquias mais veneradas dos templos da capital. Sahindo da Sé pela manhã, entrou na egreja de S. Domingos ás duas da tarde. Ahi houve tres prégações, uma do lado de fóra, no alpendre, outra dentro, antes da procissão chegar, e a ultima depois da chegada. A multidão dos devotos ouviu ahi ao reverendo frei João da Silva a predica sobre a peste e tudo o que succedera no tempo do mal, em desgraças e em milagrosas salvações. Ardendo em gratidão e estremecendo de horror é que souberam mais uma vez que em cada cova jaziam mais de cincoenta defunctos, passando de 50 mil as victimas da peste.

§ 362.—É quasi certo que o nosso Poeta já estava dentro da cidade e pertencia á multidão dos fieis que iam no cortejo. Elle tambem tinha que agradecer ao céo. Chegado a salvamento á Zião dos seus sonhos, que nunca mais esperara revêr em realidade; livre de tantos infortunios, tantos perigos, como não havia de sentir o seu coração profundamente emocionado? Faria e Sousa[1] refere que o Poeta recemchegado escreveu uma carta a um amigo no Porto, desafogando o alvoroço com que tornara a vêr a patria, e custandolhe a crêr que tivesse conseguido tal ventura! Pouco importa que a carta, hoje perdida, e nunca vista a não ser por Faria e Sousa,[2] fosse escripta, ou não; a festiva commoção do Poeta era, sem duvida alguma, grande e expansiva. Mas não faltavam no calix de doce elexir, gottas bem amargas. Tudo havia mu-

[1] *Vida*, II, § 25. *

[2] A respeito de Cartas de Camões, releia-se o que Juromenha escreveu no vol. I, a p. XIII. É singular que Faria e Sousa não cite o nome do amigo, cuja residencia conhecia.

* «Y en la ciudad del Porto se conserva (1645) una carta suya a un amigo en que le dava cuenta de su llegada, con tanto alboroço que le dezia no acabava de creer que avia conseguido el hallarse en su patria». Modernamente a lenda cresceu! Ha quem conte que o desconhecido amigo guardou a carta com respeitoso culto «ricamente moldurada». V. Juromenha, I, p. 96. Se existisse, adivinharia que, destinada a Francisco de Sá e Menezes, ella foi parar mais tarde ás mãos do seu descendente, o Conde de Penaguião, possuidor da Comedia *Seleuco*.

dado: D. Catherina de Ataide, a bem-amada,[1] D. Antonio de Noronha, o estremecido amigo e discipulo, e tantos camaradas e protectores da sua juventude, já não existiam! E a solemne procissão primaveril relembrava-lhe outro dia parecido: aquellas festas do Corpo de Deos, em que a sua irada e leviana mão ferira, dezasete annos antes, o golpe fatal, que o separou da patria e da amada!

§ **363.**—Sabemos que o Poeta partira pobre para Gôa, e que voltou mais pobre ainda. Onde encontraria um asylo? Como ganhar o pão de cada dia? A quem dirigir-se, na firme confiança de encontrar auxilio e soccorro? A madrasta já residiria então no bairro da Mouraria? ou entraria ella mais tarde na capital, depois de vendidos os seus bens em Coimbra, a fim de passar os ultimos annos junto do filho repatriado?[2] Quem vivia ainda da familia dos Condes de Linhares? Onde parava o auctor do *Palmeirim*, Francisco de Moraes?[3] Que era feito de D. Francisca de Aragão, a formosa amiga, celebrada enthusiasticamente pelo Poeta, e a quem D. Manoel de Portugal dedicara alma e coração durante tantos annos?[4] Casada desde 1556 com o segundo filho de S. Francisco de Borja, D. João de Borja, (o qual, como Vedor da Fazenda na côrte castelhana e Embaixador na Allemanha, costumava residir fóra do reino)[5] a antiga dama da Rainha talvez não voltasse mais a Lisboa, onde ficara apenas a lembrança da sua vista soberana e peregrina formosura: testa de neve, olhos azues e cabellos de ouro. Vivia já no bairro da Mouraria o ecclesiastico Manoel Corrêa, futuro parocho de S. Sebastião?[6] Como e quando travou re-

---

[1] É possivel que o soneto: «*Debaixo d'esta pedra sepultada*» fosse escripto á beira do tumulo que o peregrino visitou, sem duvida alguma. *

[2] Veja-se o § 19 d'esta *Vida*.

[3] V. § 114 e seg.

[4] Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 82.

[5] Cfr. *Fontes*, § 1, Nota 3 e § 202 d'esta *Vida*.—Braga, *Hist. Cam.*, p. 79 e seg.* *

[6] V. *Fontes*, § 7.

---

* É quasi certo que o Poeta fez a piedosa romaria aos sepulchros dos seus queridos, no dia dos fieis defunctos, ou em outro de memoria especial.—Temos um soneto ao jazigo de D. João III (em Belem), copiado no § 206, e outro a D. João de Castro (em Bemfica).

** Nos seus tempos palacianos o Camões glossara em redondilhas uma linha indicada por D. Francisco de Aragão: «*Mas porém a que cuidados*».

Dois manuscriptos pretendem que tambem uma das Odes camonianas lhe fôra consagrada. É a que principia: «*Pode um desejo immenso*». A rubrica explicativa acha-se em um manuscripto appenso á edição das rimas de 1595, guardada na Bibliotheca Nacional de Lisboa, e no Cancioneiro Juromenha, a fl. 28. (V. *Zeitschrift*, VIII, p. 441 e 17). Mas apesar d'esta dupla attribuição fica duvidoso se a Ode falla effectivamente a D. Francisca, como eu penso, ou a D. Catherina, como Storck suppõe. (Vol. III, p. 341-344).

lações com a distincta familia dos Silvas, em que o cargo de Regedor das Justiças era e ficou sendo hereditario durante seculos?[1] Visitou o ex-soldado da India o antigo vice-rei D. Constantino de Bragança, que o tratara na India com summa benevolencia?[2] Procuraria vêr a familia de D. Francisco Coutinho, conde do Redondo, que o favorecera tão extraordinariamente em Gôa? Iria cumprimentar a D. Guiomar de Blasfé, sua filha, e esposa de D. Simão de Meneses, cujas graças cantára?[3] ou a irmã mais velha, D. Joanna de Gusmão, casada com Ruy Gonçalves da Camara?[4] Deixaria de visitar a familia dos Silveiras, os parentes de D. Gonçalo e D. Alvaro, seus amigos, e em especial o terceiro dos irmãos, D. Simão (morto em 1575 ou 1574), tentando grangear o seu affecto?[5] Transmittiria as ultimas palavras de Heitor da Silveira á viuva enluctada, chegando a conhecer n'esta occasião o poeta André Falcão de Resende, cunhado do fallecido?[6] Como é que adquiriu a protecção do duque de Aveiro, D. João de Lencastre?[7] do marquês de Cascaes, D. Antonio[8] e do senhor D. Manoel de Portugal?[9] Seria vivo ainda o afamado medico Luis de Lemos?[10] Teve relações com Emanuel Barata, o insigne calligrapho, que fôra um dos mestres do principe D. João?[11] E com Estacio de Faria, o avô materno de Faria e Sousa?[12] Com Pedro de Magalhães Gandavo, o historiador das terras de Santa Cruz?[13] Já teria o costume de entrar no convento de S. Domingos,[14] a conversar com os doutos padres da Congregação, e em espe-

---

[1] *Vida*, § 360.
[2] Ib., § 125 e 310 e seg.
[3] Ib., § 320.
[4] Ib., p. 666, Nota 3.
[5] Ib., § 113 e 306 e seg.
[6] Ib., § 73, e C. M. de Vasconcellos, *Palmeirim*, p. 35.
[7] V. § 113.
[8] Ib., id.
[9] Fontes, § 1, Nota 3; e *Vida*, § 368 e seg.
[10] Veja-se o trecho final da Carta I em prosa, da India, e o § 74 d'esta *Vida*.
[11] O Poeta compôs para Manoel Barata o soneto: «*Ditosa a pena, ditosa a mão que a guia*», impresso juntamente com a «*Arte de escrita*» do calligrapho. (Lisboa, 1572). *
[12] Parece que o Poeta se lhe dirige no soneto: «*Agora toma a espada, agora a penna*».
[13] Temos uma prova das relações de Camões com Gandavo, na Elegia a D. Leonis Pereira, de que tratamos no § 383.
[14] V. *Fontes*, § 7, e no Commentario de Corrêa, a nota pertencente á estancia 71 do canto IX dos *Lusiadas*. Ahi se relata que o Camões emendara aquelles versos por conselho dos Religiosos de S. Domingos «*com que tinha grande familiaridade*».

* Cfr. «*Circulo Camoniano*», I, p. 341-348, e Th. Braga, «*Sentimento Nacional*», p. 113.

cial com Bartholomeu Ferreira,[1] o revedôr e censor official do Santo Officio, homem de juizo recto[2] e grande saber, e dono de uma boa bibliotheca? Qual foi o ensejo que o levou a cantar o vice-rei da India, D. Luis de Ataide?[3]

§ **364.**—Mas para quê tanta pergunta? dirá o leitor.

Os nomes citados constituem a lista das pessoas, com as quaes o Poeta teve relações mais ou menos intimas durante os ultimos dez annos da sua vida. Sendo todas ellas distinctas por nascimento, pelos altos postos que occupavam, ou pela sua capacidade scientifica e artistica, fica assente que não se encontrou isolado na sociedade lisbonense. Tinha conhecidos, amigos e fautores; podia conversar sobre assumptos que o interessavam; consultar homens entendidos; sollicitar apoio e soccorro em casos de necessidade. Ignoramos os pormenores d'estas relações de amizade, nem sabemos quam estreitos eram esses laços: só um ou outro dos personagens citados reapparecerá nos paragraphos seguintes. Mas era do nosso dever mostrar, que, muito embora o cantor dos *Lusiadas* continuasse a ser pobre, não estava desamparado, nem foi hostilizado.

§ **365.**—Ensinado á custa de experiencias proprias e alheias, Luis de Camões quis ser o advogado da sua causa. Eram dois os objectos da sua ambição. O que desejava conseguir era: um posto civil, em premio dos serviços prestados no ultramar como homem de guerra do seu rei, e prompta licença para publicar o seu Epos. É natural que requeresse ambas as cousas na mesma petição, ou, pelo menos, que entregasse as duas petições simultaneamente. Para dar fundamento e base á primeira, juntou todas as suas certidões e todos os seus papeis, sem esquecer a licença passada na matricula de Gôa, nem omittir a declaração expressa, de como estava valido e prestes a continuar na vida activa, tendo ainda

para servir-vos braço ás armas feito,
para cantar-vos mente ás musas dada.[4]

---

[1] Cfr. § 365 e 372.

[2] As provas do seu gosto, e bom senso, ficam invalidadas pelo facto de ter contribuido para a publicação da ominosa edição dos *Lusiadas* de 1584, acto de fraqueza senil e de pusillanimidade.—Cfr. p. 692, texto, e Nota 4.

[3] D. Luis de Ataide, conde de Atouguia, governou a India por duas vezes: de 10 de setembro de 1568 a 6 de setembro de 1571, e de 20 de agosto de 1579 até á sua morte, occorrida a 3 de março de 1580. O soneto: «*Que vençais no Oriente tantos Reis*», escripto provavelmente em 1579 (e não em 1577), parece-me ser obra de Simão da Veiga, a quem alguns manuscriptos o attribuem.—V. *Sämmtliche Gedichte*, vol. II, p. 381 e seg.

[4] Quem duvidar leia o alvará régio no § 377 d'esta *Vida*.

Com o intuito de alcançar o rapido andamento do segundo e ponderosissimo negocio, o Poeta remetteu em esmerada copia, a epopeia nacional completa, rematada ultimamente com as doze grandiloquas estancias finaes,[2] rogando-o dignasse aceitar a dedicatoria, concedendo licença para a impressão, e garantindo a propriedade da sua obra ao humilde auctor. Um alvará de privilegio, emanado da chancellaria régia, que consentia na publicação dos *Lusiadas*, significava muito, sem duvida alguma. Mas ainda assim, a egide real não era sufficiente: ainda não conduzia ao ultimo resultado. Todos os manuscriptos destinados á publicidade tinham de ser submettidos ao voto e á censura da Santa e geral Inquisição, e só depois de ella outorgar o seu «*Imprimatur*» é que uma obra podia entrar no prelo. O Camões já conhecia os tramites legaes: já aprendera, na occasião em que na India um velho amigo, o doutor Garcia da Orta, pretendeu publicar os seus «*Colloquios*», quaes os passos a dar, e qual a circumspecção e cautela necessarias. O grande physico e botanico, que combatia franca e decididamente algumas opiniões de Santo Agostinho e Santo Isidoro de Sevilha, achara bom e util declarar que submettia humildemente a sua opinião sobre os pontos litigiosos á superior intelligencia da Santa Madre Egreja de Roma, certamente, por entender que tal submissão era justa, mas tambem porque sabia ser prudente tratar com respeito a mesa de revisão do Santo Officio de Gôa.[2]

Desejando fervorosamente vêr, não prohibido ou amputado, mas approvado plenamente e sem delongas o seu poema, a obra da sua vida, o cantor dos *Lusiadas* procurou conhecer de perto e predispôr a seu favor os membros da mesa, e em especial o padre dominicano frei Bartholomeu Ferreira,[3] o mais erudito e distincto dos qualificadores de livros. Impossivel era que um homem de reconhecida erudição, e entendido em poesia,[4] se mostrasse reservado, severo, ou soberbo para com o maior vate lusitano, celebrado ainda como douto humanista, grande viajante, valente guerreiro, integro caracter, il-

---

[1] *Lusiadas*, x, estancias 145-156.

[2] O conde de Ficalho, no cap. xii do seu «*Garcia da Orta*», dá interessantes pormenores ácerca da censura.—O medo dos Poetas, que aborreciam profundamente os Indices expurgatorios e não queriam submetter os seus versos ao exame, era grande, mas justificado. Os primeiros «Indices de livros prohibidos», confeccionados por commissões, nomeadas pelo Cardeal-Infante e Inquisidor-mór, são dos annos 1564, 1581 e 1624.—Cfr. Braga, *Curso*, p. 251, *B. Ribeiro*, p. 203 e seg., e *Povo Port.*, ii, p. 459 e seg.

[3] Cfr p. 692, Notas 2 e 4.

[4] Braga, *Hist. Cam.*, i, p. 317 e seg.— Leoni, p. 157, que odeia profundamente o «execrando tribunal» e os jesuitas, trata o padre-censor de «fanatico e estulto de boa marca», sem razão sufficiente, mas não sem todo e qualquer motivo.— Cfr. p. 692, Nota 4.

lustre por seus infortunios como forte e estoico enteado da fortuna! O Poeta explicaria em repetidos colloquios ao grave mas culto ecclesiastico, o plano e a construcção da sua epopeia, detalhando as suas intenções e o seu sentir. Finalmente entregar-lhe-hia um exemplar manuscripto para exame prévio amigavel, em harmonia com o desejo emittido por frei Bartholomeu. Quem, ouvindo o eloqüente summario, deixaria de accentuar um tal desejo?

§ **366.**—Entretanto, ou talvez um pouco anteriormente, no meado de verão de 1570, o Camões escreveu uma petição em verso,[1] a favor de uma anonyma mas desgraçada peccadora, de motu proprio e não *em nome* d'ella, implorando, em vez da completa remissão, a commutação da pena que incorrera, e isto de um modo tão pessoal e commovido, que quasi somos obrigados a suppôr entre a sua familia e a do Poeta laços de amizade ou de parentesco, então geralmente conhecidos. Resulta ainda do teor da supplica que o Poeta se achava, nos primeiros mezes após o regresso da India, em circumstancias precarias.

O que se pode inferir é o seguinte. A peste e a fome, arruinando innumeras familias, haviam rebaixado medonhamente o nivel da moralidade: o vicio aninhara-se em muitas casas outr'ora honestas. Uma mulher moça e nobre, de boa ou mesmo illustre familia, mas empobrecida, D. Catherina X. X., orphã de pae e mãe, vivendo longe do marido que estava na India a batalhar com mouros, e desprotegida tambem de parentes capazes, commetteu um crime que na velha Judea era punido com lapidação[2] e em Portugal com degredo para o Brasil.[3] Á espera da sentença condemnatoria, a peccadora jaz no Limoeiro. O Poeta (não sabemos porquê, mas supponhamos que a pobre e mesquinha implorara lacrymosa o seu auxilio) resolve interceder a favor d'ella para com o Regedor, e envia, talvez por mão de um intermediario de alta cathegoria, ao presidente do supremo tribunal, D. Lourenço da Silva,[4] uma pe-

---

[1] «Petição feita ao Regedor de huma nobre moça presa no Limoeiro da cidade de Lisboa, por se dizer que fizera adulterio a seu marido, que era na India: *Esprito valeroso cujo estado*».—V. Storck, III, p. 388 e seg.

[2] Evang. de S. João, VIII, 3.

[3] Schäfer, V, p. 130 e seg., e Faria e Sousa, *Rimas varias*, I e II, p. 275[b].

[4] Quem estabeleceu historicamente o nome do Regedor e as datas da sua vida, foi C. M. de Vasconcellos (*Zeitschrift*, VIII, p. 10 e seg.), rectificando e ampliando as notas sobre a familia dos Silvas que o visconde de Juromenha (fallecido em maio de 1887) me proporcionára em carta particular e que aproveitei no Commentario ás Obras do Poeta, I, p. 381 e III, p. 390. Segundo as noticias de D. Carolina, Lourenço da Silva occupou

tição poetica, redigida em dezoito Oitavas, singelas mas expressivas. Isto aconteceu antes de ter alcançado licença para a impressão dos *Lusiadas*, visto o indigente Poeta andar á procura de um ganha-pão digno e honesto.

> Não vos seja pesado o atrever-me
> a querer emprender sujeito alheio,
> porque fizeram lagrimas mover-me,
> vir ante vós ousado e sem receio.
> E se por tal quiserdes conhecer-me,
> servindo-vos de mim, por algum meio,
> o nome, o braço, a musa e quanto posso
> ha já muito, Senhor, que tudo é vosso.
> Quem vos isto offerece, dirá quanto
> desejo, muito ha ja, ser-vos aceito,
> porque com vosso zelo e favor santo
> faça meu rude verso[1] algum proveito;
> que cobrindo-me vós com vosso manto,
> a eu ser nobre tendo algum respeito,
> sei que posso ganhar o que não tenho,
> pois me não faltam forças nem engenho.[2]

Fica e ficará ignoto se a dupla petição surtiu effeito, se D. Catherina foi indultada e o Poeta occupado pelo Regedor. Sabemos apenas que D. Lourenço da Silva não foi o Mecenas generoso, que apresentou a D. Sebastião o poema, louvando e encarecendo os altos pensamentos do vate lusitano. A Ode de enthusiastico agradecimento, pela qual o Poeta pagou a benevola intervenção, não é dirigida a D. Lourenço da Silva, mas antes a outro illustre fidalgo.[3]

§ 367.—Dias e semanas passaram em inquieto desalento. O Poeta consumia-se, á espera do merecido galardão ao seu engenho de poeta e ao lidar honroso do soldado na India. Afinal lá veio um alvará régio que trazia, ainda não o posto civil, mas, pelo menos, o privilegio para a impressão dos *Lusiadas*.

---

o cargo de Regedor de 1560 (ou 68) a 1578. Um tiro de mosquete matou o bravo cavalleiro no dia funesto de Alcacer-Quebir.

[1] O rude verso é, como sempre, o poema dos *Lusiadas*.

[2] Versos 9-24.

[3] Sobre D. Manoel de Portugal, veja-se o § 368.

Passado a 24 de setembro de 1571,[1] este documento que o Poeta leu, certamente, com singular estremecimento no coração, dizia:

«Eu El Rey faço saber a quantos este Alvará virem que eu ey por bem, e me praz dar licença a Luis de Camões[2] para que possa fazer impremir nesta cidade de Lisboa hũa obra em outava rima chamada *os Lusiadas*, que contem dez cantos perfeitos, na qual, por ordem poetica, em versos se declarão os principaes feitos dos Portuguezes nas partes da India depois que se descobrio a navegação para ellas por mandado d'El Rey D. Manoel, meu visavo (que santa gloria aja).[3] E isto com prevelegio, pera que em tempo de dez annos que se começarão do dia que se a dita obra acabar de emprimir em diante, se não possa emprimir nem vender em meus reinos e senhorios nem trazer a elles de fora, nem levar das ditas partes da India pera se vender sem licença do dito Luis de Camões, ou da pessoa que pera isso seu poder tiver, sob pena de, quem o contrario fizer, pagar cincoenta cruzados e perder os volumes que impremir ou vender, a metade para o dito Luis de Camões, e a outra metade pera quem os acusar. E antes de se a dita obra vender lhe será

---

[1] V. Juromenha, I, p. 168, Documento *D*, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 315. Ahi se lê a data XXIII de setembro. Brito-Aranha, I, p. 24 imprime: «a vinte & quatro dias do mes de setembro». E esta data é, sem duvida alguma, a verdadeira, porque o dia 23 cahiu n'um domingo. Em outro logar Juromenha falla, erroneamente, de 4 de setembro (I, 103).

[2] Falta, em este alvará, a designação «cavalleiro fidalgo», que competia a Camões, e vem no alvará posterior de 28 de julho de 1572. É pouco provavel que faltasse tambem no requerimento e nos papeis do Poeta. Onde faltava era no frontispicio do manuscripto remettido a D. Sebastião; d'ahi o lapso passou para o alvará que, depois de assignado pelo monarcha, não admittia emendas.

[3] Esta falsa e acanhada comprehensão dos *Lusiadas* prevaleceu durante muito tempo. Segundo Costa e Silva (Ensaio, III, p. 235-236), o primeiro a comprehender que o verdadeiro heroe do Epos era a nação *lusitana*, foi Rochefort, o traductor francês de Homero, que enunciou (não sei quando) a ideia: «*que um espirito tão ardente como o de Camões não podia deixar de produzir um novo genero de Epopeia*». Mas, a meu vêr, já muito antes, durante a vida do Poeta, o censor frei Bartholomeu Ferreira (1572) reconhecera a significação do termo «Lusiadas». (Cfr. § 372, nota 2). Em harmonia com Rochefort, o allemão Bouterwek proclamou (p. 54) tambem que o «*Camões abriu com arrojo uma senda nova á poesia epica*. O plano fundamental e a composição do poema erão cousa desconhecida até então. O que o cantor dos *Lusiadas* pretendeu fazer, foi cantar não os feitos de um certo e determinado individuo heroico, como Vasco da Gama, mas exalçar as façanhas e as acções de todos os grandes homens da sua patria, com genuino sentir de poeta. O titulo do epos já denuncia esta ideia». O seu predecesser Dieze não soubera distinguir este caracter dos *Lusiadas*.

posto o preço[1] na mesa do despacho dos meus desembargadores do paço, o qual se declarará e porá impresso na primeira folha da dita obra pera ser a todos notorio. E antes de se imprimir será vista e examinada na meza do conselho geral do santo officio da Inquisição pera com sua licença se auer de imprimir. E se o dito Luis de Camões tiver acrescentados mais alguns cantos,[2] tambem se imprimirão avendo pera isso licença do santo officio como acima he dito...»[3]

§ 368.—É o proprio Poeta quem nos communica em uma das suas Odes[4] o nome do generoso Mecenas, que apresentou a epopeia ao monarcha português. O *Senhor Dom Manoel de Portugal*, entre a aristocracia portuguêsa do seculo XVI um dos mais brilhantes espiritos, era respeitado por todos os poetas, seus contemporaneos. O fundador da nova escola italiana, chamara-o, cerca de 1550:

> Senhor Dom Manoel de Portugal;
> *lume dos paços, das musas mimoso*
> que, certo, vos darão fama immortal...[5]

E o Camões, exalçando os seus meritos como restaurador da poesia palaciana, com algum exagero, aliás bem explicavel, levado pela sua sincera e profunda gratidão, exclama:[6]

---

[1] O preço em que foram taxados os *Lusiadas* não vem determinado em nenhuma das Bibliographias camonianas que conheço.*

[2] Cfr. § 227.

[3] Juromenha, I, p. 168, Documento *D*, e Brito-Aranha, I, p. 24.

[4] Ode VII: «*A quem darão do Pindo as moradoras*».

[5] *Sá de Miranda*, ed. C. M. de Vasconcellos, p. 475, n.º 150, v. 4.

[6] Camões sabia, sem duvida alguma, tão bem como nós o sabemos, que o verdadeiro renovador da poetica lusitana, o introductor do hendecasyllabo italiano, fôra Francisco de Sá de Miranda, e que a importancia de D. Manoel só consistia em ter seguido, como primeiro adepto do innovador, o caminho por elle traçado, empenhando todos os seus esforços para fomentar a nova escola. Mas o Camões teve em pouca conta aquella «*eschola*» fundada por Miranda, e os que sahiram d'ella, pagaram-lhe na mesma moeda.—Cfr. Juromenha, I, p. 23 e 491 (Nota 25), e em especial C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. 757 e 856.

---

* V. *Segunda Parte.*

A quem farão os hymnos, odes, cantos
em Thebas Amphion,
em Lesbos Arion
senão a vós, por quem restituida
se vê da poesia já perdida
a honra e gloria igual,
Senhor Dom Manoel de Portugal?
Imitando os espritos já passados,
gentis, altos, reaes,
aura benigna daes
a meu tão baixo quão zeloso engenho.
Por Mecenas a vós celebro e tenho,
e sacro o nome vosso
farei, se alguma cousa em verso posso.
O rudo canto meu,[1] *que resuscita*
as honras sepultadas
e as palmas já passadas
dos bellicosos nossos Lusitanos[2]
para thesouro dos futuros annos,
comvosco se defende
da lei lethea, á qual tudo se rende.[3]

369.—Este Senhor D. Manoel descendia de uma familia illustrissima, visto a casa *Portugal* ser uma vergontea do ramo dos *Braganças*, que descendem, pela linha feminina, do tronco dos reis de Leon, e pela linha masculina dos reis de Portugal. Filho terceiro do celeberrimo poeta palaciano D. Francisco, primeiro Conde do Vimioso[4] e de D. Joanna de Vilhena,—a altiva prima do venturoso rei D. Manoel,—nascera perto de 1520, em Evora. Dotado de talento poetico, começou cedo a escrever versos amorosos, quasi sempre em castelhano, conforme o costume da côrte, desde a época em que princêsas hespanholas, trazendo numeroso e brilhante sequito, occuparam o throno de Portugal, como D. Isabel, D. Maria e D. Leonor, esposas successivas d'el-rei D. Manoel, D. Catharina, consorciada com D. João III, e D. Joanna, que não chegou a ser rainha, porque o malfadado principe, seu marido, falleceu prematuramente. Muitas d'estas poesias parecem perdidas; outras sub-

---

[1] *O rudo canto* designa ainda aqui os *Lusiadas*.

[2] Estes versos mostram com evidencia, qual o objectivo e plano que o Poeta traçára e executou com plena consciencia do que fazia.

[3] Versos 15-35.

[4] Este D. Francisco morreu em Evora, a 8 de dezembro de 1549, segundo C. M. de Vasconcellos (*Zeitschrift,* VII, p. 95).

sistem ineditas; ainda outras andam nas Lyricas de Camões, para onde passaram,[1] com intenção,[2] ou sem ella.

D. Manoel venerava, fiel e fervoroso, a formosa amiga de Camões, D. Francisca de Aragão, a sobrinha e herdeira do governador Francisco Barreto; e a ella dedicou os seus submissos e melancholicos versos, melancholicos porque não achou graça deante dos olhos azues da distincta dama da rainha. Depois de ella casar, em 1556, o desilludido trovador não mais escreveu versos amorosos, mas só mystico-asceticos, que preenchem um grosso volume, impresso em 1605 (em Lisboa). Mas mesmo assim, casou tambem, e até duas vezes. Primeiro com D. Maria de Menêses,[3] e em segundo matrimonio com D. Margarida de Mendonça Corte-Real, irmã do epico Jeronymo Corte-Real, o auctor do «*Segundo cerco de Diu*». O juvenil principe D. João, apaixonado pela poesia e protector dos vates de seu tempo, favorecia o illustre fidalgo, que tinha entrada franca aos seus aposentos; e o filho posthumo, D. Sebastião, não desdizendo da affeição paterna, mandara-o a Castella como embaixador (1576–1577). Depois da perda da autonomia nacional em 1580,[4] D. Manoel,

---

[1] Estevam Lopes, na edição de 1598, publicou como obra de Camões o soneto: «*A perfeição, a graça, o doce geito*», encontrado por Faria e Sousa n um manuscripto em nome de D. Manoel, e que no Cancioneiro Luis Franco apparece (a fl. 240) entre os «*Cantos, Tercetos, Sonetos, Eglogas e Odas de dom Ml. Portugal a dona Francisca d'Aragão*».*

[2] Faria e Sousa admittiu nas *Rimas varias* de Camões as redondilhas: «*Ai de mim! que muero*»; «*Nasce a estrella*» e os sonetos seguintes:

1). «*Ayuda-me, señora, a hacer venganza*»
2). «*Dulces engaños de mis ojos tristes*»
3). «*Oh claras aguas deste blando rio*»
4). «*Quanto tiempo ha que lloro un triste dia*»
5). « *Si el fuego que me enciende consumido*» * *

[3] Sobre a filiação d'esta dama veja-se C. M. de Vasconcellos. (*Zeitschrift*, VII, p. 507-508).

[4] Alexandre Lobo (p. 171) assevera que D. Manoel combateu ao lado del-rei em Al-

* Outro manuscripto modernamente adquirido pelo distincto bibliophilo A. Fernandes Thomaz, indica como auctor o medico e colleccionador de versos: Estevam Rodrigues de Castro.

* * No manuscripto Fernandes Thomaz, a que ainda agora alludi, vêm mais dois sonetos, em nome de D. Manoel, que o visconde de Juromenha recolheu no Cancioneiro Luis Franco, muito mal tratados, onde, de resto, estão *sem* nome de auctor, a fl. 49 v. e 50, entre uma serie de «sonetos a varias cousas», de que uma parte *póde* ser camoniana:

1). «*Queimado sejas tu e teus enganos*»
2). *Já tempo foi que meus olhos traziam*».

embora não se opposesse ao «Usurpador» castelhano com tanta audacia como seu sobrinho D. Francisco, terceiro conde de Vimioso,[1] que, espada em punho, quis impedir que as Côrtes de Setubal reconhecessem o «*estrangeiro*», retirou-se, hostil ás pretensões de Castella, mal contente e acabrunhado, e sempre suspeito a Felipe II,[2] que o fez padecer muitas injustiças e hostilidades, assim como a toda a casa dos Vimiosos.[3] Morreu sem vêr a «*restauração*» a 26 de fevereiro de 1606, muito velho.

Honra á memoria do sincero e nobre patriota! Seria indigno menosprezá-lo, como fez Faria e Sousa, o adulador apaniguado dos Felipes, que proclama não o conhecer senão pela Ode de Camões, mas que explorou as suas Obras, intencionalmente, saqueando-as a favor do seu Poeta![4]

§ **370.**—Faria e Sousa deixou em aberto a questão se a Ode foi composta em 1573, depois da publicação dos *Lusiadas*, ou antes da partida para a India em 1552, inclinando-se, comtudo, a aceitar a segunda hypothese, patrocinada tambem por Adamson, como a mais provavel. Sem sombra de razão! A obra immortal do Virgilio portuguès estava, sem duvida alguma, prompta, quando o Camões se approximou do seu illustre amigo, cujos intimos segredos conhecera em tempos, e cujas obras poeticas corriam manuscriptas de mão em mão, nos circulos palacianos, estimadas e applaudidas, dedicando-lhe palavras cheias de sincero reconhecimento, mas tambem de justo orgulho, e promettendo fazer com que o nome do amigo fosse ainda mais exalçado nas asas da fama:

---

cacer-Quebir, ficando captivo; mas não é assim. O D. Manoel de Portugal em que julgou reconhecer o Poeta, foi um sobrinho d'este, filho de D. Affonso, 2.º Conde de Vimioso. Ambos, pae e filho, assistiram, de facto, ao desastroso combate, e nunca mais voltaram ao reino, segundo C. M. de Vasconcellos (*Zeitschrift*, VII, p. 95).

[1] Já em tempo de D. Henrique, D. Manoel de Portugal não era bem visto de Felipe II, que o considerava rebelde. Não foi admittido ás Côrtes, apesar de representar a capital. (V. Schäfer, III, p. 416).

[2] O terceiro, e não o segundo (como V. Hardung affirmou, illudido, no Cancioneiro d'Evora, p. 12).—Cfr. Juromenha, I, p. 125 e 505 (Nota 69).—D. Francisco pelejou com animo esforçado, mas sem resultado, a favor da independencia de Portugal, na batalha naval de S. Miguel, recebendo feridas, de que falleceu em julho de 1582, dias depois da batalha.—V. Schäfer, IV, p. 387.

[3] Na Historia da litteratura hespanhola de Ticknor-Julius (II, p. 144) accusam-no sem razão de falta de patriotismo e de lisongear o inimigo. Poetou em castelhano, isso sim; mas pensava e sentia como um verdadeiro lusitano.

[4] Confira-se: Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 75-96; C. M. de Vasconcellos, *Sá de Miranda*, p. 757 e seg.; e *Sämmtl. Ged.*, I, p. 395; II, p. 385 e 411' III, p. 343-344.

Na vossa arvore, ornada de honra e gloria,
achou tronco excellente
a tenra e florecente
hera minha, 'té qui de baixa estima,
na qual para trepar se encosta e arrima.
E n'ella a subireis
tão alto quanto os ramos estendeis.[1]

Resta, portanto, decidir unicamente: se o Camões escreveu a Ode logo depois de alcançado o alvará de privilegio que consentia na impressão do volume (24 de setembro de 1571), ou depois de vêr realizado completamente o seu sonho, e impressos os *Lusiadas* (antes do dia 12 de março de 1572)? O sentimento levantado, de nobre e *ledo orgulho*, que resoa da Ode, parece affiançar que a obra da sua vida, o thesouro dos futuros annos, estava prompto, e erguido o monumento *aere perennius* em que insculpira o seu nome e a gloria de Portugal.[2]

Decido-me por isso pela data 1572, e como Juromenha, quero suppôr que a Ode, acompanhada de um exemplar dos *Lusiadas*, foi levada á casa do nobre Senhor, em tributo de gratidão da parte de Luis de Camões. E continuando a internar-me nos bosques de phantasiosas imaginações, avançarei que D. Manoel de Portugal recompensou liberalmente o nosso Poeta.

§ **371.**— O romantico Almeida-Garrett foi, que eu saiba, o primeiro a fallar de uma entrevista do Camões com D. Sebastião, apresentando no seu drama epico-lyrico o nosso Poeta no acto de depôr entre as mãos do monarcha o seu poema.[3] É em Cintra. O soberano adolescente, sentado á fresca sombra da Penha-verde, ouve, cheio de enthusiasmo, o canto dos feitos heroicos de seus ascendentes e do seu povo, haurindo absorto as palavras dos labios trementes do Poeta, que recita. Servira de intermediario o inclyto aio d'el-rei, o estadista experimentado e fidalgo patriota Aleixo de Menêses.[4] Pena é que a poetica ficção se desfaça em fumo, logo que a fitemos mais de perto,

[1] Versos 36-42. *

[2] V. Storck, III, p. 345-346.— Segundo Juromenha (I, p. 447), o Conde do Vimioso, (ignoro, se o 2.º: D. Affonso, ou o 3.º: D. Francisco) fôra possuidor de um exemplar da edição de 1572, cheio de emendas da propria mão de Camões. Talvez rectificações dos erros de imprensa?

[3] Camões, canto VI e seguintes.

[4] Confira-se o § 353.

* A redacção d'estes versos é reconstrucção minha, baseada nas variantes do manuscripto Juromenha (V. *Zeitschrift*, VIII, p. 17). No texto allemão eu substituiria *sollt steigen Ihr* por *erhebt Ihr mich*.

lembrando-nos de que D. Aleixo já fallecera, em 1569, antes do regresso de Camões da India, ferido no amago do coração amargurado, ao vêr como todos os seus conselhos eram menosprezados, e o joven monarcha ia levado por influencias perniciosas que o descaminhavam systematicamente.[1]

Os modernos biographos ainda assim não abandonaram a ideia da audiencia no paço: nem Juromenha,[2] nem tampouco Theophilo Braga.[3] Mas pouco ou nada ha que abone tal conjectura. Já em tempos de D. João III a vida da Côrte se modificara essencialmente, e o neto era quasi inaccessivel, propenso apenas a caçadas e exercicios corporaes, como escola preparatoria para pelejas e guerras. Dos numerosos chronistas que D. Sebastião teve, nem um só menciona semelhante facto. Egual silencio guarda a Ode a D. Manoel de Portugal, e outra poesia, dirigida pelo proprio Camões directamente a seu rei e senhor.[4] Nos *Lusiadas* dissera, jactando-se com justa soberba:

> Mas eu que fallo? humilde, baixo e rudo,
> *de vós não conhecido nem sonhado*?
> Da bocca dos pequenos sei comtudo
> que o louvor sahe ás vezes acabado.
> Nem me falta na vida honesto estudo,
> com longa experiencia misturado,
> nem engenho que aqui vereis presente—
> cousas que juntas se acham raramente.[5]

Certo é que o soberano não attendeu estes desejos e acenos: e até bem possivel que nunca os lêsse![6]

§ 372.—É provavel que a mesa do Santo Officio não demorasse muito a sua censura, ou por outra, a sua «licença». Presumo, como já indiquei, que o padre-revedor conhecia de antemão a epopeia dos *Lusiadas*. De resto, todos desejavam satisfazer o desejo do soberano.

O attestado de frei Bartholomeu Ferreira não tem data, infelizmente. O teor d'elle é como segue:

«Vi por mandado da Santa e Geral Inquisição estes dez Cantos dos Lu-

[1] Schäfer, III, p. 370-371.

[2] Juromenha, I, p. 105.

[3] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 313.

[4] As oitavas III *á Setta que o Papa mandou a el-rei D. Sebastião.*

[5] *Lusiadas*, X, 154.

[6] Sabemos apenas que o monarcha costumava chamar um certo *Simão Gomes, sapateiro,* analphabeto e mentecapto, para com elle se entretêr e até mesmo para consultar aquelle propheta! V. Leoni, p. 72 e 158.

siadas de Luis de Camoens,[1] dos valerosos feitos em armas que Portuguezes fizeram em Asia e Europa,[2] e não achei nelles cousa alguma escandalosa, nem contraria á fé e bons costumes. Sómente me pareceo que era necessario advertir os lectores que o author, pera encarecer a difficuldade da navegação e entrada dos Portugueses na India, usa de uma ficção dos Deuses dos Gentios. E ainda que Santo Augustinho nas suas «*Retractações*» se rectracte de ter chamado nos livros que compóz «*De Ordine*» as Musas «Deoses», todavia, como isto he poesia e fingimento, e o autor como poeta não pretende mais que ornar o estilo poetico,[3] não tivemos por inconveniente ir esta fabula dos Deoses na obra, conhecendo-a por tal, e ficando sempre salva a verdade de nossa sancta fé, que todos os deoses dos gentios são «demonios». E por isso me pareceu o livro digno de se imprimir; e o author mostra nelle muito engenho e muita erudição nas sciencias humanas. Em fé do qual assiney aqui:

Frei Berthalomeu Ferreira».[4]

§ **373**.— Que objecções levantou o padre-censor contra os *Lusiadas?* Nem uma só! Que emendas obrigou então a fazer antes da impressão? Tambem nenhumas. Portanto a mesa do Santo Officio com os seus Inquisidores não ficou escandalizada com a invenção dos deuses gentilicos? De modo algum, visto tudo isso ser mera ficção, «poesia e fingimento», e o auctor, como Poeta não pretender mais que ornar o estylo poetico», conforme a deusa Tethys o proclamara alto e bom som ao padre-censor e a todo o mundo, no proprio poema onde diz:

---

[1] Outra vez sem indicação do competente titulo palaciano.— Cfr. p. 685, Nota 2.

[2] O censor reconheceu primeiramente a significação do titulo *Lusiadas* e o facto de as grandes empresas de Portugal formarem o assumpto da epopeia (v. p. 685, Nota 3), sem duvida alguma depois de ouvir o Poeta (v. § 365).

[3] Esta explicação provém da estancia 82 do canto x; mas ainda aqui foi, certamente, o auctor quem guiou o censor.

[4] Juromenha, I, p. 169, Documento *E*; e Brito-Aranha, I, p. 24-25. Parece quasi incrivel que o mesmo censor revisse tambem a edição mutilada de 1584 (Lisboa, Manoel de Lyra), licenciando-a com a seguinte certidão:

«Examinei, por mandado do ill.^{mo} e reverendo senhor arcebispo de Lisboa, Inquisidor geral d'estes reinos, os Lusiadas de Luis de Camões, annotados. E o livro, assim emendado(!) como está, não contém nada contra a fé e bons costumes e póde ser impresso. E o auctor mostrou nelle muito engenho e muita erudição Fr. Bertholameu Ferreira». (Brito-Aranha, I, p. 33). A ominosa edição dos *Piscos* passava portanto aos olhos do padre por melhorada! É preciso metter em conta que envelhecera de doze annos, ficando mais acanhado de juizo.

> ...... porque eu, Saturno e Jano,
> Jupiter, Juno, somos fabulosos;
> fingidos de mortal e cego engano,
> só para fazer versos deleitosos
> servimos...![1]

Mas não será indecoroso, irreverente ou «inconveniente ir esta fabula dos deuses na obra»? Como? indecoroso? conhecendo-a por tal todos os leitores, e ficando sempre salva a verdade de nossa sancta fé que todos os deuses dos gentios são meros «*demonios*»?

Uma unica cousa pareceu util ou antes necessaria ao padre-censor: advertir os leitores «que o auctor usa de uma *ficção* dos deuses dos gentios». Perfeitamente. Nada mais simples e claro! Singularmente complicada e até incomprehensivel é todavia a opinião dos criticos portuguêses, imaginando que o proprio Camões procedeu, em vista d'aquella clausula, a amputar, expurgar e modificar *post factum* o contexto do seu poema, intercalando a já citada estrophe, pela qual Tethys declara que é, como toda a côrte olympica de numes anthropomorphicos, simples ficção phantasiosa.

Consideremos um instante onde e quando a deusa se suicida, e aniquila os seus eguaes. Para precaver o confiado e pio leitor, salvaguardando-o contra malentendidos escandalosos e lesão da sua fé, seria necessario que o aviso viesse em uma das primeiras estrophes da epopeia! Mas não! a tardia admonição vem publicada no fim e cabo, só setenta e quatro estrophes antes do leitor fechar o volume, que o illudiu e desviou do recto caminho durante mil e vinte e oito estancias!

«Bem», responderão: «concordemos em que o Poeta collocou em mau sitio e muito tarde a interpretação elucidativa; mas fiquemos em que a ideou, a fim de cumprir com as ordens da sancta mesa, incumbida de prohibir e expurgar livros malfazejos». Não posso annuir, porque, cortada a alludida estrophe, ficaria estragado o conjuncto e dissolvido o intimo contacto em que está com os versos precedentes, e os immediatos. E se tentarmos riscar mais estas duas, cahimos de Scylla em Charybdis, e todo o systema ptolemaico, architectado tão artistica e scientificamente pela docta deusa, desmorona em um vasto montão de ruinas.

Mas se o padre-censor opinou que era necessaria uma declaração inequivoca que obstasse a erroneas interpretações, seria forçoso dá-la? Certamente. Mas quem a deu, foi o proprio censor, no cumprimento dos deveres do seu cargo, expondo aos leitores, no attestado de bons costumes, affixado

---

[1] *Lusiadas*, x, 82.

em logar bem visivel á testa da obra privilegiada, a maneira como haviam de entender o mechanismo polytheista da epopeia, tomando-o simplesmente em sentido poetico, como ficção.

Talvez admittam agora o meu modo de vêr, objectando, comtudo, ainda, que n'este caso a estrophe camoniana, com o seu incongruente assassinato, fica pelo menos superflua e desprimorosa. Não é, porém, assim. Muito pelo contrario! No systema ptolemaico, de contexto christão e orthodoxo, já não cabia logar ás entidades da mythologia pagã, que tinham formado até o fim, o principal maravilhoso da epopeia. N'aquelle passo o Poeta devia dar a chave do enigma ao leitor, e, poeticamente, fal-a entregar por uma representante das cohortes olympicas, que confessa, não serem ellas reaes e verdadeiras, mas antes vãs, phantasticas, mentidas e fabulosas!

O bisturi da logica corta aqui fundo nos bellos lavores da tela poetica.

Alexander von Humboldt[1] já disse, que o Poeta tentou *justificar* o dualismo mythico da sua obra n'aquellas estrophes (82 a 84) do Canto x. Mas as suas observações não foram sufficientemente attendidas pela critica.[2]

§ **374**.—Que rosario de perguntas e respostas? Que exame minucioso por causa de um facto tão pouco notavel? Sei que fui prolixo mas afigura-se-me de grande importancia decidir se a primeira edição dos *Lusiadas* contém a obra do Poeta, pura e legitima, tal como sahiu do cadinho intellectual, ou estropiada pela censura de qualquer potencia estranha.

O licenciado Manoel Corrêa, que fez o papel de creança ingenua mas estulta nos commentos com que acompanhou a epopeia nacional, impinge-nos uma anedocta (a que já alludi), em que segreda ao veneravel publico: que o Camões emendara umas linhas lascivas de uma estrophe dos *Lusiadas* por conselho dos santos religiosos de S. Domingos até ficarem «assim como estão impressas».[3] Bem desejava saber o que a erotica, mas eurhytmica e for-

---

[1] Kosmos, II, p. 122, Nota 88.

[2] Este dualismo entre o maravilhoso christão e o gentilico não feria nem escandalizava de modo algum no seculo XVI, em plena renascença da antiguidade greco-romana, os espiritos meio pagãos da parte culta da sociedade. Em Portugal, Gil Vicente, o creador do drama nacional, misturou, a cada passo, os exercitos celestiaes e infernaes com vultos descidos directamante do Olympo pagão.—E a litteratura coeva, de mãos dadas com a arte da pintura de todas as nações europeias, procedeu de modo identico.

[3] Leia-se o commento á estancia 71 do canto IX, e confira-se o que Alexandre Lobo (p. 209) escreveu a este respeito. Repito que não me é dado imaginar o que o excelso Poeta podia ter dito de «*peor*», na lição riscada, velada, ou mutilada pelos Dominicanos.

mosissima estrophe podia conter de mais sensual antes da emenda; e ainda quantos entre os venerandos padres assistiram ao respectivo conciliabulo e collaboraram na sua reforma. O bondoso parocho de S. Sebastião estava empenhado em que não houvesse nos *Lusiadas* especie alguma de «deshonestidade», e n'este empenho reconhece nas nymphas venustas da ilha de amores de que a alludida estrophe trata, varias *fontes e ribeiras* da ilha de Santa Helena, accrescentando que tal era o entender do proprio Poeta, «*como me consta que elle o dizia*». Devemos dar-lhe fé? Aceitaremos sem reparo a prosaica explicação litteral do parocho? Não! deixemos ao respeitavel ecclesiastico, que se jacta de ter sido amigo intimo de Camões, as suas desopilantes invençõesinhas! Não tomemos por verdade incontestavel estas e quejandas asseverações! Ou faça-o quem quiser, porque sobre gostos não ha que disputar! Mas pelo menos, parem aqui e não avancem mais e mais no falso caminho, procurando provar e demonstrar que houve outras emendas e omissões e modificações no texto primordial dos *Lusiadas*, tal como o Poeta o deu em 1572, por prompto e acabado! [1]

Antes do anno de 1639 todas as lucubrações no sentido indicado teriam sido gratuitas e infundadas. Mas n'aquelle anno começou, desgraçadamente, um novo periodo de critica (!?) para os *Lusiadas*. Foi então que Faria e Sousa sahiu a campo com um acervo consideravel de falsificações.

O caso é este. O fabulista-mór chocou no seu ninho um ovo oco: um manuscripto original e authentico dos *Lusiadas*, achado casualmente, um bello dia; ou antes dois manuscriptos. Um continha, como elle diz, [2] os primeiros seis cantos do Epos (sendo o ultimo incompleto), e dava-os na sua textura primordial, assim como o Poeta os composera antes de passar á India (1553). Uma nota final contava que se furtaram a Luis de Camões (!). O segundo, completo, escripto de mão e lettra de Manoel Correa Montenegro, era uma copia

---

[1] V. Juromenha, I, p. 110-111, e Th. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 314-317.*

[2] Faria e Sousa, *Vida* I, cap. XVI, p. 37-40.

* O visconde é de opinião que Bartholomeu Ferreira, no acto da revisão, não mutilou nem cortou, nem deturpou cousa alguma nos *Lusiadas*; mas dá como certo que o Poeta, previamente á publicação do seu poema, aceitara, muito espontaneamente, e vivendo em perfeita harmonia com elles, os conselhos de alguns frades de S. Domingos, que de resto se limitariam a «bagatellas necessarias», logares relativos a *amores* (como por exemplo, D. Fernando e á Rainha D. Leonor), assim como á significação da palavra *fado*, e á destruição da propria divindade, praticada por Thetys.

Theophilo Braga, pelo contrario, depois de aventar por um instante que Ferreira «amputára á sua vontade aquella maravilha da arte», restringe a sua asserção, dizendo que exigira apenas a omissão de algumas estancias e estropiára algum verso.

tirada em 1630, pouco mais ou menos;* e ambos continham variantes de peso: por junto umas setenta estrophes de accrescimo, parte d'ellas soltas, e parte coordenadas em feixes![1]

Os criticos e o publico deram fé e credito ás novas apregoadas por Faria e Sousa. E desde então para cá dá-se por assente o facto que a redacção definitiva do texto, (isto é, a expurgação ou amputação d'aquellas setenta estrophes) fôra façanha de um padre-censor, ou do convento de S. Domingos de Lisboa em globo, a fallarmos como Correa.

§ 375.—O amigo que deu ao grande epico conselhos tão incisivos, fosse quem fosse, era (não ha que negá-lo) um eminente conhecedor e finissimo critico da poesia heroica, em geral, e em especial um abalisado juiz e censor dos *Lusiadas*, mestre mais perspicaz, mais circumspecto e muito mais adestrado que o proprio auctor. E, se existisse, teriamos que lamentar profundamente que o Camões, com imperdoavel ingratidão e falta de amizade, não revelasse o nome do genial Mecenas. Que admiravel firmeza de mão! que lucidez de espirito, e que inaudita fortuna! Amputar n'uma obra, por outrem concebida e executada, duzias de verrugas e excrescencias inuteis; operar tantas empollas e apagar tantas maculas, (porque as setenta e tantas estrophes de Faria e Sousa[2] não merecem ser averbadas com outros nomes), sem que na epiderme lisa, unida e tersa do texto operado apparecesse uma unica costura visivel, não digo aos olhos desarmados do simples leigo, mas nem mesmo á lente dos officiaes qualificadores. O incomparavel critico reconheceu com acume, que merece o epitheto de infallivel, tudo quanto no poema era impertinente, improprio, excessivo, singular e superfluo; soube sanar todos os lapsos geographicos; riscou estrophes um tanto inconvenientes, que glorificavam bastardos famosos; enxotou do campo de batalha de Aljubarrota alguns soldados obscuros, entre portuguêses e castelhanos, cujos nomes ninguem conhecia, mandando-os para casa; abreviou a introducção ao episodio do Magriço; eliminou algumas divagações sobre a providencia, fatalidade e o acaso; fez desapparecer de um posto, onde estava perfeitamente perdido, ao Duque D. Jayme de Bragança; removeu ao mesmo tempo uma pedra de escandalo, riscando a

---

[1] Já expus detidamente o meu pensar sobre as «estancias despreзadas e omittidas», na traducção commentada dos *Lusiadas*.—*Sämmtliche Gedichte*, vol. v, p. 383, e seg.

[2] V. Fontes, § 6 e 7.

* Storck engana-se, como já se enganara no § 7 das Fontes. A unica data indicada por Faria e Sousa, a respeito do manuscripto de Montenegro, é o anno da dedicatoria: *Salamanca 16 de Agosto de* **1620** (e não **1630**).

palavra *catholico* que figurava só n'aquelle verso e em mais *nenhum* do Camões; deu a entender ao Poeta que as façanhas do vice-rei D. Luis de Ataide, commettidas em 1571, mas cantadas *de antemão* (!) nos *Lusiadas*, só chegariam aos seus ouvidos e aos do commum dos Portuguêses do Continente no verão de 1572, depois da impressão da Epopeia; demonstrou-lhe que o salto retrogrado de 1571 a 1511 e 1536, e o pulo da fortaleza de Chaul na Asia, aos cabos de Cantin e Aguer na Africa era um pouco arriscado; fez-lhe vêr que a caracteristica do genio português tinha um certo não sei que de pobre e remendado, parecendo quasi obra de um aprendiz, de penna pouco aparada; segredou que designando os Lusos com o termo «*gente no Elysio campo nada*», o Poeta dava a conhecer ao publico que vira e até approvara no Cancioneiro Luis Franco o titulo falsificado de «*Elusiadas*»;[1] e finalmente prophetizou que a perda da independencia de Portugal e a sua união com Castella só chegariam a realizar-se, definitivamente, depois da morte do Poeta, e que só então ganharia actualidade e opportunidade a questão sobre se Lisboa havia de ser ou não a capital de todas as Hespanhas!

E o Poeta, depois de escutar tão sabia dissertação e censuras tão acertadas, aceitou, modesto e grato, as propostas do amigo; e jubilaria sobremaneira (penso eu) ao reconhecer que todos estes cortes se podiam fazer limpa e lisamente, sem obrigá-lo a retoque algum; e mais ainda, que a sua obra até ficava mais perfeita, unida e harmonica sem todas aquellas estrophes inuteis que elle escrevera por mero descuido!

Talvez no fim da interessante scena, o padre-censor se levantasse (continuo eu a reconstitui-la, vaticinando que d'ahi a sessenta annos,[2] e quando já ninguem esperasse vêr um manuscripto dos *Lusiadas*, completo ou incompleto, um certo predestinado, Manoel de Faria e Sousa, viria a apresentar um de cada qualidade. Mas, accrescentaria o propheta, só poucos credulos lhe dariam fé!

Desculpem-me a ironia! Hercules tambem teve de introduzir um dia no enorme curral de Augias, a corrente do Alpheio, a fim de o desobstruir de lixo secular.

Julgo ter cumprida agora com a promessa outr'ora dada,[3] de dizer porque é que tenho em conta de grosseiras falsificações e fancaria litteraria as setenta estrophes[4] «omittidas» por Camões, ou riscadas pelos padres-censo-

---

[1] Fontes, § 6.
[2] A edição dos *Lusiadas* commentados por Faria e Sousa é de 1639 (Madrid).
[3] V. *Sämmtliche Gedichte*, v, p. 384-385.
[4] Seria repetir o que já disse. Traduzi-as todas, como o leitor sabe, para as conhecer a fundo, e commentei-as uma por uma.

res, mas novamente descobertas pelo phantasioso «trovador» Manoel de Faria e Sousa! Analysar aqui, fio por fio, aquelles remendos,[1] figura-se-me tarefa desnecessaria.

§ 376.—Todos os preliminares estavam cumpridos. Os *Lusiadas* podiam sahir á luz. Não sabemos quando o imprimidor lisbonense Antonio Gonçalves começou a compôr a obra, nem quando a concluiu. Ignoramos se o auctor reservou para si o direito de propriedade, outorgado por um decennio, ou se o vendeu ao livreiro. Estamos portanto sem saber se recebeu antecipadamente, por uma vez, de todos os exemplares tirados a sua quota parte do ganho, ou se pouco a pouco iria arrecadando a sua parcella de cada volume vendido. Só sabemos, porque a edição o demonstra *ad oculos*, que as provas foram lidas muito superficialmente, ou que o impressor fez pouquissimo caso das emendas do corrector, tal como acontecera em Gôa com os Colloquios de Garcia da Orta, porque os erros são copiosissimos.*

A obra é um in-quarto. Existem comtudo duas tiragens[2] diversas em certas particularidades do frontispicio, na altura e corte dos typos empregados, na orthographia,[3] em certas palavras e nos erros de composição. O titulo de ambos diz:

Os
LUSIADAS
DE LUIS DE CAMÕES
COM PRIVILEGIO REAL | IMPRESSOS EM LISBOA COM
LICENÇA DA | SANCTA INQUISIÇÃO & DO ORDINA | RIO:
EM CASA DE ANTONIO | GÕÇALUEZ IMPRESSOR |
1572

Á direita e á esquerda ha duas columnas sobre um plintho, ligadas em

---

[1] Ha, além de muitas velhas, uma novissima tentativa de salvar as estrophes, feita no *Circulo Camoniano* por João Teixeira Soares (I, p. 72). O auctor *prova* que algumas das estancias (sobre o Ataide e o Bragança) foram escriptas depois de 1572.—Plenamente approvado; mas o critico ficou a dever-nos a prova de que o *auctor* fora Camões!

[2] Conheço ambos os frontispicios pelo Album da Exposição Camoniana.

[3] Confira-se Juromenha, I, p. 483-519, onde se exarou a lista das *differenças orthographicas*.

* Os livros sahidos n'aquella era dos prelos portuguêses estão quasi sempre crivados de erros de imprensa. Não conheço nenhum que faça excepção. Todos os volumes impressos por A. Gonçalves deixam muito a desejar.

cima por um architrave ornamentado, no meio do qual se acha um ninho de pequeninos pelicanos, alimentados pela ave-mãe, com dois golfinhos, um de cada lado, que jorram agua, com as fauces viradas para o pelicano. A differença consiste em que uma das gravuras é mais alta, e de traço mais largo, mais rasgado e fino; de sombras deseguaes, ficando duas vezes á direita e em tres sitios á esquerda do leitor; as estrias vão ascendendo de baixo para cima, diminuindo da esquerda para a direita; e o pelicano vira a cabeça para o lado do coração.

A outra gravura é mais baixa, mais estreita e de traço mais grosseiro; mas as sombras estão bem collocadas, ficando sempre á direita do leitor; as cannelluras vão diminuindo da direita para a esquerda e o pelicano tem o bico virado para a sua propria direita.[1]

A meu vêr a edição que descrevi em primeiro logar é a mais antiga e legitima. Designei-a[2] e designá-la-hei com **E**. É esta que serviu de texto-modelo á minha versão, muito embora nunca me descuidasse de conferir as lições de ambas. Dou á segunda a marca **Ee**.[3] É ponto controverso se **Ee** pertence, ou não, ao mesmo anno de 1572; se o impressor foi o mesmo Antonio Gonçalves; se o Camões soube da nova edição, e tirou lucros d'ella? Julgo que será preciso responder negativamente a todas as tres. O publico que lia, era pequenissimo em Portugal. Os compradores rarissimos. A extracção da obra devia portanto ser vagarosa. Duas edições no mesmo anno seria caso unico e inadmissivel tambem, se considerarmos o tempo que então era preciso para a confecção material de qualquer livro.[4] Depois, **Ee** tem todos os ares de ser uma contrafacção fraudulenta de algum livreiro anonymo que desejava enganar o publico. O frontispicio de **E** foi copiado directamente de um exemplar impresso, e não de outro padrão, sem imagem negativa e sem medição exacta das proporções. E depois dos contornos desenhados, as sombras foram feitas todas do lado esquerdo, sem que o desenhador recorresse novamente ao modelo. D'ahi resultaram gravuras *positivas*, que são reflexos imperfeitos, espelhados, do original **E**. Tudo indica que o impressor trabalhava a furto. E as divergencias do texto confirmam o resultado.—N'este caso o Poeta e o impressor Antonio Gonçalves nada souberam da falsificação, ficando ambos prejudicados, a não ser que o Camões tivesse vendido todos os seus direitos ao editor. Aceite isto, é impossivel determinar em base segura quando

---

[1] Cfr. Album da Exposição Camoniana.

[2] Na traducção dos *Lusiadas* a p. 382.

[3] Ib.

[4] Cfr. Camillo Castello Branco, p. 67-68, e C. M. de Vasconcellos na *Zeitschrift*, VIII, p. 8.

foi que o caso se deu: é comtudo muito provavel que fosse em data proxima de 1582,[1] e já distante do anno de 1572.

§ 377.—Uma segunda-feira, a 28 de julho de 1572, ou dias depois, o Poeta recebeu da chancellaria régia um rescripto. Abrindo-o, viu que era um alvará de mercê. E leu:

«Eu elRey faço saber aos que este alvará virem que, havendo respeito ao serviço que Luis de Camões, cavalleiro fidalgo de minha casa, me tem feito nas partes da India por muitos annos, e aos que espero que ao diante me fará, e á informação que tenho de seu engenho e habilidade, e á suficiencia que mostrou no livro que fez das cousas da India,[2] hei por bem e me praz de lhe fazer mercê de quinze mil réis de tença em cada anno, por tempo de tres annos sómente, que começarão de doze dias do mes de março deste anno presente de 1572 em diante, que lhe fiz esta mercê, e lhe serão pagos no meu thesoureiro-mór, ou em quem seu cargo servir cada hum dos ditos tres annos, com certidão de Francisco de Siqueira, escrivão da matricola dos moradores de minha casa, de como elle Luis de Camões reside em minha côrte...»[3]

§ 378.—N'este documento el-rei diz que fez a mercê a 12 de março (quarta-feira). Mas o alvará tem a data de 23 de julho. Que significa esta tardança? Theophilo Braga pensa que a certidão ou licença da Inquisição foi passada na primeira das duas datas, depois de o poema estar quasi meio anno na revisão do Santo Officio; e que a segunda data marca o termo em que os *Lusiadas* sahiram do prelo, onde portanto teriam gemido quatro mezes e meio.[4] Não vejo bem as razões. O soberano, que no privilegio já enunciara o seu sentir, não tinha *nada* com a censura do Santo Officio. Ninguem se atreveria a incommodá-lo por tão pouco, apresentando-lhe aquelle documento, nem o censor, nem o Poeta, nem o amigo-protector que fizera entrega do manuscripto. Acho muito mais natural concluir que o premio foi outorgado só depois da publicação dos *Lusiadas*. O desejo do monarcha equivalia a uma ordem. Frei Bartholomeu apressou, sem duvida alguma, a revisão formal e official de uma obra que já conhecia, remettendo ao auctor em qualquer dia de outubro o seu manuscripto, o alvará régio e a censura ecclesiastica. Pouco

---

[1] O privilegio garantia ao Poeta a propriedade da sua obra até 1582.
[2] Cfr. p. 685, Nota 3.
[3] Juromenha, I, 169-170, Documento *F*.
[4] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 315 e 407-408. (*Anno* 1572).

depois começaria a impressão das 186 folhas numeradas, com mais duas innumeradas, isto é, de 376 paginas de quarto pequeno, de só 24 linhas cada uma, preenchendo o trabalho talvez os quatro mezes de inverno, de principios de novembro de 1571 a fins de fevereiro de 1572. No dia 12 de março é que o monarcha receberia das mãos de D. Manoel de Portugal o primeiro exemplar impresso da Epopeia nacional, respondendo immediatamente, que recompensaria o Poeta com uma tença annual de tantos mil réis durante um triennio, isto é, durante o periodo fixado para todos os cargos na India. E este recado seria transmittido verbalmente ao Poeta. As razões por que o monarcha tardou depois até 28 de julho a confirmar por escripto a doação são desconhecidas. Mas, «palavra de Rei não volta atras»; é claro que ao lançar no papel a outorga da mercê, o monarcha determinou que o agraciado começasse a vencer a sua tença desde o dia em que lhe fôra effectivamente dada, isto é, de 12 de março de 1572.

De passagem, e para não sahir da ordem chronologica, direi que Juromenha[1] e Braga[2] julgam composto n'este mesmo anno de 1572, e recitado publicamente deante da côrte, um Soneto[3] ao tumulo de D. João III (fallecido em 1557), no acto da transladação dos seus restos mortaes para o mosteiro dos Jeronymos de Belem. Não me é possivel decidir, se o facto é veridico, porque ignoro onde tinham ficado até então as cinzas do monarcha. O historiador que consultei sobre a sua morte diz que foi logo levado com pompa extraordinaria ao convento de Belem.[4]

§ 379.—Tenho de acompanhar com mais algumas observações este alvará. O monarcha outorga a tença, principalmente ao soldado, que lhe servira na India, durante um decennio pelo menos, desde a expedição contra o Chembe (novembro de 1553) até á jornada apparatosa de Tiracolle (novembro de 1562 a fevereiro de 1563). Dos serviços militares na Africa não se falla, n'este nem em nenhum outro documento.[5] Sem duvida alguma, porque

---

[1] Juromenha, I, p. 402.
[2] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 328.
[3] Cfr. § 206.
[4] Moraes, *Hist. Port.*, II, 309.*

* O chronista de D. João III, Francisco de Andrade, refere expressamente: «*Logo ao outro dia* (12 de junho de 1557), que foi sabado, vespera da S.ma Trindade e de S. Antonio, ás cinco horas da tarde foi levado polla sua capella, e pollos irmãos da misericordia de Lisboa ao moesteyro de Belem onde foy depositado aos pees da sepultura del Rey D. Manoel seu pay». —Na trasladação que houve em 1572 foi unicamente mudado do tumulo provisorio para o definitivo.

o biennio em Ceuta foi realmente, como já se disse,[1] uma pena imposta ao atrevido mancebo cortesão.

D. Sebastião espera novos serviços do agraciado: devemos concluir que o Poeta voltara com vigor e saude a Lisboa, e se conservara até 1572 no mesmo estado de força physica, não alquebrada. *Por informação* é que el-rei teve noticias do engenho e dos dotes de Camões: forçoso é inferir que *não* o conhecia pessoalmente, e, portanto, que o Poeta não fôra apresentado na côrte do joven soberano. Só em ultimo logar é que a carta régia menciona tambem a habilidade, nem sei se diga do *historiador*, se do *Poeta;* e na duvida direi a «sufficiencia» tanto do poeta como do douto conhecedor da historia patria. Mas ainda assim, que tristeza humilhante vêr antepostos os serviços corporaes do guerreiro aos ideaes do Virgilio lusitano, que immortalizara a patria! D. Sebastião não teria então interesse nem gosto pela poesia! ou haveremos de deitar aos seus ministros e conselheiros a culpa do teor tão laconico e tão singular do alvará? Nada d'isso. Uma e outra hypothese seriam gratuitas e infundadas, porque os *Lusiadas* representam a verdadeira causa e o unico motivo da outorga da tença, e os serviços que o monarcha espera e reclama para o futuro são: *um canto novo ou alguns cantos mais*, que celebrem as suas glorias individuaes, os feitos vindouros da proxima guerra africana! Muito pelo contrario, o facto era inaudito vêr um homem robusto e viril de 47 annos (pouco mais ou menos)—na côrte sómente poeta e folgazão inactivo, na India apenas soldado raso, funccionario infeliz no unico cargo que lhe haviam confiado generosamente, sendo por isso demittido antes de tempo, embora não chegasse a ser punido—digo que era inaudito vêr um tal *valdevinos* recompensado com uma tença de quinze mil réis annuaes, só por ter escripto umas 1:102 oitavas rimas![2]

§ 380.—Quinze mil réis annuaes! Vejamos o que era, áquelle tempo, a somma que deu margem a tantas exclamações indignadas contra a sovinaria dos reis de Portugal, e seus validos.

Pedro de Mariz, o primeiro auctor que se refere á graça régia, appellida-a depreciativamente uma *tensinha*[3] e uma miseria.* Severim de Faria[4] diz

[1] Cfr. § 199 e p. 550, Nota 2.

[2] É a somma das oitavas contidas nos dez cantos (sem as estancias omittidas).

[3] Mariz, p. 11.

[4] Severim, fl. 8v.

* É notavel que este particular era bem conhecido e com exacção. Mariz escreve: «...não acho que (D. Sebastião) lhe fezesse mayor mercê que quinze mil reis de tença e que estes havia de vencer residindo em corte e para isso se lhe havia de passar alvará cada tres annos».

que o Camões não teve galardão algum, «porque a mercê que lhe fez elRey D. Sebastião de uma *pequena tença*[1] é tal que em sua comparação justamente lhe podemos chamar nenhuma». Faria e Sousa[2] mostra-se mais asisado n'este particular, porque, reprehendendo a bacharelice do primeiro biographo, escreve da tença que «*muito embora não fosse grande, é preciso dizer que para aquelle tempo era consideravel*». Acho acertada esta opinião, depois de comparar alguns ordenados da época. O almirante-mór dos Mares Indicos, D. Vasco da Gama, recebia, pouco depois da descoberta do caminho para as Indias, 300:000 réis.[3] Uns quinze annos depois Fernão de Magalhães sahiu de Portugal com tenção de se nacionalizar em Castella, porque D. Manoel não lhe quisera augmentar o ordenado annual de 12:000 réis a 14:200![4] O Cardeal-Infante D. Henrique pagava (depois de 1545) ao vèdor das obras 6:000, ao copeiro-mór outro tanto, ao guarda-mór 13:000.[5] Os correctores da Imprensa da Universidade, em Coimbra, recebiam 12:000.[6] O celebre mathematico, cosmographo e professor da Universidade e mestre do Infante D. Luis (1544), Pedro Nunes, tinha um ordenado de 40:000;[7] D. Catherina d'Athaide, como dama do Paço, só 10:000.[8] Os quarteis trimestraes dos soldados da India variavam entre 2:700 (em 1583) e 2:400 (em 1505).[9] Portanto, o valor da moeda não tendo mudado sensivelmente no periodo de oitenta annos, tudo quanto se tem dito sobre a mesquinhez de D. Sebastião para com o cantor dos *Lusiadas* é ocioso; provém de ignorando a situação do paiz, terem desconhecido o valor da moeda e o preço dos viveres.[10]

Ao grande exercito dos funccionarios administrativos nos tribunaes e na

---

[1] Gomes de Amorim ainda hontem (I, p. 16 e seg.), fallou da «*pifia tença de* 41 *reis diarias*» ou por outra da «*regia migalha*».

[2] Faria e Sousa, *Vida*, II, § 30.

[3] Cfr. *Sämmtliche Gedichte*, V, p. 472.

[4] Ib., p. 488.

[5] Segundo Camillo Castello Branco, p. 63.

[6] Conforme Ramos-Coelho, no *Instituto*, XXXIII, p. 126 e seg.

[7] Schäfer, III, p. 76–77.

[8] Cfr. § 138 e 154, e Juromenha, I, p. 31.

[9] Cfr. *Vida*, § 18 *E* (com as notas correspondentes) e § 238.

[10] Cfr. Th. Braga, *Sá de Miranda*, p. 240 e 241.— Está claro que ainda assim outros receberam sommas bem differentes, durante o reinado de D. Sebastião. João de Barros, depois de demittir-se de todos os seus cargos, recebia ainda (1568–1570) mil cruzados, somma egual á com que Vasco da Gama fôra remunerado, além de muitos outros favores na importancia de quatro mil cruzados. Mas Barros era feitor-proprietario da casa da India, um dos postos mais lucrativos de todo o reino. Cfr. Clarimundo, I, p. LXIV e LXV, e Gomes de Amorim, I, p. 13, Nota 1 e seg.

côrte, a mercê outorgada ao Poeta pela liberalidade do monarcha, comparada com os ordenados que recebiam, devia parecer um verdadeiro excesso, um esbanjamento da fazenda nacional.[1] É d'este ponto de visto que devemos encarar a singular ordem e o agrupamento nos motivos allegados no alvará a fim de justificar a mercê concedida pelos serviços já prestados e os que o agraciado ainda poderia prestar. São tambem estas circumstancias que me levaram á conclusão que o monarcha nomeou no mesmo acto o ex-soldado da India para a vagatura na feitoria de Chaul. O alvará ao qual Felipe II se refere em 1585[2], perdeu-se ou, pelo menos, não appareceu até agora.[3]

§ 381.—Graças á mercê régia, Luis de Camões ficara, se não amplamente provido, em todo o caso remediado, ou pelo menos resguardado contra a miseria, até 12 de março de 1575. Muitos funccionarios viviam em Lisboa com mulher e filhos de egual verba, ou de menos ainda, sem serem desconsiderados, e sem occuparem logares inferiores. E o Poeta só tinha a tratar de si, ou talvez de mais uma pessoa, caso a madrasta vivesse com elle. Sem duvida alguma, possuia meios para pagar um pequeno salario de alguns reaes a um escravo que lhe servisse de moço. O famoso Antonio de Java tem, portanto, agora logar proprio na historia do Poeta. Escravos de todas as nações e paizes eram vulgarissimos na capital, constituindo quasi metade da população.[4]

Á tença annual accrescia ainda de vez em quando alguma receita extraordinaria, paga ora por fidalgos amigos, aos quaes offerecera versos,[5] ora por livreiros, que lhe tinham encommendado prologos ou dedicatorias a este ou aquell'outro volume.[6] A epopeia, ainda que não rendesse grossos cabedaes, havia produzido profunda sensação, grangeando ao Poeta a estima e os louvores de quantos a liam. Já dois annos depois do seu apparecimento, houve quem, gabando a linguagem nova, polida e opulenta dos *Lusiadas*, imprimiu que «*de sua forma o tempo nunca triumphará*», mas pelo contrario havia de

---

[1] V. Camillo Castello Branco, p. 63-65. Em 1557 o governador da casa do civel, 24 desembargadores, 6 alcaides, 100 empregados (e outros officiaes de justiça) recebiam por junto 1.664:200 réis de ordenado, o que dá o maximo de 12:000 e tanto por cabeça.

[2] Juromenha, I, p. 172, Documento *L.*

[3] *Vida*, § 341 e seg.

[4] Sobre o numero e a percentagem dos escravos na população de Lisboa, veja-se Ramalho Ortigão, p. LIV; Introd. § 62, Nota 1; e p. 484 e 586 d'este volume.

[5] Cfr. § 363.

[6] Cfr. § 363.

subsistir por ser intelligivel, copiosa e accommodada.[1] Conta-se que Felipe I lia e admirava a epopeia. Ao terceiro Conde do Vimioso, D. Francisco, attribue-se o dicto que o Camões nunca seria egualado por nenhum outro vate. Pedro de Alcaçova Carneiro, Conde de Idanha, notou um dia conhecer apenas um defeito ao poema: não ser tão curto que se podesse decorar de uma só vez, nem tão largo que nunca se chegasse ao fim. Pedro da Costa Perestrello, futuro secretario do Cardeal-Archiduque, D. Alberto de Austria, (Governador de Portugal, de 1583 a 1594) deixou de publicar os dezeseis cantos do seu «*Descobrimento de Vasco da Gama*».[2] Todos estes dictos e factos podem ser verdadeiros. Se, porém, Faria e Sousa refere, exagerando á sua maneira, que todo o mundo costumava parar, quando o velho da India passava, encostado ás suas muletas, arrastando-se até ao Collegio de S. Domingos para ouvir prelecções de theologia moral, ou que os passeantes estacionavam na rua, e fitando-o até desapparecer á vista,[3] não estou disposto a dar-lhe fé, deixando isso aos credulos.

No estrangeiro o Camões achou rapidamente admiradores. No anno da sua morte (1580) duas traducções appareceram no paiz visinho: uma em Alcalá de Henares, de Benito Caldera, e a outra em Salamanca, de Luis Gomes de Tapia.[4] Fica indeciso se o auctor dos *Lusiadas* chegou a saber d'estas homenagens ao seu genio, ou se vieram á luz depois do dia 10 de junho. Muito menos plausivel ainda é a supposição de os louvores levantados na Italia por Torquato Tasso aos *Lusiadas*, terem chegado realmente aos seus ouvidos,[5] muito embora houvesse relações antigas entre os livreiros dos dois paizes.

[1] Pedro de Magalhães Gandavo, nas suas «*Regras*», recommendadas por Camões em 1574 (Lisboa).—Cfr. *Sämmtliche Gedichte*, III, p. 277.

[2] Mariz, p. 8, e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 326-327.

[3] *Vida*, II, §§ 34 e 35.

[4] Juromenha, I, p. 223.

[5] Infelizmente não consta o anno em que Torquato Tasso (1544-1595) escreveu o bello soneto em louvor de Vasco da Gama: «*Vasco, le cui felici, ardite antenne*» (Opere, Firenze, 1724, vol. II, p 469ª). Os dois tercetos contêm uma nobre e delicada apostrophe ao «*colto e buon Luigi*».—Provoca tristeza e riso ao mesmo tempo vêr na edição citada, de grande luxo, a nota relativa ao Soneto (II, 654ᵇ), na qual se diz ser elle dirigido «*Al Signor Luigi* Corma *che fece un poema in Ispagnuolo sopra i viaggi del Vasco*». Penso que foram apenas os seis versos do Soneto citado, que deram origem a um conto extravagante sobre os ciumes com que o Tasso teria olhado para o grande epico do Occidente! O *germen* está em uma phrase de Severim que o «*Tasso confessava que só a elle* (o Camões) *temia*» (fl. 9ª). De lá foi lavrando o crescendo até fructificar nas *Veglie di Tasso*. Este livro, celebrado como uma valiosa descoberta (1794 em Ferrara), é apenas uma falsificação grosseira, pu-

Juromenha[1] e Braga[2] reconhecem em uma Ode de Camões, allusões directas aos sentimentos de sympathia e espanto que a sua sorte já suscitara no estrangeiro, em Hespanha e na Italia, e citam os versos seguintes:

> Pois se o desejo afina
> uma alma acesa tanto
> que por vós use as partes de divina,
> por vós levantarei não visto canto
> *que o Betis me ouça, e o Tibre me levante,*
> que o nosso claro Tejo
> envolto um pouco o vejo e dissonante.[3]

Parece-me muito arriscado referir estes versos ao poema heroico *já publicado.* O Poeta falla no futuro *(levantarei);* os versos sonoros e não vistos que promette, não são epicos, mas lyricos. De mais a mais, a dama, á qual os promette, quer fôsse D. Catherina de Athaide ou D. Francisca de Aragão, podia receber a homenagem apenas até 1556 (a ultima talvez até 1560)![4]

Se julgo dever attenuar um tanto o supposto enthusiasmo, que os *Lusiadas* despertaram, desconto tambem (e muito) da pretendida inimizade e inveja, assim como do odio, ciume e despeito que a incomparavel belleza da Epopeia despertou, segundo alguns, no circulo dos poetas palacianos. A maledicencia de Pedro de Andrade Caminha,[5] Diogo Bernardes[6] e Duarte Dias[7]

---

blicada em francês (Anno VIII da Republica) e depois em italiano (Milano, 1803), mas desmascarada posteriormente (conforme se pode ler nas «*Contribuições á Historia da Litteratura Italiana*» por Johann Kaspar von Orelli, Zürich, 1810, Fasciculo I, p. 101-128). Contém na *Velada* XXV o mesmo conto ampliado e romanticamente enfeitado («*Veglie*», ed. Milano, 1808, p. 88-89). O trecho mais importante, em fórma um pouco abreviada, encontra-se em Juromenha (I, p. 157 e 512, Nota 89), que o considera como pertencente a uma carta do Tasso a Camões!* Contam ainda que o Poeta lusitano e a sua obra foram objecto de uma correspondencia entre o Tasso e Conde de Villa Mediana, D. João de Tarsis. Mas as cartas não existem, pelo menos, nas obras do Tasso.

[1] Juromenha, I, p. 155 e 512 (Nota 88).

[2] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 355, e *Biogr.*, p. XLII.

[3] Ode a D. Francisca de Aragão: «*Pode um desejo immenso*», versos 78-84.

[4] V. Storck, III, p. 343.

[5] Cfr. § 166.

[6] Vid. p. 194, nota 2.

[7] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 325.

* Ou antes a uma *apostrophe,* dirigida mentalmente ao cantor dos *Lusiadas!*

não é, de modo algum, facto provado. Os 117 neologismos ou palavras alatinadas da Epopeia foram de facto censuradas bastante cedo;[1] mas o «Indice» foi composto mais tarde, por Faria e Sousa.[2] E se o Poeta pediu realmente a alguns amigos que commentassem a sua obra[3] (tradição varias vezes repetida, mas em cuja veracidade não tenho fé), pensava, certamente, em explicações sobre nomes mythologicos, historicos e geographicos,[4] mas não em defesa do contexto e apologias da linguagem e do estylo.

§ 382.—O joven rei aventureiro, o espirito encandecido com miragens de gloria, ardia em desejos de pisar o solo africano e desembainhar a espada em cuja ponta, rubra com o sangue dos infieis vencidos, sonhava trazer para o reino uma corôa imperial. Aquelle ardor febril foi instigado, e muito poderosamente, pelo Papa Gregorio XIII (1572–1583). Cumprindo uma promessa dada pelo seu predecessor Pio V (1566–1572), remettia agora, por um legado extraordinario, uma setta tinta com o sangue do martyr S. Sebastião. A entrega solemne da reliquia, acompanhada de um breve pontificio, de longa data ambicionada e esperada pelo afilhado real do Santo, teve logar a 9 de fevereiro de 1574.[5]

Meio anno depois, a 15 de agosto, dia da Ascensão de Nossa Senhora, el-rei de Portugal sahia de Lisboa com a diminuta esquadra de apenas quatro galés e algumas caravelas. De Belem passou a Cascaes, onde embarcou dias depois (17), attingindo Lagos, na costa do Algarve, a 20, e Ceuta a 25.[6] Lá se distrahiu em caçadas e excursões que, sem duvida alguma, tocariam ás vezes as fronteiras do dominio mouro, occasionando pequenas escaramuças, preludios da guerra «santa» de 1578. Em principios de outubro a frota parou em frente de Tanger. Mas sem preparativos bellicos, e com o inverno á porta, el-rei não teve outro remedio senão renunciar aos seus planos, momentaneamente, adiando-os até melhor occasião. Na volta, um temporal separou a pequena armada, levando a galé régia até á ilha da Madeira. Emquanto vogava no mar alto, algumas das caravelas entraram na bacia do Tejo.

---

[1] Severim, fl. 7[b].

[2] Faria e Sousa, *Lusiadas*, I, p. 68, cap. XI; Braga, I, p. 322; e Juromenha, V. 439, 3[a].

[3] Diogo do Couto e Manoel Correa.

[4] Cfr. Fontes, §§ 7 e 8.

[5] Sobre a expedição de Ceuta e Tanger leia-se C. M. de Vasconcellos, *Zeitschrift*, VII, p. 525, e VIII, p. 8; Schäfer, III, p. 380; Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, II, p. 57 e 58; e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 351.

[6] Cfr. § 384.

O povo, depois de dias de espera anciosa, começava a murmurar, perguntando: onde está el-rei? naufragaria? ou morreu afogado nas ondas? implorando em preces publicas e em procissões a misericordia divina. De repente, no dia de todos os fieis defunctos, o monarcha apparece na prôa da sua galé, exposto ás ventanias e ás vagas, que arremessavam, furiosas, flocos de espuma á cara do moço aventureiro, que desembarca em frente de Xabregas.

Juromenha[1] está persuadido que o Poeta acompanhou o monarcha n'esta breve expedição «e que a espada do soldado veterano da Asia se desenferrujou ainda em uma pequena escaramuça». Originou esta insustentavel conjectura uma interrupção ou irregularidade, que se nota, n'este anno, no pagamento da tença, assim como uma poesia em tercetos, de louvores ao valente e juvenil capitão de Tanger, o illustre senhor D. Pedro da Silva.[2]

O auctor d'aquella poesia, a qual talvez pertença ao Poeta, e talvez não, celebra e magnifica um feito de armas, commettido «*no dia menor que tinha o anno*»,[3] isto é, a 21 de dezembro; mas não determina o anno. Juromenha, julgando a empresa «d'este tempo», considera-a um episodio da primeira jornada de Africa (collocada, de resto, por elle erroneamente no anno de 1575),* e opina que foi escripta «sobre o local», inferindo d'ahi que o auctor e cantor dos *Lusiadas* esteve ausente de Lisboa e presente na grande Berberia. Resultado d'esta ausencia seria não ter elle levantado durante largo tempo a sua tença (de 1 de janeiro de 1575 a 22 de junho de 1576).

Já repelli como inexactas e incongruentes estas inferencias,[4] visto o proprio D. Sebastião, e toda a sua frota, terem regressado á capital do reino a 2 de novembro de 1574, e tambem porque uma nota explicativa, lançada a 22 de junho de 1576,[5] indica a verdadeira razão para o não-pagamento da

---

[1] Juromenha, I, p. 116 e seg.

[2] Elegia XVIII (ou XIX): «*Illustre e nobre Silva descendido*».

[3] Ib., verso 66.

[4] *Sämmtliche Gedichte*, III, p. 313-314. Posteriormente C. M. de Vasconcellos (*Zeitschrift*, VII, p. 523-526) examinou e elucidou o problema, chegando á conclusão que a Elegia, seja de quem fôr, foi escripta entre 21 de dezembro de 1577 e 4 de agosto de 1578.

[5] Juromenha, I, p. 170, Documento *H.* Esta *ementa* diz: «15:000 réis no thesoureiro-mór a Luis de Camões, que lhe são devidos de sua tença do anno passado de 1575, que lhe não foram levados no caderno do assentamento do dito janeiro, nem pagos em parte alguma, por a provisão da dicta tença não estar assentada no Livro da fazenda. Em Lisboa a 22 de junho de 1576, pelo dito Miguel Coresma». Quem procurar noticias sobre os *Livros de Ementas* releia Schäfer, I, p. 423.

---

* Cfr. Juromenha, III, p. 507, onde diz, modificando arbitrariamente a antiga epigraphe

tença camoniana durante o anno de 1575. O que houve foi simples descuido na escripturação do livro da fazenda. O thesoureiro esquecera em janeiro de incluir no orçamento das despesas, relativas ao anno de 1575, a mercê com que o monarcha promettêra agraciar o Poeta, e sem o respectivo assentamento, a paga não se podia effectuar. Se o motivo fosse outro, independente da thesouraria e dependente do proprio Poeta, a auctoridade teria allegado este pormenor, a fim de subtrahir-se d'est'arte á vergonha de confessar que esquecera uma ordem régia!

Procurar razões para explicar a abstenção do Poeta, simples espectador afastado e platonico da expedição militar, parece-me tarefa desnecessaria. A partida subita e quasi clandestina de D. Sebastião, com um restricto numero de amigos e favorecedores do seu ensaio de guerra, explica sufficientemente esta abstenção.

§ 383.—O descuido do thesoureiro collocou o Poeta em situação muito desagradavel durante o anno de 1575. Que fazer, sem o subsidio régio que lhe garantia o pão quotidiano? Implorar a intervenção de um magnate seu protector, como D. Manoel de Portugal?[1] Não lhe sorria a espectativa. Tentaria primeiro remediar o mal, de iniciativa propria, lembrando ao monarcha, de um modo delicado, a sua miseria.

Penso em duas possibilidades.

Em fins de 1573, D. Leonis Pereira, que chamarei fautor do Poeta, porque não me atrevo a dar-lhe o titulo de amigo, fôra nomeado por D. Sebastião para governador da India, (de Pegú até á China) com obrigação de residir em Malacca, cuja fortaleza o illustre guerreiro defendera gloriosamente de 1567 a 1568, contra o rei de Achem. O governador da India gangetica, Antonio Moniz Barreto (1573–1577), que administrava a India central (do Cabo de Guardafui até o de Comorim), tinha ordem de lhe dar, para sustento de Malacca, uma frota com consideravel guarnição.[2] Promettera cumprir esta ordem. Mas o desmembramento do imperio indo-lusitano em tres estados, dos

---

[1] Segundo todas as probabilidades, D. Manoel estacionava então em Lisboa.—Cfr. § 369.

[2] Os governadores Barreto e Pereira foram despachados no anno de 1573, em Xabregas, a 12 de março, no mesmo dia, em que o Camões fôra agraciado com a tença, e talvez tambem com a feitoria de Chaul.

---

da Elegia: «*A D. Pedro da Silva, capitão de Tanger,* **no anno de 1575 a primeira vez** *que el-rei D. Sebastião passou á Africa*». Braga não invalidou, antes repetiu a erronea data na *Historia de Camões,* onde falla, do primeiro desembarque na Africa (I, p. 349).

quaes o de Goa ainda assim continuava a ser o mais poderoso e quasi *plenipotenciario*, surtiu n'esta conjectura pessimos effeitos.[1] Barreto, a quem incumbia dirigir a defesa de toda a India, distribuiu as forças disponiveis de um modo contrario aos mandamentos del-rei, procrastinando a preparação da esquadra devida a D. Leonis, apesar de o conselho por elle convocado se ter pronunciado a favor dos soccorros. D. Leonis esperou até outomno de 1574; mas, vendo que as promessas cathegoricas ainda então não eram cumpridas, e que varias armadas sahiam de Gôa em direcções diversas, o digno e leal capitão retirou para o reino, embarcando, bem fornecido de papeis e documentos, a fim de prestar contas da sua curta administração.

Por occasião da sua primeira volta a Portugal (1572, junho?), o Camões não cumprimentara com versos o heroe de Malacca. Agora é que lhe dirigiu um soneto encomiastico[2] e um poema em tercetos,[3] destinados a acompanharem uma «*Historia da Provincia de Santa Cruz*», que seu auctor, Magalhães Gandavo, desejava dedicar ao defensor da Aurea Chersoneso.[4]

Talvez o Poeta esperasse, ou mesmo pedisse que o ex-governador de Malacca e futuro capitão geral de Ceuta, bem visto na côrte, dissesse em boa hora algumas palavras a favor do «olvidado» e «pobre» cantor dos *Lusiadas*.

Eis a primeira possibilidade.

§ **384**.—A segunda possibilidade, que me parece mais plausivel e até obvia, é que o Poeta se dirigiu directamente a D. Sebastião, aproveitando o muito favoravel ensejo que o anno de 1575 offerecia.

Já mencionei a setta, remettida pelo Papa. As nove oitavas consagradas por Camões a este assumpto,[5] parecem compostas entre 12 de março e 2 de agosto de 1575[6] e enviadas immediatamente ao seu destino, talvez para o dia festivo em que a reliquia foi solemnemente levada ao Real Mosteiro de S. Vicente.[7] Ignoro a data, mas colloco-a hypotheticamente entre os limites

---

[1] Cfr. § 348.

[2] «*Vós, Nymphas da gangetica espessura*».—Cfr. § 351.

[3] Elegia v: «*Depois que Magalhães teve tecida*».—Cfr. § 364.

[4] Forneceram o material para as datas exaradas n'este paragrapho: Couto, ix, 13 e 19; Schäfer, iv, p. 272; e C. M. de Vasconcellos, *Zeitschrift*, vii, p. 408.—Cfr. *Sämmtliche Gedichte*, ii, p. 415, e iii, p. 276.

[5] Oitavas iii: «*Á setta que o Papa mandou a El-Rey D. Sebastião*».

[6] *Sämmtliche Gedichte*, vol. iii, p. 377.

[7] C. M. Vasconcellos, *Zeitschrift*, viii, p. 10.*

---

* A argumentação de Storck é persuasiva. Todavia é estranhavel que versos a D. Se-

marcados, na esperança que nenhum documento historico virá destruir os meus calculos.

Que motivo me leva a pensar assim?

A somma destinada e devida ao Poeta ficou por assentar no *Livro da Fazenda* correspondente ao anno de 1575, não sendo paga até a data 12 de março, em que o triennio da outorga expirava. Apesar d'isto, a 2 de agosto,[1] o soberano galardoa o Poeta com a mesma tença por mais um triennio, *a contar de 12 de março de 1575* até egual data do anno de 1578, e em condições identicas ás estipuladas no primeiro alvará régio. Quem lêr agora, depois de rememorar aquellas datas, a estrophe final da poesia dedicada a D. Sebastião, em caso algum antes de 1574, e provavelmente só em 157 , concordará em que o Poeta tencionava estimular novamente a benevolencia e favor régio, o que conseguiu sem duvida:

> Estes humildes versos, que pregão
> são d'estes vossos reinos, com verdade,
> recebei *com* **benigna** *e real mão,*
> *pois é devida a reis benignidade!*
> Tenham, *se não merecem galardão,*
> favor sequer da regia magestade:
> Assim tenhaes, de quem já tendes tanto,
> com o nome e reliquia, favor santo!

O monarcha entendeu; já sabia quem era conhecido

> por um pregão do ninho seu paterno,[2]

e estava prompto a celebrar, se visse estimada e leda a sua musa, as novas e dignas empresas futuras, que a presaga mente lhe vaticinava como praticadas pelo joven principe, com ajuda de Deus e do santo martyr padroeiro

---

[1] Juromenha, I, p. 170, Documento *G*.
[2] *Lusiadas*, I, 10.

---

bastião, escriptos *depois* da primeira travessia á Africa, e que se referem expressamente á guerra santa, só alludam a feitos *futuros*, e não mencionem, nem de leve, o melancholico preludio de 1574! Foi esta consideração que me decidiu a collocar as oitavas entre 9 de fevereiro e 11 de agosto de 1574, quando na revista citada tratei da bella traducção e do judicioso commentario a estas oitavas.

contra o soberbo gladio mauritano![1]

Por isso attendeu e remunerou o Poeta.

O novo alvará,[2] datado de 2 de agosto de 1575, em fórma de «*apostilla*» e assignado em Almada, confirma a antiga doação «por tempo de tres annos mais, que começarão do tempo em que se acabaram os outros tres annos». O Poeta apresenta-se na thesouraria a reclamar a execução da nova ordem, explicando que o primeiro triennio acabara em 12 de março. Mas o ultimo recibo, que produziu, era do anno de 1574, ficando assim evidente que deixara de receber a quantia pagavel no primeiro quartel de 1575 (o qual abrangia os noventa dias de 12 de dezembro de 1574 a 12 de março de 1575?). O exame dos livros, a que se procedeu em seguida para verificações, está claro que com todas as formalidades e ceremonias legaes, levou muitissimo tempo. O resultado final foi, porém, favoravel, como já deixámos indicado. Ficou provado que o livro da fazenda, relativo ao anno de 1575, fôra redigido com pouco escrupulosa exactidão, e que, por desleixo do thesoureiro, o Poeta não recebera as sommas que se lhe deviam. Regulada a conta atrasada, pela Ementa de 22 de junho de 1576, passou a receber o seu novo subsidio.**

§ 385.—Comprehende-se perfeitamente que o Camões, reduzido quasi á miseria, carecendo talvez do sustento necessario, durante mezes, por culpas dos empregados do erario régio, estivesse indignadissimo contra elles.

Duas tradições, a respeito dos seus ultimos annos, têm o seu logar aqui, n'este curto periodo de verdadeira pobreza. Conta-se que, fallando da sua tença de 15 mil réis, o Poeta proferiu a phrase virulenta, «que iria pedir a El-Rey outros tantos açoutes para os ministros, a cuja conta corria o pagamento d'aquelles reaes de que pendia o seu viver».[3] É crivel. E crivel ainda a anedocta seguinte:

Um cavalleiro de bom nome, Ruy Dias da Camara,[4] sobrinho dos pode-

---

[1] Verso 14º das Oitavas á Setta.

[2] Juromenha, I, p. 170, Documento *G* (e não *H*).*

[3] Foi uma edição dos *Lusiadas* (a de 1626, por Pedro Crasbeeck) que contou pela primeira vez esta anedocta.—V. Brito-Aranha, I, p. 60.

[4] André Falcão de Resende celebra Ruy Dias como erudito, espirito culto, bom ca-

* A apostilla determinava que os 15 mil reis, além de serem lançados no Livro da Fazenda del-rei, fossem levados ao caderno do assentamento. Esta segunda clausula não fôra attendida, omissão que causou o não-cumprimento das ordens d'el-rei.

** Cfr. o Documento *H*, copiado a p. 709.

rosos irmãos Luis e Martim Gonçalves da Camara,[1] pediu ao Poeta, para lhe traduzir em verso os psalmos penitenciaes.[2] Mas sem nada alcançar. Afinal, o fidalgo impacientado vae pessoalmente saber da sua encommenda, mostrando-se desgostado com a demasiada demora, admirado e queixoso de que um poeta tão afamado, que escrevera cantos tão justamente glorificados, não tivesse animo e entendimento para dar prompto cumprimento á sua promessa. Foi então que o cantor dos *Lusiadas*, alquebrado e cheio de dissabores, respondeu: «Senhor, quando eu fiz esse poema, era moço, farto e namorado, querido e estimado, cheio de muitos favores e mercês de amigos e damas, de que o calor poetico se augmentára; e agora não tenho espirito nem contentamento para nada, porque tudo isso me falta; e em tal miseria me vejo que ahi está o meu Jao a pedir-me um vintem para carvão, e não o tenho para lh'o dar.»[3]

§ 386.—A passagem copiada não é a primeira nem a unica, nas noticias biographicas, tão pouco cuidadosas e fidedignas, de Mariz, em que o muito problematico Jáo nos apparece. Os biographos posteriores substituiram aqui o termo «*Jáo*», empregado por Mariz, pelo nome christão, de pia, com que o escravo já fôra citado pelo mesmo escriptor em outro trecho antecedente.** Pejam-se, manifestamente, de reproduzir *in plenum* o primeiro paragrapho, relativo ao escravo da India (comprado, segundo elles, em hasta publica na rua Direita de Gôa, ou em Macáu, ou alhures) apesar da grande importancia que a maioria liga á figura «tão poetica e enternecedora», (mas tão falsa) do fidelissimo malaio!

---

valleiro e amigo da Poesia, liberal e largo com os necessitados. (Cfr. Juromenha, I, p. 510, Nota 80).

[1] Cfr. § 353.

[2] Pode ser que a «traducção dos versos» propheticos da Sibylla Erythrea em acrostico, chamada em geral Elegia XII, e que principia «*Juizo extremo, horrifico e tremendo*», seja tambem um trabalho de encommenda, pago ao indigente Poeta.

[3] Pedro de Mariz recolheu este conto, que, muito embora esteja em boa harmonia com o estado geral do Poeta e caracterize a sua situação em 1575, não deve passar por incontestavel e pura verdade. Mudei a fórma indirecta da resposta em locuções directas.*

---

* Se «esse Poema» são os *Lusiadas*, foi apenas começado, mas não acabado no tempo da feliz mocidade.

** Ha referencias ironicas á lenda do Jáo nos §§ 109, 298, 346 e 349. Será bom relê-los. —Cfr. § 381.

Mariz,[1] ao tratar da tença, tinha accrescentado: «Dir-me-heis: não teve graça com esse Rey, mas teve-a com os mais principes e fidalgos. Não ha tal; porque viveu em tanta pobreza que, *se não tevera um Jáo, chamado Antonio, que da India trouxe, que de noite pedia esmola para o ajudar a sustentar*, não podera aturar a vida. Como se vio: tanto que o Jao morreo, não durara elle muytos mezes!».

Muitissimo bem! Ficamos sabendo de vez como é que feneceu o Camões! O seu escravo sahia de noite a mendigar pelas ruas de Lisboa uns miseraveis vintens, implorando a caridade dos transeuntes, com ladainhas e ensalmos, só com o intuito de matar com codeas de pão a fome do seu nobre senhor e a sua, e talvez ainda a da madrasta! E depois de o esmoler andante succumbir, exhausto de forças, o desprotegido e abandonado Poeta jejuou, até morrer de fome!

Que fabula tão lastimosa e piegas![2]

§ **387.**—De 22 de junho de 1576 por diante,[3] o nome de Luis de Camões durante um biennio não occorre em documento algum. Nem ha poesia que possa ser datada com alguma segurança d'aquelle periodo.

É verdade que existe um idyllio,[4] o qual, interpretado pelos criticos**

---

[1] Mariz, p. 8.

[2] Cfr. § 379 e C. C. Branco, p. 65-66.*—O convento dos seus bons amigos dominicanos estava perto da morada do Poeta, na Mouraria. E á mesa farta do refeitorio d'aquelle mosteiro, tanto o Camões como a velha madrasta, que resistiu á fome e ao desconforto mais cinco annos (!), poderiam ter achado sustento amplo muito mais commoda e mais honradamente do que pelo expediente desprimoroso da mendicidade! Confira-se Juromenha, I, p. 15. Para que o Jáo não fosse o unico arrimo e bemfeitor do Poeta, temos na mulata Luisa Barbara mais uma alma caridosa que, segundo o fabulista-mór Faria e Sousa, lhe dava muitas vezes um prato de caldo, dos que ia vendendo pelas ruas! —Nos §§ 324, 327 e 328 já expendi a minha opinião sobre as relações do Poeta com esta serva de Gôa.

[3] O leitor já conhece a data da *ementa*.

[4] Egloga XI entre Limiano e Anzino, ou Limiano e Peregrino. Principia: «*Parece-me pastor, se mal não vejo*».

---

* Este auctor diz com muito bom senso: «. . .nem essas hypotheses de fomes, frios e mendicidades. . . deve aceital-as a critica desligada de velhos preconceitos»; continuando depois: «Eu creio tanto na mendicidade de Homero como nos peditorios nocturnos de esmola do Antonio de Java para sustentar Camões.

** Inutil dizer que o primeiro critico que procedeu assim, foi Faria e Sousa, fazendo entrar nas Obras de Camões a Egloga *Limiano*, roubada simplesmente a seu legitimo dono. Se-

portuguêses, attestaria que o Camões desejou acompanhar (ou antes estava decidido a acompanhar) o seu Rei e senhor na segunda fatal empresa africana, muito embora receasse que outro vate palaciano, Diogo Bernardes, seria preferido e chamado para vêr e cantar aquelles feitos e aquellas victorias em que todos sonhavam.*

Mas a dita Egloga, cujos interlocutores se chamam *Limiano* e *Peregrino*, é, sem sombra de duvida, obra do cantor do *Lima*, o suave «idyllista», que a escreveu de 1577 a 1578. De sorte que é forçoso pôrmos simplesmente de parte todas as conseqüencias,** tiradas de premissas tão mentidas.

guiram-lhe outros, e em especial Theophilo Braga, (I, p. 350) que, na questão dos plagiatos e roubos, sempre mostrou certa preoccupação contra Bernardes.

Remetto o leitor á lucida exposição d'este ponto controverso em *Sämmtliche Gedichte* (IV, p. 425-429). Quem ignorar o allemão, recorra ao segundo volume d'esta obra, onde tento expôr a questão das *Eglogas*.

* O trecho alludido é o seguinte, na lição de Bernardes:

> E mais saber desejo
> se nos a fama engana,
> que diz que o grão pastor dos Lusitanos
> da larga foz do Tejo
> com fato e com cabana
> passa nos largos campos africanos,
> onde mil soberanos
> triunfos, d'elle dinos,
> lhe ordena a fatal sorte,
> com grande estrago e morte
> dos brutos, mal nascidos sarracinos,
> que, de si despejados,
> os curraes deixarão cheios de gados.
> Que, *sendo assi, te digo*
> *que não espero mais*
> *nesta para mim sempre ingrata terra.*
> Quem traz guerra comsigo
> antre seus naturaes,
> não deve d'estranhar estranha guerra. (463-481)

No texto pseudo-camoniano, modificado a seu bel-prazer por Faria e Sousa, esta passagem occupa os versos 427 a 445.

** Ha entre ellas uma, muito curiosa (Braga, I, p. 321). Limiano, de volta á sua terra natal, confessa que, ao longe, imaginava encontrar entre os seus, vida sossegada e segura, mas que se enganara, porque encontrou apenas discordias e durezas, em logar de sossego e de brandura. E conclue as suas considerações com a formula

> *Seguro sempre ao longe, sempre ledo,*
> *triste ao perto, e tratado como imigo.*

Pois é exactamente o primeiro verso, em contradicção aberta com tudo quanto sabemos da

Não! O decennio de 1570 a 1580 foi rico e prenhe em acontecimentos graves, da cathegoria dos que costumam inspirar vates aulicos. Em setembro de 1573 fallecia em Madrid a mãe de D. Sebastião, D. Joanna de Castella. Em março de 1577 expirou a infanta D. Maria, filha posthuma de D. Manoel, nascida em 1521, que vivera no estado de solteira, mas caridosa, na côrte patria.[1] A 12 de fevereiro de 1578 a rainha D. Catharina, viuva de D. João III e Governadora de Portugal durante a minoria de seu neto, desceu á tumba.[2] Mas não ha epicedio algum da penna de Camões. Faltam, portanto, todos os materiaes, que, se existissem, poderiam servir de base para a construcção de conjecturas sobre a situação, as relações e os trabalhos do Poeta.[3]

§ 388.—El-rei D. Sebastião, de volta da primeira e inefficaz jornada da Africa (1574), começou a tratar com paixão febril dos preparativos para a conquista da Berberia,[4] que ficou sendo o seu pensamento diurno e nocturno. Dissensões sangrentas entre os varios pretendentes ao reino unido de Fez e Marrocos deram ao fogoso principe o almejado ensejo para iniciar devéras uma nova guerra santa, uma cruzada nacional. O sultão Mulei Mahomet, desthronado, procura um alliado poderoso para o proteger contra seu tio Mulei Maluco, que lhe roubara a corôa com mão ousada e possante. Felipe II recusa intervir. Mas D. Sebastião, lisongeado, pensando dar assim um passo na vereda traçada no seu espirito, que o havia de levar a ser imperador de Marrocos, annuiu, decidindo prestar o socorro *em pessoa*. Os preparativos começaram, mas não corriam como o impetuoso aventureiro desejava. Com-

---

[1] Cfr. os §§ 138 e 139 d'esta Vida, e nos *Sämmtliche Gedichte* (II) o commentario ao soneto 84: «*Que levas cruel morte?* em que se prova que entre as poesias de Camões não ha nenhuma dedicada á morte da Infanta.

[2] V. Schäfer, III, p. 381.*

[3] Faria e Sousa, *Vida* I, cap. XIII, diz, e bem: «que em todo aquelle tempo não se acha que escrevesse qualquer cousa *de gosto*»; e se accrescenta que escreveu algumas poesias *de pena*, é porque pensa no soneto: *Que levas, cruel morte?*

Duvido que poesias dos ultimos annos da vida de Camões se perdessem, ou fossem sacrificadas, como Juromenha parece acreditar, (II, p. IX).

[4] V. Schäfer, III, p. 382-383.

vida de Camões no Ribatejo, na Africa e na India, pelas confissões poeticas do proprio Poeta, que nos é apresentado como infallivel prova da authenticidade camoniana da Egloga!

* Cfr. os §§ 177 e 188, onde se trata das relações apparentemente pouco amigaveis entre o Poeta e a Rainha.

tudo, afinal, depois de muitos embaraços e demoras, fazendo alardo das suas tropas, viu promptos uns nove mil Portuguêses, nobres, galhardos e temerarios rapazes, de pouca experiencia e muito fausto, capitaneados por chefes egualmente moços e bizarros, mas completamente bisonhos na arte da guerra,[1] e além d'isso uns quinze mil auxiliares estrangeiros.[2] A 14 de junho o estandarte real é abençoado com pompa solemne.[3] Tres dias depois, na data préviamente fixada para a partida, D. Sebastião vae para bordo, sahindo do Tejo ao cabo de uma semana (a 25). Mais quarenta dias e o throno e a vida estavam irremediavelmente perdidos, no aziago dia 4 de agosto de 1578. Tres cabeças coroadas cahiram na mesma jornada: D. Sebastião, depois de batalhar heroicamente;[4] Mulei Maluco, no campo de honra, mas estendido, doente de febre, no seu leito portatil; Mulei Mahomet, depois da derrota, fugitivo, nas margens do rio Macazema.[5]

§ 389.—O que temos a examinar é apenas se o Camões tomou parte na infeliz expedição africana. A nossa resposta é negativa. Os biographos antigos nada referem; os modernos, guiados por Faria e Sousa,[6] sabem que o Poeta ficou em Lisboa, doente de desconsolo e de indignação por vêr que Diogo Bernardes fôra escolhido para cantar as façanhas africanas.[7] E este ultimo facto é de irrefragavel certeza. Bernardes pretendêra acompanhar o monarcha—a pseudo-camoniana *Egloga de Limiano* falla claro[8]—e seu desejo não foi contrariado. Preferido, embarcou na lustrosa companhia. Mas se al-

---

[1] Ramalho Ortigão, na ed. do Gab. Port. de Leit., p. LXVII e seg.

[2] Segundo Juromenha (I, p. 123), foram vinte e quatro mil homens, em que entraram seis a sete mil estrangeiros, em novecentas e quarenta e tantas velas. Oliveira Martins (*Hist. de Port*, II, p. 60), falla de nove mil portuguêses; tres mil tudescos; novecentos soldados romanos, mandados pelo Papa; quinhentos fidalgos castelhanos com infanteria e serventes; e um regimento de aventureiros, avaliando o conjuncto tambem em 24 mil homens.*

[3] O Arcebispo em pontifical benzeu na Sé de Lisboa a bandeira real. (Cfr. § 390).

[4] Sobre a morte de D. Sebastião, veja-se Schäfer, IV, p. 403. O cadaver, entregue mais tarde, sem resgate, na praça de Ceuta, foi depositado em Belem, no anno de 1580.

[5] Schäfer, III, p. 381 e seg.

[6] Faria e Sousa (na *Vida* I, cap. XIV) falla laconicamente de desgostos e enfermidades. Na *Vida* II (§ 27) refere-se mais explicito ao profundo pesar que resentiu por ver eleito um homem «tão incapaz» para divulgar em heroico poema a jornada de Africa.

[7] Cfr. Juromenha, I, p. 115 e seg., e Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 362 e seg.

[8] Cfr. p. 715, Nota.—No «*Lima*» de Diogo Bernardes o Idyllio occupa o 15.º logar.

---

* Outros avaliam o exercito apenas em dezoito mil.

cançou pelejar denodadamente na desastrada batalha, não poude realizar o bello sonho, de entoar epinicios gloriosos. Captivo dos victoriosos infieis, chorou nos plainos africanos, e teve que gemer cantos funebres.[1] Mais feliz que o mancebo real, salvou, comtudo, a vida, e reconquistou a liberdade.

Admittindo o facto, que o Camões ficara dolorosamente impressionado e ferido com a escolha de Bernardes, opino que esta razão não era ainda assim sufficiente para que o Poeta-soldado deixasse de enfileirar-se como *combatente* no troço dos aventureiros voluntarios! Outra causa motivou, de certo, a abstenção do velho soldado da India. Bem possivel é que a doença o prostrasse na cama, conforme contaram Severim e Faria e Sousa.[2] Possivel tambem que a sua pobreza não lhe permittisse armar-se condignamente. Os fidalgos todos, como se fossem a um torneio festivo, justar deante de bellas damas, e não aos areaes da Africa medir-se com o inimigo mouro, trajavam de seda, velludo e brocado de ouro, ostentando vestuarios á castelhana, ricos jaezes, luxuosa baixella de prata, guitarras e alaudes, innumeras tendas guarnecidas de preciosos reposteiros e alcatifas, e mil inutilidades com que sobrecarregaram as náus.[3] Cada um figurava um rei, emquanto os simples soldados passavam fome. N'estas condições o pobre fidalgo-cavalleiro não podia apresentar-se. Ficou, por isso, em casa, conservando a sua espada na bainha, muito embora o coração se lhe confrangesse de tristeza. Mas quem já tinha celebrado tantas acções militares, tanta guerra e tanta victoria que *não* presenciára, nem assim estava obrigado a callar-se, desistindo da ideia de glorificar os presagiados feitos do seu Rei e dos seus conterraneos. Vencessem! e elle levantaria o seu canto! Se a sua penna tambem parou, cansada e muda, foi porque a mão pesada e fria da desventura a immobilizou no dia infausto de Alcacer-Quebir.

§ 390.—D. Sebastião lembrou-se do cantor dos *Lusiadas* pouco antes de embarcar. A 2 de junho de 1578, renovou a outorga da tença, mais uma vez, por outro triennio. O escrivão, ao redigir o alvará, tinha presente o segundo, de 2 de agosto (1575). Eis porque formulou mal a apostilla, declarando que o Poeta começaria a vencer os seus quinze mil réis a 2 de agosto, e não a 12 de março (1578). Um post-scriptum emendou, comtudo o erro.[4]

A benignidade e sollicitude do monarcha merecia, certamente, o agrade-

---

[1] Nas «*Rimas varias*» do cantor do Lima ha algumas elegias, por signal muito mediocres, relativas ao seu captiveiro. Veja-se a que principia a p. 134 da ed. de 1770.

[2] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 349-350.

[3] Schäfer, III, p. 386.

[4] Juromenha, I, p. 171; Documento *I*.

cimento do Poeta. As occasiões propicias para a redacção de versos congratulatorios não faltavam: a benção do estandarte, o embarque das tropas, e a partida. Ha entre os sonetos camonianos um que é costume referir á ceremonia da benção. E diz:[1]

> Oh arma unicamente só triumphante,
> propugnaculo só de nossas vidas,
> por quem foram ganhadas as perdidas
> com que o Tartaro horrendo andava ovante!
> Siga-se esta bandeira militante,
> por quem são taes victorias conseguidas
> por quantas almas, d'ella divertidas,
> no Ponente erram cá, lá no Levante!
> Oh arvore sublime, e marchetada
> de branco e carmesi, de ouro embutida,
> dos rubis mais preciosos esmaltada,
> E de tropheos mais claros guarnecida!
> Á vida a morte vimos em ti dada,
> para que em ti se desse á morte a vida.

Não é de modo algum incontestavel, que o Camões fosse auctor d'este soneto. Quem lh'o attribuiu, foi Faria e Sousa, cuja falta de consciencia escuso de vituperar mais vezes. E depois, não vejo onde n'este soneto existem referencias ao Estandarte real.[2] Só se o Poeta assistiu á benção, e falla, dirigindo-se apenas ao crucifixo pintado na bandeira.[3]

§ **391.**— Camões acreditava no feliz exito da temeraria expedição africana, em contraste directo com alguns asisados politicos que, prevendo a catastrophe, tentaram debalde combater o desvairo do monarcha, como por exemplo, o conselheiro Martim Gonçalves da Camara (irmão do Padre da

---

[1] Cfr. *Sämmtliche Gedichte*, II, p. 418-419.

[2] Repare-se no caracter completamente diverso do soneto escripto por Diogo Bernardes: «*Ao Estandarte que levou El Rey na jornada de Africa, no qual ia Christo crucificado*». (*Rimas varias*, p. 133). Na bandeira real ia ainda a corôa cerrada de Imperador, encimando as quinas, segundo Juromenha, I, p. 123.*

[3] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 362.

---

* Braga aventa mesmo a ideia que os dois Poetas concorreram com esses Sonetos, a vêr quem seria mais digno de acompanhar D. Sebastião. Se isso fosse certo, a escolha de Bernardes estava bem justificada.

Companhia: Luis), o Bispo de Silves, Jeronymo Osorio,[1] e em especial a rainha viuva D. Catharina, sua avó, que no seu leito de morte, meio anno apenas antes da catastrophe de Alcacer-Quebir, exclamava com insistencia: «Que sua Alteza não vá, de modo algum, á Berberia! Aconselhem-lhe que não vá, como eu aconselhei sempre e ainda agora faço. Oh! Não passe elrei á Africa!».[2]

Facil é avaliar em que estado ficaria o Poeta ao ouvir, depois de semanas de palpitação febril, as funestas noticias da derrota, que resoaram em gritos e lagrimas, ais e suspiros por toda Lisboa.

Poucos annos antes, elle mesmo tinha incitado D. Sebastião, o derradeiro amparo da dynastia e da nação, dizendo:

> E vós, oh bem nascida segurança
> da lusitana antiga liberdade,
> *e não menos certissima esperança*
> *de augmento da pequena christandade;*
> Vós, *oh novo temor da maura lança,*
> maravilha fatal da nossa idade,
> dada ao mundo por deos, que todo o mande,
> para do mundo a deos dar parte grande!
> Inclinai por um pouco a magestade,
> que nesse tenro gesto vos contemplo,
> que já se mostra qual na inteira idade
> quando subindo ireis ao eterno templo!
> Os olhos da real benignidade
> ponde no chão: vereis um novo exemplo
> de amor dos patrios feitos valorosos
> em versos divulgado numerosos.[3]

E na petição, em que requeria licença para poder espalhar pelo mundo o pregão do ninho paterno, o Homero lusitano prenunciara ao futuro heroe novos accrescentos á epopeia nacional, que a deusa do mar Thetys iria vaticinando aos ouvintes em mais oitavas sonoras, celebrando o Alexandre português, então Imperador de um grande imperio.[4] Promessas estas que já iam formuladas nas estancias finaes dos *Lusiadas*, onde offerece:

> Para servir-vos, braço ás armas feito,
> para cantar-vos, mente ás musas dada.

[1] Cfr. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 361.
[2] Schäfer, III, p. 380-381.
[3] *Lusiadas*, I, estr. 6 e 9.
[4] Cfr. *Introd. Hist.*, § 12 (nota 4 da p. 42) e 67.

Só me fallece ser a vos aceito,
de quem virtude deve ser prezada.
Se me isto o ceo concede, e o vosso peito
digna empresa tomar de ser cantada,
(como a presaga mente vaticina)
olhando a vossa inclinação divina,
Ou fazendo que mais que a de Medusa
a vista vossa tema o monte Atlante,
ou rompendo nos campos de Ampelusa
os Mouros de Marrocos e Trudante,
a minha já estimada e leda musa
fico que em todo o mundo de vós cante,
de sorte que Alexandro em vós se veja
sem á dita de Achilles ter inveja.[1]

Agora era impossivel remir a palavra dada! Chorar palinodias, cantos funebres, escrever o epilogo tristissimo da epopeia nacional, era tarefa indigna e impropria do heroico vate. Preferiu ficar callado.[2]

§ 392.—Bem, dirá o leitor; se o Poeta não quis nem pôde cantar nenias patrioticas ao triste acontecimento de 1578 em versos epicos, sempre dedicaria algum canto lyrico á morte do real bemfeitor, que se lembrára mais uma vez[3] benignamente da sua inopia, apesar de tantos e tão importantes afazeres, horas antes de encetar a sua ultima jornada?

Respondo que ha dois sonetos, em que é *possivel* reconhecer epicedios

---

[1] *Lusiadas*, x, 155 e seg.—D. Sebastião gostava de se comparar a Alexandre Magno, e alludia ás vezes á sua ambição de o egualar. (Faria e Sousa, *Epitome*, p. 305).

[2] Th. Braga fôra, em tempos, de opinião que o Poeta não só projectara fazer, mas já começara a compôr uma «*Sebastianeida*» ou «*Africa*», seguindo n'este particular o parecer de Faria e Sousa, a quem «*constara este facto de boas informações*»; e tambem o de Juromenha (i, p. 117 e 503, nota 66). E accrescentando mais alguns pontos, julgou até reconhecer fragmentos da obra em umas 40 oitavas anonymas, publicadas por Antonio Lourenço Caminha (Braga, *Hist. Cam.*, i, p. 363 e seg.). Mas aquellas estrophes são miseraveis; e certamente não foram escriptas antes de Alcacer-Quebir; porque todas ellas mostram que o auctor conhecia o facto da derrota fatal. Mais tarde, Braga parece ter abandonado esta ideia (*Manual*, p. 312, e *Curso*, p. 280).*

[3] O Poeta recebeu por junto 113$235 réis de tença.

---

* Apenas a segunda parte da fabula. A primeira, redigida por Faria e Sousa, segundo tradições transmittidas por um coevo do Poeta, Bernardo Rodrigues, ainda hoje (1891) passa por verdadeira. Braga continua a pensar, com Faria e Sousa, Juromenha e outros, que o Camões rasgou ou queimou, assombrado, o começo do Poema, ao saber da fatal nova.

sobre a prematura e tragica morte de D. Sebastião. Ambos foram encontrados por Juromenha, e por elle attribuidos a Camões. Um, era anonymo; o outro vinha em nome do nosso Poeta, pelo menos em um dos dois codices, em que andava.[1] No primeiro,[2] um joven de poucos annos, que *encoberto o rosto figurava Marte*, e *Amor, se o descobria*, apparece, morto por Vulcano na guerra em que, com raro esforço, abrira com a espada esquadrões. Se o soneto allude, effectivamente, a D. Sebastião, foi escripto antes que o auctor soubesse noticias exactas sobre a sua morte, conhecendo apenas falsos boatos, relativos a uma bala inimiga que o teria prostrado.[3]

O outro soneto respira arte e engenho camoniano. Talvez seja a derradeira producção da sua Musa, e como tal de inestimavel valor, duplamente veneravel por representar um tributo de gratidão pago ao soberano, que durante tres triennios lhe alliviara os cuidados da vida com uma tença que, se não foi opima, tão pouco foi magra, parca, tenue ou miseravel. Eis o soneto:

> Com o generoso rostro alanceado,
> cheia de pó e sangue a real fronte,
> chegou á triste barca de Acheronte
> o gram Sebastião, sombra tornado!
> Vendo o cruel barqueiro que forçado
> queria o Rei passar, pos-se defronte,
> dizendo: «Pelas aguas d'esta fonte
> nunca passou ninguem desenterrado».
> O valeroso rei, de ira movido,
> responde: «Oh falso velho! porventura
> não passou outrem já, com força d'ouro?
> Pois a um rei banhado em sangue mouro
> ousas tu perguntar por sepultura?
> Pergunta-o a quem vier menos ferido»!

Realmente, o soneto é digno de Camões. O maior lyrico de Portugal rematou com estes hendecasyllabos, em Lisboa, a obra que iniciára em Coimbra, como genuino filho da Renascença! *

---

[1] Juromenha, II, p. 497 (notas aos Sonetos 346 e 347).

[2] «*Quando do raro esforço que mostravas*».

[3] El-rei, «*mortalmente ferido*» e exhausto de forças, foi preso e desarmado. Os dois mouros que o tinham captivado, disputavam sobre a divisão da rica presa, quando um terceiro, intervindo, lhe deu tal cutilada sobre a cabeça que expirou immediatamente. Mas ainda assim continuaram a ferí-lo. Tudo isto em presença de Nuno Mascarenhas, unica testemunha da scena final.—Schäfer, IV, p. 403.

* O Soneto merece realmente altos louvores pela grandiosa concepção geral, pela no-

§ 393.—Ignoramos se o Poeta gastou os ultimos dois lustros da sua vida a colleccionar, dispôr e redigir definitivamente o seu *Parnaso* e *Cancioneiro*,[1] com tenção de fazer imprimir hendecasyllabos e redondilhas, tentando recompôr de memoria algumas peças, e pedindo e recolhendo copias da mão de amigos e protectores, aos quaes consagrara durante a sua longa carreira de lyrico, as maravilhosas inspirações do seu estro. Figura-se-me pouco verosimil.* Parece todavia quasi certo que possuiria, de tempos antigos, alguns papeis e borrões originaes da sua mão e lettra. Mas ninguem soube ou sabe do seu destino e paradeiro, infelizmente. A historia das Rimas de Camões, nos differentes estadios por que passaram, já a tracei em outra parte, examinando com escrupuloso cuidado, segundo os meios de que dispunha, quaes entre as poesias dadas por camonianas, são realmente genuinas, e quaes não.[2] Grande parte d'estas lyricas, que se elevam ao peculio importantissimo de quinhentas peças,[3] trazem tão clara e distinctamente a marca da sua poderosa garra de leão, o cunho do seu espirito fortemente individualizado, que não é licito duvidar da legitimidade da attribuição. Onde existiu e como se chamava no seculo XVI, ou posteriormente, o poeta lusitano, cujas creações fossem, no fundo e na fórma, pelo assumpto e pela concepção, pelas ideias e pelas figuras rhetoricas, pela traça e pela execução, eguaes ou parecidas ás expansões da alma de Camões, lançadas de um jacto, e por isso tão fundidas que, palpitantes de vida, produzem o effeito immediato de obras plasticas, actuando com força magica sobre a alma de quem as lê? «Camões, diz Bernhard ten Brink, é um poeta pela graça de Deos; a poesia é o ar que aspira e expira; todas as forças da sua vida interior desdobram-se em poesia. Iniciado desde a sua mais tenra juventude nos mysterios e na technica da divina arte, e ames-

---

[1] Juromenha (vol. II, p. VIII e IX) expendeu algumas opiniões sobre a supposta sorte dos autographos, que pertenceram ao espolio do Poeta.

[2] Cfr. Fontes, § 3, e em especial as notas.

[3] V. Fontes, § 3.

breza do pensamento e dignidade de expressão. Parece-me que a superstição «romana» dos peninsulares murmurava amedrontrada, emquanto o cadaver de Sebastião jazia insepulto, ou apenas enterrado em qualquer campo africano, e não em terra sagrada. Eis porque o nobre espirito, verdadeiramente lusitano de Camões, proclama aqui que um Rei, tinto de sangue mouro, martyr na cruzada santa contra o gladio dos infieis, é *ipso facto* exempto das leis impostas ao resto dos mortaes.

* Storck não indica as razões que o levam a esta conclusão. Talvez julgue que a justificada dôr e indignação que se apossou de Camões, despojado vilmente do seu thesouro ideal, não lhe permittiu dedicar-se á ingrata e laboriosa tarefa de ir mendigando, de casa em casa, o que era *seu?*

trado n'ella por uso e pratica continua, chegou a um tal grau de perfeição que as fórmas mais difficeis se adaptaram, espontaneamente, e sem esforço, á expressão do seu pensar. A sua lyra tem todos os tons e accentos. E se nas melodias que entoou, as notas elegiacas são freqüentes, deve-se isto unicamente ás amarguras da sua sorte que não admittiu que a voz vibrasse mais vezes clara, serena e argentina. Bastantes versos provam, comtudo, a universalidade do seu talento, porque creou tambem, no genero alegre e festivo, incomparaveis obras primas».[1]

Não sómente no estrangeiro mas até dentro dos limites da sua patria o Epico Luis de Camões é mais conhecido e melhor avaliado que o poeta lyrico. Talvez faça excepção apenas a Allemanha.[2] Ahi Friedrich von Schlegel celebrou em 1803 com enthusiasticos louvores as suas *Rimas*. E quem conhecer as lyricas, de modo algum insignificantes, produzidas pela litteratura portuguêsa no seu seculo aureo, subscreverá, de certo, (como eu o faço) o parecer seguinte:[3] «O ponto culminante da poetica portuguêsa foi attingido nas obras incomparaveis do grande Camões. Os seus versos pequenos têm todas as qualidades que designei como peculiares á lingua e á poesia portuguêsa: cheios de primorosa graça e de um profundo sentimento, que indica ora as delicias do gozo, ora as pungentes melancolias do desespero contêm, ainda um certo quê de infantil, de meigo e doce: tudo isso alliado a uma limpidez e singeleza de expressão, cuja formosura não pode ser mais completa, cuja fina flór não pode ser mais florida, quer encaremos os Sonetos, as Canções e as Eglogas, ou as rapidas e curtas estrophes em Redondilhas».[4]

Sem me expôr a contradicções fundamentadas de qualquer critico, posso sustentar: que Camões não só excede todos os lyricos do seculo decimo sexto, de qualquer nacionalidade que seja, pela quantidade, variedade e importancia das suas poesias, mas hombreia com os vultos mais eminentes de todos os tempos e todos os povos, tendo o seu logar marcado na primeira fila.

§ 394.—Foi herdeiro da corôa de Portugal o tio-avô de D. Sebastião,

---

[1] «*Im neuen Reich*», 1881, p. 469-479.

[2] Joaquim de Vasconcellos escrevia a 2 de abril de 1879, no diario «*A Actualidade*»: «Camões é desconhecido na Europa como poeta lyrico; já o provámos. Apenas na Allemanha o estudam. É pois d'ahi que ha de partir o movimento; ahi se prepara a apotheose», alludindo á traducção de todas as lyricas, encetada então.—Cfr. *Bibliographia Camoniana*, p. 187.

[3] F. v. Schlegel, *Werke*, x, p. 46 e seg., e *Sämmtl. Ged.*, III, p. 408.

[4] Foi certamente omissão involuntaria, e não intencional, o não fallar das Elegias, Odes, Sextinas e Oitavas.

D. Henrique, sexto filho[1] de D. Manoel, e o unico sobrevivente da numerosa familia. Já citei as dignidades ecclesiasticas que o Infante-cardeal revestiu até 1539.[2] Depois foi eleito arcebispo de Evora (em 1540), Cardeal (1545), *Legatus a latere* para o reino de Portugal (1561) e Arcebispo de Lisboa (1564), servindo de Regente de 1562 a 1568.[3] O caxetico asceta, já sem energia physica nem moral, envelhecido antes do tempo, porque contava apenas sessenta e seis annos, previa a sua proxima morte e as fataes conseqüencias da guerra de successão que infallivelmente ia atear-se, destruindo o pobre e exhausto Portugal.[4] As suas tentativas de determinar, a contento dos tres Estados, quem havia de ser o herdeiro do throno, sahiram baldadas e infructiferas. Morreu no ultimo de janeiro de 1580, pouco antes da meia noite, no mesmo dia e á mesma hora (e na mesma lua) em que nascera, sessenta e oito annos antes.[5]

Dos cinco pretendentes ao throno de Portugal[6] prevaleceu o mais poderoso: Felipe II de Castella (1556-1598). Foi assim que Portugal se uniu á Hespanha e partilhou dos seus destinos, muito embora como reino independente e conservando a sua constituição, até que em 1640 o partido nacional, aproveitando com felicidade o aperto e a fraqueza do vizinho, reconquistou a

[1] Cfr. *Epitome*, p. 287.

[2] V. § 18 *M*.

[3] Cfr. Schäfer, III, p. 367, e Faria e Sousa, Europa, III, p. 58 e seg.

[4] Desde 1572 uma serie ininterrupta de calamidades esmagara o paiz, e em especial a capital. *— Cfr. Juromenha, I, p. 118.

[5] V. Schäfer, p. 419. O corpo de D Henrique foi sepultado mais tarde, por ordem de Felipe, no mosteiro de Belem.— V. *Epitome*, p. 314.

[6] Schäfer, III, p. 403 * *

* Depois da reducção do valor da moeda e da peste grande, uma tempestade destruiu em 1572 a frota, enviada em auxilio de Carlos IX contra os turcos e lutheranos, pouco antes da nefanda noite de S. Bartholomeu. No inverno do mesmo anno frios nunca vistos enregelavam tudo, coalhando o proprio Tejo em frente de Alcochete. Os gelos d'esse inverno deram as cheias de 1573 que inundaram Lisboa. Em 1575 a capital, abalada por um terremoto, ardeu por metade, n'um incendio pavoroso; o anno acabou em diluvios de chuva que destruiram as ruas. A fome era geral pelas provincias, e a capital viu-se inundada de mendigos e leprosos, e assaltada de epidemias e mortandades. O cometa de 1577 presagiava a morte do monarcha em Africa e a desfeita do seu exercito para o anno seguinte.— Cfr. Juromenha, I, p. 118-124.

** Eis os nomes dos cinco descendentes do tronco real: 1.º) Felipe II, neto de D. Manoel, por ser filho da Infanta D. Isabel; 2.º) Manoel Filiberto de Saboya, nas mesmas condições, por ser filho da Infanta D. Beatriz; 3.º) D. Antonio, Prior do Crato, filho illegitimo do Infante D. Luis e de uma donzella judia; 4.º) D. Catharina de Bragança, neta do mesmo monarcha, mas portuguêsa legitima, da parte do pae e da mãe; 5.º) o principe de Parma, bisneto do rei venturoso, descendente de uma filha do Infante D. Duarte.

sua independencia e installou a casa de Bragança no throno português. O duque D. João foi proclamado em 1 de dezembro de 1640.[1]

§ 395.—Foi a 24 de dezembro de 1579 [2] que o Camões se encaminhou pela ultima vez á thesouraria-mór da casa real, a fim de receber a parte da tença que se lhe devia desde que passara o ultimo recibo. Posso dizer que foi em pessoa, porque a clausula do alvará o obrigava a provar que continuava residindo em Lisboa, e pertencia effectivamente ao numero dos moradores da côrte.[3] Mas, porque escolheria o Poeta a vespera do Natal? Certamente porque mesmo na Mouraria[4] festejavam o nascimento do Salvador, e a idosa senhora D. Anna de Sá tinha desejos de, cumprindo com os velhos preceitos, juncar o soalho de flôres, ter castanhas ao braseiro e uma mesa bem posta e guarnecida de algumas iguarias além das quotidianas.[5]

§ 396.—O anno de 1580 foi desgraçado para todo Portugal, e peculiarmente para Lisboa. A 31 de janeiro falleceu o ultimo rei da dynastia manoelina. Começava o *tempo das alterações*. Ameaçavam os paroxismos das dissensões civis, a guerra entre os pretendentes, cujo prologo já se traçára a 1 de abril de 1579 nas Côrtes de Lisboa e em Almeirim, onde os direitos de successão eram debatidos, perturbando todos os espiritos. O anno não corria bem. A ultima colheita fôra escassa, por causa da estiagem em toda a Europa; o trigo, que costumava vir de França, Flandres e Allemanha, não chegara em

---

[1] Ib., IV, p. 452 e seg.—A Restauração de Portugal custou a liberdade e a vida do nobre e valente irmão de D. João IV, o Infante D. Duarte, que se distinguira batalhando em serviços do Imperador allemão Ferdinando III. Por causa de intrigas castelhanas foi detido prisioneiro durante oito annos (1641-1649) e condemnado á morte. Mas antes de a pena ser executada morreu de desalento e dôr, com 45 annos de edade (e não no 39.° anno, como Schäfer indica), em consequencia das revoltantes perseguições que soffrêra. Nascido em março de 1605, falleceu em setembro de 1649. Veja-se a importante «*Historia do Infante D. Duarte*», por J. Ramos Coelho (Lisboa, 1889 e 1890, dois bellos e grossos volumes).

[2] É facil achar a data. Segundo a «*Ementa*» de 13 de novembro de 1582, D. Anna de Sá, mãe de Luis de Camões, recebeu 6:765 réis «por outros tantos que ao dito seu filho eram devidos do 1 de janeiro do anno de 1580 até 10 de junho, á razão de 15:000 por anno». Mas, bem feita a conta, resulta que a somma paga não corresponde aos 161 dias indicados, mas sim a 169, e que portanto o Poeta fôra pago no dia 24 de dezembro de 1579 e até á mesma data (incl.). V. Juromenha, I, p. 172: Doc. *K*.

[3] Cfr. § 377.

[4] Cfr. § 19 β.

[5] Penso nos ditos de Ambrosio, no Prologo ao Rei Seleuco, sobre a ornamentação da sala, na qual, em dia festivo, aquella farça ia ser representada.

quantia sufficiente; a fome batia ás portas. O estado de saude na capital era lastimoso. A peste percorrera a Italia, Allemanha, Inglaterra e parte da França. Com os viajantes e as mercadorias, a epidemia já entrara em Portugal, irradiando pouco a pouco por toda a peninsula. Já em fins de 1579 o mal contagioso começara a invadir a cidade. Na primavera de 1580 grassava com toda a furia, devastando o paiz, durante o verão inteiro, decahindo só no mez de agosto. A doença era em geral rapida, acabando, ao cabo de quatro dias, com a morte. Segundo Linschoten, falleceram em Lisboa, de 1579 a 1580, 80:000 pessoas.[1] O espectaculo de 1569 repetia-se. Assim como no anno da peste grande, os Padres da Companhia tinham improvisado enfermarias, installando-as em edificios publicos, casas de pousadas. A mortandade recrudescia. Macas com corpos mortos, só cobertos com lençoes de linho, atravessavam incessantemente as ruas. Nas egrejas e nos adros, repletos de defunctos, já não cabiam mais cadaveres: muitissimos eram enterrados nos campos e nas ruas.[2]

§ **397.**—O espectro da morte amedrontava a povoação de Lisboa. Todos tremiam. O Poeta tambem sentia approximar-se o supremo dia.[3] Por terra e por mar, na Africa e na India, o destemido cavalleiro vira em frente de si os acenos da morte, tantas vezes que a ideia de descansar na terra fria já não o perturbava. A sua conta com as cousas do mundo estava feita de ha muito:

> Effeitos mil revolve o pensamento
> e não sabe a que causa se reporte,
> mas sabe que o que é mais que vida e morte,
> não o alcança humano entendimento.[4]

---

[1] *Itinerario*, p. 1b e 2.

[2] Schäfer, III, p. 402 e seg.—A epidemia tinha o nome de *tavardilha* e na Italia o de *coccoluccio*.

[3] Pertencem ao soneto: «*Que poderei do mundo já querer*».*

[4] V. o soneto que principia: «*Verdade, Amor, Razão, Merecimento*».

* Ha um outro Soneto em que o auctor chama pela morte libertadora:

> Oh! quanto melhor é o supremo dia
> Da mansa morte que o do nascimento.
> Oh! quanto melhor é um só momento
> Que livra de annos tantos de agonia!

Mas não é absolutamente certo ser de Camões, porque traz em alguns manuscriptos o nome do Infante D. Luis.—Cfr. Storck, II, p. 415-418.

O monumento da sua gloria estava erigido. O «*Parnaso*» fôra-lhe roubado. Os dramas tiveram curta vida, cahindo rapidamente no esquecimento. Ignoramos quaes, entre os seus amigos e camaradas, visitavam de vez em quando a pequena casa do bairro afastado da Mouraria. Algumas palavras de conforto não teriam certamente sido despropositadas, porque o Poeta guardava o leito bastantes vezes, segundo parece. Severim, mas sem precisar o tempo, falla de uma larga doença não mencionada por Mariz, * emquanto Faria e Sousa allude a desgostos e enfermidades:[1] «A molestia foi-se-lhe aggravando até o anno de 1579 no qual faleceo, aparelhado para a morte, a qual elle trazia tão presente que até nas cartas jocosas falava muito de siso nela, como se vê das que andam impressas nas suas rimas».[2] Mas Severim (porque são d'elle as palavras copiadas) não conhecia taes «*cartas*». Conheceria unicamente um curto fragmento, que na data em que escrevera e publicara a sua *Vida de Camões* (1624) ainda não estava impresso, chegando a apparecer sómente dois annos depois. ** O fragmento alludido, talvez as ultimas linhas da mão de Camões, formava parte de uma missiva a um amigo, o senhor D. Francisco de Almeida, que estando por capitão general de Lamego, ajuntava tropas, a fim de resistir ao Usurpador.[3] E diz assim: «Quem ouviu dizer que em tão pequeno theatro como o de um pobre leito quisesse a fortuna representar tão grandes desventuras? E eu, como se ellas não bastassem, me ponho ainda da sua parte; porque procurar resistir a tantos males pareceria especie de desavergonhamento... E assim acabarei a vida, e verão todos, que fui tão affeiçoado á minha patria, que não só me contentei *de morrer n'ella, mas com ella*».[4]

---

[1] Faria e Sousa, *Vida* I, cap. XIV; e II, § 27.

[2] Severim, fl. 10^b.

[3] Este fragmento foi impresso pela primeira vez em 1626, no Prologo de Pedro Craesbeek a D. João de Almeida, que acompanha os *Lusiadas*.— V. Juromenha, I, p. 506 (Nota 71).

[4] Juromenha, V, p. 237.***

---

* Correia, no commentario á ultima estrophe da Epopeia, affirma que, no tempo da jornada de Africa, o Poeta já estava «muyto enfermo».

** Julgo que Storck se engana. Esta ultima carta não merece o epitheto de *jocosa!* Severim pensa, sem sombra de duvida, apenas na carta *de girões*, impressa nas Rimas de 1598 (que nos parecerá jocosa ou séria, e até muito séria, conforme o estado do nosso espirito, antes do acto da leitura) e especialmente no trecho que diz: *Nunca vi cousa mais para lembrar e menos lembrada que a* morte, etc. Talvez quisesse indicar que não podia deixar de, na ultima doença, consagrar as horas de solidão ás mesmas considerações, quem já durante a mocidade, em instantes de alegria, pensava na morte.

*** No volume I (a p. 129) Juromenha separa os dois fragmentos como se pertencessem a

§ 398.—O Poeta falleceu n'um *«pobre leito»* ou *«miseravel catre»*, em uma *«pobre casinha»* em que vivera na Mouraria, perto do mosteiro de freiras franciscanas da invocação de Santa Anna, segundo uns; ou n'um *hospital*, segundo outros; ou ainda em uma *casa de pousadas* ou *asylo*, segundo a tradição recolhida por Faria e Sousa.[1] A triplicidade d'estas indicações talvez possa ser explicada do seguinte modo: o Poeta adoeceu na sua propria morada, a humilde casinha da Mouraria; D. Anna de Sá, que devia ser, pelo menos, septuagenaria, não tinha forças para tratar do enfermo, e é bem possivel que tambem estivesse adoentada. Eis porque o levaram a uma *casa de pousadas*, que o cuidado de caritativos religiosos transformara em *«hospital»* n'aquelles dias de tremenda peste.[2]

O Poeta, mortalmente ferido e sem esperanças de recobrar a saude, levou comsigo o seu unico tropheu, um exemplar dos *Lusiadas!*

Assistiu-lhe com soccorros religiosos, administrando-lhe o sacramento, um carmelita descalço, frei Josepe Indio, talvez conhecido seu do tempo da sua expatriação. Depois de commungar pela ultima vez, entregou ao sacerdote o exemplar dos *Lusiadas* que levara comsigo.[3] E o religioso, que cerrou os olhos ao cadaver do grande mas desditoso Poeta, e o benzeu, escreveria, commovido, na primeira folha do precioso volume, as palavras seguintes, em castelhano:

«Que cosa mas lastimosa que ver un tan grande genio mallogrado! *Yo lo bi morir en un hospital en Lisboa sin tener una sabana con que cobrir-se*, despues de aver triunfado en la India Oriental, de aver navegado 5:500 leguas por mar![4]

---

[1] Cfr. § 19[b]. *

[2] O «intimo amigo» de Camões, Manoel Corrêa, nada diz a este respeito. Guarda silencio, ao commentar a estancia 23 do Canto x, onde o proprio Poeta lhe proporcionara optima occasião para nos referir, se morreu ou não, no pobre leito de um hospital, como Antonio Galvão.

[3] Cfr. *Fontes*, § 4.

[4] O calculo fica muito aquém da verdade. O trajecto, só do reino a Gôa, era de mais de cinco mil leguas (segundo Faria e Sousa, iv, p. 13[a]).

---

duas cartas differentes. E assim faz a maioria dos biographos, principiando o segundo trecho com «*Emfim*».

* No § 37 da *Vida* ii, Faria e Sousa refere-se á morte como acontecida na propria casa do Poeta: «Algunos dizen que el P. murio en *un hospital*... pero los mas dizen que el murio en una pobre *casilla* en que vivia cerca del Convento... ni puede ser menos, porque los enfermos que mueren en los hospitales en ellos se entierran, y el fue enterrado en la Iglesia de aquel convento».

Que aviso tão grande para los que de noche y dia se cançan, estudiando sin provecho, como la araña en urdir telas para cazar moscas». [1]

O enfermo não tinha lençol com que cobrir-se. [2] Faltava-lhe portanto a mortalha com que descer á cova. Da casa dos Condes do Vimioso, talvez da parte de D. Francisco de Portugal, ou de seu tio D. Manoel, o magnanimo protector do Poeta, é que lhe veiu esta ultima esmola piedosa. Sem psalmos, nem acompanhamentos, levaram o corpo morto embrulhado, porque nem caixão teve, á proxima egrejinha de Santa Anna, [3] onde foi lançado apressadamente, como outros mortos de peste, no carneiro subterraneo, está claro que sem pôrem signal algum em que mais tarde fosse possivel reconhecer o cantor dos *Lusiadas*, [4] o immortal glorificador de Portugal.

---

[1] V. Botelho, p. LXIII e seg.*

[2] Foi Severim de Faria que o disse (a fl. 10^{b}). Este bem conhecia os Vimiosos.— Cfr. § 369.**

[3] Mariz foi o primeiro a affiançar que o humilde auctor dos *Lusiadas* jazia enterrado «*na Egreja de Sant'Anna d'esta cidade*». Corrêa assenta o mesmo, fallando do «*Mosteiro de Sant'Anna*» (*Lusiadas*, I, 1). Severim menciona egualmente o pequeno templo. Esta fundação da Rainha D. Catharina chegara a ser egreja parochial em tempo d'el-rei D. Henrique, continuando assim até 25 de março de 1705.***

[4] Os biographos são unanimes n'este ponto. Mariz (a fl. 11) confessa que o enterra-

* Este escriptor teve a boa fortuna de descobrir aquella nota. Na Vida de Camões, que acompanha a edição de 1817, refere tê-la encontrado no exemplar de *Lord Holland*, que pertencera em tempos a frei Josepe Indio, o qual o deixou ao convento dos carmelitas descalços de Guadalaxara. Onde estará hoje em dia o precioso exemplar? Era ou não era da primeira edição de 1572? O teor da interessante nota parece indicar que não foi lançada logo depois da cruel impressão, recebida em 10 de junho de 1580, mas pelo contrario, posteriormente, em qualquer occasião em que o monge, relendo os *Lusiadas*, se recordava commovido da tragica scena d'aquelle dia.—A hypothese de Storck, já aventada por Sousa Botelho, que o exemplar fosse dadiva do moribundo, é muito convidativa, não o nego; e bem desejaria persuadir-me de que o Poeta tocou realmente com a sua veneranda mão o volume de Lord Holland. Comtudo é lastimavel que frei José da India não o declarasse positivamente, lançando no precioso volume mais esta nota: «foi-me dado este exemplar pelo proprio Poeta, minutos antes d'elle fechar os olhos para sempre». Falla como se fosse mero espectador do decesso, quasi casualmente, e não como quem ajudou o Poeta a bem morrer.

** «... de casa de D. Francisco de Portugal lhe mandaram o lençol em que o amortalharam». F. S. diz a respeito da mortalha: «Alguns dizem que morreo em um hospital, mas se fôra assim, não lhe enviaria um cavalleiro português uma sabana para que o amortalhassem, porque isso não se envia n'aquella hora para os Hospitaes, a não ser que a sabana fosse melhor que aquellas que é costume dar».

*** Não foi D. Henrique-Rei, mas D. Henrique como Arcebispo de Lisboa, quem constituiu a freguesia especial de Sant'Anna.

O dia da morte, e certamente o do enterro, era uma sexta feira, 10 de junho de 1580.[1]

§ 399.—Até 1594 ou 1595** não houve, que saibamos, quem se importasse com o jazigo do Poeta. Ninguem o visitou. E se por acaso um admirador sincero do poema nacional,[2] tivesse tido a curiosidade e o desejo de peregrinar ao sitio onde o vate repousava, de lá voltaria sem nada conseguir. Nenhum signal *exterior*, como já dissemos, marcava o sitio por onde os despojos mortaes desceram á terra fria.

Sou de opinião que entre os tres primeiros biographos nem um sequer foi vêr a egreja de Sant'Anna.

É verdade que Faria e Sousa, o sempre infallivel «innovador», designou com exacção, no anno de 1639, o logar onde primeiramente tinham enterrado com toda a miseria o humilde Poeta: «*luego al entrar de la puerta*[3] *casi al rincon de la mano izquierda*,[4] asserção que repetiu pouco depois na segunda redacção da Vida, fallando do «*rincon de la mano izquierda*».[5] Mas é visivel que só repetia de ouvido uma tradição, porque na phrase immediata, depois de explicar que foi bem difficil «*encontral-o*», (isto é, encontrar o cadaver

---

ram «*de modo que custou muyto trabalho atinarem com o logar de sua sepultura*»; Severim (fl. 10^b) explica que não havia «*letreiro nem campa alguma que mostrasse o logar de sua sepultura*». Faria e Sousa, como todos os posteros, repete a mesma cousa.*

[1] É a data fixada pelo Visconde de Juromenha (vol. I, p. 172, Documento *K*) que a descobriu n'um documento official: a «*Ementa*» *de* 13 *de novembro de* 1582, já copiada no § 395.

[2] As «Rimas» ainda eram pouco conhecidas, tendo apparecido em primeira edição, no anno de 1595, graças ao trabalho de Fernão Rodrigues Lobo Soropita.

[3] Qual porta? ***

[4] *Vida*, I, cap. XXXI.

[5] Ib., II, § 37.

---

* Scismando sobre as razões que determinaram a escolha da egreja, este critico aventa que seria porque o Poeta o destinou assim, «en razon de vecino y devoto de aquellas religiosas», ou porque «estas ultimas sollicitaram com ancia que na sua egreja se sepultasse aquelle varão tão grande!».

** Severim diz apenas que foi pouco depois de seu fallecimento. A data 1595 é de Barbosa Machado. Juromenha (vol. I, p. 150) affirma que a trasladação teve logar 16 annos depois da morte, o que daria em 1596.

*** Respondo que a expressão é pouco exacta, mas ainda assim, não sujeita a equivocos, porque a muito humilde egrejinha não tinha então senão *uma* porta de entrada.

do fallecido de peste), accrescenta ainda que D. Gonçalo Coutinho[1] o passou quasi para o meio da egreja,[2] pondo-lhe uma lousa de marmore com esta inscripção:

AQUI JAZ LUIS DE CAMOENS
PRINCIPE
DOS POETAS DE SEU TEMPO;
VIVEO POBRE E MISERAVELMENTE
E ASSI MORREO
ANNO DE M.D.LXXIX.[3]

Segundo Mariz, o epitaphio terminava com as palavras:

«Esta campa lhe mandou aqui pôr D. Gonçalo Coutinho. Na qual se não enterrará pessoa alguma».[4]

Além d'esta omissão ainda ha outras inexactidões na transcripção. A orthographia castelhana «*Camoens*» é de Sousa. As palavras «*Viveo*» até «*morreo*» não estavam na pedra. E a data 1579 é falsa.

Mariz, isto é, o primeiro que falla do assumpto, consigna que custou muito trabalho a D. Gonçalo Coutinho atinar com o logar da sepultura.

Trocando estas vagas indicações em outras mais positivas, direi que na minha opinião foi *impossivel* encontrarem os ossos, porque uma sepultura privativa *nunca existira*. E esta circumstancia obrigou o admirador do Poeta, que desejava honrar a sua memoria, a collocar a lapide com a inscripção commemorativa em um sitio qualquer que fosse bem visivel, isto é, no meio (ou perto do meio) da egreja.

A este primeiro epitaphio accrescentou depois outro, maior, Martim Gonçalves da Camara, irmão do padre Luis Gonçalves, redigido em sete disticos

---

[1] Sobre este fidalgo (fallecido em 1634) leia-se: Braga, *Hist. Cam.*, II, p. 286-295, e C. M. de Vasconcellos, *Palmeirim*, p. 36. A lenda conta que D. Gonçalo hospedou muitas vezes o Poeta na sua Quinta dos Vaqueiros (V. Juromenha, I, p. 150 e 510, Nota 81); mas a lenda, transmittida ou architectada por Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana* (II, p. 392) parece ter trocado Camões com Bernardes, que realmente pertenceu ao numero dos amigos de D. Gonçalo, como se vê no «*Lima*» (Carta XXVII).

[2] Repito que este conto não merece credito. É erro, ou pura mentira! D. Gonçalo não teria encontrado operarios com animo para mexer no carneiro, e toda a parochia se teria revoltado contra o perigoso emprehendimento de exhumar um cadaver pestifero.

[3] Faria e Sousa, *Vida* II, § 38.

[4] Mariz, p. 11.

latinos, ideados pelo padre da Companhia *Matheus Cardoso*, que foram insculpidos na pedra tumular.[1]

Ainda outro deve-se a Miguel Leitão de Andrade, um português meio convertido,[2] mas fervoroso admirador do Poeta. Este mandou compôr e collocar na parede uma tarja de azulejos com uma quintilha portuguêsa.[3]

A inscripção de D. Gonçalo, sem o apocrypho accrescento, foi impressa pela primeira vez em 1614, em uma edição das «Rimas» de Camões, dedicada áquelle fidalgo.[4] Consta tambem (em segundo logar) de uma noticia manuscripta de 1638, na qual se descreve o local da sepultura nos termos seguintes: «Á entrada da porta principal de Sant'Anna, á mão esquerda, está a sepultura do famoso poeta Luis de Camões. a qual mandou fazer D. Gonçalo Coutinho», termos empregados novamente um anno depois (1639) por Faria e Sousa, mas com relação ao antigo e primeiro sitio, do qual (segundo este auctor) os ossos foram trasladados em 1594 ou 1595 para o centro da egreja.[5] Está claro que sem sombra de razão.

Um chronista da Ordem dos Franciscanos, frei Fernando da Soledade, pessoa de muito bom credito, e que falla como testemunha ocular, menciona a localidade em 1738 ou 1739 mais uma vez, tal como fôra vista um seculo antes,[6] repetindo novamente o erro commettido por Mariz, e accrescentando mais alguns novos.

Com o terremoto de 1755 a egreja cahiu em ruinas,[7] e quando a reedificaram, depois de 1773, ninguem pensou em Camões.

A lousa de marmore e a tarja de azulejos tinham desapparecido,[8] ou porque ficassem destruidas ou porque levassem descaminho.

Ninguem o sabe.

---

[1] *Parece que a lousa era enorme!*

[2] Miguel Leitão (fidalgo da casa do Prior do Crato) fugiu de D. Antonio para D. Felipe. Não era portanto do partido nacional, como disse em tempos (*Sämmtliche Gedichte*, IV, p. 362).— Cfr. C. C. Branco, p. 72 e seg.

[3] V. Juromenha, I, p. 151-152.

[4] Cfr. Braga, I, p. 435.

[5] Ib.

[6] Juromenha, I, p. 154 e 511, Nota 83.

[7] Ib., p. 155 e 511, Nota 85.*

[8] Juromenha, I, p. 152.

---

* A egreja não cahiu, nem foi reedificada. Só cahiu parte do tecto, e este é que foi renovado.

E realmente a perda importa pouco, porque nunca tinham marcado o verdadeiro jazigo do Poeta.

§ 400.—No segundo decennio d'este seculo (1818), houve quem pensou em proceder á procura dos suppostos ossos.[1] Mas nada se effectuou.

Mais tarde, da commoção provocada pelo «*Camões*» de Garrett (1825) resultou que, 245 annos depois do seu fallecimento, os posteros se lembrassem compungidos das culpas dos antepassados.[2]

Ainda assim decorreram mais dois lustros até que outro poeta, Antonio Feliciano de Castilho (1800–1875), conseguisse a exploração da sepultura. Nomeou-se uma commissão (em 7 de setembro de 1836) que ia encetar os seus trabalhos justamente quando a guerra civil os atalhou.[3]

Nova commissão, á qual pertencia o visconde de Juromenha, foi incumbida, a 30 de dezembro de 1854 (da parte do regente D. Fernando) de continuar as pesquisas até chegar a um resultado.

Fez-se o possivel,[4] mas o possivel era equivalente a nada.

Era tarde, tarde de mais!

O verdadeiro sepulcro do Poeta não foi descoberto. As indicações antigas eram vagas ou contradictorias, e não forneciam esteios sufficientes. De mais a mais, a egreja modernizada, já não era egual á antiga. Muitas pessoas, coevos de Camões e de gerações posteriores, na maioria de baixo e humilde estado, tinham sido enterradas no mesmo carneiro.[5] A commissão procedeu todavia a excavações no sitio onde julgou que o Poeta jazia. Ahi encontrou naturalmente muitos ossos. Persuadida de que entre elles se deviam achar os restos mortaes de Camões, embora misturados com outros, mandou recolhê-los todos e guardá-los em um caixão, que ficou depositado no côro das freiras de Sant'Anna (15 de maio de 1855).[6]

No anno de 1880, como preludio ás grandiosas festas do Centenario, es-

---

[1] Juromenha, vol. I, 511. Nota 83.

[2] Cfr. *Fontes*, § 15.

[3] Juromenha, vol. I, p. 152, 402 e 411.

[4] V. Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 396.

[5] Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 439. Em Portugal era costume secular enterrar nas egrejas.—Cfr. Oliveira Martins, *Hist. Port.*, I, p. 108.

[6] O «Relatorio ácerca das diligencias que se fizeram para encontrar os osssos de Camões», acha-se impresso em Braga, *Hist. Cam.*, I, p. 431-441, e em Gomes de Amorim, II, p. 332-359.

tes restos, juntamente com as cinzas do descobridor da India, Vasco da Gama,[1] foram solemnemente trasladados, em urnas cingidas de corôas de prata, para o Pantheon da dynastia manoelina, a egreja dos Jeronymos de Belem.

Foi no dia 8 de junho que os depositaram ahi com honras reaes, em uma das capellas. A urna de Camões ficou á direita, a de Vasco da Gama á esquerda do sarcophago de D. Sebastião.[2]

---

[1] Os restos mortaes de Vasco da Gama, transportados em 1538 do Convento de S. Francisco de Cochim para o Reino, descansaram até 1880 no convento dos Carmelitas, da Villa da Vidigueira.— *Sämmtliche Gedichte*, V. p. 472.

[2] V. Brito-Aranha, II, p. 17-142.

IV

LISTA DAS PRINCIPAES OBRAS

CONSULTADAS E CITADAS ABREVIADAMENTE

Abreu (Antonio de).—*Obras Ineditas*. Lisboa, 1805.
Adamson (John).—*Memoirs of the life and writings of Luis de Camoens*, London, 1820, 2 vol.
Album.—*Album de homenagens a Luiz de Camões*. Publicado por Antonio Maria d'Almeida Netto. Lisboa, 1870,
Almeida Garrett (João Baptista da Silva Leitão de).—*Camões*. Paris, 1825.
—— *Der Mönch von Santarem oder Wanderungen in meinem Vaterlande, deutsch von Adolf Seubert*. Leipzig, (s. a.)
Annuario da Sociedade Nacional Camoneana. Porto, 1881.
Aquino (Padre Thomaz José d').—*Obras do grande Luis de Camões*. Paris, 1815, 5 vol.
Balbi (Adriano).—*Della popolazione del Portogallo*. Milano, 1846.
Barreto Feio e Gomes Monteiro.—*Obras completas de Luis de Camões*. Hamburgo, 1834, 3 vol.
Barros (João de).—*Chronica do Imperador Clarimundo*. Lisboa, 1791, 3 vol.
—— *Decadas da Asia*. Lisboa, 1778-1788, 24 vol.
Bellermann (Christian Friedrich).—*Die alten Liederbücher der Portugiesen*. Berlin, 1840.
Benjumea (Nicolas Diaz de).—*Discurso sobre el Palmeirim de Inglaterra y su verdadero autor*. Lisboa, 1876.
Bernardes (Diogo).—*Rimas Varias, Flôres do Lima*. Lisboa, 1770.
—— *O Lyma, Eglogas e Cartas*. Lisboa, 1761.
—— *Varias Rimas ao Bom Jesus*. Lisboa, 1720.
Bibliographia Critica de Historia e Litteratura. Publicada por F. A. Coelho. Porto, 1875.

Bibliotheca da Actualidade.—*Obras completas de Luis de Camões*. Publicadas por Theophilo Braga. Porto, 1873.

Botelho (D. José Maria de Souza Botelho, Morgado de Matteus).—*Os Lusiadas*. Paris, 1819.

Bouterwek (Friedrich).—*Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*. Göttingen, 1805.

Braga (Theophilo).—*A primeira poesia impressa de Luis de Camões*. Lisboa, 1887.

—— *Bernardim Ribeiro e os Bucolistas*. Porto, 1872.

—— *Biographia de Camões* (em: *Os Lusiadas*, edição consagrada ao terceiro Centenario do Poeta). Porto, 1880.

—— *Cancioneiro Popular*. Coimbra, 1867.

—— *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*. Lisboa, 1878.

—— *Contos tradicionaes do povo portuguez*. Porto, (s. a.), 2 vol.

—— *Curso de Historia da Litteratura Portugueza*. Porto, 1885.

—— *Floresta de Varios Romances*. Porto, 1868.

—— *Gil Vicente e a sua eschola*. Porto, 1870.

—— *Historia da Poesia Popular Portugueza*. Porto, 1867.

—— *Historia de Camões* Parte I: *Vida de Luis de Camões*, 1873; Parte II: *Eschola de Camões*, 1874, 2 vol.

—— *Historia dos Quinhentistas: Sá de Miranda e sua eschola*. Porto. 1871.

—— *Historia do Theatro Portuguez*. Porto, 1870, 4 vol.

—— *Introducção á Historia da Litteratura Portugueza*. Porto, 1870.

—— *Manual da Historia da Litteratura Portugueza*. Porto, 1875.

—— *O Povo Portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa, 1875, 2 vol.

—— *Parnaso Portuguez Moderno*. Lisboa, 1877.

—— *Poetas Palacianos*. Porto, 1871.

—— *Romanceiro Geral*, (colligido da tradição). Coimbra, 1867.

—— *Trovadores Galecio-Portuguezes*. Porto, 1871.

Brito-Aranha (Pedro Wenceslau de).—*A Obra Monumental de Luis de Camões. Estudos Bibliographicos*. Lisboa, 1887, 2 vol.

Burton (Richard F.).—*Camoens: His Life and his Lusiads*. London, 1881. 2 vol.

—— *The Lyricks (Sonnets, Canzons, Odes and Sextines) Englished*. London, 1884, 2 vol.

Calderon.—*Las Comedias*. Publicadas por Juan Jorge Keil. Leipzig, 1827-1830, 4 vol.

Caminha (Pedro de Andrade).—*Poezias*. Lisboa, 1791.

Cancioneiro Geral.—*Altportugiesische Liedersammlung des Edlen Garcia de Re*

sende, neu herausgegeben von Dr. E. H. v. Kausler. Stuttgart, 1846-1852, 3 vol.

Carvalho (Francisco Freire de).— *Primeiro ensaio sobre historia litteraria de Portugal*. Lisboa, 1845.

Castello-Branco (Camillo).— *Luis de Camões, Notas Biographicas*. Porto e Braga, 1880.

Castilho (Antonio Feliciano de).— *Camões, Estudo historico-poetico*. Lisboa, 1863, 3 vol.

Cervantes (Miguel de C. Saavedra).— *Trabajos de Persiles y Sigismunda*. Paris, 1841 (vol. IV das *Obras*).

—— *Don Quijote*. Paris, 1841 (vol I das *Obras*).

Chrisfal.— *Obras de Christovam Falcão*, publicadas por Theophilo Braga. Porto, 1871.

Circulo Camoniano, (revista mensal), publicado por Joaquim de Araujo. Porto, 1889-1893.

Coelho (F. Adolpho).— *Curso de litteratura nacional: A lingua portugueza*. Porto, 1881.

Correa (Manoel).— *Obras do grande Luis de Camões*. Lisboa, 1720.

—— *Os Lusiadas do grande Luis de Camões*, (commentados pelo Licenciado M. C.). Lisboa, 1613.

Costa e Silva (José Maria da).— *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*. Lisboa, 1850-1855, 10 vol.

Couto (Diogo do).— *Decadas da Asia*. Lisboa, 1778; IV e V, Lisboa, 1737; VII, Parte II, Lisboa, 1783.

Cunha (D. Antonio Alvarez da).— *Rimas de Camões*. Lisboa, Craesbeeck: Parte I, 1666; Parte II, 1669; Parte III, 1668.

Denifle (Heinrich).— *Die Universitäten des Mittelalters bis 1400*, vol. I. Berlin, 1885.

Denis (Ferdinand).— *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal*. Paris, 1826.

Diez (Friedrich).— *Grammatik der romanischen Sprachen;* 2.ª edição. Bonn, 1856, 3 vol.

—— *Über die erste portugiesische Kunst-und Hofpoesie*. Bonn, 1863.

Dieze (Joh. Andr.).— *Don Luis Joseph Velasquez: Geschichte der Spanischen Dichtkunst, aus dem Spanischen übersetzt*. Göttingen, 1769.

Duran (D. Agostin).— *Romancero General*. Madrid, 1851, 2 vol.

Falcão de Resende (André).— *Obras*, (publicadas por Vicente Ferrer Neto de Paiva). Coimbra, 1862, (incompleta).

Faria e Sousa (Manoel de).— *Epitome de las Historias Portuguezas*. Bruxellas. 1677.

—— *Europa Portugueza*. Lisboa, 1678-1680, 3 vol.

Faria e Sousa (Manoel de).— *Lusiadas de Luis de Camoens*. Madrid, 1639, 4 vol.

—— *Rimas varias de Luis de Camoens*. Lisboa, 1685–1689, 5 tomos.

—— *Vida I* em: *Lusiadas I.—Vida II* em: *Rimas varias I.*

Fernandez (Domingos).—*Rimas de Luis de Camões*. Lisboa, 1616.

Ferreira (Antonio).—*Poemas Lusitanos*. Lisboa, 1771, 2 vol.

Ficalho (Conde de).— *Garcia da Orta e o seu tempo*. Lisboa, 1886.

Freire de Andrade (Jacintho). — *Vida de D. João de Castro*. Lisboa, 1835.

Gendron (Pedro).—*Obras de Luis de Camões*. Paris, 1759, 3 vol.

Gil Vicente.— *Obras*, (edição Barreto Feio e Gomes Monteiro). Lisboa, 1843, 3 vol.

Gomes de Amorim (Francisco). —*Garrett: Memorias biographicas*. Lisboa, 1881 a 1884, 3 vol.

—— *Os Lusiadas de Luis de Camões*, (edição critica e annotada). Lisboa, 1889, 2 vol.

Hardung (Victor Eugen).— *Cancioneiro d'Evora*. Lisboa, 1875.

Herculano (Alexandre).— *Historia de Portugal*. Lisboa, 1849–1854, 4 vol.

Humboldt (Alexander von).— *Kosmos: Entwurf einer physischen Weltbeschreibung*. Stuttgart und Augsburg, 1847.

Isla (Padre Josef Francisco de).— *Compendio de la Historia de España escrito en frances por el R. P. Duchesne*. Madrid, 1792, 2 vol.

Juromenha (Visconde de).— *Obras de Luis de Camões*. Lisboa, 1860–1869, 6 vol.

Katholische Missionen.—Illustrierte Monatsschrift. Freiburg i. B.

Klein (J. L.).— *Geschichte des Dramas*. Leipzig, 1865–1876, 13 vol.

Laprade (Victor de).—*Le sentiment de la nature*. Paris, 1866–1877, 2 vol.

Latino Coelho (J. M.).—*Luiz de Camões*. Lisboa, 1880.

Leoni (Francisco Evaristo).— *Camões e os Lusiadas*. Lisboa, 1872.

Lichnowsky (Fürst).— *Portugal: Erinnerungen aus dem Jahre 1842*. Mainz, 1843.

Link (D. Heinrich Friedrich.)—*Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien und vorzüglich Portugal*. Kiel, 1801, 2 vol.

Linschoten (Jan Huygen van).—*Itinerario, Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien*. Amsterdam, 1596.

—— *Journael van de derthien-jahrige Reyse, te Water en te Lande na Oost-Indien*. Amsterdam (s. a.).

—— *Reys-Gheschrift van de Navigatien der Portugaloysers in Orienten*. Amsterdam, 1604.

Lobo (Francisco Alexandre).—*Memoria historica e critica ácerca de Luiz de*

Camões, (em: *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo VII, p. 158 e seg.). Lisboa, 1821.

Loiseau (A.).—*Histoire de la littérature portugaise*. Paris, 1886.

Marilia de Dirceu, (Lyras de Thomaz Antonio Gonzaga precedidas de uma noticia biographica por J. Norberto de Souza). Rio de Janeiro, 1862, 2 vol.

Mariz (Pedro de).—*Os Lusiadas, (Prologo ao estudioso)*. Lisboa, 1613.

Mendes Pinto (Fernão).—*Peregrinação accrescentada com o itenerario de Antonio Tenreiro e a conquista do Reino de Pegú*. Lisboa, 1762.

Mickle (William Julius).—*The Lusiad*. London, 1798, 2 vol.

Molteni (Enrico).—*Il Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti*. Halle, 1880.

Monaci (Ernesto).—*Il Canzoniere Portoghese della Biblioteca Vaticana*. Halle, 1875.

Moraes (Antonio de M. Silva).—*Historia de Portugal*. Lisboa, 1802, 4 vol.

Moura (Caetano Lopes de).—*Cancioneiro d'el-rei D. Diniz*. Paris, 1847.

Murphy (James).—*Travels in Portugal*. London, 1795.

Oliveira Martins (J. P.).—*Historia de Portugal*. Lisboa, 1886, 2 vol.

—— *Portugal nos Mares*. Lisboa, 1889.

Pereira (Luis).—*Elegiada*. Lisboa, 1785.

Petrarca.—*Rime con l'interpretazione di G. Leopardi*. Firenze, 1870.

Ramalho Ortigão.—*Farpas*. Lisboa, 1887.

—— *Luiz de Camões, a Renascença e os Lusiadas* (em: *Os Lusiadas*, edição do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro). Lisboa, 1880.

Ramos Coelho (J.).—*O Instituto*, vol. 33.

Reinhardstoettner (Karl von).—*Plautus: Spätere Bearbeitungen plautinischer Lustspiele*. Leipzig, 1886.

Renascença (publicada por Joaquim d'Araujo). Porto, 1880.

Reys (Padre Antonio dos).—*Epigrammatum libri quinque: Enthusiasmus Poeticus;* Ulyssipone Occidentali, 1728.

Sá de Miranda (Francisco de).—*Poesias*, (publicadas por Carolina Michaëlis de Vasconcellos). Halle, 1885.

—— *Obras*. Lisboa, 1784, 2 vol.

Sanchez (D. Thomas Antonio).—*Coleccion de Poesias Castellanas anteriores al siglo XV*. Madrid, 1779-1790, 4 vol.

Schäfer (Heinrich).—*Geschichte von Portugal*. Hamburg und Gotha, 1836 a 1854, 5 vol.

Schlegel (August Wilhelm von).—*Sämmtliche Werke, herausgegeben von Eduard Böcking*. Leipzig, 1846.

Schlegel (Friedrich von).—*Sämmtliche Werke*. Wien, 1846.

Schönherr (Georg).—*Jorge de Montemayor, Sein Leben*. Halle, 1886.

Severim (Manoel de Faria).— *Vida do grande Luis de Camões* (em *Obras do grande Luis de Camões*). Lisboa, 1720.

Stimmen aus Maria Laach: Katholische Blätter. Freiburg, i. B.

Storck (Wilhelm). *Sämmtliche Canzonen des Luis de Camoens*. Paderborn, 1874.

—— *Sämmtliche Idyllen des Luis de Camoens*. Münster, 1869.

—— *Luis de Camoens, Sämmtliche Gedichte*. Paderborn, 1880-1885.

Volume I.—*Buch der Lieder und Briefe*, 1880.

» II.—*Buch der Sonette*, 1880.

» III.—*Elegieen Sestinen Oden und Octaven*, 1881.

» VI.—*Buch der Canzonen und Idyllen*, 1882.

» V.—*Die Lusiaden*, 1883.

» VI.—*Dramatische Dichtungen*, 1885.

—— *Hundert altportugiesische Lieder*. Paderborn und Münster, 1885.

Suttner (Hermann).—*Camoens ein philosophischer Dichter, dargestellt nach seinen Lusiaden*. Wien, 1870.

Ticknor-Julius.— *Geschichte der schönen Literatur in Spanien, von Georg Ticknor, deutsch von Nicolaus Heinrich Julius*. Leipzig, 1867, 2 vol.

Vasconcellos (Carolina Michaëlis de).— *Versuch über den Ritterroman Palmeirim de Inglaterra*. Halle, 1883.

Vasconcellos (Joaquim de).—*Album da Exposição Camoneana*. Porto, 1880.

—— *Albrecht Dürer e a sua influencia na peninsula*. Porto, 1877.

Zeitschrift für romanische Philologie. Halle, 1877-1890, 14 vol.

FIM DA PRIMEIRA PARTE

INDICE

Conforme se declara no frontispicio, esta obra consta de duas *Partes*. A primeira contém uma traducção exacta, embora nem sempre litteral, do texto allemão de Wilhelm Storck.[1] Ás notas originaes accrescentámos uma serie de pequenas emendas, ampliações e explicações, de maior urgencia. O leitor reconhecê-las-ha pelos asteriscos e pela sua collocação sob linhas ondeadas. A *Segunda Parte* abrange estudos subsidiarios da traductora, que completam ou modificam os resultados e os pontos de vista do illustre auctor, a quem as lettras patrias já tanto devem.

Como alguns d'estes additamentos assumiram o caracter de dissertações extensas, que engrossariam excessivamente o volume, preferimos reservá-las para um segundo tomo, a seguir no decurso d'este anno, em que o mundo commemora uma das datas mais gloriosas da historia portuguêsa.

Porto, 30 de março de 1898.

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS.

---

[1] *Luis de Camoens Leben. Nebst geschichtlicher Einleitung* von *Wilhelm Storck.*—Paderborn. Druck und Verlag von Ferdinand Schöningh. 1890.—in-8.º de xvi–702 pag.

EM MEMORIA

DO

QUARTO CENTENARIO DA INDIA PORTUGUÊSA

MDCCCXCVIII